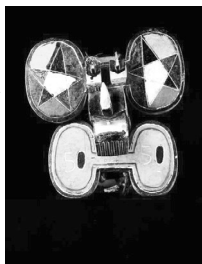
Síntese da coleção História Geral da África

Século XVI ao século XX

Editor:
Valter Roberto Silvério

Brasília, 2013

Esclarecimento

A UNESCO mantém, no cerne de suas prioridades, a promoção da igualdade de gênero, em todas as suas atividades e ações. Devido à especificidade da língua portuguesa, adotam-se nesta publicação os termos no gênero masculino, para facilitar a leitura, considerando as inúmeras menções ao longo do texto. Assim, embora alguns termos sejam grafados no masculino, eles referem-se igualmente ao gênero feminino.

Autor: Povo Bijagós
Título: Adorno de Costas Corubá
Origem: Guiné-Bissau
Técnica: madeira policromada
Dimensão (cm): 30 x 36 x 14
Acervo: Museu Afro Brasil. Coleção Emanoel Araújo

Síntese da coleção História Geral da África

Século XVI ao século XX

Editor:
Valter Roberto Silvério

Publicado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Esta publicação é fruto de uma parceria entre a Representação da UNESCO no Brasil, o Ministério da Educação e a Universidade Federal de São Carlos.

Coordenação editorial: Setor de Educação da Representação da UNESCO no Brasil
Redação: Maria Corina Rocha e Muryatan Santana Barbosa
Revisão técnica: Muryatan Santana Barbosa
Revisão e atualização ortográfica: Maria Corina Rocha
Projeto gráfico e diagramação: Casa de Ideias e Unidade de Comunicação Visual da Representação da UNESCO no Brasil
Imagem de capa: Rômulo Fialdini

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Silvério, Valter Roberto
Síntese da coleção História Geral da África : século XVI ao século XX / coordenação de Valter Roberto Silvério e autoria de Maria Corina Rocha e Muryatan Santana Barbosa. – Brasília: UNESCO, MEC, UFSCar, 2013.

784 p.
ISBN: 978-85-7652-169-3

1. História 2. História Medieval 3. História Moderna 4. História Contemporânea 5. Historiografia 6. Métodos históricos 7. Tradição oral 8. História africana 9. Culturas africanas 10. Arqueologia 11. Línguas africanas 12. Artes africanas 13. Norte da África 14. Leste da África 15. Oeste da África 16. Sul da África 17. África Central 18. África I. Rocha, Maria Corina II. Barbosa, Muryatan Santana III. UNESCO IV. Brasil. Ministério da Educação V. Universidade Federal de São Carlos

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)
Representação no Brasil
SAUS, Quadra 5, Bloco H, Lote 6, Ed. CNPq/IBICT/UNESCO, 9º andar
70070-912 – Brasília – DF – Brasil
Tel.: (55 61) 2106-3500 / Fax: (55 61) 3322-4261
Site: www.unesco.org/brasilia / *E-mail:* grupoeditorial@unesco.org.br

Ministério da Educação (MEC)
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi/MEC)
Esplanada dos Ministérios, Bl. L, 2º andar
70097-900 – Brasília – DF – Brasil
Tel.: (55 61) 2022-9217 / Fax: (55 61) 2022-9020
Site: http://portal.mec.gov.br/index.html

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
Rodovia Washington Luis, Km 233 – SP 310 Bairro Monjolinho
13565-905 – São Carlos – SP – Brasil
Tel.: (55 16) 3351-8111 (PABX) / Fax: (55 16) 3361-2081
Site: http://www2.ufscar.br/home/index.php

Impresso no Brasil

SUMÁRIO

Apresentação

> Hoje, torna-se evidente que a herança africana marcou, em maior ou menor grau, dependendo do lugar, os modos de sentir, pensar, sonhar e agir de certas nações do hemisfério ocidental. Do sul dos Estados Unidos ao norte do Brasil, passando pelo Caribe e pela costa do Pacífico, as contribuições culturais herdadas da África são visíveis por toda parte; em certos casos, chegam a constituir os fundamentos essenciais da identidade cultural de alguns dos segmentos mais importantes da população *(Amadou Mahtar M'Bow, Prefácio da primeira edição portuguesa da HGA).*

> Assistimos, durante o século XX, à multiplicação dos estudos sobre o negro no Brasil, quase todos, porém, sem lhe acompanhar o passado africano. A África parecia mais que esquecida, ignorada. Embora durante a descolonização do continente se tenha reacendido o interesse brasileiro pela África, o descaso por sua história persistiu até ontem, ou anteontem. Ao começar a ser corrigido o pecado, não nos demoramos, no entanto, em reconhecer que muito do que se passava num lado do atlântico afetava a outra margem. E nos convencemos de que o Brasil também começa na África, e a África se prolonga no Brasil *(Alberto da Costa e Silva, Introdução Raízes Africanas – Revista História Biblioteca Nacional)*.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) desde sua criação, em 4 de novembro de 1946, apostou na crença de que elucidar a contribuição dos diversos povos para a construção da civiliza-

ção seria um meio de favorecer a compreensão sobre a origem dos conflitos, do preconceito, da discriminação e da segregação raciais que assolavam o mundo. No caso brasileiro, o chamado projeto UNESCO, com pesquisas realizadas nos anos 1951 e 1952, marca o desvendamento, sob bases das ciências sociais, das formas como se configuravam as relações raciais no país.

Ao se passarem aproximadamente 60 anos das pesquisas pioneiras do projeto UNESCO, podemos afirmar que foram inúmeras as transformações vivenciadas pela sociedade brasileira. E, principalmente, após a abertura política de meados dos anos 1980, os fatos permitem vislumbrar um processo de profunda mudança social, no qual de forma tensa, conflituosa e contingente convivem perspectivas de recriação/resgate do passado com projeção/planejamento do futuro.

Entre os projetos políticos e sociais que disputam no espaço público o que deve ser o Brasil do futuro escancaram-se no presente contradições de tempos imemoriais, impedidas de se manifestarem em sua plenitude pelo manto do autoritarismo e repressões pretéritas em um país projetado, pelas elites, para ser outro, ao menos do ponto de vista de sua população.

O desencontro entre a projeção das elites e o estoque populacional foi tema de vários autores desde a famosa Carta de Caminha.

Esse desencontro proporcionou uma situação na qual os impactos das culturas africanas, na formação social brasileira, foram, por um lado, retratados pelos viajantes tanto de forma positiva quanto negativa e de espanto, objeto de estudo por setores intelectuais ressaltando especialmente dúvidas sobre a viabilidade da constituição de uma nação e, por outro lado, aquelas culturas, desde sua chegada em nosso solo, têm sido o lugar de vivência e práticas sociais populares que marcam a própria história do Brasil, não a oficial, e desafiam as várias imaginações que constituem as ciências sociais dadas à plasticidade, variabilidade e capacidade de negociação com outras culturas.

Nos vários patrimônios que compõem o que chamamos hoje de nação brasileira vamos encontrar as contribuições das culturas africanas e de outras com as quais elas negociaram em condições assimétricas.

Para além dos instrumentos legais da UNESCO[1], a noção de patrimônio cultural faz parte da constituição brasileira, a qual recomenda o seguinte:

1 A UNESCO trabalha impulsionada pela Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, que é hoje o instrumento internacional da UNESCO que obteve a adesão de mais Estados-membros, e também pela Convenção para a Proteção do Patrimônio Subaquático e a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial...

"O poder público, com a cooperação da comunidade, deve promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro".[2] Dispõe que esse patrimônio é constituído por bens materiais e imateriais que se referem à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, quais sejam: as formas de expressão; os modos de criar, fazer, viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Nós podemos subdividir o patrimônio cultural brasileiro em artístico, cientifico, tecnológico e ambiental. No entanto, o reconhecimento de nossas matrizes africanas constitui a base para a compreensão das hibridações resultantes de nossa formação social pluricultural.

Como forma de reconhecer a influência dessas culturas, o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de São Carlos (NEAB/UFSCar), em parceria com a UNESCO e o Ministério da Educação (MEC), desenvolveu o programa Brasil-África: Histórias cruzadas. Consequência da promulgação da Lei nº 10.639 de 2003, a qual orienta que os sistemas de ensino implementem a história da cultura afro-brasileira e africana na educação básica. O principal objetivo do projeto é dar visibilidade e reconhecimento à intersecção da história africana com a brasileira, transformando e valorizando positivamente as relações entre os diversos grupos étnico-raciais que convivem no país.

A primeira ação desenvolvida pelo programa foi a tradução para o português da Coleção História Geral da África, da UNESCO, principal obra de referência sobre a história do continente. São oito volumes, com aproximadamente 1000 páginas cada, que contam a história da África sob a perspectiva dos próprios africanos. Inicialmente publicada em francês, até meados dos anos 1980, ela levou trinta anos para ser produzida e sua concepção surgiu do desejo das recém-independentes nações africanas de contarem sua história de forma crítica em relação à perspectiva eurocêntrica e estereotipada das obras de então.

A partir dessa tradução, estamos desenvolvendo a versão brasileira do projeto intitulado Uso Pedagógico da História Geral da África[3], o qual torna o conteúdo da coleção mais acessível ao transformá-lo em material pedagógico. Para tanto, estão sendo produzidos diversos produtos baseados na obra.

---

2 BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

3 Existe um projeto para o desenvolvimento de materiais de uso pedagógico, com base na Coleção da História Geral da África da UNESCO, para os países do continente africano.

A síntese, em dois volumes, que estamos disponibilizando a partir dos oito volumes da História Geral da África é parte do conjunto de materiais e tem por objetivo propiciar aos professores e alunos, e às pessoas de modo geral, um conjunto de conhecimentos e informações sobre o continente africano, os quais podem abrir novas possibilidades de tratamento de questões que atravessam seu cotidiano no interior da escola. Neste sentido, procuramos organizar os dois volumes com textos sintéticos e objetivos, para permitir uma visão tanto da riqueza das contribuições dos povos africanos para a humanidade quanto do seu impacto na constituição da sociedade brasileira e, também, em resposta às reivindicações de mudanças expressas pela lei nº 10.639/2003 e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

A síntese possibilita, também, uma primeira aproximação ao conjunto de conhecimentos presentes na História Geral da África, obra de referência, a qual poderá ser consultada por aqueles que queiram se aprofundar em aspectos e temas específicos.

Os critérios utilizados para a elaboração da síntese foram os seguintes:

- Cada volume da versão original em língua portuguesa transformou-se em um capítulo na versão sintetizada. No volume 2 da síntese, em geral, os capítulos de cada um dos volumes da versão original transformaram-se em subcapítulos ou tópicos. Assim, a estrutura básica é:
  Apresentação do livro-síntese;
  Introdução geral de Ki-Zerbo para os dois volumes;
  Referências bibliográficas de cada volume da versão integral.

- Volume 1: **Síntese da Coleção História Geral da África: da pré-história ao século XVI**
  O volume 1 da síntese corresponde aos volumes de 1 a 4 da versão original, assim:
  Capítulo 1: Metodologia e pré-história da África
  Capítulo 2: África antiga
  Capítulo 3: África do século VII ao XI
  Capítulo 4: África do século XII ao XVI

- Volume 2: **Síntese da Coleção História Geral da África: do século XVI ao século XX**
  O volume 2 da síntese corresponde aos volumes de 5 a 8 da versão original, assim:

Capítulo 5: África do século XVI ao XVIII
Capítulo 6: África do século XIX à década de 1880
Capítulo 7: África sob dominação colonial, 1880-1935
Capítulo 8: África desde 1935

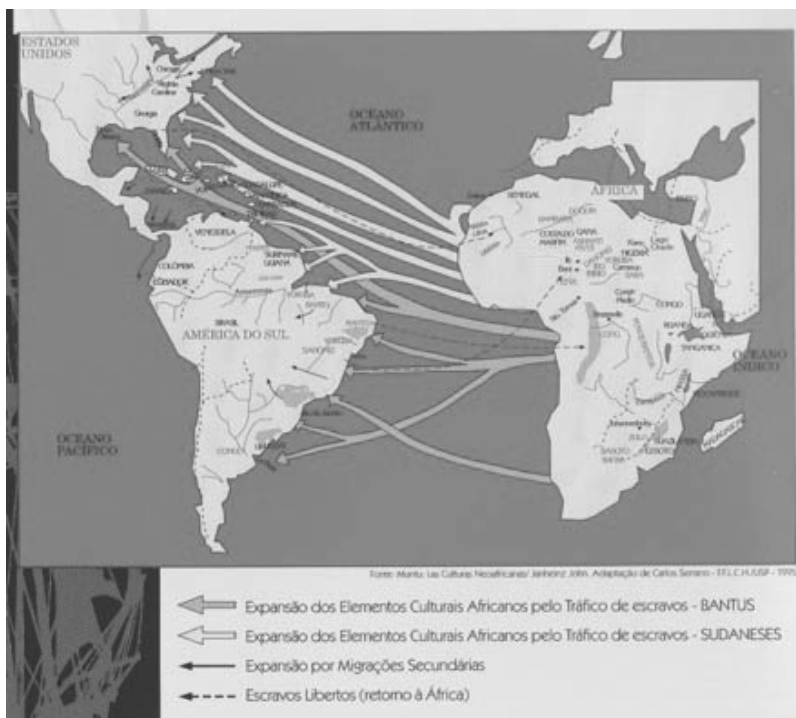
Outros critérios metodológicos:

- A síntese reflete o conteúdo da HGA em sua íntegra, no limite das possibilidades. Esse conteúdo mostra o estado das pesquisas e as hipóteses com as quais se trabalhava na década de 1980. Assim, não se trata de uma síntese atualizada da HGA, e sim da síntese do conteúdo da HGA como foi pensado e escrito pelos seus autores.
- Na versão da síntese da HGA em língua portuguesa, procurou-se seguir os parâmetros das sínteses já existentes em outras línguas (principalmente a versão norte-americana no caso do volume 2). As edições abreviadas foram propostas como base para a tradução em línguas africanas. Nas sínteses, a estrutura dos capítulos é praticamente igual à da versão integral, porém os livros foram reduzidos cerca de 80 a 90%. Esse procedimento suprimiu do texto original as partes em que o conteúdo é debatido, deixando-o mais fluente.
- As repetições presentes nos volumes integrais – principalmente em função de vários autores tratando de um mesmo tema e mesma época –, quando possível, foram eliminadas. No entanto, as ideias e os objetivos dos autores de cada capítulo foram preservados, e mantidos os exemplos mais representativos, significativos ou esclarecedores para o assunto tratado.
- As notas de rodapé foram suprimidas totalmente; a menção dos nomes dos autores dos capítulos originais também foi eliminada, bem como o discurso em primeira pessoa (em razão das interferências e mudanças necessárias para se resumir o texto); gráficos e tabelas foram retirados e os dados referentes inseridos no texto quando preciso. Mapas e imagens iconográficas foram mantidos conforme a relevância em cada capítulo.
- As padronizações onomásticas foram feitas na medida do possível, em se tratando da complexidade de um projeto como esse: 8 volumes, num total de mais de 8 mil páginas com diversos profissionais envolvidos (com diferentes formações).
- Os índices remissivos de todos os volumes originais não constam na síntese.

Os parceiros do Programa Brasil-África: Histórias Cruzadas acreditam na importância de o profissional de educação estar em sintonia com as mudanças em curso no que diz respeito à ação política dos movimentos sociais identifi-

cados pela literatura como identitários, com o campo normativo expresso por mudanças na legislação educacional, as quais exigem atualizações das práticas de ensino em função da introdução de novos conteúdos e/ou novos enfoques de temas tradicionais. O que se pretende é que ao refletir sobre o significado da presença de vários grupos étnicos africanos no Brasil que os professores identifiquem práticas sociais que atravessam o cotidiano escolar, mas nunca estiveram no interior da escola, como práticas significativas para seus alunos e familiares.

A ideia é que ao dar visibilidade ao encontro pretérito dos africanos com o território hoje denominado Brasil, de modo não racializado e positivo, vamos nos reconciliar com uma dimensão fundamental da cultura brasileira encoberta pelo racismo, pelas tentativas de branqueamento da população e pelos discursos preconceituosos que desconhecem o quanto de África existe no Brasil.

O mapa abaixo nos dá uma ideia sobre o fluxo de africanos que entraram no território hoje conhecido como Brasil; ele também justifica a possibilidade do cruzamento de várias histórias e serviu como ponto de partida para o desenvolvimento do projeto como um todo.

Fonte: reproduzido de África: culturas e sociedades; guia temático para professores. São Paulo: MAE, USP, [1999]. (Formas de Humanidade).

Vários autores informam que os africanos que aportaram no Brasil eram originários das seguintes regiões:

1) África Ocidental: povos sudaneses e/ou iorubas (nagôs, ketus, egbás); gegês (ewês, fons); fanti-ashanti (genericamente conhecidos como mina); povos islamizados (mandingas, haussas, peuls);
2) África Central: povos bantos: bakongos, mbundo, ovimbundos, bawoyo, wili (isto é, congos, angolas, benguelas, cabindas e loangos);
3) África Oriental: os conhecidos como moçambiques.

De um modo geral, os povos africanos formariam alguns padrões principais de culturas negras no Brasil:

1) A sudanesa (iorubana), aqui introduzida principalmente na Bahia, mas espalhada pelo Norte/Nordeste; teria como características o culto aos orixás, a realização de cerimônias de iniciação, a prática de ritos mágicos, música e dança/rituais, a elaboração de esculturas em madeira, em metais e outros trabalhos manuais como, por exemplo, instrumentos musicais. A cultura iorubana é apontada ainda como fonte de influência ao nosso léxico.

2) Os bantos, principalmente no estado do Rio de Janeiro e Minas Gerais, são mais estudados da perspectiva linguística. Culto aos antepassados e aos espíritos; quimbundo incorporado ao português falado no Brasil; festas: coroação dos reis, danças que emulam a caça e a guerra (carnaval), festas do boi, folclore; esculturas em madeira, confecção de objetos domésticos etc.

A identificação dos padrões culturais acima e sua relação prioritariamente com aspectos centrais da cultura popular brasileira poderá ser ampliada com mais pesquisas como, por exemplo, aquelas que têm demonstrado a dimensão sociopolítica, e não religiosa e messiânica, das revoltas do século XIX. Outro aspecto importante das novas pesquisas é a identificação da forte presença de afro-brasileiros nesses movimentos, o que vem demonstrando o quanto necessitamos aprofundar nossos conhecimentos sobre a presença de elementos africanos na luta por mudança social na história do Brasil.

Outra dimensão que vem sendo resgatada está relacionada aos saberes e fazeres tradicionais na manipulação de plantas medicinais e condimentares em comunidades quilombolas e/ou afro-brasileiras como um patrimônio cultural, e hoje se avalia seu uso, e importância, na atenção básica à saúde.

Quando se preserva legalmente e na prática o patrimônio cultural, conserva-se a memória do que fomos e do que somos: a identidade da nação. Patrimônio, etimologicamente, significa um conjunto de bens naturais e culturais de importância reconhecida num determinado lugar, região ou país, ou mesmo para a humanidade – na verdade, a riqueza comum que herdamos como cidadãos, e que se vai transmitindo de geração à geração. No caso especifico dos afrodescendentes (e dos brasileiros de modo geral) a referência principal é o legado das várias culturas africanas que contribuíram com a formação social brasileira.

Os bens materiais e imateriais que formam o nosso patrimônio cultural são atravessados por modos específicos de criar e fazer, os quais incluem as descobertas e os processos de desenvolvimento científico e tecnológico; as artes; as construções que se transformaram em monumentos da tradição brasileira, as quais são representadas pelos bens imóveis e bens móveis como, por exemplo, as obras de arte e o artesanato. São extremamente importantes as expressões de um povo, as criações imateriais tais como a literatura, a música e as danças. Não esquecendo os modos de viver, a linguagem e os costumes; os locais dotados de expressivo valor para a história, bem como as áreas de proteção ambiental.

O Brasil conta atualmente com a maior população originária de uma movimentação forçada, e, ainda assim, a importância das culturas africanas na formação do território nacional é desconhecida pela maioria dos brasileiros.

Em relação às ciências humanas, em especial a história, retraçar os deslocamentos desumanos provocados pelo colonialismo e, ao mesmo tempo, demonstrar que os povos colonizados tinham uma história que foi interrompida, dando lugar a uma história imposta que os colocou na condição de "selvagens" e "bárbaros", nos possibilita entender o significado devastador da violência do processo, colonial e, ao mesmo tempo, reconhecer que aquele processo ao tentar apagar a história dos povos colonizados, nos coloca a tarefa contemporânea de reconstituir, em diferentes níveis, contextos e situações, a história que está inscrita nas práticas sociais.

A primeira década do século XXI pode ser considerada o marco de uma mudança fundamental na percepção de quem somos nós, os brasileiros. Fruto de um longo processo de lutas e disputas simbólicas recobertas pela ideia de país mestiço e harmônico, finalmente nos descobrimos como descendentes de africanos, europeus, asiáticos, nativos etc.

A mestiçagem[4] e a miscigenação[5], realmente existentes, têm sido deslocadas de seu sentido anterior, no qual às origens ancestrais pouca ou nenhuma importância era conferida, para um reconhecimento de sua centralidade no processo de estigmatização ou mobilidade de um grupo. Desta forma, o imaginário social que conferia à mestiçagem o estatuto prioritário de nomeação de boa parte dos brasileiros, encobrindo suas origens, tem dado lugar, por exemplo, aos prefixos afro, euro etc.

O debate sobre as diversas formas de ser brasileiro ademais tem contribuído para uma rediscussão de nossa cultura plural. A diversidade enquanto um valor está presente nos vários discursos que perpassam nossa experiência cotidiana. A questão então é saber do que estamos falando: uma diversidade que faz ou não faz diferença?

O que a gente está tentando mostrar é que existe uma história mundial muito mais complexa das contribuições das diferentes culturas para as ciências e tecnologias que temos hoje. Esse tipo de informação é fundamental para se começar a desconstruir a imagem de que existem povos superiores e inferiores.

Então, a dinâmica deste projeto tem como foco recontar de uma forma não hierarquizada as origens do conhecimento a partir de uma perspectiva que inclua as contribuições do continente africano, e para tanto recorremos à História Geral da África.

Neste sentido, a síntese que ora disponibilizamos no âmbito do Programa Brasil-África: Histórias Cruzadas é mais um passo para que os sistemas de ensino, e em especial os professores de educação básica, tenham mais uma possibilidade de acessar a História da África para melhor compreender o quanto daquele continente está presente no Brasil. E sua maior importância reside no fato de que qualquer brasileiro que se interesse por suas origens ancestrais, e/ou queira acessar as origens das fortes influências artísticas, científicas e tecnológi-

---

4 O conceito de mestiçagem é uma construção que só adquire sentido quando se considera, em relação com seu par, a noção de raça. Ele nos conduz a um paradoxo básico da ideia de mestiçagem. Um mestiço se forma a partir de duas ou mais raças. Assim, o paradigma dominante das ciências biológicas afirma veementemente que não existem raças, que só existe uma raça humana. De acordo com esta concepção foi se convencionando a noção de populações humanas como um substituto heurístico do conceito obsoleto de raça, de modo que nos permite continuar usando a ideia de mestiçagem. Contudo, a palavra mestiçagem encontra sua maior difusão no sentido ideológico de caracterizar alguns grupos humanos que se autodefinem estrategicamente, frente a outros considerados "puros" ou homogêneos racialmente, como mestiços. Esta ideologia da mestiçagem é especialmente importante na América Latina, que se vê mestiça em oposição aos Estados Unidos da América e à África do Sul (durante o regime do *apartheid*); nações que se definem como segregadas e, em consequência, não mestiças (BARAÑANO et al. *Diccionario de relaciones interculturales*: diversidad y globalización. Madri: Editorial Complutense, 2007).

5 Ação ou efeito de miscigenar-se; processo ou resultado da mistura de raças, pelo casamento ou coabitação de um homem e uma mulher de etnias diferentes (HOUAISS, A. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 1933).

cas legadas pelas culturas africanas que participaram de nossa formação social, terá na síntese um texto indispensável para esse fim.

Dess a forma, há implicações para a escola, e para a educação de modo mais amplo, da emergência de novos sujeitos na esfera pública a partir da mobilização dos movimentos negro, indígena, feminista, que passam a exigir o reconhecimento de suas especificidades, a ampliação de seus direitos de cidadania e o acesso igualitário ao espaço público e ao mercado de trabalho. O que na prática significa que as instituições que operam na perspectiva de formar cidadãos necessitam se repensar para atender de forma democrática tais exigências.

Valter Roberto Silvério
Editor

CAPÍTULO 5

África do século XVI ao XVIII

A luta pelo comércio internacional e suas implicações para a África

Em 1500, o mapa geopolítico do mundo revelava a existência de um grande número de regiões relativamente autônomas: o Extremo Oriente, o Médio Oriente, a Europa, e, enfim, a África, com sua encosta mediterrânea ao norte e suas costas do Mar Vermelho e do Oceano Índico, que estavam abertas ao comércio internacional com o oriente.

O período que se estendeu de 1500 a 1800 viu estabelecer-se um novo sistema geoeconômico orientado para o Atlântico, com seu dispositivo comercial triangular, ligando a Europa, a África e as Américas. A abertura do comércio atlântico permitiu à Europa e, mais particularmente, à Europa Ocidental, aumentar sua dominação sobre as sociedades das Américas e da África.

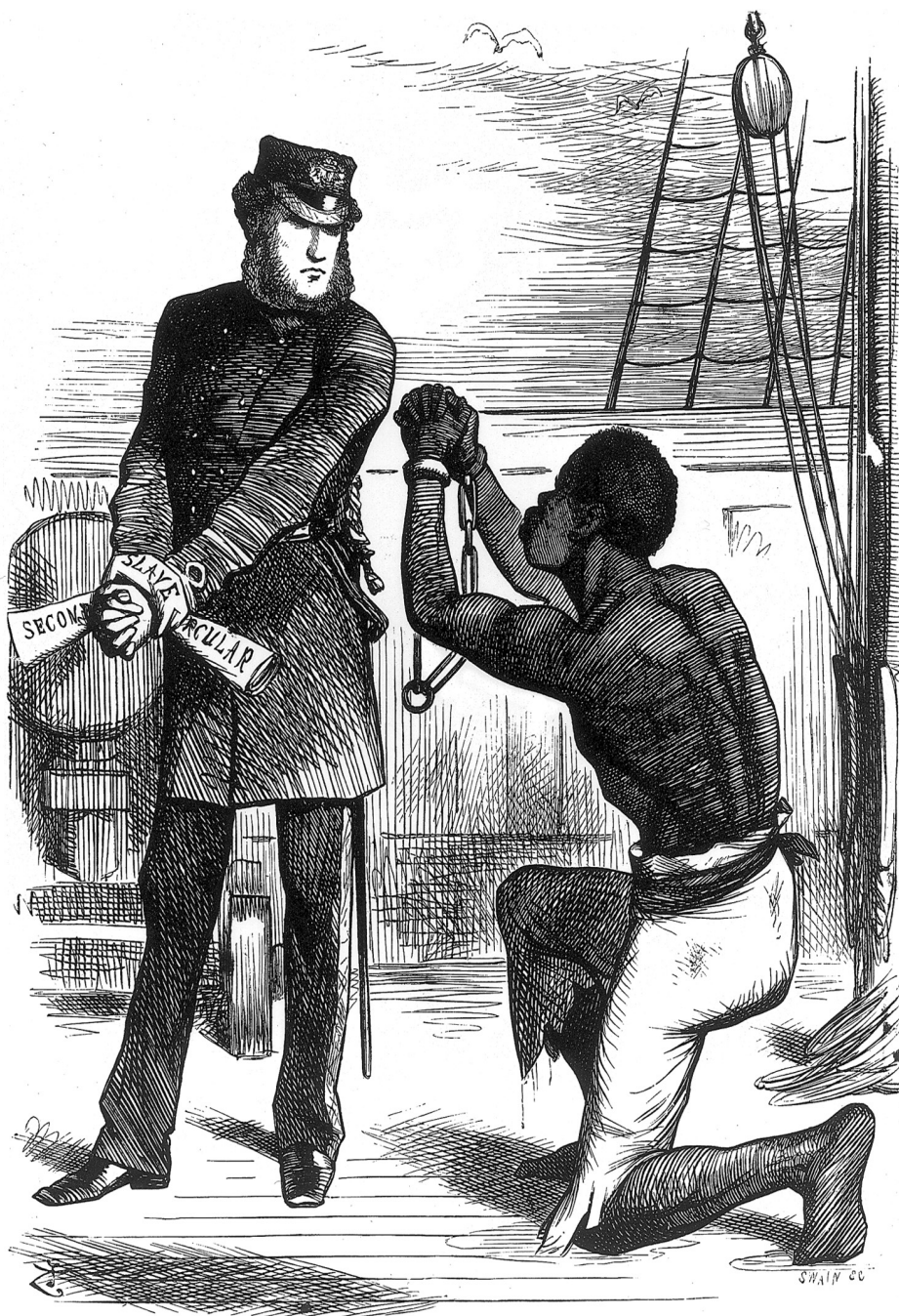
O período de 1450 a 1630 foi marcado, na maioria dos países europeus, por uma formidável expansão econômica, política e cultural e também por um movimento de expansão além-mar que atingiu imensos territórios situados na borda do Atlântico e até mesmo no Pacífico. A costa africana sofreu esse movimento desde o início do século XVI.

Durante todo o século XV e início do século XVI, os portugueses conseguiram estabelecer numerosas feitorias na costa ocidental e fazer com que a

população do litoral e seus chefes participassem do comércio com os europeus. A partir de 1481-1482, a fortaleza de Elmina tornou-se a feitoria mais importante da Costa do Ouro. Na África Oriental, dominaram pela força Sofala, Mombaça e outras cidades costeiras.

Por volta de 1525, os portugueses começaram a experimentar dificuldades para achar ouro, mesmo na região de Elmina. Desta situação, aproveitaram-se os negociantes franceses, ingleses e holandeses, que dispunham de maiores meios financeiros e não sofriam taxa de importação, pois suas mercadorias eram quase exclusivamente de origem metropolitana. Na África, os mercadores que chegavam da França, da Inglaterra ou da Holanda possuíam meios suficientes para comprar em maior escala e vender a melhores preços do que aqueles de Portugal. Os portugueses tinham consciência desta situação, mas eram incapazes de remediá-la.

Era sobretudo o ouro, exportado para os países islâmicos, que, no princípio, atraía os portugueses para a África negra. Não obstante, eles não tardaram a perceber que a África possuía uma outra mercadoria, também fortemente procurada pelos europeus: os escravos. A tradição de exportar escravos para os países árabes tinha suas raízes no passado de uma grande parte do continente, em particular, do Sudão. Nos séculos XV e XVI, essa tradição parece ter ajudado os portugueses a conseguir, regularmente, escravos em uma grande parte da África Ocidental, notadamente na Senegâmbia, parceira econômica de longa data. Compreendendo o caráter indispensável da cooperação dos chefes e dos mercadores locais, dedicaram-se a interessá-los no comércio de escravos. Os portugueses não ignoravam que isso pudesse resultar em uma intensificação dos conflitos entre os diversos povos e Estados africanos – os prisioneiros de guerra tornando-se o principal objeto deste comércio – mas deixaram muito cedo de se opor às objeções morais, pois, como muitos outros na Europa, diziam acreditar que o tráfico abria aos negros o caminho para a salvação: não sendo cristãos, os negros haveriam de ser condenados por toda a eternidade se ficassem em seus países.

Durante todo o século XV e início do XVI, o principal mercado para a "mercadoria negra" era a Europa, em particular, Portugal e os países sob dominação espanhola, assim como as ilhas do Atlântico: Madeira, Canárias, ilhas de Cabo Verde e São Tomé. O tráfico negreiro nessas ilhas originou-se, primeiro, em razão da introdução da cultura da cana-de-açúcar e do algodão. Na ausência de tal imperativo econômico, a escravidão teve poucas razões para se desenvolver no continente europeu. Os africanos, introduzidos em Portugal e nos territórios espanhóis, foram, majoritariamente, empregados nas cidades como domésticos ou artesãos pouco qualificados.

Desenho satírico-político intitulado: “Homens e irmãos!” © The Wilberforce Muzeum, Hull.

Os portugueses, durante todo o século XV, tiveram um crescente interesse pelo comércio de escravos e, ao longo do século XVI, e seguintes, buscavam territórios capazes de lhes fornecer escravos em grande quantidade. É sob essa ótica que é preciso alocar a penetração portuguesa no Congo, encetada no começo do século XVI, e a conquista posterior de Angola. Obter grandes quantidades de escravos era, igualmente, a preocupação dos colonos da Ilha de São Tomé, não só porque precisavam dessa mão de obra para suas plantações, mas também porque vendiam os escravos às colônias espanholas da América e, a partir do fim do século XVI, também ao Brasil português. A população negra do Brasil, que era somente de alguns milhares de indivíduos, sofreu, no século seguinte, um brusco aumento, da ordem de 40.000 a 450.000 pessoas, atribuído ao incial desenvolvimento da cana-de-açúcar.

O tráfico negreiro, entretanto, apenas alcançou a sua plena expansão quando foram criadas as grandes plantações de cana-de-açúcar na América.

Vê-se, portanto, que desde o começo do século XVI e, em particular, ao longo da segunda metade desse século, a África desempenhou um papel extremamente importante, ainda que pouco invejado, de fornecedora de mão de obra e de uma certa quantidade de ouro para uma economia mundial em pleno desenvolvimento.

Entretanto, é necessário destacar que a situação dos portugueses estava cada vez mais precária. O ano de 1560 assistiu à primeira falência da Coroa portuguesa. A manutenção de um império colonial concedeu enormes benefícios a uma parte da aristocracia e da pequena nobreza, assim como a alguns mercadores, mas ela arruinou a Coroa e seu Tesouro, e tornou o fardo cada vez mais pesado para grande parte da população.

Os franceses, a partir de 1520, e os ingleses, a partir da segunda metade do século XVI, revelaram-se perigosos rivais dos portugueses na África. A presença francesa foi particularmente sensível na região de Cabo Verde e do Senegal. Os franceses pilhavam frequentemente, nessas águas, os navios portugueses que retornavam carregados de ouro africano ou de mercadorias embarcadas na Índia. Levavam da Normandia e da Bretanha têxteis, álcoois, objetos de metal, até mesmo armas de fogo. Este último comércio favoreceu a França, pois a Coroa portuguesa havia proibido esse tipo de importação na África, no momento em que os soberanos locais se desesperavam para obter tal produto. Os franceses compravam, sobretudo, o ouro e o marfim, mas também pimenta malagueta, peles e azeite de dendê. Os escravos não ocupavam, nessa época, um lugar de destaque nas aquisições francesas. Na metade do século XVI, os franceses eram perigosos rivais dos portugueses na Costa da Pimenta e na Costa do Ouro. Mais

tarde, expulsaram os portugueses do estuário do Senegal e da Gâmbia, mas se viram obrigados a ceder o lugar aos ingleses, no fim do século XVI.

Na África, a penetração destes últimos, no século XVI, é análoga à dos franceses. Eles começaram a travar sólidas relações econômicas com o Marrocos, a partir de 1541, ano em que os portugueses foram expulsos de grande parte dos portos que possuíam no Atlântico, os quais, a partir de então, abriram-se aos navios de outros países europeus. Por volta de 1550 a 1565, as companhias comerciais inglesas promoveram várias expedições. Exploravam as costas do Atlântico ocidental até o Golfo de Benin, onde compravam, sobretudo, ouro, peles e um pequeno número de escravos.

Foi precisamente nessa época que os holandeses apareceram nas costas do continente negro. Estavam, então, em guerra com a Espanha, e se recusavam a respeitar a partilha do Atlântico. Tratavam Portugal, na ocasião governado por Felipe II, como inimigo. Os enormes capitais acumulados por seus negociantes e a potência de sua frota lhes permitiram penetrar, mais profundamente, na Índia e na África, do que os ingleses e os franceses. Os portugueses não podiam rivalizar com eles, pois que a riqueza dos holandeses e a grande eficácia de suas redes comerciais lhes permitiam vender barato grandes quantidades de produtos. Isso os favoreceu também em relação aos ingleses e aos franceses.

A princípio, os holandeses se mostraram, como os ingleses e os franceses, pouquíssimo interessados pelo comércio de escravos. Por volta de 1600, todavia, inaugurou-se uma nova fase da penetração europeia na África, ao longo da qual o comércio de escravos viria a ter uma importância crescente, inclusive para os holandeses. Essa evolução foi anunciada com a compra de escravos em Elmina, Acra e Arda, no Benin e no delta do Nilo, tal como em Calabar, no Gabão e em Camarões. Esses escravos eram vendidos aos donos das plantações da Ilha de São Tomé (que, então, pertencia aos holandeses), em troca do açúcar, ou enviados ao Brasil. A conquista de Angola, em 1641, estava estreitamente ligada às necessidades dos holandeses no Brasil, seguindo, nisso, o exemplo dos portugueses. Os holandeses perderam o nordeste do Brasil e foram expulsos de Angola em 1648. Não obstante, a associação estreita desses dois territórios, que se baseava no comércio de escravos, persistiu até o século XIX.

Ao longo desse período, o interesse dos europeus pela África Oriental foi inexpressivo. Os portugueses, que detinham Sofala e sujeitavam politicamente outras cidades costeiras, não penetravam o interior.

No que concerne ao extremo sul da África, os primeiros sinais de uma penetração europeia se manifestaram no século XVII, quando a Companhia Holandesa das Índias Orientais encorajou a criação de colônias de camponeses holandeses

(e alemães), aos quais foi atribuído o nome de bôeres. A pressão dos bôeres, que reduziam os san à escravidão ou os expulsavam de suas terras, isso quando não os exterminavam, significava um mau futuro para essa população africana.

O tráfico de escravos cresceu vertiginosamente ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX. Estima-se em 274.000 o número de negros transportados através do Atlântico entre 1541 e 1600. Em alguns anos, esse número chegou a 1.341.000 pessoas, atingindo 6 milhões, no século XVIII. O número de escravos enviados ao Brasil entre 1575 e 1675 foi da ordem de 400.000 a 450.000, e, no século XVIII, chegou próximo de 2 milhões. Ao longo do século XVIII, o fornecimento de mão de obra negra às Antilhas britânicas e francesas crescera consideravelmente, assim como em Cuba. Esses números testemunham uma mudança radical de atitude, ainda que progressiva, dos europeus para com a África. Aos olhos deles, esse continente deixou de ser uma rica fonte de ouro para tornar-se, antes de tudo, um reservatório de mão de obra, sem o qual seria pura e simplesmente impossível a criação e a exploração de numerosos e grandes domínios europeus na América. Essa mudança tornou-se totalmente evidente por volta de 1700. O rápido desenvolvimento das plantações de cana-de-açúcar foi a causa principal do enorme aumento da demanda por mão de obra negra. O processo, iniciado desde o século XV na Ilha da Madeira, nas Canárias, nas ilhas de Cabo-Verde e, mais particularmente, em São Tomé, ao longo da segunda metade do século XVI, atingiu o Brasil, adquirindo grandes proporções na região Nordeste. A ocupação holandesa, longe de interrompê-lo, reforça-o ainda mais. A situação só foi modificada quando os holandeses, expulsos do Brasil, começaram a aplicar, nas ilhas do Caribe, as técnicas de refinamento do açúcar, por eles desenvolvidas no Brasil. Tais ilhas seriam, pouco a pouco, dominadas, principalmente pelos ingleses e franceses. Em intensa concorrência com essas novas plantações, aquelas do Brasil só conseguiam ocupar o segundo lugar na economia mundial. Com a exploração das minas de ouro e de diamantes do Brasil central (e, mais tarde, no século XIX, com o desenvolvimento da cultura do café no Brasil meridional), a demanda e a importação de escravos, nos séculos XVIII e XIX, quase triplicaram, em relação àquelas do século XVII.

A demanda por mão de obra negra nas colônias americanas impôs à Europa Ocidental uma tarefa de uma importância sem precedentes, especialmente em uma época caracterizada por mudanças radicais na partilha das forças econômicas e políticas.

Na segunda metade do século XVII, o declínio da Espanha e de Portugal era cada vez mais evidente. No século XVI, a Holanda e a Inglaterra, depois a França e um certo número de outros países, criaram companhias que assegu-

ravam o comércio com a África e o envio dos escravos para a América. Nesse sentido, a ação das companhias inglesas, holandesas e francesas reforçou a posição dos europeus na África. Ao mesmo tempo, a África tornou-se um lugar de afrontamento para os europeus. Os negociantes e as companhias comerciais esforçavam-se para obter o controle das melhores feitorias situadas na costa africana; para isso eles aproveitavam os períodos de guerra. Assim, as possessões dos diferentes grupos rivais formados por europeus – e cada grupo era apoiado por seu governo – frequentemente mudavam de mãos.

Ao longo do século XVIII, a Inglaterra se afirmou progressivamente como o país que estabelecia as ligações econômicas mais estreitas com a costa africana. Sua influência foi sentida do Senegal até os confins de Camarões. Os ingleses não foram os únicos protagonistas europeus nessa cena. Embora suas posições fossem menos marcadas, a Holanda e, em particular, a França, com os mercadores de Nantes, estavam, cada vez mais, ativos na Costa dos Escravos, no Senegal, na região de Camarões e em Loango. Angola, que, por volta do final do século XVII, era o principal reservatório de mão de obra negra, permaneceu, durante a segunda metade do século XVIII, sob a influência de Portugal que, maciçamente, continuava abastecendo o Brasil de escravos.

As tentativas de colonização começaram em Angola, onde os europeus, pouco numerosos no princípio, vieram se instalar. No litoral de Cabo-Verde e no Congo, a penetração europeia continuou meramente comercial. As feitorias e as colônias criadas pelos europeus (como São Luís, fundada em 1626) foram dispersas e unicamente estabelecidas na costa, próximas de baías bem protegidas e, geralmente, de aglomerações africanas. Elmina e Acra, mas também, Ouidah, Porto Novo, Badagri, o Antigo e o Novo Calabar, célebres no século XVIII, constituíam, tal como outras feitorias, pontos de encontro estabelecidos entre os brancos e os negros que lhes abasteciam de escravos em troca de produtos europeus.

É difícil saber qual era a extensão do território em que o comércio de escravos foi praticado. No século XVIII, quando a exportação dos africanos tornou-se maciça, era preciso penetrar no interior das terras para conseguir escravos, pois, nessa época, os principais fornecedores eram os soberanos de países poderosos, como Ashanti e Daomé, e também os traficantes de Calabar. Os antigos Estados africanos, como Benin ou Oyo, eram bem menos acessados. O Congo que, no século XVIII, entrara em um período de desintegração completa, nunca desempenhou um papel importante como fornecedor de escravos.

Nessa época, os europeus não pensavam particularmente em uma expansão territorial na África, salvo em Angola, já que conseguiam escravos no mesmo

lugar onde vendiam rum, armas e outras mercadorias, ou seja, em suas feitorias e nas numerosas baías por eles controladas. Não estavam ainda prontos para empreender a conquista do continente negro, especialmente, porque não suportavam bem o clima, além de estarem desarmados frente às doenças tropicais. Os europeus, como os brasileiros e os primeiros norte-americanos que começaram a aparecer no continente africano, faziam de tudo para conquistar a amizade dos soberanos africanos, fornecendo-lhes, generosamente, as mercadorias que eles desejavam. Nos séculos XVII e XVIII, a zona pela qual os europeus mais se interessavam era a costa ocidental da África. O comércio de escravos era muito reduzido na costa oriental e é somente no século XVIII que os traficantes europeus lá fazem suas primeiras aparições. A imensa distância que a separava dos mercados americanos criava sérios obstáculos, ainda que superáveis, ao envio dos africanos para as colônias do Novo Mundo. Na África Oriental, as exportações de escravos destinados à Arábia aumentaram no século XVIII. Quando este tráfico se voltou para Zanzibar, causou efeitos trágicos nas populações da África Central e Oriental. Parece, entretanto, que foi sobretudo no século XIX que elas foram dizimadas pelas razias dos árabes negreiros.

Na África do Norte, a expedição realizada em direção ao Rio Níger, em 1591, não parece ter obtido um efeito durável no Marrocos. Não se encontra traços de mudanças importantes ocorridas no comércio entre o Marrocos e o Arco do Níger. Escravos e pequenas quantidades de ouro continuaram sendo exportados do Sudão Ocidental. O tráfico de escravos parece ter sido expressivo, visto que, no fim do século XVII, os sultões do Marrocos possuíam uma armada de escravos que, durante certo período, também exerceu uma forte influência sobre a política do país.

As estruturas políticas, econômicas e sociais africanas durante o período considerado

As estruturas sociais, econômicas e políticas africanas não pararam de sofrer mudanças entre os séculos XVI e XIX. Isto se deveu, notadamente, tanto a fatores internos – de ordem demográfica ou ecológica –, quanto a forças externas tais como o comércio de escravos, o cristianismo, o Islã e o capitalismo.

É, a princípio, no domínio social que a mudança se fez sentir e que novas estruturas apareceram. Na área religiosa, os filósofos e as religiões da Europa e do Oriente Médio começaram sua expansão em regiões onde eram até então desconhecidos.

Todo o terreno conquistado pelo cristianismo nas áreas costeiras da África Oriental foi perdido com o assassinato do padre português Gonçalo da Silveira, responsável por submeter, com muito esforço, o *mwene mutapa* Nogoma à influência cristã e portuguesa, em 1560. O Islã, em contrapartida, progredia na Etiópia com as conquistas de Ahmad Grañ (1531-1535) e a dos *mai*, do Borno, bem como a conquista dos *askiya*, do Songhai, no Saara e no Sudão ocidental.

A segunda mudança importante foi a substituição, na maior parte da África, de um sistema próprio da África negra, o do *jonya*, por um sistema importado da Europa e do Oriente Médio, o da escravidão.

O *jonya* (do termo mande *jon*, que significa "cativo") era difundido principalmente no Sudão ocidental e na região do Níger e do Chade. Um *jon* era um escravo ligado a uma linhagem. Ele não era cedível, e possuía a maior parte do que produzia. O *jonya* desempenhou um papel considerável nos Estados e impérios de Gana, Takrur, Mali, Kanem-Borno, Ashanti, Ioruba e Monomotapa. A elite dos escravos reais pertencia à classe dominante do Estado e da sociedade.

No entanto, a escravidão oriental e ocidental, sob sua forma mais antiga ou colonial, fez do escravo um ser praticamente privado de direitos, que poderia ser negociado e transferido.

Com a criação de Estados muçulmanos ou de emirados, que ocuparam progressivamente todo o Sudão no curso do século XVIII, as tradições e o direito muçulmanos foram implantados na região e a escravidão substituiu o sistema *jonya.* Mas o *jonya* sobreviveu em meio à aristocracia tradicional do Sudão ocidental e da região do Níger-Chade, que quase não tinha sofrido influência muçulmana. Até a conquista colonial, o *jonya* guardou alguma influência dos Estados wolof, serer, haussa, kanembu e ioruba.

A terceira mudança diz respeito às estruturas feudais que, intactas ou modificadas, se expandiram nas civilizações agrárias da África.

Enquanto estrutura política, modo de produção ou sistema socioeconômico, o feudalismo supunha não apenas laços de fidelidade e de suserania, mas oferecia também a possibilidade de especular e tirar proveito dos meios de produção. A propriedade fundiária caracterizava tanto os regimes feudais ocidentais quanto os orientais que foram implantados nas civilizações agrárias da África. Sua influência era exercida em todo lugar onde a ocupação das terras ou a dominação de um território incorria no recebimento de taxas, direitos, aluguéis etc.

Na África negra, antes da aparição do direito islâmico ou do regime do tipo ocidental (feudal), a terra não era uma fonte de ganhos. Os que se apropriavam ou transmitiam uma parcela de terra ou área de caça, de pesca ou de colheita valiam-se apenas de um direito de usufruto que excluía a especulação lucrativa

ou o direito de venda. As sociedades agrárias do sul do Saara criaram então o *lamana*, sistema de ocupação que não previa locação, arrendamento ou meação da terra. A economia própria da África negra era centrada, antes de tudo, na produção destinada ao consumo. O homem produzia aquilo de que precisava, mas não possuía os meios de produção.

As interações entre as diferentes estruturas sociais criaram sociedades híbridas e heterogêneas. Do século XVI ao XVIII, havia áreas marginais onde um feudalismo atípico se avizinhava ao *lamana*. Onde a produção era destinada às trocas, o regime de tipo feudal dominava e o *lamana* era eliminado ou transformado.

Os principais fatores que contribuíram para a adoção do sistema socioeconômico feudal otomano foram a propagação do regime do emirado muçulmano com a chegada dos *askiya* ao Sudão ocidental, a expansão do Império dos *mai* islamizados de Borno e a introdução do direito corânico, resultante de conversões e *djihads*. No Songhai, os *askiya* conservaram uma parte da estrutura socioeconômica tradicional. Nos emirados, foi adotado o direito islâmico das *djihads*, o que reforçou a implantação das estruturas socioeconômicas semifeudais. As *almamia* do Fouta-Toro, do Fouta-Djalon e do califado de Sokoto eram simplesmente calcadas nos regimes feudal e fiscal otomanos.

A partir do século XVI, houve uma conjugação de estruturas socioeconômicas de diferentes origens. A isso sucedeu-se a aparição de uma nova ordem social, ou seja, de um governo de tipo autoritário ou aparentado ao emirado, no qual estruturas feudais eram sobrepostas ao *lamana* africano. No Sudão ocidental e na Nigéria, que foram islamizados, a instituição muçulmana do emirado substituiu o *mansaya* ou se lhe sobrepôs. No Golfo da Guiné e na África Central e Oriental, onde chefes cristãos apareceram entre os manicongo e os mwene mutapa, a influência da monarquia feudal cristã ficou cada vez mais evidente.

Na arquitetura e nas artes houve também algumas realizações importantes. Os construtores das cidades do Vale do Nilo, do Magrebe, do Sudão e da costa, bem como os construtores dos palácios iorubas, das hoje chamadas ruínas do Zimbábue, de casas, palácios e mesquitas da costa oriental da África, e dos *tata* – que cingem as cidades haussas –, todos eles eram ao mesmo tempo arquitetos, pedreiros, decoradores e urbanistas. Grandes estruturas econômicas apareceram no decorrer desse período: o sistema de castas que substituiu o sistema de guildas ou corporações, a economia de pilhagem, principalmente na África do Norte e do Leste, e a economia dos entrepostos ou feitorias, principalmente na África Central e Ocidental.

A civilização urbana medieval contribuiu para a divisão do trabalho, assim favorecendo o artesanato e as indústrias manufatureiras. Porém, no século XVI,

esse desenvolvimento foi desigual e diferentes tendências manifestaram-se em função dos contextos sociais.

Nas civilizações do Sudão ocidental, da região do Níger-Chade e do Saara, por exemplo, o artesanato e as atividades industriais e manufatureiras desenvolveram-se no quadro de um sistema de castas mais ou menos fechadas e constituídas com base em linhagens.

Um aspecto importante da organização da indústria ou do artesanato da época reside no grau de controle exercido pelo Estado. Nas civilizações mediterrâneas, havia geralmente monopólio do Estado para certo número de atividades como a tecelagem, a construção naval, a fabricação de armas, o refino e o comércio exterior. Mas os Estados na África negra raramente exerceram essa prerrogativa, mesmo quando a indústria dos armamentos se desenvolveu. Esse período foi marcado pelo contraste entre a polivalência das diferentes categorias da população camponesa e a nítida especialização dos citadinos.

As indústrias do Estado cresceram: manufaturas de armas e mesmo estaleiros para a construção de frotas marítimas e fluviais foram implantados tanto no Sudão ocidental e na costa ocidental do Atlântico, quanto nos países mediterrâneos e do Oceano Índico.

A multiplicação das guerras, às vezes, dava um novo impulso ao trabalho dos metais. No século XVI, Sonni Ali reorganizou os arsenais do Songhai, fixando objetivos anuais de produção às oficinas. A metalurgia aperfeiçoou-se no Egito, onde começaram a fabricar o aço de Damasco, enquanto o trabalho com o ferro, o cobre, o ouro e a prata ocupava numerosas comunidades. A indústria dos metais preciosos no Egito e na África do Norte continuava a se abastecer de ouro em Wadi Allaga, na Núbia, em Sofala e no Sudão ocidental. Os forjadores mandes, organizados em castas, exportaram suas técnicas para as novas cidades que o comércio atlântico fazia surgir na costa. A cunhagem de moeda de ouro (praticada há muito tempo no norte e na costa swahili, particularmente em Zanzibar e em Kilwa) progrediu rumo ao sul, até Nikki. Os swahili fabricavam igualmente magníficas joias e outros objetos de ouro e prata. O trabalho da cerâmica tornou-se industrial, a olaria, bem como a empalhação, continuavam sendo tarefa das mulheres. A indústria do vidro manteve sua expansão e propagou-se no conjunto do país ioruba, no Egito e no Magrebe. Entre os shona do sul da Bacia do Zambeze, a extração mineira era muito desenvolvida e as minas de ouro e cobre constituíram o fundamento da economia da região até o século XVIII.

O trabalho em couro florescia principalmente na Nigéria, onde a pecuária fornecia uma abundante matéria-prima. Do século XVI ao XVIII, a empalhação

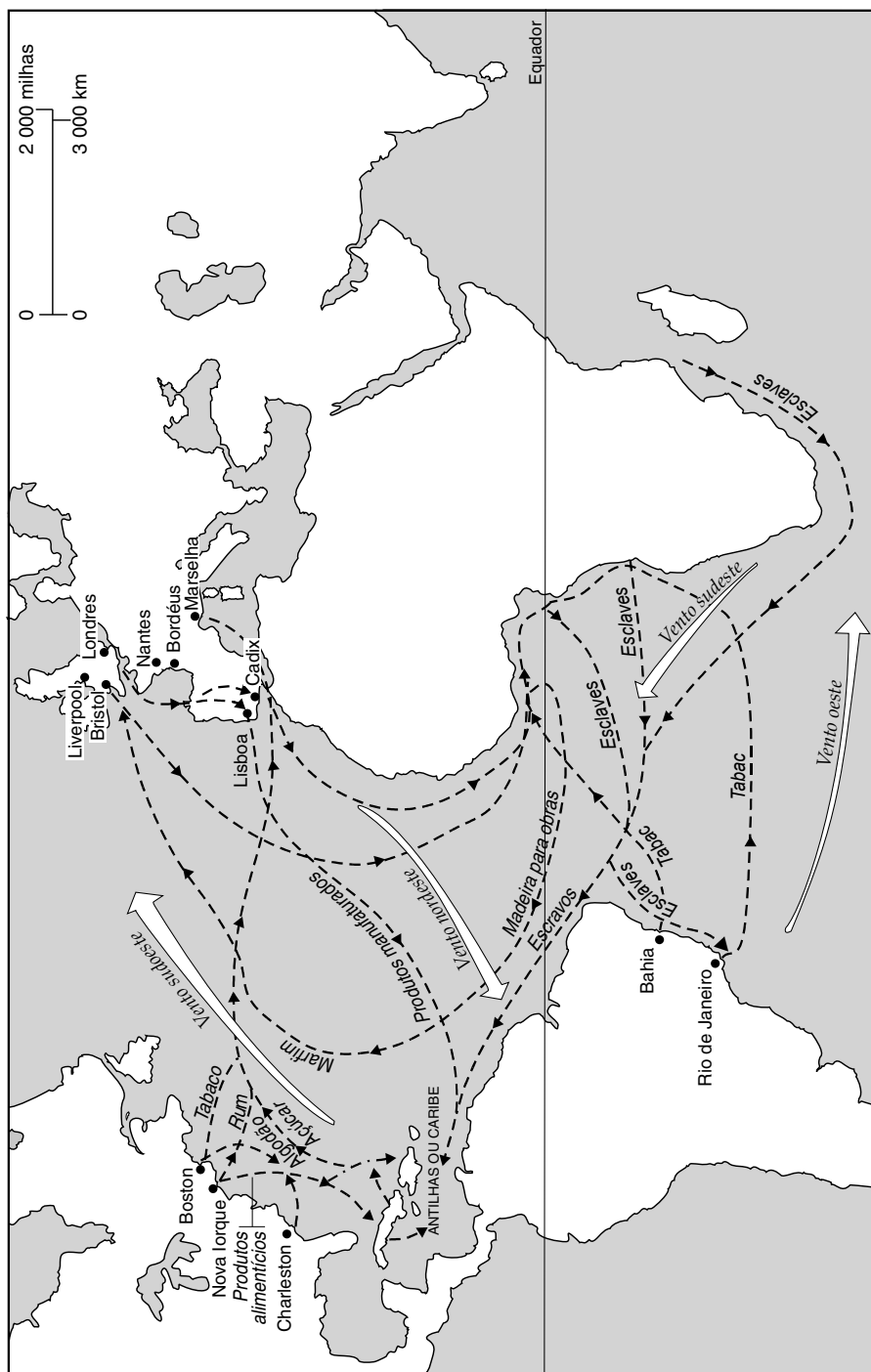
e a tecelagem dos tapetes tomaram um lugar igualmente importante dentre as indústrias da região do Níger-Chade. A fabricação do papel, que tinha substituído o papiro, desenvolveu-se principalmente no Egito. As indústrias alimentares que haviam se multiplicado na Idade Média, nas cidades do norte e do Sudão ocidental, foram também implantadas nas cidades nigerianas. A África do Norte, particularmente o Egito, especializou-se no cultivo da cana-de-açúcar e no refino do açúcar. A extração do óleo de oliva, de palma e de amendoim, assim como o trabalho com carnes, massas e especiarias conservou, de maneira geral, seu caráter artesanal. Na área têxtil, a cultura e a tecelagem do algodão estavam bem implantadas no platô do Zimbábue desde o século XVI. Da mesma forma, as cidades-Estados swahili eram famosas por seus tecidos. Na África Central do século XV ao XIX, os tecidos de ráfia dos congos eram renomados.

O comércio com centros urbanos afastados desempenhou um papel importante na economia africana anterior ao século XVI, favorecendo a produtividade, o desenvolvimento das civilizações urbanas e o estreitamento de laços entre as cidades e as áreas rurais. Porém, entre os séculos XVI e XIX, a economia de pilhagem – consequência do expansionismo espanhol e português – foi introduzida e se estabeleceu.

Entre 1495 e 1523, Espanha e Portugal estenderam gradualmente seu domínio sob o Magrebe. Quando os portugueses ocuparam Azemmour, em 1513, os arabo-berberes e o Império otomano decidiram resistir à agressão europeia; corsários, navegando sob a bandeira otomana, contribuíram para reequilibrar as forças.

A despeito do enfrentamento com as potências europeias, os Estados da África do Norte continuaram a preservar sua liberdade, mas sua evolução ficou entravada, no século XVI, pelo desabamento da ordem econômica internacional. Os portos do Magrebe e do resto da África do Norte viveram então principalmente do produto da pirataria, de tributos e de direitos, mais do que do comércio ou de novas indústrias.

A economia de pilhagem, da qual a pirataria no Mediterrâneo fazia parte, contribuiu muito certamente para a desaceleração do crescimento econômico e técnico da região situada ao sul do Mediterrâneo. Mas as estruturas socioeconômicas e políticas desempenharam igualmente um papel na estagnação e no subdesenvolvimento dessa região e de seu interior.

Todos os países do Nilo e da África Oriental, bem como os da região do Níger-Chade e do Sudão ocidental foram atingidos em diferentes graus. Na parte ocidental do Oceano Índico, o período de 1680 a 1720 tornou-se conhecido como a “época dos piratas”. Os países diretamente em contato com as

Rotas e relações comerciais na África do século XVI. Fonte: segundo um mapa desenhado por P. Ndiaye, Departamento de Geografia, Universidade de Dakar.

novas potências europeias foram abalados pela economia de pilhagem e sofreram igualmente por não terem podido reanimar uma estrutura socioeconômica cada vez mais influenciada por um Oriente atrasado. Outra de suas deficiências consistia na incapacidade de estabelecer relações de força necessárias para não serem vítimas da desigualdade do sistema de trocas da época.

A economia de pilhagem provocou a estagnação das trocas comerciais entre as cidades e o campo e influiu consequentemente em suas relações. Até então, suas atividades e produções haviam sido complementares. As cidades haviam quebrado o círculo vicioso da agricultura de subsistência, acentuado a divisão do trabalho e lançado as bases da sociedade nova. Eram a indústria e o comércio urbano que haviam até então encorajado o desenvolvimento em grande escala da agricultura, da pecuária, da pesca e da caça, e das indústrias a elas relacionadas.

O século XVI, contudo, iria abalar esse universo e mergulhá-lo na crise. A vida campestre foi abalada pelo comércio de escravos, que esvaziou o campo. Em algumas áreas, a população continuamente assediada regrediu para uma economia nômade de caça e de coleta, deixando frequentemente a área da savana pela da floresta.

A opressão do campesinato africano pelas elites rurais e urbanas cresceu ao passo que o garrote fiscal apertou.

Nesse contexto, os chefes das *djihads* e dos movimentos cristãos messiânicos não tiveram dificuldade alguma em garantir o apoio maciço do campesinato. Eles tornavam os aristocratas tradicionais e os europeus responsáveis de todos os incômodos e da injustiça social.

A partir do século XVII, o papel político do campesinato aumentou. Revoltas camponesas causadas pela decadência do campo varreram o continente como uma revolução religiosa, abrindo assim o caminho para a resistência à conquista colonial. Essas revoltas não eram feitas por prisioneiros ou escravos, mas pela classe mais importante e mais fortemente explorada, a dos pequenos proprietários.

As repercussões da economia de pilhagem nos países do Nilo e do Oceano Índico foram também totalmente desastrosas. Os portos da África Oriental eram conhecidos por suas atividades comerciais desde o século XI e estavam em contato direto com a Arábia, a Pérsia, a Índia, a China e o Mediterrâneo. A invasão portuguesa marcou o início da decadência desse complexo comercial urbano. Em 1502, Kilwa e Zanzibar tornaram-se dependentes de Portugal. Em 1505, Francisco de Almeida saqueou Kilwa e Mombasa e construiu o forte Santiago em Kilwa. Ele proibiu qualquer comércio entre essas cidades e os negociantes as deixaram para se instalar em Malindi e nos Comores. Lamu e Pate foram ocupadas.

Com exceção de Luanda e Moçambique, nenhuma das feitorias fundadas pelos portugueses e depois pelos holandeses, ingleses e franceses se aproximava em tamanho de uma cidade média do Sudão ocidental, nem mesmo dos portos swahili e da África Oriental, entre os séculos X e XVI.

Se a economia de pilhagem se generalizou nas regiões situadas à margem do Mediterrâneo, do Nilo e do Oceano Índico, a economia de feitoria ou de entrepostos tornou-se a estrutura dominante ao longo do Oceano Atlântico. As novas feitorias marítimas consistiam em fortalezas antes de se tornarem centros de civilização comercial.

As feitorias não contribuíram de forma alguma para a prosperidade local. Antes de 1800, Alberda, Cacheu, Santiago do Cabo Verde, Elmina, Ketu, Calabar e São Salvador constituíam as mais importantes e comportavam cada uma menos de cinco mil habitantes. A economia de feitoria baseava-se no comércio transatlântico de escravos. Em seu apogeu, nenhuma das feitorias servia de centro para o escoamento dos produtos locais, nem criava oportunidades para as atividades comerciais ou industriais da população autóctone. As feitorias para a venda de escravos eram antes de tudo um instrumento de despovoamento.

A contribuição direta e indireta da economia de feitoria à prosperidade mundial foi, contudo, considerável. Depois da descoberta das minas africanas, as feitorias forneceram uma grande parte do ouro e da prata mundiais. Além disso, foi por meio delas que transitou grande parte da mão de obra que valorizou o continente americano. De fato, as feitorias eram a alma do comércio mundial, a fonte da indústria, das finanças e do capitalismo europeu e internacional. O comércio francês, por exemplo, cresceu tremendamente ao longo do século XVIII.

A economia africana sofreu principalmente a concorrência do comércio e das indústrias europeias. Ao monopolizarem os portos, os europeus paralisaram a relação entre a costa e o interior. Assim, os Estados europeus que anexaram as áreas costeiras delimitaram suas áreas de influência (portuguesa, holandesa, francesa e inglesa) antes mesmo da conquista colonial. Determinaram, assim, o desenvolvimento e a geografia política dessas regiões no século XVIII. Do avanço do Marrocos no país Songhai até as peripécias das guerras internas do Sudão Ocidental, a maioria das reviravoltas políticas africanas explicam-se pelo processo de desmembramento imposto pelas potências europeias no século XVI.

A cena política africana já atingira certo nível de equilíbrio e de estabilidade durante o período compreendido entre os séculos XII e XVI. No século XVI, a África mediterrânea representava, no seio do Império árabe-otomano, um subsistema do qual o Marrocos, a Ifriquia e a Tripolitânia constituíam uma parte.

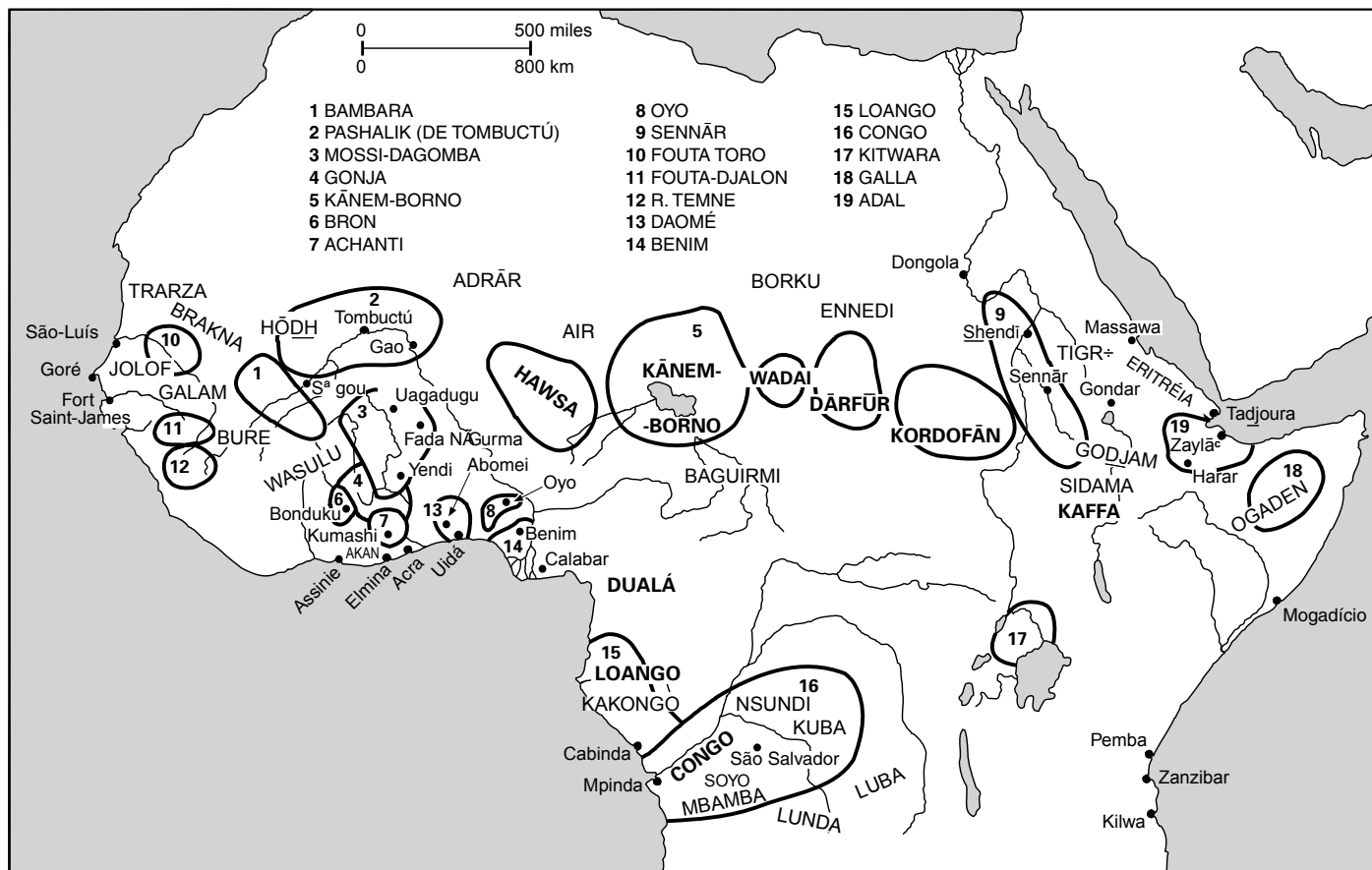
O Egito era uma entidade à parte. A região do Nilo, compreendendo a Núbia e a Etiópia, ligava o sul aos Estados dos Grandes Lagos do Bunyoro-Kitara, às cidades-Estados swahili e à parte sul do Zambeze que, no fim do século XVI, era dominado pelo Estado mutapa. Quanto à África Austral, ela contava ainda com poucas estruturas estatais. Na África Central, existiam dois sistemas políticos, um sob o domínio dos reinos Congo e Tio, outro sob o reino luba. Entretanto, os habitantes das florestas não estavam organizados em Estados. As regiões do Sudão Ocidental e do Níger-Chade eram limítrofes, mas suas fronteiras mudavam constantemente. Ambas ficavam em contato com a Núbia e a Etiópia.

A evolução do mapa político demonstrava as pressões exercidas pelas forças exteriores e suas repercussões. As guerras internas que reviravam a cena política aniquilaram as fronteiras locais e o equilíbrio de forças. Novos Estados apareceram: eram os mais bem armados, tal como o Kanem-Borno, ou aqueles com mais saídas marítimas, como o Cayor na Senegâmbia, o Daomé no golfo da Guiné, a Angola na África Central e o Reino dos Changamira na parte sul do Zambeze.

A própria natureza do Estado africano foi modificada. Vastas regiões sem soberanos nem chefes, que eram até então habitadas por agricultores, caçadores ou pastores nômades, foram conquistadas e transformadas em Estados dotados de estruturas centralizadas.

A partir do século XVI, a vida política concentrou-se cada vez mais nas áreas costeiras, nos portos que serviam de base aos corsários e nas feitorias. Em 1780, a guerra entre o Marrocos e a Espanha terminou pelo tratado de Aranjuez, que redefinia as fronteiras dos dois países e codificava suas relações comerciais. Mais ou menos na mesma época, a Argélia, que estava em guerra com os Estados Unidos, forçou essa nova nação a pagar um resgate a piratas para obter a liberação de seus extraditados.

Foi preciso guerras, a destruição de feitorias e a proibição de trocas para convencer as potências europeias a pagar impostos. Todavia, essas fontes de ganhos mais ou menos regulares estiveram na origem das guerras que estraçalharam a aristocracia e as classes dominantes no conjunto do continente.

As entidades políticas estavam principalmente em regiões que souberam atingir um certo equilíbrio e conseguiram se desenvolver, levando em conta a situação interna. As dimensões dessas entidades e a estabilidade de suas fronteiras, bem como de seu governo, eram variáveis. Algumas eram confederações de Estados, outras estados unitários ou chefias de jurisdição limitada. Tratava-se, em alguns casos, de um clã ou de um *lamana* independente no qual os primeiros ocupantes levavam uma existência autônoma.

Espaços políticos do Saara ao Equador, no século XVII. Fonte: segundo um mapa desenhado por P. Ndiaye, Departamento de Geografia, Universidade de Dakar.

A instabilidade introduzida pela economia de pilhagem e pela economia de feitoria criou então, entre os séculos XVI e XVIII, Estados e economias que não podiam mais assentar sua evolução econômica, social e política em bases coerentes e organizadas.

Os movimentos populacionais e a emergência de novas formas sociopolíticas na África

Um dos principais pontos nos quais a história da África pré-colonial difere da história da Europa e da maior parte da história da Ásia é a mobilidade das diferentes categorias da população, particularmente dos agricultores. Os agricultores africanos das regiões tropicais e subtropicais apresentaram muito mais mobilidade do que os camponeses europeus ou asiáticos que, praticando um cultivo intensivo, renovavam a cada ano a fertilidade da mesma parcela da terra. Na maior parte da África, o cultivo tinha de ser extensivo e as mesmas terras não podiam ser trabalhadas por muitos anos consecutivos. A população tinha então muito menos raízes em uma terra em particular, sendo mais móvel que em outros lugares. De qualquer modo, a mobilidade da população é uma característica essencial que deve ser levada em conta em todo estudo e toda reconstituição do passado africano, e é importante avaliar cuidadosamente sua influência sobre as sociedades e as culturas.

Há evidências de numerosas migrações: daquelas dos *trekboer* do Cabo às dos somalis e dos oromo do Chifre da África (correspondente ao nordeste africano), dos ngbandi de oubangui, dos jagas (djagas) da África Central, dos tuaregues do Arco do Níger, dos mane de Serra Leoa, dos fulbes de toda África Ocidental e de todos os povos de Madagáscar. Tudo parece ter se passado como se, entre 1500 e 1800, nenhum povo tivesse permanecido no mesmo lugar.

Na África, as principais estruturas do espaço eram os Estados e as redes comerciais. Os africanos destacam a importância das migrações em suas tradições orais. Um grande número dessas tradições tinha por objetivo explicar a criação do mundo, e elas se referiam frequentemente a povos ou indivíduos fundadores vindos de outros lugares, de um lugar das origens.

Mas é preciso primeiramente estudar os deslocamentos normais, ligados à busca dos meios de subsistência, para então compreender melhor os deslocamentos inabituais, e ver como se produzem os diferentes movimentos populacionais.

Os homens dispõem essencialmente de quatro maneiras de tirar seu sustento do meio onde vivem: a caça associada à colheita, a criação de gado e animais

domésticos, o cultivo do solo e a pesca. A esses quatro tipos de atividade correspondem quatro formas comuns de deslocamentos.

Os caçadores e coletores percorrem um território que permanece relativamente estável enquanto a densidade da população está adaptada a seu modo de vida. Eles vivem em acampamentos e se deslocam frequentemente no interior do território, como os pigmeus de Ituri ou os kung san de Botswana. Seus deslocamentos variam também em função das estações. Apesar de sua grande mobilidade, tais grupos podem explorar os mesmos territórios durante muito tempo.

Os criadores de gado também se deslocam. Os animais dos quais eles tiram sua subsistência têm necessidade de água, de pastagem e de sal. Esses alimentos se encontram em quantidade mais ou menos grande de acordo com as estações. No Saara, por exemplo, os nômades vivem em geral nas bordas do deserto ou próximos a grandes oásis durante a estação seca e penetram profundamente no interior do deserto quando chegam as chuvas. Trata-se da transumância, e os percursos são frequentemente os mesmos de um ano para outro. Contramovimentos complexos ocorrem frequentemente entre comunidades nômades que criam espécies diferentes (camelos, cabras, bovinos ou ovinos), em função das necessidades específicas de cada espécie.

Entre os agricultores também havia mobilidade, pois praticavam um cultivo itinerante, deixando as terras cultivadas no ano precedente para desbravar novos espaços. As melhores terras eram aquelas fertilizadas ao mesmo tempo pela irrigação e por aluviamento anual, mas eram raras. Exceto no Egito e nos arrozais na costa ocidental da Guiné, as culturas permanentes eram muito raras na África porque geralmente não era possível aplicar métodos eficazes de fertilização intensiva.

A maior parte dos povoados se deslocava, mas, ao passo que a densidade populacional permanecia baixa, eles seguiam um trajeto mais ou menos circular no interior de um território estável. A mobilidade da população não dependia somente do estado do solo. Em muitas regiões, em toda a floresta tropical úmida da África Central, os agricultores recorriam igualmente à caça, sobretudo com armadilhas, e não desdenhavam a colheita. Por exemplo, a localização do povoado dos nzabi do Gabão podia ser escolhida em função das necessidades dos caçadores tanto quanto dos agricultores. As variações climáticas eram o principal perigo a esse modo de vida, especialmente a irregularidade das chuvas. Geralmente, dois anos sucessivos de seca provocam uma situação de miséria e três podiam levar à fome.

Para os agricultores, criadores de animais e coletores, havia então uma densidade máxima e uma densidade ótima da população, variáveis segundo seu meio

ambiente: a natureza do solo, as precipitações, a topografia, as possibilidades de abastecimento suplementares, o estado das técnicas e o regime de partilha ou de distribuição dos recursos.

Os pescadores eram sedentários e deslocavam raramente seus povoados. Mas as variações sazonais do regime dos cursos de água podiam levá-los a fazer expedições longínquas. Eles se instalavam, então, em acampamentos ou sobre os bancos de areia, como no Zaire ou no Kasaï, às vezes a centenas de quilômetros dos povoados onde tinham deixado suas famílias. Graças a seus barcos, eles dispunham de um meio de transporte barato e vários dentre eles se tornaram comerciantes, servindo de intermediários entre diversas comunidades.

Quando um grupo possuía uma economia complexa ou vivia em simbiose com outros grupos, as condições e forma de seus deslocamentos eram, por sua vez, mais complexas.

A mobilidade dos indivíduos era igualmente considerável. Na África, a mobilidade individual era tão grande quanto em outras partes do mundo. O estereótipo segundo o qual certas etnias africanas não tinham nenhum contato com o mundo exterior não tem mais fundamento que o estereótipo da errância perpétua.

Convém destacar que a distinção entre deslocamentos ordinários e extraordinários era muito mais tênue no caso dos indivíduos, mesmo se eles podiam, na sua somatória, produzir resultados espetaculares. Dessa maneira, pode-se considerar o tráfico de escravos após 1660 como um movimento comum no que diz respeito aos indivíduos. Porém, o transporte de escravos para a América do Norte e do Sul é de longe o mais importante movimento populacional que a África conheceu.

A urbanização supõe igualmente um movimento populacional. No começo do século XIV, a cidade de Zimbábue possuía talvez 10.000 habitantes. Essa concentração era o resultado de uma migração interior: a cidade tinha, provavelmente, absorvido uma centena de povoados. Após o esgotamento das terras cultiváveis em Zimbábue, os habitantes não podiam permanecer mais lá, abandonaram a cidade e voltaram para seus povoados. Sua dispersão representa igualmente um movimento populacional importante.

À parte a urbanização e o tráfico de escravos, temos muito poucos dados sobre os deslocamentos de indivíduos e mesmo das famílias. Os movimentos inabituais e coletivos da população se dividem em duas grandes categorias: as correntes migratórias e as migrações propriamente ditas. Os movimentos da primeira categoria são progressivos e lentos, enquanto a migração é um movimento súbito. Uma corrente migratória não implica necessariamente no abandono do território

de origem, ao passo que a migração sim. Essas duas categorias de movimento populacional subdividem-se em vários tipos. Uma corrente migratória é chamada de "expansão" quando faz crescer o território de um grupo, e de "diáspora" quando é descontínua e resulta em novos estabelecimentos. Além disso, há também as migrações em massa, as migrações de bandos (geralmente de guerreiros que praticam a pilhagem) e as migrações de elites, que envolve pequenos grupos, cuja chegada provoca importantes mudanças na sociedade que os acolhe.

Somente uma parte da África conheceu, durante esse período, as grandes redistribuições populacionais que levaram à formação de sociedades e culturas novas. Trata-se, por um lado, da região do Chifre da África, situada ao sul do Abbay, ou Nilo Azul superior, e corresponde aproximadamente à Somália e ao norte do Quênia, e, por outro lado, da zona situada a leste do Nilo Branco, ao norte do Lago Nyanza e ao sul do Sobat. Vários movimentos populacionais produziram-se nessas regiões. O mais espetacular foi a emigração dos oromo na Etiópia, por volta de 1535.

Mais a oeste, os movimentos populacionais tinham começado antes, talvez por volta do ano 1000, com a migração dos luo ao longo do Nilo Branco. Um grande número de comunidades se deslocou, notadamente os karamojong, e, mais a leste, os turkana, bem como os nandi e os masai. Todos esses povos, salvo os luo, praticavam essencialmente a criação de animais, como os oromo e os somalis. Estavam todos à procura de terras "vazias", isto é, com densidade populacional relativamente baixa.

Esses movimentos populacionais atêm-se, ao menos até o século XVIII, à história da colonização de terras marginais. As terras com melhor irrigação, às margens do Nilo, foram originalmente ocupadas por agricultores que também criavam animais. Eles repeliram todos aqueles que chegaram depois. Essa mobilidade ressalta a estabilidade que prevalecia, na mesma época, na maior parte do continente. Quase por toda parte, vastas regiões eram ocupadas por pessoas cuja economia era adaptada ao meio natural e à densidade populacional. No conjunto do continente, o homem havia dominado o espaço, salvo nas terras marginais onde o combate prosseguia.

Como em seus deslocamentos as diferentes populações tinham sempre em vista sua própria densidade e de populações vizinhas, pequenas correntes migratórias produziram-se quase por toda parte, mesmo na África do oeste e do Norte. Essas expansões se davam com mais ordem que as das migrações em massa, o que é indício de uma verdadeira estabilidade.

A maior parte dos pequenos movimentos populacionais atinha-se à formação ou à queda de um Estado. Na África Ocidental, o declínio do Império do Mali

parece ter levado os soso (susu), os baga e os nalu a deixarem o Futa Djalon e os mane a emigrarem em bandos para a Libéria e Serra Leoa.

Na África Central, poucos movimentos são conhecidos. A expansão do Império lunda, em seguida a do Reino yaka do Kwango provocaram a migração de bandos armados, dentre os quais os mais conhecidos são aqueles da Lunda meridional e o que fundou o Reino de Kazembe.

É sem dúvida em Madagáscar que se vê mais claramente como os movimentos populacionais podiam se ligar à formação de sociedades e reinos, por exemplo, as migrações dos maroserana, aos quais se juntaram algumas comunidades, enquanto outras deles fugiam. Em 1500, a população da ilha conservava uma grande mobilidade, pois havia ainda terras desocupadas. Em 1800, a maior parte da ilha estava organizada em Estados de diferentes tipos. O espaço tinha sido dominado. Entretanto, nesse processo, a formação dos Estados desempenhara um papel mais importante em Madagáscar que em outras regiões da África.

No continente, a formação de Estados por movimentos populacionais limita-se a uma parte da Tanzânia central, à Tanzânia meridional e ao norte de Moçambique. Nessas regiões, a formação dos Estados bena, sangu, hehne, makua (makwa), lundu e yao, e a unificação de certos Estados nyamwezi contribuíram para fixar a população.

A considerável extensão das rotas comerciais ao sul do Saara levou a novas diásporas e amplificou as antigas. Ela provocou também outros movimentos populacionais, que se deram mais frequentemente em curtas distâncias. As diásporas melhor conhecidas são, de oeste a leste, as dos jahanka, dos joola, dos yarse, dos haussas, dos bobangui, dos vili, dos hungaan, dos bisa, dos yao, e dos swahilis. É preciso acrescentar as diásporas europeias: os franceses para a costa do Senegal, os portugueses para Luanda e Moçambique, os agentes dos portugueses (lançados, pombeiros e o pessoal dos prazos) e os holandeses do Cabo foram os europeus cujo estabelecimento teve a maior influência sobre o continente africano durante esse período.

A África na história do mundo: o tráfico de escravos a partir da África e a emergência de uma ordem econômica no Atlântico

Data do século IX a exportação de forma significativa de escravos da África negra para o resto do mundo. Esse comércio aprovisionava essencialmente os

países banhados pelo Mediterrâneo (inclusive os da Europa meridional), o Oriente Médio e algumas regiões da Ásia, e perdurou por vários séculos, extinguindo-se no começo do século XX. Todavia, as quantidades anuais exportadas nunca foram relevantes. Porém, a partir do momento em que o Novo Mundo, após a viagem de Cristóvão Colombo, em 1492, se abriu à exploração europeia, o tráfico de escravos africanos, envolvendo números muito maiores, se superpôs ao antigo tráfico: trata-se do trato transatlântico de escravos, praticado do século XVI até meados do século XIX.

Do ponto de vista da história mundial, o comércio de exportação de escravos africanos, especificamente o comércio transatlântico, representa um fenômeno único em termos de número, extensão geográfica e econômica.

Para avaliar com exatidão o papel histórico mundial do comércio de escravos da África, é preciso estabelecer uma estimativa acurada, a mais próxima possível da realidade, do volume desse comércio ao longo dos séculos. A esse respeito, consideráveis progressos foram feitos, e as estimativas atuais de escravos exportados giram em torno de 15,4 milhões. No que diz respeito ao tráfico pelo Saara, pelo Mar Vermelho e pelo Oceano Índico, as estimativas disponíveis não são tão confiáveis, mas chegou-se a um total de 6.856.000 para o período 1500-1890, ou seja, 3.956.000 para o tráfico transaariano e 2.900.00 para o tráfico do Oceano Índico e do Mar Vermelho. Em termos gerais, chegamos a aproximadamente 22 milhões de indivíduos exportados da África negra em direção ao resto do mundo, entre 1500 e 1890.

Para analisar o impacto do nascente sistema atlântico sobre as economias da Europa Ocidental, convém distinguir dois períodos: de 1500 a 1650 e de 1650 a 1820.

Durante o primeiro período, as economias e as sociedades da região atlântica ainda não possuíam as estruturas necessárias para que as forças presentes no mercado assumissem totalmente o funcionamento de um sistema econômico único, capaz de dividir funções e lucros entre seus membros. Consequentemente, a Europa Ocidental usou sua superioridade militar para adquirir o domínio sobre os recursos de outras economias e sociedades da região.

O segundo período (1650-1820) é dominado pela estruturação econômica e social nos países da zona atlântica, enquanto o processo de transformação capitalista da Europa Ocidental torna-se, por sua vez, subordinado ao sistema atlântico. Para apreciar plenamente o papel desse sistema no desenvolvimento econômico da Europa Ocidental, é preciso inseri-lo no contexto da crise geral, que abalou essa região durante o século XVII.

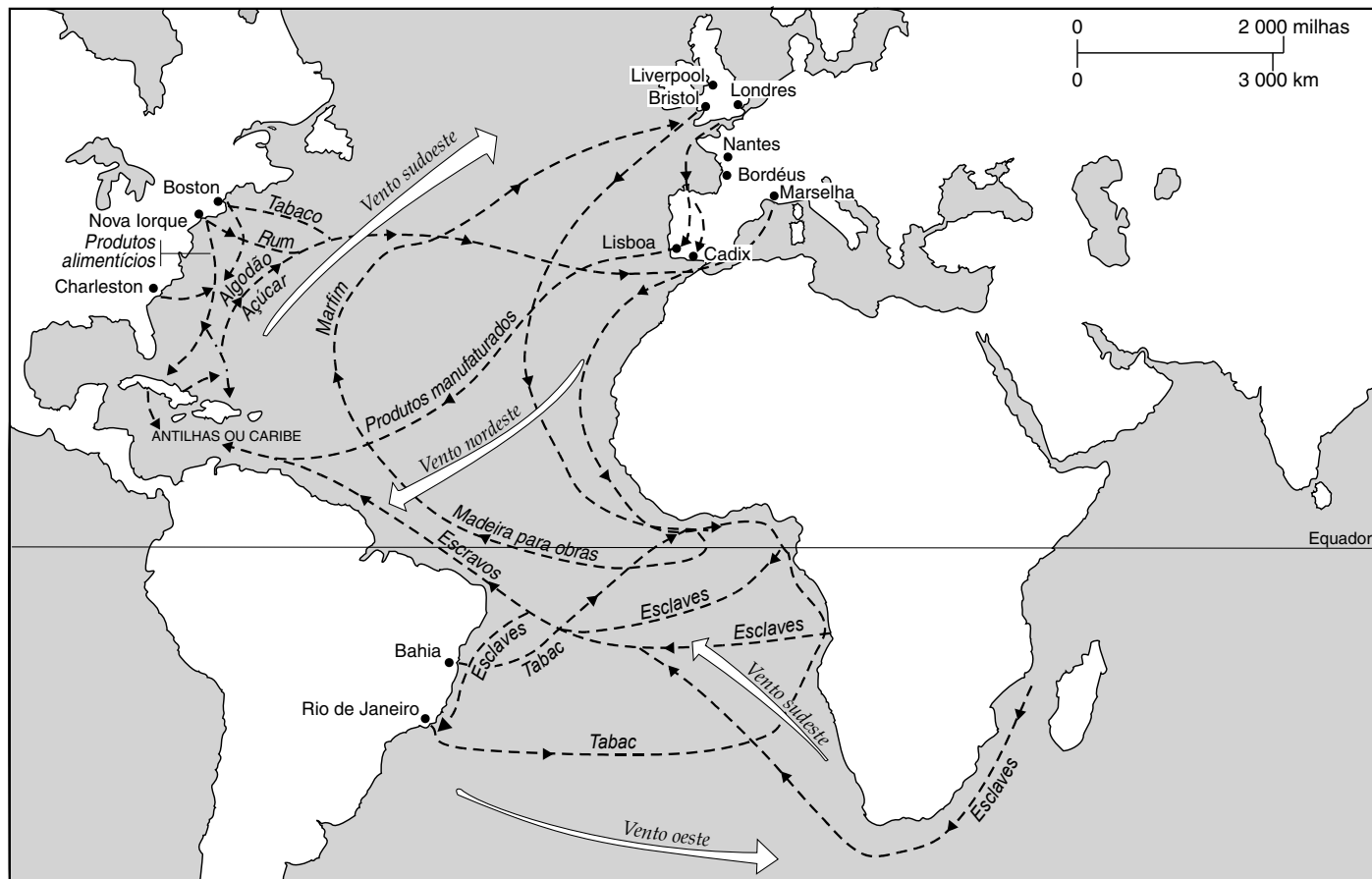
As importações de metal americano, cujo ápice ocorreu entre 1590 e 1600, diminuíram e a expansão demográfica reduziu-se. Tal situação agravou-se em razão da política de nacionalismo econômico adotada por vários países da Europa Ocidental durante o século XVII. Devido às barreiras aduaneiras, impostas pela França, Inglaterra e outros países, com o intuito de proteger suas indústrias nacionais, a situação econômica degenerou em crise geral e o comércio intrarregional desmoronou. O processo de transformação capitalista interrompeu-se completamente em alguns países e a regressão instalou-se em outros.

Nitidamente, a natureza e a origem da crise do século XVII indicam que, para levar a cabo seu processo de transformação capitalista, a Europa Ocidental precisava de muito mais oportunidades econômicas do que o continente europeu podia, em si, oferecer.

Entre 1650 e 1820, as mudanças ocorridas na estruturação da economia e das sociedades das regiões não europeias da zona atlântica ofereceram tanto imensas possibilidades quanto desafios a serem enfrentados, e iriam transformar completamente a situação econômica da Europa Ocidental. No Novo Mundo, a produção de metais preciosos continuou a desempenhar um papel importante, particularmente por ocasião da entrada do Brasil, no século XVIII, em sua fase de grande produção, mas o elemento capital da estruturação econômica e social dos países da região foi o considerável impulso dado à agricultura de larga escala. No subcontinente norte-americano, tratava-se principalmente de tabaco e algodão, enquanto na América Latina e nas Antilhas reinava o açúcar. Em razão da amplitude das operações, a lógica da nova economia requeria um repovoamento completo do Novo Mundo.

Um comércio muito ativo organizou-se em torno do transporte marítimo de mercadorias da África e das Américas: os escravos africanos partiam rumo às Américas, enquanto os produtos agrícolas e metais preciosos eram enviados das Américas rumo à Europa Ocidental.

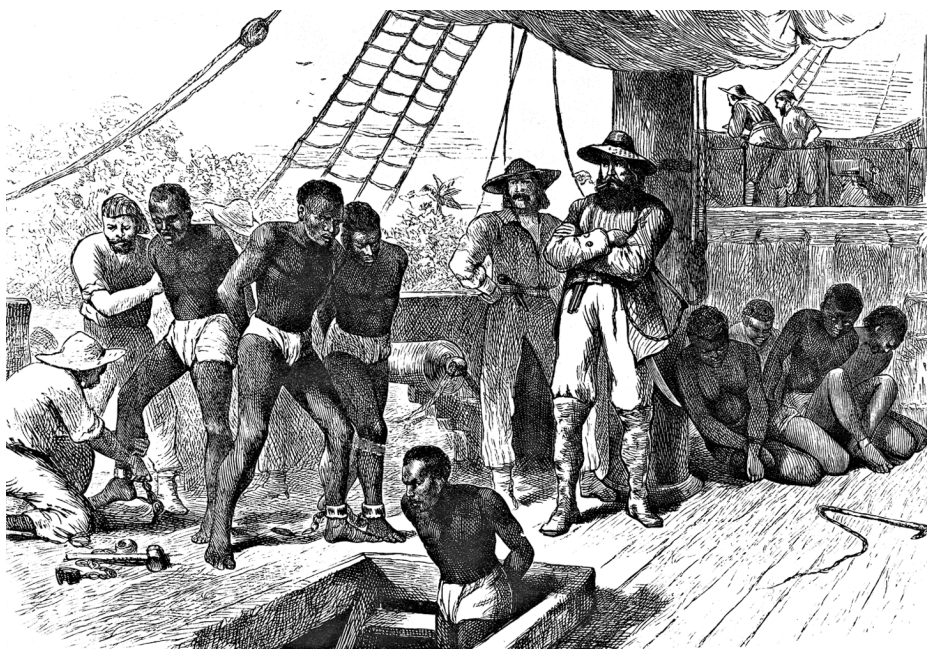
As novas possibilidades econômicas geradas pela expansão no sistema atlântico levaram à criação de empregos, estimulando assim o crescimento demográfico em toda a Europa Ocidental, em contraste com a queda constatada no século XVII. Tais mudanças contribuíram fortemente para impulsionar os mercados internos inglês, francês e holandês. Nos séculos XVIII e XIX, esse impulso, acompanhado pela progressão nas exportações, deu origem ao aumento da demanda que, por sua vez, permitiu o advento das invenções e das inovações técnicas no curso das revoluções industriais na Europa Ocidental.

Nessa mesma época, no Novo Mundo, a região que em 1783 se tornou os Estados Unidos da América – composta por territórios coloniais do século XVII

O comércio atlântico no século XVIII e no início do século XIX. Fonte: segundo A. G. Hopkins, 1973. Mapa reproduzido com a amável autorização do Longman Group UK Ltd.

até 1776 – participou ativamente de tal expansão. O grau de participação desses territórios no sistema atlântico, no curso dos anos imediatamente anteriores à Declaração de Independência dos Estados Unidos, alteraram consideravelmente a situação. A amplitude de sua participação não somente estimulou o crescimento do mercado interno e a produção de bens destinados à troca no mercado, como também encorajou a especialização, aumentou a renda por habitante e influiu nas taxas de migração rumo a essa região.

Por outro lado, na América Latina e nas Antilhas, as novas possibilidades comerciais decorrentes da chegada dos europeus surgiram em condições antes favoráveis à criação de estruturas de subdesenvolvimento, do que de desenvolvimento. Em primeiro lugar, porque os países da Europa Ocidental garantiram pela força seu domínio sobre os recursos naturais da América Latina e das Antilhas. Humilhada e desmoralizada, posteriormente pressionada pelo trabalho e dizimada pelas doenças introduzidas pelos europeus, a população indígena diminuiu em toda a região.

O quase extermínio da população indígena resultou em duas importantes consequências: a importação maciça de mão de obra servil africana e o domínio pelos colonos europeus das terras cultiváveis, agrupadas em vastos latifúndios ou fazendas. Esses dois fenômenos criaram novas possibilidades comerciais, capazes de estimular a transformação capitalista na Europa Ocidental e na América do Norte, engendrando ao mesmo tempo o subdesenvolvimento e a dependência na América Latina e nas Antilhas.

A amplitude dos contrabandos de escravos para a América espanhola, nos séculos XVI e XVII, torna quase impossível uma avaliação rigorosa acerca da real participação da mão de obra servil africana na extração de metais preciosos dessa região durante esse período. Entretanto, segundo censo realizado pelo clero, a população de origem africana chegaria, em 1796, a 679.842 pessoas no México e a 539.628 no Peru. No Brasil, durante esses dois séculos, são os escravos africanos que garantem, integralmente, a produção de açúcar para a exportação. No século XVIII, quando ocorreu a forte expansão no mercado do ouro, a produção efetiva permaneceu, na prática, dependente do trabalho dos escravos. A confirmação é dada pelo perfil da composição étnica da população brasileira nos séculos XVIII e XIX. A população de origem africana representava 61,2% da população total do Brasil em 1798 e 58% em 1872. As comunidades servis concentravam-se nas seis regiões que forneciam o ouro e os produtos agrícolas destinados à Europa e à América do Norte: Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Embarque de escravos a bordo de um navio negreiro europeu. © The Hulton-Deusch Collection, Londres.

Em suma, a transferência maciça de mão de obra africana para a América Latina, para as Antilhas e os territórios do sul da América do Norte resultou na impressionante expansão da produção e do comércio de bens de consumo na zona atlântica, entre os séculos XVI e XIX. Por sua vez, trouxe à baila oportunidades e desafios, sob cuja influência o processo de transformação capitalista foi empreendido nos grandes países da Europa Ocidental e na América do Norte. Esse mesmo processo histórico gerou, em contrapartida, na América Latina e nas Antilhas, estruturas de subdesenvolvimento e de dependência.

Por outro lado, na África, os dados disponíveis mostram que, à época da chegada dos europeus, aproximadamente no fim do século XV, as sociedades africanas estavam em grande processo de transformação. Descobertas arqueológicas realizadas na década de 1970 indicam que, em vários casos, sua transformação social e econômica já avançara bastante. O estabelecimento, a partir da segunda metade do século XV, de uma ligação comercial marítima entre a África e a Europa Ocidental parece ter oferecido, inicialmente, as oportunidades necessárias à África negra, com vistas a operar uma rápida transformação eco-

nômica e social. Além do crescimento no comércio do ouro, algumas produções agrícolas, como a pimenta, tiveram início e, inclusive, um certo incentivo foi oferecido em prol do aumento da produção de tecelões africanos, uma vez que os portugueses e os holandeses haviam participado da distribuição de tecidos africanos em diferentes pontos litorâneos do continente.

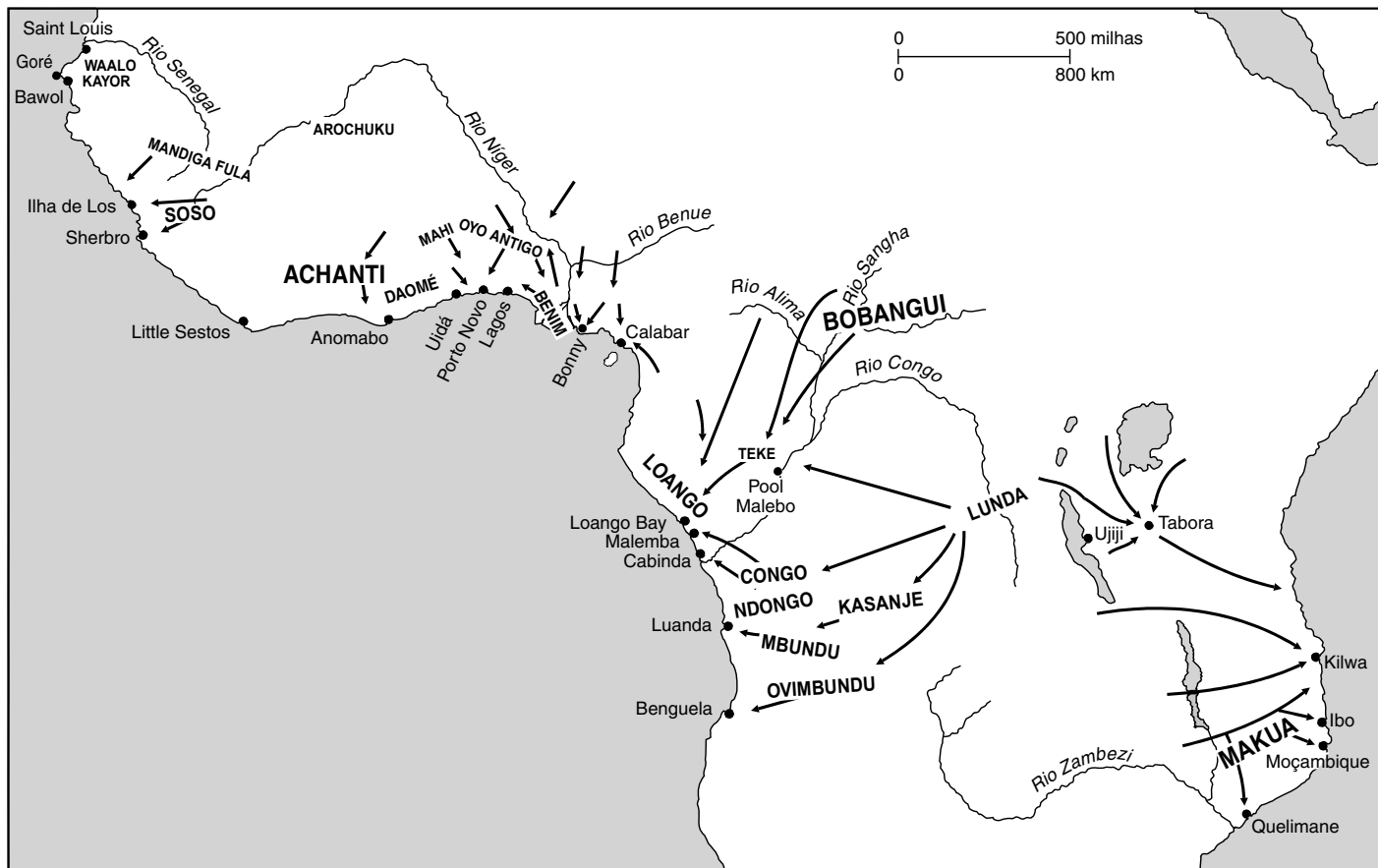
Porém, essas primeiras mudanças não durariam muito. Assim que os imensos recursos das Américas tornaram-se acessíveis à Europa Ocidental, ou seja, a partir de 1492, com o quase extermínio da população indígena por ocasião da conquista e com a introdução das doenças pelos conquistadores europeus, nesse momento o papel da África no sistema econômico atlântico modificou-se. A população requerida para garantir as condições internas de uma transformação completa em suas estruturas econômicas e sociais foi transferida, de forma maciça, para as Américas, e empregada, em larga escala, para desenvolver as produções mercantes. As condições criadas por essa fortíssima transferência populacional impediram, durante três séculos, o impulso na produção de bens africanos, tanto ao nível do comércio interno, quanto no tocante às exportações, dando assim origem às estruturas de dependência.

A primeira perda imposta pela migração forçada foi a interrupção do crescimento demográfico em vastas zonas do continente. É estimado acima de 22 milhões o número de indivíduos levados da África para o resto do mundo, entre 1500 e 1890.

O principal problema consiste em determinar em que medida essas exportações reduziram a capacidade de reprodução da população na África negra.

Convém destacar que o exame dos dados relativos ao tráfico transatlântico revela uma relação praticamente constante entre as proporções de homens e mulheres, sejam quais forem as regiões de origem dos escravos.

Para o conjunto da África negra, os dados mostram que a importância do número de mulheres exportadas a cada ano provocou considerável redução na capacidade de reprodução. Se levarmos em conta as perdas suplementares causadas pelas exportações para as Américas (a mortalidade entre o momento da captura e o da chegada ao término da viagem, os falecimentos devidos a combates e a fome durante as capturas), assim como a exportação de 6,9 milhões de negros (dos quais a maioria era composta por mulheres) para o resto do mundo, tudo indica que a população de África negra diminuiu, em valores absolutos, ao menos entre 1650 e 1850.

Como a escravização de grande parte da população exportada foi obtida principalmente pelo emprego da força, o comércio dos escravos teve efeito altamente perturbador sobre as estruturas sociais e políticas africanas.

As fontes de abastecimento do tráfico transatlântico nos séculos XVIII e XIX na África (segundo J. E. Inikori).

Uma das maiores distorções consistiu na criação de aristocracias militares com tal influência que determinaram a linha política de quase todos os grandes Estados africanos da época. A existência de um amplo mercado de exportação para os cativos incentivou-os a ver na guerra o meio de adquirir prisioneiros para a venda, ao invés de conquistar novos territórios, cujos recursos naturais e humanos poderiam ter sido explorados em proveito da classe dirigente, através de sua integração efetiva a um Estado maior. Isso implicou, para esses Estados, um duplo efeito negativo: sobre suas próprias dimensões, que permaneceram limitadas, e sobre sua estabilidade política interna, que se manteve frágil.

Em várias sociedades africanas, a existência dessas aristocracias militares e sua influência sobre a situação econômica também favoreceram o desenvolvimento do modo de produção baseado na escravidão. Importantes parcelas da população das grandes sociedades africanas chegaram a ser submetidas a essa situação por certos indivíduos, fossem eles comerciantes ou funcionários do Estado, ligados, direta ou indiretamente, ao comércio de escravos. Através de estruturas já implantadas e em função da penúria de recursos humanos no tocante às terras cultiváveis, o impulso do "comércio legítimo", decorrente da eliminação, no século XIX, da demanda externa por escravos, provocou, em seguida, uma expansão do modo de produção escravagista na África.

Em vastas regiões da África, a expansão do modo de produção baseado na escravidão apenas contribuiu para limitar o desenvolvimento dos mercados internos e da produção comercial. Além disso, o tráfico transatlântico de escravos impediu, de várias formas, o desenvolvimento das trocas de produtos com a Europa, que poderiam ter estimulado o crescimento do comércio intra-africano e a produção com fins comerciais. Razões pelas quais, em meados do século XIX, a produção alimentar de subsistência permanecia, de longe, a atividade econômica preponderante da África. Isso eliminou praticamente qualquer formação de capital na agricultura, assim como qualquer aumento na produtividade das culturas alimentares destinadas ao mercado interno. A baixa produtividade da agricultura, ainda hoje, é o legado de três séculos de história, cujos aspectos negativos foram agravados pelo impacto econômico do colonialismo no século XX.

O caráter rudimentar da divisão do trabalho e a escassez de mercados internos só podiam prejudicar o desenvolvimento das atividades manufatureiras além do estágio artesanal. Tal industrialização seria ainda entravada pela importação selvagem de produtos manufaturados provenientes da Europa e do Oriente e destinados à troca por cativos. Desse modo, com mercados internos reduzidos,

setores agrícolas e industriais não capitalizados, bem como grande número de pequenos Estados em mãos de comerciantes e guerreiros ligados à escravatura, a África reunia todas as condições para sua dependência das economias industrializadas na zona atlântica. As bases da dependência econômica estavam, portanto, solidamente estabelecidas em meados do século XIX, época em que o trato de escravos chegou a seu ocaso. A partir do fim desse mesmo século, a dominação colonial acabaria por consolidar essa situação.

A diáspora africana no Antigo e no Novo Mundo

Por falta de documentação, não se sabe exatamente quando os primeiros africanos chegaram à Ibéria ou no restante da Europa. É, contudo, provável que africanos oriundos do norte e do sul do Saara tenham se aventurado na Ibéria na época longínqua em que as trocas comerciais transaarianas eram intensas.

Africanos também participaram, no ano de 711, da campanha muçulmana na Ibéria. Nos séculos seguintes, marcados por guerras incessantes entre o Islã e a cristandade, eles combateram como soldados e trabalharam como escravos.

A tomada de Ceuta pelos portugueses, em 1415, inaugurou a era da penetração europeia no continente africano.

Na Espanha e em Portugal, os escravos negros costumavam trabalhar nas minas, nas explorações agrícolas ou na construção; eram soldados, guardas, serviçais domésticos, carteiros, lenhadores, operários nas fábricas, e no caso das mulheres, concubinas. Mesmo aqueles ou aquelas que não eram escravos ocupavam sempre os mais humildes e difíceis empregos. A venda e a exploração de escravos constituíam um fenômeno essencialmente urbano, já que a mão de obra africana deslocada chegava nos portos e nas cidades.

Embora Portugal tenha ficado sob domínio espanhol entre 1580 e 1640, conseguiu, no ano de 1600, um verdadeiro monopólio sobre esse comércio: fez um acordo com a Espanha, segundo o qual se comprometia a fornecer escravos africanos às colônias espanholas; em 1640, tal monopólio passou para as mãos dos holandeses, e depois, em 1701, para os Franceses. No ano de 1713, após a guerra da Sucessão da Espanha, o monopólio foi atribuído à Inglaterra, que se tornou assim o maior mercador de escravos do mundo.

Antes mesmo de os ingleses tornarem-se os fornecedores exclusivos dos países estrangeiros, o número de africanos estabelecido na Inglaterra aumentava de forma contínua.

Um grande número de africanos chegou à França a partir do fim do século XVII, e durante o século XVIII a política real permitiu aos franceses donos de escravos nas Américas trazê-los de volta para a França. Foi assim que os franceses começaram a acostumar-se à presença dos negros entre eles.

Existem poucos escritos relativos à presença africana em outras regiões da Europa. Sabe-se, contudo, que um certo número de africanos, particularmente emissários e peregrinos etíopes, foram para a Europa no fim da Idade Média. No século XV, viviam em Veneza, no Vaticano e em algumas cidades vizinhas monges etíopes, assim como outros africanos, inclusive escravos.

É, contudo, nas Américas que se observaram os mais determinantes e dramáticos efeitos da diáspora africana. Durante a maior parte do século XV, o tráfico negreiro, por ser ligado ao desenvolvimento das plantações portuguesas no Brasil, e holandesas nas Guianas, permaneceu essencialmente limitado ao Caribe, à América Central e do Sul. A seguinte fase desse tráfico, no século XVI, coincidiu com a participação africana na exploração das Américas. Duzentos africanos participaram da expedição de Alvarado, em Quito, e outros daquela de Pizarro, no Peru. Os mais famosos dentre eles foi sem dúvida Estevanico, que desempenhou um papel importante na exploração do Novo México e do Arizona pelos espanhóis. Africanos também participaram das expedições francesas no Canadá (principalmente junto aos missionários jesuítas), bem como da conquista do Vale do Mississipi.

No ano de 1619, uma nau holandesa desembarcou vinte negros em Jamestown, para trabalhar como empregados domésticos contratados. A introdução de tal mão de obra despertou a demanda por trabalhadores negros, e várias práticas foram instituídas para limitar sua liberdade. Tal situação acarretou a institucionalização da escravidão nas colônias inglesas da América do Norte, em 1660. No fim desse mesmo século, o africano foi legalmente reduzido à condição de escravo, uma propriedade da qual seu dono podia dispor, sem nenhum respeito com sua qualidade de ser humano.

Nessa mesma época, a Inglaterra e a Espanha lutavam em prol do domínio do Caribe. A Inglaterra tomou Barbados em 1627, e a Jamaica em 1655. As plantações locais exigiam mão de obra maciça e grande número de escravos foram importados de Angola, da Costa do Ouro, Nigéria, do Congo e Daomé, e, após 1690, de Madagáscar.

As mais frequentes e graves conspirações e revoltas de escravos, que representavam a forma última da luta para se libertar da escravidão, ocorreram geralmente nas regiões com uma importante densidade de escravos negros. Na Guiana britânica, por exemplo, os escravos chegaram a constituir até 90% da população total. Eram também muito numerosos na Jamaica, no Brasil e em São Domingos

(Haiti) e, em menor escala, em Cuba. Por outro lado, nos Estados Unidos, os escravos apenas eram majoritários em dois Estados, Mississipi e Carolina do Sul.

Foi no Brasil que a luta armada teve maior relevância, em termos de amplitude e duração. Revoltas de pequeno alcance sempre marcaram a história da escravidão no Brasil; porém, foi no Estado de Palmares que se manteve, durante quase todo o século XVII (de 1605 a 1695), uma comunidade africana autônoma estimada em vinte mil membros, em sua maioria bantos oriundos de Angola e Congo. Tentaram organizar a comunidade segundo os padrões de sua sociedade de origem e resistiram tanto aos holandeses, quanto aos portugueses, até serem finalmente derrotados em 1695.

Tais lutas de libertação testemunham o despertar do nacionalismo no seio da diáspora africana do Caribe e da América Latina. Para os africanos, não se tratava apenas de uma necessidade de vingança ou de fuga nas montanhas, mas também, e sobretudo, de criar zonas politicamente autônomas, permitindo-lhes defenderem-se contra seus inimigos. Nessas lutas, as religiões africanas, tal como o obeah e o culto vodu, constituíram um importante fator de organização. O Islã desempenhou um papel semelhante, principalmente na Bahia, onde contribuiu para unir haussas e iorubas.

Na mesma época, na América do Norte, os africanos fomentaram uma série de complôs, desencadeando várias insurreições. Entre os anos de 1750 e 1775, chegaram ao ápice os eventos decisivos ao destino dos africanos, tanto na América do Norte, quanto no Caribe.

As colônias norte-americanas proclamaram a Declaração de Independência em 1776. Contudo, havia tempos que vários africanos que lá viviam reclamavam sua liberdade. Esses negros, assim como aqueles que permaneceram escravos, foram profundamente influenciados pelos acontecimentos da ilha de São Domingos (Haiti).

O líder da Revolução do Haiti, ocorrida em 1791, foi um escravo culto e cristão, nascido na diáspora de pai africano e exercendo as funções de cocheiro. Ele se chamava Toussaint, tendo depois adotado o nome de Louverture.

Toussaint pediu à população que apoiasse seu pequeno exército contra os exércitos franceses através de ações de guerrilha. Ele demorou cinco anos para vencer as tropas de Napoleão, com a ajuda da febre amarela, restabelecendo a ordem e a prosperidade no Haiti. Foi aclamado no mundo inteiro por seu gênio militar, suas capacidades de administrador, sua humanidade e sua habilidade política. Sua reputação alastrou-se rapidamente e alcançou os negros dos Estados Unidos, graças aos marinheiros negros que desempenharam um papel importante na difusão das informações no mundo negro.

Toussaint Louverture, de Haiti. [The Moorland-Spingarn Research Center, Howard University, Washington, D. C.]

Os africanos da diáspora americana faziam parte integrante de um mundo dominado pela hegemonia europeia, e no qual potentes forças econômicas e intelectuais tentavam reorganizar as estruturas políticas e sociais. Alguns africanos, por entenderem o jogo dessas forças e estarem presentes e ativos no seio desse sistema, influíam nas decisões tomadas pelos europeus. É inegável que eles estavam divididos: alguns estavam convencidos de que a salvação passava pela assimilação dos valores e dos ideais europeus, enquanto outros,

ao contrário, queriam afirmar sua africanidade, estando por isso prontos a arriscar suas vidas a fim de protestar e resistir à repressão a eles imposta pelos europeus.

O alvorecer do século XIX abriu uma nova era para os africanos que viviam na Europa e nas Américas. É certo que os diferentes sistemas jurídicos em vigor, tanto na Europa, quanto na América, não concediam aos negros nem a igualdade nem uma verdadeira liberdade, mesmo que tenha havido exemplos de uma maior flexibilidade. Mesmo quando era proibido pela lei, os negros aprendiam a ler e escrever, havia casamentos inter-raciais – ainda que essa ideia repugnasse a maioria da população – e as viagens, locais ou internacionais, facilitavam a criação de verdadeiras redes de relações. Entretanto, os africanos da diáspora sabiam que permaneciam párias em terra estrangeira. Além disso, percebiam que sua condição de deserdados era a consequência direta de seu pertencimento a uma raça e a uma cultura africanas. Daí a aspiração, norteando suas tentativas de organização comunitária, a salvar o povo negro e sua herança. Tal unidade psicológica continuou prevalecendo: tornou-se uma fonte de força junto aos povos africanos e deu finalmente origem ao movimento pan-africano dos séculos XIX e XX.

Todavia, os africanos da diáspora não puderam livrar-se da influência do ambiente físico e social do lugar onde haviam sido transplantados. Sua língua e seus costumes mudaram, seus valores e objetivos transformaram-se. Sua ideia do mundo, de si próprios e dos outros foi modelada por vários séculos de impregnação da cultura euro-americana, e a lembrança de sua herança africana, ainda que firmemente ancorada neles, acabou se ofuscando, velada por anos de ausência e afastamento. Na Europa e na América, os Africanos da diáspora tornaram-se, assim, intermediários culturais entre os africanos autóctones e os euro-americanos.

Ao passo que a migração forçada dos africanos na Europa e nas Américas constitui um capítulo relativamente recente da história mundial, o comércio de escravos na Ásia representa, por sua vez, um fenômeno histórico permanente muito mais antigo.

É bastante provável que os contatos e as trocas entre os povos vivendo dos dois lados do Mar Vermelho datem da época da pré-história. Porém, a partir do século VII, com o advento do Islã, um processo de unificação cultural instaurou-se na zona do Oceano Índico e do Mar Vermelho. Algumas cidades costeiras da África Oriental foram islamizadas, e os muçulmanos desempenharam um papel cada vez mais determinante no âmbito comercial, inclusive no que tange ao tráfico de escravos.

Durante muitos séculos, a Turquia e os países vizinhos constituíram uma importante reserva de escravos provenientes de Trípoli e Bengasi, assim como uma zona de trânsito para o tráfico nas regiões do interior.

A maioria dos escravos importados na Ásia eram crianças, com um número maior de meninas do que meninos. Embarcados nos portos da costa oriental da África, os escravos eram habitualmente transportados até Moca, porto árabe do Mar Vermelho. A partir de lá, muitos eram enviados a Hodeida, Djeddah, Meca e outros entrepostos da Arábia. Outros eram mandados ainda para os portos do Golfo Pérsico. Os portos indianos recebiam suas cargas de Moca ou do Golfo Pérsico, porém, em alguns casos, chegavam diretamente da África Oriental. Dos portos indianos, podemos citar Bombaim, Goa, Surat, Karikal, Pondicherry, Calcutá e diferentes pontos da costa do Kutch, do Gujarat e do litoral da Ásia do Sudeste e da China, assim como algumas ilhas do Oceano Índico.

Na Arábia, Omã ocupava uma posição chave na estratégia marítima e comercial do Oriente Médio e constituía o principal instrumento da participação árabe no tráfico negreiro.

No Iêmen e no Hadramaute viviam comunidades oriundas da África negra, cuja implantação datava de uma época longínqua. Em Áden, uma delas constituía um grupo comparável à casta dos intocáveis da Índia. Em outras regiões da Arábia do Sul, escravos negros da África serviam nos exércitos dos sultães locais.

Os africanos foram espalhados em várias ilhas do Oceano Índico. Os holandeses procuravam escravos na África Oriental e em Madagáscar para levá-los para a Indonésia. Os franceses e os ingleses fundaram colônias de escravos, oriundos de África Oriental, na Ilha Bourbon (atual Reunião), e na Ilha Maurício do Arquipélago de Mascarenhas.

A presença de escravos africanos parece ter sido um pouco mais substancial na Ásia do Sul do que nas outras regiões do continente. Isso se deu provavelmente pelo fato de as relações comerciais com a África serem mais antigas e intensas, comparativamente a qualquer outra região. O domínio exercido pelos muçulmanos sobre a próspera costa ocidental da Índia, assim como a presença indiana na África Oriental, explicariam essas relações privilegiadas.

A segunda metade do século XV testemunhou a presença africana em Bengala, no norte da Índia. Lá haviam emigrado africanos provindos da zona costeira de Calcutá, da região de Daca e outras províncias.

A partir de 1530, os portugueses exerceram um domínio político e econômico sobre várias regiões da costa ocidental da Índia, notadamente na costa do Concan, onde um grande número de escravos africanos foi importado. Nunca chegavam mais de seis a dez escravos ao mesmo tempo, porém, até 1740, quando

franceses e ingleses ameaçaram seriamente a supremacia portuguesa nos mares, as importações de escravos continuaram de forma quase constante.

O Egito sob a dominação do Império otomano

No século XVI, uma nova grande potência islâmica irrompeu na história do continente africano e dos países árabes: o Império otomano, que, formado na Ásia Menor e na Península dos Bálcãs, passou a controlar uma grande parte dos países árabes da Ásia Ocidental e da África do Norte. Os otomanos se apoderaram do Egito em 1517, pondo fim ao sultanato mameluco nesse país.

O princípio do novo período de dominação otomana no Egito foi marcado por uma revolta contra tal supremacia. Além de uma tímida tentativa de insurreição contra o primeiro vice-regente, organizada por dois administradores regionais mamelucos e rapidamente reprimida, uma tentativa mais séria de libertação do Egito tomou a forma de uma revolta, desencadeada pelo novo vice-regente Ahmad Pasha, em 1524.

À luz de tais acontecimentos, tornou-se evidente que o governo de Istambul devia definir, em termos claros, o estatuto do Egito no seio da organização do Império otomano. Isso foi realizado através de um ato jurídico especial, que visava regulamentar a vida política, militar, civil e econômica do Egito.

No século XVI, o Egito desempenhou um papel importante na política expansionista do Império otomano. Sua posição geográfica transformava-o no intermediário natural entre o Mediterrâneo e o Oceano Índico. A rota comercial que levava as mercadorias do Oriente para a Europa passava pelo Mar Vermelho. Na época da conquista do Egito, o comércio com o Oriente estava nas mãos dos navegantes portugueses. Restava aos otomanos, portanto, eliminar se possível os portugueses do Oceano Índico, ou ao menos tentar criar obstáculos à penetração desses últimos no Mar Vermelho.

O período de paz interna no Egito, inaugurado pela repressão da rebelião de Ahmad Pasha, em 1524, durou, aproximadamente, sessenta anos. Nos anos 1580, a situação de dependência na qual o Egito se encontrava, no âmbito do desenvolvimento econômico geral do Império otomano, levou-o a experimentar os primeiros sintomas de dificuldades econômicas, que não tardaram a desencadear conflitos terríveis entre os diversos componentes da casta militar dirigente.

O fim da soberania do sultanato mameluco e a transformação do Egito em província do Império otomano tiveram importantes repercussões na atividade cultural egípcia, que refletiu a nova ordem das relações sociais, econômicas e

nacionais. A educação também foi influenciada, da mesma forma que a língua árabe, na condição de veículo de expressão cultural.

A cidade do Cairo, por exemplo, deixou de ser o centro espiritual do mundo sunita, posição que havia ocupado desde 1261. Ainda que al-Azhar fosse, mesmo após 1517, uma das mais prestigiosas escolas para os estudantes dos países árabes, aqueles que almejavam uma carreira no serviço do Estado se viam obrigados a estudar nas escolas de Istambul.

A incorporação do Egito e de outros países árabes ao Império otomano, em que a utilização do turco-otomano predominava na vida pública e cultural, foi uma nova e tangível etapa do declínio da importância da língua árabe como mediadora da cultura arábico-islâmica. A perda da independência política dos países árabes trouxe consigo o desaparecimento da língua árabe nos assuntos públicos.

A cultura egícia foi, portanto, subalternizada pela força política, social e cultural do poderoso ocupante turco-otomano. Entretanto, ela conservou um caráter próprio que se tornaria o ponto de partida e o regulador do despertar nacional árabe nos séculos XIX e XX. Tal singularidade observou-se também na literatura árabe e egípcia, entre os séculos XVI e XVIII, embora sua contribuição tenha sido nula para os gêneros clássicos, ela introduziu, porém, uma nova orientação na produção literária. Os textos em língua árabe eram destinados a leitores das camadas médias da população urbana. Dessa orientação nasceu o caráter popular óbvio dessa literatura, manifesto tanto nos seus gêneros quanto em sua linguagem.

Foi na poesia que essa tendência se afirmou de forma mais aparente. Atrelada à expansão das ordens dervixes, a poesia mística sufi ganhou grande popularidade, notadamente, através das obras que cantavam os louvores do profeta Muhammad. Um novo gênero poético surgiu nessa época, o das sátiras, que ridiculariza a estupidez e a grosseria dos camponeses, tal como a fraqueza de espírito e a vaidade dos *'ulamā'*.

Os sintomas de uma crise socioeconômica de longa duração no Egito se prolongaram com intensidades variáveis, até o início do século XIX. As disputas pelo poder entre os membros da elite mameluca foram exploradas ativamente pelo Império otomano, que não nutria nenhuma intenção de intervir diretamente nos negócios do Egito, contentando-se em utilizar as lutas que opunham os mamelucos entre si, para tirar delas o máximo de rendimentos financeiros.

O país estava então desorganizado em razão de uma década de anarquia política, pelos traumas econômicos e pela pilhagem incessante, à qual estavam submetidos todos os recursos e as reservas de sua economia. Todas as tentativas

feitas para travar o declínio geral malograram. A situação crítica da economia traduzia, pura e simplesmente, o estado de opressão política no qual toda a sociedade era mantida sob o controle rigoroso da pequena elite constituída pelos beis mamelucos e seus clãs. O governo central não possuía a força necessária para eliminá-los e a sociedade egípcia ainda não estava pronta para fazê-lo. O primeiro impulso foi dado pela expedição militar francesa que atingiu a costa egípcia, sob o comando de Napoleão Bonaparte, ao longo do verão de 1798.

O Sudão de 1500 a 1800

O período em questão foi caracterizado por movimentos populacionais tanto para o interior como para o exterior do Sudão. No norte, a lenta penetração dos árabes muçulmanos – que no início desse período começaram a se instalar em grande número – já estava muito avançada e resultaria na assimilação progressiva dos núbios cristãos e de outras etnias no seio do grande mundo pan-islâmico. O processo de assimilação cultural e étnico funcionou nos dois sentidos: acarretou, por um lado, a arabização e a islamização de numerosos povos sudaneses e, por outro, a indigenização dos imigrantes árabes.

Aqui tratar-se-á principalmente, no período entre 1500 e 1800, do estabelecimento e da expansão dos dois Estados muçulmanos da savana (os sultanatos funj e fur), de suas relações mútuas e sua interação com as sociedades africanas não muçulmanas, que por sua vez emergiam de uma mistura de grupos linguísticos e culturais diversos.

Na segunda metade do século XV, uma confederação de *kabila* árabes conduzida por seu chefe Abdallah, apelidado de o Unificador, conseguiu conquistar o Reino de Alwa. A conquista representou a supremacia dos árabes e marcou o início de sua influência sobre o *Bilād al-Sūdān* (em árabe, “terra dos negros”) oriental.

Abdallah Djamma e seus descendentes fixaram a sede de seu governo em Kerri, no norte de Soba, no Nilo. Kerri era de fácil acesso para os árabes do Butana, cujo apoio era essencial a Abdallah. Fomou-se então o Estado ‘abdallābi. A região permitia também controlar as vias de passagem comerciais ao longo do vale do Nilo e, além, na sua margem ocidental.

Foi quando surgiram os funj. Os funj eram nômades criadores de bovinos cuja origem suscitou muitas hipóteses contraditórias. Tendo estabelecido sua suserania sobre os territórios dos ‘abdallābi, no século XVI, os funj administraram seu domínio a partir de Sennar, que se tornou a sede de seu governo. O

Reinos e sultanatos do Sudão (de acordo com Y. F. Hasan).

chefe dos ʻabdallābi, conservando teoricamente a autonomia em seus antigos domínios, tornou-se um vassalo dos funj e carregou o título de *mandjil* que os reis funj conferiam aos grandes feudatários. Contudo, teria havido relações antagônicas desde o início entre os funj e seus vassalos.

Os otomanos, que tinham conquistado o Egito em 1517, preocuparam-se com o fato de a autoridade do sultanato funj se estender até a baixa Núbia, originalmente dependente dos ʻabdallābi. Ainda que enfrentamentos fronteiriços tenham sido percebidos, os otomanos não intervieram de fato até o reinado do sultão Suleyman, o Magnífico (1520-1566). Para afastar a ameaça que os portugueses configuravam no Mar Vermelho, os otomanos enviaram uma expedição naval ao Oceano Índico e decidiram tomar a Etiópia, aliada dos portugueses. Ao voltar dessa expedição, Özdemir recebeu a ordem de pôr fim à "rebelião" dos funj na Núbia, onde duas facções rivais se enfrentavam. Özdemir tomou, na fronteira, as fortalezas estratégicas de Ibrim e de al-Dirr. Em Sāy, ele construiu uma fortaleza que marcava o limite meridional do Egito otomano. Ao que tudo indica, essa nova província, conhecida como Berberistan (ou seja, país dos berberes ou núbios), foi administrada pelos otomanos.

No início do século XVII, os funj haviam aparentemente consolidado sua posição em Sennar. Os territórios administrados por eles estendiam-se de Arbadji até o sul de Fazūghli. A expansão da dominação funj rumo ao oeste, através da Gezira até o Cordofão, fora empreendida pelo sultão Abd al-Qadir. A partir dessa posição estratégica, os funj estavam em condições de vigiar todos os movimentos efetuados do outro lado do rio e de exercer sua autoridade sobre os shilluk que, ao que tudo indica, concluíram uma aliança com eles.

Os funj penetraram em seguida nos montes Nuba, uma das principais regiões fornecedoras de escravos. O Reino islamizado de Takali, que acabava de ser criado aí, foi rendido à condição de Estado vassalo. Da mesma forma, os funj estenderam sua suserania às montanhas do norte de al-Dāyr e do Cordofão, que se tornariam mais tarde o teatro de intensas lutas.

Neste ínterim, os funj travaram duas guerras contra a Etiópia, motivadas principalmente por conflitos fronteiriços; nenhuma das duas, porém, modificou radicalmente a situação.

A instauração do sultanato funj-'abdallābi deu ao país alguma unidade e estabilidade, o que facilitou a penetração do Islã. Os eruditos muçulmanos foram os responsáveis por transmitir os preceitos do Islã e divulgar o misticismo sufi. Eles eram bem recebidos pelos soberanos, que os encorajavam a virem se instalar no país. A islamização gradativa era o corolário normal da arabização.

O Islã progredia da mesma maneira no Cordofão e no sultanato fur, recentemente criado. O Darfur sofreu a influência de correntes islâmicas vindas do Magrebe, do *Bilād al-Sūdān* central, e em seguida do Reino funj. Essas influências fora sentidas no Kanem e, a partir daí, em toda região, bem antes do século XI.

Algumas das grandes rotas comerciais da região atravessavam os sultanatos fur e funj em direção ao Egito e ao Mar Vermelho, contribuindo grandemente para estreitar os laços culturais e econômicos da região com o mundo exterior. De uma maneira geral, o comércio distante caminhava paralelo aos interesses dos sultões funj e fur, assim como da maioria dos soberanos da área sudanesa. Tal comércio se beneficiava com seus incentivos e proteção. Os escravos, o ouro, as plumas de avestruz e outros produtos da África eram trocados por finos tecidos de algodão, joias, armas e diversos outros artigos de luxo. Além dos direitos aduaneiros recebidos nas trocas, os sultões necessitavam de objetos de luxo para manter seu prestígio e recompensar seus fiéis partidários.

O sultanato funj manteve seu poder até fins do século XVIII. Mas a decadência comercial de Sennar resultou em declínio político. Por isto, os cinquenta últimos anos do sultanato funj foram marcados por intrigas, revoltas e guerras civis entre facções rivais. Quando as forças turco-egípcias se aproximaram de Sennar em 1821, o sultanato estava fraco demais para opor a menor resistência.

O sultanato fur era um dos Estados islâmicos da área da savana do *Bilād al-Sūdān*. A oeste, era separado do sultanato de Wadai por pequenos reinos semi-independentes, cuja fidelidade os dois sultanatos compartilhavam. A leste, as planícies do Cordofão, que separavam os sultanatos fur e funj, compuseram o cenário de um conflito de ordem essencialmente econômica entre os dois Estados.

As origens do sultanato fur são pouco conhecidas em função da raridade das fontes escritas. De acordo com a tradição oral, o Estado fur foi precedido por duas dinastias autóctones, as dos dādjū e dos tundjūr. O sultanato devia seu nome aos fur, comunidade sudanesa que vivia nos arredores do Jabal Marra e que, por suas origens, se ligava talvez aos povos do oeste do Bahr al Ghazal. Não se sabe exatamente por que razão os fur desceram de sua montanha para se instalar na savana.

O sultanato fur, como outros Estados islâmicos da área sudanesa, resultou do comércio a distância em consequência da intensificação das trocas. Muitos especialistas notaram que a expansão do Islã estava associada ao comércio; no caso do sultanato fur, desempenhando um papel importante no desenvolvimento do próprio Estado e no reforço de seus contatos com os povos vizinhos.

Fontes linguísticas mostram cada vez mais claramente que as culturas nilóticas e, provavelmente, as do Sudão central têm suas raízes no Sudão meridional.

O porto de Suakin (gravura do século XIX). [The Illustrated London News, 1888. The Mary Evans Picture Library.]

Grande parte do Sudão meridional e da Uganda setentrional foi, ao que tudo indica, ocupada por comunidades falantes de línguas do Sudão central, até as últimas décadas do primeiro milênio, quando a região começou a ser colonizada por povos de línguas nilóticas oriental e ocidental. De fato, um dos grandes temas históricos do período consiste na "nilotização" progressiva dos habitantes do Sudão meridional, os quais anteriormente falavam a língua do Sudão central.

A penetração árabe no Sudão setentrional e central, nos séculos XIII e XIV, não apenas coincide com as migrações nilóticas ocidentais, mas pode também ter constituído sua causa.

A rápida expansão dos nilóticos ocidentais e orientais rumo ao sul e ao leste pode então ser relacionada à aparição da pecuária intensiva, generalizada graças à introdução dos bovinos de chifre, e que, associada à cultura de cereais, era um modo de produção alimentícia adaptado às regiões mais secas. Dessa forma, os nilóticos puderam ocupar numerosos territórios até então evitados pelas comunidades de língua banto.

No Sudão meridional, entre os integrantes do grupo dos luo, os shilluk representavam o elemento mais importante. Sob a direção de seu chefe, Nyiang (por volta de 1490-1517), os shilluk instalaram-se, a princípio, perto de Malakal, após terem vencido e expulsado os funj que habitavam o que se tornaria, mais tarde, o coração da região shilluk, entre Tonga ao sul e Muomo ao norte. É através dessa região, situada na confluência do Nilo e do Sobat, que se tem acesso ao Lago No, o que explica a enorme importância estratégica que lhe era, sem dúvida, atribuída. Nesse pequeno grupo de língua luo estavam incorporados, entre outros, elementos funj e nuba, os quais, representando culturas e tradições econômicas diferentes e misturados no cadinho da história, formaram o que se tornou a nação shilluk a partir da segunda metade do século XVII.

No decorrer desse século de formação, os shilluk estabeleceram em seu reino uma economia mista, baseada na pecuária e na cultura de cereais. Essencialmente sedentária, essa população não praticava a transumância, ao contrário dos dinka e dos nuer. Os shilluk viviam em vilas espalhadas por 150 quilômetros, ao longo da margem ocidental do Nilo ente Muomo e Tonga.

No início do século XVII, a margem ocidental do Nilo já se encontrava superpovoada, e a situação não melhoraria no século XIX. Os shilluk começaram a avançar na direção de duas áreas fronteiriças. No norte, tentaram tomar posse do Vale do Nilo Branco, entre Muomo e Alays. A região era imprópria para a agricultura, mas fornecia caça, peixe e mel em abundância.

A segunda área fronteiriça era compreendida entre o Nilo e os montes Nuba. A tradição confere um lugar muito amplo às atividades dos shilluk e dos nuba

nessa região, antes de sua ocupação pelos árabes baggara no decorrer da segunda metade do século XIX.

A metade do século XVII produziu um quadro de evolução política que teria influência considerável no desenvolvimento socioeconômico do país shilluk. Apesar de sua diversidade, a população adquiriu um sentimento de unidade nacional, adotando uma administração mais centralizada sob a direção do rei. Uma das principais consequências dessa reforma foi o estabelecimento progressivo de um monopólio real sobre as fontes econômicas, bem como sobre o comércio interior e exterior.

No início do século XVIII, enquanto que o sultanato funj se desintegrava, e a autoridade dos funj sobre o Nilo Branco declinava, a dos shilluk progredia.

Durante o reinado de Nyakwaa (por volta de 1780-1820), um povo local, os dinka, emigraram em massa ao outro lado do Rio Sobat. Os shilluk, que durante um século e meio haviam usufruído do controle total da região do Nilo Branco, do Lago No, ao sul, até Alays, ao norte, tiveram então de aceitar a presença de outras populações de língua jii. Mas isso não foi tudo. Um ano depois da morte de Nyakwaa, os exércitos de Muhammad Ali Pasha, vice-rei do Egito, invadiram o Sudão, puseram fim à administração funj e instalaram o domínio turco-egípcio a fim de explorar o Sudão em benefício próprio. O enfrentamento com os shilluk, que dominavam o curso do Nilo branco, era inevitável. A despeito de uma resistência firme, a partir de 1821, a fronteira shilluk recuou constantemente para o sul, diante da invasão progressiva dos árabes e do regime turco-egípcio.

O Marrocos

No século XV, Espanha e Portugal haviam lançado sua ofensiva contra a África do Norte e, particularmente, contra o Marrocos. Os portugueses, desde 1415, ano em que conquistaram Ceuta, fixaram-se pouco a pouco em numerosos pontos do litoral atlântico, a partir dos quais fizeram as bases de lançamento de suas incursões ao interior marroquino.

Todos esses acontecimentos suscitaram uma forte resistência, bem como um poderoso desejo de libertar os lugares conquistados. Os *shaykh* e as confrarias religiosas atiçaram esse estado de espírito e o empregaram para concentrar seu poder e preparar a população contra os invasores.

Alguns *sharif* do Dara, liderados por al-Ka'im bi-'Amr Allah (Aquele que se ergue por ordem de Deus) designaram-se então para combater os infiéis e

fazê-los esvaziar os lugares que ocupavam no país. A proclamação ao poder de al-Ka'im bi-'Amr Allah, em 1511, marcou o advento da dinastia dos saadianos. A luta durou cerca de quarenta anos. Ela era dirigida, por um lado, contra os portugueses e, por outro, contra os reis wattasides.

Durante esse período, as lutas entre a nova dinastia dos saadianos instalados no sul do país e a velha dinastia dos watasidas-merinidas causaram ao Marrocos enormes prejuízos, pois elas enfraqueceram uns e outros e impediram a liberação de todos os postos ocupados pelos portugueses. Após uma batalha indecisa entre o sultão wattaside Ahmad e o *sharif* Ahmad al-A'radj, ocorrida em 1527, concluiu-se um tratado estipulando que os saadianos guardariam o Suz e Marrakesh, e que o resto do país seria conservado pelo sultão, tendo Fez por capital.

Essas disposições permitiram ao Marrocos gozar de doze anos de paz. Os saadianos aproveitaram para crescer e organizar suas forças na luta contra os portugueses.

Em 1557, o sultão Muhammad al-Shaykh, governante do Marrocos, foi assassinado por um oficial de sua guarda, pago pelo poder otomano. Abu Muhammad 'Abdallah, apelidado de al-Ghalib Billah (o vencedor com o apoio de Deus) foi proclamado sultão sem nenhuma contestação após o assassinato de seu pai e continuou a política traçada por ele.

O reinado de al-Ghalib Billah foi no conjunto calmo e próspero. O sultão morreu tranquilamente em 1574, após dezessete anos de reinado.

Sua sucessão foi mais difícil. Infringindo a lei antiga segundo a qual o direito do homem mais velho da família precede o do primogênito do soberano morto, proclamaram sultão Muhammad, filho de al-Ghalib Billah. O novo sultão tomou o título de al-Mutawakkil.

Mulay 'Abd al-Malik, o mais velho dos príncipes saadianos e tio de al-Mutawakkil, achou que cabia a ele a herança do trono. Depois da proclamação de seu sobrinho ao poder, em Fez, ele se refugiou em Sidjilmasa, depois em Argel e, finalmente, em Constantinopla. Entrou no exército otomano e participou da reconquista de Túnis pelos turcos, provando aí ter grande coragem. Em sua volta a Constantinopla, encontrou melhores condições para reconquistar o reino de seus ancestrais. Chegando ao Marrocos à frente de um exército, Mulay 'Abd al-Malik não encontrou resistência alguma, pois o povo era-lhe completamente a favor. Al-Mutawakkil foi abandonado por seu exército e não lhe restou nada mais senão fugir, deixando Mulay 'Abd al-Malik entrar em Fez, no dia 31 de março de 1576, onde foi recebido pela população com entusiasmo.

Portugal forjara para si, no século XVI, um poderoso império comportando vastos territórios na América, na Ásia e na África. No momento em que o sultão

saadiano al-Mutawakkil, destronado, se refugiou em Vélez de la Gomera, reinava nesse império o jovem rei Dom Sebastião, que sonhava conquistar o Marrocos e, a partir daí, continuar a conquista de todo o Magrebe para, enfim, se dirigir rumo ao Oriente. Procurando um apoio para reconquistar o trono saadiano, al-Mutawakkil procurou em vão o rei da Espanha. Fez então contato com o rei Dom Sebastião, que esperava apenas essa oportunidade para iniciar a expedição com a qual sonhava desde sempre e para a qual contava com a opinião pública portuguesa.

Por sua vez, Mulay 'Abd al-Malik, sabendo de todos esses preparativos, tentou desencorajar o jovem rei de Portugal dessa empresa temerária. Com essa intenção, ele escreveu-lhe uma carta única na história da diplomacia, tanto pelo conteúdo quanto pelo comovente ar de sinceridade, de sabedoria e de desejo de paz que ela carrega. Mesmo assim, Dom Sebastião continuou seus preparativos de guerra.

Após tais minuciosos preparativos, que terminaram na criação de um dos maiores exércitos dessa época e, tendo sua base instalada em Tânger, o rei Dom Sebastião se dirigiu para Alcácer-Quibir, centro do estado-maior de Mulay 'Abd al-Malik.

Na manhã de segunda-feira do dia 4 de agosto de 1578, os dois lados se prepararam para a batalha, o ponto culminante de longos séculos de lutas entre muçulmanos e cristãos. Dessa vez, os cristãos saíram derrotados do embate histórico.

Essa batalha decisiva teve consequências consideráveis, que marcaram durante longos séculos o Islã e o Marrocos, bem como a Europa e Portugal.

O Marrocos testemunhou então um grande desenvolvimento econômico, especialmente na indústria açucareira. Nas artes, sob o impulso dos saadianos e da burguesia enriquecida, a arquitetura se aperfeiçoou e atingiu um grau de refinamento notável. Com a estabilidade reencontrada e seu sentimento de orgulho, os marroquinos estimularam a emergência de numerosos talentos artísticos, poéticos e literários.

As repercussões da batalha não foram menores no plano da política internacional. Houve um enfraquecimento considerável da influência portuguesa no mundo muçulmano, particularmente nos países do Golfo. A batalha suspendeu todo o perigo vindo das cruzadas rumo aos países do Oriente. Ela reforçou o poder do Império otomano, e é com justiça que os europeus consideram a vitória marroquina como a vitória de todos os muçulmanos.

Inversamente, ela resultou na renúncia dos otomanos de conquistar o Marrocos, que permaneceu o único território árabe não submetido à influência dos turcos. Isso permitiu à língua árabe guardar, nesse país, sua clareza e sua autenticidade.

O reinado de al-Mansur durou um quarto de século, durante o qual o sultão voltou-se à consolidação do poder saadiano, ao desenvolvimento de seu reino em todas as áreas e ao estabelecimento de relações econômicas com os principais Estados da época.

Depois da vitória na batalha de Alcácer-Quibir, al-Mansur se consagrou à libertação das cidades que ainda estavam nas mãos de europeus: Arzila, Tânger, Ceuta e Mazagão. Conseguiu remover os ocupantes de Arzila em 1589. Tânger só seria libertada no século seguinte pelo sultão alawita Mulay Ismael, e Mazagão (al-Djadida) por seu neto Muhammad III. Quanto a Ceuta, ela passou ao poder do rei da Espanha, Filipe II, pois este herdara o Reino de Portugal.

O sucesso de al-Mansur incitou-o a intervir além das fronteiras do Marrocos para restabelecer a situação que prevalecia desde o tempo dos almorávidas e realizar a unidade do Islã.

Argélia, Tunísia e Líbia: os otomanos e seus herdeiros

O Magrebe, no fim do século XV, estava em plena crise: redução demográfica, desarticulação da economia e da sociedade, incurável fraqueza política. As múltiplas causas disso são essencialmente de ordem estrutural: a temível proximidade do deserto e seus brutais avanços no Magrebe; a justaposição de sociedades muito diferentes, que nem sempre se entendiam; a fragilidade dos elementos unificadores da sociedade e a estagnação técnica e cultural.

O lento declínio que minava as cidades magrebinas desde os séculos XI e XII tornou-se em decadência no fim do século XV e no decorrer das primeiras décadas do seguinte: paralisia do mundo dos negócios, desaceleração das trocas comerciais, generalização da penúria alimentar e da miséria.

No decorrer dos séculos XIV e XV, epidemias e fome reduziram a população do Magrebe para cerca de 3 a 6 milhões. Os efeitos dessa queda demográfica levaram à produção reduzida, em países permanentemente ameaçados pelo avanço do deserto. Além disso, os tesouros da América, depositados em Sevilha a partir de 1503/1505, tiraram o valor das moedas do antigo mundo e contribuíram para estabelecer o poder daqueles que os possuíam: primeiro, os ibéricos, depois os que os captaram participando do novo sistema econômico mundial: holandeses, ingleses e franceses, especialmente.

Nesse contexto começou o naufrágio dos Estados multisseculares. Assim, o domínio dos zayyanide em Tlemcen, a partir do século XV, e dos hafsidas em

Túnis e no leste do Magrebe, por volta de 1530, já estava bem abalado quando os espanhóis e os otomanos puseram os pés em suas terras.

A sociedade magrebina recuperava-se pouco a pouco, no século XVII, da crise do século precedente; suas cidades costeiras e até sua população sedentária obtiveram algum impulso. Ela não estava, porém, ao abrigo de graves crises (epidemias, fomes, guerras civis) vividas periodicamente. A classe dirigente turca sofria algumas transformações internas em função da entrada de novos elementos em seu seio, como também de seu relativo enraizamento no Magrebe. Na área das relações exteriores, alguns problemas ampliaram-se, notadamente o das relações com a metrópole, Istambul, e o dos corsários, que aproveitavam seu apogeu, entre 1600 e 1650. O afastamento aumentava entre as Regências (Argel, Tunísia, Tripoli), na medida em que sua evolução política seguia orientações divergentes.

A África do norte otomana compreendia então vários grupos socioeconômicos: os camponeses, constituídos de sedentários e semissedentários, os pastores nômades, os cameleiros nômades do grande deserto e os habitantes sedentários dos oásis. A população urbana compreendia os notários, religiosos e mercadores, os trabalhadores, os *kulughli* (descendentes de imigrantes otomanos casados com autóctones), os militares e os civis otomanos da classe dirigente.

A classe dirigente situava-se no topo da hierarquia política e social. Constituída em princípio por elementos turcos militares, ela se abriu de fato a outras categorias.

A classe dirigente estimulou, no século XVII, uma aproximação com as elites locais da Tunísia e da Tripolitânia, enquanto em Argel continuou inflexivelmente estrangeira. Essa diferença resultava essencialmente da força ou da fraqueza das elites locais: poderosas em Túnis graças a suas tradições históricas e a suas atividades; fortes em Trípoli graças ao grande comércio; mas em Argel, cidade nova criada praticamente pelos turcos, no século XVI, elas não estavam solidamente implantadas.

As três Regências, a princípio províncias otomanas, adquiriram uma ampla autonomia frente à metrópole desde o início do século XVII, mais por causa da incapacidade de Istambul do que por suas vontades de independência. Mas, além desse traço comum, elas tiveram uma evolução divergente no século XVII, explicada pela diferença de composição de suas classes dirigentes e de suas sociedades.

Durante esse período, a pirataria nunca ofuscou totalmente as transações pacíficas, e seu declínio acelerou-se desde a segunda metade do século XVII. Essa mudança seria devida, em primeiro lugar, à influência dos grandes Estados

europeus capazes, a partir de um certo momento, de impor suas visões aos dirigentes magrebinos. Estes, por sua vez, dividiam-se em uma facção militar (ainda preponderante em Argel) e uma facção civil, favorável ao comércio, dominando sua rival, essencialmente em Túnis (no decorrer do último terço do século XVII). É nessas condições que as relações comerciais com a Europa se firmaram, com novas bases e em proveito de novos parceiros.

Os produtos agrícolas magrebinos ocupavam um lugar cada vez mais importante nas exportações para a Europa: os cereais, em particular, gozavam de uma demanda cada vez maior por parte das províncias meridionais da Europa Ocidental. Em função dessa demanda e para resolver uma situação financeira difícil, os Estados magrebinos intervinham fortemente no comércio de exportação.

Incontestavelmente, os principais beneficiados com essas relações comerciais eram os Estados europeus, seus mercadores e transportadores. As grandes expedições navais dos anos 1670 e 1680 propunham-se essencialmente a reduzir as atividades corsárias e a assentar o comércio europeu em bases confortáveis. Dava-se início à política dos tratados desiguais.

Paradoxalmente, esses tratados foram em geral aceitos pelos dirigentes magrebinos, não apenas por medo do poder de fogo europeu, mas também por interesse, visto que eles tiravam do comércio marítimo proveitos substanciais, além da aquisição de produtos europeus e de armas permitindo-lhes controlar o interior do país. Além disso, alguns grupos sociais associados ao comércio europeu tinham aí seu interesse, caso dos oleicultores do Sael tunisiano e dos proprietários das grandes áreas produtoras de cereais.

É evidente que essas diversas tendências, surgidas no fim do século XVII, prolongar-se-iam e confirmar-se-iam no século seguinte. Tradicionalmente, os historiadores tratam o século XVIII otomano como uma época de crise ou de aceleração do fenômeno de decadência: em que medida isso é verdade para as Regências ou *sandjak* ocidentais?

Tornando-se rapidamente autônomos com relação a Istambul (sem nunca romper a lealdade oficial que os ligava a sua metrópole), os "*odjak* ocidentais" diferenciavam-se pouco a pouco em Estados particulares e frequentemente antagonistas: não menos de uma dezena de guerras opuseram os regimes de Túnis e de Argel entre 1600 e 1800. Esses Estados tiveram uma evolução um pouco diferente (ou um ritmo diferente) no decorrer dos séculos XVII e XVIII. Enquanto a classe dirigente otomana abria-se progressivamente aos *kulughli* e às autoridades locais em Túnis e em Trípoli, fechava-se, em Argel, numa atitude nitidamente exclusivista: a isso seguiu-se a aparição de monarquias seminacionais no século XVIII nos dois primeiros países, e a longa continuação de um

regime fortemente influenciado por suas origens conquistadoras e estrangeiras em Argel. Notemos, contudo, que a evolução geral das Regências rumo a uma maior integração ao país e a uma maior centralização de tipo monárquico também ocorreu na Regência argelina, mas, a princípio, no nível das províncias, e em seguida – apenas a partir de 1817 –, na capital.

Acrescentemos enfim que foi essa evolução distinta e um pouco diferente das três Regências (acentuada mais tarde pela diversidade das situações coloniais) que determinou a partilha do Magrebe em Estados particulares, tais como os que conhecemos até hoje.

Um outro conjunto de problemas determinantes na história do Magrebe otomano tem a ver com suas relações com a Europa cristã. Dela provinham em boa parte os instrumentos da modernidade que conferiam aos Estados e às classes dirigentes magrebinas os meios de exercer sua hegemonia sobre a população local: armas de fogo e armamentos modernos, papel para escrever, divisas e metais preciosos e, enfim, homens introdutores das técnicas e ideias novas.

Basta dizer que as relações com a Europa eram vitais para as classes dirigentes do Magrebe: foram a princípio relações de guerra (as atividades corsárias), instauradas pelos militares otomanos, por iniciativa própria e essencialmente em seu proveito. Em seguida, foram relações de paz – principalmente mercantis – impostas pelos grandes Estados mercantilistas e bem aceitas pela fração civil das classes dirigentes magrebinas e de seus aliados locais. Essas relações beneficiaram primeiramente o capitalismo europeu e, somente depois, os Estados magrebinos (e seus associados locais), tanto quanto foram capazes de defender seus interesses e seus pontos de vista frente a seus protagonistas europeus, até aproximadamente 1815 – uma data que fecha manifestamente um período e abre outro, o da exclusiva preponderância europeia.

A Senegâmbia do século XVI ao XVIII

A região da Senegâmbia, que reúne as bacias dos rios Senegal e Gâmbia, estende-se entre o Saara e a floresta. Até o século XV, permaneceu dependente dos Estados do Sudão e do Saara. Mas a abertura de sua faixa atlântica com a chegada dos portugueses concedeu-lhe, então, uma grande importância geopolítica, pois se tornou um eixo de penetração da dominação econômica e política da Europa, assim como permitiu o escoamento dos produtos do interior do Sudão ocidental rumo ao Atlântico.

Os portugueses foram os primeiros a chegar ao litoral do oeste africano, por volta de 1445, e instalaram-se em Arguin a fim de desviar para o Atlântico o comércio do Sudão e da Senegâmbia, tradicionalmente dirigido ao norte pela rota saariana.

A partir das ilhas de Cabo Verde, os portugueses praticaram a cabotagem comercial ao longo da costa e dos estuários dos rios Senagal e Gâmbia. Implantaram-se firmemente à margem dos rios do sul e na Gâmbia, região que ocupava uma posição estratégica no comércio inter-regional da Senegâmbia. O comércio português de ouro, marfim, peles, especiarias e escravos acrescentou-se ao antigo circuito de comércio interregional de noz-de-cola, sal, tecidos de algodão, ferro e índigo. Ou melhor, os portugueses investiram, desde cedo, o importante centro comercial do Wuli, ponto de partida das caravanas que ligavam a Gâmbia ao alto Senegal, no norte, e ao Arco do Níger, no leste, obrigando assim o Mali, então em declínio, a voltar-se cada vez mais para o Atlântico, no intuito de escoar seu ouro.

O comércio de ouro do Sudão, que se espalhava doravante nas feiras do Wuli e do Kantora, ocupou um lugar destacado no seio do comércio português e contribuiu fortemente para o rompimento das ligações existentes entre, de um lado, a região de Bambuk e do Bure e, por outro lado, o Saara e o Arco do Níger, transformando este em um componente da Senegâmbia. O comércio do couro constituía, após o ouro, o segundo produto de exportação da Senegâmbia. A isso acrescentavam-se o marfim, a cera, e sobretudo os escravos que, ao longo do século XVI, se tornaram a primeira e principal fonte de exportação para a Europa e, mais tarde, as Américas.

Além disso, desde o começo, os portugueses, com base no comércio de escravos, desenvolveram, nas ilhas de Cabo Verde, uma economia de plantação, o que lhes permitiu produzir açúcar, algodão e índigo. Os afro-portugueses (lançados ou tangomãos) se tornariam progressivamente os intermediários indipensáveis entre o comércio europeu e a Senegâmbia, que sofreria, a partir da segunda metade do século XVI, profundas mutações econômicas, sociais e sobretudo políticas.

O comércio português provocou, a partir do século XVI, uma crise econômica e política ao longo dos rios do sul, assim como acelerou o desmembramento da confederação do Jolof, na Senegâmbia setentrional.

Desde o início, o comércio de escravos perturbou profudamente a situação econômica, política e social da região dos rios do sul. Com efeito, os mandes especialiazaram-se na captura de escravos em grande escala, consolidando o poder do Kaabu que, de fato, controlava a totalidade do território entre o Rio Gâmbia e o Futa-Djalon. Da mesma forma, os habitantes das Ilhas Bijagos

organizaram-se de forma sistemática a fim de participar ativamente das capturas humanas no continente.

Após o declínio definitivo do Império do Mali, o Kaabu tornou-se a potência dominante da região e controlou, em seu proveito, a rede comercial bainuk e beafada, conquistando também os principados mandes ao longo do Rio Gâmbia.

Os séculos XVI e XVII constituíram sem dúvida o apogeu do Reino de Kaabu até o triunfo da revolução teocrata no Futa Djalon, no início do século XVIII. A parte setentrional da Senegâmbia, entre os Rios Gâmbia e Senegal sofreu, por sua vez, uma profunda e duradoura reorganização de seu mapa político, a partir da segunda metade do século XVII.

A confederação do Jolof desintegrou-se sob a influência do comércio português que, ao favorecer as províncias costeiras, acelerou o desmembramento político da Senegâmbia. O território jolof foi consideravelmente reduzido. O país não manteve mais relações diretas com o comércio transatlântico a partir de então dominante, sendo também excluído, ao norte, do comércio transaariano em função da potência do Reino denyanke do Futa Toro.

O desmembramento do Jolof foi o resultado de vários combates que inauguraram a era de violência dos senhores da guerra. Eram as monarquias *ceddo*, que instauraram a violência não somente nas relações entre os Estados da Senegâmbia, mas também nas relações políticas e sociais dentro de cada Estado.

Após o esfacelamento da confederação do Jolof, o *Damel* do Cayor, Amari Ngoone, tentou, durante algum tempo, impor sua hegemonia ao anexar o Bawol. Porém, desde cedo, a luta entre o Cayor e o Bawol impediu o *damel* de realizar sua ambição de reunir, por sua vez, as antigas províncias da confederação do Jolof sob sua autoridade.

Esse fracasso favoreceu a ascensão do Reino denyanke do Futa Toro. A dinastia denyanke atingiu seu auge no início do século XVII, com o Reino de Samba Lamu. Por dominar o Estuário do Rio Senegal e uma parte do Sahel maliano e mauritano, ao Futa Toro incumbia a dupla missão de controlar o comércio do Sudão rumo ao Saara e o comércio marítimo europeu.

A partir do século XVII, entretanto, o cenário mudou, pois o monópolio português foi abalado pela chegada sucessiva dos holandeses, ingleses e franceses.

As potências europeias engajaram-se em uma competição vivaz e por isso conseguiram se impor na Senegâmbia, ao criar zonas de influência protegidas com zelo por feitorias fortificadas estabelecidas ao longo do litoral, em Arguin, Saint-Louis, Gorée, no forte Saint James, em Cacheu e Bissau.

Tais feitorias serviam, em primeiro lugar, como armazém para os escravos, cujo comércio se tornou, a partir da segunda metade do século XVII, a prin-

cipal atividade das potências europeias na costa africana. O intenso tráfico, e a consequente caça de cativos, deu origem a profundas crises econômicas, políticas e sociais. O tráfico negreiro engendrou assim a violência nas relações entre Estados, a militarização do poder e, também, o progresso do Islã militante. Sendo assim, desde o fim do século XVII, a Senegâmbia foi palco de um amplo movimento ligado aos marabutos, que objetivava – no contexto da luta contra os efeitos nocivos do tráfico negreiro – a unificação dos Estados do Vale do Rio Senegal.

O movimento ligado aos marabutos, desencadeado em nome do Islã por Nasir al-Din, demonstrou bem a gravidade da crise provocada pela presença europeia na Senegâmbia. O movimento partiu do sul da atual Mauritânia, onde a população berbere sofria com uma profunda crise econômica em função do declínio do comércio transaariano, processo acentuado pela instalação dos franceses em Saint-Louis, em 1659.

Em 1674, o declínio do movimento foi precipitado pela morte de Nasir al-Din. Tal declínio permitiu aos franceses – cujas atividades comerciais foram praticamente suspensas até a completa derrota do movimento dos marabutos, em 1677 – intervirem de forma direta, para apoiar militarmente as aristocracias decaídas do Futa Toro, do Waalo, do Cayor e do Jolof.

A longa guerra dos marabutos desencadeou, em toda a região, uma série de ciclos de fome, bem como a repressão aos muçulmanos, o que levou a um aumento considerável do comércio de escravos, em favor da feitoria de Saint-Louis e da aristocracia triunfante. A pulverização política acentuou-se em razão tanto das guerras civis em prol da conquista do poder, como daquelas que opunham os diferentes reinos, a fim de alimentar o comércio de escravos. O uso de armas de fogo generalizou-se, e os poderes autocrático e militar impuseram-se em todos os reinos. O Islã, a partir de então, constituiria o principal movimento de oposição aos regimes instalados no conjunto da Senegâmbia.

Desde essa época, numerosas famílias ligadas ao movimento dos marabutos deixaram as regiões costeiras e o Vale do Rio Senegal para se refugiar no interior, particularmente no Bundu e no Futa Djalon, onde tentaram consolidar a autonomia das comunidades muçulmanas. As revoluções muçulmanas dessas duas regiões, no começo do século XVIII, marcaram assim o triunfo do islã militante, como reação às consequências do tráfico de escravos.

Ao longo do século XVIII, portanto, todo comércio atlântico e, mais especificamente, o tráfico negreiro acentuaram a crise política, econômica e social dos Estados da Senegâmbia. Nessa atmosfera de violência generalizada, os aristocratas *ceddo* reforçaram seu caráter guerreiro e impuseram a centralização do poder monárquico

graças ao apoio dos escravos da coroa. Em reação à imposição da aristocracia, as comunidades muçulmanas constituíram encraves no interior dos Estados, bem como organizaram as revoluções do Bundu, do Futa Djalon e do Futa Toro.

O fim do Império songhai

O desmoronamento do Impériosonghai foi consumado com a invasão marroquina de 1591. Essa invasão foi organizada por Mulay Ahmad al-Mansur, que subiu ao trono saadiano após a batalha de Alcácer-Quibir, em 1578, em que derrotou os portugueses. A vitória o colocava entre os grandes defensores do islamismo. Assism como a extraordinária riqueza alcançada com o resgate dos prisioneiros cristãos trouxe-lhe prestígio no cenário mundial.

Califa e príncipe dos fiéis, ele aspirava reunir todos os muçulmanos e renovar a tradição da guerra santa (*djihad*). Além do mais, os lucros que pretendia obter da salina saariana de Taghaza seriam destinados a reabastecer o Tesouro, enquanto os escravos obtidos com a conquista do Songhai seriam utilizados como soldados na frota que posteriormente iria atacar os infiéis. Mas essas pretensões não excluíam fatores mais determinantes: o ouro e os escravos do Sudão.

Em 1582, al-Mansur apoderou-se dos oásis de Touat e de Gourara. A ocupação foi oficialmente apresentada como uma medida destinada a restabelecer a ordem, mas o real objetivo era a conquista do Sudão.

A investida contra o Império songhai foi planejada para 1586, mas diante das dificuldades da operação al-Mansur estendeu o prazo com o intuito de preparar e equipar sua armada, reunir todos os conhecimentos disponíveis sobre o estado do Império dos *askiya* e, por fim, convencer os líderes de seu próprio reino da solidez de seu plano.

A 30 de outubro de 1590, uma coluna marroquina composta de 3.000 a 4.000 soldados, acompanhados de várias centenas de auxiliares, deixou Marrakesh sob o comando do paxá Djudar. A armada marroquina chegou às margens do Níger em 1º de março de 1591 e onze dias depois atingiu Tondibi, a uns 50 km da capital songhai, Gao.

Frente às armas de fogo marroquinas, as tropas songhai foram esmagadas, após um dia de resistência, a 12 de março de 1591. Assim ruía o último grande Império saeliano, cujos soberanos, inteiramente absorvidos por suas querelas internas, não tinham prestado a atenção exigida às ameaças marroquinas.

Nos séculos XVII e XVIII, em meio ao clima de incerteza e insegurança que resultou da queda do Império songhai e da irrupção de forças etnossociais

– tuaregues, fulbes, bambaras, armas etc. – que até então tinham sido mantidas à parte das zonas de cultura e dos centros urbanos, o poder político estava ao alcance de qualquer um que dispusesse dos meios para assegurar a defesa efetiva de seu povo.

As imponentes construções estatais do passado eram substituídas por um mosaico de principados e reinos cujos limites raramente ultrapassavam as margens de uma etnia, de um clã, de uma cidade ou mesmo de uma série de vilas. O chefe político era antes de tudo um guerreiro, mais influenciado pelas tradições locais do que por valores universais veiculados pelos letrados muçulmanos. O islamismo, que havia contribuído para a formação dos Impérios sudaneses, deixou temporariamente de desempenhar um papel político evidente. Porém, prosseguiu sua longa marcha pelas savanas, levado cada vez mais longe pelos comerciantes *jula* através das rotas comerciais do Sael à floresta.

No início do século XVII, uma série de calamidades se abateu sobre a região: secas, carestia, epidemias e fome dizimaram a população e destruíram as colheitas, tornando mais agudas as tensões entre nômades e sedentários. Em 1639, a fome irrompeu na região de Djenné, que sempre fora o celeiro do Arco do Níger. Do delta central, ela se expandiu, durante quatro anos consecutivos, para todo o Arco do Níger. A miséria que se seguiu provavelmente originou o movimento social que precedeu a subida ao poder do Reino bambara de Ségou.

Verdadeira confluência étnica, o território entre Tombuctu, os Grandes Lagos e o Níger transformava-se, durante boa parte do ano, num mosaico de povos e numa zona de contato entre o mundo pastoril e o mundo rural sedentário. Como as boas pastagens são também as melhores terras agrícolas, esse contato foi muitas vezes gerador de conflitos, tanto mais graves porque não existia na região nenhuma força política capaz de limitar a extensão dos terrenos de pastagem em detrimento dos campos de cultura e vice-versa. A tensão atingia seu auge no fim da estação quente, quando, com a chegada das chuvas, os camponeses se entregavam aos primeiros trabalhos agrícolas. Qualquer atraso ou desordem no refluxo dos nômades era suficiente para comprometer seriamente as colheitas.

No seu conjunto, a agricultura recuou nas zonas limítrofes do deserto. Porém, em alguns lugares, a ocupação de terras com propósito agrícola intensificou, como fica demonstrado pelas migrações bambara, no Bara, e início da sedentarização dos fulbe do Macina, bem como a instalação definitiva de certos agrupamentos nos arredores de Tombuctu.

Ainda assim, graças à incomparável via de comunicação representada pelo Níger e a extensão das redes de trocas tradicionais, o comércio inter-regional floresceu.

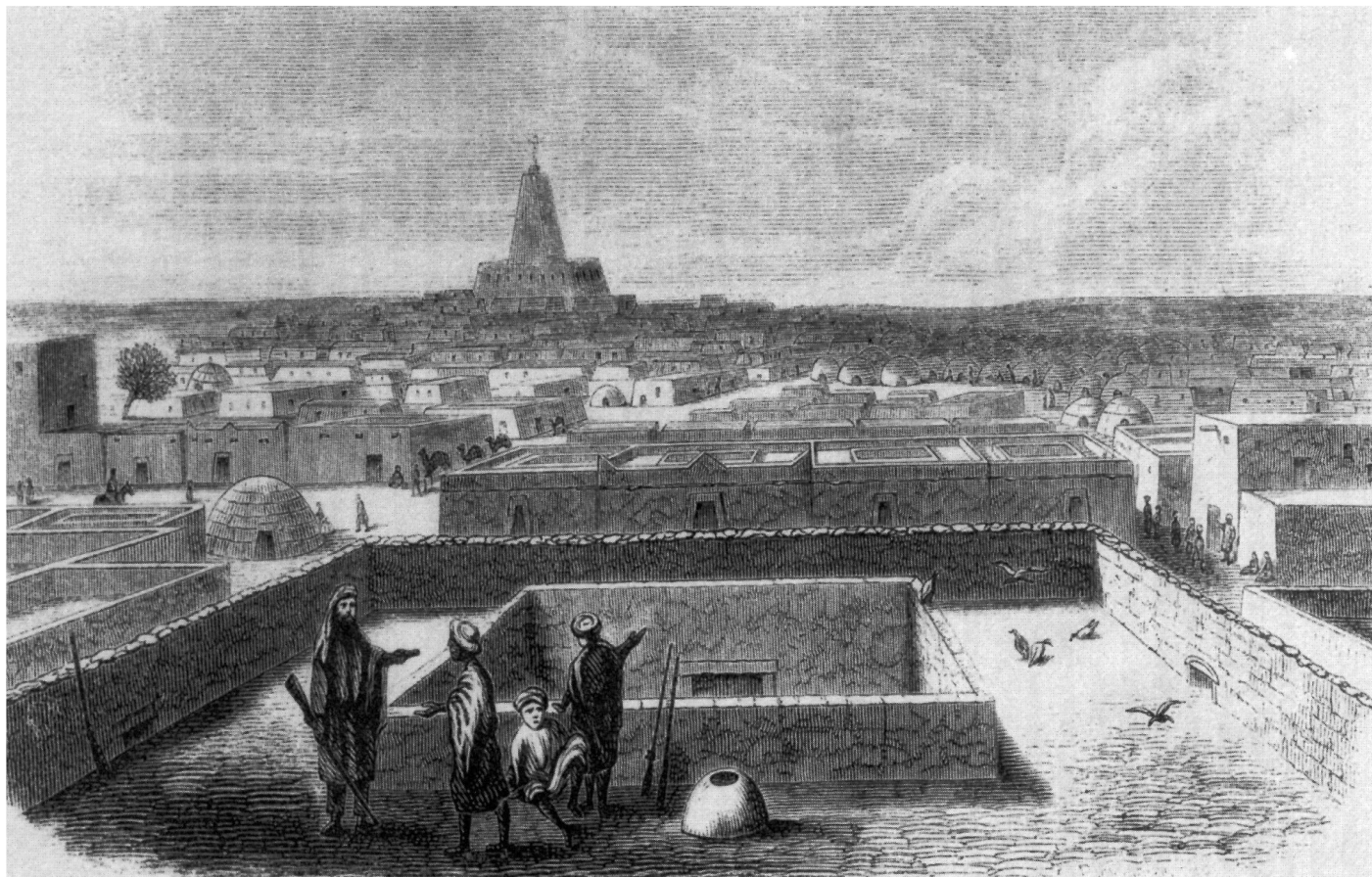
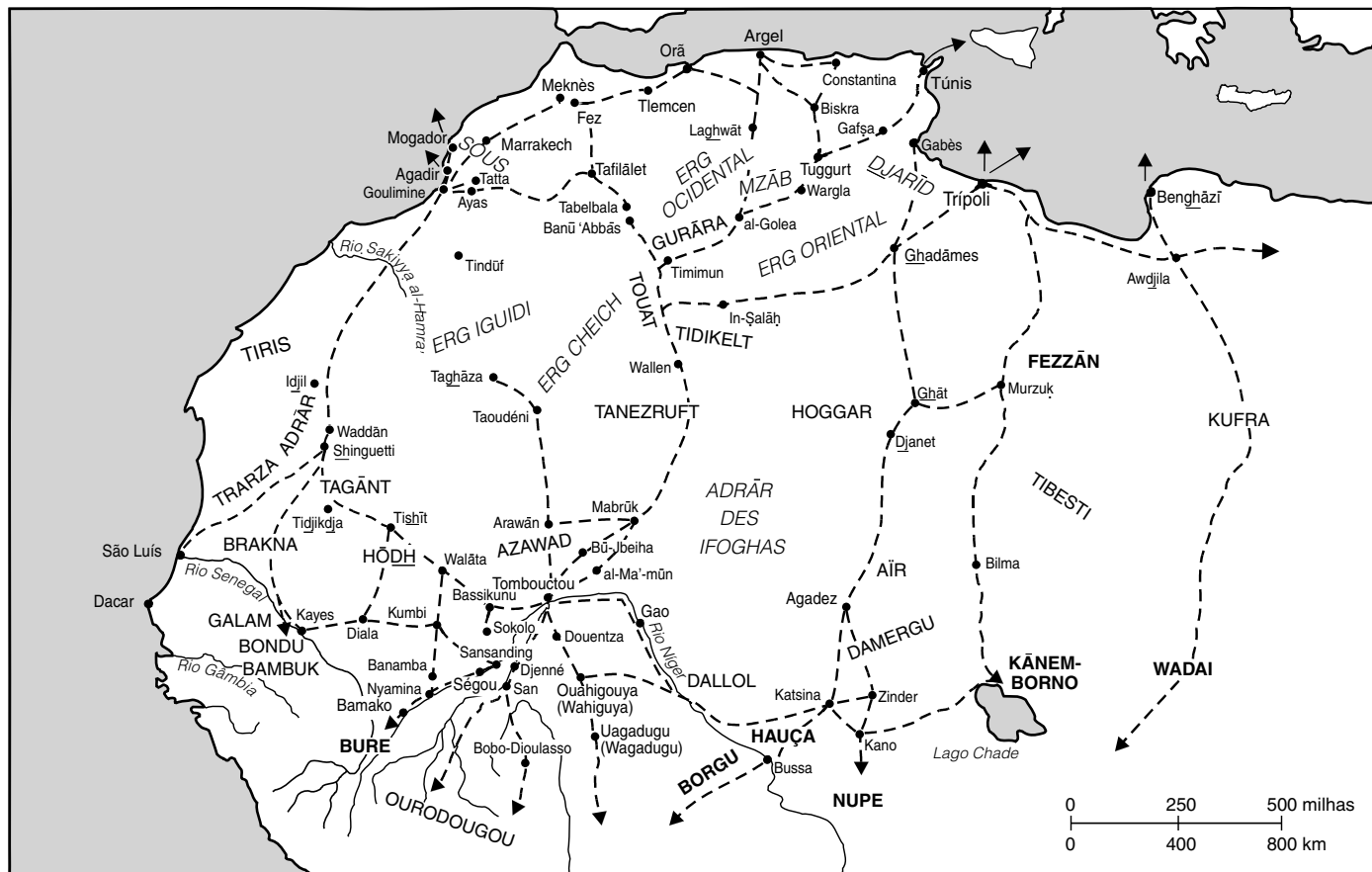
Em Djenné, a produção local de víveres crescia com os bens advindos do interior de San: entre outros, amendoim, farinha de baobá, mel, cebola seca, pimenta, feijão. Havia ainda o algodão, o índigo, o sene utilizado na fabricação do sabão, a lã, a cera, o ferro do Bendougou e, obviamente, os dois artigos principais importados da zona florestal, as nozes-de-cola e o ouro.

Na região de Tombuctu, as melhores áreas de cultivo eram próximas aos lagos Télé, Oro e Fati, bem como nos leitos dos pântanos. Com a vinda dos marroquinos ao Sudão, a cultura do trigo se espalhou nessa zona. Entre as plantas industriais, cita-se o tabaco e a goma arábica que se recolhia em grandes quantidades nos arredores de Goundam e do Lago Faguibine.

Além disso, a vida comercial de Tombuctu era alimentada por numerosa atividade artesanal: processamento de sal, tecelagem e confecção de roupas, curtimento, ourivesaria, sapataria, olaria, fabricação de utensílios agrícolas e armas. Cada setor do artesanato era o monopólio de uma corporação etnoprofissional. Por exemplo, todos os tintureiros eram originários do Sansanding, ao passo que os arma tinham exclusividade na fabricação de calçados.

Apesar das mudanças políticas que afetaram a região desde o fim do século XVI, a organização comercial do Arco do Níger continuou sedimentada sobre bases geográficas, econômicas e sociais que sobreviveram à conquista marroquina bem como à intensificação do tráfico europeu em litoral africano. Contornando as dificuldades de ordem política e militar, o comércio transaariano se tornou a principal atividade econômica de vastas áreas do Magrebe e do Sael. O que mudou inexoravelmente a partir do século XVI foi não o volume das trocas, mas o significado econômico desse comércio para as perspectivas de desenvolvimento dos países e das regiões envolvidas.

O aparecimento dos grupos de marabutos é um dos aspectos mais intrigantes da estratificação etnossocial que ganhou corpo na orla meridional do Saara ao longo do século XVII. A sociedade nômade do Senegal ao Aïr dividiu-se em dois estratos bem distintos: de um lado, as populações "guerreiras"; de outro, grupos clericais que gozavam de um grande prestígio religioso e cujos santuários atraíam estudantes e comerciantes das caravanas em busca de proteção. Instalados ao longo das rotas comerciais, muitos destes santuários se tornaram mais tarde importantes áreas de descanso das caravanas.

Eclipsando os *ulama* urbanos, os *shaykh* do deserto tornar-se-iam os mentores da maioria dos promotores das *djihad* dos séculos XVIII e XIX. De certo modo, o Islã dos marabutos era uma continuação da tradição almorávida e sua militância contrastava claramente com o sincretismo tolerante que caracterizava o "Islã negro" das cidades sudanesas e dos centros jula. O Islã dos marabutos oferecia a

Panorama de Tombuctu visto do terraço do viajante. [H. Barths, 1857. © Royal Commonwealth Society Library, Londres.]

As rotas do comércio transaariano do século XVI ao século XVIII (apud M. Abitbol).

seus adeptos mais que um caminho religioso: uma estrutura de enquadramento que ultrapassava as entidades de identificação tradicionais, como etnias e clãs.

Enquanto o Islã tradicional sudanês estava fortemente ligado ao poder e aos chefes, o islamismo dos marabutos penetrava pela base da pirâmide social, sob a ação conjugada dos confrades e pastores que, no século XIX, partiriam para a conquista religiosa de todo o Sael. Elo de emancipação política e social, atraiu assim a massa dos tucolores do Futa Toro que lutava contra o poder estabelecido da dinastia dos denyanke; atraiu também os fulbe do Macina, que sacudiram o jugo dos bambara, ou ainda os fulbe e os agricultores do país haussa contra a hegemonia dos poderes reais estabelecidos em Gobir, Kano, Katsina e em outros lugares.

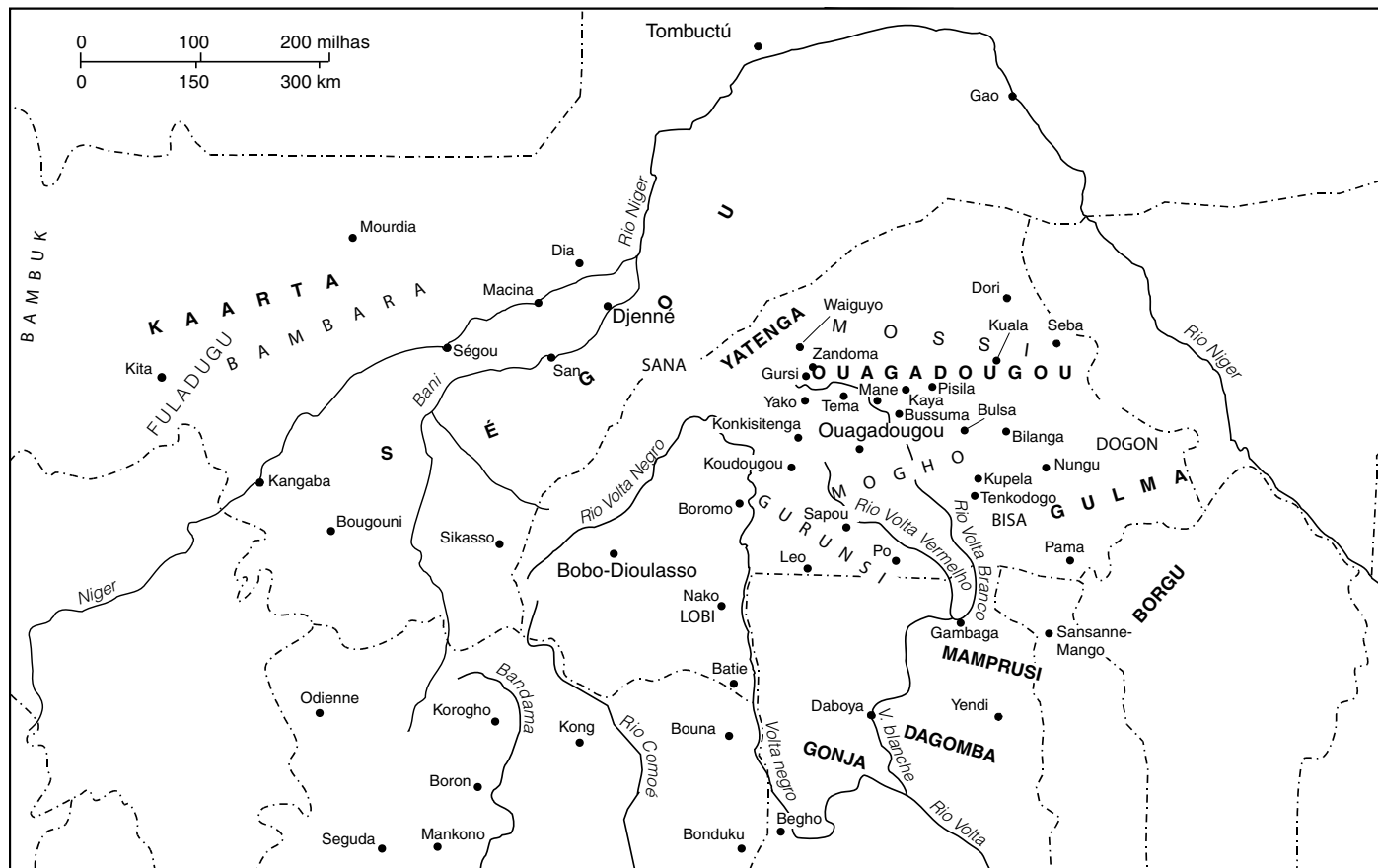
Do Níger ao Volta

A queda do Império do Gao em 1591, na sequência da invasão marroquina, criou um vazio na vida política que outros poderes iriam paulatinamente preencher. No Arco do Níger e na bacia superior do Volta, quatro polos emergiram nos séculos XVII e XVIII: os reinos bambara de Ségou e do Kaarta, os reinos mossi, os reinos de Kong e do Gwiriko e, por fim, os reinos gulmanceba. Obviamente, os bastidores da vida política eram constituídos ainda por um grande número de etnias de poder não centralizado.

Os reinos bambara possuem origens que, sem serem antigas, são obscurecidas pela variedade de tradições orais e das crônicas. A sucessão dos monarcas nem sempre é a mesma, nem a duração dos reinados.

Outra questão polêmica é a dos povos responsáveis pela iniciativa histórica nos reinos bambara. Embora as origens dos bambaras estejam certamente perdidas, os movimentos contemporâneos refletem-se nas tradições e permitem afirmar que eles são autóctones no Arco do Níger há muito tempo. Parecidos, sem dúvida, com os bozo e mesclados igualmente aos soninke e aos soso, aos malinke, aos fulbe e outros.

O relato da migração dos ancestrais epônimos das dinastias bambara reproduz o tema da travessia do rio, encontrado em várias lendas africanas sobre as origens. Dois irmãos, Baramangolo e Niangolo, perseguidos por um inimigo e não tendo canoa, atravessaram o rio (Baoulé ou Níger) graças a um enorme peixe-gato que os salvou.

Assim, na margem direita do Níger, um dos dois irmãos, Baramangolo, pediu asilo aos buares de Ségou, soninke, que lhe concederam um território. O outro

A região do Níger-Volta do século XVI ao XVIII.

irmão, Niangolo, após ter atravessado o rio, construiu uma *tata* (lugar fortificado) em Baiko. Os markas dessa região, após terem tentado em vão tomá-la de assalto, acabaram por se acomodar em relações pacíficas com os recém-chegados.

Traço dominante nessa história é a importância estratégica do Níger onde a curva do rio atinge um ponto culminante rumo ao deserto e às rotas da África do Norte. A unificação das duas margens do rio resultou na polarização do poder político durante quatro séculos. Isso ocorreu pelo fato de os dois reinos irmãos de Ségou e do Kaarta não terem cessado de se agredir.

Não é fácil ligar os dois ancestrais primordiais e legendários das dinastias bambara aos primeiros líderes historicamente conhecidos. Do lado de Ségou, é dito que um dos descendentes de Baramangolo foi Kaladian Koulibali. Kaladian, sobre o qual a tradição oral nada diz, aparece como tendo quase restabelecido a grandeza de Mali no século XVII, particularmente ao retomar Tombuctu dos marroquinos.

Durante esse período, em Kaarta, na margem esquerda do Níger, Sunsan (por volta de 1635), filho de Niangolo, teria, segundo uma lenda nioro, fundado Sunsana, próxima de Mourdia. Seu filho Massa (por volta de 1666) foi um grande fazendeiro. O filho de Massa, Benefali (por volta de 1710-1745), estendeu consideravelmente o poder dos massassi por meio de métodos que aliavam a vida patriarcal dos campos e a brutalidade das operações militares.

Foulakoro, irmão e sucessor de Benefali, não pôde evitar o primeiro choque grave entre os massassi e os reis de Ségou. Esses últimos eram mais poderosos que os massassi porque seu território era mais rico, a população numerosa e suas atividades mais variadas.

Foulakoro tinha de enfrentar o fundador do reino, Mamari Koulibali (1712-1755). Bisneto de Baramangolo, Mamari, que era dotado de uma força física incomum, tornou-se rapidamente o chefe de um *ton* (associação de garotos circuncidados), que lhe valeu o nome de Biton ou Tiguiton – e, em seguida, tornou-se líder social e político, à margem das instituições gerontocráticas e religiosas do país.

Mamari aproveitou a oportunidade de consolidar suas conquistas internas por meio de vitórias externas: uma contra Kong e outra contra os massassi.

A primeira intervenção de Kong só foi repelida por Mamari graças à coalizão com os fulbes do Macina. O segundo ataque foi repelido graças ao apoio dos tyeros somono, que lançaram enxames de abelhas contra a cavalaria inimiga.

Foulakoro estava engajado no cerco de Murdia. Essa cidade pediu ajuda a Mamari, que esperava apenas esse sinal para intervir. Ele venceu e fez prisioneiro

Foulakoro, que pereceu no cativeiro. Os massassi tiveram de se distanciar ainda mais rumo ao oeste. Mamari Koulibali conquistou todo o território bambara, incluindo Bélédougou. Macina e Djenné foram colocados sob sua autoridade e, em 1751, Niani, a capital do decadente Mali.

Os sucessores de Biton foram, por sua vez, soberanos de pobre envergadura. Somente Ngolo Diarra (1766-1790) reinou por tempo suficiente para colocar em prática uma política efetiva. Ele pôs fim à agitação dos chefes que tinham se tornado mercenários e restaurou uma verdadeira monarquia. Firmou o domínio dos bambara sobre o Macina e sobre Tombuctu. Sua campanha contra o chefe fulbe Sila Makan Yero conduziu-o ao país Dogon. Numerosos fulbes emigraram então rumo ao Wassalu e ao Ganadougou. Ngolo, malgrado sua idade avançada, partiu em expedição contra o Yatenga, fracassou e morreu no caminho de volta. Ele havia criado em Ségou uma nova dinastia.

Após Ngolo, os conflitos internos foram retomados. Somente Monson Diarra (1792-1808) permitiu que o poder de Ségou se manifestasse de San a Tombuctu e do Dogon ao Kaarta. Mas este último não havia ainda enfraquecido. Após a morte de Foulakoro, o Kaarta retomou o vigor graças às invasões a Bélégoudou, Bambuk e Khassonke. Após Deniba Bo (1758-1761), Sira Bo Koulibali (1761-1780), um grande guerreiro, fixou a residência real em Guemou. Ele tomou a metade do Bakhounou aproveitando-se do fato de que Ngolo Diarra estava ocupado no norte e no leste. Ele pilhou Kita, grande burgo malinke situado no Fouladougou e, aproveitando-se de uma querela entre dois clãs diawara, os sagone e os dabora, ele perseguiu estes últimos, que se refugiaram no Bundu ou em Ségou. Entretanto os sagone, considerados livres, foram dispensados do tributo, mas submetidos à obrigação de fornecer um contingente de guerreiros em caso de conflito.

O fenômeno mais importante que se produziu no Planalto do Volta foi a estruturação dos Reinos mossis, cujas primeiras formações datam de meados do século XII. Se, como afirmam alguns autores, Na Gbewa e a Na Nedega, das tradições mossis, são uma mesma pessoa, por intermédio de Naaba Rawa e Naaba Zungrana (os filhos de Naaba Wedraogo), as dinastias mossi são ligadas aos Reinos mamprusi, nanumba e dagomba. Com Naaba Wubri – cuja chegada ao poder do futuro Reino de Ouagadougou data de 1495 aproximadamente – e Naaba Yadega, neto agnático de Naaba Wubri, que fundou o Reino do Yatenga por volta de 1540, começou o processo de estruturação política dos Reinos mossi, que se desenvolveria durante os dois séculos seguintes.

Dos três reinos fundados pelos descendentes de Na Gbewa (mamprusi, nanumba, dagomba), somente o Reino dagomba desempenhou um papel de

primeiro plano a partir de Na Nyaghse (1460-1500). Os reinados seguintes, do começo do século XVI a meados do século XVII, são muito mal conhecidos. A questão dos conflitos dinásticos internos parece ter sido a principal característica.

Já na segunda metade do século XVI, um chefe mande, Naaba, criou o Reino gonja. No século XVII, os reis do Gonja enviaram expedições da capital, Yagbum. Uma dessas guerras, travada contra Dagomba, conduziu-os à vitória. No fim do século XVIII, o Dagomba era apenas um veículo para a influência Ashanti, sentida até os confins do Mogho (nome do país mossi).

É também em meados do século XVIII, com a chegada dos bobo julas, que se fixa o período de grande produção de ouro do Volta negro. Os recém-chegados monopolizaram a extração de ouro de Poura, trazendo melhorias técnicas.

O comércio era cada vez mais ativo nas metades oeste e norte das regiões situadas entre o Níger e a Bacia do Volta. E a ele veio se acrescentar, no curso dos séculos XVII e XVIII – mesmo no Reinos mossi e entre povos com poder político descentralizado, com um sistema econômico de base essencialmente agrícola – uma rede de trocas de mercadorias baseada em produtos exóticos e que mobilizava cada vez mais os comerciantes profissionais.

Além do milho, o alimento de base, eram consumidos o amendoim, a ervilha, o feijão, o gergelim e algumas hortaliças. Principal planta de uso artesanal, o algodão aparentemente era cultivado há muito tempo. Os yarse muçulmanos associaram-se à tecelagem desde o início da história moaga e os rolos de tecido de algodão que eles fabricavam engrossavam as cargas das caravanas. Os marases (songhai), especializados em tinturaria, utilizavam o índigo.

O século XVIII presidiu à formação de grandes aglomerações de comerciantes nas quais os marases se juntaram aos yarses. Os grandes mercados do reino (Yuba, Gursi etc.) eram o ponto final das caravanas que transportavam sal e cola.

Se a unidade de conta dos comerciantes era o cauri, outras unidades faziam parte do universo das caravanas e diversos sistemas de equivalência eram aplicados entre o caurim, o côvado, a placa de sal, o cativo e o cavalo.

O Yatenga era uma das grandes regiões metalúrgicas do centro do oeste africano e o comércio de metais, armas e ferramentas dava aos ferreiros uma renda considerável.

O tráfico negreiro, intenso em quase todas as costas da África negra, introduzia na mecânica dos fluxos comerciais e das relações sociopolíticas uma lógica terrível desde o instante em que se juntavam as armas, os escravos e o poder político na mesma equação. Os grandes reis da época participaram do tráfico:

os massassi de Ségou, Naaba Kango do Yatenga, os wattara de Kong e de Bobo, os soberanos do Dagomba e do Ashanti. A atividade escravagista dos reis era alimentada pela multidão de chefes locais que, de bom grado ou à força, entravam no jogo político por meio desse negócio.

Era comum dizer que os bambara e os mossi haviam elevado fortes barreiras contra o Islã na África Ocidental. Tal afirmação deve ser revista. Com efeito, o Islã, atuante desde o século VIII pelo menos, acentuou sua influência nos grandes impérios, no de Gana até o de Gao. Mas houve obstáculos e resistências. Ainda no século XVIII, os fulbe jelgoobe e feroobe eram frequentemente adeptos de religiões tradicionais.

Durante um milênio, entretanto, do século VIII ao XIX, o Islã não deixou de se difundir nessa região de diversas maneiras, incluindo os comerciantes, pregadores e até pela violência.

Os bambara inicialmente viram o Islã de maneira sincrética: a presença deles incitava-os a honrar o deus supremo, Maa Ngala. Tendo assimilado o Islã, os reis de Ségou e de Kaarta viram que nada os impedia de consultar os ministros desse grande deus, os marabutos, e permanecer fiéis a seus próprios cultos.

Ainda que praticando ritos tradicionais, os Koulibali participavam das festas religiosas muçulmanas, ao menos presencialmente, oferecendo ricos presentes aos marabutos sarakolé. Esse sincretismo – representado pela mescla do cristianismo nos cultos afro-americano no Brasil, no Haiti e em Cuba – é uma das características do espírito religioso negro-africano. É assim que, se o clamor aos espíritos não havia fornecido uma resposta clara e satisfatória, a intervenção do marabuto era então solicitada e acolhida piedosamente pelos reis bambara.

O que é certo é que o Islã apresentava-se aos bambara com instituições que não negavam necessariamente as suas, como, por exemplo, a poligamia e o divórcio. O ensino se acomodava largamente aos costumes autóctones e dava grande espaço à magia. Certas etnias, como os soninkes, os markas, os fulbes e torodbes, convertidas ao Islã de longa data e tendo o benefício da tolerância religiosa, serviam de permanente fermento e modelo.

Essa abertura recíproca beneficiava as duas partes envolvidas: associava os dirigentes muçulmanos ao poder, tomava vias endógenas para conduzir esses povos rumo à fé islâmica, mas também contribuía para reforçar o poder dos monarcas que, face à heterogeneidade étnica e social de seus Estados, não podiam ficar sujeitos a divergências religiosas. Assim era a situação no Arco do Níger antes das *djihads*.

Os Estados e as culturas da costa da alta Guiné

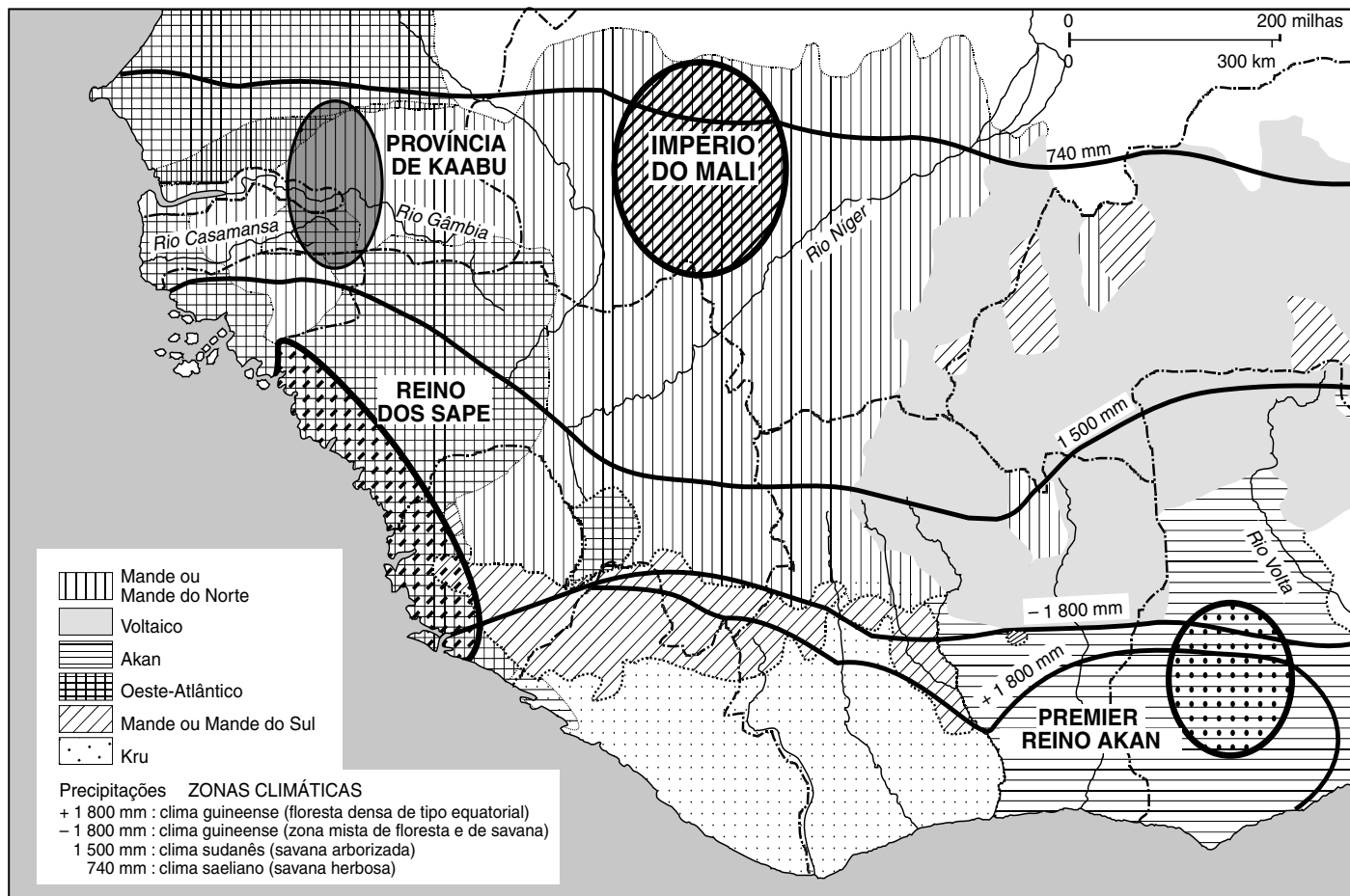
De Casamansa à Costa do Marfim estende-se uma vasta região de costeiras e florestas, habitada por povos tão numerosos quanto diversos. Tal região ultrapassa largamente o quadro que, na tradição historiográfica, chamamos de alta Guiné.

Em relação às grandes massas étnicas do Sudão, onde predominam as sociedades organizadas em Estados, a região aqui examinada caracteriza-se pelas múltiplas e pequenas unidades socioculturais fundamentalmente organizadas na base das linhagens, dos clãs e dos povoados.

Não obstante a diversidade das etnias e das línguas existem entidades linguísticas mais vastas devido ao cruzamento constante dos fluxos migratórios. Três grandes famílias de línguas, subdivididas em grupos e subgrupos, partilham o espaço compreendido entre Casamansa e Tanoé. Na família das línguas mande, o subgrupo mande-sul é preponderante; o mande-norte apenas aparece sob a forma do mandingo falado na Gâmbia, Casamansa, Guiné-Bissau, Serra Leoa e Libéria. Ao sul das línguas mande e ao longo do litoral, de Casamansa à Libéria, as línguas ditas oeste-atlânticas também se dividem em grupos norte e sul e são extremamente variadas. Por fim, a leste e a sudeste, as línguas ditas kwa englobam os falantes kru-bété e akan, apresentando a mesma heterogeneidade das línguas atlânticas ocidentais.

Na região entre a Gâmbia e os rios da Guiné e de Serra Leoa, sinais dos primeiros avanços dos mandes (malinqués) em direção ao Oceano Atlântico remontam ao século XII. Recolhidas na Gâmbia, em Casamansa e na Guiné-Bissau, as tradições orais referem-se a uma colonização agrícola malinqué entre o fim do século XII e o começo do XIII.

A essa pacífica migração camponesa sucedeu a migração conquistadora dos soldados de Tiramaghan Traore, um dos generais eméritos de Sundiata. A conquista dos territórios atlânticos dos joola, balante e bainuk, facilitada pela cumplicidade dos primeiros colonos, permitiu ao Mali a posse de uma larga abertura no mar, no fim do século XV, e o domínio dos territórios compreendidos entre a Gâmbia e Serra Leoa.

O movimento populacional nos séculos XVII e XVIII afetou toda a zona costeira e subcosteira na forma de fluxos migratórios em várias direções: do interior para a costa, do norte para o sul, do leste para o oeste e vice-versa. O setor mais afetado foi a área entre a Libéria e o Rio Tanoé. Pesquisas sugerem que esses movimentos de população foram, em grande parte, estimulados pelo

Os principais Estados da África do oeste, antes do século XVI (segundo C. Wondji).

desejo de controlar o tráfico de escravos, o que provocou conflitos e a formação de alianças militares e comerciais entre e no interior dos grupos étnicos.

Transformadas em províncias ocidentais do Mali, Gâmbia e Casamansa trocavam seus produtos agrícolas (arroz, sorgo) e artesanais (tecidos de algodão) por ferro e outros metais, provenientes do interior do continente. Os centros comerciais de Kantor eram o núcleo dessas trocas, que utilizavam vias fluviais principalmente dos rios da Gâmbia e Casamansa, cujas desembocaduras estavam ligadas em razão do intenso comércio. Outro fluxo ia do eixo do Níger à floresta, onde os jula trocavam sal, cobre, tecidos de algodão e peixe por noz-de-cola e, às vezes, azeite de dendê. Os jula levavam mercadorias provindas do Arco do Níger para Elmina, conforme registrado em Begho desde a primeira metade do século XV.

A esfera comercial dos mande apoiava-se em uma rede de rotas e postos com os quais as zonas próximas às florestas eram abundantemente providas. Ela se prolongava rumo ao vales dos rios e à costa.

Os portugueses foram os primeiros europeus a explorar as costas da África no século XV. Desembarcaram na Ilha de Arguin, em 1443, e estabeleceram vários postos comerciais ao longo da costa, do Senegal à Costa do Ouro. Entre 1462 e 1480, exploraram todo o Golfo da Guiné. E em busca de ouro e especiarias, articularam seu império marítimo, que tomava corpo, com a esfera comercial mande, sustentada graças à expansão do Mali, desde o século XIV.

Durante todo o século XVI, os portugueses exerceram a supremacia marítima e comercial na costa da África ocidental, de Arguin até Angola. Na Guiné superior, eles utilizaram as vias fluviais para procurar o ouro do Sudão, notadamente, na Gâmbia, em Casamansa e na Guiné-Bissau. Praticaram comércio na costa e nas desembocaduras dos rios sem almejar a ocupação territorial. Na zona que constituía nessa época a porta oceânica do Mali, eles contribuíram para a intensificação das relações entre a costa dos rios e a alta Gâmbia, de um lado, e o alto Senegal e o alto Níger, de outro.

No século XVI, as rotas comerciais internas dos jula conduziam às posições ocupadas pelos portugueses no litoral. Portanto, o ouro sudanês ganhava Lisboa ao mesmo tempo em que a pimenta malagueta. Desta forma, realizava-se a articulação dos espaços comerciais mandingo e europeu e encetava-se a preponderância econômica do tráfico saariano.

Ao abrir a costa da África ocidental ao comércio mundial, as grandes explorações europeias engajaram os países guineenses em um processo de desenvolvimento histórico sem precedentes com a intensificação das trocas, os movimentos das populações do interior para a costa e o surgimento de novas sociedades.

Essas mudanças provocaram a marginalização progressiva da zona sudanesa que, para sobreviver, teve que reativar as rotas que conduziam à floresta e ao mar.

Três traços caracterizam o desenvolvimento do comércio europeu nas costas da África Ocidental: a consolidação desse comércio, graças a uma organização sistemática das trocas; a crescente importância do tráfico negreiro; a concorrência acirrada entre as nações europeias.

Entre 1640 e 1750, numerosos fortes e feitorias foram edificados nas costas africanas, mas mudavam constantemente de proprietários, de acordo com as lutas nas quais se engajavam as nações escravagistas.

Ao abrigo destes fortes e em torno das feitorias, os europeus empreenderam a exploração comercial da zona atlântica costeira. De Goreia à Ilha Sherbro, em Serra Leoa, o comércio florescia, mas nenhuma companhia francesa ou inglesa podia monopolizar o comércio porque nas numerosas ilhotas costeiras e ilhas do alto mar qualquer barco que desejasse comerciar poderia ali ancorar. Essa parte da costa era, portanto, um terreno de livre caça para os negreiros de todas as nações que não estavam ligados às grandes companhias. As companhias não dispensaram nenhuma atenção à Costa dos Grãos e à Costa do Marfim nos séculos XVII e XVIII, pois a malagueta havia perdido seu prestígio no mercado mundial, o marfim passava igualmente por um período de declínio e as dificuldades na acostagem mantinham os barcos afastados da costa. Todavia, por volta de 1700, a crescente demanda por escravos na América encorajou a iniciativa individual de muitos mercadores nesse setor costeiro.

O avanço do comércio, nos séculos XVII e XVIII, suscitou entre os povos do litoral a formação de grupos mercantes, que desempenharam o papel de intermediários, entre os navios europeus e as sociedades africanas do interior. Tal foi o caso dos *mestizos* (mestiços) e dos crioulos dos rios de Casamansa, Guiné e Serra Leoa.

Afro-portugueses (lançados), descendentes dos colonos portugueses dos séculos XV e XVI, ou anglo-africanos, descendentes dos mercadores britânicos dos séculos XVII e XVIII, os grupos mulatos constituíram uma população muito particular, cuja influência foi determinante para o desenvolvimento histórico do litoral entre a Gâmbia e Serra Leoa.

Muito rapidamente, os lançados fundaram uma comunidade afro-portuguesa: estabelecidos nas cidades, viviam muito perto dos negros, esposavam mulheres ou possuíam amantes africanas. A língua portuguesa tornou-se uma língua franca local, quase tão falada quanto o mande. No século XVII, a imigração diminuiu e o número de portugueses de origem metropolitana tornou-

-se inferior ao dos mulatos. Esses mestiços tornaram-se cada vez mais negros e pouco se distinguiam dos africanos de origem.

No fim do século XVIII, a comunidade dos afro-portugueses era, portanto, composta de poucos brancos e muitos negros, porém, era dirigida pelos mestiços, que lhe haviam imprimido seus principais caracteres socioculturais.

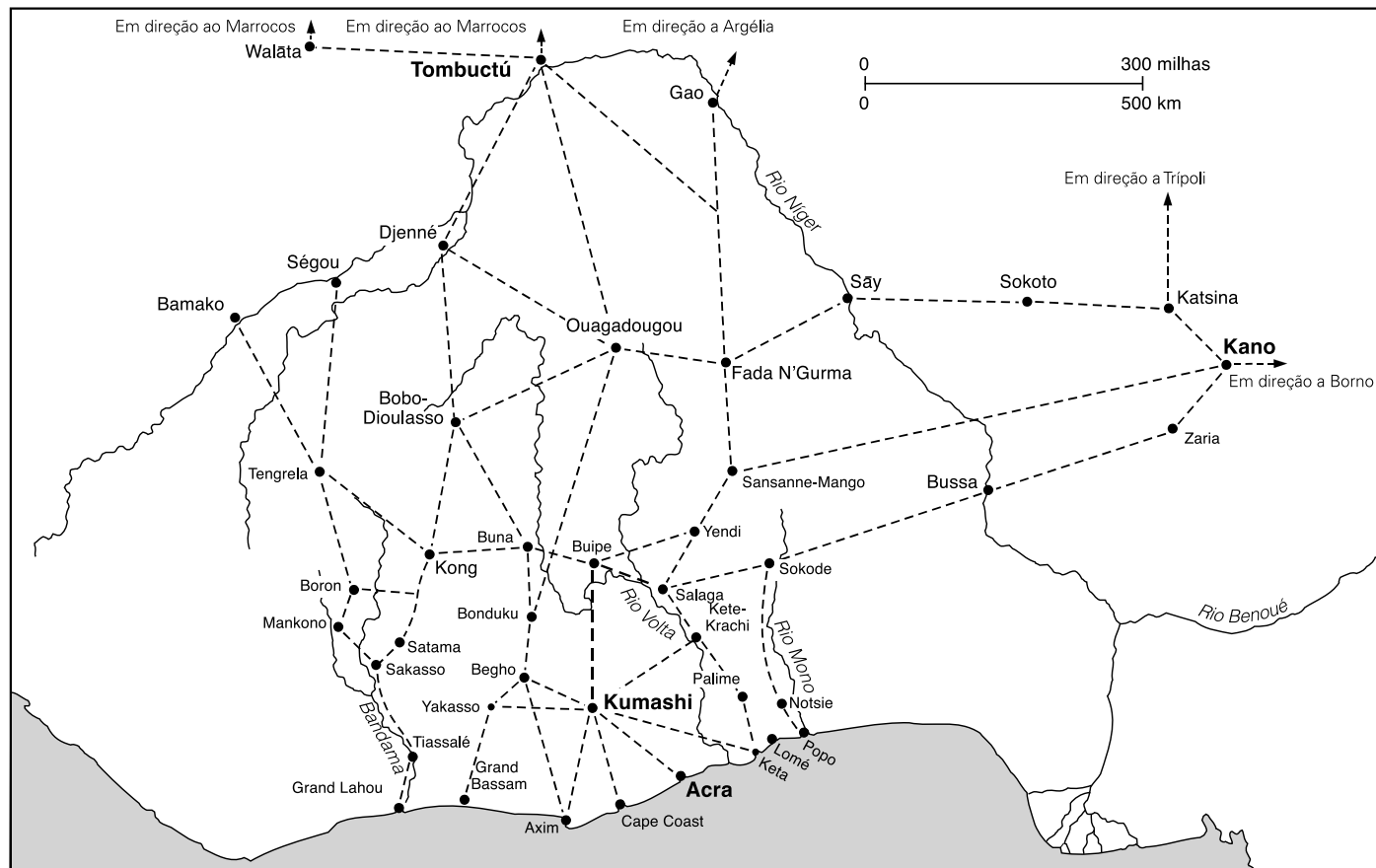
Nas costas africanas, os lançados originaram um novo grupo sociocultural. Falando a língua portuguesa, vestiam-se à moda europeia, moravam em casas de paredes brancas e com varandas, e, no entanto, aceitavam os costumes africanos, até mesmo as tatuagens e as marcas étnicas. Praticavam um catolicismo peculiar, no qual a celebração dos santos cristãos não impedia a veneração aos ancestrais.

Os lançados, primeiramente, firmaram laços de amizade com os povos da costa. Mais tarde, alguns deles integraram-se à vida social, política e cultural dos povos africanos.

Contudo, tal grupo afro-português extraía a sua potência da condição de compradores. Seus membros não possuíam atividades produtivas, mas eram fornecedores de bens para as embarcações europeias e participavam de atividades comerciais sazonais relacionadas às atividades agrícolas dos africanos autóctones. Alguns eram suficientemente ricos para não recorrer a tais embarcações.

Havia muitas divergências entre esses ricos comerciantes mulatos e as companhias comerciais, ansiosas para manter seus monopólios. Os comerciantes afro-portugueses tiveram de lutar pelo direito de comerciar livremente ao longo da costa. Quando a Royal African Company quis romper a aliança dos soberanos africanos com os mulatos, e suprimir o papel desses últimos como intermediários, houve uma forte reação. Conduzidos por José Lopez de Moura, os mulatos destruíram o entreposto da companhia inglesa, que jamais pôde retomar suas atividades em Serra Leoa.

Os Estados e as culturas da costa da Guiné inferior

Em 1500, a grande maioria dos povos da costa da Guiné inferior – habitantes da área entre o sul da Costa do Marfim e do Benin, ou entre os rios Bandama e Mono – ainda vivia em sua região de origem e somente um número reduzido deles havia penetrado em algumas das áreas nas quais ainda vivem. Os movimentos migratórios desses povos ocorreram entre 1500 e 1800, principalmente no século XVII e nos primeiros decênios do XVIII. Por razões econômicas, sociais e, sobretudo, políticas, os povos akan, ga-adangbe e ewe começaram a se dispersar em pequenos grupos de uma mesma linhagem e clãs.

As principais rotas comerciais das bacias do Bandama, do Volta e do Mono (segundo A. A. Boahen).

Os akan emigraram, no século XVI, primeiro para o norte e para o leste, nas atuais regiões de Kumasi, Mampong e Akyem, e para o sul e sudoeste, nas regiões de Wassa, Igwira, Sanwi e Assinie. No século XVII, outros akan deslocaram-se em vários clãs matrilineares para o norte e, ainda, para o sudoeste, nas regiões de Wassa, Sefwi e nas zonas das lagunas da Costa do Marfim. Aproximadamente na metade do século XVIII, parecia que o fluxo dos akan havia acabado.

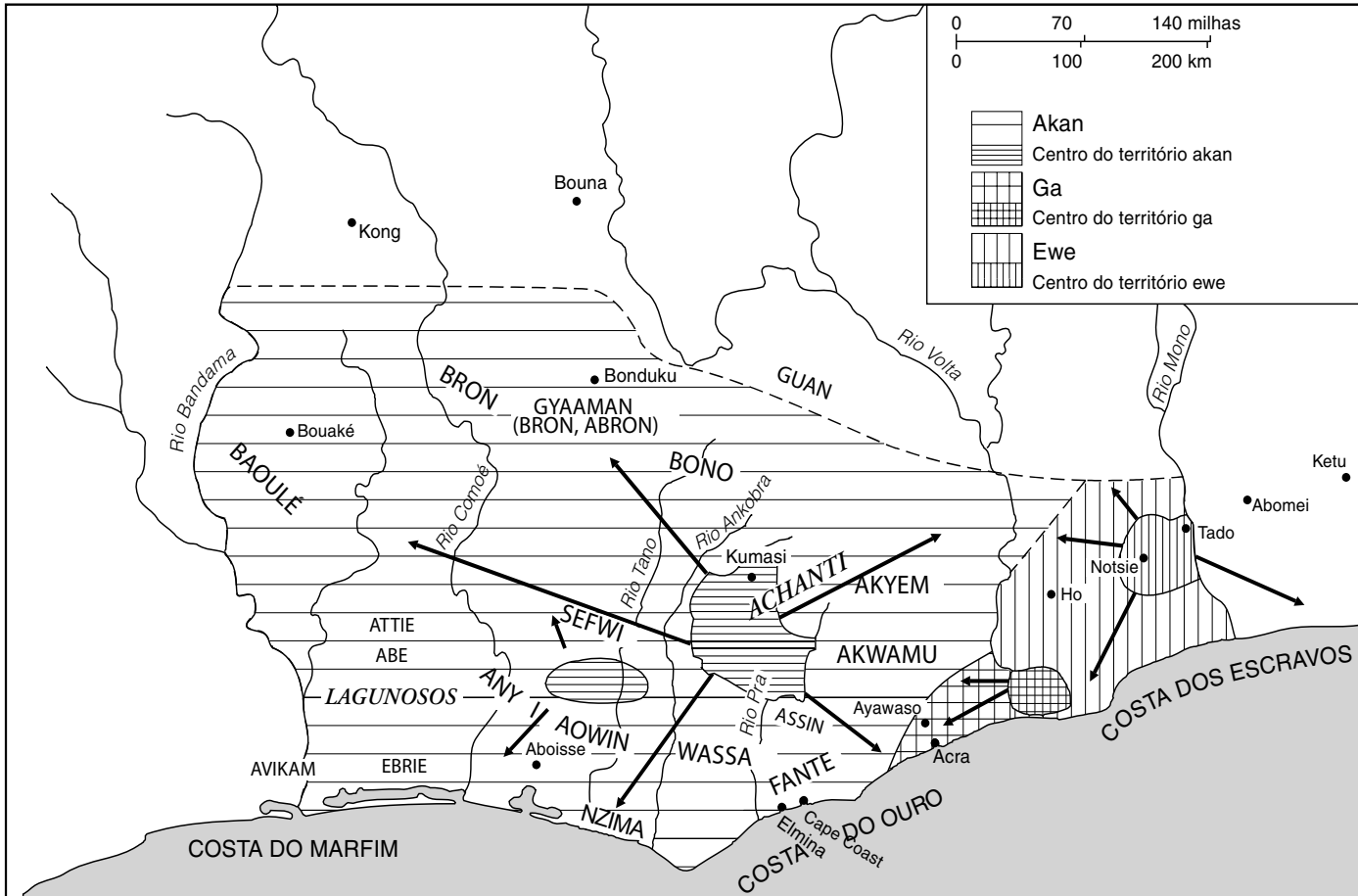
Os ga se dispersaram rumo à costa, atraídos, sobretudo, pela presença dos europeus e pelas perspectivas econômicas que tal presença inaugurava no litoral.

As migrações mais dramáticas foram as relativas aos ewe, entre o final do século XVI e início do XVII. Para escapar da tirania de seu rei Agokoli, eles deixaram Notsie cindidos em dois grupos, os ewe do sul e os ewe do norte ou do interior. O grupo do sul dirigiu-se à costa e o do norte ocupou a parte central e o norte da atual região do Volta meridional. Subgrupos logo foram se estabelecer um pouco mais distante, e esse processo de fusão e difusão prosseguiu ao longo do século XVII e do XVIII.

Contudo, esses povos não apenas se dispersaram e migraram, também sofreram transformações etnolinguísticas, religiosas e sociopolíticas. Os ga-adangbe e os ewe, por exemplo, viviam em colônias independentes, dispersas em grupos oriundos de clãs e de patrilinhagens. Em cada grupo, cada linhagem tinha seu próprio deus principal, cujos sacerdotes eram os chefes do grupo.

Quanto aos akan, viviam em cidades governadas por um rei ou uma rainha e em vilarejos dirigidos por chefes, todos constituídos de famílias pertencentes aos oito clãs matrilineares nos quais se subdividiam. Todavia, após acontecimentos políticos e econômicos ocorridos entre os séculos XVI e XVIII, esse quadro social foi profundamente transformado.

As condições econômicas na costa da Guiné inferior mudaram completamente entre 1500 e 1800, e essas mudanças tiveram várias consequências. Uma delas caracterizou-se pela aparição de uma complexa rede de rotas comerciais principais e secundárias que, primeiramente, reuniu os povos da região entre si, e depois os colocaram em contato com os mole-dagbane e os haussa do nordeste, os mande do noroeste, os Estados berberes e com o mundo muçulmano, através do Saara. Por fim, pelo Atlântico, tal rede estendeu-se primeiro à Europa, em seguida, a partir do século XVI, às Américas. No centro dessa rede encontrava-se a cidade de Kumasi.

A multiplicação das rotas favoreceu a emergência de um certo número de centros urbanos, geralmente situados ao longo dos grandes eixos e servindo de entrepostos, de feiras ou de terminais, tais como Kong, Bobo Dioulasso, Buna,

Os povos akan, ga e ewe (segundo A. A. Boahen.)

Begho e Bondoukou, a noroeste; Salaga, Yendi e Sansanne-Mango, a nordeste; Tiassalé, Sakasso, Yakasso, Krinjabo, Kumasi, Kete-Krachi e Akwamufie, a sul.

As relações especiais mantidas com a Europa tiveram outra repercussão: a integração econômica da costa da Guiné inferior, de um lado, no sistema econômico mais vasto formado pelos países da Europa Ocidental e da América, e, de outro, a integração no mundo mande-haussa-muçulmano. Entretanto, esse último laço enfraqueceu-se progressivamente, ao passo que iam se reforçando as relações com a Europa e as Américas.

Tal integração freou ou impediu o desenvolvimento econômico e industrial na Guiné inferior. O tráfico de escravos ocupou progressivamente o lugar do comércio de produtos naturais e também esvaziou a região da mão de obra necessária, assim como de seus artesãos e artistas de valor. Ao longo de três séculos, não houve nenhum desenvolvimento econômico.

As mudanças políticas sobrevindas entre 1500 e 1800 foram ainda mais radicais do que as mutações econômicas. O processo de formação de estados tinha começado desde o início do período e alguns já estavam constituídos, tanto na costa quanto ao norte, nas regiões da savana. O primeiro Reino akan, Bono, emergiu na metade do século XV e atingiu o ápice de sua potência graças ao lucrativo comércio entre os mande e os akan.

Ao longo do século XVI, formou-se entre os akan um certo número de pequenas comunidades e de cidades-Estado ou chefias na Bacia Pra-Ofin, interligadas não pela fidelidade a um mesmo soberano, mas por parentesco, ligações agnatícias e de clã. Todas elas encontravam-se imbricadas à rede das rotas comerciais – o que deu origem à confederação dos Estados adansi na região e também precipitou a emigração de certos povos akan rumo ao norte e ao sul. Todos esses emigrantes, por sua vez, nessas regiões, fundaram chefias, cidades-Estado e principados.

Os Estados fundados pelos ga e akan que haviam emigrado eram provavelmente pequenos, mas organizados do mesmo modo, com um único líder, chefe ou rei com sua rainha. O período de 1630 até por volta de 1670 foi marcado, sobretudo, pela consolidação e o crescimento regulares dos Estados nas regiões de Ga e Adangbe e também pela emergência de novos Estados. Segundo as fontes orais, reinos como os de Akwamu, Denkyira, Accra ou Ga, Fânti, Wassa e Adom estenderam-se consideravelmente e, na maior parte dos casos, de forma pacífica.

De acordo com pesquisas, os novos Estados estavam organizados com base nas antigas estruturas políticas. Contudo, entre 1570 e 1600, houve uma mudança política marcada não pelo nascimento de novos Estados, mas pela centralização daqueles que já existiam.

O processo de centralização foi concluído entre 1731 e 1750, quando os ashanti conquistaram não apenas os akyem kotoku, os akyem abuakwa e o Estado ga ao sul, mas também o Gonja oriental e o Estado dagomba ao norte do Rio Volta, bem como os Estados krakye e bassa a nordeste. Os fânti mantiveram sua soberania ao longo do século XVIII graças, em parte, à habilidade diplomática, mas também ao apoio dos britânicos, que pretendiam impedir aos ashanti o controle do litoral.

Assim, as regiões florestais e costeiras da Guiné inferior conheceram uma verdadeira revolução política entre 1670 e 1750. Os trinta e oito Estados existentes em 1629 cederam espaço aos três grandes impérios de Aowin, Denkyira e Akwamu, que desde 1750 encontravam-se reunidos em um único Império: o ashanti.

A razão da existência desses impérios está no fato de que tinham, ao mesmo tempo, motivação para se expandir e os meios necessários para comprar armas e munições. A produção de ouro estava concentrada em seu território e tais Estados desempenhavam o papel de intermediários comerciais entre as regiões da costa e as da savana. Estendendo-se para o norte e para o sul, esperavam assegurar o domínio das principais rotas comerciais. Além disso, o comércio com os europeus tornara-se muito mais lucrativo do que as trocas com as regiões da savana.

Os Estados que constituíram o Ashanti metropolitano obedeciam a uma motivação não apenas econômica, mas também política. Estavam ansiosos para se libertarem da tirania dos conquistadores denkyira e esperavam somente o chefe apropriado para liderá-los. Encontraram-no em Osei Tutu e Opoku Ware, os fundadores do Império ashanti.

Para melhor compreender o avanço dos três impérios é preciso levar em conta dois fatores: a adoção de uma nova tecnologia e a gestão notável dos governantes. A aquisição de armas de fogo teve por efeito a aceleração considerável do processo de expansão. A forma tradicional de guerrear foi substituída pela organização do exército em unidade de combate. Essa nova formação militar sobrepôs-se à estrutura política tradicional, centrada no rei e em torno do conselho dos chefes de clã e de linhagem. Assim, a habilidade dos chefes em adaptar para mudar mostrou-se de vital importância.

A mudança mais evidente no domínio social e cultural foi de ordem demográfica. A população da costa da Guiné inferior aumentou consideravelmente nos séculos XVI e XVII em razão da introdução de um grande número de culturas de subsistência originárias do Novo Mundo e da Ásia. No entanto, no século XVIII, especialmente em razão do tráfico de escravos, essa população permaneceu estagnada ou até mesmo diminuiu. Porém, a estrutura social tornara-se mais complexa.

Em 1500, a sociedade comportava três classes: uma aristocracia dirigente composta de uma elite religiosa e de uma elite política, os cidadãos comuns e os escravos domésticos. No entanto, a elite religiosa, no final do período considerado, tinha cedido lugar à elite política, salvo entre os ga-adangbe e os ewe. Ademais, o fenomenal crescimento econômico e as guerras expansionistas haviam ocasionado aumento do número de escravos domésticos. Em 1800, a maioria deles encontrava-se integrada à sociedade na qual viviam e não divulgar a sua origem era, principalmente entre os akan, uma regra sagrada.

Sobretudo em função do comércio e da presença europeia, três classes desconhecidas da sociedade tradicional emergiram: uma classe de assalariados, uma classe independente de ricos comerciantes e de príncipes mercadores e um grupo mulato. A primeira classe era composta de indivíduos empregados pelos europeus como operários, carpinteiros, pedreiros, intérpretes, escrivães, secretários, corretores de ouro, funcionários, embaixadores ou agentes de relações públicas. A segunda classe era constituída por grupos ou indivíduos africanos que, através de seu trabalho na agricultura ou no comércio, granjearam riquezas fenomenais e um poder superior àquele dos dirigentes tradicionais. Quanto ao terceiro grupo, o dos mulatos, era fruto de uniões entre negociantes europeus e mulheres africanas. Os mulatos estavam disseminados ao longo da costa da Guiné inferior e muitos dentre eles desempenharam papel importante na vida comercial e política da região.

Outra mudança considerável foi a introdução do cristianismo e da educação ocidental pelos europeus, e do Islã pelos comerciantes mande e haussa. Os holandeses e os ingleses criaram escolas primárias em seus castelos de Cape Coast, de Elmina e de Accra, ao passo que a *Society for the Propagation of the Gospel* enviou missionários a Cape Coast, por volta de 1750. Além do mais, alguns dentre os mulatos e filhos dos chefes tradicionais foram enviados ao estrangeiro para estudar e retornaram ao país transformados em professores ou em missionários. Assim, aproximadamente em 1800, em certas cidades da costa, como Accra e Cape Coast, havia uma pequena elite de pessoas instruídas e algumas convertidas ao cristianismo.

Bem antes do cristianismo, o Islã e a cultura muçulmana foram difundidos ao longo dos itinerários comerciais do norte, primeiramente na parte setentrional, em Gana, no século XIV, depois, nos territórios ashanti e baoulé, em meados do século XVIII. No fim desse século, certamente existia em Kumasi um bairro muçulmano muito próspero, dotado de uma escola corânica.

Todavia, no fim do período considerado, tanto a influência do cristianismo quanto a do Islã permaneceu limitada entre os povos da costa da Guiné inferior,

embora a leitura e a escrita do árabe e das línguas europeias houvessem sido firmemente implantadas.

Quanto às artes e aos ofícios, os povos da região possuíam grande habilidade na arte da cerâmica, escultura, tecelagem, ourivesaria e fundição de objetos de bronze, cobre e ouro.

A cerâmica praticada em Gana remonta ao neolítico superior (desde 3.000 a.C), e atingiu um alto nível de aperfeiçoamento no princípio do século XVIII, notadamente entre os adangbe. Os ashanti elevaram essa arte ao mais alto nível, produzindo belas peças polimorfas, ornamentadas com motivos extremamente complexos.

Durante esse período, o entalhe e a escultura em madeira, marfim e argila conheceram um avanço considerável, principalmente entre os akan. Os europeus que visitaram a costa de Gana nos séculos XVII e XVIII impressionaram-se com a beleza dos instrumentos de sopro aí encontrados. Dentre as esculturas em madeira mais conhecidas estão as *akuaba*, bonecas da fecundidade.

Nos séculos XVI e XVII, a tecelagem expandiu-se por toda a região. A atual Begho tornara-se um importante centro de tecelagem. Mas foi no século XVIII que a arte da tecelagem atingiu entre os akan e os ewe a maturidade, como demostram os famosos tecidos multicoloridos dos akan e dos ewe.

Todavia, era no domínio da ourivesaria e da fundição de objetos de ouro e latão que os povos da costa da Guiné inferior, sobretudo os akan, se destacavam. Os ourives, utilizando basicamente o método da cera perdida, produziam objetos de uma delicada fineza: cabos de sabres, anéis, berloques, correntes e diademas de ouro e prata, em especial. Os ourives akan fabricavam também milhares de pesos de ouro ou broze, hoje encontrados em todos os grandes museus de arte do mundo.

No século XVIII, com a emergência do Império ashanti, as artes e o artesanato da costa da Guiné inferior atingiram o seu apogeu, graças ao incentivo dos reis ashanti.

A mistura de diferentes experiências artísticas, tradições e habilidades permitiu aos reis ashanti conduzir, no século XVIII, o desenvolvimento cultural do povo akan ao seu mais alto nível de excelência, assegurando que seu poder fosse refletido em objetos de arte de alta qualidade.

Do delta do Níger a Camarões: os fon e os ioruba

A região que se estende do vale do Rio Volta, a oeste, ao Rio dos Camarões, a leste, em sua maior parte é recoberta por florestas tropicais, costeadas pela

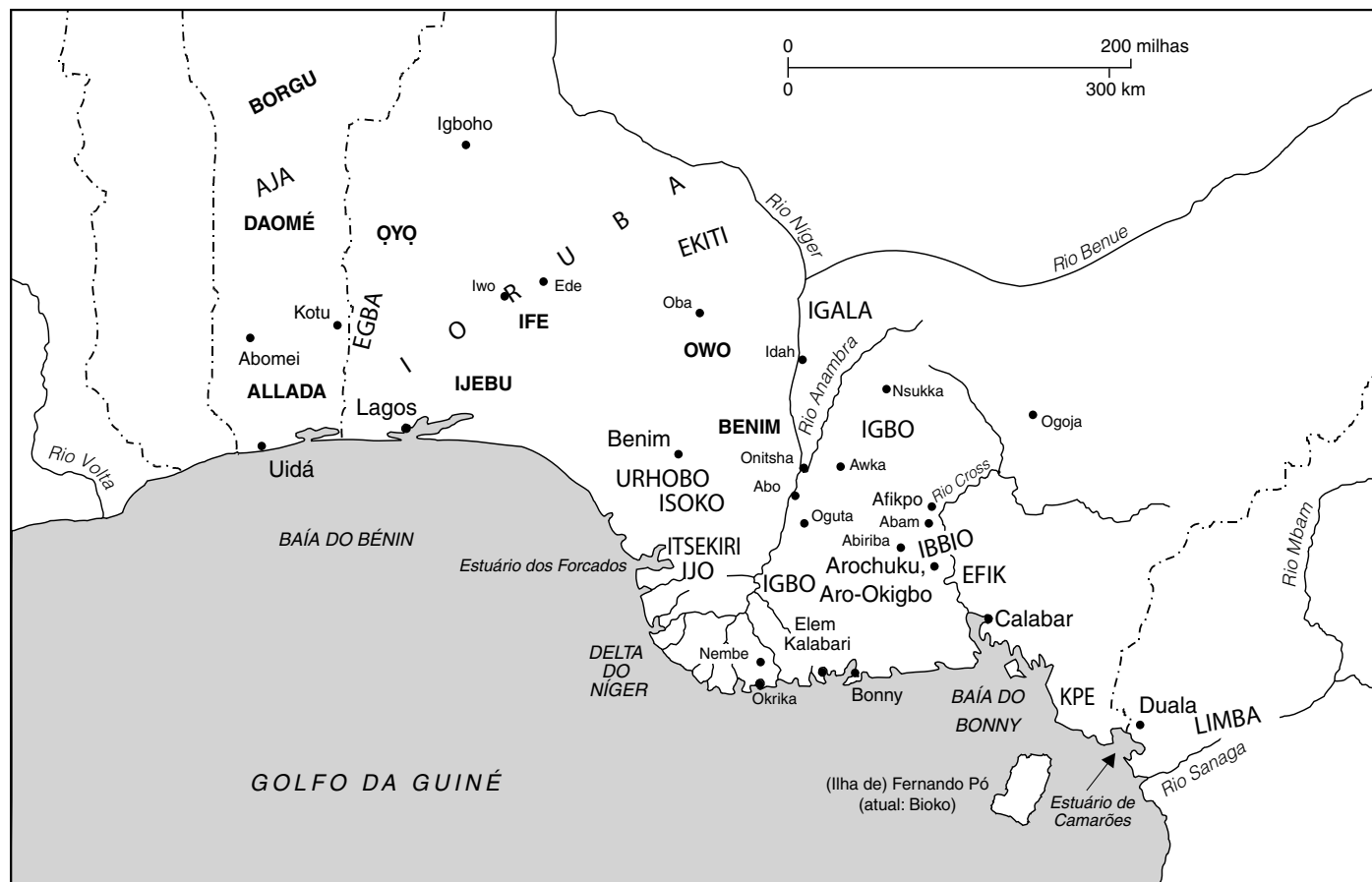
Estatueta feminina ioruba consagrada ao culto de Obatalá, o orixá da criatividade. Ela é comumente vestida com um tecido branco, tal como os sacerdotes e os adoradores desse deus; porta uma pulseira de ferro e, aqui, um colar de contas brancas com um pingente. O recipiente que ela segura é destinado a receber a oferenda do sangue branco do caramujo, símbolo da paz e da calma. Representa o elemento feminino do orixá, e o masculino é figurado por uma estatueta segurando um leque e um enxota-moscas. Não se deve confundir esta portadora de vaso com o olumeye, ou vaso de noz-de-cola, representado por uma figura maternal muito maior, segurando um recipiente frequentemente dotado de uma tampa. Altura: 49 cm. [H. Dubois, Bruxelas.]

savana e pela mata, ao norte. Sua parte ocidental é igualmente coberta por savanas, da fronteira da Nigéria até o Volta. Os povos que viviam nessa parte da floresta guinense e na savana circundante eram os fon ou aja da atual República do Benin; os ioruba; os ijó, do delta do Níger; os igbo, a nordeste do delta; os ibibio e diversos povos de Camarões Meridional.

Todas as línguas desta região pertencem à família nígero-congo, a maioria delas da sub-família *kwa*. As línguas efique/ibibio e as outras da região da Nigéria situada na fronteira de Camarões, e as línguas do próprio Camarões são estreitamente aparentadas ao banto da África Central, Oriental e meridional. Os povos e as culturas dessa zona fronteiriça formam um elo unificado entre a África Ocidental e a África banta. Dentre os grupos *kwa*, os ioruba e os igbo são os mais importantes do ponto de vista demográfico e da divisão geográfica, pois contam entre 8 e 12 milhões de indivíduos. O edo forma igualmente um vasto grupo, que compreende numerosos povos, dentres os quais os isoko e os urhobo, os ishan (esan) e outros.

A longa continuidade na história da região deve ser considerada ao procurarmos avaliar as mudanças que foram produzidas com a chegada dos europeus na costa, no final do século XV. Os portugueses alcançaram o Benin em 1486 e estabeleceram relações com os *oba* (chefes). Também comercializaram com a população em diversos pontos da costa, que se tornou a origem de todas as mudanças.

O desenvolvimento político do Reino do Daomé, e dos Estados vizinhos de Allada, Uidá, Popo e Jakin, esteve em grande parte ligado às atividades dos comerciantes europeus de escravos na costa e à influência do Reino ioruba de Oyo, situado no nordeste desses Estados.

As instituições tradicionais das pequenas comunidades e dos Estados dessa área foram enfraquecidas pela introdução do tráfico negreiro e, no final do século XVII, houve um esvaziamento político. Foi em tais circunstâncias que os fundadores do Reino do Daomé restabeleceram a ordem, criando uma nova forma de organização política a partir dos diversos grupos dos povos aja, compreendendo os egun (gun), os fon, os arada e outros povos da parte meridional da atual República do Benin. No início do século XVIII, o Daomé havia se tornado uma potência central da região. Entre 1724 e 1727, seu chefe, Agaja, empreendeu a conquista dos pequenos Estados mais antigos que cercavam Abomé. Isso provocou uma intervenção do Oyo, que, entretanto, não quis impor seu próprio sistema. Após 1730, o Daomé submeteu-se à tutela política do Oyo e aceitou integrar-se à economia do tráfico de escravos. A crise que começou em 1767 culminou com a queda da dinastia agaja, em 1818, e com o advento da nova dinastia de Gezo.

O delta do Níger e Camarões, do século XVI ao XVIII.

Essa dinastia adaptou-se plenamente ao tráfico negreiro e a partir disso construiu os fundamentos de sua potência. Beneficiou-se da ruína do Reino de Oyo e das guerras que dilaceraram o país ioruba, no século XIX. Duas influências predominaram, então, no país aja: os ioruba, notadamente os oyo, e o tráfico de escravos na costa.

Antigas e estreitas eram as relações entre as comunidades aja e os ioruba do leste e do nordeste. Havia nessa área Estados de origem e cultura ioruba, como por exemplo os ketu, uma comunidade migrante ioruba de Ilê-Ifé.

Os estados da região, em sua maioria, estavam organizados segundo um sistema semelhante ao dos ioruba. O reino "pai", nesse caso, era Allada, fundado por volta de 1575, que desempenhava o papel de Ilê-Ifé no país ioruba.

Os efeitos da chegada dos europeus e do tráfico de escravos foi determinante devido ao fato de que os Estados dessa região ainda eram fracos no início do século XVI. A economia do país foi estrangulada e as regras sociais destruídas. A insegurança e a força prevaleceram sobre o respeito para com as autoridades, os anciões e a família.

A história das comunidades ioruba do sudoeste da Nigéria pode ser resumida em três pontos. O primeiro refere-se às tradições que fizeram de Ilê-Ifé o centro de origem dos reinos iorubas, afirmação que precisa ser conciliada com os dados arqueológicos. O segundo trata do avanço militar e político do Oyo, sobre o qual alguns estimam ter coexistido com a autoridade espiritual dos *oni* de Ifé sobre o conjunto do país ioruba. O terceiro ponto está na natureza do desenvolvimento político, cultural e social das outras comunidades e reinos ioruba.

A primazia de Ifé na história ioruba vem de vários fatores. Seu fundador, Oduduwa, veio, dizem, do céu ou de Meca; seus filhos e netos criaram todos os outros Estados ioruba. Interpretações dessas tradições indicam que Oduduwa, ou um grupo de emigrantes, chegou à região há cerca de 1000 anos, mas que as terras já estavam ocupadas, possivelmente pelos igbo de tradição ifé.

Os célebres bronzes de Ifé têm contribuído para confirmar as tradições que evocam as relações entre Ifé ou país ioruba e o Reino Edo do Benin. Porém, os bronzes igualmente ligam Ifé a Nupe e às regiões circundantes do Níger.

Oyo tornou-se o mais importante dos reinos ioruba e seu nascimento está ligado a Ifé e Benin, pois seu fundador, o legendário Oranyan (Oranmiyan) teria reinado simultaneamente em Ifé e no Benin antes de ir para Oyo. Porém, outros Estados já existiam nessa área, e muitos deles se tornaram vassalos do Oyo, incluindo Owu, ao sul, e Ede, a sudeste.

O Oyo permaneceu fora da esfera de influência europeia direta até o século XIX, podendo, assim, consolidar suas principais instituições e conduzir sua

Placa de bronze do século XVII, proveniente do Benin (Nigéria), que mostra um guerreiro portando uma vestimenta de coral matelassê e segurando uma lança e uma espada. Os dois guerreiros que o escoltam de cada lado carregam um escudo. Todos os três portam colares de dentes de leopardo e seus peitos são ornados com sinos. Encontram-se, entre eles, dois pequenos músicos. Altura: 39 cm. [H. Dubois, Bruxelas.]

expansão de forma independente. Sua aventura no Daomé talvez tenha algo a ver com a participação do comércio da costa. Porém, segundo as tradições orais, teria ficado à parte do trato escravocrata e evitado qualquer contato com os europeus.

As áreas do país ioruba situadas fora da expansão de Oyo, a leste e ao norte, eram constituídas por pequenos Estados, na região de Ekiti e outras, como as dos igala, que eram mais voltados para o Vale do Níger-Benué.

Outros Estados, como os dos owo e dos ijebu, parecem ter estado muito mais ligados ao Reino edo do Benin do que ao Oyo. As obras de arte escavadas em

Owo mostram que, no século XV, as formas plásticas dessa região já remetiam aos estilos de Ifé e do Benin.

O delta do Níger

A história do delta do Níger está ligada à de certas partes da região costeira, a leste de Camarões e ao oeste das lagunas de Lagos. Até o século XIX, as rotas comerciais atravessavam a região de norte a sul e de leste a oeste. Os tecidos fabricados na região de Ijebu (zona ioruba) eram vendidos no delta ocidental e parecem ter sido revendidos até Nembe, no delta oriental. Os Itsekiri (delta ocidental) atrelavam-se aos Ijebu, como mostra a semelhança entre suas línguas, embora tenham emprestado alguns dos valores culturais dos ijó, os quais comerciavam cerâmica, sal e tecido com os Estados do delta oriental, particularmente com Nembe.

Na parte ocidental do delta do Níger, o centro do poder político era Ode Itsekiri, a capital desse Reino. Quando os portugueses chegaram nessa zona, entraram em contato principalmente com os itsekiri. No século XVIII, os itsekiri abandonaram, em parte, Ode Itsikiri para se estabelecerem no Estuário do Benin, onde era possível e mais fácil dedicar-se ao comércio transatlântico.

Os ijó da parte ocidental do delta do Níger estavam organizados, principalmente, em comunidades não estruturadas em torno de um Estado, e participavam do comércio do além-mar através de atos de pirataria. Os bronzes encontrados entre tais grupos podem indicar sinais da prosperidade trazida pelo comércio interior e exterior, bem como pelos contatos com o Benin e outros centros do interior.

Os ijó do centro do delta formavam o núcleo do grupo. De acordo com estimativas linguísticas e tradições orais, as atuais comunidades do delta oriental estariam instaladas lá há, no mínimo, 1.000 anos. Escavações mostraram que os primeiros habitantes sabiam explorar os crustáceos de água salgada do delta e que criavam certos animais. A abundância de cerâmicas encontradas em sítios, como Onyoma, indica a existência de uma complexa economia, por um lado, agrícola e, por outro, comercial. As escavações também descobriram traços de forjas e numerosos objetos de latão ou de bronze.

Os objetos artísticos do delta do Níger são, basicamente, constituídos por altares ou máscaras de madeira representando os espíritos das águas ou dos ancestrais. As escavações revelaram um número restrito, mas significativo, de máscaras em terracota de Ke e de figurinos antropomórficos de Onyoma. Dentre as terracotas nigerianas, estas são as únicas representações do gênero, porém,

uma das cabeças humanas de Onyoma tem traços que lembram as terracotas de Nok e de Ifé, pela modelagem dos olhos.

O tráfico negreiro e, anteriormente, o comércio interior de longa distância desempenharam um papel importante na formação dos estados do delta oriental do Níger, como Bonny, Elem Kalabari (Novo Calabar), Okrika e Nembe. O tráfico de escravos trouxe a prosperidade em que se baseou o poder do *amanyamabo* (rei) e da elite dirigente.

Um certo número de sítios da Idade da Pedra no coração do país Igbo sugere que essa região foi povoada há muito mais tempo do que indica a sua cultura. Um abrigo rochoso, em Afikpo, revelou instrumentos de pedra e velhas cerâmicas de 5.000 anos. Há evidências de que a agricultura existia nessa região há no mínimo 3.000 anos, principalmente inhame. As outras culturas locais compreendiam o óleo de dendê e algumas variedades de noz-de-cola. Mandioca, arroz, taioba e bananas eram importadas das Américas.

O artesanato do ferro também foi implantado muito cedo e a arte do bronze dessa região tornou-se mundialmente célebre graças às escavações de Igbo-Ukwu. Os bronzes desta zona são oriundos de uma tradição diferente daquela de Ifé e do Benin: sua beleza e qualidade não são menos excepcionais. Eles estão ligados à realeza divina e ao centro ritual de Nri. Os sacerdotes de Nri exerciam sua autoridade em vastas porções do país Igbo. Talvez o rendimento proveniente dos sacerdotes itinerantes tenha trazido prosperidade, permitindo sustentar a arte desses bronze.

O sistema sociopolítico igbo era concebido para regulamentar unidades mais vastas do que os vilarejos e as cidades; um de seus mecanismos de controle consistia na sanção religiosa de um oráculo. Os oráculos estavam estabelecidos em diferentes lugares. O de Arochukwu, por exemplo, tornou-se famoso graças aos traficantes de escravos aro, que falavam sobre ele em todos os lugares aonde iam. A rede comercial aro se desenvolveu simultaneamente ao tráfico de escravos que passava pelo Estuário do Rio Cross e pelo porto de Calabar. Os mercadores aro fundaram estabelecimentos comerciais e feiras em todo o país Igbo e utilizavam o oráculo para obter escravos. Ao contrário dos sacerdotes de Nri, os aro eram inclinados à violência. Eles engajavam guerreiros de Abam, Edda, Ohafia, Abiriba e outras cidades com as quais partilhavam seu espólio.

As regiões do país Igbo, privadas de governos fortes e centralizados, provavelmente sofreram mais ataques destinados a capturar escravos. Sabe-se que, no século XVIII e no início do XIX, os portos do delta oriental do Níger eram os principais centros de exportação de escravos da África Ocidental. A maior parte dos escravos vinha do interior do país Igbo. Reinava, igualmente, nessa zona,

um clima de considerável insegurança e a agitação encontrava-se, por sua vez, no seu auge entre as comunidades e as instituições.

Os povos da região do Vale do Rio Cross e de Camarões possuem línguas e origens históricas semelhantes. Grande parte de suas línguas pertencem à família banto. O maior grupo étnico do Vale do Rio Cross, o dos ibibio, estabeleceu-se há muito tempo na região. Nas partes setentrionais do vale, a região de Ogoja está ocupada por uma vasta gama de povos cujas tradições orais evocam as migrações do Vale do Benué, mais ao norte, ou de Camarões. Certas comunidades do grupo ibibio, ou a eles aparentadas, como os andoni e os ibeno afirmam, igualmente, terem vindo de Camarões.

As comunidades desta região estavam, em grande parte, organizadas em sistemas políticos descentralizados de uma complexidade extrema. As organizações por grupos etários, tal como as sociedades secretas *Ekpo* e *Mgbe* (sociedade do leopardo) proporcionavam controle político e social efetivo.

Os efique são estreitamente aparentados aos ibibio, em função da proximidade de seu território, Uruan Ibibio, na margem ocidental do Rio Cross. Segundo algumas tradições orais, anteriormente, eles teriam vivido em Ibom, perto de Arochukwu, no país Igbo. Esses primeiros contatos dos efique são importantes porque seu estabelecimento definitivo em Ikot Etunko (Creek Town), Obutong (Old Town) e Atakpa (Duke Town), no início do século XVII, fez desses lugares os mais importantes centros do tráfico negreiro da região.

O Estado efique (conhecido como Calabar), situado na parte inferior do Rio Cross, exportava escravos do interior igbo para Arochukwu. O comércio de escravos, em parte, foi responsável pela reestruturação do *Ekpo* ibíbio e do *Mgbe* ekoi em uma única sociedade, o *Ekpe*, em Calabar. Daí resultou uma sociedade organizada em classes, unificadora dos elementos aristocráticos livres e detentora do controle sobre os escravos e os pobres. Houve também um reforço das regras políticas e sociais, uma maior manutenção da ordem e um sistema de impostos.

Os mais importantes grupos da costa de Camarões eram as comunidades banto do Nordeste: os kpe-mboko, os duala, os limba e os tanga-yasa. Tratava-se de pescadores, cultivadores e caçadores. A maioria deles estava organizada em pequenas unidades aldeãs, porém, no século XVIII, os bubi, os duala e os isuwu criaram conjuntos políticos mais vastos, envolveram-se com o tráfico negreiro ou dele extraíram benefícios.

A sociedade secreta constituía igualmente um eficaz meio de controle social e político. Entre os duala, os isuwu e os grupos vizinhos, o *jengu*, baseado na adoração dos espíritos das águas, tornou-se a sociedade mais prestigiosa da região costeira de Camarões.

Os Estados haussa

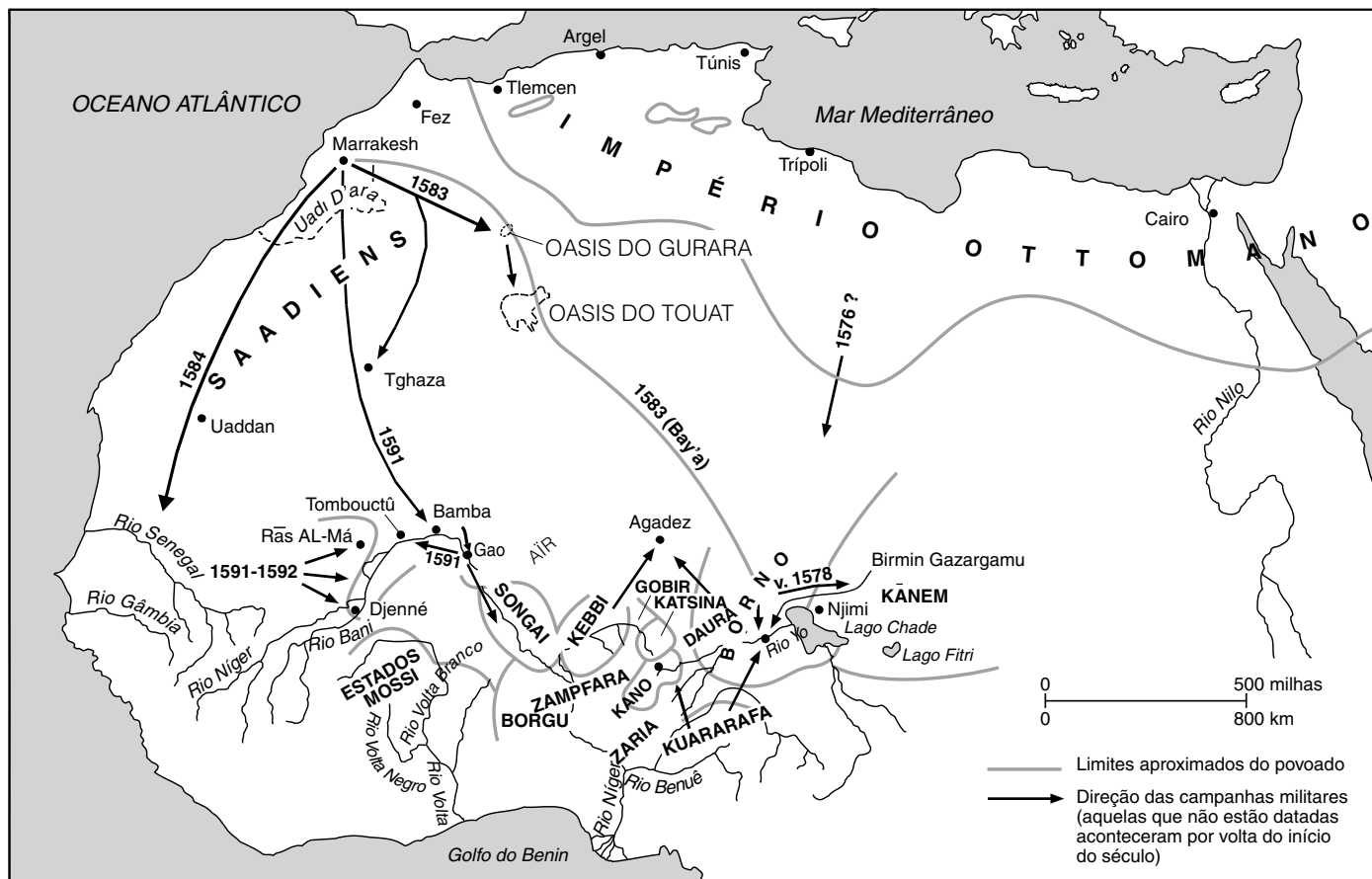
No quadro cronológico adotado da história dos Estados haussa, pode-se distinguir os três períodos a seguir. Neles, o Sudão central seria rapidamente integrado à rede comercial e ideológica que unia as sociedades do Sudão ocidental ao mundo muçulmano.

De 1500 a 1620, os Estados se consolidaram, apesar dos fortes conflitos entre o Kano e o Katsina, permanecendo o Kebbi a potência dominante do Haussa ocidental. Entre 1620 e 1730, quando Kano caminhava rumo à formação de um verdadeiro califado, Zamfara e o Gobir se reforçavam às custas do declínio do Kebbi, e o Kwararafa aumentava sua capacidade de ataque. O período de 1730 a 1808 marcaria o desmoronamento do Zamfara e o apogeu do Gobir.

A organização política e administrativa desses Estados haussa antes de mais nada possuía um *kasa* (território), onde encontrava-se o *sarki* (chefe de Estado), cujo ancestral se apossara do poder político: no Kano, no Katsina e no Zamfara, havia sido arrancado das mãos de um grande sacerdote, ao passo que no Kebbi, foi um *magaji* (guerreiro) quem chegou ao posto de *sarki*. Cabia a um colégio eleitoral a designação, dentre os príncipes, do sucessor ao trono. A escolha do sucessor devia contar com a aprovação unânime dos grandes eleitores. Uma vez designado, realizava-se o ritual de entronização. O colégio eleitoral era também o Conselho do *sarki*, e era corriqueiro que o Conselho se opusesse ao *sarki* ou este excluísse um dos membros.

O *sarki* exercia sua autoridade por intermédio de três grupos de oficiais: os membros da dinastia, os funcionários e os governadores de cidades e regiões. Os membros da dinastia eram encarregados de funções importantes. O que se pode considerar como o governo central comportava diferentes categorias de funcionários.

O Estado haussa tinha desenvolvido um sistema muito criativo de cobertura territorial e de taxação, provendo assim as finanças públicas dos recursos necessários a seu funcionamento. Este incluía o *Kudin Kasa* (imposto territorial), *Kudin sana´a* (contribuição profissional), *Kudin hito* (imposto alfandegário) e o *Jangali* (imposto sobre o rebanho). O saque permitia conseguir escravos, cavalos, rebanho e bens diversos. Estes últimos eram rapidamente consumidos, enquanto os cavalos e seus equipamentos aumentavam a capacidade de combate. Por sua vez, os escravos eram vendidos ou divididos entre os grandes domínios reais.

No decorrer do período considerado, o país haussa permaneceu uma região de *manoma* (camponeses). Estes exploravam de forma judiciosa as potenciali-

A África do Norte e o Sudão central em 1600. [Fonte: segundo J. F. A. Ajayi e M. Crowder, 1976, vol. I, p. 286. Mapa adaptado com a amável autorização de Longman Group UK Ltd.]

dades agrícolas do país graças a diferentes técnicas (adubo, rotação e associação das culturas). Suas ferramentas eram tão numerosas quanto em qualquer outro lugar da África, adaptadas à natureza e ao uso do solo. A maior parte da mão de obra provinha da *gida* (família alargada) e do *gayya* (sistema de ajuda mútua).

O camponês cultivava milhete, sorgo, arroz, milho, amendoim, feijão, mas também algodão, índigo, hena, tabaco e cebola. Também se produzia karité, tamarindo e mel. A pesca e a caça constituíam atividades amplamente difundidas.

Não se pode subestimar a criação de animais em escala doméstica: ao passo que se degolavam as cabras na ocasião de algumas cerimônias, os burros eram usados como meio de transporte, principalmente pelos comerciantes. Os fulbe se estabeleceram, com seus bovinos e ovinos, em algumas regiões de Katsina, Kebbi e Zamfara. Criou-se um forte vínculo entre a agricultura e a pecuária, e encontravam-se verdadeiros centros de economia agropastoral, tais como os da região de Ingawa, no Katsina.

Nessa época, a variedade e o nível técnico do artesanato já haviam alcançado um notável grau de desenvolvimento: trabalhava-se com madeira, ferro e couro, cestaria e olaria. Quanto à tecelagem e à tinturaria, sofreram um desenvolvimento espetacular.

A especialização reforçou-se de forma notável. No Kebbi, a tecelagem e a tinturaria estavam nas mãos dos kebbawa; o Zamfara atraiu tecelões e tintureiros do Kano. Porém, no Kebbi e no Zamfara, os zoromawa, vindos do Macina no século XVI, eram especializados na joalheria de prata, assim como na olaria; no Kano, esta última permaneceria nas mãos dos bambadawa.

Havia uma grande variedade de objetos fabricados. Exportavam-se couro, sandálias, arreios e selas. As joias eram compradas pelos ricos. A qualidade das roupas (túnicas e kangas) gozava de uma excelente reputação. No que tange à tecelagem e à tinturaria, o país haussa encontrava-se entre as melhores regiões de produção.

O modelo de *bahaushe* (negociante) tornou-se amplamente reconhecido e mais enfatizada sua integração às redes comerciais da África Ocidental e à classe dos comerciantes internacionais da savana (wangara, jula, mossi, kanuri). Todavia, foram os abundantes excendentes agrícolas e um artesanato florescente, oferecendo um leque variado de objetos, que deram origem à atividade comercial do país haussa.

A zona de influência dos mercados era bastante variável. Algumas, de importância local, ofereciam caraterísticas tanto sociais, como econômicas: os dias de feira traziam, além das trocas, uma intensa vida social. A feira regional era a mais importante: ali se vendiam os produtos locais e se compravam os objetos

importados. No interior do Zamfara, as feiras do norte e do nordeste (Baje, Fahai, Birnin, Zamfara, etc.) forneciam algodão, índigo, tabaco, cebola e rebanho, enquanto as do sul (Kiawa, Jata, Tsohuwar, Barrago, etc.) abundavam em grãos. O alto Kebbi exportava fios, tecidos e escravos para o baixo Kebbi que, por sua vez, entregava redes, harpões, peles e *abara* (grandes canoas).

O comércio externo permanecia nas mãos do país haussa, mas alguns azbinawa, árabes, kanuri e wangara nele tomavam parte. As caravanas ligavam Kawar a Gao, Azbin ao país haussa e Kano ao Gwanja; a primeira preocupação deles consistia em tomar as disposições necessárias à realização de sua missão. Cada soberano tomava medidas de segurança para proteger as caravanas que passavam por seu território, uma vez que elas pagavam taxas.

Havia diversas feiras internacionais no interior e na periferia da região. No norte, Agades e Bilma permaneciam os centros de ligação com a África do Norte; no centro, Katsina e Kano serviam como elo nas relações norte-sul e leste-oeste; no sul, Zaria, Birnin Gwari e Birnin Yawuri permitiam às diferentes redes comerciais estenderem-se até o Ioruba, o Nupe, o Borgu e o Gwanja. Uma quantidade considerável de mercadoria transitava pelo país haussa.

O Saara e o Azbin enviavam produtos árabes e europeus: espelhos, papel, mas sobretudo cavalos, camelos, tâmara, hena, sal, espadas etc. Em contrapartida, o país haussa abastecia essas duas regiões com escravos, roupas, tecidos, milhete, couros e peles, ferro, pó de ouro e nozes-de-cola do Gwanja. O Borno oferecia cavalos, natrão e sal. Recebia em troca objetos metálicos, pó de ouro e nozes-de-cola.

Os camponeses constituíam a mais importante categoria social. Notáveis mudanças seriam introduzidas pela intensificação e pelo melhoramento relativos à exploração das terras. Até o século XV, a mão de obra era principalmente constituída pela família estendida. É claro que algumas populações foram submetidas a um estado de servidão.

Entre os artesãos havia grande especialização e inúmeros escravos exerciam profissões artesanais, a pedido e em proveito de seus senhores, pelo menos no início. Muitos criadores de animais tornaram-se sedentários e empregavam escravos, que rapidamente foram integrados à comunidade política.

Fossem os produtores livres, dependentes ou escravos, todos faziam parte de uma comunidade política e suas relações com o Estado eram codificadas. Progressivamente surgiu uma diferenciação em função da riqueza e da proximidade com o aparelho do Estado.

Os comerciantes dividiam-se em várias categorias, do atacadista engajado no *fatauci* (comércio de distâncias médias e grandes) até o revendedor que orga-

nizava o *kasuwanci* (comércio de varejo). Um grupo de *attajirai* (comerciantes ricos) foi constituído e incluía mercadores de escravos, de cavalos, de noz-de--cola e de roupas.

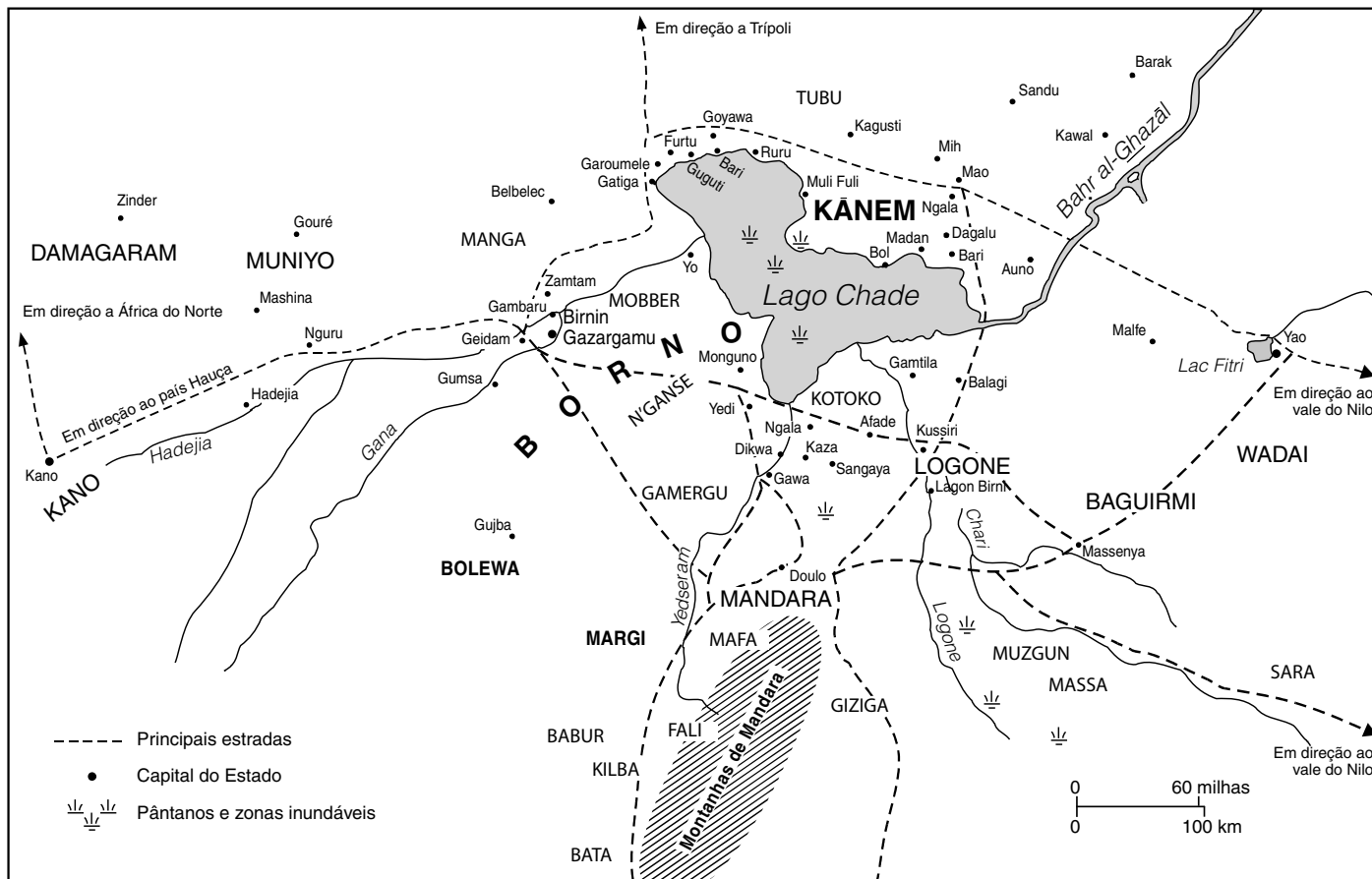
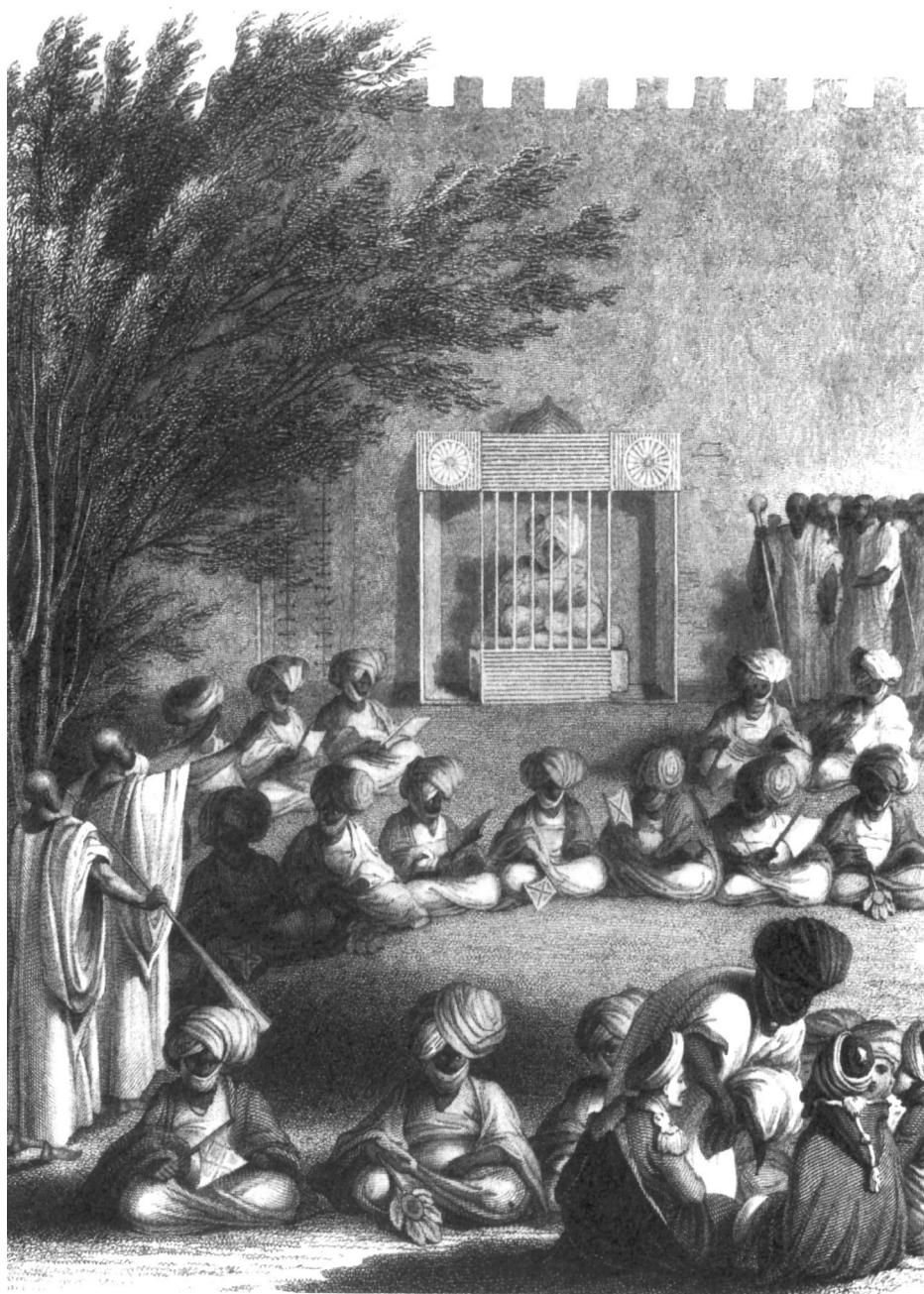
Os interesses comuns constituíam o principal fator de unidade entre os comerciantes. Uma eventual especialização baseada no fator étnico apenas podia se instaurar se permitisse aumentar os lucros. Os comerciantes não hesitavam em emigrar quando se achavam tributados em excesso.

Entre 1500 e 1800, os diferentes subgrupos wangara e haussa conseguiram unir as redes comerciais de toda a África Ocidental e constituíam a classe média nas principais cidades. Os comerciantes continuaram a afirmar-se como classe, ao mesmo tempo em que aperfeiçoavam suas técnicas e propagavam a fé islâmica em seu proveito.

A classe dirigente incluía os *masu sarauta*: todos aqueles com qualquer autoridade política. Entre as suas categorias, estava o *sarki* à frente da nobreza. Esta compreendia as famílias principescas, as famílias controladoras das cidades semiautônomas e das províncias vassalas, assim como os representantes das diversas nacionalidades. A nobreza desempenhava várias funções no aparelho do Estado.

Pode-se considerar que os *masu sarauta* (aristocratas) opunham-se aos *talakawa* – produtores livres mas sem nenhum poder político. À medida que a aristocracia, os letrados e os comerciantes se enriqueceram, a distinção tornou-se de cunho econômico, entre os *masu arziki* ou *attajirai* (os ricos) e os *talakawa* (os pobres).

A evolução política e econômica acarretou inúmeras transformações no âmbito da cultura. No plano material, por exemplo, a arquitetura aprimorou--se e as cidades demonstram até hoje uma grande variedade de estilos. Na área da música, alguns instrumentos impuseram-se (*kakaki*, *algaita*), ao passo que as orquestras eram integradas ao cerimonial real. Nesse domínio, o país haussa caracterizava-se por sua riqueza e sua unidade culturais, procedentes de uma homogeneização que fez do guber a língua franca africana, com o nome de *hausa*.

No que diz respeito à religião, no início do século XVI, a islamização limitava-se aos comerciantes e à elite política que a usava para consolidar o poder central. O fim do período seria marcado por uma acentuação da luta aberta entre a aristocracia política e os eruditos.

O Borno, o Kanem e seus vizinhos, no século XVIII. [Fonte: adaptação de um mapa desenhado por John F. Antwi, Departamento de Geografia, Universidade Bayero, Kano, segundo B. M. Barkindo.]

Recepção da missão Denham-Clapperton pelo mai do Borno, entre 1820 e 1830. [Fonte: D. Denham, 1826. © Royal Geographical Society, Londres.]

O Kanem-Borno: suas relações com o Mediterrâneo, o Baguirmi e os outros Estados da Bacia do Chade

No século XIII, o Estado muçulmano do Kanem era um dos mais extensos do *Bilād al-Sūdān* (em árabe, "terra dos negros"). O poder dos *mai* (reis) sefuwa abrangia um vasto território compreendido, do norte ao sul, entre as margens orientais do Lago Chade e os oásis de Fezzān. Mas tal expansão não foi acompanhada por medidas econômicas e políticas adequadas. A formação, por diferentes grupos étnicos, de entidades mais ou menos autônomas e distintas da principal dinastia sefuwa no poder impediu a instauração de um sistema político centralizado. Ademais, o Kanem, em maior parte desértico ou semidesértico, carecia das matérias-primas indispensáveis à viabilidade de tamanho conjunto.

Uma grave crise levaria, no fim do século XIV, ao desmoronamento do Estado do Kanem. Por isto, o *mai* 'Umar b. Idris (1382- 1387) partiu à frente dos magumi (cuja família real constituía uma linhagem) e de seus partidários para o Borno, a oeste do Lago Chade, região com abundantes riquezas naturais e onde a dinastia já estabelecera vassalos. Na realidade, um grande número de imigrantes do Kanem havia precedido os sefuwa e ali haviam se instalado, particularmente no sul e no oeste.

Quando de sua chegada no Borno, os sefuwa parecem ter almejado, antes de mais nada, a criação de uma forte economia regional, capaz de sustentar um sistema político bem organizado, do qual eles seriam o elemento dominante. Todavia, no decorrer do século que seguiu a sua implantação, enfrentaram várias dificuldades, colocando por vezes sua própria existência em perigo: incessantes disputas internas, crises dinásticas, ataques regulares dos bulala e potência excessiva de alguns dignitários.

Os sefuwa enfrentaram igualmente outra dificuldade: no início do século XVI, a Bacia do Chade abrigava uma constelação de jovens e pequenos reinos estabelecidos ao longo das fronteiras meridionais do Borno – Baguirmi, Mandara, Estados de Kotoko, Bolewa do Norte de Daniski, Yamta e Margi, entre outros. Alguns desses Estados foram obrigados a reconhecer, de uma forma ou outra, a hegemonia dos sefuwa.

A maioria dos especialistas concorda em situar o apogeu do Borno quando do reinado de Idris b. 'Ali (1564-1596), conhecido após sua morte como Alawoma. 'Ali era considerado um inovador nos planos militar e administrativo, assim como um propagador do Islã e diplomata habilidoso.

Após a pacificação e a integração da maior parte da metrópole, Idris Alawoma concentrou sua atenção no Kanem para acabar com a ameaça que este representava para o Borno. Ele tinha três objetivos: o aniquilamento da força militar e do poder político dos bulala; a destruição das bases econômicas do Estado do Kanem e a transferência para o Borno do maior número possível de comunidades.

As conquistas de Idris Alawoma, as mudanças demográficas por ele provocadas, assim como suas outras reformas levaram à criação de uma potente economia regional, tendo como base os 20.000 km^2 da metrópole. Graças a sua economia regional, ao controle exercido sobre as trocas comerciais e a sua posição de líder do Islã na região, o Borno desempenhou um papel preponderante no *Bilād al-Sūdān* dessa época.

Os *mai* do Borno pouco interferiam nas atividades comerciais, limitando-se a garantir a segurança das estradas e a fechar acordos com os governos do Saara e da África do Norte para assegurar o livre comércio. No entanto, eram ativos na organização de mercados para incentivar os comerciantes e obter renda.

A palavra *kanuri* começou a ser empregada provavelmente no século XVII. Designava a etnia dominante do Borno, na qual se apoiavam os *mai* sefuwa para assentar seu poder. Os kanuri são o produto da mestiçagem dos magumi, vindos do Kanem, com autóctones de língua chadiana do Borno; processo que se acelerou com a política de Idris Alawoma.

A maioria dos kanuri vivia em povoados, onde as casas, redondas e feitas de barro com telhado cônico de sapê, eram agrupadas dentro de vários cercados de caniço. Nas cidades maiores, casas e mesquitas eram construídas com barro, e as habitações dos mais ricos eram protegidas por muros altos também de barro. A maioria das cidades e dos povoados seguia uma planta em forma de U no centro da qual corria a rua principal, levando até o palácio do governador local, próximo à mesquita principal.

Em Birnin Gazargamu e algumas cidades grandes, as habitações eram geralmente retangulares com espessos muros de barro e um telhado plano. Os palácios reais em Birnin e Gambaru, as grandes mesquitas e as residências dos mais altos dignitários eram cercados por impressionantes muralhas de tijolos cozidos, um dos traços mais caracteríticos da cultura kanuri.

Os kanuri distinguiam-se por sua língua e por sua aparência física. Homens e mulheres apresentavam marcas verticais características sobre cada bochecha. As mulheres mastigavam nozes-de-cola e tingiam seus dentes com flor de tabaco. Vestiam habitualmente longos vestidos de algodão tingido e as das classes supe-

riores cobriam suas cabeças com turbante. Os homens vestiam amplas túnicas abertas de algodão cru ou tingido de azul.

A sociedade kanuri era altamente hierarquizada e formada por duas grandes classes: a classe dirigente ou nobre e a dos plebeus, ambas com várias subdivisões. Cada classe e subclasse diferenciava-se por sua linguagem, seus trajes e sua moradia. Existiam possibilidades de elevação na escala social, tais como o enriquecimento, as relações mantidas com a classe dirigente ou o exercício de uma profissão prestigiosa.

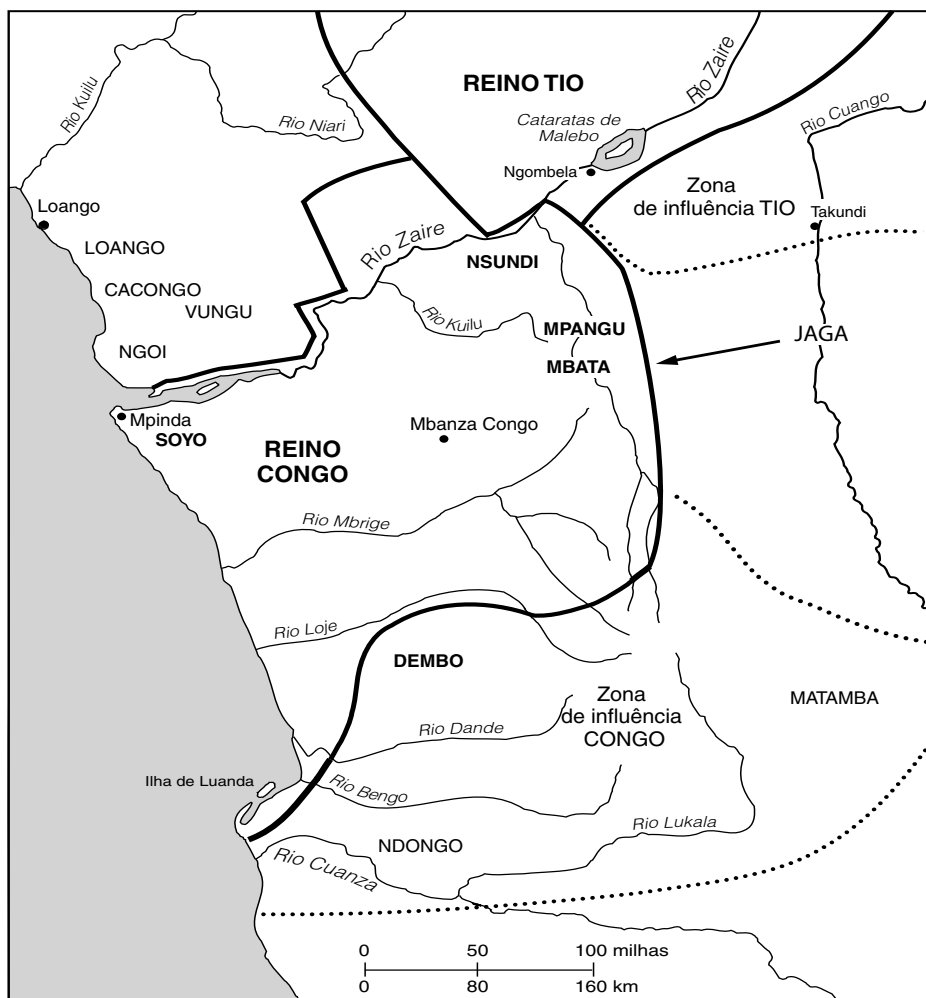
No século XVII, mais especificamente durante o reinado de ʻAli b. ʻUmar (aproximadamente 1639-1677), o Borno tornou-se a primeira potência do *Bilād al-Sūdān*; não somente como centro intelectual e cultural, mas também como detentor de todas as minas de sal facilmente exploráveis de Muniyo, de Bilma e das margens do Lago Chade. Suas ligações comerciais estreitas com o litoral mediterrâneo permitiram-lhe desempenhar um papel preponderante na redistribuição dos produtos importados de tal região para os Estados do Sudão Central. Reconhecia-se ao *mai* o papel de chefe incontestável dos Estados islâmicos da região. A maioria desses Estados teria se subordinado por vontade própria ao califa, no intuito de obter sua *baraka* (benção) e proteção, além dos produtos de que necessitavam. Foi o abalo desse equilíbrio que acarretou o declínio e a queda dos sefuwa.

A partir do reinado de ʻAli ibn Dunāma (aproximadamente 1742-1792), o Borno sofreu um período de crises que atingiria seu auge com a *djihad* do século XIX.

Diante da insegurança, da fome e da dificuldade em encontrar pastagens, inúmeros nômades fulbe trocaram o Borno metropolitano pelo país haussa, Mandara e Fombina, sem contudo encontrar em lugar nenhum a paz e a segurança almejadas, o que provavelmente explica em parte o papel preponderante por eles desempenhado na *djihad*.

Os ʻ*ulamā*ʼ independentes da corte e os simples muçulmanos atribuíram a crise à crescente corrupção dos dirigentes sefuwa e à impotência dos *mai* diante do desenvolvimento do sincretismo no seio do povo. Quando a *djihad* estourou, os Estados vassalos haussa pediram ao *mai* o cumprimento de suas obrigações como califa e para que os ajudasse. O fato de não tê-lo conseguido e de ter sido expulso de sua própria capital marcou o fim da hegemonia dos *mai*.

Apesar de a *djihad* ter acarretado a perda dos Estados vassalos e o fim da dominação sefuwa, o sistema administrativo e socioeconômico edificado pelos *mai*, especificamente no Borno metropolitano, subsistiu, ainda que modificado, bem além do início do século XX.

Vista de face e viés de uma estatueta real kuba, sentada diante de uma prancha de máscara [British Museum, Londres. Reproduzido com a amável autorização de The Trustees].

O Reino do Congo e seus vizinhos no século XVI (segundo J. Vansina).

Das savanas de Camarões ao alto Nilo

A constante mistura de populações, mantida durante vários séculos, é um dos principais fatores da notável homogeneidade da população de Camarões central. Todos os seus povos falam línguas banto ou semibanto. As instituições políticas e sociais apresentam numerosas semelhanças. A população masculina pertence a inúmeras associações com funções rituais ou de manutenção da ordem. A

tecnologia é similar, principalmente na metalurgia do ferro e do cobre. Em todas essas sociedades, o ferreiro é considerado possuidor de poderes mágicos e ocupa papel proeminente nas narrativas mitológicas e nas tradições históricas. Essa homogeneidade, bem estabelecida por volta de 1800, constitui-se progressivamente no decorrer dos séculos anteriores.

Os tikar fundaram vários Estados, notadamente o Reino de Nso, cujas características se transmitiriam às outras monarquias da região: realeza sagrada; culto dos reis defuntos; hierarquia político-social rígida; detenção exclusiva de determinados títulos ou funções pelos príncipes e princesas; existência de uma importante nobreza palaciana; organização, no nível de cada vila, de sociedades secretas masculinas.

O conhecimento das regiões do Uele e do Ubangui pouco progrediu desde os trabalhos dos primeiros antropólogos. A questão mais árdua é indiscutivelmente a do povoamento dessas regiões. Todas as pesquisas reconhecem três tipos de povoamento: neolítico, banto e sudanês. As principais dificuldades aparecem quando se pretende detalhar as singularidades e os padrões de povoamento, bem como as formas sucessivas de relações entre esses diferentes povos.

Tradicionalmente, distinguiam-se duas sub-regiões: Ubangui e Uele. Ubangui, hoje povoada essencialmente por sudaneses teria sido ocupada até o século XVII por bantos. Os sudaneses, provavelmente começaram a se introduzir na região no século XVII ou no início do XVIII, procedendo do Darfur e do Cordofão. Os que formariam o grupo ngbandi provavelmente chegaram primeiro, seguidos pelos banda e os ngbaka.

A sucessão de povoamentos na região do Uele, hoje dominada pelos povos zande e mangbetu, parece sensivelmente diferente. Até o século XVI, ou início do XVII, as bacias do Uele, do Mbomu e do Aruwimi teriam sido ocupadas por comunidades neolíticas cujos sobreviventes atuais seriam os momvu, os logo e os makere. Nesse cenário vieram se instalar dois grupos de populações tradicionalmente representados como invasores. Primeiro, os sudaneses, a partir dos quais se constituiriam os povos mangbetu, ngbandi e zande, e posteriormente os bantos. Nessa época – século XVII e início do XVIII – se formaram os grupos etnopolíticos.

O estado da população e das sociedades na área costeira no início do século XVI permanece pouco conhecido. Se é possível admitir um povoamento banto da costa desde o início do século XVI, estamos ainda reduzidos a conjecturas para as regiões vizinhas do interior. Na região de Minlaaba e no país Beti, o povoamento mais antigo teria sido de pigmeus, seguidos pelo de caçadores-coletores e depois por diferentes grupos banto – maka, muumbo, beti, basa –,

cujas migrações se prolongaram até o século XIX. Mais ao sul, no atual Gabão, o quadro é mais preciso. No fim do século XV, os portugueses encontraram, na região do estuário, populações mpongwe. Os territórios do baixo Ogwê (Cabo Lopez e laguna Fernán Vaz) não comportavam ainda populações banto; provavelmente, nessa área predominava o povoamento negroide.

Até a colonização, o Rio Congo serviu como poderoso traço de união entre os diferentes povos da imensa bacia congolesa. Esse papel não concerne apenas ao rio em si, em sua parte navegável em direção a Pool Malebo, mas também a seus múltiplos afluentes, particularmente o Alima, o Likuala, o Sangha, o Ubangui, na margem direita, e o Kwa, o Ruka, o Ikelemba e o Lulonga, na margem esquerda. Desde há muito tempo, organizou-se um notável sistema de trocas, que moldou a maioria das sociedades humanas ribeirinhas do Rio Congo e de seus afluentes.

Dois produtos parecem ter dominado as trocas de longa distância: pó vermelho, de uso cosmético, e o cobre extraído de jazidas no baixo Congo. As trocas locais incluíam produtos tais como o sal, os tecidos, as esteiras e os cestos. Essas trocas, já florescentes antes do século XV, seriam particularmente ativadas pelo desenvolvimento do comércio na costa atlântica.

Essa implantação se deu em várias fases. Num primeiro momento, do fim do século XV até por volta de 1560, o Reino do Congo desempenhou o papel essencial. A partir de 1529, os documentos de origem portuguesa indicam ter sido a região do Pool Malebo um dos principais fornecedores de escravos, graças às rotas ligando-a a Mbanza Congo (São Salvador) e a Mpinda. Em meados do século XVI, os anziques (tio, teke do Pool) formavam importantes contingentes da população servil do Peru, da Colômbia e do Brasil. Esses escravos eram então encaminhados junto com as cargas de marfim, de tecidos de ráfia e de madeira vermelha.

As trocas internas promoveram a unificação progressiva dos diferentes povos da Bacia do Congo, apesar dos obstáculos que estimulavam a diversificação. Entre esses, figurava o modo de organização do comércio. O rio e seus afluentes eram divididos em esferas de influência, controladas cada uma por um grupo étnico, por exemplo, os sakata e os nunu no Kwa e no Mfimi, os likuba no Alima e os loi no baixo Ubangui. Foi apenas no decorrer do século XVIII que os bobangui passaram a reinar no conjunto do eixo Congo-Ubangui. A desconfiança reinou por muito tempo nas relações entre os diferentes parceiros e as pilhagens não eram raras. Os conflitos de interesses resultavam muitas vezes em verdadeiras guerras, como por exemplo entre os dois grupos mais engajados nas trocas, os bobangui e os tio, que só concluíram um acordo no início do século XIX.

Dentre os vários fatores de unificação, as técnicas comerciais eram as mais importantes. Assim, a partir do século XVIII, o conjunto da região passou a adotar as mesmas moedas para as transações: tecidos de ráfia, cauris e moedas de cobre. Da mesma forma, a prática muito difundida do crédito criou longas cadeias de solidariedade em toda a área comercial. A conduta lucrativa do comércio levou ao desdobramento de estratégias de amplas alianças, por meio de matrimônio e, principalmente, fraternidades de sangue, a criarem entre os parceiros várias obrigações: proteção e hospedagem, solidariedade financeira em caso de dívida, ajuda militar, apoio moral e financeiro quando do luto. O comércio do rio funcionou assim como um caldeirão, misturando os povos, difundindo as mesmas práticas e crenças. Essa comunidade, cuja formação acelerou-se no século XVIII, desabrocharia entre 1850 e 1880.

No entanto, essa unidade progressiva teve de se conjugar com certo grau de diversidade, resultante em parte das múltiplas formas de inserção e de adaptação dos povos ao grande comércio congolês.

O quadro assim desenhado das populações e das sociedades da África Central mostra de uma maneira clara sua indiscutível diversidade, bem como suas incontáveis aptidões para inovar, mesmo em situações adversas

O Reino do Congo e seus vizinhos

Nos séculos XV e XVI, o Congo era o único Estado capaz de exercer sua hegemonia sobre toda a região, entre o planalto de Benguela e os planaltos bateke, e desde o mar até além do Rio Kwango. Por volta de 1500, as fronteiras do Estado beiravam o Rio Zaire, do estuário até sua confluência com o Inkisi, e, em alguns lugares do norte, estendia-se além do rio e incluía a Bacia do Inkisi e todas as terras do sul, até o Loje. Estimativas indicam uma população entre 2 e 5 milhões.

O Reino era dividido entre uma grande cidade, a capital Mbanza Kongo, e o campo. Ali coexistiam três camadas sociais bem definidas: a nobreza, os aldeãos e os escravos. A nobreza constituía a ossatura do Reino e vivia nas cidades, exceto quando devia ocupar cargos de comando nas províncias. A alta nobreza compunha-se dos parentes do rei ou de um de seus predecessores. A matrilinearidade determinava o acesso às terras, o lugar de residência e a sucessão à frente da aldeia. O rei nomeava seus parentes próximos para os cargos-chave. A realeza baseava-se em eleições: o conselho real comportava 12 membros – dos quais 4 eram mulheres – que representavam os clãs dos avós do rei. Apesar dessa instituição, as lutas de sucessão eram corriqueiras. Após uma disputa entre os

A corte do rei do Loango, 1668. [Fonte: O. Dapper, 1686. © Fundação Dapper, Paris.]

senhores do norte e os da capital e do sul, Nzinga Mbemba, conhecido como Afonso I, sucedeu a seu pai, Nzinga Nkuwu, em 1506.

Os reis, por serem polígamos, tinham vários filhos, e sua casa alcançava rapidamente grandes proporções. Após 25 anos de reinado, Afonso já tinha 300 netos e bisnetos.

O Reino do Congo, apesar de ser governado por uma rede de parentes do rei, permanecia fortemente centralizado. A centralização era ainda reforçada pela existência de uma moeda cuja emissão o rei controlava. Consistiam de conchas de *Olivancilaria nana*, chamadas de *nzimbu*, procedentes das pescarias de uma ilha que fazia parte do Reino, a de Luanda. A centralização também era perceptível em nível militar. No fim do século XVI, a guarda real era composta por 16.000 a 20.000 escravos, e constituía a única força armada permanente do Reino.

A ideologia da realeza (*nkisi*) decorria das concepções religiosas gerais. Três cultos importantes nela desempenhavam um papel: o dos antepassados, o dos espíritos da terra e o dos sortilégios reais. O conceito de *nkisi* era fundamental. Os cristãos retomaram esse termo com o sentido de "sagrado". Chamavam a igreja de "casa do *nkisi*", a bíblia de "livro do *nkisi*". Atribuíam-se as doenças e desgraças aos *ndoki* (feiticeiros), estes últimos podendo ser descobertos pelos *nganga ngombo* (sacerdotes). A realeza era sagrada. O rei era chamando de *Nzambi Mpungu* (criador supremo). Ao dar sua *tumba* (benção), o rei protegia os oficiais reais e, em geral, garantia a fecundidade, principalmente graças a seu poder sobre o regime das chuvas. Quem representava o *nkisi* do país, no sentido real e profundo do termo, era o próprio rei. As estruturas dos reinos vizinhos eram diferentes, mas sua ideologia quase idêntica. Esses reinos eram menos centralizados do que o do Congo. No Loango, as casas nobres não haviam suplantado os grupos matrilineares e, como classe, eram bem menos coerentes do que no Congo.

A vitória de Afonso I marcou o início do mais longo reinado do Congo, de 1506 a 1543. O papel desse rei foi fundamental. Abriu o país a Portugal, acarretando assim uma considerável reorganização política e econômica, bem como uma assimilação voluntária de elementos do cristianismo que acabou por se implantar ali de forma definitiva.

Da mesma forma que o soberano de Portugal, Afonso I quis controlar o tráfico graças à organização de monopólios reais antes de tentar aboli-lo, em 1526. Não funcionou e os monopólios reais foram constantemente desrespeitados pelos afro-portugueses de São Tomé e os vizinhos do reino, tanto na costa do Loango quanto no Ndongo, e até mesmo em Luanda, parte integrante do reino. O rei usou os recursos obtidos com o tráfico de escravos e com o comércio de marfim e de tecidos de ráfia para trazer técnicos e, sobretudo, missionários portugueses. Antes do fim de seu reinado, a vida sociopolítica transformara-se completamente. A diferença entre nobreza e plebeus acentuara-se, à medida que a nobreza se tornava letrada e cristã, além de tomar parte no tráfico de escravos.

Sob os sucessores de Afonso I, e apesar das tentativas de Diogo I para limitar os efeitos da incursão europeia, as mesmas tendências prevaleceram. A potência relativa do Reino do Congo diminuiu, principalmente em relação ao Ndongo que, por sua vez, fortalecia-se graças, notadamente, ao tráfico clandestino com São Tomé. Em 1561, o Reino do Congo isolou-se quase totalmente de Portugal. Em 1566 e 1567, o falecimento sucessivo de dois reis durante uma guerra contra os tio do Pool acarretou uma situação desesperadora, que se tornou uma verdadeira catástrofe com a irrupção de guerreiros provenientes do leste, os jaga.

A identidade dos invasores do Reino do Congo nunca foi estabelecida. O nome jaga (em kikongo: yaka) é usado nas fontes como sinônimo de bárbaro e aplicado a uma série de guerreiros mais ou menos nômades. Os primeiros jaga apareceram a leste do Mbata, ou no sul do Pool, e daí ganharam as margens do Kwango.

Os jaga derrotaram as forças reais, e a corte foi obrigada a se refugiar em uma ilha do baixo Zaire. Inúmeros refugiados foram vendidos como escravos aos habitantes de São Tomé. O rei do Congo teve que apelar para Portugal, que enviou um corpo expedicionário que reconquistou o país de 1571 a 1573. Porém, as tropas não se retiraram antes de 1575 ou 1576. A hegemonia do Congo na região estava aniquilada, já que, em 1575, foi fundada a colônia de Angola, o que levou um grande número de portugueses a comerciar em Loango a partir do mesmo ano.

Paulo Dias de Novaes, após sua estadia na corte do Ndongo, obteve da corte de Portugal um contrato de conquista e de colonização. Essa colônia receberia o nome de Angola – inspirado no título do rei do Ndongo. Paulo Dias chegou em 1575 e fundou Luanda no ano seguinte. Ali se consagrou ao tráfico de escravos e tentou sobrepujar uma comunidade de afro-portugueses oriunda de São Tomé que o havia precedido na região. Esse grupo cedeu-lhe o lugar e instalou-se na corte do *ngola*. Porém, em 1579, pressões metropolitanas obrigaram Dias a executar seu contrato. O rei do Ndongo, após ter sido informado de tal fato, mandou massacrar preventivamente todos os portugueses de sua corte e forneceu assim o pretexto para uma guerra que iria durar quase um século, até 1671.

Nesse período, o Congo recuperou-se. Apesar do esfacelo de sua hegemonia e das lentas mutações na estrutura da classe nobre, o Reino permaneceu firme e expandiu-se em direção ao leste. Porém, seu território reduziu-se no sul, sobretudo em 1622, com a perda das pescarias da Ilha de Luanda e de terras do interior da cidade de Luanda.

O Loango, antes de 1600, já se tornara uma grande potência. Seu território estendia-se da Laguna Fernán Vaz até o sul de Pointe-Noire e incluía provavelmente a maior parte do Vale do Ngounié e uma parte da Planície do Niari. Ademais, sua influência cultural, transmitida pelo comércio, estendia-se muito além.

O Loango praticava o comércio de marfim, de peles, de madeira vermelha, de tecidos de ráfia, mas exportava relativamente poucos escravos. Esse tráfico era feito por afro-portugueses que navegavam entre a costa do Benin, São Tomé, Loango e Luanda.

Nesta época, a rede vili concorria com as redes existentes na venda de marfim, de tecidos e no tráfico de escravos. A rede do Congo e de Angola foi abalada pela criação de Luanda que, de início, já exportava mais escravos do que Mpinda.

Esses acontecimentos desfavoreceram o Congo, já que sua capital não constituía mais o entreposto obrigatório das mercadorias e dos escravos. Ademais, sua moeda depreciou-se muito, pois os portugueses haviam importado outras conchas além do *nzimbu*.

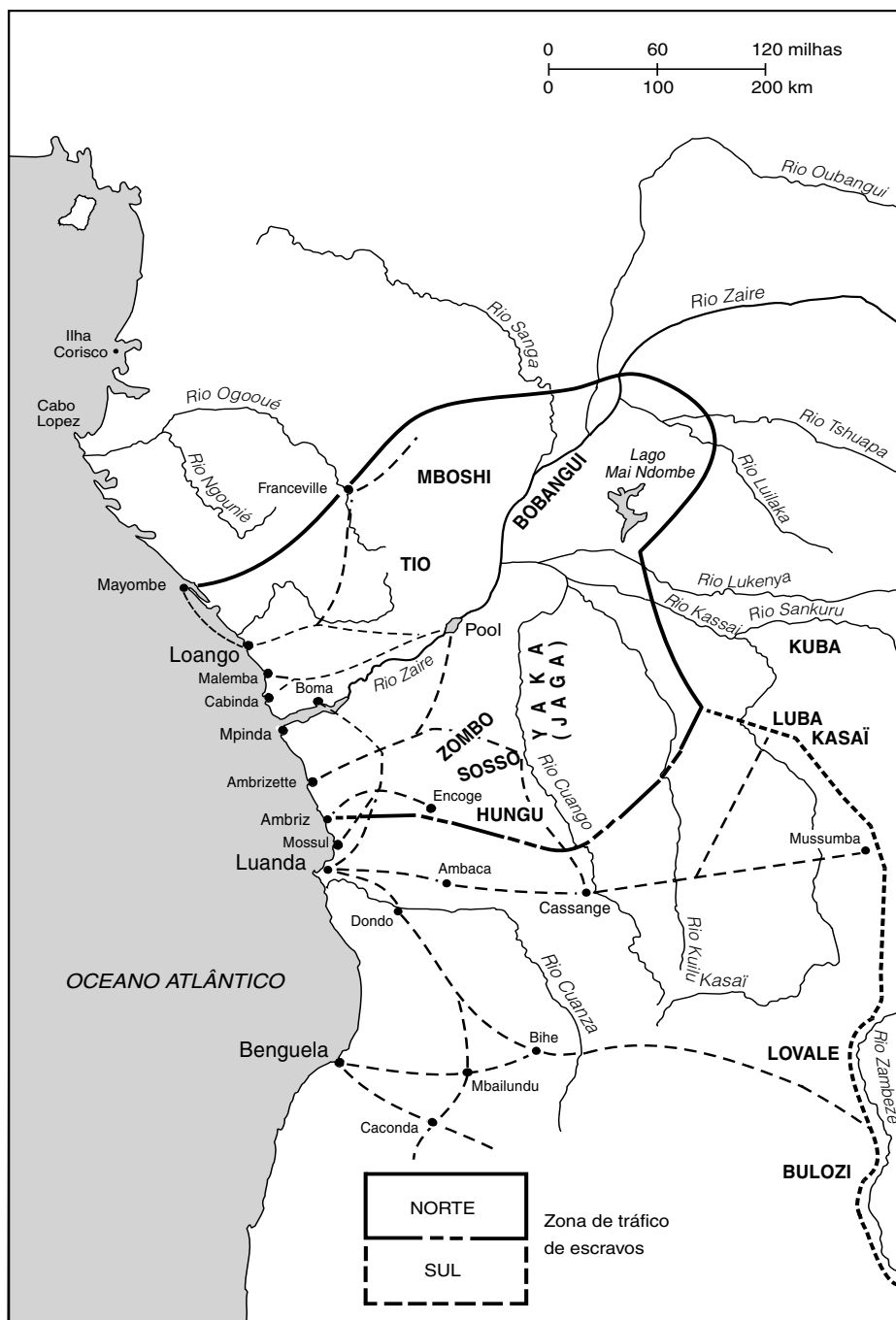
Nesta época foram introduzidas a cultura do milho (entre 1548 e 1583) e depois de 1600, a da mandioca, do tabaco e certamente do feijão, do amendoim e de outras plantas americanas. No século XVII, as plantas importadas do Novo Mundo transformaram a agricultura, notadamente a partir de 1650, pois elas permitiram aumentar os rendimentos e, graças à mandioca, evitar a carestia durante as eventuais secas ou em tempos de guerra.

A primeira metade do século XVII viu portanto evoluir as condições nutricionais e sanitárias, e marcou o surgimento do tráfico de escravos. Tudo isso acarretou inevitavelmente um nova dinâmica demográfica da qual ignoramos os detalhes.

Os holandeses tomaram Luanda em 1641 e ocuparam uma grande parte da colônia angolana até a chegada de uma frota, armada no Brasil, que os expulsaria em 1648. Os brasileiros dominaram o comércio de Angola, totalmente até 1730 e parcialmente depois dessa data. Também em 1641, Garcia II tornou-se rei do Congo e, da mesma maneira que Nzinga, aliou-se aos holandeses. António I do Congo declarou a guerra, juntou todos os seus nobres e foi derrotado na batalha de Mbwila em 1665. Porém, em 1670, um segundo exército português foi tão desastrosamente derrotado no Soyo que Angola pôs fim a suas tentativas de conquista do Congo. Em 1671, o último vestígio do Ndongo foi conquistado e, por volta de 1680, a paz fora imposta ao Matamba (Nzinga), ao Kasanje e aos chefes do sul do médio Kuanza. A conquista chegava a seu fim.

O Reino do Congo não se recuperaria da batalha de Mbwila. A sucessão real acarretou logo uma guerra civil entre casas nobres. O conflito degenerou, provocando a primeira destruição de Mbanza Kongo, em 1666, e seu completo abandono, em 1678.

Com o Reino do Congo desapareceu a organização de um grande território. Seu quadro estrutural, tal como aquele de Angola, tornou-se doravante econômico, sua ossatura sendo formada pelas rotas comerciais e seus pivôs pelos lugares de transbordamento. Angola, apesar de haver se expandido por volta de 1680, encontrou-se também enfraquecida.

Na periferia das zonas de tráfico de escravos, alguns Estados fortaleceram-se graças a um comércio em plena expansão controlado por eles, ou pelo menos, permaneceram firmes enquanto o controlavam. O Kasanje tornara-se uma grande potência no Rio Kwango.

O tráfico de escravos na África Central do século XVIII (segundo J. Vansina).

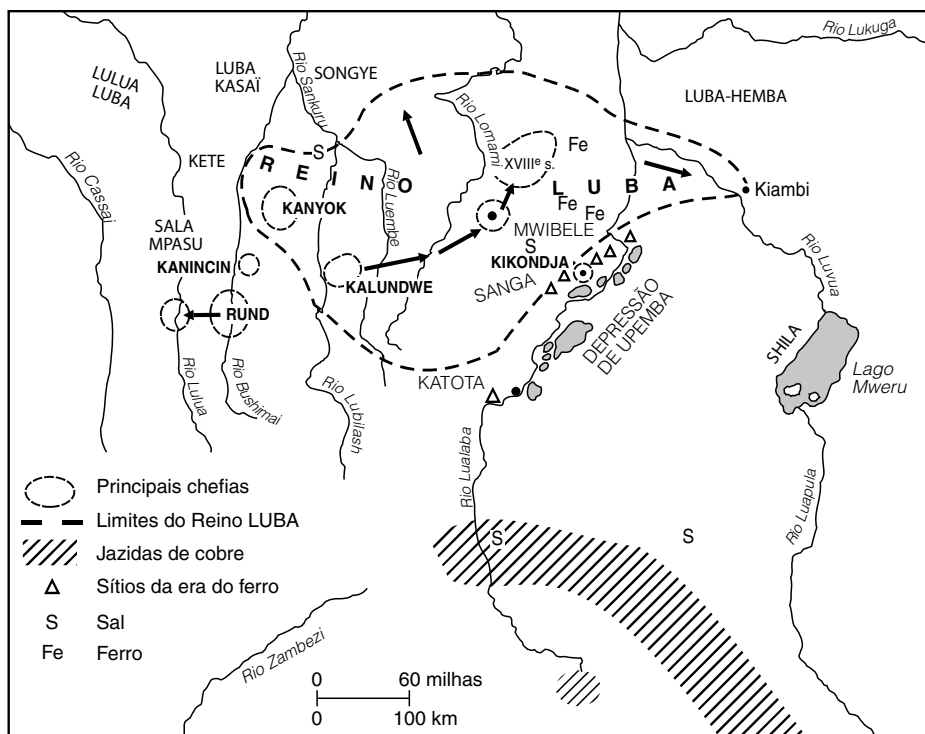
A conquista holandesa e a Restauração acarretaram efeitos econômicos importantes. Moedas, tecidos e *nzimbu* foram depreciados. Em Angola, essa transformação consistiu na reorganização do tráfico de escravos pelos brasileiros. Estes forneciam capital, navios e mercadorias europeias, e agiam, por intermédio de seus agentes de Luanda e de Benguela, em colaboração com os organizadores de caravanas, ou seja, os escravagistas afro-portugueses. Os capitais portugueses eram investidos no Brasil, e não diretamente em Angola, pelo menos até 1730. Como havia falta de escravos em Angola, os comerciantes incentivavam a guerra, pois esta gerava cativos para a compra. As grandes firmas de Lisboa calculavam que os lucros procediam das mercadorias e não dos escravos, e por isso tentavam possuir o menor número possível de cativos. Importavam mercadorias compradas aos capitães e aos afro-portugueses em troca de letras de câmbio que eram convertidas em açúcar do Brasil ou em marfim local, o principal parceiro comercial delas sendo o Brasil.

No Congo, a divisão em três camadas sociais, nobres, camponeses e escravos, iria durar até o período entre 1666 e 1678. No decorrer do tempo, viu-se no Congo as três categorias sociais reduzirem-se para duas que se estabilizaram: a nobreza, que se beneficiava de suas relações com a mão de obra, e os súditos explorados.

Em Angola, a estrutura social autóctone, parecida com a do Congo, era dominada pela classe dos portugueses. Mas o surgimento de uma categoria afro-portuguesa – comerciantes mestiços – complicava a situação. Esse grupo formara-se em primeiro lugar em São Tomé, ao se miscigenar com nobres congos, e se espalhara rumo à capital do Reino do Congo e Luanda.

No Reino do Congo, o catolicismo se difundiu de início junto à nobreza urbana e nas capitais de província. Uma grande parte da população foi batizada e a religião expandiu-se até as mais longínquas aldeias. Em Angola, o catolicismo, imposto pelos conquistadores, não progrediu além da colônia.

O desenvolvimento das ideias e das práticas religiosas no Reino do Congo mostra que a doutrina cristã influenciou a antiga religião, sem deixar de coexistir com ela. As crenças e práticas da antiga religião diferiam nos detalhes de acordo com a região, e tais elementos locais não encontraram contrapartida no catolicismo, com exceção daqueles de Mbanza Kongo.

Afirmou-se erroneamente que o Reino do Congo teria rejeitado o catolicismo após 1700. Na verdade, os missionários cristãos do fim do século XIX, mergulhados em um ambiente colonialista, não admitiam o catolicismo autóctone, doravante parte integrante da religião do Congo.

Os Estados do Shaba antes de 1700 (segundo J. Vansina).

As artes são o reflexo da cultura, mas no Congo nada sobreviveu das artes performáticas, tais como a música, a dança e a arte oral. Em contrapartida, sobreviveram objetos de arte visual, assim como inúmeros textos correlatos. Fabricados para simbolizar diferenças de classe (arte do vestuário, por exemplo), noções políticas (emblemas, objetos de cerimônia) e conceitos religiosos (arte cristã, objetos de adivinhação, estátuas de antepassados e espíritos, máscaras), esses objetos eram encomendados pela corte, pela Igreja Católica, por dirigentes de aldeias e de cultos aldeãos, e até por chefes de família.

Do século XVI ao XVIII, a arte do Congo difundiu-se rumo ao norte e ao leste. A difusão das máscaras "brancas" do Gabão teve sua origem nas máscaras do Congo do norte e certamente acompanhou a expansão do Loango, sobretudo no século XVII. A técnica de fabricação do veludo de ráfia espalhou-se a leste pela rota do Okango e deu origem aos "veludos do Kasaï", manufaturados notadamente pelos kuba. Tudo indica que elementos da arte do Congo também chegaram às Américas.

O século XVIII viu se modificar completamente a organização da África central ocidental: as redes comerciais tornaram-se mais importantes do que os próprios Estados. O declínio dos Estados coincindiu com o das antigas classes dominantes, ao passo que uma classe de mercadores as substituiu ou as completou.

Havia duas redes de tráfico de escravos: uma primeira, portuguesa, estendendo-se de Angola ao Brasil, e uma segunda, a norte, domínio de outras potências europeias, na qual a parte terrestre do comércio permanecia firmemente nas mãos dos africanos. De 1665 a cerca de 1755, a demanda progrediu de forma regular para depois crescer de maneira desmedida e atingir sua intensidade máxima entre 1755 e 1797.

O tráfico de escravos em Angola era voltado principalmente ao Brasil. Antes de 1730 já estavam envolvidos no sistema angolano o exportador em Portugal, os corretores do Brasil, os transportadores marítimos e os mercadores de escravos de Luanda ou Benguela, os caravaneiros afro-portugueses, os senhores e comerciantes africanos que vendiam escravos nos mercados. Todos tentavam maximizar os lucros e evitar os riscos. O risco maior estava na morte dos escravos por desnutrição, doenças não curadas e maus tratos. A taxa de mortalidade entre os cativos era alta. Estima-se aproximadamente que metade dos escravos morria entre o mercado de compra e o porto de embarque. Dos restantes, 40% morria em Luanda, na espera do embarque. As perdas no mar variavam de acordo com o estado de saúde dos escravos embarcados e do grau de amontoamento, oscilavam entre 10 e 15% do total embarcado.

Após 1730, as companhias metropolitanas portuguesas retornaram a Luanda para ali vender as mercadorias europeias. Os brasileiros retiram-se para Benguela. Os navios trouxeram também inúmeros imigrantes pobres, condenados e aventureiros que buscavam se enriquecer com o tráfico negreiro, principalmente como caravaneiros. Uma luta obstinada desencadeou-se entre *quimbares* (afro-portugueses) e recém-chegados. Estes últimos, como mercadores, tinham o apoio total das altas autoridades de Luanda, mas os *quimbares* gozavam do amparo das autoridades provincianas e, em geral, dos chefes africanos das feiras do interior. Os brasileiros e os quimbares conseguiram não somente manter-se em Benguela, como também aumentar suas exportações de escravos até um patamar igual ao de Luanda.

No começo do século, os governadores apoiavam os brasileiros. Mais tarde, sobretudo depois das reformas do marquês de Pombal na metrópole, eles preferiram as grandes companhias de Lisboa. Os jesuítas, aliados dos brasileiros, foram expulsos em 1660, e com Francisco Innocencio de Sousa Coutinho (1664-1672),

a metrópole esforçou-se vigorosamente para reestabelecer sua hegemonia em Angola. Nem ele, nem seus sucessores obtiveram êxito nessa empreitada.

Os afro-portugueses então emigraram mais uma vez, principalmente em direção ao Planalto de Benguela onde, a partir de 1772, campanhas militares de grande envergadura apenas conseguiram acelerar a emergência de dois grandes reinos, o Mbailundu e o Bihé. Este último se tornaria um excelente ponto comercial para os *quimbares*. Ali foi criada uma nova cabeça de ponte do comércio rumo ao interior do país e, antes de 1794, as caravanas alcançaram o alto Zambeze, no país Lozi. Os cativos eram encaminhados até Benguela sem passar por Luanda que, por sua vez, continuava captando seus escravos por intermédio do Reino de Kasanje. As caravanas tomavam a rota de Kasanje a Mussumba, capital do Império lunda.

O Império lunda constituiu-se durante o século XVIII. Incessantes campanhas militares trouxeram grandes quantidades de escravos, ao passo que das regiões dominadas afluíam para a capital os tributos em cativos. Após 1750, o império chegou a criar o Reino de Kazembe no Rio Luapula e a abrir vias de comunicação com Tete e Zumbo, em Moçambique. Antes dessa data a expansão rumo ao oeste alcançara o Kwango. O Reino yaka, fundado entre 1740 e 1760, ocupou uma boa parte do Vale do Kwango e ampliou seu território de conquistas rumo ao leste, em direção ao Kwilu. Inúmeros cativos foram trazidos para serem vendidos aos zombo, aos soso e aos vilim, mas também aos imbangala e às caravanas passando por Nkoje. Tais conquistas e saques provocaram, no fim do século XVIII e sobretudo no século XIX, importantes movimentos populacionais do Kwango ao Kwilu, com as pessoas fugindo dos yaka.

Em Angola, o tráfico de escravos chegou a tal ponto que, apesar dos esforços de Sousa Coutinho e de outros, o país não conseguiu diversificar seu sistema econômico. A colônia continuou dependendo economicamente do Brasil. Por volta de 1800, 88% de seus rendimentos ainda provinham do tráfico de escravos com o Brasil, e um pouco menos de 5% do marfim enviado a Portugal.

O sistema político luba e lunda: emergência e expansão

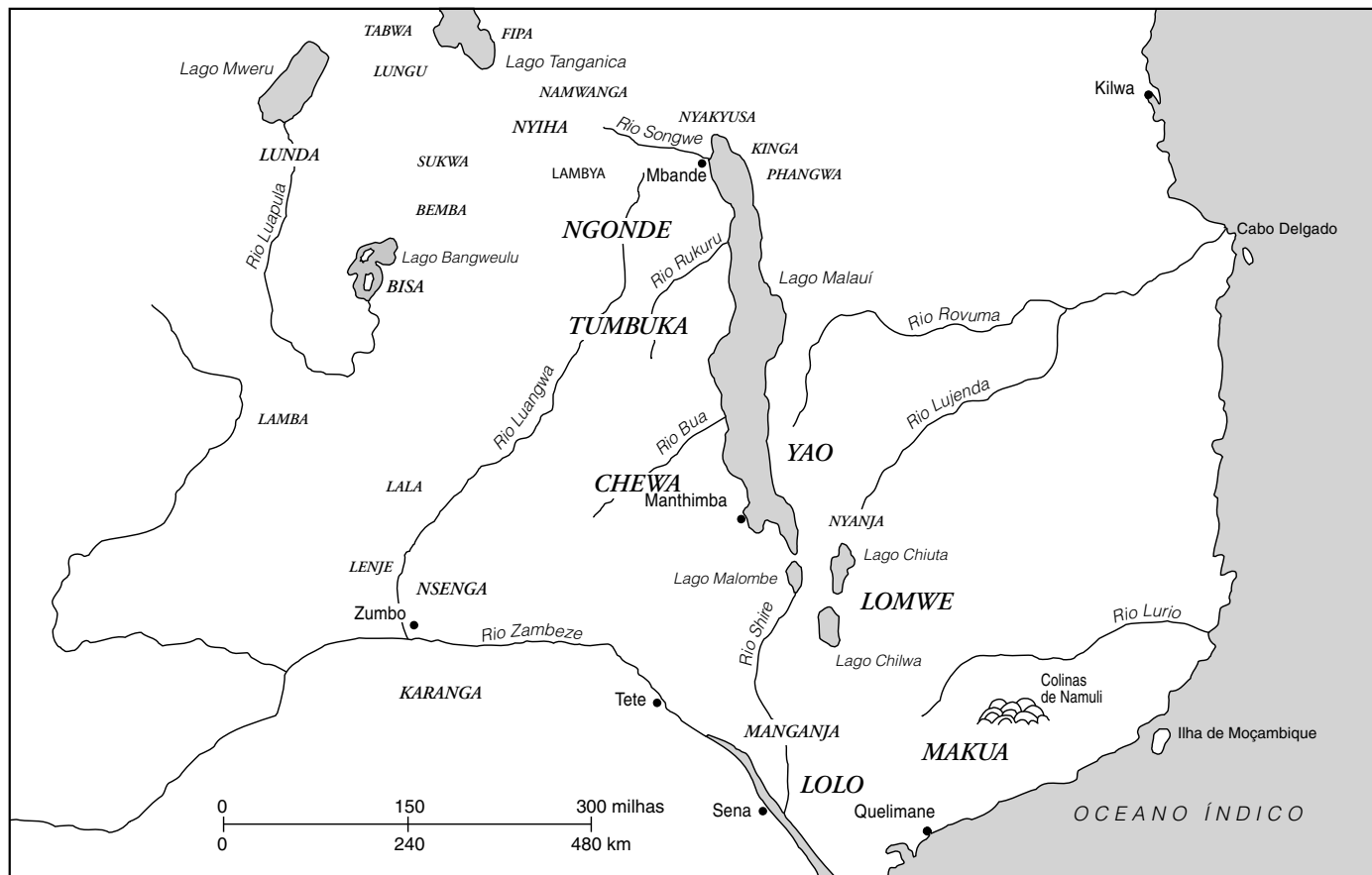
Segundo certas tradições, o pequeno Reino kalundwe foi o precursor do Reino luba. Sua capital localizava-se na região de Cifinda. Um de seus reis, Kongolo ("arco--íris"), deixou-a para fundar outra capital nas planícies de Mwibele, não longe do Lago Boya, no coração da região que se tornaria o Estado luba. Segundo outras narrativas, Kongolo vinha de outro lugar. A narrativa épica conta como ele foi vencido

e morto por Kalala Ilunga (Ilunga, o caçador), um estrangeiro vindo do leste que transferiu a capital para Munza. É bem provável que Kongolo não fosse um personagem autêntico, mas Kalala, na condição de *mwine Munza* (mestre de Munza), representa o pai fundador, correspondendo à ideia que os luba tinham de seu rei. O Reino luba dominou – talvez, desde seus primórdios – os kalundwe, a oeste, e os kikondja, a sul. Além disso, controlava as principais rotas comerciais norte-sul. Entretanto, permaneceria relativamente pequeno até o final do século XVII.

A organização do Estado luba correspondia a uma pirâmide de pirâmides. No escalão do vilarejo, as ligações entre as famílias eram patrilineares. Além disso, as relações entre os vilarejos eram concebidas segundo o modelo das relações entre linhagens, ainda que cada um deles tivesse seu próprio chefe. No escalão superior, o Reino era governado da capital, cujo traçado refletia sua estrutura: residência real, residências dos funcionários titulados dos dois sexos, separados segundo a função, militar ou civil. Uma associação fechada, *Bambudye*, auxiliava o rei a governar. Presumia-se que o rei não tivesse linhagem nem clã, embora a função se transmitisse geralmente de pai para filho. O rei estava, ao mesmo tempo, acima do combate político e ligado por parentesco a vários chefes. Ele encontrava-se no cume da pirâmide das pirâmides do parentesco. O título *mulopwe* significa a indivisibilidade do poder, o poder que não pode ser partilhado.

Há poucos dados sobre a história do território até cerca de 1700. A verdadeira expansão do reino aconteceu no Vale do Lualaba, em toda extensão do Luvua (Kiambi) e no sul da depressão de Upemba. Tal expansão acentuou-se na ocasião da grave crise de sucessão ocorrida entre 1780 a 1810. Naquele momento, os kanyok livraram-se da dominação luba, e a influência política e cultural songye alcançou o seu apogeu. Em seguida, a expansão retomou o sentido leste, com a conquista das terras entre o Rio Luluaba e o Lago Tanganyika, e o sentido norte, com uma incursão militar em toda a extensão do Luluaba até Buli.

O Reino rund transformou-se em Império lunda no século XVIII. Não se conhece exatamente sua organização inicial, exceto que seu caráter militar era mais desenvolvido do que o do Reino luba. No entanto, sabemos um pouco sobre os princípios sociais e políticos de sua organização.

A transmissão do título de *tubung* era matrilinear, porém, a do título de rei e dos títulos portados pela corte era bilateral. A matriz da sociedade era fundada na sucessão em matéria de funções e no parentesco perpétuo. Isso significa que cada detentor de um cargo ou um título deveria se transformar em seu predecessor: tomava o nome, as mulheres e os filhos de seu predecessor, tal como sua personalidade e sua família. O parentesco era, portanto, perpétuo. Por exemplo,

Etnias da região norte do Zambeze no século XVIII. [Fonte: de acordo com A. D. Roberts, 1973, p. XXV. Mapa adaptado com a amável autorização de Longman Group UK Ltd].

se o primeiro detentor de um título fosse o neto do rei, cinco gerações depois, o detentor do título seria ainda o neto do rei.

Com esses princípios, era possível imaginar o Estado como uma organização governada por uma única família, cujo chefe era o imperador, o *mwant Yav*. Desse modo, para os rund, o Estado constituía uma família muito ampla, pois o império acabou por se estender do Cuango para além do Rio Luapula. Porém, era uma família de guerreiros, que prosperava graças à escravidão. Por volta de 1700, os guerreiros lunda submeteram a população que vivia na periferia do império, assegurando sua integração. Aproximadamente em 1750-1760, constituíram poderosos reinados, do país Yaka, no Cuango, ao país Kazembe, no Luapula, ao longo de um eixo leste-oeste onde eram encontrados os recursos minerais do Shaba e que permitia o acesso aos mercados portugueses no Rio Zambeze. Ali desembocavam também as rotas comerciais que iam do país Rund ao território imbangala, no Cuango.

As malhas da administração eram folgadas. O império era constituído por um reino central e por reinos periféricos, cujos chefes limitavam-se, às vezes, a pagar um tributo à corte.

As pesquisas mostram que a expansão do Império lunda começou antes de 1700. A primeira conquista aconteceu no sentido sudeste, em direção às salinas do Lualaba, perto da atual cidade de Kolwezi. Partindo daí, por volta de 1700, um grupo dissidente partiu para o sul, rumo à atual Zâmbia, e após ter assimilado uma parte dos autóctones mbwela, e expulsado outra parte para o sul, fundou um Estado no país Ndembu.

Na ocasião de uma nova campanha militar, os generais lunda foram para o sul, das salinas do Lualaba em direção às minas de cobre, e atingiram o vale mais rico do Luapula. A armada lunda impeliu um ataque luba e sujeitou os chefes do Shaba, bem como o Estado shila do Luapula. Esse Estado se desenvolveu e, na segunda metade do século XVIII, o *kazembe* do Luapula era o senhor de um vasto reino com bases sólidas. Pouco depois de sua instalação, os lunda do kazembe entraram em contato com os portugueses de Sena e de Tete. De 1798 a 1799, uma missão portuguesa visitou o novo Reino. Seus membros ficaram impressionados com o poderio militar do Kazembe e também com a severidade das medidas coercivas tomadas contra os habitantes. Essa missão portuguesa inaugurou um período de intensas relações comerciais entre o Kazembe e o baixo Zambeze. A autonomia do Kazembe diante da capital (*mussumba*) reforçou-se a tal ponto que o pagamento do tributo, efetuado regularmente nos anos 1790, transformou-se nos anos 1830 em uma troca equitativa de presentes.

Em direção ao norte e ao oeste, a expansão lunda encontrava-se estreitamente ligada ao desenvolvimento do comércio de escravos em Angola. As relações com o tráfico de escravos angolano datam, no mais tardar, dos anos 1670 e foram intensificadas após 1730. Os imbangala criaram um sistema de comércio por caravanas graças ao qual importavam para a capital lunda produtos europeus (vestimentas, contas e vasilhas) utilizados pela aristocracia local como objetos de luxo. Nessa época, aumentava a demanda por escravos no interior do Império lunda. Eles eram destinados aos trabalhos de cultivo nos campos; também serviam como atravessadores ou carregadores nas caravanas.

Pouco depois de 1700, também ocorreram expedições militares no sentido oeste e, em torno de 1750, chefes lunda atingiram o Cuango. Angola oriental, país dos lwena, era o principal objetivo. Nessa região, os chefes lunda reuniram sob sua autoridade as grandes organizações locais, cuja estrutura repousava em uma filiação matrilinear muito antiga. A oeste do Lwena, diversas chefias também foram criadas pelos lunda em condições análogas. Dentre esses povos, os chokwe revelar-se-iam os mais importantes. Mesmo no século XVIII, eles foram úteis ao império como metalúrgicos, escultores e caçadores.

No Vale do Cuango, os invasores lunda encontraram chefias yaka, suku, e talvez ainda outras em Okango, organizadas segundo o modelo kongo. Tornaram-se senhores delas. Numerosos habitantes fugiram, mas as estruturas não foram destruídas. Isso resultou em um complexo sistema político, no qual mesmo a ideologia do Estado reconhecia a existência tanto dos autóctones, quanto dos invasores lunda. Porém, o chefe dos yaka não pôde controlar todos os seus homens. Um Estado semi-independente, o Pelende, formou-se no norte, ao passo que um grupo (os sonde-luwa) emigrou para o leste do médio Cuango, para lá fundar suas próprias chefias.

Uma vez estabelecidos, os reis yaka começaram a fazer expedições em direção ao Kwilu, a fim de capturar escravos, vendidos por eles aos mercadores angolanos, kongo e vili. O Reino suku resistiu vitoriosamente, mas em outros lugares a população fugiu para o nordeste, provocando intensa densidade populacional.

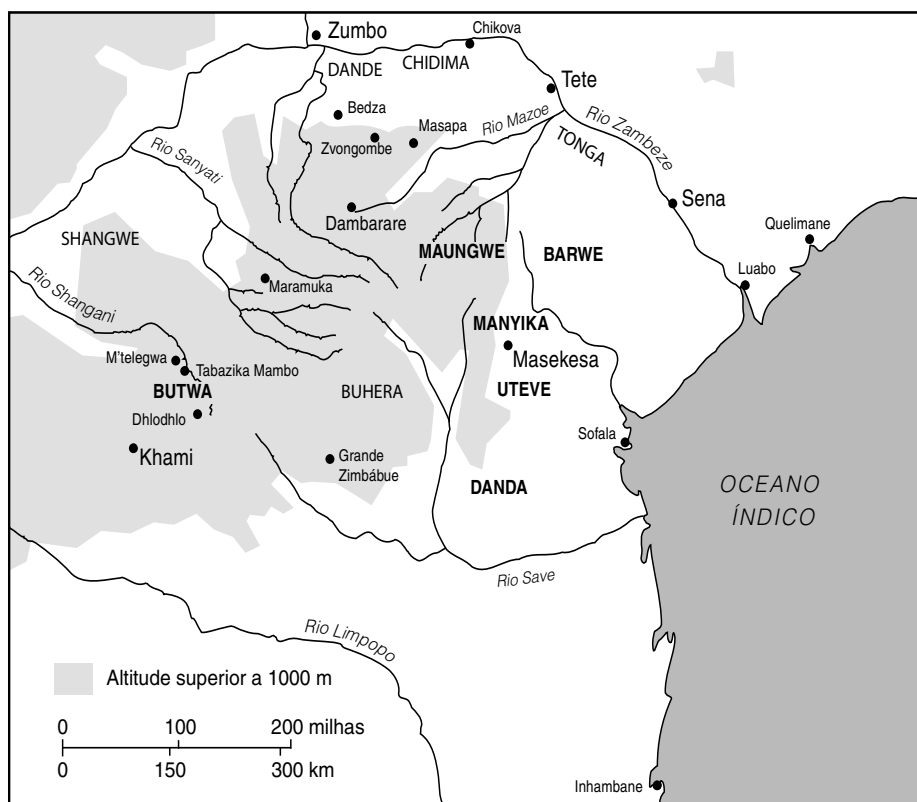
Uma última expedição ocorreu do oeste do Rio Kasai, ao norte, provavelmente ao longo do Vale do Tshikapa. Nessa região, os lunda fundaram dois pequenos Estados: o primeiro, situado perto das grandes quedas do Kasai, tinha por capital Mai Munene, e rapidamente se tornou um importante mercado para as caravanas provenientes do Cuango; o outro era Mwaka Kumbana, no Luange. Nessas duas zonas, os lunda misturaram-se com imigrantes recentes, os pende. O sistema político resultante dessa fusão foi marcado pela influência dos pende.

Em 1800, a ação conjugada da expansão luba e lunda permitira a estruturação do conjunto das savanas da África Central, ao leste do Rio Cuango. Em toda essa zona, os diferentes povos haviam difundido uma cultura comum, ou seja, uma visão de mundo, rituais, emblemas e símbolos comuns.

Por outro lado, a expansão lunda provocou grandes devastações. Não se deve subestimar a natureza militarista dos Estados lunda, nem a amplitude da caça aos escravos tal como ela era praticada. Esse aspecto, atrelado à presença de uma cultura política comum do Cuango ao Luapula, continua sendo o legado desses séculos para os habitantes dessa vasta região.

A Zambézia do norte: a região do Lago Malaui

A região em estudo é limitada ao sul pelo Zambeze, ao norte pelos rios Songwe e Rovuma, a oeste pelo Luangwa e a leste pelo Oceano Índico. A parte sul dessa região era dominada pelo grupo linguístico dos chewa e por seus subgrupos. A oeste do território chewa viviam os nsenga e a leste o grupo linguístico lolo-makua-lomwe e os yao. A parte setentrional, a oeste do Lago Malaui, era compreendida entre a zona periférica dos chewa-tumbuka, situada ao sul, e o Rio Songwe, ao norte. Três famílias linguísticas ocupavam essa zona: os tumbuka, os ngonde-nyakyusa e os sukwa-lambya-nyiha. Em 1500, os habitantes da zona sul e os tumbuka do norte pertenciam todos a esse "conjunto matrilinear falante do banto central", estendendo-se do sul do Rio Zaire, a oeste, até o Oceano Índico, a leste. No decorrer dos séculos seguintes, os tumbuka adotaram contudo o sistema patrilinear. Os ngonde-nyakyusa e os suka-lambya-nyiha tinham, por sua vez, uma estrutura patrilinear datada dos primórdios de sua tradição histórica. A região compreende hoje o leste da Zâmbia, a totalidade do Malaui e o norte de Moçambique.

Durante o período que nos interessa, a zona sul foi dominada, no decorrer do século XV, pela chegada dos maravi e pelo impulso de seus Estados, cuja expansão continuou no século XVI e XVII. No século XVI, a população do norte era organizada em pequenos clãs autônomos. Por volta do fim desse século, contudo, um grupo de imigrantes – os nguluba – fundou os Estados de Lambya, Ngonda, Chifungwe, Sukwa e várias outras chefias nyakyusa. Durante o mesmo período, a expansão dos maravi no interior da zona periférica dos tumbuka-chewa acarretou a instauração de novas chefias chewa, que impuseram sua lei à população tumbuka: assim nasceram, em essência, o povo e a língua

A África Central e do sudeste sob os Estados mutapa e torwa. [Fonte: segundo S. I. Mudenge, "A political history of Munhumutapa" c. 1400-1902, Harare, Zimbabwe Publishing House, 1988; e Zimbabwe Epic, publicado pelos Arquivos nacionais do Zimbábue, Harare, p. 47.]

tonga. No século XVIII, o comércio do marfim constituía um fator de primeira importância em uma e outra zonas.

Todos concordam hoje que os maravi eram imigrantes originários da região de Luba, no sudeste do Congo, e de terem penetrado no Malaui central a partir do oeste. Tendo atingido a extremidade sul do Lago Malaui, eles aí se estabeleceram e não tardaram a impor sua lei à população protochewa ocupante da região. Após terem aí se assentado, eles se lançaram numa campanha de expansão territorial, apropriando-se de toda a metade inferior da região do Lago Malaui. Eles instauraram assim uma confederação de Estados, incluindo, a partir do início do século XVII, a maior parte da Zâmbia oriental, o centro e

o sul do Malaui, bem como o norte de Moçambique. Assim eles acabaram por exercer uma influência política e militar em uma vasta região.

A aparição do Estado maravi permanece contudo sendo um fenômeno sobre o qual os historiadores da Zambézia do norte estão longe de esclarecer por completo. Ninguém pode dizer exatamente como esse Estado se constituiu, nem graças a quais fatores ele se impôs na região.

Para os povos chewa-maravi, o século XVII foi uma "era de ouro": graças a sua expansão territorial, eles se distinguiram como as potências com as quais era preciso contar no norte do Zambeze. Mesmo os portugueses, aquartelados como estavam em suas colônias ao longo do rio, tiveram de cooperar com eles. Isso porque os maravi não limitaram suas empreitadas à zona situada no norte do Zambeze. Entre mais ou menos 1590 e 1640, eles intervieram ativamente na então zona de influência portuguesa no sul do Zambeze. Eles tinham interesse nas ricas minas de ouro e de prata dos domínios do *Monomotapa* (ou *Mwene Mutapa*) e puseram-se a exercer um certo controle sobre as trocas realizadas ao longo do Zambeze.

No entanto, por volta de meados do século XVIII, o sistema de Estado maravi começou a enfraquecer. O declínio se concretizou por meio de secessões e revoltas diante da supremacia do *kalonga.* Porém, os fatores na origem desse declínio não são evidentes. Mas o fato é que a expansão maravi teve consequência significativa no plano econômico. No século XVII, o comércio do marfim tornou-se próspero no interior do território pertencente à confederação maravi e a região ao norte do Zambeze passava, então, por um considerável desenvolvimento.

Durante o período estudado, os povos do norte do Zambeze foram também profundamente influenciados pelas relações econômicas crescentes mantidas com o mundo exterior. Tais relações remontavam à época da dominação comercial árabe e suaíli na costa leste e ao longo do Zambeze, antes de 1500. A frequência desses contatos era contudo bastante limitada antes da chegada dos portugueses e, particularmente, antes de seu estabelecimento nas margens do Zambeze, em meados do século XVI. Com a criação, em 1716, de uma feira em Zumbo, os portugueses tiveram acesso ao mercado do marfim em várias sociedades, chegando assim mais a oeste, até a Zâmbia central. Foi contudo a criação e a extensão dos *prazos* (terras da Coroa) zambezianos que desempenharia um papel decisivo na expansão comercial portuguesa ao norte do Zambeze.

Os *prazos* apareceram quando um certo número de colonos portugueses ou goeses instalaram-se como chefes políticos em terras inicialmente pertencentes aos povos africanos autóctones. O fenômeno teve sua origem ao redor de

Sena no fim do século XVI e, pouco a pouco, no decorrer do século XVII, ele estendeu-se a outras partes do Vale do Baixo Zambeze.

No século XVIII, os *prazos* dominavam toda a região do baixo Zambeze, desde o delta do Luabo ou do Zambeze no leste até Chicoa, a meio caminho entre as cidades de Tete e de Zumbo, no oeste.

Pelo interesse que eles tinham no comércio do ouro e do marfim, os *prazeros* desempenharam um papel importante no desenvolvimento das trocas ao norte do Zambeze. Estabeleceram assim uma rede de relações comerciais com os diferentes povos africanos da região: manganja, chewa, nsenga, lenje e lunda do sul. Esses habitantes do interior da província forneciam a seus parceiros comerciais cobre, marfim, cera e escravos em troca de tecidos, contas, objetos de cobre, bebidas alcoólicas e sal importados.

Infelizmente para os *prazeros* e a comunidade portuguesa do Zambeze em geral, essa corrida do ouro os fez perder o comércio do marfim. As jazidas suscitaram um interesse desmedido com relação à sua produtividade. Durante esse tempo, o comércio do marfim caiu cada vez mais nas mãos de concorrentes interessados em seu mercado no norte, nesse caso os yao, povo este que participou de forma singular das trocas comerciais com regiões distantes através de toda a África Central e do oeste.

No fim do século XVII e no início do XVIII, os yao apareceram como nação comercial dominante. Como o comércio dos escravos tornava-se cada vez mais lucrativo que o do marfim, os yao juntaram-se aos portugueses. O mercado de Kilwa para o qual os yao transportavam suas mercadorias a partir do interior da região começou a ser dominado pelo comércio de escravos, a partir dos anos 1770.

Toda a zona setentrional da província foi igualmente puxada para essa rede de comércio de longa distância. Até o início do século XVIII, nenhuma parte da região havia sido ainda implicada nessas atividades, embora já existisse um comércio local vigoroso perto das margens do Lago Malaui, bem como entre o país tumbuka, de um lado, e o país nsenga e o norte da região chewa, por outro lado. Os responsáveis por essas mudanças eram os chefes de família conhecidos sob o nome de *balowoka* – os que atravessaram o lago –, cuja chegada na região estendeu-se por um período de trinta a quarenta anos.

Outras famílias atravessaram o lago mais ao sul e instalaram-se não longe do atual *boma* Nkata-Bay. Algumas dentre elas estão na origem do Mankhabira moderno. Essas famílias de caçadores deixaram seu país por volta de 1720, sem dúvida atraídos pela possibilidade de encontrar marfim em abundância ao longo

da margem oeste do Lago Malaui. Em uma geração, tornaram-se as famílias dominantes da região.

No século XVIII, portanto, a zona tumbuka foi, no início, dominada por caçadores de marfim, depois por mercadores que, por controlarem as riquezas, exerceram um certo poder político. A descentralização administrativa permitiu aos chefes mercadores tomarem o poder. Tal influência política não podia ser exercida nos Estados setentrionais, pois estes ficaram afastados da rede comercial continental durante quase um século depois de os tumbuka terem sido incorporados a ela. No século XVIII, o Império maravi se desintegrou e os Estados Tumbuka-Chewa da zona marginal, no sul, encontraram-se senhores de seus próprios negócios. Após 1800, todos os Estados e povos foram engajados na era comercial do marfim, depois na de escravos, com consequências desastrosas.

A região ao sul do Zambeze

O declínio do Grande Zimbábue começou a partir da metade do século XV, com a queda da produção de ouro nos planaltos da região.

O início do século XVI foi marcado pela emergência do Império mutapa, que já havia assumido o controle das terras agrícolas férteis do planalto e de parte das terras áridas do Vale do Zambeze, assumindo o comando de algumas das vias comerciais. O império era composto de um conjunto de comunidades heterogêneas que falavam karanga. Teoricamente, estendia-se dos confins meridionais do Zambeze até o Oceano Índico, mas, na realidade, a autoridade dos chefes mutapa era limitada fora do planalto.

Na primeira metade do século XVIII, os mutapa perderam o controle direto do planalto e o centro do império deslocou-se para as terras baixas do Zambeze, entre Zumbo e Tete. A perda da hegemonia política representava o resultado de um longo processo de desintegração encetado em 1629, com a derrota de Mamvura Mutapa pelos portugueses, terminando em 1917, com o desaparecimento do Estado mutapa.

Os mutapas dispunham de vários mecanismos para manter a autoridade no império. Um exemplo típico era o de os chefes territoriais serem obrigados, anualmente, a reacender os seus fogos na chama do fogo real original, reafirmando assim a lealdade ao poder central. Quando da morte de um soberano mutapa, a ordem dada aos chefes territoriais era de apagar seus fogos reais até que um sucessor fosse escolhido, ao lado do qual deveriam vir reacendê-los. A

falha em desempenhar essa ritual era considerada um ato de rebelião e, portanto, severamente punida.

Os mutapas também utilizavam a religião para manter a autoridade sobre seus súditos, através da estreita relação entre a monarquia e o mundo dos espíritos – tanto os espíritos ancestrais dos próprios imperadores ou os médiuns representantes dos primeiros habitantes das terras.

O instrumento de controle político mais corrente era o tributo: produtos agrícolas, peles de leão e de leopardo, penas de avestruz, caça de pequeno e grande porte, o peito de qualquer animal morto e, no caso de um elefante, a presa. O tributo em forma de trabalho foi igualmente adotado pelos chefes vassalos. Aqueles que procuravam ouro construíam abrigos para alojar os arrecadadores e armazenar o tributo. O sistema tributário não parece ter mudado até o desaparecimento do Império mutapa, no início do século XX.

Esses mecanismos de controle contribuíram parcialmente para preservar um império centralizado. Em uma época em que as distâncias eram enormes, exercer a vigilância estreita sobre os chefes dos diferentes territórios tornava-se quase impossível.

Embora a chegada dos portugueses a Sofala remonte a 1506, foi somente de 1550 a 1630 que eles tentaram de fato submeter o Império mutapa. Até 1540, o comércio entre portugueses e shona foi mantido de modo não oficial. A partir dessa data, as relações comerciais entre os negociantes portugueses, os monarcas mutapa e os seus súditos foram, entretanto, regularizadas e oficializadas através da abertura de uma missão diplomática e comercial no palácio real mutapa. As relações entre a comunidade portuguesa e os soberanos mutapa eram essencialmente de natureza tributária. Em troca do tributo, os imperadores mutapa outorgavam aos negociantes o direito à livre circulação por todo o império, para aí vender seus produtos.

Tal regime de relações tributárias se perpetuou praticamente sem mudança até a segunda metade do século XVI. Em seguida, os portugueses começaram a passar à frente dos monarcas mutapa, após múltiplas guerras de agressão por eles conduzidas no sul do Zambeze, entre 1569 e 1575.

Sobre a penetração dos portugueses no Império mutapa, pode-se dizer que ela o conduziu à desintegração e deu à luz o chamado sistema do *prazo*, bem como a uma nova entidade, o Império rozwi.

O regime do *prazo* era uma síntese de dois sistemas socioeconômicos. O primeiro era aquele dos shona, cuja sociedade dividia-se em uma oligarquia dirigente e camponeses produtores. O segundo, que se sobrepunha ao precedente, era o dos *prazeros*, reinando como classe dominante sobre os *chikunda*

(exércitos de escravos). Em outras palavras, os *prazeros* perpetuaram o sistema sociopolítico encontrado por eles ao chegarem à região do Zambeze. O chefe africano continuava a exercer as funções tradicionais, porém, "sem deter, a partir de então, a autoridade absoluta", o *prazero* atribuindo a si próprio o título de suserano. Nesse sentido, sua relação aparentava-se àquela existente entre o chefe e o subchefe no Império mutapa.

A aquisição de terras por aventureiros portugueses prosseguiu praticamente sem freios, constituindo numerosos *prazos* da coroa, pertencendo a funcionários, mercadores, ordens religiosas e a pioneiros portugueses.

As relações de produção nos *prazos* eram basicamente de ordem feudal. O chefe africano pagava um tributo em gênero ao *prazero*: manteiga, tecidos, mel, tabaco, açúcar, gado de grande e de pequeno porte, marfim e ouro em pó. Na condição de chefe de fato, o *prazero* adotava as práticas sociais africanas no domínio da religião e esposava mulheres pertencentes às famílias dos chefes, a fim de dissimular sua usurpação do poder tradicional africano, realçar sua imagem junto aos africanos e ultrapassar a sua principal fraqueza: a falta de legitimidade na política africana tradicional.

Por várias razões, o sistema do *prazo* declinou ao longo da segunda metade do século XVIII. Primeiramente, a autoridade do *prazero* era mal delimitada em relação àquela do chefe africano tradicional. Frequentemente, o *prazero* aproveitava-se disso para abusar de seu poder e obrigar os camponeses africanos a lhe vender com exclusividade seus produtos agrícolas, a preços artificialmente baixos. Ele os submetia também a pesados impostos. Os colonos reagiam violentamente, revoltando-se contra sua autoridade e até mesmo exilando-se. Essas revoltas e partidas trouxeram consigo o declínio da produção agrícola, a fome e a seca. Os colonos deixavam os *prazos* para procurar alimentos e segurança em outro lugar.

O tráfico de escravos foi um outro fator que contribuiu para o declínio do sistema do *prazo*. Por volta do fim do século XVIII, o tráfico de escravos tomou tal amplitude que os *prazeros* do Vale do Zambeze viram nisso uma oportunidade para enriquecer. Organizaram verdadeiras incursões nos territórios chewa, nsenga e manganja, de onde levaram caravanas inteiras de escravos. Também começaram a vender os escravos de suas propriedades, minando, assim, o próprio fundamento do sistema do *prazo*. Mas o declínio dos *prazos* do sul do Zambeze foi antes precipitado pelo crescimento, na segunda metade do século XVII, de uma nova entidade: a dinastia rozwi dos changamire.

As origens do Império rozwi permanecem obscuras, e o problema complica-se pelo fato de o nome *changamire*, associado ao fundador desse império na

segunda metade do século XVII, ser mencionado desde o século XV. Todavia, parece existir um certo consenso: os rozwi eram parte integrante dos históricos karanga do Império mutapa, até eles terem se separado, no século XVII; a palavra *rozwi* foi primeiramente empregada para designar uma parte da história dos karanga, associados à ascensão ao poder, entre 1684 e 1695, do *changamire* (chefe) Dombo I, que criou o Império rozwi; a denominação rozwi deriva do verbo shona *kurozva* (destruir) e foi adotada pelos partidários de Dombo.

Uma narrativa do século XIX nos permite imaginar a capital rozwi: o palácio real era constituído de três grandes casas de pedra, cada uma delas contendo numerosos cômodos onde o imperador rozwi armazenava seus bens. As casas eram cercadas por muros feitos de presas de elefante.

Os rozwi conservaram sua identidade de elite estrangeira em meio a um povo que partilhava o mesmo totem *moyo* (coração), tendo sido seus aliados durante as guerras de conquistas das populações de língua kalanga, bem como durante aquelas do Estado de Torwa.

A fim de preservar o império, os imperadores rozwi empregaram os métodos dos mutapas: recorreram à atribuição de terras, ao tributo, à religião e ao treinamento de um exército eficaz. Os principais setores da produção eram a agricultura, a criação de animais domésticos, a colheita, a pesca e o trabalho dos metais, aos quais se juntava o comércio longínquo e inter-regional.

O período de 1500-1800 foi aquele da introdução progressiva, ao sul do Zambeze, de novas culturas importadas da Europa e da Ásia, sobretudo, ao longo da costa e nas regiões onde os portugueses estavam instalados. Em Sofala e no baixo Zambeze, os camponeses africanos cultivavam arroz e inhame e também a cana-de-açúcar como alimento, pois não possuíam meios para processar o produto. Do mesmo modo, plantavam numerosas árvores frutíferas, da Índia e de Portugal, que lhes davam figos, abacaxis, goiabas, mamão e laranjas; também colhiam melões, pepinos, batatas-doces e limões. Contudo, nenhuma das culturas importadas da Europa ou da Ásia jamais constituíram o regime de base dos rozwi ou de outras populações shona. Por outro lado, o milho, introduzido na região do sul do Zambeze, no decorrer do século XVIII, aos poucos alcançou o milhete e o sorgo, tornando-se, no século XX, um dos alimentos de base dos shona, sobretudo nas cidades.

A criação de animais domésticos era um componente importante da produção, tanto no Império mutapa quanto no rozwi. Estes animais forneciam a carne, o leite e o adubo, que eram utilizados ou vendidos pelos agricultores. A posse do gado preenchia uma função social, pois que conferia ao homem um certo *status*. Documentos portugueses sublinham o papel central dos bovinos na

economia dos Impérios mutapa e rozwi; seus amplos rebanhos encontravam-se, em especial, no alto *veld*, onde não eram ameaçados pela mosca tsé-tsé. Além dos bovinos, os camponeses africanos criavam cabras, carneiros e galinhas que eram consumidos ou trocados.

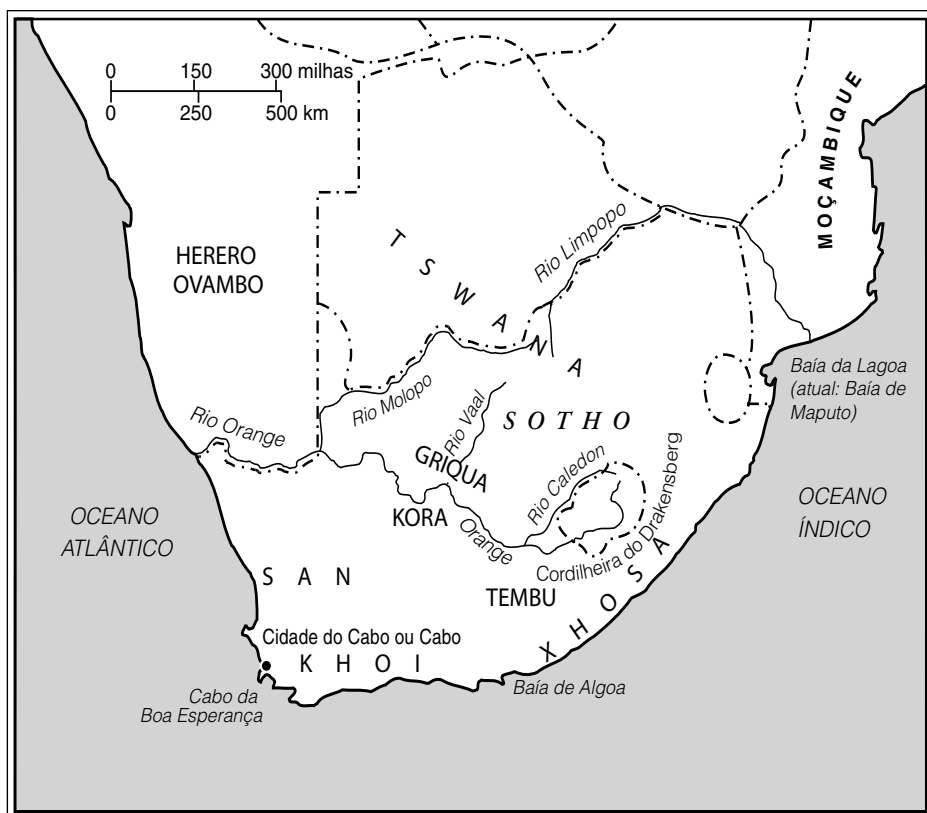
Grandes quantidades de ferro, de cobre e de chumbo foram extraídas nos Impérios mutapa e rozwi. Os camponeses africanos extraíam o ferro para fabricar objetos tais como enxadas, zagaias e machados. Os njanja de Wedza eram reputados fabricantes de enxadas. Também exploravam o cobre, com o qual faziam adornos usados no braço e no tornozelo por homens e mulheres.

A indústria do sal ocupava um lugar de grande importância na economia shona, entre 1500 e 1800, sobretudo nas regiões que não se beneficiavam suficientemente com as chuvas para desenvolver as atividades agrícolas e a criação de animais domésticos, como aquelas do curso médio do Save, onde os trabalhadores das salinas trocavam sal por cereais. Essa região era igualmente rica em argila, aproveitada na fabricação de cerâmica. Como no caso do sal, os potes eram trocados por cereais, em particular durante os anos de fome.

A produção de tecidos era outra importante atividade econômica para os camponeses ao sul do Zambeze. A cultura e a tecedura do algodão estavam em florescência, sobretudo na margem oriental do Zambeze. Os shona teciam o algodão e a cortiça do baobá. A região cotonicultora do baixo *veld* era complementar a do alto *veld*, onde os bovinos abundavam. Isso determinou largamente as correntes de trocas inter-regionais.

A existência de jazidas de prata e sua exploração, do século XVI ao XVIII, suscitaram múltiplas conjecturas da parte das autoridades portuguesas, tanto em Lisboa quanto no sul do Zambeze, mas, ao longo do período estudado, e mesmo depois, nenhuma mina de prata foi localizada na região. A prata era, de fato, um subproduto da exploração das jazidas de ouro, abundantes no alto *veld*, no Butwa, no sudoeste, e em Manica e no Quiteve, no leste.

Os imperadores mutapa e rozwi exerciam um controle estrito da produção de ouro em seus respectivos territórios. Estima-se que aproximadamente a metade do ouro extraído no Império mutapa era diretamente confiscada pela elite no poder. Os soberanos mutapa e rozwi não queriam que os portugueses conhecessem a localização das minas de ouro, pois isso poderia lhes despertar o desejo de conquista. Além disso, o controle das minas permitia-lhes impor aos seus súditos melhores termos para a troca.

Os perigos inerentes à exploração aurífera explicam não só a fraqueza da produção, mas também o seu declínio no século XVII.

A África Austral do século XVI ao XVIII.

A primeira metade do século XVII marcou o ponto culminante das agressões portuguesas contra o Império mutapa. A ingerência dos portugueses nos assuntos internos dos shona engendrou conflitos entre os próprios dirigentes mutapa, bem como entre estes e seus vassalos. Tais guerras provocaram migrações temporárias ou definitivas e carestias de alimentos em razão da desordem da produção agrícola, mesmo nas regiões favorecidas pelo clima e onde contavam com inúmeros recursos.

Além disso, por meio dos métodos adotados, os comerciantes portugueses perderam o contato com os camponeses que asseguravam o essencial da produção de ouro. Os chefes africanos protestaram contra o fato de os portugueses insistirem para que os camponeses e seus chefes comercializassem seus produtos apenas com eles.

Na metade do século XVII, o rei de Quiteve ordenou aos súditos que não mais extraíssem o ouro, mas que "trabalhassem a terra e cultivassem produtos alimentícios para se enriquecerem e, também, terem paz e tranquilidade". Assim, considerações de ordem social provavelmente desempenharam um papel mais importante do que o clima ou os fatores geológicos no declínio da produção de ouro, ao longo do século XVII.

Os documentos comerciais também trazem um testemunho histórico da diversidade das economias camponesas shona. Embora o objetivo principal dos camponeses fosse produzir bens de consumo em vez de bens de troca, a produção de base inevitavelmente ocasionou trocas entre os próprios camponeses e entre eles e os artesãos, favorecendo o surgimento de um comércio regional.

Os negociantes suaílis tinham estabelecido vários bazares no Império mutapa. Os primeiros bazares em Sofala e nos arredores foram instalados provavelmente durante o século X, quando os comerciantes árabes-suaílis começaram a comercializar com camponeses africanos no Império mutapa. A demanda por gêneros alimentícios seguramente aumentou quando os portugueses construíram Sofala, em 1506, uma fortaleza que se transformou em entreposto comercial, em que os comerciantes portugueses e os camponeses africanos vinham trocar seus produtos.

Porém, como os portugueses não tinham habilidade nem mão de obra necessárias durante todo o século dezessete, os árabes-suaílis foram os principais agentes do comércio português no interior das terras. Os *vashambadzi* (negociantes) africanos, bem antes da chegada dos portugueses, já serviam como intermediários dos árabes-suaílis e seu papel foi oficializado no quadro dessa aliança.

A fortaleza de Sofala e as feiras do interior implantaram-se profundamente na sociedade shona e tornaram-se um elemento essencial da vida econômica e social. O tipo de comércio que acontecia nas feiras provavelmente continuou até após o desaparecimento delas, no final do século XVII.

A África Austral

Entre 1500 e 1800, grande parte da África Austral se transformou. Novas comunidades estabeleceram-se na região e numerosas outras que já se tinham instalado mudaram seu modo de vida ou do lugar que ocupavam. As relações, por sua vez, tanto no seio dessas comunidades como entre elas, tomaram um aspecto radicalmente diferente daquele que existia antes. Muitas destas transformações resultaram das mudanças ocorridas nas relações da África Austral

com o exterior. Quando o primeiro europeu, Vasco da Gama, cruzou o Cabo da Boa Esperança em 1407, os laços que a África Austral mantinha com o resto do mundo eram extremamente tênues, mas, por volta de 1800, a região estava inserida na densa rede mundial de relações comerciais e estratégicas.

Isso ocorreu porque, quando os europeus de fato começaram se interessar pela região, eles o fizeram de maneira muito forte. Na metade do século XVI, a Companhia Holandesa das Índias Orientais, que continuava a considerar a África Austral como uma etapa na rota para o Oriente, fixou uma nova comunidade no Cabo. O estabelecimento da Colônia do Cabo teve consequências regionais muito mais importantes do que o haviam imaginado os dirigentes da Companhia. O conjunto da região ficou solidamente ligado à Europa e à Ásia, e isso quando ainda não era tão clara a questão de saber quem desempenharia o papel principal: os holandeses que ocuparam o Cabo de 1652 a 1795, ou os britânicos, que se apoderaram do Cabo em 1795. À medida que as colônias se expandiam para o interior, instauravam novas relações, caracterizadas pela dominação e submissão. Seu desenvolvimento marcou o início das relações capitalistas de produção, bem como do colonialismo e do imperialismo, que deveriam transformar a África Austral de maneira brusca e mais profunda que qualquer outra região da África Subsaariana.

Durante esse período histórico, a África Sustral foi palco também de uma história dinâmica das populações africanas. Se conseguirmos nos desvencilhar da ideia de um processo histórico irresistível, torna-se lícito descobrir que as relações sociais na África Austral apresentavam, por exemplo, no século XVI, características muito interessantes. É assim que as diferenças ecológicas permitiam às comunidades especializarem-se em certa medida. Essas sociedades especializadas influenciavam-se mutuamente, mas tais interações não prejudicavam a permanência dos meios de subsistência de cada uma. Os caçadores não "evoluíam" para tornarem-se criadores nem os criadores para transformarem-se em cultivadores; havia antes coexistência, apesar das hostilidades que às vezes marcavam suas interações.

A origem e a história dos san, grupos de caça e coleta, mergulham no mito e no mal-entendido. A grande diversidade de línguas por eles faladas no século XVI prova que sua adaptação na metade ocidental da África Austral se estendeu por vários séculos. Os san possuíam meios seguros de subsistência, na medida em que a densidade populacional não ultrapassasse os recursos ecológicos. Com a caça e a coleta, tornavam-se independentes das outras sociedades, mesmo que tenham tido relações com outras populações. Esse modo de vida se fundava na mobilidade, que impunha restrições ao crescimento da população e tornava

impossível a acumulação de bens, uma vez que estes poderiam prejudicar a mobilidade dos bandos.

Quanto aos khoi, a posse de animais significava que deviam contentar-se com zonas bem irrigadas e não podiam explorar regiões áridas, o que permitia à população em geral e ao efetivo de cada grupo aumentar progressivamente. Como os bois podiam transportar bagagens, os khoi puderam fazer tendas e levá-las consigo em vez de terem que construir novos abrigos cada vez que se deslocavam. Para reger sua sociedade, os khoi não tiveram necessidade de criar uma verdadeira estrutura política, mas alguns exerciam uma relativa autoridade sobre seu clã e, quando começaram a se efetuar trocas esporádicas com os navios europeus, alguns indivíduos adquiriram um poder pessoal considerável e se tornaram proprietários de muitas cabeças de gado.

Não poderia haver fronteira ecológica clara entre os khoi e os nguni, em especial, os xhosa, posto que seus modos de subsistência eram igualmente possíveis. De fato, tudo indica que houve muitas vezes interpenetração. Alguns xhosa abandonavam a agricultura sedentária e passavam a se dedicar à criação e por vezes à caça. Toda vez que os khoi eram vítimas de uma crise, tinham a possibilidade de tornar-se clientes dos xhosa estabelecidos nas proximidades, pelo fato de que, depois de um período de carestia, a produção agrícola voltava mais rapidamente a seu nível normal que a criação.

Os escritos de viajantes relativos à vida das sociedades nguni a leste da cadeia montanhosa entre 1500 e 1800 são irregulares. A reconstrução desse período baseia-se no estudo dos vestígios materiais, suplementado por tradições orais que sobreviveram. De acordo com essas fontes, os cereais e os rebanhos constituíam os principais elementos de subsistência. O tradicional sorgo foi suplantado, no século XVIII, pelo milho, que tinha rendimento superior, mesmo apresentando o inconveniente de adaptar-se menos às regiões de baixas precipitações. Tal superioridade de rendimento pode ter contribuído para o crescimento da pecuária, mas a melhor maneira de chegar a isso consistia em combinar as pastagens fixas com a transumância para tirar proveito das diferentes qualidades dos prados. Os obstáculos com que se defrontava este tipo de agricultura mista foram indubitavelmente reforçados pelas variações climáticas. A diminuição geral das chuvas na primeira metade do século XVIII e uma grave seca ao final do século teriam intensificado a luta pela ocupação das pastagens utilizáveis mesmo nos períodos secos.

Sabe-se menos sobre os povos sotho e tswana que viviam no oeste dos montes Drakensberg, onde as precipitações menos abundantes eram mais propícias à criação (aliada à agricultura), do que no leste dessa cadeia de montanhas. Os

sotho e os tswana deviam ter relações com os khoi, os san, os nguni e os shona, uma vez que havia trocas comerciais limitadas em todas as direções.

Como os san e os khoi, as comunidades banto do sul também estabeleceram relações com outras comunidades de características próprias, mas não foram transformadas por esses contatos, não mais do que elas influenciaram as sociedades com as quais mantiveram relações. Os diferentes grupos africanos eram, ao que parece, capazes de coexistir durante longo período, sem que um impusesse ao outro seu modo de produção.

A formação da colônia holandesa da Cidade do Cabo e sua expansão transformou a vida de todos os habitantes da região. O elemento determinante da história da Colônia do Cabo talvez tenha sido a extrema lentidão do progresso da agricultura. Durante os primeiros quarenta anos de sua história, a colônia teve que importar uma grande parte dos produtos alimentícios de que precisava, apesar dos conhecimentos avançados dos colonos. O segundo elemento determinante foi a impossibilidade de recrutar mão de obra autóctone. Os holandeses não conseguiram transformar os khoi em agricultores que produzissem para exportação, sem destruir com isso a sociedade khoi. Os raros khoi que sobreviveram e permaneceram no território da colônia se fundiram com outros elementos para fazer nascer uma nova comunidade, a dos khoi-khoi (khoisan), que iriam se tornar o núcleo da comunidade dos mestiços do Cabo. A Companhia não podia utilizar os khoi como mão de obra e teve que trazer escravos de outras regiões da África e das Índias Orientais.

A expansão territorial da colônia tendia a dispersar os khoi e os san que se achavam na parte ocidental do interior. Ao mesmo tempo, por causa do rigor de sua hierarquia e de sua disciplina, a nova sociedade manifestava uma tendência a excluir os escravos e os antigos khoi. Os khoi raramente podiam adquirir títulos de propriedade fundiária em seu próprio nome e a expansão do regime colonial tornava os criadores brancos muito ousados para que se disputassem suas terras. Era, portanto, necessário estar sempre mais além da fronteira da expansão dos criadores brancos.

Foi nas vastas regiões secas que se estendiam ao norte dos territórios ocupados pela Companhia, na Bacia do Orange e de seus afluentes, que vieram a se implantar novas sociedades como aquelas dos kora, griqua e nama. A situação evoluiu de modo análogo na fronteira oriental, onde o curso dos acontecimentos foi contudo mais rápido e seu resultado, por volta de 1790, mais dramático, uma vez que envolveu não somente os criadores brancos, as autoridades do Cabo e os grupos de refugiados, mas também os banto que viviam mais ao sul. Havia, nos limites do território xhosa, uma zona de insegurança que se parecia à que havia

nas proximidades da fronteira dos criadores brancos. A vida tornou-se perigosa quando essas duas zonas de insegurança se acumularam.

As dificuldades que advinham de administrar uma região distante e fracamente povoada levaram os criadores brancos a encontrar por eles mesmos os meios necessários a sua proteção e a sua expansão. Assim, ao se tornarem mais numerosos no final do século XVIII, os burgueses começaram a querer libertar-se da tutela da Companhia. Em 1795, eles recusaram formalmente sua autoridade e proclamaram duas repúblicas independentes de patriarcas brancos, as efêmeras repúblicas de Swellendam e de Graaf Reinet.

Nessa época, uma rebelião grave se vinha armando. A expansão territorial dos criadores brancos tinha levado fatalmente à expropriação de comunidades khoi. Para os brancos, era normal que os khoi se contentassem em ser trabalhadores agrícolas e não exploradores independentes. E para os chefes das facções xhosa, era normal que os khoi se contentassem em ser clientes dos xhosa ricos. Mas os khoi rejeitaram essa situação e em 1799 muitos deles se revoltaram com o apoio dos khoi armados, que estavam a serviço da nova administração britânica. Foi o começo de uma revolução.

Paralelamente, durante as guerras da Revolução Francesa, a marinha britânica, desejosa de consolidar o domínio dos mares, se apoderou de certo número de guarnições no mundo inteiro. Uma delas era a do Cabo, que foi ocupada em 1795 depois de breve escaramuça. As repúblicas dos burgueses foram rapidamente eliminadas pelos britânicos, mas os burgueses confirmaram o controle sobre suas terras. Entretanto, a revolta dos khoi não poderia ser reprimida de maneira tão simples. Terras foram distribuídas a alguns khoi, outros foram encorajados a retomar seu emprego e assim o descontentamento continuou a incubar durante alguns anos, para irromper novamente no começo do século XIX.

O Cabo, da forma como os britânicos o ocuparam no final do século XVIII, já possuía muitas das características que iriam marcá-lo no século seguinte. No conjunto da colônia, havia em torno de 22.000 “cristãos”, sendo em sua maior parte brancos, com exceção de alguns negros alforriados. O número dos khoi e dos san elevava-se a cerca de 14.000, e o dos escravos a 25.000. Só os brancos podiam possuir terras, mesmo os khoi não tendo sido de todo expropriados, e só os escravos eram inteiramente privados de direitos civis.

Os khoi foram cada vez mais reduzidos a uma posição intermediária entre a colônia, de um lado, e os xhosa, os sotho e os tswana, de outro. Devido ao fato de os khoi – khoi-khoi, griqua, nama e kora – terem sofrido o peso maior do choque da expansão dos criadores da parte ocidental do Cabo, muitas das comunidades de agricultura mista da região foram afetadas apenas de modo

indireto. Entre os nguni do norte, o aparecimento de confederações poderosas, que deveriam desembocar na formação do Estado zulu, foi inteiramente independente dos acontecimentos do Cabo. Entretanto, no longo prazo, a criação de rebanho de caráter comercial, resultante da transformação capitalista da Europa e da Ásia, havia de se revelar a força social mais duradoura do século XIX.

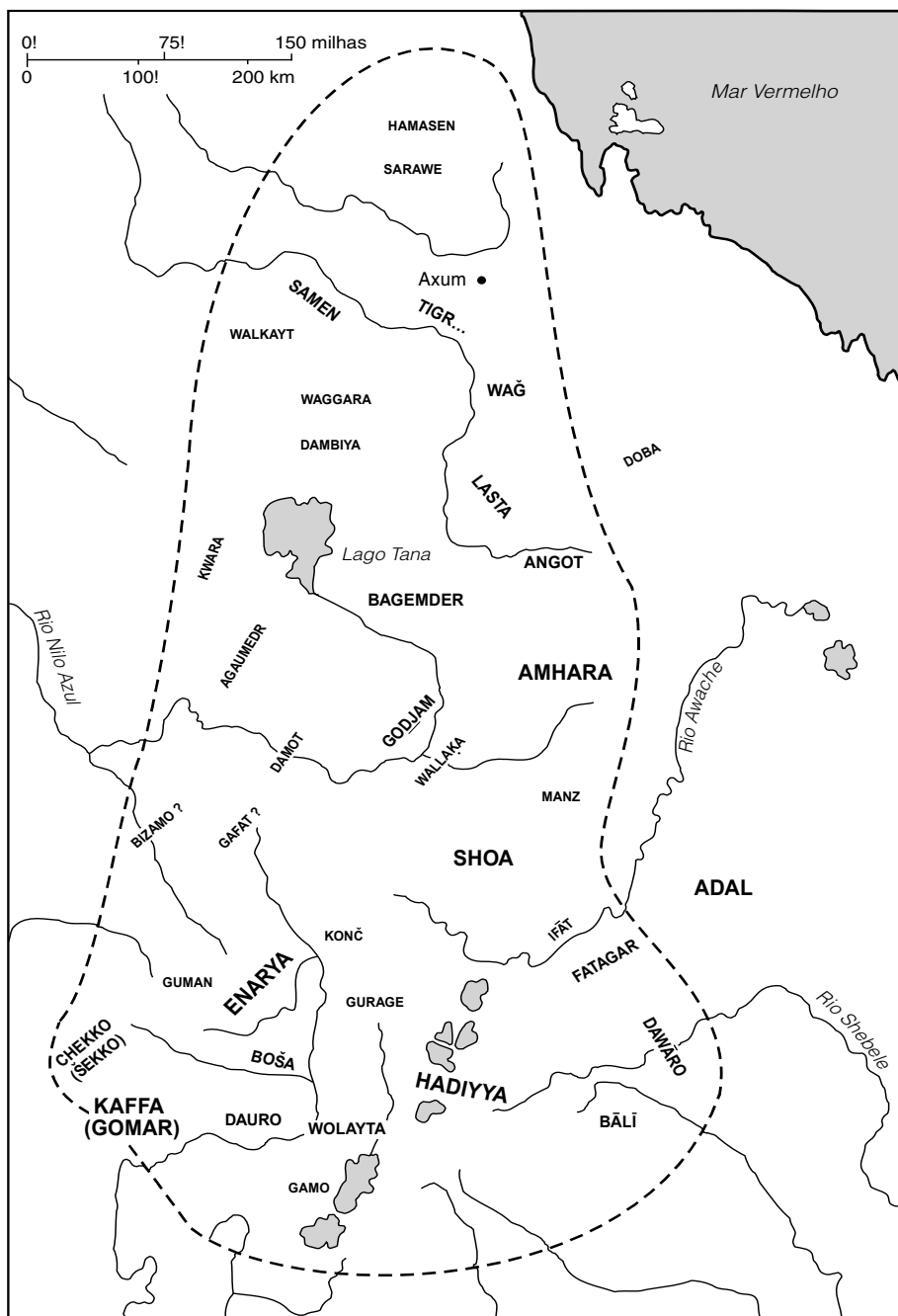
O Chifre da África

Por volta de 1500, o Império cristão da Etiópia havia atingido no plano político e cultural um nível que não voltaria a encontrar durante séculos. Ele exerceu uma hegemonia incontestável no nordeste da África.

A influência desse império e sua expansão cultural e militar eram mais marcantes no sul e no sudoeste dessa região. Novos Estados, cuja classe dirigente era cristã, emergiram; até então independentes, populações e Estados locais foram obrigados a reconhecer a sua supremacia política e cultural.

Em seu apogeu, nos séculos XVI e XVII, a Etiópia mantinha relações estreitas com regiões tão distantes quanto a Europa, não apenas no plano econômico, mas igualmente no plano cultural. Os monges etíopes – os principais disseminadores da educação, da arte e da ciência – eram formados no Egito e participavam tanto da vida cultural copta quanto muçulmana. Ainda que a produção literária fosse limitada à religião e historiografia, ela floresceu até 1650 ao menos. Além disso, as artes gráficas – das quais nos restam principalmente iluminuras – foram estimuladas pela influência do Oriente cristão e da Europa: eles retomaram os principais temas da pintura religiosa para enriquecê-los. A existência de ruínas de igrejas e de palácios ainda pouco conhecidos testemunha igualmente a riqueza e a criatividade artística desse período.

Já por volta do ano 1300, senão mais cedo, a cristandade realizava, por meio de seus monges e padres seculares etíopes, uma atividade missionária enérgica no centro e no sul da Etiópia. Como religião oficial do Império etíope, o cristianismo podia sempre contar com o apoio do Estado – se necessário, por meio de conflito armado.

A expansão do Islã no nordeste da África, no entanto, dependia da expansão da cultura árabe, das trocas comerciais e das vias de comunicação. A influência árabe-islâmica sobre a costa da África do nordeste data de tempos imemoriais. As trocas comerciais entre a península arábica, a costa da Etiópia e a costa somali são anteriores à época islâmica, quiçá à época cristã. Essas trocas criaram cidades

O Império etíope e suas dependências, por volta de 1550 (segundo E. Haberland).

de populações mistas, mas cujo elemento árabe era predominante. Os centros mais importantes eram: Massawa, as Ilhas Dahlak, Assab, Obock, Tadjūra, Djibuti, Zaylā' (Zeila), Berberā, Obbia, Mogadíscio, Merka e Brava (onde começa a costa da África Oriental propriamente dita, marcada por uma forte influência suaíli). Mas o mapa da expansão do Islã no decorrer dos séculos XV e XVI revela que ela se concentrou de um lado e do outro do Rift Valley – ao longo da grande rota comercial que levava ao centro da Etiópia. Partindo da costa, existiam os seguintes Estados: Adal, o maior, Dara, Dawaro, Bali, Arabani (ou Ar'en), Sharna e Hadiyya. É provável que a influência islâmica tenha se estendido além do Rift Valley. Ao norte do Rift Valley, nos contrafortes meridionais do Shoa, encontram-se os Estados islâmicos gêmeos de Ifat e de Fatagar (Fatadjar).

A expansão do Islã e de sua cultura para o oeste provocou choques com o Império cristão. Isso ocorreu principalmente na Etiópia central, na atual província do Shoa e ao leste dela. Essa região foi o palco de conflitos sangrentos entre os dois poderes, que se prolongou durante várias centenas de anos e permaneceu sem solução até meados do século XV.

Foi um acidente histórico, mas de efeitos consideráveis e prolongados, a entrada, em 1541, de uma frota portuguesa em Massawa, na época ainda pertencente ao Império etíope. Um ano antes, uma frota portuguesa de Goa (Índia) foi enviada ao Mar Vermelho para lutar contra a expansão dos turcos que, após a conquista do Egito, avançavam sobre a Arábia e mesmo o Sudão. Uma parte da frota ancorou em Massawa na primavera de 1541. Pouco depois, o *bāhar nagās* ("regente do mar"), governador da província do nordeste do Império etíope, apresentou-se munido de cartas solicitando apoio em favor do Estado cristão. Em julho de 1541, 400 portugueses voluntários, comandados por um dos filhos mais jovens do famoso Vasco da Gama, invadiram os planaltos etíopes. Sua tática moderna de combate e, principalmente, suas armas de fogo de excelente qualidade fizeram deles temíveis adversários para as tropas muçulmanas ocupantes do norte da Etiópia. Um número crescente de voluntários etíopes juntou-se aos portugueses, infligindo uma grande derrota ao exército até então invencível do *imām* Ahmad Grañ.

A ajuda portuguesa foi importante para pender a balança em favor dos cristãos nessa guerra. Todavia, o que mais influenciou a Etiópia foi a missão católica que se estabeleceu após a chegada dos soldados portugueses. Após 1543, os cristãos saíram vitoriosos do combate e, no decorrer das décadas que se seguiram, o império conseguiu reconquistar os territórios perdidos. O poder do Islã foi destruído por séculos.

Outra grande dificuldade encontrada pelo Imperio etíope foi a invasão dos oromo, – até então conhecidos como galla – a partir do século XVI, no centro, no leste e no oeste do país. Sua chegada, instalação e discordância com outros grupos precedentes nos locais tiveram grandes consequências, tanto políticas quanto culturais. O Império etíope sofreu muito e longamente com eles, mais do que com os muçulmanos, perdendo definitivamente um grande número de províncias.

Não se sabe exatamente o motivo das grandes migrações dos oromo para a Etiópia, mas é certo que não foram iniciadas para escapar das pressões exercidas por outros povos. As tradições dos oromo nada dizem a respeito, exceto que essas migrações foram ditadas pela busca de novas pastagens para o gado de uma população crescente.

A cultura oromo caracteriza-se por múltiplos traços específicos, dentre eles a relação estreita entre o homem e o gado, que era não apenas seu principal meio de existência, mas também objeto de ordem emotiva e ritual. O culto do gado impregnava toda a cultura.

Os oromo compunham-se de vários grupos e clãs genealogicamente ligados, que, conforme a população aumentava, foram levados a se separar para constituir novos grupos independentes no plano político. Por volta do fim do século XIX, quando os oromo foram vencidos pelo imperador Menelik e integrados ao Império etíope, eles se dividiram em mais de 80 grupamentos politicamente independentes e de tamanhos diversos.

Simultaneamente à invasão dos oromo, senão antes, começou a expansão de um outro grande povo, os somali, cujo alcance foi considerável em vastos setores da parte ocidental do Chifre da África.

Considera-se que o berço dos somali se encontra ao norte da região atualmente ocupada por eles. Desse local eles progrediram – provavelmente a partir do século XI – rumo ao oeste. Desde o século XIII, geógrafos árabes falam de implantações dos somali na região de Merka, ao sul da atual cidade de Mogadíscio. Pastores nômades, os somali eram levados pela pressão demográfica a procurar novas pastagens em direção aos planaltos etíopes. Eles chegaram, por volta de 1500, ao planalto do Harar, onde entraram em contato com os Estados islâmicos.

O efeito estimulante e unificador da influência árabe-islâmica foi maior sobre os somali do que entre qualquer outro povo do nordeste da África. O Islã tornou-se parte integrante da cultura somali e sua fé era constantemente reforçada pelos missionários provenientes da Arábia. Esses homens santos foram os pais fundadores do povo somali.

A influência da cultura árabe-islâmica deu igualmente aos somali um sentimento de superioridade cultural e reforçou sua capacidade de assimilação de outros grupos correlacionados na imensa área situada entre o Ogaden e o Lago Turkana.

Entre 1529 e 1632, o Império etíope lutou por sua sobrevivência. Foi um período terrível não apenas por causa dos acontecimentos políticos e militares, mas igualmente por causa dos intensos conflitos intelectuais e culturais que agitaram a Etiópia.

O Império cristão – ou melhor dizendo, seus dois grandes povos, os amhara e os tigrenses – demonstrou uma força e uma capacidade de sobrevivência surpreendentes frente aos inimigos tanto do interior quanto do exterior. Precisamente durante o reinado do imperador Sartsa Dengel (1563-1597), o conceito de santo império manifestou todo seu poder espiritual quando o império era mais uma ficção do que uma realidade política. Os turcos reforçaram seu poder nas margens do Mar Vermelho, tomando todos os portos etíopes e penetrando muito adiante nas altas terras até o Tigre; na províncias centrais do Bagemder e do Samen, uma guerra civil feroz era movida contra os etíopes de credo judeu; e a invasão dos oromo assumia proporções preocupantes. O poder real do Estado até poderia ser reduzido ao território ocupado pelo imperador e suas tropas, mas a imortalidade do "Império evangélico" aparentemente jamais era questionada.

Surpreende constatar que o Império etíope, ocupado por combates furiosos e incessantes durante três gerações, encontrou força não apenas para enfrentar os turcos no norte, os muçulmanos de Adal no leste e os oromo no sul e no centro, mas ainda para obrigar, por maciças campanhas no sudoeste, os grandes Estados de Enarya, Boša e Kaffa (Gomar) a aceitar mais do que um reconhecimento simbólico de sua soberania e a renovar seus laços com a Igreja etíope e a cultura da Etiópia setentrional. Além disto, o império entrou em um longo conflito ideológico com a Igreja Católica, que durou por quase um século, de 1542 a 1632.

Iyasu I (1682-1706) foi o último dos grandes imperadores etíopes que puderam exercer seu poder sem restrição, no período estudado. Ele fez uma última tentativa para reaver o contato com a Etiópia do sudoeste, infelizmente vã. O império não tinha então, nem no país, nem fora de suas fronteiras, inimigos capazes de ameaçá-lo. O importante porto de Massawa, teoricamente uma possessão turca, permanecia aberto ao comércio com a Etiópia. Mas após a morte de Iyasu I, as fraquezas internas acarretaram a desintegração do império, que degenerou em anarquia total por volta de 1755.

No decorrer desse período, a vida cultural e intelectual foi florescente, graças principalmente ao patrocínio da corte imperial de Gondar. As famosas igrejas colossais, que figuram entre as criações mais importantes e mais originais da civilização da Etiópia cristã, continuavam a ser entalhadas na rocha no fim do século XV, não apenas nos principais centros de Waǧ, Lasta e Geralta, mas igualmente nas várias províncias meridionais.

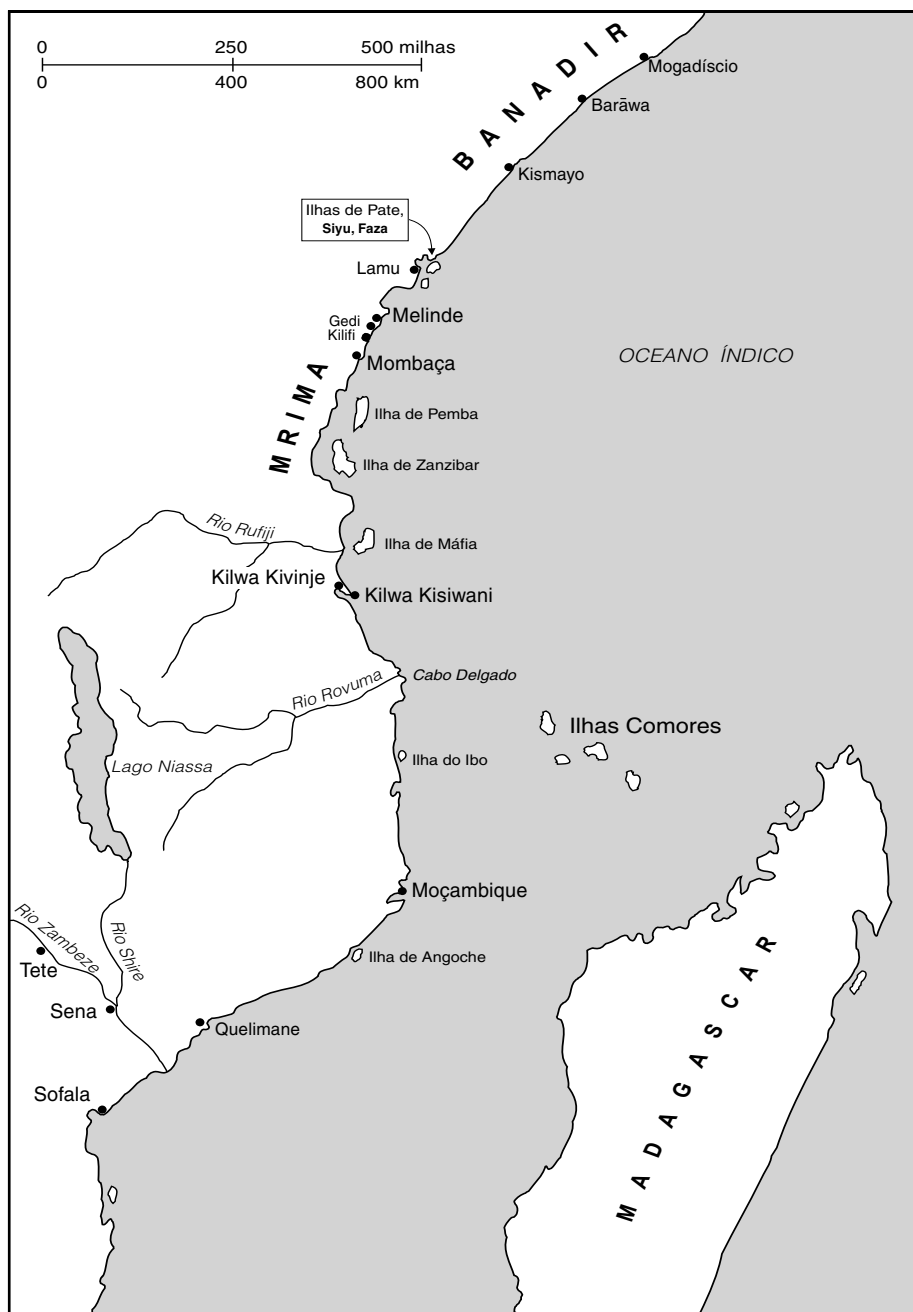
As artes gráficas foram marcadas pela influência da corte. A pintura etíope expressou-se principalmente sob duas formas: pinturas murais de igreja e iluminuras de livros sagrados. A pintura etíope sempre se caracterizou por dois traços: o cuidado em adotar modelos e motivos estrangeiros e a habilidade em transformá-los em criações tipicamente etíopes. Cada uma das grandes épocas da história etíope criou estilos verdadeiramente característicos.

Por sua elegância refinada e a graça de suas formas, as pinturas etíopes do século XVI são superiores a todas as outras. Elas refletem os esplendores evanescentes do império e foram pintadas para uma sociedade que apreciava as formas elegantes e cada vez mais convencionais dessa pintura. Por volta de 1700, entretanto, a criação artística enfraqueceu-se cada vez mais e degenerou finalmente em um cânone de simples formas repetitivas.

A costa oriental da África

Em 1500, a costa oriental da África vivia ainda, aparentemente, uma idade de ouro. As ruínas subsistentes e os vestígios da cultura material, que remontam aos séculos XV e XVI, testemunham isso. Prósperas, tais cidades construídas com pedra eram cada vez mais povoadas. Mas um exame mais aprofundado revela diversos graus do bem-estar econômico e material.

Na véspera da intervenção portuguesa, Kilwa, se ainda não havia declinado, parou de se desenvolver, pois grande parte de seu avanço devia-se ao monopólio do comércio do ouro de Sofala. No final do século XV, Kilwa perdeu o controle de Sofala. De um ponto de vista político, sua influência diminuía também na costa norte, de que muito necessitava para seu comércio. A rápida sucessão de seus soberanos – treze, em pouco mais de meio século, entre 1442 e 1498 – traduzia um mal político interno que minava sua potência e vitalidade, ao passo que suas más relações com Zanzibar refletiam uma fraqueza crônica das cidades suaíli: dissensões internas favoreciam a intervenção de forças externas.

Em 1454, Zanzibar tentava instalar o seu candidato no trono de Kilwa. Entretanto, no início do século XVI, Zanzibar não era, política e economica-

A costa da África Oriental (segundo A. I. Salim).

mente, uma das principais cidades da costa. A Ilha de Zanzibar encontrava-se dividida em pelo menos cinco territórios, cada um deles possuindo um chefe.

Em 1550, Mombaça era consideravelmente desenvolvida e contava, com Kilwa e Melinde, dentre as cidades-Estados de maior opulência. Seus mercadores desempenharam um importante papel no comércio da costa meridional até Angoche.

Melinde, a grande rival de Mombaça, também era uma próspera cidade no início do século XVI. Seu comércio baseava-se principalmente na exportação de marfim e, de forma secundária, na exportação de produtos como o ouro de Sofala, a cera de abelha e o âmbar-gris. Já no século XVI, ao contrário da maior parte dos outros centros de povoamento da região, Melinde possuía vastas plantações onde escravos cultivavam o arroz e o milhete.

Mais ao norte, o Arquipélago de Lamu encontrava-se retalhado em pequenos sultanatos. Em conflito quase permanente, eles não puderam resistir conjuntamente ao invasor português.

Além desses importantes centros comerciais, havia uma miríade de pequenas aglomerações que, frequentemente, sofriam a influência de ambas as grandes cidades-Estados.

Se do ponto de vista político a costa encontrava-se retalhada e seus habitantes pertenciam a diferentes grupos, certos fatores contribuíram para forjar uma cultura quase homogênea ao conjunto desses povos. Dentre os mais importantes figuravam os elementos africanos que lhes eram comuns, notadamente o kiswahili (que em breve se tornaria a língua veicular dos povos da costa), o Islã e, em menor medida, a influência árabe.

Na verdade, a cultura suaíli é uma modalidade regional da cultura muçulmana; regional porque marcada pela própria cultura da África Oriental, que foi assimilada pela suaíli em larga medida. Ainda que tenha emprestado do árabe um grande número de palavras ao longo dos séculos, o kiswahili tornou-se a língua veicular dos povos da costa, constituindo o principal bem africano para a cultura suaíli. Há outros, também de certa importância, dentre os quais podemos citar: os rituais praticados na ocasião dos nascimentos, dos casamentos, dos funerais e da investidura dos chefes; a crença nos espíritos e as danças tradicionais.

Algumas cidades da costa conheciam, no início do século XVI, uma opulência particularmente notável. Os dirigentes habitavam palácios e os membros da elite moravam em casas de pedra, frequentemente de vários andares, construídas em torno de cortes centrais. Os objetos de luxo importados pelos citadinos refletiam o alto nível de vida: damasco, seda e cetim; objetos de cobre; porcelanas da

China; recipientes e contas de vidro do Oriente Médio. Entretanto, certamente nem todos viviam no luxo. Contrastando com a ínfima minoria de ricos que moravam nas altas casas de pedra, uma maioria de pobres e de escravos alojava-se nas cabanas de taipa, encontradas, muito provavelmente, no interior e no exterior de cada cidade.

Tais cidades eram povoadas em sua maioria por africanos e por alguns árabes, cujas classes, todavia, aumentaram sensivelmente nos séculos XVIII e XIX.

A expansão europeia também provocou drásticas transformações na Costa oriental, durante esse período. Como seus vizinhos espanhóis da Península Ibérica, os portugueses empreenderam grandes viagens de exploração, em uma época em que as batalhas contra os muçulmanos ainda se faziam presentes em todas as memórias. Através de suas expedições, os portugueses procuravam prejudicar o Islã nos planos comercial, político, militar e religioso, ou seja, desmantelar o monopólio mameluco (depois, otomano) nos itinerários comerciais em direção à Ásia e à China, aliando-se a outros cristãos para colocar um fim à dominação muçulmana, em todos os lugares onde ela era exercida.

Assim, uma série de expedições foi organizada. A primeira viagem de Vasco da Gama foi um sucesso, pois permitiu-lhe alcançar as Índias. Em relação à costa suaíli, essa viagem forneceu aos portugueses preciosas informações sobre o comércio muçulmano; as escalas em Moçambique, Mombaça e Melinde fizeram-lhes descobrir a riqueza das cidades suaíli, impressionando-os. Essa viagem, que tinha sobretudo um caráter de reconhecimento, anunciava vindas ulteriores. Em 1501, os portugueses puderam ter uma ideia da importância de Kilwa e de seu comércio, mas não conseguiram convencer o *shaykh* Ibrahim em colaborar com eles a fim de estabelecer uma feitoria em Sofala. Entenderam que somente a força poderia fazê-lo mudar de opinião.

Portanto, recorreram a ela no ano seguinte. Acompanhados de incessantes salvas (tiros de canhão) que deviam espalhar o terror e desmoralizar a população, os navios de Vasco da Gama entraram no porto de Kilwa. Ameaçado de ver sua cidade ser destruída, Ibrahim aceitou pagar um tributo anual e se tornar vassalo do rei de Portugal.

Mas os portugueses não tiveram uma clara política de ocupação ou de administração na costa suaíli. Tinham apenas o desejo mercenário de dominar, senão monopolizar, todo o comércio. Tal objetivo foi apenas parcialmente atingido. Como a presença dos portugueses tornou-se muito limitada na costa, as cidades suaíli conseguiram conservar uma verdadeira atividade comercial.

Desde a sua aparição na região do Oceano Índico, os portugueses suscitaram a hostilidade não só dos suseranos muçulmanos locais, mas também dos

dirigentes da superpotência muçulmana cuja influência e supremacia comercial eram incontestáveis: os mamelucos do Egito. Após a vitória dos otomanos sobre esses últimos, em 1517, foi o Sultão turco de Constantinopla quem encabeçou a luta contra o invasor português. Várias batalhas navais ocorreram entre a costa ocidental da Índia e o Golfo Pérsico. Em 1570-1571, uma insurreição explodiu na fortaleza portuguesa de Ormuz, cujos habitantes haviam pedido socorro aos otomanos. Porém, o levante foi reprimido.

O exemplo de Ormuz foi seguido por outras cidades, tanto que as embarcações turcas atormentavam periodicamente os portugueses.

Em 1585, o emir Ali Bey, vindo com um só navio e portador de uma mensagem de libertação, foi acolhido calorosamente por todas as cidades suaíli situadas entre Mogadíscio e Kilwa, com exceção de Melinde. Após ter acumulado um espólio e ter transformado uns cinquenta soldados portugueses de Lamu em prisioneiros, o emir partiu prometendo retornar com reforços. Os portugueses replicaram com uma expedição punitiva, dirigida, sobretudo, contra Faza e Mombaça.

Fiel à palavra empenhada, o emir Ali Bey retornou, em 1588, com cinco navios e, ainda dessa vez, obteve o apoio da maioria das cidades. Os portugueses reagiram com o envio de uma frota reforçada que velejou rumo à África Oriental em janeiro de 1589.

A ameaça de represálias portuguesas coincidiu, dessa vez, com a chegada de hordas antropofágicas zimba, vindas do continente, que ameaçavam submeter Mombaça à mesma sorte de Kilwa. A destruição da frota turca pelos portugueses permitiu aos zimba ter acesso à ilha, rapidamente saqueada por eles.

É difícil determinar em que medida as destruições cometidas pelos zimba ou, em seguida, pelos oromo, conduziram certas cidades suaíli ao despovoamento e ao declínio. Mas a transferência para Mombaça do capitão da guarnição portuguesa e da residência real marcou, em Melinde, o início de um declínio que continuaria até a segunda metade do século XIX.

Merece destaque o papel desempenhado por Kilifi, cidade situada entre Mombaça e Melinde, ao longo desse período da história. Parece que os soberanos dessas duas cidades eram parentes. Logo após o ataque zimba, Kilifi teria disputado Mombaça com Melinde, talvez em virtude das ligações de parentesco entre as dinastias ou por mera ambição. Melinde se queixava das incursões e dos repentinos ataques dos habitantes de Kilifi e decidiu acabar simultaneamente com as provocações e com os objetivos dessa cidade em relação a Mombaça. Kilifi parece ter sofrido, em seguida, um irreversível declínio.

No século XVII, muitas mudanças ocorreram. Os holandeses e os britânicos surgiram no Oceano Índico, onde esses últimos tentaram repelir os portugueses. Além disso, as relações entre esses últimos e os novos soberanos de Mombaça, seus aliados mais certos, se deterioraram. No mais, populações se dispersaram e se reinstalaram ao longo da costa, suscitando o surgimento de novos grupos humanos.

O aumento da insegurança, devido em grande parte às agressões dos oromo (gala) e, sem dúvida, em certa medida, às mudanças do meio ambiente, incitou grupos suaíli do norte a se dirigir para as cidades do sul. Foi assim que a Ilha de Pemba e a cidade de Mombaça acolheram imigrantes vindos do norte. Basicamente, foi nesta época que os ancestrais das Nove Nações (Miji Kenda) de Mombaça fixaram-se na ilha.

A segunda metade do século XVII foi marcada por longas lutas entre os portugueses e os árabes omani ao largo da África Oriental. Os portugueses decidiram continuar em Mombaça a fim de governar diretamente a cidade. Revoltas explodiram periodicamente, sobretudo em Pate que, provavelmente, havia liderado a luta de libertação. Porém, já que o comércio tornava Pate rica e poderosa demais, os portugueses decidiram intervir e as relações entre os dois campos pioraram. Durante este tempo, as queixas suscitadas nas outras cidades – Siyu, Pemba, Otondo – pelos maus-tratos infligidos aos habitantes pelos portugueses chegaram não só a Lisboa, mas também aos novos dirigentes de Omã, cuja ajuda fora invocada.

Em março de 1697, sete navios omanis desembarcaram em Mombaça e, sem dificuldade, ocuparam a cidade e a ilha antes de sitiar o Forte Jesus até dezembro de 1698, data de sua rendição.

Os portugueses fizeram uma breve reaparição em Mombaça de 1728 a 1729, aproveitando, por um lado, da fraqueza da presença omani na costa após a queda da cidade e, por outro, do descontentamento da população suaíli de certos centros em relação aos árabes. De Pate, a expedição portuguesa marchou para Mombaça, onde a guarnição omani do forte havia aproveitado da ausência de seu comandante para se rebelar, solicitando a ajuda do rei de Pate contra as outras guarnições árabes dos pequenos fortes da ilha. Mombaça e seu forte renderam-se às forças aliadas de Portugal e de Pate.

O retorno dos portugueses e sua aliança com Pate deviam ser de curta duração. Persuadidos, após um incidente militar, de que era preferível abandonar Pate, os portugueses a deixaram em junho de 1729.

Nessa época, eles também enfrentavam dificuldades em Mombaça. Um exército composto de habitantes da cidade e de africanos do continente (os

musungulo) atacou as posições portuguesas da cidade antes de sitiar a pequena guarnição do forte. Em novembro de 1729 esta, quase morrendo de fome, se rendeu e foi autorizada a se refugiar em Moçambique. Outras cidades, em especial Zanzibar, Pemba e Máfia, seguiram o exemplo de Mombaça, matando ou expulsando os portugueses que lá se encontravam.

Assim, as próprias cidades suaíli expulsaram definitivamente os portugueses. Pouco depois da partida destes últimos, Pate e Mombaça deixaram mais uma vez os omani ocupá-las. A costa suaíli entrava em uma nova era de sua história.

A derrota portuguesa foi atribuída a toda uma série de fatores: a fraqueza, a imperícia e a anarquia do sistema colonial; a indecisão, a imprudência, a incapacidade e a cupidez dos administradores; os estragos causados pelo clima e as doenças, que dizimaram uma população portuguesa já pouco considerável; as facções locais, cujas lutas serviram, durante um certo tempo, aos interesses dos portugueses, mas que não tardaram a se voltar contra eles. Aproximadamente no final do período estudado, os portugueses encontravam-se no fim dos seus recursos.

Após a expulsão dos portugueses, os omani contribuíram de forma importante para a reabilitação econômica de Kilwa. O tráfico de escravos desempenharia um papel essencial nesse sentido e, junto com o comércio de marfim, dominaria a história econômica da costa oriental durante a maior parte do século XIX.

Aproximadamente na metade do século XVIII, o papel preponderante de Moçambique nesse comércio começou a declinar. Ao mesmo tempo, os novos soberanos de Omã, que fizeram de Zanzibar o seu principal bastião na costa, encorajaram os negociantes indianos a aumentarem os investimentos na ilha. Na costa de Kilwa, a atividade comercial dos árabes e dos suaíli tornou-se ainda mais intensa durante os anos 1760.

Em 1785, a dominação exercida por Moçambique no comércio de marfim do centro-leste da África tinha praticamente terminado. Simultaneamente, os mercadores yao vendiam mais escravos e marfim em Kilwa, onde havia grandes quantidades de produtos de origem omani ou indiana. Por volta de 1780, mercadores suaíli ou aparentados se aventuraram pelo interior do continente, para além do Lago Malawi, abrindo novos itinerários comerciais; um deles chegava a Kilwa, e outro, à costa suaíli. Outras rotas foram ainda abertas ligando pela primeira vez os povos à costa, tais como os bolowoka, os bisa e os ngonde.

De um lado havia a política, e do outro, o comércio e o lucro: desse modo, os árabes omani comerciavam com Kilwa. Assim, no fim do século, tomaram consciência do interesse econômico de alguns pontos da costa onde eram representados. Essas vantagens, acrescidas de diversas considerações políticas e estra-

tégicas, incitaram o sultão de Omna, Sha'īd bin Sultan (1804-1856), a estender a autoridade de sua dinastia pela costa e, depois, a estabelecer sua capital em Zanzibar.

A região dos Grandes Lagos, de 1500 a 1800

Antes do ano 1000, os sudaneses eram provavelmente o povo predominante em toda a região dos Grandes Lagos. *Muru* era o termo luo para designar todos esses povos autóctones, bem como para diferenciar os primeiros povos da região dos imigrantes madi, que também eram do Sudão central. Muitos dos povos centro-sudaneses eram organizados em linhagens segmentadas e gerontocráticas. Como agricultores, eles adoravam um deus da terra e usavam pedras da chuva ou uma mistura de óleo e água para fazer chover. Seu sistema totêmico era complexo e eles enterravam seus mortos em tumbas recuadas. Eram conhecidos pelos imigrantes que se seguiram como grandes ferreiros. Em 1500, foram assimilados pela cultura banto ao sul da divisão das águas do Nilo-Kyoga, mas ainda eram onipresentes no norte, nos planaltos superiores de Alur até as montanhas Karamoja.

Nenhuma parte da região dos Grandes Lagos, nem mesmo da África central e Oriental, escapou do desastre climático das secas e da fome que elas provocaram, no fim do século XVI e no início do XVII. Durante esse período, as precipitações nas regiões do norte e do centro foram normais por apenas dois anos. Os quatro períodos de seca mais graves foram provavelmente os de 1588-1590, 1601-1602, 1613 e 1617-1621. Em 1621, as águas do Nilo atingiram seu mais baixo nível desde 622 – ano em que os primeiros registros foram feitos.

Na região setentrional de Uganda, todo esse período foi designado pela palavra luo *nyarubanga*, que significa "enviado por Deus". Ele se encerrou com a grande fome de 1617-1621, acompanhada de uma doença que dizimou o gado. O espectro da fome geral é evocado por todas as tradições. As histórias egípcias são particularmente assustadoras: o canibalismo tornou-se coisa comum e cerca da metade da população morreu de fome. A realidade do Egito era provavelmente a mesma para a maior parte da região dos Grandes Lagos, especialmente as zonas setentrionais.

Se a metade da população pereceu, muitos dos sobreviventes foram obrigados a emigrar ou fugir para outras regiões. Eles se reuniram perto dos rios e dos lagos, ao longo do Rio Nilo, às margens do Lago Vitória e do conjunto de lagos estendendo-se, na direção sul, no centro da África. Foram recolhidos

doze grandes relatos de migração a respeito desse período e a maioria evoca deslocamentos rumo a grandes rios e lagos.

O *nyarubanga* reestruturou a geografia étnica e política de uma grande parte da região dos Grandes Lagos e, talvez, mais além. Lançou provavelmente um golpe fatal no tipo de poder fundamentado no controle das forças sobrenaturais, particularmente naquele que afirmava ter poder sobre os fenômenos atmosféricos. E levou à aparição de uma nova forma de governo, à frente do qual encontravam-se frequentemente os chefes das migrações cujas capacidades de comando, de guerra e de caça permitiram a sobrevivência de grupos numericamente grandes. Quando o choque passou, os chefes dos sobreviventes criaram novas unidades políticas em novas regiões provavelmente pouco povoadas ou que não tinham estruturas políticas próprias.

Não é de surpreender, portanto, que a partir de 1600, aproximadamente, houvesse um novo começo. Na maioria das regiões, havia novas miscigenações étnicas, novos *habitats* e novos chefes. O pior desastre climático de toda a história da região dos Grandes Lagos provocou rapidamente movimentos migratórios, deslocou Estados, derrubou dinastias e abalou até as bases de sociedades pastoris normalmente habituadas a longos períodos de seca.

Após o *nyarubanga*, acontecimento mais marcante da história dos territórios do norte e do centro da região dos Grandes Lagos, foi a crise no Bunyoro, que desencadeou seu declínio, e os processos internos que levaram o Buganda à sua expansão. Essas duas situações modificaram radicalmente o equilíbrio de forças entre esses poderosos estados regionais. A crise começou no Bunyoro com a morte de Cwa quando da invasão do sul consecutiva ao *nyarubanga*. O filho único de Cwa, Winyi II, foi capturado e Kitara passou a ser governado por uma regente, a irmã de Cwa, Mashamba. Cwa não havia tido filho de uma esposa luo, que teria podido sucedê-lo segundo as leis reais. Winyi II assassinou Mashamba e tomou o trono. Mais tarde, a velha tradição segundo a qual o herdeiro devia ter uma mãe luo ou paluo tornou-se mais exceção do que regra. A candidatura ao trono ficou aberta a todos os filhos do rei e as querelas de sucessão tornaram-se, então, mais frequentes, mais ásperas e mais prolongadas.

Sob a primeira dinastia, a chefia de Pawir ocupara uma prestigiada posição no seio da hierarquia imperial. O curso dos acontecimentos na capital do império provocou distúrbios generalizados em Pawir. Uma série de reis – chamados pelos paluo de "reis bantos", procuraram tirar proveito dos distúrbios, encorajando tendências separatistas, tanto que a subchefia de Pawir, unificada em 1650, esfacelara-se em seis pequenas chefias em 1750. Sob o reinado de Isansa (1733-1760 aproximadamente), elas foram colocadas sob a autoridade

de um chefe de divisão. O país paluo perdeu seu estatuto semiautônomo e foi integrado ao Bunyoro metropolitano. Os paluo emigraram para o norte e leste, por causa do fechamento do horizonte político, da perda de seu estatuto e das perseguições. A frequência das querelas de sucessão, unida à dissidência paluo, solapou o poder central de Kitara.

O resultado mais imediato da crise no Bunyoro foi o êxodo dos paluo--pakoyo para Acholi, no norte do Busoga, em Alur e até mesmo em Padhola e no Quênia ocidental, a leste do lago. Enquanto a língua dos paluo se expandia no norte, os pakoyo integraram-se linguisticamente à sociedade basoga. No norte, a forma mais importante de organização política era representada pelas gerontocracias ou por pequenas chefias. Os paluo popularizaram o tambor real, destacaram a dignidade de seu chefe e integraram pequenas unidades a Estados maiores, permitindo-lhes conservar seus dirigentes hereditários. Eles fundaram novos Estados, como Lira, Paluo e Paimol, aumentaram e reestruturaram outros, como Padibe, Patongo, Alero e Koc. Puranga e Payera, mantendo seus chefes tradicionais, inspiraram-se em teorias paluo e integraram um certo número de unidades subordinadas nesse processo de expansão.

A integração aos luo fez-se, por um lado, pela assimilação e, por outro, pela fragmentação e proliferação das unidades políticas. Lira Paluo é um exemplo de assimilação; Alur, de proliferação e de divisão.

Isansa desempenhou um papel tão essencial no declínio do Bunyoro quanto Mawanda no crescimento do Buganda. A carreira de Isansa foi marcada por uma estranha mistura de sucessos militares e fracassos políticos.

O maior erro da política de Isansa foi seu ataque contra o palácio de Wamara, o chefe do culto cwenzi em Bwera, que deificava o antigo chefe Cwa, dos Bunyoro. A primeira dinastia babito mantivera relações com esse culto, com mais sucesso do que os Estados bahinda. Enquanto os babito reverenciavam Wamara, os bahinda nada tinham a ver com esse culto, adotado no entanto por seus súditos. Wamara opôs-se provavelmente à segunda dinastia babito porque esta violara as regras tradicionais de sucessão. Os reis, em contrapartida, pararam de enviar seu tributo à corte de Wamara. Isansa decidiu então por uma intervenção militar. Foi o mais grave erro da história de Kitara.

O sacrilégio fora tamanho que as árvores "sangraram" e Wamara amaldiçoou Isansa, profetizando que o Buganda tomaria Bunyoro. A realização dessa profecia constituiu um processo histórico maior, que continuaria até o meio do século XX. O erro de Isansa não concernia apenas ao Buganda, mas também a todos os territórios fronteiriços do sul, onde a autoridade do Bunyoro baseava-se em parte no apoio trazido pelo culto cwenzi. Um novo lugar de culto foi instalado

no palácio imperial, mas sua influência – e com ela, a autoridade do Bunyoro – deixou de ser exercida nas zonas fronteiriças meridionais. Consequentemente, os novos Estados principescos rejeitaram a tutela do Bunyoro sem constrangimento, bem como os antigos Estados tributários do Buhweju e do Buzimba. A sorte do império mudou por volta de 1830, com a secessão do Toro e do país Paluo.

A profecia de Wamara mostrou-se exata: o Buganda tomou uma grande parte do Bunyoro e os pequenos Estados meridionais não puderam permanecer isolados. Eles se tornaram presas ideais para as ambições imperiais do Buganda, do Nkore e do Mpororo.

Essa história política e belicista não deve ocultar os movimentos demográficos, a evolução das paisagens e da produção agrícola, as mutações institucionais, e até ideológicas.

As condições naturais determinaram inicialmente a especialização do espaço: o pastoralismo nos planaltos do Kagera e a agricultura às margens do Lago Vitória e nas montanhas do oeste. O período estudado aqui caracteriza-se por uma integração crescente das duas atividades no conjunto da região e segundo modalidades variadas. A oposição nunca foi radical de fato: a associação da cultura dos primeiros cereais, eleusine e sorgo, à criação de vacas parece ser muito antiga, tanto em matéria de produção quanto de consumo (carne e leite). Segundo as tradições, o antigo Karagwe era famoso não apenas pelo seu rebanho, mas também por suas culturas e por sua cerveja de sorgo. Relatos do tempo passado mencionam o uso do adubo, cuja importância em uma agricultura intensiva de duas colheitas anuais nas regiões mais irrigadas foi por demais negligenciada.

Mas, particularmente na direção oeste, fatores como a seca e a fome provavelmente elevaram a influência dos pecuaristas. A multiplicação de tais calamidades na primeira metade do século XVII (Ruanda, Kyamutwara, Buzinza) e na segunda metade do século XVIII (Burundi, Ruanda, Kiziba, Karagwe) teve um efeito particularmente desastroso sobre os agricultores, obrigados então a apelar para a ajuda dos pecuaristas, que puderam, graças à transumância, assegurar a sobrevivência de seu rebanho. O deslocamento, observado no século XVII, dos centros de gravidade política das margens do Kagera e do Malagarazi rumo às alturas arborizadas do Kibira, dominando os Lagos Kivu e Tanganyika, não se explica apenas por expedições ou mudanças dinásticas, mas também pela expansão de um sistema de tributos favorável aos grupos pastoris e a seus valores.

Porém, em Ruanda ou no Burundi é possível observar que os beneficiários dos regimes estabelecidos há 300 anos representam apenas uma parte dos proprietários de rebanhos: os ricos batutsi e o círculo dos dirigentes ligados à realeza, ou seja, os que conseguiram garantir, pela introdução da vaca ou por seu uso simbólico,

um controle político sobre a produção agrícola, fonte de meios suplementares de ganhos e de trabalho para uma mão de obra prestadora. Além disso, no plano da subsistência, a introdução de plantas de origem americana (batata doce, milho, feijão), que teria ocorrido na região desde o século XVII, ofereceu novas possibilidades de expansão aos agricultores. Além de fornecer proteínas de origem vegetal (por causa do feijão), essas novas culturas facilitaram a dupla colheita anual.

A relação entre pastores e cultivadores não apresenta a imutabilidade e a universalidade sustentadas pelos estereótipos sociobiológicos. As mutações econômicas, políticas e territoriais operadas entre os séculos XVII e XIX fizeram evoluir as relações hima-iru ou tutsi-hutu de uma situação de trocas locais a uma relação hierárquica mais global, mais ou menos flexível de acordo com os Estados e as épocas.

Antes da colonização, cada Estado apresentava um sistema de tributos cujas modalidades variavam segundo a situação ecológica, o equilíbrio entre as diferentes forças produtivas, as configurações clânicas e as formas institucionais. Em toda parte, o soberano controlava diretamente as terras próximas às suas residências e, nas terras mais distantes, nomeava chefes, muitas vezes príncipes de sangue real ajudados por delegados geralmente oriundos das linhagens mais influentes do lugar (cultivadores ou pecuaristas). Tributos eram pagos a essas cortes, sob forma de trabalho ou em produtos. A aristocracia dirigente podia também estender sua influência ao redistribuir esses produtos, pois o luxo era muito relativo. No entanto, especialmente a partir do século XVIII, os poderes reais afirmaram-se de quatro maneiras.

Primeiramente, pela recuperação dos laços de clientela: as relações chamadas *ubugabire* ou *ubuhake* foram cada vez mais desviadas de seu papel particular para um uso mais político – proteção garantida a uma família em troca de novas obrigações. Em segundo lugar, pela organização militar. Ruanda elaborou, principalmente a partir do reinado de Cyirima Rujugira, um sistema de exércitos hereditários permanentes, reunindo jovens de determinadas linhagens em acampamentos situados nas fronteiras ameaçadas. Essas milícias guardavam também o rebanho real ou que estivesse sob sua proteção.

Em terceiro, pelas possibilidades comerciais. Até uma data recente, as trocas institucionalizadas e o escambo local desempenharam um papel comercial mais importante do que o comércio especializado. No entanto, produtos regionais como o sal, os objetos de ferro ou braceletes de ráfia eram vendidos há muito tempo. Objetos vindos da costa do Oceano Índico, especialmente contas de vidro ou conchas ornamentais, parecem ter penetrado progressivamente na região desde o século XVII. O cobre teria circulado também desde o século

Ferreiros fabricando uma enxada. [Fonte: D. Livingstone, Last journals, Londres, John Murray, 1874, vol. I, p. 146. © Royal Commonwealth Society Library].

XVIII no Burundi, no Karagwe e no Buganda. Mas foi somente no século XIX que os dirigentes do Rusubi, do Karagwe e de Ruandpara fizeram tentativas, como no Buganda, de controlar esse comércio de luxo.

Em quarto lugar, pelo controle ideológico. As mutações desencadeadas na sociedade pelas crises agrárias e pelas guerras de conquista dos séculos XVII e XVIII, bem como os deslocamentos de população em busca de alimento, terras melhor irrigadas ou pastagens mais ricas favoreceram cisões de linhagens e reagrupamentos clânicos de caráter político. Compreende-se o sucesso da religião cwenzi no século XVII, pois ela oferecia uma espécie de recurso diante dessa instabilidade. Em ampla medida, as novas realezas enraizaram sua legitimidade nesse movimento religioso de culto aos reis mortos, como atestado por mitos e

rituais. Mas os iniciados podiam também inspirar reações populares subversivas ou entravar a ação real.

O fim do século XVIII assistiu ao surgimento das configurações etnográficas e linguísticas modernas da regiao dos Grandes Lagos. A maioria dos grandes deslocamentos de população ocorridos na região estava terminada e os contornos dos últimos grupos étnicos a se formarem no lugar – os bakiga, os iteso e os lango omiro – estavam se desenhando de acordo com um processo que chegaria a seu fim por volta de 1830. A maior parte das terras natais dos habitantes de hoje já estava ocupada por seus ancestrais. Além disso, com raras exceções, a fase de formação do Estado findou-se quando Ruanda se afirmou como o Estado mais poderoso do sul da região. Na zona central, o declínio do Bunyoro continuaria até a secessão, em 1830, do Toro e do país Paluo, que encerraria uma longa sequência de acontecimentos da história da região dos Grandes Lagos, cujas ramificações se estenderam dos montes Otuke e Elgon, a leste, até o Alur e as terras altas do Kigezi, a oeste, e de Agoro, a norte, até as planícies onduladas do Usukuma, a sul. No início do século XIX, o Buganda adquirira sua dimensão de Estado preponderante na zona central.

O interior da África Oriental: os povos do Quênia e da Tanzânia (1500-1800)

O período de 1500 a 1800 viu aparecer sociedades e sistemas sociais e econômicos que, ainda hoje, caracterizam o interior do Quênia e da Tanzânia. A diversidade das experiências é talvez o traço distintivo da história dessa região, ao longo desse período. Nesse cenário, predominavam os masai, os chagga, os pare, os shambala, os gogo e os hehe. Na costa leste viviam os kikuyu, os kamba, os miji-kenda, os zigua e os zaramo. No noroeste, se achavam os territórios dos abaluyia, dos kalenjin, dos luo, dos abagusii e dos abakuria, enquanto, no sudoeste, habitavam as comunidades tanzanianas como os sukuma, os iramba, os nyamwezi, os zinza e os kimbu.

Todos esses povos – com exceção das sociedades do litoral – estavam ainda isolados da costa. Não há provas de que os árabes ou os suaíli tenham penetrado no interior antes do século XVIII. Mas a partir de meados do século XVII apareceram as primeiras chefias e organizações políticas estruturadas, além de mudanças orientadas, em geral, para um modo de produção tributário. As tradições orais descrevem essa mudança como um movimento de conquista e de assimilação promovida por populações migrantes, mais poderosas que os

Os diferentes grupos étnicos do Quênia e da Tanzânia. [Fonte: adaptação de um mapeamento estabelecido por M. Kivuva, Quênia, apud W. R. Ochieng'.]

autóctones. Pode-se também supor que a população local neutralizou e progressivamente fixou as comunidades até então nômades ou migrantes.

Após 1500, as sociedades do interior do Quênia e da Tanzânia participaram do processo de formação dos diferentes grupos étnicos que conhecemos hoje, com suas características linguísticas e culturais específicas. A atividade econômica predominante era, sem dúvida, a agricultura. Em todas as comunidades agrícolas sedentárias, as pessoas observavam as peculiaridades do meio ambiente e esforçavam-se por encontrar técnicas para se adaptar a ele e utilizá-lo de modo racional. Em certas regiões aplicavam-se métodos avançados, como a cultura em terraços, a rotatividade de culturas, os adubos verdes, a cultura mista e a drenagem dos pântanos.

Se a maioria dos povos dessa região eram agricultores, havia também os que, como os masai, os pokot e os turkana, eram sobretudo guardadores de rebanhos, que levavam seus animais dos pastos até os poços de água pelas planícies centrais da Tanzânia e do Quênia. Em nenhum momento, porém, os agricultores ou criadores procuraram uma atividade econômica exclusiva. Muitas vezes, os agricultores, como os luo e os abagusii, possuíam também importantes rebanhos, enquanto os criadores, como os samburu e os masai arusha, cultivavam também a terra. Os baraguyu, os kalenjin e os akamba (kamba) eram semiagricultores e semicriadores.

Os sanie, os okiek, os sandawe e os hazapi eram caçadores-coletores, mas mesmo entre eles havia um leque cada vez mais amplo de meios de subsistência. Os okiek, por exemplo, trocavam mel por produtos agrícolas, enquanto os caçadores dorobo e athi envolviam-se no comércio de longa distância do marfim. Durante a maior parte dos séculos XVII e XVIII, os agricultores, bem como os criadores, viviam disputando as pastagens e os planaltos mais ricos e irrigados, invadindo ao mesmo tempo os domínios dos caçadores e dos coletores, o que deu início à absorção, ao extermínio e ao isolamento destes.

No início do século XIX, a agricultura e a criação de gado eram as duas principais atividades econômicas no interior do Quênia e da Tanzânia. Mas isto não era suficiente para afastar a fome. Ela resultava da pobreza dos solos e da irregularidade das chuvas, que constituía uma ameaça tanto para as culturas quanto para o gado. O suplício da fome não poupava sequer as regiões mais favorecidas. Os bananais brotavam por toda a parte no Usambara, mas as tradições contam sobre ocorrência de fomes pelo menos a cada quinze anos. Quando as chuvas não vinham, os homens tinham de partir em busca de alimentos pelo mato ou trocar animais por grãos com grupos mais afortunados.

Entretanto, a primeira arma de que o cultivador dispunha contra a fome era mesmo sua habilidade agrícola. O período posterior a 1500 foi um imenso campo de experimentação das culturas que tinham sido introduzidas muito mais cedo pelos bantos e pelos nilotas, tais como sorgo, milhete, milho e mandioca, batatas e outras introduzidas pelos portugueses. O cultivador, nessa região da África, experimentou todas estas culturas no seu ambiente, procurando obter as colheitas mais abundantes possíveis.

Já no início do século XVIII, as regiões do interior do Quênia e da Tanzânia comportavam vários sistemas agrícolas diferentes. No entanto, uma prática comum em todo o território era a da cultura após a queimada, que permitia o cultivo de novas terras por várias estações. Quando os solos ficavam esgotados, o agricultor se deslocava para que eles pudessem se recuperar. De acordo com as poucas indicações de que se dispõe, parece que, no conjunto das regiões do interior do Quênia e da Tanzânia, todos os sistemas agrícolas se apoiavam na força de trabalho com o uso das mesmas ferramentas simples, principalmente machados e enxadas.

As tradições da maior parte dos povos da África Oriental atestam a antiguidade de seu conhecimento sobre o trabalho com o ferro. Arqueólogos e linguistas atestam que as técnicas da metalurgia foram introduzidas na África Oriental pelos bantos, provavelmente seis séculos antes de nossa era. Os primeiros sítios da idade do ferro se acham ao redor do Lago Vitória. Esses sítios se caracterizam por fornos de fundição altos e cilíndricos, por olarias de um estilo peculiar. Geralmente, a metalurgia do ferro era a ocupação exclusiva de um pequeno número de grupos. Era muito prestigiada e, por vezes, possibilitava o enriquecimento. Muitas tradições ugweno contam que, no começo do século XVI, certas famílias eram especializadas na fundição e forja do ferro. No oeste do Quênia, os abagusii afirmam ter trabalhado o ferro desde o século XVI. Entre os luo, ao norte do Golfo de Winam, os principais ferreiros eram os walowa de yimbo. Fabricavam-se enxadas, pontas de flecha, ornamentos, agulhas, machados, lanças, facas e navalhas. A exploração das minas de sal e o artesanato, assim como a fabricação de tambores, a olaria e a construção de canoas tinham também sua importância. A tradição fazia destas atividades as especialidades exclusivas de determinados clãs. O ofício de cesteiro e a construção de casas, pelo contrário, não eram privilégio de especialistas, mas empreendidas por todos os que tinham tempo para se dedicarem a isso.

Em resumo, entre 1500 e 1800, a produção de víveres foi incessantemente um fator primordial para a sobrevivência e a expansão da sociedade. À medida que as explorações agrícolas extensivas e as pastagens cobriam a maior parte da África Oriental, e que a produção permitia satisfazer as necessidades essen-

ciais, o homem podia se dedicar a propósitos além da subsistência. Estava em condições de começar um processo de especialização, isentando determinados indivíduos da tarefa de produzir alimentos para que se consagrassem a outros objetivos, como a distribuição de mercadorias, a condução da guerra, o serviço do Estado, a arte, a religião, a medicina, a filosofia e o progresso técnico.

Até o final do século XVIII, a maior parte das sociedades do interior do Quênia e da Tanzânia se desenvolviam, portanto, independentemente das forças globais externas. Eram política, econômica e socialmente independentes.

O comércio interno africano estava bem consolidado, mas esse comércio obedecia a motivações e a uma dinâmica diferentes das do comércio árabe ou europeu. Em certas regiões, por exemplo, vencer a fome era um dos principais objetivos do comércio. Em consequência, era irregular e esporádico. Era também um meio de enriquecer-se pelo acúmulo de gado e produtos alimentícios.

Examinemos alguns exemplos desse comércio. As tradições dos kikuyu falam de ligações comerciais antigas entre eles e seus vizinhos, os akamba e os masai. Aos masai, os kikuyu ofereciam diversos produtos manufaturados e agrícolas: potes, cabaças, lanças e espadas, mas também mel, tabaco, crinas de elefante e ocras – todos esses produtos os masai pagavam com gado, com magia, com leite, com peles e com capas de couro. Mais a oeste, na margem oriental do Lago Vitória, vasta rede de relações comerciais ligava as diversas comunidades entre si. Os principais parceiros das trocas eram os abagusii e os luo. Os primeiros vendiam aos segundos produtos agrícolas e artigos de ferro, como machados, lanças, navalhas e pontas de flechas. Tudo isso era trocado por diversas mercadorias que os luo ofereciam, principalmente gado, mas também sal para o gado, peles, manteiga, leite, peixes, louça e bebida.

O ferro e o sal constituíam provavelmente os dois principais itens nos primeiros tempos do comércio na Tanzânia central. Na Tanzânia central, ocidental ou setentrional, o ferro era utilizado de formas muito diversas: enxadas para a cultura, lâminas de facas e ferros de machados para a construção e outros trabalhos artesanais, ferros de lanças e pontas de flecha para a caça, a pesca e a guerra. Numerosos eram os comerciantes do norte e do sul que se dirigiam ao país dos ha e dos zinza para comprar esses artigos de ferro e revendê-los em seu país mediante lucro. O ferro era um bem raro e precioso. Somente os ricos possuíam enxadas de ferro. As que eram utilizadas na região do Kilimanjaro pelo final do século XVIII tinham apenas alguns centímetros de largura. Os sandawe, que se serviam delas, as gastavam até o cabo.

O sal era de necessidade vital para todos aqueles cuja alimentação era essencialmente à base de vegetais. Os principais poços salinos encontravam-se em

Ivuna, em Kanyenye, em Ugogo, na margem do Lago Balangida, em Singida e nas margens do Lago Eyasi, bem como em Bukuna e Bulungwa, no sul de Kahama, e as mais importantes reservas de água salgada se localizavam em Buha e em Uvinza. O comércio de todo esse sal era geral. As reservas de Uvinza, em especial, parecem ter sido exploradas desde o primeiro milênio de nossa era.

O comércio nas regiões do interior do Quênia e da Tanzânia, em 1700 ou mesmo antes, envolvia percorrer distâncias consideráveis. Entretanto, foi somente por volta de 1800 que o interior da África Oriental começou a participar do comércio de longa distância, e, portanto, a ser ligado aos sistemas econômicos exteriores.

As instituições e organizações sociais e políticas desempenhavam um papel importante na manutenção da coesão social e na proteção da propriedade e do comércio. Entre 1500 e 1800, a sociedade do interior da África Oriental estava longe de adquirir sua fisionomia definitiva. Importantes migrações internas continuavam a se produzir rumo às regiões menos povoadas ou desabitadas, às vezes, colocando em contato populações que falavam línguas ou dialetos diferentes ou que não tinham a mesma organização política e econômica. Os conflitos internos se multiplicavam na medida em que os clãs se estendiam e cresciam. Em certas regiões, grupos ou famílias de migrantes impuseram sua dominação política sobre as comunidades autóctones. Em outras, foram assimilados pelas instituições da sociedade local. Nos dois casos, as migrações interiores desencadearam processos de integração cultural e política que prosseguiram no período colonial.

O período foi também marcado pela tendência à centralização política e constituição de grupos linguísticos e sociais cada vez mais amplos. Assim, diversos modos de organização social passaram a existir no interior da África Oriental, sendo que o contraste mais evidente, no entanto, era o que opunha os criadores aos cultivadores.

A história política do interior do Quênia e da Tanzânia está parcialmente relacionada ao crescimento populacional resultante da agricultura e à organização político-militar disciplinada que a vida pastoril exigia. Em 1800, os pastores começavam a perder seu poder econômico e militar em benefício dos cultivadores, que melhoravam rapidamente suas instituições políticas graças à integração social e ao aperfeiçoamento de suas capacidades agrícolas.

Havia, no princípio do século XVIII, dois tipos de formações sociopolíticas nessa zona. De um lado, sociedades desprovidas de toda forma de administração tradicional centralizada, como as dos kikuyu, dos miji-kenda, dos kamba e dos masai, que formavam comunidades dispersas e independentes compostas de famílias patrilineares e de clãs de importância variável. Entretanto, a descentra-

lização não era sinônimo de desorganização nem de falta de coesão política e social. Essas sociedades descentralizadas tinham conselhos de família, de aldeia e de setor. Os membros de cada família, clã e setor estavam unidos por relações que determinavam e regiam o comportamento dos indivíduos e estabeleciam entre eles direitos e obrigações recíprocos.

Por outro lado, existiam sociedades centralizadas (ou centralizadoras) como as dos shambala, dos pare, dos nyamwezi e dos wanga, cujo sistema administrativo rudimentar era o instrumento de enquadramento sociopolítico. No final do século XVIII, alguns desses grupos, especialmente os shambala e os pare, eram governados por reis poderosos e despóticos ou por chefes supremos assistidos por diversos conselhos, ministros e chefes distritais.

Em Buboka, desde o início do século XVI, havia sólidas instituições centradas na função de chefe e onde diversas linhagens dirigentes se tinham formado no seio de comunidades agrícolas, compreendendo o Karagwe, os Estados buhaya, o Buzinza e os Estados ha. Seu sistema político, mais centralizado que todos os outros Estados tanzanianos, se apoiava no controle da terra e dos rebanhos. Esses Estados se achavam na região dos Grandes Lagos. Mais ao sul, por volta de 1600, as chefias que se haviam multiplicado por toda a Tanzânia se pareciam sob muitos aspectos. Cada uma era formada por um pequeno grupo de aldeias e de setores colocados sob a autoridade de um único chefe, que os aldeãos escolhiam no seio da linhagem dirigente. Ele presidia os conselhos e a corte suprema da chefia. Era o detentor de certos ornamentos especiais, símbolos da supremacia, como as lanças sagradas, e conservava o fogo real, com o qual se supunha serem acendidos todos os fogos de seu pequeno reino.

Entre os fipa do sudoeste da Tanzânia, os mitos mais antigos sobre a origem se ligam à fundação do Reino milansi. As tradições milansi contam que seu primeiro chefe, Ntatakwa, enviou seu filho para fundar aldeias e governar outras partes do país. O Reino dos fipa parece ter sido uma confederação de circunscrições cujos chefes eram aparentados. Mais tarde, no século XVIII, o regime político dos fipa mudou após uma invasão de criadores vindos do norte, que introduziram ideias políticas análogas àquelas que eram correntes em Buganda, em Bunyoro e em Ankole. O novo governo não se baseava mais nas relações dos "chefes pais" com "os chefes filhos", mas no laço de fidelidade pessoal que unia um soberano a certo número de seus partidários por ele nomeados para postos de comando nas fronteiras do Reino.

Um número muito grande de chefias mais ou menos extensas e centralizadas apareceu então na Tanzânia entre o século XVI e o século XVII. Respondiam a necessidades humanas, políticas e econômicas, e foram moldadas pelo meio

físico e humano. A maior parte dos Estados tanzanianos tinham por objetivos a centralização e a expansão econômica, mas o processo de construção das nações se revelou muitas vezes difícil. Muitas vezes, os Estados tiveram que enfrentar divisões e secessões, golpes de Estado e guerras civis. As dificuldades que encontraram se assemelham, em muitos aspectos, àquelas que enfrentaram os Estados africanos modernos no processo de construção nacional.

Madagáscar e as ilhas do Oceano Índico

O perfil moderno de Madagáscar deve-se essencialmente ao século XIX, quando os merina, povo do interior da ilha, estabeleceram sua supremacia política, tornando-se assim virtualmente os únicos malgaxes aos olhos dos estrangeiros. Contudo, além do impacto de acontecimentos relativamente recentes, a história de Madagáscar comporta também um outro passado, cujo alcance é mais amplo e no qual os três séculos a se findarem em 1800 destacam-se de forma particular.

É quase certo que a maioria dos habitantes de Madagáscar tenham se juntado nesse período para formar os principais grupos sociais, econômicos, religiosos, culturais e políticos que compõem o povo malgaxe atual: os antankara, os antandroy, os atambahoaka, os antanozy, os antemoro, os antesaka, os antefasy, os bara, os betsimisaraka, os betsileo, os bezanozano, os merina, os mahafaly, os sakalava, os sihanaka, os tanala e os tsimihety.

A chegada ao país de imigrantes findou-se a partir de meados do século XVI. Nessa época, alguns habitantes de Madagáscar já haviam entrado em contato com os europeus, principalmente portugueses, e pelo menos uma das maiores e mais influentes famílias reais, a dos Maroserana, já começara a se formar.

No começo do século XVII, Madagáscar constituía um mosaico de reinos, em sua maioria, pequenos e autônomos. Antes de 1700, a maior parte do oeste da ilha aliou-se ao Império sakalava, ao passo que vários reinos surgiram nos altos planaltos. No decorrer desse mesmo século, o contato com os europeus começou a se multiplicar em diferentes pontos da ilha e as trocas intensificaram-se, uma vez que as companhias das Índias orientais da Holanda, da Inglaterra e da França se interessavam cada vez mais pela grande ilha africana. O comércio de escravos, que até então apenas ocorria rumo à África Oriental e à Arábia, voltou-se para o Cabo, as Mascarenhas e o Novo Mundo, multiplicando assim os pontos de embarque ao longo das costas de Madagáscar. As

armas de fogo começaram a se espalhar, não sem algumas consequências no plano político.

O Império sakalava e, em particular, a sua parte setentrional, o Reino iboina, atingiu seu apogeu no século XVIII, ao passo que uma parte da costa oriental, do lado oposto, se unia pela primeira vez no seio da Confederação betsimisaraka. Antes do fim do século, a potência dos sakalava do norte e dos betsimisaraka havia declinado irremediavelmente. Pelo contrário, o Imerina, outrora fraco e desunido, conseguiu aumentar sua produção alimentar; sua população aumentou e houve um renascimento político que ofereceu aos merina uma base sólida para sua futura expansão.

Comores constituem um grupo de ilhas situadas aproximadamente a meio caminho entre Madagáscar e a África. A Grande Comore é a mais próxima do continente africano. Mayotte fica frente a Madagáscar, Anjouan e Mohéli ocupam o centro do arquipélago. Segundo pesquisas, as Comores foram povoadas por falantes do banto, sem ligações aparentes com o Islã. Esta grande religião foi importada pelos afro-shīrāzī, mas a supremacia do Islã sunita junto às comorenses deu-se também em virtude dos sucessos políticos de muçulmanos vindos da África em uma época mais recente.

Com as últimas migrações muçulmanas surgiu claramente um conceito político centralizado. Pela primeira vez, as quatro ilhas Comores eram percebidas como uma entidade única, e tentou-se juntá-las sob a autoridade de um único monarca (o sultão), residente em Anjouan. O início da "era dos sultões" provavelmente remonta a 1506, ou mesmo antes de 1400, segundo a interpretação das raras fontes disponíveis. Antes da chegada dos "árabes muçulmanos pertencentes à tribo que fundou Malindi", uma ou mais ilhas teriam estado sob a autoridade de comerciantes de Moçambique e de Kilwa. Do continente africano, desde tempos imemoriais, podia-se ver a Grande Comore a cada erupção vulcânica do Monte Kartala.

Fontes europeias e tradições locais revelam que a história das Comores não foi dominada pela Grande Comore e Mayotte, mas por Anjouan e Mohéli. No início do século XVII, viajantes independentes de diferentes regiões da Europa confirmaram que Anjouan tinha, de fato, um monarca, uma rainha – considerada a chefe suprema das quatro Comores. Segundo as mesmas fontes, cada ilha tinha seu próprio chefe, que detinha um certo poder e venerava a rainha de Anjouan como chefe dinástico. Em 1602, por exemplo, Mohéli era governada por um rei muçulmano.

Salvo raras exceções, os chefes comorenses buscaram estabelecer boas relações com os europeus que visitavam suas ilhas. Os comerciantes comorenses

foram, durante muito tempo, os intermediários entre Madagáscar, a África e a Arábia, porém isso não significava que as quatro ilhas não tinham nada para exportar. As guerras que atingiam uma ilha, como na Grande Comore em 1620, e as frequentes incursões de uma ilha em outra ultrapassavam as tensões meramente políticas. Em muitos casos, tratava-se unicamente de capturar escravos para exportar. O pior período foi o da pirataria, quando o saque e a destruição das cidades comorenses eram fatos corriqueiros. Foi precisamente entre 1700 e 1720 que esquadras da marinha britânica abandonaram a neutralidade e proporcionaram uma ajuda ativa a Ajouan e a seu sultão. Essa assistência militar traduzia o desejo de estender o controle efetivo de Anjouan às outras Comores e obter, em contrapartida, a recusa categórica em abrigar piratas. A supremacia desses últimos findou-se por volta de 1720, porém as intervenções armadas britânicas em nome de Anjouan continuaram.

No século XVIII, os verdadeiros problemas a serem sofridos pelas Comores apenas começavam. Frotas de canoas malgaxes, lideradas pelos sakalava e pelos betsimisaraka, começaram a praticar incursões nas quatro ilhas, à procura de escravos, e aterrorizaram durante bastante tempo a população local. Ademais, as grandes mudanças provocadas pela expansão merina em Madagáscar tiveram, ao menos, uma consequência inesperada: Mayotte tornou-se um país de língua malgaxe por causa da chegada maciça de sakalava que fugiam do Iboina. A ilha também teve sultões malgaxes, Ramanetaka, parente de Radama I, e Andriantsoli, último chefe sakalava-boina. A situação das Comores, a meio caminho entre a África e Madagáscar, não era das mais confortáveis.

Contrariamente a Madagáscar e às Comores, a três ilhas Mascarenhas permaneceram despovoadas até a chegada dos europeus no Oceano Índico. Sua situação geográfica, a leste de Madagáscar, contribuiu para fazer da Reunião (Ilha Bourbon) e da Ilha Maurício (ilha de França) bases navais estratégicas, controladas pelas grandes companhias marítimas. O desenvolvimento da economia de *plantation* nessas ilhas afetou não somente a região oriental de Madagáscar, mas também a África do leste e do sudeste, e até mesmo o litoral indiano.

Após 1638, os holandeses concentraram seus esforços na Ilha Maurício no intuito de explorar a madeira e implementar o comércio de escravos com Madagáscar, mas abandonaram-na em 1710. Quanto à Reunião, recebeu seus primeiros colonos de Fort-Dauphin em 1646 e 1654. Estes eram constituídos, em números quase iguais, de franceses e de malgaxes que haviam se levantado contra a primeira Companhia Francesa das Índias Orientais, que contudo havia conseguido garantir seu monópolio na Reunião entre 1664 e 1719. Os franceses colonizaram a Ilha Maurício a partir da Reunião por volta de 1721 e ambas

as ilhas permaneceram sob a autoridade da segunda Companhia Francesa das Índias Orientais até 1767, ano em que as Mascarenhas passaram a ser controladas pela administração real. A partir de 1790, inspirados pelo exemplo da Revolução Francesa, os plantadores da Reunião e de Maurício começaram a reinvindicar uma forma de nacionalismo para se opor a algumas medidas tomadas pela metrópole, tais como a abolição da escravidão em 1794. As guerras napoleônicas prejudicaram as Mascarenhas francesas: a Ilha Maurício passou definitivamente a ser controlada pelos britânicos e o abastecimento de escravos cessou provisoriamente.

Por volta de 1710, as duas ilhas tinham 2000 habitantes, um terço sendo escravos. Em meados do século, a população havia triplicado, mas os escravos eram responsáveis por mais de dois terços de tal aumento. Por volta do fim do século, as duas ilhas tinham 120.000 habitantes, dos quais 94.000 escravos. Desde o início do século XVIII, já se podiam distinguir cinco grupos sociais: os brancos descendentes das primeiras famílias de colonos, os crioulos brancos, os crioulos mulatos, os estrangeiros brancos (entre os quais inúmeros antigos piratas ingleses e alguns refugiados holandeses que haviam fugido da sua Companhia das Índias Orientais) e os escravos. Havia poucos escravos alforriados antes de 1797. Contudo, a população servil modificou-se sensivelmente quando os compradores das Mascarenhas voltaram seu interesse para a África e a Índia à procura de novos trabalhadores. Essa mudança explica-se principalmente pela crença de que os malgaxes tinham uma tendência a formar colônias de escravos foragidos. De fato, na Reunião e em Maurício, como em qualquer outro lugar, a marronagem (escravos fugitivos) constituía uma reação à escravidão, favorecida pelo meio ambiente, de montanhas e florestas.

A cana-de-açúcar era cultivada na Ilha Maurício desde 1639, mas a primeira usina açucareira foi construída sob a administração de Mahé de Labourdonnais (1735-1746). Porém, a Ilha Maurício apenas começou a exportar açúcar após o advento da administração real francesa, que revogou as medidas restritivas impostas pela Companhia das Índias Orientais e abriu as ilhas a todos os nacionais franceses no fim dos anos 1760. O café, introduzido na Reunião em 1715 para se tornar a sua principal cultura, bateu seu último recorde de produção no início dos anos 1740. Por volta de 1767, seu declínio (por causa da concorrência das Antilhas) chegou ao ponto de os plantadores da Reunião voltarem-se para as especiarias. Durante os trinta anos seguintes, à medida que o interesse comercial passou do Oceano Atlântico para o Oceano Índico, as Ilhas Mascarenhas tornaram-se o ponto de convergência da rota das ilhas. A Ilha Maurício que, na época da Companhia, acolhia aproximadamente 30 navios por ano, viu esse

número decuplicar por volta de 1803. Nessa época, as minorias privilegiadas das Ilhas Mascarenhas tinham um nível de vida igual ou superior ao de outros territórios coloniais.

A história das sociedades africanas de 1500 a 1800: conclusão

Diversos rótulos foram aplicados ao período da história da África que vai de 1500 a 1800. Muitos livros de história apresentam-no como a era do tráfico de escravos, superestimando a importância do fenômeno na história do continente. Esquecem-se de que, na África Ocidental e Central, o tráfico de escravos perdurou até por volta de 1850 e que foi no século XIX que ele se desenvolveu na África Oriental, excetuando-se um período anterior em direção ao mundo muçulmano. Essa etiqueta não dá conta sequer do fato de que certas partes do continente, como, por exemplo, a África do Sul, praticamente o desconheceram. Outros historiadores, sobretudo os neomarxistas, fazem da integração progressiva da África na economia capitalista mundial dominada pela Europa a principal característica desse período. Atribuem um lugar mais importante às relações exteriores da África do que à sua evolução interna e apresentam os povos africanos como as malfadadas vítimas de forças mundiais que eles não podem compreender nem dominar. Outros historiadores ainda fazem dos movimentos populacionais e do povoamento definitivo do continente a maior característica do período. Na verdade, cumpre constatar que, salvo algumas exceções, não houve quase migrações em massa na África após 1500. Outros pesquisadores, por fim, estariam propensos a apresentar a história destes três séculos como uma série de catástrofes ecológicas e a considerar as secas e fomes como os fatores determinantes do período.

Cada um desses rótulos tem sua parte de verdade, mas nenhum deles abrange de fato a complexidade e o dinamismo desses três séculos de história africana.

Talvez fosse indicado começar nossa exposição pela questão fundamental dos movimentos populacionais. A maior parte da África já havia sido colonizada em 1500 e o que as tradições orais apresentam como migrações nessas zonas não era de fato senão expansão e deslocamentos populacionais. Somente o nordeste da África (quer seja a Somália atual, o sul da Etiópia, o sul do Sudão, o norte do Quênia e o norte da Uganda) conheceu movimentos maciços de população ao longo desse período entre os oromo, os somali, os luo, os karimojong, os kalenjin, os turkana e os masai.

Mais significativa do que essas migrações, o período 1500-1800 foi crucial para as formações sociopolíticas do continente. É nesses três séculos que a maior parte dos habitantes das diferentes regiões da África se reagrupou para formar os conjuntos sociais, econômicos, religiosos, culturais e políticos que constituem os povos africanos de hoje.

Enquanto as sociedades africanas davam origem a grupos étnicos distintos com características linguísticas e culturais próprias, grande parte da África se transformava em consequência da evolução das relações exteriores do continente. Em 1500, a maior parte das sociedades africanas era relativamente independente do resto do mundo, suas relações exteriores estavam reduzidas ao mínimo. Mas, em 1800, uma grande parte da África estava integrada aos circuitos comerciais mundiais que a ligavam estreitamente à Europa, à América e à Ásia. Muito rapidamente, relações totalmente diferentes estabeleceram-se entre as sociedades e em seu seio. Essas novas relações se caracterizavam pela dominação e pela dependência, tanto no plano interno quanto no sistema mundial, em que a Europa se tornara a potência preponderante.

A economia de pilhagem, por exemplo, era consequência do expansionismo espanhol e português e dependia bem mais do produto de pirataria, de tributos e de direitos que do comércio e da indústria, como era o caso antes de 1500. Desmembrou totalmente os subsistemas do Mediterrâneo e do Oceano Índico e empobreceu os campos que, em seguida, o tráfico de escravos iria mergulhar em uma crise profunda.

Como a economia de pilhagem, a economia de feitoria quase não se preocupava em inovar. Palcos de violência e de saques, as novas feitorias marítimas eram mais fortalezas do que centros comerciais ou industriais. Nas costas da Guiné e da África equatorial, no Congo, em Angola e na Senegâmbia, os portugueses saqueavam mais do que compravam. De 1650 a 1800, a economia de feitoria apoiava-se no tráfico internacional de escravos.

As sociedades atingidas por esse tipo de economia transformaram-se progressivamente nos séculos XVII e XVIII. Esse complexo processo acarretou grandes reestruturações, das quais a principal, especialmente na África centro-ocidental, foi o predomínio das redes comerciais sobre os Estados. Na maior parte das cidades costeiras, houve uma explosão geral dos centros de autoridade e esfacelamento do poder político. O declínio dos Estados acarretou também a queda das antigas elites dirigentes, que uma classe de negociantes veio substituir ou se acrescentar.

Fatos da mesma espécie fizeram nascer os mestiços e os crioulos de Casamansa, da Guiné e da Serra Leoa. Os afro-portugueses e os anglo-africanos

deste último país eram grupos de negociantes, que serviam de intermediários entre os navios europeus e as sociedades africanas do interior.

Relativamente isolados em 1500, os diversos povos da África gradualmente se integraram, portanto, à economia mundial. Na maior parte dos casos, essa integração se fez acompanhar de profundas transformações sociais e políticas.

Apesar do desaparecimento de grandes Estados no Sudão ocidental e na África do nordeste, os diferentes Estados da África exerciam seu domínio sobre uma parte maior do continente no fim do século XVIII do que no início do século XVI. A formação de Estados e a centralização da autoridade política foram os dois processos marcantes desse período.

Na África do nordeste, por exemplo, enquanto os séculos XVI e XVII assistiram ao desmoronamento do Império cristão da Etiópia, ao qual se seguiu uma anarquia que prosseguiu intermitentemente até 1855, houve, em compensação, uma expansão desse império rumo ao sul, o que estimulou o aparecimento de novos Estados, como os de Boša, de Kaffa, de Šekko, de Wolayta e de Dauro.

No caso de Madagáscar, constatamos um processo inverso de centralização. No início do século XVII, a ilha não possuía ainda senão pequenas chefias autônomas. Mas, no fim do século, vários reinos surgiram junto aos povos dos altos planaltos, assim como em toda a parte sul da ilha.

Outro processo de unificação e de centralização encontra-se na costa da Guiné inferior. De acordo com um mapa datado de 1629, havia então nessa região florestal e costeira 38 Estados e reinos fundados pelos ga e pelos akan. Entre 1670 e 1750, produziu-se aí uma grande revolução política. Os 38 Estados engendraram os três grandes impérios dos aowin, dos denkyira e dos akwamu que, em 1750, se fundiram para formar o império dos ashanti.

Buganda, Ruanda e Maravi são outros exemplos de Estados que se desenvolveram e constituíram sistemas políticos centralizados ao longo desse período.

Houve, contudo, um fenômeno político mais comum durante estes três séculos: aos Estados em declínio ou que ruíram sucederam diversos pequenos Estados ou sistemas econômicos. Assim, na África Central, os Reinos do Congo, de Tio, de Loango e do Ndongo (a futura Angola), que existiam no século XVI, começaram, a partir de 1665, a declinar e os territórios foram reorganizados em escala maior, em função de imperativos econômicos ditados pelo tráfico de escravos.

Na maior parte dos Estados, várias classes sociais também surgiram: aristocratas, grupos militares, plebeus e escravos. Assim, a sociedade kanuri do Borno era extremamente estratificada. No país haussa, com o enriquecimento dos

aristocratas e negociantes, essa distinção deu lugar a uma distinção econômica entre os *attijirai* (os ricos) e os *talakawa* (os pobres).

A aristocracia (administrativa e militar) enriqueceu-se empregando vários meios de exploração. Adquiriu muito depressa uma ideologia da opressão. No Egito, por exemplo, o declínio do Império otomano coincidiu com o começo dos conflitos internos entre as camadas sociais. O estado crítico da economia era reflexo de uma política de opressão a que a maior parte da população estava submetida e graças à qual era explorada por uma pequena elite. Os regimes opressores provocaram numerosas revoltas camponesas em toda a África.

Que lugar deve ocupar o tráfico e escravos na história da África? Em outras palavras, que interesse o tráfico de escravos representa para nós, historiadores da África? Todas as raças foram escravas outrora. Mas todos os outros grupos populacionais encontraram um meio de eliminar essa noção de sua consciência histórica. Mas os africanos tanto superestimam a importância da escravidão em sua história que o termo "escravo" tornou-se quase equivalente a "africano". A escravidão é um fenômeno importante da ideologia do mundo ocidental moderno e devemos nos esforçar para entendê-lo. É esse fenômeno o principal responsável pela atitude negativa para com a África e os africanos.

Outra importante questão ligada à escravidão, e todos os documentos disponíveis mostram claramente, é que a desumanização dos africanos se intensificou de 1500 a 1800 por causa do crescimento da escravidão a partir de 1619. É, no entanto, o tráfico intercontinental dos escravos que, mais que outro fator, esteve na origem da presença dos negros no mundo inteiro. Como consequência, houve uma diáspora africana muito expressiva, sobretudo no continente americano e no Caribe. Aí começou a luta dos africanos por sua liberdade, fenômeno que esteve na base do movimento pan-africano dos séculos XIX e XX.

A introdução de novas culturas originárias das Américas é um aspecto positivo do comércio transatlântico. Certos autores destacaram que essas culturas, que acarretaram modificações no regime alimentar, melhoraram a resistência física dos africanos, contribuindo assim com o crescimento da população. Mas os efeitos dessas transformações agrícolas nas populações africanas são difíceis de interpretar. Por exemplo, a mandioca não tem senão um valor nutricional medíocre. Há sinais de desnutrição grave entre os que mais a utilizaram, como os tio e os mboshi.

As tendências demográficas ao longo dos séculos XVII e XVIII são difíceis de discernir porque a época foi também a do apogeu do tráfico transatlântico, marcada pelo aparecimento de novas doenças, como a varíola, que deveriam em seguida tornar-se flagelos recorrentes.

O que é certo, porém, é que as novas culturas originárias das Américas e da Ásia, que foram introduzidas pelos Europeus em diversas regiões da África entre 1500 e 1800, especialmente o milho, a mandioca, o amendoim, vários tipos de inhame, a batata doce, as frutas cítricas, os tomates, as cebolas e o tabaco, diversificaram a agricultura do continente. Remontam a essa época a importância que têm atualmente esses dois elementos (mandioca e milho) da alimentação de base dos africanos.

No âmbito social, a revolução agrícola contribuiu, juntamente com o comércio, para criar uma nova divisão do trabalho: tarefas agrícolas, como as roçadas, as culturas e o condicionamento dos produtos, foram cada vez mais abandonadas pelos homens – que preferiam dedicar-se ao comércio, muito mais lucrativo – e confiadas às mulheres e aos escravos. A intensificação da escravidão doméstica e de outras formas de dependência foi então uma consequência direta dessas mudanças agrícolas.

Alguns autores tentaram demonstrar que aos diversos períodos da história da África correspondiam essencialmente condições climáticas e que havia uma correlação significativa entre os períodos de seca grave e os grandes acontecimentos históricos. Tais análises tendem a dar ao meio ambiente físico um caráter imutável que reduz os africanos ao papel de vítimas impotentes da natureza. Muitos historiadores nada dizem sobre as medidas que os africanos tomaram para contrapor-se aos efeitos da seca, nem quanto ao papel que elas tiveram na transformação dos sistemas de produção e de distribuição, na valorização das culturas de alimentos e na evolução dos métodos de conservação de alimentos.

A questão das secas e das fomes inscreve-se também na questão mais vasta da eficácia da agricultura africana durante o período pré-colonial. O período de 1500-1800, por exemplo, foi marcado pelo aparecimento de técnicas intensivas de uso dos solos que, por sua vez, permitiram o crescimento da densidade populacional. Em muitas regiões da África empregavam-se técnicas de cultivo avançadas, como as culturas em terraços, a rotatividade de culturas, as pastagens verdes, a agricultura mista e a exploração controlada dos pântanos. Essas questões merecem mais a atenção dos historiadores que as generalizações habituais sobre a fome e a seca na África.

O período que vai de 1500 a 1800 foi marcado, também, pelo declínio do cristianismo na África – sobretudo na Etiópia, na costa oriental e, em escala menor, no Congo – e pelo crescimento do islamismo na África do oeste, no Sudão, na Etiópia e na costa leste.

O cristianismo e o islamismo eram, ao longo desse período, essencialmente sincréticos. No Congo, por exemplo, o cristianismo coexistia com a religião

tradicional. Também nessa época, tentou-se organizar igrejas independentes. No Congo, por exemplo, as primeiras tentativas para criar uma igreja autóctone foram feitas a partir de 1630, e esse esforço ganhou toda sua amplitude em 1704.

Quanto ao islamismo, é evidente que sua expansão na África constitui um dos temas importantes do período que vai de 1500 a 1800. Na costa da Guiné inferior, por exemplo, são os comerciantes mande e haussa que introduziram o islamismo. Na costa da alta Guiné, são os fulbe e os malinke que foram os responsáveis pela expansão do islamismo. Nos séculos XVII e XVIII, o islamismo continuou a se propagar nos Reinos bambara, mossi, de Kong e de Gwirika, por meio dos comerciantes e dos chefes religiosos, e mesmo pela violência. Constata-se o mesmo processo de islamização no país haussa e no Borno.

Além da simples expansão geográfica do islamismo na África nessa época, o fundamentalismo muçulmano foi um fator importante em numerosas regiões. Citemos como exemplo certos movimentos reformistas que se justificavam por razões em parte econômicas (controlar o comércio de cereais e de escravos) e em parte religiosas (purificar e reformar o islamismo, substituindo um regime arbitrário pela teocracia muçulmana), como na Mauritânia e no país haussa, sobretudo durante o século XVIII.

Ao oprimir os camponeses africanos, especialmente no Sudão ocidental, nas regiões do Níger e do Chade, no Egito, no Saara, no Magrebe, na Etiópia e no Congo, as elites rurais e urbanas compactuaram com os dirigentes muçulmanos e os movimentos messiânicos cristãos, que não tiveram nenhuma dificuldade em angariar o apoio maciço dos camponeses. Os chefes religiosos prometiam a igualdade e o fim da injustiça, ao mesmo tempo em que estigmatizavam as aristocracias tradicionais e os europeus, elementos perturbadores e causas da injustiça social.

Destaquemos, para concluir, que os africanos tinham uma concepção sincrética do islamismo, assim como do cristianismo. Aceitavam o islamismo, mas continuavam fiéis à religião tradicional. Esses sincretismos se desenvolveram mais tarde com o cristianismo na África e no culto afro-americano no Brasil, no Haiti e em Cuba.

CAPÍTULO 6

África do século XIX à década de 1880

A África no início do século XIX: problemas e perspectivas

Existia uma tendência para explicar as mudanças ocorridas na África durante o século XIX como resultado principalmente da intensificação da atividade dos europeus no continente. Por isto, esse século passou a ser tratado apenas como um prelúdio do período colonial. Em vez de buscar uma explicação na dinâmica das sociedades africanas, os historiadores pensaram que poderiam encontrá-la na industrialização da Europa e na influência da economia mundial sobre a África.

É necessário concentrar nossa atenção no que realmente era a África no início do século XIX e destacar as características e as tendências gerais desse período, a natureza e a importância dos elementos subsistentes do passado, as inovações e as tendências para o futuro. É importante determinar até que ponto as mudanças ocorridas no século XIX representaram uma continuidade do desenvolvimento alcançado no século anterior, até onde elas se originaram de fatores internos ou da expansão das atividades europeias e da incorporação da economia africana no sistema mundial. Apenas ao abordar essas questões poderemos entender melhor o curso do desenvolvimento africano nesse período

e a relevância dos europeus como fator desse desenvolvimento ou do subdesenvolvimento da África.

No início do século XIX, os principais grupos linguísticos e culturais que compunham a população da África haviam se estabelecido há muito tempo em diferentes e bem definidos territórios. Na maior parte do continente, esse processo havia sido concluído antes do século XVI. Mas nos séculos XVII e XVIII, em certas áreas da África Oriental (com exceção do centro da região dos Grandes Lagos), bem como em Madagáscar, importantes migrações ocorreram rumo a regiões relativamente pouco povoadas. Porém, no início do século XIX, a região já havia se estabilizado.

Todavia, a pressão demográfica ligada ao tipo de uso das terras, muitas vezes resultante de um crescimento populacional normal durante um período de relativa prosperidade, ou a imigração provocada por vários fatores – guerra, desmoronamento dos sistemas políticos, seca prolongada, epidemia ou outra catástrofe natural – podiam acarretar processos de expansão progressiva. Ocorreu um grande número dessas expansões no século XIX: como a dos fang na zona das florestas equatoriais, que se desencadearam em função de movimentos anteriores ao século XIX; outras, como a dos chokwe de Angola, foram provocadas pela modificação das relações comerciais no século XIX. Os movimentos populacionais de maior amplitude eram ligados ao declínio ou ao avanço dos sistemas estatais. Limitavam-se a uma região, como aquele que se seguiu à queda do antigo Oyo na parte ioruba da Nigéria Ocidental, ou se estendiam em toda uma parte do continente, como aquele dos nguni do norte que, na África Austral, se seguiu ao Mfecane.

Estima-se habitualmente em 100 milhões de habitantes a população total da África no início do século XIX. Em virtude da organização da agricultura, do grau de desenvolvimento das técnicas e da higiene, bem como da forte mortalidade infantil causada pelas doenças, os demógrafos supõem geralmente que a população total não podia aumentar muito.

O século XIX não alterou de vez a situação demográfica em seu conjunto porque a campanha em favor da abolição do tráfico só produziu efeito a longo prazo. De início, o processo de abolição resultou menos na redução da exportação de escravos do que na concentração do tráfico em um número reduzido de portos. Lenta no início, a queda nas exportações de escravos tomou, após 1850, proporções consideráveis. Ademais, o crescimento das exportações que substituíram o tráfico fez com que, na própria África, se precisasse de um número muito maior de escravos para conseguir marfim, óleo de palma, amendoim e outros produtos, bem como para transportá-los. O século XIX assistiu, portanto,

ao crescimento considerável do tráfico interno e do trabalho servil. Entretanto, a abolição da escravidão permitiu parar com a deportação maciça dos africanos. Tudo indica que, no começo do século XIX e pela primeira vez desde o século XVII, a população tendeu a crescer no conjunto do continente. Esse movimento acentuou-se entre 1850 e 1880, depois declinou um pouco no início da colonização, antes de prosseguir, lentamente de início e depois em um ritmo mais acelerado, a partir dos anos 1930.

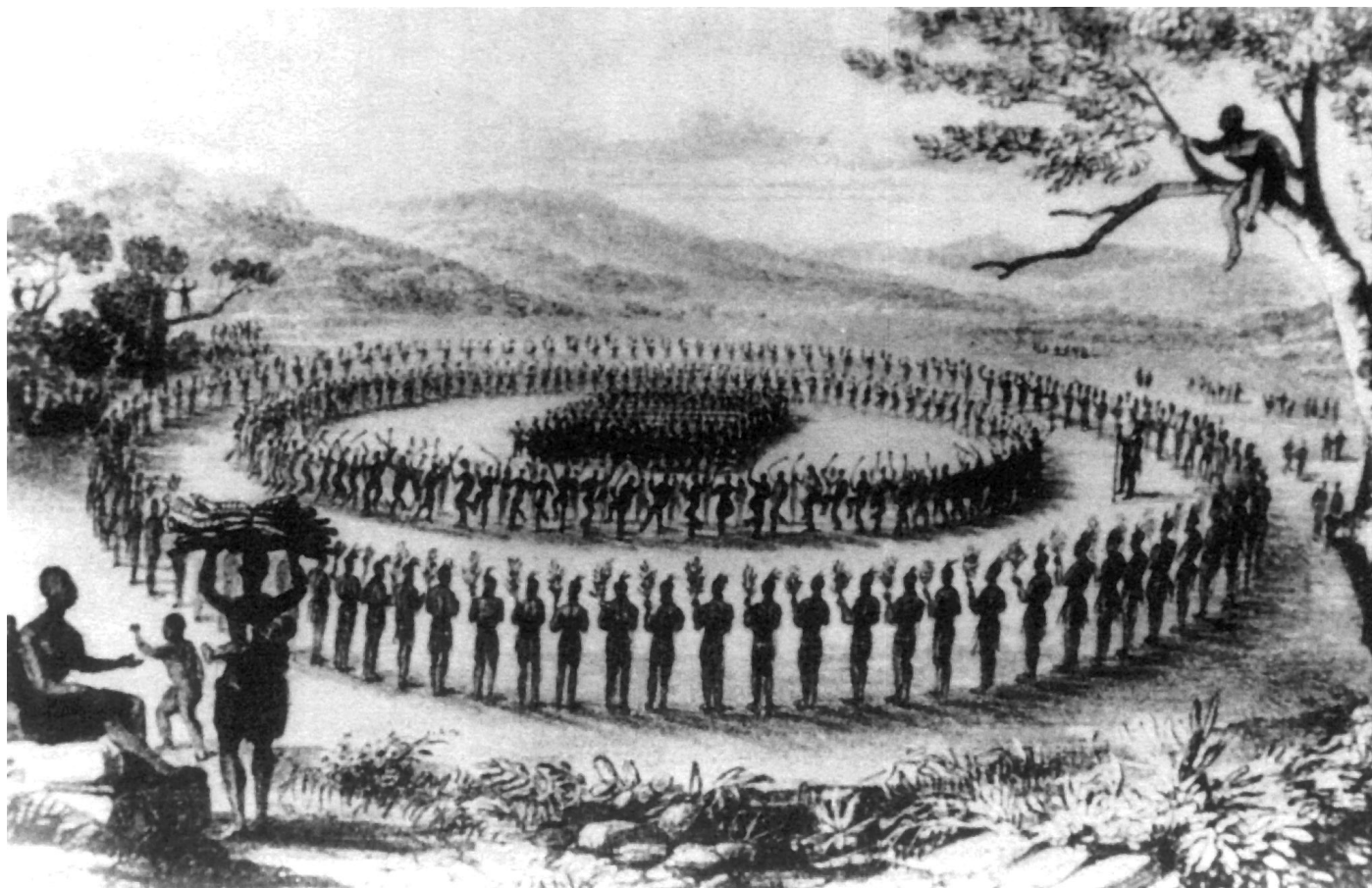
Quaisquer que sejam as dúvidas a respeito do número da população da África no início do século XIX há um elemento do qual temos certeza: os europeus mostraram pela África um crescente interesse, manifesto nas expedições visando recolher informações mais precisas sobre as principais características geográficas do continente africano e dos principais produtos agrícolas e industriais. A justificativa para intervir nos assuntos africanos veio da iniciativa britânica para conter a expansão da França durante a Revolução Francesa e as guerras napoleônicas. Os franceses foram expulsos do Egito e tiveram que aderir ao movimento abolicionista, e isso foi mais uma razão para eles se interessarem por portos e feitorias na África Ocidental.

A longa rivalidade anglo-francesa e a campanha pelo banimento do tráfico de escravos estavam nas bases da expansão europeia e do interesse das Américas na África, mas convém não exagerar a dimensão de seus êxitos no início do século XIX. A abolição exigia a visita regular de navios rivais franceses, ingleses e americanos para patrulhar os mares e tentar criar um bloqueio. Esses navios precisavam de ancoradouros na costa. Tal fato encorajou comerciantes, que viram aí uma oportunidade de lucrar na transição do comércio de escravos para o de produtos. Isso também facilitou o trabalho de missionários que procuravam converter os habitantes da costa e mais ainda a vasta população do interior.

Convém não exagerar nem a potência dos europeus na África no início do século XIX, nem o ritmo com o qual adquiriram “posses” ou penetraram no interior do continente antes de 1850. Os portugueses, por exemplo, pretendiam dominar os territórios que vão de Angola a Moçambique, e nisso eram incentivados pelos ingleses apenas como uma maneira de manter os franceses de fora. Porém, enfrentavam várias dificuldades para manter seus fortes na costa e garantir a segurança das terras (*prazos*) que haviam estabelecido no interior. Na primeira metade do século XIX, os portugueses dependiam principalmente dos mercadores africanos mulatos (*pombeiros*) e da boa vontade dos líderes locais para comerciar com a população do interior.

Após 1815, os franceses haviam restabelecido suas feitorias na Senegâmbia, notadamente em Saint-Louis e Gorée. Mas a tentativa de estabelecer um assentamento agrícola no interior fracassou. Na África do Norte, tomaram Argel em 1830. Vinte anos foram necessários para derrotar a resistência dos argelinos liderados pelo emir ‘Abd Al-Kādir (Abd El-Kader). Na colônia inglesa formada por Freetown e pelas aldeias de agricultores vizinhas, a aculturação dos escravos alforriados obteve sucesso graças ao papel dos missionários alemães e ingleses, como professores, linguistas, administradores das fazendas etc. Foram feitas várias tentativas no intuito de repetir o sucesso de Freetown: os americanos fundaram uma colônia na Libéria, os franceses em Libreville e os ingleses na África Oriental. A mudança dos crioulos de Freetown para outras cidades da costa, como Banjul, Cabo, Badagry, Lagos etc., também contribuiu para a disseminação de missionários britânicos e do interesse comercial.

Na primeira metade do século XIX, a atividade dos comerciantes europeus ampliou-se de forma muito mais rápida e alcançou territórios muito maiores do que a influência dos missionários. Isso se deveu em grande parte ao fato de o comércio europeu de produtos agrícolas e outros – tido como comércio legal – haver começado com o tráfico de escravos que ocorria antes do século XIX. A organização e demanda das novas relações comerciais afetaram a estrutura social de alguns Estados costeiros. As novas tendências, a influência missionária e a educação ocidental, especialmente entre os escravos livres que retornavam, produziram uma nova elite. Os que conseguiram acumular riquezas ambicionavam participar do poder político. Mas isso não ocasionou uma mudança drástica na mobilidade social. Os chefes tradicionais não renunciaram facilmente a seus privilégios. Pelo contrário, eles assentaram sua posição ao se apoiar em guerreiros, ou mesmo em mercadores europeus ou crioulos. Os guerreiros ou mercadores crioulos desejosos de tomar parte nos privilégios do chefe deviam respeitar as estruturas existentes a reger a competição política.

O comércio europeu crescia rapidamente. Porém, tal expansão só foi possível em virtude do sistema já existente das relações comerciais locais e regionais. O comércio local e regional dependia menos dos estímulos externos e mais da dinâmica interna das comunidades africanas e, em especial, de seus sistemas de produção agrícola, artesanal e industrial. O comércio externo era importante para alguns chefes africanos, pois permitiu-lhes obter produtos essenciais que não poderiam ter conseguido de outra forma, principalmente armas de fogo. Qualquer que seja a importância atribuída ao comércio exterior, ele permane-

Dança cerimonial em Mbelebele, campo militar zulu, em 1836. [Fonte: J. D. Omer-Cooper, "The Zulu aftermath", 1966, Longman, London (o original encontra-se em A. F. Gardiner, "Narrative of a journey to the Zoolu country", 1836, London). Ilustração: Longman, © Slide Centre Ltd, Ilminster.]

ceu secundário na vida da maioria da população africana, ao menos durante a primeira metade do século XIX.

No início do século XIX, a economia de todas as comunidades africanas fundava-se na agricultura. Todas as outras atividades – comércio, política, religião, produção artesanal e industrial, construção, exploração de minas – eram secundárias e sem ela não poderiam ter existido. De fato, o sistema agrícola afetava a estrutura das relações sociais e políticas no seio das comunidades, as relações das comunidades entre si, e sua atitude frente ao comércio exterior.

Havia basicamente dois modelos de poder na África do início do século XIX. Um era centralizado e hierarquicamente bem definido, baseado em sistema tributário, como, por exemplo, nos reinos e Estados centralizados. No outro extremo, o do governo por comitês de anciãos ou de autoridades locais, mais igualitário e informal. Esses dois modelos eram complementares e, na prática, existia uma grande variedade de situações intermediárias e compromissos diversos nos quais quase todos os Estados se situavam. Não havia sociedades "sem Estado", porque até mesmo nas sociedades mais remotas e descentralizadas existia um senso de comunidade e de governança.

No entanto, os acontecimentos advindos no início do século XIX revelam uma tendência à centralização dos sistemas políticos e à consolidação da autoridade real. Vastos impérios se desagregavam (como o dos lunda, o antigo Oyo e o Império Mossi) e eram substituídos por novos Estados, menores e submissos a regimes mais autoritários.

Na metade do século XIX, as atividades europeias estavam limitadas em grande parte às áreas costeiras. No entanto, os principais movimentos revolucionários originaram-se no interior: a *djihad* na África Ocidental, o Mfecane, no sul do continente, a unificação da Etiópia, a expansão de Imerina em Madagáscar, o colapso do Império Oyo no sudoeste da Nigéria. Parece claro que os fatores internos, tais como as mudanças na sociedade, os sistemas agrícolas de produção e o comércio interno foram mais importantes do que os fatores externos, a abolição, o aumento da presença europeia e o interesse comercial, como desencadeadores desses movimentos.

Parece claro também que em várias partes da África, e em diferentes circunstâncias históricas, culturais, econômicas e religiosas, havia um desejo profundo de mudança. Foi por esse motivo, e não sem reservas, que muitos soberanos africanos acolheram os europeus, também com vistas a obter lucro e consolidar seu poder. Pela mesma razão, muitos deram as boas-vindas aos missionários enquanto tentavam minimizar seu impacto social e cultural.

Pode-se realmente dizer que o século XIX foi, para a África, "a era do progresso". Mas a aspiração ao progresso, que de fato dominou essa época, tinha sua origem na própria África. Os soberanos africanos tentaram tirar partido da atividade crescente dos europeus, mas, vítimas dessa atividade, acabaram vendo frustrada sua esperança de renovação.

A África e a economia mundial

A grande transformação das relações econômicas da África com o resto do mundo não foi o produto da partilha do continente no fim do século XIX. Ao contrário, a partilha da África foi uma consequência da transformação das relações econômicas desse continente com o resto do mundo e, em particular, com a Europa: processo que começou em meados do século XVIII.

Antes de 1750, vastas regiões da África encontravam-se sulcadas por rotas comerciais que se prolongavam frequentemente para além do continente, atravessando o Oceano Índico, o Mediterrâneo e o Oceano Atlântico. Esse comércio de longa distância, no entanto, era geralmente praticado com o objetivo de se trocar produtos de luxo, como ouro, contas, couro e sal, que eram de quantidade pequena, mas de grande lucro. A produção de tais gêneros ocupava apenas uma pequena fração da mão de obra das regiões de origem, e provavelmente representava apenas uma pequena parcela de seus rendimentos. Consequentemente, era um comércio não essencial, já que era possível interrompê-lo ou findá-lo sem para isso reorganizar, na base, os processos de produção das regiões de origem.

Parece que, na zona do Oceano Índico, as estruturas comercias não mudaram muito entre 1500 e 1800. Mesmo a presença dos portugueses nessa área, seguida de outros europeus, quase não alterou a natureza e amplitude desse comércio. A tradicional distinção entre a produção agrícola não comercializada e o comércio de produtos de luxo permaneceu a mesma.

Entretanto, as regiões da África Ocidental e Central começaram a participar do tráfico de escravos mais intensamente. O tráfico era resultado da edificação da economia capitalista mundial, com a Europa em sua base. Desde o século XVII, a região do Caribe fazia parte desse conjunto na condição de zona de produção anexa, cujas plantações, em pleno desenvolvimento, dependiam cada vez mais da mão de obra dos escravos capturados na África Ocidental e Central, transportados através do Atlântico. O número de escravos exportados para o Caribe aumentou gradualmente entre 1450 e 1650, e mais ainda entre 1650 e 1750, quando o volume triplicou.

Na África Ocidental e Central o modo de produção e o sistema político tiveram de ser ajustados em função das demandas do comércio de escravos. A busca de africanos como escravos foi sistematizada e afetou as relações sociais e a organização política. É difícil saber a partir de que época o comércio considerado "de luxo", o tráfico de escravos, passou a ser "de primeira necessidade". Provavelmente, não foi antes de 1750, quando o volume subiu de modo inigualável. O período entre 1600 e 1750 foi para a economia capitalista um momento de pesar seus ganhos e tentar reunir suas forças a partir do que já haviam conseguido nas regiões geográficas incorporadas no século XVI. A expansão e incorporação de outras áreas começou após 1750.

A África foi incluída na economia capitalista mundial juntamente com a Rússia, o Império otomano, a Índia e o resto do continente americano (o Canadá, a parte ocidental da América do Norte, a ponta meridional da América do Sul), entre 1750 e 1800.

No momento em que foi integrada à economia mundial, a África não constituía uma economia propriamente dita, embora tivesse modelos de economias regionais que, muitas vezes, ultrapassavam o âmbito único da comunidade. O processo de incorporação envolveu mudanças em setores importantes da produção e também nas estruturas políticas das áreas incorporadas, que eram enfraquecidas e sobrepujadas por novos sistemas políticos coloniais – processo materializado a longo prazo. A integração da África não nasceu de um dia para outro. Foi um processo lento e regular, que não eliminou imediatamente a permanência dos velhos esquemas de produção agrícola e a predominância de valores e ideias associados a eles. Ocorreu que uma parte da produção logo foi direcionada para o mercado mundial e isso exigiu a reestruturação da força de trabalho, que gerava lucro. Tal processo representou a base econômica indispensável para a integração ao sistema econômico capitalista com todas as suas consequências políticas.

Convém enfatizar que a África não escolheu ser incorporada à economia mundial. A integração foi um processo exógeno que se chocou com resistências, mas essas não impediram que por volta de 1800 a África estivesse mergulhada no sistema econômico mundial. A integração não começou com a mudança de "comércio de escravos" para comércio "legítimo". A integração antecipou a mudança no comércio, e isso aconteceu até em áreas onde o tráfico de escravos não existia, como, por exemplo, no sul da África. A mudança veio essencialmente porque, com a incorporação da África ao sistema mundial, tornou-se claro que o comércio de escravos não era mais benéfico ao sistema como um todo. O cálculo da rentabilidade, a partir daí, deveria incluir não só o custo da produção ou a

demanda por escravos, mas também o "custo de oportunidade" envolvido na transferência dos escravos para regiões onde poderiam produzir matéria-prima para a economia mundial.

Uma das maiores consequências da incorporação foi que esta implicava na emergência de estruturas políticas capazes de assegurar o funcionamento da economia. Pressões exercidas do exterior visavam impor tais estruturas. Quando as estruturas vigentes bastavam para desempenhar o papel esperado, de qualquer modo que fosse, pouca pressão era exercida para impor a mudança. Contudo, a participação na economia-mundo reforçava a importância econômica de certos agentes internos capazes de criar estruturas políticas adequadas; e foram eles que pressionaram para obter as modificações de estrutura. Tal situação engendrou uma gama de desordens que pouco beneficiava os Estados participantes da economia-mundo. Estes últimos, por sua vez, esforçaram-se para impor uma estabilização política ao criar Estados que participassem do sistema interestatal e, portanto, que aceitassem as pressões correlatas. Sabe-se que esse processo tendeu, finalmente, em grande parte da África, à criação dos Estados coloniais.

Do ponto de vista político e econômico, a abolição da escravidão foi um acontecimento capital nessa evolução. De fato, a abolição do tráfico e da escravidão nas plantações resultou diretamente do funcionamento da economia capitalista, tal como o próprio fenômeno do tráfico e da escravidão. Isto ocorreu porque, para que o trabalho dos escravos nas plantações fosse economicamente viável, era preciso manter os custos abaixo de um certo nível, o qual era fortemente condicionado pelo fato de os escravos serem majoritariamente recrutados por outros meios que a reprodução da população. O próprio fato do aumento do número de escravos "recrutados" modificou progressivamente o caráter econômico do tráfico de escravos na África Ocidental, aumentando os "custos de oportunidade" desse tráfico e modificando, então, a taxa mundial de acumulação.

Esse fenômeno geral se manifestava paralelamente a um problema mais especificamente britânico. A produtividade das plantações de cana-de-açúcar das Antilhas britânicas não parou de cair no século XVIII. Logo, a Índia ofereceu à Grã-Bretanha uma vasta zona de produção, permitindo-a paliar essa situação. Entretanto, tratava-se de uma região onde a produção agrícola já era densa e a prática da escravidão arriscava ser economicamente dispendiosa demais (se se quisesse reduzir a população autóctone à escravidão), além de ser muito difícil politicamente, caso se optasse pela importação de escravos. Consequentemente, desde então, o tráfico de escravos parecia, de imediato, menos útil para a produção açucareira e para as outras culturas praticadas nas zonas de influência britâ-

nica, e, até mesmo contraindicado se houvesse a intenção de encorajar as culturas comerciais na África Ocidental. Ora, a Grã-Bretanha, graças a sua supremacia sobre o mundo nessa época, encontrava-se em uma situação político-militar que lhe permitia executar a abolição da escravidão. Compreendemos, então, que os interesses de todos os capitalistas da economia-mundo se encontravam condizentes com aqueles, mais particulares, da subclasse dos capitalistas britânicos, a fim de criar um clima político favorável ao abolicionismo.

A incorporação da África na economia capitalista fortaleceu a supremacia britânica, que se tornou a força mais poderosa do sistema capitalista mundial. Mas essa supremacia mais tarde seria desafiada por outras forças de poder na Europa e pelos Estados Unidos. Finalmente, por volta de 1900, grande parte da África foi colonizada pela Inglaterra, França, Portugal e Alemanha.

Tendências e novos processos na África do século XIX

A primeira das novas tendências na África do século XIX foi de ordem demográfica. A eliminação do tráfico de escravos provocou mudança gradual na taxa de crescimento da população, principalmente durante as três últimas décadas do período em consideração.

Mas o crescimento populacional não foi o único fenômeno notável no século XIX. Ainda mais espetacular foi a redistribuição demográfica sob a forma de migrações e movimentos no interior do continente. Tais migrações internas incluíam as dos nguni, na África Austral e Central, dos chokwe, na África Central, dos azande, na África Oriental, dos fang na África equatorial e dos ioruba, na África Ocidental. Em todos esses casos, as migrações resultaram na formação de novas entidades políticas. No caso dos nguni, houve a criação de novos reinos, tais como Gaza, Suazi, Ndebele, Sotho e Pedi. Entre os ioruba, novas cidades surgiram: Ibadan, Abeokuta, Oyo, Iwo, Modakeke e Sagamu, e se tornaram centros políticos poderosos.

Muito mais revolucionárias ainda foram as tendências novas que surgiram no plano social, que foram mais particularmente verdadeiras no campo religioso. Como se sabe, a difusão do islamismo na África, a partir da Arábia, teve início no século VII. Contudo, esse processo consolidou-se, exceto no norte da África e no Vale do Nilo, somente nos últimos anos do século XVIII de modo esporádico e, com algumas exceções, pacífico, tendo se dado, sobretudo, através do comércio. A partir da primeira década do século XIX, essa propagação, ao contrário, tomou um rumo fortemente conquistador e dinâmico, particularmente no norte e no oeste da

África. Durante o século XIX, existiram ao menos quatro *djihad* de grande envergadura e diversas outras de menor importância: a de 'Uthmān dan Fodio nos estados haussas, em 1804; a do Shaykh Ahmad em Macina, em 1818; a de al-Hadjdj 'Umar na região dos bambara, em 1852; de Samori Touré na década de 1870.

Com exceção da *djihad* de Samori Touré, todas as outras foram lideradas e organizadas pelos fulbe e fulani, cujas populações estavam distribuídas em várias áreas do Sudão Ocidental.

Estas revoluções ou *djihad* islâmicas tiveram, no plano político e social, consequências de porte considerável. Politicamente, abriram o caminho para a criação de impérios imensos, como o do califado de Sokoto e o Império do Macina.

Por outro lado, as revoluções foram ainda mais profundas no plano social. Em primeiro lugar, a ação educadora e o proselitismo dos instigadores dessas *djihad* tiveram como efeito não só a purificação do islamismo, como também a difusão dessa religião urbana nas zonas rurais. Promoveram o conhecimento dos ensinamentos do Corão e os trabalhos dos líderes islâmicos juristas e desencorajaram a permanência das religiões tradicionais, que continuavam a se misturar com as práticas islâmicas.

A *djihad* resultou também na melhoria da educação e dos estudos, no nível de instrução e na taxa de alfabetização das populações muçulmanas durante o século XIX. Enfim, essas *djihad* deram lugar, em toda a região sudanesa, a um sentimento de solidariedade islâmica que permanece até os dias atuais.

Em conclusão, convém dizer que os líderes das *djihad* não conseguiram estabelecer totalmente no Sudão ocidental um califado verdadeiro, administrado de acordo com as leis islâmicas. Faltou-lhes compor com certas instituições e realidades sociopolíticas já existentes. Tampouco viram surgir, ao final das suas campanhas, uma cultura e sociedade islâmica uniforme e isenta de quaisquer influências, mas sim uma cultura fulbe-haussa no país haussa e uma cultura fulbe-mande na região do Arco do Níger. Estas eram, de todos os modos, fortemente impregnadas dos princípios islâmicos e dos ensinamentos dos pais fundadores.

O islamismo ganhou igualmente terreno em outras partes da África, especialmente na atual Líbia, na Cirenaica e no leste do Saara, e depois, mais tarde, nas regiões setentrionais do Sudão atual, onde foi propagado pelos sanūsi e mahdistas; enfim, no interior da África Oriental e, sobretudo, no Buganda, na sequência dos contatos estabelecidos com os comerciantes árabes e suaíli.

Não menos revolucionária e durável em seus efeitos foi, à mesma época, a campanha empreendida pelos missionários cristãos. Ainda que as primeiras tentativas de se implantar o cristianismo nas regiões que se estendiam ao sul do

Sudão ocidental remontem à época das explorações portuguesas do século XV, mal se encontravam traços dessa religião na África ao final do século XVIII. Todavia, isso se alteraria radicalmente a partir dos últimos anos daquele século. Desse modo, no início de 1800, somente três sociedades missionárias trabalhavam em toda a África Ocidental. Mas, em 1840, apenas quarenta anos mais tarde, elas já eram mais de quinze. As mais importantes eram a *Church Missionary Society* (CMS) (Sociedade Missionária da Igreja), a Missão da Alemanha do Norte ou a Missão de Bremen, a Missão Evangélica de Basileia, fundada na Suíça, a *United Presbiterian Church of Scotland* (Igreja Presbiteriana Unida da Escócia), e a Sociedade das Missões Estrangeiras fundada na França. Durante as três décadas seguintes, mais de uma dezena de novas congregações de origem americana vieram engrossar essa lista.

As sociedades missionárias não se limitaram a construir igrejas, a converter a população e a traduzir a Bíblia para as línguas africanas. Elas consagraram também muito tempo a desenvolver a agricultura, criando plantações experimentais; a ensinar profissões como pedreiro, carpinteiro, gráficos e alfaiates; a elevar o nível de vida da população e, sobretudo, a promover o comércio, a alfabetização e o ensino do tipo ocidental. Todas criaram escolas primárias, escolas técnicas e mesmo escolas secundárias.

A disseminação e o impacto do cristianismo e da educação ocidental representaram uma verdadeira revolução nas sociedades africanas. A população adquiriu habilidades técnicas e muitas ideias ocidentais.

Outra consequência da propagação da fé cristã foi o aparecimento de um pluralismo religioso e, portanto, da divisão das sociedades africanas em grupos rivais e concorrentes. Primeiro, as sociedades africanas dividiram-se entre convertidos e não convertidos. Da mesma forma, entre os convertidos havia também divisão entre católicos e protestantes. Esse esfacelamento foi causa de tensão e animosidade social em outras partes da África, especialmente em Uganda e Madagáscar.

A consequência mais importante, no plano social, da revolução feita pelos missionários foi, todavia, o aparecimento de uma elite instruída, primeiro no litoral, e depois, nas regiões do interior.

Na África do Sul instituições como a *Lovedale Missionary Institution*, em Natal, tornaram-se centros formadores de profissionais que mais tarde iriam constituir a elite. Entre eles, professores, auxiliares de justiça, escrivães, jornalistas, tradutores e trabalhadores agrícolas. Alguns membros dessa elite, como Tiyo Soga, Nehemiah Tile, Kenyane e James M. Divane, teriam um papel de primeiro plano na disseminação do cristianismo entre os bantos nas décadas de

1880 e 1890. Outros, como John Tengo Javabu, exerceriam papel importante na política do Cabo entre 1890 e 1910. Todavia, em relação ao conjunto da população negra da África do Sul, a elite educada permanecia, em 1880, numericamente insignificante.

Na África Oriental e Central essa elite era ainda menor nessa época. Na África Ocidental, ao contrário, e, em primeiro lugar, em Serra Leoa, constituiu-se, desde 1880, uma elite instruída relativamente numerosa. Ainda que na África Ocidental e, até certo ponto, nas regiões de Moçambique e Angola sob domínio português, uma fração dessa elite instruída tenha escolhido profissões tais como funcionário, professor, catequista, padre ou agente da Igreja, a maioria estabeleceu-se no comércio por conta própria, obtendo crédito junto a empresas estrangeiras e comerciantes locais. Embora concentrados na costa, espalharam-se cada vez mais para o interior. Essa elite cultivava os hábitos europeus e contribuiu para a penetração das ideias ocidentais no interior. Desse modo, ao final do século, a pirâmide social africana contava com um novo escalão, uma elite instruída que emergiu dentre empregados civis, do serviço religioso e dos negócios privados.

O aparecimento da elite instruída teve duas consequências importantes no período: o nascimento do etiopianismo, movimento nacionalista africano, político e religioso, e a revolução intelectual por ele provocada. O termo etiopianismo foi tirado de um versículo da bíblia, segundo o qual a Etiópia teria as mãos voltadas para Deus. O movimento surgiu da humilhação e rancor sentidos pelos africanos como resultado das discriminações infligidas pelos europeus, tanto no âmbito civil como religioso, nas últimas décadas do século XIX.

O movimento visava a instituição de igrejas cristãs dirigidas pelos próprios africanos e mantendo as tradições e culturas africanas. Nascido na África do Sul, provavelmente no início da década de 1860, ele se desenvolveu plenamente na década de 1880: as primeiras igrejas separatistas independentes etíopes ou africanas foram fundadas na África do Sul em 1884, pelo ministro protestante Nehemiah Tile. A partir daí, o movimento se espalhou para a África Ocidental, Oriental e Central.

Na África Ocidental, contudo, a elite instruída não se contentou com uma ação política. Ela também passou a refutar e denunciar as teses e práticas racistas através de uma série de artigos, brochuras, livros e discursos que deram vida ao segundo dos fenômenos excepcionais evocados acima, ou seja, a revolução intelectual e, com ela, a consciência racial africana, o pan-africanismo e a identidade africana.

Os pioneiros desse movimento na África Ocidental foram, sem dúvida, James Africanus Horton (1835-1883) e Edward Wilmot Blyden (1832-1912).

Horton – nascido em Serra Leoa – condenava o racismo e refutava as afirmações de que os negros eram inferiores aos brancos. Para ele, os africanos eram capazes de progredir, e, com a assistência de homens bons e capazes, provariam ao mundo o valor do continente africano. Ele acreditava também no pan-africanismo e na preservação da independência do povo africano. Entre suas obras figuram: "An African view of the Negro place in Nature" (1865) (Uma visão africana sobre o lugar do Negro na Natureza); "West African countries and peoples: a vindication of the African race" (1868) (Países e povos da África Ocidental: uma defesa da raça africana) e "Letters on the political conditions of the Gold Coast" (1870) (Cartas sobre as condições políticas da Costa do Ouro).

Edward Wilmot Blyden nasceu nas Antilhas e muito cedo imigrou para a Libéria, onde realizou os seus estudos e residiu durante toda a sua vida. Blyden defendia a palavra de ordem "África para os africanos", e se tornou um defensor do pan-africanismo, da identidade africana, do islamismo e da poligamia – mais adequada, segundo ele, à identidade africana. Publicou um grande número de livros e de brochuras, pronunciou diversos discursos na Europa e nos Estados Unidos condenando sem descanso as teorias racistas então em voga. Entre as suas obras estão *African colonization* (1862) (A colonização africana); *Vindication of the Negro race* (1857) (Em defesa da raça negra); *From West Africa to Palestine* (1873) (Da África Ocidental até a Palestina).

Outra personalidade que marcou a revolução intelectual daquela época foi, sem dúvida alguma, James Johnson, entusiástico evangelizador crioulo de origem ioruba. James Johnson expressava em sermões, artigos e cartas não só a defesa do nacionalismo nigeriano, mas também do etiopianismo, que se tornou a expressão das aspirações africanas, vangloriando e exaltando os sucessos da raça negra e, ao mesmo tempo, uma arma na luta pela conquista do poder e de posições no seio da Igreja e na função pública.

As concepções destes africanos instruídos, o saber e a cultura dos quais seus escritos são testemunho, a sutileza de seus argumentos e a força do seu raciocínio, suas publicações e correspondências evidenciam que se produziu uma verdadeira revolução intelectual, particularmente na África Ocidental, mas de um modo geral sobre todo o continente, revolução que não somente deu vida ao etiopianismo e ao pan-africanismo e defendeu a personalidade e a independência africanas nas instâncias da Igreja e do Estado, mas também devolveu o orgulho e a confiança à raça negra.

No plano político, as principais tendências que caracterizam esse período são a centralização, a modernização e a confrontação entre africanos e europeus.

Houve uma tendência à centralização das estruturas políticas estabelecidas na África no século XIX. Exemplos dessa tendência encontram-se nos Estados da *djihad* já mencionados e também na Etiópia, em Madagáscar e Uganda.

Além da tendência à centralização, o século XIX viu se desenvolver o fenômeno da modernização ou renascimento da África. Tal modernização manifestou-se principalmente no campo social, militar e constitucional.

No âmbito social, o contato com os europeus resultou no desenvolvimento de estradas de ferro, do telégrafo, de equipamentos agrícolas e de mineração, de gráficas, do ensino técnico e, sobretudo, de capital. Essas inovações criaram certamente possibilidades novas, mas constituíram também outros desafios. Parece que, na maioria dos casos, a atitude dos africanos não era de imitar cegamente ou de adotar sem discriminação esses aportes do estrangeiro, mas acima de tudo de adaptá-los e tentar uma síntese das duas civilizações.

Todavia, é no plano militar que a modernização teve os seus efeitos mais profundos e mais notáveis. Perante o avanço incessante dos europeus, diversos Estados africanos, em particular certos países da África setentrional e Ocidental, modernizaram os seus exércitos no plano da organização, da formação, dos equipamentos e do recrutamento.

O mesmo processo de modernização manifestou-se no campo institucional. Desse modo, constata-se que, devido ao desenvolvimento notável da elite instruída e dos *ulamā* que, naturalmente, começaram a querer se associar à administração do país, muitos Estados da África lançaram-se em diversas experiências políticas e constitucionais. De fato, é possível igualmente interpretar as *djihad* fulbe da primeira metade do século XIX como uma reação política violenta às tensões entre a nova elite letrada dos *ulamā* e a elite reinante tradicional, e ver nas rebeliões dos jula, da segunda metade do século, uma revolta da classe dos comerciantes instruídos contra a elite conservadora no poder. Em outras regiões da África, particularmente na costa ocidental, essas tensões não provocaram nem cruzadas nem explosões de violência, mas encontraram uma solução constitucional. De fato, a elite instruída não procurou, no século XIX, substituir a velha aristocracia no comando das diferentes nações, como o faria nas décadas de 1820 e 1830, mas tentou chegar a um compromisso e cooperar com ela dentro do quadro do sistema existente. Esse é o caso das tentativas constitucionais que se seguiram às migrações dos ioruba. Todavia, não há exemplo melhor dessa tendência que a constituição da Confederação fanti da Costa do Ouro, redigida em 1874.

Os objetivos da Confederação foram fixados de forma verdadeiramente surpreendente pelo seu caráter progressista e moderno, enquanto o espírito no qual a Constituição foi redigida – busca por uma relação harmoniosa entre a elite instruída e as autoridades tradicionais – é, em si, revolucionário. Se uma chance tivesse sido dada a esses esforços e projetos audaciosos, fortemente inspirados nos trabalhos de Africanus Horton, a história da Costa do Ouro e provavelmente de toda a África Ocidental britânica teria seguido um curso diferente. Mas os britânicos tinham, desde 1873, posto um fim a esta audaciosa e notável iniciativa.

Todos esses exemplos mostram claramente: mudanças fundamentais intervieram tanto no campo político como nos planos religioso e demográfico; e inúmeras questões cruciais – relações entre a elite instruída e as autoridades tradicionais, problemas de desenvolvimento socioeconômico, a noção de independência política e a concepção e a prática do pan-africanismo, ou ainda a discriminação racial – têm sua origem no período em questão.

No campo econômico, assim como em outros, novas tendências surgiram no século XIX. O tráfico de escravos, a principal fonte de renda dos reis, dos chefes militares e de seus conselheiros, só a eles enriquecia. Mas, assim que foi substituído por um comércio baseado em produtos naturais como o óleo de palma, o amendoim, o algodão, a borracha, o mel, a cera de abelha, a noz-de-cola etc., que o povo e, principalmente, os habitantes das zonas rurais podiam cultivar e colher, uma redistribuição progressiva da renda se seguiu, conduzindo à criação de uma nova classe de ricos, não somente nos centros urbanos e mercados, como nas áreas rurais.

O desenvolvimento dessa agricultura de exportação teve como outra consequência a integração progressiva na economia capitalista mundial não somente do comércio exterior da África, mas também de sua economia interna e de sua economia rural. Infelizmente, esta mudança fundamental no modo de produção não foi acompanhada em nenhuma parte da África pela evolução correspondente dos meios de produção. Em outras palavras, a passagem para a agricultura de exportação não se traduziu por uma mutação tecnológica dos meios de produção ou do tratamento industrial dos produtos antes da sua exportação. Desse modo, a África encontrou-se incapaz de desenvolver, durante esse período, uma economia que pudesse fazer frente à economia capitalista e industrializada da Europa; daí a tragédia que deveria se abater sobre ela durante as décadas seguintes.

A realização da unificação comercial da África é uma outra mudança econômica notável que sobreveio no século XIX, mas é com frequência negligenciada pelos historiadores.

Apesar da existência de longa data de rotas comerciais atravessando o Saara e o Darfur para chegar ao Vale do Nilo, não havia, até o início do século XIX, nenhuma rota comercial transcontinental ligando a África Central à África Oriental ou à do Norte. É somente no século XIX, e após a terceira década, que essas regiões foram ligadas por toda uma rede de grandes rotas comerciais, graças aos esforços dos árabes, dos suaíli, dos yao, dos nyamwesi e dos kamba na África Oriental, dos árabes do Egito e do Sudão, dos tio, dos ovimbundu e dos chokwe na África Central. Além de permitirem a unificação comercial do continente, a multiplicação dos contatos entre as regiões africanas e um crescimento considerável de empresários, de intermediários e de comerciantes africanos, essas infraestruturas tiveram como efeito a abertura progressiva do interior africano às influências e aos produtos manufaturados europeus e árabes/suaíli.

Infelizmente, o episódio colonial veio aniquilar todas estas esperanças tão construtivas como fascinantes. Tudo que foi dito atesta que o século XIX foi, como evidenciado, um período notavelmente dinâmico e revolucionário que viu se desenvolver inúmeras tendências e processos novos, cujos efeitos marcam o fim da África antiga e o advento da África moderna. Durante esse período, os africanos deram incontestáveis provas de sua capacidade de enfrentar desafios novos, de tomar iniciativas, de adotar e adaptar técnicas e ideias novas e de responder às transformações do seu ambiente. Não é menos claro que as realizações notáveis dos africanos nos campos político e social e, mais particularmente, no campo intelectual, superam em muito o sucesso registrado em questões econômicas. No final do século, a maioria dos Estados africanos gozava de sua autonomia e de sua soberania, enquanto, no campo das realizações intelectuais e de trabalhos universitários, os africanos mostraram-se muito acima das expectativas de seus detratores europeus. Infelizmente, esses incontestáveis sucessos sociais, intelectuais e políticos ficaram longe de ser acompanhados de sucessos tecnológicos e econômicos equivalentes. Os africanos não puderam, também, lançar as bases econômicas e tecnológicas que lhes teriam permitido resistir à violenta tempestade imperialista que, desde o final do século, devastaria o continente. Tal foi a causa fundamental da tragédia que viveu, então, a África, dividida, conquistada e entregue ao domínio colonial.

A abolição do tráfico de escravos

As concepções europeias sobre os africanos começaram a mudar no século XVIII, à medida que eram vistos em termos mais humanitários. Essas levaram à exigência da abolição do tráfico de escravos.

Na França, a veiculação do pensamento e das ideias de autores como o filósofo Diderot encorajaram a aversão à escravatura. Na Inglaterra, a sensibilização do povo para a filantropia se fazia pela explicação teológica que brotava de uma profunda renovação evangélica. Após terem proibido o comércio de escravos entre eles, os quacres americanos persuadiram os quacres britânicos a juntarem-se ao movimento abolicionista inglês. Ao mesmo tempo, uma campanha intensa era realizada nos meios políticos. Aos 25 de março de 1807, a Inglaterra aboliu o tráfico. Foi a segunda abolição oficial, depois da Dinamarca em 1802. Os Estados Unidos generalizaram as decisões individuais dos quacres em 1808. Essa defesa dos interesses humanitários pelos poderes políticos tinha tido por campeã a Grã-Bretanha, nação cujos negreiros haviam importado cerca de 1.600.000 africanos em suas colônias americanas ao longo do século precedente.

O fator humanitário foi importante para a abolição, porém o fator econômico é que possibilitou sua efetivação.

A campanha pela abolição realizada nos países ocidentais tinha a Inglaterra à frente. Proposições de abolição coletiva, lançadas pela Inglaterra em 1787, depois em 1807, haviam fracassado. Foi então proposto um plano às nações contra o tráfico internacional. Tal plano agradou a um público de perfil liberal ou filantrópico. Por outro lado, nenhuma economia nacional podia negligenciar a clientela ou as fabricações inglesas. Ademais, para os governos novos ou em dificuldade, que buscavam a aprovação inglesa, um gesto abolicionista equivalia a um verdadeiro gesto de cooperação. Inversamente, o projeto inglês suscitou a resistência de países que viam a abolição como parte do plano da Inglaterra para adquirir supremacia naval e controle do comércio mundial. Era o caso de Portugal, Espanha, Estados Unidos e França, que consumiam e distribuíam algodão, açúcar, café e tabaco de produção escravagista ligada à importação de africanos no Brasil, em Cuba, nos estados do sul dos Estados Unidos e nas Antilhas.

Sempre escravagistas nas colônias menores, a Dinamarca, a Holanda e a Suécia submeteram-se à pressão britânica. Substancialmente indenizados, Portugal e Espanha aceitaram-na em 1817. Mas Portugal conservou um tráfico essencialmente lícito no sul do Equador, que não se atenuaria senão em 1842, sob a ameaça de severas sanções militares inglesas. O tráfico brasileiro durou até 1850, e em Cuba foi até 1866. Os Estados politicamente mais fortes responderam de modo diferente às pressões inglesas. França e Estados Unidos continuaram com o comércio de escravos durante muitos anos, até sua abolição, respectivamente em 1830 e na segunda metade do século XIX.

Os plantadores na América e nas Índias Ocidentais resistiam à abolição por razões diferentes. Impermeáveis às ideias difundidas pelos organismos aboli-

cionistas, sua psicologia apelava invariavelmente aos estereótipos raciais e aos postulados civilizadores. O prestígio social ligado à posse de escravos e os hábitos demográficos ligados à ausência de imigração branca contribuíram para a justificação do sistema. A resistência se explicou sobretudo pela contradição percebida entre o crescimento da demanda ocidental em produtos do trabalho dos escravos e a interdição ocidental de importar os escravos, julgados indispensáveis para aumentar a oferta desses produtos.

Por isto, o tráfico escravista só foi de fato destruído com o apoio da frota naval inglesa e, posteriormente, francesa. Mas, para "extirpar o mal pela raiz", França e Inglaterra reconheceram que era necessário envolver os dirigentes africanos no processo da abolição. Consequentemente, introduziram duas modalidades novas: de um lado, a assinatura de tratados com os chefes locais, na costa, que se comprometeram a suprimir o tráfico nos territórios sob seu controle (tratados mais ditados que discutidos, mais impostos que desejados); por outro lado, a repressão através do bloqueio duradouro de grandes centros de exportação. E isso constituiu o início de uma política de diplomacia armada e intervencionista. A década 1841-1850 foi decisiva para a costa ocidental africana que, até então, permanecera o principal foco do tráfico.

Essa década foi também importante no que concerne ao tráfico transaariano. Contra ele, totalmente nas mãos dos africanos, não havia qualquer meio ocidental de repressão. Mas entre 1840 e 1842, a Regência de Tunísia aboliu o tráfico e, no Império otomano, a abolição ocorreu em 1857. Mesmo assim, o tráfico não foi interrompido em lugar nenhum da região.

Os abolicionistas sustentavam que, se não tivesse havido compradores de escravos, não teria havido vendedores. Invertendo a ordem dos termos, os escravagistas afirmavam que sem oferta africana de escravos não haveria demanda ocidental; sua boa consciência fundava-se em uma tácita cumplicidade da própria África.

Cliometristas, sociólogos e historiadores admitem que o tráfico foi uma catástrofe global para a África. A observação científica juntar-se-ia assim ao sentimento popular. Mas o propósito merece uma explicação. A ideologia humanitária era ocidental. É provável que não tenha havido o menor sentido no espírito dos distribuidores africanos da época – salvo raríssimas exceções. O que não quer dizer que eles fossem visceralmente incapazes de não mais praticar o tráfico, como os escravagistas ocidentais o pretendiam. A permanência da oferta africana de mão de obra exportável deve ser analisada em termos de racionalidade econômica. Distribuidor negro e exportador branco não mudavam nada em uma atividade pagadora, aproveitável às duas partes interessadas, que não visavam

outra coisa além do ganho. Assim foi no estágio elementar. A constante oferta se explicava pelo bom funcionamento de um sistema integrado. Inicialmente arruinaria os interesses constantes dos distribuidores não preparados, sem falar das repercussões que viriam a seguir sobre o organismo social e político próximo ou distante. Em resumo, enquanto o movimento de trocas entre o interior e a costa e o comércio externo desta não ofereciam alternativa decisiva ao tráfico, a "resistência" dos negreiros africanos a sua supressão era severamente determinada pela *necessidade* de evitar um caos comercial. A suposta cumplicidade dos distribuidores africanos não era senão uma resposta adaptada à realidade econômica imediata. Isso explica, aliás, a tendência à queda dos preços de venda de mão de obra exportável como defesa do mercado contra as crescentes pressões das forças repressivas.

Mas também essa realidade econômica transformou-se no decorrer do século XIX. Desde as primeiras décadas do século, a costa atendia às demandas americanas, francesas e inglesas de produtos naturais da África. Ainda que de fraco rendimento, o comércio não negreiro desenvolveu-se paralelamente – não em concorrência – ao tráfico. A concorrência existia entre as nações ocidentais, que definiam uma repartição "informal" das zonas de influência econômica, tolerada pelos dirigentes africanos. A modernidade que nascia por meio das revoluções tecnológicas e industriais na Inglaterra e na França criava a necessidade de produtos como o óleo, utilizado como lubrificante de máquinas, e matéria-prima para produzir.

Neste momento, um pequeno número de homens e mulheres das missões católicas e protestantes se tornaram agentes importantes da penetração ocidental. Mas o islamismo também cresceu ao longo do século. Desprovido de soluções práticas, o missionário tinha consciência de sua pequenez face ao islamismo fortemente africanizado e difundido. Buscou a formação de elites, mesmo que fosse ao desarraigá-los e aliená-los de sua cultura.

Ao contrário das missões católicas, as missões protestantes buscavam a influência temporal. A cristianização era concebida como um todo, que incluía educação e cultura, função socioeconômica e opção política. Expandiu o inglês falado e escrito e o cálculo em meios preparados há muito tempo. As técnicas de arquitetura, a imprensa e a medicina foram ensinadas por especialistas vindos de Serra Leoa. O saber pertencia ao povo que frequentava a missão. O benefício da participação criou privilegiados. O objetivo sociopolítico era criar uma classe média para destacar uma elite. Formada nos esquemas ocidentais, esta classe deveria normalizar e estender a dupla corrente do comércio, advinda da costa

ou a ela destinada. A difusão da civilização seria um resultado anexo, que o comércio de óleo por si, limitado às transações costeiras, foi incapaz de atingir.

Desse modo, bem ancoradas no mundo, as missões protestantes assumiram um papel reformador que compreendia a ingerência nas estratégias políticas e militares. Os missionários de Abeokuta pediram à Inglaterra o estabelecimento de uma estrada até o mar, a fim de acelerar as trocas – e a entrega do material bélico. Apelaram para a assistência técnica dos militares ingleses contra os daomeanos. Em Calabar, sua influência nas cidades-Estados obteve, por contrato, o fim das tradições locais. Poderosas, as missões não condenaram a intromissão concorrente da administração ocidental, que elas contrabalançaram aliando-se ou opondo-se ao comércio estabelecido.

Por volta de 1850, um movimento irreversível engajou missões, comércio e administração política em um processo de protocolonização efetiva. A introdução de cônsules com fins expansionistas avançou junto com os bloqueios militares e os protetorados. Para a diplomacia internacional, os pretextos eram sempre a supressão radical e definitiva do tráfico de escravos. Os meios humanitários tornaram-se instrumentos de poder econômico, militar e político.

O Mfecane e a emergência de novos Estados africanos

Os primeiros decênios do século XIX foram marcados por uma poderosa revolução social e política, que começou entre os nguni do norte e foi disseminada pelas atividades militares e sociopolíticas do rei zulu, Shaka. A revolução teve por efeito a destruição e a reedificação da organização dos Estados na África Austral de língua banto, bem como a transformação das condições de existência de numerosas comunidades nos territórios que vão dos confins da Zululândia (Natal) até o sul da Tanzânia. Essa revolução ficou conhecida como Mfecane (esmagamento) na língua nguni.

Várias explicações foram dadas a respeito do Mfecane. Mas, de todas as teorias, apenas a referente às pressões demográficas parece fundada em fatos e, nesse sentido, o argumento é convincente.

Por volta do final do século XVIII e, sobretudo, durante os primeiros anos do XIX, um conjunto de fatores, centrados principalmente na falta de terras em razão do crescimento demográfico, esteve na origem de uma agitação que tendeu, mais tarde, a uma explosão de violência na maioria dos Estados nguni do norte. Mudanças revolucionárias intervieram progressivamente no tecido social e cultural de sociedades inteiras. Essas mudanças e as adaptações trazidas

aos costumes sociais e às práticas tradicionais conduziram, na ordem militar, a inovações técnicas e a uma modernização da organização. Dentre os maiores inovadores desse período é preciso citar Zwide, rei dos ndwandwe; Dingiswayo, rei dos mthethwa, e Shaka, rei dos zulus.

Em virtude das guerras conduzidas por numerosos Estados nguni, das migrações que elas provocaram, das anexações e das incorporações diversas que resultaram delas, três poderosos grupos se destacariam, dominando assim a região. O primeiro, o dos ngwane-dlamini (chamados, em seguida, de swazi) comandados por Sobhuza, estava estabelecido nas margens do Pongolo. O Pongolo, o Mfolozi e o Oceano Índico delimitavam o território do segundo grande grupo, a confederação ndwandwe, na qual reinava o rei Zwide. A oeste dessa última encontravam-se chefias mais modestas, como a dos khumalo. O terceiro grande grupo, a confederação mthethwa, colocada sob a autoridade de Dingiswayo, ocupava aproximadamente, mais ao sul, o triângulo compreendido entre o Oceano Índico e os cursos inferiores do Mfolozi e do Mhlatuze.

Os chefes desses três grandes Estados eram monarcas supremos que recolhiam tributo em um conglomerado de pequenos Estados, chefias e clãs. Os Estados vassalos gozavam, em geral, de uma autonomia considerável para os assuntos da vida cotidiana, reconhecendo a autoridade suprema do suserano nos campos tão importantes quanto as cerimônias de iniciação, o pagamento do tributo e a condução da guerra.

O Mfecane aparece, portanto, de forma clara e particular, como o resultado de mudanças sociopolíticas radicais intervindas na maioria dos Estados nguni do norte. Ele foi ativado pela conjunção de uma explosão demográfica e de uma carestia de terras, agravadas por severa fome. Essa situação crítica levou à luta intensa na qual se lançaram os habitantes da região por recursos em rápida diminuição. Além disso, certos índices parecem indicar que o comércio de mercadorias importadas pela Baía de Delagoa suscitou rivalidades.

Não obstante, é evidente que as grandes mudanças que perturbaram, de forma tão eficaz, a organização política e militar dos Estados nguni procederam de iniciativas internas. Alguns desenvolveram uma formidável máquina de guerra baseada no sistema dos regimentos constituídos por faixas etárias. Outros utilizaram vários aspectos das estruturas sociais tradicionais para manter suas nações unidas.

Por esta razão, a revolução Mfecane deu à luz a novos Estados no sul, no centro e no leste da África. O Reino zulu emergiu das cinzas das confederações mthethwa e ndwandwe, bem como dos destroços de numerosas chefias nguni pré-Mfecane da região Zululândia-Natal. Os Reinos da Suazilândia e do Lesoto,

oriundos das entidades pré-coloniais criadas respectivamente por Sobhuza e Moshoeshoe, têm sobrevivido até os nossos dias. O Reino ndebele de Mzilikazi subsistiu apenas por um espaço de meio século, antes de ser tragado pela onda de colonização que inundou regiões inteiras da África Austral e Oriental, em um poderoso movimento que constituiu o apogeu do colonialismo europeu.

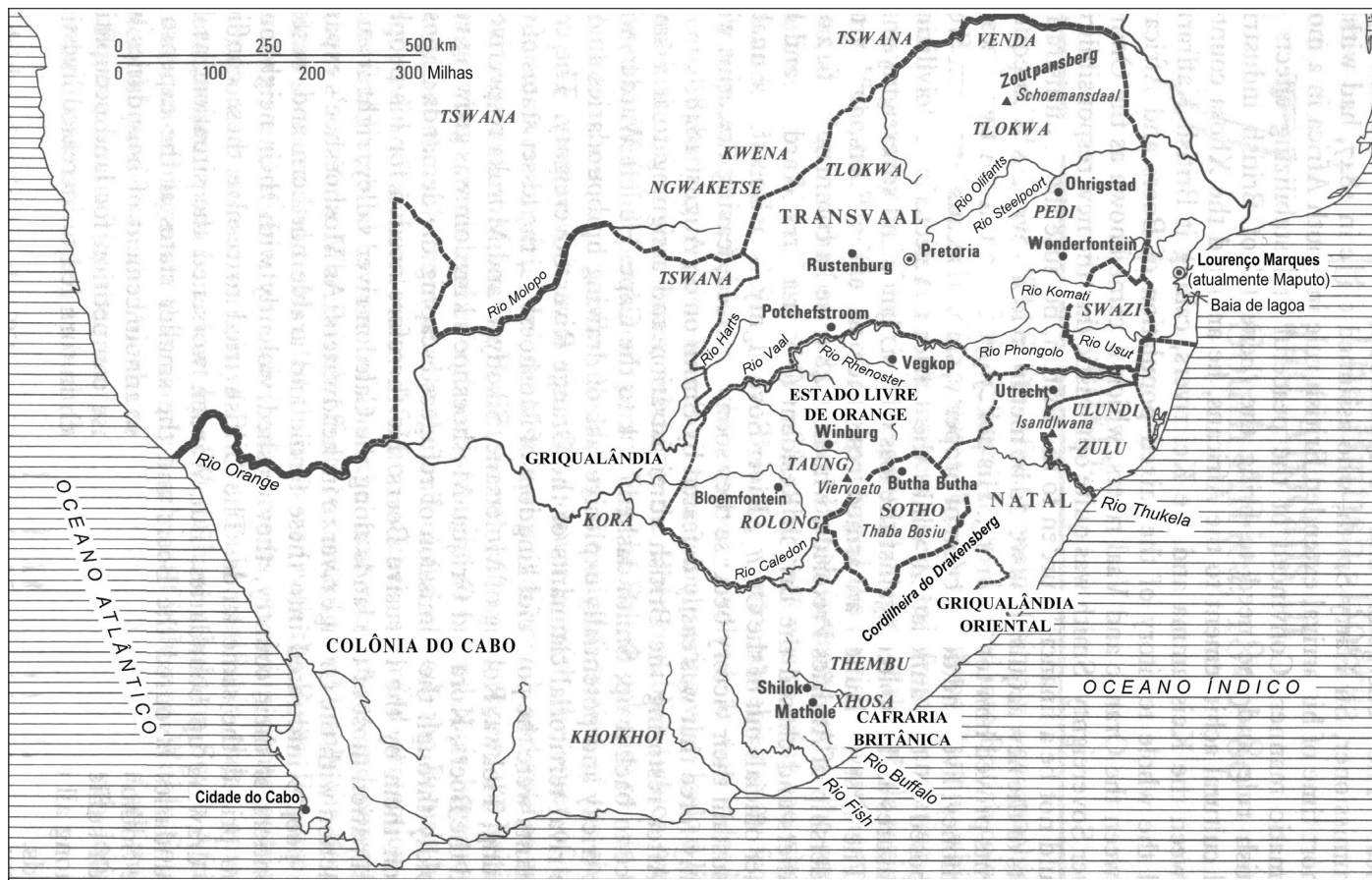
Mas se o Mfecane fez surgir novos Estados, também ocasionou o desaparecimento de uma multidão de pequenos reinos: hlubi, ngwane, mthethwa, ndwandwe, zizi bhele, e ainda outros.

Os Estados do Mfecane estavam divididos em categorias. Havia os de militarismo ofensivo, representados pelos reinos zulus, ndebele e gaza. Os diversos Estados nguni da região transzambeziana podem igualmente ser colocados nessa categoria. Tais Estados, que utilizavam o aparelho militar para conquistar e dominar os outros, tendiam também a fazer uso da espada ou do fuzil para garantir a fidelidade dos dominados. Por outro lado, entre os Estados do Mfecane que edificaram nações de caráter defensivo, podemos citar os reinos do Lesoto, dos swazi e, em certa medida, dos kololo. Em todos os Estados do Mfecane, a linha de parentesco era a matriz social sobre a qual se forjava, definitivamente, o Estado. Da mesma forma ocorria com a instituição da realeza.

As numerosas guerras do período do Mfecane reduziram consideravelmente o número das populações africanas, em particular, nas regiões de Natal e do Estado livre de Orange. De um lado, o Mfecane enfraqueceu muitos Estados africanos e reduziu sua capacidade de enfrentar ou resistir a um segundo Mfecane ainda mais destruidor que o primeiro, aquele que os fazendeiros bôeres desencadeariam, a partir de então, invadindo impunemente os territórios africanos a fim de se apossarem não só das terras, mas também do gado e das crianças (movimento migratório conhecido como *Great Trek*, e seus protagonistas, como *trekboers*).

Ademais, o Mfecane teve por efeito uma redistribuição das populações na África Austral. Provocou fortes concentrações em certos lugares, deixando "espaços vazios" em outros. Também engendrou uma plêiade de notáveis chefes, tais como Shaka, Mzilikazi, Sobhuza, Zwangendaba e Sebetwane.

O impacto do Mfecane sobre a Colônia do Cabo

Em termos de intensidade e impacto, o Mfecane pode ser relacionado às *djihad* dos fulbe na África Ocidental. No entanto, é preciso notar que, embora o início do Mfecane pareça ter-se dado por um acontecimento súbito, os fatores que o provocaram foram gerados durante muitos anos. Ao final do século XVIII,

Mapa da África do Sul indicando os Estados e os povos, 1850-1880 (segundo N. M. Bhebe).

surgiram gradualmente grandes Estados como ndwandwe, ngwane, mthethwa e outros. A competição dessas nações por territórios e recursos de comunidades menores resultou na manifestação violenta do chamado Mfecane.

A Colônia do Cabo nas vésperas do Mfecane incluía o território habitado pelos brancos, bem como o ocupado pelos africanos a oeste do Rio Great Fish. Em redor da Cidade do Cabo ficava a área onde se assentaram fazendeiros holandeses desde meados do século XVII. Estes, conhecidos como bôeres (fazendeiros), eram falantes do africânder e costumavam viver em grandes propriedades, onde dispunham de inúmeros servos africanos, a maioria khoisan. Os britânicos haviam tomado a Colônia em 1795, principalmente pela posição estratégica desta cidade como rota para o Extremo Oriente. Os bôeres não gostavam dos governantes britânicos e consideravam as atividades de seus oficiais, missionários e comerciantes como uma interferência indesejada no seu modo de vida. Os britânicos, por outro lado, estavam determinados a impor sua autoridade. Pretendiam, especialmente, controlar a fronteira oriental da colônia, onde os assentados haviam começado a confrontar os nguni do sul, principalmente os xhosa, que eram mais poderosos do que os khoisan do Cabo ocidental. A fim de fortalecer sua presença e ajudar a estabilizar a situação, várias fazendas foram destinadas a colonos britânicos em Albany, próximo ao porto Elizabeth, em 1820.

No conjunto, as relações entre os diversos grupos africanos na região eram relativamente pacíficas. Havia conflitos ocasionais entre os vizinhos khoisan e nguni e mesmo entre os vários grupos falantes do nguni. Todavia, tais conflitos eram geralmente localizados e efetivamente controlados. Porém, o mesmo não acontecia entre os africanos e seus vizinhos brancos. As margens orientais do Cabo, ao redor do Rio Great Fish eram, de fato, uma região de intensa hostilidade e conflito aberto entre negros e brancos. Os motivos disso variavam de disputas de terras nas fronteiras, roubo de gado e competição por melhores áreas de plantio. É, portanto, evidente que as relações na região do Cabo, especialmente entre negros e brancos, não eram pacíficas às vésperas do Mfecane.

O movimento Mfecane se iniciou em Natal, entre os grupos do norte que falavam a língua nguni. As causas exatas do Mfecane não são conhecidas. Parece, todavia, que a população desta região aumentara muito em poucas gerações. Esta tendência tinha levado a uma superpopulação, tendo em vista os métodos agrícolas na época. Como resposta a esse problema, novas formas de organização política foram implementadas. Nas últimas décadas do século XVIII, um certo número de chefias poderosas apareceu – as mais conhecidas foram as dos ndwandwe, ngwane e mthethwa. Nas duas primeiras décadas do século XIX,

todas estas chefias – inclusive a dos zulus – tinham se transformado em poderosos Estados militares liderados por chefes semimonárquicos: respectivamente, Zwide, Sobhuza, Dingiswayo e Shaka.

Pelo que se sabe, o primeiro grande conflito aberto começou em 1815 entre os ndwandwe de Zwide e os ngwane de Sobhuza. Os ngwane foram vencidos e obrigados a cruzar o Pongolo, região onde eles estabeleceram as fronteiras da nação swazi. No fim de 1817, o conflito entre os ndwandwe e os mthethwar teve lugar. Dingiswayo, o rei dos mthethwa, foi morto durante essa guerra, deixando o seu povo desmoralizado, disperso e privado de chefe.

Se uma nova potência não tivesse surgido sob o patrocínio de Dingiswayo, após a queda deste, os ndwandwe teriam obtido uma vitória total e o domínio de todo o território situado entre o Tugela e o Pongolo. Tratava-se de Shaka, o filho de Senzangakhona, chefe de um grupo zulu até então muito insignificante. Em sua juventude, Shaka formara-se em um dos regimentos mthethwa de Dingiswayo. Graças a sua inteligência e a sua capacidade de iniciativa, ele foi rapidamente promovido aos altos escalões do exército. Quando do conflito entre os ndwandwe e os mthethwa, Shaka não era somente um oficial superior do exército mthethwa: ele sucedera a seu pai como chefe de um pequeno grupo zulu até então colocado sob o comando dos mthethwa.

Quando Zwide matou Disginswayo, Shaka e seus zulus constituíram o único centro de resistência séria contra ele e os ndwandwe. Shaka se preparou para um confronto decisivo com Zwide, fazendo passar para o seu controle diversas chefias, entre elas os mthetwa desmoralizados. Ele aperfeiçoou também os seus novos métodos de guerra e arrolou para o seu exército todos os jovens com idade para a escola de iniciação. Esta foi abolida e substituída por centros de treinamento para a juventude.

A famosa guerra entre os ndwandwe de Zwide e Shaka aconteceu em 1818. Zwide foi completamente derrotado após uma série de campanhas. Sem encontrar oposição séria nas terras nguni do norte, Shaka prosseguiu as suas campanhas para edificar seu Estado militar zulu. Seu principal meio de expansão foi a conquista e a integração das chefias vencidas à nação zulu.

A devastação ocasionada pelas atividades dos zulus levou muitas pessoas – grupos desalojados e indivíduos – a fugir de suas casas e tomar o rumo das montanhas Drakensberg. Conforme se evadiam, esses grupos também atacavam os habitantes dos lugares por onde passavam, roubavam o gado e destruíam suas plantações e casas. Essas ações desencadearam várias séries de migrações na mesma medida em que mais pessoas eram desalojadas pelos bandos de andarilhos. Os refugiados que conseguiam chegar à Colônia do Cabo haviam perdido

a identidade de grupo e seus líderes. Estavam sem-teto, famintos e inseguros. Desse modo, não constituíam uma ameaça militar, pois não possuíam armas nem liderança. Procuravam somente ajuda e uma chance de se estabelecerem e dar início a uma nova vida.

Até 1828, os acontecimentos do Mfecane não tinham ameaçado seriamente a estabilidade e o equilíbrio das relações entre brancos e negros do Cabo. Os refugiados tswana e sotho que afluíram na parte branca da colônia foram rapidamente integrados à sua vida econômica. No nordeste, os mpondo – grupo nguni do sul – tinham, quase por si mesmos, impedido os regimentos de Shaka de avançar além das terras mpondo.

Mas nesse mesmo ano, um grupo diferente de refugiados, os ngwane, apareceu para ameaçar os habitantes do Cabo. Diferentemente dos sotho e dos tswana, esses refugiados haviam mantido quase intacta a sua coesão política e capacidade militar. Os ngwane eram comandados por Matiwane, um guerreiro experiente que já aterrorizara vários Estados – inclusive aquele dos sotho de Moshoeshoe.

A chegada dos ngwane coincidiu com a dos regimentos zulu, de Shaka, criando um sentimento de inquietude entre os colonos. Assim que os ngwane penetraram no Cabo, encontraram-se face a face com uma coluna avançada das forças da Colônia que os tomou enganosamente por zulu. Seguiram-se escaramuças sem grandes consequências. Os colonos se prepararam para uma batalha maior e mais decisiva. Uma força composta por tropas britânicas, colonos, regimentos xhosa e tembu foi colocada em prontidão para a batalha final. Os ngwane foram completamente derrotados.

A derrota decisiva dos ngwane conduziu à eliminação de um dos agentes mais poderosos e mais destruidores do Mfecane. Posteriormente, a colônia e as regiões vizinhas não sofreram mais ameaças externas sérias. Essa ação orquestrada contra os ngwane significou a formação de uma aliança temporária entre os ingleses, os xhosa e os tembu. Isto exigira, naturalmente, a suspensão das hostilidades entre os britânicos e os xhosa. Desse modo, pode-se concluir que a despeito da tensão e dos conflitos que caracterizavam as relações entre xhosa e colonos, houve um equilíbrio na relação; brancos e negros se sentiram ameaçados e fizeram um esforço conjunto para se defender.

Um dos resultados mais graves do Mfecane foi os inúmeros refugiados que restaram sem chefes, errantes e miseráveis; às vezes recebidos por alguns dirigentes, nunca foram totalmente assimilados pelas comunidades que os acolhiam. Muitos deles eram elementos originários de Natal, que penetraram na região nguni do Cabo. Eles chegavam em grupos mais ou menos grandes ou, às vezes,

isoladamente. Alguns vinham do norte das terras nguni, outros da região do Vale do Caledon. Como eram famintos e miseráveis, viviam da mendicância, *ukufenguza*, expressão da qual deriva *amamfengu*, daí *mfengu*. Parece que esse nome lhes foi dado pelos seus anfitriões tembu, xhosa e mpondo.

Considerando-se diferentes dos xhosa e identificando seus temores e seus interesses com os dos colonos britânicos, os mfengu foram levados a se distanciarem dos xhosa e se juntarem à colônia na primeira oportunidade. Essa oportunidade foi finalmente fornecida pela sexta guerra fronteiriça (1834-1835), quando os mfengu tiveram que decidir sobre a posição a ser adotada numa guerra que, para começar, eles consideravam como um conflito entre os ingleses e os xhosa.

Do início da guerra, em dezembro de 1834, até maio de 1835 – quando deixaram as terras xhosa e foram se instalar nos territórios controlados pelos britânicos –, os mfengu realizaram uma tarefa de espionagem considerável contra os xhosa. Finalmente, em 3 de maio de 1835, cerca de 16.000 homens, mulheres e crianças mfengu partiram, escoltados por tropas britânicas, com 15.000 cabeças de gado e milhares de cabras pertencentes aos xhosa. A viagem terminou em 14 de maio, quando chegaram nas terras concedidas pelo governo colonial britânico.

Imediatamente após a chegada em seu novo território, os mfengu se juntaram ao exército britânico para expulsar os xhosa. Eles se encarregaram igualmente de vigiar todas as passagens que levavam à colônia e de recuperar qualquer gado eventualmente roubado pelos xhosa. Ademais, se prestaram a fornecer mão de obra barata para a colônia. Ao cooperar com os missionários, os mfengu permitiram que seus filhos fossem educados na missão, e vários adultos assistiam aos serviços religiosos.

Assim, a evacuação dos mfengu foi calculada de modo a enfraquecer os xhosa quando dos futuros conflitos com os brancos. A região onde os mfengu foram instalados tinha sido escolhida porque constituía uma zona intermediária entre os xhosa e a colônia britânica.

Os britânicos, os bôeres e os africanos na África do Sul em 1850-1880

Os britânicos começaram a se retirar do interior da África do Sul em 1850. Anteriormente, haviam ocupado a área com o governo de sir Harry Smith. Ele anexou o país e a totalidade do território habitado pelos bôeres e africanos,

situado entre os rios Vaal e Orange. Sua política expansionista provocou guerras violentas. De fato, os bôeres não aceitaram ser anexados, ao passo que os africanos rejeitavam as medidas "civilizadoras" e se rebelavam para recuperar as terras confiscadas e a soberania perdida.

Os primeiros a iniciar a resistência armada foram os bôeres sob a liderança de Andries Pretorius. Em 1848, ele reuniu uma tropa de 12.000 homens e expulsou da colônia os residentes britânicos. Mas os bôeres foram incapazes de usufruir de sua vitória. Não tardaram a se dispersar, deixando Pretorius com poucos homens, facilmente derrotados por Smith em 29 de agosto de 1848.

Os britânicos tentaram mediar os conflitos traçando fronteiras. Mas essa tarefa tornou-se um problema. A cada tentativa de definir os limites dos territórios de africanos e bôeres, um deles ficava insatisfeito. A situação se agravou ainda porque as fronteiras favoreciam os bôeres e os Estados menores, em detrimento dos sotho, liderados por Moshoeshoe. Ademais, o simples fato de anunciar que as fronteiras seriam traçadas provocou uma competição intensa entre todos os grupos populacionais para a ocupação das terras, o que levaria ao recrudescimento dos saques ao rebanho.

Nesse mesmo período, na Colônia do Cabo, as forças britânicas eram monopolizadas pela guerra contra os xhosa, que iniciara em dezembro de 1850.

A guerra de 1850-1853 entre britânicos e xhosa foi provocada pelos esforços que Smith empregou para privar os xhosa de sua independência. Em 1848, ele se apoderou de vastos territórios xhosa. Inúmeros xhosa foram impedidos de se estabelecer em suas antigas terras, que haviam sido repartidas entre os mfengu e os agricultores brancos. Os xhosa foram divididos entre diferentes reservas e os poderes de seus chefes, fortemente limitados pelo controle dos magistrados brancos. Costumes tais como o da *labola* (dote) e as acusações de feitiçaria foram postos fora da lei como contrários ao direito britânico. Os magistrados brancos impunham sua lei aos xhosa sem conhecer absolutamente nada das leis africanas. Tudo isso enfureceu os xhosa. A partir daí, iriam procurar qualquer oportunidade para se desvencilhar do domínio britânico.

A ocasião chegou quando os britânicos destituíram um chefe xhosa com a intenção de colocar um branco em seu lugar. O povo rejeitou tal imposição e, em dezembro de 1850, os xhosa não mais suportaram as ingerências em suas vidas e começaram a atacar as forças e as instalações militares britânicas na região. Eles liquidaram vários postos militares. A guerra se arrastou até outubro de 1852, quando os britânicos finalmente derrotaram os xhosa e pilharam a maior parte do gado.

O custo da guerra contra os xhosa e a desorganização total da administração britânica na colônia induziram o governo britânico a renunciar à política

radical de Smith. Para enfrentar a situação na colônia sem serem incomodados, eles asseguraram aos bôeres a sua independência mediante um acordo. Nos termos desse acordo, os britânicos e os bôeres excluíam os africanos dos seus mercados de armas de fogo e munições, enquanto os bôeres teriam livre acesso aos mercados britânicos de armas. Em resumo, os brancos garantiram para si a superioridade militar sobre os africanos e tornaram tecnicamente inevitáveis as suas conquistas posteriores.

Antes de se retirar completamente do interior, o novo alto-comissário da colônia queria restabelecer o prestígio militar britânico atacando o Reino de Moshoeshoe. Mas ele enfrentou uma resistência forte da infantaria e da cavalaria sotho, e preferiu retirar-se. Essa experiência reforçou a convicção dos britânicos de que a região não poderia ser preservada senão a custos altos. Buscaram então estabelecer alianças com outros grupos bôeres na região.

As terras xhosa na fronteira oriental da Colônia do Cabo foram confiscadas e vendidas aos fazendeiros brancos ou doadas aos mfengu. Em 1854, os britânicos se retiraram do interior, deixando bôeres e africanos sozinhos. Mas mantinham sua autoridade na Colônia do Cabo e Natal, de modo a interditar aos bôeres, frágeis e desunidos, qualquer via de acesso ao mar e as suas bases navais.

No início da década de 1870, o poder, tanto em Natal quanto na Colônia do Cabo, concentrou-se pouco a pouco nas mãos dos colonos brancos, ingleses e bôeres, graças a um sistema de disposições constitucionais. Os africanos, tanto em Natal quanto no Cabo, foram amontoados nas reservas onde eram submetidos ao imposto, a fim de obrigá-los a se engajar como trabalhadores nas empresas dos brancos e assegurar o financiamento da sua própria administração. Além dos próprios obstáculos financeiros, os colonizadores procuraram sistematicamente transformar os africanos em proletários, recorrendo para isso a diversos meios: educação com orientação técnica; ruptura da sua coesão social ao despojar os chefes de seus poderes; aplicação das leis europeias; limitação das terras postas à sua disposição e, sobretudo, às atividades missionárias cristãs.

A partir de 1870, os interesses britânicos e sua expansão na África do Sul coincidiram com a época em que muitos recursos minerais foram descobertos na região, dando início a novas disputas entre as repúblicas bôeres e os Estados africanos pelas minas de diamante. Os britânicos então se ofereceram para arbitrar a disputa. Destinaram os garimpos aos africanos e depois anexaram essa área como Griqualândia ocidental, mais tarde incorporada à Colônia do Cabo. Essa atitude resultou em profundo descontentamento dos bôeres e no consequente prejuízo das relações mantidas com os britânicos.

Para melhor assegurar seus interesses, os britânicos tentaram fomentar uma confederação dos Estados brancos subordinados na região, que compreendia as duas repúblicas bôeres – o Transvaal e o Estado Livre de Orange –, a Colônia do Cabo, Natal e Griqualand. Porém, todas as tentativas pacíficas falharam, pois nenhum desses Estados estava disposto a participar de uma federação. As lutas pelas minas de diamantes era a questão principal.

Os britânicos recorreram então a meios coercivos. Aproveitando-se de uma desavença nas fronteiras entre os bôeres do Transvaal e os pedi (um Estado africano), eles anexaram o Transvaal em 1877, com a esperança de assim conseguir formar uma federação. Para o esquema ser bem-sucedido, decidiram que era também necessário anexar os Estados africanos naquela área. A primeira meta seria incorporar a zululândia. Para isso, se organizou uma guerra contra os zulu. Apesar da resistência heroica do rei Cetshwayo e de seus militares na batalha de 1879, os zulu foram derrotados. Isto, entretanto, não resultou na sua anexação à federação projetada pelos britânicos, mas no fracionamento da zululândia em diversas chefias.

Nesse momento, as dificuldades dos britânicos aumentaram com o movimento de independência boêre do Transvaal, e as insurreições antibritânicas no Cabo e no Lesoto, entre fins da década de 1870 e início de 1880.

Devido a essas dificuldades, a Grã-Bretanha se contentaria, no momento, a manter um controle parcial sobre as diversas partes da África do Sul, principalmente graças aos residentes instalados no local para acompanhar constantemente a evolução da situação. Ela tentaria de novo impor muito mais firmemente sua autoridade após a descoberta do ouro, na metade da década de 1880. Do ponto de vista dos africanos, entretanto, a Grã-Bretanha já tinha feito muito para reduzir a sua independência.

Os países da Bacia do Zambeze

O presente estudo é dedicado ao exame das grandes mudanças ocorridas ao longo dos três primeiros quartos do século XIX na África Central, território que hoje agrupa Malaui, Moçambique e Zâmbia. Ele concerne, em particular, à região do Vale do Zambeze, importante zona de trocas econômicas e culturais, onde se forjou grande número dos principais Estados ligados à história dos povos shona e lunda.

É provável que a formação dos primeiros Estados tenha se iniciado na região ao sul do Zambeze bem antes do século XIX. O processo de formação desses

Estados provavelmente começou ao sul do Rio Zambeze com a imposição da autoridade dos migrantes shona sobre as populações locais, levando à emergência de Estados shona independentes, os quais mantiveram controle efetivo na região até o século XIX. Os lunda também fizeram incursões significantes na região antes de 1800. A primeira migração lunda ocorreu no século XVII e, durante todo o século XVIII, eles consolidaram seu poder e expandiram sua autoridade na área. No início do século XIX, diversos Estados lunda atingiram seu apogeu, enquanto outros se expandiam rapidamente.

Por volta do fim do século XVIII, a África Central saía de uma fase dinâmica de sua história. As migrações e as conquistas dos séculos precedentes haviam modificado o mapa político e cultural da região, ao passo que a importância das trocas comerciais tinha aumentado consideravelmente. Tais mudanças, por sua vez, frequentemente provocaram tensões entre os conquistadores e as populações conquistadas, bem como entre os diferentes grupos econômicos que disputavam os magros recursos da região. Foi assim que, apesar de uma certa tendência à centralização política, a situação continuou relativamente instável e pôde ser explorada pelos mercadores estrangeiros ou por uma nova onda de imigrantes conquistadores.

A penetração comercial sem precedente ocorrida no século XIX, a partir da costa oriental africana, provocou a entrada da maior parte da África Central na economia capitalista mundial. Tal como na África Ocidental, o comércio de escravos desempenhou um papel determinante nesse processo graças ao qual a região, em particular aquela situada a norte do Zambeze, se integrou à periferia do sistema internacional de trocas. Não obstante algumas semelhanças de base houve, contudo, importantes diferenças. Em vez de ser destinada ao Novo Mundo, a maioria dos cativos era ali exportada para as plantações do Oceano Índico, para Madagáscar e para o Oriente Médio: o importantíssimo papel do comércio de marfim e o fato de as grandes mudanças que acompanharam a integração no mercado mundial terem se desenrolado em um lapso de tempo muito mais curto, também distinguem a África Central da África Oriental. Desse modo, a violência que acompanhava o tráfico de escravos era provavelmente mais marcada na África Central, o que se traduzia por uma fragmentação da sociedade e uma desorganização sem precedentes da economia rural. Sem dúvida, certas sociedades comerciantes da África Central, ou pelo menos suas classes dominantes, tiraram proveito, por pouco tempo, de sua participação do mercado de escravos e de marfim. Mas, por fim, elas se encontraram em uma situação de subordinação e de dependência em relação ao sistema comercial internacional, cujos centros de decisão estavam fora da África.

Assim como a integração progressiva da África Central ao sistema capitalista mundial, as invasões nguni e sotho, que começaram nos anos 1820, representaram a continuação dos processos políticos em curso, porém, sob novas formas e em uma escala sem precedente. A diáspora dos povos da África Austral insere-se no quadro mais abrangente das migrações e da formação de Estados que, há vários séculos, haviam se iniciado. Em alguns casos, os imigrantes estabeleceram seu domínio sobre grupos que conseguiram permanecer fora da esfera de influência dos Estados shona e lunda. A dominação exercida pelos gaza nguni sobre os tonga do sul de Moçambique ilustra esse fenômeno. Frequentemente, os invasores impuseram sua hegemonia aos reinos existentes. De qualquer modo, os Estados novamente conquistados compreendiam grande parte dos territórios que atualmente formam Moçambique, o Malaui e a Zâmbia, e estavam organizados em torno de um conjunto, único em seu gênero, de instituições políticas e militares centralizadas.

Três ondas de imigração espalharam-se pela África Central por volta da metade do século XIX. A primeira era constituída dos partidários nguni de Soshangane, senhor do Império gaza nguni que se estendia do Norte do Moçambique austral até o Rio Zambeze e, a oeste, até o atual Zimbábue. A vitória de Soshangane sobre seu inimigo jurado, Zwangendaba, em 1831, obrigou este último a emigrar para além do médio Zambeze, estabelecendo-se definitivamente em Mapupo, entre o Lago Malaui e o Lago Tanganica. Quase na mesma época, os imigrantes kololo de origem sotho, conduzidos por seu chefe Sebetwane, emigraram, passando pelo território dos twana e pela região do médio Zambeze, antes de se estabelecerem entre os lozi, aos quais impuseram seu domínio.

Esses grupos de imigrantes apresentavam traços comuns. Todos abandonaram a terra de seus ancestrais pelas mesmas razões, todos enfrentaram os mesmos problemas em sua fuga para o norte e se beneficiaram das armas e da estratégia militar que haviam emprestado, diretamente ou indiretamente, dos zulus. Todos esses grupos foram atingidos pelas atividades expansionistas de seus vizinhos – os gaza e os wangendaba sofreram as de Shaka, e os kololo, os ataques dos tlookwa – e encontraram-se ameaçados de perderem seu rebanho e de serem aniquilados. Como tais conflitos reduziram consideravelmente os seus efetivos, foram obrigados a incorporar em suas fileiras um grande número de estrangeiros, para que pudessem se tornar uma verdadeira força militar e política. A adoção da zagaia curta zulu e o desenvolvimento de uma técnica de guerra mais evoluída lhes permitiram adquirir cativos mais facilmente e multiplicar suas conquistas. Também puderam se apoderar de grandes rebanhos, que, nas sociedades nguni e sotho, tinham uma importância tanto social e religiosa

Mapa étnico e político da África Central, 1800-1880 (segundo A. F. Isaacman).

quanto econômica. Assim, em termos de expansão e de aquisição de riquezas, o acesso a novas armas era tão capital para os nguni e os sotho como para os chikunda, os yao e os árabes-suaílis, traficantes de escravos.

Durante os três primeiros quartos do século XIX, a África Central, portanto, sofreu grandes transformações. As manifestações dessa profunda mutação foram o surgimento de novos grupos étnicos, a intensificação das trocas culturais e o aumento da importância que as novas oposições de classes tomaram. A integração da maior parte da região na economia mundial impediu a expansão rural e

aumentou a dependência econômica. Ao mesmo tempo, a ambição territorial dos negreiros e de seus homólogos nguni e kololo provocou uma reorganização profunda do poder político na região. Resumindo, na véspera da partilha do continente, a situação na África Central estava extremamente instável. Ademais, o processo de fragmentação política crescente, os particularismos étnicos e regionais, bem como as querelas internas que refletiam, em parte, antagonismos de classes mais profundos, comprometiam seriamente a capacidade da maioria das sociedades africanas de resistir ao imperialismo europeu.

Em 1875, havia pouquíssimos poderes regionais autóctones. Em certa medida, esse vazio político era o reflexo da recusa ou da incapacidade de inúmeras sociedades da África Central para organizar ou para manter um sistema político centralizado. Um grande número de Estados lunda e shona sofreu também um processo de fracionamento político. No norte do Zambeze, o comércio dos escravos reforçou as rivalidades internas nos reinos lunda de Kazembe, Undi, Kalonga e Lundu, e tornou-os vulneráveis às atividades sediciosas e aos ataques dos traficantes de escravos e dos nguni. No sul, além dos ataques devastadores dos nguni de Zwangendaba e dos gaza, divisões no seio das elites shona enfraqueceram muito sensivelmente as potências regionais.

Os novos Estados militares, por sua vez, eram indiscutivelmente mais fortes que as comunidades vencidas por eles, mas os povos dominados os viam como intrusos estrangeiros e detestavam seu regime autoritário. Isso obrigou os dirigentes a reforçar suas práticas coercitivas, levando assim a uma crescente hostilidade e à multiplicação das insurreições. Tal animosidade não permitiu a formação de uma frente de resistência unida. Pelo contrário, vários povos dominados recusaram-se a ajudar a elite estrangeira; de fato, alguns chegaram a cooperar com os europeus, os quais eram vistos como “libertadores”.

O estado de dependência em relação às armas e aos mercados europeus no qual se encontravam os Estados negreiros comprometeu ainda mais sua autonomia. Finalmente, a evolução da economia capitalista do mundo provocou a oposição à participação desses Estados no tráfico negreiro e, juntando-se às ambições imperiais crescentes dos europeus, criou as condições de um conflito acirrado.

Embora a maior parte das sociedades da África Central tivesse se tornado mais vulnerável à medida que o século avançava, houve alguns casos em que a ameaça exterior e a anexação estrangeira temporária reforçaram as capacidades políticas e militares. Após 1850, em parte como consequência das incursões nguni, o Reino bemba levou a cabo um duplo processo de centralização política e de expansão territorial. O Reino lozi liberto foi, sob o reinado de Lewanika, muito mais forte e bem mais organizado do que havia sido durante o período

pré-kololo. O ressurgimento do Reino de Mwene Mutapa durante a segunda metade do século XIX também mostra que uma situação instável podia permitir a um Estado, cujo poder se atrofiara, recuperar sua preeminência. Contudo, tais exemplos são a exceção e não a regra. No total, as mudanças ocorridas ao longo do século XIX favoreceriam as futuras atividades imperialistas dos europeus.

O litoral e o interior da África Oriental de 1800 a 1845

Durante o período estudado, mudanças e acontecimentos muito importantes, provocados em grande parte pelo advento da hegemonia dos árabes omanianos, influíram no contexto político e socioeconômico das populações litorâneas e do interior do leste africano. Para melhor se apreciar a sua natureza e a extensão, é preciso ver qual era a estrutura política e econômica dessas populações em torno de 1800.

Um dos fatores mais notáveis no plano político era a grande autonomia de que gozavam as comunidades litorâneas sob a autoridade de seus dirigentes locais. Em Mombaça, a família omaniana dos Mazrui tornara-se suficientemente independente dos dirigentes de Zanzibar com a ajuda dos *shaykh* suaíli, com os quais dividiam o poder. Os chefes desses grupos suaíli participaram ativamente da administração de Mombaça, mesmo algum tempo após a destituição de Mazrui.

Em Zanzibar, o chefe local, com as insígnias do seu poder (dois tambores e duas presas de elefante), colaborava com o governador omaniano na administração do seu povo. Uma de suas funções mais importantes consistia na coleta dos impostos. Mas à medida que Zanzibar se tornava o centro de decisões e de desenvolvimento econômico do litoral leste africano, ele viu-se privado cada vez mais de seu poder político, enquanto o seu povo perdia cada vez mais territórios para os colonos omanianos que se instalavam progressivamente nas terras férteis situadas ao norte e a leste da cidade de zanzibar.

Apesar da presença omaniana na ilha de Kilwa, o sultão local continuou durante algum tempo ainda a manter o seu título e a beneficiar-se de um quinto dos direitos alfandegários. O declínio econômico de Kilwa Kisiwani foi acelerado pela criação no continente da colônia de Kilwa Kivinje, a qual começou a monopolizar quase completamente o comércio de escravos e de marfim no início do século XIX.

Por volta de 1800, o resto do litoral leste africano era governado, como muitas ilhas vizinhas, por grandes famílias suaíli. Da mesma forma, em 1800, o litoral entre Kilwa e Mombaça não conhecia ainda a presença dos omanianos. Na área

litorânea compreendida entre Kilwa e Mombaça, a aglomeração mais populosa era Vumba Kuu, entre Vanga e Gasi, no litoral sul do atual Quênia. É lá que se criou o Reino de Vumba Kuu, onde a população, os vumba, era composta por uma mistura de elementos shīrāzī, africanos e árabes xarifitas.

Ao norte de Mombaça, Malindi, outra cidade da costa, tinha consideravelmente decaído depois da ocupação portuguesa, particularmente após a partida da família dirigente para Mombaça por volta da década de 1590.

Ao norte de Malindi, as únicas aglomerações de alguma importância encontravam-se no Arquipélago de Lamu, sendo Pate a mais florescente no início do século. Em 1800, a cidade perdera a prosperidade e a pujança que conhecera durante os séculos XVII e XVIII. Os conflitos internos de sucessão, as rivalidades com a ilha vizinha de Lamu e o apoio dos Mazrui de Mombaça às pretensões dela iriam acentuar ainda mais seu declínio e abrir o caminho para sua dominação pelos busa'idi de Zanzibar.

As terras situadas bem defronte ao Arquipélago de Lamu, ao sul das regiões habitadas pelos somali, foram colonizadas pelo povo bajuni, que não reconhecia outra autoridade que aquela de seus próprios chefes e nunca se submeteu verdadeiramente ao domínio de Zanzibar. Quando, consequentemente, o tráfico de escravos se desenvolveu no litoral, os bajuni participaram dele enviando escravos para os portos próximos do Benadir.

Durante o período estudado, o litoral do Benadir teve uma grande autonomia e contava com centros como Mogadíscio, Merka e Brava, governados por *shaykh* somali locais que aceitavam de bom grado que os árabes e indianos tivessem relações comerciais com a população. Após a instauração do sultanato de Omã em Zanzibar, os portos do Benadir ainda mantiveram uma grande autonomia política, até 1842, quando a influência omani atingiu Mogadíscio. Mesmo assim, as relações mantiveram-se mais no plano econômico do que político.

A expansão e o desenvolvimento do sultanato de Omã no litoral da África Oriental foram o resultado das ambições essencialmente econômicas do sultão Sayyid Sa'īd que, a justo título, se considerava antes de tudo um príncipe mercador. Certos acontecimentos políticos e econômicos que tiveram lugar tanto em Omã quanto no exterior também contribuíram. Com efeito, Omã conheceu um período de grande prosperidade no final do século XVIII. Navegando sob a bandeira neutra, os omanianos aproveitaram-se das guerras napoleônicas para monopolizar uma boa parte do transporte marítimo no Oceano Índico, o que, aliás, provocou recriminações dos comerciantes ingleses que reclamavam por serem suplantados pela marinha mercante de Omã. Quando Sa'īd ibn Sultan

O litoral e o interior: povos e principais rotas comerciais, 1800-1850 (de acordo com A. I. Salim).

sucedeu seu pai como *imām* em 1806, ele teve a sabedoria de continuar sua política de neutralidade em relação à Inglaterra e à França.

As razões que o levaram a se interessar pelo litoral africano foram de ordem política e econômica. Convencido da importância do potencial econômico do litoral, ele quis também tirar proveito político dos conflitos entre as dinastias locais e impedir os objetivos expansionistas dos europeus na região. Sa'īd então decidiu imiscuir-se nos conflitos políticos suaíli, em particular naqueles em que os Mazrui estivessem implicados.

A oportunidade para isso surgiu quando, por medo dos Mazrui, os governantes de Lamu solicitaram ajuda e proteção a Sa'īd. Posteriomente, Sa'īd decidiu passar para a ofensiva a fim de reduzir a influência e o poder dos Mazrui e, em consequência, afirmar o seu. Ele criou em Pate uma facção cujo chefe se tornou sultão com a morte do seu predecessor pró-Mazrui.

Assim, no espaço de dez anos, tendo voltado a sua atenção para o litoral suaíli, Sa'īd havia assegurado, para si e para os seus sucessores, uma posição dominante: de modo que os antigos rivais, os Mazrui, sentiram-se extremamente vulneráveis. Isso os levou a negociar com um oficial da marinha britânica, Owen, o qual declarou, em 1824, o estabelecimento de um protetorado britânico em Mombaça.

O protetorado seria efêmero. Teve fim em 1826, não somente porque o governo britânico decidiu finalmente que era com Sa'īd com quem trabalharia, mas também porque os próprios Mazrui decepcionaram-se. Eles não apreciavam a ingerência dos oficiais britânicos em seus assuntos e tampouco estavam felizes por terem de compartilhar com eles os direitos alfandegários e de serem obrigados a limitar as suas importações de escravos. E, bem entendido, os britânicos nada fizeram para ajudá-los a reconquistar suas posses perdidas.

Embora o protetorado tenha acabado em 1826, só dez anos mais tarde Sa'īd conseguiu subjugar os Mazrui. No momento em que Mombaça caiu em suas mãos, Sa'īd já parecia decidido a transferir sua capital de Omã para Zanzibar. Essa seria, sob todos os pontos de vista, uma decisão capital para ele e para todo o litoral. Tendo, efetivamente, um excelente porto e um solo extremamente fértil, Zanzibar encontrava-se também bem localizada no plano estratégico, já que ela era defronte à costa dos Mrima, a qual se tornara a principal saída para as mercadorias mais importantes provenientes do interior, ou seja, marfim e escravos. Esse comércio lucrativo permitira ao sultão encher seus cofres, antes mesmo da sua decisão de tornar Zanzibar sua capital. Seu *wālī* (governador) já tomara iniciativas para garantir a proeminência da ilha ao obrigar todos os mercadores a negociar somente com ela, sem passar pelos Mrima.

Sob comando omaniano, Zanzibar eclipsou rapidamente todas as outras cidades litorâneas pelo seu desenvolvimento econômico e político. Tornou-se também o mercado mais importante do litoral leste africano, no que concerne ao marfim, aos escravos, ao cravo, à resina, aos moluscos e aos produtos agrícolas, bem como o maior importador de bens manufaturados da Índia, da América e da Europa, como tecido de algodão, contas, arame, correntes, mosquetes, pólvora, porcelana, olaria, vidraçaria, facas e machados.

No decorrer das três ou quatro primeiras décadas do século XIX, o envio de marfim e de escravos com destino ao litoral foi favorecido pelas redes comerciais estabelecidas com esse fim pelos povos do interior e, em particular, os yao e os bisa. Os bisa ocupavam-se, assim como os yao, do transporte entre a região do Lago Nyasa e o litoral. A concorrência entre os yao e os bisa era tão viva que os primeiros se especializaram no tráfico de escravos para sobreviver, e os bisa diminuíram o preço do marfim para melhor vendê-lo em Kilwa. Na primeira metade do século XIX, o comércio de marfim era provavelmente tão importante, se não mais, que o dos escravos.

Na região do Lago Nyasa, o comércio estava nas mãos dos yao, dos bisa e de outros grupos, enquanto que mais ao norte era praticado pelos nyamwesi, pelos kamba (akamba) e pelos miji kenda. As mercadorias estrangeiras tinham penetrado o interior da Tanzânia desde o século XVIII, dado os intercâmbios regionais. Esse fenômeno incentivou a caça ao elefante, cujo marfim era trocado por mercadorias estrangeiras. Atravessando o Ugogo, os sumbwa e os nyamwezi estabeleceram assim contatos com o litoral por volta de 1800. Esses contatos levaram à construção de uma rede comercial entre o nyamwezi e o litoral e à abertura de novas rotas para as caravanas entre o litoral e o interior.

A expansão do comércio na costa oriental e no interior teve alguns resultados significantes. Por exemplo, a expansão dos kamba em direção às terras mais baixas e menos férteis forçou-os a uma adaptação socioeconômica. Para sobreviver nas áreas menos férteis, tiveram que praticar a caça, a criação de animais e a troca. Eles comerciavam com povos vizinhos tais como os kikuyu, os embu e os massai. Com a chegada dos giriama, a rede comercial dos kamba na região estendeu-se até o litoral. Por volta de 1820, os kamba criaram suas próprias caravanas em direção ao litoral, que agrupava cada vez mais habitantes à medida que se confirmavam as possibilidades comerciais. No norte do interior leste africano, suas caravanas dominaram o comércio durante as décadas de 1830, 1840 e 1850, tendo sido depois suplantadas pelas caravanas árabes e suaílis.

Ao norte, além do litoral ocupado pelos suaílis e pelos miji kenda, já existia, desde as primeiras décadas do século XIX, uma rede similar, solidamente esta-

belecida, de relações comerciais entre o interior e o litoral. Bem no início do século, Lamu, ao suplantar Pate, tornou-se o porto de comércio mais importante do Arquipélago de Lamu. Também havia uma importante malha comercial que ligava as cidades do Benadir no litoral somali – Brava, Merka e Mogadíscio – com o interior. Durante o século XIX, os portos do Benadir fizeram contatos com outros centros do sul da Etiópia e do norte do atual Quênia.

Essas relações comerciais, baseadas na malha das caravanas que ligava cada porção do litoral leste africano às suas terras interioranas, exerceriam progressivamente efeitos socioculturais. Um deles era a prática que consistia no casamento com mulheres estrangeiras. Desse modo, elos baseados na fraternidade sanguínea foram criados entre os miji kenda, os oromo, os kamba e os suaíli.

Além da influência cultural do litoral sobre o interior – que manteve contudo um caráter limitado durante a primeira metade do século XIX –, houve também fenômenos de interação cultural entre os grupos do interior. Por outro lado, alguns desses grupos, como, por exemplo, os kikuyu, opuseram uma grande resistência aos comerciantes do litoral e à sua cultura. De fato, muitas mutações que surgiram no interior tiveram pouca, ou nenhuma, relação com o comércio de caravanas, pois que inúmeras sociedades do interior não consideravam o comércio com o litoral como necessário para sua vida econômica.

Desse modo, durante a primeira metade do século XIX, os kikuyu continuaram sua expansão na região fértil e arborizada dos altos planaltos centrais do atual Quênia. Mesmo quando as caravanas suaíli-árabes penetraram pelo interior, durante a segunda metade do século XIX, os kikuyu não tentaram de modo algum estabelecer com elas laços comerciais importantes. O mesmo pode-se dizer dos massai. Diversos conflitos levaram à dispersão dos massai pelo interior, o que contribuiu muito para impedir a entrada dos comerciantes árabes e suaíli.

Além do desenvolvimento comercial, importantes mudanças sociopolíticas aconteceram entre os povos da região dos Grandes Lagos. Houve o desenvolvimento de entidades políticas com identidades distintas. É, por exemplo, o caso dos buganda, que adotaram um sistema de governo centralizado, dirigido por um chefe (o *kabaka*), que portava as insígnias de suas funções – tambor, tamboretes e lanças –, e seu colégio de conselheiros, o *lukiko*. No século XIX, o Buganda, dominado até então pelo Reino de Bunyoro, afirmou sua potência e seu expansionismo.

Por outro lado, os grupos de língua banta que viviam nas margens orientais do Lago Vitória não criaram governos centralizados (exceto o Reino de Wanga).

Durante a primeira metade do século XIX, ocorreu também um evento histórico importante: a invasão do Tanganica interior pelos nguni, a qual produziu

profundas repercussões políticas. Essa invasão, bem como o comércio de caravanas, teria efeitos tanto positivos como negativos sobre as sociedades do interior. No plano político, estes dois processos favoreceram a formação de Estados ou sua consolidação em algumas regiões, e sua desintegração em outras.

Sa'īd tomou uma série de iniciativas econômicas e comerciais que contribuíram não apenas para tornar Zanzibar uma das feitorias mais importantes do litoral leste africano – Zanzibar importava produtos manufaturados da Índia, da Europa e dos Estados Unidos da América e exportava cravo-da-índia, marfim, escravos, chifres de rinocerontes, resina e outros produtos –, mas também para introduzir a economia da África Oriental na mudança do sistema capitalista ocidental. Isso permitiu o enriquecimento dos comerciantes asiáticos, europeus e americanos em detrimento das sociedades autóctones, gerando assim o seu subdesenvolvimento.

A exploração dos recursos humanos e materiais das sociedades da África Oriental revestiu-se na forma de uma troca desigual, que se estabeleceu entre os mercadores estrangeiros parasitas estabelecidos em Zanzibar e os povos do litoral e do interior.

Os lucros substanciais assim obtidos eram transferidos para a Europa, América e Índia e não eram praticamente investidos no desenvolvimento material ou técnico da África Oriental. Os artigos importados, os quais eram trocados pelos produtos locais, tais como o marfim, eram artigos de consumo de baixo custo que não serviriam para a formação de capital. A importação de alguns desses artigos prejudicava as indústrias locais: a indústria têxtil de Lamu e dos portos do Benadir foi duramente atingida pela importação de tecidos de algodão asiáticos, a princípio, e, em seguida, americanos.

Por outro lado, a exportação de escravos, as lutas entre os grupos e as incursões que as acompanharam reduziram os recursos em mão de obra no interior do Tanganica, contribuindo para agravar o subdesenvolvimento da região.

O litoral e o interior da África Oriental de 1845 a 1880

No primeiro quarto do século XIX, a maioria das sociedades do interior da África Oriental se desenvolveu independentemente umas das outras. Várias mudanças estavam ocorrendo nessas sociedades, tais como movimentos migratórios e adaptações políticas, mas somente as regiões litorâneas e as ilhas de Zanzibar e Pemba faziam parte do sistema econômico internacional.

O aparecimento de um sistema econômico baseado em plantações em Zanzibar e Pemba provocou o desenvolvimento do comércio de escravos no interior da África Oriental. Quando, por volta de 1840, Zanzibar tornou-se a capital do sultanato omani, as lavouras de cravo-da-índia constituíam a principal atividade econômica e eram operadas pelo trabalho escravo. Esse quadro favoreceu o aparecimento de uma classe de proprietários de terras, formada principalmente por árabes e, a partir de 1860, também pela população local e por indianos. Estima-se normalmente que, na década de 1860, as ilhas de Zanzibar e Pemba tenham recebido cerca de 70.000 escravos – sem contar aqueles destinados para o suprimento dos mercados estrangeiros (sobretudo árabes).

O segundo produto comercial proveniente da África Oriental era o marfim, devido à demanda crescente de um Ocidente industrializado que o mercado tradicional indiano não mais satisfazia. A demanda pelo marfim africano cresceu quando foi percebido que era de uma qualidade superior (menos duro), mais apropriado para a fabricação de artigos de luxo, tais como pentes, bolas de bilhar e teclas de piano, os quais eram procurados pelas classes mais abastadas da sociedade.

As condições de troca, nesses dois comércios principalmente, eram muito vantajosas para aqueles que as praticavam. Grandes rotas comerciais surgiram a partir das cidades litorâneas (Kilwa, Bagamoyo, Pangani, Tanga e Mombaça) até diversos pontos do interior, de modo que, depois de 1870, a maior parte da região correspondente hoje à Tanzânia, ao Quênia e Uganda, à parte oriental da República Democrática do Congo, ao norte da Zâmbia, ao Malaui e ao Moçambique setentrional, formava um imenso interior ligado a Zanzibar através dessas cidades litorâneas e, por isso mesmo, integrado, em graus diversos, à malha comercial internacional.

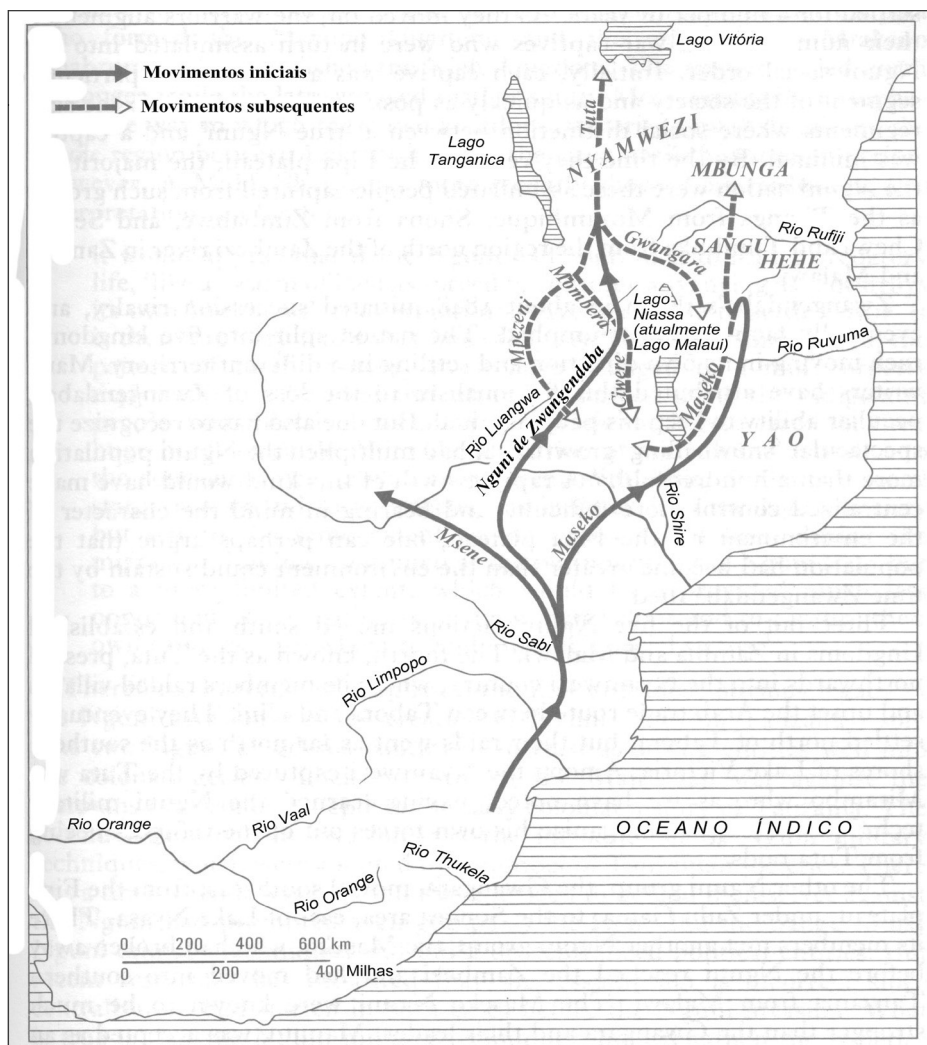
Sabe-se que, em 1870, a economia de *plantation*, baseada na mão de obra escrava, tinha começado a se estender no litoral e no interior da região, ao longo das rotas de caravanas, a fim de, sobretudo, produzir gêneros (cereais) necessários à alimentação das camadas mais ricas e das classes trabalhadoras de Zanzibar e de Pemba, e de prover as necessidades das grandes caravanas que penetravam pelo interior ou do qual retornavam. Contudo, os comerciantes do litoral e seus aliados africanos não passavam de intermediários dos negociantes europeus, que ficavam com a maior parte dos lucros. O produtor africano era explorado não somente pelos intermediários, mas também pelos comerciantes europeus. Pode-se acrescentar que, ligados ao sistema econômico mundial, em condições pouco vantajosas, os africanos consagraram sua energia não em buscar o desenvolvimento de suas economias em seu proveito, mas sim para fornecer matérias-pri-

mas e mão de obra trocadas por produtos manufaturados estrangeiros (artigos de luxo, em sua maioria), úteis somente a algumas camadas da sociedade. Às vezes, esse comércio produziu o efeito de fazer desaparecer as indústrias locais que produziam artigos análogos ou de frear seu desenvolvimento.

A integração do interior da África Oriental ao litoral resultou da expansão e assimilação das rotas já existentes. A rede de rotas do comércio de longa distância na região pode ser classificada em quatro: a de Kilwa para o interior; as da Tanzânia central; a do Vale do Pangani e de Mombaça para o interior.

Ao examinar os efeitos do comércio de longa distância, é preciso compreender que nem todas as sociedades da África Oriental tinham contato direto com a malha comercial. A atividade mercantil exigia centros estáveis, os quais, é claro, eram mais frequentes nas capitais ou nas áreas protegidas por soberanos poderosos. É essa a razão pela qual os efeitos positivos do comércio, no século XIX, foram mais sensíveis nas sociedades centralizadas. As sociedades não centralizadas eram frequentemente mais vulneráveis. Elas podiam ser facilmente saqueadas por aquelas que eram organizadas em uma escala maior. As sociedades pastoris foram quase sempre exceção durante este período, como as dos massai, que estavam engajadas em guerras internas e em conflitos com outras sociedades.

Outro evento importante na região, no século XIX, foi a invasão nguni. Os nguni vieram da África do Sul e pertenciam ao grupo linguístico nguni das terras zulus setentrionais. Por volta de 1820, guerreiros nguni desejosos de subtrair-se à crescente autoridade do rei Shaka resolveram deixar sua pátria e emigrar em direção ao norte, sob a liderança de seu chefe Zwangendaba. Durante aproximadamente quinze anos, eles vaguearam pelo sul de Moçambique e regiões vizinhas, depois cruzaram o Zambeze, em 1835. Continuaram sua progressão em direção ao norte até que, pouco depois de 1840, atingiram o planalto de Fipa, na Tanzânia Ocidental. Nessa ocasião, o bando de guerreiros fugitivos tinha se tornado uma nação em marcha, fortemente armada, que contava com mais de cem mil pessoas.

A importância da invasão nguni situa-se na criação de Estados nguni no solo tanzaniano. Dois Reinos nguni – Mshope e Njelu – permaneceram como poderosos Estados até o período colonial. A introdução e adaptação de técnicas militares nguni adotadas por inúmeras comunidades tanzanianas representam outra importante consequência. As técnicas militares nguni reforçaram as sociedades que as adotaram e lhes permitiram enfrentar melhor a insegurança e instabilidade causadas pelo comércio de longa distância e o tráfico de escravos. Alguns utilizaram essas técnicas não somente para se defender contra as incursões nguni

Itinerário das migrações em direção ao norte dos nguni de Zwangendaba, dos maseko nguni e dos msene. [Fonte: extraído de J. D. Omer-Cooper, *The Zulu aftermath*, 1966, p. 66.]

e as dos traficantes de escravos, mas ainda para criar grandes Estados, capazes de oferecer forte resistência, por exemplo, aos alemães, no período colonial. É o que fizeram os sango e os hehe na Tanzânia.

A Tanzânia meridional, portanto, conheceu numerosos abalos políticos e sociais na segunda metade do século XIX. Alguns foram provocados, no início, pelo surgimento do comércio de longa distância, e depois exacerbados pela

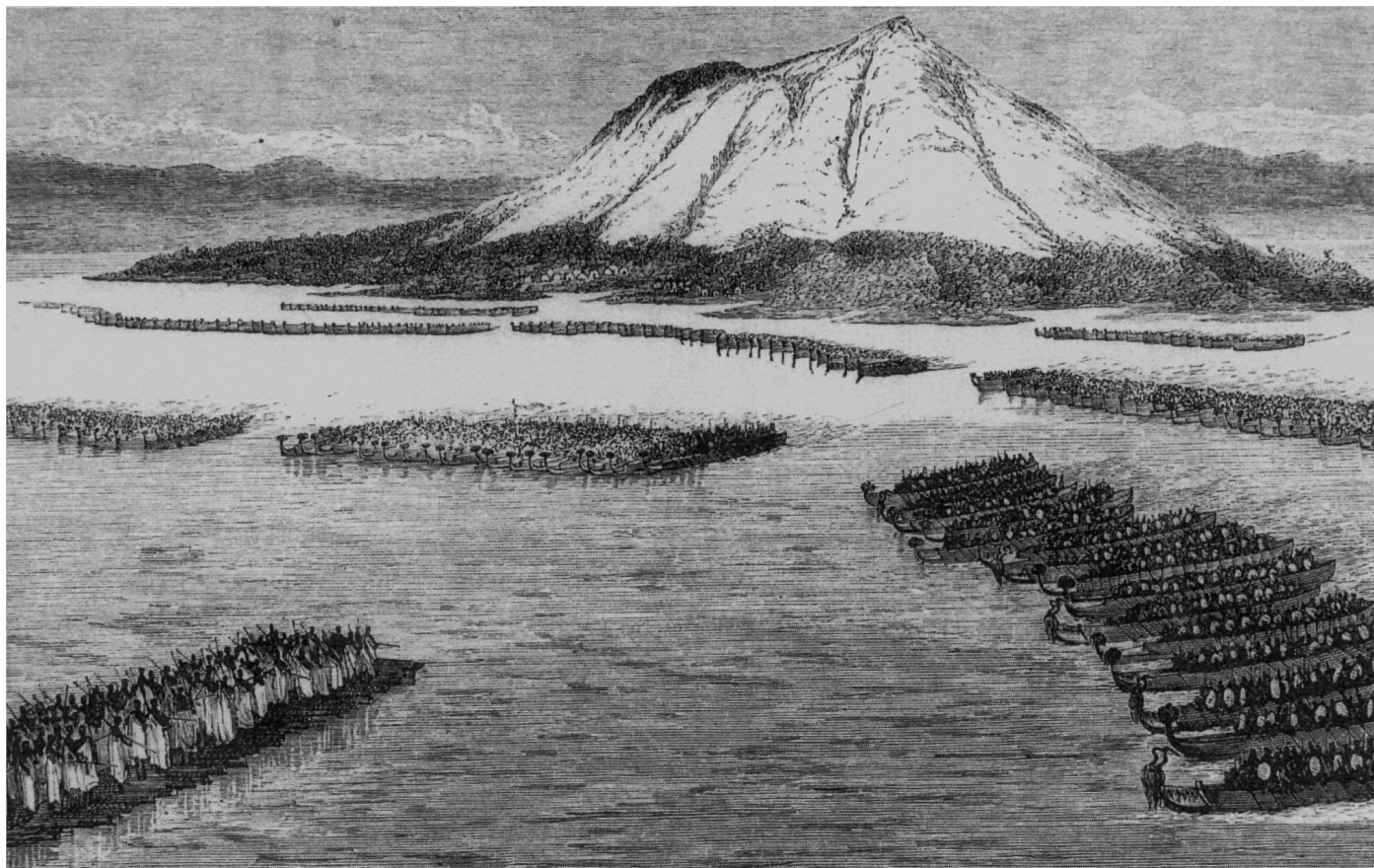
invasão nguni. A partir de 1880, época da invasão colonial, essa região onde, até a metade do século, viviam, sobretudo, sociedades organizadas unicamente com base na linhagem, compreendia alguns dos mais poderosos reinos africanos, os dos nguni, dos hehe e dos sango.

Entre 1845 e 1884, a pressão europeia sobre a África Oriental estava relacionada a quatro atividades estreitamente ligadas: a abolição do comércio de escravos, a propagação do cristianismo, a exploração geográfica e a instauração de um "comércio legítimo", isto é, outros produtos além de escravos.

Mas até 1884, a mais importante dessas pressões era a intervenção das sociedades missionárias. O comércio, mesmo nas regiões onde se encontrava organizado, aparecia apenas como um prolongamento da obra missionária. Nessa época, os missionários faziam ainda obras de pioneiros. Na aparência, o trabalho das missões parecia ter poucos efeitos sobre as sociedades africanas, mas sua influência era considerável. As instituições implantadas na África Oriental nesse período eram poderosas, já que não estavam sujeitas aos obstáculos impostos mais tarde pelos governos coloniais.

As primeiras missões eram também modeladas pelo esforço que faziam para criar colônias de escravos libertos. Elas buscavam se estabelecer, sobretudo, perto das rotas das caravanas de escravos e em tornar os cativos libertos o núcleo das colônias missionárias, em conformidade com a sua intenção de combater o tráfico de escravos praticado pelos árabes. De fato, essas missões se transformaram em Estados teocráticos e atraíram até mesmo exilados políticos, escravos fugitivos e cidadãos descontentes. Desse modo, enfraqueceram ainda mais as sociedades já submetidas às pressões econômicas da época e reduziram, portanto, sua capacidade de se opor à instauração do regime colonial. De uma maneira mais geral, pode-se dizer que as sociedades missionárias foram igualmente as pioneiras desse regime. A maioria dos trezentos europeus instalados no continente antes de 1884 tinha, pelas suas atividades, relação com os missionários. Mesmo quando as missões europeias estavam sob a autoridade efetiva de um chefe local, sua simples existência, sem falar em sua influência cultural, abria o caminho para as pretensões coloniais do período da partilha da África.

Povos e Estados da região dos Grandes Lagos

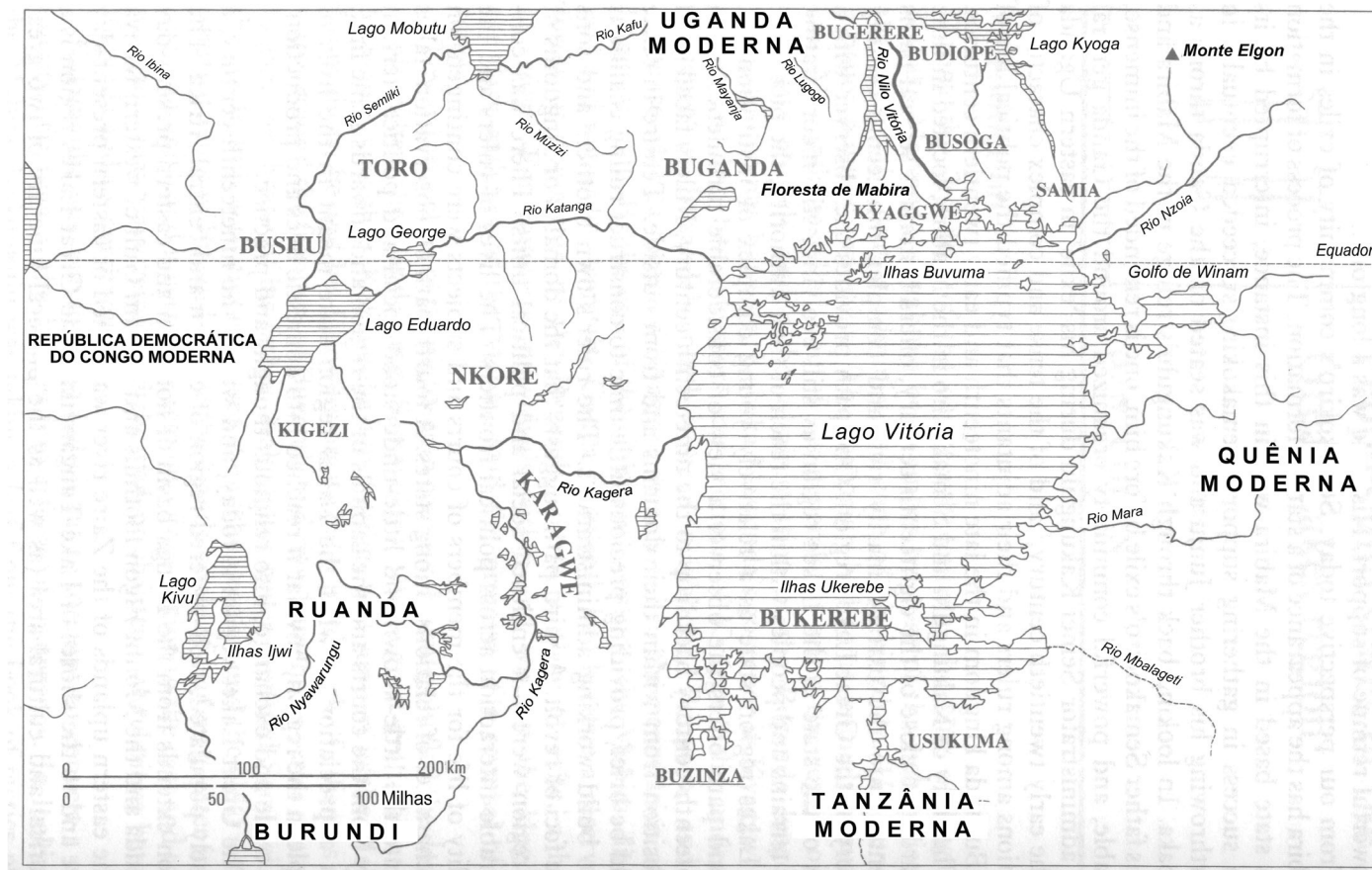
A região dos Grandes Lagos é hoje, como no século passado, uma área da África Oriental e Central ao mesmo tempo bem irrigada e densamente povoada. Estende-se da Bacia do Kyoga (centro e norte de Uganda), das encostas do

Batalha naval no Lago Vitória entre os baganda e o povo das Ilhas Buvuma, 1875. [Fonte: H. M. Stanley, *Through the dark continent*, 1878. vol. I, Sampson, Low, Marston, Low and Searle, Londres. Ilustração reproduzida com a autorização do Conselho de Administração da Biblioteca da Universidade de Cambridge.]

Monte Elgon e do Golfo de Winam, no Quênia Ocidental, aos planaltos orientais da Bacia do Zaire e às margens do Lago Tanganica. Antes da imposição do sistema colonial, os Estados nessa área possuíam características semelhantes quanto à sua história, migrações populacionais e estruturas sociopolíticas.

A situação política da região dos Grandes Lagos evoluiu consideravelmente durante o século XIX, com o surgimento de duas tendências principais. A primeira foi o fortalecimento da coesão e do poder de determinados Estados por meio do aumento da mão de obra e do comércio, do desenvolvimento de instituições burocráticas, da eliminação dos fatores de divisão e, por fim, do controle e do domínio das influências e das forças novas que penetravam na região. A segunda tendência foi a ascensão decisiva de três ou quatro Estados: Buganda, Ruanda, Burundi e, por fim, o Bunyoro, que vivia o seu renascimento – em detrimento de outros Estados.

Essas duas tendências estavam estreitamente ligadas. No século XIX, a prosperidade desses quatro grandes reinos baseava-se na reorganização da administração no sentido de uma maior centralização: fim das velhas disputas internas por meio da eliminação da oposição; organização de campanhas de arrecadação de tributos e de expansão; ampliação do reino por meio da conquista de novas regiões; apropriação e incorporação de determinados setores da produção e do comércio da região, e a integração das forças e elementos novos que ali penetravam.

A mudança geral que o século XIX trouxe a esses grandes reinos é ilustrada notadamente pela longa duração do reinado dos soberanos do Buganda, de Ruanda, de Burundi e do Bunyoro. O desenvolvimento de cada uma dessas nações continuou a afetar os outros Estados menores – existiam mais de duzentos na região. Muitos deles perderam a autonomia e tornaram-se dependentes. A partir de 1850, a distinção entre grandes e pequenos Estados se afirmou à medida que os primeiros monopolizaram os novos recursos vindos de fora: mercadorias, comerciantes estrangeiros e missionários cristãos e muçulmanos. Infelizmente, a competição pelo controle dessas forças externas constituiu outro problema na região. Embora tais forças tenham fortalecido o poder dos quatro grandes Estados, também proporcionaram o aumento da insegurança na região.

No século XIX, as zonas de produção da região dos Grandes Lagos muitas vezes eram cobiçadas por dois ou três Estados arrecadadores de tributos, e assim se tornaram palco de rivalidades e conflitos intensos. Por exemplo, o tributo sobre as salinas do Sudoeste da atual Uganda era reivindicado ao mesmo tempo pelo velho Estado do Bunyoro e pelo novo Reino toro. Portanto, a riqueza desses dois Estados, baseada no sal, conheceu altos e baixos periódicos durante todo o século. É muito provável que as regiões do Bugerere, a oeste do Vale do

A região dos Grandes Lagos (segundo D. W. Cohen.)

Nilo, e do Budiope, ao norte do Busoga, tenham despertado a cobiça tanto do Estado de Buganda como do Estado do Bunyoro, que procuravam apropriar-se dos cereais, dos tubérculos, do gado, das bananas e dos produtos elaborados nos quais aquelas regiões eram ricas.

Existia na região dos Grandes Lagos uma vasta rede de troca de gêneros alimentícios e outros produtos. De um lado, havia uma rede local, que era controlada por certos grupos dentro da área, de outro, uma rede internacional de rotas de trocas que ligava a região dos lagos com a costa da África Oriental.

Uma das redes de trocas regionais estava localizada no Lago Kivu. Ruanda participava ativamente desse sistema comercial. Os itens mais comercializados eram braceletes, gado e produtos alimentícios. Outra rede regional conectava áreas das margens orientais do Lago Vitória. O Estado Bukerebe dominava o comércio na parte sul dessa área do Lago. O elemento determinante da configuração dessa rede parece ter sido a revolução agrícola realizada no Bukerebe, no final do século XVIII ou começo do XIX. De fato, o Estado Bukerebe adotou vários cultivos novos, como o milho e a mandioca, e introduziu na região novas variedades de sorgo e milhete.

Os comerciantes bukerebe eram os principais intermediários no sul, mas os transportes e as trocas estavam nas mãos dos basuba na parte mais setentrional dessa rede oriental do Lago. Extraordinariamente engenhosos e corajosos, percorriam as águas do Lago Vitória transportando sal, escravos, banana secas, cereais, feijão, gado, peixe e ferro dos mercados bukerebe, no sul, para os mercados busoga e buvuma, no norte.

No século XIX, havia outra ampla rede de trocas centrada na região do Bunyoro, que se estendia ao norte e a noroeste à região de Acholi e ao oeste do Nilo; a leste, para além do Lago Kyoga, até o Monte Elgon; e a sudoeste, à região dos lagos salgados, e até Kivu. O ferro e o sal parecem ter sido os elementos básicos desse sistema comercial, mas os gêneros alimentícios e o gado provavelmente tiveram uma função capital em sua elaboração e seu funcionamento.

O sistema de troca que funcionava da região dos Grandes Lagos até a costa da África Oriental gravitava em torno do comércio proveniente dos planaltos e para lá destinados: marfim e escravos trocados na costa por armas de fogo importadas por intermédio da rede comercial de Zanzibar. As armas de fogo eram entregues junto com alguns magros lotes de mercadorias essencialmente reservadas ao consumo da aristocracia: têxteis, pulseiras, louça e, mais tarde, livros. Durante a maior parte do século, a corte do Buganda conseguiu manter sob seu controle a distribuição desse tipo de importações, tanto dentro como

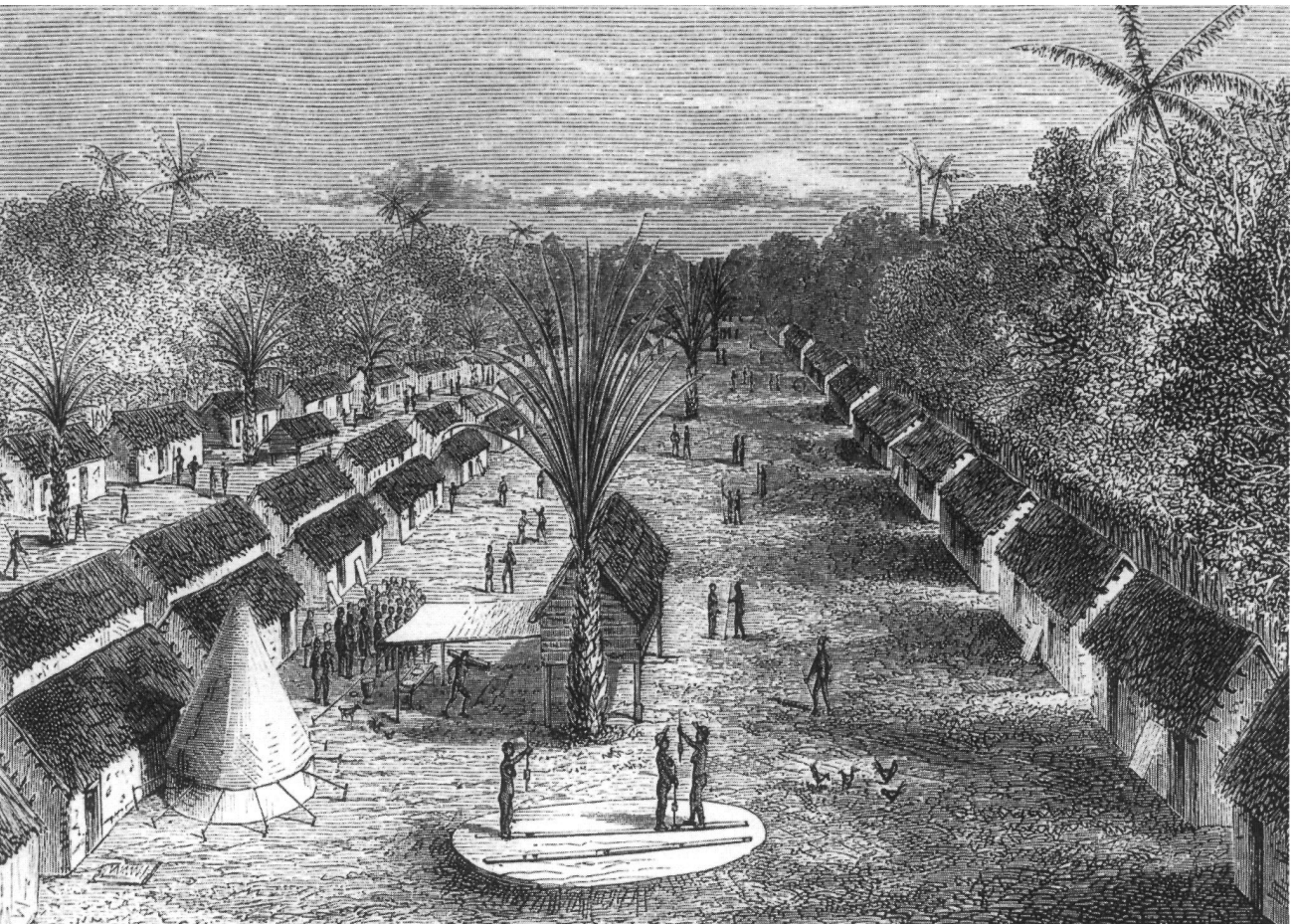
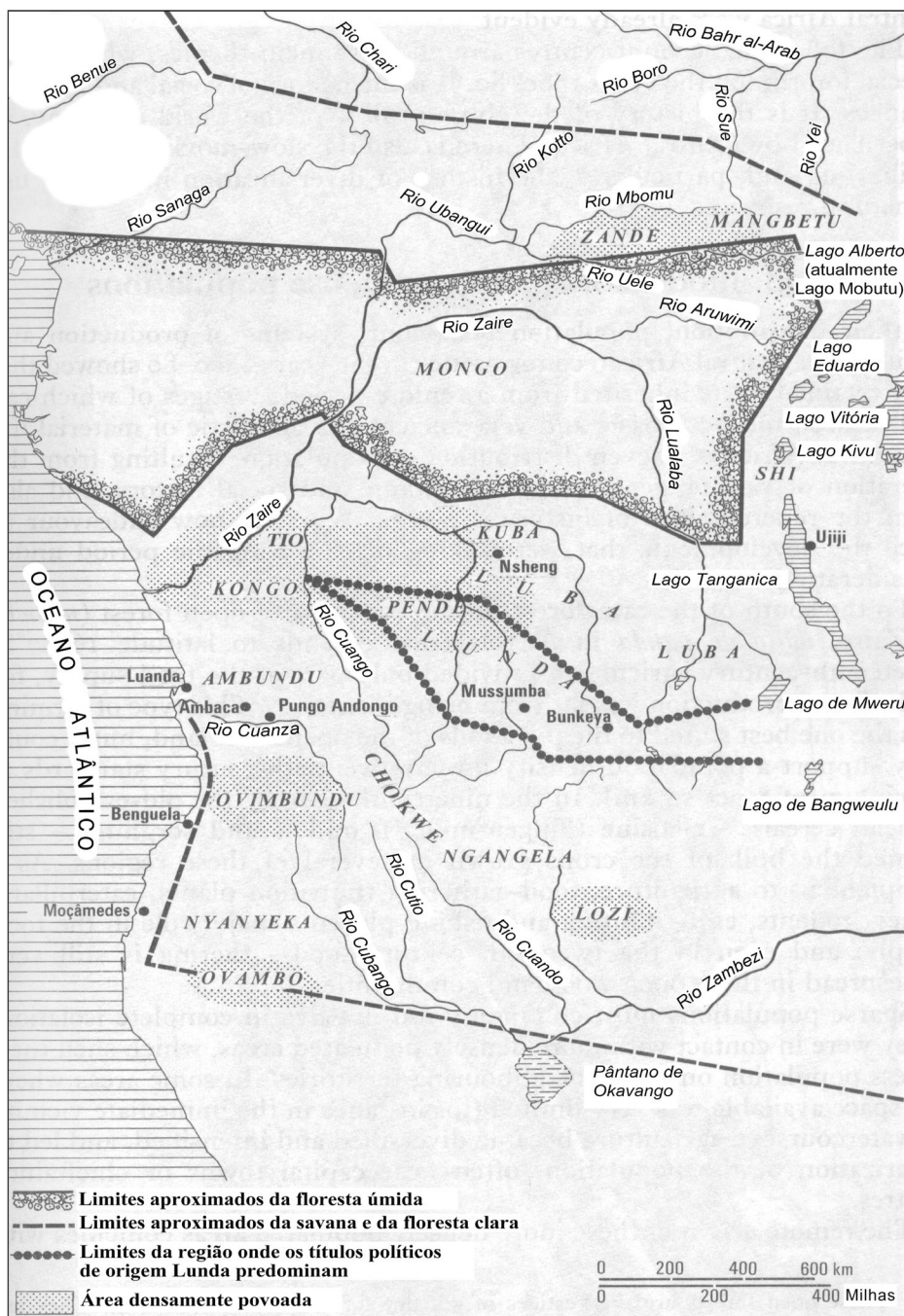
fora do reino, reforçando desse modo seu domínio (e, assim, sua influência sobre todos os visitantes que ali se encontravam) sobre toda a vida social.

No último quartel do século XIX, os novos gostos e os imperativos de consumo emergentes entre as camadas inferiores da nobreza facilitariam a influência europeia na vida não apenas do Buganda, mas de quase todas as partes da vasta região dos Grandes Lagos. Durante meio século, as armas de fogo que haviam sido conseguidas asseguraram a dominação dos Estados mais poderosos sobre as áreas vassalas e, como em todo o resto da África, abriram caminho para uma concentração do poder político-militar nas mãos de uma parcela mais limitada da população. As desigualdades, particularmente flagrantes nas incursões para capturar escravos, mas importantes em todas as áreas, acentuaram-se em toda a região durante as últimas décadas do século. Assim, os europeus, quando começaram a chegar em grande número à região, viram seu apoio solicitado não apenas pelos centros detentores de crescente poder, mas também pelos fracos e pelos desvalidos.

As duas ou três últimas décadas do século XIX assistiram ao surgimento de uma nova onda de resistência e conflitos. Durante o último terço do século, era evidente que a crescente concentração do poder e das engrenagens de comando nas capitais e cortes provinciais da região tornava-se cada vez mais insuportável para a população.

Manifestadamente, a resistência à autoridade política estabelecida muitas vezes acarretou, mesmo que apenas por algum tempo, um fortalecimento da autoridade dos centros religiosos e um endurecimento das relações entre poder político e poder religioso em diversos lugares da região dos Grandes Lagos. Em Ruanda, no Bunyoro e no sudoeste da atual Uganda, as ideias e as estruturas de movimentos religiosos, como o chamado *kubandwa*, há muito eram os esteios da oposição à autoridade das capitais políticas. Fechadas à ingerência do Estado e ferozmente opostas a seus princípios e atividades, as organizações *kubandwa* cumpriram um papel decisivo e às vezes tiveram poder suficiente para se oporem ao poder político de uma região e triunfar sobre ele.

A Bacia do Congo e Angola

Os limites da região aqui estudada são traçados pela costa atlântica a oeste, pelo Lago Tanganica e pela linha de separação das águas Nilo-Zaire a leste, pelas savanas de Ubangui a norte, e por fim, ao sul, pelo planalto que marca a separação das Bacias do Zaire e do Zambeze.

Uma aldeia da província de Manyema, a nordeste do Império luba, nos anos 1870. [Fonte: V. L. Cameron, Across Africa, 1877, vol. I p. 352, Daldy, Isbister and Co, Londres. Ilustração reproduzida com a autorização do Conselho de Administração da Biblioteca da Universidade de Cambridge.]

A África Central do oeste no século XIX (segundo J. -L. Vellut).

Nos anos 1800-1880, as sociedades da África Central, por sua distribuição, seu comportamento demográfico, seus sistemas de produção e, por fim, por suas aspirações, conservavam traços herdados de um passado milenar.

Em termos de desenvolvimento da agricultura na África Central, o século XIX representou o ápice de uma tendência que havia começado alguns anos antes. A tecnologia do ferro, característica dos sistemas agrícolas bantos, se generalizou no século XV. Esse fato produziu diversas mudanças nos séculos XVII e XVIII, tais como a colonização de novas terras, fundações dinásticas, multiplicação de títulos políticos etc. Enfim, todos os focos de densidade da região, no século XIX, tinham enriquecido sua agricultura pela introdução de variedades americanas, como milho, mandioca, batata-doce e feijão. Tal inovação permitiu o aumento da produtividade, graças à utilização mais intensiva do solo arável.

Essas mudanças provavelmente se desenrolaram por mais de dois séculos (1600-1850). Aproximadamente em 1850, todas as variedades americanas haviam sido amplamente adotadas e, na região do Congo, foram incorporadas a ponto de não mais serem percebidas como importações estrangeiras.

O desenvolvimento das sociedades agrícolas mais complexas teve importantes consequências para a demografia da África Central. Geralmente, estima-se que as sociedades em que a agricultura e a pecuária foram introduzidas progressivamente conservaram por muito tempo uma baixa taxa de crescimento, bastante próxima da taxa conhecida pelas sociedades de caçadores-coletores. Por outro lado, as sociedades com uma agricultura mais diversificada conheceram um crescimento claramente mais rápido.

O desenvolvimento material e a história sociopolítica da região tiveram influência mútua. Em certos casos, uma zona de densidade desenvolveu-se, servindo de suporte a organizações políticas hierarquizadas. Esse foi o caso de duas densas regiões, Mangbetu e Zande, no nordeste da República Democrática do Congo.

A economia da África Central não se baseava apenas em atividades produtivas como agricultura, pecuária, pesca e colheita; sempre existiu também um setor de trocas, ocupando um lugar mais ou menos importante segundo as circunstâncias históricas. Em geral, a dificuldade e o custo dos transportes limitaram as trocas a alguns poucos produtos que tinham grande demanda, tais como sal, ferro e produtos de luxo. Os produtos agrícolas geralmente não eram transportados por grandes distâncias.

O avanço de uma economia mercantil mundial, a partir do século XVI, pesou progressivamente na organização da vida econômica de diversas áreas da África Central. Por volta do século XIX houve grande expansão do comércio da região e a África Central passou a ter uma papel mais ativo no comércio mundial. Os

escravos eram a principal exportação. Entretanto, a partir de 1850, outros produtos começaram a ser exportados: marfim, cera, resina, óleo, café etc. A progressão dessa economia comercial foi expressiva no século XIX.

A amplitude das exportações de produtos africanos para os mercados mundiais dependia do estado das redes de comunicação e de troca no interior do continente. Essas redes, suas convenções comerciais e suas moedas de troca ocasionaram, por sua vez, o surgimento de grandes espaços econômicos no mapa da África Central do século XIX. Cada um desses espaços possuía suas tradições históricas, suas características políticas e sociais, mas partilhava com os outros um traço comum que transformava aspectos importantes da antiga organização econômica africana, e a unia, de maneira mais ou menos frouxa, à economia mundial.

Havia quatro grandes zonas econômicas na África Central no período de 1800-1880. Dentre elas, duas eram caracterizadas pelo papel importante dos comerciantes muçulmanos. A rede comercial árabe-sudanesa localiza-se na parte norte-oriental da África Central, onde se encontram os entrepostos de comerciantes do Cairo, do Mar Vermelho e de Cartum; e a rede comercial oriental, que tinha suas bases nos portos e entrepostos da costa suaíli do Oceano Índico. As outras duas estavam concentradas em torno dos entrepostos dos comerciantes europeus na costa atlântica. A primeira destas era a zona do Zaire (atual R. D. do Congo), estabelecida ao redor dos entrepostos holandeses, franceses, ingleses, no baixo Rio Zaire e ao longo da costa norte de Angola. Essa última região era basicamente alimentada pelo comércio congo e o fluvial, que se desenvolveu na segunda metade do século XIX, suplantando os antigos itinerários do comércio por vias terrestres. A última era a rede luso-africana. Ao longo do século XIX, houve muitas mudanças nas suas rotas. Na primeira metade do século, as principais rotas chegavam a Luanda e a Benguela. Outro itinerário ligava as terras altas ovimbundo à costa.

No curso da segunda metade do século XIX, esta última rede ganhou uma nova amplitude. Os centros comerciais desempenhavam funções importantes: créditos aos comerciantes, armazenagem, condicionamento, armamento de expedições comerciais etc. Luanda, seguida por Benguela e, na segunda metade do século, Moçâmedes, concentravam as operações mais complexas e eram a sede das principais firmas comerciais. A Luanda do século XIX possuía traços arquitetônicos e instituições características das cidades portuguesas dos trópicos, no Brasil, na África ou na Índia. Mas era também uma cidade original, onde o elemento português era frequentemente dominado pela cultura crioula e africana.

Ao longo do século XIX, a rede luso-africana teve que se adaptar a alguns grandes ciclos comerciais. Até os anos 1840, o comércio mais importante era

o dos escravos. O principal importador era o Brasil e o principal fornecedor, Angola. No século XIX, foi a mão de obra servil angolana que permitiu a expansão da economia cafeeira do Rio de Janeiro e de São Paulo.

O desenvolvimento das grandes zonas econômicas na África Central acarretou o agravamento da opressão social. Todas as zonas comerciais favoreceram o crescimento de um setor da produção escravista. Certamente, a mão de obra escrava era empregada antes do século XIX. Entretanto, no curso do século, o trabalho escravo aumentou na mesma medida da demanda por produtos produzidos por essa mão de obra.

Na sociedade colonial angolana, o setor escravista estava ligado à economia capitalista mercantil e ganhou uma importância considerável na segunda metade do século XIX. Apesar de a escravidão haver sido formalmente suprimida em Angola em 1878, foi principalmente o setor escravista que esteve na base do avanço da economia agrícola. Por volta de 1880, o destilado das plantações de cana-de-açúcar de Angola tornou-se um item importantíssimo do comércio português. Na medida em que a população branca começou a se estabelecer na região, a demanda pelo trabalho escravo aumentou.

O imperialismo português em Angola teve início com a política de incorporação total das colônias africanas. Esse foi o objetivo até por volta de 1860. Mas a partir de então os portugueses começaram a se retirar, principalmente depois de sofrer algumas derrotas militares frente aos africanos. No início de 1870, já haviam se retirado completamente de Angola. As potências coloniais estavam somente na costa e os comerciantes africanos ganhavam rapidamente o controle do comércio. Durante os anos de 1867 e 1873, Angola viveu um período de grande crescimento comercial.

O que distinguiu o século XIX foi o fato de uma grande mobilidade social ter permitido um acesso rápido a papéis antes reservados aos chefes, ou simplesmente ter favorecido o empreendimento de certos indivíduos, quer no seio dos poderes monárquicos, quer através dos clãs e das linhagens. Monopólios e tributos não conseguiram controlar as trocas em expansão: durante o século XIX, o avanço do comércio ocorreu frequentemente em detrimento do poder material das aristocracias baseadas nos títulos políticos.

Em várias partes dessa região, assistiu-se à proliferação, no século XIX, de títulos de chefes e o surgimento de novas formas de poder, fosse porque o papel do chefe havia se tornado irrelevante (por exemplo, entre certos grupos congos ou mbundu), fosse porque o desenvolvimento das trocas tinha ocasionado uma polarização em torno de grupos ou de indivíduos empreendedores. Há exemplos disso em todas as sociedades da África Central, dotadas ou não de um chefe.

Assim, na floresta úmida da bacia central, comerciantes conseguiram acumular escravos, armas, cobre etc. Tratava-se, geralmente, de canoeiros ribeirinhos enriquecidos pelo comércio do tráfico. Esse processo começou com as expedições comerciais da Tanzânia ao Vale do Luapula e das regiões vizinhas. Os comerciantes eram atraídos pelo marfim e o cobre, abundantes na região.

Assim, a instituição dos chefes no século XIX continuou a se inscrever numa longa tradição. No entanto, a época deu-lhe características originais: em particular, a função de chefe parece ter conhecido uma instabilidade que não era específica da história antiga. O século XIX teria sido a época das fortunas políticas rapidamente construídas e também tão rapidamente desfeitas. A mudança foi precipitada demais, e a história autônoma da região muito brutalmente interrompida no fim do século para permitir o nascimento de grandes Estados. Muitas vezes, o Estado, tal como se desenvolveu no século XIX, na África Central, ignorou as hierarquias complexas, as divisões regionais: apresentou-se como uma rede de senhorios, rede “horizontal” em vez de hierarquia territorial “vertical”.

O renascimento do Egito (1805-1881)

As raízes do nacionalismo egípcio situam-se no passado remoto e o século XVIII deve ser considerado como um laboratório do qual o novo Egito emergiu. Três tendências no período apontaram nessa direção. Primeiro, foram as reformas empreendidas por indivíduos tais como Alī Bey al-Kabīr, no sentido de reduzir o número de estruturas feudais mantidas pelos mamelucos tanto no delta como no Baixo Egito. Em seguida, vieram os movimentos de restauração no Islã liderados pelo *shaykh* Hassan al-‘Attār. E, finalmente, o surgimento em cidades como Cairo, Alexandria e outras, de um grupo de comerciantes e letrados – cuja riqueza provinha principalmente da posse de terras – dispostos a empregar seus recurso a serviço do que viria a ser conhecido como um “esforço nacional”.

Esses fatores convergiram com outros para produzir o movimento nacional egípcio, cuja influência se disseminou, ocasionando duas revoltas no Cairo, em 1798 e 1800. A evacuação das forças invasoras francesas em 1801 forneceu ao movimento nacional egípcio a oportunidade de autofortalecimento e a capacidade de exigir autonomia no âmbito do Império otomano.

Foi nesse momento que surgiu a figura de Muhammad ‘Alī (1804-1849). Muhammad havia sido eleito *Walli* (Vice-Rei) do Egito, em 1805. Seu projeto era essencialmente dotar o Egito de instituições militares, políticas, econômicas e culturais autônomas, que fariam dele o centro motor da reconstituição do

Muhammad ‘Alī (quadro de sir David Wilkie). [© The Tate Gallery, Londres]

Império islâmico. Para realizar este projeto, Muhammad realizarou diversas campanhas militares e acordos diplomáticos visando a independência egípcia, na primeira metade do século XIX.

A obra de Muhammad ʽAlī merece uma análise mais atenta. Único entre os dirigentes dos Estados do Oriente islâmico da época, Muhammad ʽAlī considerava a economia como o fundamento da política. O Estado que ele tentava edificar foi concebido, de início (1805), como uma formação étnica centrada em torno de um exército poderoso e eficaz, apoiando-se em uma economia moderna e autárquica.

De 1818 a 1830, Muhammad ʽAlī criou as grandes unidades industriais: as fábricas de armas e de canhões da Cidadela, que atingiu seu apogeu em 1828 sob Adham Bey; a fábrica de canhões do Arsenal; a fábrica de fuzis de al-Hūd al-Marsūd (1821), as cinco fábricas de pólvora, produzindo 15.874 *kantar* (1 *kantar* = 45 quilos) em 1833; o arsenal marítimo de Alexandria, criado por Lefébure de Cerisy em 1829, o qual substituiu um mestre artesão genial, Hadjdj ʽUmar; depois a doca seca construída por Mougel, em 1844. No plano da indústria "civil", trinta fábricas de fiação e tecelagem de algodão foram criadas, tanto no Baixo Egito como no Alto Egito; as fábricas do Cairo forneciam às províncias as máquinas, as ferramentas, as peças sobressalentes, os materiais de construção e os técnicos para a manutenção das instalações.

Muhammad ʽAlī também diversificou a economia agrícola egípcia, de uma economia de subsistência para uma economia de lavouras comerciais, e o fez sem sacrificar a produção de cereais sobre a qual a economia agrícola egípcia baseara-se desde sempre. Construiu diversos canais para irrigar as terras estatais. As obras de Muhammad ʽAlī em matéria de irrigação não eram mais impressionantes quando comparadas àquelas dos grandes períodos da história egípcia. Contudo, tratava-se de modernizar e desenvolver o território para assegurar a independência do Egito em relação aos outros países. Tratava-se da transição de uma economia profundamente feudal para uma economia capitalista predominantemente agrária. Em 1846, um decreto permitiu hipotecar as terras detidas em usufruto. Em 1858, foi promulgada uma lei que instituiu formalmente o direito de propriedade privada da terra.

A luta empreendida pelo Egito depois do advento de Muhammad ʽAlī (falecido em 1849) para fundar um Estado moderno, superar quatro séculos de decadência e dotar-se de uma economia avançada apoiada em um exército eficiente e poderoso – luta esta retomada, em condições infinitamente mais rigorosas, por Ismāʽīl – provocou uma fermentação de ideias e de movimentos sociais e políticos de grande intensidade: a imprensa árabe – egípcia e sírio-libanesa, oficial e

privada – vivia então em um ambiente privilegiado de exaltação do sentimento nacional, propício à renovação cultural e ao cruzamento de ideias. Essa foi a contribuição fundamental do Egito ao progresso do ensino, da imprensa e da publicação durante esse período que apareceria, mais tarde, com o tendo sido o da gestação da revolução e do renascimento nacionais.

A dissolução do Estado de Muhammad ʻAlī começou com o Tratado de Londres em 1840, entre o Império otomano, a França e a Inglaterra. Por esse tratado, os otomanos abriam a economia egípcia, em vias de se tornar autônoma, para os interesses estrangeiros. Foi o prelúdio da penetração do Egito pelo grande capital europeu, apoiado pelos compradores da época. Ao final do século XIX, o controle da economia egípcia gradualmente passou das mãos dos nacionalistas para as dos residentes estrangeiros (que passaram de 3.000 em 1836 a 112.568 em 1897): banqueiros e agiotas; mercadores; agentes de câmbio ingleses etc.

Ao longo de todo o século XIX e, mais particularmente, a partir da parada estratégica de 1840, a ascensão da burguesia egípcia deu-se em um contexto implacável, aquele dos imperialismos europeus ascendentes. Ela aconteceu ao mesmo tempo do estabelecimento de uma cultura verdadeiramente nacional, acompanhada pela formação de um exército, então o mais poderoso da África.

Dessa ebulição nacionalista surgiu o Partido Nacional, em 1881. De início, a ação era principalmente do tipo reivindicativo e constitucionalista. O Partido Nacional, entretanto, apoiava-se no exército, como o último recurso. Sua ação era caracterizada por um gradualismo, a partir do topo, do reconhecimento do papel do exército na revolução nacional e de um quadro religioso, isto é, islâmico, de ação política.

Diante do reagrupamento das forças nacionais em andamento, as potências europeias, desta vez lideradas pela Grã-Bretanha, se reuniram em Constantinopla para considerar de novo a “questão Egípcia”. Foi então tomada a decisão de intervir militarmente no país, para evitar a sua completa independência nacional. A esquadra britânica comandada pelo almirante Seymour bombardeou Alexandria em 11 de julho de 1882, causando perdas consideráveis em vidas humanas e o incêndio da cidade, em 12 de julho. No mesmo ano, consumou-se a invasão britânica do Egito.

Apesar do fato de a revolução egípcia haver fracassado em seus objetivos imediatos, algumas consquistas alcançadas podem ser atribuídas a esse período. Sobretudo a revitalização do pensamento islâmico, empregado na mobilização do apoio popular à causa revolucionária. O fundamentalismo islâmico, portanto, desempenhou um papel importante não só no revigoramento da política, que levou ao fracasso da revolução, mas também na dimensão social da revitalização nacional.

Os golpes sofridos na primeira etapa do renascimento egípcio, desde as grandes batalhas navais do Mediterrâneo e o Tratado de Londres em 1840 até a ocupação militar em 1882, a penetração maciça dos capitais e dos colonos estrangeiros, o desmantelamento progressivo do movimento de independência e de edificação nacional não deixariam tempo para o Egito perfazer uma síntese do pensamento nacional que pudesse fazer frente à penetração estrangeira, estruturando, ao mesmo tempo, o projeto nacional de modo realista e adequado. As grandes tendências do pensamento egípcio – o modernismo liberal de um lado e o fundamentalismo islâmico do outro – tentariam executar sua junção apenas na metade do século XX. O século XIX permanece, por sua vez, como o do esboço, das aproximações inadequadas e da simbiose impossível. Daí a permeabilidade do terreno nacional em que o modernismo da aculturação se encontrou facilmente confundido com a modernidade nacional crítica, onde a "onda ocidental" pôde facilmente isolar os diferentes fatores constitutivos e as grandes formações do movimento nacional egípcio.

O impacto dessa primeira etapa do renascimento egípcio repercutiria muito além de suas fronteiras. O Sudão, a Abissínia, o Chifre da África e a área dos Grandes Lagos da África central experimentariam os ensinamentos do Egito renascente em luta contra o imperialismo. No Magrebe, o renascimento do Islã político e das grandes lutas populares e militares contra a penetração colonial inspiraram-se sem cessar nas diferentes dimensões do esforço egípcio. Foi o Tratado de Berlim que codificou a divisão da África em 1881. Ele o fez em grande parte para assegurar o desmembramento racional, e desde então legalizado, do grande continente, cujo despertar ameaçou o que era então a ordem do mundo, o "concerto hegemônico das potências".

Ainda mais além, a obra de Muhammad 'Alī serviria de lição à restauração japonesa a partir de 1868. Enquanto isso, entre o mundo árabe e o Japão, a reforma constitucional dos *Tanzīmāt*, na Turquia, inspirou-se diretamente e explicitamente nas reformas egípcias.

Assim, o renascimento nacional do Egito, que provocou crises no âmbito interno, seria, objetivamente, um elemento formador do ressurgimento da África, da Ásia e do Oriente Médio, nos séculos XIX e XX.

O Sudão no século XIX

No início do século XVI, o Sudão oriental era essencialmente dominado por dois sultanatos mulçumanos: os sultanatos fur e funj. Os primeiros reinaram sobre uma região particular, o Darfur, até 1874. Mas entre os funj rivalidades

O Sudão sob o domínio turco, 1820-1881 (segundo H. A. Ibrāhīm.)

dinásticas e antagonismos levaram, no início do século XIX, à desintegração final do sultanato em chefias frágeis e opostas umas às outras. O caos e as guerras locais que se seguiram deram, em 1820-1821, ao vice-rei do Egito, Muhammād ʻAlī, a ocasião que ele esperava para agregar o Sudão às suas possessões. Desse modo, começou o primeiro período de domínio colonial que o Sudão conheceu durante mais de sessenta anos.

O Sudão não foi efetivamente conquistado ou governado pelos egípcios tais como os conhecemos hoje, mas por uma entidade de língua turca cujos membros dominaram o Egito desde a época medieval. Salvo algumas exceções, os verdadeiros egípcios, isto é, os habitantes do baixo Vale do Nilo, não foram nomeados para cargos políticos ou militares importantes nem no Egito nem no Sudão conquistado, acederam somente a cargos subalternos na administração e no exército. Essa é a razão pela qual os sudaneses, como os europeus, chamavam os dirigentes do país de "turcos", porque o Sudão era egípcio somente porque era dependente da província otomana do Egito.

Quando Muhammad ʻAlī invadiu o Sudão em 1821, a principal função do regime estrangeiro era impor tributos e se prover de escravos para aumentar as fileiras do exército egípcio. Expedições frequentes eram feitas ao longo do Nilo Branco para capturar escravos e, a partir de 1840, o tráfico de vidas humanas atingiu proporções gigantescas. Os exércitos privados dos traficantes de escravos estavam equipados com armas de fogo e imensas áreas de terras eram alugadas aos mercadores, que podiam fazer investimentos muito rentáveis entre os povos do Sudão meridional.

Além disso, os mercadores europeus desejavam a liberação pelo governo turco do mercado sudanês de marfim. Mais tarde, quando suas margens de lucro começaram a diminuir, eles decidiram pagar seus empregados árabes em escravos em vez de dinheiro; isso contribuiu para intensificar o tráfico. A cidade de Kaka transformou-se rapidamente em um grande mercado de escravos. Os habitantes do sul se recusaram a cooperar com o tráfico e opuseram uma resistência ativa à presença dos mercadores em suas terras. Em consequência, diversas guerras foram travadas, especialmente contra os shilluk, os bari e os fur, que tiveram seu reino destruído em 1874.

Nenhum dos dois sucessores imediatos de Muhammad ʻAlī, ʻAbbās e Saʻīd (1848-1863), quis rivalizar com ele em matéria de poder. Porém, o ambicioso quediva Ismāʻīl (1863-1879) deu continuidade a uma política expansionista em todas as direções, mas sobretudo no alto Vale do Nilo e, de lá, ao vasto interior do Sudão meridional. Ao submeter os comerciantes europeus já enfraquecidos aos impostos e às medidas de discriminação, Ismāʻīl conseguiu pouco a pouco colocar o comércio nilótico sob o domínio dos turcos. Em 1867, os comerciantes

europeus foram obrigados a deixar o Sudão e não tiveram mais, desde então, nenhum papel na vida comercial, a qual caiu nas mãos dos turcos e árabes vindos do Egito e do Sudão setentrional. Liberado de toda influência europeia em escala local, Ismā'īl subiu o Nilo para criar um império africano. A abolição da escravidão e do tráfico serviu de justificativa para essa expansão imperialista.

A instauração da administração turca havia efetivamente posto um fim nas grandes caçadas aos escravos no Sudão, principalmente na região meridional; mas os novos imperialistas não chegaram jamais a persuadir as populações africanas em aceitar seu domínio. De fato, eles tinham cada vez mais de recorrer à força para reprimir numerosas rebeliões que aconteceram contra seu domínio. Mataram os chefes e massacraram as populações, tomando seu gado e destruindo suas colheitas. Seguindo o exemplo dos invasores precedentes, mercadores de escravos, os turcos contribuíram para a desintegração das sociedades sudanesas, até que o movimento de resistência acabasse por atingir seu objetivo declarado: pôr um fim ao colonialismo turco nessa região da África.

A aventura turca no Sudão foi, em sua maior parte, malsucedida. Entretanto, admite-se geralmente que a história do Sudão moderno começa com a conquista do país em 1820-1821. Por volta de 1880, o Sudão formava um imenso território, estendendo-se da segunda catarata aos lagos equatoriais, e do Mar Vermelho ao Darfur.

O regime turco não havia apenas unificado o Sudão em suas fronteiras modernas; ele tinha também iniciado um processo de modernização, mediante a adoção de métodos de organização político-econômica e de técnicas de produção, de transporte e de comunicação derivados daqueles empregados pelos Estados europeus e que modificaram substancialmente as estruturas das sociedades tradicionais.

As três principais inovações técnicas foram as armas de fogo, os barcos a vapor e o telégrafo elétrico introduzidos no Sudão durante o reinado do quediva Ismā'īl. As armas de fogo e os barcos a vapor tiveram um papel capital na expansão dos imperialistas turcos para o sul.

A abertura do sul oferecia possibilidades novas a um setor particular da sociedade do norte, o qual ficaria conhecido sob o nome de al-djallāba. Apenas alguns comerciantes do norte tinham chegado ao sul antes da conquista turca; mas, após esta, começaram a chegar em grande número. De início, como domésticos ou como membros das escoltas armadas dos comerciantes estrangeiros, acederam progressivamente a responsabilidades e a certos poderes. Ao mesmo tempo em que aceleravam o processo de arabização e islamização do sul, os djallāba, que recorriam frequentemente à violência e tinham uma atitude depreciativa em

relação aos habitantes do sul, suscitaram, sem dúvida alguma, a desconfiança e o medo que dominam ainda as relações entre o norte e o sul do país.

É certo que o imperialismo turco havia estabelecido no Sudão um novo regime administrativo, caracterizado pela opressão, pela corrupção e pela incompetência; os administradores turcos eram medíocres, mas, ao contrário dos diversos tipos de governo que o país já conhecera até então, era um sistema fortemente centralizado.

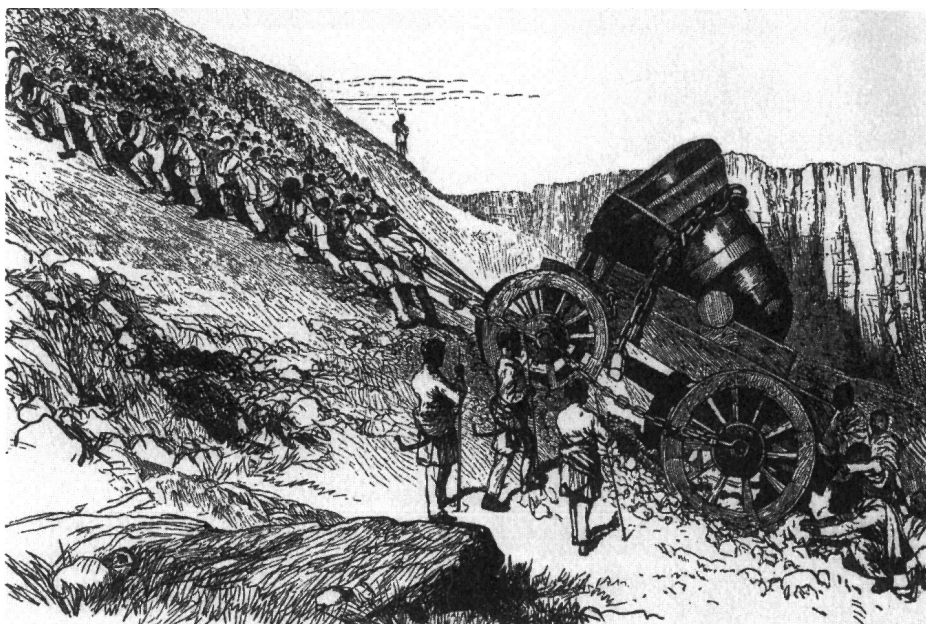
O exército e o progresso das comunicações favoreceram muito a implantação do regime colonial. Os colonizadores não tinham construído muitas estradas ou ferrovias; mas os barcos a vapor e as ligações telegráficas facilitaram bastante a centralização. Graças a essas inovações, os administradores turcos conseguiram no conjunto manter a segurança pública, reprimir a agitação dos sudaneses e, sobretudo, submeter a população ao imposto.

Do mesmo modo, as mudanças devidas ao domínio imperialista exerceram uma grande influência sobre a vida religiosa da sociedade sudanesa do norte. Os turcos e os sudaneses eram ambos fiéis ao Islã; mas existia um imenso fosso entre o Islã oficial sunita da administração turca e o Islã personalizado do sufismo autóctone, que se desenvolvera desde o período dos funj.

A chegada crescente de estrangeiros, europeus e americanos, acompanhou e contribuiu para favorecer o processo de modernização. Como muito poucos europeus tinham chegado ao Sudão antes de 1820, a conquista turca abriu o país aos estrangeiros que vinham sob títulos diversos: viajantes, comerciantes, missionários, especialistas, consultores e funcionários.

A entrada rápida de funcionários ocidentais na administração, sobretudo durante os dez anos que antecederam a Mahdīyya, teve repercussões sobre a sociedade sudanesa, tanto no norte de influência árabe como no sul. Distanciados dos habitantes pela língua, costumes e religião, eles criaram tensão com sua presença. O recrutamento excessivo de europeus para os cargos oficiais provocou um tal ressentimento entre os sudaneses que estes manifestaram uma xenofobia generalizada. A intenção declarada do Mahdī, que era de liberar o país de todo domínio estrangeiro e cristão, encontrou então apoio espontâneo e entusiasta das multidões, em fins do século XIX.

A Etiópia e a Somália

O início do século XIX viu a abertura de um dos períodos mais difíceis da história etíope. O Estado, centralizado no passado, foi invadido em grande parte

O grande canhão "Sebastopol" do imperador Teodoro. [Fonte: H. Rassam, *Narrative of a British Mission to Theodore, King of Abyssinia*, 1869, Londres. Ilustração reproduzida por Sasor Publisher, Londres.]

pelos oromo (gala), e se encontrou em uma situação de dissolução avançada. Ainda que os imperadores conservassem uma soberania nominal e mantivessem uma aparência de unidade, eles não passavam de joguetes dos senhores feudais. Estes se tornaram praticamente independentes e estavam constantemente em conflito. As lutas tomaram tal amplidão que várias províncias, inclusive o Bagemder, localização da capital, ficaram empobrecidas. Inúmeros camponeses, vítimas dos abusos dos soldados, fugiram de suas terras e se colocaram a serviço deste ou daquele senhor, enquanto outros se entregaram à pilhagem. A agricultura ficou negligenciada e as caravanas eram menores e menos frequentes do que no passado. A população de Gondar – a única aglomeração urbana com uma certa importância – decresceu muito e havia menos demanda pelos produtos artesanais; o declínio do patrocínio real levou à redução de encomendas por obras de arte.

Nessa época, os altos planaltos cristãos, núcleo do império, estavam divididos em três Estados independentes, Tigre, Amhara e Shoa, aos quais se somavam outras unidades políticas menores.

O Tigre ficava na região setentrional e era o Estado mais poderoso. Possuía uma população essencialmente cristã, mas com uma importante minoria muçul-

mana. Os chefes da província, graças à proximidade do litoral, haviam enriquecido consideravelmente com os impostos sobre o comércio e, consequentemente, havia no Tigre muitas armas de fogo, mais do que em outras regiões.

A província era controlada, no início do século, por Ras Walda Sellasé (1795-1816) de Endarta, importante distrito que beirava os Afar, ou Danakil, a depressão da qual a Etiópia tirava o *amolé*, as barras de sal-gema utilizadas para o consumo e como moeda.

Amhara, a segunda divisão importante do império, estava situada ao noroeste. Sua população era essencialmente cristã, mas com número significante de muçulmanos. Amhara devia sua importância em grande parte ao fato de controlar a capital imperial, Gondar, situada longe do litoral. Entretanto, os governantes de Amhara dependiam, para seu abastecimento de armas de fogo, dos comboios que passavam pelo Sudão e pelo Tigre, que não favoreciam o trânsito.

No início do século, Amhara era dirigida por Aligaz Gwangui (1788-1803), o irmão de ʻAlī Gwangui, um muçulmano oromo yejju que tinha se convertido ao cristianismo por razões políticas, mas que era apoiado pelos muçulmanos.

Shoa, a terceira maior divisão do império, estava situada no sudeste. Seus altos planaltos centrais eram principalmente povoados por cristãos falantes do amárico, enquanto o sul e o oeste eram ocupados por oromo tradicionalistas e muçulmanos. A província havia sido isolada pela expansão dos oromo, permitindo a independência em relação a Gondar. Shoa, ainda que ligada a Gondar por uma rota comercial, tinha de fato relações econômicas mais importantes – pelos afar e as terras baixas da Somália – com os portos do Golfo de Aden, Ta<u>dj</u>ūra e Zeila, bem como com a cidade-mercado de Harar. Foi por essas rotas que os dirigentes sucessivos de Shoa obtiveram expressiva quantidade de armas de fogo, graças às quais subjugaram os oromos vizinhos. A expansão deu a Shoa o controle do comércio com os territórios situados mais ao interior, ricos em ouro, marfim, café, especiarias e escravos.

Ao leste, as terras baixas desertas que chegavam até o litoral do golfo de Aden eram habitadas pelos somali muçulmanos que falavam uma outra língua cushítica e eram há muito tempo submetidos à influência árabe. Zeila, porto que acolhia o comércio de Shoa, de Ogaden e de Harar, era controlada pelos árabes. O resto do litoral pertencia a somali nômades que reivindicavam igualmente o controle de Berbera, porto praticamente deserto que renascia a cada inverno quando as caravanas do interior vinham trocar suas mercadorias por produtos importados pelos mercadores da Arábia, do Golfo Pérsico e da Índia.

A importância do litoral setentrional da Somália foi bem compreendida por Muhammad ʻAlī do Egito, o qual se apossou de Berbera em 1821, mas teve

que abandoná-la devido à resistência local. Uma década mais tarde, os egípcios fizeram uma nova tentativa nesse sentido, mas tiveram que se retirar em 1841. O litoral de Bender Ziada, no Golfo de Aden, em Illig, no Oceano Índico, fazia parte do sultanato de Majerteyn. O sultanato, habitado por seminômades, retirava o essencial de seus parcos recursos com a exportação de incenso e de madeiras aromáticas. Uma longa tradição de navegação, ao longo daquele litoral dilacerado, dava aos nômades da região uma outra fonte de renda. No século XIX, a autoridade do sultão sobre os clãs do interior era no máximo nominal. Em 1839, o sultão assinou em Aden, com os britânicos, um tratado lhe garantindo uma renda anual em troca de sua ajuda para proteger as vidas e os bens dos marinheiros britânicos que naufragassem ao largo do litoral.

Mais ao sul, Benadir, o litoral do Oceano Índico habitado pelos somali era no início do século um protetorado de Omã, o qual se tornou independente na década de 1820, após uma intervenção da Companhia Inglesa das Índias Orientais; logo depois, a área passou para o controle do sultão de Zanzibar, cujo representante residia no porto de Brava (Barawa). 1830 marca o surgimento da *djihad* em Bardera, movimento iniciado por militantes da reforma islâmica contra a população da Somália meridional. Em 1843, todavia, o sultão dos geledi, Yūsuf Muhammad, liderou uma grande expedição contra os reformistas. A colônia de Bardera foi sitiada e aniquilada pelo fogo e o sultão Yūsuf tornou-se durante um tempo o dirigente mais poderoso da Somália mridional.

Durante a segunda metade do século XIX, algumas ordens islâmicas – Qadiriyya, Ahmadiyya e Sālihiyya – começaram a penetrar pelo interior da Somália, e colônias religiosas fixaram-se em todo o país. Finalmente, a última grande migração somali, iniciada no começo do século, trouxe os nômades das planícies do Ogaden até além do Juba. Alguns desses nômades, os pastores, aderiram à *jihad* de Bardera e atravessaram o Juba, onde colidiram com os oromo. Estes últimos foram finalmente empurrados em direção ao Tana, onde os britânicos os encontraram quando eles criaram o protetorado da África Oriental.

Além do litoral somali, nas terras altas, encontrava-se a cidade mulçumana fortificada de Harar, cujos habitantes falavam o adaré, língua semítica desconhecida em outros lugares. A cidade constituíra, durante vários séculos, um Estado independente dirigido por um emir.

No sudoeste da região etíope, nas terras altas férteis e arborizadas, estendia-se o antigo Reino de Kaffa, Estado tradicionalista que falava sua própria língua, o katicho. A região, fonte de exportação de produtos de valor – almíscar, marfim e escravos, sem falar do café que crescia naturalmente –, tinha sido em grande parte isolada do mundo externo pela expansão dos oromo; todavia, no século

XVIII, ela fizera incursões nos territórios de seus vizinhos e, em 1820, seu rei, Hotti Gaotscho, dominava ao norte e a leste até os rios Gibbé e Omo.

As regiões situadas ao sul do Nilo Azul eram povoadas por oromo tradicionalistas que se encontravam, no início do século, em um estado de grande efervescência política. O antigo sistema de governo, o qual implicava um comando baseado na rotação dos grupos etários, estava ameaçado por chefes militares ricos e poderosos, que reclamavam a autoridade vitalícia e o direito de estabelecer dinastias. Nas primeiras décadas do século XIX, três monarquias surgiram: Enarya, Goma e Guma.

A região aqui estudada constituía, portanto, nesse período, uma verdadeira galáxia de entidades políticas inter-relacionadas, especialmente na área comercial. Embora houvesse diferenças étnicas e linguísticas, as trocas culturais eram ricas e numerosas.

O estado de divisão da Etiópia na primeira metade do século XIX deu lugar, na segunda, a duas importantes tentativas de reunificação. A primeira foi a de Dajazmach Kassa Heyku, o futuro imperador Téwodros II, ou Teodoro da Etiópia.

Teodoro impôs-se a tarefa de unificar as diversas províncias da Etiópia por meio da guerra. Depois de sua autocoroação, em 1855, ele marchou sobre Wallo e se apossou da fortaleza montanhosa de Magdala, a qual se tornou mais tarde sua capital. No mesmo ano, conquistou Shoa, a última província cristã fora de seu controle e fez Menelik, filho do rei, como refém.

Como parte de seus planos de reforma, Teodoro decidiu reorganizar o exército. Ele acreditava que o único meio efetivo de controlar o país era formar um exército de soldados profissionais bem equipados. A partir de 1853, relata-se que ele disciplinara seu exército graças à ajuda de alguns turcos, bem como de um aventureiro inglês, John Bell.

Consciente do fato de que suas forças deveriam se movimentar com a maior rapidez possível, Teodoro solicitou a seus artesãos europeus que se ocupassem da construção de estradas. Essas estradas deviam ligar Dabra Tabor a Gondar, Gojam e Magdala.

O imperador tentou fazer também algumas reformas econômicas. Pôs fim às opressivas taxas de arrecadação comercial e estabeleceu o recolhimento de impostos sobre mercadorias apenas em três lugares sob seu domínio. Teodoro conseguiu restaurar a segurança e a paz nas rotas comerciais.

Quanto às reformas sociais, incluem-se a abolição do tráfico de escravos e a erradicação do banditismo e da corrupção. O monarca reformador voltou igualmente a sua atenção para a Igreja, da qual ele aprisionou o chefe, Abuna Salama, em 1857. Tentou diminuir o número de padres, reduzir as terras per-

tencentes aos eclesiásticos e tornar os religiosos dependentes de salários pagos pelo Estado. Essas medidas foram duramente combatidas pelo clérigo. A longo prazo, a hostilidade dos padres se juntou à dos nobres provinciais e contribuiu para colocar uma grande parte da população contra Teodoro.

Os últimos anos do reinado de Teodoro conheceram sérias dificuldades. Houve contínuas rebeliões. Em Shoa, Bezabeh, um príncipe local, proclamou sua independência. Gojam passou para o controle de um nobre rebelde, Tedia Gwalu, enquanto um outro chefe, Tiso Gobasé apoderava-se de Gondar. Um outro acontecimento sério teve lugar: Menelik, herdeiro do trono de Shoa, fugiu de Magdala em 1865 e proclamou-se soberano independente. Confrontado com essa oposição crescente, Teodoro teve que recorrer à violência. Ele incendiou Gondar em 1864 e a saqueou, bem como a cidade vizinha de Dambeya, em 1866, onde seus soldados destruíram a maioria das igrejas da velha capital. As cruzes de procissão, os manuscritos e outros objetos de valor foram levados para Dabra Tabor; inúmeros objetos em cobre e em prata foram fundidos para fabricar canhões. Aproveitando-se do momento de decadência do reinado de Teodoro, a Grã-Bretanha invadiu a Etiópia em 1867, visando garantir seus interesses econômicos na região. Teodoro morreu lutando contra estes na batalha de Magdala, do mesmo ano.

A morte de Teodoro tinha deixado a Etiópia dividida e destituída de imperador. Três personalidades rivais detinham o poder em diferentes regiões. Menelik consagrara-se rei de Shoa, enquanto Ras Gobasé tornou-se senhor de Amhara, de Wag e de Lasta. Kassa do Tigre era, contudo, o mais poderoso, em parte devido às armas recebidas dos britânicos. Em 1871, Gobasé pôs-se em campanha para se apossar de Adwa, a capital do Tigre, mas Kassa o venceu em julho e foi coroado imperador com o nome de Johannes IV, em Axum, em janeiro de 1872.

O novo imperador, o qual realizaria uma unificação mais vasta e mais eficaz que Teodoro, alcançou esse resultado ao adotar uma política mais conciliadora em relação à nobreza provincial e ao se apresentar como o amigo e protetor do clero.

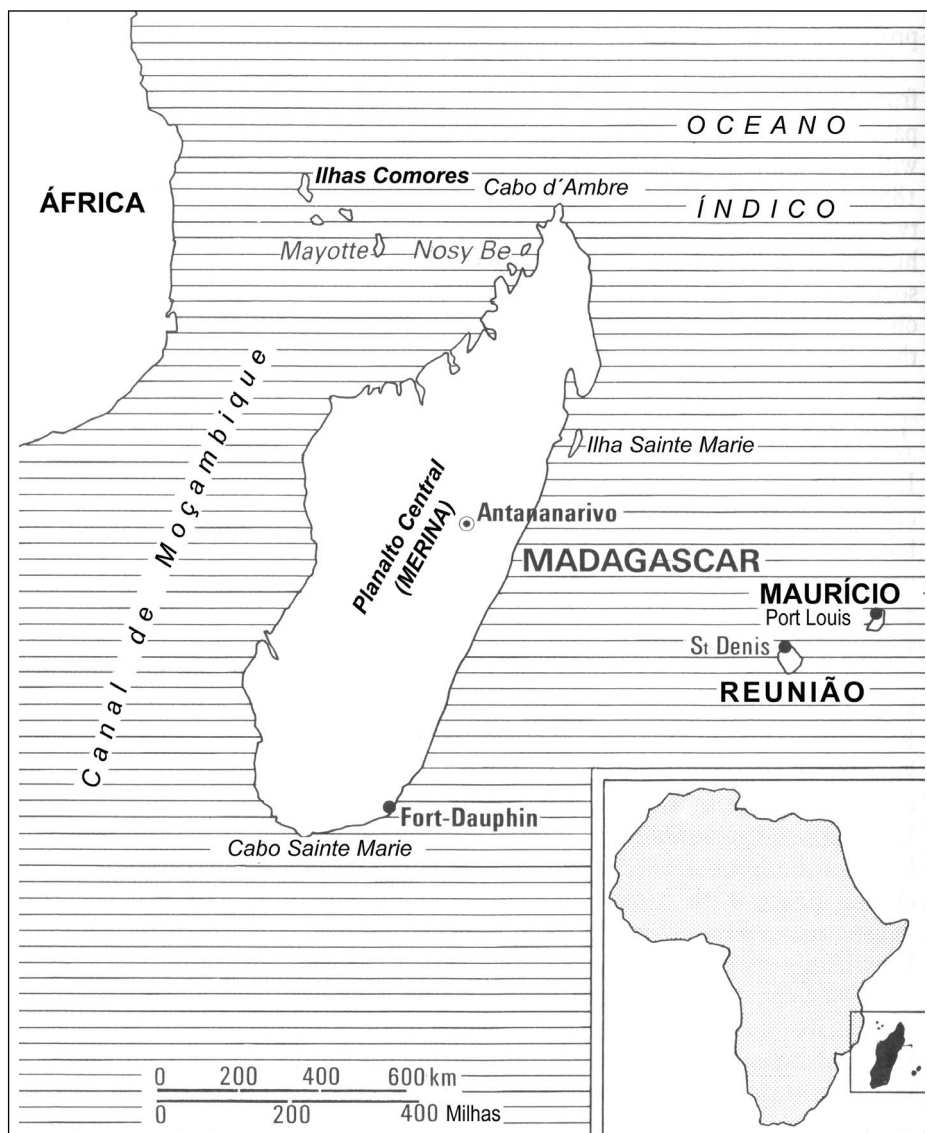
Durante a primeira parte de seu reinado, Johannes teve que enfrentar uma forte pressão egípcia. O Egito era à época o Estado mais poderoso do continente africano e seu quediva, Ismā‘īl, construía um império no Sudão e esperava poder anexar uma grande parte da Etiópia. Após solicitar ajuda britânica sem obter nenhuma resposta, Johannes reuniu suas forças em 1875. Durante o embate, os invasores egípcios foram quase todos expulsos. O Egito fez ainda uma nova tentativa de invasão em 1876, mas foi severamente derrotado. As vitórias etíopes destruíram as pretensões egípcias de constituir um império e causaram muito embaraço ao governo do quediva Ismā‘īl.

No conjunto, as realizações de Johannes como imperador da Etiópia foram várias e significantes. Ele estabeleceu a paz e a unidade interna. Mas a Etiópia iria ainda sofrer grandes atribulações: a rebelião do Mahdi sudanês, Muhammad Ahmade, em 1881, a tomada de Massaoua pelos italianos em 1885 e a grande epidemia de peste bovina e fome, ao final do século XIX.

A rainha Ranavalona I, 1828-1861.

Madagáscar, 1800-1880

No século XIX havia aproximadamente dezoito grupos étnicos em Madagáscar. O principal desses grupos tornou-se o mais importante do período: trata-se do grupo dos merina, habitantes do planalto central da ilha. Esse planalto central, chamado Imerina ("o país que se vê de longe"), constituía o foco do povo merina, junto ao qual uma classe de privilegiados controlava, antes da colonização francesa, a maior parte da ilha. É difícil dizer quantos habitantes havia em Madagáscar durante essa época. Segundo o cônsul da Grã-Bretanha em Madagáscar, no ano de 1865, a população chegava a 5 milhões, dos quais cerca de 800.000 eram merina. Todos os grupos malgaxes falavam a mesma língua e tinham, com algumas exceções, tradições e costumes religiosos análogos. Assim, apesar da existência de diferenças regionais, os malgaxes formavam um só povo, caracterizado por uma profunda unidade cultural e étnica. Os dirigentes de Imerina se instalaram em Antananarivo, e foi daí que uma linhagem de monarcas, competentes e frequentemente populares, dirigiu a maior parte da ilha.

É difícil entender a história de Madagáscar do século XIX sem examinar como Adrianampoinimerina, fundador do Reino merina, chegou ao poder e

Madagáscar e seus vizinhos (segundo P. M. Mutibwa).

consolidou sua posição. Afinal, ele reunificou o Reino merina e o expandiu. Além disso, reforçou a coesão nacional, fator fundamental de uma política expansionista.

Por volta de 1780, havia, em Imerina central, somente três ou quatro pequenos reinos, que travavam lutas sangrentas entre si. Aproximadamente em 1785, Ramboasalama, o sobrinho do rei de Ambohimanga, um desses pequenos reinos, expulsou seu tio e se proclamou rei sob o nome de Adrianampoinimerina. Ele começou, então, a consolidar sua posição em Imerina, utilizando tanto os meios militares, quanto as vias diplomáticas. Liquidou os reis de Antananarivo e de Ambohidratrimo que, embora tivessem selado a paz com Adrianampoinimerina, continuavam a desafiá-lo. Em 1791 ou 1792, ele transferiu sua capital para Antananarivo e começou a edificar as estruturas políticas e sociais do novo reino. Essa cidade permaneceu, desde então, a capital de Imerina e de Madagáscar.

A segunda parte do reinado de Adrianampoinimerina, pouco tempo depois de 1800, viu o reino se estender para além dos limites de Imerina: a longa e difícil tarefa da unificação dos 18 grupos étnicos de Madagáscar começara. De início, ele conquistou porções de territórios tradicionais merina, e embora tivesse imposto seu governo a esses povos, alguns deles, como os sakalava, bezanozano e ambongo, continuaram a resistir. Adrianampoinimerina empregou a força para consolidar seu poder em Imerina, mas também tentou apresentar-se frente a seus adversários como um chefe, cujo único desejo era a paz e a unidade. Quando de sua morte, em 1810, Adrianampoinimerina tinha feito de Imerina um dos reinos mais poderosos de Madagáscar.

Na história de Madagáscar, poucos dirigentes tornaram-se tão lendários quanto Radama I, o qual, aproximadamente aos dezoito anos de idade, sucedeu o pai em 1810.

Quando foi anunciada a morte de Adrianampoinimerina, alguns dos povos conquistados por ele revoltaram-se. A primeira tarefa de Radama foi, portanto, dominar os rebeldes e, notadamente, os bezanozano de Ambotomanga, dentre os quais muitos fugiram para o leste.

Embora Radama tivesse conseguido consolidar sua posição em Imerina, desejava sobretudo alcançar o mar para comerciar diretamente com os europeus. Ele dirigiu seus esforços ao leste, para o porto de Tamatave, que se tornava cada vez mais importante. Foi principalmente o desejo de Radama de estabelecer uma rota em direção a esse porto oriental que o levou a entrar em contato, diplomaticamente, com Robert Townsend Farquhar, o governador da Ilha Maurício. Tal desejo coincidia com o de Farquhar e da Grã-Bretanha: controlar Madagáscar ou, pelo menos, influenciar o que lá se passava, pois que Madagáscar era a única

fonte de gado e de arroz da Ilha Maurício e consumia também uma grande parte de seus produtos manufaturados. Ademais, Madagáscar representava um interesse estratégico e político. Os britânicos queriam, em particular, garantir o apoio de seu chefe para abolir o tráfico de escravos, já que Madagáscar constituía uma das principais fontes de escravos da região. Sir Robert queria, portanto, exercer um papel político ativo no país. Esta política, que coincidia com o desejo de Radama de continuar sua expansão para o leste, teve importantes consequências para o futuro de Madagáscar.

Os acordos diplomáticos entre Radama e a Grã-Bretanha encorajaram as atividades missionárias na ilha. A *London Missionary Society* (LMS) chegou a Antananarivo aos 3 de dezembro de 1820. Radama acolheu muito bem os missionários ingleses; eles trouxeram consigo a educação (mesmo ela estando ligada ao cristianismo) e, também, auxílio técnico.

Apoiando-se nos ingleses e apesar de alguns malogros, as campanhas de Radama I haviam-lhe permitido estender a hegemonia merina sobre a maior parte da ilha. Em 1828, os dois terços da ilha encontravam-se sob o controle merina e apenas as planícies longínquas e desoladas dos antandroy e mahafaly, no sudoeste, e o país bara (onde havia somente um precário posto avançado merina em Ihosy), escapavam deste domínio. Contudo, mesmo Radama não dominando toda a ilha, ninguém podia disputar com ele o título de rei de Madagáscar. Todas estas campanhas, entretanto, tinham exaurido o rei e ameaçado sua saúde, já comprometida pela bebida e por uma vida licenciosa. Aos 27 de julho de 1828, ele morreu com trinta e seis anos de idade, o que colocou um fim brutal a um reinado bem-sucedido.

A rainha Ranavalona I era a primeira esposa e prima de Radama I. Ela subiu ao trono graças ao apoio dos nobres e dos chefes do exército que Radama havia descartado de importantes postos. O novo regime ia, pois, tentar deixar de lado as personalidades mais próximas do rei falecido e substituí-las por outras que não haviam aderido, nem participado da política de Radama.

A política de Ranavalona visou principalmente a salvaguarda da independência de Madagáscar e, sobretudo, preservar as instituições, as tradições e os costumes nacionais da influência estrangeira. Isso significava, em termos de política estrangeira, distanciar-se da Inglaterra, principalmente do ponto de vista político e religioso. Para tanto, Ranavalona solicitou aos residentes britânicos que deixassem a ilha, em dezembro de 1828. Ela também anulou todos os tratados com a Grã-Bretanha.

Entretanto, os chefes malgaxes sabiam bem que seu país tinha necessidade de uma abertura ao mundo exterior para se abastecer de produtos europeus

manufaturados, em particular fuzis e munições. Eles queriam comprar produtos de luxo, como tecidos e álcool, e aumentar suas exportações – sobretudo de gado e de arroz – para a Ilha Maurício e a Ilha da Reunião. Para conseguir isso, decidiram, em 1836, enviar uma missão à França e à Inglaterra, a fim de discutir novos tratados de amizade e de comércio, fundados no respeito à cultura e à independência malgaxes, bem como no reconhecimento de Ranavalona I como rainha de Madagáscar. A missão malgaxe fracassou.

A impossibilidade de conseguir concluir tratados com a França ou com a Inglaterra aumentou a desconfiança dos malgaxes frente aos estrangeiros. Com efeito, tais medos estavam bem fundamentados. Em 1845, uma esquadra anglo-francesa atacou Tamatave, sob as ordens das autoridades britânicas da Ilha Maurício e das autoridades francesas da Reunião. A rainha Ranavalona reagiu expulsando todos os negociantes estrangeiros e interditando qualquer comércio exterior, principalmente a exportação de arroz e de carne para a ilhas Maurício e Reunião. Todavia, o comércio com os Estados Unidos prosseguia.

Essa reação era tipicamente malgaxe: se a Europa não quisesse colaborar com a ilha, esta se encontrava pronta a contar com suas próprias forças e com suas próprias iniciativas. Se a rainha e a oligarquia puderam resistir tão abertamente aos estrangeiros, era porque, apesar de revoltas esporádicas, controlavam economicamente as províncias mais importantes.

A rainha Ranavalona deu prosseguimento à expansão começada por Radama I e se esforçou para consolidar sua administração nos territórios conquistados.

No entanto, na última década do reinado de Ranavalona ocorreram mudanças radicais na política malgaxe. Em 1852, com a morte de Rainiharo, o qual havia dirigido o governo desde os anos 1830, uma nova geração de homens mais jovens chegou ao poder. Esses jovens haviam recebido certa educação dos missionários e eram mais abertos à influência europeia do que o antigo grupo de Rainiharo e de seus associados. Assim, houve uma reorientação da política conduzida pela rainha. Em 1853, a proibição do comércio entre Madagáscar, a Ilha Maurício e a Ilha da Reunião foi retirada. A rainha abriu as portas da ilha a certos estrangeiros e, em 1856, permitiu o retorno de missionários cristãos.

Ranavalona morreu em 18 de agosto de 1861, após ter designado Rakoto Radama como seu sucessor. O reinando da rainha Ranavalona I pode ser descrito de dois modos. Para os europeus, foi o reinado do terror. Para muitos povos sujeitados, a hegemonia merina também surgiu como um regime de exploração e de tirania. Conhecemos as revoltas das populações do sudeste e a repressão brutal provocadas por elas. Mas, para muitos de seus súditos, Ranavalona foi um

símbolo do nacionalismo malgaxe e um bastião contra as influências estrangeiras, que ameaçavam a cultura e as tradições do país.

O breve reinado de Radama II, entre 1861-63, foi muito voltado à Europa, sendo marcado, antes de tudo, por uma tentativa precipitada que visava derrubar a política do regime precedente, ao menos no que concerne às relações com o exterior.

Radama II ambicionava remodernizar seu país ao atrair os mercadores estrangeiros, os investidores e os missionários para Madagáscar. Assim, ele permitiu o ensino do cristianismo; os missionários e os cristãos malgaxes no exílio foram chamados de volta. O rei ainda restabeleceu as relações diplomáticas com a Grã-Bretanha e a França e ambos os países designaram cônsules para Madagáscar.

Os europeus aproveitaram a nova situação para renegociar tratados de amizade e de comércio. O tratado com a França foi assinado aos 12 de setembro de 1862, e com a Inglaterra, aos 4 de dezembro de 1862. Todavia, eles suscitaram uma certa inquietação na nobreza malgaxe. Rainivoninahitriniony, o primeiro-ministro, e seus colegas não estavam satisfeitos, já que os tratados estipulavam, dentre outras coisas, que os estrangeiros podiam adquirir e possuir terras em Madagáscar, o que era contrário às tradições malgaxes. Em dezembro de 1862, Radama parecia ter levado a cabo seu projeto da abertura do país à influência estrangeira. Mas a situação tornou-se insustentável quando ele decidiu descartar do poder os membros supremos dos dois importantes clãs que haviam ajudado a fundar o Reino merina. O plano de Radama consistia em substituir esses oficiais por antigos amigos da sua juventude, chamados de *mena maso* ("olhos vermelhos", literalmente). Essa decisão acirrou ainda mais os ressentimentos acumulados contra o rei e, em 12 de maio de 1863, ele foi assassinado.

Um dos acontecimentos mais importantes do período, que teria um impacto enorme na história posterior, foi a conversão ao cristianismo, em fevereiro de 1869, da rainha Ranavalona II e de seu primeiro-ministro, Rainilaiarivony (que também era seu esposo).

A conversão dos dirigentes de Madagáscar ao protestantismo ocorreu pouco após o tratado franco-malgaxe de 1868, precedido por conflitos e mesmo por ameaças de guerra da parte da França. Era a época em que os britânicos pareciam – e reivindicavam – ser os verdadeiros amigos e aliados de Madagáscar, e em que os missionários ingleses não deixavam de sublinhar essa posição continuamente. Graças a homens como James Cameron, a LMS tornou-se uma importante assistência técnica para os malgaxes. Rainilaiarivony e seus colegas acreditavam que, ao abraçarem o credo da LMS, selariam ainda mais a amizade. Com efeito, ao se converterem ao protestantismo, eles se aproximavam dos

ingleses e podiam supor que estes estariam ao seu lado caso os problemas com a França se manifestassem novamente. Os franceses também viram nesta conversão dos malgaxes ao protestantismo um sinal do engajamento desses últimos ao lado dos britânicos; consideraram que a conversão da rainha marcava a rejeição à influência e à cultura francesas, além de uma mudança em favor dos ingleses.

Os missionários britânicos, uma vez vencida a guerra religiosa, exploraram as novas vantagens na capital a fim de estenderem suas atividades para todo o resto da grande ilha. Mesmo os católicos, que não tinham influência política direta em Antananarivo, fizeram proselitismo em outras partes do país. Logo chegaram outras missões e, no último quarto do século XIX, viu-se desenhar diversas zonas de influência – a *Norske Missionary Society*, no Vakimankaratra, a *Society for the Propagation of the Gospel* (SPG), a leste, e a FFMA (*Friends Foreign Mission Association*), a oeste. Graças a suas próprias contribuições e à estreita aliança entre os missionários ingleses e o governo malgaxe, grandes progressos foram realizados nos campos da educação e da medicina. Daí os progressos da alfabetização e a existência de uma literatura. Numerosas mudanças seguiram-se, notadamente o abandono do calendário lunar tradicional pelo calendário gregoriano, introduzido pelos missionários britânicos em 1864. A arquitetura também foi influenciada, sobretudo pela construção desenfreada de igrejas e de diversos monumentos aos mártires, que visavam fazer de Antananarivo uma cidade santa. Com efeito, foi em razão desses notáveis progressos, em particular no campo educacional, que os malgaxes conquistaram, durante esse período, a admiração do "mundo civilizado".

Estes esforços de modernização empregados pelos malgaxes deram uma base firme ao desenvolvimento de seu país, iniciado com a ascensão do rei Radama I ao trono e consolidado na primeira metade do século XIX. Entretanto, o retorno dos estrangeiros, após 1861, o encorajamento do comércio exterior e as influências culturais estrangeiras inauguraram uma nova era para os malgaxes. O processo de modernização compreendia a conversão ao cristianismo e a instituição de uma série de reformas destinadas a mobilizar os recursos humanos e naturais do país, de maneira a atingir um grau superior de desenvolvimento nos campos político, social e econômico. Tais reformas, realizadas pelos dirigentes malgaxes, sobretudo a partir da ascensão ao trono de Radama II, em 1861, foram cruciais para a evolução de Madagáscar.

Insistiu-se em sustentar que a África foi colonizada porque era pobre e subdesenvolvida. Por isso, merece ser destacado que Madagáscar, durante o período estudado, por sua vez, empreendeu importantes reformas que, como um almirante inglês observou em março de 1881, fizeram dos malgaxes "uma raça capaz de governar o país, tornando inútil qualquer intervenção de uma nação

estrangeira". Entretanto, quando chegou o momento da investida "dos europeus", o desenvolvimento não protegeu Madagáscar da ingerência estrangeira. Aos olhos de alguns, a modernidade havia enfraquecido o reino; para outros, as reformas reforçaram a resistência sustentada pelos malgaxes.

Novos desenvolvimentos no Magrebe: Argélia, Tunísia e Líbia

Graves desordens afetaram o Magrebe ao longo do século XIX. O fato mais destacado foi a perda de independência dos Estados sob a pressão e em benefício das principais potências europeias: desde 1830, o regime argelino, baseado no dei, sucumbia sob o repetido assalto das forças francesas; a Líbia caiu sob domínio otomano direto, em 1835; a Tunísia, governada pelo bei encontrava-se, em 1881, sob o protetorado da França, aguardando que a Líbia fosse invadida pelos italianos em 1911 e que o Marrocos o fosse, por sua vez, pelos franceses e pelos espanhóis, em 1912. É evidente que tais acontecimentos políticos não resumem todas as transformações sofridas: eles coroam, ou precedem, profundas mudanças, no que tange à economia, à sociedade e mesmo à cultura que, sem exceção, atravessaram uma crise extrema ao longo do século XIX.

Foi nessa época que começaram a se afirmar o "desenvolvimento" de uns (dos países capitalistas europeus) e o "subdesenvolvimento" de outros (do Magrebe, no caso). Uma abundante literatura contemporânea ensina-nos que os dois fenômenos estão intimamente ligados. No início do século XIX, o Magrebe ainda conhecia um relativo equilíbrio. Esse equilíbrio foi brutalmente rompido, logo depois de 1815, desde que começou a ser exercida a expansão europeia, em uma África do Norte tão próxima e há tempos ligada à Europa por relações belicosas (a guerra de corso) ou pacíficas (comércio). Em diferentes momentos e seguindo modalidades diversas, dependendo das condições locais, o impacto europeu se fez sentir no Magrebe e provocou aí, em curto prazo, diferentes situações segundo os países e, em longo prazo, os mesmos abalos e o mesmo resultado: o domínio colonial.

Na época, o espaço magrebino dividia-se entre um país juridicamente independente, o Marrocos dos alauitas, e três regências que tinham o estatuto jurídico de províncias do Império otomano, mas que, de fato, dispunham de uma quase total autonomia: o país de Argel, onde dominava um dei eletivo; o de Túnis, onde reinava, desde 1705, a dinastia dos beis husseinitas; a regência de Trípoli, por fim, nas mãos da família dos Kāramānlī desde 1711.

Sob diversas formas, direta ou indireta, mercantil ou financeira, a penetração europeia teve por efeito o rompimento do antigo equilíbrio do Magrebe.

O comércio marítimo, efetuado por negociantes europeus – ou, em raros casos, por seus agentes ou aliados locais – foi o primeiro dos fatores de mudança. Ele enfraqueceu gradualmente, até tomar seu lugar o grande comércio tradicional caravaneiro, ou mesmo marítimo, com o Oriente Médio, exceto o tráfico transaariano da Líbia, que retomou o vigor por volta de 1845, e manteve suas posições aproximadamente até 1880.

No próprio Magrebe, os produtos industriais da Europa (têxteis, produtos metalúrgicos, material militar etc.) e os gêneros coloniais importados (açúcar, chá e café) ganharam muito rapidamente a rica clientela magrebina, seguida por categorias sociais mais amplas. As importações incharam muito mais rápido que as exportações, provocando uma hemorragia monetária de múltiplas consequências, notadamente no que concerne às reservas. Em segundo lugar, o produto europeu manufaturado entrou em concorrência com o produto artesanal similar e acabou suplantando-o junto à clientela abastada do país ou do exterior.

Esse processo, bem como a monetarização da economia em benefício de uma minoria, foram responsáveis pelo uso generalizado do empréstimo ou, antes, da usura. Além do endividamento do *beylik* em Túnis, a usura exerceu seus estragos até as partes mais remotas dos campos: a correspondência dos *khā'id* (governadores de províncias) tunisianos incidia regularmente sobre a questão dos créditos – sobretudo em favor dos negociantes europeus, mas também, de certos notáveis locais – não honrados. Nos registros notariais, conservados a partir de 1875 na Tunísia, abundam os empréstimos usurários contratados por humildes camponeses junto a agiotas locais– sobretudo judeus. A situação foi provavelmente pior na Argélia. As revoltas e as repressões que as seguiram, a desagregação das *kabīla* e das estruturas tradicionais, a introdução da economia monetária e dos aproveitadores de toda espécie até as partes mais remotas dos campos, tudo isso, acrescido dos danos provocados pelo clima e da avidez do fisco, favoreceu o desenvolvimento da usura na Argélia colonial.

Ligada às dificuldades do Estado na Tunísia e no Marrocos, e à exploração colonial na Argélia, a fiscalidade, por sua vez, tornou-se pesada, devoradora. Sob os estímulos da necessidade, o bei da Tunísia estabeleceu, desde o início dos anos 1820, uma espécie de monopólio do comércio do óleo – principal produto de exportação.

Ele teve de renunciar ao monopólio através do tratado imposto pela França, logo após a tomada de Argel, em agosto de 1830. Contudo, ele introduziu novos monopólios e multiplicou as contribuições indiretas e os arrendamentos

de impostos nos anos 1840; fez uma atualização das taxas e da base tributável dos antigos impostos que pesavam sobre a produção, e instituiu um imposto de capitação (*iʿāna* ou *majba*) em 1856. A grande revolta tunisiana de 1864 foi provocada pela decisão de dobrar a taxa dessa *majba*. Com alguns anos de atraso, o Marrocos conhecia as mesmas dificuldades financeiras que a Tunísia e recorreu aos mesmos desastrosos expedientes para enfrentá-las. Na Argélia, os autóctones foram obrigados a pagar os tradicionais "impostos árabes" e novos "impostos franceses". Também tiveram que pagar impostos indiretos, o montante em dinheiro das diversas corveias, sem falar nas pesadas indenizações de guerra, em caso de revolta (aquela que se seguiu à insurreição de 1871 absorveu aproximadamente 70% do valor das terras das cabilas).

Na nova situação criada pelo abalo das estruturas econômicas e sociais, e pelo esgotamento das populações pela fiscalização e usura, as tradicionais crises ligadas ao clima – mais numerosas no século XIX que no XVIII – tomaram, desde então, proporções catastróficas. Aquelas de 1866-1869, na Tunísia e na Argélia, e de 1878-1881, no Marrocos, fizeram um corte na população e enfraqueceram, irremediavelmente, a economia e a sociedade local.

Como em outros lugares, alguns grupos se beneficiaram da situação que prevaleceu no Magrebe da época. Primeiramente, a colônia europeia, contando, na Argélia, aproximadamente 164.000 indivíduos em 1855, 245.000 em 1872 e 375.000 em 1882. Na Tunísia, ela aumentou para cerca de 11.000 pessoas em 1856, 14.000 em 1870 e por volta de 19.000 em 1881. Na Líbia, os efetivos continuaram fracos até os primeiros anos do século XX. Ainda que a maioria desses europeus da Argélia e da Tunísia tivesse uma condição modesta, eles também se encontravam em uma posição muito privilegiada em relação à maioria da população. Do mesmo modo, uma minoria de judeus conseguiu se integrar, de uma forma ou de outra, nos circuitos capitalistas europeus e se beneficiou com o papel de intermediária entre tais circuitos e a massa dos autóctones. Alguns muçulmanos, embora raros, chegaram a desempenhar tal papel: agentes dos cônsules, corretores e, sobretudo, associados das casas de comércio europeias, que rapidamente buscaram se livrar da autoridade muçulmana para se colocarem sob a proteção dos cônsules europeus na Tunísia, Líbia e Marrocos. Mais célebre foi o caso dos grandes servidores do Makhzen, que exploraram suas funções para se enriquecer desmedidamente, favorecidos pelas turvas circunstâncias sofridas pelo país: assim, Mustafa Khaznadā, primeiro ministro tunisiano de 1837 a 1873, acumulou uma fortuna estimada em aproximadamente 25 milhões de francos, cuja maior parte foi depositada na França.

Nos campos, o poder colonial na Argélia e a autoridade enfraquecida do bei na Tunísia tiveram que se apoiar sobre certas autoridades, que exerceram uma espécie de poder "feudal" em detrimento de seus administrados, tais como Mukrānī, até sua revolta e morte em 1871, na Argélia, e 'Alī ibn Khalīfa, no Sudeste tunisiano, de 1840 a 1881 (antes de ele comandar a resistência contra a França nesta última data e antes de seu exílio na Líbia). Parece-nos ser da mesma ordem a ascensão de certas famílias religiosas islâmicas que monopolizaram, hereditariamente, os altos cargos na Tunísia, na Argélia e no Marrocos.

As vítimas foram inúmeras a sofrer da conjunção dos múltiplos fatores: más colheitas, consequências da integração do Magrebe ao mercado mundial, fiscalidade imoderada, aos quais se juntaram, no caso da Argélia, as devastações da guerra de conquista e os rigores da lei do vencedor, que implicou na monopolização de uma parte das melhores terras por uma minoria estrangeira. Disso resultou, sem tardar, a pauperização quase generalizada e a desorganização das estruturas tradicionais, conduzindo, inevitavelmente, à catástrofe econômica e demográfica, como foi o caso da crise de 1866-1869.

Outra consequência da penetração ou da conquista europeia: as revoltas se multiplicaram, ganhando cada vez mais amplitude no Magrebe do século XIX. Forma elementar de resistência ou meio de sobrevivência, o ato individual de banditismo, de roubo, de incêndio ou de degradação das florestas tornou-se um fato cotidiano do campo, sobretudo nas épocas de crise (caso da Tunísia dos anos 1860). As revoltas locais também foram numerosas, não somente na Argélia, ocupada até 1881 (data da última grande insurreição das *kabila* no sul de Orã), mas também no Marrocos e na Tunísia, onde voltaram à cena, desde 1815, após uma calmaria de mais de meio século. Algumas, mais estendidas, mobilizaram vastas regiões, senão todo o país: levantes das *kabila* e montanheses líbios contra os ocupantes otomanos, ao curso dos quais se ilustraram lendários heróis – Ghūma al-Mahmūdī e 'Abdul-Djalīl – e exprimiram-se os lineamentos de uma primeira consciência "árabe" na luta contra os turcos (por volta de 1835-1843); insurreição de todas as *kabila* tunisianas, coligadas em 1864 quando o endividamento externo provocou um agravamento da fiscalidade; na Argélia, em 1871, com a notícia do advento do regime civil – favorável aos colonos – e na ocasião da derrota da França frente à Prússia. Todas essas grandes sublevações fracassaram, tanto por causa do poder de fogo dos exércitos regulares, quanto em razão da divisão – estrutural – das *kabila* insurgidas.

No nível econômico, no início do século XIX, o comércio transaariano estava ainda florescendo, fosse no oeste (de Tombuctu ao Tafilālet, e de Goulimine a Taoudeni) ou no centro (de Túnis e Trípoli a Ghadāmes). As exportações do

Sudão sempre diziam respeito a escravos e ouro. No entanto, por volta dos anos 1840, as pistas ocidentais enfraqueceram, ao passo que as do Saara central floresceram, sobretudo no traçado Trípoli-Kano e Trípoli-Bornu. Ademais, uma nova ligação direta entre Wadaī e Barka, descoberta em 1809-1810, se tornou uma grande rota de caravanas após 1850. Durante a segunda metade do século, a exportação de escravos diminuiu lentamente, ainda que, na rota de Bornu, se tivesse mantido por mais tempo, e que, na de Wadaī, esse tráfico tivesse aumentado e permanecido em alta, mesmo depois de 1900. As exportações de marfim, bastante estáveis, atingiram seu ápice por volta de 1877. Porém, em primeiro lugar, foi a exportação de plumas de avestruz, sobretudo de 1878 a 1883, e, em seguida, a dos couros (notadamente de peles de cabra) que tomaram o lugar do comércio de escravos. Acrescentaram-se a essas exportações os tecidos tingidos de índigo do país haussa, um pouco de ouro e alguns produtos diversos. De norte a sul importava-se sobretudo tecidos de algodão ingleses. Desde 1860, tais produtos representavam cerca de 70% do valor das importações. Vestimentas norte-africanas de lã da Tripolitânia, tecidos (lãs, tapetes) austro-húngaros, quinquilharias, medicamentos, objetos de culto, perfumes, joias, sedas, contas e, sobretudo, armas e munições completavam as importações. Além disso, era constante a demanda pelo sal do Saara, pelas tâmaras dos oásis e pelos cereais do Sahel.

O comércio apenas entrou em declínio quando a navegação no Atlântico e os transportes por vias terrestres (estradas de ferro) da África Ocidental puderam com ele competir de forma vantajosa. Os desenvolvimentos políticos desempenharam um papel, certamente de segundo plano, porém importante. As fortunas do Wadaī explicam a importância da rota Wadaī-Barka desde 1850. Foi depois de 1900 que se deslocou o mundo saariano tradicional, pouco antes da derradeira invasão dos últimos grandes territórios ainda não colonizados.

Com um maior ou menor grau de atraso e de violência, os diferentes países do Magrebe sofreram o mesmo processo que os conduziu da autonomia à dependência. É, pois, inútil buscar a responsabilidade dessa falha na esfera local, nos erros dos dirigentes ou na ausência de escrúpulos de tal agente europeu. Um fator único externo – a expansão capitalista ocidental – selou a sorte do Magrebe, como o fez, aliás, no resto do mundo não europeu.

Porém, talvez tenha sido em razão de certas condições locais e históricas, no caso da Argélia, que fortes diferenças ocorreram no desenrolar do processo de dependência e que divergências apareceram quanto a suas modalidades e a reações dos diferentes países do Magrebe. Esmagada militarmente antes mesmo da metade do século, a Argélia sofreu a mais forte e traumatizante agressão para

sua sociedade e sua cultura tradicionais. Penetrada progressivamente, no ritmo da evolução do próprio capitalismo, a Tunísia tentou reagir através de uma certa política de reformas de inspiração modernista: não obstante ineficaz ou ruinosa a curto prazo, essa política lançou germes fecundos para o futuro: nascimento de uma elite modernista, primeiros passos rumo à criação de um Estado-nação etc. A Líbia, recolocada sob a autoridade direta da Turquia em 1835, ficou assim protegida, por muito mais tempo, das cobiças europeias, como também em razão de sua pobreza e de seu afastamento. Tais condições particulares, vividas pelos países magrebinos no século XIX, prolongar-se-iam na época colonial e mesmo para além dela.

O Marrocos do início do século XIX até 1880

Após o longo reinado de Mūlāy Ismāī‘l (1672-1727), o Marrocos viveu um período de anarquia que arruinou sua economia, desequilibrou sua estrutura social e destruiu seu exército. O sultão Muhammad III (1757-1790) retomou pouco a pouco o controle da situação e edificou as bases do Marrocos moderno, que seu filho Sulaymān (1792-1822) consolidou. Ele deu ao Makhzen (governo) um aspecto mais de acordo com a *sharī‘a* (lei islâmica) e uma base mais claramente urbana. Administrou diretamente o Haouz e o Dir, regiões de agricultores e arboricultores sedentários, assim como o Gharb, região pantanosa favorável à agricultura extensiva e, indiretamente, por intermédio dos grandes *kā‘id* (chefes de *kabila*) e *shaykh* de *zāwiya* (mestres de confrarias religiosas), as terras montanhosas e desérticas, distinguindo desse modo um domínio de soberania e um outro de suserania, que respectivamente eram chamados de *Bilād al-Makhzen* e *Bilād al-Sibā* – todavia, a distinção nem sempre era clara.

O Marrocos foi então reorganizado sobre uma base restrita. Alguns grupos que se aproveitavam dos privilégios do Makhzen foram descartados; eles naturalmente tentaram recuperar suas posições recorrendo à revolta, se necessário. A Europa do Congresso de Viena, consciente de sua jovem potência, fez sentir sua pressão, sobretudo após a tomada de Argel pelos franceses em 1830. O Makhzen teve que resolver dois problemas simultaneamente: reforçar-se para se opor ao perigo exterior, por um lado, e expandir sua base territorial e política, por outro. Essa dupla reforma teve que enfrentar as manobras coloniais e contradições internas. Por fim, o objetivo essencial, escapar ao controle estrangeiro, não foi atingido, apesar da forte personalidade do sultão ‘Abd al-Rahmān (1822-1859), da inteligência de Muhammad IV (1859-1873) e do prestígio de

Hasan I (1873-1894), embora, em 1880, o Marrocos apresentasse ainda uma fachada de Estado estável.

O fato político notável no Marrocos do século XIX foi a *bay'a* (contrato de investidura) que ligava o sultão aos diferentes grupos da população. Era um contrato de legitimação da autoridade. Escritos mais ou menos sobre o mesmo modelo, esses contratos definiam os direitos e deveres do sultão e da população. O dever do primeiro era duplo: defender o território contra o inimigo externo e manter a paz no interior. Em contrapartida, a população lhe devia submissão completa enquanto ele não transgredisse as prescrições islâmicas e os direitos costumeiros, obedecendo às ordens do Makhzen, pagando os imposto legais, fornecendo os contingentes armados em tempos de paz e volutariando-se em tempos de guerra.

Para cumprir seus deveres, o sultão dispunha de um Makhzen composto essencialmente de um exército e de uma burocracia.

O Estado marroquino, o qual fora fundado sobre a ortodoxia islâmica, tinha legalmente como recursos as receitas da coroa, a *zakāt*, imposto calculado sobre o capital comercial e os produtos agrícolas, e que devia ser gasto com fins determinados, e as taxas sobre o comércio exterior; todos os demais recursos fiscais, incluindo o dízimo, eram de uma legalidade duvidosa. O sultão, tendo as mãos atadas no campo fiscal, era obrigado a limitar suas despesas ao mínimo. Várias tentativas para aumentar ou criar novas receitas, empreendidas pelos sultões Muhammad III, Sulaymān 'Abd al-Rahmān e Muhammad IV (1822-59), fracassaram. O problema fiscal permaneceu no centro da história marroquina ao longo do século XIX e nunca foi resolvido de maneira satisfatória. A experiência fazia o Makhzen limitar suas responsabilidades para manter as despesas no nível dos recursos disponíveis, muito mais que aumentar estas para atingir os objetivos desejáveis. A pressão europeia fazia-se mais forte e reformas globais tornavam-se cada vez mais urgentes; não era mais o caso de se contentar com o possível.

Entre o exército e a burocracia, de um lado, e as populações urbanas e rurais, do outro, se intercalavam as corporações intermediárias que, embora gozando de alguma autonomia, faziam parte do Makhzen num sentido mais amplo. Porta-vozes dos grupos sociais ou regionais, defendiam vigorosamente os direitos costumeiros em relação ao sultão; responsáveis diante deste, aplicavam as ordens do Makhzen levando em conta os usos locais.

A classe do clero era formada pelos *'ulamā'* professores, os *kādī*, os *muftī*, os *nādhir*, os *habū* (administradores das fundações pias) e os *muhtasib* (encarregados dos mercados). Essa administração, essencialmente urbana e aplicando estritamente as prescrições da *sharī'a*, estava teoricamente sob a supervisão do sultão-imame, mas gozava de uma autonomia inegável. O soberano não podia

reformar nem o conteúdo nem a forma do ensino. Pelo fato de a *sharī'a*, verdadeira constituição da vida social, estar sob a guarda dos *'ulamā'*, qualquer tentativa de mudá-la abertamente estava excluída, mesmo da parte do sultão.

Os *shurafā'* (*shārīf*), descendentes diretos do profeta Muhammad, formavam uma espécie de aristocracia religiosa, espalhada por todas as cidades e áreas rurais do Marrocos. Os *zāwiya*, agremiações sociais com fundamento religioso, tomaram no Marrocos do século XIX várias formas das quais duas eram da mais alta importância: de um lado, a *zāwiya*-confraria, tal como a Tijāniyya ou a Darkāwiyya, ligava através de uma série de grêmios urbanos e monastérios rurais os indivíduos sem distinção de condição social, riqueza, ocupação ou origem étnica, e tinha desse modo um papel primordial na integração horizontal; do outro lado, a *zāwiya*-principado, cujo chefe recebia uma delegação quase geral de autoridade sobre seu feudo. Para o Makhzen, a *kabila* era uma noção essencialmente administrativa e fiscal, e se aplicava tanto a uma região ou a um cantão montanhês, como a uma confederação nômade ou a uma comunidade de soldados-pastores. Em cada caso, a autoridade era delegada a um *kā'id* nomeado por um decreto após a anuência de seus contribuintes. O *kā'id* era tanto representante do sultão como porta-voz de seus administrados, um de seus dois papéis dominando inevitavelmente de acordo com a distância do poder central e a riqueza das terras. Essas corporações intermediárias, urbanas e rurais, baseadas no indivíduo ou nas confrarias, eram, em última análise, as engrenagens da administração sultânica.

O sistema sociopolítico marroquino, tal como o havia reorganizado Muhammad III, tinha revivido a tradição islâmica ortodoxa e reconhecido a autoridade das corporações intermediárias, limitando as ambições do poder central. Ele havia desse modo reforçado, na comunidade marroquina, a ideia de Estado, ao fazer com que cada grupo profissional, social ou étnico exprimisse suas reivindicações no interior do Makhzen. Entretanto, este sistema criava as suas próprias contradições; ele oscilava claramente entre os dois tipos ideais: um, sob a benção dos *'ulamā'* e dos mercadores, teria sido o Reino da shari'a e da administração direta; o outro, o qual teria sido mais ao gosto dos chefes locais, o sultão, símbolo da federação, não teria outra autoridade do que aquela que os chefes lhe teriam delegado. Esse sistema era a consequência da mudança na relação de forças entre o Marrocos e a Europa, intervinda durante a era mercantilista. Antes que se estabilizasse, ele teve que enfrentar uma pressão europeia ainda mais forte; suas contradições vieram à luz após as derrotas militares que o Marrocos sofreria, primeiramente, contra a França em 1844, e, depois, contra a Espanha em 1860.

Apesar das tentativas de colonização europeia, o território do Marrocos foi defendido contra a cobiça dos franceses no Tūwāt, dos ingleses em Tarfaya e dos espanhóis em Sakiyyat al-Hamra. As contradições sociais, advindas com a abertura à Europa, especialmente econômicas, estavam em andamento; mas elas pareciam então controláveis. Com a benevolência interessada de um país como a Inglaterra ou da Alemanha, o Marrocos parecia estar no caminho de conseguir sua renovação nacional.

O reinado de Hasan I (1873-1894), especialmente, independentemente de seus resultados efetivos, tornou-se uma nova era de ouro. Julgou-se que as reformas empreendidas eram suficientes para dar à luz um Marrocos forte, moderno e independente, se não fossem as manobras da França e da Espanha contra o país. O reformismo do Makhzen, o salafismo dos 'ulamā' e o sentimento antieuropeu das massas rurais se combinaram para engendrar a ideologia mobilizadora do nacionalismo do século XX.

Novas formas de intervenção europeia no Magrebe

A expansão comercial e a luta pelo domínio das rotas internacionais de comércio figuravam entre as características essenciais do colonialismo europeu do século XVIII e do início do XIX. "A guerra santa" no mar, travada há muito pela Argélia, pela Tunísia, pela Tripolitânia e pelo Marrocos, preocupava muito os negociantes e os armadores europeus. No início do século XIX, a Europa continuava a temer os corsários do Magrebe. Sempre que aparecia o pavilhão de Túnis ou de Trípoli, os veleiros napolitanos refugiavam-se perto da costa e suas tripulações fugiam. As condições do comércio e da navegação marítima, fixadas pelos Estados do Magrebe, provocaram um vivo descontentamento na Europa. A Argélia, a Tunísia e a Tripolitânia arrecadavam tributos e cobravam a passagem dos navios das potências amigas, apoiando-se em tratados de paz e de navegação marítima. Os atrasos de pagamento e outras violações dos tratados acarretaram inúmeros conflitos, envenenando cada vez mais as relações entre o Magrebe e a Europa.

A burguesia dos Estados mediterrâneos da Europa apoiava os piratas malteses e napolitanos que perseguiam cruelmente os navios mercantes muçulmanos. Desde o fim das guerras napoleônicas, ela conseguiu organizar grandes expedições navais contra o Magrebe. Sob o pretexto de lutar contra a pirataria, a Inglaterra, a França, a Holanda, a Áustria e os Estados Unidos da América dirigiram suas esquadras rumo ao litoral da África do Norte. Os países do Magrebe

foram bombardeados em sequência e perderam a guerra no mar, abrindo assim o caminho para a impetuosa expansão do comércio dos Estados europeus. Após terem aniquilado a frota magrebina, estes se asseguraram do monopólio do pavilhão e se apossaram, de fato, do comércio de Túnis e Trípoli com a Europa.

O Marrocos e a Argélia tentavam, cada um por si, defender suas posições. Isso agravou suas relações com as potências marítimas. O governo do dei de Argel recusou direitos e privilégios para os negociantes franceses, especialmente quanto a concessões comerciais envolvendo os dois países. O Marrocos decidiu desvencilhar-se do mundo exterior e fechou o país aos estrangeiros. Em 1822, havia apenas cinco portos marroquinos onde os europeus podiam entrar para firmar acordos comerciais cuidadosamente controlados.

O crescimento do comércio europeu em Túnis e Trípoli, seu caráter usurário e os processos de inflação na economia desses países deram origem a seus problemas financeiros. Em 1824, o regente de Túnis contratou os primeiros empréstimos; o da Tripolitânia, oriundo da família Kāramānlī, apenas seguiu o exemplo. Alguns ministros desses países endividaram-se. Portanto, não é de se espantar que, por volta do final da década de 1820, Túnis e Trípoli tenham renunciado a qualquer resistência política à Europa. Já em 1827, não recusavam mais nada aos cônsules estrangeiros e, pouco a pouco, seguiram o curso da política destes. Os primeiros tratados desiguais impostos a esses Estados refletiam o caráter peculiar das relações de Túnis e Trípoli com as potências europeias. De acordo com o tratado franco-tunisiano de 8 de agosto de 1830, Túnis confirmava todos os tratados de paz, de comércio e de navegação marítima precedentes. Assim, Túnis reservava à França o direito da nação mais favorecida, renunciava a qualquer dádiva ou tributo reclamado antes aos países europeus, aceitava o princípio do livre comércio e ampliava os direitos de extraterritorialidade dos estrangeiros. Em 11 de agosto de 1830, firmava-se semelhante tratado entre a França e Trípoli.

Todos esses tratados reforçaram consideravelmente as posições francesas na África do Norte. A Tunísia transformou-se rapidamente em semivassalo da França. A maior rival desta última, a Inglaterra, estava seriamente preocupada e fez todo o possível para garantir o êxito da expedição turca de 1835 na Tripolitânia. No mês de maio, os turcos aproximaram-se do litoral de Trípoli e, após haverem destronado a dinastia dos Kāramānlī, em 1º de junho de 1835, decretaram o reestabelecimento do poder otomano. Em 1835-1836, as guarnições turcas estavam instaladas em diversos centros do litoral de Tripolitânia e Cirenaica. Entretanto, a conquista de algumas regiões interioranas encontrou sérias dificuldades. De 1835 a 1858, os turcos travaram uma luta acirrada contra as revoltas da população autóctone, em meio à qual surgiram eminentes líderes:

a maior glória coube a Ghūma al-Mahmūdī, inimigo irredutível dos turcos que morreu em combate, em março de 1858.

À medida que subjulgavam o país, os turcos introduziram uma reforma administrativa e judiciária concebida segundo modelos europeus. O governador ‘Uthmān Amīn Pacha (1842-1847) reorganizou a administração, a justiça, o sistema fiscal etc., de acordo com os princípios do *tanzīmāt*. Em 1851 foi fundado o tribunal misto de Trípoli, fazendo com que as posições dos estrangeiros se reforçassem imediatamente. Todas essas medidas, assim como as reformas que solapavam a sociedade tradicional, suscitavam a incompreensão e os protestos da população autóctone, principalmente dos grupos nômades e dos camponeses.

Na Tunísia, as reformas foram empreendidas em 1830 e depois prosseguidas por Ahmad Bey (1837-1855), fervoroso admirador de Muhammad ‘Alī. Com o intuito de superar o atraso militar e técnico, os regentes de Túnis desativaram a milícia dos janízaros e, ao importar máquinas e equipamentos da Europa, lançaram as bases de um exército regular e de uma indústria militar. Seguindo o exemplo do Egito, foram introduzidos monopólios governamentais levando à estatização da economia. Um banco estatal foi criado em 1847 e uma moeda fiduciária posta em circulação. Em 1841, Ahmad Bey proibiu a venda de escravos e aboliu qualquer forma de escravidão na Tunísia. Em 1838 foram fundadas a Escola Militar e a Escola Politécnica. Os tunisianos começaram a estudar línguas estrangeiras, a estudar no exterior e a traduzir obras de autores europeus.

Enquanto isso, desejosas de lisonjear os cônsules estrangeiros, as autoridades de Túnis e de Trípoli incentivavam a atividade dos missionários cristãos. Múltiplos contatos com os europeus contribuíram com o despertar intelectual do país e lançaram as bases da ocidentalização das elites. Influenciados pelo uniforme militar, os meios dirigentes de Túnis e Trípoli assimilaram as vestimentas, as maneiras e o estilo de vida europeus.

À diferença dos dirigentes, as massas populares, que carregavam em seus ombros todo o peso da construção dos palácios, das fábricas e dos quartéis, estavam descontentes com a ocidentalização e o crescimento da influência estrangeira. Elas consideravam os dirigentes renegados e continuavam fiéis ao modo de vida tradicional. Os dirigentes da Argélia e do Marrocos assumiram a mesma atitude, já que ambos os países se encontravam à margem das influências ocidentais que invadiram, à época, a maioria dos estados muçulmanos.

Ao passo que, na Argélia, a valorização do país pelos capitais europeus começou depois da ocupação, na Tunísia e na Tripolitânia, ela precedeu a conquista. A sujeição colonial desses países deu-se com a complacência dos chefes locais. A modernização desses países, que pesava em seus orçamentos, foi realizada

em grande parte com empréstimos estrangeiros. Estes foram concedidos sob condições extremamente pesadas, que levaram à espoliação por parte dos funcionários locais e dos fornecedores europeus. Afinal de contas, tais empréstimos acarretaram um crescimento exorbitante da dívida externa. Quando, em 1869, o endividamento da Tunísia ultrapassou em doze vezes suas receitas orçamentárias, o governo faliu e aprovou a instituição da Comissão Financeira Internacional, que tomou o controle das finanças do Estado. Embora conservasse os atributos da indepedência, a Tunísia transformou-se em uma semicolônia das potências europeias.

O Marrocos, que se opôs por mais tempo que os outros países norte-africanos à pressão estrangeira, submeteu-se finalmente à mesma sorte. O tratado anglo-marroquino de 1856 "abriu" o país aos capitais estrangeiros. A Espanha conseguiu estender os direitos e os privilégios do estatuto de extraterritorialidade do qual se beneficiavam seus cidadãos. Tratados análogos, que deram origem à sujeição colonial do país, foram firmados com a França (em 19 de agosto de 1863) e com outros Estados europeus.

A penetração comercial na Tunísia, na Tripolitânia e no Marrocos, assim como a conquista da Argélia, foram acompanhadas pelo estabelecimento, nesses países, de um grande número de estrangeiros, que foram, de alguma forma, agentes do grande capital. Eles representavam firmas estrangeiras, cuidavam do comércio (não desprezavam o contrabando, a usura e outras práticas duvidosas), compravam casas, jardins e terrenos. Na Tunísia, em Trípoli e no Marrocos (a partir de 1856), eles gozavam de um estatuto de extraterritorialidade e apenas se submetiam aos cônsules de seu país.

Na Argélia, os colonos europeus encontravam-se em uma situação ainda mais privilegiada. No "território civil", eles tinham sua administração, sua justiça e suas leis, formando assim uma sociedade fechada, hostil à população autóctone. Simultaneamente ao aumento do número de imigrantes cresciam suas intrigas. Os colonos pretendiam notadamente instituir em toda parte a propriedade privada das terras e generalizar o sistema da administração civil.

As omissões dos colonos, a onipotência dos homens de negócios estrangeiros e o próprio fato da penetração crescente dos imigrantes em todas as esferas da vida nacional suscitavam a irritação dos autóctones da África do Norte.

No início dos anos 1860, o apelo para uma luta acirrada contra os estrangeiros encontrou um amplo apoio entre o povo, em quase todos os países muçulmanos. Uma propaganda ativa em favor das ideias da *djihad* pan-islâmica foi empreendida. É dessa época que data a potência da confraria sanūsiyya, que via no assassinato dos europeus um ato de grande devoção. Não é de se

espantar que, nessas condições, qualquer dificuldade, ou mesmo incidente fortuito, tenha servido como pretexto para as ações das massas. As rebeliões, relativamente restritas, dos Aurés (1859) e do Hodna (1860), assim como as desordens de Túnis (1862), anunciavam as grandes insurreições nacionais dos anos 1860 e do início dos anos 1870. Alastravam-se de forma rápida e confusa, tal um acesso de furor do povo. Saques barbáros, assassinatos, destruição aparentemente absurda de postes telegráficos, de agências de correio e de tudo que era europeu testemunhavam a enorme força de um desejo escondido de vingança. Habitualmente, tais insurreições não eram verdadeiramente organizadas. Por vezes, havia chefes designados, mas não dirigentes absolutos. Apenas a participação das confrarias religiosas unia-os em uma guerra santa para o triunfo da fé.

O abafamento dessas insurreições acompanhou-se de uma repressão maciça, de multas, de confiscações de terras e do desarmamento das comunidades. Não somente os colonos europeus não se solidarizaram com os insurgentes, como também alguns dentre eles participaram da luta armada contra os muçulmanos. É preciso destacar que os imigrantes que lutavam para os ideais revolucionários democráticos e socialistas – o que mostrou claramente a Comuna de Argel de 1870-1871 – eram ao mesmo tempo hostis às aspirações nacionais dos muçulmanos da África do Norte.

O esmagamento do movimento insurrecional dos anos 1860 e do início dos anos 1870 abriu o caminho a uma colonização doravante sem obstáculos da África do Norte. Ademais, as mudanças que ocorriam na Europa, especialmente a instauração do domínio do capital financeiro, estimularam a expansão colonial. Esta tomou, pouco a pouco, o caráter de uma luta meramente imperialista para a partilha do mundo e para a monopolização das fontes de matérias-primas e outros recursos naturais.

A “idade de ouro” da colonização começou na Argélia. Em 24 de outubro de 1870, o governador geral militar foi substituído por um governador civil. Em alguns anos, os colonos europeus transformaram-se em uma camada dominante e privilegiada, uma minoria branca gozando de todos os direitos civis e políticos. A população autóctone era privada de direitos e submetida à regulamentação estabelecida na base do pretenso “código indígena” (decretos de 1874, que durariam até 1936). A nova legislação fundiária estabeleceu o princípio da propriedade privada e da livre transferência de terras aos colonos. Os investimentos de capitais franceses cresceram consideravelmente, assim como o comércio e outros laços econômicos com a metrópole.

Por volta do fim do século XIX, a situação da Tunísia era análoga. Para preservar a independência da Tunísia, Khāyr al-Dīn, então primeiro ministro (1873-1877), invocou a soberania otomana, mas seus esforços não foram coroados de êxito. Em 24 de abril de 1881, as tropas francesas cruzaram a fronteira. Em 12 de maio de 1881, ameaçando depô-lo, os franceses impuseram um tratado ao bei e lançaram as bases jurídicas do regime colonial do protetorado.

A Tripolitânia e o Marrocos conseguiram adiar a ocupação europeia. No que concerne à Tripolitânia, a Itália era o principal pretendente. Em 1884-1885, o Estado-maior geral italiano elaborou planos de guerra. Entretanto, por falta de entendimento entre as potências imperialistas, adiou sua realização. Pelos mesmos motivos, o Marrocos conseguiu evitar a ocupação estrangeira até o final do século XIX. Todavia, suas tentativas para restringir os privilégios e a arbitrariedade dos estrangeiros fracassaram. A conferência das potências europeias e dos Estados Unidos, convocada em Madri em 1880, limitou mais uma vez a soberania do Marrocos e decretou que não se podiam fazer alterações na gestão do país sem o consentimento das potências.

No mundo muçulmano, a partilha e a ocupação da maior parte da África do Norte foram consideradas um novo atentado contra o Islã. A luta dos combatentes norte-africanos pela fé encontrou apoio em Istambul e nos outros países do Oriente. Com base nesses acontecimentos, um novo procedimento foi desencadeado na Argélia e na Tunísia para impedir a colonização com as armas na mão. Porém, apesar da perseverança e do heroísmo dos insurgentes, essas revoltas não alcaçaram seu objetivo. Afinal, já se tratava de combates de retaguarda, as últimas tentativas de uma sociedade tradicional para defender os caminhos de um desenvolvimento original, com base nas antigas estruturas morais e sociais, já solapadas no decorrer da conquista estrangeira e do desenvolvimento do capitalismo colonial.

O Saara no século XIX

No século XIX, o Saara, apesar do seu distanciamento, entrou progressivamente em contato com a economia mundial. Ao final do século, a penetração econômica europeia incidira sobre a vida de muitas sociedades africanas, e, embora distante do seu final, a conquista europeia do deserto provocara mudanças fundamentais na natureza das relações estabelecidas entre o Saara e o mundo exterior.

No início do século XIX, o tipo de interação entre os nômades e os Estados sedentários era muito diferente nas extremidades norte e sul do deserto. Na África do oeste e Central, um problema essencial para os chefes sedentários consistia em manter os nômades a uma respeitosa distância; postura que, na África do Norte, em certa medida, apresentava facilidades, em virtude da presença de barreiras naturais, tais como o Atlas e outras cadeias montanhosas. Ao sul do deserto, a melhor estratégia equivalia a promover a participação dos nômades na economia das zonas férteis, conduzindo-os ao interesse pelo comércio nas fronteiras do deserto, assim como ao seu engajamento em favor do desenvolvimento urbano e da agricultura; ademais, era-lhes possível empregar contingentes de nômades em seus exércitos, a fim de combater outros Estados sedentários. Era igualmente prudente utilizar um grupo de nômades como mercenários para manter distante o adversário. Além do mais, os governos magrebinos gozavam de grande prestígio como chefes ou representantes, a um só tempo espirituais e temporais, de Estados muçulmanos; situação que permitia a sultões, bem como a governantes hábeis ou venerados, utilizar a diplomacia para tirar o maior proveito possível dos seus pequenos contingentes armados.

O avanço dos otomanos na Cirenaica e na Tripolitânia, assim como dos franceses na Argélia, marcou uma mudança nas relações entre as sociedades saarianas e os estrangeiros. A penetração francesa e otomana em direção ao deserto tinha uma mesma meta: controlar e taxar o comércio transaariano e evitar que outras forças se estabelecessem nas proximidades do Mediterrâneo. Em que pese a simultaneidade do seu avanço, as duas potências apresentavam um estilo distinto.

Dispondo de meios inferiores, em relação aos franceses, os otomanos agiam de modo muito mais prudente em seus contatos com os nômades nas fronteiras dos seus domínios na Líbia. Graças ao conhecimento das estruturas políticas locais, eles eram capazes de explorar em seu proveito os conflitos entre grupos e alianças. Eles se inspiravam em uma longa experiência adquirida pelo governo de sociedades segmentárias e pela preservação de relações diplomáticas com aquelas sociedades que eles não podiam governar; eles igualmente atribuíam-se a legitimidade e o estatuto de representantes do centro político do mundo muçulmano. Em 1835, os otomanos assumiram o poder direto na Tripolitânia e na Cirenaica, destituindo a dinastia semiautônoma dos Kāramānlī: eles tentavam desse modo impedir a progressão da influência francesa exercida a partir do Egito.

Embora limitada, a capacidade dos otomanos de interferir no Saara encontrou resistências por parte dos nômades. Apesar da fragilidade de seus recursos

militares, os otomanos sabiam lidar com a política dos nômades e causavam grandes rupturas entre eles.

Os franceses, por sua vez, não possuíam habilidade para manipular a política local, limitando-se quase exclusivamente à força das armas. Foi somente quando começaram a recrutar nômades para incorporar às tropas como combatentes irregulares, que puderam vencer a barreira da resistência contra a sua expansão. Isso permitiria combinar a mobilidade dos nômades e os seus conhecimentos territoriais com o poder bélico do exército francês.

Diferentemente dos franceses, o governo central marroquino, malgrado uma reforma econômica introduzida no curso da segunda metade do século XIX, não possuía as condições para financiar uma força armada capaz de eficazmente dar cabo à ocupação do território compreendido entre as montanhas do Atlas e os limites setentrionais do Saara. Os marroquinos apresentavam a mesma incapacidade de enfrentar o exército francês que exercia pressão na fronteira com a Argélia e, por vezes, perseguia os grupos dissidentes em território marroquino. Embora não estivessem em condições de cobrar impostos ou exercer o seu poder frente aos grupos nômades, os sultões do Marrocos estavam aptos a intervir nas políticas locais, lançando o seu peso político em favor de uma fração ou outra, postando-se como mediadores em diferentes conflitos ou apoiando-se em seu prestígio junto a lideranças religiosas.

De todas as forças externas que haviam penetrado no deserto durante o século XIX, a francesa era mais significativa. Principalmente porque a ocupação da Argélia – e do deserto argeliano – marcou um momento de mudança nas relações das sociedades do deserto com o mundo exterior. O caráter permanente da ocupação francesa em nada se assemelhava às ocasionais expedições do sultão marroquino no deserto, as quais tinham como principal meta estabelecer ou recompor laços com personalidades locais. Ela contrastava, viva e igualmente, com as raras visitas dos oficiais otomanos à Cirenaica e com a política otomana, cujo objetivo era permitir aos nômades resolverem por si mesmos as suas próprias divergências. Pela primeira vez, os nômades eram levados a lutar contra um exército de ocupação equipado com moderno armamento e também possuidor de guias locais ou tropas familiarizadas com o deserto.

Em reação à ocupação francesa, todos os grupos, grandes ou pequenos, dividindo os mesmos interesses e recursos, eram obrigados a cooperar para proteger seus interesses vitais e evitar sua rendição incondicional às forças invasoras. A unidade na resistência era evidentemente possível, a despeito das incertezas ambientais e da divisão inerente à sociedade nômade, e a religião criava um contexto próprio à maioria dos movimentos de envergadura. A resistência aos

franceses, assim, cristalizou-se em torno dos chefes religiosos e das suas ordens, tal qual ocorrido no caso do movimento dirigido por ‘Abd al-Kādir, da revolta dos awlād aīdī shaykh e da resistência organizada pela Sanūsiyya, na Líbia, no Chade e no Níger, após 1900.

Além de provocar resistências, a presença francesa no deserto também produziu circunstâncias econômicas incomuns. Os tuaregues do Hoggar, por exemplo, isolados dos mercados do norte, transformaram a sua base econômica. Em consequência, foi possível diversificar os artigos comercializados e o desenvolvimento de uma nova rota em 1880. Isso aconteceu mediante a unidade do Hoggar, facilitadora dessas adaptações econômicas, que, por outro lado, havia sido produto de um conflito com vizinhos.

Uma completa exposição da resistência igualmente evidenciaria a mobilidade dos nômades cameleiros ao movimentarem-se com os seus rebanhos de um extremo a outro do Saara, durante tanto tempo quanto estivessem dispostos a levar uma vida repleta de perigos e incertezas. Os progressos da tecnologia militar europeia, na segunda metade do século XIX, não somente permitiu a conquista do deserto, mas, igualmente, transformou a vida econômica do Saara, na justa e progressiva medida em que a fabricação de produtos de baixo custo tornava possível uma nova fase de penetração econômica europeia. O comércio com a Europa existia desde bem antes; entretanto, o século XIX foi marcado por um fortíssimo crescimento em seu volume, provocando efeitos variáveis, segundo a estrutura das economias regionais saarianas. Nos limites do Saara, diversos grupos começaram a exportar produtos primários: goma arábica, plumas de avestruz e peles de cabra curtidas. A penetração econômica igualmente exerceu uma influência nos gostos dos consumidores e, justamente no transcorrer do século XIX, expandiu-se especialmente o costume de beber chá fortemente adoçado.

Um importante mecanismo de fortalecimento dos intercâmbios com a economia mundial era representado pelo comércio transaariano, do qual haviam participado, durante séculos, mercadores, guias, transportadores e fornecedores de produtos. Grupos de nômades, tais como os tuaregues do Hoggar e de Kel-Ewey, os tubus (toubous) e os zuwayas do Saara Central realizavam o comércio de pequeno número de escravos e de pequenas quantidades de produtos diversos; todavia, o volume das suas trocas não era comparável com aquele dos mercadores sedentários dos oásis do norte, os quais se beneficiavam do apoio de intermediários locados em portos mediterrâneos e também daquele proveniente dos intermediários de países da Europa, particularmente quando os preços e as condições, nas rotas comerciais, eram favoráveis. Consequentemente, o principal

papel dos nômades cameleiros consistia em fornecer os animais para o transporte, os guias e as escoltas militares para as caravanas.

Uma importante dinâmica na história do deserto, no curso do século XIX, era a flutuação do comércio que utilizava essas vias. As mudanças afetavam o desenvolvimento das sociedades do deserto. O controle de uma rota comercial, graças ao produto dos impostos ou serviços por ele assegurados, era uma enorme fonte de recursos e, com a mesma intensidade, aqueles que o exerciam eram obrigados a vencer a concorrência de nômades rivais. A concentração de riqueza nas mãos de determinados grupos perturbava o equilíbrio social, e o declínio de uma rota comercial exigia readaptações. Essas adaptações podiam se dar na forma de aumento da participação no comércio regional, saques a vizinhos mais abastados ou criação de animais.

O comércio transaariano influenciou, de diversos modos, a vida das populações nômades. As sociedades nômades próximas ao Sahel, na África Oriental, realizavam incursões junto às populações sudanesas para capturar escravos. Por sua própria conta, os nômades realizavam o comércio de um limitado volume de escravos, além de negociarem pequenas quantidades de produtos transaarianos; porém, em seu conjunto, eles eram transportadores, muito mais que traficantes. Para as sociedades saarianas, o mais importante efeito do tráfico de escravos foi, sem dúvida, o fato de ele facilmente prover-lhes uma mão de obra, a qual se revelou preciosa durante os períodos de expansão, principalmente nas regiões limítrofes do deserto, onde os escravos podiam ser utilizados não somente no trato dos rebanhos, mas também na agricultura e no artesanato. No século XIX, o volume de escravos transportados através do deserto aumentou, com a África do Norte e o Oriente Médio recebendo mais do que nos séculos anteriores.

O comércio de armas de fogo continuou, apesar das tentativas das potências europeias de impor-lhe um termo. Em Trípoli e, sobretudo, em Benghazi, havia um comércio ativo de armas de fogo no início dos anos 1880 e numerosos fuzis eram introduzidos por contrabando.

Outro efeito do desenvolvimento econômico no deserto foi o fortalecimento dos tuaregues, cuja força econômica residia em sua posse de camelos e armas de fogo, assim como em sua mobilidade. Os tuaregues podiam ser potentes aliados dos Estados sedentários, apreciados tanto pela sua colaboração em campanhas militares contra inimigos, quanto pelo seu potencial econômico.

O Saara meridional desempenhou o papel de reservatório do saber islâmico, cujo impacto sobre a savana manteve-se contínuo no curso dos séculos, especialmente ao longo do século XIX. Certo número de regiões limítrofes do deserto, especialmente o Sudão central, a Bacia do Rio Senegal, o delta interno do Níger e

a Bacia do Chad, forneceram cereais às populações vizinhas do interior do deserto; deste modo, estes laços econômicos favoreceram o intercâmbio de ideias. O traço característico das sociedades do Saara meridional era uma divisão entre linhagens guerreiras e linhagens de santos: os primeiros, aspirantes à guerra e à política, os segundos, cultivadores de uma ideologia pacifista, experientes comerciantes e portadores de uma tradição intelectual comum. Todavia, as linhagens religiosas *zāwiya* da Mauritânia, os religiosos kunta da curva do Níger e os *inislimin* junto aos tuaregues, eram todos formados nas duas ciências politicamente úteis do *fikh* (jurisprudência) e do *tasawwuf* (misticismo). À imagem das linhagens religiosas da Sanūsiyya ou marroquinas, elas exerciam a respeitosa função de mediação e arbitragem, além das suas atividades possuírem aspectos econômicos, políticos e de sabedoria. Os seus membros mantiveram e desenvolveram a ciência islâmica durante séculos e a sua influência estendeu-se para o sul do deserto.

As revoluções islâmicas do século XIX na África Ocidental

As *djihad*, cujo teatro foi a África Ocidental do século XIX, eram essencialmente campanhas de inspiração religiosa destinadas a concretizar os principais ensinamentos e práticas características do Islã, em suas origens. Mas como o Islã é uma religião que engloba todos os aspectos da vida, as *djihad* também possuíam caraterísticas religiosas, sociais, econômicas e políticas resultantes da situação existente no Sudão naquela época.

O movimento da *djihad* era liderado por revolucionários tais como o xeque ‘Uthmān dan Fodio, Seku Ahmadu (xeque Ahmad Lobbo) e Hadjdj ‘Umar, que eram todos homens de religião. Eram também teóricos de imensa estatura e chefes carismáticos, cujas vidas e ações conformavam-se escrupulosamente ao exemplo do profeta Maomé, bem como às prescrições da *sharī‘a*. Eles acreditavam que obedeciam às ordens de Alá, cumprindo as predições do profeta.

Os chefes das *djihad* invocavam vários versos do Alcorão, as tradições proféticas (*hadīth*) e o consenso dos juristas (*idjmā‘*) para fundamentar sua causa. A guerra santa coloria-se de tendências místicas, enfatizando a mortificação e a observância de uma rigorosa moral. Os líderes da *djihad* deviam levar uma vida absolutamente exemplar e praticar aquilo que pregavam. Eles recorriam às profecias de Maomé para afirmar a validade da *djihad,* segundo as quais Alá enviaria um líder reformador a todas as verdadeiras comunidades muçulmanas no início de cada século, para regenerar e purificar a sua religião.

À época, os muçulmanos dessa região esperavam o advento do *mudjaddid* (reformador/renovador). Segundo uma profecia, atribuída a Maomé, surgiriam doze reformadores depois dele. As tradições locais do Sudão ocidental diziam que os primeiros dez já teriam surgido no Oriente; e que os dois últimos seriam originários da África do oeste. Visto que o décimo primeiro teria sido Askia al-Muhammad, o grande rei dos songhai (1493-1528), o décimo segundo e último *mudjaddid* faria a sua aparição na região, no século XIX. Os líderes da *djihad* souberam explorar essa crença: o xeque 'Uthmān dan Fodio e Seku Ahmadu afirmavam serem o último *mudjaddid* anunciado. Al-Hadjdj 'Umar não se julgava ser este último reformador, mas, por sua vez, dizia ter recebido do seu guia espiritual, Muhammad al-Ghalī, de Meca, a ordem divina de levar tal reforma ao Sudão ocidental.

Profundamente ancorados na ortodoxia e nas ideias sufi, as *djihad* conduzidas na África Ocidental, no curso do século XIX, não eram fenômenos isolados, mas as últimas manifestações de uma tradição reformista de longa data estabelecida no *Bilād al-Sūdān*, cujo objetivo consistia em instaurar, através da revolução, a equidade e a justiça prometidas pelo Islã, todavia recusadas por regimes opressores, comprometidos e iníquos.

Os instigadores das *djihad* situavam as suas origens na região mais sagrada do *Bilād al-Sudān*, o famoso Takrūr (Fouta Toro), legendário berço do primeiro Estado islâmico da África Ocidental; mas, sobretudo, eles pertenciam todos à sociedade dos *ulamā'* (letrados), conhecida sob a denominação torodbe. Essa sociedade era composta de grupos de origem fulbe, wolof, mande, haussa, berbere, descendentes de escravos e indivíduos de castas. Entretanto, os torodbe eram predominados pela cultura fulbe, pois haviam incorporado seus costumes e crenças. Falavam o fulfulde, aliavam-se aos fulbe através do casamento e seguiam-nos em suas perpétuas migrações, visto que estes eram tradicionalmente pastores. Em todo o Sudão ocidental, a palavra "torodbe" tornou-se sinônimo de "fulbe" e, de fato, os torodbe formavam a elite intelectual do povo fulbe.

O Islã impregnava todos os aspectos da vida dos torodbe, que encontravam nele o alimento espiritual e o seu meio de subsistência. Compartilhavam as suas preocupações religiosas com os clãs escolásticos *zāwiya*, vizinhos do Saara ocidental. Todavia, diferentemente dos clãs *zāwiya*, os quais constituíam, cada um deles, uma distinta unidade étnica na qual todos os membros estavam unidos pelos seus laços sanguíneos, os torodbe, por sua vez, estavam unidos por uma profissão de fé, o Islã.

No Sudão ocidental do século XIX, o Islã encontrava-se, seguramente, bem distante de corresponder aos ideais dos reformadores e dos devotos discípulos, favoráveis à sua causa. Os reformadores deploravam o apoio manifestado por numerosos soberanos e pelos seus seguidores a certas práticas das religiões africanas tradicionais.

Para eles, o autêntico Islã não deixava margem a nenhum acordo. Eles tentaram, primeiramente, alcançar o seu intento através da pregação – exortando os muçulmanos a voltarem a um Islã intacto e puro. Passaram então a pregar contra os soberanos e letrados das cortes. Repreendiam os ‘*ulamā*’ pela sua moral relaxada e pelo seu cínico oportunismo. Condenavam a opressão, cuja responsabilidade recaía sobre os chefes, repudiavam a sua corrupção, os seus abusos de poder e os impostos contrários à lei islâmica. Tais discursos constituíam um chamado à revolução.

A reação dos dirigentes à tentativa de enfraquecer sua autoridade foi tentar extinguir o germe da revolução. Mas, como era possível prever, os reformadores consideravam essas tentativas como manifestações de impiedade e os seus autores como infiéis. E, como fora prescrito, se o soberano é infiel, o seu país também é. A conquista e anexação do Sudão ocidental tornava-se um dever para os muçulmanos. No período de alguns anos, os *mudjāhidūn* e os seus aliados suprimiram a autoridade dos dirigentes.

No final das contas, a luta dos reformadores levou à formação de três califados importantes, que substituíram as autoridades locais: em Sokoto, Massina e Senegâmbia.

Foi a primeira e, talvez igualmente, a última vez que tão vastos territórios do *Bilād al-Sūdān* encontraram-se transformados em teocracias islâmicas centralizadas. Entretanto, essa centralização foi mais ou menos conduzida de um califado a outro. Aparentemente, somente no califado menor e mais homogêneo de Hamdallahi (1818-1862) o poder foi mais centralizado, porque a população era pequena e homogênea. Por conseguinte, xeque Ahmadu e os seus sucessores foram capazes, nesse califado, de levar a aplicação da *sharī‘a* além do que era possível em outros califados.

Após as conquistas, as responsabilidades supremas, de *amīr al-mu ‘minīn* (título que igualmente portava Ahmadu, o filho e sucessor de al-Hadjdj ‘Umar) e de *xeque*, eram passadas aos descendentes dos reformadores residentes nas capitais. Os califados eram divididos em *imārāt* (emirados), cada qual governado por um *mudjāhid* de alto escalão. A maioria dos *amīr* (governadores de província) era composta de letrados; mas, igualmente, havia entre eles chefes de clã e escravos libertos (al-Hadjdj ‘Umar teria demonstrado certa predileção

pelos escravos). Posteriormente, a nomeação para cargos de alto escalão esteve, em grande parte, subordinada à existência de laços sanguíneos com a linhagem dos califas ou de ilustres *mudjāhidūn*.

Geralmente, o poder tradicional e o prestígio social foram transferidos para uma nova elite formada por *mudjāhidūn*. Os fulbe, principal elemento das tropas engajadas nas guerras santas, tornaram-se os aristocratas por excelência do Sudão Ocidental. Eles ocuparam a maioria dos postos administrativos; além de numerosos dentre eles terem sido estabelecidos em terras confiscadas ao longo das *djihad*. Os fulbe e outros proprietários fundiários necessitavam de escravos para o cultivo das suas terras e estes últimos, tudo leva a crer, ainda eram numerosos nos califados. Os escravos que haviam participado das guerras santas foram libertados; mas aqueles que não se haviam unido aos xeques foram novamente submetidos. Escravos capturados, em incursões além das fronteiras e durante rebeliões, vieram engrossar as suas fileiras.

Todos os indivíduos ou grupos habitantes dos califados viram serem garantidas a sua proteção e segurança. Os deslocamentos dos grupos de pastores para o sul foram regulamentados de modo a reduzir as tensões com as comunidades camponesas. As fronteiras e as pastagens do norte eram constantemente vigiadas para conter as incursões dos tuaregues. Impôs-se um fim aos ataques lançados contra as comunidades camponesas para a captura de escravos. Foram criados tribunais para a aplicação da *sharī'a* e os juízes eram nomeados pelos califas e pelos *amīr*. Numerosas práticas contrárias à lei islâmica foram banidas: o respeito à interdição do consumo de álcool foi garantido com rigor; os impostos, captados pelos regimes desacreditados, foram substituídos pelo *zakāt* (dízimo), pelos *kharādj* (impostos territoriais) e pela *djizya*, prescritos pela lei corânica; o número de esposas autorizado foi limitado a quatro e assim seguiam outras disposições.

Foi na ação educativa e missionária que as revoluções representaram o maior sucesso, fundando escolas por toda parte nos califados e convencendo grande número de missionários a levarem o Islã até as regiões ainda não convertidas. Um corpo de ensinadores sufi foi implantado. Alguns se estabeleceram nos centros de cultura e ensino recentemente criados, como Sokoto, Gwandu, hamdallahi e Ségou ou em outras cidades e comunidades.

As *djihad* permitiram ao Islã e às duas confrarias sufi rivais, a kadirīyya e a tijāniyya, implantarem-se duravelmente na África Ocidental. A tradição revolucionária islâmica dos torodbe seria perpetuada por uma nova geração de chefes tais como Maba Diakhou, na Gâmbia (1809-1867), Mahmadou Lamine, na Senegâmbia (1885-1888) e Samori Touré, na Guiné (1879-1898), os quais

se postaram em nome do Islã contra os invasores estrangeiros e os seus aliados locais, porém foram finalmente esmagados pela potente máquina de guerra dos europeus.

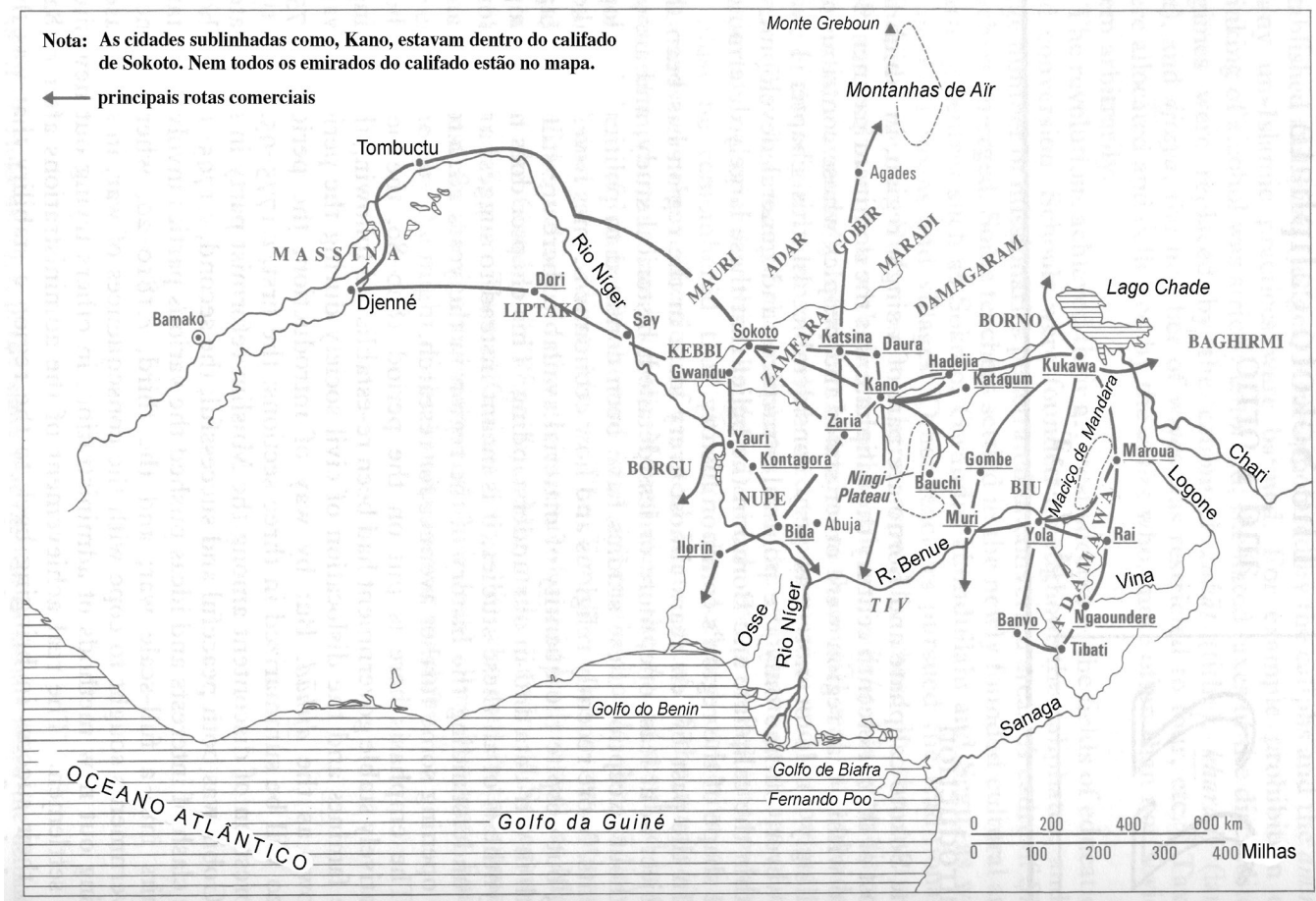
O califado de Sokoto e o Borno

A região à qual pertenciam o califado de Sokoto e o Borno foi dominada pelo califado durante a maior parte do século XIX. Tanto Sokoto, quanto o Borno, neste momento, fazem parte da história política do reformismo muçulmano, que lutou e conquistou o poder em diversas regiões da África Ocidental, durante o século XIX.

A fundação do califado de Sokoto faz parte dessa *djihad* mais ampla. Ele foi formado em 1809, após uma confrontação militar que durou quinze anos no Sudão central, contra os soberanos de importantes reinos da região, como o Borno, Nupe e Haussa. O líder dessa revolução foi o xeque 'Uthmān dan Fodio.

Durante os primeiros anos de sua existência, o califado manteve-se com dificuldade. Alguns soberanos derrotados, como os de Borno, os contra-atacavam. Por outro lado, o califado não conseguia se organizar administrativamente. Muitos letrados, organizadores da *djihad*, haviam morrido em batalha. Outros lutavam entre si e pelo poder. As dissenções aumentaram e se complicaram a tal ponto que o próprio 'Uthmān dan Fodio decidiu retirar-se para se dedicar ao ensino e a escrita. Ele adoeceu logo em seguida, em 1815. Após sua morte, em 1817, o seu filho Muhammad Bello foi escolhido como novo califa. Desde então, pode-se resumir as transformações ocorridas em Sokoto dividindo-se o período 1820-1880 em três fases: uma fase de organização (1820-1845); uma fase de transição e agitação (1845-1855); e uma fase de expansão econômica (1855-1880).

O período de 1820-1845 foi dominado por dois imperativos: primeiramente, a necessidade de se defender Sokoto contra os ataques dos povos vencidos ou deslocados por ocasião do estabelecimento do califado. E, em segundo lugar, a necessidade não somente de reconstruir uma economia agrícola desorganizada pela guerra e pela pilhagem, mas, do mesmo modo, de integralmente criar unidades agrícolas e militares com indivíduos que, em muitas ocasiões, ainda não haviam conhecido similar experiência. Kano, Zaria e Katsina eram exceções porque a estrutura administrativa dos Estados haussa neles fora mantida intacta.

O califado de Sokoto, o Borno e os seus vizinhos (segundo M. Last).

Ao final desse período, em 1845, os emirados que faziam parte do califado estavam solidamente implantados, com exceção de Nupe. Por toda parte, salvo no emirado de Hadejia, capitais haviam sido construídas e o comércio era bem organizado.

A vida intelectual aí floresceu enormemente, como evidenciado pela produção ininterrupta de livros, poemas e cartas escritos pelo califa Muhammad Bello e outros letrados. O período foi marcado também pelo desenvolvimento da educação, tanto na cidade quanto nas localidades menores, graças à disponibilidade de livros didáticos e à contribuição das mulheres como professoras no curso dos primeiros anos da educação corânica das crianças no seio das grandes famílias.

Os dez anos entre 1845-1855 representaram uma transição, marcada por grandes mudanças. Trata-se de um período decisivo, durante o qual o esforço realizado para estabelecer um Estado estável, baseado em princípios islâmicos, foi temporariamente ameaçado. A causa principal dessas mudanças foi simplesmente o envelhecimento dos reformadores.

Na esfera militar, multiplicaram-se as ameaças, principalmente no oeste de Katsina, em 1843 e 1844, em Zaberma, Kebbi e Gobir, de 1849 a 1854, em Hadejia, em 1848. Todas essas revoltas ameaçaram Sokoto e Gwandu, que era o centro do califado.

Finalmente, movimentos intelectuais e religiosos provocaram emigrações durante o decênio 1845-1855. A confraria da Tijāniyya, em particular, ganhou inúmeros adeptos, que se refugiaram fora das terras do califado.

Malgrado todas essas revoltas, certos sinais de estabilidade subsistiram. Durante todo o período considerado, as duas principais figuras do califado, o emir de Guandu, Khalīl, e o jovem califa ʻAlī b. Bello (1842-1859) permaneceram no exercício das suas funções. Ao longo desse período de transição, o poder passou de uma geração a outra, não somente no califado, mas também junto aos opositores, por exemplo no Borno e no Maradi. Mas o fato concreto é que, dos dois lados da fronteira, a maioria dos emires reinantes por volta de 1855 permaneceu no exercício das suas funções ainda durante quinze ou vinte anos, efetivamente constituindo em conjunto uma nova geração.

Ao longo do período entre 1855-1880, a história dos emirados apresenta duas características principais. A primeira é representada pela paz e pela estabilidade na região. Incursões e ataques prosseguiram, no entanto, não se tratava de invasões capazes de colocar o califado seriamente em risco ou de derrubá-lo. A segunda importante característica foi a expansão econômica do califado, da qual testemunham os seguintes fatos: a valorização de novas terras; o estabelecimento de novas comunidades e o prosseguimento da imigração de mão de

obra livre ou servil; o crescimento quantitativo dos mercadores e transportadores estabelecidos em país haussa, nas principais vias comerciais e em atividade. O desenvolvimento econômico foi acompanhado de inflação, que afetou o padrão de vida e alimentou a competição por cargos administrativos. No plano intelectual, o período em questão está marcado pelo crescente emprego da língua haussa, em detrimento do uso do árabe e do fulfulde, nos livros e poemas. No governo, os valores tradicionais de administração e autoridade foram gradualmente incorporados ao sistema político.

A história do Borno nessa época revela a interdependência entre este e o califado. Afinal, o Borno era o adversário e o mais importante vizinho do califado, o qual lhe usurpara a supremacia. Por isso, o ocorrido no plano político em um desses dois Estados revestia-se de grande importância para o outro. O Borno se opôs à *djihad* de ʻUthman dan Fodio e, para repelir os ataques, o *may* pediu ajuda ao xeque al-Hadjdj Muhammad al-Amīn al-Kanēmi, estimado letrado que conhecia bem a vida política do mundo mediterrâneo e possuía ligações no Fezzān com os pastores árabes shuwa e no kanembu. Em suma, ele representava a ordem internacional estabelecida frente aos reformistas "fellata" (fulbes).

Após as vitórias militares de al-Kanēmi, um *may* concedeu-lhe o estatuto de chefe semiautônomo. Ele não recebeu nenhum título oficial. Mas desempenhava funções abrangentes na administração de um grande território. Al-Kanēmi delegou aos seus escravos o governo das cidades e estendeu o seu próprio poder, administrando diretamente as chefaturas semiautônomas a ele subordinadas. Ele muniu-se de uma armada permanente de lanceiros kanembu e dependia do comércio e da venda de escravos para fortalecer a economia. A sua corte era restrita e ele confiava as tarefas oficiais a escravos, pois que estes últimos não pertenciam a grandes famílias, além de lhe serem eles totalmente fiéis e, igualmente, custarem menos.

Al-Kanēmi gradualmente edificou seu poder, mas não desafiando abertamente o *may*. A causa disso era que grande parte da aristocracia kanuri apoiava o *may*. Embora al-Kamēni expandisse seus territórios ao sul e oeste, a maior parte do Borno, propriamente dito, situada ao leste do Lago Chad, permanecia sob a tradicional autoridade dos chefes kanuri, fiéis ao *may*. Assim, o *may* governava a maior parte do país kanuri, dele extraindo a sua renda, al-Kamēni governava as zonas fronteiriças, do oeste e do sul, utilizando a cavalaria do Borno e enviando ao *may* a sua parte das rendas. No entanto, a relação de interdependência entre o *may* Ibrāhīm e al-Kanēmi não sobreviveu à morte de al-Kanēmi em 1837. O filho e sucessor de al-Kanēmi, ʻUmar, tentou enfraquecer a autoridade do *may*, o

que levou a antagonismos dos dois lados e comprometeu os resultados de vinte anos de cooperação com o *may*.

De 1845 a 1855, o Borno conheceu dificuldades ainda muito mais graves que o califado, em razão não somente das invasões, da guerra civil e das execuções, mas também das reviravoltas no sistema político. A dignidade do *may* foi abolida e a sua corte dissolvida; a corte do xeque, embora mantivesse diversas relações internacionais, também ela desapareceu. Promovendo a fusão das funções do xeque e do *may*, 'Umar estabeleceu um novo modo de governo que não somente diferia dos regimes anteriores do Borno, mas, igualmente, do regime do califado de Sokoto. Apesar da oposição interna, 'Umar ostentou o poder exercendo-o durante vinte e seis anos, até a sua morte em 1881.

Tão importantes quanto essas tendências políticas foram as transformações da economia que serviria de base ao sistema político. O fato marcante do período foi o surgimento do comércio e da produção no Sokoto, com a colonização das terras virgens no interior das fronteiras e, externamente, uma considerável extensão do raio de ação dos mercadores haussa. Não somente estes últimos dirigiam-se ao Borno, mas os mercadores do Borno tendiam a se instalar, em número cada vez maior, no país haussa. A distensão política e ideológica entre os dois Estados permitia esse intercâmbio; finalmente, os embargos do início do século eram considerados medidas excepcionais, se contextualizados na longa história de trocas mantidas pelo Borno com os países situados a oeste. Porém, tudo leva a crer que o Borno, em concorrência com os pequenos centros comerciais do califado, tenha sido incapaz de oferecer variedade de produtos.

Aparentemente o Borno foi levado a desempenhar, em relação à economia do califado, o papel de fornecedor de matérias-primas e consumidor de produtos de luxo. Isso provocou uma diminuição dos ganhos extraídos através do comércio pelos detentores do poder. Aproximadamente em 1850, a entrada do Borno na zona monetária do cauri, englobando a África Ocidental, simboliza essa evolução. Outro símbolo: as dificuldades encontradas pelos mercadores no sentido de receber os seus créditos na capital – talvez o volume das trocas não mais justificasse essas despesas – levaram os mercadores norte-africanos a evitar o Borno. O comércio transaariano constituíra um importante elemento da política de al-Kanēmi e, por isso, o Borno retomara, ao longo dos anos 1840, o controle de Zinder, importante localidade do ponto de vista do comércio exterior. Todavia, essa vantagem não era suficiente a ponto de permitir ao Borno resistir à concorrência do califado.

Somados todos esses fatores – aumento do número de cortesãos (escravos e homens livres), aumento do preço dos produtos de luxo, insuficiência da produção

destinada à exportação, fim da hegemonia comercial do Borno –, compreende-se as razões pelas quais a cobrança dos créditos comerciais tenha se tornado mais complexa ou porque, em 1883, tenha sido necessário confiscar a metade dos bens de cada contribuinte. Na justa medida em que esse confisco foi a consequência da crônica incapacidade dos contribuintes em pagar o seu imposto anual, pode-se supor que a economia rural não mais produzia excedentes.

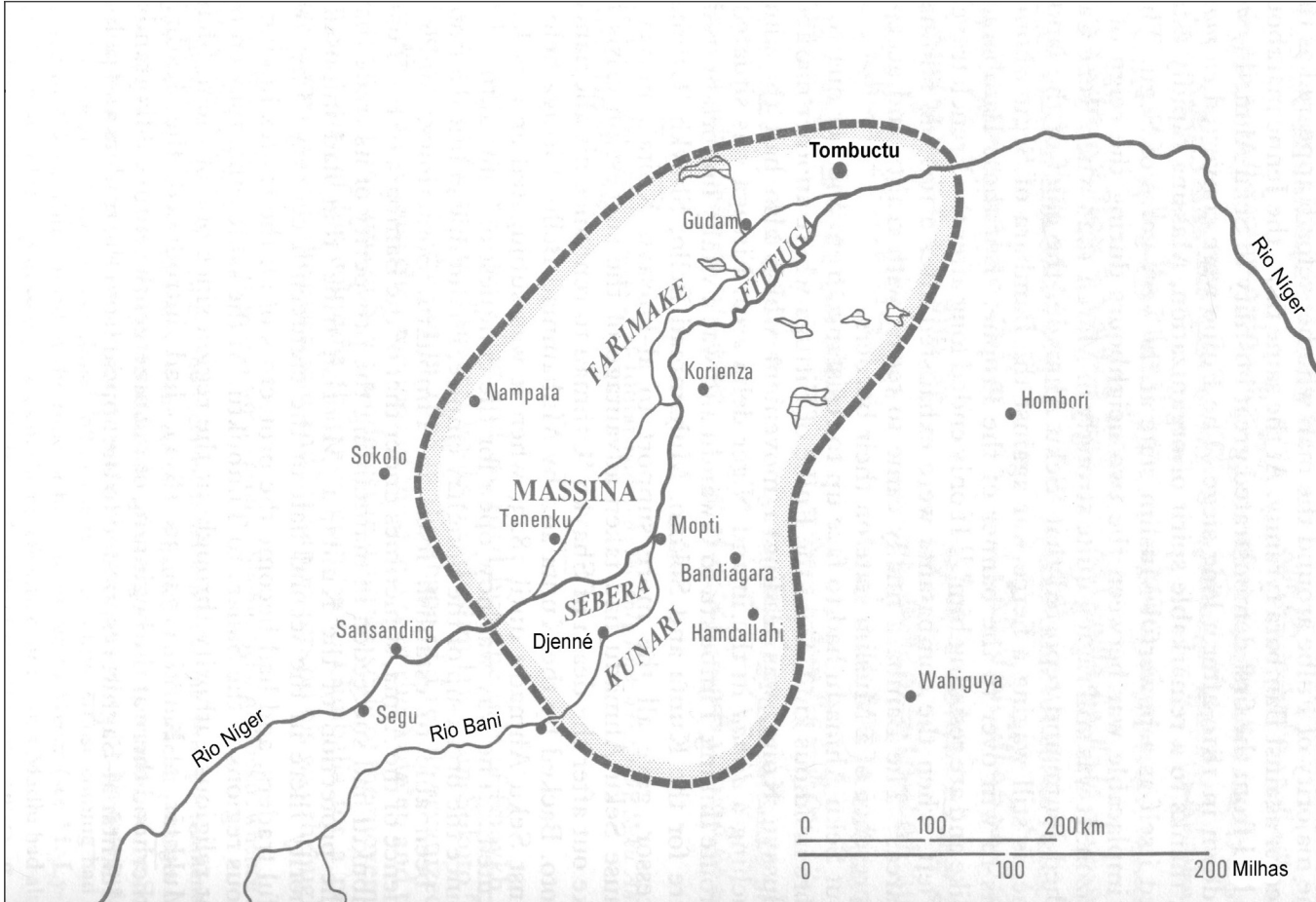
A estagnação da economia, provável e parcialmente, devia-se à incompetência do xeque 'Umar; mas ela sem dúvida possuía uma razão mais profunda, devido à relação existente entre a economia do Borno e a economia em expansão do califado.

O Macina e o Império torodbe (tukulor) até 1878

No final do século XVIII e o início do século XIX, a história da África Ocidental foi marcada pela emergência dos fulbe nômades. Após o século XV, o seu número não cessou de aumentar graças às sucessivas ondas migratórias, bem como seu peso econômico. Sucessivamente, no Futa Djalon e no Futa Toro, eles se libertaram do domínio das comunidades agrícolas sedentárias. Nos primeiros anos do século XIX, o movimento ganhou as regiões haussa e, a partir dessas regiões, o Liptako e o Macina. Porém, no Macina, a pressão dos bambara de Segu mostrou toda a sua força, criando uma situação de insegurança para os fulbe.

O poder de Ségou não cessou de expandir-se em direção a todas as regiões vizinhas e eles cobravam impostos exagerados dos fulbe pastoris. Paralelamente, nos centros muçulmanos como Djenné (Jenne), o Islã perdera toda a sua vitalidade, em razão da sua acomodação a práticas habituais e exigências do comércio. Os sucessos das revoluções islâmicas no Futa Djalon e no Futa Toro na segunda metade do século XVIII, e em Sokoto, no início do século XIX, haviam contribuído para disseminar as ideias revolucionárias islâmicas no Macina e abriram novas perspectivas para toda a comunidade islâmica na África Ocidental.

Vários marabutos tentaram explorar a atmosfera revolucionária prevalecente no delta para sacudir o jugo bambara. Todos alegavam fidelidade a 'U<u>th</u>mān dan Fodio, e o líder de maior prestígio no Macina era Ahmadu Hammadi Bubu Sangare. No entanto, foi Seku Ahmadu o primeiro que se impôs como chefe da *djihad* no Macina.

Nascido aproximadamente no ano 1773, em Macina, Seku Ahmadu era notável pela sua piedade, honestidade e humildade. Por volta de vinte e dois

O Macina em seu apogeu, 1830 (segundo M. Ly-Tall).

anos, começou a aprofundar os seus conhecimentos junto a um grande místico de Djenné, Kabara Farma, e pregar em favor do retorno a um Islã puro. Rapidamente atraiu para si uma multidão de *tālib* (discípulos). Estabeleceu relações com ‘Uthmān dan Fodio, de Sokoto, que lhe concedeu o título de xeque.

Seu movimento eclodiu na forma de revolta contra as exigências da dinastia dos *ardo* e dos seus aliados de Ségou. A derrota rápida que Ahmadu conseguiu impor à armada de Ségou provocou um reagrupamento da grande maioria dos fulbe, em torno daquele que desde então figurava como protetor contra a tirania bambara. Djenné foi tomada pelos revoltosos em 1819, após um longo cerco. Os fulbe converteram-se em massa e, muito rapidamente, graças a um excepcional espírito de organização, o Macina impôs-se como um potente Estado muçulmano.

Mas Ahmadou ainda teve de combater em duas frentes. Uma contra os bambara, que demonstraram resistência em aceitar a existência do Macina como Estado independente. Outra resistência, mais insidiosa, era dos fulbe do Fittuga, que também tinham como vocação o lançamento de uma *djihad* no delta interior do Rio Níger, uma área independente de Seku Ahmadu. Estes recebiam apoio dos kunta, de Tombuctu, e de Muhammad Bello, do califado de Sokoto, que dava suporte ao Fittuga porque Ahmadu havia aproveitado a morte de dan Fodio para romper a obediência a Sokoto. Apesar do apoio, os fulbe de Fittuga foram derrotados por Seku Ahmadu em 1823.

Após esta vitória, a via estava aberta para a conquista de Tombuctu, que na época era governado pelos kunta, povo mouro que lá impusera sua autoridade na segunda metade do século XVIII. O xeque kunta não logrou impedir a conquista da cidade e a sua ocupação por Seku Ahmadu. Por volta de 1845, o poder político do Macina havia se estendido de Djenné até Tombuctu, assim como da região de Nampala ao país dogon. Em vinte e cinco anos de reinado, Seku Ahmadu igualmente dotou o novo Estado teocrático, apelidado *diina* (a religião), de sólidas estruturas religiosas e administrativas.

Como no Futa Djalon, no Futa Toro e nas regiões haussas, a lei islâmica regia todos os setores vitais do Estado. Um grande conselho de quarenta membros, designados por Seku Ahmadu, concedia-lhe assistência em todas as esferas do exercício do poder.

A obra-prima de Seku Ahmadu foi, incontestavelmente, um esforço empreendido para sedentarizar os fulbe. Além de Hamdallahi, ele promoveu a construção de numerosas cidades, baseadas na plantação e no pastoreio. Esta última atividade, como era imaginada, reteve toda a atenção dos organizadores. As pastagens e o trânsito humano foram minuciosamente regulamentados.

Esse reino foi considerado como o mais calmo e próspero. Entretanto, não foram fáceis seus primeiros tempos. As primeiras dificuldades eram internas e surgiram das disputas à sucessão após a morte de Seku Ahmadu, em 1853. A essas dificuldades internas acrescentou-se o levante dos bambara do Saro e dos tuaregue da região de Tombuctu, que tiraram proveito da morte de Seku Ahmadu para desafiar a autoridade do Macina. Ambos foram combatidos, embora os tuaregue tenham sido submetidos à repressão mais violenta.

Compreende-se facilmente que o Macina, minado pelas suas divisões internas, não tenha podido opor resistência eficaz ao movimento de Sayku ‘Umar.

‘Umar Saydu (al-Hadjdj ‘Umar) nasceu aproximadamente no ano de 1796. Oriundo de uma família que participara ativamente da grande revolução islâmica no final do século XVIII, ele rejeitou a velha confraria kadirīyya, que era a mais antiga irmandade islâmica na África negra, e juntou-se à confraria Tijāniyya. Viajou pelo norte da África e Oriente Médio para investigar a fundo os princípios da sua nova confraria. Vinte anos de viagem proporcionaram-lhe um saber único e uma grande experiência. Retornou em 1847 com o título de califa da Tijāniyya, com a missão de concluir o processo de conversão da África negra ao Islã.

Antes da *djihad* de al-Hadjdj ‘Umar, Macina, como outros Estados muçulmanos na área, estava enfrentando problemas advindos de seus vizinhos não muçulmanos. Assim, quando a *djihad* de al-Hadjdj ‘Umar começou a avançar, Macina considerou que seu domínio político e religioso na região poderia ser gravemente ameaçado.

Todavia, os chefes muçulmanos haviam tentado, através de várias correspondências, encontrar uma solução para as suas discórdias. ‘Umar apoiava-se em sua vasta cultura islâmica para demonstrar ao soberano do Macina que, distante de combatê-lo, este último deveria associar-se a ele para lutar contra os infiéis. Mas Ahmadu-Ahmadu, então soberano de Macina (1853-1862), apresentava argumentos de ordem, sobretudo, política, considerando todo o território, de Ségou até Kaarta, como pertencente ao seu raio de influência.

Após a entrada da armada de ‘Umar em Sansanding, em outubro de 1860, as forças armadas de Ségou e do Macina, coligadas, acamparam às portas dessa cidade. Este face a face duraria dois meses e nenhuma das partes tomaria a iniciativa dos combates. ‘Umar até o último instante parecia não desejar o conflito contra Macina, um Estado muçulmano-irmão. Porém, a aliança do chefe do Macina com Ségou – nação não islâmica – proporcionou a ‘Umar o argumento jurídico para combatê-lo.

Após permanência de um ano na capital bambara, 'Umar marchou rumo ao Macina, em abril de 1862. Hamdallahi foi ocupada a partir do mês subsequente. Ahmadu-Ahmadu, ferido durante a batalha, foi rendido. Al-Hadjdj 'Umar designou seu filho como dirigente e tratou severamente os chefes traidores do Macina, propondo-se, ele próprio, continuar a operar contra os infiéis, à frente das suas tropas.

Com a ocupação do Macina, o smpério torodbe (tucolor) atingiu os seus limites máximos, cruzando terras do Gidimaka a Tombuctu e de Dinguiraye ao Saara. Além de um Estado centralizado, esse imenso território apresentava-se como uma sequência de fortalezas nas quais uma administração político-religiosa tinha como vocação consolidar a conversão ao Islã. 'Umar, sobre quem repousava o prestígio de toda essa construção, considerava-se exclusivamente um *mudjāhid*, um combatente da fé. Ele não se preocupava muito com a organização ou a administração, contentando-se em delegar essas tarefas a seus discípulos, os tālib. 'Umar considerava-se sobretudo um místico, convencido da sua predestinação a uma missão divina consistente em concluir o processo de conversão dos negros ao islamismo.

Foi nas regiões haussa que Al-Hadjdj 'Umar recrutou os primeiros elementos do seu exército, o qual não deixaria de crescer, de Sokoto até Dinguiraye. Multiétnica, essa força compreendia os contingentes do Futa Toro, do Haussa, do Futa Djalon, do Khasso, do Kaarta e de Ségou. O contingente de Futa Toro era o mais numeroso.

Essa armada, que compreendia quatro batalhões, cada qual organizado em torno do contingente do Futa Toro, possuía armamento essencialmente composto por fuzis de assalto e sabres e alguns fuzis de dois tiros. Um importante grupo de ferreiros seguia a armada e a reabastecia de munição. Além desses, dois canhões tomados dos franceses desempenharam um importante papel nas campanhas do Beledugu e de Ségou. Porém, o que tornava fortes os combatentes da *djihad* era sobretudo a sua fé e uma estratégia relativamente elaborada. Regularmente, 'Umar encorajava-os com promessas de deleite neste mundo e no outro. Desse modo, os fiéis consideravam a *djihad* um dever religioso.

Apesar da coragem e organização, a armada era dependente do butim de guerra. Embora a lei muçulmana concedesse certa ordem na partilha desses recursos, não era menos verdade que o butim tivesse uma crucial importância nos combates, a ponto de não poder condicionar os seus desdobramentos. A personalidade de 'Umar e a sua preocupação em dividir esse espólio, equânime e regularmente, mantiveram a coesão da armada até a sua morte, em 1862. Não sucedeu de modo semelhante durante o período de Ahmadu (1862-1869). Pois

que a armada desempenhava um papel muito importante no sistema e dela especialmente dependia a submissão das diferentes províncias do império.

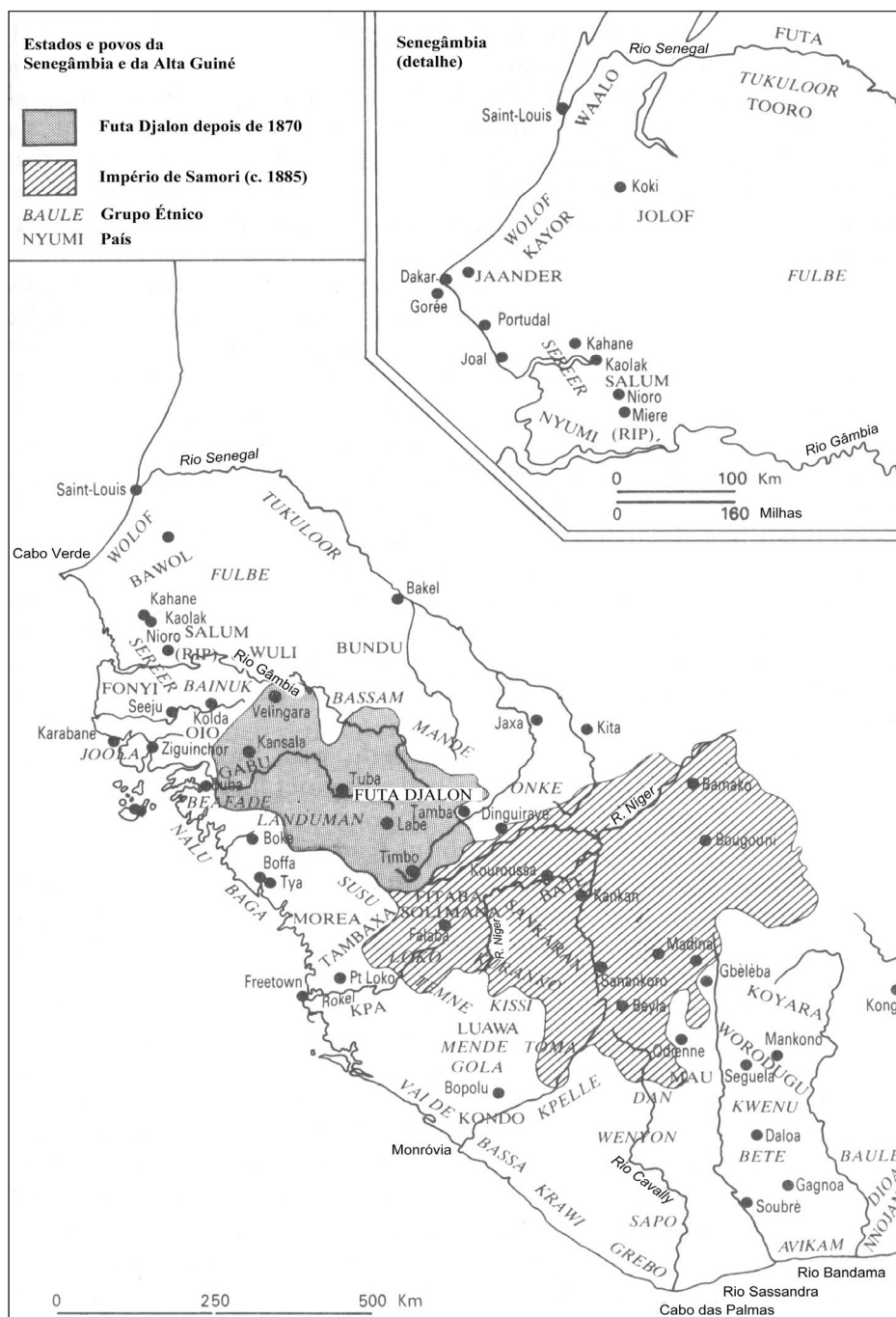
O primeiro problema enfrentado por Ahmadu, o primogênito de Al-Hadjdj 'Umar, eram os complôs contra ele em Segu e Hamdallahi. O bloqueio das comunicações com o Macina impôs uma difícil situação a Ahmadu, levando-o ao isolamento em um país hostil. Para enfrentar essa situação, impostos excepcionais foram cobrados, provocando um aumento do descontentamento. Esse erro custou-lhe a perda da cidade de Sansanding, importante centro comercial. Havia ainda o grave problema das divisões entre os *tālib*.

Mas a oposição de maior fúria a Ahmadu proveio do seu irmão Mohammadu Habibu, que, após o desaparecimento do seu pai, tomara certo distanciamento. Outro irmão, Mukhtar, instalara-se por sua própria conta em Koniakary e, em acordo com Habibu, aspirava substituir Mustafā em Nioro, onde muitos *tālib* já estavam mobilizados contra Ahmadu.

Ao final de 1869, ele começou um processo de fortalecimento de sua autoridade frente à ameaça de seus irmãos. Durante quatro anos, conduziu uma árdua luta contra todos aqueles que haviam permanecido no Kaarta, habitantes que apoiavam Habibu e Mukhtar em suas reivindicações em favor de uma partilha da herança paterna. Paralelamente, ele destruiu alguns focos rebeldes bambara e soninquê. E assim saía vitorioso da batalha contra os irmãos. Em 1874, Ahmadu estava no auge da sua potência. Para atender às reivindicações dos *tālib*, fez algumas concessões territoriais aos irmãos, embora cuidando para mantê-los sob sua autoridade. Fortaleceu também sua administração na capital, em Segu.

Paralelamente, a economia de Mancina se desenvolvia com a retomada dos fluxos comerciais tradicionais junto às casas comerciais francesas do alto Senegal, o comércio com os estabelecimentos ingleses desenvolveu-se, criando certa diversificação econômica. O comércio haussa e o da noz-de-cola igualmente se intensificaram. Um novo equilíbrio desenhou-se no Sudão central, ao menos por certo tempo.

Estados e povos da Senegâmbia e da Alta Guiné

O presente estudo deve necessariamente ser construído do ponto de vista dos povos africanos. Ele seguirá, portanto, um plano geográfico, abordando sucessivamente as grandes zonas culturais, a saber, a Senegâmbia, a Alta Guiné e o Fouta-Djalon, as regiões kru, os mande do sul e, finalmente, os mande do Alto-Níger até o Bandama.

Estados e povos da Senegâmbia e da Alta Guiné (mapa de Y. Person).

A Senegâmbia é a única região na qual o antigo eixo cultural do Sudão ocidental, caracterizado por grandes Estados, com um importante, porém minoritário Islã, confluiu para as margens do Atlântico, onde a corrosiva potência da Europa era exercida há séculos e manifestava-se especialmente pelo tráfico de negros para a América. As sociedades estabelecidas na região, cujo caráter sudanês e muçulmano as tornava mais estáveis, foram bastante abaladas pelas mudanças econômicas relacionadas ao aumento da demanda externa por seus produtos e escravos. Embora o tráfico de escravos tenha começado a regredir na região devido ao movimento abolicionista, ele de fato não terminou até meados do século XIX. O principal motivo da mudança econômica na Senegâmbia foi a explosão dos preços de produtos tais como goma, ouro, couro, marfim, cera de abelha e amendoim.

Essa reestruturação do comércio externo teve profundas repercussões na economia local, arruinando os antigos beneficiários do tráfico, em proveito de grupos bem posicionados e com o objetivo de tirar partido da nova produção.

A partir do final do século XVIII, um novo e mais agressivo Islã adquirira proeminência na Senegâmbia. Essa agressividade era uma forma de protesto dos camponeses contra os excessos de uma aristocracia que buscava tirar proveito dos novos circuitos econômicos, arruinando o povo em lugar de protegê-lo. Portanto, as sociedades da Senegâmbia encontravam-se presas às garras de duas forças perturbadoras: o novo e agressivo Islã e a profunda mutação em curso na economia mundial, sob o efeito da industrialização. As velhas estruturas políticas e sociais, devido à sua incapacidade de renovação, eram impotentes para enfrentar a grave crise que assim se inaugurava, especialmente nos Reinos dos wolof e dos serere ao norte – cuja duração alcançaria o estabelecimento do sistema colonial, imposto na qualidade de nova ordem.

A Alta Guiné, que inclui a Guiné-Bissau, Serra Leoa e Libéria, foi um dos primeiros centros da influência europeia na região, principalmente por causa do tráfico negreiro desde o século XVI, embora o seu papel tenha declinado durante o século XVIII.

Além da zona costeira, os dois mais importantes povos eram os malinke, cujo Império do Kaabu (Gabu), sem dúvida, remontava ao século XIII, e era independente do velho Mali desde o século XVI, e os fulbe, presentes ao menos desde o século XV, embora não tivessem constituído o Estado muçulmano do Fouta-Djalon senão em 1727.

No início do século XIX, a influência portuguesa estava em declínio, porém o tráfico clandestino prosseguiria por um período relativamente longo, de parte a outra do centro antiescravagista de Serra Leoa.

0 100 200 300 km
0 100 200 300 Milhas
Fronteiras internacionais modernas
Tombuctu
Gao
Mopti
Djenné
Segu
Bamako
Rio Níger
Rio Bani
Rio Volta Branco
Kaola
MOSSI
YATENGA
WAGADUGU
Rio Níger
Sokoto
HAUSA
Sikasso
Bobo-Diulasso
Kaduna
Rio Volta Negro
Gambaga
Nalerigu
MAMPRUSI
Karaga
DAGOMBA
Jugu
Kankan
Kong
GONJA
Sokode
Salaga
Ilorin
Nsawkaw
Begho
Kintampo
Kete-Krachi
Savalou
Rio Benue
Freetown
Bonduku
Techiman
Atebubu
Atakpame
Ibadan
Man
Bouake
AKAN
EWE
R. Mono
Abomey
ANYI-BAULE
Kumasi
R. Ofin
R. Pra
EWE
Lagos
Rio Níger
Lome
Onitsha
Monróvia
Rio Sassandra
GA ADANGBE
Keta
Porto Novo
Abidjan
Accra
Golfo do Benin
OCEANO
Elmina
Cape Coast
Grand-Bassam
Half-Assini
ATLÂNTICO
GOLFO DA GUINÉ
Golfo de Biafra

Povos e cidades da África Ocidental mencionados no texto (segundo K. Arhin).

Da Gâmbia à Serra Leoa, a história de toda a região foi dominada, desde o início do século XVIII, pela evolução do grande Estado fulbe do Fouta-Djalon. Graças a ele, o comércio de longas distâncias, caracterizado por influências sudanesas, desembocava fortemente no mar, onde se associava aos europeus. Rotas de caravanas regulares desciam do alto Níger através dos planaltos do Fouta em direção às feitorias portuguesas do Rio Geba (Bissau, Buba), rumo ao Rio Nuñez e ao Rio Pongo, assim como em direção a Serra Leoa. Em razão dos seus profundos recuos e das suas baías de difícil acesso, essa região foi um dos pontos onde o tráfico clandestino de negros prosseguiria de modo mais duradouro, até meados do século.

Essa persistência devia-se ao fato de que o grande Estado fulbe, muito ávido por escravos, pilhava e importava grande número destes últimos no interior do país ou deles apoderava-se como meio de pagamento cobrado junto às minorias costeiras. Alguns estavam então disponíveis para a exportação. No início do século XIX, a sociedade fulbe do Fouta-Djalon aparentava estar estabilizada. Os vencedores da guerra santa constituíram uma nova aristocracia, estabelecida à frente de uma sociedade extremamente rígida e hierarquizada.

A potência do Fouta-Djalon repousava na sua força militar, que dependia, entretanto, da sua unidade política, quase totalmente abalada em seus fundamentos pelas perturbações ao final do século XVIII.

Essas divisões limitavam a potência de agressão do fulbe. Com efeito, no início do século XIX, o território do Fouta estava constituído e não mais se estenderia.

Substituindo uma estrutura política esfacelada, a formação do Fouta-Djalon abrira um imenso espaço para o comércio sudanês direcionado ao caminho do mar. A abertura do litoral às influências sudanesas transformaria profundamente a civilização dos povos das terras baixas, com tamanha intensidade que muitos dentre eles seriam obrigados a aceitar a autoridade política do Fouta-Djalon.

Porém ao sul do Rokel, havia um setor onde a imponência do maciço florestal impediu a manutenção das ligações sudanesas esboçadas no século XVI. O tráfico negreiro, em contrapartida, exerceu-se fortemente na região costeira e persistiria até 1845, na clandestinidade, em que pese a proximidade com Freetown e Monróvia. O interior não se estruturaria senão em meados do século, quando uma rede comercial animada pelos crioulos de Serra Leoa iria penetrá-lo, encetando a sua integração ao mercado mundial, todavia sem alcançar os destinos das pistas sudanesas, como ocorrido ao norte. Esse novo campo de forças multiplicaria os conflitos locais, imprimindo-lhes uma nova configuração.

Ao sul dos temne, o século XVIII foi o momento da potente retomada da expansão de um grande povo mande do sul, os mende. Os mende constituíam grandes chefaturas guerreiras, quase pequenos Estados.

O avanço dos mende separou dois povos mande muito próximos, os kono, encravados nas montanhas do interior, onde se escondiam diamantes até então desconhecidos, e os vai, estabelecidos em meados do século XV na costa, no limite entre Serra Leoa e Libéria. Estes últimos mantinham chefaturas importantes, oriundas do Império somba do século XVI, e participaram ativamente do crescimento do tráfico negreiro, marcante na região no século XVIII. Contudo, após o século XVIII, os vai e os de, seus vizinhos a leste, encontravam-se comprimidos na costa, em razão da vigorosa expansão de um povo do interior. Tratava-se dos gola, que deixaram a sua pátria do Kongaba para expandirem-se em direção ao mar, empurrados para o norte pelos mende e povos aparentados. No início do século XIX, a sua vanguarda, alcançando o contato com os kpelle, interpunha-se entre a costa e a rota do Sudão.

No século XVIII, quando o tráfico negreiro desenvolveu-se da Serra Leoa à costa dos kru, tal rota, ao permitir o escoamento dos escravos provenientes do interior, conheceu novo vigor. Assim sendo, ao final do século, um afluxo de malinquê vindos do Konyan constituiu o Estado guerreiro do Kondo, em torno da chefatura de Bopolu. Encarregados de manter aberta a via, os chefes de Bopolu organizaram uma confederação de chefaturas loma (toma), kpelle (guerze), vai, de e gola. Seriam justamente os gola, hostis e doravante hegemônicos, com os quais deveriam negociar os liberianos.

Os kru habitavam uma faixa costeira que se estendia da Monróvia a Bandama. Eram cultivadores da floresta e caçadores, mas ficaram conhecidos como notáveis marinheiros.

No século XIX não havia comunicação entre o mar e a savana a oeste do Bandama, cujo vale foi fechado pelos baulê (baoulé), no início do século XVIII. Os rios eram pouco navegáveis. Nesse país protegido, no qual as sociedades não conheciam nenhuma tradição de centralização política ou de comércio a longa distância, este último foi substituído por um sistema de intermediação que assegurava as trocas entre povos vizinhos. O passado desse país é, portanto, caracterizado pela existência de pequenos grupos que se cindiram ininterruptamente para ocupar o espaço, pelas suas trocas culturais e técnicas e pelas suas relações com o comércio marítimo europeu ao longo dos séculos precedentes.

Nessa época, laços privilegiados seriam estabelecidos entre alguns grupos kru e Serra Leoa, esboçando assim um processo de renovação cultural. Aparen-

temente, devido à presença de comerciantes europeus que buscavam escravos e produtos na costa da Guiné e costumavam empregar os pescadores kru como marinheiros e intérpretes. Como resultado, rapidamente os kru instalaram-se em grande número na cidade de Freetown, posteriormente na Monróvia, como lenhadores e em outros trabalhos. Eles mantiveram sua coesão, impregnando-se contudo da cultura crioula.

Os kru sofreram influência protestante de Serra Leoa e da Libéria, o que constituiu um fator importante para o surgimento do Reino dos grebo, formado a partir 1871, com a criação da confederação fanti, na Costa do Ouro. Os grebo adquiriram assim um senso de nacionalidade, bem como uma língua escrita. Um dos inspiradores do nacionalismo grebo seria o futuro profeta Harris, célebre na Costa do Marfim.

Entre as savanas guineanas e os povos costeiros, estendia-se a faixa dos povos mande do sul. Os principais grupos eram os mende, toma, kpelle, dan e kwenu. Esses povos tinham muitos traços em comum com as populações ribeirinhas, como, por exemplo, a ausência de uma estrutura de Estado centralizada. A vida política era dominada por grandes sociedades de iniciação, as quais produziam, entre outros objetos, máscaras espetaculares.

Assim, enquanto a história dos mande do sul é inseparável da dos habitantes costeiros, aos quais eles sempre se misturaram, ela também estava profundamente ligada com a dos povos mande e sudaneses do sul, cuja influência na região remontava ao declínio do antigo Império do Mali.

Os mande do sul ocupavam um território que abrangia do alto Níger aos confins do Fouta-Djalon até o Rio Bandama. No início do século XIX, eles haviam estabelecido nessa região uma rede comercial de longa distância rumo ao eixo do Níger e das florestas do sul.

Nessa sociedade globalmente tradicional, dominada por uma aristocracia guerreira, o Islã, minoritário embora necessário e invariavelmente presente, encontrava-se naturalmente ligado à rede comercial. Mas esta última esbarrava ao sul perante a muralha intransponível representada pela floresta, pois que o traço mais notável da região, até a conquista colonial, era o seu isolamento em relação à costa. Portanto, o país dos mande do sul representava um impasse, mirando tradicionalmente para o Sudão nigeriano, de cuja civilização provinha.

Somente em direção ao extremo oeste ele alcançava o mar, graças ao Fouta-Djalon. Tirando proveito desta situação, a cidade de Kankan, no Milo, transformou-se ao longo do século XVIII em poderosa metrópole comercial através do Fouta-Djalon ou de Serra Leoa. Justamente, era esse o berço dos famosos *maninka-mori*, ou malinke muçulmanos, cuja cultura impregnava todo o mundo

dos juula (dioula), pobres comerciantes ambulantes ou ricos negociantes, os quais animavam as rotas do sul.

Mamadu Sanusi Kaba, por muito tempo comandante da cidade (aproximadamente de 1810 a 1850), mantivera a aliança com Timbo e relativamente pouco combatera, senão contra os jalonke de Tamba, os quais haviam interrompido, em múltiplas ocasiões, o comércio pela rota do Ségou. Mas al-Hadjdj 'Umar visitara a cidade por volta do ano 1845, ao retornar de Meca, e os kaba por ele convertidos ajudaram-no, em 1851, no início da guerra santa, a destruir o Reino jalonke de Tamba. Os kaba conheceram graves revezes e a cidade foi submetida a um verdadeiro bloqueio comercial; o que explica, em 1874, o seu pedido de socorro junto ao novo conquistador muçulmano, organizador das terras ao sul, Samori Touré.

Samori era originário do baixo-Konyan, ou seja, do vale do alto-Milo, nos confins do Toron. Seus ancestrais eram comerciantes ambulantes vindos da região de Kankan, porém, isolados em um meio tradicionalista, eles haviam pouco a pouco retomado práticas religiosas tradicionais, estabilizando-se como tecelões, agricultores e criadores. Samori, nascido aproximadamente no ano 1830, em Manyambaladugu, descendia, sobretudo, de ancestrais de Kamara ou Konate, camponeses tradicionalistas, mais do que de comerciantes muçulmanos.

De volta à atividade comercial para escapar da autoridade paterna, Samori descobriu a sua vocação guerreira engajando-se junto aos sise para libertar sua mãe, capturada durante a guerra contra os berete (1848). Em 1861, Samori decidiu organizar um exército e começar uma carreira militar com seus próprios recursos.

Samori foi vitorioso, aliando os tradicionalistas do baixo-Toron, seus parentes maternos, os quais, sentindo-se impotentes diante dos conquistadores muçulmanos vindos de toda parte, solicitaram suas habilidades militares. Samori efetivamente os protegeria até a invasão francesa. Em contrapartida, eles lhe ofereceram os meios para a conquista do seu primeiro domínio.

O seu estilo de comando e a transformação que ele impôs à sociedade malinke, colocando um fim aos conflitos, abrindo as estradas e libertando os juula muçulmanos sem submeter os tradicionalistas, brevemente fariam afluir os partidários e surgir as alianças.

Em 1881, o Império de Samori estava essencialmente estabelecido. Tratava-se de uma hegemonia militar que transformara a sociedade malinke sem, todavia, destruí-la; nesse caldo de cultura social, os elementos comerciais e muçulmanos tiveram seu espaço ampliado, embora o elemento tradicionalista tenha guardado a sua liberdade. O novo império, em que pese a sua direção ter sido assegurada

por uma classe islamizada, não podia ser considerado como Estado muçulmano. Samori não era um muçulmano letrado e nem versado na cultura muçulmana. Ele estabeleceu um controle territorial militar, inspirando-se por vezes em algumas realizações dos fulbe ou dos tukuloor; no entanto, negligenciando o voluntarismo religioso destes últimos. Samori lograra em vinte anos oferecer a esta sociedade um novo equilíbrio, mais favorável aos juula, encontrando assim uma solução para a crise que ela atravessava há meio século. Samori estava no auge do seu triunfo quando subitamente defrontou-se com a irrupção dos franceses, em 1880.

Estados e povos do Arco do Níger e do Volta

Os países da Bacia do Volta e do Arco do Níger foram, durante o século XVIII, o berço de poderes políticos que extrapolaram a região e sucederam o vasto Império de Gao, derrubado ao final do século XVI, ou tentaram explorar as novas condições econômicas e políticas instauradas na Costa do Ouro através do tráfico negreiro. Entretanto, novas condições provocaram, no século XIX, o desmantelamento dos grandes Reinos do Ashanti, Bambara, Mossi e Kong, e desencadearam migrações junto aos povos não integrados pelos poderes centralizados.

Durante esse período a base da atividade econômica era a agricultura. A maioria da população dessa região estava empregada nessa atividade, particularmente os povos sedentários e autóctones. Uma pequena minoria, além dos artesãos, se dedicava ao comércio, era, sobretudo, composta de grupos originários dos povos mercadores, que eventualmente combinavam os dois perfis, a exemplo dos juula (dioula). Os países costeiros eram compradores essencialmente de escravos, de ouro e fornecedores de produtos europeus, por um lado, e o Sahel, consumidor de noz-de-cola, das suas armas e exportador, sobretudo, de sal, de gado e de escravos, por outra parte, havia zonas intermediárias de savana que vendiam igualmente escravos e gado (asnos para o comércio, cavalos para a guerra e para as cortes principescas), além de cereais e ouro.

Após a abolição da escravatura pela Inglaterra em 1807, um desequilíbrio estrutural ocorreu nesse esquema, sobretudo no sul, onde os controles foram os mais estritos e precoces, embora a escravatura doméstica fosse tolerada. Assim sendo, durante a segunda metade do século XIX, sobretudo no Arco do Níger, a escravatura conheceu um enorme crescimento: como as armas eram vendidas a preços crescentes, era necessário em troca fornecer cada vez mais escravos. Os principais fornecedores eram as grandes *djihad* dos líderes muçulmanos do

norte, os conflitos no país mossi, as pilhagens nos territórios dos tuaregue e as casas comerciais estabelecidas na costa. Durante os últimos decênios do século XIX, jamais houve época de paz em qualquer lugar da região, isso equivale a dizer que sempre houve cativos. As vítimas eram essencialmente as comunidades agrícolas sedentárias, nem sempre capazes de se defender.

No sul da região considerada, o Ashanti lutou desesperadamente para controlar as casas comerciais instaladas na faixa litorânea, verdadeiros balões de oxigênio para a sua sobrevivência, as quais lhe proporcionavam o domínio nas duas extremidades da cadeia comercial. Pois que a supressão do tráfico, responsável por nove décimos do total de exportações da Costa do Ouro no início do século, introduziu abruptamente uma mutação econômica. Desde 1840, o principal item de exportação da costa oriental fora o óleo de palma. A exportação de borracha começou entre os anos 1870 e 1880 e, juntamente com o óleo de palma, lançaria as bases para a transformação das estruturas econômicas na região sul da Costa do Ouro.

Enquanto o ouro ashanti e do Volta dirigia-se sobretudo para o sul, a noz-de-cola destinava-se para o norte. Entretanto, as rotas do oeste, através de Kong e Buna, cediam progressivamente àquelas do nordeste, através do país dagomba e haussa. Além disso, o comércio do norte foi ativado pela supressão do tráfico costeiro, pelo fechamento esporádico das rotas para o país fanti e pela estabilidade política do Borno após a *djihad* de ʻUthmān dan Fodio. Assim sendo, os produtos de luxo europeus chegavam através da África do Norte, do Fezzān e de Trípoli ou até mesmo pela costa do Daomé alcançando Kano e, a partir desse ponto, eram encaminhados para o Arco do Níger. As sedas e tapetes da Turquia e de Trípoli, o natrão de Borno e as vestimentas haussas eram assim trocados pela noz-de-cola e pelo ouro, pelos tecidos em algodão do Dagomba, do Mossi e do Mande, pela manteiga de carité, bem como pelo gado do Sahel sudanês.

Além do ouro ashanti e lobi, a margem esquerda do alto-Volta Negro conheceu, sobretudo no século XIX, uma notável concentração de pioneiros de diversas origens: Dyan, Dagara, Bobo-Juula (Dioula), Bwaba e Mossi, além dos gurunsi autóctones. A exploração realizava-se com a ajuda de instrumentos rudimentares (alviões, picaretas, jarros, cabaças e gamelas). A divisão do trabalho reservava aos homens, exclusivamente, a prospecção, a escavação e a moagem do quartzo, ao passo que às mulheres cabiam o transporte e a lavagem do mineral. Ao final do século, a proporção de escravos nessas comunidades era considerável.

Enquanto esse ouro seguia, sobretudo, em direção ao Saara e ao Marrocos, o ouro do Lobi rumava para a Costa do Ouro ou para a Libéria. Esse ouro era

parcialmente entesourado sob a forma de pó ou pepitas, em cilindros de bambu ou peças de tecido, escondido nos sótãos ou enterrado em potes cerâmicos. Ele era transportado pelas rotas comerciais locais e regionais, quer seja rumo a Bobo, San, Djenée e Mopti ou para Kong e o Ashanti, quer seja para Gaoua (Lobi) ou Salaga, passando por Wessa e Wa, ou ainda rumo a Uagadugu, e de lá para Puytenga, Tenkodogo e Salaga. Nas trocas locais, ele servia para comprar o sal, a noz-de-cola, os escravos e os grãos. O sal era excepcionalmente apreciado; ele chegava de Taoudeni por Tombuctu, Mopti, Djenée, Bla e San, de onde era disseminado no Sahel e na savana. De todos os itens comercializados, o comércio de escravos foi o que mais se valorizou na segunda metade do século.

A concentração de estradas em torno de Dori oferece uma ideia da abertura do Sahel para todos os horizontes. Como a legislação do Império do Macina era muito dura em Tombuctu (pesadas taxas, interdição do tabaco), os mercadores desviaram as rotas para Gao, controlado pelos mouros e tuaregues, numerosos em Dori. Enquanto a rota de Kayes até Dori, passando por Bamako e Bandiagara, era controlada pelos juula (dioula), aquela ligando Sokoto a Dori, passando por Sansanné-Mango, era dominada pelos haussa. Importavam-se para Dori o tabaco, esteiras, gado, o sal do norte, produtos fornecidos em troca de faixas de algodão, turbantes haussas e produtos manufaturados europeus. Do país haussa vinham as cangas, trocadas pelo gado e pelo sal. Do Mossi provinham escravos, faixas de tecido, cobre trabalhado e asnos, os quais eram trocados por noz-de-cola do Ashanti, sal e gado. Dos países juula (dioula) chegavam estopas da Guiné e quinquilharias trocadas por sal e gado. Em Djibo, onde abundavam comerciantes yarsé oriundos de Ouahigouya, prevalecia o escambo, ao passo que os cauris eram utilizados em Dori. Nesta cidade, os comerciantes estavam associados, em virtude da sua própria profissão, aos clãs aristocráticos, aos quais eles eventualmente se associavam através de casamentos; porém, instalados em bairros exclusivos, eles eram mantidos à margem da política.

Em seu conjunto, embora marginal relativamente ao conjunto da economia, a atividade dos mercadores teve um notável impacto qualitativo na vida de todos. Para convencermo-nos desse estado de coisas, basta relembrar a importância de localidades intermediárias, tais como Begho, Kafaba, Kintampo, Atebibi, nas quais sociedades pluriétnicas rapidamente foram constituídas. Para Salaga, afluíam os gonja, juula (dioula), haussa, dagdon, ashanti, fulbe, ioruba, dendi, bornouan, bariba, kulango, gurunsi etc. Tratava-se de um verdadeiro microcosmos onde, comparativamente à sociedade autóctone mais homogênea, a divisão do trabalho era mais intensa, com proprietários, locatários, intermediadores e diversos artesãos.

As tensões sociais eram normais em períodos de reviravoltas. Tal foi o caso dos países do Arco do Níger e da Bacia do Volta, no século XIX. Aparentemente, os abalos sociais afetaram mais os Estados centralizados que as sociedades fundadas na autogestão, atingindo mais as regiões costeiras do que as zonas interioranas, e incidindo mais sobre as regiões islamizadas quando comparadas com as demais.

A condição dos escravos e homens de casta era bem mais grave nos Estados centralizados. A mais radical reviravolta, indubitavelmente, foi aquela dos agrupamentos fulbe que, de nômades e alguns anos após a *djihad*, transformaram-se em senhores dominantes perante populações autóctones ou reduzidas ao estatuto de cativos e servos, fadados aos trabalhos agrícolas e ao pastoreio.

Nas regiões costeiras, as dinâmicas comerciais e educacionais produziam uma estratificação social de gênero qualitativamente nova. Na realidade, a partir do momento em que as transações não mais repousavam sobre o comércio de escravos, mas sobre a troca dos produtos europeus pelo ouro, o marfim, o óleo de palma e a borracha, desde logo uma nova classe comerciante emergia, operando a partir de créditos de campanha concedidos por companhias europeias, das quais na verdade ela era representante. Esse foi o ponto de partida para o surgimento de numerosos atacadistas, estabelecidos nas ruas dos centros costeiros. Abaixo deles, um grande número de pequenos recolhedores de impostos, cujo papel consistia em acelerar os trâmites junto a fornecedores que gravitavam e dependiam dos negociantes. Era igualmente necessário contar com os mercadores ashanti, os quais controlavam a oferta de produtos africanos provenientes do interior.

Do mesmo modo, no âmbito educacional, categorias ou até mesmo classes sociais instalar-se-iam na costa. No topo da hierarquia, estavam os descendentes das grandes famílias comerciantes que, como os Bannerman da Costa do Ouro, haviam sido desde o começo do século educados na Europa ou no Fourah Bay College (Serra Leoa), fundado em 1827. Aceitos no meio europeu, assumiam responsabilidades na qualidade de magistrados, comandantes de fortificações etc. Na outra extremidade, havia um vasto grupo de indivíduos sumariamente instruídos, empregados como secretários, mal pagos ou desempregados, eles se resignavam a percorrer a selva como representantes dos negociantes ingleses ou africanos. Entre os dois encontravam-se os africanos que, sem terem levado muito adiante os seus estudos, haviam recebido uma razoável formação a ponto de permitir-lhes atuarem como comerciantes independentes ou gerentes em cidades litorâneas. Dessa forma, estabeleciam-se as bases das ulteriores contra-

dições sociais. Todavia, deve-se notar que a Confederação fanti não teria sido possível sem a cooperação dessa classe média instruída.

O século XIX foi, nessa região, um período de acelerada progressão do Islã, no norte e no centro, e de reimplantação do cristianismo no sul. Como nunca, estas duas religiões foram ornamentadas pelo prestígio da educação, pelo domínio da escrita e associadas a um universo que ultrapassava sobremaneira o horizonte local.

Ao norte da região, foi a propagação das *djihad* de eminentes personalidades (‘Uthmān dan Fodio, de Sokoto, Seku Ahmadu, do Macina, e al-Hadjdj ‘Umar Tal) que produziu efeitos intensos e duráveis, por exemplo, em razão da *djihad* e do emirado do Liptako. Inclusive os Reinos bambara e mossi foram atraídos ou influenciados por esse sobressalto de proselitismo islâmico. Durante o século XIX, o Islã agiu nesses reinos, simultaneamente, no topo e sobre todas as camadas do corpo social.

No centro da região em questão, foi no século XIX que o Islã tornou-se a principal religião do Dagomba e do Mamprusi, assim como em Sansanne Mango. Os imames eram personagens religiosos e políticos. No Ashanti, Osei Kwane (1777-1801) foi um simpatizante do Islã. Os comerciantes muçulmanos vindos do mundo árabe afluíam para a capital e a cotação dos amuletos, sobretudo aquele do colete de guerra, preparado pelos marabutos, era elevada.

Conquanto tenha sido introduzido em Tombuctu, pelos padres missionários brancos, somente ao final do século XIX, o cristianismo ressurgiria após muito tempo na parte meridional da Costa do Ouro. A missão evangélica de Bâle e a posterior missão de Brême estabeleceram-se, desde 1828, em todo o sudeste da Costa do Ouro (costa akwapim, Accra, região akyem, Ada e nas regiões de Keta e Peki, de língua ewe), na qual eles implantaram unidades rurais-modelo e escolas técnicas. Os missionários metodistas concentravam os seus esforços na costa oeste, onde Cape Coast servia-lhes de base. Os metodistas, a exemplo da missão de Bâle, criaram unidades agrícolas modelo no distrito de Cape Coast. Eles abriram vagas para meninas cujo número atingia frequentemente um terço dos efetivos em suas escolas. Com o objetivo de eliminar a barreira linguística que impedia a evangelização, eles haviam, desde o século XVIII, traduzido os textos fundamentais do cristianismo para o idioma ga. O reverendo J. G. Christaller redigiu, em 1875, uma gramática da língua twi; além disso, o seu dicionário da língua akan, publicado em 1881, ainda permanece o melhor nessa matéria.

Malgrado os esforços do cristianismo e do Islã na região, a religião tradicional permaneceu amplamente majoritária, inclusive sobrevivendo no bojo das novas religiões.

Daomé, país ioruba, Borgu e Benim no século XIX

A região aqui estudada é delimitada a oeste pelo Rio Mono (atual fronteira entre o Benin e o Togo), a leste e norte pelo Rio Níger e no sul pelo Golfo do Benin e o Oceano Atlântico. Essencialmente, ela é constituída pela planície ondulada, apresentando uma elevação geral da costa em direção ao interior, onde o relevo culmina com a cadeia montanhosa de Atakora e o Kukuru. As florestas úmidas, muito densas, são encontradas principalmente no sudeste – ou seja, na parte do antigo Império do Benin.

Quatro grandes áreas culturais distintas, embora entrecruzadas, dividem a região: aja no oeste, ioruba no centro, borgu (pronunciado bohou) ao norte e edo a leste. Cada uma das áreas apresenta várias subdivisões em função de traços culturais, como o dialeto, a ecologia ou a ocupação específica.

As populações de língua aja dividem-se em três grandes subgrupos: os fon, dominantes no antigo Império de Daomé; os gun, do Vale do Weme e da área situada entre Porto Novo e Badagri, em ambas as partes da atual fronteira entre a Nigéria e o Benin (antigo Daomé); e, finalmente, os ewe estabelecidos entre os Rios Cufo (Coufo) e Mono, no sudoeste do atual Benin, a grande maioria dentre eles ocupando as regiões vizinhas do sul do Togo e de Gana. A norte e leste do território fon, encontravam-se os mahi, concentrados no planalto de Abomé (Abomey) em Paouignan, Savalu Weze, Dassa-Zoumé, Jaluku e Kove (Cové), que igualmente apresentavam traços culturais secundários aja e conservavam a lembrança de um distante vínculo de parentesco com essa etnia.

A área cultural ioruba (nagô) é, consideravelmente, a mais importante da região Mono-Níger, porque engloba os Estados de Ogun, Lagos, Ọyọ e Ondo, na atual Nigéria, bem como quase a metade do Estado de Kwara, além de regiões contíguas, ao leste do Benin, e, finalmente, aquelas do centro do Togo, mais ao oeste. Ela inclui numerosas subdivisões, desde as menores como os ifé, formando um único império, até os ekiti, organizados em variadas monarquias autônomas. Na região da Nigéria, os principais subgrupos iorubas eram representados pelos Ọyọ (o mais numeroso, em relação ao qual o território e a população dividiam-se entre os Estados de Ọyọ e Kwara); pelos ibarapa, estabelecidos em ambas as partes da fronteira entre os Estados de Ọyọ e de Ogun; pelos ifé e os ijẹsa, estabelecidos no atual Estado de Ọyọ; pelos ijebu, ocupantes de um território situado entre os Estados de Ogun e de Lagos; pelos egba e os egbado no Estado de Ogun; pelos ondo, ikalẹ, ẹkiti, ọwọ e akoko no Estado de Ondo; por fim, pelos awori e os subgrupos egbado que lhes eram aparentados, no Estado de

O país ioruba-aja e o antigo Império oyo (início do século XIX). [Fonte: J. F. Ade. Ajayi e M. Crowder (org.), “History of West Africa”, Longman, 1974, p. 131.]

Lagos. Na atual fronteira entre a Nigéria e o Benin sucediam-se, de norte a sul, os savé, os ketu, os holli, os ifọnyin e os anagô. A essa lista, já bem longa, ainda é preciso acrescentar os ana, os fẹ (ifé) e os mayinbiri (manigri), os quais povoavam as porções medianas do Benin e a região de Atakpamé, no Togo.

As subdivisões culturais correspondem aproximadamente ao perfil e aos níveis de diferenciação sociopolíticos tradicionais. O Borgu foi descoberto ao final do século XV, como um conglomerado de Estados politicamente independentes, cujos grandes centros eram Busa, Nikki e Illo. Aparentemente, esses impérios nasceram muito cedo, a partir da fusão de um grupo de recém-chegados, muito provavelmente de língua mande, do Mali, e de uma população autóctone, resultando na formação de um novo Estado e de uma cultura distinta. Eis o que tenderiam a confirmar as tradições relativas à origem dos Estados do Borgu e o que aparenta perfeitamente ser corroborado pelo fato de duas grandes línguas serem faladas nesta região: o batonu (igualmente chamado baruba, bariba ou barba), língua voltaica em uso pela maior parte das populações, e o boko (igualmente chamado zugwenu), língua sul-oriental da família mande.

Cada uma dessas duas grandes línguas formou diversos dialetos distintos. A unidade linguística do Borgu foi garantida pelo bilinguismo, que permitia superar o abismo existente entre o povo e as classes dirigentes tradicionais. A unidade cultural, aparente no emprego linguístico, é consolidada pelas tradições que atribuem uma origem comum aos diferentes impérios, convergindo para o reconhecimento de Busa como berço ancestral de todos os soberanos do Borgu.

A quarta grande área cultural da região em questão é aquela composta pelos povos de expressão edo, no Reino do Benin, não somente os edo da cidade de Benin e dos seus arredores, como também os povos que lhes são aparentados, simultaneamente pela língua e pela história: os ishan (esan), ivbiosakan e akoko edo ao norte, e os itsekiri, urhobo e isoko a sul e sudeste.

Essas quatro áreas culturais não estavam voltadas para si mesmas. De fato, no início do século XIX, a interpenetração cultural ou étnica atingira tal ponto que não mais se discernia senão uma única civilização, da qual os iorubas, os aja, os povos do Borgu e os edo podiam ser considerados como subconjuntos. Fatores, culturais – especialmente linguísticos –, econômicos e políticos explicam essas inter-relações. Esses laços indicam imigrações sucessivas, provocando afluxos e refluxos populacionais, persistentes até o século XIX, antes de serem formalmente desestimuladas pelo estabelecimento dos Estados coloniais europeus, cujos territórios eram delimitados por rígidas fronteiras. A história da região que se estende do Mono ao Níger deve, portanto, ser considerada, sobretudo, como a história da interpenetração não dos aja, ioruba, bariba e edo, entre si,

mas, igualmente, de um ou vários dentre esses povos com os seus vizinhos nupe, jukun, kanuri, gbari, haussa e fulbe, ao norte; ewe, ga, adangbe, krobo e fanti, no oeste; e, finalmente, ijọ, itsekiri, isoko, urhobo, igbo ocidentais, igala, igabira e basa, ao leste.

Um acontecimento importante na região nesta época foi o declínio do Reino de Benin. Tal Reino, assim como o antigo Império oyo, não escapou das influências destrutivas do século XIX. Porém, por causa da solidez de suas instituições políticas, o Benin, diferentemente do Ọyọ, foi poupado do colapso total até a era da conquista europeia.

Por volta do ano 1800, o Reino do Benin estendia-se sobre um território equivalente à metade oriental da região compreendida entre o Mono e o Níger. Esse território englobava os Estados ioruba orientais de Ẹkiti, Ondo e Ọwọ, as comunidades dos igbo ocidentais, a oeste do delta do Níger, bem como os territórios dos urhobo, itsekiri e ijọ, ao sul. Enquanto os edo da cidade de Benin e arredores formavam o centro da metrópole, o Reino ainda abarcava outros povos do grupo linguístico edo – como os esan, os edo do nordeste, os urhobo e os isoko. Mais além, a autoridade do Benin era reconhecida em toda a costa atlântica até Lagos, no oeste, e mesmo além desses limites. O Benin mantinha relações dinásticas com os itsekiri, awori-ioruba e outras chefeturas anago.

O Benin dos séculos XVIII e XIX foi geralmente descrito como um reino em inexorável declínio, experimentando, no entanto, fases de renascimento e expansão territorial. Três ou quatro décadas antes da conquista europeia, ao final do século XIX, o Reino começou a diminuir em razão de três prolongados assaltos ao seu território.

Primeiro, a *djihad* fulbe, que penetrou ao norte e nordeste do Reino do Benin. À ameaça fulbe, acrescentava-se a expansão para o leste de Ibadan, novamente empenhada em conquistar os domínios do Benin situados no leste do país ioruba. A impotência do Benin em socorrer os Estados vassalos provava que o Reino atravessava um período de fragilidade. Derradeira ameaça, a penetração europeia acontecia, simultaneamente, por Lagos, o mais importante centro litorâneo, situado na área de influência do Benin, e pelo Níger, no sudeste. O Reino do Benin sentiu os primeiros efeitos quando seus privilégios no comércio litorâneo começaram a ser ameaçados pelos britânicos e seus intermediários africanos, particularmente itsekiri e ijọ. O declínio do seu porto fluvial de Ughoton (Gwato) representou uma dolorosa prova do fim de seu quase monopólio sobre o comércio litorâneo.

Junto aos itsekiri, esse comércio alimentou o desejo de autonomia política. Além da guerra que finalmente provocou entre o Warri e o Benin, a nova riqueza

alimentou conflitos políticos no próprio seio do Reino de Warri. Assim sendo, as rivalidades e hostilidades entre clãs, as querelas sucessórias desencadeadoras de migrações, assim como a criação de centros de poder independentes e rivais multiplicaram-se até o final do século. O Benin já estava tão enfraquecido que não pôde, como no passado, tirar vantagem da situação para reafirmar seu poder.

Enquanto o Reino sofria ataques externos, os problemas internos eram graves, principalmente por causa das disputas sucessórias, que começaram em meados do século XIX e continuaram até o colapso do Reino.

Há duas fases da expansão dos interesses europeus na região nesse período. A primeira foi até 1861, data da anexação de Lagos à Coroa britânica, e em que havia relativa liberdade de movimento e cooperação entre os países europeus. A segunda fase foi um período de rivalidades entre a França, a Grã-Bretanha e, após os anos 1880, a Alemanha, situação que não terminaria senão em 1889, com a partilha da região entre a Grã-Bretanha e a França. Todavia, é preciso notar que o padrão das atividades europeias nas duas fases era determinado em função das exigências das metrópoles e da natureza instável da situação local.

Na primeira fase, os comerciantes, exploradores ou viajantes europeus, assim como os missionários cristãos, agiam na África sem que a sua nacionalidade fosse considerada. Em todas as suas atividades, os europeus deviam considerar a situação local. Exploradores, missionários e comerciantes eram obrigados a utilizar os meios de transporte e os sistemas de comunicação existentes, além de levarem em conta a estrutura das interações geográficas e etnográficas. A postura europeia diante desse contexto representou, no entanto, um fator de divisão. Por exemplo, ao voltar a atenção para Lagos e o delta oriental do Níger, os europeus destruíram o comércio e a influência do Benin ao longo da costa. Esse fato já estava previsto, mas teve diversas implicações na distribuição do poder no âmbito da região.

A anexação de Lagos pela Coroa britânica e o ataque a Porto-Novo, em 1861, constituíram um ponto de mudança, bem como a introdução da segunda fase do crescimento das atividades e interesses europeus na região. As duas operações britânicas naturalmente acenderam os ânimos dos franceses, detentores de consideráveis interesses comerciais em Ouidah e Porto-Novo. Em 1863, atendendo a pedidos das próprias autoridades de Porto-Novo, eles declararam esse Estado aja um protetorado francês, visando bloquear qualquer nova expansão britânica rumo ao oeste, pela costa. Os britânicos, como os franceses, não tardaram a se render à evidência: era o comércio com o interior ioruba e aja, por eles compartilhado, que conferia o verdadeiro interesse de Lagos e Porto-Novo.

A intervenção da Grã-Bretanha e da França, respectivamente, nos assuntos comerciais e políticos desses dois portos, desencadeou entre as duas potências uma acirrada fase de concorrência, cujo desafio era o controle do país ioruba, particularmente das suas partes ocidentais, assim como das comunidades vizinhas, de expressão aja. O oeste do país ioruba tornou-se então o principal teatro das rivalidades anglo-francesas, em razão da reação favorável das populações autóctones, que percebiam na intervenção dos europeus a solução para o problema referente às contínuas invasões do seu território pelos seus vizinhos mais potentes.

A rivalidade culminou na conquista francesa do Daomé, em 1892, na partilha do Borgu entre a Inglaterra e França, em 1895, na extensão da autoridade britânica ao restante do país ioruba e na conquista inglesa do Benin, em 1897.

As guerras do século XIX e a consequente intervenção dos europeus nos assuntos políticos da região do Mono-Níger não devem levar ao esquecimento das transformações internas das sociedades dessa região, no mesmo período. Os massivos deslocamentos populacionais, tanto no interior quanto além dele tiveram efeitos importantes. As migrações forçadas acentuaram a interpenetração e o amálgama dos diferentes grupos e subgrupos étnicos, além de provocar o desenvolvimento de novos estabelecimentos no seio da região, juntamente com um afluxo de escravos retornados do Novo Mundo. A escravidão no século XIX foi um fator marcante na sobrevivência de aspectos da cultura ioruba e aja no Novo Mundo. A imigração reversa dos escravos emancipados do Brasil, de Cuba e outros países, para seus lugares de origem ao redor da costa do Mono-Níger, representou um evento importante na disseminação do cristianismo, da educação ocidental e do processo de modernização dessa região.

O movimento das populações locais teve consequências consideráveis. Em país ioruba, por exemplo, produzia-se uma interpenetração e uma mistura notáveis entre diferentes subgrupos étnicos. Nessa zona, o fenômeno mais marcante foi a diáspora ọyọ. Desde 1830, Ibadan, Ijaye e a atual cidade de Ọyọ, ao norte de Ibadan, eram os principais focos de imigração ọyọ. Em sentido inverso, alguns grupos orientais ioruba, como os ẹkiti e os ijẹsa, trazidos como cativos ou vindos por vontade própria, fixaram-se em Ibadan e em muitos outros estabelecimentos situados a oeste e sul, nos territórios dos ọsun, ijẹbu e dos ẹgba. No Borgu, a *djihad* fulbe do século XIX desencadeou um movimento populacional orientado para o sul, em direção à área cultural ioruba.

O amálgama de grupos e subgrupos étnicos provocou consideráveis intercâmbios culturais. A expansão dos aja na área cultural ioruba deveu-se às migra-

ções. Os aja, estabelecidos no território do atual distrito de Badagri, no Estado de Lagos, na Nigéria, adotaram a instituição de governo ioruba, denominada *ọba*. Igualmente, as influências culturais ọyọ podem ser identificadas na parte oriental do país ioruba, tais como o culto a Xangô, a difusão do ofício de tecelão masculino, e do tambor com alça.

A influência exercida pelo Benin pode ser observada nas cerimônias da corte, nas insígnias da realeza e nos títulos das chefaturas dos ọwọ, ẹkiti, akoko, ondo e dos ijẹas e awori. A influência cultural e política do Benin estende-se as outras etnias de língua edo, assim como sobre os itsekiri, urhobo e isoko.

Acima de tudo, o século XIX seria marcado pela fundação de estabelecimentos de tipo moderno, os quais tiraram grandes vantagens da sua localização litorânea e das suas proximidades – como, por exemplo, a elevação do prestígio de Warri no Benin; de Lagos em relação ao restante do país ioruba; e dos portos de Porto-Novo, Ouidah e, sobretudo, de Cotonou sobre a costa aja. Esse período também anunciaria as novas sociedades da era colonial e pós-colonial, através de uma mais estreita associação, senão integração, com a economia e a cultura europeias.

Essas mudanças resultavam da conjugação de múltiplos fatores: as guerras do século XIX que, por exemplo, no país ioruba, haviam transformado as zonas litorâneas em focos de imigração relativamente seguros e atrativos para as populações do interior, onde se concentrava o essencial dos combates; o comércio marítimo que, com o abandono do tráfico de escravos em prol das trocas "legítimas", tomaram caráter permanente, assim conferindo às regiões costeiras uma vantagem econômica incontestável; finalmente, a contínua expansão dos interesses europeus, ampliadora do papel tradicional de muitas cidades do litoral, como Lagos, Porto-Novo e, posteriormente, Cotonou, na justa medida em que elas assumiam novas e crescentes funções, tanto como portos quanto na qualidade de capitais dos nascentes Estados coloniais e das nações africanas independentes que lhes sucederiam.

De todo modo, foi o fator econômico que aparentemente desempenhou, nessas mudanças, o papel determinante, especialmente no referente à presença europeia. Foi o comércio que conduziu os europeus à África e foi ele o motivo da sua permanência. O século XIX seria um período particularmente crítico em razão de a abolição do tráfico de escravos ter abalado a estrutura de trocas, das quais ele havia sido o principal componente há três séculos. Designada nos documentos europeus anteriores à abolição sob a nomenclatura "costa dos escravos", a parte da África Ocidental aqui estudada foi um dos mais ativos focos do tráfico negreiro; se a passagem para o comércio "legítimo" efetuou-

-se sem muitos choques, essa situação deveu-se à capacidade de adaptação das sociedades autóctones.

O melhor exemplo a esse respeito é Daomé, tradicionalmente considerado um grande exportador de escravos da costa da África Ocidental. O porto daomeano de Ouidah não abandonaria o tráfico senão após a abolição da escravatura no Brasil, em 1888. Porém, no lugar da venda de escravos, passou-se a desenvolver o comércio do óleo de palma, inicialmente para complementar e, posteriormente, como principal componente da sua atividade econômica voltada para a exportação. Para passar do tráfico de escravos ao comércio "legítimo", ele foi obrigado a conservar maior volume de escravos para trabalhar na indústria do óleo de palma. Em outras partes da região do Mono-Níger, como no país ioruba, os cativos que seriam exportados para o estrangeiro estavam, ao contrário, empregados na produção intensiva da agricultura.

O movimento abolicionista teve consequências de grande alcance para a região do Mono-Níger, dentre as quais as relacionadas ao processo de modernização. O fator determinante foi o retorno dos escravos libertos – em sua maioria os "Saros" de Serra Leoa e os "Amaros", ou brasileiros da Bahia, porém igualmente de Cuba e outras regiões das Antilhas. Além de terem justificado originalmente a chegada dos missionários cristãos europeus, esses africanos libertos representaram a primeira geração de classe média no continente. Alguns atuaram como pioneiros, seja a serviço das igrejas cristãs, à imagem do bispo Samuel Ajayi Crowther e do reverendo James Johnson, ilustres na região da Nigéria, seja no estudo das línguas africanas, no âmbito da atividade gráfica, na edição ou no desenvolvimento de outras atividades do mesmo gênero, a exemplo de outros menos proeminentes.

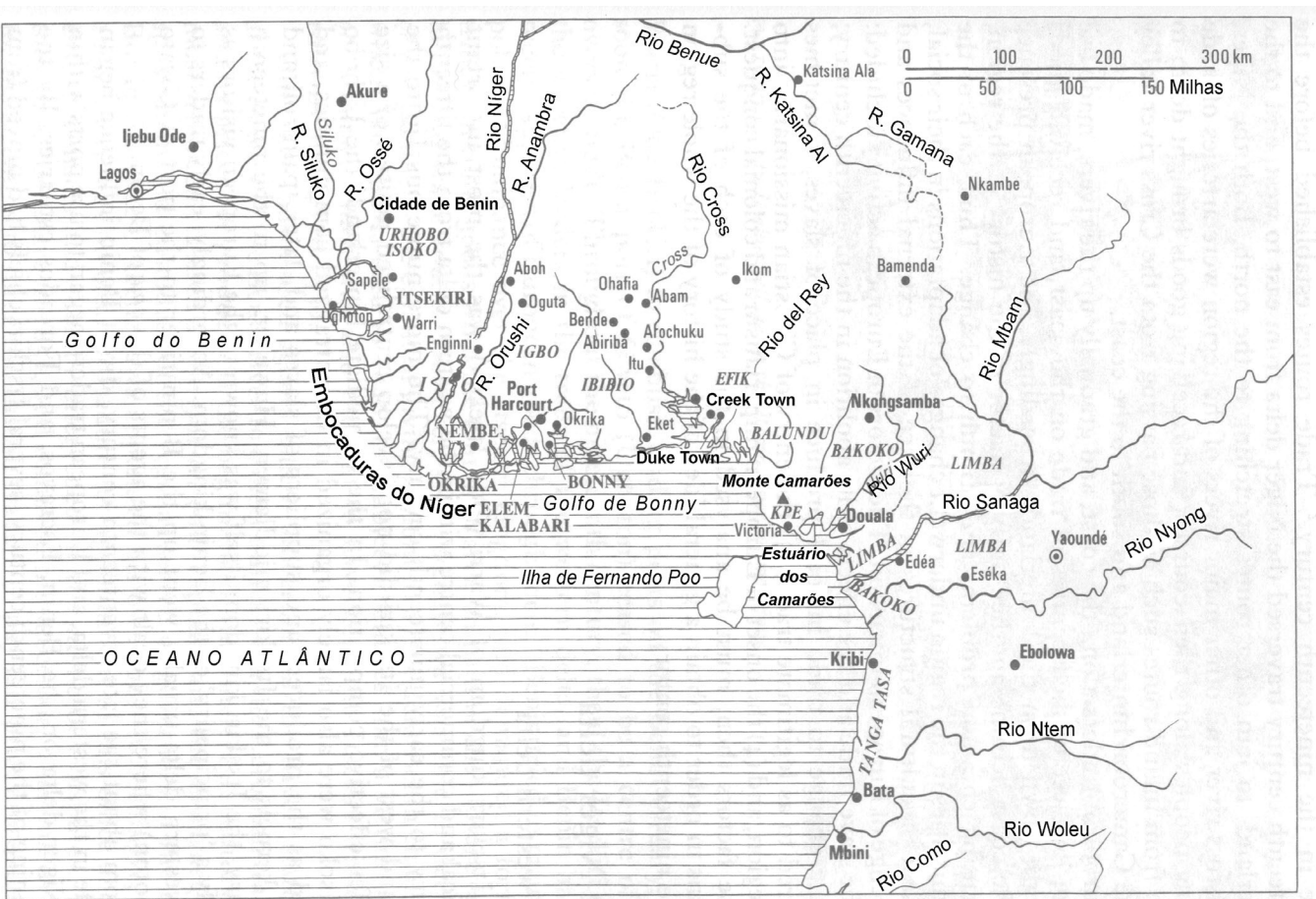
Primeiramente estabelecidos ao longo do litoral, em cidades como Ouidah, Agoué, Porto-Novo, Badagri e Lagos, sua influência se espalhou aos países ioruba e aja, e além deles. O impacto dos "Saros" foi mais nítido na região sob domínio britânico. Já os brasileiros concentraram-se na área que posteriormente seria comandada pelos franceses. Entretanto, apesar das diferenças, ambos contribuíram fortemente para o desenvolvimento geral da região. Com efeito, a perpetuação dos laços de união entre as famílias brasileiras na África Ocidental e as suas bases originais no Brasil, especialmente no estado da Bahia, demonstra a unidade fundamental da África, não somente em relação à sua história mas também dos contatos de importância vital que o continente manteve com a diáspora negra.

O delta do Níger e Camarões

O presente estudo dedica-se à região e ao litoral do golfo do Benin e da baía de Bonny, antigo Biafra, estendida do estuário do Benin, a oeste, à Bacia de Ogoué, a leste. No oeste, a maior parte da região costeira, aqui compreendidas as regiões alagáveis e os mangues do delta do Níger, era habitada pelos ijọ; entretanto, vastas zonas do delta assim sofreram a influência do pequeno Reino de Itsekiri, situado em sua porção mais ocidental. Foi nas terras interioranas, imediatamente a oeste desta região, onde se estabeleceu o potente Reino do Benin, no qual viviam diversos grupos a ele ligados por laços políticos ou culturais. O imenso interior igbo estendia-se de cada lado da porção norte do delta do Níger, nas duas margens do curso inferior do rio. O país igbo era muito mais vasto na parte ao leste do rio, prolongando-se até o norte da Bacia do Cross.

Ao leste do delta do Níger, corre o Cross, cujo estuário, no século XIX, era dominado pelo Estado efik de Calabar. O resto do Vale do Cross era e permanece essencialmente habitado por diversos grupos ibibio e, em sua parte setentrional, por um mosaico de povos aparentados aos bantos. A quarta sub-região compreendia a costa de Camarões e o seu interior, a leste do Cross. A quinta região englobava a Bacia do Ogoué e as regiões circunvizinhas da Guiné Equatorial e do Gabão.

Todas as populações da região estavam ligadas entre si desde tempos pré-históricos e pertenciam todas à família linguística nígero-congolesa. Antigos parentescos foram reforçados, no século XIX, por contatos comerciais. Anteriormente ao século XIX, as rotas comerciais atravessavam o delta do Níger de leste a oeste e penetravam rumo ao interior, onde cruzavam outras rotas orientadas para o norte. O Níger, o Cross e os outros grandes cursos d'água da região eram artérias comerciais que serviam como elo entre as populações instaladas às suas margens, as quais recebiam as mercadorias que lhes eram encaminhadas através das rotas interioranas, tais como aquelas ligando o Vale do Cross ao interior da região camaronesa e a costa, ao sul.

Outro fator comum na história da região foi a presença europeia na costa, que representou um novo fator de unidade na região, em razão da semelhança entre os problemas por ela provocados e pelas mudanças por ela incitadas. Assim sendo, cada uma das populações da região, em face das influências estrangeiras e do desafio da intrusão europeia, foi conduzida a adaptar as suas estruturas sociais, políticas e culturais. A influência europeia fez-se sentir nas seguintes esferas: no tráfico de escravos e nos efeitos da sua abolição, no século XIX; na

O delta do Níger e Camarões no século XIX (segundo E. J. Alagoa).

passagem do tráfico de escravos para o comércio dos produtos locais, por vezes denominado "comércio legítimo"; na chegada dos missionários cristãos à região; e, finalmente, no início do imperialismo europeu e da conquista colonial.

O Reino itsekiri foi, do século XV ao início do século XIX, o mais importante centro comercial e político da parte ocidental do delta do Níger. Outros grupos na área, como os ijọ, urhobo e os isoko estavam organizados em entidades políticas descentralizadas. Os itsekiri atuavam como intermediadores entre essas comunidades e os europeus na costa. Contudo, até o século XIX, os viajantes europeus consideravam o Reino itsekiri como um simples "principado" do Reino do Benin. Habitualmente, eles se deslocavam para a parte ocidental do delta do Níger, até o porto de Ughoton, onde negociavam diretamente com os agentes do *ọba* do Benin.

Aproximadamente a partir do final do século XVII, a influência do Reino do Benin sobre a parte ocidental do delta do Níger começou a declinar. O porto de Ughoton deixou de ser um centro para o comércio exterior. Deste modo, no curso do século XIX, os itsekiri tornaram-se os verdadeiros mestres do comércio do delta ocidental e foram eles que abasteceram o Reino de Benin em mercadorias europeias.

Para controlar o comércio no Rio Benin, o *olu* Akengbuwa, rei do itsekiri, instalara agentes, os "governadores do rio", no estuário do Benin, com o objetivo de recolher os impostos junto aos comerciantes europeus e fixar o preço dos produtos. Porém, como não havia um procedimento de nomeação para tal cargo, e devido ao interesse que despertava, a sucessão ao posto tornou-se uma questão complicada após a morte de Akengbuwa, em 1848. Os conflitos resultantes das disputas levaram à intervenção europeia nos assuntos dos itsekiri. Os britânicos não hesitaram em tirar proveito da situação ao remover vários governadores indiscriminadamente. Nana Olomu (1884-1894), o mais célebre e último dos "governadores do rio" Benin, foi obrigado a travar uma guerra sangrenta com fuzileiros navais ingleses, antes de ser capturado e exilado em Calabar, no ano de 1894, vítima, entre outros, da conquista da Nigéria pelo Império britânico.

Os ijọ do oeste do delta controlavam a maioria das vias navegáveis. Dada a impossibilidade de entrarem em contato direto com os comerciantes europeus, eles recorriam à pirataria, perseguindo os navios dos europeus e dos itsekiri. Entretanto, algumas comunidades ijo continuavam a manter, em escala local, relações comerciais com os itsekiri e com os outros grupos.

No século XIX, o oeste do delta não desempenhou um papel tão importante, em comparação ao leste, no tocante à exportação de escravos e óleo de palma. Assim sendo, nos anos 1840, somente duas empresas inglesas comercializavam

nos portos de Bobi e Jakpa; três outras viriam agregar-se no curso da década seguinte. Somente em 1891, um vice-cônsul seria enviado a Sapele, no delta ocidental, para acompanhar a colonização dessa região do interior do país nigeriano. Nessa época, a corrida aos territórios africanos já começara e Nana Olomu já estava em luta contra o domínio colonial, o qual havia aberto o caminho para a chegada dos missionários cristãos.

Os grupos ijo do delta criaram instituições estatais em torno de algumas cidades ou aglomerações como Nembe, Bonny, Elem Kalabari e Okrika. Três fatores importantes eram responsáveis pelo desenvolvimento desses Estados: condições ecológicas diferentes dos mangues a leste do delta, comércio de longa distância com o interior do país igbo (troca de peixe e sal por inhame, escravos e outros produtos) e as exigências do comércio do sal, dos objetos cerâmicos, de subprodutos da mandioca e canoas, com a parte ocidental do delta.

A abolição do tráfico de escravos pela Grã-Bretanha, em 1807, representou um importante fator de mudanças. Os esforços dos ingleses para impor um fim ao comércio dos escravos haviam conduzido comerciantes, cônsules e oficiais da marinha britânica a empreenderem novas atividades e, por conseguinte, estabelecer um novo tipo de relação com os Estados do delta. Vários tratados foram assinados com os chefes locais. Estipulavam que os chefes deveriam eliminar o tráfico de escravos e substituí-lo pelo comércio de outros produtos; eles enunciavam regulamentos para a realização do comércio legítimo e estipulavam as tarifas aduaneiras impostas aos comerciantes, assim como os subsídios que o governo britânico deveria conceder aos dirigentes locais que houvessem renunciado ao tráfico de escravos.

Todos esses aspectos da atividade britânica na costa testemunham a gradual degradação do poder dos dirigentes locais, erosão particularmente manifesta quando os cônsules e oficiais da marinha ajudaram os comerciantes ingleses a criarem o seu próprio sistema judiciário, superposto às leis locais, instituindo as "Courts of Equity", tribunais essencialmente compostos por comerciantes britânicos, dos quais participavam alguns chefes locais. Naturalmente, esses tribunais encontravam-se submetidos à autoridade dos ingleses e não àquela dos chefes locais.

Aos cônsules e oficiais da marinha britânica, instalados na costa, acrescentavam-se os comerciantes e missionários britânicos que tentavam penetrar no interior do país, por exemplo, patrocinando viagens de exploração. Os esforços empreendidos pelos ingleses, para descobrir o curso e a nascente do Níger foram coroados de sucesso em 1830, graças a essas viagens.

Quando descobriram que os numerosos estuários do delta eram vias de acesso ao grande Rio Níger, os ingleses redobraram o interesse por essa região,

que lhes abriria a rota rumo às ricas extensões territoriais interioranas da Nigéria e da África Ocidental. Durante os anos 1830 e até o final dos anos 1850, comerciantes britânicos e missionários tentaram subir a partir do delta rumo ao interior do país.

Na zona oriental do delta, sob a direção do bispo Ajayi Crowther, antigo escravo nigeriano, a *Church Missionary Society* criou missões em Bonny, no ano de 1864, em Twon-Brass, no Reino nembe, no ano 1868, em Elem Kalabari (ou New Calabar), no ano 1874, e em Okrika, no ano 1880. Em Bonny e Nembe, as autoridades locais convidavam os missionários por algumas razões específicas. Alguns pretendiam que eles abrissem escolas onde as crianças pudessem aprender a ler, escrever e falar inglês, para facilitar as suas relações comerciais com as empresas britânicas. Eles acreditavam que, ao autorizarem a instalação dos missionários, contribuiriam assim para melhorar as relações junto ao governo britânico, representado pelos cônsules e oficiais da marinha. As mesmas razões por vezes levaram à rejeição dos missionários em outras partes da zona oriental do delta. Foi assim que, após a instalação da *Chuch Missionary Society* em Bonny, Jaja de Opobo, que se separara de Bonny em 1869 para formar o seu próprio Estado, Opobo, não admitia essa missão.

Os problemas sociais dos Estados do delta podem ser explicados em função das dificuldades equivalentes, para os grupos dirigentes, à passagem de uma economia fundada no tráfico de escravos para uma economia baseada no óleo de palma. Esta reorientação supunha uma mudança de antigos hábitos e métodos comerciais, assim como das relações comerciais com novos comerciantes brancos. Tais mudanças acarretaram três grandes consequências: primeiramente, as exigências do novo comércio provocaram um recrudescimento do tráfico de escravos no interior do país, com vistas a satisfazer necessidades referentes à mão de obra nos Estados do delta; em segundo lugar, o desenvolvimento de novas casas administrativas e novos chefes perturbou o equilíbrio político; e, em terceiro lugar, a luta pelos mercados do interior esteve na origem de muitas guerras entre os Estados do delta.

Nessa época, os cônsules ingleses do litoral tentaram tirar proveito dessas guerras entre Estados para abrir a rota rumo ao interior do país, em benefício dos seus compatriotas comerciantes e missionários. Eles se desdobraram para atuar como mediadores entre os Estados do delta, mas as guerras não abalaram a resolução desses Estados de impedir que os comerciantes europeus se intrometessem em sua zona comercial ou ameaçassem a sua soberania. Desde 1854, os ingleses entraram em conflito com Willian Pepple, rei de Bonny, a quem eles foram obrigados a exilar em Fernando Poo, Ascension, Serra Leoa e em Londres. A luta

das facções lhes havia servido como pretexto. Em 1887, eles não mais podiam invocá-la no momento em que provocaram a queda de Jaja, rei de Opobo, que se opunha à instalação de comerciantes britânicos no Vale do Imo. Os dirigentes de Nembe (Brass), reino situado no Nun, principal afluente do Níger, estavam envolvidos em querelas que opunham, desde os anos 1830, os exploradores e os comerciantes ingleses às populações locais, quando alguns cidadãos britânicos haviam sido baleados, provocando a morte de alguns dentre eles. Contudo, foi em 1895 que ocorreu a derradeira prova de força, na ocasião em que os nembe atacaram e destruíram o principal depósito da *Royal Niger Company*, em Akassa, protestando contra as tentativas realizadas pela companhia com vistas a monopolizar o comércio entre Akassa (no delta) e Lokoja (na confluência do Níger e da Bénoué). No ano 1898, o rei de Okrika, Ibanichuka, foi capturado pelo cônsul britânico em razão de ter se recusado a obedecer às ordens da administração do novo protetorado da Nigéria do sul. O rei de Nembe, Koko, logrou escapar da prisão escondendo-se nas longínquas localidades do seu Reino.

Dessa forma, por volta do final do século XIX, o poder passara às mãos dos britânicos na parte oriental do delta do Níger e, durante os vinte ou trinta primeiros anos do século XX, esses Estados não poderiam coroar novos reis; no entanto, a perda da sua soberania não provocaria o seu definitivo desaparecimento, tampouco dos seus valores culturais e sociais fundamentais.

O mesmo processo histórico viria a ocorrer no Camaraões, na mesma época. A costa de Camarões, aqui incluídas algumas ilhas rochosas nela situadas, geralmente apresenta-se sob a forma de um labirinto de mangues, baías e braços de mar, aos quais imediatamente sucede a floresta tropical úmida. Ela era habitada pelos três principais grupos bantos do Nordeste, a saber, os kpe-mboko, os duala-limba e os tanga-yasa, divididos em numerosos clãs e subclãs. Estas populações que, segundo as suas tradições, teriam origens comuns e afinidades, eram essencialmente compostas por agricultores, pescadores e caçadores. Nos mercados, elas trocavam o peixe por produtos agrícolas. Elas estavam geralmente organizadas em vilarejos, mas, eventualmente, dirigidas por chefes. Entre os dualas, os isuwu e outros povos, havia sociedades de cunho secreto; a mais prestigiada era o *jengu*, fundada na veneração dos espíritos da água.

Os dualas eram um grupo que provavelmente vivia no litoral desde o século XVI, todavia só iriam fundar um Estado após terem submetido e integrado outros grupos bantos, a partir de aproximadamente 1706. Eles possuíam um chefe superior; porém os comerciantes ingleses, instalados no rio, foram obrigados a intervir, desde 1792, em um conflito sucessório. Por conseguinte, durante a maior parte do século XIX, os dualas ficaram divididos politicamente. Porém,

para preservar a sua unidade étnica em face da tendência à cisão, os dualas criaram uma nova sociedade, o *ngondo*, assembleia de notáveis dualas que compreendia representantes de todos os conselhos dos diferentes vilarejos dualas.

Na vertente oeste do Monte Camarões e nas margens do Bimbia, afluente do Rio dos Camarões, estava instalado o Estado isuwu de Bimbia, cuja principal atividade era o comércio. Esse Estado era composto por três vilarejos, à frente de cada qual havia chefes de linhagens. O poder e a autoridade desses chefes derivavam do seu papel de intermediadores no comércio exterior. Os chefes de Bimbia igualmente obtinham o seu prestígio do *jengu*, do qual eles eram membros e sobre o qual se apoiavam.

A unidade comercial da região Camarões-Bimbia-Rio del Rey era também intensificada pelas relações que cada uma dessas partes mantinha com as pradarias de Bamenda, no interior do país. Assim sendo, grande número de escravos que atingiram o litoral entre os anos 1820 e 1840 provinham dessa região e alcançavam Bimbia e o Camarões passando pelo Rio del Rey.

Os escravos que chegavam ao litoral, durante os anos 1840, haviam sido capturados durante invasões dos Bali-Chamba, nas pradarias de Bamenda e constituíam um elemento decisivo na passagem das sociedades costeiras, baseadas no tráfico de escravos, para o comércio legítimo. No estuário do Wouri e em Bimbia, tanto quanto em Calabar e no delta do Níger, os escravos eram empregados na extração do óleo de palma, bem como de outros gêneros comerciais legítimos. Em Bimbia e nas margens do estuário do Wouri, um sistema muito bem organizado permitia aos reis William e Bell alugarem os seus escravos para a *West African Company* de Fernando Poo. Esse sistema era de caráter contratual e constituía uma fonte suplementar de riquezas para os dois monarcas.

O interesse que os ingleses atribuíam à abolição do tráfico de escravos e à instituição do comércio legítimo desdobrou-se na assinatura de tratados e na progressiva perda da soberania dos dirigentes locais. Em que pese a rejeição do tratado de 1833, concluído entre Nicolls e o rei William, agentes britânicos concluíram, em 1840 e 1844, tratados que legitimavam a sua intervenção na política local. A intervenção consistia, muitas vezes, em utilizar canhões para intimidar os chefes que violassem as cláusulas dos tratados ou com o objetivo de recuperar somas devidas a europeus. Porém, as intervenções britânicas tinham mais frequentemente como pretexto a mediação das disputas que opunham europeus a comerciantes locais, aos quais eles haviam oferecido crédito.

Os missionários representavam um importante elemento da influência estrangeira. Em 1843, a *British Baptist Mission Society* enviou para Fernando Poo o mulato antilhano Joseph Merrick. Este último criou, no mesmo ano,

uma missão em Bell Town e, posteriormente, em Bimbia, no ano 1844. Progressivamente, ele construiu igrejas, escolas e oficinas de marcenaria com os seus colaboradores, além de estabelecer uma gráfica em Bimbia. Muito rapidamente, o seu proselitismo suscitou a oposição das populações locais. Os conflitos com os missionários intensificaram-se, ao longo dos anos 1850, com as epidemias de varíola, as guerras interétnicas e as grandes fomes, a tal ponto que os ingleses foram obrigados a intervir para proteger os missionários e os convertidos.

No decorrer dos anos 1860 e 1870, o comércio do litoral de Camarões periclitou, criando um sentimento de insegurança junto aos dirigentes e a constante insubordinação dos pequenos chefes locais. A situação conduziu, por conseguinte, à solicitação da proteção da rainha Victoria. Foi mediante essas circunstâncias que os alemães anexaram Camarões em 1884. A resistência à anexação alemã foi quase imediata e sustentada, em certa medida, pelos ingleses. Ela se endureceu ainda mais quando os chefes compreenderam que os alemães estavam determinados a penetrar no país e, por conseguinte, a destruir o seu monopólio na intermediação. A resistência e as tentativas de pacificação não cessariam senão com o desencadeamento da Primeira Guerra Mundial. Entretanto, os alemães conseguiram penetrar no interior, até a região de Bamenda, para assegurar o controle sobre o comércio do interior.

Desse modo, o século XIX viu os ingleses progressivamente expandirem a sua influência em uma grande parte da região, igualmente acompanharam-nos os franceses, sucedidos pelos alemães, ao fincarem os pés em Camarões. Todavia e nitidamente, o interior do país escapou da influência direta europeia até o final do século. Inclusive, até mesmo a conquista das regiões litorâneas, as quais haviam estado em contato direto com os comerciantes europeus, muito anteriormente ao século XIX, não ocorreu sem dificuldades.

Ademais, não se deve perder de vista que, no século XIX, malgrado a importância do comércio exterior de escravos, em seguida, do óleo de palma e de palmiste, no desenvolvimento dessas comunidades, a economia da maioria da população essencialmente repousava no comércio interno e na troca de produtos agrícolas entre os diferentes grupos. Na esfera política, os fatores culturais internos ainda predominavam, inclusive ao longo da costa.

Em suma, a importância atribuída às forças externas – comércio europeu, açao dos missionários e conquista colonial – não suplantaria o primado dos fatores internos na história das populações instaladas entre o delta do Níger e a bacia do Ogoué no século XIX. Em outros termos, os fatores externos não tinham, em absoluto, profundas consequências imediatas, e as populações continuaram a gozar de certa autonomia, na maioria dos aspectos da sua existência.

A diáspora africana

Em razão da sua amplitude, a imigração dos africanos rumo às Américas, ao Oriente Médio e à Europa, em função do comércio transatlântico e de outros meios de traficar escravos, constitui um dos acontecimentos dominantes da história da África e do mundo.

O êxodo rumo à Ásia Menor e ao mundo mediterrâneo é o mais antigo dentre as correntes da diáspora africana. Teve início muitos séculos antes da era cristã, conhecendo o seu apogeu a partir do século VII. A maior parte dos africanos chegou ao mundo Mediterrâneo pelas diversas vias do tráfico transaariano, enquanto outros imigraram por vontade própria, como intelectuais, professores, comerciantes e peregrinos com destino às cidades sagradas de Meca e Medina. Muitos também podiam ser encontrados em outras nações muçulmanas, como no Império otomano, onde desfrutavam de prestígio na sociedade. Os africanos seguiram o movimento de expansão do Islã, que alcançou a Índia e o Extremo Oriente. Trabalhavam como soldados e em funções administrativas para os sultões muçulmanos.

O contato dos africanos com a Europa teve lugar no prolongamento da atividade comercial e militar no Mediterrâneo. No século XV, o tráfico de escravos africanos era um próspero setor do comércio, encontravam-se, por conseguinte, africanos em bom número na Sicília, em Chipre, Creta, bem como no litoral meridional da Espanha. A população negra na Inglaterra e França também cresceu consideravelmente no final do século XVIII devido ao contato marítimo direto entre a Europa e a África.

Havia muitas razões para o movimento dos africanos em direção ao Oriente Médio e ao Sudeste da Ásia no século XIX. A mais relevante delas era o comércio de escravos. A maior fonte fornecedora de escravos para a Ásia era a África Oriental. O comércio a partir de Zanzibar fornecia escravos ao Golfo Pérsico e daí eles eram revendidos a mercados importantes do Sudeste da Ásia. Grande número de cativos eram etíopes capturados em vários locais sob guerra e transportados para a costa, de onde eram embarcados por comerciantes árabes rumo a mercados da Índia e da Arábia.

Madagáscar representava outra fonte de escravos para a Índia, cujo tráfico era comandado por holandeses e ingleses. A maior parte desses escravos ia para as colônias britânicas na Índia. Faz-se necessário sublinhar que toda a região do Oceano Índico foi, no século XIX, o teatro de movimentos não somente de

populações africanas, mas, igualmente, de malaios, indianos, chineses, todos eles escravos ou trabalhadores contratados.

A peregrinação anual a Meca desempenhou um importante papel, embora sazonal, nos movimentos populacionais voluntários e involuntários para o Oriente Médio. Numerosos peregrinos da África Ocidental chegavam a Meca em caravanas saídas do Cairo ou de portos no Mar Vermelho, constituindo consequentemente pequenas comunidades da diáspora. Ricos peregrinos africanos levavam em sua companhia certo número de escravos, dentre os quais alguns eram vendidos durante o trajeto para pagar os custos da viagem. Portanto, não é fortuito que Meca tenha figurado como principal mercado de escravos da península arábica. A ela eram levados para venda não somente escravos africanos, mas, igualmente, escravos circassianos, malaios, indianos e da Ásia Central. Esses escravos eram, em seguida, dispersos pelos seus compradores em todo o mundo muçulmano.

À imagem dos séculos precedentes, a mão de obra africana servil era indispensável em diversas esferas econômicas, políticas e sociais de numerosas sociedades da Ásia. Nas regiões dominadas pelas potências coloniais britânica e holandesa, particularmente na Índia e no Arquipélago malaio, os escravos, sobretudo africanos, estavam na base de uma economia fundada no grande latifúndio agrícola, similar àquela encontrada nas Américas. No Oriente Médio, especialmente na Arábia, um grande número de escravos africanos ocupava profissões diversas, tais como domésticos, especialmente empregadas domésticas, marinheiros, soldados, empregados administrativos, ajudantes em lojas etc. Nas regiões rurais, eles eram empregados como operários agrícolas, carregadores de água, cameleiros e pastores. Peregrinos africanos pobres, vindos em sua maioria da África, se ocupavam durante a sua estadia como carregadores, estivadores, varredores de rua, lenhadores, barristas, tapeceiros, cesteiros etc.

A assimilação dos povos de origem africana às populações locais da Ásia não ocorreu com frequência, tal como usualmente sugerido, a despeito do ancestral costume da concubinagem. Observavam-se, muitas vezes, traços característicos de um modo de escravismo análogo àquele praticado nos sistemas escravagistas das Américas. Era inconcebível que um africano, escravo ou liberto, pudesse ser aceito no sistema parental do seu mestre. Os africanos eram mantidos em grupos étnicos separados, nos quais a reprodução natural era completada por um constante recrutamento. Formidáveis barreiras sociais eram erguidas para impedir a sua introdução no principal corpo societário.

A presença dos africanos na Europa Ocidental remontava à Antiguidade Clássica, conquanto o seu número somente tenha se elevado a partir do século XV, quando os africanos negros surgiram pelo tráfico transaariano, primeiramente

como escravos e, posteriormente, como libertos, no sul da Espanha e de Portugal. O seu estatuto jurídico era ambíguo. No conjunto da Europa do norte, a lei não mais reconhecia a condição escrava, conquanto a aceitasse em suas colônias.

Em que pese a ambiguidade do estatuto jurídico, havia ainda um considerável número de africanos livres no conjunto da Europa Ocidental, ao menos a partir da metade do século XVIII. As estimativas são variáveis, porém, aproximadamente em 1800, certamente havia alguns milhares na Espanha, em Portugal, na França e na Grã-Bretanha. Os africanos concentravam-se nas grandes cidades, especialmente as portuárias, de forma que a sua presença era mais notável que a impressão proporcionada pelos números. Seja como for, em qualquer época anterior aos anos 1840, era possível encontrar mais indivíduos originários da África tropical na Europa, do que europeus estabelecidos na África tropical.

A comunidade de africanos na Europa exercia igualmente as suas atividades em determinadas funções, especialmente o serviço doméstico. As frotas mercantis igualmente contavam, à época, com numerosos marinheiros africanos, embora marcassem maior presença em Portugal, comparativamente à França e Grã-Bretanha. Outro grupo notável, embora menor, era formado pelos estudantes, os quais começaram a chegar em grande número à Europa, a partir de meados do século XVIII. Em uma época na qual as relações comerciais entre a Europa e a África intensificavam-se progressivamente, era necessário para os negociantes africanos saber ler e escrever uma língua europeia e possuir algumas noções sobre os sistemas europeus de contabilidade.

Uma característica marcante das comunidades africanas na Europa corresponde ao fato de que eram compostas, quase exclusivamente, de homens. Havia sempre novos imigrantes chegando para manter um número constante de indivíduos.

Alguns africanos infiltraram-se até a Europa Oriental. A principal rota era o tráfico otomano de escravos, capturados na África do Norte e subsaariana. Em alguns raros casos, pequenos bolsões de cultura africana mantiveram-se em algumas localidades do Império otomano, até o século XX. Exemplo disso é uma pequena comunidade de língua haussa ainda existente na ex-Iugoslávia.

A diáspora africana foi muito mais importante nas Américas que na Europa e na Ásia. No início do século XIX, a população afro-americana total, livre e escravizada, correspondia a cerca de 8,5 milhões de pessoas.

A situação geral na qual se encontrava a população africana e afro-americana, no século XIX, dependia consequentemente de múltiplos fatores. Um deles consistia na relativa importância da população não branca. Outro era o número de escravos em relação à proporção de libertos. Além das características do tráfico, da gênese

de cada colônia e das transformações socioeconômicas na região. Por exemplo, em todo o continente americano, os africanos – escravos ou libertos – que viviam e trabalhavam nas cidades, aparentemente, tinham maiores oportunidades de ascensão social e de alcançar a liberdade em comparação aos indivíduos instalados em fazendas e usinas de cana-de-açúcar. Por outro lado, as taxas de mortalidade eram altas entre todos os africanos nas Américas. Um número imenso morreu na escravidão e é notório que o total de 8,5 milhões de africanos e afro-americanos habitantes do Novo Mundo, no início do século XIX, era provavelmente inferior ao total de africanos transportados pelo Atlântico a partir do ano 1600.

O Brasil foi o maior importador de africanos. Ao longo de todo o período de tráfico negreiro, esse país recebeu cerca de 38% do efetivo total de africanos introduzidos no Novo Mundo. Porém, não se pode formular uma opinião sobre a história dos africanos no Novo Mundo unicamente considerando números absolutos do tráfico. Para melhor avaliar a repercussão da presença dos africanos nas Américas seria necessário examinar o peso relativo da participação dessas regiões no comércio de escravos século a século. Esse procedimento se justifica porque as diferentes datas de entrada no comércio transatlântico e as variações no volume de importação de cada região influenciaram não apenas a distribuição da população, mas também o comportamento das sociedades que emergiram nas Américas no século XIX.

No período anterior a 1600, os colonizadores espanhóis e portugueses recebiam todos os africanos que chegavam ao Novo Mundo. Esses indivíduos contribuíram para manter a viabilidade da sociedade quando as novas doenças, introduzidas pelos europeus e africanos, dizimaram as populações indígenas autóctones.

Aproximadamente um milhão e meio de africanos desembarcaram na América durante o século XVII. Esse período foi marcado pelo início do tráfico negreiro atlântico perfeitamente organizado. O número médio anual de africanos importados cresceu enormemente. O Brasil tornou-se o maior importador de escravos para uso nas zonas açucareiras.

O século XVIII correspondeu ao apogeu da migração dos africanos para as Américas. As sociedades baseadas no latifúndio agrícola da América e o tráfico negreiro que satisfazia as suas necessidades em mão de obra atingiram à época o seu pleno desenvolvimento. Um número superior à metade dos africanos vindos ao Novo Mundo, ao longo de toda a história, nele desembarcaram entre 1700 e 1810. Eles foram talvez mais de seis milhões. Esse também foi um período de intensas relações comercias entre a África e o resto do mundo.

Do conjunto impressionante de africanos importados no século XVIII, o Brasil recebia mais do que outras regiões da América. O século XVIII repre-

sentou por excelência o período do desenvolvimento das sociedades baseadas no latifúndio agrícola, fundado na escravatura do Novo Mundo. Os exemplos clássicos são as plantações de açúcar, anileira, café e ervas da região do Caribe e do Brasil, assim como as florescentes plantações de algodão do sul e do sudoeste dos Estados Unidos, após 1790. Durante esse período, a revolução agrícola estava em pleno desenvolvimento nas Américas, simultaneamente ao desenvolvimento e à estabilização das economias locais de exportação. Além disso, ao final do século, as sociedades locais haviam atingido um determinado grau de solidez, segurança e maturidade, as quais influenciariam o comportamento e o modo de vida nos últimos anos do século XIX. Esse fato determinou as tendências para a inclusão ou não de todos os imigrantes vindos posteriormente às Américas, estabelecendo definitivamente as características de todos os grupos nas sociedades locais. Ao mesmo tempo que as colônias americanas dos europeus pressionavam por sua própria liberdade, elas também se ocupavam em reduzir a liberdade e os direitos de sua população não branca. No século XVIII também começaria o mais sombrio período de aviltamento e exploração dos africanos no Novo Mundo.

Em 1810, a situação começou a mudar na sociedade escravagista americana, cujas instituições pouco a pouco desabariam, tanto interna quanto externamente. A perda das colônias norte-americanas pela Coroa Britânica, em 1783, e o término do comércio britânico de escravos, no ano 1808, tiveram profundas incidências sobre a escravatura e o destino dos africanos. A campanha antiescravista britânica reduziu fortemente o número de africanos levados para as Américas no curso do século XIX, embora o total permanecesse alto. Até o final do tráfico, em 1870, o seu perfil permaneceu o mesmo que prevalecia em seus primórdios, quando as colônias espanholas e portuguesas eram os principais importadores.

A maioria dos africanos que chegava às Américas era utilizada em complexos latifundiários agrícolas. Contudo, a diversificação dos sistemas agrícolas, os fatores de desenvolvimento das relações sociais, mediante as quais seria moldada a cultura americana própria aos africanos, igualmente variavam. Por conseguinte, de parte a outra das Américas, o amálgama cultural ocorreu segundo os mais diversos modos.

Esse fenômeno é certamente visível no tocante à evolução do culto de Xangô. Embora não houvesse dúvida de que esse culto era originário da Nigéria, mais precisamente dos ioruba, ele tomou formas muito diversificadas em Cuba, Trinidad, Haiti ou no Brasil. Especificamente em Cuba, o culto foi profundamente catolicizado e o Xangô africano, em sua origem masculino, tornou-se feminino, ao passo que outras formas do ritual, assim como do simbolismo, eram trans-

postas e transformadas em algumas regiões. O que ocorreu em relação ao culto de Xangô igualmente atingiu outros aspectos da vida e da organização das comunidades. Em razão de estarem inseridos em novas condições sociais, foram obrigados a se adaptar.

Durante esse período, a situação da população africana nas Américas variava de uma parte a outra do continente. No Caribe, os africanos compunham a maioria da população. Nos Estados Unidos, em contrapartida, os negros eram minoritários. Em muitas regiões da América Latina, como no Equador, Chile e na Argentina, havia muita miscigenação entre os grupos africanos, europeus e índios, resultando não apenas em mistura sanguínea, mas em um virtual desaparecimento genético dos negros.

Por outro lado, o desenvolvimento demográfico das diferentes regiões não seguiu a lógica da participação no tráfico transatlântico dos negros. O componente afro-americano das sociedades não correspondia necessariamente à proporção de africanos importados ao longo dos séculos de tráfico.

O brutal declínio das populações de escravos no continente americano (com exceção dos Estados Unidos) constitui a maior prova da gravidade que foi o escravismo – dada a sua terrível incapacidade, tanto para criar uma sociedade naturalmente viável e capaz de se reproduzir por si mesma, quanto para prover, de modo eficaz e seguro, a mão de obra necessária. Além disso, as sequelas da escravatura comprometeram por muito tempo as possibilidades das populações afro-americanas de ocuparem, de fato, um espaço nas estruturas políticas, econômicas e sociais dos países onde elas não constituíam a esmagadora maioria da população.

Quando, durante o século XIX, os sistemas escravistas americanos se desintegraram, as formas institucionais e as posturas sociais das sociedades já estavam, essencialmente, estabelecidas. De modo geral, as sociedades americanas foram hostis aos africanos e à cultura africana.

Todavia, a África não poderia deixar de exercer influências sobre numerosos aspectos da sociedade americana: língua, música, religião, culinária, artes, agricultura e arquitetura. Em alguns casos, as influências africanas foram suficientemente fortes e penetrantes para que se constituísse uma autêntica cultura afro-americana, capaz de concorrer e, por vezes, completar as formas derivadas da cultura europeia.

Nos Estados Unidos, a estrutura política impunha a distinção entre brancos e negros, segundo a qual todo indivíduo que tivesse sangue africano nas veias era relegado à categoria dos negros. E assim formavam uma população minoritária quase sem poder em termos políticos. Em contrapartida, no resto do continente

a sociedade estava dividida em três grupos principais: negros, mulatos e brancos. Isso significava que os negros constituíam uma categoria social reconhecida, com o seu próprio sistema de direitos legais e privilégios sociais, assentados em uma combinação de parâmetros de cor, fortuna e profissão.

Durante todo o período de escravatura, a maioria dos africanos e afro-americanos foi utilizada como trabalhadores agrícolas ou na função de domésticos. Porém, essa população exerceu também a profissão de marinheiros, salgadores, artesãos, babás, amas-de-leite, negociantes, proprietários (inclusive de escravos), comerciantes, mestres mineiros ou açucareiros, peixeiros, vendedores etc. Na Jamaica, por exemplo, ao final do século XVIII, a população negra monopolizava os meios de transporte, tanto nas regiões interioranas quanto ao longo do litoral.

Essa situação em nada mudou após a abolição da escravatura. Todavia, a mobilidade social interna e a qualidade geral de vida dependiam do contexto imediato da comunidade: fatores demográficos, econômicos e jurídicos, filosofia política e social, bem como o grau de pluralismo cultural. Quanto menos estável fosse a sociedade, tanto mais os africanos e afro-americanos influenciariam a sua estrutura e conquistariam um espaço para si mesmos e para os seus descendentes.

Quando lhes era possível – caso não lhes restasse outro recurso –, os africanos e afro-americanos adaptavam-se às condições nas quais se encontravam. Em um ambiente de simbiose cultural, a contribuição dos africanos era ao menos igual àquela que eles aceitavam do restante da sociedade. A criatividade tornava-se particularmente necessária quando um pequeno número de europeus vivia em meio a um grande número de africanos – caso das muitas colônias de exploração, como na Jamaica, em Barbados, Trinidad e Santo Domingo. A adoção dos seus costumes e comportamentos pela fração não africana da população indicava a medida do seu sucesso.

Os africanos nem sempre se acomodaram à sociedade na qual se encontravam introduzidos. Durante séculos, a *marronnage*, ou seja, a fuga de escravos foi parte integrante do universo escravista. No nordeste do Brasil, o exemplo foi o Quilombo dos Palmares, com quase um século de duração e cujo aniquilamento exigiu o recurso à mais potente força militar reunida na América, por portugueses e brasileiros. A marronnage nao somente indicava um desejo de ser livre; ela era uma eloquente e visível condenação do sistema escravocrata pelos africanos.

Quando a escravidão foi abolida em toda a América, a situação da população africana piorou dramaticamente em relação ao que era um século antes. Nos Estados Unidos, a abolição foi acompanhada de um movimento de discriminação legalizado e de exclusão econômica e social da população não branca. Em outros lugares, como em Cuba, Barbados, na Jamaica e no Brasil, um pequeno

número de afro-americanos atingiu posições que conferiam prestígio social e poder político aos seus membros. Mas a marginalização da maioria era a regra.

As realizações individuais e coletivas dos afro-americanos foram notáveis no decorrer do século XIX. Apesar da monumental incapacidade da qual padeciam nos planos jurídico e social, mesmo com as suas enormes desvantagens econômicas, e em que pese o agressivo antagonismo dos americanos de raça branca, os africanos lograram com sucesso criar comunidades em toda a extensão do continente americano. Eles fundaram instituições educacionais, a exemplo dos colégios Mico na Antígua e na Jamaica, do Colégio Codrington, em Barbados, assim como de alguns colégios universitários nos Estados Unidos: Virginia Union University (1864), Atlanta University e Fisk University (1865), o Hampton Insitute e Howard University, em 1867. Afro-americanos desempenharam um papel importante no âmbito da inovação tecnológica norte-americana. Benjamin Banneker, matemático e editor de almanaques, nativo de Maryland, ajudou a criar o distrito de Columbia. Entre 1835 e 1836, Henry Blair, escravo de Maryland, patenteou duas moendas para milho. Durante os anos 1850, Benjamin Montgomery, escravo pertencente a Jefferson Davis, presidente dos Estados Confederados do Sul, inventou uma hélice para barcos. Norbert Rilleux, nascido em Nova Orleans e formado em Paris, inventou, em 1846, a cuba para evaporação a vácuo, geradora de consideráveis progressos nos métodos de refino de açúcar. Em 1852, Elijah McKoy inventou um sistema que permitia lubrificar máquinas em estado de funcionamento. Jan Matzeliger, nascido na Guiana holandesa, inventou a máquina que revolucionaria de modo duradouro a indústria do calçado na Nova Inglaterra. George Washington Carver, químico-agrônomo do Tuskegee Institute, inventou mais de 300 produtos derivados do amendoim, conferindo novo vigor à economia agrícola de numerosas regiões do sul norte-americano.

A diáspora foi uma cruel e difícil experiência para os africanos transferidos. Arrancados do seu ambiente e transportados para terras estrangeiras, submetidos à mais penosa servidão e, muitas vezes, inseridos em meio a uma população hostil, os africanos provaram possuir paciência, perseverança, capacidade de adaptação e criatividade heroicas. Em suma, eles tornaram-se, por força das circunstâncias, parte integrante da maioria das sociedades americanas. Atravessando guerras civis e internacionais, em períodos prósperos ou de crise econômica, em meio a todo tipo de mudanças políticas, os africanos trabalharam, combateram e, finalmente, conquistaram um espaço no seio das diferentes nações que compõem as Américas e a Europa.

A questão da diáspora africana nas Américas permaneceu um tema constante, mantido com maior ou menor grau de seriedade por americanos, brancos

e negros. Nos Estados Unidos, a ideia da repatriação dos africanos foi eventualmente expressada. Porém, teria início apenas a partir de 1815. Em 1830, de fato, com a ajuda da *American Colonization Society* e o apoio financeiro federal e dos governos de vários Estados da União, a Libéria tornar-se-ia o espaço para uma colônia geral de africanos repatriados, antigos escravos em sua maioria.

Houve duas outras correntes migratórias de retorno. A primeira era composta de um número desconhecido de escravos e de africanos retirados dos navios negreiros confiscados durante o século XIX, os quais seriam reembarcados para a África pelos britânicos. A segunda corrente era de missionários – recrutados no Caribe e nos Estados sulinos norte-americanos – para ajudar a evangelizar a África Ocidental.

Enquanto os africanos desembarcados no Novo Mundo eram contados aos milhões, os seus descendentes retornados à África não passavam de alguns milhares. Havia razões para essa disparidade: falta de meios financeiros para criar um sistema de transporte que, semelhante àquele utilizado no tráfico transatlântico, os levasse de volta para a África; além disso, no decorrer do século XIX, o repatriamento oferecia pouca recompensa material para europeus e não europeus.

Desse modo, os planos de retorno à África foram gradualmente deixados de lado, embora não tenham sido abandonados por completo. Promotores individuais, tais como Henry Sylvester Williams, jurista nascido em Trinidad, fundou a *Pan-African Association*, da qual participaram, posteriormente, George Padmore, Kwame Nkrumah e C. L. R. James. Em 1920, Marcus Garvey fundou a *Universal Negro Improvement Association*, cujo objetivo consistia em promover a descolonização da África e unir os africanos de todo o mundo. A organização de Garvey possuía filiais no Canadá, nos Estados Unidos, no Caribe, na América Latina e na África. Quando a associação acabou, em 1927, a África já começava a desempenhar um papel de primeira grandeza nas questões mundiais.

Conclusão: a África às vésperas da conquista europeia

Nesta última parte, o objetivo será o exame das principais tendências originadas no curso da década de 1875-1885, durante a qual os interesses europeus na África aumentaram expressivamente, culminando na partilha do continente e finalmente na sua conquista. Além disso, um olhar sobre o conjunto da África, às vésperas da conquista europeia, permite entrever outra tendência dominante: o esforço de vários líderes africanos para fortalecer seu poder e os seus meios de

defesa dos territórios e interesses africanos. Esforços, todavia, sistematicamente solapados e, ao final das contas, anulados pela presença europeia.

O século XIX foi na África um período de rápidas mudanças. As mudanças de maior amplitude estavam ligadas a fatores de ordem interna. Outras mudanças produziram-se em grande parte sob a influência ou pelas atividades dos europeus, primeiramente nas regiões litorâneas e depois, a partir de 1850, nas regiões interioranas. Essas mudanças levaram a tendências e resultados variados e às vezes contraditórios. Por exemplo, se a tendência geral era fortalecer o sistema de governo, o impacto inicial da formação de estados com frequência desestabilizava grandes áreas, ocasionado a criação ou o colapso de alguns Estados. Os esforços realizados pelos soberanos da Etiópia para unificar o país e reformar as instituições podem ser citados como exemplo de movimentos que tiveram apenas alcance local. Outras iniciativas, como as ocorridas no Egito, repercutiram sobre toda uma região. Outras mudanças, como o Mfecane e as *djihad,* tiveram um impacto duradouro em várias regiões.

O crescimento da demanda europeia por produtos agrícolas, bem como suas atividades comerciais constituíram o fator mais importante de mudança em várias comunidades africanas. O comércio, do qual dependiam a aquisição de armas de fogo e a acumulação de riquezas, tornou-se um fator essencial e capaz de determinar a ascensão e a queda de Estados, em vastas regiões da África. As atividades dos missionários europeus e norte-americanos, o cristianismo e as ideias europeias relativas à organização social e política tornaram-se igualmente fatores de transformação, atravessando uma vasta zona estendida de Serra Leoa até a África Austral, alcançando Madagáscar.

O aspecto mais impactante desses diferentes movimentos é o esforço empreendido, no século XIX, por grande número de soberanos africanos para reformar a sua sociedade, em diferentes partes do continente. Algumas dentre as suas iniciativas tinham como fonte a herança cultural africana, outras eram animadas pelas ideias reformistas do Islã, outras ainda pelas concepções dos missionários e comerciantes europeus. Alguns líderes tentaram obter vantagens da presença europeia para adquirir tecnologia e recursos. No entanto, os projetos reformistas dos dirigentes africanos foram sistematicamente solapados pelas próprias atividades dos comerciantes, missionários e outros, dos quais esses dirigentes pretendiam tirar proveito.

A esfera na qual mais fortemente manifestou-se o esforço de autodesenvolvimento talvez tenha sido aquela referente às estruturas políticas e ao poder estatal. A grande lição que os povos da África Central e Ocidental tiraram do tráfico

de escravos foi saber que o meio de sobreviver ao tráfico, e dele tirar proveito, era reforçar as estruturas e a base militar do poder de Estado.

No início do século XIX, as estruturas políticas e econômicas em grande parte da África eram instáveis. Enquanto alguns estados emergiam, outros fracassavam. Algumas das velhas estruturas políticas estavam frágeis e mal governavam a população. O Magrebe e o Egito eram as únicas regiões onde havia estruturas políticas relativamente duráveis, derivadas de vários séculos de aplicação da lei islâmica. Em outras partes do continente, havia no século XIX um enorme esforço para instaurar novas estruturas políticas, capazes de se manterem por certo tempo. No jogo de intensas rivalidades políticas, resultantes desses esforços, algumas dentre as ações foram, sem sombra de dúvida, ineficazes e, em determinadas localidades, o seu mais nítido resultado foi a desintegração dos impérios e a descentralização, por vezes fragmentação, da autoridade.

Essa tendência foi especialmente ilustrada pelo impacto inicial do Mfecane e do comércio, assim como pelo domínio conquistado pelos chokwe e ovimbundus sobre os territórios dos Estados luba e lunda.

Dentre os principais Estados sobreviventes ao século XVIII, raros seriam aqueles que alcançariam esta condição sem realizarem grandes reformas internas. Com efeito, as rivalidades políticas eram de tamanha intensidade e a necessidade de canalizar o desenvolvimento das relações comerciais impunha problemas a tal ponto que cada Estado devia escolher entre um esforço reformista e expansionista à custa dos seus vizinhos ou as perspectivas da desintegração e da fragmentação. Muitos foram obrigados, como Ashanti, Daomé, Buganda, entre outros, a zelar constantemente pela preservação e inclusive pelo aumento da eficácia do poder. Em alguns casos, tal como o Borno, a mudança foi de dinastia, sem que houvesse uma mudança radical no sistema político tradicional.

O Mfecane expandiu e difundiu amplamente o novo modelo de Estado nguni do norte. É incontestável que, além das devastações pelas quais foi responsável, o Mfecane logrou criar muitos grandes Estados, mais fortes e eficazes que os seus precedentes e assentados sobre estruturas mais duráveis.

No caso etíope, o objetivo da reforma não consistia em criar um novo Estado ou reforçar o Estado existente, mas em fazer reviver um Estado muito ancião, o antigo império de inspiração cristã copta que, sob a dupla pressão dos oromo muçulmanos e dos cristãos na Europa, decompusera-se em várias chefaturas rivais. A ação sucessiva dos imperadores Tewodros II e Yohannes IV foi bem-sucedida, a ponto de despertar a consciência nacional; porém, não foi suficiente para monopolizar os recursos econômicos e estratégicos ou para reduzir as

ambições das potências vassalas, inclinadas a colaborar com os inimigos vindos do Egito ou com os invasores europeus.

Trata-se, em certa medida, dos mesmos esforços realizados pelos quedivas do Egito com o objetivo de transformar os seus poderes em uma potente monarquia hereditária e nacional, além de estender o domínio do Egito no Vale do Nilo. Esse objetivo foi, tanto quanto o permitiu a tutela otomana, explorado pelas potências europeias na imposição de tratados desiguais que garantiam os seus interesses.

O objetivo declarado dos movimentos da *djihad* era o renascimento das clássicas instituições islâmicas da época dos califas ortodoxos. Na prática, tratava-se de instaurar Estados islâmicos teocráticos, em lugar das tradicionais sociedades governadas por muçulmanos e tradicionalistas. Era imperioso levar ao poder dirigentes escolhidos pelas suas sapiência e piedade, consagrados à gestão dos assuntos do Estado, segundo os preceitos do Alcorão e das leis islâmicas, e dedicados a estabelecerem instituições autenticamente islâmicas. Durante os anos 1870, os sucessores dos fundadores de Sokoto haviam em larga medida alcançado os seus fins, assim como Ahmadu Sayku em Mancina, sucessor de al-Hadjdj ‘Umar, e Samori Touré, guerreiro juula (dioula) que decidiu servir-se do Islã para unificar as populações do seu país, fossem elas inicialmente muçulmanas ou tradicionalistas.

O cristianismo respondeu a uma necessidade análoga, fornecendo o quadro cultural para a criação de uma sociedade crioula a partir de um conjunto díspar de povos que se haviam fixado em Freetown e nas localidades circunvizinhas, assim como em diversos estabelecimentos do litoral liberiano ou ainda em Libreville, Freetown e em outros estabelecimentos de escravos libertos. Em diversos lugares, missionários vindos para obter conversões receberam frequentemente um caloroso apoio da parte dos soberanos africanos, os quais demonstravam, todavia, muito zelo pela sua independência e pouca inclinação a permitir a conversão do seu povo; porém, aos olhos deste último as atividades dos missionários ofereciam uma possibilidade de acesso à educação europeia: alfabetização e aquisição de algumas capacidades técnicas, especialmente em matéria de marcenaria, impressão gráfica e, caso possível, igualmente de fabricação de armas de fogo e da pólvora para canhão.

Nos Estados fanti da Costa do Ouro e em alguns importantes centros missionários, especialmente Abẹokuta, no Sudoeste do país ioruba, alguns chefes africanos, possuidores de uma educação ocidental, esforçavam-se para tirar proveito da sua instrução e das suas relações na Europa para introduzirem reformas nas estruturas do Estado tradicional: por exemplo, criando uma chancelaria

dirigida por africanos instruídos, com vistas a regulamentar as relações diplomáticas com os europeus e as relações interestados; reformando os sistemas fiscais para a introdução de impostos regulamentares destinados a substituir o tributo ou as taxas; e aperfeiçoando o sistema judicial, graças ao registro dos atos e à introdução de leis escritas.

Mas, em última análise, a solidez das estruturas políticas repousava no aparato militar. Jamais isso foi tão verdadeiro quanto no século XIX. Até então, os laços entrecruzados das relações de parentesco e das relações religiosas provavelmente contavam muito mais que a organização militar. A tal ponto que esta última consistia em, episodicamente, decretar a mobilização em massa da população, que trazia as armas e provisões com vistas à defesa das localidades. Pois, a maior revolução ocorrida na arte da guerra, no século XIX, foi o surgimento do guerreiro profissional. A força das lutas políticas e a frequência das guerras haviam criado tal situação que um pequeno número de indivíduos permanecia constantemente armado; desse modo surgiu o guerreiro profissional, na qualidade de membro de pleno direito na sociedade. Por vezes, um soberano, a exemplo de Moshoeshoe, era ele próprio o empreendedor que melhor alcançava reunir os meios necessários para formar uma armada de recrutas e clientes; quanto aos outros empreendedores de menor envergadura, estes não tinham outra escolha senão aceitar a integração segundo as condições ditadas pelo soberano.

Shaka foi o protótipo de um rei que se impôs como chefe de guerra. Sozinho, ele formou os seus regimentos em grupos etários, organizou o seu treinamento e a sua provisão, fixou as regras disciplinares e decidiu acerca do equipamento necessário, de modo a constituir um exército profissional. Ele dotou os seus guerreiros de novos equipamentos, cuja fabricação foi por ele determinada. A armada tornou-se, desse modo, o principal sustentáculo do Estado.

Uma das consequências maiores da crescente importância das armas de fogo foi o relativo declínio da cavalaria como corpo de elite e tropa de choque, bem como a sua substituição por uma infantaria armada à moda europeia. Nas regiões florestais e naquelas onde havia a influência militar nguni, a força de elite era tradicionalmente a infantaria. A tendência, no século XIX, consistiu essencialmente em intensificar o treinamento desta infantaria, progressivamente transformada em armada profissional e, ulteriormente, dotada de um armamento europeu. Esse fator suplementar da revolução ocorrida nas forças armadas africanas não deixaria de produzir importantes efeitos sociais e econômicos, todos tendencialmente convergentes para o fortalecimento da posição do soberano, na qualidade de chefe do poder executivo do Estado.

A partir do início do século, as tensões causadas pelas rivalidades políticas agravaram-se progressivamente, tornando-se corriqueiro que os litígios referentes a terras, gado e, até mesmo, diferenças doutrinais, fossem resolvidos pela eliminação pura e simples de um dos adversários ou, ao menos, da sua personalidade própria. Comunidades inteiras foram assim absorvidas por estruturas políticas existentes, salvo quando eram dispersas, situação que levava à captura dos jovens de ambos os sexos. Esses prisioneiros serviam para satisfazer a crescente demanda por mão de obra nos setores agrícola, artesanal e no trabalho nas minas, além de igualmente contribuírem para prover guerreiros às armadas em vias de constituição. Constituíram-se novas categorias sociais, compostas de funcionários, os quais seriam liberados das tarefas agrícolas ordinárias. Essas novas aristocracias não se apoiavam em redes parentais, propriamente ditas, mas, antes, em vastas "famílias" de "clientes" e cativos que exploravam terras cuja superfície crescia progressivamente para assegurar não somente a subsistência do grupo familiar expandido, mas, igualmente, a manutenção dos contingentes de guerreiros, quando a armada estivesse em campanha. Todos esses indivíduos eram também empregados na produção de mercadorias destinadas à venda no mercado local e no grande comércio, com vistas a se adquirir os recursos financeiros necessários para atrair mais clientes e comprar armas e munições importadas.

Quando terminou o tráfico atlântico e aumentou a demanda por ouro, óleo de palma e amendoim, na África Ocidental, a demanda por cana-de-açúcar, nas Ilhas Maurício, na Reunião e em Comores, no Oceano Índico, assim como aquela por marfim e cravo, na África Oriental e Central, houve necessidade de crescente volume de mão de obra cativa. A escravatura ligada às plantações surgiu sob a forma de comunidades de escravos organizados segundo o direito consuetudinário, na costa da Guiné; com base na lei islâmica, nas regiões muçulmanas; ou no caso das ilhas do Oceano Índico, de formas análogas às plantações de tipo americano. Considerando o crescente número de escravos mobilizados nos exércitos ou em funções administrativas junto a diversas cortes, alguns estimaram que, em numerosas regiões africanas, a população de escravos teria atingido entre 20 e 50% da população total.

Não é fácil apreciar, do ponto de vista quantitativo, os efeitos do desenvolvimento das atividades comerciais nas formações sociais. Não há dúvida de que os efetivos e a força da classe dos mercadores tenham aumentado. Em muitas partes da África, não existia distinção nítida entre os mercadores ou guerreiros e a elite dirigente. Numerosos dentre aqueles que, em sua juventude, lançavam-se em projetos comerciais, posteriormente tornavam-se suficientemente

prósperos para financiarem os projetos similares de outros, comprando, com a fortuna alcançada, funções tradicionais que lhes conferiam poderes oficiais, por eles exercidos simultaneamente à sua administração das terras, dos rebanhos e de outros bens e à organização, mediante uma estrutura paramilitar, dos seus clientes e partidários.

Houve, ao longo dos anos 1870, transformações capitais não somente na estrutura interna dos Estados africanos, mas, igualmente, no tocante ao papel dos europeus na África. Em 1870, as repercussões da Revolução Industrial e da guerra na Europa sobre a organização dos Estados e o seu poderio militar tornavam-se evidentes. Entre as nações europeias e os Estados africanos, as relações de força começavam a adquirir contornos progressivamente desiguais. Naquele ano, a Alemanha e a Itália tornaram-se Estados unificados, desde logo mais fortes, cujos cidadãos não tardariam a exigir uma participação mais ativa na obtenção dos recursos africanos. Em 1870-1871, Bismarck selou a unidade alemã através de uma vitória sobre a França, no desfecho de uma guerra que inaugurara o emprego de novas técnicas militares, especialmente no tocante aos armamentos, ao treinamento das tropas e à tática. O efeito destas novidades rapidamente foi sentido na África, onde se iniciou a importação de armas de fogo mais aperfeiçoadas. Na França, a necessidade de recuperação após a derrota mencionada traduziu-se pela vontade de erguer um império na África, tanto pelo valor intrínseco da empreitada quanto pelas suas repercussões no estado moral da nação. A França lançou-se portanto em uma nova política de expansão dinâmica na defesa dos seus interesses nacionais na África, política geralmente aplicada através de agentes comerciais ou missionários e, mais especificamente, graças ao fortalecimento da posição francesa na Argélia e na Senegâmbia. A revolta ocorrida na Kabília foi violentamente reprimida. Ela ofereceu oportunidade de confisco de consideráveis superfícies de terra cultivável junto aos árabes e de pastagens a serem distribuídas entre os colonos europeus, ao passo que os árabes sem-terra foram reduzidos a constituírem uma mão de obra barata.

Esses acontecimentos tiveram globalmente como efeito o fortalecimento da concorrência existente entre os europeus. Em face da ação incisiva e deliberada da França, os britânicos não se mostravam menos pretensos a consolidarem e defenderem as suas próprias posições. A descoberta de diamantes, em 1869-1870, na Griqualand Ocidental, na África do Sul, e a perspectiva de descoberta de ouro em grande quantidade elevaram a febre por concorrência e profundamente modificaram as bases sobre as quais repousavam as relações entre europeus na África, assim como as relações entre europeus e africanos.

Diversas atividades às quais os europeus se haviam aparentemente dedicado até então, de modo desinteressado ou com fins humanitários, passaram a ser consideradas segundo o que elas eventualmente pudessem oferecer aos interesses nacionais europeus. Já se fora o tempo em que os exploradores agiam simplesmente movidos pela curiosidade científica; nesse período tratava-se, sobretudo, de agentes encarregados de recolher informações estratégicas e segredos comerciais. Os missionários não eram somente servidores de Deus, doravante seriam agentes organizados em prol de um esforço nacional de aculturação que tinha como objetivo exclusivo enfraquecer a posição cultural e comercial dos seus anfitriões.

Seguindo a mesma lógica, os soberanos africanos geralmente consideravam as atividades dos abolicionistas como negativas. Em muitos casos, após resistirem e contemporizarem, eles finalmente aceitaram contribuir para o término do tráfico transatlântico, na justa medida em que outras possibilidades de exportação (produtos agrícolas, ouro, marfim etc.) eram-lhes ofertadas em substituição e mediante a condição de poderem, eles próprios, continuar a possuir escravos, bem como recorrer a outras formas de trabalho forçado. Existia, portanto, uma base de cooperação.

A maioria dos dirigentes africanos estava igualmente muito preocupada com os missionários europeus. Por conseguinte, numerosos foram aqueles que finalmente ofereceram-lhes bom acolhimento, conquanto esses missionários colocassem, em sua tarefa, menor ênfase sobre as conversões comparativamente àquela dedicada à educação. Os missionários recebiam ainda melhor acolhimento quando ensinavam novas técnicas, tais como a impressão gráfica, a construção de habitações, a agricultura mecanizada, a vacinação etc. Eventualmente se lhes solicitava o ensino da arte de fabricação das armas de fogo e da pólvora, assim como de outros artigos de importância estratégica ou, ao menos, se lhes requeria assistência na importação destes artigos. No curso dos anos 1870, já era possível constatar que o processo de aculturação tinha como efeito o enfraquecimento da identidade dos países de acolhida e o despertar da sua vontade em manter a sua independência.

A mais subversiva dentre todas as atividades europeias talvez tenha sido o comércio. Os intercâmbios comerciais normalmente compunham a base da cooperação entre africanos e europeus, os quais demonstravam, ambos, todo o interesse em promover o desenvolvimento. Cabia aos soberanos africanos, por razões estratégicas, regulamentar o comércio e permitir aos Estados e mercadores africanos dele extraírem as maiores vantagens possíveis. Os comerciantes europeus igualmente dedicavam-se a negociar condições que lhes garantissem os maiores lucros possíveis.

Durante os anos 1870, o livre comércio era a palavra de ordem com a qual os europeus opunham-se ao direito dos chefes africanos de regulamentarem o comércio. Em nome do livre comércio, eles se esforçavam em obter maiores privilégios para os seus negociantes. Eles encorajavam os soberanos africanos a endividarem-se pesadamente junto aos bancos europeus e a aventureiros europeus de passado duvidoso. No Egito e na Tunísia, os europeus impuseram a vigilância de comissões internacionais da dívida, cuja ação atingia gravemente a autonomia dos dirigentes, além de provocarem levantes, bloquearem as reformas e conduzirem, em linha reta, para a perda da independência, praticamente sem combate.

A razão da confiança e da agressividade dos europeus, a partir dos anos 1870, era a industrialização e um capitalismo em plena maturidade, situação atestada, por exemplo, pelos novos tipos de armas de fogo, as quais fizeram pender o equilíbrio de forças para o lado dos exércitos conduzidos pelos europeus.

Os europeus logravam, invariavelmente, não somente recrutar tropas africanas para a defesa dos seus interesses em número suficiente, mas, igualmente, realizavam alianças. Os serviços de informação militares, bem como os mercadores e missionários, sempre forneciam bons indicativos para a abordagem junto a eventuais aliados. Todavia, se os oficiais europeus e as suas tropas africanas conservavam um moral elevado, isso se devia antes a um novo sentimento: a confiança nascida da certeza, segundo a qual, enquanto conservassem a superioridade no tocante ao armamento, mesmo em caso de possível derrota em batalhas aqui ou acolá, a guerra finalmente teria um desfecho favorável a eles.

Podemos dizer à guisa de conclusão que, nos anos 1870, os esforços empreendidos em diferentes partes do continente, para integralmente reconstruir a sociedade, haviam produzido grandes transformações, as quais, além das tendências divergentes, em seu conjunto haviam reforçado a capacidade dos africanos de se defender e preservar os seus interesses. Igual e nitidamente, durante esse período, a presença europeia operava solapando essas estruturas e fazendo pesar uma grave ameaça futura; situação exacerbada em razão do altíssimo preço pago pelos chefes africanos em suas vitórias, ao qual podemos denominar herança das guerras.

É imperioso aqui sublinhar que, em larga escala, as guerras do século XIX não fortaleceram o poder de Estado senão em detrimento de outras formas de solidariedade. As rivalidades políticas e a concorrência econômica, colocadas em jogo por essas guerras, eram de tamanha intensidade que sequer respeitavam aquilo que nós denominaríamos atualmente etnicidade – ou seja, as afinidades culturais criadas pelo emprego de uma mesma língua, pela crença nos mesmos mitos sobre a origem do homem ou do grupo, assim como pelas redes parentais ou pela interconexão de crenças religiosas que, via de regra, haviam no passado transcendido

as fronteiras de poder dos Estados. Se o declínio da etnicidade sem dúvida não era novo, ele certamente jamais fora tão generalizado quanto no século XIX. Nos enfrentamentos e processos de formação dos Estados ligados ao Mfecane ou às guerras ioruba, ashanti ou massaï, nesse período, o poder de Estado sem dúvida alguma desempenhou um papel muito mais importante que a etnicidade. As novas estruturas estatais que não repousavam sobre a etnicidade se haviam tornado mais importantes que a solidariedade étnica, no que dizia respeito a determinar a reação dos diversos povos africanos frente ao desafio europeu.

A estratégia dos europeus, quando tomaram consciência do fortalecimento do poder estatal na África, foi cerrar fileiras sob o imperativo do interesse nacional. A estratégia dos europeus, todavia, mostrou-se ineficaz, haja vista que os soberanos africanos passaram a considerar que todos os habitantes europeus, fossem eles missionários, comerciantes ou exploradores, serviam em última análise aos mesmos interesses.

O fator que definitivamente fez pender o equilíbrio de forças na África, nos anos 1870, não foi a natureza das armadas ou a excelência do seu treinamento, da sua disciplina ou do seu comando, mas a qualidade e a quantidade das armas de fogo. A última palavra, na luta pelo poder na África, pertencia, portanto, àqueles que tivessem o controle das armas e munições.

A situação tenderia a permanecer incerta até que os europeus buscassem separadamente satisfazer os seus interesses nacionais, e os chefes de Estado africanos pudessem jogar as potências umas contra as outras. Ademais, os europeus, com absoluta necessidade de conseguir aliados, teriam de fornecer armas de fogo para a obtenção de tratados, concessões, garantias de neutralidade. Portanto, era essencial submeter a partilha da África a certas regras baseadas em acordos internacionais e, muito especialmente, limitar o fornecimento de armas e munições.

A mais intensa rivalidade colocava em disputa britânicos e franceses. Os britânicos tentaram, para garantir os seus interesses, constituir-se em protetores, inclusive dos interesses portugueses, situação que ofereceu a Bismarck a oportunidade de se intrometer de modo interessado, reunindo em Berlim uma conferência internacional. O encontro de Berlim, por sua vez, concedeu ao rei Léopold da Bélgica a ocasião de obter o aval da comunidade internacional acerca das suas pretensões no Congo. Isso abriria caminho para o Ato de Bruxelas, o qual, em nome da campanha antiescravista, interditou o fornecimento de armas aos chefes de Estado africanos.

Sem deixar de combater tal ou qual Estado da África e negociar múltiplos tratados e convenções com soberanos africanos, os europeus puderam sustentar que, em razão de possuírem escravos e serem comerciantes, os Estados africanos

não eram reconhecidos pelo direito internacional. Portanto, foi possível declarar no Ato Geral da Conferência de Berlim (1885) e no Ato de Bruxelas (1889) que, segundo o direito internacional, a África era *terra nullius* (ou terra de ninguém) e que somente as potências europeias e os seus colonos nela possuíam interesses, os quais deviam ser protegidos.

Em outros termos, enquanto na África os países europeus tratavam com tal ou qual Estado africano, reconhecendo-os, aliando-se com alguns ou combatendo outros, na Europa, ao contrário, eles cerravam fileiras como irmãos de raça e formavam um cartel para regulamentar o fornecimento dos principais armamentos aos africanos. Os chefes africanos não tinham nenhum meio de resposta a tal estratégia. A luta pelo poder na África encontrava-se, portanto, entrelaçada à política internacional do concerto das potências europeias, domínio no qual a diplomacia africana sofria de uma grave desvantagem. É duvidoso que os africanos se tenham dado conta, antes que fosse tarde demais, da gravidade do perigo que os ameaçava.

A mil léguas de imaginar o contrapeso que poderia ter representado a solidariedade africana, cada Estado comportava-se como julgava adequado fazê-lo, isoladamente e em seu próprio interesse. Caso se pretenda encontrar a explicação para essa situação, é necessário invocar não somente os talentos diplomáticos das estratégias europeias, mas, igualmente, a herança das guerras, aspecto indissociável das situações revolucionárias que caracterizaram a África no século XIX. Foi a intensidade e a crueldade das guerras que impediu os dirigentes africanos de compreenderem que a resistência à investida europeia deveria estar acima da oposição entre os Estados africanos, os quais precisavam se unir para enfrentar essa ameaça.

CAPÍTULO 7

África sob dominação colonial, 1880-1935

A África diante do desafio colonial

Na história da África jamais se sucederam tantas e tão rápidas mudanças como durante o período entre 1880 e 1935. Até 1880, apenas parte limitada da África era governada diretamente por europeus. Seus próprios soberanos e chefes de linhagens estavam no controle de sua independência e soberania. Mas em 1914, com a única exceção da Etiópia e da Libéria, a África inteira viu-se dividida em colônias e submetida à dominação de potências europeias. Em outras palavras, no período de 1880 a 1935, a África teve de enfrentar um desafio particularmente ameaçador: o desafio do colonialismo.

Qual foi a atitude dos africanos perante a irrupção do colonialismo, que traz consigo tão fundamental mutação na natureza das relações existentes entre eles e os europeus nos três últimos séculos? A resposta é clara e inequívoca: na sua esmagadora maioria, autoridades e dirigentes africanos foram profundamente hostis a essa mudança e declararam-se decididos a manter o *status quo* e, sobretudo, assegurar sua soberania e independência. Tal resposta pode ser encontrada nas declarações dos dirigentes africanos da época.

Ademais, esses dirigentes tinham a certeza de estar preparados para enfrentar os invasores europeus, aliás, com razão. Eles tinham plena confiança em sua magia, nos antepassados e, certamente, em seus deuses, ou deus, que não deixa-

riam de vir em sua ajuda. Muitos deles, em vésperas dos confrontos físicos reais, recorreram às orações, aos sacrifícios ou às poções e feitiços.

A religião foi efetivamente uma das armas empregadas contra o colonialismo. Alem disso, vários dirigentes africanos só tinham conseguido edificar seus impérios, de proporções variáveis, poucos decênios antes, e alguns estavam ainda em vias de alargar ou de restaurar seu reino. Muitos poderiam ter defendido sua soberania, apoiados pelos súditos, utilizando as armas e as táticas tradicionais.

Por outro lado, muitos dirigentes africanos acolheram favoravelmente as inovações que com regularidade foram sendo introduzidas depois do primeiro terço do século XIX, pois até então elas não tinham feito pesar nenhuma ameaça sobre sua soberania e independência. Além disso, após a abolição do hediondo tráfico de escravos, os africanos tinham se mostrado capazes de se adaptar a um sistema econômico baseado na exportação de produtos agrícolas.

Os africanos não viam, portanto, nenhuma necessidade de modificar radicalmente suas relações seculares com a Europa, certos de que, se os europeus quisessem lhes impor mudanças pela força e avançar em suas terras, conseguiriam barrar-lhes o caminho, tal como vinham fazendo há dois ou três séculos.

No entanto um fato escapava aos africanos: em 1880, graças ao desenvolvimento da revolução industrial na Europa e ao progresso tecnológico que ela acarretara – invenção do navio a vapor, das estradas de ferro, do telégrafo e sobretudo da primeira metralhadora, a Maxim –, os europeus que eles iam enfrentar tinham novas ambições políticas, novas necessidades econômicas e tecnologia relativamente avançada.

Foi aí que os dirigentes africanos cometeram um erro de cálculo que, em numerosos casos, teve consequências trágicas. Apenas Menelik conseguiu vencer os invasores italianos, preservando assim sua soberania e independência.

É evidente, portanto, que as relações entre africanos e europeus se modificaram radicalmente e que a África teve de enfrentar, entre 1880 e 1935, o grande desafio do colonialismo. Quais foram as origens desse fantástico desafio, o colonialismo? Em outras palavras, por que e como as relações existentes havia três séculos entre a África e a Europa sofreram uma reviravolta tão drástica e tão fundamental durante esse período? Como é que se instalou o sistema colonial na África e que medidas – políticas e econômicas, psicológicas e ideológicas – foram adotadas para sustentar esse sistema? Até que ponto a África estava preparada para enfrentar tal desafio, como é que o enfrentou e com que

resultado? Entre as inovações, quais foram aceitas e quais rejeitadas? Que é que subsistiu do antigo sistema e que elementos foram destruídos? Que adaptações, que arranjos foram feitos? Quantas instituições foram abaladas e quantas se desintegraram? Quais os efeitos de todos esses fenômenos sobre a África, seus povos, suas estruturas e instituições políticas, sociais e econômicas? Enfim, qual foi o significado do colonialismo para a África e sua história? É a tais questões que procuraremos responder.

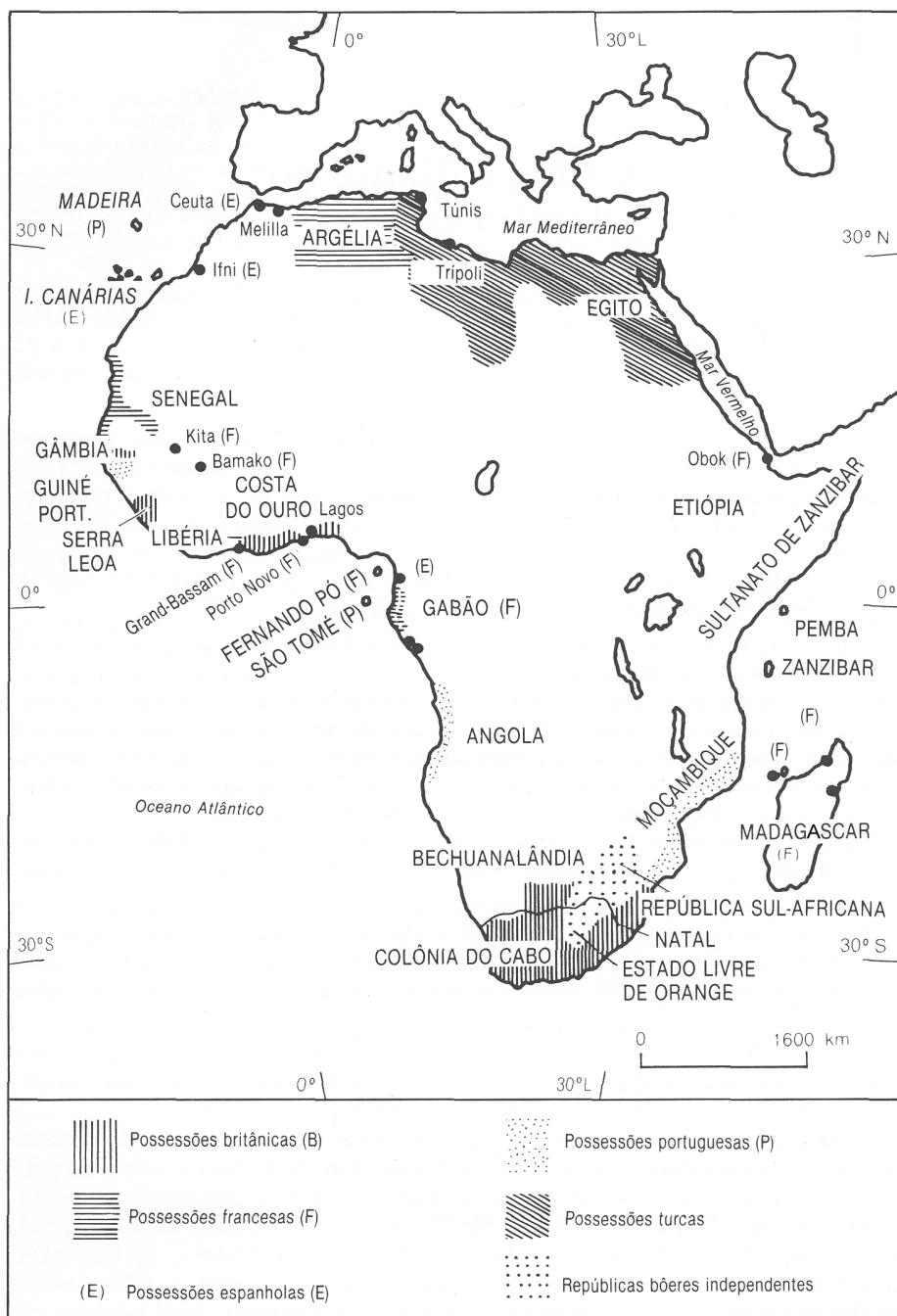
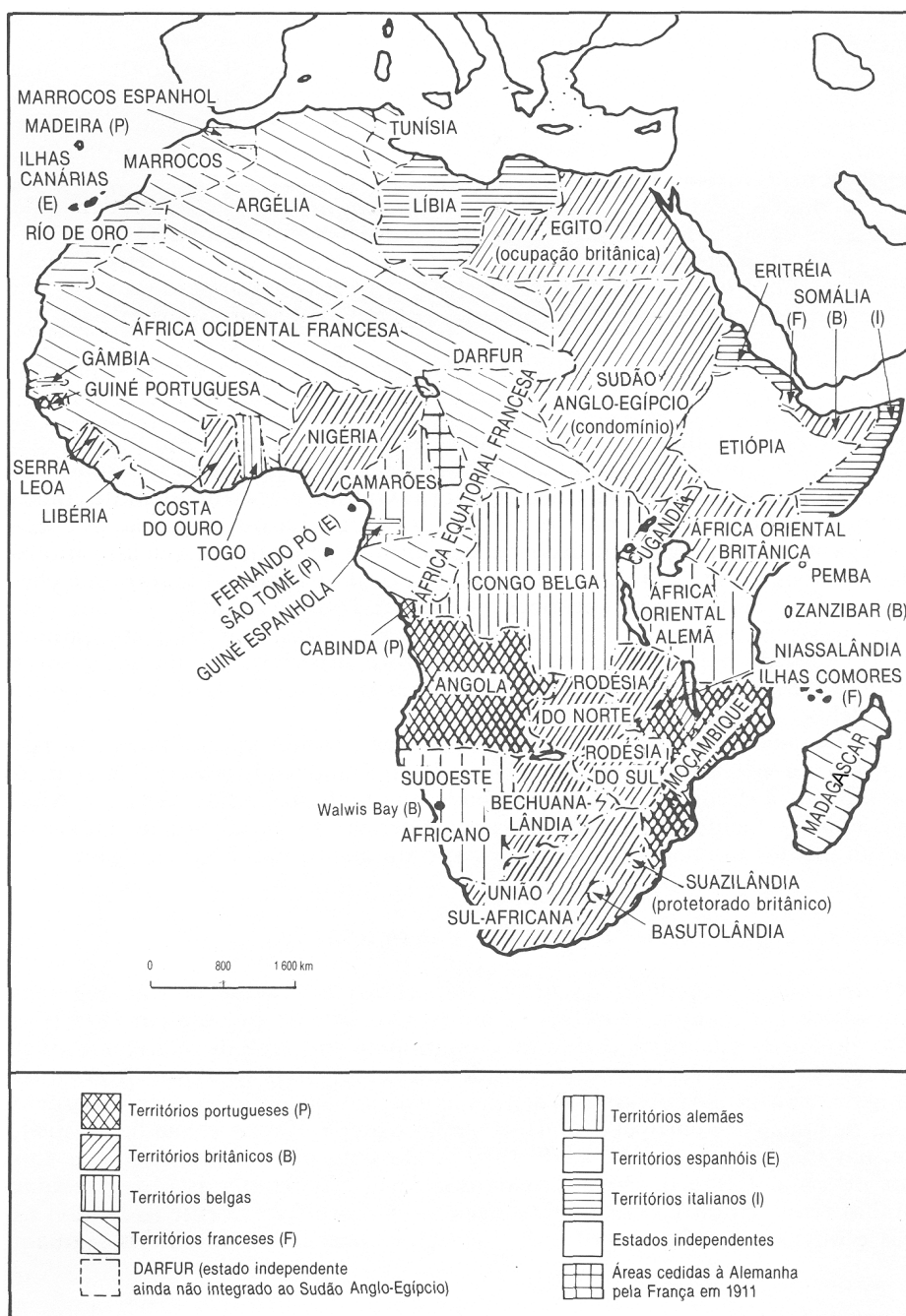
Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral

Malgrado a considerável influência que, no final do terceiro quartel do século XIX, exerciam as potências francesa, inglesa, portuguesa e alemã, bem como os interesses comerciais que detinham em diferentes regiões da África, seu controle político direto era muito reduzido.

Essa conduta, porém, começa a mudar depois de três importantes acontecimentos verificados entre 1876 e 1880. O primeiro foi o novo interesse que o duque de Brabante, coroado rei dos belgas em 1865 (sob o nome de Leopoldo I), demonstrava pela África, o que se expressou na chamada Conferência Geográfica de Bruxelas, por ele convocada em 1876, a qual redundou na criação da Associação Internacional Africana e no recrutamento de Henry Morton Stanley, em 1879, para explorar os Congos em nome da Associação.

As atividades de Portugal, a partir de 1876, constituíram a segunda série de acontecimentos importantes. Melindrado por só ter sido convidado para a conferência de Bruxelas no último minuto, Portugal deu início a uma série de expedições que levaram a coroa portuguesa a anexar, em 1880, as propriedades rurais afro-portuguesas de Moçambique, até então quase independentes. Assim, para os portugueses e para o rei Leopoldo, a corrida começou em 1876.

O terceiro e último acontecimento a rematar a partilha foi, sem dúvida alguma, o caráter expansionista da política francesa entre 1879 e 1880, manifestado pela participação da França junto com o Reino Unido no controle do Egito (1879), pelo envio de Savorgnan de Brazza ao Congo, pela ratificação de tratados com Makoko, chefe dos Bateke, bem como pelo restabelecimento da iniciativa colonial francesa tanto na Tunísia como em Madagáscar.

A ideia de uma conferência internacional que permitisse resolver os conflitos territoriais engendrados pelas atividades dos países europeus na região do Congo foi lançada por iniciativa de Portugal, mas retomada mais tarde por Bismarck,

A África em 1880, em vésperas da partilha e da conquista.

A África de 1914. (Fonte: OLIVER & FAGE, 1962.)

que, depois de ter consultado outras potências, foi encorajado a concretizá-la. A conferência realizou-se em Berlim, de 15 de novembro de 1884 a 26 de novembro de 1885. À notícia de que seria realizada, a corrida à África intensificou-se.

Mediante uma série de tratados, acordos e convenções análogos, a partilha da África nos mapas estava praticamente terminada em fins do século XIX.

A partilha e a conquista não eram inevitáveis para a África, como dado inscrito na sua história. Ela foi a consequência lógica de um processo de devoração da África pela Europa, iniciado bem antes do século XIX, motivado pela exploração econômica do continente. Foi a resistência africana a esse processo que precipitou a conquista militar efetiva.

As potências europeias puderam conquistar a África com relativa facilidade porque a balança pendia a seu favor, sob todos os aspectos. Graças às atividades dos missionários e dos exploradores, os europeus sabiam mais a respeito da África e do interior do continente – aspecto físico, terreno, economia e recursos, força e debilidade de seus Estados e de suas sociedades – do que os africanos a respeito da Europa.

Em função das transformações revolucionárias verificadas no domínio da tecnologia médica e, em particular, devido à descoberta do uso profilático do quinino contra a malária, os europeus temiam menos a África do que antes de meados do século XIX.

Também em consequência da natureza desigual do comércio entre a Europa e a África até os anos de 1870 e mesmo mais tarde, bem como do ritmo crescente da revolução industrial, os recursos materiais e financeiros da Europa eram muitíssimo superiores aos da África. Por isso, se as potências europeias podiam gastar milhões de libras nas campanhas ultramarinas, os Estados africanos não tinham condições de sustentar um conflito armado com elas.

Além disso, as potências europeias conviviam pacificamente, e não obstante uma intensa rivalidade e numerosas crises na África, os países envolvidos na partilha demonstraram notável espírito de solidariedade, que não só preveniu qualquer guerra entre eles, como também impediu os dirigentes e as comunidades da África de jogarem, de modo eficaz, os países da Europa uns contra os outros. Ao contrário, a conduta dos países africanos foi assinalada pela falta de solidariedade, de unidade e de cooperação, tornando-os, portanto, fadados à derrota.

O fator mais decisivo foi, evidentemente, a esmagadora superioridade logística e militar da Europa. Enquanto esta empregava exércitos profissionais bem treinados, poucos Estados africanos possuíam exércitos permanentes e menos ainda dispunham de tropas profissionais.

Em vista das vantagens econômicas, políticas e sobretudo militares e tecnológicas das potências europeias em relação às sociedades africanas, fica evidente que a luta foi desigual, e não surpreende que tenham podido vencer a África com relativa facilidade. De fato, para a Europa, a conquista não podia sobrevir em melhor momento; para a África, o momento não podia ser pior.

O novo mapa geopolítico da África, depois de três décadas de fracionamento sistemático e de ocupação militar, é muito diferente do que era em 1879. As potências europeias dividiram o continente em cerca de quarenta unidades políticas.

Em 1902 a conquista estava quase concluída. Foi uma história particularmente sangrenta. O devastador poder de fogo da metralhadora Maxim e a relativa sofisticação da tecnologia europeia devem ter significado uma experiência amarga para os africanos. Mas, embora a conquista da África pela Europa tenha sido relativamente fácil, o mesmo não se pode dizer da ocupação e instalação da administração europeia.

Iniciativas e resistência africanas em face da partilha e da conquista

O processo da conquista e da ocupação da África tropical pelos europeus entre 1880 e 1900 poderia ser claramente irreversível, mas era certamente resistível. Irreversível por causa da revolução tecnológica – pela primeira vez, os brancos tinham uma vantagem decisiva nas armas, e, também pela primeira vez, as ferrovias, a telegrafia e o navio a vapor permitiam-lhes oferecer resposta ao problema das comunicações no interior da África e entre a África e a Europa. Resistível devido à força das populações africanas. Os europeus, no entanto, tinham de “obter a vitória final”, e, uma vez obtida, trataram de pôr em ordem o conturbado processo. Mas a vitória dos europeus não significa que a resistência africana não tenha tido importância no seu tempo ou que não mereça ser estudada agora. E, efetivamente, tem sido objeto de muitos estudos nos últimos vinte anos.

Em primeiro lugar, afirmou-se que a resistência africana era importante, já que provava que os africanos nunca se haviam resignado à “pacificação” europeia. Em segundo lugar, sugeriu-se que, longe de ser desesperada ou ilógica, essa resistência era muitas vezes movida por ideologias racionais e inovadoras. Em terceiro lugar, argumentou-se que os movimentos de resistência não eram insignificantes; tiveram consequências importantes em seu tempo, e têm, ainda hoje, ressonância.

Praticamente todos os tipos de sociedade africana resistiram, e a resistência manifestou-se em quase todas as regiões de penetração europeia. Podemos aceitar isso como um fato que não mais precisa de demonstração. Cumpre-nos agora passar da classificação para a interpretação; em vez de nos restringirmos à tarefa de provar que houve resistência, cabe-nos determinar e explicar os diversos graus de intensidade em que ela ocorreu.

Iniciativas e resistência africanas no nordeste da África

Talvez nenhuma região da África tenha resistido tão valentemente à conquista e ocupação europeias nos anos de 1880 a 1914 como os países do nordeste do continente. A prova disso está nos milhares de egípcios, sudaneses e somalis que perderam a vida em batalhas e escaramuças com as tropas coloniais. A força dessa resistência se devia ao fato de o sentimento patriótico que a inspirava se fortalecer com um sentimento religioso ainda mais profundo.

Egito

Em fevereiro de 1881, os militares egípcios interferiram ativamente na arena política pela primeira vez na história contemporânea do Egito, desencadeando uma revolução contra o colonialismo europeu e o quediva Tawfik, sob a liderança do coronel Ahmad Urabi.

No começo, a revolução obteve grande sucesso. Uthman Rifki, o famoso ministro da Guerra, foi demitido e substituído por um político revolucionário e distinto poeta, Mahmud Sami al-Barudi. Formou-se um gabinete inteiramente urabista, e o próprio Urabi veio a tornar-se ministro da Guerra. Entretanto, o quediva conspirava em segredo para esmagar a revolução e havia solicitado a intervenção dos ingleses, que responderam com grande rapidez e entusiasmo, bombardeando Alexandria em 11 de julho de 1882. O exército e o povo do Egito, embora oferecessem corajosa resistência aos invasores, foram vencidos por forças superiores. Cerca de 2 mil egípcios encontraram a morte nessa batalha.

A derrota militar da revolução urabista quebrou o moral do país, criando uma atmosfera de desespero e desilusão. Durante o primeiro decênio da ocupação (1882-1892), não houve resistência real dentro do Egito e as únicas vozes nacionalistas que se ergueram durante esse período foram as de personalidades no exílio.

Antes da Primeira Guerra Mundial, o movimento nacionalista egípcio estava desunido e era essencialmente elitista, sem apoio popular. Era, portanto, muito fraco para obter concessões importantes das autoridades britânicas. Os nacionalistas tiveram de esperar por 1913 para que estourasse uma revolta aberta contra a ocupação britânica.

Sudão

O Sudão era desde 1821 administrado pelo governo turco do Egito. Por volta de 1880, egípcios e sudaneses lutavam para se libertar da tutela de uma aristocracia estrangeira. A ideia da *djihad* e da resistência islâmica à dominação estrangeira, propagada no Egito por Urabi, encontrou igualmente um poderoso eco junto ao movimento revolucionário militante dirigido por Muhammad Ahmad al--Mahdi no Sudão. Seu movimento, o Mahdiyya, era essencialmente uma *djihad* – uma guerra santa – e, como tal, reclamava o apoio de todos os muçulmanos. Seu objetivo fundamental, como atestam repetidamente as cartas e proclamações do Mahdi, era reviver a fé pura e primitiva do Islã, "expurgada das heresias e das excrescências", e propagá-la no mundo inteiro, se necessário pela força. Mas havia outros fatores, além do religioso, para o desencadeamento da revolução, todos derivados das faltas cometidas pela administração turco-egípcia, totalmente corrupta.

No espaço de quatro anos (1881-1885), o movimento Mahdiyya de revolta religiosa transformara-se em poderoso Estado militante, que iria dominar o Sudão por catorze anos. As relações do Estado mahdista com o mundo exterior eram rigorosamente governadas pela *djihad*.

Em março de 1896, o governo imperial britânico decidiu invadir o Sudão e para tanto formou um exército, comandado pelo general H. H. Kitchener. Durante a primeira fase da invasão, de março a setembro de 1896, as forças inimigas ocuparam toda a província de Dongola, sem encontrar resistência séria da parte dos sudaneses. Isso se devia a sua superioridade técnica e ao fato de o califa ter sido surpreendido pela ofensiva. Após essa invasão o Estado mahdista desmoronou mas, enquanto realidade religiosa e política, o Mahdiyya sobreviveu.

Somália

Na segunda metade do século XIX, a Somália foi teatro das rivalidades coloniais entre a Itália, o Reino Unido e a França. Com os olhos voltados para a Índia e outras regiões da Ásia, o Reino Unido e a França trataram, no início da década de 1880, de se implantar na costa da Somália. Com a entrada em cena da Itália, as três potências estenderam sua influência pelo interior. A partilha do país somali estava praticamente terminada em 1897.

Os chefes e os sultões somalis jamais cederam de boa graça a sua soberania e, de fato, encabeçaram numerosos levantes contra as forças europeias e etíopes durante o período da partilha. Conscientes das rivalidades existentes entre as potências europeias, os chefes somalis tentaram jogar umas contra as outras. Assinaram tratados com esta e aquela potência colonial, na esperança de que a prática diplomática lhes resguardasse a independência. Por exemplo, assinaram numerosos tratados com os ingleses. Mas os tratados não preencheram o objetivo, pois as potências europeias acabaram por acertar pacificamente o seu litígio na região.

A resistência somali alcançou seu ápice com a declaração da *djihad* contra o imperialismo europeu feita por Sayyid Muhammad 'Abdille Hassan, em 1895. Esta luta durou até a sua morte, em 1920. A *djihad* somali não logrou expulsar os estrangeiros, mas estimulou um forte sentimento nacionalista. Os somalis sentiram-se unidos e conseguiram vitórias militares e diplomáticas na luta contra a invasão europeia. Por outro lado, o combate de Sayyid Muhammad deixou na consciência nacional somali um ideal de patriotismo que jamais se apagou e que viria a inspirar as gerações seguintes.

Iniciativas e resistência africanas no Norte da África e no Saara

A conquista e ocupação europeias dos Estados do Norte da África: Marrocos, Argélia, Tunísia e Trípoli (Líbia) se deram em diferentes períodos. A Argélia foi conquistada pela França no início de 1830 e a área próxima a Melila, no Marrocos, pela Espanha em 1860. Somente em 1881 a Tunísia foi tomada pela França, enquanto a Líbia e o Marrocos foram conquistados e ocupados mais tarde pela Itália e França, respectivamente, entre 1911 e 1934. Todavia, no que concerne às iniciativas e resistências africanas, elas foram praticamente as mesmas ao longo do período. Em parte, tomaram a forma de manobras diplomáticas, mas principalmente de resistência armada em defesa da soberania e independência.

Tunísia

Logo que o governo francês conquistou o país e coagiu o bei a subscrever – a 12 de maio de 1881 – um tratado que o punha sob o protetorado da França, as populações do Sahel e da capital religiosa, Kairuan, revoltaram-se. Foi então organizada uma segunda expedição francesa, que encontraria forte oposição

nas regiões montanhosas do noroeste, do centro e do sul. Sfax e Gabes foram bombardeadas por unidades da Marinha; Kairuan sustentou demorado cerco no outono de 1881; os territórios do sul, próximos da Tripolitânia, conservaram-se por muito tempo como zona de insegurança.

Marrocos

Havia quatro séculos que o governo marroquino se opunha aos espanhóis instalados em Ceuta e Melilla. Sempre proibiu à população o menor contato com eles. Foi para romper esse bloqueio que a Espanha desencadeou a guerra de 1859-1860, tão desastrosa para o Marrocos.

Em 1880 e 1881, quando se reúne em duas sessões a conferência de Madri sobre a proteção individual ao Marrocos, o Makhzen fez uma última tentativa para impor no plano internacional a sua independência e soberania sobre um território claramente delimitado. Apesar do apoio da Inglaterra, a tentativa malogrou, em face da coalizão interessada da França, da Espanha e da Itália.

De 1905 em diante, a França decidiu precipitar as coisas e ocupar o que se chamava o *bilad al-siba*. Tratava-se de regiões desérticas, pobres e subpovoadas, que o sultão, por esse motivo, fazia administrar pelos chefes locais, sem abandonar, contudo, o direito de soberania. Tendo-se recusado a delimitar a fronteira com o Marrocos além de Figuig, a França perseguia uma política de abocanhar lentamente os territórios. Também resoluta foi a resistência nas áreas do Atlas e do Saara. Até 1931, vastas regiões dessa área viviam livres de todo controle colonial.

Apesar disso, no entanto, a conquista não foi fácil em parte alguma. O Médio Atlas foi submetido em duas campanhas, em 1931 e 1932; de 12 de julho a 16 de setembro deste último ano, desenrola-se a sangrenta batalha de Tazikzaut. O exército francês logrou cercar 3 mil famílias que fugiam do invasor desde 1922. Em 1933, outra batalha sangrenta se travou em torno de Djabal Saghru: a de Bu Ghafir, que durou de 13 de fevereiro a 25 de março. Em 1934, os últimos resistentes foram cercados no Anti-Atlas. Depois disso, os franceses entraram finalmente em Tinduf, no mês de março. Uma semana mais tarde, a 6 de abril de 1934, os espanhóis tomaram enfim posse de Sidi Ifni.

Líbia

Provavelmente, o confronto mais sangrento e brutal entre europeus e africanos foi na Líbia. Em outubro de 1911, a Itália repentinamente invadiu a Líbia, então sob governo otomano, e facilmente tomou as cidades de Trípoli, Benghazi,

Homs e Tobruk. Mas, logo que os italianos saem delas, enfrentam encarniçada resistência.

É difícil enumerar sucintamente todas as batalhas disputadas na Líbia contra os italianos. Basta indicar que houve confrontos em todas as cidades e aglomerações, nas periferias urbanas e em todos os vales. Essa brava resistência explica o fato de os italianos pouco terem progredido fora das cinco cidades que tomaram nos seis primeiros meses da guerra.

Assim, às vésperas da Primeira Guerra Mundial, os líbios lograram resistir aos italianos e estavam no controle de grande parte de seu país. Após a guerra, no entanto, seguiram-se várias incursões com vistas a uma "reconquista". E em 24 de janeiro de 1932 estava consolidada a conquista e ocupação da Líbia, chegando, pois, a uma conclusão mais ou menos inevitável à mais prolongada guerra de resistência ao imperialismo europeu.

Malogro das iniciativas e da resistência africanas

Em 1935, todo o Magrebe havia portanto caído sob o poder do imperialismo francês, espanhol e italiano, apesar da firme vontade que a população tinha de defender seu território e sua maneira de viver e apesar da encarniçada resistência. Resta saber por que malogrou essa resistência.

Ao contrário do que seria de acreditar, as condições demográficas, ecológicas e econômicas foram quase sempre desfavoráveis aos resistentes do norte da África. Sabe-se hoje que no século XIX se superestimava a população do norte da África. Os homens com idade de pegar em armas eram poucos e só estavam disponíveis por breves períodos, devido às exigências da agricultura e da criação de gado – o que deixava as iniciativas em mãos do adversário. As regiões montanhosas, que se diziam superpovoadas, estavam em pouco melhores condições: em todos os recontros decisivos, o número dos assaltantes sobrepujava o de assaltados.

O grande trunfo dos combatentes – a mobilidade – logo se torna coisa muito relativa. A partir de 1901, o exército francês começou a usar camelos de corrida, a tal ponto que já se disse que a conquista do Saara foi obra dos cameleiros Sha'amba. Por outro lado, a estrada de ferro precede a conquista quase por toda parte: atinge Ayn Sifra em 1887, Bechar em 1905, Ziz em 1930. Em 1915, começam a circular os primeiros veículos automotores, e os caminhões Epinat rasgam as estradas do Atlas antecipando as campanhas de 1931-1933. Finalmente, o avião passou a ser empregado desde 1920 para fotografias aéreas, durante a preparação das campanhas e as operações para desmoralizar os habitantes.

Chegamos assim ao problema do armamento que, não sendo fabricado no local, tinha de ser capturado ao inimigo. Convém lembrar que as armas se tornam inúteis com a falta de munições e, sobretudo, que elas são de duvidosa eficácia contra aviões, artilharia pesada de longo alcance e blindados, que os exércitos invasores possuíam desde a Primeira Guerra Mundial – o que levou os generais franceses a comentar que as campanhas de pacificação de 1931-1934 eram "manobras reais em que o inimigo está vivo".

Iniciativas e resistência africanas na África Ocidental, 1880-1914

De 1880 a 1914, toda a África Ocidental se acha colonizada, com exceção da Libéria. Esse fenômeno, que para os africanos se traduziu essencialmente na perda da sua soberania, de sua independência e de suas terras, desenrolou-se em duas fases. A primeira vai de 1880 aos primeiros anos do século XX, a segunda até a irrupção da Primeira Guerra Mundial, em 1914. A natureza das atividades dos europeus variava segundo essas etapas, suscitando paralelamente nos africanos várias iniciativas e reações.

Conquista e reação na África Ocidental francesa, 1880-1900

Os documentos disponíveis demonstram claramente que, a partir de 1880, os franceses adotaram uma política de ampliação de sua zona de influência sobre toda a região, do Senegal ao Níger e daí ao Chade, unindo os territórios conquistados graças aos postos avançados do Golfo da Guiné, na Costa do Marfim e no Daomé. No tocante às reações dos africanos, eles não negligenciaram nenhuma das possibilidades que se lhes ofereciam: a submissão, a aliança e o confronto.

A resistência se revelou bem mais violenta nesta região do que nas outras da África Ocidental, por duas razões principais: os franceses optaram no mais das vezes por ampliar o seu domínio pela força; a islamização era aí muito mais forte do que no resto da África Ocidental, e para as sociedades muçulmanas locais a imposição de um domínio branco significava a submissão ao infiel. Para ilustrar estas considerações vamos estudar os acontecimentos na Senegâmbia, nos impérios tukulor e mandinga, no país Baule da Costa do Marfim e, finalmente, no Daomé.

Senegâmbia

No Senegal, onde a conquista teve início em 1854, um dos maiores oponentes da França era Lat Dior Diop, o damel de Cayor. Tendo lutado contra a França desde 1961, Lat Dior estava particularmente determinado a evitar a construção de uma ferrovia através de seu Reino. Motivada a construir a ferrovia, a França iniciou a invasão de Cayor em dezembro de 1882. Já tendo combatido os franceses desde 1861, Lat-Dior sabia que tinha poucas possibilidades de vencê-los em combate clássico. Recuou e foi se instalar em Jolof. Somente em 1883 Cayor foi conquistado e efetivamente ocupado. Lat-Dior, no entanto, só foi morto em 1886. Sua morte pôs naturalmente fim à independência de Cayor e viria facilitar o domínio dos franceses sobre o resto do país.

O Império tukulor

Tal como a maior parte dos chefes africanos, Ahmadu, filho e sucessor de Al Hadj Umar, fundador do Império tukulor, estava decidido a defender o seu império e a preservar a sua independência e soberania. No entanto, ao contrário da maior parte dos chefes da região, apoiava-se mais na aliança do que na resistência, e assim dependia de relações amistosas com os franceses. Convencionou-se que, em troca do fornecimento de canhões e do reconhecimento da sua autoridade, Ahmadu autorizaria os comerciantes franceses a operar no seu império. Embora essa combinação não tenha sido ratificada pelo governo francês, Ahmadu não deixou de manter uma atitude amistosa com os franceses e as negociações redundaram no tratado de Mango.

Mas os franceses, é claro, não tinham a intenção de cumprir o tratado e começaram a invadir o império em 1881 e, em fevereiro de 1883, ocuparam Bamako sem oposição, para em 1884 lançarem canhoneiras no Rio Níger, sem que os tukulor oferecessem resistência.

Ahmadu, às voltas com dificuldades internas, transpôs então o conflito para o plano religioso, convidando todos os muçulmanos do império a pegar em armas para a defesa da lei. Em junho de 1890, seus soldados atacaram a via férrea em Talaari e se envolveram com os franceses em diversas escaramuças entre Kayes e Bafulabe. Entretanto, Ahmadu também se preparava para defender Nioro dos franceses, que a atacaram em 23 de dezembro de 1890, mas seu exército foi disperso. A tentativa de retomar Nioro resultou em fracasso e o sultão teve mais de 3 mil homens mortos ou capturados.

Samori Touré e os franceses

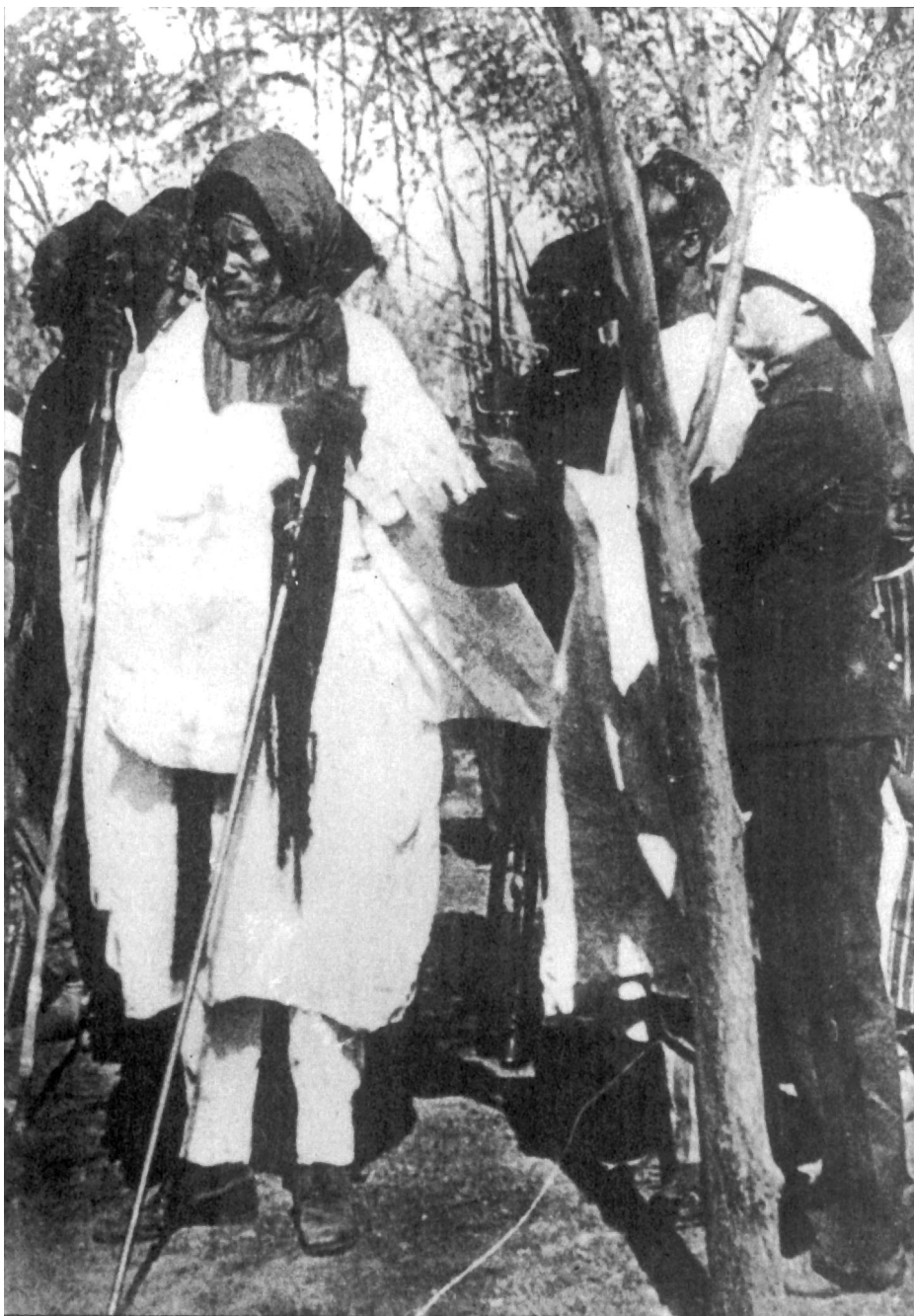
Ao contrário de Ahmadu, Samori Touré optou por uma estratégia de confronto e não de aliança. Embora recorresse igualmente à diplomacia, deu acima de tudo destaque à resistência armada. Em 1881 já tinha criado um grande império na parte meridional das savanas sudanesas. A conquista dessa região também havia permitido a Touré criar um poderoso exército, relativamente bem equipado à europeia.

Samori Touré estava no ápice do seu poderio quando pela primeira vez entrou em contato com os franceses, em 1882. Em fevereiro desse ano, recebeu ordem para que se retirasse de Kenyeran, importante mercado que barrava a Samori Touré o caminho das áreas mandinga. Como era de se esperar, recusou. Isso provocou um ataque de surpresa e ele teve de bater precipitadamente em retirada. A partir de então, Samori Touré evitou o confronto com os franceses e decidiu cultivar relações com os britânicos de Serra Leoa.

O principal confronto entre os franceses e Samori Touré se deu em 1892. Samori Touré comandava em pessoa um exército de 2500 homens escolhidos para enfrentar o invasor. Mas sofreu grave derrota e só restava render-se ou retirar-se. Recusando capitular, Samori decidiu abandonar a pátria e refugiar-se a leste, para criar aí um novo império, fora do alcance dos europeus. Capturado, foi deportado para o Gabão, onde morreu em 1900. Foram quase vinte anos de batalhas contra os franceses. Sua captura pôs termo àquilo que um historiador moderno chamou de "a mais longa série de campanhas contra o mesmo adversário em toda a história da conquista do Sudão pelos franceses".

Daomé

Behanzin, o rei do Daomé (Abomey), tal qual Samori, decidiu recorrer a uma estratégia de confronto para defender a soberania e a independência do seu reino. Na última década do século XIX, o Daomé entrou em conflito aberto com a França, que havia imposto seu protetorado a Porto Novo, vassalo de Abomey, e em fevereiro de 1890 ocupou Cotonou. O príncipe Kondo, que tomara o poder em dezembro de 1889 com o nome de Behanzin, reagiu mobilizando as suas tropas e atacando Cotonou. Ele também tomou algumas medidas econômicas contra os franceses, incluindo a destruição de palmeiras perto de Porto Novo.

Mas os franceses estavam decididos a conquistar o Daomé e a missão da conquista foi confiada a um mulato senegalês, o coronel Dodds. Porém, reu-

Samori Touré (c. 1830-1900), após a sua captura pelo capitão Gouraud (à direita), em setembro de 1898. (Foto: Harlingue-Viollet.)

nindo as três divisões do seu exército, com um efetivo de 12 mil homens, os fon cuidaram de cortar o caminho ao invasor. Apesar das grossas perdas, não conseguiram deter os franceses e muito menos fazê-los recuar. Com a desintegração do exército fon, a única solução era a paz.

Dodds aceitou as propostas de Behanzin, mas exigiu o pagamento de pesada indenização de guerra e a entrega de todo armamento. As condições de Dodds eram evidentemente inaceitáveis para a própria dignidade do povo fon. Em vez de submeter-se ou de ser deposto por seu povo, como os franceses esperavam, Behanzin cuidou imediatamente de reorganizar o exército, com irrestrito apoio popular. Os franceses lançaram então, em setembro, outro corpo expedicionário, sempre sob o comando de Dodds; a expedição acabou por conquistar o norte do Daomé. Quanto a Behanzin, foi preso em consequência de uma traição no dia 29 de janeiro de 1894.

Conquista e reação na África Ocidental inglesa, 1880-1900

Ao contrário dos franceses, cuja ocupação na África Ocidental, entre 1880 e 1900, foi resultado principalmente da força, os britânicos não hesitaram em recorrer igualmente à negociação pacífica, concluindo tratados de proteção com os Estados africanos, por exemplo, no norte de Serra Leoa e da Costa do Ouro (atual Gana), bem como em diversos pontos do país ioruba. Em outras áreas, como no país ashanti, no território dos ijebu na Iorubalândia, no delta do Níger e, particularmente, no norte da Nigéria, empregaram sobretudo a força.

O país ashanti (Costa do Ouro)

Em nenhuma outra parte da África Ocidental houve tão longa tradição de luta entre os africanos e os europeus como entre os ashanti e os britânicos na Costa do Ouro. Os conflitos surgiram por volta de 1760 e culminaram com um choque militar em 1824. Dois anos mais tarde, os ingleses foram à desforra na batalha de Dodowa. Mas entre 1869 e 1872 os ashanti lançaram um ataque triplo que redundou na ocupação de praticamente todos os Estados costeiros e meridionais da Costa do Ouro. Para rechaçar os ashanti, o governo britânico lançou por sua vez uma das campanhas mais bem organizadas da época. A derrota dos ashanti pelos britânicos ocorreu em 1874.

No entanto, sua anexação definitiva só ocorreu em uma nova expedição, em 1896. Tomaram Kumasi sem disparar um único tiro, já que Prempeh e seus conselheiros tinham resolvido não entrar em luta com os britânicos e aceitar o

seu protetorado. Prempeh, a rainha-mãe, seus tios e alguns chefes militares, não obstante, foram detidos e deportados, primeiro para Serra Leoa e depois para as Seychelles em 1900.

Sul da Nigéria

As iniciativas e reações dos nigerianos em face dos britânicos foram tão multiformes como os ardis e os meios empregados por estes últimos para estender a sua dominação ao conjunto da Nigéria atual. O país ioruba foi conquistado pelos missionários e pelas autoridades de Lagos, os Oil Rivers pelos missionários e pelos cônsules, e o norte da Nigéria ao mesmo tempo pela *National African Company* (que se transformaria, em 1886, na *Royal Niger Company* – RNC) e pelas autoridades britânicas. As principais armas utilizadas pelos britânicos foram a diplomacia e a intervenção militar. As reações dos nigerianos, por consequência, vão da luta aberta às alianças e submissão temporárias.

Se os ioruba, regra geral, adotaram a submissão como estratégia, não sucedeu o mesmo com os chefes do Reino de Benin e com certos chefes dos Estados do delta do Níger. Não obstante a assinatura de um tratado de protetorado, em 1892, Benin guardava a sua soberania com determinação e, malgrado o desejo do Oba de se submeter, os chefes organizaram um exército para rechaçar os invasores. Mas foram derrotados e a capital se viu incendiada, depois da pilhagem de seus bronzes preciosos.

Conquista e reações no norte da Nigéria

No norte da Nigéria a conquista e ocupação foram realizadas pela *National African Company* (*Royal Niger Company* – RNC – desde 1886) e pelo governo. No norte, o principal método empregado foi, como fizeram os franceses no Sudão ocidental, a intervenção armada. No entanto, ela foi precedida por uma série de tratados subscritos pelos chefes do norte da Nigéria e pela RNC. Para ela, era uma forma de reservar a região para os britânicos e de contrariar os apetites franceses e alemães, que avançavam, respectivamente, do oeste e do leste.

Tendo sido o princípio da ocupação efetiva estabelecido pela Conferência de Berlim, a RNC foi obrigada a intervir, para se antecipar aos franceses e alemães. Os britânicos tiveram de organizar uma série de campanhas: contra os kontangora, em 1900, os adamawa, em 1901, os bauchi, em 1902, os kano, sokoto e

burwuri em 1903. Todos esses emires se mostraram à altura da situação, mas, sendo a luta muito desigual, tinham de se declarar vencidos.

Reações dos africanos na África Ocidental, 1900-1914

Conforme vimos, em 1900 todos os esforços envidados pelos africanos para salvaguardar a sua soberania e independência foram inúteis. No decurso do período estudado, compreendido entre 1900 e o começo da Primeira Guerra Mundial, diversos sistemas e métodos seriam empregados para administrar e sobretudo explorar as novas possessões. Em todas as novas colônias, foram nomeados administradores de distrito e administradores itinerantes, promulgados novos códigos e novas leis, chefes confirmados ou depostos e outros designados, baixados impostos diretos e indiretos e exigido o trabalho forçado para a abertura de estradas e vias férreas. Todas essas medidas, naturalmente, suscitaram as mais variadas reações.

O método mais comum na África Ocidental, durante este período, foi a rebelião ou a revolta. É interessante notar que essas rebeliões redobraram de intensidade durante a Primeira Guerra Mundial. O protesto ideológico contra a colonização foi particularmente forte na África Ocidental francesa, onde o conceito de *negritude* se desenvolveu em reação à política francesa de assimilação.

Um pouco por toda parte, os africanos instruídos fundaram, sobretudo nos centros urbanos, numerosos clubes e associações, que lhes serviam de plataforma para protestar contra os abusos e as injustiças do colonialismo durante esse período. Tais associações recorriam principalmente a meios como jornais, peças de teatro, folhetos e panfletos. A título de exemplo de grupos que agiam como "comissões de vigilância do colonialismo", citaremos a *Aborigines Rights Protection Society* (ARPS), formada na Costa do Ouro em 1897, o Clube dos Jovens Senegaleses, fundado em 1910, a *Peoples Union* e a *Anti-Slavery and Aborigines Protection Society*, criadas na Nigéria em 1908 e 1912, respectivamente.

Os povos da África Ocidental mobilizaram todo um arsenal de estratégias e de táticas para combater, primeiro a instauração do regime colonial, depois – ante o malogro das primeiras tentativas – certas medidas ou instituições do sistema. Em conjunto, as diversas estratégias e medidas se revelaram inoperantes e, no final do período estudado, o colonialismo estava solidamente implantado em toda a África Ocidental.

Iniciativas e resistência africanas na África Oriental, 1880-1914

Na década de 1890 – período que precedeu a ocupação europeia da África Oriental – as sociedades da região haviam atingido diferentes etapas de organização social. Algumas delas, como a dos buganda e a dos bunyoro, em Uganda, a dos banyambo, em Tanganica (atual Tanzânia), e a dos wanga, no Quênia, tinham elevado grau de centralização política. Nessas sociedades, as reações à penetração estrangeira foram em geral decididas pelo rei ou pelos dirigentes. Outros grupos, como os nyamwezi, na Tanzânia, ou os nandi, no Quênia, estavam em vias de constituir governos centralizados. A grande maioria das sociedades dessa região não tinha governo centralizado, mas ausência de governo central não significa ausência de governo – erro que alguns estrangeiros cometeram por vezes ao falar das sociedades africanas no passado.

Além disso, as diversas sociedades haviam tido diferentes níveis de contato com os europeus ou com os árabes, duas forças externas que nessa época se defrontavam na África Oriental. De modo geral, as zonas costeiras tinham contato mais profundo com os europeus e os árabes do que as do interior. Quanto aos povos do interior, três ou quatro grupos – akamba e wanga, no Quênia, nyamwezi, na Tanzânia, e buganda de Uganda – tinham mais contato com os árabes, através do comércio por caravanas, do que os outros. Aqui, igualmente, o grau de abertura às influências externas determinou o tipo e a extensão da resistência de tais sociedades.

Independentemente das influências humanas, há ainda que se ter em vista as transformações ecológicas verificadas então na África Oriental, as quais também interferiram nas reações à penetração estrangeira. As condições atmosféricas de toda a região provocaram secas e consequente escassez de alimentos. Houve ainda epidemias de peste bovina. Algumas sociedades foram mais atingidas do que outras pelas catástrofes naturais.

Rivalidades europeias e resistência africana na África Oriental

As lutas coloniais na África Oriental envolviam três potências rivais: o sultanato de Zanzibar, a Alemanha e a Inglaterra. Os primeiros em cena foram os árabes de Zanzibar, que tinham interesses essencialmente comerciais na costa e no interior relacionados com o marfim e o tráfico de escravos. Instalaram então uma colônia em Ujiji, às margens do Lago Tanganica, e, em Buganda, prepararam um golpe contra os cristãos, depois de terem colaborado com eles para afastar Mwanga do trono. Os europeus do interior, por sua vez, comerciantes

e missionários, desejavam que seus governos ocupassem a África Oriental para lhes garantir segurança e lhes permitir o desenvolvimento de seus empreendimentos sem problemas.

Os métodos de conquista europeia não foram os mesmos em todo lugar. De maneira geral, caracterizaram-se pelo emprego da força, em combinação, quando possível, com alianças diplomáticas com um grupo contra outro. O recurso à força tomou a forma de invasões, que também eram espetáculos de pilhagem. Para facilitar o avanço terra adentro, foram construídas estradas de ferro. A via férrea de Uganda, que ligava o interior do Quênia e de Uganda ao litoral, chegou à Bacia do Lago Vitória em 1901. Os alemães também construíram estradas e ferrovias. A primeira estrada de ferro partiu de Tanga em 1891 e alcançou o sopé dos montes Usambara em 1905.

Movimentos anticolonialistas na África Oriental até 1914

No decurso desse primeiro período colonial, cada localidade reagia de forma diferente, exceto nos raros casos de ações coordenadas à escala de uma área maior. No Quênia, como em outras regiões da África Oriental, as primeiras reações de povos como os mazrui e os nandi tinham por finalidade proteger sua independência em face das ameaças estrangeiras. As reações ulteriores, no interior do país, visavam livrar o povo da opressão e da dominação coloniais. Embora não se tratasse de um período de lutas nacionalistas, na moderna acepção da palavra, certos sinais indicavam o começo de tal combate. Entre os luo, no Quênia ocidental, a oposição ao domínio das missões levou à criação de uma igreja independente, em 1910, sob a direção de John Owalo. Movimento semelhante apareceu entre os akamba, no Quênia oriental. Também aí a religião serviu como instrumento. Era uma forma de protesto contra o modo como os colonos de Ukambani tratavam a mão de obra africana.

De modo geral, os primeiros movimentos anticolonialistas do Quênia, no período anterior à Primeira Guerra Mundial, surgiram nas regiões ocidentais e orientais do país. Os giriama da região costeira aproveitaram o conflito para se revoltarem contra a administração colonial (1914), recusando-se a abandonar suas terras para permitir o assentamento de colonos europeus. Os britânicos reagiram incendiando as casas e confiscando as propriedades. Os giriama, tal como os mazrui e outras comunidades, lançaram-se numa espécie de guerrilha, mas afinal foram vencidos.

Comparada ao Quênia, Uganda era bem mais tranquila. Ainda assim, em 1911, os acholi, na parte setentrional do país, revoltaram-se contra o domínio colonial inglês. Tratava-se de uma reação ao recrutamento de mão de obra e às

tentativas de desarmá-los. Uma das grandes preocupações dos colonialistas era garantir que os povos sob seu domínio não tivessem condições de resistência à cruel exploração a eles imposta. Por isso era importante que não possuíssem armas de fogo, o que aliás explica a campanha desencadeada para recuperar as armas e para desarmar a população local. Os acholi recusaram-se a entregar voluntariamente seus fuzis, mas foram vencidos no conflito que se seguiu.

O mais grave desafio ao colonialismo na África Oriental, nesse período, o levante dos maji maji, veio do Tanganica, com o emprego da religião e da magia como meios de revolta. Trabalho forçado, impostos, maus-tratos e más condições de trabalho, tudo concorria para explicar o levante maji maji.

Para unir os povos do Tanganica contra os alemães, o chefe do movimento, Kinjikitile Ngwale, que vivia em Ngarambe, apelou para suas crenças religiosas. Falou-lhes que a unidade e a liberdade de todos os africanos era um princípio fundamental, portanto deviam unir-se e combater pela liberdade contra os alemães. A guerra estalou na última semana de julho de 1905, e as primeiras vítimas foram o fundador do movimento e seu assistente, enforcados no dia 4 de agosto do mesmo ano. O levante maji maji foi o primeiro movimento de grande escala da África Oriental. Nas palavras de John Iliffe, foi "a derradeira tentativa das antigas sociedades do Tanganica de destruir a ordem colonial pela força".

Entre 1890 e 1914 mutações dramáticas verificaram-se na África Oriental. O colonialismo foi imposto ao povo, de modo violento na maior parte dos casos, ainda que às vezes a violência afivelasse a máscara da lei e do direito. As reações africanas ao primeiro impacto foram uma mescla de confronto militar e tentativas diplomáticas, no vão esforço de preservar a independência. Onde os africanos não reagiram de uma ou outra dessas maneiras, aceitaram a invasão ou permaneceram indiferentes, salvo quando lhes impunham exigências diretas. O estabelecimento do colonialismo significou a reorganização da vida política e econômica das populações. Tributos foram impostos. O trabalho forçado e a privação geral dos direitos políticos tornaram-se a regra. Alguns africanos reagiram de modo violento a tais mudanças. Outros aquiesceram. No Tanganica e em Uganda, houve africanos que se dedicaram às culturas de exportação (mais particularmente, algodão e café), a eles proibidas no Quênia, onde predominava a atividade econômica dos colonos. Referimos aqui diversas reações africanas a essa situação. No período subsequente à Primeira Guerra Mundial, elas se tornariam ainda mais intensas e diversificadas.

Iniciativas e resistência africanas na África Central, 1880-1914

Na África Central, as tentativas e a resistência africanas frente à dominação europeia ocorreram de várias maneiras entre 1880 e 1914. A África central é definida como os territórios que formam os Estados do Congo Belga (atual R. D. do Congo), da Rodésia do Norte (atual Zâmbia), da Niassalândia (atual Malavi), de Angola e de Moçambique.

Como a maioria das regiões africanas, a África Central, em vésperas da "corrida", era ocupada por uma infinidade de populações, organizadas quer em Estados, ou seja, em sistemas políticos centralizados, quer em pequenas unidades políticas. Na primeira categoria classificam-se os reinos lunda e luba, no Congo Belga, os Estados Humbe e Chokwe, em Angola, o Reino de Monomotapa, em Moçambique, o Reino undi, da Niassalândia, e os numerosos Estados fundados pelos nguni e os cololo nas bacias do Zambeze e do Limpopo; na segunda categoria, os yao e os tonga do Lago Niassa, na Niassalândia, os bisa e os laia, na Rodésia do Norte, os sena, tonga e chopi, em Moçambique, os quisama, bacongo e loango, em Angola, bem como os loga, mongo, ngombe, budga e bowa, no Congo Belga. A despeito das divisões políticas, do particularismo étnico, da turbulência e tensão internas entre camadas rivais e emergentes, pode-se dizer que a oposição e a resistência foram as principais reações à conquista e à ocupação do imperialismo europeu.

Em vez de proceder à mera descrição da atividade anticolonial de cada país, preferimos focalizar os tipos de oposição que caracterizaram o conjunto da área. Analisando as reações africanas em termos dos objetivos dos participantes, três categorias se identificam em geral: 1. oposição ou confronto na tentativa de manter a soberania das sociedades autóctones; 2. resistência localizada na tentativa de atenuar abusos específicos do regime colonial; 3. rebeliões destinadas à destruição do sistema estrangeiro que havia gerado tais abusos.

A luta para manter a independência: era de confronto e aliança

As estratégias de luta adotadas pelas populações da região tinham um mesmo objetivo: repelir os europeus e proteger a pátria, bem como os modos e meios de existência. Por exemplo, na Niassalândia, em 1896, os nguni de gomani atacaram postos de missionários, em parte como protesto contra o efeito debilitante do cristianismo, ao passo que em Moçambique os barué frustraram os esforços de Lisboa para incorporá-los em seu império embrionário, utilizando a Igreja cató-

lica para converter a família real. Durante as duas últimas décadas do século, os yao, os macua, os yeke, os chikunda, os ovimbundo e os chokwe, principalmente, resistiram tenazmente às pressões estrangeiras. Ao mesmo tempo, numerosos camponeses e agricultores batiam-se para manter o domínio de seus meios de produção e para evitar que não se apropriassem de suas terras, gado, trabalho e mulheres.

Não obstante a vontade comum a vários países africanos de opor-se à dominação estrangeira e adquirir armas modernas, na prática as táticas empregadas foram sensivelmente diferentes. Em muitos casos, os Estados africanos reagiram com violência contra as primeiras incursões europeias, apesar da esmagadora superioridade militar do inimigo. Foi o caso do chefe dos chewa, Mwase Kasungu, que se colocou à frente de seu povo na vã luta contra os britânicos e acabou por se suicidar em 1896 para não capitular. Aproximadamente na mesma época, os bié de Angola organizaram uma emboscada contra um destacamento colonial encarregado de estabelecer postos no interior, justamente em seus territórios.

Outros chefes africanos procuraram evitar os primeiros choques, na esperança de vir a aumentar seu potencial militar ou de negociar um tratado "equitativo", em que se reconhecesse a soberania de seu Estado. Essa estratégia, no entanto, redundava invariavelmente em confronto, tendo em vista a ocupação efetiva estabelecida pelo Congresso de Berlim.

Numerosas sociedades da África Central, incapazes de opor resistência eficaz aos colonizadores ou de compreender as decorrências da tutela colonial, começaram por submeter-se pacificamente, mas não demoraram a juntar forças para a reconquista da independência.

Além da diversidade das reações iniciais, havia diferenças quanto ao grau de provincianismo e particularismo étnico. Algumas sociedades, importantes ou não, enfrentaram o invasor sem se dar ao trabalho de procurar alianças mais amplas. Em Angola, os bié, humbe e ganguela começaram por combater o estrangeiro sem apelar aos seus vizinhos, que, no entanto, detestavam igualmente os portugueses.

Outros grupos sociais africanos, para compensar a insuficiência de seu potencial militar, fizeram alianças anticoloniais multiétnicas bem amplas. O poderoso chefe dos gaza, Gungunhana, convidou os swazi a juntarem-se à luta contra os portugueses; já os barué estabeleceram uma rede multiétnica, compreendendo os tonga, os tawara e diversas populações shona da Rodésia do Sul (atual Zimbábue).

Como os movimentos de resistência não atingiram seus objetivos políticos maiores, havia a tendência de minimizar e mesmo a ignorar vitórias militares localizadas, considerando-as, no conjunto, como fracassos. Sem dúvida, numerosos grupos africanos foram rapidamente derrotados, mas também muitos conse-

guiram deter as primeiras incursões europeias e infligir pesadas perdas ao inimigo. Indubitavelmente, os casos mais estrondosos foram o da aliança dos swahili com os macua, que lograram escapar à dominação portuguesa até 1910, e o dos cuamato aliados aos cuanhama, cuja derrota só se tornou definitiva em 1915.

Apesar de tão custosas vitórias, todas as guerras de independência na África Central acabaram por redundar em fracassos. A intervenção de múltiplos fatores, na sua maior parte anteriores à "corrida", permite explicar por que os africanos não conseguiram sustar o avanço dos europeus: o fato de grande parte dos Estados mais poderosos serem obra de conquistas, o particularismo étnico e as divisões internas entre as camadas ou classes dirigentes, ou entre estas e as populações que dominavam. Tais fatores limitaram as possibilidades de organizar em bases suficientemente amplas o esforço anticolonial coordenado, indispensável para disputar aos europeus a indiscutível vantagem de que gozavam as forças imperialistas no plano das armas e da técnica militar. Além disso, as rivalidades africanas permitiram aos administradores coloniais, como Harry Johnston, "dividir para reinar", estratégia em que davam mostras de consumada arte.

Sem aliados nem mercenários africanos, os europeus não poderiam ter imposto sua dominação, com tão escasso contingente de homens no continente. Os exércitos portugueses que selaram a "conquista" definitiva do Vale do Zambeze em 1902, por exemplo, eram compostos por mais de 90% de recrutas africanos. Em menor grau, era idêntica a situação dos exércitos portugueses em Angola.

Primeiros bolsões de resistência contra a dominação colonial e o capitalismo

Ao contrário da resistência pré-colonial, cujo objetivo fundamental era a preservação da independência, a resistência oferecida pelos camponeses e operários em começos do século XX decorria diretamente dos esforços desenvolvidos pelos regimes coloniais para reforçar sua hegemonia e impor relações capitalistas, a fim de explorar os recursos humanos e naturais da África Central.

A fim de colocar mão de obra barata à disposição do governo e dos capitalistas europeus, as potências coloniais implantaram o trabalho forçado, que veio se somar a uma tributação sufocante. Esses abusos geraram incessantes protestos dos operários e camponeses e ocorreram numerosas revoltas, embora limitadas no espaço e no tempo. Era raro os camponeses procurarem consolidar conquistas iniciais ou passar do ataque aos símbolos de sua opressão à luta contra o sistema colonial em seu conjunto. De modo geral, os levantes tinham origem no aumento ou na cobrança mais rigorosa de impostos, ou nas reivindicações dos trabalhadores.

No Vale do Zambeze, por exemplo, contaram-se, entre 1890 e 1905, nada menos do que 16 sublevações. Essas revoltas, em sua maioria, voltavam-se contra a Companhia de Moçambique e a Companhia da Zambézia, às quais Lisboa tinha cedido quase todo o Moçambique central.

Além dessa resistência, própria dos meios rurais, a agitação reformista começava a propagar-se aos centros urbanos, onde africanos e mulatos instruídos depressa entenderam que seu preparo e as doutrinas igualitárias ensinadas pelos missionários não eram incompatíveis com a discriminação social, econômica e política. Os intelectuais mulatos de Angola, entre os quais José de Fontes Pereira, foram dos primeiros a dar livre curso a seu sentimento de frustração e sua hostilidade. Como tais sinais de descontentamento logo se revelassem inúteis, fundaram, em 1906, a primeira associação de mulatos, com a finalidade de fazer valer seus direitos. Quatro anos depois, era constituída uma organização dos intelectuais mulatos para o conjunto das colônias portuguesas. Por essa mesma época, um pequeno número de organizações intelectuais reformistas foi criado em Moçambique. Citam-se entre as mais importantes a Associação Africana, que editava o jornal Brado Africano, primeiro órgão contestatário de Moçambique.

Quase na mesma época, nos territórios vizinhos da Niassalândia e da Rodésia do Norte, funcionários, professores e outros profissionais africanos qualificados criavam associações destinadas à defesa de sua posição de classe relativamente privilegiada e à reivindicação de reformas no quadro colonial existente. De 1912 a 1918, foram fundadas algumas dessas organizações, inclusive a *North Nyasa Native Association* e a *West Nyasa Association*. Entre as duas guerras, esses grupos iriam assumir importância considerável na política da África Central.

Insurreições coloniais até 1918

De 1885 – data das primeiras conquistas de territórios na África Central – até 1918, assinalam-se mais de 20 insurreições. Nenhuma das cinco colônias – Angola, Moçambique, Niassalândia, Rodésia do Norte e Congo – escapou a elas. No entanto, foi nas colônias portuguesas e no Congo – onde a dominação extremamente opressiva e a fraqueza da estrutura administrativa e militar facultavam ondas sucessivas de agitação revolucionária – que se deu a grande maioria das insurreições.

As primeiras lutas pela preservação da independência haviam acarretado a morte ou a deposição de bom número dos chefes e militantes mais respeitados. Entre os mortos, figuram o líder dos chewa, Mwase Kasungu, e o dos yeke, Msiri. Entre os exilados, Gungunhana e a família real dos barué. Mas algumas

famílias reais sobreviveram e com elas outra lideranças. Exemplos são os dirigentes exilados: chefe monomotapa, Chioco, que organizou a rebelião de 1897, o monarca dos dembo, Cazuangonongo, líder da rebelião de 1908, e o rei da Lunda, Mushidi, que organizou a maior e mais duradoura rebelião, de 1905 a 1909. O eminente papel assumido por certas famílias reais nas insurreições desmente a opinião geralmente admitida de que os sérios reveses militares tinham enfraquecido a posição dos chefes indígenas.

Alguns africanos convertidos ao cristianismo também tentaram criar movimentos anticolonialistas. Os mais célebres foram Kamwana e John Chilembwe, ambos da Niassalândia. Como Chilembwe, quase todos esses líderes reconheciam a necessidade de celebrar alianças que lhes permitissem ampliar sua base de apoio. As malsucedidas guerras de resistência mostravam que, isoladas, as sociedades africanas não dispunham de recursos para resistir à penetração europeia. As tentativas de criação de movimentos revolucionários de amplas bases foram de três gêneros. No primeiro caso, tratava-se de reativar laços ancestrais com povos de cultura aparentada, a fim de atrair sociedades inteiras para o campo dos insurretos. Assim, chefarias ovambo tomaram parte na insurreição dos cuamato em 1907. Noutro caso, os rebeldes procuravam o apoio de grupos poderosos que, por causa do parentesco distante ou de antigas querelas, não eram até então considerados aliados. Os bailundu conseguiram o auxílio de alguns povos ex-vassalos, como os kasongi, os civanda e os ngalanga. Por fim, os chefes apelavam diretamente à ajuda econômica dos camponeses insubmissos que se recusavam individualmente a aceitar as exigências das autoridades coloniais e de seus aliados capitalistas.

Os revoltosos instavam todos quantos sofressem a opressão econômica a juntarem-se à insurreição para suprimir de uma só vez os impostos, o trabalho e o sistema que os engendrara. Na Niassalândia, o movimento kamwana, inicialmente sustentado pelos Tonga das margens do lago, logo se expandiu englobando os até então hostis camponeses nguni, senga e tumbuka. Similar ao apelo de Chilembwe às massas rurais, também não aludia à solidariedade étnica. Salientava, em vez disso, a necessidade de acabar com a exploração e criar uma nação africana beneficiária da sanção divina.

Dados o desequilíbrio do potencial militar, o desenvolvimento da polícia e das forças mercenárias africanas, não surpreende que todas as revoltas acabassem por malograr. Não obstante, algumas registraram êxitos marcantes, embora breves, que desmentem a ideia comum da passividade africana. A título de exemplo, em 1904, os bailundu expulsaram os portugueses das montanhas ovimbundu. Três anos mais tarde, os mesmos portugueses sofriam derrota análoga, desta vez

infligida pelos cuamato, no sul de Angola. É provável que maior feito militar tenha sido o dos barué e seus aliados: durante a revolta de 1917, conseguiram libertar todo o Vale do Zambeze, ainda que por curto tempo.

Iniciativas e resistência africanas na África meridional

O sul da África em vésperas da conquista colonial

Os colonos europeus do sul da África, ao contrário dos do resto do continente, projetavam, desde o início, fundar estabelecimentos permanentes nessa região nova, que os atraía pelo clima temperado, pela fertilidade das terras aráveis, pela mão de obra barata e, enfim, pela riqueza mineral. Assim, na época da Conferência de Berlim (1884-1885), já havia mais de 70 anos que britânicos e afrikaners disputavam os territórios da África meridional, e quatro entidades políticas brancas já estavam estabelecidas: de um lado, a Colônia do Cabo e Natal, com maioria de população branca e de língua inglesa (respectivamente, 185 mil e 20 mil), e, de outro, a República Sul-Africana e o Estado Livre de Orange, que, juntos, contavam mais de 50 mil brancos de língua holandesa. Nessas colônias, a grande massa de autóctones africanos era dominada por minorias brancas.

Tipos de iniciativas e de resistências africanas

De modo geral, houve três tipos bem distintos de iniciativas e de reações dos africanos, na África meridional, ao avanço do colonialismo e do imperialismo europeu: a) o conflito armado, levado pelos zulu, ndebele, changanana, bemba, yao e nguni, assim como pelas chefias dos mangwende, makoni e mutasa; b) o protetorado ou a tutela, escolhidos pelos sotho, swazi, ngwato, tswana e lozi, que possuíam todos eles Estados independentes, não tributários, e procuraram a proteção dos britânicos contra os bôeres e os Zulu, Ndebele, Bemba e Nguni; c) alianças, pelas quais optaram numerosas comunidades pequenas e tributárias, vítimas de assaltos e que viviam refugiadas, como os khoi-khoi, os xhosa, os mpondo, os tembu, os mfengu e os hlubi na África do Sul, os bisa, os lungu, os iwa e os senga na Rodésia do Norte, e os cewa, os njanja, os nkonde e os tonga na Niassalândia, que esperavam assim obter "proteção, paz e segurança".

Os zulu, ndebele, bemba, yao: a política de confronto

Violentos confrontos, conquistas e destruições eram praticamente inevitáveis para os zulu, os ndebele, os bemba e os yao, já que eles procuravam submeter os mesmos territórios e povos que os colonizadores europeus. Em conjunto, esses reinos ocupavam ou dominavam as terras da África meridional menos povoadas, mais férteis e mais ricas em recursos minerais. Seus interesses tornavam impossível qualquer acordo ou coexistência com os europeus. Somente o mais forte poderia vencer e sobreviver.

Cetshwayo, rei dos zulu, e Lobengula, rei dos ndebele, resolveram adotar uma estratégia de confronto, a princípio usando a tática da diplomacia e, depois, a da resistência armada. De acordo com essa estratégia, Cetshwayo deu andamento, de início, à política externa pacifista e isolacionista de seu antecessor, Mpande. Em face da inveterada hostilidade dos bôeres do Transvaal, mantinha sólida aliança com os colonos ingleses de Natal e relações amistosas com Theophilus Shepstone, o célebre secretário dos Negócios Indígenas de Natal. Mas, quando os britânicos anexaram o Transvaal, em 1877, e nomearam Shepstone administrador, o sistema da aliança montado por Cetshwayo desmoronou rapidamente. Desde aí, Shepstone passou a apoiar os afrikaners que haviam cruzado o Rio Buffalo, penetrado em território zulu, ocupado fazendas e que então reclamavam títulos de posse das terras.

No dia 11 de janeiro de 1879, um exército britânico, sob o comando de lorde Chelmsford, com mais de 7 mil soldados, uns mil voluntários brancos e 7 mil auxiliares africanos, invadiu três pontos do território zulu. No dia 22 de janeiro, o exército zulu obteve uma vitória memorável na batalha de Isandhlwana, durante a qual 1600 atacantes foram mortos, e a invasão, repelida. Mas, em 4 de julho, as tropas britânicas voltaram e esmagaram a nação zulu. Cetshwayo foi para o exílio, no Cabo, e a Zululândia foi dividida em 13 circunscrições diferentes, colocadas sob a direção de fantoches.

De 1870 a 1890, Lobengula, tal como Cetshwayo, na Zululândia, seguiu com êxito uma estratégia diplomática bem concebida, para proteger os interesses vitais da nação ndebele. Sua estratégia, a longo prazo, consistia em procurar uma aliança militar e o estatuto de protetorado junto do governo britânico, a fim de se opor aos alemães, aos portugueses e aos afrikaners, freando a descontrolada expansão colonial da África do Sul.

Essas formas de resistência diplomática parecem ter sido eficazes até 1898, quando o financista sul-africano Cecil John Rhodes, visando garantir os direitos adquiridos pelo "tratado de Moffat" obteve uma carta real britânica que lhe dava o monopólio da colonização na área. Em começos de 1890, seus pioneiros

marcharam da África do Sul através da Matabelelândia para a Mashonalândia, hasteando a *Union Jack* em Salisbury no dia 12 de setembro de 1890.

Tal como, antes dele, Cetshwayo, Lobengula tentou, em vão, impedir a guerra. Apelou a Jameson, a Rhodes e ao governo britânico. Mas já não contava então com nenhum apoio, nem entre os brancos nem entre os africanos. Em vez de lançar seu exército, estimado em 20 mil homens, num combate suicida contra os colonos, fortemente armados, e seus auxiliares africanos, Lobengula preferiu evacuar a Matabelelândia e fugir com seu povo para a Rodésia do Norte. Como Cetshwayo, morreu durante a fuga, não se sabe se de varíola ou de problema cardíaco.

Iniciativas e resistência dos ngwato, lozi, sotho, tswana e swazi: protetorado ou tutela

Ao contrário dos zulu e dos ndebele, os ngwato, lozi, sotho, tswana e swazi tinham em comum suas alianças com os poderosos missionários humanitários imperialistas, para os quais a autoridade do governo de Londres devia prevalecer. A escolha dos dirigentes desses povos não surpreende. A característica dominante dos governantes autóctones pró-missionários, como Kgama dos tswana, Moshoeshoe dos shoto, Lewanika dos barotse e Ngwane dos swazi, era a fraqueza política e militar crônica. Esses monarcas reinavam principalmente em virtude de "golpes de Estado". Assim, ocupavam posições frágeis, e viviam sob constante ameaça de distúrbios e guerras civis. Além disso, os Estados deles mal tinham sobrevivido à revolução zulu e à conquista nguni, do século XIX.

Ainda que esses reis, na sua maior parte, detestassem os princípios do colonialismo e da ocidentalização, sentiam a desesperada necessidade da ajuda estrangeira para lhes garantir a sobrevivência. Por isso, no final das contas, adotaram a aliança dos missionários e a proteção britânica (metropolitana) como instrumentos essenciais de política. Os missionários, por seu lado, estavam prontos a assistir esses dirigentes. Embora humanitários, opunham-se apenas à expansão descontrolada dos colonos brancos da África do Sul, especialmente dos bôeres e de Rhodes, e à violência e exploração, que acompanhavam os incidentes de fronteira comprometendo seu trabalho zeloso e eficaz.

Se Niassalândia, Bechuanalândia e Swazilândia se tornaram protetorados britânicos, entre 1883 e 1903, foi graças, largamente, às pressões dos missionários, às petições e delegações de dirigentes africanos à "grande rainha dos ingleses", tais como as de Kgama em 1876; Kgama, Sebele e o reverendo W.C.

Willoughby, em 1895; da rainha-regente da Swazilândia e seu cônsul, em 1894. Fazendo alianças com os missionários antibôeres, antizulu e antindebele, os monarcas africanos conseguiram manter uma existência independente até as vésperas da partilha, e, depois, tirar proveito da proteção imperial inglesa, em detrimento dos colonialistas locais.

Iniciativas e reações dos hlubi, mpondomise, bhaca, senga, njanja, shona, tonga, tawara etc.: a política de aliança

Alguns dos pequenos grupos africanos da África meridional, como as soberanias barué, mangwende, makoni e mutasa, a exemplo dos xhosa, optaram pela resistência armada contra a ameaça capitalista, mas muitos outros, como os hlubi, os mpondomise, os bhaca, os senga e os njanja, aliaram-se aos brancos, na equivocada esperança de obter proteção e segurança. Assim, muitos deles não hesitaram em alinhar fileiras com os britânicos contra os zulu, os ndebele, os bemba, os nguni e os yao. Acrescente-se que inúmeros pequenos grupos, como os mfengu, os tembu, os njanja, os cewa e os tawara, viviam há algum tempo sob forte influência militar. Por isso havia entre eles numerosos elementos cristianizados, quer dizer, instruídos, que não só rejeitavam a cultura tradicional como também contestavam o poder tradicional, em benefício do colonizador.

Dessa maneira, prometendo aliança, proteção e/ou libertação, os britânicos não tiveram dificuldade para dividir esses grupos e subjugá-los. Depois, foi só instalar colonos brancos naquelas áreas.

Iniciativas e reações africanas, 1895-1914

No final da década de 1890, praticamente todos os povos da África meridional tinham sido total ou parcialmente colonizados e sofriam diversas formas de opressão – econômica, política e religiosa.

Os africanos, evidentemente, não ficaram indiferentes a tais acontecimentos. Sob os golpes conjugados do colonialismo, da expropriação, da miséria, da opressão e da ocidentalização, muitos deles, como os xhosa, chegaram à conclusão de que o homem branco era a causa de todos os seus problemas. O ódio contra a dominação estrangeira gerou a intensificação da resistência contra os brancos, enquanto um verdadeiro espírito de unidade aproximava os chefes políticos, seus adeptos, os sacerdotes e até certos grupos outrora inimigos. Exemplos representativos dessas reações que objetivavam a derrubada do sistema colonial:

Chimurenga dos ndebele-shona, de 1896-1897; a revolta dos herero, em 1904; e a revolta dos bambata ou dos zulu, em 1906.

Madagáscar de 1880 a 1939

O tratado Anglo-Merina, assinado em 23 de outubro de 1817 e ratificado em 1820, conferiu a Radama I o título de "rei de Madagáscar". A 14 de fevereiro de 1822, o próprio Radama proclamava sua soberania sobre a ilha. Este foi reconhecido pela França somente em 1862, embora reclamassem os direitos particulares sobre seus antigos entrepostos e estabelecimentos comerciais e sobre os protetorados de Sakalava e Antakarana. Para garantir a independência da ilha, Rainilaiarivony, que se tornara primeiro-ministro em 1864, deu início à modernização do país para transformá-lo em um "Estado civilizado". Assim, libertou escravos em 1877, modernizando o sistema legal em 1878 e promulgando uma nova constituição em 1881.

Apesar desses esforços, a pressão conjunta de parlamentares da Ilha de Reunião, que reclamavam a conquista total da ilha com o intuito de enviar para lá o excesso da população crioula local, o lobby da direita católica e finalmente a facção colonial, que queria eliminar a influência religiosa e econômica dos ingleses, levaram a França a invadir Madagáscar em maio de 1883, com o bombardeio de portos e a ocupação de Tamatave. Os esforços diplomáticos de Rainilaiarivony para afastar esse perigo foram vãos, e as duas guerras (1883-1885 e 1894-1895) impostas pela França terminaram com a exoneração do primeiro-ministro e o desmantelamento do governo real.

Não é de surpreender que os franceses tenham conquistado tão facilmente Madagáscar. Em vésperas da conquista francesa, graves tensões internas abalavam o Reino. Ao menos no plano oficial, o batismo de Ranavalona II marcou o início do declínio do culto dos antepassados, o desaparecimento dos *sampys* (santuários) reais ou mesmo locais, que constituíam a base política e religiosa da Imerina tradicional, e a ascensão de uma elite cristianizada. O político, o econômico e o religioso se imbricavam. Os homens da Igreja do Palácio não só se ocupavam dos negócios do Estado, como recenseamento, ensino, recrutamento para o exército e para o trabalho forçado, mas ainda se aproveitavam de sua posição e do sistema econômico para enriquecer com o comércio e a usura. Guardiães de *sampy* e dignitários locais, desapossados dos poderes e privilégios tradicionais, opuseram-se aos governantes da ilha fugindo, negando-se a construir igrejas e incendiando-as.

Tudo isso punha a nu a decomposição do corpo social e do aparelho de Estado e revelava a existência de uma crise profunda no âmago do Reino de Madagáscar, então incapaz de resistir à expedição francesa.

A incapacidade dos governantes merina de resistirem à invasão francesa trouxe grande insatisfação popular. Deste fato nasceu o movimento dos Menalamba, que promoveu uma insurreição, em Imerina, entre 1895-96. O movimento só perdeu força após a troca dos dirigentes locais merina, em fins de 1896.

O ano de 1904 encerrou o período dito de "pacificação" da ilha. As reações dos malgaxes à conquista e à penetração redundaram todas em reveses naquele ano. Oficialmente, as operações militares estavam terminadas, e os diferentes mecanismos da colonização – mecanismos administrativos, econômicos e culturais –tornaram-se aptos a funcionar, permitindo à França estabelecer sua ascendência de maneira definitiva. Todavia, o mesmo ano de 1904 também assinala o início de um novo período, marcado pelas lutas das populações malgaxes contra a opressão colonial.

Para o povo Malgaxe, a situação colonial significava a perda da liberdade e da dignidade, e também a exploração econômica de Madagáscar pela minoria estrangeira. O pretenso "desenvolvimento" da colônia enfrentou desde cedo o problema da mão de obra. Diante da resistência dos malgaxes ao recrutamento, a administração interveio, instituindo em 1926 o *Service de la Main-d'Oeuvre pour les Travaux d'Intérêt Général* (Smotig), que obrigava os conscritos, não aproveitados pelo serviço militar, a trabalhar durante três anos (prazo depois reduzido para dois anos) nos canteiros de obras da colônia. O Smotig, que para os malgaxes era "escravidão disfarçada", provocou profunda indignação não só nos recrutas, mas também nos trabalhadores "voluntários", que perderam o emprego por isso.

A opressão colonial ainda era agravada pela espoliação das terras, distribuídas aos colonos. Por um decreto de 1926, o Estado se declarava proprietário de todos os terrenos "vagos e sem dono, sem construção, nem cercados nem concedidos no dia da promulgação do decreto".

As mudanças econômicas e as reviravoltas políticas não deixaram de acarretar transformações socioculturais. Atacadas na sua essência, as sociedades fundadas em clãs das regiões costeiras viram-se ameaçadas de decomposição ou de desestruturação. A opressão colonial atingiu indistintamente as diferentes camadas da sociedade malgaxe, provocando reações também variadas.

A primeira dessas reações foi o levante, irrompido em novembro de 1904, na província de Farafangana, que logo se espalhou para oeste, graças a contatos tradicionais, históricos, entre as populações do leste e os bara. A segunda

reação importante foi a de 1915, a revolta Sadiavahe. O movimento Sadiavahe (1915-1917) foi uma revolta camponesa armada que irrompeu em Ampotaka, na margem esquerda do Rio Menarandra, em começos de fevereiro de 1915, e se espalhou rapidamente aos distritos de Amparihy e de Tsihombe. Havia também as atividades de uma sociedade secreta conhecida como *Vy Vato Sakelika* (VVS) ou "forte e dura como pedra e ferro".

A repressão dos franceses foi duríssima e teve como resultado induzir os malgaxes a renunciar à ação clandestina. Daí em diante, passaram abertamente à reivindicação política através de campanhas de imprensa e da formação de sindicatos.

Os dez anos que se seguiram à Primeira Guerra Mundial foram importantes para a evolução de uma consciência ao nível de todo o país da preparação e consolidação de um movimento nacional. O regresso a Madagáscar dos ex-combatentes estimulou essa virada decisiva na história malgaxe. Os combatentes, cobertos de glória e convencidos de terem servido à França da mesma forma que os franceses, reivindicavam os mesmos direitos que estes gozavam, no que eram apoiados por boa parte de seus compatriotas. Sob a direção de Ralaimongo, deram então início a uma longa luta pela obtenção da nacionalidade francesa e depois pela independência nacional, entre as décadas de 1920 e 1930.

O movimento, contudo, logo perdeu impulso. Com efeito, os comerciantes atingidos pela crise econômica retiraram seu apoio; os funcionários públicos temiam se comprometer e perder o emprego; os pastores protestantes, preocupados com a evolução política, refugiam-se em seus templos e a classe média malgaxe, essa estava terrivelmente disposta a esperar para ver e preferia o benefício direto e individual da cidadania francesa. Era preciso a Frente Popular para dar novo ímpeto ao movimento.

Libéria e Etiópia, 1880-1914: a sobrevivência de dois Estados africanos

A Libéria e a Etiópia são os dois únicos países que se mantiveram independentes na época da partilha europeia da África (1880-1914). Tanto Libéria quanto Etiópia usufruíram de relações medianamente amigáveis com as potências europeias até 1879. Entretanto, à época da partilha, de 1880 em diante, essas relações mudaram.

Libéria

Na época da corrida e da partilha da África, o imperialismo europeu assumiu na Libéria três formas fundamentais: a) expropriação do território liberiano pelas potências europeias; b) graves ingerências nos assuntos internos da Libéria; c) controle da economia por negociantes, financistas, concessionários e empresários europeus, protegidos por essas potências e senhores da sua confiança.

Em resposta ao apelo de negociantes de Serra Leoa, de negociantes ingleses instalados na região noroeste da Libéria, na costa vai, e dos próprios vai, o Reino Unido, preocupado com a defesa do comércio e da receita de Serra Leoa, interveio, a partir de 1860, a pretexto de proteger os vai e os negociantes das exigências fiscais da elite américo-liberiana da capital, de ascendência estadunidense. De forma semelhante, os franceses anexaram em maio de 1891 o sudeste da Libéria, entre os rios Cavalla e São Pedro, aproveitando o fato de a Libéria não ocupar efetivamente a região e de sua política comercial causar descontentamento à população local. A Libéria mais uma vez apelou às "nações cristãs e civilizadas" que intercedessem a seu favor, mas em vão.

Para prevenir novas anexações, o governo liberiano enviou representantes aos Estados Unidos da América, em 1890, e ao Reino Unido, em 1892, na tentativa de obter o compromisso de preservação da integridade territorial da Libéria, mas também sem êxito. Entre 1892 e 1914, o Reino Unido e sua rival, a França, ao estender suas possessões até o centro da África, usurparam ainda mais o território da Libéria. Em 1907, com o apoio dos Estados Unidos, o governo francês redigiu quase unilateralmente um "acordo" pelo qual a Libéria cedia à França nova parcela do seu território, a saber, as terras situadas na outra margem do Rio Makona.

Aparentemente invejoso do ganho territorial da França na Libéria, o Reino Unido também insistiu em tomar o distrito de Kanre-Lahun, que havia ocupado por volta de 1902.

Etiópia

O imperador Tewodros, ou Teodoro, II (1855- 1868), restaurou o antigo império da Etiópia, dividido havia mais de um século. O sucessor de Tewodros, imperador Yohannes, ou João IV (1871- 1889), foi obrigado a repelir os ataques dos egípcios e dos mahdistas do Sudão.

Enquanto isso, em 3 de fevereiro de 1885, os italianos tomavam Massawa, sob aprovação dos ingleses. A guerra parecia iminente. A Itália, no entanto,

receando as dificuldades de uma expedição militar em um país montanhoso como a Etiópia, apelou para a mediação do Reino Unido.

Durante a brava resistência do imperador Yohannes à agressão italiana e egípcia, o governador de Shoa, Menelik, embora por princípio devesse obediência ao imperador, mantinha relações cordiais com a Itália. A amizade com a Itália também permitiu a Menelik conquistar, na qualidade de rei de Shoa (1865-1889), as ricas regiões de Arussi, Harar, Kulo e Konta, a sul e a sudeste, e Gurage e Wallaga, a sudoeste. A 2 de maio de 1889, menos de dois meses após a morte de Yohannes, um tratado de paz e de amizade marcava o apogeu das boas relações entre Menelik e a Itália. Foi assinado na aldeia etíope de Wuchale, (Uccialli, em italiano).

Menelik, no entanto, recusou-se a aceitar a interpretação italiana do tratado. Ao fim de vários anos de tergiversações, durante os quais Menelik comprou, principalmente na França e na Rússia, grandes quantidades de armas de fogo e anexou, o mais das vezes pela força, Kaffa, Wolamo, Sidamo, Bale, parte de Ogaden, Gofa, Beni, Changul e terras a leste e a oeste de Boran Oromo ("Galla"), a Etiópia finalmente denunciou o tratado de Wuchale, a 12 de fevereiro de 1893.

A guerra entre italianos e etíopes eclodiu em dezembro de 1894. A batalha terminou com a estrondosa vitória de Menelik e a derrota total de seus inimigos. A campanha conferiu muito prestígio a Menelik. A França e o Reino Unido enviaram missões diplomáticas para celebrar tratados com ele; os mahdistas do Sudão, o sultão do Império otomano e o tzar da Rússia também mandaram embaixadas.

O resultado da batalha teve profunda influência na história das relações entre a Europa e a África. A Etiópia ganhou prestígio em toda a região do Mar Vermelho. Intelectuais negros do Novo Mundo também manifestaram crescente interesse pela Etiópia, último Estado autóctone independente da África negra - visto que a Libéria fora formada por afro-estadunidenses.

Consequências da corrida e da partilha para Libéria e Etiópia

A corrida e a partilha da África tiveram consequências interessantes e bastante diferentes para a Libéria e para a Etiópia. Eles foram os únicos países em toda a África a conservar a soberania e a independência, apesar dos assaltos do imperialismo. Mas, enquanto a Etiópia expandia consideravelmente suas fronteiras a sul e a leste, a Libéria cedia grande parte do seu território ao Reino Unido e à França. Por que é que os dois Estados sobreviveram ao imperialismo, embora de forma tão diferente?

Menelik, rei de Shoa (1865-1889); imperador da Etiópia (1889-1913). (Foto: Harlingue-Viollet.)

Uma razão decisiva para a sobrevivência da Libéria e da Etiópia foi a firme crença que tinham os povos de ambos os países de estarem destinados por Deus a sobreviver. Sempre acreditaram que os grandes acontecimentos de sua história eram produto da intervenção divina. Crença análoga inspirava a frase escrita por Menelik em 1893, tão frequentemente citada: "A Etiópia não precisa de ninguém; ela estende as mãos para Deus". Semelhante convicção estava certamente na base da determinação que explica por que os povos da Libéria e da Etiópia conseguiram resistir aos ataques dos europeus.

A segunda grande razão é de ordem diplomática. Foi-lhes possível opor as potências europeias umas contra as outras e resistir pela via diplomática a suas pressões indiretas. Assim, Menelik opôs com êxito a Itália, a França e o Reino Unido. Também a Libéria nunca deixou de opor a França ao Reino Unido e o Reino Unido à Alemanha, assim como não hesitou, quando a situação era grave, em solicitar a intervenção dos Estados Unidos da América para intimidar as potências europeias.

Há, ainda, outra razão muito importante que explica a sobrevivência da Libéria e da Etiópia: a determinação das potências imperialistas em não permitir que uma delas se apoderasse de um ou de outro país. Nem Alemanha, nem França, nem Reino Unido aceitariam que qualquer de seus rivais tomasse inteiramente posse da Libéria, uma vez que todos mantinham relações econômicas com esse país. E razões sentimentais levaram os Estados Unidos da América a garantir a sobrevivência da Libéria.

No caso da Etiópia, uma quarta razão – e crucial – explica a sua sobrevivência e mesmo a expansão de seu território: o poderio militar. Se Menelik tivesse perdido a batalha de Adowa, em 1896, a Etiópia estaria indubitavelmente convertida numa colônia italiana.

O Estado liberiano também sobreviveu, mas amputado em seu território e despojado de parte das suas riquezas, principalmente devido à fraqueza militar e à situação interna do país, verdadeiramente desesperadora.

A intervenção dos europeus na Libéria produziu efeitos duradouros sobre a política e a sociedade. De início, dividiu os liberianos em duas facções, uma favorável aos ingleses e outra aos norte-americanos. Além do mais, para executar as reformas que as potências imperialistas exigiam, era necessário recorrer a especialistas europeus e pagar-lhes altos salários, o que onerava ainda mais as despesas já demasiadas do Estado liberiano. E ele teria sucumbido se um negro norte-americano que esposara a causa dos liberianos, Ernest Lyon, ministro residente em Monróvia, não o tivesse ajudado a obter o apoio dos Estados Unidos da América a partir de 1909.

A Etiópia nunca sofreu ingerências tão repetidas das potências europeias. Ao contrário, depois da vitória de Adowa, as demais nações prestaram a ela todas as formas de respeito, tratando-a mais ou menos como igual, e isso no mesmo período em que as potências imperialistas assediavam a Libéria. Quando consideramos a fraqueza militar da Libéria e principalmente o estado de desintegração interna – devido em parte à fraqueza econômica, em parte à interferência ativa dos europeus em seus assuntos internos –, não surpreendem as perdas que ela sofreu. Surpreende é que tenha sobrevivido.

A Primeira Guerra Mundial e suas consequências

A Primeira Guerra Mundial eclodiu na última década em que se consolidava o colonialismo na África. Foi antes de tudo um conflito entre potências europeias, no qual a África viu-se direta e indiretamente envolvida pelo fato de, no momento da abertura das hostilidades, encontrar-se, em quase toda a extensão, sob a dominação dos beligerantes. Muito já se escreveu sobre as campanhas europeias na África durante a Primeira Guerra Mundial e a subsequente distribuição do território alemão entre os vitoriosos Aliados – último capítulo da corrida para a África. Muito menos se escreveu, porém, a respeito do impacto da guerra sobre os africanos e sobre aquelas estruturas administrativas somente há pouco a eles impostas pelos conquistadores europeus. Um breve relato das campanhas militares, no entanto, é indispensável à melhor compreensão das implicações que a guerra teve para a África.

A guerra em solo africano

Para a África, a consequência imediata da declaração de guerra na Europa foi a invasão das colônias alemãs pelos Aliados, tanto para evitar que servissem de base à subversão de suas próprias colônias (onde muitas vezes a autoridade colonial estava abalada) como para dividi-las entre si na eventualidade de uma vitória total dos Aliados. O sudoeste Africano alemão foi conquistado em seis meses e a campanha de Camarões levou mais de 15 meses. Na parte oriental, as campanhas levaram mais tempo ainda.

O êxodo dos europeus

A guerra assistiu a um significativo êxodo dos europeus que exerciam funções administrativas e comerciais nas colônias dos países aliados, obrigados a partir

para a frente ocidental ou a incorporar-se às unidades estacionadas na África. O resultado desse êxodo foi o declínio, quando não a completa paralisação, de inúmeros serviços essenciais anteriormente a cargo dos europeus.

Por outro lado, aos olhos dos africanos, o espetáculo inédito de europeus combatendo-se entre si – coisa que jamais haviam feito durante a ocupação colonial – talvez tenha sido ainda mais chocante do que o aparente êxodo. Pior ainda, os colonizadores incitavam os súditos uniformizados a matar o "inimigo" branco, até então pertencente a um grupo considerado sacrossanto dada a cor de sua pele, sendo todo ataque a qualquer de seus membros punido com a máxima severidade.

Participação dos africanos na guerra

Exceção feita à campanha do sudoeste Africano alemão, as tropas africanas desempenharam papel decisivo nos êxitos militares dos Aliados em solo da África. As tropas autóctones combateram não apenas no território do continente, como também foram reforçar exércitos europeus na frente ocidental e no Oriente Médio. Mais que isso, ajudaram a reprimir diversas revoltas contra a autoridade colonial, tal como haviam anteriormente ajudado na conquista da África pelos europeus.

Mais de um milhão de homens foram recrutados durante a guerra para completar os efetivos, regra geral pouco importantes, mantidos pelas autoridades coloniais. Também foi recrutado forte contingente de carregadores, cerca de três por combatente. O recrutamento de combatentes e carregadores obedecia a três métodos: voluntário, recrutamento, conscrição. Nesse último caso, na África negra francesa, um decreto de 1912, cujo objetivo era a criação de um exército negro permanente, tornou obrigatório o serviço militar de quatro anos para todos os africanos do sexo masculino, com idade entre 20 e 28 anos.

A guerra foi diretamente responsável por um número enorme de mortos e de feridos na África, mas não só: causou também, indiretamente, inumeráveis óbitos devidos à epidemia de gripe que atingiu todo o continente entre 1918-1919, facilmente propagada com o repatriamento dos soldados e carregadores.

A resistência africana à autoridade europeia

No momento em que os regimes coloniais aliados menos podiam tolerar tumultos na retaguarda, sua autoridade, ainda não consolidada, viu-se contes-

tada por vários levantes armados e outras formas de protesto em grande parte da África: África Ocidental francesa, Líbia, África Oriental portuguesa e alemã e África Ocidental inglesa. Múltiplas razões explicam os levantes: desejo de recuperar a independência; ressentimento contra as medidas de guerra, como o recrutamento obrigatório e o trabalho forçado; oposição religiosa, nomeadamente pan-islâmica, à guerra; reação às restrições econômicas geradas pela guerra; descontentamento com certos aspectos do regime colonial, cuja natureza se desvendou nitidamente durante os anos de guerra. Acrescente-se, por fim, sobretudo na África do Sul, os sentimentos pró-germânicos das populações submetidas aos Aliados.

Talvez a principal causa dessas revoltas tenha sido o recrutamento forçado de soldados e de carregadores. O ódio que suscitava era tamanho que explica, em grande parte, a quase totalidade dos levantes irrompidos na África negra francesa, assim como o movimento de resistência encontrado na outrora pacífica colônia da Costa do Ouro.

As restrições econômicas causadas pela guerra com certeza sustentaram e até provocaram o movimento de resistência às autoridades coloniais. Os levantes verificados no centro-oeste da Nigéria e no delta do Níger, no início da guerra, não podem ser compreendidos senão no contexto da queda do preço dos produtos à base de palma e do marasmo comercial subsequente ao desaparecimento dos principais compradores desses produtos, os alemães.

Fossem quais fossem as causas, as rebeliões foram impiedosamente reprimidas pelas autoridades coloniais. Os "rebeldes" eram compulsoriamente alistados no exército, chicoteados ou até enforcados; os chefes, exilados ou presos; as aldeias, arrasadas como advertência. A resistência nem sempre era violenta, no entanto. Muita gente esquivou-se dos motivos de queixa emigrando, por exemplo. Foi assim que muitos súditos franceses do Senegal, da Guiné, do alto Senegal-Níger e da Costa do Marfim efetuaram aquilo a que A. I. Asiwaju chamava "migração de protesto", rumo aos territórios britânicos vizinhos. Para escapar aos agentes de recrutamento, os habitantes de aldeias inteiras sumiam na floresta. Os jovens mutilavam-se para não servir o exército colonial.

Consequências econômicas da guerra

A declaração de guerra prejudicou consideravelmente a vida econômica da África. De modo geral, provocou a queda dos preços dos produtos básicos e a elevação dos preços dos artigos importados, dada a redução da oferta. A estrutura

do intercâmbio entre a África e a Europa foi radicalmente modificada com a expulsão dos alemães dos territórios aliados, onde, em certos casos, como em Serra Leoa, eles eram responsáveis por 80% do comércio de importação-exportação.

Durante toda a guerra, o Estado não cessou de intervir cada vez mais na economia das colônias africanas: controle de preços, requisição de colheitas, cultivo obrigatório de certos produtos, recrutamento de mão de obra para projetos essenciais e distribuição da tonelagem disponível nos navios mercantes. De modo geral, a intervenção procurava favorecer as casas importadoras e exportadoras da potência governante.

A carência de produtos de importação conduziu à queda da produção agrícola naqueles países dependentes da importação de adubos, implementos agrícolas e materiais de irrigação, como o Egito. Mas também estimulou o desenvolvimento de indústrias substitutivas em outros países, principalmente na África do Sul, onde se tomou consciência das potencialidades dos mercados de ultramar para os produtos locais.

A guerra trouxe, para a África, o motor de combustão interna e, com ele, as estradas de rodagem. Na África Oriental, a longa campanha contra os alemães e o problema do transporte de provisões impuseram a construção de várias estradas.

Nas áreas de atividade militar constante ou onde foram necessárias instalações de trânsito, houve um rápido desenvolvimento dos portos, como Mombaça, Bizerta, Port Harcourt e Dacar. Na Nigéria, as minas de carvão de Enugu foram abertas durante a guerra, para que as ferrovias dispusessem de uma fonte de combustível local.

De modo geral, as receitas públicas diminuíram no decurso da guerra, já que advinham principalmente da tributação das importações. Salvo quando as exigências militares dispuseram de outra forma, as obras públicas e os planos de desenvolvimento foram suspensos até o cessar das hostilidades.

Consequências sociais e políticas da guerra

Não há dúvida de que a guerra abriu novos horizontes a grande número de africanos, principalmente membros da elite culta. Em muitas regiões africanas, a guerra favoreceu, se não sempre, o despertar de movimentos nacionalistas, ao menos o desenvolvimento de uma atitude mais crítica da elite culta em relação ao poder colonial. Na Guiné, o regresso dos antigos combatentes foi o prelúdio de greves, agitações nos campos de desmobilização e contestação da autoridade dos chefes.

Se, por um lado, a guerra assinalou o fim das tentativas por parte dos africanos para recuperar a soberania da era pré-colonial, por outro, também assistiu

à intensificação das reivindicações, como consequência da participação dos africanos na administração das novas entidades políticas a eles impostas pelos europeus.

A guerra assinalou uma nítida evolução da opinião internacional no que diz respeito ao colonialismo. Antes do conflito, as potências coloniais europeias não tinham contas a prestar senão a si próprias. Depois dele, a ideia de "missão sagrada de civilização" para com povos pretensamente pouco evoluídos – embora manifesta na década de 1890, por exemplo, com a proibição da venda de álcool aos africanos – estava agora sacramentada nos mandatos com que os Aliados vitoriosos asseguraram a administração das colônias alemãs em nome da Liga das Nações, (SDN), responsável, "através de todos os meios ao seu alcance, por aumentar o bem-estar material e moral e favorecer o progresso social dos habitantes". Em teoria, essa disposição introduzia o princípio da responsabilidade internacional. Da mesma forma, o direito à autodeterminação, em princípio proclamado no congresso da Segunda Internacional Socialista realizado em Londres no ano de 1896, havia sido enunciado pelo dirigente de uma grande potência mundial, Woodrow Wilson, enquanto uma nova potência, a Rússia Soviética, denunciaria todas as formas de colonialismo na África.

A Primeira Guerra assinalou ao mesmo tempo o fim da partilha do continente e das tentativas africanas para reconquistar uma independência fundada na situação política anterior a essa partilha. Foi causa de profundas transformações econômicas e sociais para numerosos países africanos, mas inaugurou um período de vinte anos de calma para as administrações europeias, exceção feita a zonas como o Rif francês e espanhol, a Mauritânia francesa e a Líbia italiana.

Todavia, semeada durante a guerra, a ideia da autodeterminação dos povos e da responsabilidade das potências coloniais deveria, no decurso do período ulterior de paz, influenciar profundamente o desenrolar dos movimentos nacionalistas nascentes. Mas seria necessário, ainda, o cataclisma de uma segunda guerra mundial para que esses movimentos, que antes reclamavam apenas um papel mais importante na administração, viessem a exigir as rédeas do poder.

A dominação europeia: métodos e instituições

Pouco depois da conquista e ocupação da África pelas potências imperialistas europeias, várias medidas de "política indígena" foram tomadas pela administra-

ção das colônias. Embora diferissem, essas políticas tinham em comum, tanto em teoria como na prática, que o poder colonial não estaria efetivamente assegurado senão com a ajuda do pessoal e das instituições autóctones, desempenhando uma função complementar ou auxiliar. Além disso, de acordo com a ideologia imperialista da época, a finalidade da presença europeia definia-se em termos de responsabilidade ou de tutela. Essa atitude paternalista em relação à África colonial, de que o pensamento europeu se havia inteiramente impregnado, foi simultaneamente internacionalizada e institucionalizada com o sistema de mandatos criado pela Liga das Nações após a Primeira Guerra Mundial.

Subjacente a essa retórica transparecia mais uma vez o sentimento de superioridade cultural e racial que se formara nos séculos XVIII e XIX e que se expressava na qualificação de "crianças grandes" ou "não adultos" aplicada aos africanos. A dominação europeia, que exigia essa condição social imaginária, supunha perdurar por muito tempo. As raras zonas onde já se haviam estabelecido importantes minorias brancas, na época expandidas com a chegada de numerosos imigrantes, pareciam destinadas a uma colonização permanente. No entanto, mesmo nessas zonas (exceto na África do Sul, onde uma política de segregação demasiadamente rígida já se havia imposto), falava-se com boa vontade em desenvolvimento cooperativo e, ao menos oficialmente, as populações africanas eram convidadas a se deixar conduzir pelos europeus.

Há uma convergência de opiniões sobre o que se poderia chamar administração conjunta ou "administração indireta" – aquilo que permitia às autoridades africanas participar do poder colonial, mas em posição subordinada. Em primeiro lugar, a penetração do continente africano em fins do século XIX deu-se em ritmo tal que o pessoal europeu disponível logo se tornou insuficiente para administrar as novas possessões. Em segundo lugar, estas se estendiam a regiões com as quais não se estabelecera, até então, nenhum contato cultural europeu, e assim a administração indireta não seria possível. Em terceiro lugar, as metrópoles não estavam preparadas para arcar com o alto custo da administração direta das colônias; julgavam também que, quanto menos a ordem social fosse abalada, mais ativa seria a cooperação dos povos autóctones. A razão final era o malogro da política administrativa direta ou assimilacionista, tão em voga no século XIX. Quer se tratasse dos franceses com as quatro comunas do Senegal (Dacar, São Luís, Rufisque, Goreia), ou dos ingleses com as colônias da Coroa (Serra Leoa, Costa do Ouro – atual Gana – e Lagos – pertencente à atual Nigéria), a assimilação malograra em fins do século passado, e não somente por causa da resistência cultural dos povos africanos.

Aos funcionários coloniais ingleses e franceses faltava entusiasmo, devido aos conflitos e atritos que se produziam entre a elite colonial europeia e os africanos educados à moda ocidental. Nas colônias inglesas e francesas, o fim do século XIX foi assinalado pela frustração geral das expectativas desses africanos ocidentalizados. Deve-se, portanto, a essa falta de solidariedade entre colonialistas europeus e africanos cultos a escassez artificial de pessoal administrativo verificada em fins do século passado, quando os novos regimes começaram a restringir o recrutamento de africanos altamente capacitados para a administração.

Dadas essas condições, nenhuma potência colonial procurou eliminar de imediato e por completo as estruturas sociopolíticas existentes. Não obstante, as exigências fundamentais do sistema colonial produziram em toda parte o efeito de modificar os objetivos e, portanto, distorcer as funções das instituições africanas básicas, enfraquecendo-as. O próprio fato de os Estados africanos terem sido, na sua maior parte, anexados por conquista e pelo exílio ou destituição de seus dirigentes lançou em descrédito toda a antiga administração. A generalização de um sistema fiscal concebido por europeus constituiu certamente outra medida colonial demolidora, mas até mesmo tímidos esforços no sentido do que hoje se chama modernização remodelaram as instituições locais. Por essas razões, a administração indireta não poderia ser completamente praticada e teria de ser modificada de vários modos pelas diferentes potências coloniais.

Para além da retórica oficial, os objetivos concretos da colonização revelaram-se muito restritos. Limitavam-se essencialmente a manter a ordem, evitar despesas excessivas e constituir uma reserva de mão de obra, primeiro para transporte de cargas e depois para construção de estradas e ferrovias, mas também para fins comerciais. Na prática, esses objetivos eram atribuídos às funções da administração local, e cumpridos de três maneiras: reforma dos sistemas judiciários, recurso ao trabalho forçado e instituição de impostos pessoais.

Como gostavam de salientar seus mais ardentes defensores, o poder colonial havia sido implantado pela força das baionetas e era com ela que se mantinha. Em que pesem as proclamações consignadas nos documentos da Liga das Nações e considerando o enfraquecimento de suas posições mundiais depois da Primeira Guerra, as potências europeias instaladas na África não pensavam sob hipótese alguma na devolução do poder político durante o período que separou as duas guerras.

O sistema colonial – e aí está o elemento mais importante de toda a história do período de entre as duas guerras – fixou o quadro administrativo geral no qual

o governo nacional devia inserir-se durante a primeira década de independência. A incipiente normalização da vida política no contexto de uma estrutura organizada à europeia constitui o aspecto principal da modernização que os europeus introduziram então na África, mas para servir a seus próprios desígnios.

A economia colonial

A conquista e as novas relações de produção, 1880-1910

Concomitantemente ao estabelecimento de bases institucionais e estruturais necessárias à administração, as potências europeias assentavam um sistema econômico para a exploração dos recursos naturais de suas colônias. Ao que parece, o sistema econômico colonial não atingiu o apogeu senão no período imediatamente anterior à Segunda Guerra Mundial.

Para os africanos, as primeiras evidências da nova economia manifestavam-se como estradas, ferrovias e linhas telegráficas. A construção de sistemas de transporte e comunicações era o prelúdio da conquista: constituíam meios logísticos que permitiriam novas agressões a partir das bases formadas pelas zonas ocupadas. No entanto, raras eram as estradas e vias férreas de interesse exclusivamente militar: as vias férreas que facilitavam a conquista também serviam para a exploração de amendoim, algodão e outros produtos.

O fator mais decisivo para a implantação da economia colonial foi o grau de participação que as diferentes regiões da África tinham na economia mundial. As zonas provedoras de escravos, que se estendiam do Senegal a Serra Leoa, da Costa do Ouro (atual Gana) à Nigéria, do Rio Congo a Angola, foram as faixas do litoral onde os europeus primeiro se fixaram. Certos traços da economia colonial já se manifestavam nessas regiões antes mesmo do estabelecimento oficial da dominação estrangeira, pois tanto africanos como europeus procuravam incentivar a produção de gêneros exportáveis, de modo a poderem substituir o tráfico de escravos por um comércio “legítimo”. Na África Ocidental, chefes, negociantes e outros elementos da população obtinham vantagens com a manutenção de relações comerciais com o exterior e com o acesso a produtos importados.

Capital e coerção no período 1900-1920

Durante pelo menos três décadas, entre 1880 e 1910, a resistência africana contribuiu muito para reduzir o ritmo do avanço da colonização econômica.

Além disso, era pouco o interesse imediato do capital monopolista europeu. A África suscitara enorme ambição na era do mercantilismo e da acumulação, mas a relativa obscuridade em que ela mergulhou no século XIX persistia nos primeiros anos do colonialismo, apesar do aumento do controle político-econômico subsequente à partilha e à conquista do continente.

Nos primeiros tempos do colonialismo, por vezes o próprio capital privado encarregou-se da coerção e de fazer reinar a ordem. Assim foi no tempo das companhias dotadas de privilégios, cartas e concessões, que exerceram atividades na África Austral e Central, na Nigéria e na África Oriental alemã.

A ação combinada de capital europeu e mão de obra africana trabalhando sob coação produziu consideráveis excedentes de produtos para o consumo europeu. Gêneros agrícolas e minerais foram exportados e os lucros repatriados, pois tinha vindo de fora o capital investido nas companhias mineiras, nas plantações e nas sociedades de import/export. No entanto, parte do capital acumulado graças a esses lucros foi reinvestida, daí o crescimento gigantesco do capital da África Austral e a aceleração da transformação monopolista de firmas comerciais da África Ocidental, que lhes permitiu apoiar empresas manufatureiras e distribuidoras da Europa e associar-se a elas. Na Argélia, no sul da África e, em menor grau, na Tunísia, no Quênia, na Rodésia do Norte e na Rodésia do Sul (atuais Zâmbia e Zimbábue), os primeiros lucros obtidos com a economia colonial garantiram aos colonos brancos um nível de vida mais elevado e, ao mesmo tempo, uma situação econômica mais estável.

Participação da África na economia colonial, 1920-1930

A coerção representou fator decisivo nas relações econômicas durante os anos de formação das economias coloniais na África. Primeiro atingiu as colônias britânicas e alemãs, depois as colônias francesas e, enfim, as colônias belgas e portuguesas. Desde aí, os africanos passaram a considerar o sistema econômico monetário como uma realidade – um fato novo, é certo, mas irreversível, e ao qual, em muitos casos, estavam dispostos a dar boa acolhida. Não obstante, uma nova fase se inicia em 1920, quando os africanos começam a exercer influência sobre as condições de sua inserção nos circuitos econômicos. Durante esse período, eles continuam a desempenhar seus papéis como assalariados nas minas da África do Sul e nas plantações na África Oriental e Central, que atraíam trabalhadores vindos de muito longe. Em Tanganica, vinham da Niassalândia, da Rodésia do Norte, de Moçambique e de Ruanda-Urundi (atualmente, Ruanda e Burundi).

Poucos setores da comunidade africana conseguiram permanecer imunes à economia colonial, à medida que esta se consolidava. Apesar de serem tidos como conservadores, todos os grupos de pastores, por exemplo, foram atraídos para a economia monetária desde 1920, senão antes. Vendiam carne para consumo local e ocasionalmente para exportação, juntamente com as peles. Nos territórios que mais tarde viriam a formar a Somália, essa era a principal forma de manifestação da economia colonial.

Os africanos procuravam naturalmente ganhar a vida de modo ao mesmo tempo agradável e remunerador. As administrações coloniais, as missões e as companhias privadas abriram suas portas a jovens empregados, a artesãos e (no caso das duas primeiras) a professores primários. O desejo de instruir-se estava vinculado a possibilidades de emprego que permitiam, além do mais, satisfazer uma crescente predileção pela vida urbana. As pessoas que abandonavam a escola primária ou que, por uma ou outra razão, não podiam pretender um emprego de maior prestígio, ocupavam os interstícios da economia colonial como domésticos ou membros da polícia ou do exército; ou, então, "se viravam" nas cidades, entregando-se a atividades mais ou menos ilícitas, como a prostituição.

Dependência e Depressão, 1930-1938

As relações de produção coloniais estabeleceram-se na África no decurso de vários anos, durante os quais numerosas economias africanas autossuficientes foram ou destruídas ou transformadas e subordinadas. Os laços que as uniam foram cortados, como no caso do comércio transaariano e do comércio da região dos grandes lagos, na África Central e Oriental. Mesmo as relações anteriormente existentes entre a África e o resto do mundo, principalmente com a Índia e a Arábia, sofreram perturbações. Foram criadas numerosas economias coloniais separadas. A partilha econômica não foi calcada exatamente sobre a partilha política, já que as potências imperialistas mais fortes apossaram-se das colônias mais fracas. O próprio Reino Unido, depois de criada a *Anglo-American Corporation*, em 1917, teve de aceitar a penetração do capital americano na África do Sul. Não obstante, as fronteiras políticas arbitrariamente fixadas eram geralmente aceitas como limite das economias, cada uma das quais incipiente, artificial e individualmente voltada para a Europa. Faltavam a elas articulação interna e laços regionais e continentais.

Entre as duas guerras mundiais, o acontecimento marcante para a evolução das economias africanas foi a Grande Depressão de 1929-1933. Surpreendendo as economias interdependentes do mundo capitalista, a Depressão atingiu também as economias coloniais africanas. Desde o século XIX, as crises cíclicas

da economia mundial fizeram diminuir o crescimento da África e impuseram sacrifícios aos africanos já engolfados pelo sistema de relações monetárias. Em 1930, portanto, somente a gravidade das dificuldades que o continente experimentou ao receber o contragolpe da crise é que era nova. Foi através dos setores capitalistas mais avançados (minas, plantações e zonas de cultura de produtos básicos comercializáveis) que a Depressão chegou à África.

A reação dos africanos à crise foi combater as soluções apresentadas pelos europeus. Contra a redução de salários, os trabalhadores fizeram greves mais frequentes e maciças, apesar da falta de sindicatos.

A dependência a que os africanos ficaram reduzidos depois da grande crise mostra a amplitude das mudanças verificadas em sua vida, aproximadamente cinquenta anos após o advento do colonialismo. Nos primeiros anos, o impacto do colonialismo pouco se fez sentir; mas introduziu transformações profundas à medida que se desenvolveu. No período seguinte ao desenvolvimento da economia monetária, a sociedade africana diferenciou-se e novas classes formaram-se. Os camponeses que tinham vencido nas culturas comerciais, os negociantes africanos e a elite culta formavam, em conjunto, o embrião de uma pequena burguesia. Estavam frequentemente ligados às antigas classes possuidoras das regiões semifeudais da África e, por isso, muitas vezes mimados pelos europeus. Mas o fato capital é que, à parte toda a política colonial, a marcha da economia favoreceu o progresso dessas camadas da população que econômica e culturalmente pertenciam ao mundo colonial dependente.

A economia colonial das antigas zonas francesas, belgas e portuguesas (1914-1935)

Tanto na sua configuração geral como no que respeita à política colonial, as colônias francesas, belgas e portuguesas, sobretudo a África Equatorial Francesa, o Congo Belga, Moçambique, Ruanda-Urundi e Angola compartilhavam várias similaridades. Eram colônias ou federações de enorme extensão, embora com povoamento de modo geral inferior à média da África britânica, especialmente a África Equatorial Francesa. No plano econômico, o período entre 1914-1935 foi decisivo, tendo o início e o fim assinalados por dois traumatismos profundos. O primeiro – a Primeira Guerra Mundial – serviu para desencadear, apesar da breve mas violenta crise dos anos 1921-1922, um *boom* colonial sem precedentes, que refletia a prosperidade metropolitana dos anos de 1920. Embora espetacular, foi uma expansão relativamente curta,

encenada pela longa Depressão que seguiu a crise de 1930. Tudo isso produziu conturbações tanto no plano econômico e social como no plano ideológico. No final do período, as relações da África de língua francesa e de língua portuguesa com o mundo exterior já se achavam transformadas. As colônias, até então relativamente independentes de suas metrópoles, foram integradas ao sistema capitalista ocidental, no contexto de um sistema econômico coerente de exploração colonial.

O financiamento de bens de capital

O traço dominante do período foi o esforço para a importação de bens de capital, lucrativo para as metrópoles, mas duramente suportado pelas colônias. Em todos os territórios, uma balança comercial deficitária – que surge com a Primeira Guerra Mundial e atinge o ponto culminante nos anos de máxima euforia econômica de 1925-1930 – revela a importância dada aos bens de capital. É ocioso assinalar a importância assumida nesse período pelo setor de infraestrutura dos transportes, sobretudo ferroviária e portuária. No Congo Belga, 65% dos investimentos acumulados em 1932 destinavam-se a minas, transportes e imóveis ou a empresas secundárias, agrícolas ou comerciais, ligadas à expansão ferroviária e mineira.

Mas as colônias continuavam financeiramente pobres. Apesar do crescimento das receitas aduaneiras, devido ao surto do comércio exterior e, sobretudo, ao aumento do imposto de capitação, elas não estavam em condições de assumir sozinhas o financiamento da expansão.

O resultado foi o crescimento da dívida externa, que ameaçava mais gravemente o equilíbrio orçamentário, em razão de as amortizações se tornarem mais pesadas em plena Depressão, precisamente no momento da queda vertiginosa das cotações dos produtos de exportação.

Mas como essa economia arcaica – quer dizer, mais dependente da taxação e da pilhagem do que da produção e dos investimentos – era frágil, a Grande Depressão determinou sua falência.

Os encargos do trabalhador

Este período, delimitado por duas fases difíceis, marcadas pela exploração crescente dos trabalhadores – a Primeira Guerra Mundial e a Grande Depressão –, foi rude para os africanos. Nesse tempo de "desenvolvimento" colonial, os homens só interessavam ao colonizador enquanto mercadoria ou bem de produção. Foi para melhorar sua eficiência, aliás, que foram tomadas

as primeiras medidas de proteção do trabalho. O nível de vida, porém, continuava precário e vulnerável ao menor desequilíbrio, e entrou em colapso com a Grande Depressão.

Embora o trabalho forçado fosse oficialmente repudiado em toda parte, a carência de mão de obra levava à coerção, direta ou imposta através de tributos, que tinham de ser pagos.

Era comum em toda a parte o uso do trabalho não remunerado. As federações francesas oficializaram, depois da guerra, as prestações de serviço gratuitas para obras de interesse local ou colonial. Fixadas inicialmente em sete dias por ano, logo passaram para 12 dias na África Ocidental Francesa e para 15 dias na África Equatorial Francesa. Essa obrigação, por si limitada, era mais impopular porque a alimentação desses trabalhadores, não considerada de antemão, ficava a cargo das mulheres se a obra estivesse a um dia de distância a pé da aldeia. A esse trabalho obrigatório somavam-se os recrutamentos impostos (no entanto, pagos) pelas ferrovias.

A época foi marcada sobretudo pela instituição da cultura obrigatória de produtos específicos. Esse procedimento, que teve origem no Congo Belga no final do século XIX, foi retomado durante a Primeira Guerra Mundial. Em 1930, os "campos do Estado" abrangiam mais de um milhão de hectares. A cultura obrigatória falhou na África Ocidental Francesa e nas colônias portuguesas. Contudo, foi bem-sucedida na Costa do Marfim, Camarões e Ruanda-Urundi, onde, no auge da Depressão, foi introduzida a produção em larga escala de cacau e principalmente a de café.

Regime e regulamentação do trabalho

Todas as potências coloniais sentiram, quase ao mesmo tempo, a necessidade de regulamentação do trabalho, que foi introduzido no Congo Belga em 1910, na África Equatorial Francesa em 1902, na África Ocidental Francesa em 1928 e nas colônias portuguesas em 1911. Semelhante em todos os territórios, a regulamentação fixava a duração legal do contrato a um máximo de três anos no Congo e dois anos nas colônias francesas e portuguesas. Essa regra, entretanto, nunca foi inteiramente observada.

Tributação

O problema do imposto pesava sempre mais sobre o poder aquisitivo dos africanos em função de ser esta a fonte principal do financiamento da expansão. Em razão disso, entre as duas guerras, verificou-se um aumento mais rápido da capita-

ção do que da remuneração dos trabalhadores. As rendas dos camponeses, de fato, continuavam irrisórias, especialmente entre os que plantavam safras obrigatórias.

De modo geral, a tributação direta que pesava sobre o africano excedia, então, largamente a remuneração do seu trabalho, condenando-o ao endividamento e à miséria – tanto mais que o imposto aumentou no momento em que os preços, ao nível mais baixo, fizeram cair a remuneração dos camponeses. Apesar da expansão das culturas especulativas, todos os testemunhos concordam: a miséria era profunda.

As crises e suas repercussões

As crises aqui discutidas tiveram efeito de longa duração na vida dos africanos. O primeiro deles foi o empobrecimento da maioria da população. Esmagados por impostos que já não podiam pagar, os africanos reagiram à queda de sua renda aumentando a produção. Como vimos, foi em plena crise que as culturas de tipo tropical (café, cacau, banana, algodão) se expandiram, devido unicamente à produção dos pequenos plantadores africanos. Assim, a evidente transformação econômica ocorrida durante esse período foi empreendida e custeada pelo campesinato, posto que a elevação da carga tributária sobre os produtores coincidiu com o nível mais baixo dos preços e, consequentemente, dos salários. No entanto, essas culturas serviram essencialmente para desencadear um processo de diferenciação social, dando lugar ao surgimento de uma classe de "novos-ricos" locais, pequenos proprietários de terras e empresários comerciais, que ganharam dinheiro à custa da miséria e do endividamento da maioria.

Penúria de alimentos, fomes e epidemias

Característica de todo o período foi a grave carência de alimentos. A economia de guerra dos anos 1915-1918 acarretou uma série de graves implicações. A medida mais nociva foi a requisição de alimentos para a metrópole, no instante mesmo em que as tropas (10 mil homens somente na África Equatorial Francesa, mas algo acima de 160 mil na África Ocidental Francesa) exauriam os campos. No Gabão, somente um quarto da produção obrigatória foi deixada para consumo local. A seca assolou toda a zona sudanesa, do Senegal até Uadai e o Chade. Das carências periódicas de alimentos passou-se à fome devastadora, que fez com certeza de 250 a 400 mil vítimas.

Enfraquecidas, as populações foram assoladas por epidemias, com a recrudescência da varíola e, sobretudo, a disseminação da gripe espanhola proveniente da

Europa, que talvez tenha feito desaparecer um décimo da população da África Equatorial Francesa.

No conjunto, não obstante, a catástrofe foi menor. As fomes foram contidas graças ao progresso dos meios de transporte, e as epidemias, controladas pelas primeiras campanhas sanitárias. Mesmo assim, a queda dos preços e a falta de empregos foram cruelmente sentidas em toda parte.

Balanço econômico

Em suma, o balanço econômico no final do período de entre as duas guerras era negativo, tanto do ponto de vista dos colonizadores (produção diminuída e pouco diversificada) como do ponto de vista africano (miséria e confusão das populações). Não obstante, malgrado as aparências, a infraestrutura assentada e as facilidades de produção tinham modificado profundamente a estrutura da economia. Sob esse aspecto, a Depressão de 1930 levou à consciência da necessidade de uma política conduzida pelo Estado. Ela impôs a ideia da planificação colonial, em que a divisão internacional do trabalho servia para justificar a organização de zonas de produção especializadas e intensificadas.

A partir de 1936, o governo da Frente Popular elaborou um programa colonial coerente, ao mesmo tempo reformista e moderno. Embora a carência de recursos impusesse limites, o programa introduziu nas federações francesas verdadeiramente as primeiras reformas que, afinal, permitiram a formação de sindicatos e de partidos políticos africanos.

A economia colonial: as antigas zonas britânicas

Não só a natureza e as características da economia colonial estabelecida nas zonas britânicas diferiam significativamente, como também havia similaridades e diferenças, no âmbito mesmo das zonas britânicas, entre as colônias da África Oriental e Central – Quênia, Tanganica (atual Tanzânia), Rodésia do Norte (atual Zâmbia), Rodésia do Sul (atual Zimbábue) e Niassalândia (atual Malaui) – e África Ocidental: Camarões, Nigéria, Uganda, Costa do Ouro (atual Gana), Gâmbia e Serra Leoa.

Os britânicos, a exemplo dos demais colonizadores, não desenvolveram uma teoria universal do colonialismo que se aplicasse a todos os aspectos da vida em todas as colônias. Reservava-se ampla autonomia aos administradores coloniais para adequar cada situação segundo as condições locais. No entanto, mesmo

na ausência de uma teoria explícita, alguns princípios parecem ter guiado o comportamento dos responsáveis, bem como dos executantes das políticas econômicas coloniais. Em primeiro lugar, o Reino Unido esperava que as colônias fornecessem matérias-primas (produtos agrícolas ou minérios) necessárias para alimentar a máquina industrial da potência imperialista. Em segundo, as colônias deveriam importar os produtos manufaturados provenientes da metrópole. Em terceiro lugar, esperava-se que as colônias fossem autossuficientes. A coleta de impostos sobre os povos colonizados devia cobrir o orçamento geral da administração, assim como o financiamento de qualquer projeto de desenvolvimento.

Outro princípio, que parece ter sido mal assimilado por alguns administradores coloniais e pelos que fazem a apologia do colonialismo, era o fato de os britânicos, como os demais colonizadores, emigrarem para as colônias essencialmente, se não unicamente, com o objetivo de enriquecer e de promover seus próprios interesses. Não se sentiam minimamente compromissados em relação ao desenvolvimento dos africanos. A principal preocupação era criar e manter as condições adequadas para garantir a prossecução "ordenada" das atividades econômicas da colônia. Essas condições incluíam a manutenção "da lei e da ordem", que propiciavam a exploração eficaz dos recursos da colônia, quer humanos quer materiais.

A propriedade dos meios de produção

Até 1935, o meio de produção essencial e quase único nas possessões britânicas era o solo. As atitudes e políticas adotadas pelos britânicos no que se refere à terra variavam de uma região para outra e, na mesma região, de colônia para colônia. No entanto, pode-se dizer que, de maneira geral, os africanos continuaram na prática senhores de suas terras nas colônias britânicas da África Ocidental, mas foram no mais das vezes desapossados delas na África Oriental e na África Central. Seja como for, em cada uma dessas regiões havia diferenças notáveis de colônia para colônia.

A extensão das terras disponíveis e a propaganda feita pelas autoridades coloniais no intuito de popularizar a colonização agrícola atraíram numerosos europeus, tanto aventureiros como autênticos agricultores.

Produção

As economias coloniais de que estamos tratando caracterizavam-se por dois grandes setores: um que garantia essencialmente as necessidades alimentares dos

agricultores e do mercado interno, e outro que fornecia os produtos primários destinados à exportação. A produção para abastecimento local achava-se organizada havia muito tempo, antes mesmo do estabelecimento do colonialismo. Banana, inhame, mandioca, arroz e milho eram cultivados pelos camponeses da África Ocidental mediante processos muito simples, que os britânicos encontraram na região em fins do século XIX. Na África Central e na Oriental, a situação era praticamente a mesma para a produção de banana, milho, mandioca, painço e outras lavouras. Ao contrário do setor de exportação, a produção do setor interno não trazia divisas estrangeiras, tão necessárias para o pagamento das mercadorias importadas, nem liberava matérias-primas para alimentar as fábricas da metrópole. Não surpreende, consequentemente, que o setor tenha sido tão negligenciado pelas autoridades coloniais.

Safras comerciais

O setor de exportação consistia essencialmente em produção primária (produtos agrícolas e produtos minerais). À parte os casos excepcionais, em que colonos europeus possuíam importantes extensões de terra, o setor agrícola de exportação, nas antigas possessões britânicas da África tropical, estava quase inteiramente em mãos de milhões de pequenos produtores não especializados. As principais safras comerciais compreendiam cacau da Costa do Ouro e da Nigéria ocidental; o azeite e a polpa de dendê da Nigéria, Serra Leoa e, até certo ponto, da Costa do Ouro; amendoim de Gâmbia e da Nigéria do norte; algodão de Uganda, Nigéria e Tanganica; café de Uganda e Tanganica.

As minas

O subsolo de algumas possessões britânicas da África tropical era rico em vários recursos minerais. Havia minas de ouro na Costa do Ouro, na Rodésia do Sul, em Tanganica e Serra Leoa. Os diamantes representavam importante produção industrial em Serra Leoa e na Costa do Ouro. Minas de cobre existiam apenas na Rodésia do Norte, e o minério de ferro era uma especialidade de Serra Leoa. Minas de carvão eram exploradas na Nigéria e na Rodésia do Sul, onde representavam importante fonte de energia. Na maior parte dos territórios era possível explorar um ou dois tipos de minério, mas só a Rodésia do Sul e Serra Leoa apresentavam grande variedade de minerais.

Os salários continuavam a ser o único meio de a população local recolher uma fração da renda das minas, mas, como no caso da agricultura e das plan-

tações europeias, o pagamento era tão baixo que os assalariados tinham de se socorrer junto ao setor camponês.

Os setores de exportação dos países aqui tratados apresentavam dois traços principais. Em primeiro lugar, as exportações, tanto de produtos agrícolas como minerais, saíam em estado bruto. Dessa forma, o valor unitário da maior parte das exportações era relativamente baixo. Em segundo lugar, verificava-se uma tendência para o desenvolvimento da monocultura, o que tornava bastante vulneráveis as economias dos países que dependiam essencialmente das exportações agrícolas. Somente a Nigéria (com três tipos de culturas: cacau, produtos do dendezeiro e amendoim) e o Quênia constituíam economias algo diversificadas. A debilidade das economias baseadas na monocultura patenteou-se tragicamente durante a Grande Depressão de 1929-1934, quando o pânico e a confusão tomaram conta da administração colonial.

Moeda e bancos

A exemplo das outras potências coloniais, os britânicos introduziram nas suas colônias o uso de moedas modernas, em lugar do tradicional sistema de troca, de pagamento em mercadorias e de outras unidades monetárias como ouro em pó e conchas. Isso visava fundamentalmente a estimular a produção e a exportação de safras comerciais, bem como a importação de manufaturas da Europa. Em 1910, o uso das moedas europeias, entre as quais figurava grande variedade de moedas inglesas, já estava bastante difundido na África Ocidental.

O uso cada vez mais difundido de moedas modernas trouxe como consequência maior o surgimento de instituições bancárias nas colônias britânicas. Na África Ocidental, o primeiro banco foi criado em 1894. Tratava-se do Bank of British West Africa, ao qual se seguiu, em 1926, o Barclays Bank ("*Dominion, Colonial and Overseas*"). Essas duas instituições detiveram o monopólio das atividades bancárias na África Ocidental Britânica durante todo o período colonial. Pesquisas recentes demonstraram que, em matéria de empréstimos, todos esses estabelecimentos aplicavam uma política discriminatória com relação aos empresários africanos e favorável aos britânicos e asiáticos. Finalmente, como o sistema bancário tornou-se apanágio exclusivo dos europeus, aos africanos foi recusada a possibilidade de adquirir formação e experiência nesse domínio vital.

Infraestrutura

A infraestrutura constitui um dos principais fatores da comercialização. A construção de ferrovias, estradas, linhas telegráficas e instalações portuárias mereceu desde cedo a atenção das administrações coloniais. Embora esses equipamentos servissem à administração em geral, seu objetivo fundamental era fazer chegar até o mar as exportações. Não admira, portanto, que o traçado e os grandes entroncamentos das estradas e das ferrovias pouco levassem em conta o bem-estar geral das populações locais. Na sua maioria, as estradas de ferro ligavam diretamente a costa às regiões interioranas de jazidas de minérios ou de plantações comerciais. O número de linhas transversais e de ligações ferroviárias interterritoriais era pobre.

África do Sul, 1880-1935

Durante os trinta últimos anos do século XIX, a África do Sul experimentou uma verdadeira revolução, não só econômica mas também social. A primeira causa da transformação refere-se a um único acontecimento: a descoberta de minerais; primeiro, diamantes na Griqualândia em 1867 e em Kimberley em 1870, depois, ouro no Transvaal, em 1886.

As descobertas provocaram um afluxo de capitais e de técnicos do Reino Unido, da Europa e dos Estados Unidos da América. Na realidade, o grosso dos investimentos na África colonial, entre 1880 e 1939, foi canalizado para a África do Sul e permitiram o desenvolvimento não só da indústria de extração mineral mas também da infraestrutura.

A expansão das indústrias extrativas causou forte surto de urbanização. A migração de trabalhadores para as novas zonas mineiras e industriais trouxe consigo o rápido desenvolvimento de algumas cidades e o aparecimento de aglomerados inteiramente novos.

Dois outros setores da economia sul-africana experimentaram uma fantástica expansão, graças em parte ao desenvolvimento da indústria de mineração: a agricultura e o setor manufatureiro.

No entanto, todo este desenvolvimento fenomenal foi conseguido à custa dos povos não brancos da África, especialmente os africanos e as populações de “cor”. A superpopulação e a pobreza reinantes nas reservas haviam provocado migrações em massa para os centros urbanos e mineiros, onde os africanos ganhavam baixíssimos salários e viviam confinados em favelas e guetos. Pior, não estavam autorizados a ali se instalar definitivamente com a família, de

forma que, condenados a constantes idas e vindas entre a cidade e o mato, tornaram-se, em sua maioria, migrantes temporários. Deslocados, desapossados de suas terras, mal pagos, vítimas da discriminação, os negros da África do Sul sofreram econômica e socialmente bem mais do que todos aqueles das outras regiões da África.

Economia colonial: a África do Norte

A economia colonial dos países da África do Norte não era muito diferente daquela dos países das zonas já discutidas, pela simples razão de que a região toda foi colonizada pelas mesmas forças imperiais. Tunísia, Argélia e Marrocos foram colonizados pelos franceses; a Líbia, pelos italianos; e Egito e Sudão, pelos britânicos. Contudo, pode parecer que, no todo, exceto pela industrialização, esses países tivessem mais semelhança com a economia colonial das zonas portuguesas, francesas e belgas do que com as da zona britânica.

A economia da Tunísia, da Argélia e do Marrocos, 1919-1935

Ao fim da Primeira Guerra Mundial, as instituições políticas, administrativas, econômicas e financeiras introduzidas pelas autoridades francesas já estavam firmemente implantadas, assim como o processo de desapropriação dos *fallahin* e a drenagem das riquezas em benefício da metrópole. A guerra não fizera senão moderar o curso do processo. Com o fim das hostilidades, retomou um ritmo célere. Primeiro, no âmbito da agricultura, depois no da mineração e infraestrutura, e finalmente no financeiro.

Agricultura

Na Argélia, a extensão da propriedade agrícola colonial resultava fundamentalmente da política constante de "colonização oficial": as terras tomadas às populações autóctones eram loteadas pelos poderes públicos e atribuídas a colonos europeus. Na Tunísia, o processo de desapropriação dos *fallahin* desencadeou-se imediatamente, com o estabelecimento do protetorado, em 1881. Ao todo, as propriedades coloniais na Tunísia somavam, em 1931, aproximadamente 700 mil hectares de terras, grande parte das quais situada nas regiões mais úmidas e férteis do país. No Marrocos, a administração do protetorado pôs à disposição dos colonos, 60% dos quais vindos da Argélia, terras estatais

transferidas sob a forma de lotes de colonização de diferentes dimensões, bem como as terras coletivas. Eram oferecidos facilidades de pagamento e ilimitada concessão de créditos para instalação e compra de implementos, subsídios ao desmatamento, isenção de direitos aduaneiros sobre a importação etc.

Apesar dos consideráveis esforços dos poderes públicos para incrementar o povoamento rural francês, a colonização oficial não chegou a estabelecer um número importante de colonos franceses nos campos do Magrebe. Excluindo os pequenos viticultores e fruticultores – italianos na Tunísia, espanhóis no Marrocos –, os colonos europeus não formavam verdadeiramente um campesinato tal como o existente então na França. Tratava-se principalmente de grandes fazendeiros, possuidores de vastas extensões de terra, implementos agrícolas bastante diversificados e instalações agrícolas muitas vezes imponentes. Praticavam uma agricultura essencialmente especulativa, voltada para exportar a produção mais do que para abastecer o mercado interno.

E quanto à população autóctone? Depois da Primeira Guerra Mundial, a maior parte (mais de 80%) da população do Magrebe vivia nas zonas rurais do trabalho da terra. O modo de exploração dessas terras era o arrendamento por um quinto, o *khammasat*, praticado em toda a África do Norte, sistema que não propiciava a evolução das técnicas e dos métodos de cultivo.

A produção agrícola e a pecuária estavam sujeitas a flutuações drásticas, devido à irregularidade das precipitações pluviais; as fomes, embora em regressão, ainda eram frequentes. Além disso, a usura ainda devastava os campos, e só os grandes fazendeiros tinham acesso aos organismos de crédito criados pelos europeus.

A exploração dos recursos minerais

O estabelecimento dos europeus nos três países da África do Norte teve como consequência não só o domínio dos colonos sobre parte importante das melhores terras desses países, mas também a exploração das riquezas do subsolo em benefício de empresas estrangeiras.

Na Argélia e na Tunísia, as jazidas de fosfatos (Kuwayf e Kafsa), minério de ferro (Beni Saf, Wenza e Djarisa), chumbo, zinco etc. já produziam desde antes da Primeira Guerra Mundial, e quase toda a produção era exportada para a França e outros países da Europa Ocidental. Toda essa riqueza mineral era inteiramente explorada por companhias estrangeiras, principalmente francesas, as quais forneciam capital, técnicos, administradores e assim por diante.

Vias de comunicação e portos

Para ligar as diversas jazidas minerais aos portos de exportação, foram construídas estradas de ferro na Argélia a partir de 1844 e desde os primeiros anos do protetorado na Tunísia e no Marrocos. Em 1919, os principais elementos da malha ferroviária argelina e tunisiana estavam já instalados, interligando as grandes cidades (na maioria cidades costeiras) e as jazidas minerais aos principais portos de exportação (Oran, Argel, Annaba, Túnis, Sfax, Sousse). O mesmo acontecia com a infraestrutura portuária, essencialmente planejada e desenvolvida para abrir os países do Magrebe à produção manufatureira da França e do estrangeiro, bem como para exportar minerais e produtos agrícolas.

Sistema aduaneiro e fiscal

Um dos primeiros atos das autoridades francesas ao assumirem o controle dos países do Magrebe foi a reorganização das finanças e do sistema fiscal desses países. Estabeleceram uma Administração das Finanças cuja primeira tarefa consistiu em elaborar o orçamento e controlar despesas. O rigor e a disciplina orçamentários deveriam promover o equilíbrio entre despesas e receitas, o que muitas vezes foi conseguido entre 1919 e 1930.

As receitas provinham essencialmente dos direitos aduaneiros e dos impostos sobre a propriedade rural, a produção agrícola (*tartib* no Marrocos) e os bens de consumo (impostos indiretos), em resumo, fundamentalmente da população autóctone; a carga de impostos era frequentemente muito pesada.

A crise e os grandes setores da economia

A Depressão atingiu o Magrebe um pouco tarde. Só se fez sentir plenamente a partir de 1932, mas se manifestou mais cedo no Marrocos do que na Tunísia ou na Argélia. Encontrava-se, então, justamente na fase de desenvolvimento de suas potencialidades econômicas.

Um dos primeiros setores da economia a ser alvejado pela Depressão foi o setor agrícola colonial, extremamente dependente do crédito e dos mercados externos. As consequências sociais foram de extrema gravidade. Colonos e agricultores norte-africanos endividados, na impossibilidade de honrar seus compromissos, foram à falência. Muitos dentre os que ainda não estavam endividados tiveram de contrair empréstimos e hipotecar bens. Os pequenos e médios agricultores, que não tinham acesso às instituições bancárias e aos organismos de crédito agrícola, tiveram de ir aos agiotas das aldeias e das vilas para pagar as dívidas.

A crise econômica demonstrou claramente os riscos da monocultura, sistema predominante especialmente entre os agricultores europeus. O governo então promoveu certa diversificação das culturas, estimulando a expansão das lavouras hortifrutícolas e ampliando a irrigação.

Em vésperas da Segunda Guerra Mundial, a economia do Magrebe afigurava-se, portanto, tipicamente dualista e extrovertida. A evolução dos setores ocupados por norte-africanos estava bloqueada pela penúria de financiamentos, pela persistência de arcaísmos, fragmentação das propriedades e recuo para os espaços marginais da área agrícola. Na verdade, os norte-africanos foram excluídos dos setores modernos da economia (bancos, indústria de mineração e indústria de transformação, empresas de planejamento e de execução de projetos de desenvolvimento). Mas esses mesmos setores, dominados pelo capital estrangeiro, dependiam estreitamente dos centros de decisão e dos mercados externos, cujas opções e flutuações sofriam mais ou menos passivamente.

Líbia, Egito e Sudão

Líbia

No período colonial, a economia da Tripolitânia centrava-se em duas atividades principais: a agricultura (incluindo a pecuária) e o comércio. A agricultura era praticada nas zonas rurais e o comércio nas cidades. Essas duas atividades constituíam a ocupação principal e a fonte de renda essencial da maior parte da população. Os turcos não fizeram qualquer tentativa para modificar a situação, mas os italianos esforçaram-se para introduzir mudanças radicais na economia.

Quando a Itália invadiu a Líbia em 1911, acalentava o sonho de transformar a nova colônia em fonte de matérias-primas para sua indústria, mercado para os produtos italianos e solução para sua explosão demográfica. Os italianos queriam que a Líbia se tornasse parte integrante da Itália. Todo esforço foi empregado em tal sentido. Fizeram investimentos importantes na agricultura, na indústria e na infraestrutura.

O programa agrícola da Itália na Líbia teve duas fases distintas: a colonização privada e a assumida pela potência colonial. Para encorajar a imigração, nos primeiros tempos da ocupação o governo concedeu vastos domínios aos italianos ricos, para que os desenvolvessem. Essas terras ou eram propriedade do governo ou expropriadas a um antigo dono. Todavia, somente 2.301 famílias foram reinstaladas ao abrigo desse plano, número muito aquém da expectativa italiana.

Os italianos não implantaram grandes indústrias na Líbia, mas ampliaram algumas das já existentes. Uma pequena fábrica de conservas de atum foi cons-

truída em Trípoli. A capacidade da refinaria de azeite foi aumentada, passando para 2200 toneladas por ano. Durante o período em estudo, havia na Líbia aproximadamente 789 fábricas, a maior parte das quais instalada em Trípoli. O artesanato local continuou a existir durante a ocupação italiana, dados o seu caráter e a limitação do mercado.

Antes da ocupação italiana, a infraestrutura da Líbia era rudimentar e, por isso, o governo italiano teve de investir nela pesadamente. Construiu estradas, ferrovias, portos, um moderno sistema de comunicação, instalações hidráulicas e edifícios públicos. No entanto, todo esse investimento havia de ser pago pelos líbios. A população da Líbia fora dizimada pela guerra. Muita gente morreu combatendo contra a ocupação italiana; outros morreram em campos de concentração. Boa parte emigrou para os países vizinhos.

Os italianos dizimaram também o gado da Líbia. Desde sempre a população interiorana do país dependia dos carneiros e dos camelos como alimento, fonte de matérias-primas e meio de transporte. Enormes quantidades de gado foram abatidas ou confiscadas.

Finalmente, para agravar a situação, os italianos não educaram os líbios para as funções administrativas nem lhes proporcionaram instrução adequada. A falta de pessoal qualificado entravou o desenvolvimento econômico do país por muitos anos.

Egito

O período examinado testemunhou um impressionante desenvolvimento da infraestrutura do país, o qual, porém, concentrou-se nas atividades relacionadas com o algodão e sua exportação. Grandes projetos de irrigação foram lançados. A barragem de Assuã, a maior do mundo na época, foi concluída em 1902 e sobrelevada em 1907-1910. A superfície cultivada passou de 4,76 milhões de *feddans* em 1881 para 5,66 milhões em 1911. A maior parte das novas terras foi destinada ao cultivo do algodão, não só por ser mais rentável, mas também porque os ingleses o encorajavam

Incontestavelmente, a administração britânica procedeu a numerosas reformas que se revelaram benéficas para a economia egípcia. Os maiores êxitos situam-se na área financeira, obras de irrigação e eficiência administrativa. No entanto, não é menos verdadeiro que essa mesma administração revelou-se hostil à industrialização do Egito até o final da década de 1920, quando importantes mudanças assinalaram o início de um novo período, em que a indústria desempenhou papel de primeira ordem.

Outro fenômeno importante a assinalar: o aparecimento de empresas nacionais nos anos de 1920. O primeiro banco exclusivamente egípcio e administrado somente por egípcios, o Bank Misr, foi fundado em 1920 e favoreceu o desenvolvimento de empresas industriais em grande escala.

Sudão

Durante o período estudado, o Sudão passou por duas administrações: a do Estado Mahdista, de 1881 a 1898 e a anglo-egípcia, a partir de 1898, cada qual empenhada na sua própria política econômica.

O Estado Mahdista estabeleceu administração e sistema judiciário próprios. Uma de suas grandes realizações foi a instauração de um regime fiscal simples e prático, fundado nos ensinamentos do Islã. A administração estimulava a agricultura e o comércio, pois essas atividades deviam sustentar o exército, equipando-o com armas e munições.

A principal contribuição da administração britânica no Sudão foi o desenvolvimento da infraestrutura e a introdução da agricultura moderna. Estradas de ferro, portos e barragens foram construídos. Esses modernos e eficazes meios de comunicação contribuíram para o escoamento dos produtos agrícolas e reduziram consideravelmente os custos do transporte. Além disso, tomaram-se medidas para melhorar a utilização dos recursos do solo e das águas. Foram construídas algumas estações de bombeamento e abertos vários canais de irrigação.

O Reino Unido compreendeu desde o início a importância do potencial agrícola do Sudão. Começou pela cultura experimental de algodão, a fim de suplementar a produção egípcia. Um ambicioso plano foi então concebido para o Vale de Djazira e previa a irrigação de aproximadamente 200 mil hectares de terras para cultivo de algodão, milho e forragem. Para financiar essas obras, o sistema fiscal vigente foi suplementado por um acordo entre o Reino Unido e o Egito, nos termos do qual o Egito daria ao Sudão ajuda financeira, empréstimos necessários aos seus projetos de desenvolvimento e ao seu orçamento.

A instalação de uma rede de modernos meios de transporte, a construção de portos e canais de irrigação contribuíram igualmente para a expansão de uma agricultura moderna no Sudão. Mas há também o reverso da medalha: desde logo, a infraestrutura instalada, além de ser insuficiente, servia claramente aos interesses do Reino Unido, antes que aos dos sudaneses. É muito significativo que nenhuma estrada tenha sido construída naquela época, e que as ferrovias o tenham sido, originariamente, para facilitar as campanhas militares do Reino Unido, bem como a exploração do algodão e da goma-arábica em Djazira e

nas zonas ocidentais, respectivamente. Exatamente como na maior parte das colônias, a industrialização foi completamente negligenciada. Apesar de tudo isso, a crítica mais severa que se pode fazer ao colonialismo britânico no Sudão é ter ignorado por completo o sul do país tanto social como economicamente. O problema, ainda hoje sem solução, que essa área do Sudão apresenta é, incontestavelmente, em grande parte imputável a essa negligência.

Repercussões sociais da dominação colonial

Aspectos demográficos

No período entre 1880 e meados da década de 1930, a África conheceu mudanças decisivas no que se refere à demografia. No início do período, a população do continente ainda vivia esparsa, ao menos segundo os critérios do Velho Mundo. O mais importante, porém, é que ela não estava crescendo rapidamente e revelava-se vulnerável às pressões internas e externas a que desde há muito achava-se exposta.

Por volta de 1935, a África tinha superado vitoriosamente o trauma demográfico provocado pela colonização europeia. A taxa de natalidade ultrapassava de longe a de mortalidade e, em várias regiões, sobretudo nas cidades em expansão, a vida se tornava menos precária. Evidentemente, as taxas de mortalidade continuavam muito elevadas (para o conjunto da África, a taxa de mortalidade excedia claramente 30 por mil, e a expectativa de vida ao nascer mal passava dos 30 anos), mas foram as doenças tropicais, antes de qualquer outro fator, que limitaram o afluxo de colonos e impediram a África de transformar-se em outra América Latina.

Mesmo assim, a população branca do continente africano multiplicou-se por 30: de 25 mil indivíduos em 1800 (vivendo no Cabo, na sua maioria) para 750 mil em 1880, dos quais cinco sextos na África do Sul, na Argélia e no Egito. Em 1935, o número quintuplicara de novo (3.750 mil pessoas), a metade na África do Sul, um quarto na Argélia e um quinto nos outros países do Magrebe. No mesmo período, os asiáticos imigrados (quase exclusivamente indianos, salvo pequenas comunidades de chineses, a mais importante das quais situada no Rand) passaram de 50 mil para mais de 300 mil, dois terços dos quais, pelo menos, fixaram-se na África do Sul.

Em 1935, a África estava a ponto de decolar para a rápida expansão demográfica. A população global, que, segundo as estimativas, progredira de 120 milhões em 1880 para 165 milhões em 1935, passou para 200 milhões no final dos anos 1940, alcançou os 300 milhões em meados da década de 1960 e,

inevitavelmente, 400 milhões em meados de 1970. Desse total, 50 milhões de africanos vivem em cidades com mais de 100 mil habitantes, o que deixa definitivamente para trás a situação existente na África da partilha em 1880, época do debate sobre a criação de mão de obra.

Cabe perguntar se mudanças tão consideráveis foram ampla ou totalmente consequência da penetração colonial. Sem dúvida alguma, o abalo das populações estáveis – que provocou no Estado Livre do Congo e em outros lugares da África Central um agravamento da taxa de mortalidade –, a lenta redução dos óbitos, constatada em outras regiões do continente no decurso do século passado e geralmente depois de 1900, bem como o acelerado afluxo populacional para centros urbanos e regiões mineiras resultam quase inteiramente da revolução industrial e dos crescentes contatos com as sociedades industrializadas. Grande parte dessa transformação teria ocorrido mesmo sem a dominação colonial. Os comerciantes teriam estimulado o desenvolvimento de centros comerciais. As escolas de medicina europeias haveriam de interessar-se pelo problema da proteção aos comerciantes, sobretudo contra as doenças tropicais. Os missionários teriam lançado os fundamentos de um sistema hospitalar.

No entanto, a dominação colonial acelerou a evolução. Em resumo, certamente no final de nosso período, ela ajudou a reduzir os picos de mortalidade, melhorando e desenvolvendo a importação e a aplicação das técnicas modernas de combate às epidemias, criando uma rede de transportes que permitiu a distribuição de alimentos pelas zonas de escassez. A necessidade de centros administrativos proporcionou os núcleos de novas cidades; as garantias dadas aos europeus pelos poderes públicos coloniais em matéria de segurança das pessoas e dos bens apressaram o desenvolvimento de estabelecimentos comerciais, minas e plantações. Sem a presença das administrações coloniais, os empresários europeus teriam se mostrado ainda mais ávidos e mais cruéis do que eram. Os europeus costumam justificar a expansão colonial destacando essas realizações. No entanto, a história da China e a da América Latina provam que, cedo ou tarde, a maior parte desses melhoramentos seria conseguida de qualquer forma. O avanço da industrialização era irreversível e o estabelecimento de um *modus vivendi* com a África e com as demais regiões em desenvolvimento fornecedoras de matérias-primas essenciais tornava-se inevitável.

As novas estruturas sociais

Como resultado do impacto colonial, a população da África não apenas aumentou numericamente como também foi redistribuída, promovendo o rápido desenvolvimento dos centros urbanos existentes e a criação de outros

completamente novos. Ao mesmo tempo, as sociedades africanas passaram por outras mudanças sociais.

A primeira das consequências sociais ocorridas, e resultado direto do estabelecimento do colonialismo, foi a imposição da nova administração burocrática europeia, estranha aos sistemas políticos africanos preexistentes. No topo da antiga elite político-religiosa, havia agora uma nova classe de burocratas e homens de negócio europeus.

Essa estrutura de relações sociais apoiava-se em uma teoria racial que procurava dividir as diversas ramificações da família humana por ordem hierárquica de civilização, ocupando os africanos (negros) a base inferior da escala e os europeus (brancos) o ápice. Na prática, o peso dessa teoria racista conduziu a uma política que negava ao africano, fosse qual fosse sua educação, a igualdade de direitos com os brancos na administração colonial. A teoria também levou à adoção de uma política de segregação dos africanos e dos europeus nas áreas urbanas. Havia não somente bairros reservados aos europeus, mas também hospitais europeus, clubes europeus etc.

Além de introduzir uma nova classe de líderes, o colonialismo também alterou a estrutura de classe existente na África, levando à emergência de um novo proletariado urbano e uma nova elite.

No entanto, nem todos os que eram considerados membros da nova elite da África colonial deviam tal condição à sua instrução, e nem todos os que a deviam à instrução atingiam o mesmo nível. A nova elite esperava, equivocadamente, que a Europa se propusesse a modernizar a África e escolhesse dentre ela os auxiliares para a execução dessa tarefa. Sob a dominação colonial, contudo, foram as burocracias europeias que assumiram o papel para o qual a nova elite se havia preparado e, em vez de associá-la, a administração voltou-se de preferência para os dirigentes tradicionais, mantendo-os restritos aos assuntos locais.

Em consequência da sua exclusão, a nova elite rebelou-se abertamente contra as potências tradicionais. A essa oposição declarada, os dirigentes tradicionais não podiam aderir. Como não se alinhavam com a nova elite, esta passou a considerá-los lacaios do imperialismo, enquanto eles passaram a acusá-la de revolucionários que queriam destruir costumes imemoriais e virar o mundo de pernas para o ar.

Em todos os casos, a nova elite não contava somente os “indígenas desenraizados” da mitologia imperialista, como nem todos os dirigentes tradicionais eram os adversários obscurantistas do progresso como a demagogia nacionalista mais tarde os estigmatizou. Os dois grupos tinham mais elementos em comum do que desejavam admitir, no efêmero calor dos debates intermitentes.

Ascensão de novas organizações

Além de delinear as novas estruturas, o sistema colonial introduziu diversas mudanças na estrutura da sociedade africana. Estamos nos referindo à criação de novas organizações, as quais ajudaram muita gente e o meio rural a se ajustar às exigências e às normas da sociedade colonial.

Principalmente três grupos de associações emergiram durante o período estudado. No primeiro grupo estão as organizações de caráter puramente "social", cujas atividades são consagradas à camaradagem e à distração. Resultavam da ausência, nas aldeias, de ocasiões tradicionais de diversão, recreação, formação cívica – como as mascaradas, as associações por faixas etárias e as festividades tradicionais.

No segundo grupo entram as associações étnicas, que consistiam em prolongamento urbano da etnicidade rural. Estavam hierarquizadas: associações de aldeia, de clã, de etnia. Tinham duas tarefas principais: era à sua associação que a pessoa recorria em caso de dificuldade. A outra função dos grupos étnicos consistia em servir de canal para uma informação destinada à opinião esclarecida da aldeia, principalmente mantendo os laços entre os naturais da aldeia que permaneciam nas suas terras e os aldeões emigrados.

No terceiro grupo, classificamos os sindicatos, constituídos em grande parte em função de negociações econômicas coletivas. A vida da população da cidade estava ligada às flutuações da economia mundial e de seus mercados, dos quais ela não compreendia nem a trama nem o comportamento. Para se defender nesse mundo econômico estranho, os assalariados e os funcionários constituíram sindicatos, a fim de negociar eficazmente com os empregadores as bases de um melhor salário e de melhores condições de trabalho.

Os efeitos sociais da dominação estrangeira estavam longe de ser uniformes de um extremo a outro do continente, no que respeita à difusão do ensino, ao triunfo das novas forças econômicas, à extensão da urbanização e, portanto, à emergência da nova elite. A imposição do domínio colonial e a concomitante aplicação de políticas raciais nada liberais opuseram todos os gêneros de obstáculos contra a participação dos africanos no ensino e no comércio. A dimensão das mudanças, portanto, foram determinadas pelo tipo de oportunidade educacional e econômica oferecida aos africanos.

Por volta de 1935, então, principalmente como resultado do impacto colonial, a África testemunhou não só o aumento de sua população como também algumas mudanças sociais. Novas estruturas sociais, novas classes e novas organizações emergiram e propiciaram as bases para mudanças mais radicais e importantes que iriam ocorrer nas próximas três décadas.

A religião na África durante a época colonial

A imposição do colonialismo afetou outro aspecto da vida social dos africanos, a religião. Às vésperas do domínio colonial, três religiões haviam se estabelecido na África: a tradicional, o islamismo e o cristianismo. É consenso geral que, se por um lado, a grande maioria dos africanos era adepta da religião tradicional, por outro, graças às revoluções islâmicas e às atividades de cristãos e muçulmanos no século XIX, as duas religiões angariaram número considerável de seguidores. O Islã era então predominante na região do Sudão e norte da África, enquanto o cristianismo estava ainda confinado, principalmente, às regiões costeiras periféricas ao sul do Saara, com exceção da África do Sul e algumas áreas da África Ocidental, onde havia penetrado um pouco no interior.

Religião africana tradicional e domínio colonial

Entre as três religiões, não há dúvida de que a religião tradicional sofreu os ataques mais pesados e perdeu muito mais terreno do que as outras. Toda a intervenção europeia, durante o período colonial, fundamentava-se no postulado de que, para implantar o progresso, era preciso transformar ou mesmo destruir por completo a cultura africana.

Essa cultura estava baseada em uma visão particular de mundo, que não incluía somente a percepção do sobrenatural, mas também a compreensão da natureza do universo, dos seres humanos e do seu lugar no mundo, assim como a compreensão da natureza de Deus, cujo nome variava de uma região para outra. Sendo assim, como a cultura africana estava intimamente ligada à religião, é fácil perceber que a política colonial europeia podia chocar-se violentamente com princípios da religião tradicional, que constituíam as próprias bases da sociedade africana – que incluíam a crença em espíritos, forças supernaturais, deuses e cultos, magia e feitiçaria, sacrifícios, rituais, tabus, reverência aos ancestrais, cerimônias e ritos de passagem, tais como de iniciação, fúnebres e de sepultamento. Era justamente contra esses princípios e práticas que os missionários cristãos pregavam e atacavam veementemente. Desse modo, os missionários tratavam de atacar o próprio elemento que sustentava a coesão das sociedades africanas. Assim, enfraqueceram a influência de líderes espirituais africanos: sacerdotes e sacerdotisas, magos, fazedores de chuva e monarcas divinos.

De modo geral, os administradores coloniais adotaram atitude hostil para com algumas práticas religiosas africanas e tentaram aboli-las suprimindo certos cultos e deidades ou em medidas contra os ritos de iniciação de rapazes e moças

à idade adulta. Os administradores coloniais introduziram também a medicina ocidental, e atacavam os costumes "pagãos" para enfraquecer a posição dos médicos e dos curandeiros tradicionais.

Os africanos reagiram de muitas maneiras a esses ataques. Muitos simplesmente os ignoravam ou os rejeitavam, continuando a obedecer à sua fé e a praticar seus ritos, aberta ou clandestinamente. Aqueles que se haviam convertido ao cristianismo, e cujas crenças e atitudes estavam, portanto, fortemente influenciadas pela nova doutrina, exprimiam sua resistência integrando sincreticamente algumas das crenças tradicionais a sua nova fé. Outros usavam seus deuses, ancestrais e cultos para resistir tanto aos missionários cristãos quanto à administração colonial.

Durante as duas primeiras décadas do século XX, por exemplo, os guerreiros igbo do sudeste da Nigéria empregaram esses meios para se defender contra os invasores estrangeiros. Podem ser citados como exemplos os esza, do grupo abakaliki, os uzuakoli e os aro. Alguns cultos constituíam claramente focos de resistência à dominação colonial, como o Mwari, na Rodésia do Sul (atual Zimbábue), e havia associações secretas, como a Poro em Serra Leoa e outras regiões da África. Também houve guerras mágicas em Madagáscar e nas Bacias do Congo. Na África Oriental, principalmente no Quênia, surgiram profetas que davam revigoramento espiritual para resistir ao colonialismo, como ocorreu no distrito de Machakos, entre os kilungu, nos primeiros meses de 1922. Um dos movimentos mais conhecidos, por ter utilizado ao mesmo tempo a religião e a magia a fim de resistir à opressão e ao domínio colonial, foi, como já vimos antes, o movimento maji maji na África Oriental Alemã, durante a primeira década do nosso século.

Em parte devido aos ataques sistemáticos descritos acima, e também em razão do crescimento das religiões islâmica e cristã, a religião tradicional africana perdeu em número de fiéis. No entanto, as reações a que deram causa, regra geral, não fizeram mais que revigorá-la extraordinariamente nos anos 1930.

O Islã e a dominação colonial

Aparentemente, tudo se passou mais favoravelmente para o Islã do que para a religião tradicional, durante o período da dominação colonial. Nas zonas onde, antes da chegada das potências coloniais, predominavam muçulmanos, a lei islâmica dera azo a uma unidade mais territorial do que étnica, que impunha obediência às autoridades. Isso favoreceu uma administração e um comércio eficazes e facilitou aos muçulmanos o trabalho de proselitismo e conversão. O desenvolvimento das comunicações permitiu aos muçulmanos o acesso a regiões até então fora do seu alcance.

A atitude das autoridades coloniais para com o Islã era ambígua. Os franceses, principalmente, procuravam impor a cultura europeia aos súditos, muçulmanos ou não, por considerar que tinham a obrigação de elevar o nível da população colonizada oferecendo a ela os "benefícios" da cultura francesa. Enquanto a política britânica, em relação aos Estados muçulmanos, baseava-se na crença de que podiam confiar na cooperação dos chefes islâmicos, os franceses pensavam de outro modo. Procuraram de início limitar as zonas sob controle muçulmano, quando da tentativa de se apossarem da maior parte do Sudão ocidental. Posteriormente, porém, as potências coloniais acabaram por encorajar e não apenas tolerar o Islã. Preferiam tratar com africanos islamizados a lidar com africanos cristianizados. Também a influência modernizadora do Islã era apreciada pelas potências coloniais, que teriam declarado considerá-lo "uma ponte entre o estreito particularismo da sociedade tradicional e os vastos impulsos e exigências da vida moderna e dos interesses econômicos".

Mas os muçulmanos opunham-se à dominação colonial por motivos ao mesmo tempo religiosos e políticos. Muitos muçulmanos queriam preservar a pureza do Islã e, portanto, não podiam tolerar o fato de serem submetidos a "infiéis" representados por uma administração cristã; de fato, aspiravam a desembaraçar o país do colonialismo francês.

Havia vários movimentos islâmicos de sentimento antifrancês ou de postura anticolonial: o Hamalliyya, fundado pelo xeique Hamallah, movimento ativo no Senegal, no Sudão francês, na Mauritânia e no Níger, e a confraria dos Sanusiyya, fundada por Muhammad b. 'Ali al-Sanusi na Líbia, que se tornou a principal força de resistência ao colonialismo italiano, de 1911 a 1932. Entre 1860 e 1901, a Sanusiyya espalhou-se pela Tunísia, e pelo Egito, Sudão central e Senegal.

Não obstante, o Islã prosperou sob esse mesmo domínio, devido às numerosas vantagens que tinha sobre um cristianismo imposto pelos missionários e devido, também, à desintegração da vida tradicional operada pelo colonialismo. Muitos consideravam o Islã uma religião autóctone, difundida pelos africanos e cujos adeptos, longe de se apartarem da comunidade, misturavam-se intimamente a ela. Tornar-se muçulmano não exigia, consequentemente, ruptura radical com a tradição, ponto em que os missionários insistiam tanto.

O cristianismo na época colonial

A instauração do domínio colonial ajudou consideravelmente a obra dos missionários. Em primeiro lugar, administradores coloniais e missionários compartilhavam a mesma visão de mundo e provinham da mesma cultura. Em segundo

lugar, a administração colonial alimentava disposição favorável ao trabalho dos missionários e, muitas vezes, subvencionava as escolas das missões. Em terceiro lugar, a imposição do controle colonial em cada território assegurava a paz e a ordem, graças às quais os missionários podiam contar com a proteção da administração. Em quarto lugar, a introdução de meios de comunicação eficazes e a instauração da economia monetária estimularam o comércio e contribuíram para o advento de um novo estilo de vida, que haveria de impor-se em toda a África, e caracterizado pela falência das comunidades em proveito do individualismo.

Recorrendo à palavra (evangelização direta), à escola e ao trabalho médico, os missionários obtiveram numerosas conversões, com sucesso formidável no final do século XIX. Em consequência, surgiram inúmeras comunidades cristãs onde antes não havia, e muitos africanos convertidos assumiram o trabalho de evangelização de seu povo. O registro escrito de várias línguas africanas e o ensino das línguas europeias nas escolas favoreceram a alfabetização um pouco por toda a parte da África. O registro dos falares africanos levou ao surgimento da literatura escrita em diversas línguas do continente.

Os missionários desempenharam importante papel na introdução da economia monetária na África. As missões formaram plantações em inúmeras partes do continente, acrescentando outras espécies à cultura dos produtos locais e ajudando na difusão do cacau, do café, do tabaco, do algodão e da cana-de-açúcar.

Contudo, os missionários manifestavam atitude negativa para com a cultura e a religião africanas. Desde o início estavam decididos a destruí-las. Imbuídos da convicção de serem donos da única verdade, condenavam tudo o que fosse "pagão". Pregavam contra todas as formas de práticas tradicionais: o derrame de libações, a celebração de cerimônias de pompa, batuques e danças, as cerimônias tradicionais dos ritos de passagem, os ritos de puberdade das moças e os costumes ligados aos mortos e aos enterros. Também negavam a existência dos deuses, das feiticeiras e de outras entidades sobrenaturais em que os africanos acreditavam. De modo geral, tornar-se cristão significava, em larga medida, deixar de ser africano e tomar como ponto de referência a cultura europeia. O cristianismo exercia, portanto, uma força desagregadora sobre a cultura africana.

A reação africana aos esforços dos missionários assumia três modos diferentes: aceitação, rejeição e adaptação. Não há a menor dúvida de que muitos africanos aceitaram voluntariamente a nova fé e de que o cristianismo ganhou bem mais adeptos na África durante este período do que ganhara nos dois ou três séculos anteriores. O primeiro grupo de africanos a abraçar o cristianismo foi o

dos párias e dos indivíduos rejeitados, como os leprosos e todos quantos sofriam de diversas formas de invalidez social, nas sociedades africanas tradicionais.

Mas a expansão do cristianismo na época colonial não se deveu exclusivamente à iniciativa dos missionários. Boa parte da expansão do cristianismo pode ser atribuída ao zelo dos africanos convertidos. Houve inúmeros casos de evangelistas africanos que deixaram seus próprios grupos étnicos para trabalhar como missionários. Um dos mais célebres foi Canon Apoio Kivebulaya (1866-1933), que trabalhou entre os pigmeus como missionário no Congo Belga. Na África Ocidental, o bispo ioruba Samuel Ajayi Crowther trabalhou no Vale do Níger. O profeta liberiano itinerante William Wade Harris viajou através da Costa do Marfim e do distrito de Apolônia, na Costa do Ouro, entre 1910 e 1915, convertendo cerca de 100 mil pessoas. Suas atividades nos dois países redundaram na criação da *Église Harriste* (Igreja Harrista) na Costa do Marfim e da *Twelve Apostles Church* (Igreja dos Doze Apóstolos) na Costa do Ouro.

Por fim, havia aqueles que preferiam adaptar a nova religião, fundando as chamadas igrejas separatistas ou independentes. Entre eles, destacam-se John Chilembwe, que fundou a sua *Province Industrial Mission* na Niassalândia e atacou violentamente as práticas coloniais britânicas em matéria de impostos e de recrutamento militar; William Wade Harris, já citado, e Simon Kimbangu, fundador da *Église de Jésus Christ sur la terre par le Prophete Simon Kimbangu* – EJCSK (Igreja de Jesus Cristo sobre a Terra pelo Profeta Simon Kimbangu), no Congo Belga (atual R. D. do Congo).

Havia ainda os já mencionados africanos que rejeitavam em bloco a mensagem cristã e se mantinham fiéis às tradições religiosas e culturais de seus antepassados, encontrando nelas mais significado do que naquilo que os missionários pregavam. Alguns deles participaram das perseguições e do ostracismo aos africanos convertidos, mas outros realizavam igualmente sacrifícios e práticas destinados a manter a harmonia entre os seres humanos e as forças espirituais. Era entre essas fileiras que se encontravam os chefes religiosos e culturais, assim como os curandeiros. Foram eles em grande parte os responsáveis pela preservação dos valores africanos e a eles devemos os conhecimentos sobre as culturas africanas tradicionais.

Em conclusão, o período de dominação colonial que vai de 1880 a 1935 não assistiu à destruição, mas antes à confirmação do pluralismo religioso na África. O cristianismo ortodoxo e o Islã também realizaram importante progresso, devido a certas atividades dos administradores coloniais. A religião tradicional, assim como as religiões-hóspedes, constituíram a base sobre a qual se ergueram as novas religiões, embora tenham-se operado inúmeras mudanças de perspec-

Estátuas de madeira provenientes de um santuário ioruba dedicado a Shango. (Foto: Werner Forman Archive.)

tiva. A expressão institucional da religião tradicional foi muito afetada pela nova ordem, mas sua visão de mundo perdurou mesmo entre os africanos que fizeram profissão de fé cristã ou islâmica. A existência do pluralismo religioso gerou rivalidades e até conflitos em várias partes da África, mas, ao mesmo tempo, possibilitou um diálogo interconfessional.

As artes na África durante a dominação colonial

Durante o período excepcionalmente dramático da dominação, a África assistiu à submissão de todo um povo, de sua organização social, de seus modos de comportamento econômico e artístico, por estratégias de total exploração pelos interesses estrangeiros. O tráfico de escravos intensificara guerras intestinas durante mais de dois séculos, causando devastações culturais de amplitude sem precedentes. As expedições punitivas das forças coloniais, a intolerância e a incompreensão dos missionários, tudo isso havia perturbado profundamente a vida cultural do continente.

As consequências da presença dos colonizadores se fizeram sentir na produção de várias formas de arte: artes visuais, arquitetura, música e teatro, e na literatura.

É difícil avaliar o impacto qualitativo das atividades comerciais imperialistas sobre a produção artística. Com toda a certeza, certos tipos de atividade não foram afetados. É o caso, por exemplo, da técnica das contas pintadas dos artistas de Camarões ou da escultura religiosa dos ioruba, baule, bakota etc. Outras modalidades, no entanto, passaram por um processo de quase imperceptível transformação, tanto na forma quanto no conteúdo. É o caso da arte mural Mbari dos igbo (Nigéria), que começou a apresentar contrastes violentos de cores, que se explicam pela súbita descoberta da possibilidade de utilizar toda uma nova gama de cores e de materiais. Anteriormente, essa arte mural estava limitada por sua própria natureza e pelo estreito espectro das tintas fabricadas na região.

Desde o início da colonização, a produção industrial passou a inundar os mercados africanos, dificultando o comércio do artesanato local. O objeto de arte perde, então, o papel integrado que lhe cabia na evolução normal da comunidade, conforme testemunha o declínio da arte do forowa e do kuduo, recipientes finamente cinzelados dos ashanti (Costa do Ouro, atual Gana) cujos motivos decorativos eram, como de costume na África, ideogramas exprimindo a sabedoria tradicional, provérbios, conselhos morais e vinhetas históricas.

No que se refere à arquitetura, um olhar mais atento ao projeto, ao exterior e ao interior de algumas das palhoças africanas tradicionais mais harmoniosas, revelaria a existência de um gênio arquitetônico entre a população autóctone, capaz de se exprimir em formas concretas e sábias, flagrantemente contrastante com a disposição uniformemente retilínea das habitações dos africanos arregimentados nas plantações belgas e francesas, especialmente. Na África sob dominação colonial, as cidades continuaram a crescer como réplicas ou adaptações do planejamento urbano europeu ou seguindo um plano rígido em quarteirões, que contribuiu para despersonalizar o africano e abafar a sensibilidade comunitária. As modernas cidades africanas nos fazem lembrar, constantemente, que seu ambiente não foi modificado segundo a vontade dos habitantes, mas ao bel-prazer dos colonizadores.

Quanto à música, a autêntica música popular africana continua a nos relembrar o lugar indiscutível desse meio de expressão enquanto fonte de regeneração da vontade cultural do continente. Mas o que nos interessa é o papel e a função social da música, pois ela é que permite, melhor do que qualquer outra forma de expressão artística, apreender imediatamente a realidade cultural viva. A música sempre contribuiu para a compreensão do misterioso e do profundo, assim como sua irmã gêmea, a oratória, sempre constituiu, em qualquer comunidade, um meio privilegiado de comunicação oficial e social, principalmente no que respeita à política e à justiça. Dentro ou fora dos quadros das missões coloniais, o papel socialmente integrador da música permaneceu como o aspecto mais característico da vida cultural do continente africano. Intermediário espiritual ou animador, historiador ou cortesão a serviço de uma classe privilegiada, o músico era um componente básico do mecanismo cultural. O mesmo se pode dizer das artes teatrais, que como arte do espetáculo eram, na maior parte dos casos, prolongamento ou ilustração da música.

No âmbito da cultura literária, o Egito e o Sudão ocidental proporcionam exemplos importantes: no primeiro caso, temos um renascimento literário; no segundo, um processo de ajuda mútua, ao mesmo tempo direta e indireta, à penetração cultural da África durante o período colonial, a favor de interesses fundamentalmente opostos.

O despertar cultural, relacionado com a mudança do clima político egípcio no final do século XIX, refletiu sobre o desenvolvimento da imprensa, muito importante. Em 1898 o Egito já contava com 169 gazetas e jornais, número que passou para 282 em 1913. Contribuíram para o florescimento de uma cultura árabe moderna intelectuais como Farah Antum (1874-1922), Yagub Sarruf (1852-1927) e Jurji Zaidan, que adotaram ideias ocidentais sobre política, ciências e literatura.

No Sudão, destaca-se o antilhano Edward Wilmot Blyden. Com a descrição da história do homem negro desde a antiguidade, Edward Blyden publicou suas conclusões afirmando a anterioridade de uma civilização negra no Egito. Estava firmemente convencido de que, dentre todas as grandes civilizações do mundo, a muçulmana era a que melhor se adaptava ao temperamento e às realidades culturais da África.

Pode-se dizer que a cultura literária em línguas europeias constituiu a principal força de confronto do colonialismo na África Ocidental e Central. A literatura oral conservou o papel de válvula satírica, como também a mímica, a dança e as novas formas de espetáculos mascarados, para registrar e comentar o fenômeno colonial. Mas foram as literaturas em línguas coloniais, no jornalismo e na poesia, no teatro e no romance, que mobilizaram a imaginação literária contra o colonialismo.

Dentre os nomes mais importantes, estão o de Casely Hayford, que em 1911 publicou "Ethiopia Unbound" (Etiópia Desacorrentada), um dos primeiros romances africanos, que vai do sarcasmo à denúncia apaixonada da cupidez e da arrogância racial que envolveram a partilha e a colonização da África. Na mesma época, em contra-partida, a África produzia também sábios e homens públicos cultos pertencentes a outra escola de pensamento, como o bispo Samuel Ajayi Crowther, na Nigéria, ou Bakary Dialo, no Senegal. Esses últimos defendiam o colonialismo europeu, considerado experiência positiva e louvável para a África.

Houve exceções, particularmente notáveis na situação inicial em que a política de assimilado se tornava uma arte política, como os poetas Silvério Ferreira, Antônio José do Nascimento e Francisco Castelbranco, cuja obra denunciava desde o início do século a intolerância racial dos colonos. Cite-se também a obra de Caetano da Costa Alegre (São Tomé), cuja poesia amorosa sentimental, à glória da beleza feminina negra, pode ser considerada precursora da escola literária de reivindicação da identidade negra que o movimento da negritude tornou célebre. O berço do movimento da negritude foi a França, e seus principais autores foram Aimé Césaire (Martinica), Léopold Senghor (Senegal) e Léon Damas (Guiana Francesa).

A negritude, que encerra o período em estudo, foi indubitavelmente um fator determinante na expressão da sensibilidade criadora das duas décadas seguintes, não só entre escritores e intelectuais das colônias de língua francesa, mas também entre os de língua portuguesa e até inglesa. Dentre os adversários mais irredutíveis da negritude, hoje em dia – marxistas convictos cuja visão da história é incompatível com os princípios da negritude – incluem-se alguns

dirigentes africanos que prolongaram a vida do movimento na sua luta contra as políticas de assimilação cultural de Portugal, em começos da década de 1950. É correto dizer, portanto, que a negritude foi um fenômeno histórico suscitado por circunstâncias precisas, mas que perdeu a influência afetiva à medida que aquelas circunstâncias deixavam de existir, que os problemas da sociedade eram analisados de maneira mais completa, e que as soluções preconizadas tornavam--se mais radicais.

A política e o nacionalismo africanos, 1919-1935

Na África, a maior parte das colônias criadas abrigava grupos nacionais cultural e historicamente diferentes, cuja unidade derivava principalmente do fato de estarem igualmente submetidos a um senhor estrangeiro. A expressão do nacionalismo na África era, então, um desejo desses diferentes grupos de forjar identidades novas que os sustentassem na luta contra as atrocidades da dominação estrangeira. Também começaram a considerar os territórios das administrações coloniais como protoestados, em torno dos quais procuravam desenvolver na população um sentimento de pertença.

Convém reconhecer que, enquanto sistema de relações, o colonialismo apresenta certa base racista. Se a evolução, em um contexto colonial, resulta das interações entre colonizador e colonizado, a consciência racial é a base do desenvolvimento do nacionalismo enquanto busca da soberania e da independência.

Em geral, o colonialismo necessita de uma base social para sobreviver, habitualmente assegurada pela difusão da cultura do colonizador por meio da educação. A difusão da cultura importada do colonizador é, entretanto, acompanhada, quase invariavelmente, de contatos culturais harmoniosos e de conflitos culturais que podem redundar em reações violentas da população submetida. Dessa forma, há sempre um conflito de interesses entre o colonizador e o colonizado, o primeiro desenvolvendo esforços para perpetuar a sua dominação, o segundo lutando para se afirmar através do restabelecimento da sua independência e soberania.

Mas o colonialismo não afetava apenas a elite educada e os dirigentes tradicionais. É erro considerar, como se fez até agora, o nacionalismo africano como um fenômeno elitista e puramente urbano. Trabalhos recentes mostram, cada vez mais claramente, a importância do descontentamento e dos sentimentos anticolonialistas nas zonas rurais, sendo a sua causa principal as novas medidas financeiras e econômicas, o novo sistema judiciário e, sobretudo, a Depressão econômica dos anos 1930.

Outro aspecto da política e do nacionalismo africanos entre as duas guerras foi a preocupação com o renascimento cultural, reação inevitável à realidade brutal que era a negação, pelo colonizador, da cultura dos colonizados. O despertar cultural foi um dos elementos da luta pela reafirmação e preservação da identidade pessoal, de início enquanto africanos e, depois, enquanto membros de determinadas nações culturais. O pan-arabismo e o pan-africanismo são, talvez, os exemplos mais notáveis, mas os movimentos ditos "nativistas" e os movimentos religiosos, assim como o "etiopianismo", atendiam à mesma preocupação.

Além disso, o colonialismo é um fenômeno global que afeta ou representa ameaça potencial a todos os aspectos da existência; portanto, os movimentos que se opuseram a ele tiveram de combatê-lo sob todos os seus aspectos. Como sistema orientado para a defesa de sua própria segurança, o colonialismo é naturalmente ameaçado por quaisquer reivindicações de equidade e de igualdade nas relações entre colonizador e colonizado, quer emanem de grupos de trabalhadores, de igrejas ou da burocracia colonial, quer se traduzam por manifestações destinadas a obter, por exemplo, melhores condições de saúde e educação.

No período entre as duas guerras, o colonialismo e o nacionalismo africano viveram uma relação dialética. O nacionalismo africano e as atividades anticoloniais não obtiveram muito êxito, mas causaram alguma preocupação aos funcionários coloniais. Todas as medidas de repressão tomadas no período refletem essa preocupação. As reações coloniais ao desafio posto pelo nacionalismo africano chegaram à tentativa de manter a África afastada das correntes gerais do desenvolvimento mundial. Isso não só era irrealista e autocontraditório, como também teve função catalisadora, ao fazer com que o nacionalismo e o anticolonialismo crescessem como bola de neve, rumo a formas mais profundas e amplas que, com o impacto da Segunda Guerra Mundial, conduziram ao movimento de derrocada do sistema colonial.

Política e nacionalismo no nordeste da África, 1919-1935

Egito

Com o protetorado instituído pela Inglaterra em 1914, os nacionalistas egípcios consideraram de urgente necessidade a criação de um organismo unificado que representasse a nação no conflito que iria opô-la aos britânicos. Foi essa a razão pela qual Sa'd Zaghlul, o eminente dirigente egípcio, juntamente com

dois colegas, fundou em novembro de 1916 o al-Wafd al-Misri, ou Delegação Egípcia. Seus objetivos últimos eram conquistar a independência total do Egito, garantir a soberania egípcia sobre o Sudão e abolir as capitulações que outorgavam privilégios especiais aos estrangeiros residentes no país.

A incapacidade do governo britânico em avaliar a força e a amplitude da nova onda nacionalista e sua arrogante obstinação em querer manter a situação de protetorado constituíram erros capitais. A revolução de 1919 foi o ponto culminante dessa onda nacionalista e é um acontecimento de considerável importância na história do Egito moderno. Efetivamente, ela mobilizou pela primeira vez todas as classes egípcias (camponeses, operários, estudantes, proprietários rurais, intelectuais) e todos os grupos religiosos (coptas e muçulmanos) contra o colonialismo britânico. Em face do levante nacional, o Reino Unido foi obrigado a inaugurar uma política de conciliação com os nacionalistas.

A Declaração de Independência, em 28 de fevereiro de 1922, foi o resultado mais importante da revolução de 1919. Sob a pressão dos nacionalistas, o Reino Unido aboliu unilateralmente o protetorado e reconheceu a independência do Egito. A Declaração de Independência deu ao governo egípcio maior liberdade de movimentos para dirigir os negócios internos e externos.

Contudo, esse é um lado da história. A Constituição de 1923 não permitia ao Egito fundamentar o regime constitucional sobre bases firmes e sólidas, pois concedia extensos poderes à monarquia. Essas disposições ameaçavam a existência da democracia parlamentar antes mesmo que ela nascesse.

No período posterior ao da declaração de independência, a luta nacionalista voltou-se predominantemente para a abolição dos "pontos reservados", por meio de um acordo negociado com o Reino Unido. Houve quatro negociações entre 1924 e 1935: as negociações MacDonald-Zaghlul em 1924, Tharwat-Chamberlain em 1927, Mahmud-Henderson em 1929 e Nahhas-Henderson em 1930. Todas, contudo, malograram, pois o Reino Unido se recusava a qualquer concessão capaz de enfraquecer o regime de ocupação no Egito ou de modificar o *status quo* no Sudão. Essa intransigência estava estreitamente ligada ao papel cada vez mais importante, de inspiração britânica, se não criado por eles, da monarquia, liderada por Fuad, como centro de oposição ao Wafd.

Sudão

Na esteira da Primeira Guerra Mundial, a resistência sudanesa ao regime colonial britânico manifestou-se por meio de diversas atividades e sentimentos. A elite intelectual, os madhistas e os nacionalistas religiosos organizaram a

oposição no norte do Sudão, enquanto no sul os movimentos de protesto eram de natureza predominantemente local.

A emergente elite intelectual desempenhou papel notável na evolução da política sudanesa, no decurso do período 1919-1925. Essa elite era fundamentalmente composta por estudantes e diplomados do Gordon Memorial College e do Military College de Cartum. Eles constituíram associações próprias, por intermédio das quais desenvolveram ativa campanha política contra o colonialismo. A mais importante foi a *White Flag League*, WFL (Liga da Bandeira Branca), fundada em maio de 1924 por 'Ali 'Abd al-Latif, o mais destacado líder nacionalista da época.

Mas o mahdismo foi a principal arma utilizada pelos sudaneses na luta anticolonialista que se desenrolou nos centros provinciais das redondezas de Cartum. Tanto os militantes como os neomahdistas fizeram, à sua maneira, oposição ao regime colonial no decurso do período.

Durante a primeira geração do regime de condomínio (1899-1955), raros foram os anos em que não houve um levante mahdista contra o colonialismo. Embora nas zonas sedentárias do Sudão essa onda de movimentos milenaristas acabasse morrendo pouco a pouco, os mahdistas continuaram ativos na província de Darfur. Muitos deles, investidos como profetas messiânicos, declararam a guerra santa (*djihad*) contra o regime britânico dos "infiéis".

As populações africanas do sul do Sudão continuaram combatendo o regime colonial britânico no decorrer deste período. Essa grande onda de resistência foi marcada por dois levantes: o de Aliab Dinka (1919-1920) e a revolta dos dinka (1927-1928). As tradições religiosas africanas deram coloração particular a tais revoltas.

Somália

O povo somali já tinha há muito tempo, profundamente arraigado, o sentimento da nacionalidade somali, acentuado por uma cultura nacional quase uniforme e reforçado por fortíssima adesão ao Islã. Tal como seus antecessores e sucessores, os nacionalistas somali apelaram, no período entre as duas guerras, para esse sentimento de identidade nacional na luta contra os imperialismos italiano, britânico e francês no conjunto do território da Somália. Além desse fator fundamental, as inovações sociais que o colonialismo havia introduzido no contexto da sociedade somali também contribuíram. Implantaram, em todas as regiões do país, um sistema de administração centralizada, onde todos os poderes efetivos eram devolvidos aos administradores coloniais, ficando os Somali

sem qualquer responsabilidade, a não ser em postos bastante subalternos. Com orgulhoso sentido de independência e desdém atávico por todos os elementos estrangeiros, sobretudo pelos cristãos de raça branca, os Somali não podiam deixar de opor-se a essas inovações radicais. A resistência dos Somali à dominação colonial durante o período 1919-1935 foi, assim, uma resposta direta a essas mudanças sociais.

Os levantes locais contra a dominação colonial na Somália foram de porte e natureza limitados. Organizados no quadro tradicional do fragmentado sistema somali, era muito difícil coordená-los em escala nacional.

Hostis aos chefes designados pela administração colonial, que se tornavam cada vez mais impopulares, os membros da elite intelectual e os somali dotados de consciência política organizaram suas próprias associações de "jovens". Entre as atividades dos movimentos de "jovens", convém citar as reuniões clandestinas de funcionários coloniais subalternos e os clubes políticos criados por volta de 1935, pelos comerciantes, nas principais cidades do protetorado; na Somália francesa, o Sindicato dos Marítimos, fundado no ano de 1931 em Djibouti, e a mais importante associação de "jovens" do período de entre as duas guerras: a *Somali National League*, SNL (Liga Nacional da Somália). Foi, desde sua fundação, em 1935, uma organização pan-somali que se esforçou para romper todas as resistências tradicionais a um patriotismo nacional. A Liga continuou a existir sob diversas denominações e, em 1951, tornara-se um verdadeiro partido político dentro do protetorado britânico.

Essas associações criadas pela elite, contudo, não desempenharam senão papel limitado na mobilização das massas contra o colonialismo. No entanto, a incipiente consciência que criou essas associações transformou-se em desenvolvida consciência política nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial.

Política e nacionalismo no Magrebe e no Saara, 1919-1935

Querela constitucional na Tunísia

Na segunda metade do século XIX, a Tunísia havia passado por um surto reformista que superava, em certos pontos, o do Egito e da Turquia. O fracasso dessas iniciativas não havia comprometido o apelo que exerciam no espírito da burguesia esclarecida, inclinada a pedir modelos antes ao Oriente do que ao Ocidente. A nostalgia otomana foi, então, substituída pela esperança nos princípios enunciados por Woodrow Wilson. Foi à opinião metropolitana, principalmente a socialista, que o xeque Abdel-Aziz al-Tha'alibi (Taalbi) e seus companhei-

ros resolveram apresentar a causa. No panfleto *La Tunisie martyre* (A Tunísia mártir) (1920) analisavam vigorosamente a deterioração colonial. Fundando o partido "constitucionalista" ou Destour (fevereiro de 1920), pretendiam restaurar a independência da Tunísia.

Paralelamente a essa beligerante continuidade, prevalecia no resto do Magrebe exatamente o contrário: estabelecimento do governo civil e crescente estabilidade.

Ao nível das comunidades de base

O Magrebe rural consistia num agregado de comunidades tradicionais. Era nelas que repousava claramente a administração do Marrocos, que institucionalizou as circunscrições "tribais". Entretanto, era possível discernir, sob essa rede oficial, instituições tradicionais menos dóceis e potencialmente mais turbulentas. Em 1919, a energia da resistência berbere e o desenvolvimento da opinião pública produziram, por diferentes meios, uma democracia de base. Para os franceses, levar em conta essa força social ascendente, fazer dela o princípio e o objetivo de uma aproximação não era absurdo e podia, a longo prazo, levar à emancipação da Argélia rural e à sua penetração pelo sistema político metropolitano.

Embora o peso da massa autóctone não pudesse decidir as votações, a ampliação do colégio eleitoral ao nível da base e a participação dos argelinos eleitos na escolha do prefeito afiguraram-se aos conservadores manobras subversivas.

Primeiras opções proletárias

As grandes concentrações operárias na Tunísia, como nas minas de Metlawi, por exemplo, não demonstraram sinais de uma consciência reivindicativa durante longo tempo. Como na Argélia a industrialização ainda não estava bastante avançada e o contexto social era demasiado autoritário, a energia das massas proletárias só se manifestou, de início, através de um reduzido grupo de vanguarda educado no sindicalismo europeu.

O quadro norte-africano não se prestava ainda a respostas concretas. Foi em Paris, nos meios da emigração magrebina, que se fundou a *Étoile Nord Africaine* (1924). Entre os seus fundadores, havia um membro ativo do PCF, Abd al-Kadir Hadj Ali. A iniciativa inscrevia-se, então, em uma perspectiva revolucionária e anticolonialista, e não estritamente operária.

Sistema dominante e oposição crescente

Os anos de 1920 foram assinalados pela expansão das comunicações. As cidades começaram a crescer com a chegada dos camponeses. Uma nova geração, que não conheceu o tempo de antes da guerra, chegava à maioridade. Tudo concorria para exigir mudanças.

É verdade que a velocidade dos acontecimentos imediatamente pós-guerra tinha diminuído tanto na Argélia como na Tunísia. A partida simultânea (1923) dos dois principais líderes, al-Tha'alibi e Khalid, parecia ter enfraquecido a oposição. No Marrocos, porém, o poder teve de enfrentar dificuldades de outro tipo e que foram julgadas prioritárias.

Antecipação dos acontecimentos futuros: a república do Rif

Classificar como "revolta" e tratar como episódio a luta nacional que o líder rifenho Muhammad ben Abd al-Khattabi (Abdel Karim) levou a um clímax retumbante em 1925-1926 é reduzir o significado de fatos que nós atualmente reconhecemos como precursores de desenvolvimentos muito mais tardios. O Rif jamais abandonou a luta. O talento militar de Abdel Karim infligiu à Espanha um dos mais famosos desastres das guerras coloniais (Anwal, julho de 1921). Os espanhóis sofreram derrota igualmente mortífera em novembro de 1924, quando tiveram de evacuar Shafshawin. A "Nação Republicana Rif", proclamada a 18 de fevereiro de 1923 – segundo outros a 1º de fevereiro –, foi uma tentativa de reforma do Estado tradicional, de que ela retinha aspectos positivos como, por exemplo, certas práticas de consulta e de cooperação intergrupal.

Esse impulso reformista deve ser correlacionado com outras tentativas semelhantes, então feitas em toda a área islâmico-mediterrânica: na Tripolitânia, no delta do Egito, na Mesopotâmia, em Rakka sobre o Eufrates etc.

Rumo ao confronto

Metade dos vinte anos que separaram as duas guerras mundiais havia, pois, decorrido sem progresso para as relações entre a França e o Magrebe. Está claro que a situação econômica não era favorável. A Depressão do pós-guerra mal desaparecera quando se aproximou a grande crise mundial. O Magrebe foi atingido por ela em 1932, com o agravamento do estado geralmente recessivo da economia, que reaparecera em 1925 e haveria de predominar por todo um

decênio. Isso acirrou as relações entre o capital e o trabalho, ou seja, entre os colonos franceses e os argelinos. O progresso em mecanização, planejamento, cooperativas e até no sindicalismo dos funcionários fez com que o elemento francês consolidasse o seu domínio sobre a colônia. O regime mostrava-se incapaz de moderar as devastações provocadas àqueles que dominava.

Novas táticas e obstáculos à ação

Na Argélia, a administração procurava limitar a influência crescente dos Ulama (pregadores), mobilizando contra eles tanto os adeptos das confrarias religiosas como os clérigos oficiais. Como a multidão seguia os novos pregadores, nos quais reconhecia instintivamente a modernização necessária do Islã, foi-lhes proibido pregar nas mesquitas. A manifestação que se seguiu juntava sindicalistas e militantes da extrema esquerda aos crentes.

No Marrocos, os colonos, amargurados com a crise e irritados com alguns limites que a administração opunha à sua preponderância, emitiram um ultimato. O mesmo período assistiu, no Marrocos, ao nascimento de uma imprensa nacionalista. O Comitê de Ação Marroquino, no qual Allal al-Fasi começava a se destacar como figura dominante, anunciava, em 1º de dezembro de 1934, um Plano de Reformas que, se fosse adotado, desenvolveria seu real significado e sua finalidade no decurso do protetorado. A introdução do Plano coincidiu com a liquidação da última mancha de dissidência no sul. Na Argélia e na Tunísia, igualmente, a mudança social, que enfraquecia as velhas solidariedades, criou outras novas. Nos três países magrebianos e, particularmente, na Argélia, o governo apenas respondeu à evolução dos espíritos e das coisas com manipulações eleitorais e exibição de seu arsenal repressivo.

Política e nacionalismo na África Ocidental, 1919-1935

Diversos fatores determinaram a forma assumida pelo nacionalismo africano e pelas atividades políticas na África Ocidental durante esse período: a influência da Primeira Guerra Mundial, a própria situação colonial, o aumento numérico dos profissionais liberais, dos membros da elite culta e da classe operária nos grandes centros urbanos, as condições econômicas gerais das décadas de 1920 e 1930, a evolução socioeconômica nas zonas rurais, ligada às safras comerciais, e, finalmente, a difusão do pan-africanismo e das atividades pan-africanas nessa região do continente.

Política e nacionalismo na África Ocidental Britânica

Movimentos e ligas da juventude

Essas organizações assumiram, na maior parte dos casos, a forma de sindicatos étnicos e de movimentos ou associações de juventude. O período entre as duas guerras assistiu à formação, em muitos países da África Ocidental, em número sempre crescente, de uma infinidade de associações, clubes e sociedades (étnicas, de assistência social, literárias, de antigos alunos, de beneficência e de juventude).

Inúmeros sindicatos foram fundados em certas cidades da Nigéria, como Ibadan, Abeokuta e Lagos. Só na colônia e territórios ashanti da Costa do Ouro havia pelo menos cinquenta clubes e associações desse tipo desde 1930, em sua maioria fundados entre 1925 e 1930.

Se é certo que a maior parte das atividades dos movimentos da juventude não produziu resultados políticos importantes, além de algumas vitórias eleitorais nas áreas urbanas, o estilo político do movimento nacionalista de 1945 em diante, na África Ocidental Britânica, deve bastante à experiência adquirida por certos dirigentes nos movimentos da juventude.

Partidos políticos

Além dos movimentos da juventude, vários partidos políticos foram criados para fazer campanha a favor das reformas. O mais conhecido é o *Nigerian National Democratic Party*, fundado por Herbert Macaulay em 1923. Os objetivos desse partido eram os seguintes: Afirmar os direitos à segurança e ao bem-estar das populações da colônia e do protetorado da Nigéria enquanto partes integrantes do Commonwealth do império britânico e portar a bandeira do "Bem, da Verdade, da Liberdade e da Justiça ao empíreo da Democracia, até a realização de sua ambiciosa meta de "um governo do povo, pelo povo, para o povo".

Sindicatos

O movimento sindical foi igualmente um dos meios de expressão dos sentimentos anticolonialistas e das reivindicações nacionalistas. O governo francês aparentemente não permitia a atividade sindical na África Ocidental antes de 1937. Quanto aos ingleses, só a toleraram oficialmente depois de 1932, em Gâmbia, em 1939, em Serra Leoa, e em 1941, na Nigéria e na Costa do Ouro. Mas, embora as atividades sindicais não fossem autorizadas nem estimula-

das oficialmente durante esse período, vários sindicatos surgiram à luz do dia, principalmente em razão do elevado custo de vida. É o caso de citar a *Railway Workers Union*, de Serra Leoa, a *Nigerian Mechanics Union*, fundada em 1919, e a Gambia Native Defence Union. As armas clássicas desses sindicatos eram a greve, o boicote e o bloqueio de mercadorias.

Movimentos interterritoriais e movimentos internacionais: **National Congress of British West Africa**

A organização e as perspectivas das associações, partidos e movimentos tinham caráter local ou regional. O que todavia distingue os movimentos políticos verificados entre as duas guerras daqueles que existiram imediatamente antes e depois do período é o nascimento de um movimento interterritorial na África Ocidental Britânica e de movimentos internacionais nas capitais dos países colonizadores. O primeiro deles foi o *National Congress of British West Africa* (NCBWA), na África Ocidental, e o segundo a *West African Students Union* (União dos Estudantes Africanos Ocidentais), fundada em Londres.

O NCBWA foi, incontestavelmente, o mais interessante dos movimentos nacionalistas jamais surgidos na África Ocidental, entre as duas guerras. O movimento foi resultado dos esforços de J. E. Casely Hayford, jurista e intelectual da Costa do Ouro, bem como do dr. Akiwande Savage, da Nigéria. A alma do movimento foi sem dúvida Casely Hayford, cujo idealismo, percepção das realidades políticas e fé na unidade dos povos africanos permitiram que o NCBWA sobrevivesse de 1920 a 1930 e introduzisse na política africana ocidental um tom pan-africanista que só se reencontraria 25 anos depois nos esforços de Kwame Nkrumah.

A NCBWA conseguiu também inocular nos dirigentes políticos da África Ocidental Britânica um sentimento de unidade e de destino político comum. Em contraposição, não logrou realizar a independência econômica nem a unificação das quatro colônias britânicas, tampouco qualquer melhora ou atenuação do sistema colonial. Pelo contrário, na década de 1930, o colonialismo estava ainda mais solidamente entrincheirado do que na década anterior.

Política rural ou nacionalismo das massas rurais entre as duas guerras

Como revelam pesquisas recentes – e as pesquisas futuras em outros países da África Ocidental confirmarão, infirmarão ou modificarão estas conclusões

–, as atividades nacionalistas africanas não se limitaram aos centros urbanos. De fato, elas se estenderam às zonas rurais, às diferentes entidades soberanas, aos Estados e às comunidades e, neste caso, os principais protagonistas eram, de um lado, os homens do povo e os agricultores, instruídos ou analfabetos, e, de outro lado, os chefes tradicionais.

Devido a tantas alterações ocorridas em sua situação socioeconômica, esses rurícolas começaram a exigir uma mudança correspondente em sua condição política e, sobretudo, representação nos conselhos nacionais e provinciais e, acima de tudo, restrições aos crescentes poderes dos chefes tradicionais e dos comissários; além disso, reclamavam a supressão ou a redução de certas taxas e multas que os chefes e comissários lhes impunham.

Resultado das atividades nacionalistas na África Ocidental Britânica

Resta saber, então, por que o movimento nacionalista na África Ocidental Britânica teve uma influência tão limitada sobre o povo e os governos coloniais.

A primeira resposta, e a mais importante, é que nunca nem o NCBWA nem os movimentos da juventude tiveram base popular, e não havia conexão significativa entre atividades políticas urbanas e rurais. Em segundo lugar, malgrado todos os seus discursos, nem os dirigentes do NCBWA nem os dos movimentos da juventude estavam dispostos a lançar mão de métodos radicais para atingir seus objetivos. Em terceiro lugar, os repetidos conflitos em que se envolviam os dirigentes desses movimentos prejudicavam sua ação. A luta entre os dirigentes do NCBWA e os da *Aborigines Rights Protection Society* (Sociedade de Proteção aos Direitos dos Aborígines), por um lado, e entre os líderes de ambas as entidades e os governantes tradicionais, por outro, estes encabeçados por Nana Sir Ofori Atta, na Costa do Ouro, enfraqueceu consideravelmente o movimento nacionalista nesse país. Em quarto lugar, parece que a limitada representação eletiva outorgada entre 1923 e 1925 produziu o efeito de anestesiar politicamente os movimentos nacionalistas. Finalmente, é indubitável que a morte de Casely Hayford, em 1930, deu o golpe de misericórdia nas atividades nacionalistas da África Ocidental Britânica.

Por todas as razões apresentadas, a vida política e o nacionalismo na África Ocidental Britânica estavam em seu nível mais baixo ao fim do período considerado, e seria necessário a crise da Etiópia, em 1935, assim como a Segunda Guerra Mundial para reativá-los.

Atividades políticas na África Ocidental Francesa

Ainda há lacunas no conhecimento que temos das atividades políticas africanas nas colônias da África Ocidental Francesa entre as duas guerras. Parece, contudo, ter havido, segundo as provas bastante incompletas de que dispomos atualmente, uma falta relativa de atividade política, nessa parte da África, da qual cumpre buscar as causas na atitude mais restritiva da França quanto às iniciativas e às organizações políticas africanas, bem como na ausência de uma imprensa nativa vigorosa, comparável às de Serra Leoa, Costa do Ouro e Nigéria.

Ainda assim, vale citar entre essas organizações a *Ligue Universelle pour la Défense de la Race Noire* (Liga Universal para a Defesa da Raça Negra), fundada em Paris em 1924 por um jurista nacionalista do Daomé, o príncipe Kojo Tovalou Houénou. Esse movimento fazia campanha contra as condições reinantes no Daomé (atual Benin) e nas colônias francesas em geral, mantendo estreitas relações com a *Universal Negro Improvement Association* (UNIA), movimento de Marcus Garvey nos Estados Unidos. O *Comité de la Défense de la Race Nègre* (Comitê da Defesa da Raça Negra), que sucedeu a liga de Houénou, tinha à sua frente um ministro comunista senegalês, Lamine Senghor, que exerceu suas funções até a morte, em 1927. O comitê foi então rebatizado como *Ligue de la Défense de la Race Nègre*, encabeçado por outro africano ocidental de língua francesa, um sudanês também marxista, Tiémoho Garan-Kouyaté.

Política e nacionalismo no Senegal

No Senegal as quatro *communes* já elegiam deputados à Assembleia Nacional da França desde o século XIX. Se bem que os africanos das áreas urbanas fossem considerados cidadãos em virtude do decreto de 1833, eles foram representados por deputados *métis* ou crioulos até 1914, ano em que Blaise Diagne se tornou o primeiro deputado negro do Senegal.

Blaise Diagne foi o primeiro político senegalês a fundar uma organização política, o Partido Socialista Republicano, que ele criou em 1914 para unificar os diferentes grupos étnicos que viviam em Dacar e em Saint-Louis.

Foi igualmente a época em que, enquanto os chefes tradicionais cediam terreno, os marabus (dirigentes de ordens islâmicas) começaram a formar uma nova força política e social nas áreas rurais. Os jovens senegaleses que viviam nas cidades, empregados de escritório e professores, também começavam a se agitar.

Política e nacionalismo no Daomé

No Daomé, pondo de lado os protestos normais dos africanos por meio da seção local da Liga dos Direitos do Homem, que talvez fosse a única forma permitida de atividade "política", a "política" reduzia-se no essencial a conflitos dentro dos grupos religiosos e à interação destes com as lutas pelo poder e as disputas sucessórias no seio dos grupos étnicos. Em parte, esses conflitos estão na origem dos problemas que explodiram em Porto Novo no ano de 1923.

Louis Hunkanrin foi o mais importante militante daomiano deste período. Participou das lutas políticas pela direção dos clãs enquanto tomava parte nas campanhas anticolonialistas. Hunkanrin reanimou a seção local da Liga dos Direitos do Homem e uma seção do Comitê Franco-Muçulmano. Graças a colegas filiados em seções locais, os jornais de esquerda e comunistas da França e dos Estados Unidos penetraram nos meios intelectuais daomianos, e petições e queixas contra a administração local foram remetidas a Paris.

A administração colonial reagiu mandando prender os organizadores da resistência, chamando unidades do Togo e da Costa do Marfim, e decretando o estado de emergência, que foi mantido até junho de 1923. A prisão e expulsão de quase todos os dirigentes do movimento de contestação, entre os quais Hunkanrin, pôs fim à agitação nacionalista no Daomé, após o que o país conheceu, como os outros territórios da África Ocidental Francesa, um período de tranquilidade política.

Política e nacionalismo na África Oriental, 1919-1935

As atividades políticas deste período embasavam-se numa consciência de grupo concreta. Eram atividades de massa. Cada movimento exigia um chefe, mas eram as massas que o formavam, sendo os dirigentes apenas a vanguarda.

Movimentos de protesto religioso

A religião é uma das armas que os africanos orientais empregaram desde o início na luta contra o colonialismo. A resistência supunha uma mobilização e, em numerosas regiões, foram os chefes religiosos que assumiram esse papel. A era da primeira resistência foi também a dos profetas.

Os profetas africanos desempenharam um papel apreciável em aliviar seus adeptos das tensões que o colonialismo havia introduzido no tecido colonial. Iniciada na segunda década do século XX, a atividade dos profetas iria prosseguir ao longo

das duas décadas seguintes, para ampliar-se mais após a Segunda Guerra Mundial. O caso dos kamba e dos Abagusii dão ideia do que representou esse movimento.

O outro aspecto igualmente importante da reação religiosa foi a criação de igrejas cristãs independentes. Conforme já vimos, algumas delas desempenharam o papel de movimentos de protesto contra o paternalismo europeu das igrejas missionárias, mas todas queriam superá-las, para oferecer soluções que julgavam adaptadas às necessidades dos fiéis.

Embora frequentemente considerados pelas autoridades coloniais simples "reações impulsivas de negação", esses movimentos religiosos de protesto atestavam o vigor e a vitalidade do espírito africano e lançaram as bases para futuros movimentos de massa nacionalistas. Não é muito comum dar-lhes lugar nos anais do nacionalismo, mas nem por isso eles deixam de constituir, por assim dizer, os "tios legítimos" do nacionalismo africano. E a base do apoio deles era o povo, as massas rurais.

As associações de "jovens"

Opondo-se aos chefes nomeados pelos colonizadores e à administração local, alguns ex-alunos das escolas missionárias, como as de Maseno, Budo, Thogoto e Zanzibar, que se haviam tornado professores, catequistas, empregados e artesãos, organizaram associações contestatárias de "jovens" para levar adiante suas campanhas políticas. As associações eram, portanto, movimentos de massa.

A primeira foi a *Young Baganda Association*, que lutou com muita eficácia contra os chefes e o kabaka de Buganda. A *Young Kavironde Association* também desempenhou um papel ativo junto dos camponeses da província de Nianza. Da mesma forma, a *Kikuyu Central Association* deu prova de notável perseverança e espírito de organização durante esses anos.

Essas associações de "jovens" não atingiram seus objetivos, mas seria injusto dizer que malograram por completo. Embora o sistema tenha sabotado constantemente sua eficácia, cooptando ou prendendo, segundo o caso, seus dirigentes, elas tiveram efeito duradouro, na medida em que formularam as reivindicações dos africanos em relação ao sistema colonial, utilizando métodos como a redação de panfletos e explorando capacidades como o conhecimento do inglês e do kiswahili para expor os principais malefícios do colonialismo.

Associações reformadoras e sindicatos

As inúmeras associações comerciais formadas pelos agricultores e empresários africanos durante esse período tiveram um papel secundário no plano político.

Normalmente eram formadas com determinado objetivo, mas, em vista dos problemas cotidianos inerentes à situação colonial, logo se viam obrigadas a denunciar todos os abusos do sistema em sua região. Por essa razão, os dirigentes se tornavam alvo da hostilidade dos representantes locais da administração colonial.

Um bom exemplo a respeito é a *Kilimandjaro Native Planters [Coffee] Association* (KNPA), fundada em 1925 "para defender e promover os interesses dos plantadores de café indígenas do Kilimandjaro". Também pode-se citar a *Bukoba Bahaya Union* criada em 1924.

Os historiadores da África oriental falam delas como associações "reformadoras", dirigidas por homens "modernos", entre os quais figuravam Hugh Martin Kayamba, Francis Lwamigira e Harry Thuku, no final da década de 1930. Em conjunto, os "reformadores" começaram principalmente por se defenderem e por defender seus interesses de classe: portanto, é difícil atribuir-lhes um papel preponderante na política de "ação de massa". Só depois da Segunda Guerra Mundial é que as elites desposaram a causa do povo. A história do sindicalismo mostra bem que não havia nenhuma ligação entre os modernistas e as massas.

Os "jovens", que iriam desde então assumir a chefia do movimento político, eram, regra geral, citadinos que conheciam a penosa situação das massas laboriosas. As queixas dos trabalhadores costumavam, pois, fazer parte de seus memorandos e discursos. Esse era o caso da *Young Gikuyu Association*, e da *Young Kavirondo Association*.

Ação política em escala territorial

Tratamos até agora da ação política local desenvolvida em diferentes níveis. As tentativas feitas em escala territorial redundaram em malogro ou em constatação de impotência. Isso, aliás, não lhes tira o valor, pois o sentimento nacional estava muito pouco disseminado em Tanganica ou no Quênia, entre as duas guerras. Não havia suficiente maturidade política para apreender o Estado colonial em sua totalidade. Claro que havia exceções: homens como Jomo Kenyatta, Akiiki Nyabongo e Mbiyu Koinange haviam tido a possibilidade – coisa rara – de viajar para a Europa e para os Estados Unidos da América e de encontrar personalidades que encaravam a situação colonial pela perspectiva do império. Mas esses homens não passavam de um punhado e, pior, estavam longe da pátria, não tendo portanto possibilidade de organizar as massas locais.

A partir dessa perspectiva, a *East African Association*, de Harry Thuku, era a única de seu gênero no início da década de 1920, na medida em que, ao menos

no papel, se interessava pelo conjunto do território queniano e visava ir ainda mais longe. A associação colocava-se incontestavelmente acima das etnias e, como indicava seu nome, sua ação abrangia todo o Quênia. Mas a maior parte de seus membros eram Gikuyu.

Mas além da realidade da repressão colonial, a conclusão que podemos extrair é a seguinte: entre as duas guerras ainda não havia, politicamente, quenianos, ugandenses ou tanganiquenses.

Política e nacionalismo nas Áfricas Central e meridional, 1919-1935

Desde sempre, profundas diferenças assinalaram a vida política africana de países tão dessemelhantes como Angola, Bechuanalândia (atual Botsuana), Congo Belga (atual R. D. do Congo), Rodésia do Norte (atual Zâmbia), Basutolândia (atual Lesoto), Niassalândia (atual Malaui), Moçambique, Suazilândia, Rodésia do Sul (atual Zimbábue), Sudoeste Africano (atual Namíbia) e União Sul-Africana (atual República da África do Sul). Essas diferenças, ainda hoje bem visíveis, eram consideráveis entre 1919 e 1935. Deviam-se principalmente ao fato de os países acima mencionados fazerem parte de diferentes impérios coloniais: o britânico, o português e o belga. Por outro lado, esses territórios não tinham o mesmo estatuto político: alguns eram colônias, outros, protetorados, e um deles, domínio. Finalmente, aspecto não menos importante, havia largas distâncias no plano socioeconômico. Não obstante, o aparecimento de novos movimentos anticolonialistas na África Central e meridional revela traços específicos distintos, quando comparados aos da África Oriental e Ocidental.

Oposição popular, nacionalismo e política na África do Sul e nos territórios vizinhos

A resistência camponesa foi uma das formas de oposição à dominação colonial e à exploração capitalista na África do Sul. Reagindo contra a crescente pauperização e contra a incerteza econômica que acompanhava a transformação de muitas zonas rurais da África do Sul, as quais passaram de uma economia agrária para a condição de reserva de mão de obra, os camponeses entregaram-se a uma série de ações destinadas a reduzir ou a eliminar as cada vez maiores pressões políticas e econômicas. As formas de resistência, em sua maior parte, visavam proteger as terras e o gado, bem como protestar contra o aumento dos impostos e das requisições de mão de obra.

Em sua maior parte, as revoltas camponesas eram espontâneas e não tinham envergadura. Em contrapartida, entre os primeiros movimentos de massa organizados, alguns deviam muito às igrejas e às seitas afro-cristãs, que representaram outra importante forma de oposição ao colonialismo na região em estudo.

De 1919 a 1935, além das velhas revoltas camponesas e dos movimentos das igrejas afro-cristãs, apareceram na África meridional e um pouco por todo o continente novas organizações políticas africanas que já não se fundamentavam na comunidade étnica. Eram organizações elitistas e proletárias. A primeira dessas organizações, e de longe a mais importante, foi o *African National Congress* (ANC), fundado na África meridional em 1912.Tratava-se de uma vasta organização destinada a unir todos os africanos politicamente ativos.

Nos outros países da África meridional, as organizações políticas africanas seguiam praticamente o mesmo processo, sem ir tão longe, porém, como na África do Sul. Regra geral, tratava-se inicialmente de "associações indígenas", de "congressos indígenas" e de "sociedades de ajuda mútua", que começaram ocupando-se de problemas locais e depois ampliaram gradativamente suas áreas de atividade até se tornarem porta-vozes das necessidades diárias de suas comunidades.

À medida que o movimento operário africano se ampliava, o proletariado industrial branco ia perdendo o ardor militante. Levada pela vaga de reivindicações na indústria, que varreu a África meridional logo em seguida à Primeira Guerra Mundial, formou-se a maior organização proletária africana. A década de 1920 assistiu a seu apogeu e, depois, a seu declínio. A *Industrial and Commercial Workers' Union of Africa* (ICU) foi criada em janeiro de 1919 na Cidade do Cabo, por ocasião de uma greve dos estivadores africanos e mestiços. A ICU procurava unir os trabalhadores dos mais diversos setores de atividade: funcionários dos serviços municipais, operários da construção, ferroviários, mineiros, marinheiros, trabalhadores rurais, operários de fábricas, estivadores, empregados de transportes, comércio e serviços. Ela contava entre seus adeptos tanto africanos como mestiços.

A oposição popular à dominação colonial no Congo Belga

A oposição camponesa no Congo, muitas vezes esporádica e pouco visível, revestiu-se de várias formas, todas destinadas a evitar ou a minimizar o impacto destrutivo do sistema capitalista e colonial sobre os modos de vida existentes. A recusa ao pagamento de impostos continuou com grande frequência nos anos que se seguiram imediatamente à Primeira Guerra Mundial.

Movimentos religiosos e políticos exerceram grande influência sobre os camponeses, tanto que as autoridades coloniais tinham proibido estritamente todas as organizações puramente políticas. Seu poder de atração também refletia o crescente sentimento de ansiedade e de frustração produzido pelas incertezas econômicas da crise de 1921 e da Grande Depressão, dez anos mais tarde. Um desses movimentos foi o kimbanguismo, que deve seu nome a Simon Kimbangu, camponês Bakongo.

O fato de as greves só terem começado na década de 1930 mostra que a formação de uma classe operária africana e de um movimento proletário incipiente se deu em ritmo bem mais lento no Congo Belga do que na África do Sul. Enquanto milhares de indivíduos fugiam das minas, outros começavam a se organizar, mesmo da forma mais precária e esporádica, para melhorar suas condições de trabalho.

Tal como no caso do movimento operário, as associações políticas e os partidos nacionalistas desenvolveram-se muito mais lentamente no Congo Belga do que na África do Sul. De fato, organizações explicitamente nacionalistas, como a Associação de Bakongo (ABAKO), não surgiram antes do final da década de 1950. Durante esse período, no entanto, proliferaram associações fechadas, sob o nome de Mbeni.

Mas a crítica explícita ao colonialismo e os ataques contra os negros legalistas inquietavam as autoridades belgas, que se esforçaram para destruir todas as formas de protesto social. Em 1926 todas as associações urbanas africanas – inclusive os Mbeni – foram colocadas sob o controle direto do regime colonial. As perseguições das autoridades, a guerra das gangues, as rivalidades internas e externas das sociedades urbanas, assim como o deslocamento das estruturas urbanas provocado pela Grande Depressão – tudo isso contribuiu para reduzir a influência e a importância de tais associações por volta dos meados da década de 1930.

A oposição popular à dominação colonial em Angola

A primeira forma de resistência ao regime colonial em Angola consistia em pegar em armas, mas logo foi abandonada no final da Primeira Guerra Mundial, pois era um recurso sem esperanças e condenado ao fracasso. Os líderes rareavam cada vez mais, as armas haviam sido confiscadas, em sua maior parte, e a pólvora, com raras exceções, já não era encontrada no mercado. A segunda forma era a retirada. Quando a situação se tornava intolerável, aldeias inteiras abandonavam os campos e partiam para zonas situadas fora do alcance das autoridades colo-

niais. A terceira solução era ainda mais radical: por toda Angola verificava-se maciça emigração clandestina para o Congo Belga, para a Rodésia do Norte e até para o Sudoeste Africano. O quarto tipo de resistência à dominação colonial residia nos cultos religiosos ou messiânicos fundados pelos africanos em reação contra a religião europeia. Mas ao contrário do que ocorria no Congo Belga, tais igrejas tiveram poucos seguidores e duraram pouco tempo.

Enquanto a maior parte dessas formas de oposição tinha base rural, os intelectuais e jornalistas assimilados de Luanda e de Lisboa denunciavam os abusos do colonialismo e reafirmavam sua identidade angolana. Os mais conhecidos entre esses pré-nacionalistas eram o cônego Antônio José do Nascimento (1838-1902), o advogado e jornalista José de Fontes Pereira (1838-1891), o escritor Joaquim Dias Cordeiro da Matta (1857-1894).

Importante também foi a formação de associações. A Liga Ultramarina foi organizada em Lisboa em 1910, e a ela se seguiu pouco depois a Liga Colonial. Dois anos mais tarde, os africanos que viviam em Lisboa provenientes de todas as colônias portuguesas fundaram a Junta de Defesa dos Direitos de África. Mesmo em Angola, a Liga Angolana, pequena associação de funcionários angolanos, foi reconhecida oficialmente.

Mas, não obstante a proliferação de todas essas organizações, elas tinham poucos adeptos e uma influência extremamente limitada.

As condições se tornaram tão difíceis em Angola que as associações africanas adotaram uma política de cooperação com o governo. Privadas de força vital e reduzidas à impotência política, as organizações foram convidadas a não perseguir senão objetivos sociais. Sua decadência coincidiu com o declínio, em Portugal, dos dois "partidos" que pretendiam ser pan-africanistas. Em 1931, elas fundiram-se e passaram a ser o Movimento Nacionalista Africano (nacionalista no sentido da nação portuguesa); finalmente, desapareceram, estranguladas pelo implacável garrote de Oliveira Salazar.

A oposição popular à dominação colonial em Moçambique

O tipo de oposição popular que se manifestou em Moçambique era semelhante ao de Angola, embora variasse um tanto em escala e em intensidade. Houve menos insurreições armadas, e a tradição literária e as conexões com o movimento pan-africano não eram tão grandes. O número de exemplos documentados de oposição operária e camponesa, por outro lado, é notavelmente maior em Moçambique do que em Angola; as igrejas independentes também eram lá mais numerosas e politicamente importantes.

A oposição rural constituía um desafio periódico para o sistema colonial e capitalista. Como nos primeiros anos da dominação colonial, o não pagamento dos impostos foi comum em todas as regiões rurais de Moçambique. Os camponeses elaboraram uma série de estratégias para reduzir ou evitar os pagamentos anuais. Milhares de camponeses moçambicanos obrigados a plantar algodão ou a trabalhar nas terras dos colonos e nas *plantations*, ou a participar na execução de obras públicas estatais, contestavam o tempo de trabalho que deviam ceder ao sistema capitalista colonial. No caso mais extremo, esquivavam-se ao trabalho forçado, fugindo para as colônias vizinhas.

Os trabalhadores urbanos, assim como os rurais, lançaram inicialmente operações individuais e esporádicas para escapar à nova ordem econômica capitalista ou para lhe atenuar o impulso.

No entanto, os trabalhadores africanos, pouco numerosos, isolados dos movimentos trabalhistas internacionais, confrontados com uma aliança hostil do Estado e do capital, viam-se em uma posição evidentemente pouco invejável. Não obstante, já em 1911 um pequeno grupo dirigido por Francisco Domingos Campos, Alfredo de Oliveira Guimarães e Agostinho José Mathias tentara organizar a União Africana, para nela incluir todos os trabalhadores africanos de Lourenço Marques.

Como em outras partes das Áfricas meridional e Central, as igrejas independentes ofereciam outro quadro institucional aos operários e camponeses para a expressão de sua hostilidade à nova ordem social e à hipocrisia das igrejas cristãs oficiais. Já em 1918 havia 76 igrejas separatistas agindo em Moçambique. Vinte anos depois, havia mais de 380.

A oposição intelectual nas cidades, embora menos profundamente enraizada do que em Angola, tornou-se contudo um fórum importante para os discursos reformistas. O primeiro apelo à mudança, algo hesitante, veio em 1908 com a publicação do jornal "O Africano", de Lourenço Marques, órgão oficial do Grêmio Africano, grupo social e civil fundado pelas "grandes famílias" de cor dois anos antes. Durante esse período, um pequeno número de intelectuais moçambicanos que vivia em Portugal ajudou a formar organizações que estavam ligadas ao movimento pan-africano em geral. As mais importantes foram a Liga Africana e o Partido Nacional Africano. A primeira mantinha estreitos laços com o *Pan-African Congress*, de W. E. B. Du Bois, enquanto o segundo pendia mais para o garveyísmo. Nenhum, porém, conquistou verdadeiramente adeptos na Colônia, e suas atividades permaneceram largamente simbólicas.

A Etiópia e a Libéria, 1914-1935: dois Estados africanos independentes na era colonial

Libéria e Etiópia: evolução sociocultural de 1915 a 1935

Durante este período, a Libéria e a Etiópia enfrentaram graves problemas de integração e sobrevivência nacionais, resultantes em parte da importância de sua expansão no decorrer do século anterior e da maior disparidade de suas populações e de suas culturas. Quais foram as mudanças culturais e sociais ocorridas em ambos os países neste período?

Entre a população da Libéria, os américo-liberianos mantiveram-se política e economicamente dominantes enquanto grupo. Mas sua importância numérica declinara desde o final do século XIX, com a maior proporção da mortalidade em relação à natalidade e ao término virtual da imigração negra proveniente dos Estados Unidos da América. A situação provocou o aumento de casamentos mistos e de ligações, principalmente entre américo-liberianos e africanos autóctones. O declínio demográfico levou sem dúvida os américo-liberianos à prática cada vez mais frequente dos casamentos endógenos, intensificando por consequência o sistema da família ampliada desenvolvido entre eles desde o final do século XIX.

Quanto aos liberianos autóctones, o progressivo desenvolvimento do ensino escolar e a ação dos missionários cristãos por todo o país contribuíram para educá-los, emancipá-los e permitir-lhes assimilar certos aspectos da cultura américo-liberiana, condições que lhes davam o grau de "civilizados" (ou "semicivilizados"). Um número relativamente reduzido deles atingiu pé de igualdade com os américo-liberianos quanto aos direitos civis e políticos. Não obstante, até os africanos privilegiados e instruídos – para não falar da massa dos autóctones sem direito de voto e em grande parte oprimidos – estavam mais ou menos descontentes com a "dominação américo-liberiana", que era como classificavam, com razão, o governo liberiano. Regra geral, procuravam reformar o sistema sociopolítico do país para melhorar a sorte dos autóctones.

Tal como na Libéria, a vasta expansão territorial verificada na Etiópia, no reinado de Menelik, teve por consequência maior o aumento da diversidade étnica da população. Entre os povos que em 1914 se encontravam incorporados na Etiópia, contam-se em primeiro lugar os oromo, quase tão numerosos como os amárico-tigrinos e dispersos por quase a metade do território da Etiópia, além dos gurage, dos sidamo e dos beni shangul.

Como fez a oligarquia américo-liberiana na Libéria, os amárico-tigrinos conservaram sua dominação econômica, política e militar sobre o resto da Etiópia durante o período considerado.

Na primeira metade do século atual, a evolução sociocultural das etnias não amárico-tigrinas (quer dizer, dos oromo, sidamo, gurage etc.) foi marcada por uma crescente "amaricização", tais como a adoção da língua, do vestuário e do calendário amáricos e mudanças nas crenças religiosas, a despeito da resistência de muçulmanos e outras influências. No entanto, tal como na Libéria, a aculturação não agiu em um único sentido. Certos colonos amárico-tigrinos das regiões mais isoladas, onde havia guarnições, acabavam sendo assimilados pela população local.

Além disso, a sociedade etíope fragmentou-se em várias classes e grupos, entre os quais havia os escravos, os camponeses, a intelectualidade nascente e a burguesia mercantil, que apoiava o regente, Tafari Makonnen (futuro imperador Hailé Selassié), e reclamava reformas e uma administração central forte, bem como uma fração conservadora, que compreendia a maior parte da grande nobreza e do alto clero da Igreja copta da Etiópia. Partidário da imperatriz Zauditu e defensor da autonomia regional, esse grupo era o baluarte do regime sociocultural etíope.

Vê-se portanto que, durante o período considerado, o pluralismo étnico e cultural, da mesma forma que a desigualdade social na Libéria e na Etiópia, fazia com que pairasse uma grave ameaça sobre a estabilidade e a harmonia da sociedade, ou provocava verdadeiros conflitos.

Evolução política

Quanto à Libéria, em toda a década de 1910, o *True Whig Party* manteve solidamente as rédeas do poder, sofrendo uma oposição puramente formal. Essa situação evoluiu um pouco na década de 1920, quando o *People's Party*, criado em 1922 sob a direção do ex-presidente Daniel B. Howard, desafiou seriamente o *True Whig Party* no poder. Assim, verifica-se que a Libéria – singularmente na África – se transformou gradativamente durante o século XX num Estado praticamente unipartidário.

Se a base política da Libéria tivesse sido ampliada para acolher os indígenas liberianos, as coisas teriam sido diferentes. Mas, à parte Too Wesley e alguns outros já mencionados, nada disso se verificou. O sistema político do país permaneceu, assim, fundamentalmente conservador, servindo principalmente aos interesses da elite américo-liberiana, perpetuando sua ascendência política.

Na Etiópia, os últimos anos de Menelik constituíram um período difícil. Até a morte de Menelik, em dezembro de 1913, o vazio de poder criado por sua doença exacerbou as intrigas políticas às quais se entregavam facções da nobreza etíope e incitou as potências coloniais europeias a se intrometerem nos assuntos do país. No decorrer de sua prolongada doença, o imperador nomeou o neto Lij Yasu – garoto de doze anos – para seu sucessor, em meados de 1908. No entanto, houve uma coligação entre os nobres e os dignitários eclesiásticos para depô-lo em setembro de 1916. A filha de Menelik, Zauditu, foi então proclamada imperatriz, e Tafari, filho do ras Makonnen, foi declarado regente e herdeiro do trono. A coroação da imperatriz Zauditu, no dia 11 de fevereiro de 1917, marcou o início do dualismo de poder, dividido entre a imperatriz e o regente. Em março de 1930, com a morte de Zauditu, Tafari assumiu o título de imperador Hailé Selassié I.

Como no caso da Libéria, houve efetivamente algumas mudanças políticas, que, contudo, não foram fundamentais nem estruturais. Elas se traduziram em aumento da centralização; aplicação mais estrita de critérios reconhecidos em matéria de nomeações para cargos públicos quando da eliminação dos membros mais conservadores da nobreza etíope; bem como na promulgação oficial de uma constituição. A despeito da maior centralização política, do separatismo social, do regionalismo cultural e do chauvinismo étnico, tais mudanças se mantiveram como as características dominantes do Império etíope, prejudicando seriamente a integração nacional. A Constituição de 1931 estava longe de ser uma inovação radical e teve pouca influência imediata sobre a vida política do país.

Assim, no período em estudo, a Libéria e a Etiópia apresentavam mais analogias do que divergências no que concerne aos fatores determinantes de sua vida política. Citem-se como exemplos o conservadorismo das normas sociais não igualitárias e caducas, a falta de integração nacional, de desenvolvimento econômico ou de firme vontade de mudança radical da sociedade e, sobretudo, a frágil independência política em meio à hostilidade e à cobiça das potências imperialistas da Europa.

A África e o Novo Mundo

Diversas regiões do mundo, como a Grécia e a Roma clássicas, Portugal (desde o século XV), as Antilhas, os Estados Unidos (desde o século XVII), a Grã-Bretanha (desde o século XVIII), o Canadá (sobretudo depois da Guerra

da Independência dos Estados Unidos), o Brasil (particularmente desde o século XVIII), a Arábia Saudita, a Índia e, ocasionalmente, a Turquia, acolheram importantes comunidades de africanos expatriados ou se viram expostas a influências africanas bem nítidas. Ao mesmo tempo, a amplidão da diáspora africana variou em função das idas e vindas de comerciantes, marinheiros, intérpretes e educadores africanos, da presença de estudantes africanos na América e da reinstalação de negros americanos, de afro-brasileiros e de afro-cubanos na África. Os laços entre os continentes que se tornaram os dois principais domínios de implantação da população negra – a África e as Américas – foram mantidos ao longo dos anos, mediante um intercâmbio de pessoas, de objetos culturais e de ideologias políticas. O presente tópico procura definir as interações entre os africanos e as populações de ascendência africana das Américas durante o período colonial da história africana.

De 1880 a 1935, os laços entre africanos e negros americanos foram essencialmente de cinco tipos: a) movimentos de retorno dos negros à África ou emigração dos negros – principalmente da América do Norte, mas também das Antilhas e do Brasil – para diversas regiões da África (sobretudo para a África Ocidental, mas igualmente para a África do Sul e o Chifre); b) evangelismo americano, com a ida de missionários afro-americanos para a África a fim de propagar o Evangelho; c) repetição da rota do meio (África-Índias Orientais), sob a forma de uma corrente de estudantes africanos que se matriculavam em escolas e universidades americanas para negros; d) pan-africanismo, revestido de diversas formas (conferências, criação de organismos, atividades educativas, literárias e comerciais), que puseram africanos em contato com o mundo negro das Américas e contribuíram para influir na evolução da África colonial; e) persistência e transformação dos valores culturais africanos na América Latina e nas Antilhas. Esses cinco pontos serão analisados um por um.

Movimentos de retorno à África

Embora a corrente favorável à emigração dos negros da América do Norte para a Libéria, que fora forte na primeira metade do século XIX, tenha se enfraquecido sensivelmente, os afro-americanos continuaram a manifestar certo interesse em emigrar para a África no final do século XIX e começos do XX.

Em 1889, Edward W. Blyden, pan-africanista antilhano nascido em Saint-Thomas, efetuou uma viagem da Libéria aos Estados Unidos em nome da *American Colonization Society* (ACS), para contribuir para a geração de apoio dos negros à emigração.

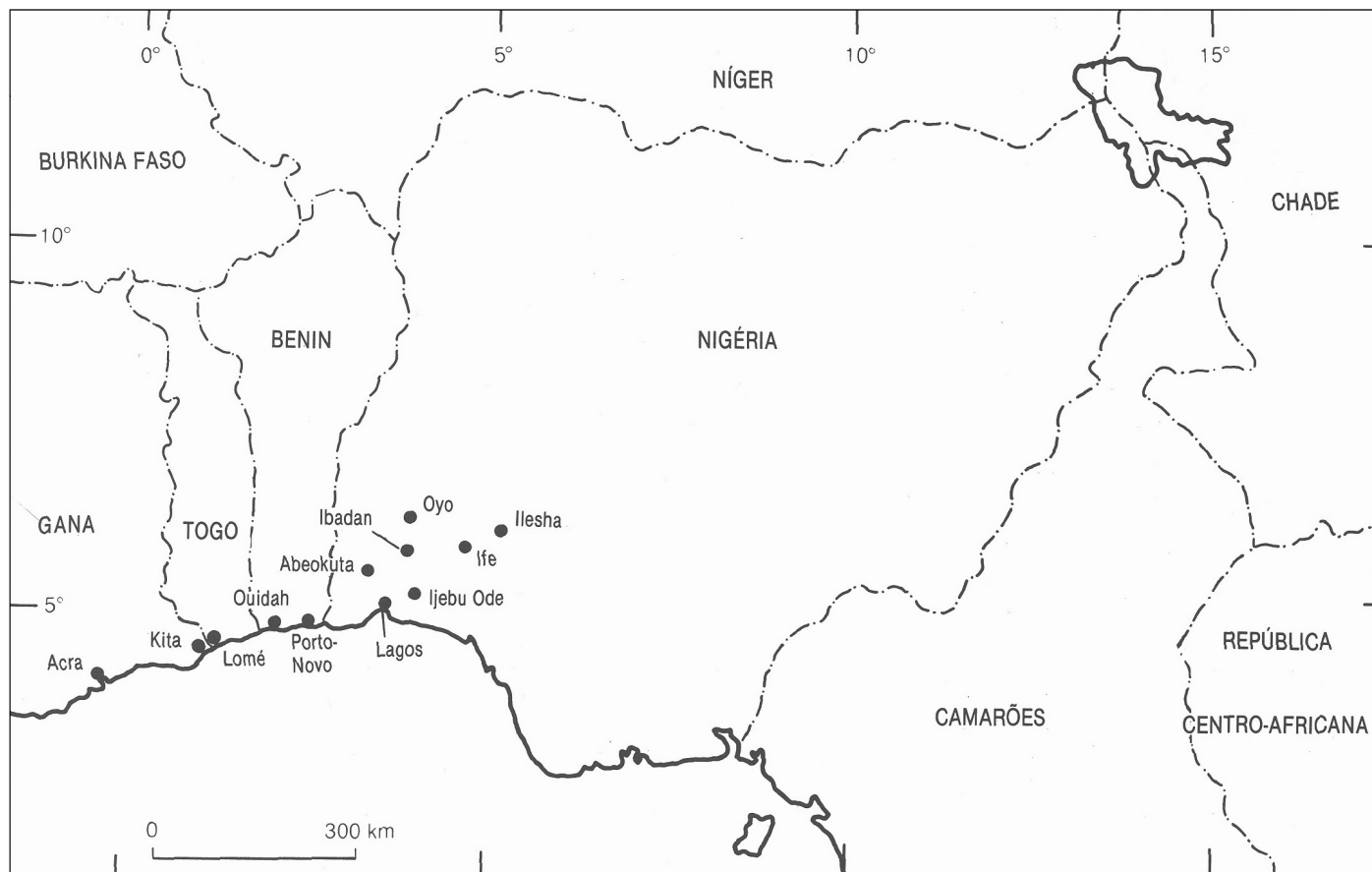
Por outro lado, de 1880 a 1900, o bispo Henry McNeal Turner procurou combinar as duas tradições longamente dominantes na história moderna da interação entre africanos e afro-americanos: a emigração africana e o evangelismo cristão. Ademais, o retorno de milhares de negros brasileiros para a África Ocidental, pelo menos até a abolição oficial da escravatura no Brasil (1888), também suscitou importantes interações.

A competência técnica e comercial, bem como as aspirações políticas dos afro-brasileiros que se reinstalaram em suas terras de origem ou próximas, na Nigéria, Daomé (atual Benin), Togo e Costa do Ouro (atual Gana), tiveram aparentemente grandes repercussões sobre a situação social, econômica e política desses países. Talvez por não terem formado nessas regiões uma comunidade distinta de colonos – como se passou na Libéria –, os afro-brasileiros perseguiram objetivos sociais e políticos que pouco se diferenciavam dos almejados pelos autóctones.

Depois de 1900, a bandeira do retorno à África foi retomada por outros. Por exemplo, certo capitão Dean, em começos do século XX, alimentou a esperança de incitar os negros norte-americanos a ir para a África do Sul, a fim de lá criar um poderoso Estado negro.

Mas foi Marcus Garvey, nascido na Jamaica em 1887, o advogado mais eloquente da emigração junto dos negros africanos e americanos. Apelando para o orgulho negro, Garvey soube interessar milhões de negros americanos pela África depois da Primeira Guerra Mundial. Du Bois observaria mais tarde que "em alguns anos, o movimento, as promessas e os planos [de Garvey] se tornaram bastante célebres para serem conhecidos na Europa e na Ásia e atingirem toda a África".

Os afro-brasileiros

Os contatos entre o Brasil e a costa ocidental da África foram facilitados pelo estabelecimento de linhas regulares de cargueiros mistos, que dessa forma substituíram os navios negreiros. A *British African Company* e a *African Steam Ship Company*, entre outras, garantiam viagens regulares entre os portos da Baía de Todos os Santos e de Lagos. Segundo o "Weekly Times" de 11 de outubro de 1890, o vapor Biaffra, ao voltar a Lagos no fim de sua viagem inaugural, transportava 110 passageiros e 400 toneladas de mercadorias. Nessa época, o comércio entre as duas costas já era bem importante. De acordo com Pierre Verger, as exportações do Brasil "consistiam principalmente de charutos, tabaco e cachaça"; as importações se compunham de "panos de fabricação nacional,

Os afro-brasileiros na África Ocidental, nos séculos XVIII e XIX.

Influência religiosa dos ioruba na Bahia, Brasil. (Fotos: Pierre Verger.)

tecidos de algodão europeu, noz-de-cola e óleo de palma". Nos cinco anos entre 1881 e 1885, o valor anual médio das importações e exportações foi, respectivamente, de 19.084 e de 11.259 libras esterlinas.

O comércio entre as duas costas, independentemente de sua importância, permitiu o desenvolvimento de uma burguesia africana constituída por antigos escravos que haviam trabalhado no Brasil e em Cuba. Essa migração começou em fins do século XVIII, para se tornar mais acentuada após a revolta dos Malês (escravos muçulmanos), em 1835. Esses contingentes de emigrantes fixaram-se principalmente nas cidades litorâneas da Nigéria, do Daomé (atual Benin) e, em escala bem menor, no Togo e na Costa do Ouro. Nessas zonas costeiras, os imigrantes estabeleceram-se em comunidades, evitando portanto as entradas pelo interior, com exceção dos que integravam os grupos ioruba e haussa, que se instalaram não só em Lagos, mas também em cidades do interior, como Abeokuta.

Muitos imigrantes tinham sido "negros de ganho" no Brasil, ou seja, escravos que viviam nas cidades, exercendo livremente uma profissão (pedreiro, marceneiro, calafate etc.) e dividindo o ganho com os senhores. Dispondo de tecnologia própria, alguns excelentes construtores edificaram bairros residenciais em Porto Novo, Quidah e principalmente em Lagos, onde foi construído o Bairro Brasileiro, em que se encontram ainda sobrados de estilo baiano, na atual praça Tinubu. O mesmo vale para a praça Campos ou para grandes edifícios como a catedral católica de Lagos ou a mesquita erigida no centro da cidade. O estilo desses sobrados caracteriza algumas construções do interior, nas zonas onde vivem as populações ioruba. Em Quidah, bem como em Porto Novo, desenvolveu-se um tipo de construção que, independentemente de sua opulência ou de sua simplicidade, seguia muito de perto o traçado da "casa-grande", tipo de construção característica dos engenhos de açúcar ou das *plantations* do Brasil colonial.

No Daomé (atual Benin), as crianças que frequentavam as escolas de missionários ingleses e franceses foram em parte aproveitadas como auxiliares da administração colonial, devido a seu nível de instrução. A religião, o tipo de habitação, o vestuário, o exercício do comércio atlântico e o fato de ser funcionário da administração pública colonial davam um *status* especial a esse grupo.

No entanto, ele não gozava da aceitação total da sociedade europeia e nem sempre mantinha boas relações com as populações autóctones, em face de seus hábitos e estilo de vida.

Pouco a pouco, esses grupos foram perdendo a especificidade afro-brasileira, já que, embora importassem livros do Brasil, como o "Compêndio de doutrina

cristã" e "O fabulista" da mocidade, o ensino nas escolas foi seguindo exclusivamente a língua do colonizador francês ou inglês. Por outro lado, os descendentes dos ioruba, para se integrarem mais na sociedade local, começaram a empregar de novo os nomes ioruba, e alguns adquiriram o hábito de participar do culto das igrejas africanas derivado do protestantismo.

No caso de Lagos, a comunidade conservou sua identidade, por exemplo, saindo para as ruas em dias de festa para apresentar danças folclóricas, seguindo nisso o exemplo da *Aurora Relief Society* que, em 1900, continuava a identificar-se com um núcleo burguês. No entanto, com o tempo, o grupo perdeu os traços distintivos. O português, outrora considerado uma língua comercial, foi suplantado pelo inglês na Nigéria e pelo francês no Daomé (Benin).

Na Costa do Ouro, os afro-brasileiros, embora estabelecidos como um núcleo separado, em vista de seus hábitos mais ou menos ocidentalizados e, por isso, conhecidos como os tabon, abandonaram pouco a pouco as tradições tipicamente brasileiras, retendo, porém, outros traços culturais, como tocar tambores por ocasião de festividades, como a procissão anual que percorre as velhas ruas de Acra durante dois dias. Os tabon, ao se instalarem no país, tiveram de assinar um pacto de vassalagem com um chefe ga de Acra. Cedo abandonaram o uso da língua portuguesa, embora suas canções misturem o ga, o inglês e o português. A rápida integração dos tabon da Costa do Ouro contrasta com a bastante demorada dos afro-brasileiros de Lagos, Abeokuta, Porto Novo, Quidah e outras cidades menos importantes da costa da Nigéria, do Daomé e de Togo.

Em Lagos, ao lado da comunidade brasileira também se constituiu uma comunidade afro-cubana, formada de elementos repatriados de Cuba, mas em menor número.

Ação de evangelização pelos negros americanos na África

Um dos meios pelos quais se alimentou o intercâmbio entre negros da África e da América na época colonial, à falta de migrações em massa, foi a chegada de missionários negros para "elevar" o continente negro mediante a evangelização cristã. Em geral, a evangelização foi obra de missionários negros norte-americanos, de início pertencentes a igrejas onde os brancos preponderavam. A Igreja presbiteriana, por exemplo, enviou missionários negros a Camarões desde 1896. No entanto, as igrejas negras logo se tornaram, por sua própria vontade e por seu próprio direito, as animadoras de uma ação missionária na África que foi talvez a mais eficaz de todas. De fato, desde o século XIX, os afro-americanos foram

exortados a assumir responsabilidades particulares na "redenção" das sociedades africanas.

Esse foi o caso de igrejas como a *African Methodist Episcopal Church* (AME), a *African Methodist Episcopal Zion* (AME Zion), *National Baptist Convention* (NBC), sobretudo na África Ocidental e na África do Sul.

Muitos negros americanos que atenderam ao apelo de sua igreja, no final do século XIX, partiram para a África Austral como missionários, exercendo aí profunda influência

O período de contatos gerados pelos missionários, no qual os líderes da Igreja americana negra tiveram o papel de mentores, foi gradativamente transformado em um tempo em que o nível, a interação e a natureza dos interesses americanos na América negra foram crescentemente determinados pelas iniciativas africanas.

Interações religiosas entre o Brasil e a costa africana

Do ponto de vista religioso – e mais especificamente da evangelização – não podemos comparar a ação dos afro-americanos com a dos afro-brasileiros. Enquanto os primeiros participaram de forma direta ou indireta na missão evangélica, os segundos não se envolveram em nenhum tipo de proselitismo.

Muitos deles, uma vez chegados a Lagos, conseguiram voltar para seu país de origem. Alguns documentos históricos dão fé da passagem por essa cidade de afro-brasileiros muçulmanos a caminho do país Haussa. Verger faz referência à atividade do cônsul inglês Benjamin Campbell em Lagos, que em 1858 entregou passaportes a afro-brasileiros desejosos de voltar para sua região de origem. Em Lagos, nos confins do Bairro Brasileiro, há uma mesquita central construída por artesãos vindos do Brasil. Por outro lado, os católicos construíram na cidade sua primeira igreja, a *Holy Cross Church*, iniciada em 1879, e mandaram os filhos estudar nas escolas dos missionários franceses e ingleses, que começavam a ministrar o ensino em francês e inglês.

Graças à influência religiosa exercida de modo intermitente por sacerdotes de língua portuguesa vindos da Ilha de São Tomé, a comunidade foi orientada e assistida durante os primeiros tempos por um liberto conhecido como padre Antônio. Os filhos dos afro-brasileiros que moravam no Bairro Brasileiro e que tinham frequentado as escolas de missionários começaram a exercer a função de professores e de catequistas nas escolas e missões que os padres da *African Mission Society* instalaram na região, bem assim outras atividades, como o trabalho na administração colonial. A ação desses catequistas se desenvolvia em nome

dessas missões de origem europeia; não se tratava de uma atividade missionária partida do Brasil ou resultante da iniciativa da comunidade afro-brasileira de Lagos. De fato, o ensino era dado em inglês e, às vezes, em francês.

Os afro-brasileiros utilizavam o "catolicismo" como sinal de distinção, que lhes assegurava uma posição social específica e fez deles, em Lagos, o primeiro núcleo de uma burguesia africana.

Bom número de afro-brasileiros repatriados, embora católicos declarados, nunca tinha abandonado as crenças religiosas africanas tradicionais. Assim, de volta à terra natal, emprestaram maior vigor às suas práticas sob forma mais ou menos sincrética, resultante dos costumes religiosos brasileiros; aproveitaram os aspectos formais do catolicismo e misturaram os santos católicos com as divindades africanas do panteão ioruba, cujo culto continuaram a praticar.

Os brasileiros e os outros convertidos estavam mais interessados nas vantagens sociais decorrentes da situação de cristãos do que em uma adesão sincera e profunda aos dogmas da Igreja. Em contraste com o que se verificava nos Estados Unidos, onde as conversões eram mais profundas – certos afro-americanos transformaram-se em propagadores da fé cristã – os afro-brasileiros conservaram suas crenças religiosas africanas.

Assim, os afro-brasileiros do Bairro Brasileiro, que formavam um núcleo burguês cuja coesão e especificidade social derivavam da religião católica, praticavam o culto dos orixás (deuses) locais e consultavam os babalaôs (adivinhos). Mais ainda: houve um movimento religioso da África em direção ao Brasil.

Nina Rodrigues assinala que, no início do século XX, veleiros provenientes de Lagos transportavam comerciantes nagô que falavam ioruba e inglês, traziam noz-de-cola, cauris, objetos de culto ioruba jeje (juju), sabão, "sarongues da costa" etc. Em 1888, de 8.237 libras esterlinas de mercadorias exportadas para o Brasil, o óleo de palma representava apenas 2.600 libras. O resto abrangia essencialmente artigos religiosos e de culto e, sobretudo, "sarongues da costa" (3.367 libras), objeto de grande consumo no Brasil, nozes-de-cola de duas qualidades (1.525 libras),"palha da costa", sabão preto, cauris, "oris", cabaças, "contas de rosário" etc. A entrada no Brasil de produtos africanos destinados ao culto e às práticas religiosas afro-brasileiras nunca cessou, e esses produtos foram tendo uma procura cada vez maior. Por consequência, adquiriram grande valor, na medida em que aumentava o número de adeptos do sincretismo afro-brasileiro.

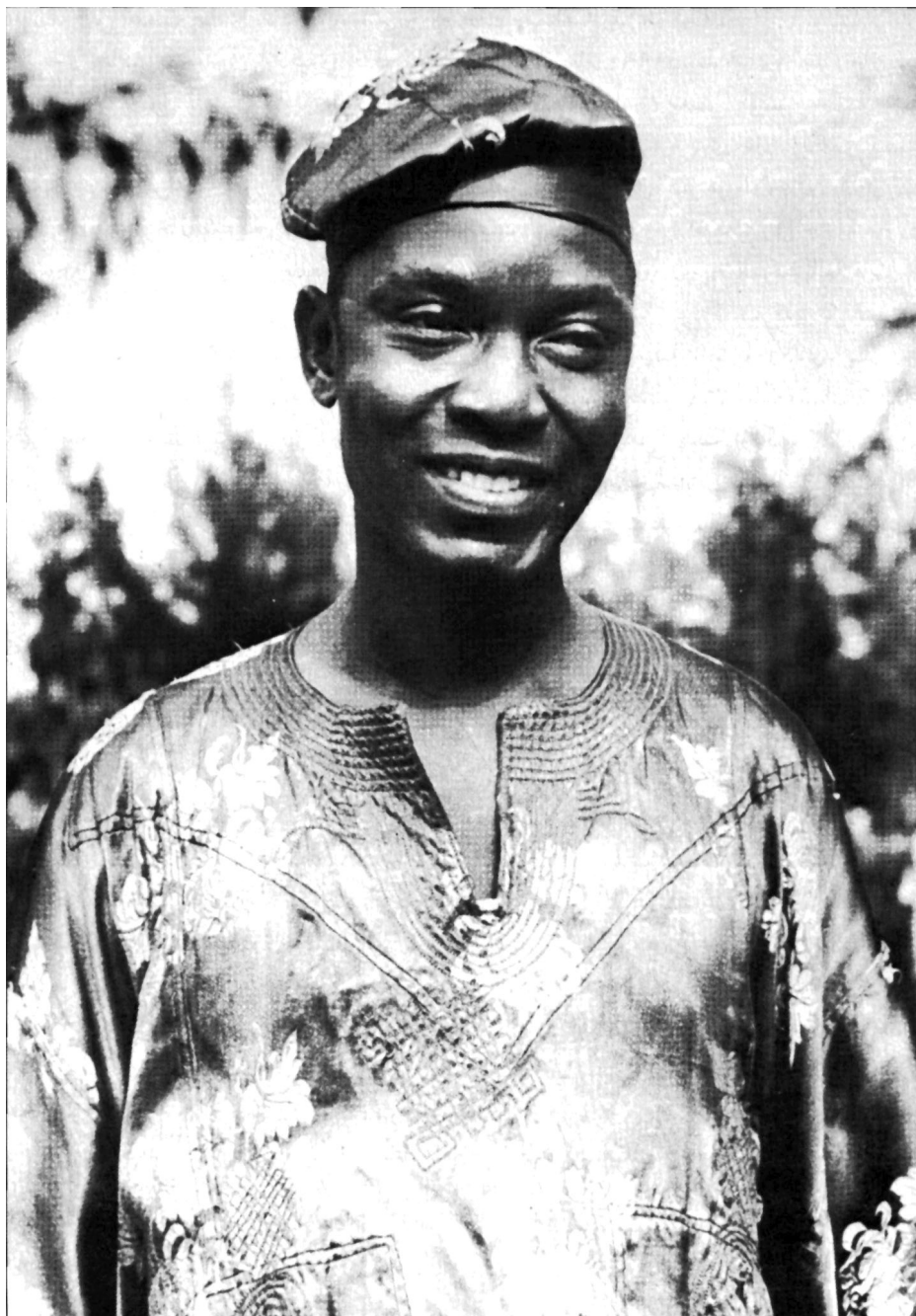
Contribuição da América para a educação dos africanos

Vivendo nos Estados Unidos durante o período colonial, os estudantes africanos criaram condições para uma nova relação entre sua gente e afro-americanos e entre eles próprios, que vinham de todas as partes do continente. Ao retornarem à pátria, incitaram milhares de compatriotas a cursarem escolas norte-americanas, desde 1880 até a Segunda Guerra Mundial. Aumentou assim o número de estudantes africanos nos Estados Unidos e prolongou-se o tempo de contato entre grupos negros de um e de outro lado do mundo. Entre os numerosos africanos que, na época colonial, cursaram escolas norte-americanas, contam-se recentes chefes de Estado (tais como Nnamdi Azikiwe, Kwame Nkrumah e Kamuzu Banda), assim como dirigentes nacionalistas ou étnicos de um período anterior (como A. B. Xuma, John Dube, Marshall e Charlotte Maxeke, J. E. K. Aggrey, Pixley Ka Izaka Seme, D. S. Malekebu, Franck Osam-Pinanko, Peter Koinange, Ndabaningi Sithole, Eduardo Mondlane e John Chilembwe).

Com o tempo, o fluxo sempre crescente de africanos para os Estados Unidos ultrapassou substancialmente o movimento inverso dos missionários negros para a África. Por outras palavras, o que havia começado como uma campanha de evangelização, com vistas à redenção espiritual da África, contribuiu finalmente para criar um trampolim para uma revolução na ordem da educação, da técnica e da política.

O pan-africanismo: aspectos políticos e culturais

Além do intercâmbio no plano da educação, uma série de organizações e conferências pan-africanistas, e de atividades comerciais, literárias e culturais colocou os africanos em contato com negros norte-americanos e contribuiu para influenciar a evolução da África colonizada. Quatro personalidades desempenharam, por sua atividade, um papel preponderante no desenvolvimento de um pan-africanismo oficial e organizado durante o período colonial: Booker T. Washington, fundador e diretor do Instituto Tuskegee, dr. W. E. B. Du Bois e Marcus Garvey.

O impacto de Washington e de seus colaboradores do Tuskegee na África e sobre os africanos matriculados ou candidatos à matrícula em universidades norte-americanas foi considerável. A reputação e os recursos de Tuskegee foram levados à África por estudantes africanos e americanos, por inúmeros visitantes africanos ao instituto, ou que se corresponderam com Washington, e em decorrência de numerosas conferências, visitas e missões técnicas internacionais.

Nnamdi Azikiwe (nascido em 1904), jornalista nigeriano, pan-africanista e político.
(Foto: Royal Commonwealth Society.)

O pan-africanismo, enquanto movimento político organizado, também desempenhou um papel importante, proporcionando a oportunidade para o estabelecimento de laços entre africanos colonizados e negros norte-americanos. A segunda personalidade que contribuiu muito para o desenvolvimento do pan-africanismo durante esse período foi W. E. B. Du Bois, que desempenhou um papel preponderante nos três congressos. Convocou o primeiro em 1919 quando se encontrava na França, a fim de: a) cobrir a Conferência da Paz para *The Crisis*; b) reunir informações para a proposta de uma "História do negro norte-americano na Grande Guerra"; c) fazer pressão pró-reconhecimento dos direitos políticos das "raças de cor que vivem nos Estados Unidos e no resto do mundo". Uma das resoluções adotadas no Congresso de Paris reclamava a autodeterminação dos africanos.

Marcus Garvey também desempenhou papel preponderante e se tornou, de 1916 até cerca de 1935, a figura central de boa parte do movimento pan-africanista nos Estados Unidos, nas Antilhas e nas Áfricas Ocidental, Oriental, Central e, sobretudo, Austral. A mensagem que ele a todos dirigia era a seguinte: "Organizai-vos, comprai dos negros, dai apoio à *Black Star Steamship Line* [que podia levar emigrantes negros para a África e trazer matérias-primas] e ajudai a expulsar os brancos da África".

Garvey preconizou a criação de escolas especiais para ministrar ensino técnico aos negros da África e das Américas, o desenvolvimento "da agricultura, da indústria e do comércio" para promover o intercâmbio entre negros, o lançamento de navios da companhia *Black Star* para facilitar o comércio e a criação de um jornal diário "em várias das grandes cidades do mundo [...] para criar um movimento de opinião a favor de toda a raça negra".

Enquanto Garvey e Du Bois agitavam politicamente o mundo negro, nas três primeiras décadas do século XX, formava-se uma corrente cultural orientada para a África, que teve larga influência. O valor da cultura negra foi particularmente reafirmado com dinamismo na Europa, nas Antilhas e na África Ocidental.

Nesse contexto, a interação de negros francófonos das Antilhas (como o martiniquês Aimé Césaire, cujo célebre poema "Cahier d'un retour au pays natal" foi publicado em 1939) e de intelectuais da África Ocidental (como o poeta e político senegalês Léopold Sédar Senghor) forjou o movimento da negritude. Convencidos de que todos os africanos e todos os povos de ascendência africana tinham um patrimônio cultural comum, os escritores ligados a esse movimento esforçaram-se para restabelecer laços entre os diversos componentes do mundo negro.

No período que viemos estudando, há que registrar no Brasil os esforços de alguns negros brasileiros na luta pela emancipação dos escravos (1888): Luís da Gama (1830-1885), André Rebouças (1838-1898) e José do Patrocínio (1853-1905). Quanto aos estudos relativos à contribuição africana no Brasil, cumpre destacar a obra de Manuel Raimundo Querino (1851-1923), que vivia em São Salvador da Bahia e publicou inúmeros trabalhos, entre outros "O africano". Solano Trindade (1908-1973) incorporou as ideias do pan-africanismo e da negritude na poesia brasileira. Vale ainda salientar a imprensa afro-brasileira, com o lançamento em 1915 do jornal "O Menelick", em São Paulo, e de vários outros, como o "Getulino" (1923-1926), de Campinas, o "Clarim da Alvorada" (1924-1932), de São Paulo, fundado por José Correia Leite e Jayme de Aguiar, e, mais tarde, "A Voz da Raça" (1933-1937), órgão da Frente Negro-Brasileira, movimento de caráter político.

Persistência e mudanças dos valores culturais africanos na América Latina e nas Antilhas

A presença africana nos países americanos e no Caribe já foi salientada por vários autores, em função da porcentagem de descendentes de africanos na composição total da população de cada um deles. De acordo com esse critério, três grupos principais se destacam.

No primeiro grupo, podemos incluir os países onde a população negra constitui a maioria. É o caso do Haiti, da Jamaica, de Trinidad e Tobago, de Barbados etc. No segundo grupo, temos os países onde a população de origem africana é demograficamente insignificante, como é o caso da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Paraguai, da Bolívia etc. No terceiro grupo, que compreende o Brasil e Cuba, o negro desempenhou papel muito importante na economia, exerceu grande influência cultural e contribuiu de maneira decisiva, pela mestiçagem, para a formação étnica. Por fim, há que mencionar dois outros grupos de países. O primeiro é constituído de nações como a Colômbia, o Panamá, a Nicarágua etc., que contêm pequenos núcleos de população de origem africana. O segundo grupo é formado por países com núcleos de origem africana que não se acham integrados no Novo Mundo, como o Suriname, onde encontramos os boni, os djuta, os saramaca e os akwa, bem como a Jamaica, a República Dominicana e mesmo o Haiti e Cuba, pátria dos negros quilombolas.

O paralelo proposto entre a América do Norte, a América do Sul e as Antilhas, a propósito da presença africana e, especialmente, dos valores culturais africanos, não é conclusivo. Trata-se de realidades bem diferentes, visto que a

"integração" dos antigos escravos se fez de maneira diferente nas diversas regiões e apresenta variações de país para país.

As "sociedades africanas" foram se transformando pouco a pouco em "sociedades negras", cujos laços com a África variam de caso para caso. Do ponto de vista social, a integração se dá em função das seguintes variáveis: o tipo da sociedade dos colonizadores brancos; a forma de exploração da terra; a religião do colonizador, protestante ou católica; a porcentagem mais ou menos importante da população ameríndia; e o grau de integração no processo econômico imposto pelo regime do colonizador, quer durante o período colonial propriamente dito, quer depois de obtida a independência pelos países do continente americano.

A integração do negro na sociedade rural variou em função das necessidades da agricultura, da falta ou da disponibilidade de mão de obra, da importância dos contingentes migratórios provenientes da Europa – alguns desses contingentes vieram especificamente com o objetivo de se integrar no sistema de trabalho. Foi o que se passou no Brasil com a cultura do café. Essa integração se revela de várias maneiras, englobando os cantos dos grupos religiosos de Cuba e do Brasil, o ritmo dos instrumentos que foram efetivamente incorporados à cultura musical, a arte culinária, o emprego de certas técnicas, como, por exemplo, no Haiti, o uso de utensílios agrícolas como a enxada etc., a transmissão de valores de natureza religiosa e de filosofia de vida. Malgrado a ruptura provocada pela escravidão, a cultura africana resistiu e até criou uma nova cultura.

O colonialismo na África: impacto e significação

O impacto do colonialismo

Ocorreram impactos positivos e negativos do colonialismo na África. O primeiro impacto positivo foi a instauração de um grau maior de paz e de estabilidade na África. Nem as escolas marxistas e anticolonialistas ousariam negar o fato de que, após a ocupação colonial e a implantação dos vários aparatos administrativos, as guerras de expansão e de libertação acabaram e a maior parte das regiões da África, sobretudo após a Primeira Guerra Mundial, pôde gozar de paz e de segurança. As condições eram inteiramente positivas, já que facilitavam as atividades econômicas normais, bem como a mobilidade social e física em cada colônia. E isso, por sua vez, acelerou enormemente o ritmo da modernização, graças à difusão de ideias, de técnicas, de modas e de gostos novos.

O segundo impacto positivo do colonialismo foi a própria criação (no nível geopolítico) dos modernos Estados independentes da África. A partilha e a conquista coloniais reformularam de modo revolucionário a face política da África. Em vez das centenas de clãs, de grupos de linhagem, de cidades-Estado, de reinos e de impérios, sem fronteiras nitidamente delimitadas, temos hoje cerca de cinquenta novos Estados de traços geralmente fixos; é bastante significativo que as fronteiras dos Estados, tais como foram estabelecidas durante o período colonial, não se tenham modificado depois da independência.

Em terceiro lugar, o sistema colonial também introduziu em quase todas as partes da África duas novas instituições que a independência não eliminou: um novo sistema judiciário e uma nova burocracia (ou administração). As estruturas estabelecidas pouco a pouco (ainda que em muitos casos tardiamente) pela administração das colônias provocaram o aparecimento de uma classe de funcionários cujo número e influência só fizeram aumentar com os anos.

O último impacto positivo do colonialismo foi o nascimento não só de um novo tipo de nacionalismo africano, mas também do pan-africanismo. O primeiro, como vimos, representou o desenvolvimento de certo grau de identidade e de consciência entre as classes ou grupos étnicos que habitavam cada um dos novos Estados ou, tal como nas colônias da África Ocidental Francesa, conjuntos de Estados; o segundo nos remete ao sentimento de identidade dos negros como tais.

Mas, se os efeitos positivos do colonialismo são inegáveis, seus aspectos negativos são ainda mais marcantes. Em primeiro lugar, o desenvolvimento do nacionalismo, antes de ser resultado de um sentimento positivo de identidade, de compromisso ou de lealdade para com o novo Estado Nacional, se animou por um sentimento de cólera, de frustração e de humilhação suscitado por certas medidas de opressão, de discriminação e de exploração introduzidas pelas autoridades coloniais. Com a reversão do colonialismo, tal sentimento perdeu efetivamente sua força e os novos dirigentes dos Estados africanos independentes se viram diante de um problema: como transformar essa reação negativa em nacionalismo positivo e duradouro?

Em segundo lugar, mesmo admitindo que a estrutura geopolítica criada tenha sido um êxito (ainda que acidental), há de se convir que ela mais levanta do que resolve problemas. Uma das consequências importantes desta situação são as crônicas questões fronteiriças a prejudicar as relações de alguns Estados africanos independentes (Sudão/Uganda, Somália/Etiópia, Quênia/Somália, Gana/Togo, Nigéria/Camarões). Dada a natureza arbitrária dessas fronteiras, cada Estado Nacional é constituído por uma miscelânea de povos de cultura,

tradições e língua diferentes. Os problemas que essa mescla levanta para a edificação de uma nação não se têm mostrado fáceis de solucionar.

Cumpre mencionar outro aspecto importante, mas negativo, do choque do colonialismo: o enfraquecimento dos sistemas de governo indígenas. Em primeiro lugar, quase todos os Estados africanos foram criados em seguida a conquistas e após a deposição ou o exílio dos dirigentes indígenas, o que certamente os lançou em descrédito, sobretudo no período que antecedeu a Primeira Guerra Mundial. O sistema colonial, na defesa de seus interesses, tanto enfraquecia ou esmagava os chefes coloniais como se aliava a eles e os utilizava. Nas duas hipóteses, contudo, o sistema colonial diminuía, afinal de contas, a autoridade deles.

Outro impacto negativo do colonialismo, do ponto de vista político, foi a mentalidade que se criou entre os africanos, segundo a qual a propriedade pública não pertencia ao povo, mas às autoridades coloniais brancas, podendo e devendo estas assim tirar proveito dela em todas as oportunidades.

O último impacto negativo do colonialismo, provavelmente o mais importante, foi a perda da soberania e da independência e, com ela, do direito dos africanos de dirigir seu próprio destino ou tratar diretamente com o mundo exterior.

No entanto, a perda da independência e da soberania teve para os africanos uma significação bem mais profunda. Antes de mais nada, representou a perda do direito de se incumbir de seu destino, de planejar seu próprio desenvolvimento, de gerir sua economia, de determinar suas próprias estratégias e prioridades, de obter livremente lá fora as técnicas mais modernas e adaptáveis e, de maneira geral, de administrar – bem ou mal – seus próprios assuntos, buscando inspiração e alegria em seu próprio êxito e extraindo a lição de seus fracassos. Em resumo, o colonialismo privou os africanos de um dos direitos mais fundamentais e inalienáveis dos povos: o direito à liberdade.

Significado do colonialismo para a África

Qual foi a verdadeira importância do colonialismo para a África? Ele constitui uma ruptura com o passado do continente ou não mais do que um episódio de sua história, de alcance limitado, que não afetou o curso de seu desenvolvimento? Essa questão também recebeu respostas contraditórias. Alguns historiadores, para não dizer muitos, entre os quais os marxistas e os teóricos do desenvolvimento e do antidesenvolvimento, argumentaram, com razões muito diferentes, que, embora o colonialismo não passasse de um breve episódio, apesar disso havia tido enorme influência na África, a qual ficou indelevelmente mar-

cada. De resto, outros autores consideram que o colonialismo representa apenas um episódio em uma longa e rica história e não provocou ruptura histórica.

Cumpre ressaltar que, independentemente das mudanças de infraestrutura (estradas, ferrovias, telefone, telégrafo) trazidas pelo colonialismo, todas as demais transformações econômicas (a introdução da agricultura de exportação e da economia monetária, o desmantelamento constante e paulatino das formas de vida comunitária, a integração da economia africana na economia mundial, a urbanização) tinham começado antes da era colonial. Mas a economia africana também se integrou mais profundamente na economia mundial, em geral, e na capitalista, em particular, com consequências possivelmente permanentes. Infelizmente, a integração foi feita de maneira muito desvantajosa para uma África explorada. A alteração foi tão rápida e tão profunda que seu impacto sobre os africanos não só foi traumático como precipitou a economia em uma direção malsã e alienada, da qual ela não conseguiu ainda desviar-se. Os 20 anos de independência não alteraram fundamentalmente a situação, hoje conhecida pelo nome de neocolonialismo.

Os efeitos no nível político foram igualmente fundamentais, duradouros e ressentidos por todos os membros da sociedade africana. O colonialismo deu origem ao nacionalismo africano, produto da cólera, do ressentimento, da amargura, da frustração e da alienação que o sistema colonial engendrou.

Por outro lado, no terreno cultural e social, o impacto do colonialismo não foi relativamente profundo nem permanente. As mudanças introduzidas no domínio cultural, a discriminação racial e a condenação da cultura africana tal como era proclamada durante a dominação colonial limitavam-se no essencial às zonas costeiras e aos centros urbanos, ao passo que a vida nas zonas rurais seguia em grande parte seu próprio curso. A dança, a arte, a música e os sistemas religiosos tradicionais mantêm-se. Nas zonas rurais e até, em certa medida, nas cidades, novos cultos, crenças, deuses, utensílios, objetos e produtos vieram juntar-se aos antigos. Certamente que, nessas zonas, muitos cristãos continuam a acreditar em seus deuses tradicionais. Aqui, na verdade, a religião europeia é que foi africanizada, como demonstram o ritual, os hinos, a música e mesmo as doutrinas de algumas igrejas sincréticas e milenaristas – e não o contrário. Mais importante ainda: as bases culturais perdidas, mesmo nos centros urbanos, foram praticamente reencontradas. Hoje em dia, a arte, a música e a dança na África não são apenas ensinadas em todos os tipos de estabelecimentos escolares: estão em plena expansão e começam a ser reconhecidas na Europa. Portanto, no plano cultural, o colonialismo não passou verdadeiramente de um episódio. Seu impacto foi superficial e muito efêmero.

Finalmente, no nível social, o significado do colonialismo é manifestamente múltiplo e complexo. Por um lado, as *linguae francae* serão mantidas por muito tempo, senão para sempre. Por outro, as novas classes criadas pelo colonialismo, fundadas nos critérios ocidentais da escola e da civilização, e não nos critérios africanos da riqueza e do prestígio, estão destinadas a ficar e a tornar-se mais e mais complexas. A primeira é a elite política, constituída pelos dirigentes dos partidos políticos que proliferaram na África e são primeiros-ministros, presidentes, ministros, embaixadores etc. O outro grupo é a elite militar, formada pelos oficiais e ex-oficiais das forças armadas de cada Estado independente. Claro que se as elites constituíssem uma porcentagem apreciável da população africana, seria de aceitar sua formação como outra transformação fundamental introduzida pelo colonialismo. Já vimos, porém, que os grupos urbanos ou as elites constituíam, no fim da era colonial, pequena fração da população (20% no máximo). O restante era formado por camponeses, que permaneceram geralmente analfabetos e conservaram suas crenças, valores e modelos tradicionais. De fato, a civilização ou a socialização introduzidas pelo colonialismo representaram essencialmente um fenômeno urbano, que realmente não tocou as populações rurais. Na medida em que estas formavam a esmagadora maioria dos habitantes dos Estados africanos, podemos concluir razoavelmente e sem risco de erro que, aqui, o impacto colonial, apesar de seu interesse, foi extremamente limitado.

Em conclusão, se bem que o colonialismo tenha sido indubitavelmente um simples capítulo de uma longa história, um episódio ou interlúdio nas múltiplas e diversas experiências dos povos da África, que em parte alguma do continente durou mais de 80 anos, representou, no entanto, uma fase de extrema importância do ponto de vista político, econômico e mesmo social. Assinala uma nítida ruptura na história do continente: o desenvolvimento posterior deste e, portanto, de sua história foi e continuará a ser muito influenciado pelo impacto do colonialismo. Seguirá um curso diferente daquele que teria seguido se o interlúdio não tivesse existido. Hoje, a melhor maneira de agir, para os dirigentes africanos, não consiste em apagar o colonialismo, mas sim em conhecer perfeitamente seu impacto, a fim de tentar corrigir-lhe os defeitos e os insucessos.

CAPÍTULO 8

África desde 1935

Introdução

As exigências da análise desenvolvida no presente tópico conduziram a aqui subdividir a história da África em três domínios: cultural, econômico e político. Empregamos a palavra *cultural* não em sentido estrito, que evoca a experiência artística, mas em sua acepção mais ampla, voltada aos valores e às tradições. Definimos o domínio *econômico* como aquele que se refere à produção africana e à distribuição de bens, mas também aquele dos modos de consumo africanos e das modalidades de troca relativas a esses últimos. Por fim, definimos a experiência *política* da África do ponto de vista dos desafios do poder e da autoridade, e também do ponto de vista das regras da participação na gestão dos assuntos públicos.

No plano *cultural*, os temas abordados abarcam todo o horizonte compreendido entre a religião e a literatura. Em matéria *econômica*, nós tratamos, neste capítulo, tanto do abastecimento de água nos campos quanto da busca de uma nova ordem econômica mundial. Finalmente, os temas *políticos* englobam tópicos tão diversos quanto as lutas de libertação na África meridional, as revoluções sociais em países tais como a Ruanda e a Etiópia, a construção da nação na Tanzânia ou os valores políticos no Magrebe.

Por que escolhemos 1935 como ponto de partida para o período estudado neste capítulo? Porque a Segunda Guerra Mundial começou para a África em

outubro de 1935, no momento da invasão da Etiópia pelas tropas de Mussolini. Este tópico é consagrado a esta década do conflito internacional (1935-1945).

Os valores, a produção e o poder

No domínio cultural, esse período da história da África corresponde a uma importante fase de africanização das religiões vindas de fora, cristianismo e islamismo. Igrejas cristãs independentes fizeram sua aparição, afirmando sua identidade com maior autoconfiança, particularmente na África Central e meridional. Quanto ao islamismo, por exemplo, no Senegal, experimentou uma africanização mais profunda, sob influência de movimentos tais como a confraria moura de Amadou Bamba.

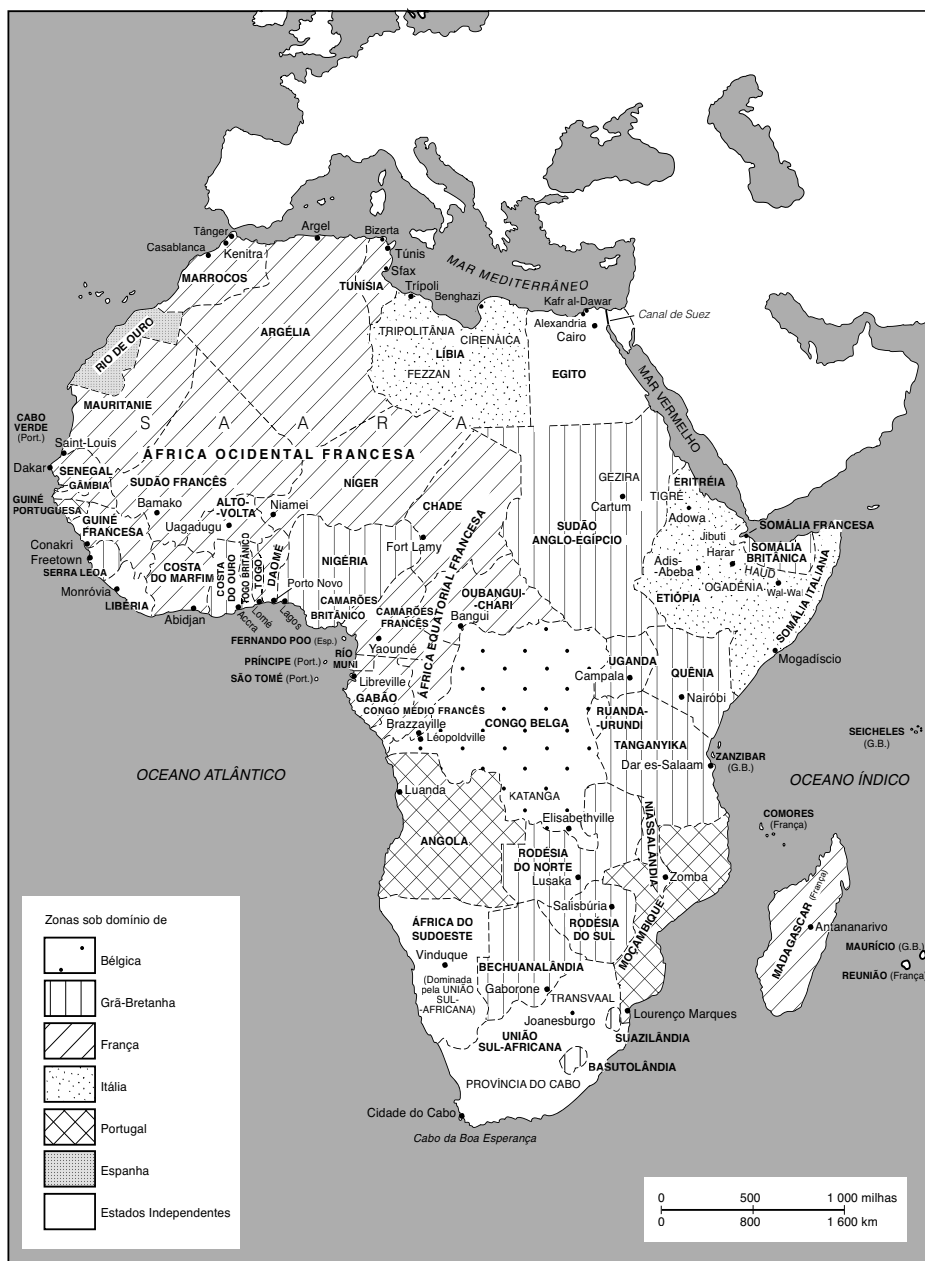
No domínio linguístico, a África, como veremos, deve considerar o papel das línguas europeias importadas e a utilização do alfabeto latino no processo de codificação das línguas nacionais. Em termos gerais, dependência linguística e nacionalismo literário manifestam-se simultaneamente no transcorrer desse período na África.

Em relação ao domínio econômico, são abordados, ao mesmo tempo, os problemas relativos à pobreza e ao subdesenvolvimento, tanto em nível mundial quanto no plano local.

Quanto ao aspecto *político* da história da África, durante o período considerado, os principais processos estudados neste capítulo são a libertação, a formação do Estado e a edificação da nação.

Dado o caráter particular do século XX, século em que, pela primeira vez no curso da aventura humana, a economia e a política adquiriram uma dimensão verdadeiramente *global*, *universal*, a história da África contemporânea não pode ser compreendida plenamente senão quando inserida no contexto mais amplo da história mundial. O que se extrai da história do período observado consiste, por um lado, na maneira pela qual a África ajudou a Europa a se reumanizar e, por outro lado, os meios pelos quais a Europa contribuiu para a reafricanização da África. A história da descolonização no século XX constitui-se num dos grandes dramas da história da humanidade, tomada em seu conjunto.

Os anos decorridos desde 1935 constituem, em particular, um período da história durante o qual o mundo ocidental relembrou aos africanos, involuntariamente, a sua identidade *pan-africana*. Nós sabemos que a identidade *nigeriana*, *queniana* ou *marfinense* não teria existido sem o colonialismo europeu. A Europa é, por conseguinte, a mãe ilegítima da consciência nacional dos nigerianos, quenianos e marfinenses; mas poderíamos nós igualmente dizer que o imperialismo ocidental é o pai ilegítimo da consciência pan-africana? Este tópico também aborda o aparecimento dessas novas identidades e novas aspirações junto aos povos africanos.

Mapa político da África em 1935. (Fonte: segundo J. Bartholomew, "The citizen's Atlas of the world", Edimburgo, Bartholomew and Son Ltd., 1935, pág. 122-123.)
Nota: entre 1932 e 1947, o Alto-Volta encontrava-se dividido entre o Sudão francês, a Costa do Marfim e a Nigéria. Nessa época, Ouagadougou não era a capital.

Mas qual foi o efeito inverso, aquele que a África produziu sobre o Ocidente? Ao combater pela sua própria independência, a África contribuiu também para modificar o curso da história europeia e, inclusive, mundial. Evidentemente, o presente tópico coloca ênfase sobre os fatos históricos que se produziram no interior do próprio continente mas, tendo em vista que no decorrer desse período a África foi incorporada e participou mais estreitamente do que nunca do sistema mundial, é importante lembrar que ela não era simplesmente um continente passivo submetido às ações dos demais.

Quem são os africanos?

Uma das grandes ironias da história da África moderna reside no fato de o colonialismo europeu ter tido como efeito lembrar aos africanos de que eles eram africanos. A contribuição suprema feita pela Europa diz respeito à identidade africana, dom concedido sem amenidades nem intenção, o que não a torna menos real. E isso é particularmente verdadeiro no século XX.

De que modo pode-se dizer que o sentimento de identidade africana, experimentado pelos africanos de hoje, nasceu da interação produzida na história entre eles e os europeus?

Primeiramente e antes de tudo, há o triunfo da cartografia europeia na história científica e intelectual mundial. Em geral, foram os europeus que decidiram onde terminava um continente do planeta Terra e onde começava outro. No que concerne à África, eles decidiram que nosso continente acabava no mar Vermelho e não no Golfo Pérsico. Os europeus talvez não tenham inventado a palavra "África", mas eles desempenharam um papel decisivo na aplicação desse termo à massa terrestre continental por nós hoje reconhecida sob essa denominação.

O segundo processo através do qual a Europa contribuiu para a africanização da África é aquele relativo ao racismo. A humilhação e o rebaixamento de que os africanos negros foram vítimas, por razões raciais, no curso dos séculos, contribuíram para levá-los a se reconhecerem mutuamente como "irmãos africanos". O racismo estava ligado ao imperialismo e à colonização, que deram luz a um sentimento de identidade africana comum e suficientemente forte para permitir a conformação, no curso do período considerado, do movimento conhecido como pan-africanismo.

O pan-africanismo sujeito a perturbações

Este tópico examinará também o pan-africanismo e seus objetivos: a libertação e a unidade da África, bem como os diferentes métodos adotados para atingir esses objetivos. Um aspecto importante a ser abordado diz respeito às clivagens

entre pan-africanismo radical e moderado, no início dos anos 60, sobre a escala geográfica da unidade africana. A escola radical tinha uma visão de parâmetros continentais e opunha-se a toda integração sub-regional; a escola moderada, ao contrário, aceitava as experiências que podiam ser feitas em escala sub-regional na construção da unidade africana. Tal era a *clivagem horizontal* do pan-africanismo, um desacordo em relação à extensão geográfica da unidade africana.

Mas havia um outro ponto de divergência, uma *clivagem vertical*, concernente, por sua vez, à profundidade da unidade africana. Seria necessário buscar a integração política imediata e a formação de um país único? Ou, antes, caberia aos Estados africanos buscar primeiro formas de unidade mais modestas e mais "superficiais", tais como: a coordenação das relações exteriores em nível diplomático, ou a cooperação econômica, ou ainda laços funcionais em matéria de comunicação e de equipamentos comuns?

Como veremos, o pan-africanismo, a unidade projetada pela Organização para a Unidade Africana (OUA), quando da sua criação em 1963 e da sua implantação em Adis-Abeba, permanecia superficial mas se projetava em escala continental, englobando tanto os Estados árabes quanto os negros.

A soberania e as mulheres

A história da soberania, tal como é relatada neste tópico, organiza-se em três fases: a fase da luta pela soberania (o combate pela independência); a fase do exercício da soberania (o uso do poder pelo Estado); e a fase da representação da soberania no estrangeiro (a simbólica das relações de Estado a Estado). Esperamos mostrar que as mulheres africanas desempenharam um papel particularmente importante na primeira e na última fases. Como *combatentes*, as mulheres africanas tomaram parte na cruzada pela autonomia do continente. Na qualidade de *diplomatas*, foram, em seguida, as representantes da soberania que elas haviam ajudado a África a adquirir no cenário mundial.

A África libertadora da Europa

A historiografia moderna tende a ver na África um continente passivo, um receptáculo de influências, bem mais que uma fonte. As últimas décadas viram afirmar-se o papel da África no âmbito da redefinição ética do racismo no seio do sistema mundial. Mais que qualquer outra região do mundo, a África contribuiu no sentido de fazer do racismo, que assolava tal ou qual país, uma questão de consciência internacional. Mostraremos, neste tópico, como se internacionalizou a luta contra o racismo institucionalizado, sob a pressão em massa

exercida pelos dirigentes africanos antes da independência e, posteriormente, pelos Estados da África pós-colonial.

No decorrer do presente tópico, veremos a contribuição decisiva da África na retirada da legitimidade do colonialismo, aos olhos da consciência moral internacional e, cada vez mais, aos olhos do direito das nações. Durante séculos, a arte de governar e a história diplomática dos Estados europeus justificaram que uma potência europeia colonizasse e submetesse às suas leis uma sociedade não ocidental. Na África, na Ásia e nas duas Américas, milhões de homens tombaram assim sob o golpe da "soberania" europeia, que o direito internacional reconhecia e legitimava. Afinal de contas, o próprio direito internacional não era filho da história diplomática e da arte de governar dos Estados europeus? Ele não podia senão estar impregnado das presunções e dos preconceitos dos europeus, bem como de seus valores e normas. Foram necessárias as lutas conjuntas dos povos africanos e asiáticos, para que fossem postas em questão as premissas arrogantes e etnocêntricas do direito internacional. A África e a Ásia provocaram a revisão das regras internacionais de conduta, fato ocorrido na segunda metade do século XX. O Ocidente foi incitado a reumanizar-se.

No início desta história da África, ora publicada pela UNESCO, nós vimos um continente dar à luz a espécie humana que povoaria o planeta Terra. No final dessa história, veremos esse mesmo continente mais uma vez oferecer moralmente sua humanidade à espécie que ele engendrou. Os acontecimentos dos anos decorridos desde 1935 produziram nos africanos um traumatismo que os levou a sentir, profundamente e de uma forma totalmente nova, sua própria africanidade. Mas, combatendo para preservar sua dignidade, os africanos igualmente projetaram no resto do mundo uma onda de choque criadora de uma nova apreciação sobre a identidade planetária. Tal é a história contada neste tópico.

SEÇÃO I
A ÁFRICA NA DÉCADA DE CONFLITOS MUNDIAIS 1935-1945

O Chifre da África e a África setentrional

O Chifre da África e a África setentrional são sacudidos no curso dos anos de 1930 e 1940 pela Grande Depressão e Segunda Guerra Mundial. Os anos de 1930 inauguram uma série de crises e mutações, aprofundadas e aceleradas pela guerra.

1935-1940, anos de crises econômicas, sociais e políticas

As crises políticas

No domínio político, os diferentes países foram colocados sob controle de potências europeias no século XIX e no início do século XX, com exceção da Etiópia, somente em 1935 integrada nesse contexto. Sua evolução política nos anos precedentes à Segunda Guerra Mundial é tão caótica quanto aquela ocorrida nos âmbitos econômico e social. O novo questionamento do estatuto de colônia ou de protetorado se efetua ao longo de uma série de crises políticas que atingem seu ápice nos anos de 1936 e 1937, e às quais a eclosão da Segunda Guerra Mundial põe um termo provisório.

A evolução egípcia e líbia

A política fascista desta época insiste em integrar a Líbia ao território italiano. Um decreto do Grande Conselho fascista é promulgado: as quatro províncias costeiras de Trípoli, Misurata, Benghazi e Dera se tornam "parte do território nacional". Os territórios do Saara líbio conservam seu estatuto de colônia. O governo local mantém toda sua autonomia, o governador-geral conserva sob a sua completa e direta autoridade as quatro províncias costeiras, bem como o Saara. A população local se encontra excluída da vida administrativa e política.

Desde o fim da Primeira Guerra Mundial, a vida política egípcia está dominada pelo complexo jogo entre a monarquia, o representante da Grã-Bretanha e partidos políticos. A inquietação da Grã-Bretanha diante da propaganda dos italianos no Egito, bem como perante a ação desses últimos na Líbia e na Etiópia, justifica a assinatura do tratado de 1936 e a conclusão dos acordos de Montreux, em 1937. As cláusulas essenciais do tratado, assinado na cidade de Londres, em 26 de agosto de 1936, podem assim ser resumidas: o Egito, cuja independência fora reafirmada, assina uma aliança com a Grã-Bretanha; esta última se engaja a defender o Egito contra qualquer agressão e, em caso de guerra, o Egito se compromete a oferecer à Grã-Bretanha todas as facilidades em seu território.

A crise das relações franco-magrebinas

Em relação aos três países do Magrebe clássico (Argélia, Marrocos e Tunísia), a chegada ao poder da Frente Popular abre a perspectiva de redefinição das relações com a França. A essa tomada de poder, rapidamente se sucedem desilusões

e a repressão, após a queda do governo da Frente Popular. Com efeito, durante a década de 1930-1940, as relações franco-magrebinas conhecem a sua primeira crise de contornos mais sérios.

A conjuntura criada pela Frente Popular permite aos partidos nacionalistas realizarem pela primeira vez a sua unidade, tanto programática quanto no que se refere à ação. Essa frente única lhes permite a implantação nas cidades e nos campos, sobretudo pela ampla difusão das suas ideias.

A evolução política do Chifre da África

Esta evolução política é dominada pelas disputas anglo-egípcias no Sudão e pela intervenção militar italiana na Etiópia.

A situação política sudanesa se complica em razão da existência, pelo menos formal, do condomínio anglo britânico. Desde a afirmação do nacionalismo nesse país, a questão das relações com o Egito estava na origem das clivagens entre os nacionalistas.

Os levantes de caráter religioso são brutalmente reprimidos. Paralelamente, o sentimento nacional se difunde nos meios letrados. As sociedades secretas nascentes preconizam, quase em sua totalidade, o fim do condomínio e a independência ou uma união com o Egito. A melhor constituída é a Liga da Bandeira Branca, fundada em 1924.

Em 1936, o acordo estabelecido entre a Grã-Bretanha e o Egito devolve a este último os seus direitos, perdidos por ocasião das perturbações políticas ocorridas no Sudão e em seu próprio território.

A guerra da Etiópia e as suas consequências

A conquista italiana da Etiópia, em 1935, faz desaparecer o último Estado africano independente. Ela tem profundos efeitos junto aos nacionalistas africanos e na comunidade negra americana. No Chifre da África, as consequências são diretas e imediatas.

O Império leste-africano da Itália se torna por alguns anos uma realidade. A Etiópia unida à Eritreia e à Somália forma a *Africa Orientale Italiana*; o rei da Itália assume o título de imperador da Etiópia. A *Africa Orientale Italiana* compreende os desertos costeiros e os platôs etíopes, totalizando 12 milhões de habitantes. Ela está subdividida em cinco grandes províncias, cada qual com seu governador, sendo o conjunto dirigido por um vice-rei. Numerosas divisões fascistas mantêm um regime policialesco; operações militares são necessárias no sudoeste, onde ocorrem resistências.

A guerra e a paz (1940-1945)

Na maioria dos países, com exceção do Egito, as reivindicações nacionalistas enfrentam nos anos de 1937 e 1938 a intransigência das potências coloniais e a repressão. De 1940 a 1945, a evolução dos diferentes países está ligada aos acontecimentos da guerra. No domínio político, as crises do pré-guerra dão lugar a verdadeiras mutações: nacionalismos mais potentes e reivindicativos se manifestam desde 1943.

Os países em guerra

A Segunda Guerra Mundial transforma a África setentrional e o Chifre da África em zonas de combate; a mobilização militar afeta muito mais a população; as economias estão orientadas para o esforço de guerra. O fim das operações militares provoca numerosas dificuldades, econômicas e sociais. Os países da África setentrional e do Chifre da África, transformados em campos de batalha, também fornecem soldados às diferentes frentes europeias. Paralelamente à mobilização humana, empreende-se uma política econômica de sustentação ao esforço de guerra.

Os problemas econômicos da guerra e do pós-guerra

A guerra produz numerosas dificuldades, econômicas e sociais. A desorganização dos transportes repercute no declinante comércio exterior e a disparada dos preços aumenta o custo de vida, incentivando o mercado negro. A demanda induzida pela guerra se encontra na origem de um relativo crescimento industrial cuja durabilidade seria questionada pelo restabelecimento, em 1945, dos fluxos comerciais com a Europa.

O restabelecimento da paz recoloca em questão a industrialização por substituição e impõe um freio ao crescimento industrial. A situação econômica e social é agravada pela desmobilização, pela interrupção das indústrias de guerra e por uma conjuntura agrícola desfavorável. A conjuntura econômica é atingida por profundas modificações com o fim das hostilidades. Todos os países conhecem uma forte alta dos preços, enquanto os exércitos francês e britânico demitem os operários que eles haviam empregado durante a guerra. O desemprego e o subemprego se alastram.

O crescimento industrial

Se, por um lado, uma minoria pôde enriquecer-se graças ao tráfico variado e ao mercado negro, a quase totalidade da população é submetida às duras

condições de vida advindas nos anos do pós-guerra. As próprias economias da Europa, diante de dificuldades, não podem oferecer nenhum socorro, apesar do restabelecimento dos fluxos comerciais.

Em todos os países, os fluxos de troca reencontram a sua estrutura, em níveis do período entre as guerras. A fraqueza dos capitais investidos e a medíocre qualidade dos seus produtos tornam muito frágeis as empresas criadas durante a guerra; muitas são levadas a interromper as suas atividades.

As mutações políticas

Em 1948, a reintegração da África setentrional e do Chifre da África ao processo de divisão internacional do trabalho interrompe os progressos econômicos alcançados durante a guerra. O mesmo não ocorre no domínio político, nesse aspecto a guerra tem como consequência o enfraquecimento da influência da França e da Grã-Bretanha, enquanto a Itália figura no campo dos vencidos. Após breve interrupção, a atividade política readquire os seus direitos: a guerra encoraja os nacionalismos, que passam à ação desde 1943 e contestam, em 1945 e 1946, o retorno ao estatuto de colônia ou protetorado.

O anticolonialismo das grandes potências é, em contrário, acolhido com muita esperança. Os nacionalistas evocam, como haviam feito em 1918 com os Quatorze Pontos de Wilson, a Carta do Atlântico (14 de agosto de 1941), a Declaração das Nações Unidas (1º de janeiro de 1941) e a Carta de São Francisco. Eles tiram partido das tomadas de posição das grandes potências e interpretam as suas declarações no sentido da emancipação dos povos coloniais.

Os problemas em 1945-1946

Em todos os países, a Segunda Guerra Mundial cria tamanho turbilhão que as relações entre as metrópoles e as colônias se tornam incapazes de existir de forma similar ao vivido no pré-guerra. Este período repercute diretamente na região do Chifre da África e na Líbia, país onde a derrota italiana permite evoluções. Conscientes da força dos nacionalismos, as potências coloniais temem a perda dos países sob a sua tutela. Elas se mostram dispostas a mudanças que devem, todavia, inscrever-se em um quadro que garanta a sua supremacia e preserve os seus interesses.

Na Tunísia, a ofensiva começa no mês de junho de 1946, por ocasião do incidente de Kairouan e da greve desencadeada em Sfax, em 28 de junho, pela União Geral dos Trabalhadores Tunisianos (UGTT). No dia 23 do mesmo mês,

um congresso dos principais movimentos políticos é interrompido pela polícia, recebida aos gritos de: “Independência, independência!”.

O confronto é mais brutal na Argélia, país onde eclodem os sangrentos “incidentes” de Sétif, em 18 de maio de 1945. As manifestações organizadas pelos Amigos do Manifesto e da Liberdade se transformam em rebeliões às quais é imposta uma severa repressão que perduraria nos dias seguintes, causando elevado número de mortes.

No Egito, o nacionalismo choca-se com a posição da Grã-Bretanha que ainda defende a criação da Liga dos Estados Árabes na região. É plausível a chegada do momento da obtenção, junto à Grã-Bretanha, da independência total do país.

A criação da Liga dos Estados Árabes

O Egito desempenhou um papel central na criação da Liga dos Estados Árabes. A aspiração por unidade dos países árabes remontava ao fim da Primeira Guerra Mundial e se manifestava no fim dos anos 30 e, posteriormente, uma vez mais a partir de 1942 com o apoio dos britânicos. Após a conferência de Alexandria (25 de setembro/10 de outubro de 1944), a Carta da Liga é assinada, em 22 de março de 1945 durante o encerramento da conferência do Cairo, pelo Egito, Síria, Iraque, Líbano, Transjordânia, Arábia Saudita e Iêmen.

No tocante à gênese da África contemporânea, as crises e transformações da década 1935-1945 são decisivas; a suas consequências prolongam-se, em alguns casos, até os dias atuais. Em uma perspectiva ampliada, dois dados fundamentais da África contemporânea emergem com evidência no curso dessa década: o subdesenvolvimento e os nacionalismos. Os anos do pré-guerra e a guerra não constituem o ponto de partida, nem do subdesenvolvimento e tampouco dos nacionalismos, cujas raízes são mais antigas e complexas mas, tanto um quanto o outro, emergem com a aceleração dos seus processos formativos.

A África tropical e a África equatorial sob domínio francês, espanhol e português

A África tropical e equatorial sob domínio francês, português e espanhol estendia-se das ilhas do Cabo-Verde, no Atlântico, ao litoral do Oceano Índico, em Moçambique. As colônias francesas formavam um bloco contínuo, englobando diversos enclaves britânicos de diferentes extensões. As colônias portuguesas com-

preendiam três territórios continentais e dois arquipélagos, muito distantes uns dos outros. A colônia espanhola, situada ao sul da região, unia o Rio Muni, em terra firme, e a Ilha de Fernando Pó; a sua porção ao norte controlava a Costa Saariana.

O período dos anos de 1935 a 1945 foram os anos do triunfo e posteriormente do ocaso da ambição fascista. As colônias das quatro potências imperiais europeias foram profundamente afetadas pelas tendências fascistas que haviam se expandido em suas respectivas metrópoles. Os impérios da Itália, de Portugal, da Espanha e da França haviam sofrido os traumatismos de uma Europa em guerra consigo mesma. Nesse contexto, a África não foi uma vítima passiva.

A resistência da África manifestou-se sob diversos aspectos – político, militar, econômico e cultural. Para a África, a Segunda Guerra Mundial consistiu em um acontecimento decisivo, o catalisador de uma radical transformação. A África que emergiu do conflito era bem diferente da miragem de tranquilidade que lá viram seus colonizadores. Desse ponto de vista, a década de 1935-1945 corresponde não ao apogeu do colonialismo, mas ao começo da sua decadência.

A política colonial da França

Durante o período considerado, as possessões francesas estavam reunidas em duas federações de colônias e em territórios sob mandato. A África Ocidental Francesa (AOF) e a África Equatorial Francesa (AEF).

O sistema colonial francês estava fundado em uma administração centralizada e direta. Na direção de cada colônia encontrava-se um tenente-governador, representado no interior por administradores das colônias denominados comandantes de círculo. Uma administração que não levasse em conta os interesses da população, quase inexoravelmente, desembocaria na opressão política. O comandante de círculo e os chefes locais provocaram profundos traumatismos no meio rural. A cobrança do imposto de capitação, o recrutamento de soldados ou o trabalho forçado esgotaram o meio rural. Os chefes de comunidade constituiam simples fantoches e, posteriormente, tornaram-se agentes implacáveis da exploração. Se o imposto não fosse arrecadado, eles eram destituídos e encarcerados. Por outra parte, se eles obtivessem "êxito", aos olhos de seus mestres coloniais, seriam detestados pelos seus – os camponeses.

A política colonial de Portugal

Em Portugal, a política colonial tomará outros rumos em 1930, ocasião em que António Salazar, conselheiro financeiro do regime militar que em 1926 der-

rubara a república liberal, se torna ministro dos assuntos coloniais. Para enfrentar a grande crise econômica mundial, Portugal reduziria radicalmente os serviços da administração metropolitana, e imporia com todo o rigor uma nova política cujo objetivo era extrair riqueza da África. Mas como o Estado e a iniciativa privada não possuíam recursos destinados a investimentos na África, a exploração colonial estava fundada sobre as mais simples práticas, entretanto as mais duras, relativas ao trabalho forçado, à taxação obrigatória da produção agrícola e à venda, para a África do Sul, de contratos de trabalhadores migrantes. O sistema administrativo era semelhante ao sistema francês. Autocrata e antidemocrata na metrópole, o "fascismo" português reforçava os métodos dirigistas em vigor nas colônias.

Mesmo antes da era fascista, Portugal geralmente praticara na África uma política de segregação, sobretudo após 1910. Essa política relegava o autóctone ao fundo da estrutura social. Ela continuou presente entre 1935-45.

A situação de dominação colonial não oferecia aos africanos possibilidade alguma de escaparem ao duplo controle da administração e dos colonos, os quais formavam uma frente contra os autóctones.

A política colonial da Espanha

Nas colônias espanholas, a situação não era melhor. A Espanha não tinha política colonial adaptada aos territórios da África tropical. A velha administração monarquista tinha por muito tempo oferecido a sua preferência primeiramente a Cuba e, em seguida, ao Marrocos. A política africana da monarquia se caracterizava, na melhor da hipóteses, por uma indulgente negligência na Guiné espanhola, onde a situação variava de território a outro: a Ilha de Fernando Po praticava uma agricultura essencialmente voltada para a exportação, ao passo que, no continente, o Rio Muni (atual Guiné equatorial) não produzia nada além de madeiras tropicais e em Fernando Pó as plantações de cacau eram inspiradas na colonização portuguesa de São Tomé. A atividade agrícola era, por conseguinte, dependente dos trabalhadores importados. Após um escândalo, vindo à tona em 1930, e depois da intervenção da Liga das Nações, o tráfico dos trabalhadores da Libéria – forma travestida de escravatura – fora restringido e finalmente interrompido.

Durante a guerra civil, o governo republicano e as tropas fascistas de Franco se enfrentaram ao mesmo tempo no Saara e no Rio Muni. Ao obter o poder, Franco trouxera algumas modificações de ordem orçamentária para a administração das colônias, dando autonomia para a Guiné equatorial e o Saara espanhol. O regime franquista se interessava mais pela Guiné, investindo nela para

extrair lucros, impondo-lhe ao mesmo tempo um regime opressivo e racista. A versão espanhola do fascismo antecipava seu dízimo nas colônias.

Situação política e social

Em seu conjunto, a década de 1935-1945 foi marcada pelo nacionalismo africano comparativamente aos seus efeitos sobre as políticas coloniais europeias. O racismo europeu e a exploração imperial permaneceram quase idênticos, ao passo que a África se encontrava cada vez menos disposta a tolerar a sua própria humilhação. A Segunda Guerra Mundial rompeu o silêncio envolvendo a política colonial nos anos 1930 e lançou a África em uma nova tormenta. O conflito acelerou a evolução de atitudes que já haviam começado a mudar. Particularmente na África francesa, novas políticas se desenhavam. Os domínios português e espanhol haviam permanecido muito à margem dessa evolução, a Península Ibérica não se encontrava diretamente engajada na conflagração mundial.

A Segunda Guerra Mundial teve um papel particularmente importante como catalisadora. Esse conflito *não ensinou* a Europa a ser menos imperialista, mas instruiu a África no sentido de ser mais nacionalista. O sistema colonial se tornara tão intolerável a ponto de permitir o combate, lado a lado com o colonizador, em prol da liberdade.

No período de 1935-1945 novas formas de resistência africana se critalizaram, notadamente: movimentos políticos, uma ebulição religiosa e cultural, uma nova atividade sindical, um crescimento dos movimentos grevistas, bem como a aparição do jornalismo político africano.

Com o nascimento dos partidos políticos, a África tropical entrou bruscamente no ciclo das lutas de libertação, iniciadas nas colônias francesas, desde 1945. As colônias portuguesas e espanholas, atrasadas em sua evolução social e econômica, sairiam pouco a pouco de sua letargia mas, ao interditar qualquer possibilidade de organização política ou sindical, os regimes fascistas nas metrópoles haviam eliminado qualquer possibilidade de aprendizado da vida política. Entretanto, o despertar dos povos dessas colônias ecoou mais tarde com tamanho impacto que desestabilizou a ditadura em Portugal, contribuindo para a libertação do próprio povo português.

A África sob domínio britânico e belga

A princípio, é provavelmente difícil, quando não extravagante, aproximar os regimes coloniais britânico e belga na África, tamanha a diferença aparente em

seus funcionamentos. Entre 1935 e 1945, a Grã-Bretanha controlava dezesseis territórios africanos, exceção feita à África do Sul cuja efetiva independência ocorrera desde 1931, e ao Egito, no qual a "independência" se encontrava relativamente restringida em razão da presença de tropas britânicas em seu território, especialmente durante a guerra. Em oposição, a Bélgica controlava uma única e enorme colônia, o Congo, associada a um território bem diminuto, correspondente ao Ruanda-Urundi (atuais Ruanda e Burundi), colocado sob o seu mandato. Desde 1925, este último território era administrado como parte integrante do Congo, tal qual o Togo que, sob mandato britânico, se encontrava administrado como se pertencesse à Costa do Ouro (atual Gana).

A abordagem da história da África britânica e belga, em 1935 e 1945, requer, de forma imprescindível, a renúncia à tentação em se estabelecer uma nítida distinção entre os sistemas administrativos das potências e entre as suas respectivas estratégias de exploração. Antes, é mister proceder à triagem dos diversos instrumentos administrativos e de desenvolvimento que ambas adotaram, com o intuito de destacar, posteriormente, o leque completo de fórmulas, políticas e econômicas, aplicadas pelos governantes aos governados.

O leque de estruturas políticas e econômicas nos territórios sob domínio britânico e belga

As possessões coloniais da Grã-Bretanha e da Bélgica, em meados dos anos 1930, podem ser estudadas com base em um amplo leque. Temos uma situação na qual a administração e a política econômica se pautavam pelas diretrizes próprias ao desenvolvimento de recursos por intermédio de colonos brancos e, no extremo oposto, encontramos uma condição em que os africanos eram considerados os agentes principais desse desenvolvimento.

Nas colônias povoadas por brancos, como a Rodésia do Sul, por exemplo, ou na província do Katanga (atual Shaba), no Congo Belga, os imigrantes europeus eram considerados os principais atores na exploração dos recursos; os africanos, por sua vez, eram os seus funcionários nesse processo: simples cumpridores de tarefas a serviço dos brancos que lhes haviam subtraído as suas terras.

A Rodésia do Norte (atual Zâmbia) e a Suazilândia eram ambas consideradas pelo Governo britânico sobretudo como territórios de colonização branca. O Quênia, no entendimento dos britânicos, era geralmente considerado uma colônia de povoamento, em que a administração queniana fora obrigada a fazer concessões diante das exigências dos colonos para continuar o esforço de guerra.

Em todas essas colônias britânicas da África Ocidental, a administração acontecia de forma indireta, por intermédio dos chefes tradicionais, que se haviam tornado os principais responsáveis pelos organismos locais. Entre os dois tipos de colônia – aquelas onde o europeu era o principal agente da exploração e aquelas nas quais esse papel fora devolvido ao africano –, existiam outras cujos recursos agrícolas e minerais eram explorados por sociedades comerciais, dirigentes dos assuntos cotidianos da vida dos africanos por elas empregados.

Independentemente das diferenças que pudessem existir entre as modalidades administrativas sob as quais viviam os africanos e as suas diversas incidências na vida cotidiana, principalmente dois eventos do período considerado marcariam senhores e sujeitos, tanto na África britânica quanto na África belga, e tiveram como efeito evidenciar as reações dos africanos diante de seus dominadores: a Depressão econômica e a Segunda Guerra Mundial.

A Depressão econômica

O ponto culminante da crise subsequente à quebra de Wall Street em 1929 já fora superado no começo do nosso período, mas a Depressão far-se-ia sentir até o momento do estímulo à recuperação econômica, ocasionado pela Segunda Guerra Mundial. As repercussões da crise variaram de colônia a outra, bem como no seio de uma mesma colônia. No que concerne ao camponês africano, cujo trabalho era dedicado à produção voltada para culturas de exportação, ser-lhe-ia necessário produzir ao menos o dobro para obter o mesmo rendimento.

Os mais duramente atingidos pela crise, por não terem outro meio de sobrevivência ao qual recorrer, foram os pequenos colonos e os empregados expatriados das plantações e das sociedades mineradoras.

A crise expunha a falência da política colonial, e, enquanto ganhavam vigor os protestos manifestos contra a conduta de um regime colonial agravado pela crise, críticas da mesma ordem se faziam ecoar nas metrópoles.

O impacto da Segunda Guerra Mundial nos territórios sob domínio britânico e belga

Os territórios belgas e britânicos praticamente não haviam mantido relações durante os anos de crise, mas seriam chamados a se entrecruzar durante a Segunda Guerra Mundial, pois a Grã-Bretanha e a Bélgica encontrar-se-iam diante do mesmo inimigo comum: a Alemanha.

A perda da principal fonte de abastecimento em estanho, látex e produtos derivados da palmeira transformara o Congo Belga e as dependências britânicas da África em novos fornecedores dessas matérias-primas, absolutamente vitais para o esforço de guerra anglo-americano. A demanda por abastecimento teve um impacto muito forte na produção e os acréscimos exigiriam uma utilização intensiva dos recursos em mão de obra das colônias. Em seu conjunto, durante a guerra, os esforços suplementares impostos aos africanos foram consideráveis e muito penosos.

A África sob domínio britânico e belga no limiar da luta pela independência

Em 1935, era inimaginável conceber a independência, um quarto de século mais tarde, da maior parte da África britânica e belga. A administração colonial britânica admitia-lhe a possibilidade em um prazo mínimo de três gerações e os belgas pensavam serem necessários ao menos cem anos antes de se poder sequer projetar a questão da independência. Até o mais otimista dos líderes políticos da África Ocidental não seria capaz de prever que, em 1960, tal objetivo fosse atingido. Nos anos de 1930, a palavra independência não aparecia com frequência nos discursos dos políticos africanos. Ora, desde 1945, no tocante ao essencial da África britânica e quiçá da África belga, a independência assimilava-se a um objetivo plausível, embora ainda distante. A década de 1935-1945 constitui assim um momento capital da história colonial e, indubitavelmente durante um longo período, debater-se-á acerca dos fatores de mudança em curso. A Grande Crise Econômica e a Segunda Guerra Mundial haviam exercido uma forte influência, tanto sobre a atitude dos colonizados quanto sobre dos colonizadores. Contudo, algumas evoluções haviam ocorrido antes mesmo das repercussões da crise na África e, certamente, antes que esta última tenha sofrido o impacto da Segunda Guerra Mundial.

Antes de tudo, o investimento inicial realizado no âmbito educacional na África, particularmente na África britânica em fins do século XIX e nos primórdios do século XX, começara a oferecer os seus frutos criando uma elite com uma consciência política; ora, uma correlação direta estabelecera-se entre as proporções da elite educada e a população de uma colônia, por um lado, e o desenvolvimento de um movimento nacionalista eficaz, por outro lado. A Depressão e a Segunda Guerra Mundial reforçariam, cada qual a sua maneira, a percepção pelas elites das injustiças do sistema colonial, especialmente quanto à sua participação no sistema, antes bloqueada e em seguida facilitada por esses

acontecimentos. A Depressão e a Segunda Guerra Mundial, em função dos desafios que a economia mundial infringira-lhes e das perspectivas que ela abrira e posteriormente fechara, esses eventos históricos apuraram o entendimento do campesinato e do nascente proletariado no que tange ao Estado colonial. Em decorrência dessa evolução, as potências coloniais encontrar-se-iam diante de uma África muito diferente daquela dos primórdios dos anos de 1930. Quando tomaram consciência da realidade dessas mudanças, os britânicos estavam preparados e adaptados a elas; no que diz respeito aos belgas, essa preparação não ocorrera e as consequências dessa inadequação mostrar-se-iam catastróficas.

SEÇÃO II
A LUTA PELA SOBERANIA POLÍTICA, DE 1945 ÀS INDEPENDÊNCIAS

"Procurai primeiramente o reino político..."

"Procurai primeiramente o reino político e todo o restante vos será dado em suplemento". Quando pronunciou essas palavras, Kwame Nkrumah estava persuadido de que a independência política era a chave de todas as melhorias projetadas para a condição africana. Essa declaração derivava da ideia de primazia do político nos assuntos humanos – concepção radicalmente diferente daquela própria ao determinismo *econômico*. Caso fosse um marxista por completo, Kwame Nkrumah teria proclamado: "Procurai primeiramente o reino *econômico* e todo o restante vos será dado em suplemento."

A soberania política ("o reino político") era realmente uma condição necessária para que a África pudesse realizar ou satisfazer qualquer uma das suas aspirações essenciais. Mas a soberania política por si só não era suficiente. E, simplesmente, não consiste em algo verdadeiro a afirmação "todo o restante vos será dado em suplemento".

Se, por um lado, Nkrumah avaliara com exatidão, ao afirmar que a África deveria procurar primeiramente o reino político e se, por outro lado, ele se enganou ao perceber nessa busca uma condição suficiente para que "todo o restante" viesse em decorrência, qual seria o julgamento da história sobre o conjunto da sua proposição? Qual seria o saldo da busca do reino político? Quais seriam os prováveis desdobramentos da luta para que "todo o restante" fosse concedido à África? Eis algumas das questões aqui abordardas.

Kwame Nkrumah na aurora da independência de Gana, no Old Polo Ground em 5 de março de 1957. (Fonte: publicado graças ao Information Services Department do Governo de Gana.)

O renascimento do nacionalismo

A luta pelo reino político – ou pela soberania política – na África colonial se desdobrou em quatro etapas, por vezes entrecruzadas nos fatos, mas nitidamente passíveis de análise. Antes da Segunda Guerra Mundial, produziu-se primeiramente uma fase de agitação das elites em favor de uma maior autonomia. A ela seguiu-se um período caracterizado pela participação das massas na luta contra o nazismo e o fascismo. Adveio, em seguida, após a Segunda Guerra Mundial, a luta não violenta das massas por uma total independência. Finalmente, sobreveio o combate armado pelo reino político: a guerrilha contra os governos de minoria branca, sobretudo a partir dos anos 1960.

A participação da África na Segunda Guerra Mundial não foi um processo de colaboração com o imperialismo, mas uma luta contra uma forma de hegemonia ainda mais perigosa. Paradoxalmente, o engajamento da África na guerra representou uma parte integrante da luta do continente contra a exploração estrangeira e da busca pela dignidade humana. A guerra certamente desempenhou um papel ao enfraquecer as potências imperiais. A própria razão de ser da guerra, a luta contra a tirania e a conquista, parecia condenar o colonialismo.

Entretanto, a mais potente força de oposição ao colonialismo na África era formada pelos próprios africanos, que começavam a se organizar melhor, a formular mais claramente suas exigências e, em definitivo, a se armar melhor para a luta.

No transcorrer desse período, a resistência africana obedece a muitas tradições: a tradição *guerreira*, a tradição da *djihad*, a tradição da *revolta cristã*, a tradição da *mobilização não violenta* e a tradição da *guerrilha*.

A tradição guerreira de resistência

Esta tradição está ligada ao conceito da “resistência primária”, colocado em evidência pela escola de história africana de Dar es-Salaam. Esta escola emprega o termo “primária” em seu sentido *cronológico*, para designar a resistência que se manifesta no momento da invasão e da conquista europeias. O termo “primária” aplicado à resistência tem também o sentido daquilo que se enraíza na tradição guerreira autóctone, e seu significado nesse caso é mais *cultural* e menos cronológico. Os combatentes lutavam apoiados sobre um conjunto de valores e de crenças religiosas.

Quando a luta armada começou a ganhar amplitude, algumas zonas de combate receberam os nomes de médiuns influentes, alguns deles atuando

inclusive nos campos da guerrilha. O elo entre o guerreiro e o profeta persistiu durante a luta pela emancipação da África Austral, no decorrer da qual os valores guerreiros ancestrais encontraram, em um contexto de combate moderno, novas formas de expressão. Entretanto e eventualmente, a resistência africana também inspirou-se em outras culturas atuantes no continente, especialmente pela força do Islã.

A tradição da *djihad* na resistência africana

São exemplos da tradição da *djihad* (que significa "luta na via de Deus") as iniciativas e resistências contra a invasão imperial ocorridas no sultanato de Sokoto na Nigéria, o movimento Mahdiyya no Sudão oriental, os levantes contra as brutais repressões francesas aos muçulmanos na Argélia e a revolução egípcia de 1952, liderada por Gamal 'Abd al-Nasser.

A tradição do "radicalismo cristão"

O Islã não foi a única religião a se rebelar contra a ordem colonial. Observou-se também o nascimento de uma revolta contra o imperialismo ocidental nos meios cristãos, o que pode parecer paradoxal, pois, salvo na África do Norte e no Vale do Nilo, o cristianismo se posicionara no continente em favor das conquistas europeias. No século XIX, muitas vezes, foram as comunidades de missionários europeus que convenceram os seus governos a colonizar a África, especialmente a África Oriental, invocando como argumento a necessidade moral de pôr fim ao comércio árabe de escravos e de divulgar o Evangelho. Em alguns casos, o zelo e o entusiasmo dos missionários suprimiram as reticências governamentais.

Mas como veremos mais à frente, em "Religião e evolução social", o movimento das Igrejas separatistas e milenaristas constitui um dos aspectos da luta da África colonizada para encontrar a sua identidade e defender a sua dignidade cultural. Alguns movimentos eram mais moderados que outros, mas todos se inscreviam no contexto da revolta da África contra o racismo e a dominação estrangeira, tanto nos assuntos religiosos quanto nos laicos.

A estratégia da mobilização política não violenta

Foi entre 1906 e 1908 que Mahatma Mohandas Gandhi conduziu a primeira campanha de desobediência civil lançada na África do Sul; ela dirigia-se em sentido contrário às medidas discriminatórias do Transvaal contra os indianos.

Esse movimento está na origem de uma tradição específica de resistência que se estendeu muito além da África do Sul. Nos anos 1950, o *African National Congress* e o *South African Indian Congress* esforçaram-se para coordenar a luta dos africanos, dos indianos e dos mestiços em uma campanha de massas contra a legislação relativa ao passe-livre, o *Group Areas Act*, ato jurisprudente organizador da segregação, e o *Bantu Authorities Act*, medida promotora da "retribalização" dos africanos. Essa campanha foi um sucesso como expressão da solidariedade entre vítimas da opressão, mas um fracasso no tocante aos objetivos que lhe impunha a luta contra os opressores.

A estratégia da luta armada de libertação

As mais internacionais entre todas as estratégias de descolonização aplicadas na África foram marcadas pela exigência do emprego de aperfeiçoadas e modernas armas. As lutas armadas mais modernas – nas colônias portuguesas, na África Austral e na Argélia – foram conflitos fortemente internacionalizados. Numerosos países intrometeram-se nesses confrontos de diferentes maneiras, desde suporte financeiro ao fornecimento de armas, incluindo até uma efetiva participação com o envio de tropas.

Sem a intervenção da União Soviética e dos seus aliados nas lutas da África Austral, a libertação dessa região seria provavelmente ainda mais retardada, em ao menos uma geração. Quanto à intervenção das tropas cubanas na luta em defesa da soberania de Angola, tratou-se aqui do maior apoio externo já prestado em uma guerra de libertação africana.

Mas a participação de elementos externos não beneficiou somente os combatentes das forças de libertação; o mesmo fenômeno reproduziu-se no campo dos opressores coloniais e racistas. A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) por muito tempo subvencionou, direta ou indiretamente, a repressão obstinada exercida pelos portugueses em suas colônias, e o seu armamento foi utilizado contra combatentes das forças de libertação africanas.

A revolução e o reino político

Se é notório que assistimos, desde 1980, na África do Sul, aos primórdios de uma revolução em pleno nascimento, quanto tempo faltaria para ela alcançar a maturidade? Quando a vitória consumar-se-ia?

Em nenhum outro lugar da África, o reino político pôde receber tanto em troca quanto na África do Sul. A potente industrialização criada pela mão de

obra negra e pela técnica ocidental, as enormes reservas minerais, a disciplina forjada na longa luta dos africanos pela justiça e as novas vantagens que lhe conferem o estatuto de potência nuclear constituem, com efeito, fatores que reforçam consideravelmente o significado de um reino político sul-africano cujo futuro estaria em mãos da maioria antes do final do século.

O dia em que toda a riqueza da África estiver efetivamente sob a autoridade soberana da África – da Cidade do Cabo ao Cairo, de Dar es-Salaam a Dakar – poder-se-á enfim julgar com todo rigor a exortação imperecível de Kwame Nkrumah: "Procurai primeiramente o reino político e todo o restante vos será dado em suplemento."

A África setentrional e o Chifre da África

O Magrebe

Embora a derrota de 1940 tenha seriamente enfraquecido a autoridade da França nos três países do Magrebe sob o seu controle, sem exceção, os governos franceses do pós-guerra fizeram tudo ao seu alcance para restabelecê-la. Inclusive chegaram ao ponto de implantar um regime caracterizado por uma opressão muito forte, após uma guerra supostamente conduzida com o intuito de liberar os povos da dominação estrangeira. Reformas unicamente destinadas a satisfazer as aparências certamente foram executadas nos três países do Magrebe, mas a situação colonial de dependência, de exploração e de privação das liberdades políticas, acrescida de um elemento particular tangente à arrogância cultural francesa, permaneceu imutável.

O Marrocos

Um discurso pronunciado em Tanger, no mês de abril de 1947, pelo sultão Mohammed ibn Yusuf, dinamizou novamente o movimento nacionalista marroquino. O discurso desencadeou uma série de manifestações e greves entre 1947 e 1952, que mostraram que os trabalhadores se haviam organizado e estavam integrados ao movimento nacionalista.

A independência do Marrocos proclamar-se-ia em 2 de março de 1956. Após um mês, em 7 de abril, o protetorado espanhol na zona setentrional foi abolido e a região foi integrada ao Reino do Marrocos; em julho do mesmo ano, a zona internacional de Tanger trilhou o mesmo caminho. Assim sendo, o conjunto

do Marrocos pré-colonial reunira-se em um Estado, salvo no que se refere aos enclaves espanhóis de Ifni, Melilla e Ceuta.

A Tunísia

Após a fundação, em agosto de 1947, da Frente Nacional Tunisiana, a pressão sobre os franceses intensificou-se, em meio a numerosas greves e manifestações, nas quais a exigência de melhores condições de vida era acompanhada pela reivindicação da independência política. Entre 1945 e 1955, o nível de vida das massas conheceu uma degradação generalizada. Em 1949, assim que Habib Bourguiba – dirigente do *Néo-Destour* – retornou de um exílio voluntário (1945-1949), o partido elaborou uma estratégia de luta pela independência. Mas, no início de 1952, a França pôs fim a novas negociações com os nacionalistas tunisianos, interditou o Congresso do *Néo-Destour* e deteve muitos militantes.

Pela primeira vez na história moderna da Tunísia, os próprios camponeses constituíram grupos armados, objetivando atacar os colonos europeus, sabotar os meios de comunicação (através do corte de cabos ou descarrilando trens) e combater pequenas unidades francesas. Os franceses decidiram retomar as negociações com os nacionalistas tunisianos. Bourguiba e outros militantes foram prontamente libertados. A França então ofereceu à Tunísia a autonomia interna, guardando para si o controle das forças armadas e da política externa. Mas o período de "autonomia interna" não perduraria. Após um mês de tratativas em Paris, um protocolo em reconhecimento à plena soberania tunisiana foi assinado em 20 de março de 1956: após setenta e cinco anos de exploração colonial, a Tunísia entrava nas comunidades das nações livres do mundo.

A guerra da Argélia

O dogma da "Argélia francesa" não era contestado ou sequer submetido ao menor exame crítico neste período. Esse mito fundara-se na presença de aproximadamente um milhão de colonos franceses (os assim chamados pés-pretos), em importantes investimentos franceses na agricultura e nas minas, bem como na desproporcional influência do *lobby* argelino na vida política francesa. A descoberta de petróleo e de gás natural no Saara, nos anos 1950, veio reforçar esse mito da Argélia francesa. Pela primeira vez em sua história, a França dispunha, no seu próprio território, de considerável quantidade de petróleo. A ideia segundo a qual ela podia enfim praticar uma política petrolífera independente

influenciou fortemente as suas decisões durante a guerra de independência da Argélia.

A proclamação da independência da Argélia, em 1962, pôs fim ao período do colonialismo francês no Magrebe. A libertação foi conquistada mediante um custo muito elevado: estima-se que perto de 1 milhão de argelinos perderam a vida e que 2 milhões estavam desabrigados. Mas, graças à sua luta heroica, liderada pela Frente de Libertação Nacional (FLN), os argelinos facilitaram objetivamente o combate político das outras colônias francesas. A guerra da Argélia mostrou claramente ao povo francês e aos seus dirigentes a futilidade do antigo sistema colonial, forçando-os a reconhecer o direito de todas as nações à autodeterminação.

A Líbia

A Líbia chegou à independência carregando uma pesada herança colonial, o fardo de muita destruição causada pela guerra e o ônus da presença de tropas estrangeiras.

Conquanto tivesse havido espetacular avanço do nacionalismo árabe nos meios burgueses e junto aos intelectuais líbios, nas décadas de 1930-40, não existia na Líbia nenhum organismo civil capaz de derrubar o governo, pacificamente ou por meios violentos, nem tampouco apto a em seguida conduzir uma política mais adequada às possibilidades oferecidas pela riqueza decorrente da exploração do petróleo. Coube a um grupo de oficiais dirigido pelo capitão Muammar el-Kadhafi tomar o poder sem derramamento de sangue, no dia 1º de setembro de 1969, durante uma viagem ao estrangeiro do rei Idris Iº. Inspirado pelas ideias do pan-arabismo, do socialismo árabe e do Islã, o novo poder levou a cabo uma revolução política, social e econômica que muito em breve mudaria todos os aspectos da vida na Líbia.

O Egito

Após a ruptura das negociações anglo-egípcias, em janeiro de 1947, o Egito decidiu levar ao conhecimento da ONU a questão das suas relações com a Grã-Bretanha. Se os egípcios esperavam realmente fazer triunfar a sua causa graças a esse organismo internacional, eles se decepcionaram. Os egípcios marcaram o seu descontentamento com maciças manifestações antibritânicas, greves e outras ações, deixando clara a sua insatisfação tanto no que se refere à presença britânica no país quanto à incapacidade do governo egípcio em resolver esse problema.

Subitamente, em 25 de janeiro de 1952, a cólera acumulada eclodiu. Em 23 de julho, oficiais apoiados por uma parte do exército ocuparam pontos nevrálgicos do Cairo e, sem derramamento de sangue, tomaram o poder.

Sob o governo de al-Nasser, já independente, o Egito começou a desempenhar um papel de crescente importância nos assuntos mundiais. O Egito também esteve na vanguarda da oposição de certos Estados árabes ao Pacto de Bagdá, considerado como uma tentativa de reversão da curva declinante de influência do Ocidente na região.

A última tentativa, levada a cabo pela Grã-Bretanha com o objetivo de utilizar a "diplomacia dos canhões" e readquirir a sua antiga supremacia na região, ocorreu durante a crise do canal de Suez, em 1954. Mas ela configurou-se em um total fracasso. Para a Grã-Bretanha e a França, ela traduziu-se por uma nova perda de influência, não restrita ao mundo árabe mas também em todo o Terceiro Mundo. Por sua vez, o Egito e o presidente al-Nasser tornaram-se o símbolo de uma determinação que embaraçava consideravelmente as potências ocidentais. Fora claramente demonstrado que o imperialismo não era tão forte como outrora e que, tirando proveito de sua fraqueza, as nações oprimidas da África e de alhures poderiam conquistar a sua independência.

O Sudão

A história do Sudão – ainda considerado anglo-egípcio, malgrado o caráter mínimo da participação dos egípcios em sua administração – foi marcada no pós-guerra por três problemas cruciais: a luta pela independência, as relações com o Egito e a emergência do problema do sul.

O Egito e os nacionalistas egícpios possuíam larga influência no Sudão. No entanto, a independência do Sudão, conduzida pelo Partido da União Nacional, defendia a independência, excluindo qualquer ligação com o Egito. Assim, em 19 de dezembro de 1955 o Parlamento sudanês declarou o Sudão uma república independente e a independência foi oficialmente proclamada em 1º de fevereiro de 1956.

O problema do Sudão meridional, que durante décadas atormentaria o país, começava a apresentar-se pouco antes da independência: em agosto de 1955, o agrupamento equatorial do exército sudanês revoltou-se contra a progressiva incorporação da administração e dos postos de comando pelos nortistas. Os amotinados logo renderam-se, mas os distúrbios propagaram-se por todas as províncias sulistas e numerosos nortistas foram mortos.

Essa crise era consequência da política britânica que tendia a dissociar rigorosamente o desenvolvimento do sul e do norte.

Dessa forma, pouco a pouco formar-se-iam duas regiões inteiramente separadas e estrangeiras em face da outra. Os britânicos evidentemente não evitaram as distinções culturais e sociais existentes entre a população do norte, arabófona e muçulmana, e a do sul, nilótica de religião tradicional, mas tudo fizeram para perpetuar estas diferenças e semear nos espíritos a desconfiança. Os nortistas foram parcialmente responsáveis pela degradação das relações: quando em 1954-1955 se lhes atribuiu a responsabilidade pela administração das províncias do sul, outrora assegurada pelos britânicos, eles apressaram-se em introduzir o árabe como língua oficial, eximindo-se de qualquer preocupação no tocante às diferenças culturais e tampouco em relação às demandas da população local e de seus dirigentes políticos. Esse trágico conflito foi suscitado simultaneamente pela política colonial e por uma recíproca incompreensão mútua.

O Chifre da África

Embora a liberdade e a independência da Etiópia tenham sido proclamadas no acordo anglo-etíope de 1942, os seus diversos artigos e, com maior ênfase, a convenção militar que o acompanhava, preservavam e legitimavam um grau substancial de controle britânico. Certas partes do território etíope como Ogaden e grandes zonas fronteiriças às Somálias francesa, britânica e italiana permaneceriam, forçosa e indefinidamente, sob administração militar britânica.

Por outro lado, a guerra de resistência, a Segunda Guerra Mundial e a ocupação italiana causaram consideráveis perdas na Etiópia: mais de 760.000 etíopes perderam a vida, 525.000 habitações foram destruídas, perto de 14 milhões de cabeças de gado desapareceram. No total, as perdas materiais foram estimadas em 180 milhões de libras. A derrota dos italianos não significara que o país houvesse conquistado automaticamente a sua independência e a sua soberania.

Foram necessários mais de dois anos de negociações para alcançar, no fim de 1944, um novo acordo que eliminasse os aspectos desiguais do precedente e se traduzisse pela descolonização da maior parte da Etiópia, com exceção do Ogaden e da Zona Reservada, que permaneceria sob a administração militar britânica. Não seria senão em 1954 que as regiões cairiam plenamente sob jurisdição etíope; nessa mesma ocasião, as tropas britânicas se retiraram.

As ideologias da luta de libertação

Durante o período aqui considerado – e, na realidade, durante todo o período colonial –, os países árabes da África do Norte reconheciam-se mutuamente através de três ideologias: o Islã, o nacionalismo e o socialismo. A sua influência e o seu impacto respectivos variaram de acordo com o tempo e o espaço, conforme a evolução da situação social e política. Entretanto, pode-se afirmar que a ideologia dominante na região durante a fase decisiva da luta anticolonial era o nacionalismo árabe, mais ou menos colorido, em cada país, pelo Islã e/ou pelo socialismo.

No movimento nacionalista árabe cristalizaram-se duas correntes, ora complementares e ora concorrentes: o pan-arabismo e o nacionalismo local. Presentes na maioria dos países árabes, eles lá manifestaram menor ou maior vigor em função das circunstâncias.

De um modo geral, entretanto, ao lutar contra a dominação colonial, a população dos países árabes da África do Norte não procurava recriar um Estado islâmico ideal ou uma incerta unidade pan-árabe. Tanto os dirigentes quanto as massas percebiam que o seu combate era uma luta contra o inimigo que ocupava a sua pátria, constituindo-se em um opressor político, econômico e cultural. O nacionalismo local permaneceu, portanto, na condição de força predominante tanto política como ideologicamente. Uma das características do nacionalismo árabe do pós-guerra era o aprofundamento do seu conteúdo social; ele não se limitava somente a resolver o problema nacional, mas também propunha um programa nacional.

Esse desejo, assim como a vitória da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) na Segunda Guerra Mundial e a transformação vitoriosa de um país subdesenvolvido em potência industrial atraíram numerosos nacionalistas árabes para o socialismo. Constata-se assim a aparição de diversos tipos de socialismos árabes que, embora adotassem muitos ensinamentos sociais e econômicos do marxismo, recusavam-se a subscrever a visão de mundo ateia e internacionalista dos marxistas.

Assim, os slogans socialistas seriam colocados a serviço do nacionalismo árabe e os seus representantes foram levados a incorporá-los no curso da luta empreendida para obter e afirmar a independência política, mas inclinavam-se a considerar o socialismo exclusivamente como um meio para atingir os objetivos nacionais e de reconstrução do país. Em tais situações, o socialismo representava a outra face do nacionalismo.

A África Ocidental

As transformações econômicas e sociais

Ao longo dos anos 1945-1948, a aspiração por uma vida melhor e distinta manifestou-se de modo por vezes explosivo, em razão do regime político-econômico imposto durante a guerra. Os excessos do "esforço de guerra" – trabalhos forçados e confisco de produtos –, a penúria e as vertiginosas altas nos preços criaram um mercado negro e, em combinação com bloqueios salariais e métodos autoritários da chefaria e das autoridades coloniais, produziram em conjunto uma situação que se tornou insuportável quando a paz foi restabelecida. Nesse contexto, a aspiração das elites em verem reconhecidos os seus direitos e a sua vocação em desempenhar um papel político-econômico apoiar-se-á sobre um profundo movimento popular, no qual as reivindicações econômicas estão estreitamente associadas às reivindicações anticoloniais, tais como a abolição do trabalho forçado e da discriminação racial e a concessão de direitos políticos.

No plano social, este período proporciona a criação de novas escolas primárias, enquanto colégios universitários são abertos em Ibadan, na Nigéria, e em Legon, na Costa do Ouro (atual Gana). Após a guerra, a urbanização também apresenta um grande impulso, pois os jovens desempregados, tendo deixado a escola, abandonam em número cada vez mais elevado os campos, para buscar nas cidades emprego e distração. Além disso, africanos ocidentais, tendo recebido no estrangeiro uma educação e uma formação de advogados, médicos ou engenheiros (mas, sobretudo, advogados) começam a retornar ao país, em número cada vez maior, principalmente na África Ocidental Britânica. Todas essas transformações provocam o aumento do peso social da classe laboral formada por professores, mecânicos, motoristas, mineiros, ferroviários, comerciários e pequenos comerciantes africanos.

É a partir desse pano de fundo que devemos examinar as espetaculares mudanças políticas ocorridas na África Ocidental durante a década imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial.

A África Ocidental Britânica

A liquidação do colonialismo na África Ocidental Britânica nos vinte anos seguintes à Segunda Guerra Mundial é imputável a três fatores cruciais, aplicáveis, igualmente e quase integralmente, a todas as outras colônias. O primeiro diz

respeito à ascensão do nacionalismo africano durante o período considerado; o segundo se refere à natureza, aos objetivos e às atividades dos partidos políticos e dos movimentos nacionalistas que se haviam criado; o conjunto das ações e reações da potência colonial britânica frente às iniciativas e exigências dos nacionalistas africanos e os seus partidários constitui o terceiro fator.

O segundo fator foi o Congresso Pan-Africano, organizado em Manchester, no ano de 1945. Tratou-se do primeiro congresso em cuja preparação africanos, tais como Kwame Nkrumah da Costa do Ouro (atual Gana), desempenharam um papel determinante e onde houve uma maciça participação da comunidade africana. Entre estes últimos figuravam Obafemi Awolowo, H. O. Davies e Jaja Wachuku, da Nigéria, J. E. Taylor, Ako Adjei e o Dr. R. G. Armattoe, da Costa do Ouro, Jomo Kenyatta, do Quênia, e Hastings Banda, do Malaui. Dentre as resoluções desse congresso, constava a completa e absoluta independência da África.

Entretanto, o fator que mais contribuiu para a grande ascensão do nacionalismo foi o sentimento de cólera, de decepção e de frustração suscitados pela degradação da situação socioeconômica, assim como o caráter insatisfatório das reformas introduzidas no pós-guerra pelos britânicos.

Ademais da intensificação e da radicalização do nacionalismo na África Ocidental Britânica, outro fator que contribuiu para a derrocada do sistema colonial está relacionado com a natureza e os objetivos dos partidos políticos nascidos após a Segunda Guerra Mundial e, igualmente, com as estratégias por eles adotadas.

Há um terceiro fator que se deve considerar para explicar o resultado da luta pela independência na África Ocidental Britânica, a saber, a atitude da potência colonial britânica frente às exigências e às atividades dos partidos e organizações nacionalistas. Embora estes últimos tenham enfrentado hostilidades e tenham sido brutalmente reprimidos, é incontestável que, sem a atuação desses agrupamentos políticos, a independência não seria conquistada. Foi, portanto, frente ao aumento progressivo e à crescente força das atividades nacionalistas africanas, as quais atingiram uma intensidade particular a partir de meados dos anos 1950, que os britânicos decidiram não resistir aos nacionalistas. Escolheram abandonar a formação social que haviam constituído como sua aliada e instrumento, qual seja, a elite dominante tradicional. Eles também optaram por deixar a cargo dos nacionalistas de cada país questões tais como: a independência; a natureza da nova constituição; a alocação de receitas e fundos etc.

A África Ocidental Francesa

Menos populosa e inferiormente equipada, a África Ocidental Francesa (AOF) encontrava-se em atraso em todos os domínios, comparativamente à África Ocidental Britânica: excetuando-se as três comunas de pleno exercício do Senegal (Dakar, Rufisque e Saint-Louis), cujos nativos, negros ou brancos, eram cidadãos franceses e podiam, portanto, participar da vida política e das eleições, o regime colonial excluiu toda a forma de vida política para todos os "sujeitos" coloniais.

Assim, a natureza das reivindicações, das atividades nacionalistas, da natureza dos partidos políticos que haviam surgido e, sobretudo, das reações da França e, particularmente, de um personagem, o general De Gaulle, iriam determinar as condições do atraso na conquista da indenpedência pelos países da AOF.

O fim da guerra provocara vivas reações pelas razões já evocadas e em razão de uma brusca transformação no estatuto político. A Conferência Africana Francesa de Brazzaville (30 de janeiro – 8 de fevereiro de 1944) não abrira de forma alguma as vias a uma "descolonização". Ela limitava-se a prometer, para um futuro indeterminado, uma "participação" eventual dos africanos na gestão dos seus próprios assuntos. Propósitos que foram tomados ao pé da letra pelos africanos e suscitaram a ira dos colonos que julgavam tudo isso intolerável.

Em 1945, o sucesso da atuação das forças de esquerda teria consequências na África. Pela primeira vez, em outubro de 1945, os colonizados elegeram deputados para a Assembleia Nacional Constituinte Francesa, paralelamente aos colonos que constituíam o "primeiro colégio" dos eleitores. O general De Gaulle esperava, através dessa representação colonial, compensar o previsível crescimento da esquerda na França. Os colonos estavam conquistados; estes sujeitos colonizados votariam conforme o desejo da administração. Mas o acontecimento não correspondeu a esta expectativa: a eleição no quadro do "segundo colégio" conduziu à eleição daqueles que haviam conduzido campanha pelo fim do regime colonial. No Senegal, onde o eleito do primeiro colégio (predominantemente africano) foi o advogado Lamine Gueye, cabendo a vitória no segundo colégio ao jovem Léopold Sédar Senghor. Os dois eleitos filiaram-se ao Partido Socialista (Seção Francesa da Internacional Operária); os eleitos da Guiné, Yacine Diallo, e do Daomé, Sourou-Migan Apithy, também se filiaram ao grupo socialista. Félix Houphouët-Boigny, eleito na Costa do Marfim, e Fily Dabo Sissoko, eleito do Sudão-Niger, juntaram-se ao grupo comunista na Assembleia Nacional.

O movimento popular e a marcha rumo à independência

O movimento popular, a ação sindical e os movimentos grevistas dirigidos contra as persistentes medidas de discriminação racial (salários, estatutos, direito ao trabalho) desenvolveram-se a partir de 1951. Na Guiné, o Partido Democrático da Guiné (seção do RDA), dirigido pelo sindicalista Sékou Touré, ampliou durante a campanha as suas bases populares, travando combate contra as chefias, engrenagens centrais da administração colonial. No Sudão francês, a União Sudanesa, dirigida por Mamadou Konaté e Modibo Keïta, prosseguiu a sua resistência. A degradação da situação internacional e da situação colonial francesa (derrota de Diên Biên Phu na Indochina, independência da Tunísia e do Marrocos, início da guerra de libertação na Argélia) obrigou o governo francês a fazer concessões e a antecipar-se aos pleitos por independência completa – que continuou a ser popularizada, tanto na França quanto na África, pelos estudantes da Federação dos Estudantes da África negra na França (FEANF) e da União Geral dos Estudantes da África Ocidental (UGEAO).

Em maio de 1958, o general De Gaulle elabora uma nova Constituição na qual se dava um passo suplementar ao conceder a autonomia aos territórios transformados em repúblicas. A "União Francesa" era substituída pela "Comunidade Francesa"; mas o governo francês conservava toda uma série de atribuições essenciais e a independência era explicitamente apresentada como incompatível com o pertencimento à Comunidade Francesa.

De Gaulle submeteu as suas novas proposições ao voto na África francesa e a administração colonial conseguiu impor um voto favorável, inclusive no Níger, cujo governo, dirigido pelo sindicalista Bakary Djibo, convocara a votar "não". Não logrou êxito na Guiné, onde o *não* totalizou mais de 80% dos votos, proclamando a sua independência em 2 de outubro de 1958. A Constituição De Gaulle, fazendo desaparecer a AOF como unidade política, fragmentava o conjunto francês. Como consequência, o Senegal e o Sudão francês criaram uma "Federação do Mali", que requereu a independência em setembro de 1959. A França foi obrigada a resignar-se em aceitá-la no dia 20 de junho de 1960. Os outros Estados seguiram o movimento e a sua independência foi proclamada durante o mês de agosto: Daomé, 1º de agosto; Níger, 3 de agosto; Alto-Volta, 5 de agosto; Costa do Marfim, 7 de agosto. Na Mauritânia, a independência foi proclamada somente em 28 de novembro. O Togo recebeu o estatuto de "República autônoma" em julho de 1956; o Comitê pela Unidade Togolesa (CUT) ganhou as eleições de 1958 e a independência foi proclamada

em 27 de abril de 1960, contando com Sylvanus Olympio na qualidade de primeiro presidente.

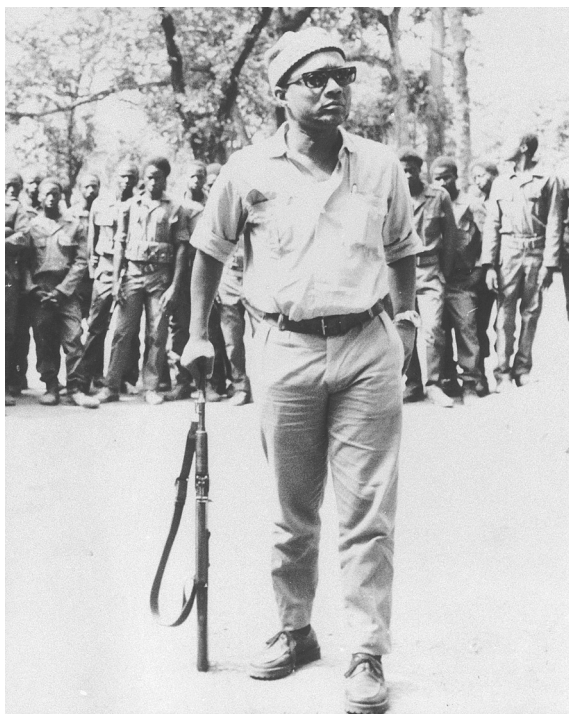
Pelo exposto acima, contrariamente ao que se passou na África Ocidental Britânica, foi o governo francês que determinou de fato a concessão e o calendário na independência na África Ocidental Francesa, e não os nacionalistas africanos. Antes de tudo, se o governo francês tivesse sido tão tolerante com os partidos políticos quanto os britânicos o foram no tocante aos seus, as colônias da África Ocidental Francesa teriam, sem dúvida, alcançado a sua independência antes que as colônias britânicas.

A África Ocidental Portuguesa

Enquanto as colônias britânicas e francesas da África Ocidental haviam todas alcançado a sua independência em 1965, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Angola e Moçambique não conseguiriam derrubar o colonialismo português senão em 1973 e 1974. A conquista da independência na África portuguesa foi longa, violenta e sangrenta, transformando-se em uma verdadeira guerra de libertação. A explicação das características que tomou a luta anticolonial na África portuguesa deve ser buscada nos princípios e nas práticas do colonialismo português, assim como na natureza dos movimentos nacionalistas.

Desde o início, Portugal considerou as suas colônias como províncias portuguesas de além-mar. Ao longo dos anos 1950, Portugal agarrava-se a essa ideia com um fanatismo e uma cegueira crescentes – malgrado a evidente progressão do nacionalismo africano. Assim, os portugueses mantinham uma política que consistia em preservar por todos os meios a integridade do seu império.

Em razão das características próprias ao colonialismo português e ao fascismo, no poder desde 1926, suas colônias apresentavam um considerável atraso: nenhuma linha férrea ou estrada e uma primitiva economia de tráfico dominada por monopólio. Em razão do limitadíssimo número de estabelecimentos de ensino superior, não havia classe média ou burguesia para conceder a quem quer que fosse impulso ou inspiração. E, como os portugueses estavam determinados a reprimir qualquer agitação anticolonial, pelos meios mais extremados, foi somente ao fim dos anos 1950 que partidos políticos começaram a aparecer na África portuguesa.

Em 19 de outubro de 1956, o agrônomo de origem cabo-verdiana (embora nascido na Guiné) Amilcar Cabral criava em Bissau o Partido Africano de Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). De 1956 a 1959, sua

Amilcar Cabral, presidente do PAIGC, na frente militar oriental da Guiné-Bissau. (Foto: Le Nouvel Afrique--Asie, Paris.)

atividade concentrou-se nas cidades e empregou meios pacíficos. Todavia, consecutivamente à brutal repressão empreendida contra a greve ilegal dos trabalhadores das docas, em agosto de 1959, o PAIGC decidiu abandonar os métodos pacíficos em favor da luta armada. Concebeu um programa político inédito e um conjunto de táticas de libertação com o objetivo de conquistar a confiança das massas camponesas. Entre 1961 e 1963, os jovens militantes partidários de Cabral trabalharam clandestinamente nas comunidades, ensinando aos habitantes não lhes ser possível eliminar as suas dificuldades locais, senão trabalhando e combatendo para livrarem-se do sistema colonial português.

Após esse esforço de educação e de organização, o PAIGC lançou a sua luta armada em 1963. Malgrado o ativo suporte financeiro e militar oferecido a Portugal por todas as grandes potências ocidentais e pelos outros Estados membros da OTAN, o PAIGC alcançara, em 1967, o controle de dois terços

da Guiné. Embora tenham posteriormente reforçado o seu exército, os portugueses não conseguiram derrotar os africanos; nem o assassinato de Amilcar Cabral, em janeiro de 1973, pôde derrubar o movimento de conquista da libertação. No dia 27 de setembro de 1973, o PAIGC proclamou a independência de Guiné-Bissau. A humilhação e a desmoralização a que foram submetidos os soldados portugueses na Guiné-Bissau, em Angola e Moçambique, desde então incorporados ao ideário de libertação que se propagava na África, todos estes fatores incitaram os soldados portugueses a derrubarem o regime opressor de Salazar em abril de 1974. O novo regime confirmou a independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde em 1974, e a de Angola e Moçambique em 1975.

A África equatorial do oeste

Tormentas e incertezas do pós-guerra

Os anos do pós-guerra foram caracterizados, em toda a África Central, por uma grande efervescência e, em determinadas regiões, por uma verdadeira agitação política.

O esforço de guerra fora particularmente pesado na África Equatorial Francesa (AEF) e no Congo Belga. Por outro lado, os africanos que haviam participado, de bom grado ou à força, das operações militares, haviam tido a oportunidade de descobrir novos horizontes e impregnaram-se de ideias inéditas, eram eles: os cidadãos da AEF na África do Norte e na Europa, bem como os do Congo Belga na Etiópia, em Madagáscar e na Birmânia.

O novo clima manifestou-se com impacto nas cidades onde as massas miseráveis do proletariado industrial e do subproletariado, as camadas insatisfeitas e impacientes dos "evoluídos" africanos já representavam, a esta altura, uma real força política. As ideias revolucionárias e reformistas, vindas do mundo exterior, penetravam facilmente nesse meio e encontraram, nesses extratos sociais, um público bem disposto. Angola recebeu, essencialmente do Brasil, uma abundante literatura consagrada à Segunda Guerra Mundial, ao fascismo e às lutas de libertação nacional. Nos países sob mandato – Camarões, Ruanda-Urundi (atuais Ruanda e Burundi) – demonstrou-se, sobretudo, sensibilidade frente ao princípio do direito dos povos sobre si mesmos, inscrito na Carta do Atlântico, na Declaração das Nações Unidas e na Carta da ONU.

As mais significativas ações em meio urbano deveriam, portanto, ser atribuídas à própria iniciativa dos africanos locais. Em Angola, grupos muito ativos

se haviam constituído entre as duas guerras, mantendo o seu poder de pressão após 1945: a Liga Nacional Angolana e a ANANGOLA (Associação Regional dos Naturais de Angola), ambas particularmente influentes junto aos mestiços de Luanda, a primeira atuando sobretudo em favor das reformas econômicas e sociais, ao passo que a segunda privilegiava a ação cultural. No Congo Belga, os movimentos violentos de revolta manifestaram-se desde 1944 através de motins. Em Élisabethville (Lubumbashi), um "complô de clérigos" visava obter, no espírito da Carta do Atlântico, a "liberdade de expressão e de imprensa", a "liberdade individual, suprimindo a corrente e o chicote que nos colocam em estado de animais de tráfico", a liberdade de circulação, "a concessão do direito ao ensino, necessário ao progresso intelectual do indígena" e, por fim, o direito à representação política.

Em Camarões, foram sobretudo a parte francesa e o sul que sofreram os efeitos da guerra: penúria dos mais elementares produtos, requisição da mão de obra necessária às plantações, operários nas obras de melhoramento de estradas, mineiros para a exploração das minas de rutílio e de ouro, bem como seringueiros na extração do látex. As hesitações do governador colonial e o conservadorismo retrógrado dos colonos estiveram na origem de graves eventos. O inevitável enfrentamento entre as forças antagônicas teve lugar em 1945, com a greve dos ferroviários e os levantes de Douala. A repressão judicial que se seguiu não foi menos severa. Foi necessário esperar o ano de 1948 para ver constituir-se o primeiro partido de massas moderno, a UPC (União das Populações de Camarões). Muito popular, a UPC implantou-se principalmente nas camadas mais pobres das cidades (Douala e Yaoundé) e junto às comunidades bassa e bamileke da metade sul do país.

No estado de espírito da população rural parecem ter predominado por toda a parte atitudes de resistência passiva frente a agentes e símbolos da colonização: administradores, missionários, representantes de sociedades comerciais e agrícolas. Foi o caso nas regiões onde se haviam desenvolvido, no entreguerras, movimentos messiânicos e sincréticos. Dessa forma, no Congo Belga, a população kongo permanecia fiel aos ensinamentos de Simon Kimbangu. Outrossim, desde a sua fundação em 1950, a ABAKO (Associação dos Bakongo) receberia a adesão espontânea, imediata e maciça da população.

Crescimento econômico, mutações e tensões sociais

A década seguinte à Segunda Guerra Mundial foi marcada por uma conjuntura mundial propícia cujos efeitos fizeram-se sentir na África Central. As

metrópoles coloniais, reconstruindo as suas economias, solicitaram ainda mais os esforços do seu império. Eis o porquê de um crescimento assaz notável no conjunto dos territórios.

A maioria das colônias apresentou até a independência uma economia predominantemente agrícola. Coube aos pequenos territórios, reputados como pobres no tocante aos recursos minerais, tais como a Guiné Equatorial, as ilhas de São Tomé e Príncipe, Ruanda e Burundi, a qualificação a esse tipo de exploração econômica.

A economia agrícola também estava implantada em Camarões, AEF e Angola: a prospecção ativa empreendida pelas companhias coloniais desde o fim da guerra não localizara, entrementes, salvo no referente a Angola, nenhuma fonte mineral significativa.

Relativamente a esses países, predominantemente agrícolas, somente o Congo Belga apresentava uma economia já plenamente inserida na era industrial. O crescimento da economia congolesa, brutalmente interrompido pela crise econômica dos anos 1930, era magnificamente retomado graças à Guerra Mundial e, após 1945, em razão da conjuntura internacional e local. De uma fase de construção da economia colonial, passou-se então ao que se pode chamar de fase da reprodução em larga escala da estrutura de produção.

No todo, uma das mais espetaculares manifestações de mutação social foi o êxodo rural, que iria impor seus efeitos nos setores urbanos, provocando de forma generalizada a formação de um proletariado operário e, sobretudo, de um enorme subproletariado cujo peso numérico aumentou dramaticamente as formidáveis mudanças da conjuntura econômica em meados dos anos 1950. Como exemplo, no ano de 1960, em Angola, um em cada três africanos vivia em moradias provisórias nas cidades e suas periferias. Na AEF, a proletarização da população, pouco sensível no pré-guerra em razão do regime econômico em vigor, acelerou-se após 1945.

Além dos aspectos apontados, é preciso considerar outro fator de mutação: o desenvolvimento generalizado dos sistemas educacional e administrativo. O último aspecto fundamental, relativo a essa evolução social, foi a constituição de uma pequena burguesia negra. Em alguns casos, o desenvolvimento econômico desigual e a incongruente política educacional conduziram a um recrutamento que privilegiava, em algumas regiões, a pequena burguesia. Assim sendo, nos países marítimos, onde as relações com os europeus eram mais antigas ao longo das costas, foram precisamente os habitantes dessas regiões, formados em escolas missionárias ou públicas, que constituíram a origem social de numerosos elementos os quais viriam compor a pequena burguesia assalariada de funcionários

públicos e subalternos. Seriam justamente esses quadros que conduziriam os movimentos de luta pela independência.

A marcha rumo à independência

A diversidade constatada, no que tange às práticas políticas das potências coloniais, verifica-se segundo as modalidades de independência em questão, pois se em três casos (África Equatorial Francesa, Guiné espanhola e "territórios sob tutela" belga) a descolonização fora amigável, em decorrência de tratativas políticas mais ou menos complexas, em contrapartida, no que se refere a dois outros casos (Camarões e Angola) foi necessária uma guerra de libertação para forçar os poderes coloniais a negociarem. O Congo Belga representa a situação intermediária, na qual ocorreu uma descolonização negociada pelas forças políticas em ação, conquanto essas negociações não tenham sido possíveis senão após a dispersão de insurreições, as quais foram, inclusive pela própria abertura de negociações, impedidas de transformarem-se em uma verdadeira guerra revolucionária.

Na AEF, a evolução progressiva rumo à independência foi, em toda a sua extensão, controlada pelas autoridades francesas, limitando-se os principais partidos locais, em sua maioria, a seguir um movimento cuja iniciativa lhes escapava. Essa particularidade diz respeito às características das formações políticas locais, cuja composição e a base sociológica privilegiavam os subalternos, os funcionários, ou seja, todas as categorias da nascente pequena burguesia as quais não conseguiram, senão muito parcialmente, mobilizar as massas. Os partidos africanos da AEF gozavam entretanto de uma real popularidade, por um lado em razão de sua ligação com o Partido Comunista Francês, que indicava um perfil muito autenticamente progressista e, por outro, em função da atitude retrógrada dos colonos franceses, para quem a única reivindicação consistiu por muito tempo em manter as estruturas e as práticas arcaicas.

A África Oriental

Reuniremos aqui sob a nomenclatura "África Oriental" não somente as antigas colônias britânicas do Quênia, de Uganda e da Tanzânia (na ocasião cindida em dois territórios distintos: Tanganyika e Zanzibar), do Malaui (antiga Niassalândia) e da Zâmbia (antiga Rodésia do Norte), mas também a grande ilha de Madagáscar, outrora administrada pela França, o Arquipélago de Comores e a Ilha da Reunião, e, enfim, a Ilha Maurício e as Ilhas Seychelles, em tempos passados ligadas à Coroa Britânica.

Madagáscar

Em Madagáscar, a colonização francesa confrontara-se logo de início com uma organizada resistência, e certas regiões do sul não haviam deposto as armas senão ao cabo de uma dezena de anos. Antes mesmo da Primeira Guerra Mundial, criara-se em Tananarive (Antananarivo) uma sociedade secreta nacionalista, a VVS, iniciais das palavras malgaches *vi, vato, sakelika* [ferro, pedra, ramificações]. Durante o entreguerras, a luta do movimento nacional consistia principalmente em reclamar a igualdade de direitos entre os sujeitos malgaches e os cidadãos franceses.

Foi, todavia, a Segunda Guerra Mundial que permitiu a convergência do nacionalismo da elite e do descontentamento popular.

No curso da Segunda Guerra Mundial, além da penúria de produtos importados e da decorrente inflação, Madagáscar sofreu, ainda, da insuficiência de divisas estrangeiras. Em 1943-1944, abateu-se sobre a ilha uma grave fome. O arroz, produto alimentar fundamental, atingiu preços vertiginosos. Assim, quando muito se debatia, após a Carta do Atlântico (1941) e a Conferência de Brazzaville (1944), acerca da melhoria da situação nas colônias, os dirigentes nacionalistas malgaches do pós-guerra não demonstraram nenhuma dificuldade em conquistar audiência, ao afirmarem que "a colonização não consistia em nada além de uma exploração".

A partir de 1945 e até 1960, os nacionalistas lutaram para obter a independência. Essa aspiração não era unicamente produto da atuação dos militantes políticos de Tananarive ou de outras cidades, ela igualmente ganhou tanto o centro do país quanto as regiões costeiras, as camadas abastadas da população e também os setores populares. Ela se expressava, sobretudo, no âmbito de um partido, o Movimento Democrático pela Renovação Malgache (MDRM). O MDRM obteve um crescente sucesso eleitoral em todo o país, fato que não deixou de inquietar os notáveis das regiões costeiras ligados à França e ao regime existente. Eles fundaram, em julho de 1946, o Partido dos Deserdados de Madagáscar (PADESM).

Em 29 de março de 1947, sublevações explodiram no leste da ilha, em Moramanga, em Manakara e alhures. Mas a ação foi neutralizada em cidades como Tananarive, Fianarantsoa e Diégo-Suarez (Antseranana). Na região da falésia oriental, em contrapartida, a insurreição alastrou-se rapidamente. A insurreição foi finalmente reprimida pelas tropas coloniais francesas, em novembro de 1948.

A insurreição de 1947 teve como resultado uma fragorosa derrota, mas os nacionalistas malgaches não se declararam vencidos.

Em setembro de 1958, quando o general De Gaulle organizou um referendo sobre a manutenção, ou não, de Madagáscar na Comunidade Francesa, foi o voto favorável que triunfou. O *não* era majoritário na capital e obteve expressivas votações em Tamatave e Diégo-Suarez. Mas as pressões da administração francesa e dos dirigentes moderados eram tamanhas que os partidários de uma verdadeira independência foram derrotados. Em junho de 1960, quando Madagáscar finalmente alcançou a sua independência, o grande vitorioso era o Partido Social-Democrata, de Philibert Tsiranana. Aqueles que haviam militado por uma "verdadeira independência" encontraram-se confinados aos partidos de oposição.

As forças da mudança nas regiões sob dominação britânica

Logo após a Segunda Guerra Mundial, o governo trabalhista no poder na Grã-Bretanha estava disposto a consumar reformas radicais no país e a acelerar a evolução das colônias. Os britânicos enfrentavam os graves problemas econômicos que a Segunda Guerra Mundial provocara e, assim, a África Oriental e Central apresentavam, nestas condições, uma considerável importância para a reativação da sua economia. A venda, no mercado mundial, dos produtos e das matérias-primas das colônias, permitia à Grã-Bretanha cobrir o seu déficit em dólares.

Uganda

Em 1945, Uganda era um país governado por uma potência colonial dedicada a preservar a principal entidade política pré-colonial no interior das suas fronteiras: o Reino de Buganda. Geograficamente, Uganda e Buganda não se sobrepunham. Outros reinos e povos encontravam-se no oeste do protetorado e numerosas comunidades sem soberano viviam no norte e no leste do território. Os britânicos haviam transformado Buganda em base da sua dominação, reconhecendo a sua quase autonomia e introduzindo, através do *Uganda Agreement* de 1900, um regime fundiário pouco comum, próximo do regime da plena propriedade.

Para compreender as tensões ocorridas em Uganda no curso dos anos 1940, é preciso levar em consideração os diversos grupos de interesses formados pelo sistema colonial. Esses grupos refletiam a divisão da elite ou da pequena burguesia ugandense, cujos interesses particulares, regra geral, não coincidiam senão em curto prazo e tendiam a complicar ainda mais a situação pelas suas divisões étnicas e religiosas quando tratava-se de formar uma frente de luta nacional. Paralelamente aos setores da pequena burguesia, os operários das cidades exi-

giam aumentos salariais. Nos anos 1940, todos esses interesses fundiram-se para formar um histórico movimento de oposição maciça à ordem colonial.

Em janeiro de 1945, graves levantes estouraram em muitas cidades do país, em razão dos baixos salários e do aumento do custo de vida resultante da inflação ligada à guerra. A luta continuou durante a década de 1950, liderada pelo *Uganda National Congress* (UNC).

Quando, em 1962, Uganda enfim liberou-se da tutela britânica e conquistou a independência enquanto entidade única, isto aconteceu sob um governo de coalizão, dirigido por Milton Obote e reunindo a monarquia de Buganda e o *Uganda People's Congress* (UPC).

Em termos gerais, o avanço do nacionalismo em Uganda foi marcado por divisões ideológicas e regionais, e a pequena burguesia demonstrou dificuldades em constituir-se como classe integrada e unificada, em luta contra o colonialismo.

O Tanganyika

A ingerência maciça dos britânicos na política agrícola desencadeou a primeira grande onda de protestos locais contra a potência colonial no Tanganyika. As políticas coloniais haviam provocado mudanças socioeconômicas e acentuado as diferenças regionais e as rivalidades entre os grupos instruídos, temerosos em acelerar o desenvolvimento em sua zona étnica. Em razão disso, muitas associações com bases étnicas nasceram e serviram posteriormente como vetores da oposição a políticas impopulares. O movimento de agregação étnica teve como consequência o enfraquecimento da *Tanganyika African Association* (TAA), organização territorial reivindicativa de funcionários, criada em 1929.

A TAA encorajara, desde os anos 1930, a constituição de seções provinciais, cuja vitalidade viria reforçar a organização central. A TAA transformou-se em um fortíssimo partido político autointitulado *Tanganyika African Union* (TANU), em 7 de julho de 1954.

A TANU tomou o poder em 1961. O seu verdadeiro fundador era um professor oriundo de um dos menores grupos étnicos do território: Julius Nyerere, que se tornaria o primeiro-ministro de um Tanganyika já usufruindo da sua autonomia interna. O país foi, em dezembro de 1961, a primeira colônia britânica da África Oriental a conquistar plenamente a sua independência.

Invoca-se, geralmente, para explicar a descolonização do Tanganyika, a combinação de dois fatores: a força das reivindicações nacionalistas locais, por um lado, e o desengajamento político voluntário dos britânicos, por outro. As

Julius K. Nyerere, presidente da Tanganyika African National Union (TANU). (Foto: Camera Press, Londres.)

explicações diferem exclusivamente em função da importância relativa a esses dois fatores. Mas, seja qual for o esquema de interpretação adotado, um acontecimento crucial viria acelerar o recuo do Império britânico em toda a África Oriental e Central: a revolta mau-mau no Quênia.

O Quênia

Pouco após o desencadeamento da revolta mau-mau e da declaração de estado de emergência, em outubro de 1952, a *Kenya African Union* (KAU) endereçou um memorando ao secretário de Estado britânico para as colônias, no qual atribuía os distúrbios principalmente ao fato de que, na opinião do povo, o governo não agia segundo os interesses dos africanos. E isso conduzia o africano comum a pensar que apenas um governo que fosse o seu seria capaz de defender os seus interesses.

Porém, havia um abismo entre a elite nacionalista africana e os partidários da violência. Grupo extraparlamentar, fundado em 1944, a KAU rapidamente

Jomo Kenyatta, presidente do Kenya African Union (KAU), em 1946 ou 1947. (Foto: Newslink Africa, Londres.)

apresentar-se-ia como uma formação das mais moderadas. Jomo Kenyatta dela tornar-se-ia presidente em 1947. Em outubro de 1952, conquanto permanecesse extremamente suspeito aos olhos dos britânicos, Kenyatta foi desautorizado por membros do movimento mau-mau e também renegado por numerosos outros notáveis da KAU.

A revolta mau-mau foi uma conspiração violenta, visando a expulsar os britânicos e retomar a posse das "terras roubadas". Campanhas de juramento de fidelidade haviam ocorrido junto aos kikuyus, durante todo o período que sucedeu ao fim da guerra, mas foi somente a partir de 1951 que a violência própria a essas cerimônias aparentemente escapou a todo controle: levantes nesse mesmo ano contra a regulamentação relativa à peste bovina e à lavra da terra, em seguida, incêndio das propriedades de colonos brancos, mutilações do seu rebanho e, no início de outubro de 1952, o assassinato, em plena luz do dia, por homens armados, do principal líder dos kikuyus legalistas, o chefe Waruhiu.

A proclamação, no final de outubro de 1952, do estado de emergência, por um governo britânico recém-nomeado e agindo sob a pressão de colonos brancos, provavelmente obrigou os mau-mau a passarem catastroficamente à ação.

Os dirigentes britânicos estavam então preocupados com a dificuldade em manter uma região tão agitada sob o controle colonial, e provavelmente sobre-estimaram a real ameaça militar representada pelos rebeldes mau-mau. Por outro lado, subestimaram as consequências da sua própria reação, não imaginando que ela provocaria uma onda de assassinatos e ações diretas. Em 1959, após a terceira vitória seguida dos conservadores nas eleições legislativas, o estado de emergência foi suspenso e convocou-se a organização de uma conferência constitucional.

Essa conferência desdobrou-se na criação de uma Assembleia Legislativa queniana. A KAU transformou-se em KANU (*Kenya African Nacional Union*) e conquistou 67% dos votos nas posteriores eleições. Kenyatta, ainda detido, mantinha-se como presidente. Todavia, seria somente após a sua recolocação em liberdade (no mês de agosto de 1961) e as eleições gerais de maio de 1963, que Kenyatta tornar-se-ia primeiro-ministro para, seis meses mais tarde, dirigir um país plenamente independente.

A Niassalândia e a Rodésia do Norte

Na Niassalândia (atual Malaui) e na Rodésia do Norte (atual Zâmbia), o aumento da ingerência britânica na agricultura africana provocou uma considerável agitação após a guerra, entretanto, em 1953, foi a instituição de uma Federação da África Central que provocou uma convergência política verdadeiramente explosiva entre o nacionalismo da elite e o descontentamento popular no interior dessas duas colônias britânicas.

A federação provocou acirrados protestos de associações nacionalistas elitistas: como o *Nyasaland African Congress* (NAC), fundado em 1944, o seu homólogo da Rodésia do Norte, fundado em 1948, e outros. Porém, o governo estava estreitamente ligado aos interesses dos homens de negócios e dos colonos brancos partidários de uma federação, e foi longe demais em sua tentativa de consolidar os privilégios dos brancos.

Em meados de 1958, Hastings Banda, um médico natural da Niassalândia, candidatou-se à presidência do partido. Após a sua nomeação, o NAC lançou uma campanha de rejeição ao colonialismo que desdobrar-se-ia na independência total, seis anos mais tarde. Nas eleições de 1961, o *African Congress* conquistou todas as cadeiras às quais ele concorria e, após uma nova conferência, a

independência foi proclamada em julho de 1964. A Rodésia do Norte alcançou a independência em dezembro de 1964.

Zanzibar

Diversos fatores explicam o antagonismo racial entre africanos e árabes de Zanzibar: o tráfico de escravos do século XIX; os estereótipos britânicos da era colonial; a incorporação capitalista da produção de cravos-da-índia na ilha. Esses vetores vieram provocar a formação de uma classe de proprietários fundiários árabes e a constituição de uma classe subalterna africana, consolidando, todavia, a situação dos financistas asiáticos locais. Após a Segunda Guerra Mundial, as reformas que os britânicos conferiram ao governo local (com as suas repercussões, tanto maiores quanto menor fosse o país) e a perspectiva da independência concederam às divisões raciais um ainda maior significado político.

Subproduto da evolução política da África Oriental continental, muito mais que expressão de uma exigência da própria ilha, os primeiros sinais da independência levaram a classe de proprietários fundiários árabes – representados pelo *Zanzibar National Party* (ZNP), predominantemente árabe – a tentar libertar-se do controle britânico. O ZNP e seus aliados do ZPPP (*Zanzibar and Pemba People's Party*), grupo separatista pró-árabe originado no ASP, alcançaram, em conjunto, a maioria das cadeiras nas eleições imediatamente precedentes à proclamação da independência, alcançada em 10 de dezembro de 1953.

A Reunião

Ilha vulcânica situada a 700 quilômetros a leste de Madagáscar, Reunião foi colonizada no século XVII por navegadores franceses e escravos africanos. Em 1946, três quartos da superfície cultivável da ilha haviam sido destinados à cultura da cana-de-açúcar, e o Partido Comunista da Reunião apostava todas as suas fichas na integração total da colônia ao Estado francês, com o intuito de melhorar o nível de vida das camadas mais pobres da população. Após o triunfo dos gaulistas, em 1958, os comunistas locais adotaram, todavia, uma nova política, em prol da autonomia da ilha. Se essa política se transformasse em um movimento popular, em favor da independência, a ilha poderia ser conduzida a seguir uma via mais clássica, rumo à soberania nacional no seio do sistema internacional.

As Comores

A população das Comores está, do ponto de vista etnográfico, mais próxima daquela de Zanzibar e da costa leste-africana que da população crioula e cosmopolita da Reunião, da Ilha Maurício e das Seychelles. Durante a era colonial, o Arquipélago de Comores não atraiu em nada o interesse dos franceses. O nacionalismo e o anticolonialismo não apareceriam de fato senão em 1968, por ocasião das manifestações de protesto contra as brutalidades dos paraquedistas e dos legionários franceses que haviam intervindo para pôr termo a uma greve em um liceu.

Foi então que se criaram os primeiros partidos políticos e, sob a influência das transformações ocorridas na vizinha ilha de Madagáscar, um movimento popular constituiu-se para exigir a independência das Comores. Em julho de 1975, todas as ilhas, salvo Mayotte, proclamaram unilateralmente a sua independência.

A Ilha Maurício e as Seychelles

Na ilha Maurício, após 1945, o principal desafio da luta política consistia em defender os direitos dos trabalhadores, locados nas plantações de cana-de-açúcar e nos portos, frente aos privilégios dos grandes agricultores, restando à autonomia o caráter de uma questão totalmente secundária. De fato, a sorte da Reunião, após 1946, poderia dar luz a uma associação mais estreita com a Grã-Bretanha, o que seria um objetivo mais sedutor. Todavia, tal evolução jamais esteve na ordem do dia. A luta travada na Ilha Maurício visava, portanto, obter melhores condições de parceria, levando-se em conta os esforços empreendidos pela Grã-Bretanha, nos anos 1960, para ingressar na CEE, no exato momento em que a ilha rumava para a independência, conquistada, em 1968, pelo Mauritian Labour Party.

Nas Ilhas Seychelles, igualmente, a independência foi um pouco retardada por considerações estratégicas concernentes a uma estação de observação e vigilância, assim como à base militar de Diego Garcia. Inicialmente, nem o *Seychelles People's United Party* (SPUP), dirigido por France-Albert René, nem o *Seychelles Democratic Party* (SDP), liderado por James Mancham, ativeram-se à questão da independência. Neste arquipélago desesperadamente pobre, a sua principal preocupação consistia, antes, em ocupar os postos-chave no seio do governo e controlar a sua política. Foi somente após a explosão de um conflito entre o SDP e as autoridades britânicas, no tocante ao controle das forças policiais e após o reconhecimento do SPUP pela OUA, como um movimento de libertação nacional, que a independência passou a ser considerada de forma mais séria. Finalmente, Mancham aliou-se a René para conquistar a independência, em 1976.

A África Austral

A África Austral representava, a partir de 1935 e sob uma perspectiva mundial, a parte mais importante do continente africano no plano econômico. Nos últimos trinta anos do século XX, ela tornou-se a mais importante sub-região da África no plano estratégico. A sua proeminência econômica proveio, antes de tudo, da sua riqueza em minerais vitais para a civilização industrial ocidental, e foi reforçada pela agricultura e pela industrialização locais. A proeminência estratégica veio da combinação da sua riqueza com a crescente importância da rota do Cabo para o tráfego marítimo entre a Ásia e o mundo ocidental, especialmente o transporte petrolífero dos países do Golfo. Outro fator, essencial, influenciou profundamente a história da região, o fator racial. Essa parte da África foi a mais profundamente afetada, no transcorrer deste período, pela questão das relações raciais.

Isso porque, se os anos compreendidos entre 1935 e 1945 marcaram o sucesso de uma luta mundial contra o fascismo e a perseguição racial na Europa, o ano de 1948 representa um marco no avanço de uma nova forma de fascismo e de perseguição racial na África, modalidade esta que receberia o nome de *apartheid*. O ano de 1948, com o triunfo do *Nationalist Party,* na África do Sul, marcou uma vitória para a "supremacia branca" e favoreceu a concretização de um genocídio no sul da África.

É evidente que os africanos não aceitariam esse renascimento com resignação. A cruzada armada final contra o "fascismo" e o "nazismo", travada à época, reveste-se de um particular significado, associando a luta contra o *apartheid* à ação, todavia inconclusa, da Segunda Guerra Mundial.

As forças motrizes da mudança na África Austral de 1948 a 1960

A década imediatamente posterior à guerra foi marcada no continente pelos conflitos e as mudanças provocados pelo enfrentamento dos nacionalistas africanos e europeus. Esse período testemunha o desenvolvimento, em escala continental, de um fenômeno ao qual denominou-se "nacionalismo africano ortodoxo". Da Cidade do Cabo ao Cairo, os africanos protestaram pelo fim da dominação colonial, pela extinção do racismo, pela derrubada do imperialismo e em prol da passagem para o estágio da independência política, fundada sobre a decisão da maioria, do sufrágio universal e da democracia parlamentar. Criaram organizações de massa recrutadas em meio ao proletário urbano e à massa camponesa e lançam manifestações, boicotes e greves. Esses militantes consideravam-se do pan-africanismo e da negritude, e preconizavam a criação dos Estados Unidos da África.

A África Austral dos anos 1960 aos anos 1980: a luta armada

Dos anos 1960 aos 1970, a história da África Austral foi dominada pelo desenvolvimento dos movimentos de libertação e pela luta armada revolucionária nas colônias da África do Sul, da Rodésia, de Angola, de Moçambique e da Namíbia. Os africanos haviam finalmente reconhecido a derrota do liberalismo e do nacionalismo ortodoxo, preconizados pela classe média, e a impotência da ação militante diante do poder e da intransigência dos colonos. A decepcionante experiência histórica da maioria dos Estados africanos, tornados independentes, ensinara-lhes, ainda, a qual ponto a descolonização e a independência política eram vãs, conquanto não se lhes acompanhasse uma emancipação econômica e cultural.

Notoriamente, nas colônias de povoamento multiétnicas, como a África do Sul ou a Rodésia, a verdadeira independência implicava no desmantelamento das instituições existentes e na transformação radical dos modos de produção, da propriedade e das estruturas sociais. No plano econômico, exigia-se a criação de uma democracia proletária na qual os recursos, os meios e os objetivos da produção, da distribuição e dos serviços seriam controlados pelas massas, de modo a satisfazer as necessidades fundamentais dos cidadãos, colocar um termo à exploração e à insegurança econômicas e promover a justiça social.

Os movimentos de libertação reivindicavam, portanto, uma ideologia global, emancipacionista, cujos principais elementos eram a rejeição absoluta do imperialismo, do colonialismo, do racismo e do capitalismo.

A luta armada começou por volta de 1964. Os movimentos de libertação dispunham do apoio político e material das massas urbanas e rurais, dos intelectuais, do funcionalismo e dos homens de negócio progressistas. No plano internacional, eles beneficiavam-se principalmente do apoio diplomático e da ajuda material do Comitê de Libertação da Organização para a Unidade Africana, dos países não alinhados, da URSS e da China, bem como dos países escandinavos, das organizações humanitárias e dos movimentos de solidariedade do mundo ocidental. Os diferentes movimentos cooperavam entre si e ajudavam-se mutuamente, criando redes de informação comuns e lançando operações militares conjuntas. Eles dispunham de bases operacionais e de campos de treinamento nos Estados vizinhos – Tanzânia, Zâmbia e, em seguida, Angola e Moçambique.

Por seu lado, os colonos da África do Sul, da Rodésia, de Angola e de Moçambique podiam contar com o apoio diplomático e material dos governos

No centro: Eduardo Chivanbo Mondlane, fundador e primeiro presidente da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), em 1962. (Foto: FRELIMO.)

ocidentais, principalmente dos Estados Unidos da América, da Grã-Bretanha, da França, de Israel e da Alemanha Ocidental, interessados em garantir riquezas minerais para si, e impor seus desígnios à geopolítica internacional.

Em nivel regional, as forças sul-africanas, rodesianas e portuguesas esbarravam-se mutuamente, unindo os seus esforços no plano da informação e da luta antiguerrilha. Para isolar e jugular o revigoramento dos combatentes pela liberdade, as autoridades portuguesas e rodesianas reagruparam os membros das comunidades africanas localizadas nas zonas de combate, em campos de concentração, eufemisticamente denominados "povoados protegidos".

Foi nessas colônias portuguesas que a luta armada alcançaria as suas primeiras vitórias. Em Angola, o MPLA garantiu o controle de várias regiões próximas a Luanda. A UPA operava no norte, a partir de Kinshasa, e a UNITA, no leste, a partir da Zâmbia. Em Moçambique, a FRELIMO tornou-se rapidamente mestre dos distritos setentrionais de Tete, Niassa e Cabo Delgado.

Os portugueses responderam reforçando o sistema dos "povoados protegidos" e recorrendo a métodos brutais: torturas, massacres, deportações e assassinatos. Foi assim que o Doutor Mondlane foi assassinado, em fevereiro de 1969. Ele foi substituído por Samora Machel.

Malgrado o apoio maciço dos governos ocidentais, as guerras coloniais tornaram-se muito rapidamente um fardo demasiado pesado para Portugal. Em 8 de setembro de 1974, eles assinavam, com os movimentos de libertação, os acordos de Lusaka que concediam provisoriamente a autonomia interna a Angola e Moçambique, implantando os mecanismos passíveis de organizar eleições gerais nesses países. Angola e Moçambique, respectivamente dirigidos pelo MPLA e pela FRELIMO, proclamaram a sua independência em 1975.

Esse países, tornados independentes, traziam uma inestimável colaboração aos movimentos de libertação da Rodésia, da África do Sul e da Namíbia, fazendo-os beneficiarem-se da sua experiência em matéria militar. Essa hospitalidade dos países da linha de frente – Angola, Moçambique, Botsuana, Tanzânia e Zâmbia – permitiu à ZANU, à ZAPU, a *South West Africa People's Organization* (SWAPO), ao CNA e ao PAC intensificarem a luta armada em seus países.

Após uma longa luta militar e diplomática, no dia 18 de abril de 1980, a antiga Rodésia colonial tornou-se um Estado independente com o nome de Zimbábue. O mesmo ocorrendo na Namíbia, em 1989, com a vitória eleitoral da SWAPO.

O caso da África do Sul foi ainda mais complexo. Neste período, a África do Sul organizou um Estado policial, reforçando o seu poder bélico com soldados, bombas de gás lacrimogêneo e cães policiais. Mas ela não pôde impedir a intensificação da luta pela libertação. No interior das fronteiras sul-africanas, os estudantes e os sindicalistas estavam na linha de frente do combate. Entre eles, Steve Biko, estudante de medicina da Universidade de Natal.

A oposição ao *apartheid*, organizada ou espontânea, não deixou de se expressar no interior do país. De junho a dezembro de 1976, uma onda de manifestações e de greves sacudiu as cidades sul-africanas e, em particular, Soweto, onde no curso de motins estudantis 23 pessoas foram mortas e outras 200 feridas pela polícia. No mesmo ano, com o intuito de melhor mobilizar todas as forças políticas, foi criada a *Azanian African People's Organization* (AZAP) [Organização dos Povos Africanos Azania].

Como era possível prever, o governo nacionalista respondeu intensificando a repressão policial e deportando os militantes. O ciclo de revoltas contra a correlata repressão no interior do país e a luta armada dirigida pelo CNA e o PAC, usufruindo do apoio dos Estados da linha de frente, da OUA, da ONU e dos mais amplos setores da comunidade mundial, o combate e a resistência prosseguiram e intensificaram-se além de 1980. Nas eleições de 1989, o consenso branco na África do Sul finalmente começou a se desagregar, tanto à direita quanto à esquerda.

Na parte superior, à esquerda: Dulcie September, representante do Congresso Nacional Africano (CNA) na França, assassinada em Paris no mês de março de 1988. Na parte superior, à direita: o sul-africano Steve Biko, dirigente do *Black Consciouness Movement*, assassinado em setembro 1977. Na parte inferior, à esquerda: Nelson Mandela, fotografado no início dos anos 1960, antes da sua condenação à prisão perpétua. Na parte inferior, à direita: o chefe sul-africano Albert Luthuli, primeiro presidente do CNA, 1952-1960. (Fotos: Keystone, Paris; IDAF, Londres; Hulton-Deutsch Collection, Londres.)

SEÇÃO III
O SUBDESENVOLVIMENTO E A LUTA PELA INDEPENDÊNCIA ECONÔMICA

As mudanças econômicas na África em seu contexto mundial (1935-1980)

A crise dos anos 1930 não conturbou somente a economia ocidental, evidenciando o papel determinante doravante ocupado pelos Estados Unidos da América, ela marcou um decisivo ponto de inflexão: os fenômenos econômicos ganharam uma dimensão social. Desde então, tudo o que se passa no centro do sistema tem repercussões sobre o conjunto da periferia, geralmente através de um fortalecimento da ação econômica ocidental.

A Segunda Guerra Mundial, ao ter transformado o continente africano em um campo estratégico privilegiado do conflito mundial, acelerou o processo, introduzindo junto aos colonizados a ideia relativa ao direito dos povos em dispor por eles próprios de si.

À euforia da reconstrução no pós-guerra, pródiga em investimentos infraestruturais favoráveis à industrialização, sucedeu, posteriormente, a crise mundial consecutiva à guerra da Coreia (1951-1952) e a crise de Suez (1956), uma fase de reestruturação mais difícil, balizada pelas descolonizações. A retomada geral, ocorrida em meados dos anos de 1960, produziu a crença em um momento de "milagre". Mas o desabamento profundo da conjuntura que se seguiu a partir dos anos de 1970 engendrou uma nova crise das relações Norte-Sul.

Ao sair da Grande Depressão

Maior abalo da economia ocidental, a crise dos anos 1930 prenunciou uma reestruturação fundamental da economia mundial.

A crise dos anos de 1930 colocou a economia dirigida na ordem do dia. Este foi o mais profundo sentido das reformas do *New Deal*, nos Estados Unidos da América, e da Frente Popular, na França (sem mencionar o corporativismo colonial de Salazar). A consequência, para a África, consistiu em uma aceleração na capitalização, a introduzir as "reservas coloniais" na esfera do imperialismo contemporâneo.

A ênfase, no além-mar, foi colocada na necessidade de reformas econômicas – fundadas em investimentos produtivos, centralizados nos domínios

energético e mineral; a partir da breve retomada dos anos 1936-1938, o esforço acentuou-se, sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial.

Reformas sociais aconteciam, paralelamente, e a prática colonial do trabalho forçado cedeu tendencialmente lugar à constituição de um mercado livre de trabalho, sob a forma da troca, pelo salário, de uma força de trabalho certamente superexplorada, mas voluntária.

Desde logo, ganham luz uma série de processos específicos: pauperização dos campos, início do fluxo migratório para as cidades e, enfim, o surgimento de uma estratificação em classes sociais, por um lado, com uma limitada categoria de abastados autóctones e, por outro lado, a relativa deterioração da condição dos trabalhadores locais, a qual desaba em relação àquela da mão de obra europeia. A consolidação da "troca desigual" desemboca, no plano internacional, em aceleradas remessas de lucro para o centro metropolitano, e revela a emergência dos traços característicos do subdesenvolvimento contemporâneo.

A Segunda Guerra Mundial

A Segunda Guerra Mundial teve, para a África negra, uma importância decisiva. Diferentemente da guerra precedente, ela não se contentou nem em aumentar a pressão colonial (produção intensificada, trabalho forçado) em nome do "esforço de guerra", nem em requerer força humana (por exemplo, aproximadamente 160.000 haviam sido recrutados na África francesa entre 1914 e 1918). A guerra acelerou a propagação, na Europa e na África, de uma mentalidade anticolonial que tornou rapidamente caduco um regime desde sempre considerado intocável.

Amplamente solicitados e empregados fora do continente, os africanos trouxeram-lhe novas ideias, formuladas a partir dos seus contatos com os europeus e os asiáticos. O mito da superioridade branca estava definitivamente abalado; as elites africanas encontravam-se prontas a assimilar o interesse da propaganda anticolonial soviética ou norte-americana. Naquele momento e ao mesmo tempo, o papel econômico do continente se afirmava. Considerando dificuldades de abastecimento, os Aliados foram obrigados a intensificar, *in loco*, a exploração de produtos estratégicos (ferro em Serra Leoa e estanho na Nigéria) e, sobretudo, a desenvolver a indústria de transformação. O comércio externo da África Ocidental britânica dobrou, entre 1938 e 1946, passando de 44 para 86 milhões de libras esterlinas. Impôs-se a ideia de prever uma compensação política, econômica e social em favor dos africanos, pelo seu esforço de guerra. Este último fora operado graças ao dirigismo econômico das metrópoles, único capaz de sustentar uma rigorosa política de investimentos e de industrialização.

Do pós-guerra às descolonizações

No imediato pós-guerra, a vontade das metrópoles consistia em, desde logo, incorporar a África ao sistema capitalista internacional. Os instrumentos da "aculturação" estavam ao alcance das novas elites: fato, em definitivo, aceito por todos, a África estava prestes a se abrir para o resto do mundo.

As políticas econômicas coloniais

A Conferência de Brazzaville, que vigorara no Império francês desde 1944, foi sucedida, em 1946, pela supressão do trabalho forçado e pela criação do FIDES, intuindo financiar os investimentos na África negra e em Madagáscar. Ensaiou-se colocar em marcha a industrialização da Argélia, por intermédio de um grandioso plano, interrompido pela guerra de libertação. A reorganização do *Colonial Development Fund* britânico interveio em 1945, seguida pela independência da Índia, em 1947. Na África, o resultado caracterizou-se por uma aceleração na industrialização, cuja ênfase recaiu sobre as infraestruturas de transporte e por um aumento na produção em favor das metrópoles.

A descolonização na África negra

Este processo inscreve-se no contexto, conjunto, de um desaquecimento momentâneo no crescimento, acentuado pelas crises de 1951-1952 e de 1956 (Suez), e pelas recorrentes recessões norte-americanas de 1953-1954, 1957-1958 e 1960-1961. A breve e violenta recessão, consecutiva à crise mundial de 1951-1952, correspondeu a um momento de profundo questionamento das relações de dominação e dependência. Ela assinalava o início da descolonização na África negra.

Ao levar os Estados africanos a entrarem na esfera da concorrência imperialista internacional, a independência exigia uma reestruturação da política de exploração que acelerasse tanto a intensificação quanto a internacionalização do capital. O ponto definitivo de inflexão ocorreu nesta época, no momento da industrialização – muito amiúde de ponta – da África tropical, como nos casos da indústria extrativa no Gabão, na Guiné e na Nigéria, ou das indústrias manufatureiras implantadas alhures.

As independências

Após as indepedências nacionais, os jovens Estados confrontavam-se com estruturas desarticuladas de economias subdesenvolvidas. Segundo um modelo

herdado, essas formações econômicas eram caracterizadas por uma produção voltada para o exterior e assentadas sobre um mercado interno muito restrito. Ora, as independências intervieram em uma conjuntura desfavorável, marcada pelo sensível desaquecimento nos preços das matérias-primas de exportação, a sua fonte primordial de rendimentos; em decorrência disso, configura-se uma situação de nítida deterioração dos termos da troca: recursos públicos e despesas de investimento encontravam-se então amputados, conquanto se acelerasse, naquele momento, um *boom* demográfico sem precedentes. A evolução do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* seria inexoravelmente afetada.

Entretanto, a tendência de crescimento mundial restabeleceu-se rapidamente, no curso da segunda metade do decênio. Inclusive, foi possível crer-se, momentaneamente e em alguns casos, no "milagre" do ocaso do subdesenvolvimento, tal como na Costa do Marfim. Seja como for, desde então, os Estados da África se haviam agregado, pelas suas características econômicas, às fileiras dos Estados do terceiro mundo.

A crise dos anos 1970 e a miséria africana

Uma vez mais, o choque ao qual foi submetido o centro do sistema capitalista, na década de 1970, estaria em vias de impor à periferia uma readequação relativa às modalidades estruturais da dependência. Os Estados da África negra, nos quais estão incluídos 75% dos 25 países mais pobres do mundo, possuem ainda menos trunfos em mãos. Acuados pelas calamidades naturais (estiagens prolongadas), pelas sequelas do passado (pré-colonial e colonial) e pelos obstáculos do mercado mundial, eles reclamam, antes de tudo, uma nova ordem econômica internacional, pré-requisito para qualquer reestruturação interna.

O início dos anos de 1980 marcou um agravamento preocupante da situação, acelerado pela grande estiagem que, entre 1983 e 1985, afligiu 20 países e cerca de 35 milhões de pessoas.

Há pertinência em constatarmos, à guisa de complemento a esse deprimente estado de coisas, que cerca da metade dos refugiados do mundo de então tenham sido africanos.

As novas formas do imperialismo

Como jamais outrora, a característica maior da África de então consistia em sua dependência do Ocidente. Essa dependência foi, indubitavelmente, obra do Ocidente, mas também apresentava-se como um fato interno, aceito e incorpo-

rado, circunstância derivada, culturalmente, da perenidade do modelo europeu como modelo referencial.

As injeções de capital e as transferências tecnológicas produziam-se, sobretudo, em proveito de algumas oligarquias nacionais ou empresas multinacionais. De um modo geral, os grandes bancos, crupiês do jogo de investimentos externos, intimamente ligados aos organismos financeiros e diplomáticos, tinham como motivação, primária e essencial, o lucro em suas operações, pouco lhes importando as incidências, na nascente ou na foz do processo, a recaírem sobre a sociedade local.

O clientelismo e a corrupção produziram, muito amiúde, sistemas de espoliação patrimonial do Estado, em proveito dos dirigentes: esses gestores da economia e do Estado pareciam não se impor, como objetivo, nada além da divisão, entre si, em seu benefício e dos seus respectivos clientes regionais, do "bolo nacional".

A resposta dos africanos

Frente às pressões internacionais, a primeira resposta dos africanos foi o não *alinhamento* e o incremento das relações com países em desenvolvimento, com os árabes, os asiáticos, os latino-americanos e os povos do Caribe. O não alinhamento resultava da profunda convicção, nascida da experiência, segundo a qual pouca influência caberia aos países subdesenvolvidos exercerem na evolução dos problemas do norte, tanto a oeste quanto a leste, no plano interno ou no âmbito dos conflitos entre blocos.

O não alinhamento nasceu efetivamente na época da Guerra Fria, no momento dos mais rudes enfrentamentos entre o Oeste e o Leste. Inútil dizer que os resultados do enfrentamento Norte-Sul mostraram-se desde então muito decepcionantes. A frustração dos parceiros africanos era grande.

Os novos dados

Crescimento demográfico e urbano

O crescimento demográfico, observado a partir do século XIX na África do Norte e anunciado somente em meados dos anos 1930 na África negra, alcançou as proporções de uma explosão populacional sem precedentes, após a Segunda Guerra Mundial e, sobretudo, posteriormente às independências. O período de transição demográfica não será atingido, ao que tudo indica, antes de 2015, aproximadamente.

Esse dado constitui um elemento fundamental para a economia africana contemporânea, embora não possamos precisar o alcance das suas implicações em longo prazo, pois crescimento demográfico e crescimento econômico podem reagir, entre si, de modo contraditório em função de outras variáveis (políticas, sociais e culturais).

De 1950 a 1980, o crescimento demográfico conduziu ao triple aumento da população (de 219 para 560 milhões de habitantes), e esse incremento deveu-se, em sua terça parte, ao crescimento populacional dos campos (domínio equivalente a 85% dos habitantes, em 1950, e 60%, aproximadamente, em 1980, atingindo 70% na África negra). Todavia, no mesmo período, a população urbana quintuplicou-se (passando de 32 para 133 milhões de indivíduos), índices a indicarem o maior ascendimento urbano de todo o planeta. Entrementes, essas previsões não levavam em conta a tendência dos anos 1990, marcados por uma baixa no crescimento urbano e por uma redução populacional, ocasionada pela Aids. A segunda metade do século XX viu decuplicar a população urbana africana pelas mesmas razões pertinentes aos outros continentes: a miséria nos campos, a insuficiência de terras e a marginalização social, por um lado, e a miragem do dinheiro, da liberdade e do modelo ocidental, característicos das cidades, por outra parte.

A agropecuária e o desenvolvimento rural

Entre as principais adulterações legadas pelo colonialismo à agropecuária e aos modelos de desenvolvimento africano figuram a prioridade conferida às exportações, o peso social das cidades, o papel do Estado e o primado masculino.

A distorção mais acentuada na agropecuária africana é a tendência em privilegiar excessivamente as exportações. A preferência conferida às culturas de exportação desdobrou-se, por vezes, na geração de *economias da sobremesa e das bebidas quentes*, fundadas na cultura de produtos como o chá, o café, o açúcar e o cacau, destinados aos fabricantes de guloseimas do mundo ocidental, ao passo que os próprios africanos careciam de gêneros alimentícios de primeira necessidade, tais como os cereais, a carne e os tubérculos.

Vários fatores contribuem na explicação desse quadro: crescimento demográfico (aumento no número de bocas a alimentar), evolução nos modos de consumo (consome-se mais farinha e arroz que outrora), degradação da infraestrutura agrícola (falta de peças de reposição e deterioração das estradas), e insuficiência de medidas promotoras de um crescimento na produção das cul-

turas tradicionais de subsistência (milho e tubérculos) ou incentivadoras do engajamento em novas culturas (arroz e trigo), junto aos agricultores locais.

A segunda desfiguração constitui a *opção em favor do urbano*. Em linhas gerais, trata-se de uma política que subordina as obrigações da população rural às exigências das cidades. *Per capita*, as cidades recebem uma parte consideravelmente maior das receitas dos Estados, em comparação aos campos. Isso é verdadeiro em relação aos hospitais e às escolas, às estradas e às vias férreas, ao fornecimento de eletricidade e gás, à construção habitacional e a outros serviços.

No que diz respeito à política agrícola, os governos africanos tendem a subsidiar o consumidor urbano em detrimento do cultivador. Numerosos governos africanos tornaram-se virtualmente reféns dessa política, inclusive quando o Banco Mundial ou o FMI exercem pressões no sentido do enfraquecimento desta postura.

Entretanto, essa opção foi igualmente corroborada por outros fatores. O sistema educativo colonial, em seu conjunto, parece ter sido concebido com o intuito de produzir *inadaptados rurais*. Algumas das melhores mentes africanas foram sistematicamente subtraídas ao esforço da produção rural. Os africanos instruídos, nascidos em comunidades no interior dos países, eram, irresistivelmente, atraídos pela miragem da vida urbana. Dessa forma, a escola foi arrolada na luta contra a agropecuária africana, e nisso consiste o aspecto mais pernicioso da tomada de partido em prol das cidades no cenário do desenvolvimento da África.

Eventualmente, essa opção manifestou-se sob a forma de pedidos de subvenção estrangeira, intuindo cultivar, *in loco*, um cereal como o trigo, consumido sobretudo nas cidades. Um dos mais notórios exemplos desse tipo de opção foi o acordo entre o Canadá e a Tanzânia, concernente à produção de trigo com meios ultramodernos. Porém, o custo humano e ecológico é sempre elevado. A cultura do trigo ali provocou uma erosão catastrófica e exôdo de pastores, que forçados por essa cultura rumavam em direção a pastagens de qualidade inferior. Uma vez mais, a tomada de posição em prol do meio urbano, um dos pilares das estratégias africanas de desenvolvimento, aliou-se a importantes perdas.

A terceira adulteração na agropecuária colonial está ligada ao papel do Estado. No que concerne à agricultura, os organismos semipúblicos prosperaram, paradoxal e simultaneamente, sob a influência das burocracias coloniais e no contexto das experiências pós-coloniais, socialistas ou outras. A intervenção dos poderes públicos na produção das culturas para fim comercial foi especialmente marcante. A cultura de produtos alimentares de base, além dos limites do setor agrícola de subsistência, foi igualmente afetada pela influência do Estado.

Desde as independências, houve tendência em aumentar de modo expressivo o número de funcionários locados nos departamentos responsáveis pela comercialização de produtos agrícolas, ao passo que sua eficácia diminuía na mesma proporção. Esses departamentos também tornaram-se vítimas do nepotismo.

De forma inexorável, o agricultor também está submetido à excessiva burocratização da agricultura. Cabe a ele subvencionar a burocracia, inversamente à situação europeia, na qual ele é subsidiado pelo Estado. Com efeito, os órgãos semipúblicos coloniais reduziram a margem de benefício do agricultor e tenderam fortemente a desmotivá-lo.

A quarta grande desfiguração herdada da agricultura colonial: a tomada de partido em favor do sexo masculino. Tradicionalmente, a agricultura africana era, com maior ênfase, uma atividade própria às mulheres, as quais se apresentavam, em maior número que os homens, ao trabalho na terra. A influência colonial não provocou o ocaso da preponderância numérica das mulheres, mas contribuiu para marginalizá-las. No âmbito tradicional, as mulheres desempenhavam um papel considerável no tocante à determinação do valor dos produtos. Com a entrada em cena da economia monetária, elas haviam alcançado uma voz predominante em referência à determinação dos *preços* no mercado local. Mas muitas transformações de caráter colonial contribuíram para quebrar esse equilíbrio em proveito dos homens, especialmente no que diz respeito ao estabelecimento do valor dos produtos agrícolas. Dentre esses fatores figura, justamente, o departamento de comercialização, cujo corpo funcional é composto, em sua grande maioria, por homens. As cooperativas e órgãos a desempenharem o papel de intermediários entre o produtor e o consumidor compõem um domínio reservado ao sexo masculino, os quais marginalizaram a contribuição das mulheres.

Convém mencionar, a esse respeito, a internacionalização das economias africanas. As economias locais tradicionais conferiam às mulheres um considerável peso nos intercâmbios comerciais. Mas, a partir do estabelecimento imperioso dos contatos com longínquos compradores do Japão, da Europa e das Américas, os conselhos administrativos das empresas africanas, quase exclusivamente compostos por homens, tomaram as rédeas do processo.

Além disso, a modernização da agricultura determinou a maior incidência do recurso aos órgãos creditícios para a compra de sementes, insumos e equipamentos, bem como para a construção das instalações de estocagem. O desenvolvimento do crédito, durante e após o período colonial, elevou com frequência o papel masculino. Em função dos entraves locais à propriedade feminina da terra, tal como os preconceitos universais concernentes a sua reputação de sol-

vibilidade bancária, a monetarização da agricultura africana contribuiu para marginalizar a agricultura camponesa.

O próprio desenvolvimento das culturas para fim comercial reforçou a proeminência masculina na agricultura africana como um todo. As mulheres africanas possuíam geralmente o controle sobre a cultura do inhame, da mandioca e do milho. Entretanto, no tangente à produção de tabaco na Rodésia do Sul (atual Zimbábue), do açúcar em Uganda ou do sisal em Tanganyika (atual Tanzânia), a capacidade feminina começou a recuar frente à planificação e ao cálculo masculino. Certamente a mão de obra feminina ainda é necessária, inclusive, para as culturas comerciais. Em Karicho, no Quênia, são as mulheres que, majoritariamente, colhem o chá. Em contrapartida, a produção de tabaco no Zimbábue e a extração do látex na Libéria constituem trabalhos eminentemente reservados aos homens. Ao final das contas, as culturas para fim comercial fizeram pender a balança em prol do trabalho masculino.

A passagem da *gestão* para o âmbito masculino, naquilo que concerne as culturas para fim comercial, configura uma mudança importante. No quadro das tradicionais culturas de subsistência, as mulheres eram muito mais consultadas, quando se compara a culturas comerciais. As funções produtivas, de transformação, de fixação dos preços e aquelas relativas à exportação dos produtos correlatos tornaram-se, em sua essência, responsabilidades masculinas.

Tais são, portanto, as quatro principais adulterações legadas pelo colonialismo à agropecuária e aos modelos de desenvolvimento africano.

A agricultura africana na economia mundial após 1935: da dependência colonial à dependência neocolonial

Os países africanos entraram na economia capitalista planetária essencialmente na qualidade de colônias de potências imperialistas europeias rivais e assim deviam consagrar os seus recursos à produção de mercadorias primárias destinadas à exportação e utilizar as suas receitas de exportação para importar artigos manufaturados e gêneros alimentícios inexistentes em sua produção autóctone. A criação de economias africanas dependentes de monoculturas e norteadas pela exportação estava, por assim dizer, legitimada.

Se considerarmos que as divisas estrangeiras, necessárias à maioria dos governos africanos para financiar o desenvolvimento, provêm, de uma forma ou outra, de tarifas para exportação, as flutuações dos preços das exportações repercutem diretamente na receita do Estado, a qual também flutua ano após ano.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, diversas instituições, como o Banco mundial e o FMI, foram criadas para regulamentar o comércio dos produtos primários (GATT) ou para oferecer, sob diversas formas, uma ajuda econômica externa aos países pobres. Todas essas medidas visam amainar, mas não sanar, os males dos produtores do terceiro mundo que continuam a padecer duramente com as cíclicas flutuações que afetam as economias dos países industrializados.

Estima-se que os produtores do terceiro mundo não obtenham nada além de 15% do valor das suas exportações de produtos primários a preços atualmente pagos pelos consumidores dos países industrializados. Desse modo, os atuais termos do comércio internacional tendem a deteriorarem-se para os exportadores – e com maior ênfase para os africanos – de matérias-primas e produtos agrícolas, em benefício dos exportadores de artigos manufaturados, em outras palavras, em detrimento dos países pobres e em favor dos países ricos.

Por outra parte, em decorrência do plano de ação adotado pela Cúpula Econômica Especial da Organização para a Unidade Africana, mantida em Lagos (Nigéria), em 1980, os governos africanos deverão assumir a responsabilidade integral pela crise agrária que assola o continente. Com efeito, eles jamais conferiram a prioridade imposta, no que concerne à agricultura, especialmente em respeito à produção de subsistência, destinada ao consumo interno. Para isso, imperioso seria, no transcorrer dos próximos decênios, que o fluxo de investimentos fosse invertido em prol das zonas rurais, dotando-as de indústrias rurais, equipando-as com serviços de saúde, provendo-lhes uma infraestrutura rodo e ferroviária praticável em toda estação climática e, finalmente, para lograr êxito em melhorar as condições de higiene das populações ali instaladas. Faltaria garantir aos camponeses pobres, com força maior e para o seu desenvolvimento, as novas técnicas de cultura adaptadas às suas carências.

O desenvolvimento industrial e o crescimento urbano

O desenvolvimento industrial na África é resultado de uma pesada herança, fruto das relações desequilibradas entre a África colonizada e a Europa dominadora. Esse legado é, nos dias atuais, de difícil transformação em favor da África, em virtude dos freios e bloqueios múltiplos, objetivos e subjetivos, internos e externos.

A evolução da produção industrial e da cota desse setor no PIB dos países africanos revela, nitidamente, dois grandes períodos: de 1935 a 1960 e de 1960 a 1980.

Quer se trate do nível da produção, da taxa de crescimento industrial ou da cota da indústria na economia africana, no período anterior aos anos 1960, a industrialização moderna do continente mal começara.

Quer examinemos a produção de matérias-primas industriais ou aquela referente aos produtos manufaturados, é inegável que, entre 1960 e 1980, a indústria no continente tenha feito progressos no plano quantitativo. Mas estes últimos são desiguais. O aumento, por vezes espetacular, na produção industrial (por exemplo, ele foi de 400% no Egito, entre 1956 e 1971), evidencia dois elementos principais: por um lado, em numerosos países, um importante aumento na produção de insumos industriais – certamente o petróleo, mas também os metais e os minerais estratégicos; e, por outro, a generalização da indústria de bens de consumo básico, visando à satisfação das necessidades internas e também objetivando a conquista de mercados externos.

Ocuparia a África independente uma melhor posição na economia industrial em 1980, ao término de um período particularmente marcado pelo "voluntarismo industrial"? Passados entre quinze e vinte anos da independência, a África não representava senão 0,9% da fabricação mundial de produtos acabados. Ao mesmo tempo, é inegável que a sua parte na produção de matérias-primas industriais tenha sido mais importante em comparação com o período anterior a 1960. Portanto, em termos gerais, a África permanece o continente menos industrializado do mundo e, pela análise dos fluxos no comércio mundial, um continente sobretudo fornecedor de matérias-primas industriais aos países industrializados europeus e americanos. Trata-se, por excelência, do continente emblemático do subdesenvolvimento, ainda no curso dos anos de 1980.

Entre outros aspectos, provavelmente de ordem secundária, essa fragilidade procede de quatro fatores: a dependência absoluta do investimento externo; as ilusões referentes a uma possível transferência de tecnologia pelas empresas transnacionais a operarem no continente; a incipiência da produtividade no seio de uma indústria ainda primária; o fraco nível de integração das empresas industriais a um mercado que o subpovoamento e a escassez geral das rendas restringem consideravelmente.

Estratégias comparadas da descolonização econômica

Para a imensa maioria dos africanos, as esperanças depositadas em uma rápida transformação da economia, tão logo alcançada a independência, infe-

lizmente não se realizaram. A economia africana passou, ao contrário, por uma série de crises, e a revolução não mais expressava a crescente esperança dos africanos e sim a sua progressiva decepção; razões pelas quais sucederam-se no continente revoltas militares e sublevações políticas. Por que a África não conheceu o desenvolvimento econômico que a independência parecia lhe prometer? Quais erros teria cometido? Para traçar tão somente um esboço de resposta rigorosa a essas questões, devemos, primeira e principalmente, analisar as estratégias econômicas dos países independentes da África, no início dos anos 1960.

Em direção a uma estratégia socialista para a descolonização

Os planos de desenvolvimento elaborados após a independência primavam pela ausência de estratégia ou ideologia coerentes em relação ao desenvolvimento. Com maior frequência, eles estavam circunscritos aos grandes parâmetros da economia clássica e neoclássica: o crescimento do PIB, a expansão do investimento e a mobilização da poupança, o estabelecimento de infraestruturas econômicas e sociais, o desenvolvimento dos serviços sociais, a ajuda estrangeira, os investimentos privados estrangeiros e as medidas de incitação para atraí-los. Muitos destses planos avalizavam, ao menos implicitamente, as políticas e estratégias herdadas do colonialismo.

Em oposição a essa estratégia de desenvolvimento neocolonialista, alguns países africanos lançaram-se, imediatamente após a independência, em políticas e programas supostamente capazes de descolonizar a economia. Na maioria dos casos, todavia, esse procedimento estava ligado ao desejo de orientar a sociedade em direção a objetivos *socialistas*. Diferentemente dos países engajados em uma estratégia econômica e liberal de tipo não colonialista, esses países desejavam não somente elevar o nível de vida da sua população, mas também transformar radicalmente a própria estrutura da sua sociedade e da sua economia colonial, assegurando a transformação dos produtos primários e indo ao encalço de uma política de substituição das importações através da industrialização do país.

A estratégia socialista propunha-se naturalmente a múltiplos objetivos: a descolonização econômica; a intervenção sustentada do Estado em prol do desenvolvimento e o seu controle sobre a economia; a equalização das oportunidades nos planos econômico e social; a limitação do papel do setor privado, assim como da propriedade e dos investimentos privados. No tocante a este último ponto, contudo, a atitude de alguns governos foi, até certo ponto, ambivalente.

Muitos não desejavam abolir a propriedade e o investimento privado, mas buscavam sobretudo controlá-los e conduzi-los a contribuírem, mediante um acordo com o setor público, para a realização dos seus objetivos econômicos e sociais.

As estratégias setoriais de descolonização econômica

À época colonial, a África apresentava essencialmente dois modelos de agricultura: por um lado, a agricultura de subsistência tradicional, a qual não escoava os seus produtos no mercado senão quando se livrava dos excedentes e quando os produtores necessitavam de liquidez para pagar mercadorias ou quitar impostos cobrados pelo Estado; por outro lado, uma agricultura comercial moderna, inteiramente integrada ao setor monetário da economia.

Invariavelmente, os governos coloniais privilegiavam a produção voltada para a exportação, principal fonte de divisas e receitas públicas.

Nessas condições, qual foi a estratégia de descolonização seguida no setor agrícola após a independência? Em quais medidas os governos africanos tentaram modificar essa estrutura colonial, e privilegiar a produção voltada para a exportação e as entradas de divisas? Ainda nos dias atuais as culturas de exportação representam nada menos de 80% das entradas de divisas e receitas públicas nos países que não exportam nem petróleo nem minerais. Por mais lastimável que seja, não causa nenhum espanto que a África independente tenha continuado a desenvolver a suas culturas de exportação com inédito vigor e a negligenciar a produção de alimentos. A queda na produção de alimentos por habitante persistiu ao longo dos anos 1970 e no início dos anos 1980.

Em respeito ao setor secundário, os jovens Estados africanos consideram a industrialização como um instrumento essencial de descolonização econômica. As atividades manufatureiras haviam efetivamente sido desestimuladas pelos regimes coloniais, os quais estimavam que as economias africanas deveriam apoiar a sua correlata metropolitana, fornecendo-lhe matérias-primas e assegurando-lhe mercados cativos, em benefício do escoamento dos seus produtos manufaturados.

Todavia, as atividades industriais foram, passo a passo, postas em marcha, subtraídas de qualquer plano para garantir as ligações intra ou intersetoriais ou no sentido de permitir-lhes contribuir, de forma decisiva, para o desenvolvimento econômico e social. As empresas criadas, desde o princípio, foram-no em associação com companhias estrangeiras ou tão somente impulsionadas por investimentos externos, ambos visavando a explorarem-nas em benefício próprio. Os meios de produção e as matérias-primas eram importados. Assim

sendo, a industrialização na África abriu os caminhos para uma nova fórmula de dependência: em lugar de gerar economias, quiçá lucros, no curso dos intercâmbios comerciais, a indústria tornou-se a raiz principal das perdas nesse domínio.

A estratégia da africanização

A estratégia de africanização na economia, adotada por numerosos governos do continente, ocorreu ao final dos anos 1960 e início dos anos de 1970. A esse respeito pode-se dizer que, no momento da independência, a economia típica do Estado africano era geralmente estratificada: no topo, os europeus, controladores das grandes empresas industriais e dos principais estabelecimentos comerciais, bem como das grandes plantações; em posição intermediária, os asiáticos e os libaneses, os quais controlavam as médias empresas industriais e o comércio atacadista, assim como os mais importantes negócios do comércio varejista; finalmente, no rés da escala, os africanos, pequenos agricultores, pequenos comerciantes e empregados subalternos. No seio do funcionalismo público, a situação em pouco diferia. Os africanos compunham as categorias dos auxiliares de escritório e dos *office-boys*, cabendo aos asiáticos preencher as funções médias, administrativas e técnicas, e, por fim, aos europeus eram reservados os postos de alto escalão.

Os estudos realizados sobre a incidência da africanização na economia, em vários países do continente – Egito, Etiópia, Gana, Quênia, Nigéria, Senegal, Tanzânia, Botsuana, Lesoto e Suazilândia – indicam claramente que os africanos alcançaram retomar, em certa medida, as rédeas da atividade econômica, mas esta última permanece invariavelmente dominada pelos capitais, pela capacidade operacional, pela tecnologia e pelas iniciativas do mundo estrangeiro. A política de africanização não conheceu senão um limitadíssimo sucesso.

A estratégia de penetração intra-africana e de integração pan-africana

A cooperação e a integração regionais haviam sido reconhecidas como indispensáveis a qualquer estratégia de descolonização econômica. Bem antes da conquista da independência política, a origem dessas abordagem situava-se no movimento pan-africanista, que visava unificar as forças africanas contra o imperialismo e a dominação colonial. Os seus laços com o pan-africanismo explicam as razões pelas quais as estratégias de integração regional, adotadas após as independências, tenham favorecido a criação de organizações regionais competentes, em todos os setores.

Porém, o estabelecimento de organizações multinacionais regionais, de múltiplas vocações, chocou-se com vários obstáculos. O mais importante dizia respeito à pouca idade dos Estados, os dirigentes nacionais aceitavam com sérias reservas trocar uma autoridade recentemente conquistada em proveito de órgãos de decisão coletivos. Por outro lado, a ausência de infraestruturas regionais adequadas, especialmente redes de transporte e comunicação, limitavam os intercâmbios e a circulação. Como terceiro obstáculo, os jovens Estados haviam adotado ideologias políticas, por vezes, divergentes. Finalmente, mas não menos importante, as sólidas relações bilaterais que os países africanos mantinham com as ex-metrópoles militavam, ainda, contra as aproximações intra-africanas.

As crescentes divergências em matéria de ideologia política e de orientação econômica, notoriamente entre países socialistas e países capitalistas, pesaram fortemente sobre a cooperação. Além disso, atitudes ambivalentes a respeito da cooperação econômica geraram diversas dificuldades: as iniciativas políticas e as cartas de intenção coletivas raramente foram seguidas de medidas concretas e, frequentemente, as ações conduzidas em nível nacional revelaram-se em contradição total com as declarações feitas nos fóruns internacionais.

Deterioração da economia africana e persistência do sistema neocolonial e da dependência econômica

A despeito de todas as estratégias de descolonização econômica às quais se lançaram os governos africanos, nos níveis macroeconômico e setorial, a economia africana conserva as estruturas herdadas do colonialismo e as condições de existência da população no continente praticamente não melhoraram. Essas estratégias não alcançaram provocar a esperada transformação socioeconômica; elas trouxeram, quando muito, mudanças estruturais marginais.

Em busca de uma nova ordem econômica nacional, regional e internacional

A maioria dos Estados africanos se deu conta, no início dos anos 1970, de que seria necessário elaborar e aplicar, com rigor, novas estratégias em nível nacional, regional e internacional, caso fosse desejado retirar o continente da cilada representada pela estagnação econômica. Em nível nacional, isso implica na instauração de uma nova ordem econômica, fundada nos princípios da autonomia e do desenvolvimento autossustentável. No âmbito regional, os países africanos deverão conquistar uma maior margem de autonomia coletiva. Finalmente, em termos mundiais, trata-se de fundar uma nova ordem econômica internacional.

A África uniu esforços ao restante dos países terceiro-mundistas com vistas a instaurar esta nova ordem econômica internacional; ela inclusive desempenhou um papel motor nas diversas negociações, as quais até o momento fracassaram. Todavia, impôs-se a evidência segundo a qual a região menos desenvolvida do globo, o continente africano e, mais especificamente, a África subsaariana, não poderia participar em pé de igualdade nessa nova ordem caso não reorganizasse o seu próprio aparato econômico em níveis nacional e regional, adotando uma estratégia de verdadeira descolonização econômica.

Somente uma estratégia de desenvolvimento fundada sobre princípios de autonomia e de aumento das capacidades econômicas no continente pode permitir à África romper totalmente com o seu passado econômico colonial e conduzi-la na via de um desenvolvimento normativo. Essa estratégia, mais voltada para o interior que direcionada para o exterior, não idolatra as receitas provenientes do comércio exterior e, em razão disso, não atribui excessiva importância aos intercâmbios externos, sobretudo se estes assemelharam-se aos que a África esteve prisioneira desde a época colonial.

A descolonização, entretanto, poderia exigir mais que uma simples redução da participação estrangeira nas economias africanas e implicar, por outro lado, em um aumento da participação *africana* na economia mundial. Para a África, nos dias atuais, as fontes constituintes básicas da sua dependência poderiam permitir-lhe exercer uma contra-influência no sistema mundial. Para conquistar este contra-poder, é essencial, mais do que nunca, que os países africanos afirmem a sua solidariedade com os outros países em desenvolvimento.

Solidariedade e contrapoder

Imperativamente, o terceiro mundo em geral e a África devem praticar duas formas de solidariedade se quiserem modificar o sistema mundial em proveito dos países menos favorecidos, e levar a cabo o processo de descolonização.

A *solidariedade orgânica* diz respeito às relações Sul-Sul e objetiva reforçar a interdependência dos países africanos ou do terceiro mundo. A *solidariedade estratégica* concerne à cooperação dos países terceiro-mundistas em sua luta para arrancar concessões dos países industrializados do hemisfério Norte. A solidariedade orgânica tende a reforçar a integração das economias do terceiro mundo. A solidariedade estratégica tende a reduzir a integração do hemisfério Sul junto às economias do Norte, na medida em que essa integração é uma forma de dependência. A solidariedade orgânica busca, essencialmente,

integrar as economias do Sul; a solidariedade estratégica busca obter um novo contrato social, em termos renegociados, entre o hemisfério Norte e o Sul.

A estratégia do terceiro mundo em geral e dos países africanos deve consistir, simultaneamente, em assimilar a tecnologia do Norte e partilhar entre si os seus conhecimentos. As tecnologias do hemisfério Norte livremente transferidas devem ser "descolonizadas" o mais rapidamente possível, de forma a livrá-las dos seus efeitos agravantes sobre a dependência do Sul. Quanto às tecnologias que o Norte busca guardar para si, estas devem constituir o objeto de uma apoderação pelo Sul, com o objetivo de pôr um termo aos monopólios.

As estratégias de solidariedade são apenas meios a serviço de propósitos específicos. O objetivo é longínquo e de difícil alcance. Mas para que serviria o paraíso se as nossas aspirações não ultrapassassem a realidade imediata?

Os filósofos distinguem a liberdade negativa (ausência de adversidades) e a liberdade positiva (a liberdade de participação). A emancipação dos escravos africanos, nas Américas conferia-lhes quando muito uma liberdade negativa (eles não pertenciam mais a outros homens). Um século mais tarde, os africanos da *diáspora* ainda estão em busca da liberdade positiva (liberdade de efetiva participação).

A *descolonização negativa* assemelha-se à emancipação dos escravos, através da qual eles deixavam de pertencer a outros homens. Mas a verdadeira *descolonização positiva* só aconteceria quando os africanos participassem efetivamente da economia mundial e detivessem, em escala global, um poder concedido a esta atividade econômica.

Não basta reduzir a dominação dos estrangeiros sobre as nossas economias, embora essa etapa seja essencial. É urgente encontrar, ao mesmo tempo, os meios para aumentar o poder de ação da África na economia mundial. Os africanos devem parar de participar como peões em uma partida disputada por outros, tornando-se, eles próprios, jogadores plenos, frente ao tabuleiro de xadrez no qual se disputa o destino do mundo.

SEÇÃO IV
EVOLUÇÃO SOCIOPOLÍTICA
APÓS AS INDEPENDÊNCIAS

Construção da nação e evolução das estruturas políticas

O combate político travado pela África desde o início da era colonial funda-se sobre duas aspirações primordiais: o constante desejo de dar maior coerência

à *nação* africana e um igual desejo de conferir maior estabilidade ao *Estado* africano. A crise da nação consiste naquela de uma *identidade* coletiva insuficiente. A crise do Estado diz respeito à instabilidade da *autoridade*. Os dois combates estão ligados, mas cada qual possui a sua própria lógica. A maioria dos países africanos independentes é de *Estados* criados sob o regime colonial, que lutam para se tornar nações mais coerentes. Todavia, e até o momento, os problemas conhecidos pela África independente representam o prolongamento puro e simples da sua história anterior.

Dos modelos coloniais às constituições da independência

No curso dos últimos anos do regime colonial, os britânicos transferiram, por assim dizer, o seu modelo de governo metropolitano para o âmbito dos seus territórios coloniais. Esse modelo, regra geral, favoreceu o pluripartidarismo e a concorrência eleitoral entre os partidos. No crepúsculo da época colonial, a proximidade da independência conduziu numerosos grupos étnicos ou "nações culturais" a disputarem o poder político que, brevemente, seria posto à disposição do novo Estado. De forma reiterada, essa concorrência fez nascer um novo espírito, estritamente particularista, mediante o qual cada um toma mais claramente consciência de si e dos outros, no clima de enfrentamento. As elites políticas apoiaram-se em suas bases étnicas, etnogeográficas ou regionais para mobilizar militantes em sua corrida para o poder. Lançavam-se assim as sementes para uma futura independência.

A África então constituiu seus partidos políticos com o incentivo das autoridades coloniais, que visavam, frequentemente, a divisão do movimento nacionalista, ou desejavam impor às colônias o modelo de "democracia" em vigor na metrópole. Nesse sentido, todas as potências coloniais, salvo Portugal, legaram aos Estados africanos um sistema baseado na representação parlamentar e no pluripartidarismo.

Do mesmo modo, as leis europeias foram impostas aos povos colonizados para regular o exercício do governo ou reger os comportamentos. Os países francófonos e anglófonos herdaram não somente o arcabouço jurídico, mas também instituições jurídicas da antiga metrópole. As novas políticas igualmente receberam a herança da organização administrativa colonial, a qual, essencialmente, apresentava-se como um dispositivo de manutenção da ordem e exploração das riquezas.

Vejamos pois como os dirigentes africanos impuseram-se frente ao problema da edificação das *nações* a partir dos *Estados* herdados do regime colonial.

Desde a independência, os dirigentes dos novos Estados africanos confrontaram as exigências primazes da nação e do Estado: os desafios do desenvolvimento polí-

tico. Notadamente, faltava-lhes centralizar a *autoridade* política ou o "processo de construção do Estado"; instaurar a *unidade* entre os grupos heterogêneos habitantes no país, tarefa comumente chamada "processo de edificação da nação"; ampliar as perspectivas para a *participação* política e distribuir os recursos menos abundantes.

Entretanto, será que as novas elites políticas teriam efetivamente tentado modificar as estruturas políticas herdadas, de modo a edificar uma "nação" a partir do Estado, cuja responsabilidade desde logo lhes cabia? E, em referência ao modelo baseado na noção de *herança*, o que fizeram os detentores do legado colonial para utilizar, em benefício do processo de edificação da nação, as estruturas políticas assim herdadas?

No seio das instituições herdadas e em resposta às necessidades de edificação da nação, praticamente nada foi ensaiado para introduzir mudanças de longo alcance. Naturalmente, as estruturas multinacionais e poliétnicas não haviam mudado do dia para a noite, simplesmente pela conquista da independência. A heterogeneidade desses Estados também compunha o legado colonial; os limites dos novos Estados da África estavam longe de coincidir com as fronteiras das nações, dos impérios e dos antigos reinos. Para os novos dirigentes, a edificação da nação era, na realidade, um objetivo de longo prazo. Muito mais imediato era o desejo de consolidar a autoridade do poder central herdado por estes governantes.

Sob essas condições, era mais coerente, no tocante ao interesse das elites legatárias, conservar as estruturas políticas coloniais, as quais não haviam sido criadas para edificar uma nação. A continuidade das instituições proporcionava aos dirigentes uma forma de segurança e garantias para o futuro. Quando houve mudanças, as fórmulas escolhidas tiveram um caráter reformista e não revolucionário.

Não somente as estruturas permaneceram idênticas àquelas do tempo da colonização, mas a sua finalidade não foi, por assim dizer, modificada. Na maior parte da África, a influência da administração aumentou, sem contudo modificar o seu papel. O regime colonial nela vira um instrumento de manutenção da ordem e uma ferramenta de exploração, as elites que dela recolheram a herança contentaram-se, via de regra, com essa concepção, e não sonharam colocá-la ao serviço do bem-estar da população.

Ideologia e sistemas políticos

Em linhas gerais, os primeiros dirigentes africanos independentes preferiram o sistema unitário, o qual lhes permitia consolidar mais facilmente as bases do seu poder. Ademais, os custos funcionais de um sistema federal seriam mais elevados.

Do ponto de vista ideológico, podemos dividir os Estados africanos em "radicais" e "moderados", se considerarmos as vias de desenvolvimento econômico por eles escolhidas. Entretanto, entre os Estados seguidores de uma política explicitamente socialista e aqueles adeptos de um modelo de desenvolvimento capitalista, a distinção situa-se, sobretudo, no modo de utilização de diferentes meios, mas com o objetivo de alcançar fins análogos quanto à direção política.

Em alguns Estados, em especial aqueles de partido único relativamente "radicais", a eficácia dos partidos políticos, na qualidade de instrumentos mobilizadores das energias necessárias à edificação da nação, aumentou após a independência.

Aproximadamente em 1966, a tendência recaiu sobre Estados de partido único ou de partido predominante. Alguns desses partidos conseguiram conter os conflitos étnicos. Outros somente modificaram a situação e não mobilizaram o povo, mas tornaram-se na prática instrumentos mais ou menos burocráticos de controle e de inserção na periferia.

Em suma, as estruturas políticas herdadas dos regimes coloniais apresentam na África uma relativa continuidade. Raríssimas foram as tentativas com o objetivo de modificar fundamentalmente as instituições, com vistas a edificar uma nação. Mas as instituições parlamentares, à moda ocidental, pereceram paulatinamente com a alteração no funcionamento dos partidos políticos e do sistema eleitoral. Executivos autoritários constituíram-se para solucionar, de forma paliativa, os problemas de sucessão política. Mas, então, por que a África teria sido submetida a tantas intervenções militares em sua vida política, e qual seria a atitude desses militares frente às estruturas políticas que regem o processo de edificação da nação?

O movimento pendular das relações entre civis e militares

Os regimes militares africanos não se mostraram, em sua totalidade, mais eficazes no referente ao fortalecimento do Estado, nem lograram edificar a nação. Foram aptos ao impor a autoridade, muito mais que na consolidação da identidade. Com frequência, os dirigentes militares enfretaram os mesmos problemas de etnicidade, de classe, de raça e de religião, contradições desde outrora apresentadas aos seus predecessores. Seja como for, regimes militares e regimes civis não demonstraram suficiente capacidade em mobilizar a população em prol do fortalecimento da nação.

Os militares africanos, de forma recorrente, desmantelaram as instituições parlamentares e os partidos políticos. A administração estatal representou a

mais durável instituição a serviço da frágil autoridade dos governantes desse continente. Precisamente, foi ela quem assegurou a continuidade institucional entre o regime colonial e os regimes independentistas, sucessivamente civis ou militares. Como regra geral, o muro que separa a caserna da arena política é tão estreito que a alternância, no governo, das elites militares e das elites civis, ao que tudo indica, parece convocada a prolongar-se mais além.

Os direitos humanos e os ancestrais

Em consequência dos incontáveis conflitos vividos na África pós-colonial, o que adviria sobre os direitos humanos? Falta-nos aqui realizar a devida distinção entre os direitos humanos *fundamentais* e os direitos humanos *instrumentais*. Por exemplo, o governo consensual consiste em um direito humano *fundamental* (um fim); entretanto, o direito ao voto representa um direito humano *instrumental* (o meio para alcançar o governo consensual).

Reina na África pós-colonial uma concordância muito ampla a respeito dos direitos humanos fundamentais. A maior parte das antigas sociedades africanas repousava tradicionalmente sobre uma ou outra forma de "governo consensual". Certas sociedades exigiam um consentimento não somente dos vivos, mas igualmente dos mortos ou daqueles que ainda não haviam nascido. Nas sociedades tradicionais, os anciãos eram considerados bem informados acerca da opinião dos ancestrais e acreditava-se terem incorporado a sabedoria destes últimos, sustentando a continuidade cultural, os costumes e a tradição. Uma política que violasse flagrantemente os costumes e a tradição seria encarada como não consentida pelos mortos. Uma política sem especial preocupação com a sobrevida e a felicidade das crianças considerar-se-ia privada de aquiescência das gerações futuras. Portanto, o governo consensual não se resumia a uma jornada de escrutínio a cada quatro, cinco ou seis anos.

Todavia, o mundo ocidental imperial introduzira na África uma nova concepção de democracia, um novo princípio acerca do governo consensual. A organização de eleições gerais tornou-se um direito, o direito *instrumental*, cujo exercício deveria permitir o governo consensual.

As eleições organizadas segundo o modelo ocidental representavam forçosamente uma *disputa*. Na África pós-colonial, a passagem de uma cultura baseada no *consenso* para uma cultura sob a insígnia da disputa revelou-se catastrófica em relação aos direitos do homem. Os direitos do homem sofreram um revés na África, na justa medida em que os direitos fundamentais foram redefinidos através do banimento dos direitos da tradição (os ancestrais) e aqueles próprios à posteridade (as futuras crianças). Sob o prisma dos direitos humanos, é uma

pena que o debate fundamental tenha cessado de opor tradicionalistas e elites ocidentalizadas para tornar-se um confronto entre civis ocidentalizados e soldados equipados com armamentos ocidentais. Os direitos humanos padeceram até os nossos dias muito mais em virtude desta última forma de confronto.

Construção da nação e evolução dos valores políticos

Duas dialéticas familiares condicionaram os valores políticos na África: a dialética que opõe o coletivismo e o individualismo e aquela entre o pluralismo e o nacionalismo.

O legado do pluralismo

O pluralismo esteve na origem dos próprios movimentos de libertação nacional, ao menos inicialmente, em Angola, na Rodésia do Sul (atual Zimbábue) ou em Moçambique, por exemplo. Entretanto, foi nos casos de evolução pacífica rumo à independência que o valor do pluralismo político surgiu mais fortemente. Apoiava-se sobre o liberalismo, fundamentado pelo princípio da liberdade individual em todos os domínios. A ideologia liberal concedia um arsenal de fórmulas jurídicas e métodos políticos aos dirigentes africanos em luta contra o colonialismo. Aludindo à própria essência dos princípios e dos valores de liberdade proclamados pelos colonizadores, intelectuais colonizados reivindicaram a igualdade dos direitos e, posteriormente, a independência das colônias com o apoio de grupos oposicionistas da própria metrópole.

Essa transferência ignorava os elementos democráticos endógenos, comprometendo gravemente o ajuste orgânico interno entre a sociedade política e a sociedade civil. Entretanto, a transferência dos ideais políticos ocidentais em direção à África, sobretudo quando a ela agregavam-se os valores do socialismo marxista, não podia senão acelerar a dinâmica da edificação nacional e a luta pela independência africana.

Os valores do nacionalismo

Paralelamente aos valores do pluralismo democrático, veiculados pelas instituições políticas liberais tomadas de empréstimo à Europa, os valores ligados ao nacionalismo expandiram-se na África em meio ao caldo de cultura da resistência e da luta armada, assim como no quadro da evolução pacífica do sistema colonial. Foi sobretudo através de violentas lutas que os valores do nacionalismo

africano se apresentaram de forma mais contundente. Na realidade, as lutas armadas não eram explosões nascidas no vazio, mas representavam a continuidade histórica dos movimentos de luta e de resistência que se haviam constituído contra a invasão e o regime dos colonizadores. Os valores do nacionalismo militante também seriam alimentados pela teoria marxista-leninista, que enxerga na violência, sob todas as suas formas, o demiurgo da história.

O nacionalismo e a cultura, em sentido amplo

À margem das lutas armadas ou diretamente ligados à ação política, os africanos cultivaram os valores do nacionalismo em um contexto histórico particular, sob fórmulas ora originais, ora miméticas.

Elementos característicos do nacionalismo, a língua, a religião e a etnicidade tomavam, simultaneamente, o caráter de luta para preservar o grupo étnico e defender valores mais amplos, de tipo nacional. O território também consiste outra dimensão fundamental do Estado-nação. Os nacionalistas africanos lutavam, frequentemente, não para libertar algum território em particular, mas para impor um fim ao estatuto de submissão dos povos africanos. Os valores do nacionalismo eram quase invariavelmente indissociáveis dos valores da unidade africana.

O tema mais ambíguo, porém o mais fundamental do nacionalismo africano, é aquele concernente à "raça" e à "civilização". A colonização, ato eminentemente econômico, era também um fenômeno cultural e, por conseguinte, a descolonização deveria assumir uma dimensão de combate cultural. Era preciso operar uma arbitragem entre os valores do patrimônio autóctone e os princípios culturais veiculados pelos colonizadores.

O período de 1935 às independências foi principalmente marcado por dois grandes valores políticos, o pluralismo e o nacionalismo; todavia, esses valores não apagaram a tensão cultural de outrora, entre coletivismo e individualismo. De certa forma, essas duas ideologias reforçavam-se mutuamente, mas os seus limites revelar-se-iam muito rapidamente e, a partir dos anos 1960, eles cederiam lugar a outros valores.

Os valores políticos desde a independência

Com a conquista da independência nos países africanos, abre-se um período que teria potencialmente levado a um florescimento de valores originais e positivos, a partir de escolhas deliberadas, constituindo um amálgama do melhor das experiências pré-coloniais com as contribuições exógenas. Ora,

frequentemente, assistir-se-á a um espetacular desaparecimento dos valores do pluralismo; as motivações e comportamentos endógenos e exógenos contribuíram para esse efeito.

Se considerarmos as divisas, os hinos e as bandeiras adotados pelos novos Estados independentes, perceberemos os valores que eles desejavam promover. No total, quatro mensagens ideológicas predominam no denso e imagético discurso dos emblemas e dos símbolos: a afirmação de uma identidade, a busca do desenvolvimento, o desejo de unidade, o apelo à liberdade e à justiça social. Tudo isso manifesta fortemente uma exigência de liberdade coletiva e testemunha uma continuidade dos valores imediatamente anteriores à independência.

Novas ideologias políticas

Paralelamente a divisas, hinos e emblemas, alguns dos novos dirigentes africanos formularam as suas próprias ideologias, tal é o caso de al-Nasser, Nkrumah, Senghor, Bourguiba, Sékou Touré, Nyerere, Amilcar Cabral e Kaunda.

Desde "A Filosofia da Revolução Egípcia" (1954) até "A Carta Nacional" (1962), o egípcio Gamāl ´Abd al-Nasser acentuou o seu abandono dos valores liberais ocidentais em prol do recurso ao pan-arabismo, ao Islã, ao socialismo árabe, ao pan-africanismo e ao poder presidencial carismático. As ideias-mestras do nasserismo e do baassismo – democracia teísta, valores autênticos do Islã (fraternidade, defesa da comunidade), unidade árabe e apelo ao povo – germinarão na África do Norte.

Na África Subsaariana, Kwame Nkrumah formula, em "O Consciencismo" (1964), uma das mais importantes doutrinas de descolonização e de desenvolvimento para a África. O consciencismo consiste em um esforço simples que, à imagem do projeto nassariano, combina os valores do nacionalismo anti-imperialista, da modernidade técnica e científica, bem como do patrimônio africano e islâmico, tudo isso graças ao socialismo e à unidade africana.

Julius Nyerere aposta, antes de tudo, no legado africano dos valores sociais, cujo aspecto mais decisivo seria a solidariedade comunitária. Talvez caiba a Nyerere ser o maior artífice na promoção do desenvolvimento e no tocante à exploração crítica e criadora do patrimônio dos valores da África.

Pelo intermédio da disciplina do marxismo-leninismo, Amilcar Cabral, fundador do Partido Africano pela Independência da Guiné-Bissau e do Cabo Verde (PAIGC), igualmente tentou uma integração entre os valores do socialismo e do nacionalismo.

Léopold Sédar Senghor não deixaria de reconhecer a utilidade do quadro conceitual oferecido pelo marxismo, recusando-se, contudo, a aderir a uma ide-

ologia que supõe a luta de classes e o ateísmo: "nós podemos, portanto e legitimamente, conquanto empreguemos o método de Marx para analisar a situação econômico-social no Senegal e na África negra, sob domínio do capitalismo, conceder, aos nossos valores religiosos e culturais, o seu posto natural em nossa vida espiritual."

Todas essas ideias, dispostas sob a apelação genérica de "socialismo africano", foram influenciadas pelo Islã, pelo marxismo-leninismo e pelos valores tradicionais africanos. Mas quais tipos de regime a África colonial viu nascer sob o efeito de todas essas antigas e novas ideologias?

Os regimes pós-coloniais na África

No total, aproximadamente cinco tipos de regime estabeleceram-se na África durante a era pós-colonial. Primeiramente, surgiram regimes socialistas. O segundo tipo de regime é o regime militar. O terceiro tipo de regime é o regime do *apartheid*, cujo reinado, felizmente, esteve restrito à África do Sul. O quarto tipo de regime é o regime conservador. Os regimes dessa categoria, professores de fé e de respeito aos olhos da abordagem capitalista do desenvolvimento e da construção da nação, abandonaram o liberalismo e a democracia em proveito de um sistema fundado sobre um partido único ou dominante. Finalmente, há aqueles países que se ativeram aos valores do pluralismo e da democracia parlamentar.

As novas tendências políticas na África

No curso dos anos 1970, não foi na ordem do não alinhamento e das relações mundiais que novas tendências surgiram mas, antes e sobretudo, na ordem da situação política interna da África. A sua aparição está, primeiramente, marcada pelo ocaso dos regimes socialistas na África, em seguida, pela retroconcessão do poder político do exército para os civis, com um temporário retorno de Gana e da Nigéria ao rol dos regimes civis, aproximadamente ao final dos anos 1970, e sobretudo pelo abandono do sistema de partido único e do regime autocrático, em direção ao retorno junto aos anteriores valores da democracia liberal e do multipartidarismo.

Retorno aos valores democráticos liberais

O declínio dos valores socialistas na África acompanhou-se de um fluxo de retorno aos antigos valores democráticos liberais, próprios aos primórdios

da independência. Na maioria dos Estados africanos surgiram movimentos democráticos liberais, a exigirem o fim da dominação do partido único e do exército, o retorno ao pluripartidarismo e a eleições políticas fundadas na disputa, bem como o restabelecimento dos direitos humanos fundamentais, especialmente a liberdade de associação e a liberdade de imprensa, assim como a abolição do poder de prisão e detenção arbitrárias. Esses movimentos começaram a reivindicar justiça social e controle das responsabilidades, a privatização, a liberação dos mercados e a descentralização, além de defenderem a participação de todas as classes nos processos decisórios e a aceleração do desenvolvimento.

Rumo a uma nova ética capitalista

Todavia, no seu impulso em favor do modelo de desenvolvimento liberal e democrático, deveria a África percorrer todo o leque de privatizações e assumir a postura ocidental relativa à liberdade de mercado?

Se o móbil do lucro, na teoria econômica clássica, é supostamente capaz de incitar uma maior produção, o móbil do prestígio, no referente ao comportamento econômico africano, incita um maior consumo. Ademais, os produtos de consumo de maior prestígio são frequentemente importados e pagos em divisas. Em si, a privatização não provoca uma maior produção na economia africana.

A questão crucial é parcialmente relativa aos meios empregados para alcançar a riqueza. Cabe saber se ela foi *criada* ou simplesmente obtida. Adquirir a riqueza por meio de uma firme dedicação é um processo criador. Enriquecer-se na qualidade de intermediário à custa de interesses externos ou pela corrupção pode nada ter a ver com algo criador. A questão consiste em saber se é possível transformar o instinto de aquisição na África em algo mais diretamente produtivo.

Em suma, é preciso uma fundamental reforma da ideologia africana no que diz respeito à busca pela riqueza em sociedade. Enquanto esse processo não se consumar, a privatização das economias africanas, longe de ser o melhor meio para garantir a saúde e a liberdade do mercado, corre o risco de atuar em detrimento do mercado. Aos observadores suficientemente perspicazes, a experiência africana comprova que a privatização não é, necessária nem integralmente, a melhor proteção, em todas as culturas, para a liberdade de mercado. Ela exige, muito amiúde, outras medidas de salvaguarda da ordem social, moral e jurídica.

SEÇÃO V
MUDANÇAS SOCIOCULTURAIS APÓS 1935

Religião e evolução social

Persistência da religião tradicional

A importância da religião tradicional africana vai muito além do que se poderia crer mediante a leitura das estatísticas, as quais avaliam os seus fiéis em cerca de 20% da população africana total. Para grande número de cristãos e muçulmanos, os valores morais continuam a emanar, com maior ênfase, da antiga cosmologia, muito mais que das suas novas crenças: manifesta-se sempre respeito pelos ancestrais, especialmente através de libações, crê-se ainda que eles intervenham na vida dos seus sucessores, que existam forças do bem e do mal, passíveis de manipulação pelo acesso direto às divindades, por meio de orações e sacrifício, que os talismãs e os amuletos sejam eficazes para afastar o mal, e assim sucessivamente. A fé nos espíritos ou na bruxaria, nas relações sociais, sempre consiste um fator importante, inclusive à margem do círculo daqueles que admitem praticar a religião tradicional. Mesmo quando essas crenças e práticas deixam de ser consideradas um assunto religioso, continua-se a observá-las como costumes, tradições e elementos do patrimônio cultural.

Existe também toda uma extensão da vida africana que o Islã e o cristianismo invadiram sem contudo lograr dominar em sua totalidade: trata-se justamente de todos os aspectos ligados à saúde e à cura. A sociedade tradicional africana tinha uma visão muito ampla sobre a saúde, envolvendo o bem-estar na vida cotidiana, o sucesso em sua propriedade rural ou em seu trabalho, qualquer fosse ele, a saúde das crianças, a felicidade na escolha de um parceiro para a vida, e assim sucessivamente. Na religião tradicional, os males físicos representam apenas um sintoma de saúde deficiente, que pode derivar da cólera de uma força malévola provinda de algum malefício ou da má qualidade das relações do interessado com os seus vizinhos, com um ancestral ou com uma divindade. Para recuperar a saúde do enfermo, o curandeiro devia interrogá-lo sobre o conjunto de suas relações e, mediante a oração, o sacrifício ou ambos, solucionar o problema. Em caso de necessidade, o sintoma físico seria posteriormente tratado com ervas ou feitiços.

Muitos cristãos e muçulmanos continuaram a frequentar os curandeiros tradicionais e os feiticeiros. Grande número de mestres muçulmanos profere os

seus conselhos médicos, fabricando talismãs e amuletos para clientes que têm acesso às práticas tradicionais de cura. O novo impulso conhecido pela religião tradicional deve-se, em grande parte, ao reconhecimento pelas autoridades do importante posto que os sistemas tradicionais de cura ainda mantêm em relação à prestação de cuidados médicos.

Do mesmo modo, constata-se nos dias atuais uma melhor apreciação nos méritos das tradições orais na África, até então alimentadas pela religião tradicional, mas desde logo estudadas pelas suas qualidades espirituais, literárias, filosóficas e humanísticas, independentemente das crenças religiosas. Essas tradições não foram senão muito parcialmente consignadas por escrito ou incluídas em obras eruditas. Nessas fontes orais podemos encontrar a sabedoria acumulada em várias gerações de africanos. A elite formada à moda ocidental, ao se apartar dessa abundante fonte original de sua cultura, padece de graves insuficiências no plano do seu enriquecimento mental e no florescimento da sua criatividade. O equilíbrio e a dignidade dos indivíduos interioranos, considerados iletrados, provêm, em larga medida, daquilo que eles continuam a seguir a partir dessas ricas tradições culturais.

Faz-se primordial notar a importância do patrimônio de conhecimentos científicos no campo da agricultura e da saúde, veículo dessas tradições, e fruto de séculos de atenta observação, experimentações e prática. Grande parte desse saber foi transmitida no quadro da formação dos sacerdotes e dos feiticeiros, em muitas localidades, e conservada meticulosa e rigorosamente. Essa educação é constituída de numerosas noções sobre botânica, zoologia, farmacologia e matemática; de um corpo de conhecimentos sobre as propriedades das plantas e dos animais, de um sistema de cálculos complexos, de informações sobre o poder das palavras e dos números. Certamente, se fosse possível separá-los da religião tradicional, sem sombra de dúvida que seria a sua associação com as crenças religiosas a responsável pela sobrevivência desses sistemas de conhecimento e de pensamento, sobre os quais, essencialmente, apoiam-se os africanos ao reivindicar uma cultura específica e afirmar a contribuição da África para o conjunto de ideias da humanidade. Tal corpo de ideias deveria desempenhar um papel na reeducação dos grandes intelectuais da África, se quiséssemos fazer renascer e relançar os esforços criativos.

Não é menos verdade que, em relação a muitos africanos, a religião africana tenha adquirido um valor autônomo próprio. É paradoxal a constatação, segundo a qual, enquanto os africanos formados à moda ocidental abandonavam a religião tradicional, sem sequer conhecê-la, por outro lado, no Novo Mundo, em Cuba, no Brasil, no Haiti e alhures, muitos escolhiam-na, deliberada e prefe-

rencialmente ao cristianismo e ao Islã, em razão das suas profundas qualidades espirituais. Numerosos são aqueles que assim encontraram uma síntese estável entre os valores espirituais do cristianismo e aqueles da religião tradicional africana. No Novo Mundo, a própria valorização acordada desempenhou um papel na retomada do interesse da religião tradicional, papel esse, na África, desempenhado pelos membros da elite educados à moda ocidental.

Ainda recentemente, os adeptos da religião tradicional pouco requeriam do Estado em sua luta para controlar a educação ou os recursos econômicos. Entretanto, no curso do processo de descolonização, os dirigentes evocavam, muito amiúde, as fontes culturais da religião tradicional na qualidade de fontes do renascimento e da criatividade para o continente. Contudo, alguns chefes tradicionais, mesmo na qualidade pessoal de cristãos ou muçulmanos, começam a julgar necessário conferir maior ênfase ao fundamento religioso das entidades políticas pré-coloniais, com o objetivo de evitar serem eclipsados na ordem sociopolítica pós-colonial. As associações de curandeiros tradicionais sublinham a necessidade de o Estado aplicar recursos nos sistemas tradicionais de cura, os quais permanecem extremamente importantes.

Cristianismo, descolonização e desenvolvimento

O cristianismo é o que melhor ilustra o papel contraditório, a um só tempo positivo e fonte de problemas, da religião na transformação social da África. Não resta dúvida de que foi bem acolhido e de que a sua expansão explica-se através da sua participação direta no desenvolvimento da África. O seu papel na promoção da educação ocidental em diferentes níveis (ensino primário, secundário, na formação de professores e também no âmbito do ensino técnico e universitário) esteve no cerne do desenvolvimento africano. Os missionários também dedicaram-se ao estudo de línguas africanas, à elaboração de ortografias, aos estudos linguísticos iniciais e à tradução da Bíblia e de outras obras religiosas, no sentido de criar uma nova tradição literária em línguas africanas e de promover a alfabetização. As missões cristãs dominaram igualmente o comércio dos livros, a impressão e a edição, as livrarias e bibliotecas. Elas desempenharam o mesmo papel que os pioneiros na introdução dos cuidados médicos ocidentais, por ocasião da fundação das primeiras clínicas e hospitais. Assim sendo, um dos grandes atrativos do cristianismo residia nos importantes esforços por ele empreendidos na implementação de medidas progressistas e no encorajamento dos seus fiéis a ultrapassarem os limites da sociedade tradicional e alcançar um mundo em vias de modernização, transição considerada um dos principais

objetivos da colonização, mas em nada promovida e preparada pelas políticas coloniais postas em prática.

Por outro lado, o cristianismo se desenvolvera em estreita colaboração com o colonialismo, enquanto o Islã e a religião tradicional estavam distantes e eram, por vezes, hostis a ele. Quanto aos missionários europeus e americanos, guardadores de um forte domínio sobre as Igrejas por eles fundadas, eram mais próximos, no pensamento e nos atos, dos funcionários coloniais e dos colonos europeus do que de seus colegas, assistentes e párocos africanos. E embora a maioria dos dirigentes africanos tenha recebido uma educação ocidental, eles estavam conscientes do fato de que esta última implicava certo grau de colonização mental, de submissão forçada às ideias ocidentais e de alienação em relação às raízes da cultura africana. Assim sendo, a descolonização deveria começar pela Igreja; era preciso transformar suas estruturas e substituir as autoridades eclesiais europeias pelas africanas, assim como buscar africanizar as suas formas e o seu conteúdo, sem perder a essência dos valores cristãos.

Paralelamente a essa busca por uma nova teologia, tentou-se igualmente organizar e estruturar a liturgia e elaborar um sistema de ritos sacramentais que, embora fiéis às fórmulas recebidas dos cristãos, levasse em consideração a realidade africana. Seria primordial que em sua subsequente luta, especialmente pelo poder econômico e social, pela direção do sistema educativo ou pela elaboração das estruturas do Estado, os porta-vozes da Igreja fossem africanos. Esses novos dignitários da Igreja forçosamente contribuiriam na busca política pela personalidade, pela identidade e pela autenticidade africanas.

Islã e modernização

Os Estados muçulmanos opuseram contra as potências coloniais uma resistência das mais determinadas. As potências coloniais desconfiavam, de forma extrema, dos laços internacionais criados pelo Islã, além de jamais terem cessado de vigiar de perto essa rede, sobretudo quando tratava-se de centros notoriamente anti-imperialistas. Entretanto, constataram que uma colaboração com comunidades muçulmanas tranquilas poderia ser benéfica para as duas partes em questão. O Islã tirava proveito da urbanização e do aumento da mobilidade proporcionado pelas estradas e pela demanda por mão de obra sazonal. E embora as potências coloniais fossem hostis a numerosas instituições da religião tradicional, elas encorajaram, em contrapartida, o ensino islâmico elementar oferecido nas escolas corânicas e promulgaram leis autorizando os muçulmanos a praticarem livremente a sua religião. Após a conquista colonial, muitas comunidades

africanas, as quais até então haviam resistido à propagação do Islã, consideraram que era mais honroso aderir ao Islã que à religião dos conquistadores. Todavia, inclusive junto aos que se haviam convertido mediante uma resistência passiva, constatou-se o frequente estabelecimento de uma notável colaboração com as autoridades coloniais.

Após cinquenta anos, em muitos países africanos, o Islã esforçou-se em rumar em direção ao modernismo, notadamente instituindo um sistema educativo distante das vias puramente tradicionais.

Reflete-se, também, sobre os princípios doutrinários que poderiam contribuir na busca de vias de ação suscetíveis em favorecer a libertação psicossocial e a promoção da mulher no seio do Islã. Isso se faz particularmente necessário no plano social, considerado o problema do estatuto da mulher no regime poligâmico, geralmente reconhecido oficialmente e inscrito no código da família dos Estados africanos, influenciados pelas doutrinas muçulmanas.

O problema da africanização em profundidade do Islã não se coloca senão no contexto da África negra. Convém precisar que o Islã é mais estrito que o cristianismo, por exemplo, quanto à possibilidade de adaptação do sistema ritual.

Um dos mais importantes resultados do processo de descolonização consistiu em permitir a ultrapassagem dos limites locais impostos ao Islã pelo colonialismo e na possibilidade de recolocar a ênfase nos aspectos universais e internacionais do Islã. As peregrinações, o movimento pan-islâmico e os intercâmbios de eruditos permitiram relançar e desenvolver os contatos com o Oriente Médio.

As Igrejas independentes africanas e a identidade africana

Embora existentes desde o início do século XX, os movimentos das Igrejas independentes, aqui incluídos diversos tipos de seitas, messiânicas ou milenaristas, desenvolveram-se sobremaneira desde os anos 1960. Em 1967, segundo dados estatísticos, elas contavam com cerca de 15,5 milhões de fiéis. Em 1987, estima-se em cerca de 10.000 as Igrejas independentes e as seitas no continente, reunindo aproximadamente 33 milhões de fiéis.

Considera-se que a extensão e a proliferação das Igrejas independentes foi fortemente estimulada pela possibilidade que tiveram os cristãos africanos de lerem traduções das Santas Escrituras, em diversas línguas africanas, o que permitiu aos africanos comparar o cristianismo, tal qual apresentado pelas Igrejas fundadas pelos missionários, e a mensagem que eles leem nas Escrituras.

Essas Igrejas poderiam ser consideradas como centros de reavaliação das religiões e da teologia africanas, em razão de terem renovado a temática humanista e o tratamento das questões sobre a santidade da vida e a solidariedade. Além do seu valor como centros de contestação, elas talvez tenham desempenhado um papel ainda mais importante ao preservarem a cosmologia africana no quadro dos ensinamentos cristãos.

Igualmente, foi possível, para os deserdados da cidade e interioranos dos campos, aderirem em grande número a essas Igrejas, abandonarem as antigas divindades da religião tradicional e compreenderem o colonialismo e a sua versão do modernismo, sem estarem submetidos ao traumatismo da renúncia à essência da sua visão de mundo.

Pode-se dizer que, em linhas gerais, a emergência de múltiplos e complexos movimentos messiânicos nas sociedades africanas, tanto antes quanto após a independência, revela-se como uma resposta às exigências socioeconômicas e à busca de novos caminhos espirituais nessas sociedades.

À procura de um novo equilíbrio global na sociedade, os africanos demonstraram a necessidade de reconstrução dos seus sistemas religiosos de outrora, os quais lhes proporcionavam todos os elementos necessários, levando-se em conta a sua situação geral. Os sistemas religiosos importados pareciam-lhes inadaptados e inadequados. Os africanos elaboraram novas sistematizações, imbuídas de renovados valores e motivações. A esse respeito, os novos movimentos religiosos questionaram novamente as sociedades africanas e particularmente o cristianismo e o Islã oficiais. Todavia, ser-nos-ia possível dizer que eles indicam o caminho condutor para uma futura resolução dos problemas referentes à pluralidade das religiões na África?

Língua e evolução social

As línguas africanas frente aos perigos da assimilação: 1935-1960

Cada potência colonial, movida pelos seus interesses momentâneos, praticou ora uma política de assimilação pura e simples, em matéria linguística, educacional e cultural, ora uma política de assimilação seletiva e mais nuançada. A administração colonial francesa, centralizante, quis integrar os africanos ao seu sistema de educação, por ela considerado universal. A Grã-Bretanha, pragmática, introduziu as suas línguas nos primeiros anos do ensino elementar, dando ênfase a disciplinas como história, geografia, religião, história natural etc.

A assimilação como aspiração de uma época

Até recentemente, a assimilação foi arduamente procurada pelos africanos, os quais não a rejeitaram senão após 1954.

Ao passo que as grandes mutações sociopolíticas do século XX encontram-se já esboçadas, o continente africano delas experimenta as graves consequências no que diz respeito à sua identidade cultural. Os autênticos valores do passado encontram-se recriados, ridicularizados e humilhados perante os novos valores das civilizações europeias. “Evoluídos” e “não evoluídos”, “assimilados” e “indígenas” enfrentam-se. Para muitos africanos, a assimilação corresponde a uma reivindicação, um ideal moral sinceramente desejado. Viver como o colono, vestir-se como ele, comer e beber como ele, falar e habitar como ele, rir e enraivecer-se como ele, ter as mesmas referências religiosas, morais e culturais que ele. Eis no que consistem as novas aspirações do colonizado.

A literatura como valor-refúgio

Testemunhas críticas das grandes reviravoltas em vias de consumarem-se, algumas elites culturais utilizam a literatura oral africana e as literaturas *ajami* para colocar as sociedades africanas em guarda, diante da perda dos valores essenciais e da despersonalização resultante da adoção da língua dos colonizadores

Os povos africanos encontram-se em suas línguas e literaturas, as quais continuam a preservar laços íntimos e insolúveis com o passado perdido e as gerações passadas, veiculando sempre a ética ancestral e constituindo valores-refúgio particularmente preciosos. Entretanto, mesmo esses valores encontram-se submetidos às mutações em curso.

Enriquecimento lexical e línguas veiculares

Ao estabelecerem relações com o Islã e com os comerciantes árabes e orientais, notadamente iranianos, tanto quanto no contato com línguas europeias e com o cristianismo, as línguas africanas, sem nenhuma exceção, enriqueceram consideravelmente o seu corpo lexical e todo o conjunto semântico terminológico religioso, técnico, científico e cultural testemunha a evolução econômica e social.

Línguas euro-africanas, como os crioulos e os *pidgins*, surgiram, desenvolveram-se e tornaram-se autênticas línguas negro-africanas em certos países e cidades do litoral atlântico: Cabo Verde, Guiné-Bissau, Gâmbia, Serra Leoa e Camarões.

Estimulados pelas potências coloniais, o kiswahili, o lingala, o bambara, o haussa tiveram uma notável expansão como línguas veiculares interétnicas, frequentemente utilizadas nos exércitos e nas forças públicas das administrações coloniais alemã, inglesa, belga ou francesa.

Entre os técnicos e altos quadros coloniais, especialistas marcam presença desde o fim dos anos 1920. Assinalando os perigos da assimilação, pleiteiam sérias pesquisas sobre a África e os seus habitantes e reclamam o estudo aprofundado das línguas e culturas africanas.

Entretanto e malgrado importantes atividades de instituições privadas saídas desse intento, como o Instituto Internacional das Línguas e Civilizações Africanas (IAI) e de homens de boa vontade, nada de decisivo havia sido consumado, sob o regime colonial, em favor da promoção das línguas e culturas africanas.

O tempo das reticências e das tentativas

Não foi senão progressivamente, graças à perseverança e à ação de sensibilização de universitários oriundos de fundações e instituições privadas de muitos países da Europa e da América, através da pressão conjugada de sociedades científicas regionais e sub-regionais (reunidas em congresso, em seminários ou colóquios), bem como em razão da vigorosa reivindicação de movimentos estudantis e de organizações de mulheres e trabalhadores, que os dirigentes dos Estados pós-coloniais aceitaram reconhecer a necessidade de elaborar programas educativos considerando as línguas africanas como base.

O tempo das rupturas

Entre 1962 e 1964, numerosos departamentos de linguística e centros de pesquisas e de estudos africanos surgiram nas jovens universidades do continente; uma imprensa linguística de qualidade (jornais e revistas) nasceu e desenvolveu-se, rápida e notadamente, nas universidades de Serra Leoa, da Tanzânia, de Addis-Abeba, de Ibadan etc.

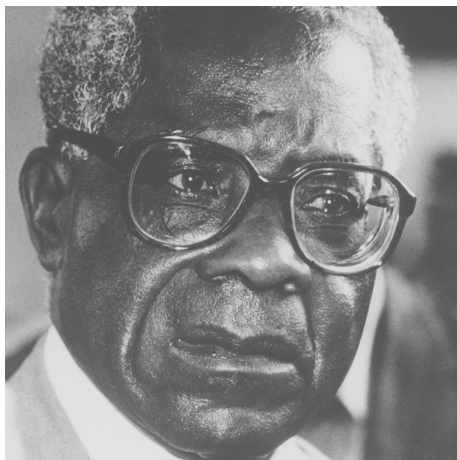
Na mesma época, durante o Congresso da Associação dos Orientalistas, organizado em Moscou em 1960, o africanismo livrou-se do orientalismo, situando deliberadamente a África nem como o Oriente dos europeus nem como o Ocidente dos orientais. Assim nasceu, com o apoio da UNESCO, o Congresso Internacional dos Africanistas (Accra, 1960), sob o especial impulso da Sociedade Africana de Cultura (Alioune Diop) e da Universidade de Ibadan (Onwuka Dike).

Prosseguindo e desenvolvendo a sua ação, no quadro do Programa Mundial de Luta contra o Analfabetismo, a UNESCO pronunciou-se, em 1962, em favor da educação dos adultos em línguas africanas e prometeu acordar sua ajuda aos Estados da região onde existisse a demanda. Essa decisão incrementou o reconhecimento dessas línguas e estimulou a sua introdução no setor moderno do sistema educativo dos Estados africanos.

A ação da UNESCO

Uma vez definidas, pelos Estados, as diretrizes gerais, a ajuda da UNESCO permitiu identificar as dificuldades metodológicas e técnicas e indicar possíveis soluções, elaborar programas operacionais para um conjunto de países e de línguas, bem como contribuir para a formação dos quadros nacionais, convocados a supervisionar a execução dos projetos elaborados.

Através da organização de reuniões periódicas de especialistas, a UNESCO também incentivou encontros e debates científicos de ideias entre especialistas africanos e do restante do mundo desenvolvedores de estudos sobre as línguas, as culturas e os temas africanos.

A UNESCO também patrocinou a tradução da História Geral da África em algumas línguas veiculares da região (árabe, swahili, haussa, fulfulde), assim como a elaboração, no início dos anos 1980, de dicionários gerais e culturais das línguas swahili, ioruba, fulfulde etc.

À esquerda: Aimé Césaire, escritor francês da Martinica. À direita: Léopold Sédar Senghor, do Senegal, membro da Academia Francesa. (Foto: Gamma, Paris.)

Os estudos africanos fora da África

Um dos maiores resultados da descolonização consiste, certamente, no considerável desenvolvimento dos estudos africanos fora da África, não somente nas universidades das antigas metrópoles coloniais, onde eles viveram um renascer, mas igualmente em numerosos países da África Oriental e setentrional, nas Américas e na Ásia.

Sobre o irresistível impulso das comunidades africanas da América do Norte, Central e do Sul, e em consequência da emergência de uma potente corrente de interesse relativo aos assuntos africanos, numerosas universidades dos Estados Unidos da América do Norte, do Caribe e do Brasil criaram centros de estudos africanos e instituíram em seus programas de estudo a temática africana de ontem e de hoje, as suas línguas e literaturas, as suas culturas etc.

Qual seria o perfil do amanhã?

No limiar do terceiro milênio, a África está diante de numerosos desafios estratégicos, culturais e linguísticos. Sob pena de deixar-se ocupar e, definitivamente, submergir por valores artificiais ou superficiais, bem apresentados e difundidos, a África deverá assegurar a sua presença e o seu desempenho, integrada a uma nova era e sob a insígnia da eletrônica. Recolhidos, analisados, recontextualizados e transmitidos pela escrita, assim como pela imagem e pelo som, desde o fim do segundo milênio, os conhecimentos ancestrais dos africanos permitirão às gerações futuras voltarem às suas fontes e manterem os indispensáveis laços íntimos com o seu passado.

O desenvolvimento da literatura moderna

O período transcorrido desde os anos 1930 é, incontestavelmente, aquele que conheceu o mais notável impulso da literatura escrita na África. O desenvolvimento da educação e a expansão da alfabetização, bem como o sensível aumento numérico dos africanos aos quais se abriram as portas para os estudos universitários, esse novo quadro criou um ambiente instruído em razão do qual emergiram novos escritores e constituiu-se um público crescente de *leitores* e potenciais *auditores* de literatura africana.

Poesia e política

Uma forma diferente de nacionalismo cultural apareceu entre os africanos de Paris ao longo dos anos 1930. Inspirados pelo surrealismo e pela revolta contra a tirania da linguagem e da arte burguesas, os africanos francófonos de Paris lançaram um movimento de rebelião contra a colonização do espírito africano, permanecendo todavia circunscritos a um quadro de referência europeia. A política imperial francesa de assimilação cultural provocou uma ação africana de reivindicação da *negritude* que se tornaria uma experiência pan-africana de excepcional alcance. Escritores originários da África e das Antilhas reuniram-se em poesia para expressar a dor da separação relativa aos ancestrais e afirmar o valor da tradição e da autenticidade africanas. O encontro entre o martinicano Aimé Césaire e o senegalês Léopold Sédar Senghor contribuiu particularmente no lançamento das bases do movimento literário da negritude. Inclusive, foi Aimé Césaire quem inventou a palavra "negritude".

Da mesma forma reuniram-se as forças do mundo poético e do mundo político. Nos primeiros anos deste período, era difícil distinguir entre os poetas interessados na política e os homens políticos interessados na poesia. Observa-se frequentemente que, antes de desempenhar um papel político em seus respectivos países, o senegalês Léopold Sédar Senghor era poeta, o guineense Fodeba Keita atuava como produtor de balé, o marfinense Bernard Dadié desempenhava a função de romancista e o marfinense Cofi Gadeau se apresentava como dramaturgo. Arte e militância eram, naquele tempo, inseparáveis, certas revistas africanas exerciam então um papel decisivo em sua fusão, notadamente, a "Présence africaine" (Paris), a "Black Orpheus" (Ibadan) e a "Transition" (Kampala e Accra).

Arte estrangeira e militância africana

Até o momento da independência, o militante africano, ao atrelar a arte ao discurso político, não se inspirava somente nas formas artísticas autóctones. O homem político africano, colocando a poesia em favor da retórica política, não se servia unicamente da fonte da poesia autóctone. A África mobilizou as línguas e a literatura europeias em benefício da libertação e da eloquência africanas.

A literatura estrangeira seduzia não somente pela sua sonoridade verbal, mas igualmente por produzir traços característicos da índole africana: enunciar uma moral ou embelezar uma história. A literatura europeia foi submetida às leis da conversação, regentes das línguas autóctones africanas, nas quais, frequen-

temente, a índole definia-se pela facilidade em citar provérbios variados, que formam a base da arte oratória. Como nos diz um ditado ioruba, "O sábio que conhece os provérbios controla as dificuldades".

A arte da citação mostra-se tão importante na eloquência política anticolonial quanto na conversação, os novos militantes da África esforçaram-se frequentemente para conferir um ímpeto literário ao seu discurso.

A literatura europeia contribuiu quer seja de forma direta ou suscitando um novo interesse no tocante aos estilos locais de argumentação, criando um elo entre a arte e a militância na África. A literatura estrangeira estimulava, paradoxalmente, uma espécie de nacionalismo cultural no seio da nova onda de combatentes africanos pela liberdade. Ela ofereceu uma modalidade inédita para a fala proverbial. As suas inumeráveis referências à Bíblia, ao Corão, aos cantos de louvor cristãos ou islâmicos estimularam as sensibilidades da África. É sobre a literatura europeia e as línguas europeias que se apoiou, parcialmente, a arte oratória emergente no curso deste período da história africana. Se a arte oratória e a eloquência pertencem perfeitamente à literatura, esta época combinou de modo surpreendente a poesia estrangeira e a retórica africana.

A musa da libertação

Entretanto, nem todos os militantes recorreram à poesia estrangeira para servir aos objetivos do nacionalismo africano. Alguns entre os novos militantes e combatentes pela libertação eram poetas ou escritores. Havia, dentre eles, fundadores de oficinas ou associações culturais cuja finalidade era estimular a criatividade literária. Entre eles, é necessário citar Agostinho Neto, que se tornou mais tarde o primeiro presidente de Angola independente.

Durante o inverno de 1948-1949, vários militantes "exilados" encontraram-se em Lisboa. O grupo era pequeno: Amilcar Cabral (1924-1973), Vasco Cabral, Marcelino dos Santos, Mario de Andrade e Agostinho Neto (1922-1979).

Durante os anos 1950, Neto, Cabral e Mario de Andrade organizaram secretamente um Centro de Estudos Africanos cujo ambicioso objetivo consistia em promover o estudo dos povos negros colonizados, especialmente através da pesquisa e promoção da criação literária africana. O ramo literário dessa empreitada era a Casa dos Estudantes do Império. Em 1951, duas obras foram publicadas: "Linha do Horizonte", de Aguinaldo Fonseca (Cabo Verde) e a antologia "Poesia em Moçambique". Entre os vinte e cinco mais célebres escritores de Moçambique representados na obra figuravam Orlando Mendes, Noemia de

Sousa e Fonseca Amaral. A arte e a militância encontravam-se, uma vez mais, e atuavam em conjunto.

Se a tentação da literatura formou, realmente, homens políticos no curso dos últimos anos do colonialismo e dos primeiros anos da independência, a tentação da política, desde 1935, não poupou os escritores. Os primeiros militantes africanos consagraram-se, muito amiúde, à arte, ao passo que, posteriormente, os artistas se transformaram cada vez mais em militantes.

Autenticidade: sete temas de conflito

Muitos conflitos de valores, estreitamente ligados, aparecem como temas dos escritores africanos.

O primeiro desses temas versa sobre a oposição entre o passado e o presente da África. O segundo tema aborda o conflito entre a tradição e a modernidade. O terceiro tema trata da oposição entre o mundo autóctone e o mundo estrangeiro. O quarto tema consiste no manifesto conflito entre o indivíduo e a sociedade, entre os direitos privados e o dever público. O quinto tema, cuja atualidade não sobreveio no continente senão a partir dos anos 1960, diz respeito ao grande dilema entre o socialismo e o capitalismo, entre o anseio pela equidade e a busca pela abundância. O sexto tema trata do dilema entre desenvolvimento e autossuficiência, entre uma evolução econômica rápida sustentada por ajuda estrangeira, por um lado, e um progresso mais lento porém autônomo, por outro. O sétimo tema concerne à relação entre a africanidade e a humanidade, entre os direitos dos africanos na qualidade de membros de uma raça particular ou habitantes de um continente particular e os deveres dos africanos como membros da espécie humana.

A poesia, oral ou escrita, em língua autóctone ou estrangeira, continua a representar o mais vivo gênero literário do continente africano. Alguns desses poemas glorificam a especificidade da África; outros expressam um grito de angústia.

Entretanto, existe algo além de tristeza e alegria na literatura africana, mais que tragédia e comédia. Parafraseando e completando as palavras de um poeta-diplomata serra-leonense, Davidson Abioseh Nicol:

Tu não és um país, África,
Tu és um conceito...
Tu não és um conceito, África,
Tu és um vislumbre do infinito.

As artes e a sociedade após 1935

Por toda a África, as artes proporcionam um espetáculo de surpreendente fervor criativo, acompanhado de uma atordoante diversidade em todas as camadas sociais.

As artes visuais

A partir de 1935, pode-se facilmente classificar as artes visuais em quatro categorias: arte tradicional, arte turística, arte popular urbana e arte acadêmica – assim classificadas em função dos temas, dos estilos, das clientelas, das finalidades e da localização das suas unidades produtivas.

As artes tradicionais

Em que pese o seu fim ter sido anunciado muito antes de 1935, a arte tradicional continua viva e em desenvolvimento. A maioria dos africanos ainda constitui-se de indivíduos do meio rural que conservaram uma grande necessidade de expressão artística. Antes de 1936, as artes tradicionais não só haviam sofrido evoluções estilísticas internas como também empregado e adotado, progressivamente, materiais (tecidos, pinturas), ferramentas (serras, limas) e certas técnicas de importação. Concomitantemente, novas tradições cheias de vitalidade haviam florescido aqui e acolá, como a figuração em cabaça (Zaire, Quênia) ou cerâmica (Zaire). A evolução estilística da escultura e da pintura de temática tradicional prosseguiu após 1935. Na Etiópia, a pintura religiosa oferece um notável exemplo a esse respeito, da mesma forma que as construções e as esculturas dos tradicionais palácios do sudoeste da Nigéria. As máscaras do litoral da África Ocidental ganham em complexidade e fantasia, na justa medida que a sua função religiosa volta-se para o carnaval. Há poucas mudanças, entre 1930 e 1982, no que se refere ao tratamento de objetos, como os ícones e as máscaras empregados na iniciação dos garotos kuba. Entretanto, nas cerimônias de iniciação genya (Kisangani, Zaire, atual RDC), ocorre uma permanente modernização dos ícones, sem que a iniciação se torne jamais um espetáculo turístico.

A arte turística

Em 1935, a arte turística ainda era um pequeno empreendimento pois, excetuando-se o Egito, havia poucos turistas no continente. Entretanto, durante os anos 1930, foram lançadas as bases para os principais gêneros e produções de

épocas posteriores. Inicialmente, onde existisse uma escultura tradicional apreciada, produzia-se em série cópias grosseiras, assim como imitações ou mesmo réplicas de obras mais raras. Em seguida, gêneros existentes desenvolveram-se com redobrado vigor.

A arte turística comercializada como lembrança tem caráter exótico e é figurativa, emprega o ébano ou o marfim, representando animais selvagens exóticos, temas anedóticos (a vida cotidiana da pequena comunidade, as danças) ou o equivalente das bonecas típicas etc. Além desses critérios, a arte turística deve ter preços competitivos e ser facilmente executada.

Pouco antes de 1950, as escolas, os ateliês artesanais e, em seguida, as cooperativas, alimentam a produção, ao passo que os *marchands* profissionais, coordenadores do trabalho de uma equipe de artistas, ainda são raros. Os mercados ainda situam-se nas imediações dos hotéis, nos portos e nas capitais. Após 1950, a arte turística torna-se a arte dos aeroportos. Os turistas chegam em número incessantemente crescente e a demanda é suprida por cooperativas, empreendedores e por uma rede de vendedores ambulantes, os "senegaleses" da África Ocidental e Central. A prática da falsificação de obras clássicas torna-se muito mais frequente, na mesma proporção da expansão do gosto pela arte tradicional, nas classes médias e pelo mundo afora. De uma maneira geral, o conjunto da África põe-se a produzir segundo os esquemas praticados desde muito no Egito.

A arte popular

Ao sul do Saara, a arte popular posterior à independência é a mais conhecida. Entretanto, certas formas de arte popular são muito anteriores e a fronteira entre a arte popular e a arte tradicional rompe-se nas regiões rurais – por exemplo, as esculturas em cimento exibidas nos cemitérios (Costa do Marfim, Akan, Rio Cross River, Congo) ou as pinturas murais dos vilarejos ndebele do Trasvaal.

Nas cidades, encontramos pinturas em igrejas, pinturas murais, no interior das casas ou dos cafés, bem como em painéis e cartazes. Entrementes, a forma mais característica de arte urbana popular revelou-se na pintura sobre tela. Eventualmente, ela deriva das pinturas murais que, em certas regiões da África Ocidental e em toda a África Central, remontam aos tempos pré-coloniais ou ao início da era colonial, concomitante aos primórdios da arte corporal. Os temas figurativos não tardariam a incorporar cenas históricas (fundação de unidades administrativas, batalhas) e produtos destes tempos modernos. Estilos análogos, de expressão gráfica, também se desenvolveram na arte em cabaças, em certas

cerâmicas e, eventualmente, através da sua aplicação em tecidos. Eles igualmente manifestavam-se nas formas em baixo-relevo, em marfim ou madeira. A pintura popular está profundamente enraizada nas tradições africanas.

Com o crescimento das cidades e a estabilização da sua população imigrante, a arte popular urbana e seus temas adquiriram crescente importância e significado.

As artes corporais

A África tradicional conheceu uma infinita variedade de modos de ornamentação pessoal, através de escarificação, tatuagem, pintura corporal, penteados e por operações, como a circuncisão ou a excisão, que alteravam o corpo, temporária ou permanentemente. As bijuterias e a vestimenta completavam a aparência. Assim expressavam-se diferenças sexuais, etárias, de situação matrimonial e de posição social.

As formas de vestuário e de ornamentação do corpo propostas pelos europeus não foram aceitas senão de modo seletivo no curso deste período, caracterizado pelo desejo em destacar a identidade nacional e, posteriormente, o nível social, postura esta a igualmente deixar o seu registro na história da indumentária. Todavia, o estilo do vestuário e a ornamentação do corpo subsistiram como autênticas expressões de uma necessidade estética.

A música e a dança

As tradições musicais da África manifestaram uma continuidade notável, a despeito das forças externas que o Ocidente fazia pesar sobre elas. Malgrado essas influências, a música africana, antiga e moderna, ainda dispõe de traços estilísticos em comum, notadamente uma mesma abordagem dos ritmos lineares, um mesmo conceito de pulsão e de fluxo de energia, e o emprego de idênticos temas e entrelaçamentos rítmicos, tipos de progressão melódica, paralelismos polifônicos e técnicas vocais. Contudo, entre a antiga e a nova música africanas, há divergências na utilização das escalas, da harmonia, da forma e do instrumental. A história da música no curso das últimas gerações deve distinguir duas correntes distintas: uma ligada à música interiorana e à música sacra, uma segunda, em voga nas danceterias e nos cafés, animava os ambientes de criação para a nova música urbana.

As danças em nada atraíram a atenção das autoridades coloniais, até os anos 1950 e salvo como objeto de condenação ou atrativo para os dias de festa, além

de prestarem-se ao cerimonial em homenagem aos visitantes de renome. As trupes rurais, frequentemente solicitadas em tais circunstâncias, começaram então a se recusar a dançar, ao menos sem a correlata remuneração. Desde o início dos anos 1930, um grupo de dançarinos dogon, do Mali, fora enviado a Paris, e assim nasceram grupos de dançarinos profissionais. A fonte para o surgimento do balé moderno, animada por Fodeba Keita, derivou da preocupação em integrar a dança ao teatro. Keita criou os seus balés africanos em meados dos anos 1950. À época, as apresentações de danças folclóricas, em ambiente fechado ou ao ar livre, começavam a tornar-se hábito de forma quase generalizada. Entretanto, outra dinâmica, o nacionalismo, desenvolvia-se desde então. As danças folclóricas tornaram-se um imperativo para os nacionalistas. Por toda parte, após a independência, os países voltaram-se para o seu patrimônio coreográfico com o intuito de organizar trupes de dança. Ao beber na fonte do patrimônio nacional, foram criadas as condições para a abertura, nas universidades, de escolas de arte dramática.

Os espetáculos públicos e o teatro

Os desfiles, as pantomimas e mesmo os diálogos produzidos no palco em meio a dançarinos mascarados eram muito frequentes na África pré-colonial, muito amiúde enquadrados em contextos sagrados ou cerimoniais. Muitas dessas tradições sobreviveram.

O teatro, propriamente dito, cuja essência consiste em encenar uma intriga no palco, frequentemente conforme as convenções da arte dramática italiana e utilizando um texto decorado, geralmente em língua europeia, é incontestavelmente uma inovação urbana. Inicialmente, a disciplina tomou forma nas missões e nas escolas. Os temas correntes eram extraídos da Bíblia ou de fábulas morais, normalmente com mordazes porções satíricas. Pois não se pode esquecer que o teatro deve tanto divertir quanto ensinar. O desenvolvimento do teatro seguiu direções muito diferentes nas regiões sob a autoridade francesa, belga ou portuguesa, nas quais o modelo era a tragédia francesa, e nas regiões sob a autoridade britânica, ao menos na África Ocidental, onde a escola não representava a única via de acesso ao teatro.

O cinema e a televisão

O rádio, o cinema e a televisão são as mídias cuja natureza mais se aproxima daquela própria aos antigos modos de expressão da tradição oral. Essencialmente,

os primordios do radio remontam aos anos 1930. Contudo, somente apos 1960 este veículo tornou-se o meio de comunicação de massa por excelência, quando o continente foi inundado com aparelhos transistorizados, a pilhas e com preços módicos. O rádio permaneceu solidamente em mãos governamentais, desempenhando o seu primeiro grande papel na formação da opinião pública, nos anos precedentes à independência. O cinema mostrou-se mais distante da principal corrente da tradição oral africana, comparativamente à televisão e especialmente ao emprego das técnicas de vídeo, em razão desta última conservar muito mais espontaneidade que o primeiro. Dentre os três, o cinema foi o precursor: filmes estrangeiros foram exibidos no Egito, a partir de 1905, e, ao sul do Saara, após os anos 1920, tanto em alguns teatros urbanos, quanto sob a forma de sessões de cinema itinerante em zonas rurais. Desde os primórdios, os filmes foram muito bem acolhidos, embora o público mal compreendesse os filmes estrangeiros projetados. Esse estado de coisas suscitou a produção de grande número de películas, sempre didáticas (inclusive os longas-metragens), destinadas, pelos estrangeiros, a um público africano mais esclarecido.

As primeiras emissões televisivas ocorreram, em 1959, na cidade de Ibadan e, no ano seguinte, no Cairo. Esse meio de comunicação levou mais tempo a difundir-se, em razão do custo relativamente elevado dos investimentos em infraestrutura e do alto preço dos receptores. Entretanto, em 1985, praticamente todos os países africanos haviam implantado canais televisivos e dedicavam-se a garantir o alcance dos sinais no conjunto do seu território.

As artes da África no contexto mundial

A escultura africana revolucionou a arte europeia a partir de 1905. Em 1935, o cubismo e o expressionismo alemão haviam perdido a sua influência e saído de moda, mas a influência fundamental da arte africana permanecia viva e continua até os nossos dias a dominar as artes esculturais, como testemunham as obras de Zadkine, Moore, Archipenko e outros mais. Os princípios da arte africana clássica foram assim integrados ao repertório internacional das formas.

A música africana igualmente realizara as suas mais consideráveis contribuições muito antes de 1935, mediante o que lhe devem a criação do jazz e da música afro-latina. Tal como as artes visuais, compreendemos os motivos pelos quais esses movimentos lograram, por sua vez, oferecer tamanha inspiração à música moderna africana.

Após a independência, as artes africanas recomeçaram a exercer a sua influência mundo afora. Ao público internacional, se lhe proporcionou a oportunidade

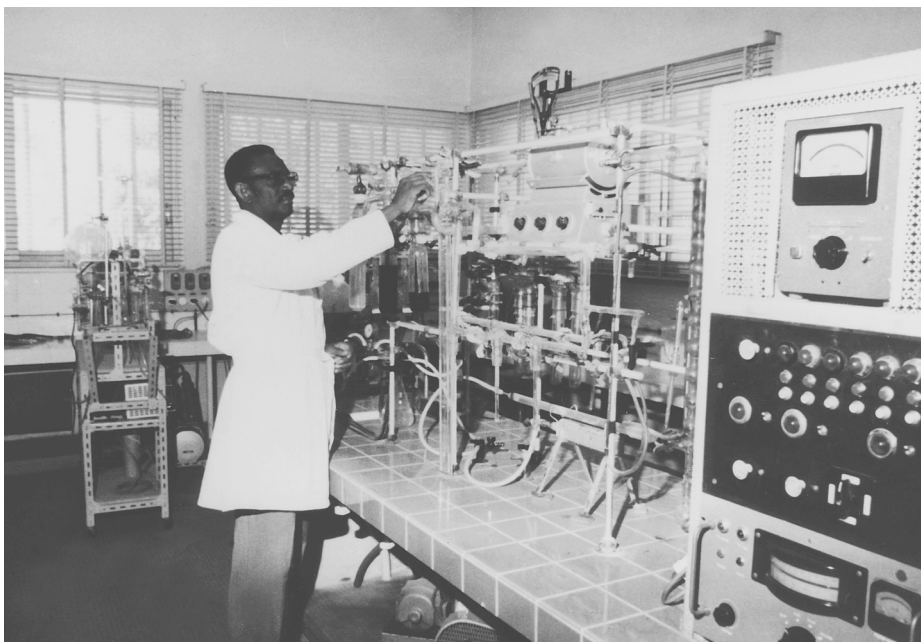
de acompanhar com maior regularidade exposições de arte clássica africana, de ouvir a nova música do continente e de assistir às apresentações das trupes de teatro e das companhias de balé. O aporte original dessas artes ao patrimônio cultural mundial conquista paulatinamente o reconhecimento geral, e especialmente os músicos percebem o crescimento do seu público internacional, nas mesmas proporções que, ao menos um filme, "Le mandat", de Ousmane Sembene, obtivera um verdadeiro sucesso popular na Europa. Se desde então a arte clássica goza de alta consideração, a moderna arte visual, no que lhe cabe, apenas começa a ser conhecida pelo público mundial.

Tendências da filosofia e da ciência na África

Existe na África uma força mais potente que a experiência colonial: a cultura africana. O estudo das tendências da ciência e tecnologia na África deve reconhecer a proeminência dos valores e das tradições, tanto no tocante à filosofia africana quanto em relação à ciência africana.

A ciência tradicional

O reconhecimento e a apreciação do conjunto dos conhecimentos e das capacidades sobre os quais se apoiam as sociedades pré-coloniais, em matéria de agricultura, saúde, artesanato e indústria, encontram-se ainda na esfera das boas intenções. À época colonial, esse corpo de saberes e capacidades não era julgado digno do nome "ciência"; ele era rebaixado ao nível das superstições pré-científicas. Mas constata-se hoje que, apesar do impacto da medicina, da agricultura, da ciência e da tecnologia ocidentais, as reservas tradicionais de saberes e capacidades, em respeito à agricultura, bem como no campo das práticas e crenças terapêuticas, continuam presentes no cotidiano da maioria do povo africano.

Como não deve restar dúvida, muitos povos africanos, ao norte e ao sul do Saara, possuíam especialistas que, em detalhes, conheciam as características do clima e do solo no continente. Eles escolhiam cuidadosamente a localização das suas propriedades e as áreas de cultivo, algumas sociedades, inclusive, mantinham ritos de fecundidade, a ritmarem as práticas agrícolas no compasso das festas anuais e mediante a observação de regras. Muitos povos africanos detinham um conhecimento muito preciso sobre as variedades de plantas e árvores tropicais existentes em suas cercanias.

Cheikh Anta Diop, filósofo e físico senegalês, em seu laboratório no IFAN, em Dakar, Senegal. (Foto: J. Scott, Paris.)

Da Cidade do Cabo ao Cairo, os comportamentos humanos e animais foram objeto de estudos detalhados e aprofundados. Igualmente, redes de complexas relações foram projetadas no mundo espiritual, segundo as quais os comportamentos dos deuses e espíritos eram deduzidos dos modos de conduta dos humanos ou dos animais, além de ocorrerem situações nas quais modalidades imaginárias do mundo espiritual fossem tomadas como modelo para a sociedade humana.

Existiam complexas teorias relativas aos números, assim como às observações estelares e outros fenômenos naturais, as quais eram capazes de assegurar certo ordenamento dos fenômenos sociais, naturais e metafísicos. Alguns curandeiros africanos adquiriram tamanha reputação, que pesquisadores alemães, britânicos ou poloneses desenvolveram estudos aprofundados sobre técnicas africanas.

Os sistemas terapêuticos tradicionais comportavam certo conhecimento acerca das relações entre a doença e micro-organismos ou bactérias, os quais estão no centro da ciência médica ocidental. Essa teoria era mais difundida na África do que o geralmente suposto.

Com efeito, nos tempos pré-coloniais, a ciência e a técnica africanas respondiam às necessidades da vida, especialmente nos domínios da saúde, da agricultura, da veterinária e dos processos industriais, tais como a conservação dos alimentos, a metalurgia, a fermentação, a fabricação de corantes, de sabões, de cosméticos e outros artigos de higiene pessoal. Como a África teria se tornado tão atrasada no plano científico e técnico?

A interrupção da evolução técnica da África

O atraso científico e técnico da África é resultado do impacto exercido pelo Ocidente sobre o continente, sobretudo a partir da colonização. Primeiramente, ao estabelecerem o regime colonial, os europeus manifestavam claramente a sua intenção de servirem-se da sua situação favorável para dominarem e explorarem a África. Em lugar de estimular e desenvolver as práticas científicas e técnicas existentes, eles dedicaram-se a desacreditar e desencorajá-las, sem contudo deixarem de apropriar-se, secretamente, de algumas das suas ideias para desenvolvê-las no âmbito da ciência ocidental. Por exemplo, os princípios de inoculação, metalurgia, fermentação, bem como todas as outras capacidades passíveis de estabelecerem concorrência com as indústrias ocidentais foram negados, decretados ilegais e perseguidos de diversas formas.

A evolução após a independência

Na segunda metade do século XX, a partir da independência da maioria dos países africanos, uma pesquisa científica de ponta desenvolveu-se em quatro tipos de instituição. Primeiramente nas universidades, cuja implantação recebeu, durante os anos 1950 e 1960, o formidável impulso do entusiasmo nacionalista inicial. Justamente essas instituições foram as responsáveis pela abertura dos mais numerosos centros de pesquisa científica avançada em seus departamentos de ciências naturais, engenharia, agronomia e medicina.

A segunda categoria de instituições consiste em centros e instituições nacionais de pesquisa, sejam eles privados ou financiados por verbas públicas. O Quênia e a Nigéria têm institutos dessa categoria especializados na luta contra as doenças na silvicultura e na agricultura; a R. D. do Congo e Gana possuem idênticas instituições dedicadas à física nuclear; a Nigéria para a oceanografia. A Nigéria, o Zimbábue e a R. D. do Congo muito se interessaram pela medicina tradicional, com base em ervas e na qualidade de domínio da pesquisa moderna.

A terceira categoria de instituições de pesquisa na África é aquela formada por organizações e estruturas pan-africanas regionais. Algumas ocupam-se de estudos climatológicos e ecológicos concernentes a zonas específicas da África, como o Sael; outras cooperam com a sua atuação para enfrentar problemas regionais, tais como as migrações de gafanhoto.

Um tipo particular de organização pan-africana, sábia ou científica, é a associação profissional ou a academia de especialistas. Cheikh Anta Diop, inclusive, tentou pan-africanizar a pesquisa, além das fronteiras africanas, no âmbito de um movimento englobando o conjunto do mundo negro. Tal era o objetivo da Associação Mundial dos Pesquisadores Negros, criada em 1976, da qual Diop tornou-se o presidente.

A última categoria de instituições que conduzem ou promovem a pesquisa científica e técnica africana está representada pelos organismos internacionais e intercontinentais de pesquisa, como o Centro Internacional sobre Fisiologia e a Ecologia dos Insetos (ICIPE), dirigido por Thomas Odiambo.

Nos anos 1970, a Organização para a Unidade Africana (OUA), a UNESCO e a Comissão Econômica para a África da ONU (CEA) interessaram-se pelo desenvolvimento das ciências e das técnicas na África. Essas duas organizações constituem a origem da Primeira Conferência dos vinte e nove ministros dos Estados-membros africanos encarregados da aplicação da ciência e tecnologia em prol do desenvolvimento, reunião esta ocorrida na cidade de Dakar, em janeiro de 1974. Essa conferência produziu uma série de recomendações concernentes às políticas relativas à ciência e às tecnologias.

A África pós-colonial busca sanar o impacto debilitante da dominação colonial no tocante à sua capacidade de pesquisa científica e inovação tecnológica. A solução processa-se lentamente, mas não sem sucesso. Os cientistas africanos trabalham nas piores condições financeiras e materiais, além de sofrerem com um cenário de instabilidade política crônica. A sua atividade, nessas condições, confirma a ideia segundo a qual a ciência não é elaborada unicamente pelos seus sábios, mas por toda a sociedade.

A contribuição da África para a industrialização da Europa

Os dados disponíveis revelam claramente que a influência da África, no que tange à mutação técnica ocidental da segunda metade do século XX, foi, tal como nos séculos precedentes, mais forte e profunda que a influência do Ocidente na industrialização, na ciência e na técnica africanas.

A indústria e a técnica ocidentais repousam amplamente sobre uma vasta gama de minerais estratégicos provenientes da África. Indubitavelmente, desde 1935, o principal beneficiado por todas as riquezas minerais africanas tem sido o Ocidente, através das suas usinas e dos seus laboratórios. Durante os anos 1970, os Estados Unidos da América do Norte importavam cerca da metade do seu manganês da África. A importância do cobalto congolês para a tecnologia e a indústria ocidentais explica as razões pelas quais o Ocidente sustentou a permanência no poder de Mobutu Sese Seko, declarando estar pronto a fazer a guerra para manter o Zaire (atual RDC) sob a sua órbita. As minas de urânio do Níger foram estabelecidas e exploradas nos anos 1970, expressamente para suprirem as necessidades do programa nuclear francês, e o minério de ferro da Suazilândia destinava-se à empresa Nippon Steel.

Quando a contribuição africana para a indústria ocidental apresentava-se, sobretudo, pela exportação de mão de obra com o tráfico de escravos, foram as Américas, e não diretamente a Europa, os principais importadores dessa mão de obra servil. Entretanto, após 1935, coube à Europa atuar como principal importador. Todavia, em razão da intricada relação econômica mantida entre a Europa e as Américas, os recursos africanos foram indispensáveis a quase todos os setores da civilização tecnológica ocidental. Em última análise, a contribuição africana para a ciência e tecnologia, no decorrer deste período, ultrapassa em muito os trabalhos individuais dos cientistas africanos. As descobertas e as invenções não constituem obra de pesquisadores isolados, frutos de um vazio social. A maior contribuição do continente africano nesse domínio, após 1935, operou-se por intermédio da mão de obra e dos recursos que ela ofereceu às usinas e aos laboratórios do mundo. Os minerais africanos foram os afrodisíacos da potência técnica ocidental.

As ciências sociais e humanas

A influência da África no âmbito das ciências sociais e humanas tomou duas formas principais. Uma diz respeito à singularidade do continente africano e à atração por ele exercida junto aos eruditos e cientistas do mundo inteiro. A outra é fruto do trabalho dos africanos, pesquisadores e especialistas em ciências sociais, os quais empurraram mais além as fronteiras do saber e da teoria.

É relativamente ao campo africano que foram elaboradas, no século XX, algumas das principais teorias sobre o crescimento econômico em sociedades pouco industrializadas. A diáspora africana particularmente distinguiu-se da teoria econômica liberal, pois que sir Arthur Lewis, de Sainte-Lucie nas Anti-

lhas inglesas, compartilhava em 1979 o prêmio Nobel de ciências econômicas com o americano Theodore W. Schultz. Cabe mencionar também o egípcio Samir Amin, com o seu estudo sobre a natureza da desigualdade nas trocas econômicas; o nigeriano Adebayp Adedeji pertence a um grupo situado a meio caminho entre a teoria econômica liberal e a teoria radical.

Do ponto de vista das ciências políticas, a África foi um campo privilegiado de observação no que diz respeito à construção da nação, à formação do Estado, à dependência política, ao desenvolvimento político e à decomposição política. Deve-se rememorar que Kwame Nkrumah publicou o seu livro "Le néocolonialisme, dernier stade de l'impérialisme" antes de ser deposto, em 1966, e que Ali Mazrui desenvolveu as suas ideias sobre "a neodependência e a fragmentação da África" em sua tese de doutorado na Universidade de Oxford, sustentada ainda durante os anos 1960 e publicada, posteriormente, em sua obra intitulada "Towards a pax africana" (1967).

A África foi o laboratório por excelência dos estudos linguísticos. Este continente, o próprio lugar de nascimento da linguagem humana, comporta um décimo da população mundial e um quarto das suas línguas. As estimativas sobre o número de línguas autóctones faladas na África variam de algumas centenas até milhares. Os africanos são, muito provavelmente em sua maioria, poliglotas. Em razão disso, a região compõe igualmente um precioso campo de estudos para a sociolinguística. A África também é um laboratório de pesquisa no âmbito da política linguística e da integração nacional. Pesquisadores como Pathé Diagne, no Senegal, ou Mohamed Hassan Abdulaziz, no Quênia, fizeram avançar o discurso erudito sobre essas questões.

O impulso concedido pelos trabalhos realizados sobre as sociedades africanas contribuíram para a consolidação da antropologia social e cultural como disciplina científica. Os antropólogos ocidentais, no início do século XX, possuíam uma atitude paternalista no tocante às "tribos" por eles estudadas. Entretanto, a partir de 1935, os sábios africanos começaram a corrigir essa condescendência ocidental. Em 1938, Jomo Kenyatta publica "Au pied du mont Kenya", livro que marcará um ponto de inflexão no âmbito da reafricanização da tecnologia.

A tradição oral da África também conduziu a história a buscar os meios para a exploração da transmissão não escrita dos testemunhos. Nenhuma região do planeta talvez tenha realizado tanto quanto a África em prol da diversificação histórico-metodológica. Precisamente porque muitas das culturas africanas eram outrora não escritas, o seu estudo exigia o exame de formas alternativas de documentação. Sob o efeito do desafio africano, a utilização das tradições orais e dos dados linguísticos, bem como as novas técnicas arqueológicas, foram sensivelmente afinadas.

Estudando a África, o mundo aprendeu ainda mais sobre si mesmo e a espécie humana foi esclarecida sobre a sua própria natureza e sobre as suas origens. Todavia, não é somente a África, na qualidade de objeto de estudo, que levou além as fronteiras das ciências sociais e humanas. Trata-se aqui igualmente do trabalho dos próprios cientistas e pesquisadores africanos. O campo dessas duas modalidades da influência africana sobre o *corpus* do saber humano estendeu-se particularmente desde 1935.

Três correntes filosóficas

As obras da filosofia africana, no período pós-1935, podem ser classificadas sob diferentes rubricas, relativas a correntes distintas de pensamento: cultural, ideológica ("Consciencisme", de Kwame Nkrumah, até os "Damnés de la terre", de Frantz Fanon) e crítica (F. Crahay, B. F. Eboussi, P. J. Hountondji, K. Anthony Appiah, M. Towa e S. Adotevi). Todavia, essa distinção visa unicamente facilitar a análise, e se cada uma destas escolas filosóficas possui traços que lhe são próprios, existem, por outro lado, numerosos pontos comuns entre as vertentes.

É necessário perceber que não há uma linha demarcatória rígida entre as três correntes por nós distinguidas na filosofia africana: as vertentes cultural, ideológica e crítica. Por outro lado, vê-se a perspectiva cada vez mais transcutural desta. O pensamento islâmico africano e o pensamento cristão africano frequentemente transcenderam simultaneamente a cultura e a ideologia. O mesmo caráter transcultural encontra-se em meio a certas formulações africanas do modernismo muçulmano, as quais foram ilustradas pelos seus próprios heróis e mártires.

Por sua vez, os pensadores cristãos da África foram, muito amiúde, os primeiros a proporem, em perspectiva transcultural, uma nova interpretação da civilização autóctone africana. A obra do padre Placide Tempels, intitulada "La philosophie" bantoue, abriu caminho para uma escola que estudou a tradição africana em perspectiva cristã. Em meio aos africanos de religião cristã, pesquisadores que estudaram a filosofia africana seguindo os passos de Tempels, faz-se mister citar: J. Kinyongo (R. D. do Congo), A. Kagame (Ruanda), W. E. Abraham (Gana) e John Mbiti (Quênia).

Na perspectiva transcultural, Julius Nyerere é o mais ativo representante da filosofia política africana. Autor de numerosas obras filosóficas, escritas tanto em inglês quanto em swahili, ele ensaiou derrubar a barreira linguística que separa a filosofia tradicional, do tipo cultural, e a nova vertente, ideológica, advinda durante o período pós-colonial.

Educação e mudança social

Sistemas pré-coloniais válidos

A elite educada no sistema ocidental não se afastava completamente das massas, entre outras razões porque, apesar das escolas missionárias e de todas as pressões do sistema colonial, as tradições pré-coloniais, no que diz respeito à educação, sobreviveram graças à família e à religião. As necessidades religiosas da coletividade, principalmente nas regiões de tradição islâmica ou afro-cristã, supunham a preservação do sistema tradicional de educação.

Mas a educação autóctone oferecida no seio das culturas de tradição oral foi amplamente perseguida fora das escolas fundadas sob o sistema ocidental. Contrariamente a uma falsa ideia difundida durante o período colonial, essa forma de educação desdobrava-se além de uma simples socialização no interior da família extensa, do sistema etário das salas de aula e das instituições de ritos de passagem. No nível fundamental, a educação doméstica da criança realizava-se por intermédio de jogos de palavras, charadas e outros exercícios do mesmo gênero, destinados a prover-lhe o domínio da sua língua materna. Ensinava-se a criança a contar, narravam-se histórias e instruíam-na a apreciar a cultura do seu povo, os seus valores, a sua visão de mundo e o seu passado. O seu pai, a sua mãe ou mesmo outro parente, transmitiam-lhe diversas competências, familiarizando-a com o ambiente, as plantas e os animais, ensinando a caça ou a pesca. Ensinavam-se certos procedimentos de fabricação, mostrava-se às meninas como manter um lar e aos meninos como praticar a agricultura ou construir uma casa. Do mesmo modo, as crianças aprendiam a arte, a música, a dança e a religião.

O ensino superior era essencialmente reservado à formação dos chefes e sacerdotes. Os primeiros, especialmente nos Estados centralizados, adquiriram, no quadro dessa instrução, um conhecimento aprofundado sobre a história da sua comunidade; eles se familiarizavam com as leis e os costumes em vigor, notadamente com o sistema jurídico a reger a terra e os outros bens essenciais; igualmente incorporavam os deveres e as responsabilidades do chefe. O processo de aprendizagem prosseguia ao longo do período precedente à entronização, durante o qual se enfatizava o caráter das atitudes e dos comportamentos esperados de tais chefes, ao passo que os próprios ritos do coroamento destinavam-se a fazer, desse chefe, um rei pertencente à esfera divina.

Quanto ao sacerdote, ele devia seguir, ao longo de muitos anos, uma rigorosa formação, composta de numerosas disciplinas. Entre outras obrigações, deveria

dominar a filosofia religiosa e o sentido dos cantos sagrados, dos mitos e dos louvores divinos. Dele também se esperava o reconhecimento dos sintomas de diferentes males, bem como o domínio sobre a aplicação das terapias à base de plantas ou das curas ritualísticas. De fato, o sacerdote não era somente o intermediário entre a comunidade e as divindades, ele assumia ainda o papel de curandeiro e, nas regiões áridas, de feitor da chuva, imbuído de poderes sobre as forças da natureza. Ele devia conhecer, em diversos graus, a classificação e as propriedades das plantas e dos animais, cabendo-lhe dominar não somente a biologia e a farmacologia, mas também a botânica e zoologia. Certos processos divinatórios supunham, por outro lado, um conhecimento aprofundado de matemática, cujos estudos modernos começam apenas a avaliar a extensão.

Em razão do desprezo daqueles formados pelo sistema ocidental diante do sistema de educação autóctone, o progresso da educação ocidental não contribuía em nada para aumentar o conhecimento sobre agricultura, noções sanitárias, ofícios e procedimentos tradicionais de fabricação, os quais continuavam, no entanto, a garantir a sobrevivência nas regiões rurais. Numerosos eram aqueles, mesmo nos campos, que haviam rejeitado a religião tradicional, força motriz do sistema de educação autóctone, e se haviam identificado com o Islã e o cristianismo; contudo, os valores tradicionais não haviam em nada perdido a sua importância e pertinência. Quando formas africanizadas de cristianismo espalharam-se nos campos, elas integraram uma grande parte do condão da cultura tradicional, notadamente nos domínios da doença e saúde. Ao reconhecimento dos méritos da agricultura e dos preceitos sanitários tradicionais, em voga nos dias de hoje, conjugava-se um renascimento da religião tradicional e de uma melhor apreciação do sistema de educação autóctone.

Expansão e reforma

Quando da independência, os dirigentes africanos compreenderam faltar-lhes, a um só tempo, expandir e reformar o sistema de ensino colonial. Para retomar os termos do presidente da Guiné, Sékou Touré: “Nós devemos africanizar a nossa educação e livrarmo-nos das falsas ideias herdadas de um sistema educativo concebido para servir aos objetivos coloniais.”

Durante a Conferência de Addis-Abeba, organizada pela UNESCO, em maio de 1961, foi formulado o Plano para o Desenvolvimento da Educação na África, que fixava objetivos precisos a serem atingidos em matéria de extensão da escolaridade, além de descrever os meios financeiros necessários à sua realização. Porém, os objetivos de Addis-Abeba traduziam, sobretudo, as esperanças e as aspirações dos participantes, muito mais que a realidade econômica da África.

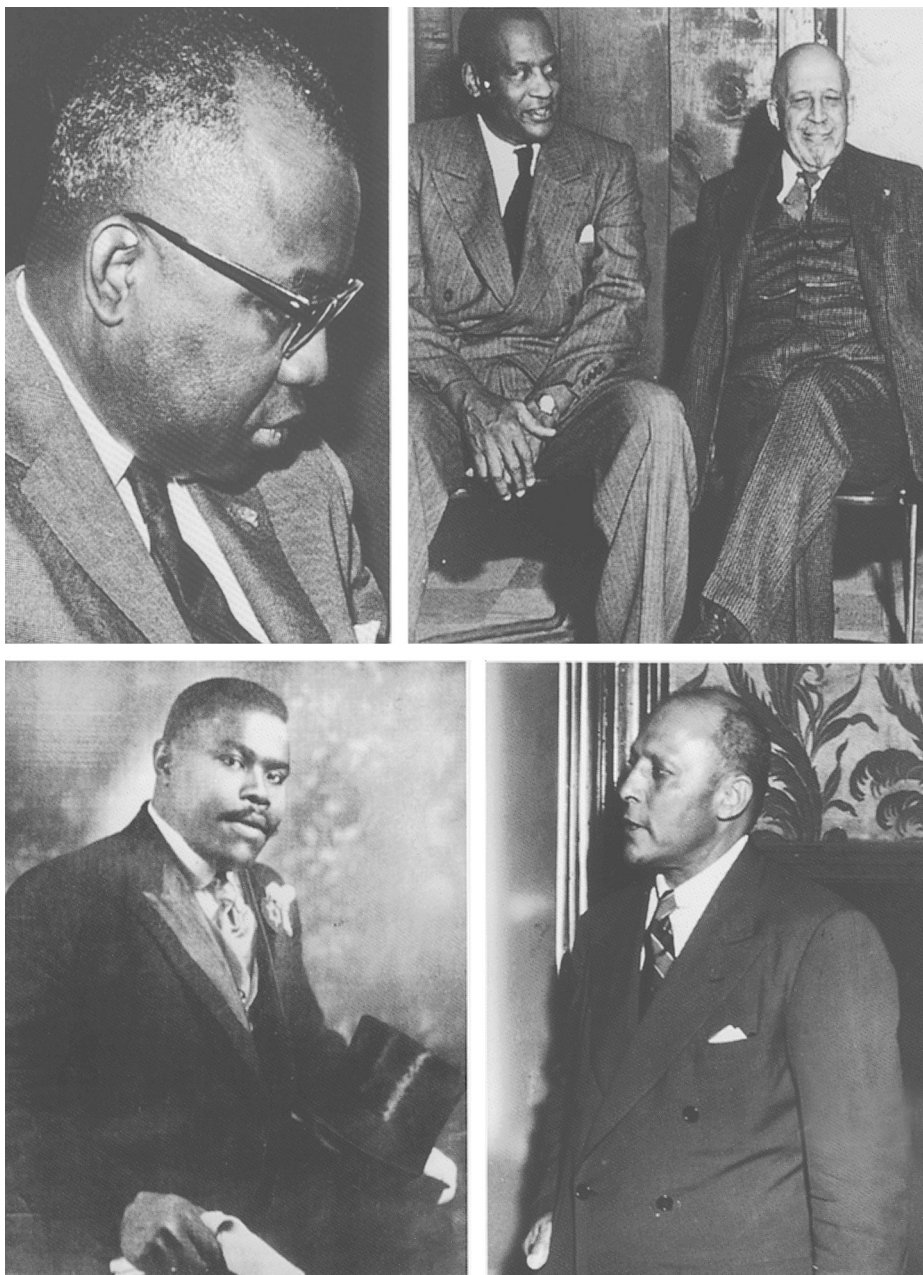
Em 1980, os orçamentos para a educação na África absorviam entre 25 e 35% das despesas públicas de custeio. O custo por aluno/ano em percentil do Produto Nacional Bruto (PNB) por habitante, aproximadamente ao final dos anos 1970, era de 22, 133 e 986 dólares para o primeiro, segundo e terceiro graus do ensino, respectivamente. Esses índices representavam o mais alto investimento proporcional, comparativamente a todas as regiões, desenvolvidas ou em desenvolvimento.

Os esforços empreendidos para manter o ritmo da expansão foram, talvez, o principal fator contribuinte para o entrave na implantação das reformas estruturais nos sistemas de educação herdados do período colonial. Não havia tempo para interrupções, para proceder a mudanças radicais, reciclar o pessoal e criar novas orientações. Via de regra, o discurso permanente acerca da necessidade de uma reforma pedagógica não se traduzia senão por modificações de fachada.

O ensino superior ilustra, à perfeição, a situação prevalente na África, a combinar extensão dos meios materiais e limitação das reformas.

O ensino superior

As instituições de ensino superior formam o centro nervoso do processo de modernização na África. Elas igualmente representam a maior expressão na busca contínua pela renovação e pelo progresso, em respeito aos conhecimentos, às crenças e ao florescimento pessoal. Entre outras atribuições, esses estabelecimentos selecionam, formam e preparam, em favor do seu melhor desempenho, alguns dos mais aptos espíritos, destinados a ocupar os altos escalões na administração pública, no *mundo* dos negócios e junto aos profissionais liberais. Indubitavelmente, o número de indivíduos assim formados e diplomados é, em termos proporcionais, muito reduzido, entretanto, o seu poder e a sua influência na sociedade são consideráveis. Portanto, não causa espécie que esses centros de ensino superior inspirem sentimentos entremeados de esperança, admiração, respeito, temor e desconfiança junto a todos, jovens e idosos, e, particularmente, entre os homens políticos.

O ensino superior avançou, sem dúvida, na África independente. O número total de inscritos, 140.000 em 1960, atingiu valores multiplicados em oito vezes no ano de 1980, alcançando 1.169.000 indivíduos. Em 1980, 3% da população em idade correspondente ao estudo superior estavam matriculados em universidades, a saber, índices superiores aos 2% projetados. Inclusive, os efetivos do ensino superior continuam a crescer a um ritmo maior, comparativamente ao observado nos níveis inferiores, embora os governos tenham ensaiado frear as inscrições, em razão do custo desse segmento do ensino. Esse fenômeno ilustra as realidades políticas no âmbito educacional.

Algumas grandes figuras da diáspora africana, célebres defensores da causa dos negros. Na parte superior, à esquerda, George Padmore; na parte superior, à direita, Paul Robeson e W. E. B. Du Bois; na parte inferior, à esquerda, Marcus Garvey; na parte inferior, à direita, Max Yergan. (Foto: Topham, Londres; Mooriand--Spingarn Research Center, Howard University.)

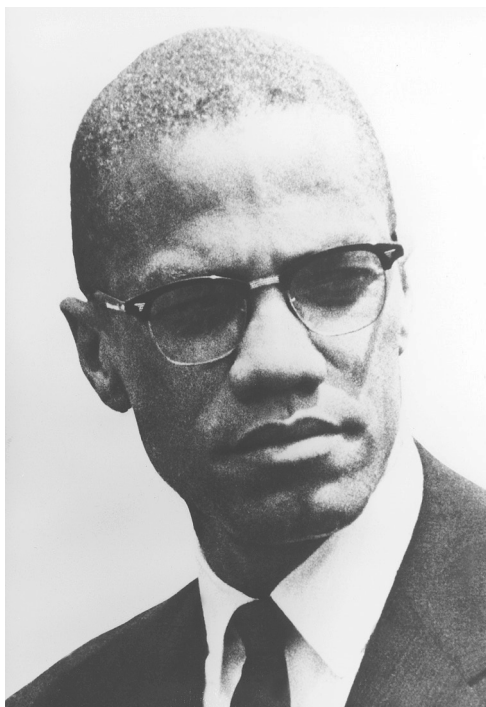
Entretanto, os jovens e os seus pais continuavam a exigir que o ensino superior oferecesse vagas em número suficiente, pois ele era considerado um passaporte para o sucesso – poder, dinheiro, prestígio e influência. Aos homens da esfera política, por reticentes que fossem, não lhes restava senão responder a esse desejo. Assim sendo, os efetivos do ensino superior continuaram a crescer, por vezes, em detrimento dos outros níveis educacionais.

Todavia, os responsáveis africanos haviam esperado que os estudantes inscrevessem-se em maior número nas disciplinas científicas e técnicas, comparativamente às inscrições nas fileiras literárias, de ciências humanas e sociais. A sub-representação do gênero feminino em meio aos estudantes do ensino superior constitui um problema suplementar.

Estender e revigorar o conjunto do sistema educacional é um desafio permanente. Os estabelecimentos de ensino superior devem conduzir os esforços visando a definir e coordenar os objetivos educacionais, a orientação curricular, o aperfeiçoamento dos materiais pedagógicos, a formação dos professores e o estudo da aprendizagem e do desenvolvimento humanos. Conquanto aceitem carregar, de modo cônscio e probo, todo o fardo da sua vocação educativa, essas instituições atrairão o reconhecimento, assim como o apoio material e moral das sociedades. Todavia, ao faltarem com esse dever, elas merecerão a indiferença.

A redefinição do conceito de educação é igualmente importante no curso dessa evolução. Ela deu lugar a modificações nas filosofias e nas políticas ligadas à educação. Tão diferentes quanto possam ser, de país a outro, os objetivos atribuídos à educação, grande parte dos Estados aparentemente adotou um mesmo arcabouço de ideias e princípios.

Primeiramente, trata-se da democratização da educação e da sua pertinência. A educação está sobremaneira focada sobre a pessoa que ela espera desenvolver. Este homem novo estaria profundamente enraizado no meio africano sem, contudo, romper os laços com o restante das experiências e culturas humanas, consciente das suas responsabilidades políticas, cívicas e familiares, pronto, igualmente, a tomar parte ativa na esfera do desenvolvimento econômico, social e cultural da África. Além do preponderante papel por ela ocupado em respeito à evolução da democracia, a educação é progressivamente melhor considerada na qualidade de ferramenta em prol do conhecimento e do florescimento, tanto do ponto de vista individual quanto para a sociedade em seu conjunto.

Contrariamente aos anos 1960, durante os quais a missão consignada à educação era, em sua essência, de ordem econômica, os educadores africanos adotaram posteriormente uma visão mais global sobre a natureza da criança e acerca da contribuição da educação para o seu desenvolvimento. Após 1960, grande número de países africanos chegou à conclusão de que a educação deve interessar-se por todos os aspectos do desenvolvimento individual: físico, inte-

Malcolm X, porta-voz apaixonado da luta pelos direitos dos negros. (Foto: Moorland-Singarn Research Center, Howard University.)

lectual, social, moral e espiritual. Ademais, a educação seria, desde logo, considerada como o mais apropriado meio de redescobrimento, fortalecimento e promoção das culturas e do desenvolvimento autóctone.

SEÇÃO VI
O PAN-AFRICANISMO: LIBERTAÇÃO E INTEGRAÇÃO A PARTIR DE 1935

A África e a diáspora negra

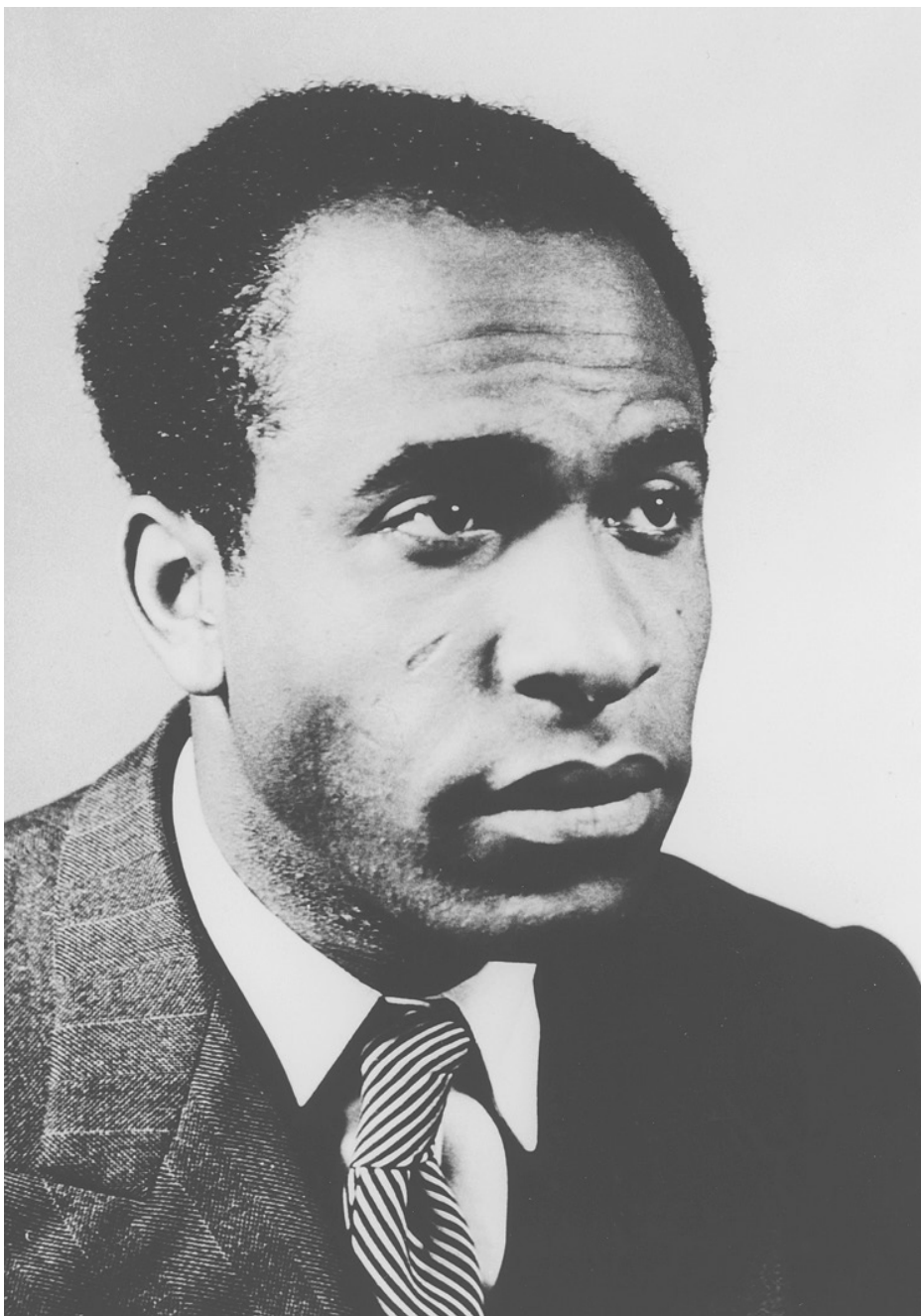
Os africanos da diáspora desde 1935

Que contribuições os africanos dos diferentes países da diáspora teriam trazido ao pan-africanismo, desde os anos 1930? O movimento pan-africanista

conheceu uma nítida inflexão em suas atividades na América e na Europa após a realização do Congresso Pan-Africano de Nova Iorque, no ano 1927. Contudo, nos anos 1930, ele reagiu vigorosamente à agressão da Itália contra a Etiópia (1935-1941) e à ascensão do fascismo na Europa. Essa reação, especialmente na Europa e na América, conduziu a um aprofundamento da doutrina e a uma ampliação das atividades, as quais se expressariam durante o Congresso Pan-Africano de Manchester, em 1945, e contribuiriam para a derrubada do sistema colonial e para a conquista das independências, nos anos 1950 e 1960.

O quinto Congresso Pan-africano

As sucessivas criações de associações e os múltiplos encontros, destinados na Europa, na África e nos Estados Unidos a coordenarem a ação conduzida em favor dos africanos do continente e dos negros da diáspora, desdobraram-se em 1945 na reunião do quinto Congresso Pan-africano, realizado em Manchester (esse congresso será objeto de uma análise detalhada no tópico "Pan-africanismo e libertação"). Basta neste momento indicar que foi justamente a esse congresso de Manchester, presidido por Du Bois, que coube o êxito de conferir ao pan-africanismo, na qualidade de movimento de libertação, o seu verdadeiro impulso na África, consolidando-o além das fronteiras europeias e americanas. O ano 1945 marcou igualmente outro ponto de inflexão na justa medida em que os negros dos Estados Unidos e das Antilhas anglófonas, os quais haviam oferecido, até então, os seus mais eloquentes e eficazes dirigentes ao movimento pan-africano, consagraram-se, a partir dessa data e durante os anos 1950, principalmente à luta pela igualdade nos Estados Unidos e ao bom funcionamento da Federação formada por Barbados, Jamaica e Trinidad e Tobago.

Durante os anos 1960, Malcolm X, denominado "Ministro da nação do Islã", entre os *Black Muslims* [Muçulmanos negros], era uma figura extremamente popular junto aos afro-americanos e em meio aos jovens. Ele exortava os negros a estudarem a história dos seus ancestrais e a tomarem em mãos o seu futuro. Em 1964, criou a Organização da Unidade Afro-americana, com vistas a reunir os afro-americanos engajados na luta nacional e com a esperança de cooperar com a Organização para a Unidade Africana (OUA). Ele foi assassinado em 1965, entretanto, o relato da sua vida por Alex Haley tornou-se, com os "Damnés de la terre", do martinicano Frantz Fanon, o guia dos jovens negros que recém haviam chegado à direção do *Black Power*, como Stokely Carmichael ou Walter Rodney.

Franz Fanon, autor francês nascido na Martinica. (Fonte: Com a autorização das Éditions du Seuil, Paris)

Ao final dos anos 1960, os jovens afro-americanos foram os pioneiros no renascimento de um movimento internacional pela afirmação da identidade africana. Eles não somente assumiam com orgulho as suas origens, inspirando-se, em seu estilo de vida, nas tradições africanas – vestindo túnicas africanas, usando pérolas e braceletes, penteando-se à africana ou adotando nomes africanos –, como também exigiam que o sistema escolar e universitário assegurasse um ensino sobre os negros (sobre a África e a diáspora).

Após 1969, formaram grande número de associações culturais, organizações políticas, organismos de apoio ao desenvolvimento da África e destinados a reatar os laços desta última com a sua diáspora. Nesse sentido, o teórico e militante do pan-africanismo Saint Clair Drake notara, por ocasião do primeiro Festival de Artes Negras, ocorrido em Dakar no ano de 1966, que o pan-africanismo cultural poderia oferecer aos africanos maiores possibilidades de identificação e de cooperação entre si, comparativamente ao pan-africanismo político.

Sob essa perspectiva, ocorreram muitos encontros, testemunhos de inspiração transafricana e geradores de importantes resultados.

A multiplicação das organizações e das conferências no seio da diáspora africana incrementou os meios de comunicação entre as populações africanas, contribuiu para inspirar-lhes o orgulho em respeito às suas origens e a vontade de agir, encorajou grande número de projetos de pesquisa e publicações, colocando assim, à disposição destas populações, conhecimentos mais extensos e aprofundados. No entanto, muitos grupos de origem africana permanecem desconhecidos, não tendo representado o objeto de suficientes pesquisas ou publicações.

O horizonte mundial da consciência africana

A diáspora africana estende-se praticamente pelo mundo todo, e várias comunidades de origem africana, relativamente desconhecidas, afirmam fortemente a sua identidade africana. Na América do Sul, as autoridades habitualmente pretendem que os descendentes de africanos tenham sido assimilados ou estejam em vias de sê-lo em sua existência em meio ao restante da população, adotando a sua cultura, originalmente espanhola ou portuguesa; desde alguns decênios, os recenseamentos não mais levam em consideração a identidade racial e os problemas raciais são difíceis de discernir. Os sul-americanos de origem africana, contudo, não menos expressam a sua africanidade em obras literárias ou canções, havendo, também, formado associações de combate ao racismo e organizado programas de assistência mútua, em matéria de educação e cultura.

Embora a presença africana na Argentina, Bolívia, no Chile, Paraguai e Uruguai tenha quase desaparecido, os poucos negros que vivem no Peru possuem a sua companhia de teatro, o *Expressión Negra Peruana*, além do seu centro de pesquisas, o Instituto de Pesquisa Afro-Peruanas. No Equador, onde os negros representam de 10 a 15% da população e aparentemente são majoritários em alguns distritos, o Centro de Estudos Afro-equatorianos rapidamente implantou-se em várias cidades e localidades. Uma Conferência Pan-americana sobre a mulher negra teve lugar no Equador em 1983. Na Venezuela, país no qual os negros atingem quase 30% da população, a Biblioteca Nacional possui uma seção africana. Os negros da Colômbia, os quais representam de 30 a 40% da população nacional, formam a mais importante comunidade afro-hispânica da diáspora. As principais organizações afro-colombianas são a Fundação Colombiana para a Pesquisa sobre o Folclore e o Centro de Pesquisa sobre a Cultura Negra e o Movimento Cultural Negro. A primeira organizou, em 1983, um colóquio nacional sobre a bibliografia afro-colombiana; a segunda publica o mensal “Presencia Negra”.

No Brasil, onde tradicionalmente aplica-se uma política assimilacionista em relação aos negros, a população de origem africana representa provavelmente a metade da população nacional. Ela, sem dúvida, constitui a mais vasta comunidade da diáspora africana, exercendo uma profunda influência cultural sobre a população de origem não africana. No entanto, excetuando-se a imigração voluntária de milhares de afro-brasileiros, no século XIX, rumo à Costa do Ouro, ao Togo, a Daomé (atual Benin) e à Nigéria, até data relativamente recente, os negros do Brasil não haviam estabelecido ou mantido senão poucas relações com a África e a diáspora africana.

Em Salvador, capital do estado da Bahia, onde vive a mais importante comunidade afro-brasileira, está instalado o Centro de Estudos Afro-Orientais, que abriga o Museu Afro-Brasileiro; justamente nesta mesma cidade é publicado o jornal “Afro-Brasil”. Na capital federal, Brasília, um grupo de pesquisadores do Centro Pró-Memória estuda o patrimônio afro-brasileiro.

O Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, patrocina conferências e publicações sobre a realidade afro-brasileira. Igualmente situado em terras fluminenses, o Instituto de Estudos e Pesquisas Afro-Brasileiros, dirigido pelo deputado federal de origem africana Abdias Nascimento, publica a revista “Afrodiáspora”.

O Movimento Negro Unificado contra a discriminação racial organiza anualmente, no dia 20 de novembro, a Jornada Nacional da Consciência Negra. Essa data marca o aniversário da morte de Zumbi dos Palmares, fundador africano do

Quilombo dos Palmares, assassinado pelos portugueses em 1695; o governo brasileiro inclusive aprovou a elevação de um monumento em memória de Zumbi. O Movimento Negro possui seções nos Estados Unidos e noutros países.

Na América Central, de cultura hispânica, os descendentes dos africanos dividem-se, em alguns países, em dois grupos: os centro-americanos nativos e os imigrados. Os primeiros são cidadãos desses países por nascimento; os segundos descendem de trabalhadores anglófonos imigrados, vindos dos países vizinhos de língua inglesa. A política de hispanização conduzida nesses países provocou graves conflitos. Isso é particularmente evidente na Costa Rica, onde imigrados originários da Jamaica, de Trinidad e de outras ilhas do Caribe estabeleceram-se para servirem como mercenários ou para trabalharem na construção de estradas de ferro ou nas plantações de banana.

O Panamá conhece um problema similar; mas, contrariamente àquela da Costa Rica, a sua população negra, composta a um só tempo de panamenhos nativos e imigrados, é muito numerosa, senão majoritária. Os imigrados negros, oriundos sobretudo de Barbados, da Jamaica, de Trinidad e eventualmente dos Estados Unidos, foram empregados pelos americanos para trabalharem na construção e na manutenção do Canal.

No México, os negros formam uma ínfima minoria, não ultrapassando talvez sequer 1% da população. Entretanto, o Centro de Estudos Africanos dedica-se a trazer o conhecimento sobre a cultura africana e o pan-africanismo. Em Cuba, onde os negros representam de 30 a 40% da população, os afro-cubanos, contrariamente aos outros negros hispanófonos, participaram ativamente na vida política do seu país durante grande parte do século XX.

Embora a Ásia tenha acolhido relevante número de escravos negros, assim como alguns comerciantes e outros africanos de condição livre, não existe praticamente nenhum estudo sobre esses movimentos populacionais, não havendo sério exame a respeito da presença africana na vasta extensão dessa parte do planeta, nos horizontes compreendidos entre a Turquia e as ilhas do Oceano Pacífico.

O número de africanos estabelecidos na Europa aumentou em muito. Em 1983, havia na França 1.572.164 norte-africanos (866.595 argelinos, 492.669 marroquinos e 212.909 tunisianos). A sua presença permanece uma fonte de tensão, não somente na França, mas igualmente no âmbito das relações franco-magrebinas. O número de negros aumentou da mesma forma na Grã-Bretanha; oriundos principalmente das Antilhas, da América continental e da África, eles mantêm múltiplas relações com a população britânica.

O nosso conhecimento a respeito dos africanos da diáspora compreende todavia graves lacunas, mas não se pode questionar a importância da sua história, de fortes repercussões nas diversas partes do mundo. Eles trouxeram, através do seu trabalho, uma inestimável contribuição para o desenvolvimento agrícola, industrial e técnico em todas as regiões onde se instalaram. As religiões da diáspora, especialmente no Brasil e em Cuba, muito amiúde conservaram traços africanos, embora os seus fiéis e os símbolos por eles utilizados não sejam todos africanos. As línguas africanas da diáspora influenciaram numerosas línguas estrangeiras, latinas, entre outras, e continuam a ser faladas na Europa, na América e na Índia. A arte negra inspirou Picasso e outros artistas e os ritmos sincopados da música e das danças africanas ressoam, mundo afora, até os dias atuais.

Cientistas originários da diáspora africana – como George Washington Carver, agronomia, Charles Drew, hematologia, Hildrus Poindexter, medicina tropical, e muitos outros – colocaram a sua genialidade ao serviço da humanidade. Sociólogos e antropólogos, oriundos desta mesma diáspora, lançaram luz sobre formas particularmente complexas de organização social. Enfim, prosseguindo uma tradição secular de resistência à opressão, na África e alhures, alguns africanos desempenharam um reconhecido papel, na vanguarda do movimento pelos direitos humanos, entre os quais, Ralph Bunche, Albert Luthuli, Martin Luther King ou o arcebispo Desmond Tutu, todos laureados do prêmio Nobel da Paz.

O Pan-africanismo e a integração regional

Na qualidade de força de integração visando à unidade ou à cooperação política, cultural e econômica na África, o pan-africanismo conhece três fases distintas: a fase colonial, de 1935 a 1957; a fase da independência, como movimento de libertação; e uma terceira fase iniciada nos anos 1970, no curso da qual o pan-africanismo como força de integração foi reforçado pelas mudanças ocorridas na economia mundial e pelas pesadas repercussões dessas mudanças nas economias africanas.

Pan-africanismo e integração continental

A despeito dos esforços integracionistas empreendidos no transcorrer dos anos 1930 e 1940, não houve resultado algum antes de 1957. Justamente nessa data, com a conquista da independência de Gana, sob a enérgica conduta de

Kwame Nkrumah, somente então o pan-africanismo, como movimento de integração, realmente definiu os seus objetivos e encontrou a sua dinâmica. À época, tratava-se de alcançar a integração política, cultural e econômica, em níveis regional, continental e extrarregional – em outras palavras, África e comunidade econômica europeia.

Na ocasião, era certamente Nkrumah quem mostrava o caminho. A sua primeira iniciativa foi constituir a união Gana-Guiné (1958) e a união Gana-Guiné-Mali, primeira etapa rumo à "União dos Estados Africanos". A segunda foi organizar a Conferência dos Estados Independentes. Todas as conferências realizadas proclamavam, entre outras, a constituição de um vasto mercado e unidade comum em escala continental.

A conquista da independência por elevado número de Estados africanos, entre 1960 e 1964, prejudicou consideravelmente a ação integradora do pan-africanismo. Os dirigentes africanos dividiram-se horizontalmente em dois blocos, um deles pró-ocidental e o outro pró-socialista, bem como em revolucionários, progressistas, reacionários, capitalistas, socialistas, tradicionalistas e moderados. Ademais, o objetivo prioritário das conferências pan-africanas dos anos 1960 era intensificar a luta política, com vistas a permitir aos países ainda submetidos à tutela colonial conquistarem a sua independência. Eis a razão pela qual o desenvolvimento econômico, a despeito da sua crucial importância, não ter sido considerado um objetivo maior. Além disso, os dirigentes dos novos países independentes consagravam toda a sua atenção aos problemas territoriais impostos pela unificação de grupos étnicos e regionais; ao fortalecimento do seu próprio partido e do seu poder sobre as massas e sobre os chefes oposicionistas; à luta contra a pobreza, a doença e a ignorância; à segurança do país no contexto da Guerra Fria; e à ameaça de golpes de Estado. Em razão dessas prioridades, tensões e conflitos internos, era difícil para alguns chefes de Estado independentes engajarem-se em uma política pan-africanista além das suas próprias fronteiras ou, em seu território nacional, aplicarem resoluções pan-africanistas.

Os dirigentes africanos começaram, portanto, a situarem-se em campos opostos, principalmente quanto à questão do futuro da dimensão integracionista do movimento pan-africano. Em 1961, Gana, Guiné, Egito, Mali, Marrocos, Líbia e o governo argelino no exílio constituíram o Grupo de Casablanca, ao passo que outras antigas colônias francesas, acompanhadas da Nigéria, da Etiópia, da Libéria e de Serra Leoa, formavam o Grupo de Monróvia. De modo geral, o Grupo de Casablanca era favorável a uma forte união política, inspirando-se nos Estados Unidos da África, conclamados por Nkrumah. Ele reunia dirigentes africanos militantes do pan-africanismo, do socialismo e do não alinhamento,

preconizando uma planificação e um centralizado desenvolvimento econômico, um sistema de defesa e de segurança em esfera continental, além de defender o restabelecimento da honra da cultura africana.

O Grupo de Monróvia, por sua vez, era favorável a uma confederação "maleável" de Estados africanos, soberanos e independentes, que favorecesse uma participação e uma cooperação voluntárias no âmbito dos intercâmbios culturais e da interação econômica. Os seus membros eram particularmente inflexíveis no tocante ao respeito pela soberania e à integridade territorial de cada Estado, desconfiando das ambições de certos Estados do Grupo de Casablanca e antevendo uma possível ingerência em seus assuntos internos.

Após múltiplas propostas e contrapropostas, bom número de reuniões de comissões e intensa negociação bilateral, trinta dirigentes africanos, chefes de Estado ou de governo em países independentes, assinaram, em 25 de maio de 1963, a Carta Manifesto pela Unidade Africana, criando a Organização pela Unidade Africana (OUA).

Em razão da criação da OUA e da sua ação concentrada na dimensão libertadora do pan-africanismo, assim como da grande atenção dedicada pelos numerosos Estados independentes à sua evolução interna e ao fortalecimento dos seus laços com as antigas potências coloniais, e sobretudo em função da derrubada de Nkrumah, o pan-africanismo, na qualidade de vetor de integração, perdeu o seu ímpeto durante a segunda metade dos anos 1960, geralmente, em proveito de movimentos favoráveis à constituição de agrupamentos regionais e interestatais.

Pan-africanismo, regionalismo e desenvolvimento econômico

O ressurgimento de uma série de projetos de integração regional na África constituiam respostas mais ou menos explícitas à dominação estrangeira herdada da era colonial. Dentre as mais ambiciosas e dinâmicas estava a Comunidade Econômica da África do Oeste (CEDEAO, ECO-WAS em inglês) reunindo dezesseis países que, da Mauritânia ao nordeste à Nigéria a sudeste, cobrem uma superfície de seis milhões de quilômetros quadrados. Constituída em Lagos, no mês de maio de 1975, a CEDEAO consistia na primeira tentativa séria de integração e cooperação econômicas na sub-região da África do oeste e congregava países de língua, história, alianças e instituições distintas.

Essas novas formas de integração regional partilhavam o mesmo objetivo fundamental: reduzir a dependência dos Estados-membros em respeito às forças externas que influenciavam as políticas e orientações econômicas dos países

africanos; coordenar os programas de desenvolvimento nos diferentes setores e subsetores, com vistas a acelerar o ritmo do crescimento econômico e do desenvolvimento.

Porém, em que medida, efetivamente, essas novas organizações disporiam dos meios e do poder para enfrentar os preocupantes problemas impostos pela dependência e pelo neocolonialismo?

Numerosos teóricos do desenvolvimento admitem que os processos evolutivos regionais não são autóctones e tampouco espontâneos, mas respondem às relações de interdependência e interação, características da ordem mundial. A ação de forças externas influi profundamente sobre o curso do processo de estabelecimento da integração. Um exemplo é o modo pelo qual as empresas transnacionais, e outros interesses externos, não somente tiraram proveito da integração regional africana, em detrimento dos Estados-membros, mas igualmente impediram esses países de utilizarem, o melhor possível, as instituições de cooperação econômica e modificarem as estruturas produtivas e industriais para desenvolverem as trocas no interior das fronteiras africanas e tornarem o continente menos dependente do estrangeiro.

Considerando-se essa situação concreta, podia-se facilmente prever o tipo de problemas que a penetração externa eventualmente traria às novas formas de integração regional. Os fatos levavam a supor que nenhuma dentre as novas instituições regionais dispunha dos meios suficientes para enfrentar o complexo problema da redução da dependência.

Regionalismo **versus** *pan-africanismo extrarregional*

O difícil problema da dependência colocado para as organizações regionais foi consideravelmente complicado pelo surgimento de um novo tipo de pan-africanismo, extrarregional, que ilustra as Convenções de Lomé, realizadas entre a Comunidade Econômica Europeia (CEE) e a África nos anos 1970. Do ponto de vista da mudança estrutural, o novo "regime" de Lomé não representava, em nada, um meio de provocar uma conversão da Europa ou da África. O neocolonialismo praticado pela CEE consistia em consolidar e manter o *status quo* que caracterizava a antiga ordem – as tradicionais estruturas de dependência estabelecidas após a conferência de Berlim de 1884 e as estruturas pós-coloniais. Se, por sua vez, a conferência de Berlim instaurou a dominação colonial na África, o Tratado de Roma, criador da CEE, consagrou o advento do neocolonialismo e da dependência no continente.

Por conseguinte, sob muitos aspectos, esse novo pan-africanismo extra-regional, que ilustra as Convenções de Lomé, é, essencialmente, incompatível com as concepções, com as estratégias de desenvolvimento e os objetivos essenciais do pan-africanismo em nível regional. No plano estrutural, este tipo de pan-africanismo não oferece portanto nenhuma orientação à África, ele não apresenta nenhum caráter inovador e não abre qualquer nova perspectiva. Ao contrário, ele sanciona a validez da concepção para o desenvolvimento africano e favorece a penetração capitalista na África. Em resumo, os diferentes sistemas de integração econômica regional na África deveriam imperativamente reforçar a sua autonomia econômica para reduzirem a sua dependência perante os países industrializados, senão ao menos liberá-los dessa subordinação, favorecendo assim o seu desenvolvimento.

Pan-africanismo e libertação

O pan-africanismo nasceu no Novo Mundo, nos séculos XVIII e XIX, em favor da luta dos negros pela libertação, contra a dominação e a exploração dos brancos. No próprio continente africano, o pan-africanismo, como movimento de libertação, remonta à invasão da Etiópia pelos fascistas italianos, em 1935, assim como ao quinto Congresso Pan-africano reunido em Manchester, em outubro de 1945. Nesse congresso, pela primeira vez, durante toda a história do movimento pan-africano, os representantes africanos eram os mais numerosos, e os debates envolveram, essencialmente, a libertação da África colonizada. O congresso de Manchester foi organizado por um Secretariado Especial, presidido por Peter Milliard, da Guiana britânica (atual Guiana), e incluindo R. T. Makonnen, das Antilhas (tesoureiro), Kwame Nkrumah, da Costa do Ouro (atual Gana) e George Padmore, de Trinidad e Tobago (cossecretários), Peter Abrahams, da África do Sul (secretário encarregado das relações públicas) e Jomo Kenyatta, do Quênia (secretário adjunto). O congresso agregou mais de duzentos delegados vindos, em sua maioria, das colônias britânicas na África, entre os quais figuravam os futuros chefes de Estados independentes. Um veterano do pan-africanismo, W. E. B. Du Bois presidiu todas as sessões do congresso.

O quinto Congresso Pan-africano reunido em Manchester, em outubro de 1945, tornou o pan-africanismo uma ideologia de massas, elaborada pelos africanos e em seu próprio favor. Inicialmente, ideologia reformista e protestante em favor das populações de origem africana habitantes na América, o pan-africanismo tornara-se uma ideologia nacionalista orientada para a libertação

do continente africano. O pan-africanismo mundial de Du Bois, o combate de Garvey pela autodeterminação e autonomia e, o regresso à cultura africana preconizada por Césaire pertenciam, doravante, inteiramente ao nacionalismo africano. Diversos representantes, como Nkrumah ou Kenyatta, saíram de Londres rumo à África, onde eles iriam conduzir o seu povo à independência. Todos os movimentos nacionalistas inscreveram em seus estatutos disposições inspiradas pelo pan-africanismo.

O pan-africanismo e a libertação da África

Na história do pan-africanismo, como movimento de libertação, o período entre 1950-1965 foi dominado pela figura de Kwame Nkrumah. Através de suas declarações, da sua ação e do seu exemplo, Nkrumah mobilizou, em favor da causa pan-africana, os dirigentes africanos dos movimentos de libertação e dos Estados independentes. Segundo ele, como declarou na noite da conquista da soberania pelo seu país, a independência de Gana não tinha sentido senão na perspectiva de uma libertação completa do continente africano. Igualmente, organizou sem delongas vários congressos pan-africanos. Esses encontros foram inaugurados pela primeira Conferência dos Estados Africanos Independentes, realizada em abril de 1958, na capital Accra, sede de Gana Independente. Essa conferência identificou os principais temas que o pan-africanismo deveria desenvolver na era da independência; ela lançou, sem dúvida, as bases para a Organização da Unidade Africana (OUA), estabelecendo princípios, tais como o primado da independência política, o apoio aos movimentos de libertação, a formação de uma frente única no seio da Organização das Nações Unidas e o não alinhamento.

A OUA e a libertação da África

O nascimento de numerosos Estados africanos, entre 1960 e 1964, complicou a tarefa do pan-africanismo, como movimento de integração. Contudo, incontestavelmente facilitou e acelerou o seu desenvolvimento na qualidade de movimento de libertação. Se, por um lado, os novos dirigentes africanos estavam em desacordo em relação à natureza da integração política que devia ser realizada na África, era quase unânime o reconhecimento da urgente necessidade em libertar inteiramente o continente do colonialismo. A adesão geral em prol da libertação é realmente uma das razões, senão a principal delas, da unificação dos grupos que formaram a OUA logo após um memorável encontro em Addis-Abeba, em maio de 1963.

A OUA: a descolonização e a libertação

A ajuda planejada, oferecida pela OUA aos movimentos de libertação nacional dos povos colonizados da África, constituiu-se em uma das suas mais regulares e eficazes contribuições em benefício da causa pan-africanista. No transcorrer da conferência constituinte de Addis-Abeba, em maio de 1963, os Estados independentes adotaram uma vigorosa resolução relativa à descolonização, segundo a qual eles reconheciam unanimemente que "todos os Estados africanos independentes têm o dever de ajudar os povos dependentes da África que lutam pela liberdade e pela independência". Eles admitiram, igualmente, o reconhecimento da urgente necessidade de intensificarem os seus esforços para acelerar a incondicional conquista da independência nacional de todos os territórios africanos ainda submetidos à dominação estrangeira.

No plano internacional, a OUA conseguiu provocar, em escala mundial, a condenação do colonialismo e do *apartheid*, obtendo por toda parte apoios de ordem moral e material, em favor dos movimentos de libertação. Ela convenceu as Nações Unidas acerca da legitimidade da luta pela libertação dos povos africanos.

A criação da OUA e, especialmente, do seu Comitê Africano de Libertação, teve igualmente como efeito positivo aumentar a confiança, o otimismo, a determinação e a combatividade dos nacionalistas africanos.

O período seguinte, de 1973 a 1980, foi especialmente frutífero em referência ao que testemunham os resultados obtidos nas colônias portuguesas (Guiné-Bissau, Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe), em Comores, nas Seychelles e no Zimbábue. A atividade do Comitê Africano de Libertação nesses países contribuiu fortemente para possibilitar aos nacionalistas conduzirem a guerra que permitiu libertar, progressivamente, grande parte das colônias portuguesas, bem como reorganizarem a administração pública e a economia.

As atividades da OUA na esfera política e em favor da libertação conduziram-na, finalmente, a ocupar-se dos direitos humanos e dos direitos dos povos a disporem de si mesmos, à autodeterminação. O seu interesse por essas questões derivava de razões fincadas no passado. Assim sendo, para devolver a dignidade aos africanos, o pan-africanismo buscava tanto apagar as sequelas da escravatura, da qual os africanos da diáspora ainda sofriam, quanto por fim às mazelas do colonialismo na África.

A ação da OUA em matéria de desenvolvimento sociocultural

A afirmação das identidades culturais constituiu uma importante dimensão da luta pela libertação nacional na África. A cultura é libertadora e favorece

a emancipação dos povos colonizados; eis a razão pela qual a OUA levou em conta o fator cultural.

As relações que a OUA, também responsável pela educação, pela ciência e pela técnica, estabeleceu com a UNESCO e a ALECSO (*Arab League Educational, Cultural And Scientific Organisation*) deram a suas atividades uma dimensão internacional.

Em matéria social, muitas reuniões ocorreram com o concurso de organismos internacionais ou interafricanos com vistas a examinar a situação dos jovens, das mulheres ou dos portadores de deficiência.

A cooperação afro-árabe

Esta é outra faceta da atividade da OUA. As relações entre o mundo árabe e a África são evidentemente muito antigas, e esses contatos seculares desdobraram-se em uma cooperação cultural e econômica.

A criação da OUA marcou uma etapa importante entre o pan-africanismo e o pan-arabismo. A OUA, inspirada em uma concepção que fez do Saara um lugar de passagem e não uma barreira, era afro-árabe pela sua própria composição, e passou a representar, sob certos aspectos, a expressão do mais importante e ambicioso projeto de união afro-árabe jamais dantes concebido.

SEÇÃO VII
A ÁFRICA INDEPENDENTE EM MEIO AOS ASSUNTOS MUNDIAIS

A África e os países capitalistas

O multilateralismo e a Carta do Atlântico

Desde os primórdios da Segunda Guerra Mundial, os dirigentes da aliança antieixo deram-se conta da necessidade de se neutralizar as intensas rivalidades econômicas que dividiam as potências capitalistas, se acaso fosse desejável evitar outro conflito mundial. Eles decidiram, portanto, estabelecer dispositivos que, segundo as suas expectativas, lhes permitiriam administrar a paz após o conflito. A Carta do Atlântico, redigida em 1941 pelo então presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt, e pelo primeiro-ministro britânico, Winston Churchill, tornou-se a sua referência. Ela norteava-se pelos princípios do multilateralismo,

conceito que igualmente inspirou a organização das grandes instituições político-econômicas e militares do mundo capitalista no pós-Guerra.

Os acordos de Bretton Woods de 1944 criaram, sob a égide dos Estados Unidos, três instituições econômicas fundamentais: o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Acordo Geral sobre as Tarifas e o Comércio (GATTI).

Nas esferas política e militar, a Carta do Atlântico esteve na origem da criação de duas instituições: a Organização das Nações Unidas (ONU), fundada em 1945 e sediada nos Estados Unidos e, em 1949, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), à qual se atribuiu a responsabilidade pela defesa coletiva das potências europeias e norte-americanas do mundo capitalista.

Duas outras organizações econômicas multilaterais, ulteriormente criadas, influíram no curso da evolução da África independente: a Comunidade Econômica Europeia (CEE), criada pelo Tratado de Roma em 1957, e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Essas instituições (ONU, FMI, Banco Mundial, GATTI, CEE, OCDE, OTAN) estavam no centro de uma ampla estrutura de regulamentações, leis, procedimentos e organizações, as quais, em conjunto, determinavam os mecanismos de funcionamento do mundo capitalista, nos quais os países africanos descolonizados inseriam-se.

A descolonização política e a rivalidade Leste-Oeste (1960-1984)

Os países ocidentais esforçaram-se para isolar a África da influência do bloco soviético, ao passo que o nacionalismo africano estava distante de ignorar a ajuda que esse mesmo bloco poderia conceder-lhe em seu combate contra a supremacia dos colonos rodesianos no Zimbábue, contra o colonialismo português em Angola, na Guiné-Bissau e em Moçambique, contra o domínio sul-africano na Namíbia e contra o *apartheid* e o poder dos colonos brancos na África do Sul.

Nos Estados africanos independentes, o protetorado da OTAN foi preservado de diversas maneiras: campanhas de propaganda destinadas a promover o clima político e cultural pró-ocidental e antissoviético; apadrinhamento político dos regimes africanos através das embaixadas ocidentais; intervenções políticas secretas e, caso fracassassem essas ações, intervenções militares diretas, em apoio aos regimes pró-ocidentais vacilantes ou intuindo derrubar regimes pró-soviéticos cujo estabelecimento estivesse consumado. Essas atividades culminaram com as múltiplas intervenções militares "anticomunistas", executadas na

África por forças ocidentais ou subservientes. Entre essas intervenções, devemos citar: a operação da ONU na República Democrática do Congo (ex-Zaire), entre 1960 e 1964, cujo objetivo consistia em banir Patrice Lumumba, considerado pró-soviético e comunista, instalando assim um regime pró-ocidental; as intervenções britânicas no Quênia e em Tanganyika (1964), com o intuito de reprimir sublevações contra os regimes pró-ocidentais; o golpe de Estado contra Nkrumah em Gana (1966), objetivando derrubar um chefe de Estado progressivamente antiocidental, etc.

Ao final de 1984, a OTAN perdera o seu protetorado sobre os países que ainda subsistiam como colônias, em 1970, mas, em contrapartida, ela lograra preservá-lo nos países que, à época, haviam conquistado a sua independência e que se haviam tornado, nesse ínterim, neocolônias. Dessa forma, justificava-se globalmente a estratégia do Ocidente de conceder, após a guerra, a independência às suas colônias para poder mantê-las sob o seu raio de influência econômica. A partir de 1974, o essencial do drama afro-ocidental desvelou-se não mais em cenário político, mas no âmbito econômico.

O desenvolvimento econômico e a descolonização (1960-1973)

A receita consagrada para desencadear o desenvolvimento preconizava a utilização, juntamente com o emprego de fundos da poupança interna, dos capitais de investimento, de ajuda financeira, de bens de produção, bem como de assistência técnica, capazes de contribuir para a criação de indústrias locais aptas a transformarem as matérias-primas e a produzirem bens de consumo, em substituição às importações. Paralelamente, deveriam ser realizados trabalhos na esfera da infraestrutura econômica (estradas, barragens, vias férreas, telecomunicações, entre outros), com o intuito de assegurar o abastecimento das indústrias e a distribuição da produção. O estabelecimento de uma infraestrutura social (escolas, hospitais, entre outros) deveria contribuir para melhorar a qualidade da mão de obra. A exportação dos produtos agrícolas e minerais financiaria a compra de bens de consumo e forneceria parte dos recursos necessários à industrialização. Essa estratégia, apoiada na poupança interna, na ajuda estrangeira, no investimento estrangeiro, na técnica estrangeira, nos especialistas estrangeiros e no comércio externo, com o objetivo de formar a mão de obra local, melhorar a infraestrutura e desenvolver a produção de matérias-primas, lograria permitir alcançar uma taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) suficientemente elevada, a ponto de cobrir o abismo existente entre os níveis de vida no Ocidente e na África.

Os socialistas e os capitalistas africanos não estavam de acordo quanto às modalidades de organização social interna mais adequadas para aplicar tal estratégia de desenvolvimento.

Porém, desde antes do final dos anos 1960, era evidente que a receita relativa ao desenvolvimento não produzia efeitos. No início dos anos 1970, não havia sequer sinais de uma "recuperação" em qualquer país da África (capitalista, socialista ou marxista). O mundo inteiro poderia constatar que as nações ricas tornavam-se progressivamente mais prósperas, ao passo que os pobres, aqui incluídos os países africanos, estavam cada vez mais empobrecidos.

Antes que a Organização dos Países Exportadores do Petróleo (OPEP) aumentasse o preço do petróleo, somente uma minoria de africanos correlacionava o desenvolvimento econômico à descolonização das suas relações econômicas externas. A descolonização era então considerada como uma simples africanização, caracterizada simplesmente pelo aumento numérico dos africanos nas estruturas econômicas herdadas da época colonial. Somente uma minoria de nacionalistas radicais defendia a nacionalização das empresas estrangeiras e uma modificação nas relações econômicas afro-ocidentais.

Por outro lado, o Ocidente, por sua vez, preferia a africanização das instituições econômicas coloniais, processo a desenrolar-se a um ritmo tão lento quanto possível. Ele opunha-se à nacionalização e até mesmo à expropriação parcial, rejeitando categoricamente qualquer alusão à modificação do caráter dos seus laços econômicos com a África.

A ação da OPEP marca um ponto de inflexão

A vitória da OPEP em seu intento de quadruplicar os preços do petróleo através de uma série de decisões unilaterais, em 1973 e 1974, modificou a ordem de possibilidades no cenário econômico internacional. Subitamente, os produtores de matérias-primas descobriram possuir os meios para tomar em mãos os seus recursos e o seu destino. Essa situação representou uma reviravolta. A partir desse momento, o desenvolvimento e a descolonização prosseguiriam com um espírito totalmente distinto.

O exemplo da OPEP fortalecia a resolução dos africanos, especificamente, de fazer o máximo para obter melhores condições na negociação em curso sobre acertos econômicos entre os países do grupo África-Caribe-Pacífico (ACP) e aqueles da CEE.

O combate pela descolonização econômica (1974-1984)

Os Estados africanos prosseguiram em seu esforço de descolonização orientados por duas diretrizes centrais: o combate geral do terceiro mundo em favor de uma nova ordem econômica internacional e as negociações da Convenção de Lomé entre os países do grupo África-Caribe-Pacífico (ACP) e a CEE. Esse esforço estava focado nas relações econômicas externas; ele não levava de modo algum em conta a parte imputável às relações sociais próprias aos países africanos naquilo que diz respeito à insuficiência do seu desenvolvimento.

A partir de meados dos anos 1960, uma campanha visando reformar as estruturas das relações econômicas mundiais fora lançada na ONU pelo Grupo dos Setenta e Sete. Inspirados nas ideias de alguns economistas latino-americanos e estimulados pelo sucesso da OPEP, os animadores dessa campanha reuniram rapidamente numerosos votos favoráveis e souberam atrair a atenção sobre si, fazendo grande ruído em torno das perdas econômicas do terceiro mundo nos seus intercâmbios com o Ocidente.

Em 1974, o Grupo dos Setenta e Sete logrou alcançar na ONU a adoção de uma Declaração para o Estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional, acompanhada de um Programa de Ação com esse propósito. O grupo igualmente garantiu a adoção de uma Carta dos Direitos Econômicos dos Estados. Essa carta apresentava dois importantes aspectos. Ela afirmava, a um só tempo, a soberania das nações em respeito aos seus recursos naturais, sobre os bens estrangeiros e aqueles das sociedades multinacionais situadas em seu território, assim como o seu direito de nacionalizar esses bens e decidir modalidades indenizatórias. Em segundo lugar, a Carta tornava obrigatório, aos países desenvolvidos, reparar as desigualdades que desabonam a estrutura da economia internacional, mediante a reorganização das estruturas decisórias do FMI, do Banco Mundial e de outras instituições financeiras internacionais, através do aumento das transferências líquidas de recursos aos países em desenvolvimento, concedendo-lhes o acesso aos meios científicos e técnicos correspondentes às necessidades e aos objetivos do seu desenvolvimento. Washington, Paris e Londres ouviram com inquietação ressoarem os sinais de alarme.

Os países ocidentais não eram evidentemente favoráveis a essas proposições que tendiam a suprimir ou enfraquecer o seu controle sobre a economia mundial. Mas eles não queriam tampouco uma proliferação de cartéis, do gênero da OPEP, para outros produtos de base, e muito menos a generalização de um clima de hostilidade ou enfrentamento econômico. Temerosos, por outro lado, em relação aos seus interesses no longo prazo, a saber, essencialmente, assegurar

a estabilidade do seu abastecimento em matérias-primas com preços tão baixos quanto o possível, os países ocidentais consentiram em iniciar negociações com o objetivo não de ceder às exigências do terceiro mundo, mas antes de neutralizar as pressões, de sabotar o movimento em favor de uma nova ordem econômica internacional e de confiar o controle de um eventual acordo ao FMI, ao Banco Mundial e a outras instituições, sob o domínio Ocidental. Como era possível esperar, as negociações não se desdobraram em resultados relevantes.

Um imperialismo triunfante

Em seu conjunto, as tentativas de descolonização econômica revelaram-se infrutíferas; a ordem estabelecida pela Carta do Atlântico permaneceu intacta. A campanha em prol de uma nova ordem econômica internacional e a Convenção de Lomé não modificaram, de modo relevante, as condições de dependência características do papel africano no sistema capitalista mundial. Se houve mudança, ela ocorreu no sentido de um fortalecimento das relações e das forças econômicas coloniais. Os países africanos permaneceram membros da ONU, do Banco Mundial, do FMI etc., e essas instituições não perderam o seu caráter como instrumentos da dominação ocidental; quanto à influência da África e do terceiro mundo em suas atividades e programas, ela não aumentou de modo notável salvo no âmbito da retórica.

Assim sendo, em lugar de tomar as suas distâncias com o mundo Ocidental, a África permaneceu ligada ao sistema capitalista mundial segundo o modelo colonial clássico, através das próprias estruturas das quais quisera livrar-se ou as quais intuíra modificar.

A escravatura e os impérios territoriais chegaram ao seu ocaso, contudo, desapareceram para ceder lugar ao triunfo do neocolonialismo e do imperialismo econômico.

A persistência da dependência e do subdesenvolvimento da África

A África logrou alcançar a sua descolonização política, entretanto, não teve sucesso a respeito de sua descolonização e desenvolvimento econômicos, tampouco obteve êxito no tocante à modernização, com a qual contara para conquistar o respeito no mundo.

O continente não atingiu senão uma modernidade ultrapassada. Não somente a África não atingiu a criação de uma robusta modernidade como, perdeu a sua tradicional capacidade de assegurar a sua própria subsistência. Em 1984 ela era o único continente incapaz de se alimentar por si próprio.

Na situação mundial tal qual constituída entre 1960 e 1984, teria um país pobre e subdesenvolvido realmente a possibilidade de se desenvolver? Sem dúvida, sim! O desenvolvimento era possível, tanto sem a ruptura com o Ocidente ou alteração das estruturas essenciais da dominação capitalista (como demonstrado em Cingapura, Taiwan, Hong Kong, na Coreia do Sul e em outros países recentemente industrializados do terceiro mundo, os NPI), quanto se subtraindo ao sistema capitalista (à imagem da China após 1949). Assim sendo, por que a África teria fracassado? Por que país africano algum integrou-se aos NPI?

Alguns pretenderam que esse insucesso devesse a se lhes ter impedido atingir o desenvolvimento em virtude da falta de capitais, outros atribuem-no à escassez dos seus recursos naturais, ou ainda em razão da sua população se ter mostrado insuficiente para criar um mercado interno capaz de suportar o esforço de desenvolvimento. Essas asserções são certamente aceitáveis em certos Estados, os mais empobrecidos e pequenos da África, entretanto, há outros para quem semelhantes desculpas não têm o menor sentido.

As causas estruturais do fracasso da África em relação à descolonização e ao desenvolvimento econômico estão inegavelmente ligadas às relações de dependência herdadas do passado, mas a sua inaptidão em modificar essas relações mediante a dedicação ao crescimento das forças produtivas é, em última análise, imputável à mentalidade de dependência tão amplamente difundida junto aos dirigentes africanos.

A África e os países socialistas

As relações entre a África e o campo socialista

Escrevendo em época em que o colonialismo ainda encontrava-se pouco desenvolvido e na qual se conhecia relativamente pouco sobre a África no continente europeu, Karl Marx e Friedrich Engels pouco mencionaram esse continente em suas obras. Em contrapartida, Lenin abordou, frequentemente, os problemas africanos nos seus livros sobre o imperialismo e sobre as questões nacional e colonial. Os movimentos anticoloniais africanos foram incentivados a combater os colonizadores, de modo a ampliarem a frente anti-imperialista. Igualmente, a Internacional Socialista procurou estabelecer uma ação orquestrada com as primeiras organizações nacionalistas, tais como o *National Congress of British West Africa* (NCBWA), a *Kikuyu Central Asso-*

ciation ou o Congresso Nacional Africano (CNA), embora, aos seus olhos, a direção desses movimentos estivesse em mãos não da classe operária, aliás pouco numerosa na África nos idos da década de 1930, mas da burguesia nacional progressista. Algumas organizações, ligadas à Internacional Socialista, desempenharam um papel particularmente ativo, notadamente, a *Internationale Syndicale Rouge* (Profintern), a *United Front From Below* (UFFB) e o *International Trade Union Committee of Negro Workers* (ITUC-NW). Jomo Kenyatta, um dos primeiros africanos a colaborar com alguns destes movimentos, visitou a URSS em 1929, 1932 e 1934. Ele era correspondente do ITUC-NW.

O comunismo internacional e os movimentos anticolonialistas

Nos anos 1920 e 1930, a Internacional Comunista demonstrava, em geral, dificuldades para manter contato com os nacionalistas africanos. Do mesmo modo, o Kremlin utilizava, para difundir as ideias socialistas, negros americanos e militantes antilhanos do pan-africanismo, assim como os partidos comunistas dos países metropolitanos: Sylvester Williams, um antilhano, influenciou Marcus Garvey, que desempenharia um importante papel entre os primeiros socialistas africanos, ao passo que numerosos socialistas africanos, notadamente, Kwame Nkrumah, sofriam a influência do negro norte-americano W. E. Du Bois e do antilhano George Padmore.

A participação dos africanos no movimento comunista internacional prosseguiu em sua curva ascendente. Grupos anticolonialistas formaram-se, dentre os quais a Liga Contra o Imperialismo e pela Independência Nacional, patrocinada pelo PCF, contando entre os seus membros com africanos tais como Chadli Ben Mustapha (Tunísia), J. T. Gumede (África do Sul), Tiemoko Garang Kouyate e Lamine Senghor (África do Oeste).

Alguns africanos radicais, estudantes na Grã-Bretanha, entraram em contato com dirigentes dos partidos comunistas, os quais exerceram certa influência na formação dos seus ideários políticos. J. Kenyatta, do Quênia, K. Nkrumah, da Costa do Ouro (atual Gana), I. K. Musazi, de Uganda, figuravam entre eles. Alguns, como S. Mulumba, do Partido Bataka (Uganda), buscavam, por intermédio do Partido Comunista da Grã-Bretanha, obter o concurso da União Soviética para levar a cabo a conquista da independência política da África Oriental.

A adesão ao marxismo foi mais importante e durável em outras partes da África. A Federação dos Estudantes da África negra na França (FEANF)

contava entre seus membros, sobretudo em meio aos seus quadros, com uma maioria marxista, tal como o camaronês Osende Afana, autor de importante obra sobre a economia do oeste africano. Através dos Grupos de Estudos Comunistas, fundados em 1943, e da Confederação Geral do Trabalho, muitos lideranças sindicais abriram-se ao marxismo e às técnicas de organização de massas. Na África lusófona, foram intelectuais marxistas formados em Portugal, nas fileiras do Partido Comunista, como Agostinho Neto e Amilcar Cabral, que fundaram o Movimento para a Libertação de Angola (MPLA) e o Partido Africano para a Independência da Guiné e do Cabo Verde (PAIGC).

Contudo, à época das independências, ao final dos anos 1950 e no início dos anos 1960, o comunismo encontrava-se em uma situação ambígua na África. Por um lado, os partidos que se reivindicavam abertamente marxistas eram pouco numerosos: quando existiam, especialmente na África do Sul, na Argélia, no Egito, no Senegal e no Sudão, a sua influência era limitada por múltiplos fatores (fraqueza da classe operária, obstáculos das ideologias tradicionais, resistência das religiões). Por outro lado, os países comunistas, particularmente a URSS, gozavam de um considerável prestígio.

A União Soviética, a Europa Oriental e a descolonização da África

Foi somente após a Segunda Guerra Mundial, da qual as potências coloniais saíram enfraquecidas, que o mundo socialista recomeçou a interessar-se, mais de perto, pelo continente africano. O período compreendido entre 1945 e 1960 foi marcado por um forte avanço do anticolonialismo. O mundo socialista estava pronto para sustentar os movimentos anticolonialistas africanos, com o intuito de enfraquecer o seu inimigo comum: o imperialismo internacional.

Após ter traçado os mecanismos e as vias para a colaboração com os movimentos anticolonialistas, o mundo socialista engajou-se em um programa de apoio ativo à descolonização definitiva da África, sob a forma de uma assistência material e diplomática, oferecida em conformidade com o princípio marxista-leninista, segundo o qual o mundo socialista deveria ajudar àqueles que aspirassem à descolonização. O *Convention People´s Party* (CPP), em Gana, esteve entre os primeiros a beneficiarem-se do concurso soviético, seguido pelo movimento mau-mau, pela *Kenya African National Union* (CANU) de Jomo Kenyatta, e muitos outros.

Uma vez alcançada a independência, muitos Estados solicitaram a cooperação da URSS e das democracias populares europeias, quer seja para escapar

ao neocolonialismo, denunciado pelo pai da emancipação ganense, Kwame Nkrumah, como "o estágio supremo do imperialismo", quer seja para contrabalançar a influência unilateral dos Estados capitalistas. De 1957, data da independência de Gana, a 1985, a URSS assinou acordos com cerca de quarenta países africanos.

A República Popular da China e a descolonização da África

Por razões de ordem ideológica e ligadas ao interesse nacional, os países do terceiro mundo ocupavam uma posição privilegiada em meio aos objetivos da política externa de Pequim, e nada era mais ilustrativo a esse respeito que as relações da China com a África, cuja importância para os chineses residia em três considerações.

Primeiramente, o combate da África pela sua independência representava uma importante etapa da luta revolucionária mundial do proletariado contra o capitalismo: a China tinha, portanto, um dever de solidariedade em respeito a esse combate. Em segundo lugar, o interesse nacional da China demandava-lhe estar presente na África, onde se enfrentavam os seus concorrentes, os Estados Unidos e a URSS, e onde ela poderia encontrar simpatias, ao menos no plano diplomático, as quais lhe ajudariam a atingir os seus objetivos em matéria de política externa. Enfim, a China considerava ter passado por uma experiência colonial análoga àquela da África: ela encontrava-se, por conseguinte, bem posicionada para compreender os problemas do colonialismo e para ajudar o continente a conduzir, com sucesso, o seu processo de descolonização.

A primeira contribuição importante da China para a descolonização da África foi a custosa linha ferroviária ligando a Tanzânia à Zâmbia, a TAZARA (também chamada *Uhuru*, Liberdade), que ela aceitou construir, após a recusa de todos os países ricos e tecnologicamente mais avançados. Lançando-se nesse projeto de 450 milhões de dólares norte-americanos, a China propunha-se, a partir de recursos próprios, a "ajudar a Zâmbia e a Tanzânia em sua luta contra o colonialismo e a agressão dos regimes racistas da Rodésia do Sul, da África do Sul e de Portugal".

A China igualmente ofereceu a sua ajuda militar a vários movimentos guerrilheiros pró-chineses da África Austral, como o *Pan-African Congress of South Africa* e, sobretudo, os guerrilheiros da ZANU, treinados e equipados por peritos, em vários campos da Tanzânia e em Moçambique.

O impacto da guerra do Vietnã na África

A guerra do Vietnã teve, na África, repercussões políticas, psicológicas, econômicas e militares. À imagem das guerras travadas pelos movimentos de libertação africanos, ela foi um produto do imperialismo e do colonialismo.

Ao levar em conta a colaboração oferecida pelas potências ocidentais ao regime sul-africano de *apartheid*, os africanos consideravam que os vietnamitas combatiam o mesmo inimigo. A sua simpatia baseava-se igualmente na comum filiação dos Estados africanos e do Vietnã ao movimento dos não alinhados, cuja segurança e integridade estavam ameaçadas pela agressão perpetrada contra o Vietnã. Enfim, ao receber a ajuda da China e da URSS (os dois principais aliados do Vietnã do Norte) para definitivamente liquidar o colonialismo nas colônias portuguesas e na África Austral, a África sentia-se, por sua vez, obrigada a oferecer a sua colaboração aos vietnamitas.

A vitória do Vietnã do Norte sobre os Estados Unidos teve consideráveis efeitos na África. Para a maioria dos nacionalistas africanos, tratava-se de uma vitória de Davi sobre Golias. Ela destruía também o mito do poderio militar, como única chave para a vitória, e confirmava que a resolução, a abnegação e o engajamento de um povo, em combate pela sua justa causa, eram infinitamente mais importantes.

As relações da África com os países socialistas

O único domínio no qual o mundo socialista exerceu notável influência foi o ideológico. Alguns dirigentes africanos, progressistas ou reacionários, adotaram a ideologia socialista, fator de mobilização e união, como remédio para as sociedades tradicionalmente às voltas com dissensões étnicas e religiosas. Os nacionalistas africanos também recorreram a essa ideologia para denunciar o colonialismo ocidental e sensibilizar o Ocidente para as necessidades da África.

Se numerosos dirigentes do continente adotaram o socialismo, isso se deveu, como observado por Nyerere, à adequação desse sistema ao modo de vida africano: aos africanos não se lhes era necessário ensinar o socialismo, pois ele estava desde muito presente em sua sociedade tradicional.

A partir dos anos 1960, um fecundo diálogo processou-se entre os representantes do socialismo científico e do socialismo africano, contribuindo para aumentar a sua mútua compreensão. A despeito das críticas formuladas, de parte a outra, bem como de algumas reconhecidas divergências, os participantes desse diálogo possuíam as mesmas concepções fundamentais: anti-imperialismo, antir-

racismo, aspiração ao progresso social, manifesta intenção de continuar a semear relações amigáveis entre as forças de libertação nacional e o socialismo mundial.

As interações econômicas da África e do mundo socialista

A cooperação econômica dos países do bloco soviético com a África desenvolveu-se consideravelmente ao longo dos anos 1960 e 1970, em virtude da crescente importância, assumida pelo continente africano, no âmbito dos objetivos mundiais daqueles Estados. Assim sendo, os intercâmbios comerciais entre a URSS e a África quintuplicaram no período de 1960 a 1975 e o número de Estados africanos transformados em parceiros comerciais, unicamente no tocante à União Soviética, passou de dez para trinta e seis, entre 1960 e 1976.

A escolha de um beneficiário e o montante da ajuda obedeciam aos seguintes parâmetros: a importância estratégica do país beneficiário, as possibilidades que ele possuía em referência a reduzir a influência dos Estados Unidos e da China na África, a sua adesão à ideologia marxista-leninista e o grau de interesse, apresentado pelo candidato, em constituir-se em fonte de matérias-primas e como potencial mercado de consumo.

A China adotou uma política de ajuda econômica ligeiramente diferente, mais desinteressada em sua própria geopolítica, sob certos aspectos, daquela adotada por outros países socialistas.

Seja como for, o mundo socialista em seu conjunto – o bloco soviético, assim como a China – acordou à maioria dos Estados africanos, sob diferentes formas, uma ajuda econômica, técnica e militar que, ao permitir-lhes evitar o recurso exclusivo aos créditos ocidentais, reduziu a sua dependência perante antigos colonizadores e possibilitou às sociedades africanas realizarem, com sucesso, numerosos projetos, quer se tratasse de desenvolvimento (educação, indústria e agricultura) ou de assunto ligado à defesa militar.

As rivalidades internacionais no universo das relações da África com o mundo socialista

As relações políticas, econômicas e militares da África com o mundo socialista contribuíram amplamente para atiçar as rivalidades, desde antes muito fortes, que opunham as duas superpotências e a República Popular da China. Em muitas ocasiões, a África, voluntária ou involuntariamente, fornecera a essa rivalidade situações ideais de manifestação. Foi assim que

as dissensões étnicas e regionais, inerentes à maioria dos Estados africanos e geradoras de instabilidade, foram exploradas pelas potências rivais, como o demonstraram a crise em Angola, a guerra civil na Nigéria ou o conflito no Ogaden. Os recursos minerais da África – bauxita, diamante e petróleo, entre outros –, os seus ricos mercados e a posição estratégica dos seus portos e aeroportos dela fizeram uma das regiões do globo mais cobiçadas pela superpotências.

A constante rivalidade das superpotências, cada qual avançando os seus peões no continente, não podia senão minar o desenvolvimento da África.

A África, a Europa Oriental e o movimento dos não alinhados

Os países socialistas não pertenciam, todos, unicamente ao "bloco do leste". Alguns igualmente faziam parte do movimento dos não alinhados, do qual um dos fundadores era o presidente iugoslavo Tito. Tito, Nehru, al-Nasser e Nkrumah foram os promotores e arquitetos de uma estratégia por vezes denominada "neutralismo positivo", transformada em uma das pedras angulares da política externa dos países africanos libertos.

Graças à Iugoslávia, o movimento dos não alinhados surgiu, em princípio, como um movimento universal e não simplesmente na qualidade de um movimento de solidariedade afro-asiático, dissimulado sob outra nomenclatura. Embora reunida dois anos antes da conquista da independência por Gana, em 1955, a conferência de Bandum apresentou uma importante etapa no tocante à formação de alianças políticas entre os estados da Ásia e da África. Quando da conferência de Havana, em 1979, o movimento dos não alinhados compreendia noventa e cinco membros, representantes de quatro continentes.

Em virtude da busca pelo equilíbrio *cultural* entre Leste e Oeste, por parte de alguns países africanos, os países da Europa Oriental ajudaram-nos a sustentar uma postura de não alinhamento nesse âmbito. A Polônia ofereceu técnicos, professores e pesquisadores a numerosos estabelecimentos africanos de ensino superior. Essa ajuda constituiu uma importante base de recrutamento para as universidades e colégios africanos. A Tchecoslováquia e a Hungria igualmente desempenharam um importante papel em respeito ao ensino superior na África. A influência da Europa Oriental não podia, evidentemente, ultrapassar aquela da Europa Ocidental no continente africano. Todavia, processava-se um reposicionamento na esfera cultural, com tendência ao equilíbrio, graças às relações estabelecidas e desenvolvidas com os representantes da tradição marxista do patrimônio europeu.

A África e as regiões em vias de desenvolvimento

Lugar e papel da África no terceiro mundo

A Conferência de Bandung de 1955 constitui o melhor ponto de partida para o exame das relações da África com as regiões em desenvolvimento, entretanto, a emergência do movimento terceiro-mundista foi condicionada pela ação anterior de fatores e de forças que dizem respeito, essencialmente, à situação geográfica da África e ao seu papel no sistema internacional, ao menos desde o início do século.

O afro-asianismo na origem do terceiro mundo: do espírito de Bandung à solidariedade do terceiro mundo

O afro-asianismo, como o próprio nome sugere, estabelece o ponto de partida lógico de qualquer investigação a respeito das conexões da África com outras regiões do terceiro mundo. Sobre esse amplo pano de fundo afro-asiático delineiam-se, claramente, as relações da África com o mundo árabe.

O movimento nascido antes da Primeira Guerra Mundial foi essencialmente um movimento de afirmação dos povos asiáticos e africanos.

A crescente comunhão de interesses entre a África e a Ásia colonizadas após a Segunda Guerra Mundial transcendeu a experiência colonial e lançou as bases pós-coloniais do movimento terceiro-mundista. A simultaneidade das duas lutas anticolonialistas e a presença, em ambos os campos, de alguns intérpretes colonialistas determinantes (notadamente, a Inglaterra e a França) sensibilizaram os africanos e os asiáticos para os aspectos paralelos e comuns das suas situações.

A aversão pela dominação colonial, comum a africanos e asiáticos, não se esgotou com a conquista das suas respectivas independências políticas. Não somente os países recém-independentes colaboraram para a supressão dos vestígios do colonialismo, em todas as regiões nas quais eles subsistissem, como inclusive organizaram-se para proteger a sua recém-conquistada independência, para reforçá-la e garantir o seu futuro.

Em 1950, a formação do grupo asiático-africano no interior da ONU (posteriormente rebatizado afro-asiático), a Conferência de Bandung, em 1955, e o lançamento da Organização de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos, em 1957, foram os acontecimentos anunciadores e fundadores, sobre o plano afro-

-asiático, de um mais amplo movimento terceiro-mundista que alçou o seu voo no início dos anos 1960.

A Organização de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos (OSPAA), criada no Cairo em 1957, constitui outra importante expressão institucional da corrente afro-asiática, originada a partir da experiência de Bandung. Vigorosamente apoiada pela União Soviética e pela República Popular da China, a OSPAA reunia diversos grupos de interesses complementares, ao menos inicialmente, dos mundos afro-asiático e socialista.

A África e o mundo árabe: aspectos de uma relação especial

De 7 a 9 de março de 1977, foi organizada no Cairo a primeira Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Organização para a Unidade Africana (OUA) e da Liga Árabe. Segundo os termos do relatório oficial, os cinquenta e nove países africanos e árabes representados estavam reunidos para consolidar a cooperação arabo-africana.

A conferência constituiu uma inovação, assinalando que, durante os anos 1970, produziu-se uma ampliação e um aprofundamento, sem precedentes, nas relações políticas e econômicas entre o mundo africano e o mundo árabe. Essas mudanças apoiaram-se em uma elevação no nível de consciência referente à solidariedade no terceiro mundo, fenômeno característico da década de 1970, além de terem sido influenciadas pelo espírito do afro-asianismo.

No entanto, havia a questão embaraçosa, na aurora dos anos 1980, de saber se as promessas e as esperanças de cooperação e de solidariedade econômicas resistiriam à alta nas cotações do petróleo e à propagação da recessão econômica internacional. Em suma, a simples expressão de tais preocupações demonstra o grau de amadurecimento experimentado pelas relações afro-árabes, desde os anos 1950.

Os laços com a América Latina e o Caribe: a tomada de consciência de uma identidade terceiro-mundista

A presença racial e cultural da África no conjunto da América Latina e do Caribe, tal como evidenciada em publicações e colóquios patrocinados pela UNESCO, testemunha a profundidade dos contatos históricos entre o continente africano e a diáspora africana, as terríveis condições de nascimento dessa diáspora como produto do tráfico de escravos, assim como laços raciais e culturais que implicam na consciência de uma identidade pan-africana transcontinental.

A presença demográfica e cultural africana na região do Caribe apresenta-se de modo muito mais concentrado e notável quando comparada à existente na América Latina, onde varia em função do país: muito importante no Brasil, ela praticamente inexiste na Argentina.

As relações entre África e Caribe entretanto não se fundamentam exclusivamente sobre uma base racial. Elas adquirem a sua força, igualmente, em função de a maior parte dos Estados africanos e caribenhos compartilharem, até época recente, o mesmo estatuto de colônias, bem como porque essa experiência comum tornara necessário estabelecerem a sua identidade política nacional e internacional.

A preponderância dos interesses econômicos internacionais cresceu sobremaneira no âmbito das relações entre a África, o Caribe e o conjunto da América Latina. A cooperação entre América Latina e África estabelecera-se, nítida e progressivamente, desde os anos 1950, fundada em uma abordagem comum da descolonização, assim como da defesa da soberania nacional e, durante os anos 1960 e 1970, em sua vontade comum de dar prioridade ao desenvolvimento econômico.

A América Latina igualmente manifestou o alcance das suas preocupações econômicas por seu papel desempenhado na criação, em 1964, da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED) e na mobilização paralela ao Grupo dos Setenta e Sete. A concordância e institucionalização dos interesses econômicos internacionais da América Latina e da África, em um cenário marcado pelo fortalecimento de uma solidariedade terceiro-mundista foi, excetuando-se Cuba, país que se atribuía uma identidade a um só tempo latino-americana e caribenha, e, parcialmente, o Brasil, menos evidente em outros fóruns políticos. Isso alimentou a ideia de que a relação das sociedades da América Latina com as nações africanas e asiáticas era de natureza ambivalente. Essa tese apoiava-se na hesitação da América Latina, nos anos 1960 e 1970, em aderir ao Movimento dos não Alinhados.

Contrariamente, jamais houve o menor indício de ambiguidade a respeito da política de Cuba no tocante às suas relações com a África e, de modo geral, com o terceiro mundo. Comparativamente aos outros Estados da América Latina e do Caribe ou em relação a qualquer Estado da Ásia ou do Oriente Médio, o alcance e o caráter dos laços políticos de Cuba com a África, a partir da Revolução de 1959, foram sem precedentes, tal como evidencia a importante literatura consagrada a esse tema. É pertinente e possível afirmar que o afro-latinismo, como forma de solidariedade, foi sobretudo dinamizado por Cuba.

Ao decidir em Havana sediar a sexta Conferência de Cúpula dos Países não Alinhados, prevista para 1979, a quinta Conferência de Cúpula, realizada no Sri Lanka, felicitou oficialmente Cuba por ter rechaçado a ameaça militarista da África do Sul em Angola. Como demonstram o bloqueio imposto por Cuba ao regime expansionista do *apartheid*, a atitude ambígua do Brasil à época do colonialismo português, bem como o apoio determinado dos recém-independentes Estados caribenhos às lutas de libertação na África Austral, as questões ligadas ao colonialismo e ao racismo nessa região influenciaram, de modo notável, as relações políticas construídas entre a África, a América Latina e o Caribe.

As perspectivas relativas ao estabelecimento de sólidos laços políticos entre a América Latina e a África abriram-se quando, nos anos 1970, as atividades do Movimento dos não Alinhados pela primeira vez ocorreram na América Latina e no Caribe – notadamente, a terceira Conferência dos Ministros do Movimento dos Paísesn não Alinhados, realizada em Georgetown (Guiana) em 1972, e a sexta Cúpula de Havana em 1979. O novo cenário deveu-se sobretudo à iniciativa dos caribenhos, ao passo que a representação da América Latina no movimento aumentava lenta mas regularmente.

A África no interior do movimento terceiro-mundista

A extensão dos laços políticos, econômicos e culturais da África independente com outras regiões do terceiro mundo, embora de alcance e intensidade variáveis, conferiu forma e orientação ao movimento terceiro-mundista, questionando o *status quo* internacional e pretendendo transformar procedimentos e estruturas internacionais provenientes de uma tradição cuja origem estava parcialmente vinculada à submissão do terceiro mundo.

Para apreender o papel da África nesse processo de grande escala, convém abordar o Movimento dos não Alinhados, a mais potente expressão política organizada do terceiro mundo, que, nos anos 1970, constituiu o coroamento da afirmação econômica do terceiro mundo.

O objetivo e a orientação do Movimento dos não Alinhados foram sobremaneira influenciados pelas circunstâncias e pelo pensamento africano da época. Desde a origem do movimento, a proeminência africana foi um fator essencial para a união dos países não alinhados e explica-se pela importância conferida aos problemas da África, em 1960: a violência da política estatal do *apartheid*, a guerra da independência na Argélia, bem como a explosão da ordem civil no Congo (ex-Zaire), em resposta à brutalidade do Estado.

O caráter anti-imperialista do movimento e a concomitante transformação do seu programa, visando a conceder prioridade à busca de uma nova ordem econômica internacional, em larga escala foram o produto da situação política e socioeconômica vigente na África, no âmbito da sua inserção no sistema econômico internacional, assim como da reação africana a este estado de coisas.

Em busca de uma nova ordem econômica internacional

A mutação do programa do Movimento dos não Alinhados, no decorrer dos anos 1970, não ocorreu bruscamente. Ela consistiu na lenta materialização de uma crescente preocupação terceiro-mundista, nascida nos anos 1950, a respeito das relações econômicas internacionais.

A expressão "nova ordem econômica internacional" surgiu pela primeira vez na Declaração Econômica publicada pela quarta Conferencia de Cúpula dos países não alinhados, organizada em Argel em setembro de 1973. No mês de abril de 1974, essa proposição foi adotada como base das discussões formais durante a sexta sessão especial da Assembleia Geral das Nações Unidas, concernente às matérias-primas e ao desenvolvimento, na qual se adotou a Declaração (e o Programa de Ação) relativa à instauração da nova ordem econômica internacional.

A África e o contínuo desafio lançado pelo terceiro mundo

Quando da entrada na década de 1980, o clima mundial de euforia que envolvia os audaciosos desafios lançados pelo terceiro mundo ao longo dos anos 1970 começava a esvair-se. Reinava na África um crescente mal-estar econômico, particularmente sentido nas regiões afetadas pelas grandes secas e fomes, alguns chegavam a entrever nesse estado de espírito e de coisas o sintoma de um mal-estar mais geral, próprio a todo o terceiro mundo. Com o fardo da recessão internacional, de longa duração, assim como em razão do peso do endividamento, em constante elevação, os países terceiro-mundistas tornavam-se progressivamente mais vulneráveis. O diálogo Norte-Sul insinuava uma interrupção.

Em 1985, celebrava-se o centésimo aniversário da conferência de Berlim, na qual foi regrada a partilha da África; também era o trigésimo aniversário da conferência de Bandung, primeiro grande desafio afro-asiático. Relativamente a essas duas referências, as relações da África com as regiões em desenvolvimento e o seu papel no bojo do movimento terceiro-mundista percorreram um longo caminho.

A África e a Organização das Nações Unidas

A Organização das Nações Unidas, tal qual a conhecemos atualmente, é o produto de dois fenômenos históricos fundamentais produzidos no século XX: a Segunda Guerra Mundial e o processo de descolonização iniciado ao final desse conflito. A Segunda Guerra Mundial ressaltou a urgente necessidade de se criar um organismo mundial destinado à conservação da paz. A descolonização transformou a composição do organismo instaurado e modificou o equilíbrio de opiniões no seio das suas mais representativas instituições.

Retrospectiva e atualmente, pode-se melhor apreender o esquema geral dessas relações. Desde a sua formação em São Francisco, no ano de 1945, a ONU desempenhou frente à África três papéis principais (compreendendo certo número de contradições): aquele referente a uma potência imperial coletiva, herdado da Liga das Nações; outro próprio a um aliado do movimento de libertação; e um último relativo a um parceiro no âmbito do desenvolvimento.

A ação da ONU durante o processo de descolonização foi particularmente pronunciada no tocante à antiga colônia belga do Congo, atual República Democrática do Congo. Aí ela desempenhou os três papéis exercidos na África.

As condições prévias para o desenvolvimento da África são a integridade nacional e a estabilidade política. Em sua ausência, o desenvolvimento durável não passa de uma quimera. As fronteiras da comunidade política devem ser seguras e bem consolidadas (integridade nacional) e as bases do poder político devem existir de modo durável (estabilidade política). O maior desafio da Nações Unidas, em sua parceira com a África no seu processo de desenvolvimento, apresentou-se precisamente no momento da independência do Congo Belga. A integridade nacional (as fronteiras) e a estabilidade política (a autonomia) do Estado recém-independente estavam ambas questionadas e as Nações Unidas encontravam-se sob fogo cruzado.

Contudo, uma questão perdurava: a missão da ONU no Congo teria sido obra de um imperialismo coletivo de novo tipo, conduzida pela organização mundial? Ou um caso no qual a ONU agira como autêntica parceira da África? Em princípio, os Estados Unidos preocupavam-se mais fortemente com a integridade nacional do Congo (impedir a desintegração do país), comparativamente ao seu nível de inquietação perante a estabilidade política (apoiar o governo saído das urnas, formado pelo primeiro-ministro Patrice Lumumba). A indecisão do secretário-geral da ONU, Dag Hammarskjöld, e dos Estados Unidos finalmente desdobrou-se no assassinato de Lumumba. A estabilidade foi atingida ao preço

do abandono da legitimidade política. A gênese desses acontecimentos remonta praticamente ao dia da proclamação, na capital Léopoldville (Kinshasa), da independência do Congo Belga. Esse episódio histórico merece ser lembrado, pois a ONU atuou nesse contexto, a um só tempo, como parceira da África, em prol do seu desenvolvimento, como aliada do continente, pela sua libertação, e na qualidade de potência imperial coletiva, de novo tipo.

Dois entre os atores principais do drama congolês de 1960-1961 pereceram nesse combate duvidoso: Lumumba foi assassinado e Dag Hammarskjöld morreu em um inexplicável "acidente" de avião.

De 15 de julho de 1960, data em que chegaram a Léopoldville as primeiras tropas de pacificação das Nações Unidas, até 15 de janeiro de 1963, dia da aceitação pelo governo katanguense em impor um termo à secessão, nenhuma das peripécias da história congolesa pode ser analisada sem que haja menção à postura da ONU. Esta última era obrigada a responder ao chamado que lhe lançara o primeiro governo central congolês. Na origem da crise encontravam-se o despreparo do Congo, quando da outorga formal da independência pela Bélgica, a quase total ausência de quadros técnicos, políticos e militares, bem como a arrogância da antiga potência colonial.

No Congo, a ONU desempenhou, integral e efetivamente, os três papéis por ela exercidos na África. Ela por vezes mostrou a face de uma potência imperial coletiva; os erros que ela então cometeu, por omissão ou no tocante às ordens, custaram a vida de Patrice Lumumba. Apresentou-se também como parceira da África em prol do seu desenvolvimento, além de se ter esforçado, a esse respeito, para salvaguardar os pré-requisitos necessários à integridade nacional e à estabilidade política do frágil Congo. Entretanto, a ONU também foi a aliada da África naquilo que concerne à sua luta de libertação, quando dedicou-se a impedir o surgimento de novas formas de colonização no Congo pelos belgas e por outros.

A ONU, parceira no desenvolvimento

As relações estabelecidas entre a África e a ONU passam, essencialmente, pela colaboração entre a Organização para a Unidade Africana (OUA) e a Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (CEA).

Em abril de 1958, a Organização das Nações Unidas criou a Comissão Econômica para a África, cuja missão consistia em acelerar o desenvolvimento econômico e social do continente africano, efetuar estudos e levantar informações sobre a conjuntura regional para o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, criador e controlador dessa Comissão.

No entanto, a dupla abordagem sobre as realidades econômicas africanas, desfavorável a uma cooperação harmoniosa, complicava-se sobremaneira, em virtude dos temperamentos e das ambições contrárias dos responsáveis da OUA e da CEA.

Assim sendo, a despeito dos contatos intersecretariados, de reuniões mistas e conferências conjuntas, as relações entre essas duas organizações desenrolavam-se no campo da concorrência, tanto na esfera econômica quanto social.

Fez-se mister esperar 1980 para que ambas aceitassem uma nova estratégia de desenvolvimento, expressa no Plano de Ação de Lagos, adotado em abril de 1980. Os Estados africanos afastavam-se então, fundamentalmente, da orientação econômica proposta pelo Banco Mundial. O Plano de Ação de Lagos efetivamente visava encontrar um desenvolvimento autocentrado, baseado na redução da dependência perante o exterior e animado por uma autosuficiência alimentar, nacional e coletiva, ao passo que o relatório do Banco Mundial enfatizava o incremento das exportações africanas voltadas para produtos de maior valor.

Rumo a uma nova ordem econômica internacional

Foi justamente a África que inaugurou o debate, em 1979, sobre o conceito relativo a uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI). A primeira versão da NOEI, tal qual emanada das resoluções da Assembleia Geral da ONU de maio de 1974, não passava de uma versão um pouco transformada das reivindicações apresentadas pelos países do terceiro mundo desde a criação da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED).

A desconfiança sobre a assistência multilateral à África era no entanto recíproca entre a OUA e as instituições da família da ONU.

As relações entre a OUA e a ONU a respeito dos problemas de cooperação econômica caracterizaram-se por dois fatores: uma relação não amigável no continente e no "âmbito reservado" das Nações Unidas; em contrapartida, a sua abordagem dos problemas gerais referentes às relações Norte-Sul estava marcada por uma maior compreensão mútua. A África, a Organização das Nações Unidas e as suas instituições especializadas concordavam ademais em nível mundial, comparativamente ao que se reproduzia no campo mais restrito do continente africano.

A cooperação internacional na esfera dos recursos humanos

Convém distinguir a cooperação nos campos técnicos e na esfera política, mais sujeita às susceptibilidades ligadas à soberania dos Estados. A cooperação

técnica tem lugar, sobretudo, entre a África e as instituições especializadas das Nações Unidas, mas também entre a OUA e outras instituições das Nações Unidas as quais intervêm em atividades de promoção do bem-estar da população africana.

A respeito da cooperação entre a África e a UNESCO, foi no mês de novembro de 1960 que a Conferência Geral da UNESCO acolheu uma maioria de Estados africanos como membros. A Conferência adotou uma resolução segundo a qual ela decidia convocar, em 1961, uma Conferência dos Estados Africanos "com o objetivo de fazer o inventário das suas necessidades em matéria de educação e estabelecer, para os anos vindouros, um programa de ação em resposta a estas necessidades". Posteriormente, ela estabeleceu um documento intitulado "Esboço de um plano de desenvolvimento para a educação na África", o qual foi favoravelmente acolhido pelo Conselho Executivo da UNESCO em sua quinquagésima segunda sessão. Decidiu-se criar, em Cartum, um grupo central de planejamento para obras de construção de estabelecimentos escolares, deliberou-se pela estruturação, em Yaundé, de um centro de produção de manuais escolares e, finalmente, a disponibilização de cerca de cinquenta instrutores a alguns Estados africanos.

Quando da criação da OUA, em 1963, foi necessário definir as suas relações com os organismos da ONU; essa foi a tarefa da Conferência dos Ministros da Educação dos Países da África, realizada de 17 a 24 de março de 1964, em Abidjan. A OUA criou uma Comissão para a Educação e a Cultura, destinada a complementar os esforços da UNESCO. As modalidades da cooperação, em níveis regional e internacional, foram o tema de um acordo assinado em 10 de julho de 1968, entre a OUA e a UNESCO. Desde então, os esforços da OUA e da UNESCO se harmonizaram e uma sadia cooperação desenvolveu-se entre as duas organizações.

Outros tipos de relação igualmente desenvolveram-se no seio das comissões mistas entre a OUA e a Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), em favor da luta contra a má alimentação e a desnutrição na África, em prol do combate à peste bovina e às tripanossomíases, assim como em benefício da criação de centros fitossanitários.

A cooperação é, também, proveitosa entre as organizações intergovernamentais para o acolhimento e a educação dos refugiados (ONU, PNUD, HCR, CEA, UNESCO, OUA), tarefa confiada ao grupo de trabalho do Escritório da OUA para os Refugiados Africanos. A cooperação adquire nesse caso um particular relevo em virtude da importância do seu objeto. A África é, entre todos os continentes, aquele onde se encontra o maior número de refugiados; no

continente africano havia, ao total, 3,5 milhões de refugiados em 1979 e, ao final dos anos 1980, a metade dos 10 milhões de refugiados existentes no mundo vivia na África. Eis o porquê da intensidade da cooperação com o Alto-Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), com vistas a fazer frente aos problemas e às dificuldades criadas pela situação desses párias.

Em outra esfera, referente à questão habitacional e à proteção ambiental, a Assembleia Geral, diante da amplitude desse tipo de problema criou em 1974, o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU--HABITAT). Com propósito correlato, estabeleceu-se o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Tal é a imagem da cooperação que se desenvolve sem sobressaltos entre a África e os órgãos do sistema das Nações Unidas nas esferas técnica e social. No que tange ao desenvolvimento, a parceria entre a África e a organização mundial continua a apresentar-se como um processo de múltiplas facetas.

O horizonte 2000

Um mundo a fogo e sangue

Os autores tentaram definir, período por período, as características da história africana após 1935. O decênio 1935-1945, iniciado com a invasão da Etiópia pelos italianos, em outubro de 1935, e concluído com a rendição do Japão, no mês de agosto de 1945, foram anos integralmente dominados pelo conflito mundial. Os quinze anos transcorridos de 1945 a 1960 apresentaram, como demonstramos, a intensificação da luta anticolonial cujo desdobramento foi a independência de dezesseis países africanos, ao longo de um único ano, em 1960. O período seguinte à independência foi marcado pelos esforços dos novos Estados no sentido de reforçar a sua liberdade, através da construção das novas nações, da institucionalizão da nova ordem e da luta em prol do seu desenvolvimento.

Precedentemente, se estudou, também, a passagem da luta pela independência para a fase da construção nacional. Alguns entre esses estudos examinaram os esforços empreendidos para proporcionar maior coerência cultural às *nações* africanas, bem como para conferir maior legitimidade e autoridade aos *Estados* africanos. Esses esforços fortaleceram a liberdade, asseguraram a integridade territorial, além de terem favorecido o desenvolvimento e o progresso. Quais seriam os seus desdobramentos? As duas revoluções cruciais,

à espera da África, dirão respeito aos *papéis dos homens e das mulheres*, assim como às *competências científicas*. Essas duas revoluções estão estreitamente ligadas, em respeito a uma dialética sobre a qual faremos considerações de maior precisão.

A evolução relativa aos papéis dos homens e das mulheres

Na África, após 1935, os papéis e as funções atribuídos aos homens e às mulheres transformaram-se sobremaneira em numerosas culturas tradicionais. Acreditava-se que a mulher era a guardiã do *fogo*, da *água* e da *terra*.

Na qualidade de guardiã do fogo, a mulher devia prover energia à coletividade. Como guardiãs da água, fonte a um só tempo da sobrevida e da limpeza, as mulheres estavam encarregadas de fornecer à família essa indispensável substância. Elas percorriam enormes distâncias para encontrá-la; conquanto, frequentemente, coubesse aos homens a perfuração dos poços.

O papel das mulheres, em relação à guarda da terra, ligava-se à ideia da *dupla fecundidade*. As mulheres garantiam a *sobrevivência* da geração presente, desempenhando uma atribuição primordial no âmbito da cultura do solo, do qual elas mantinham a fertilidade. Assim como, em sua função materna, em virtude da sua própria fecundidade, a elas se outorgava dar *vida* à geração seguinte. Essa dupla fecundidade constituía um aspecto do triplo papel-guardião, próprio às mulheres africanas, em que pese o seu trabalho estar sempre associado ao dos homens.

Qual seria a manifestação concreta, pós-1935, da tradicional concepção sobre o triplo papel feminino? Diversos elementos da experiência colonial modificaram, de modos distintos, os papéis dos homens e das mulheres no continente africano.

O surgimento de novas técnicas, e os seus efeitos nos processos de transformação das funções masculina e feminina, também estão entre as substanciais mudanças ocorridas na África durante este período. O uso da enxada dava às mulheres africanas um posto central na atividade agrícola, entretanto, a mecanização da agricultura tendeu a marginalizá-las. As prerrogativas conferidas aos homens pelas novas e mais avançadas técnicas ameaçaram o papel feminino de "guardiãs da terra".

A educação ocidental, pela sua própria natureza, produziu também mudanças no papel primordial que as mulheres desempenhavam na economia do continente. As africanas ocidentalizadas são seguramente mais móveis, livres e capazes de defenderem os seus interesses, em comparação às mulheres africanas limitadas à influência da cultura tradicional.

A internacionalização das economias africanas representou, no curso deste período, uma terceira ameaça ao papel tradicional das mulheres do continente. Quando a atividade econômica africana revestia-se de um caráter mais local, as mulheres exerciam uma função decisiva nos mercados locais, desempenhando a função de comerciantes. Desde então, a tendência à expansão das atividades econômicas, característica dos períodos colonial e pós-colonial, progressivamente excluiu as mulheres dos centros decisórios da economia internacional. Em termos gerais, a imensa maioria dos africanos que realiza atividades comerciais nos mercados internacionais, assumindo cargos nos conselhos administrativos das empresas multinacionais, são homens.

O mesmo se deu no plano político, no qual a subordinação das mulheres não se explica pela diferença das funções econômicas. As africanas participam muito ativamente da vida econômica, ao passo que as sauditas, por exemplo, dela estão excluídas. No entanto, na sociedade africana e na saudita, as mulheres estão, no plano político, subordinadas aos homens.

A educação colonial: a libertação sem o desenvolvimento

As habilidades introduzidas na África pela colonização apresentam uma ambiguidade histórica fundamental: se, por um lado, favoreceram a emancipação, por outro mostraram-se profundamente inúteis ao desenvolvimento. Elas relacionavam-se essencialmente com a comunicação; e o domínio das novas fórmulas de comunicação, escrita e oral, efetivamente facilitou a descolonização. Entretanto, os colonizadores não souberam eficazmente transmitir as técnicas de produção. Foi justamente nesse sentido que o sistema educacional e de formação, herdado da época colonial, não logrou êxito em promover um verdadeiro desenvolvimento nos territórios africanos.

Ao final das contas, a formação oferecida pela educação colonial, direcionada para o domínio da expressão escrita e oral em línguas europeias, prestou-se muito bem a servir a causa da libertação política da África. Não constituiu obra do acaso que os movimentos anticoloniais fossem, em larga escala, dirigidos por patriotas africanos ocidentalizados ou semiocidentalizados. Os pais fundadores das novas nações africanas obtiveram a sua formação, majoritariamente, em escolas missionárias estabelecidas na África ou nos estabelecimentos de ensino superior ocidentais.

Entretanto, as potências coloniais não lograram formar os africanos para as técnicas produtivas. Sob essa ótica, em que pese toda a sua utilidade durante a fase de libertação política, o sistema colonial de ensino revelou-se incapaz

de garantir o desenvolvimento da África. As técnicas agrícolas permaneciam, à época e em larga escala, rudimentares, as usinas eram obrigadas a importar mesmo um simples parafuso, as barragens encontravam-se frequentemente deterioradas e as máquinas entravam em pane, por falta de peças de reposição. A capacidade da indústria africana em explorar os recursos minerais do continente era precária. Inclusive a sua capacidade de extração dos minerais, sem recurso a equipamento, conhecimentos e à organização, fornecidos pelo estrangeiro, revelava-se espantosamente limitada. A África retirava do seu solo recursos minerais que ela raramente sabia transformar, além de importar bens de consumo cuja produção não lhe era facultada.

Em consequência, se o colonialismo produziu uma elite política africana, ele não criou a vanguarda econômica necessária ao desenvolvimento da África. A educação colonial facilitou a realização de um primeiro objetivo, a emancipação dos africanos; contudo, a herança colonial não bastaria jamais para assegurar o desenvolvimento do continente. As competências, em matéria de comunicação, devem combinar-se com as capacidades relativas à produção e ao desenvolvimento.

Forma de governo e desenvolvimento

A África entrou na nova era da independência com um atraso ainda mais considerável no tocante às competências. Um abismo separava as suas novas instituições pós-coloniais e a sua capacidade em utilizá-las de modo eficaz.

A África contraiu hábitos de consumo do Ocidente, sem todavia assimilar as suas técnicas de produção; ela apreendeu os gostos dos ocidentais, sem contudo adquirir as suas competências; ela urbanizou-se, sem industrializar-se; ela herdou a avidez capitalista, sem aprender a disciplina capitalista.

A África conquistou a independência com meios de destruição consideráveis, comparativamente aos seus meios de produção. Ela permanecia, contudo, amplamente dependente, nessas duas esferas, de modelos externos e de fornecedores estrangeiros. Esta situação alterou totalmente as relações entre civis e militares, além de provocar uma sucessão de golpes e contragolpes de Estado. Em razão do déficit de competências técnicas, a militarização não alimentou a indústria civil. A militarização sem industrialização desestabilizou, simultaneamente, os sistemas econômico e político. O casamento do político e do militar estabeleceu um problema; o divórcio entre a defesa e o desenvolvimento gerou outra contradição. O déficit de competências técnicas é enorme em todos os domínios onde reina o subdesenvolvimento político, econômico e técnico.

Essa situação representa particular prejuízo aos direitos humanos. A falência, na quase totalidade do continente, de instituições liberais importadas do Ocidente, explica-se não somente pela origem estrangeira destas últimas mas, igualmente, em razão da incapacidade dos africanos em organizarem partidos políticos disciplinados, empresas produtivas ou sindicatos eficazes.

A crise do sistema de governo, na África, estava ligada ao emaranhado formado pelos males políticos (tirania, anarquia) e os males econômicos (dependência, declínio). Como sair disso? Faltou desenvolver múltiplas competências e enfatizar aquelas que permitiriam resolver a crise fundamental, relativa ao sistema de governo.

Os africanos não deveriam ter nenhuma necessidade de copiar as instituições liberais do Ocidente para conciliar a estabilidade e a equidade. Entretanto, deveriam adquirir a capacidade de defender os seus direitos, inclusive contra os seus governos, e dotarem-se das organizações necessárias para travar esse combate. Os dirigentes tendem invariavelmente a sucumbir à arbitrariedade, quando não há contrapoder organizado capaz de opor-se aos seus excessos. O déficit de competências é uma das causas da violação permanente dos direitos humanos na África. O exército formado por Museveni em Uganda, durante os anos 1980, foi a primeira organização militar criada por civis para lutar contra um regime antidemocrático na África. Contudo, faltava resolver imensos problemas. Todavia, a estabilidade e a equidade não estavam asseguradas.

População e ecossistema

Os problemas africanos não se reduziram à busca da estabilidade política e de uma economia viável.

A própria *ecologia* da África tornou-se ameaçada; o desmatamento e a desertificação mostraram-se em vias de tornar inabitável grande parte do continente. O problema resultou, por um lado, da fraca capacidade de planejamento dos países africanos em seu conjunto. Embora a maioria dos governos africanos fosse partidária dos planos de desenvolvimento nacional, os países não lograram aplicá-los. As florestas foram progressivamente destruídas sem qualquer esforço de reflorestamento.

Também o crescimento demográfico agravou-se em razão da insuficiente capacidade de planejamento. A África produziria mais seres humanos do que estaria apta a alimentar. Embora os anos 1980 tenham oferecido indicadores contraditórios no tocante às relações entre a produção de subsistência e o crescimento populacional no continente, o risco de uma diminuição da produção *per*

capita persistiu. Seria necessário aumentar a produção de subsistência ou reduzir o crescimento demográfico. Ambas as ações exigiriam competências específicas.

Três tipos de situação se inter-relacionam ao longo da recente história africana: os conflitos entre grupos humanos (notadamente os conflitos entre grupos étnicos); o confronto dos homens com o seu ecossistema ("guerra ecológica"); a luta contra a ignorância e a pobreza (campanhas visando melhorar o nível de vida da população e garantir ao menos a satisfação das suas necessidades essenciais).

Como os africanos instruídos intervieram nessas situações? Qual teria sido o papel dos artistas, dos educadores e dos intelectuais? Cabia-lhes executar um trabalho de educação e de mobilização. Eles deviam participar da educação pública e da formação dos dirigentes, além de, igualmente, ser da sua incumbência promover o entusiasmo e o engajamento em favor das políticas adequadas para a proteção ou a ajuda às crianças. Contudo, era necessário mobilizar tais agentes de mobilização, educar esses educadores. Era fundamental que os artistas, os professores e os intelectuais alcançassem, em profundidade e de fato, problemas que afligem os filhos da guerra, as vítimas das catástrofes naturais e os deserdados. Eis ao que se dedica o UNICEF, desde meados dos anos 1980, tentando conduzir os artistas, os intelectuais e outros africanos instruídos a uma cruzada para salvar as crianças do continente.

Em suma, para que a situação da África se transforme radicalmente, far-se-ia mister, em particular, operar uma mudança social nas relações entre os sexos e uma modificação do paradigma das relações do homem com o seu ecossistema. A África deve promover a convergência da tradição – da qual as relações entre os sexos constituem o mais antigo fundamento – com a modernidade, baseada na ciência. Para lograr êxito, falta-lhe conciliar uma revolução nas relações humanas (entre homens e mulheres) e uma revolução na atividade humana (competências e valores). Quem sabe, as futuras gerações reconhecerão que o período iniciado em 1935 muito bem preparou o continente africano para essa dupla transformação.

Posfácio: cronologia da atualidade africana nos anos 1990

Os primeiros anos da década de 1990 foram marcados por reviravoltas políticas, dentre as quais, a queda do muro de Berlim, o desmoronamento dos regimes comunistas dos países da Europa Oriental e a Guerra do Golfo permanecem os acontecimentos mais relevantes. O ocaso da potência comunista deixou o

capitalismo sem rival e abriu uma via sem obstáculos para a democracia liberal e para a economia de mercado, as quais delimitam, nos dias atuais, o quadro evolutivo das sociedades. Essa evolução inscreve-se, doravante, em um sistema de relações globais, tornado possível graças à revolução tecnológica na comunicação: nenhuma cultura, nenhuma nação, nenhum continente escapa, desde então, à globalização dos intercâmbios humanos.

Parte integrante desse sistema mundial, a África é afetada por essas mudanças. A África dos anos 1990 pode ser definida como um cenário marcado por crise econômica e política, por tensões e guerras, bem como pelo "afropessimismo", por um lado, mas igualmente pela democratização e por um maior respeito aos direitos humanos. Sem sucumbir ao mito de uma África arrasada, gangrenada por misteriosas doenças, arruinada por tiranos corruptos e lutas tribais sanguinárias, é forçoso constatar que a África não pode ser tomada como exemplo. Considerando as análises expostas neste capítulo, surge a questão concernente às novas prioridades às quais se encontra submetido o continente, perante as crises sociopolíticas e econômicas do decênio 1990.

Há trinta anos, enfatiza um estudo do Banco Mundial datado de 1989, a pobreza persiste nos países africanos, justamente naquelas nações que tanto haviam esperado, após a independência, uma melhora nas condições de vida dos seus habitantes. Nos anos 1970, o aumento no preço das matérias-primas e o afluxo dos petrodólares permitiriam aos dirigentes terceiro-mundistas, especialmente aos líderes africanos, financiar programas de desenvolvimento cujo impacto mostrar-se-ia reduzido no nível geral de vida das populações. Entretanto, após os dois choques petrolíferos (1973 e 1979) que abalaram a economia mundial, a recessão industrial provocou uma queda nas cotações das matérias-primas. Os anos 1980, por conseguinte, foram marcados por um declínio geral, no qual o continente africano foi a principal vítima, em razão das persistentes debilidades estruturais próprias ao funcionamento da sua economia, contexto cuja exceção seria a África do Sul.

Ao longo do decênio 1990, o desempenho econômico do continente africano revela-se ainda decepcionante e o PIB permanece aquém do nível atingido no ano 1980. A pobreza, correspondente a uma endemia no continente, está parcialmente ligada ao crescimento demográfico, estimado em 2,8% no ano 1996, taxa superior ao crescimento da produção agrícola (2,2% ao ano). Na África, 60% da população vive em total indigência, e entre os 48 países menos desenvolvidos (PMA) catalogados no mundo, 33 são africanos. A África não se beneficia senão com 5% do fluxo total de investimentos estrangeiros diretos (ou seja, 110 bilhões de dólares norte-americanos, em 1996), aportes que, no continente, concentram-

Nelson Mandela, fotografado no início dos anos 1960, antes da sua condenação à prisão perpétua.

-se na África do Sul, no Egito, no Marrocos e na Nigéria, além de ser alarmante a queda da ajuda pública ao desenvolvimento.

As dificuldades ligadas ao tratamento da dívida interna e externa, assim como a crise das finanças públicas, conduziram os dirigentes africanos a solicitarem o concurso das instituições de Bretton Woods – o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial – as quais viriam a substituir empreendedores estrangeiros. Através dos programas de ajuste estrutural (PAE), essas instituições tentaram redinamizar as moribundas economias africanas. Esses programas correspondem a processos de estabilização mediante o restabelecimento dos equilíbrios macroeconômicos internos e externos, ligados à implementação de programas de reformas estruturais. Partidário da liberalização das economias africanas, o FMI tem como objetivo livrar o Estado da gestão econômica em proveito do setor privado, e a sua política traduz-se por um conjunto de medidas: redução dos gastos públicos, afetando especialmente os serviços sociais; realização de políticas setoriais, em favor da iniciativa privada; diminuição dos efetivos da função pública, julgados excessivos; congelamento das contratações etc.

Esses programas de austeridade traduzem-se, nos países já pobres, por uma desestruturação econômica e social, pelo crescimento do desemprego e por uma

degradação nas condições de vida dessas populações, cujas mais gravemente afetadas são aquelas das cidades, onde se amplificam os mecanismos de exclusão e marginalização social. A urbanização do terceiro mundo, com efeito, constitui um dos fenômenos maiores deste final de século, como derivação, as taxas de urbanização dos países africanos aproximam-se dos 40% e a população urbana aumenta anualmente em 5,5%. Malgrado esse ritmo de urbanização, a população rural africana continua a crescer, conduzida por uma taxa de crescimento global de 3,1%.

A aplicação das medidas dos PAE provoca numerosas desordens: descontentamentos, greves de trabalhadores e estudantes, operações cidades-mortas – processos que conferem o ritmo da vida nas cidades africanas dos anos 1990 (Camarões, Quênia, Togo, Zaire etc.). Se os desdobramentos dos PAE são pluridimensionais, mencionemos aqui os seus mais dramáticos efeitos sobre a saúde, a alimentação e a educação. O UNICEF constatou que, em cada grupo de dez países submetidos a programas de ajuste estrutural, seis registraram uma baixa do nível nutricional e um crescimento das doenças transmissíveis, e cinco conheceram uma regressão no âmbito educacional. É impossível, nesse contexto, passar em silêncio frente ao drama da pandemia da AIDS, a qual encontrou nas condições de vida dos africanos um terreno fértil e de predileção. A despeito das consideráveis disparidades existentes, de país a outro, a AIDS tornou-se, em menos de um decênio, uma dentre as primeiras causas de óbito junto ao indivíduo adulto, na faixa etária de quinze a quarenta e cinco anos. Não é menos verdadeiro que o paludismo permanece como a principal causa de mortalidade no seio das populações africanas.

Os efeitos da crise solapam em cheio a juventude africana, notadamente a juventude escolar e universitária para a qual os anos 1990 representam a incerteza.

Quanto às mulheres, igualmente vítimas da aplicação dos PAE, elas constituem a maioria da população e compõem os mais vulneráveis grupos.

Entretanto, as mulheres progressivamente abandonam o seu papel de coadjuvantes dos homens e formam, juntamente com os jovens, a vanguarda das contestações populares aos poderes políticos estabelecidos. Os exemplos do Mali, do Togo e da Argélia ilustram as suas decisivas ações nos processos de transição democrática que marcam a vida política da África nos anos 1990.

Após as independências, a história tendeu a esquecer a capacidade das sociedades africanas em porem em marcha práticas de ruptura com a ordem estabelecida. Nas cidades africanas dos anos 1990, as greves de estudantes secundários e universitários, as dos sindicatos livres e a mobilização das mulheres desempenham o mesmo papel. Embora numerosos africanos, desamparados pelos efeitos sociais do ajuste, tentem encontrar objetivos de vida, aderindo a numerosas seitas

e confrarias religiosas ou às novas igrejas, são ainda mais numerosos aqueles que escolhem a via do combate político, em favor da democracia e de um maior respeito aos direitos humanos.

Porém, o eixo político central na África, dos anos 1990, permanece a democracia e a "boa-governança", para as quais a libertação de Nelson Mandela, na África do Sul, proporcionou impulso decisivo, especialmente graças ao impacto que a midiatização desse acontecimento teve em todas as juventudes do mundo, singularmente a juventude africana.

Entretanto, o processo de transição democrática não se reproduziu à margem das dificuldades, choques e tensões, os quais por vezes conduziram a uma paralisia da vida política, provocando, por conseguinte, a intervenção das forças militares. Salvo em Gana, no Mali e no Chade, onde o processo democrático foi iniciado com a participação dos próprios militares, estes últimos chegaram a se amparar no poder além das fronteiras, com a ambição proclamada de impor um termo às situações de crise: tal foi o caso da Nigéria (1993), do Níger e das Ilhas Comores (1995), do Burundi (1996) e de Serra Leoa (1997), países nos quais eles provocaram o ressurgimento do medo dos golpes de Estado militares, os quais marcaram a vida política africana ao longo de duas décadas. Outras crises, ligadas às dificuldades na implantação da democracia e da "boa-governança", revelaram-se mais complexas: no Congo e na República Centro-Africana, uma conjunção de problemas políticos e étnicos posicionou facções, umas contra as outras, em mortíferos combates urbanos.

Se os primórdios dos anos 1990 viram o final das guerras de libertação nacional, com a independência da Eritreia, da Namíbia, a chegada ao poder da maioria negra na África do Sul, assim como a supressão do iníquo sistema do *apartheid*, as guerras que devastaram alguns países africanos no curso deste decênio, por sua vez, são de outra natureza. São guerras civis nascidas em consequência de problemas econômicos e políticos, frequentemente cristalizados em confrontos étnicos, culturais e religiosos: os massacres coletivos perpetrados no Burundi e em Ruanda, as sangrentas matanças na Argélia, os mortíferos enfrentamentos na Libéria e em Serra Leoa continuam a alimentar a imprensa e as mídias com as suas notícias macabras. Alguns movimentos separatistas hesitantes ou resolutos (Casamance, Comores, Sudão), reivindicações identitárias (problema tuaregue, no Mali e no Níger), disputas fronteiriças (Camarões/Nigéria), essas questões completam o quadro das crises africanas.

Em que pesem os males que a afligem ("mal-desenvolvimento", guerras civis e locais, aguda crise social), lampejos de esperança surgem na África desde 1994: a retomada econômica é perceptível em numerosos Estados, o processo demo-

crático que se desenvolveu por toda a parte e a consciência gerada pela União Africana corroboram a necessidade da África em contar com as suas forças próprias. É significativo que a ocupação, sucessiva, do posto de secretário-geral das Nações Unidas por dois africanos coincida com essa retomada de iniciativas, invariavelmente na ordem do dia. Sucedendo a posse do egípcio Boutros Boutros-Ghali, a eleição de Kofi Annan, oriundo de Gana, país pioneiro do pan-africanismo e da unidade continental, sem dúvida anuncia a esperança de novos tempos, quando a África reencontrará o seu lugar no concerto das nações e dos povos.

Referências bibliográficas

África do século XVI ao XVIII

ABBEBE, B. (1971) *Evolution de la propriété foncière au Choa (Ethiopie)* (Paris: Imprimerie Nationale et Librarie Orientaliste, P. Geuthner).

'ABD AL-AZĪZ B. MUHAMMAD B. IBRAHĪM AL-SINHĀDJĪ AL-FISHTĀLĪ (séc. XVI) *Manahil al-Safa' fiakhbar al-Nuluk al-Shurafa;* 1964, ed. 'Abd Allāh Gannun (Tetuan).

ABDALLAH, Y. B. (1919a) *Chiikala cha wa yao* (Zomba: Government Printer).

______. (1919b) *The Yaos* (org. e trad. de M. Sanderson, Zomba; seg. ed., London: Frank Cass, (1973).

ABINAL, A. e MALZAC, V. (1888) *Dictionnaire malgache-français* (Antananarivo: Imprimerie de la Mission Catholique; seg. ed., 1889).

ABITBOL, M. (1979) *Tombouctou et les Arma de la conquête marocaine du Soudan nigérien en 1591 à l'hégémonie de l'Empire du Marina en 1833* (Paris: Maisonneuve & Larose).

ABRAHAM, D. P. (1969) "The roles of Chaminuka and the Mhondoro cults in Shona political history", in E. Stokes e R. Brown (eds.), pp. 28-46.

ABUBAKAR, S. (1978) *The Lamibe of Fombina: A Political History of Adamawa, 1809-1901* (Zaria: ABUP), 190 pp.

ABUN-NASR, J. M. (1975) *A History of the Maghrib* (seg. ed., Cambridge: CUP), 422 pp.

ACHI, B. e BITIYONG, J. I. (1983) *Warfare and Urban Growth in Hausaland: The Case of Birnin Zaria c.1400-1808 A.D.* (Zaria: ABUP).

ADAMS, W. Y. (1977) *Nubia – Corridor to Africa* (London: Allen Lane), 797 pp.

ADAMS, W. Y., VAN GERVEN, D. P. e LEVY, R. S. (1978) "The retreat from migrationism", *Annual Review of Anthropology* 7, pp. 483-532.

ADAMU, M. (1968) "A Hausa government in decline: Yawuri in nineteenth-century Zaria" (Dissertação de Mestrado, Ahmadu Bello University, Zaria).

______. (1978) *The Hausa Factor in West African History* (Zaria: ABUP), 224 pp.

______. (1979) "Distribution of trading centres in the central Sudan in the eighteenth and nineteenth centuries", in Y. B. Usman (ed.), pp. 59-104.

______. (?) *Some essential features of the economy of Hausaland*, 1500-1804 in M. Adamu (?).

ADAMU, M (ed.) (?) *Economic History of Central Savannah of West Africa* (Zaria: ABUP).
______. (ed.) (?) *Central Sudan before 1804.*
ADDO-FENING, F. (1980) "Akyem Abuakwa, c. 1874-1943: A study of the impact of missionary activities and colonial rule on a traditional state" (Tese de doutoramento, University of Ghana, Legon).
ADEFUYE, A. (1973) *A political history of the Palwo c.1400-1911* (Tese de doutoramento, University of Ibadan).
______. (1976) "Palwo Jogi: impact on political history", in Onyango-ka-Odongo e J. B. Webster (eds.), 1976a, pp. 215-30.
ADEFUYE, A. (?) "The Palwo: from prestigious to persecuted minority", in J. B. Webster (ed.), *Uganda before 1900*, v. I.
ADELEYE, R. A. (1971) "Hausaland and Bornu, 1600-1800", in J. F. A. Ajayi e M. Crowder (eds.), pp. 485-530.
AGNEW, S. (1972) "Environment and history: the Malawian setting", in B. Pachai (ed.), pp. 28-48.
AGYEMAN, E. A. (1965) "Gyaman – Its relations with Ashanti, 1720-1820" (Dissertação de Mestrado, University of Ghana, Accra).
AHMAD B. AL-HĀDJDJ ABŪ 'L-'ALĪ (1962) *Makhlutat Katib al-Shuna fi ta'rikh al-Saltana al-Sinnariyya* (ed. al-Shātir Busayli 'Abd al-Jalil, Cairo).
AJAYI, J. F. A. (ed.) (1989) *General History of Africa,* vol. VI, (Paris/Oxford/Berkeley: UNESCO/ Heinemann/University of California Press).
AJAYI, J. F. A. e ALAGOA, E. J. (1980) "Nigeria before 1800: aspects of economic developments and inter-group relations", in O. Ikime (ed.), pp. 224-35.
AJAYI, J. F. A. e CROWDER, M. (eds.) (1971) *History of West Africa* (e London: Longman, 1976).
AJAYI, J. F. A. e ESPIE, J. (eds.) (1965) *A Thousand Years of West African History* (Ibadan/London: IUP/Nelson).
AJAYI, J. F. A. e IKARA, B. (eds.) (1985) *Evolution of Potitical Culture in Nigeria* (Lagos: Lagos University Press e Kaduna State Council for Arts and History) 227 pp.
AKINJOGBIN, I. A. (1967) *Dahomey and its Neighbours, 1708-1818* (Cambridge: CUP), 243 pp.
______. (1976) "The expansion of Oyo and the rise of Dahomey, 1600-1800", in J. F. A. Ajayi e M. Crowder (eds.), 1976, pp. 373-412.
ALAGOA, E. J. (1972) *A History of the Niger Delta: an Historical Interpretation of Ijo Oral Tradition* (Ibadan: IUP) 231 pp.
______. (1976) "Dating Ijo oral tradition", *Oduma* (Port Harcourt), 3, I, pp. 19-22.
ALEXANDRE, P. (1965) "Proto-histoire du groupe beti-bulu-fang: essai de synthèse provisoire", *CEA,* 20, pp. 503-60.
ALEXANDRE, P. e BINET, J. (1958) *Le groupe dit pahouin (Fang-Boulou-Beti),* (London/Paris: IAI/PUF).
ALKALI, M. B. (1969) "A Hausa community in crisis: Kebbi in the nineteenth century" (Dissertação de Mestrado, Ahmadu Bello University, Zaria).
ALKALI, M. N. (1978) "Kanem-Borno under the Sayfawa", (Tese de Doutoramento, Ahmadu Bello University, Zaria).
______. (1983) "Economic factors in the history of Borno under the Saifawa", in M. N. Alkali e B. Usman (eds.), pp. 57-77.
______. (1985) "Political and administrative structure of Kanem-Borno under the Saifawa Mais", in J. F. A. Ajayi e B. Ikara (eds.), pp. 33-49.
ALLAN, J. (1965) *The African Husbandsman* (London: Oliver and Boyd).
ALLDRIDGE, T. J. (1901) *The Sherbro and its Hinterland* (London: Macmillan).
ALLEN, J. de V. (1974) "Swahili culture reconsidered", *Azania*, 9, pp. 105-138.
______. (1976) "Swahili culture and identity", (Seminário, Department of History, University of Nairobi).
______. (1981) *Lamu Town: A Guide* (Lamu: Rodwell Press).
ALLEN, J. de V. e WILSON, T. (1979) *Swahili Houses and Tombs of the Coast of Kenya* (London).

ALPERS, E. A. (1968) "The Mutapa and Maravi political systems to the time of the Ngoni invasions", in T. O. Ranger (ed.), pp. 1-28.
ALPERS, E. A. (1973) "Rethinking African economic history", *KHR*, 1, 2, pp. 163-88.
______. (1975a) *Ivory and Slaves in East-Central Africa to the Later 19th Century* (London: Heinemann), 296 pp.
______. (1975b) "Eastern Africa", in R. Gray (ed.).
ALPERS, E. A. e EHRET, C. (1975) "Eastern Africa, 1600-1790", in R. Gray (ed.), pp. 469-536.
ALVARES, F. (1961) *The Prester John of the Indies* (trad. Lord Stanley of Alderley, rev. e ed., C. F. Beckingham e G. W. B. Huntingford; Cambridge: CUP, for the Hakluyt Society, 2 vols.).
AMENUMEY, D. E. K. (1969) "The pre-1947 background to the Ewe unification question", *THSG*, 10, pp. 65-84.
AMEYAW, K. (1966) "Kwahu, an early Akan forest state", *GNQ*, 9, pp. 39-45.
AMSELLE, J. L. e M'BOKOLO, E. (eds.) (?) *Une ethnicité forgée à l'ombre du colonialisme: Hutu et Tutsi au Rwanda et au Burundi.*
ANACLETTI, A. O. e NDAGALA, D. K. (1981) "The cattle complex in the ancient west lake kingdoms", *CCB.*
ANDRADE, A. A. (1955) *Relações de Moçambique Setecentista* (Lisboa: Agencia General do Ultramar).
ANJAN, L. (1911-12) "Notes historiques et ethnographiques sur les Comores", *BAM*, 9, pp. 125-41 e 10, pp. 183-200.
ANONYMOUS. (?) "Entry of Kanembu into Bornu", *Kanembu District Notebook,* Arquivo N. 38 (Kaduna, Nigeria: National Archives).
______. (1890) "Descrição do Império de Moanamotapa", in *Memória e Documentos acerca dos direitos de Portugal aos territórios de Machona e Nyassa* (Lisboa: Imprensa nacional).
______. (1967) "Tarikh erbab hadha 'l-belad al-Mussama Kanu", traduzido por H. R. Palmer como "Kano Chronicle", *SM*, 3, pp. 92-132.
ANOZIE, F. N. (1976) "Onyoma and Ke: a preliminary report on archaeological excavations in the Niger Delta", *WAJA*, 6, pp. 89-99.
ANQUANDAH, J. (1982) *Rediscovering Ghana's Past* (London: Longman), 161 pp.
ANTTILA, R. (1972) *An Introduction to Historical and Comparative Linguistics* (New York: Macmillan).
ANYWAR, R. S. (1954) *Acoli Ki Ker Megi* (Kampala: Eagle Press). Traduzido por N. E. Odyomo como *The Acholi and their Chiefdoms* (1969), Department of History, Makerere University.
APECU, A. (1972) *The Pre-colonial History of the Jonam Chiefdoms* (ensaio, Makerere).
APTHEKER, H. (1944) *American Negro Slave Revolts* (seg. ed., New York: Columbia University Press), 400 pp.
ARDENER, E. (1956) *Coastal Bantu of the Cameroons* (London: IAI, Ethnographic Survey of Africa, Western Africa, parte II), 116 pp.
______. (1968) "Documentary and linguistic evidence for the rise of trading politics between Rio del Rey and Cameroons, 1600-1650", in I. M. Lewis (ed.), pp. 81-126.
AREGAY, W. e SELLASSIE, S. H. (1971) "Sudanese-Ethiopian relations before the nineteenth century", in Y. F. Hasan (ed.), pp. 62-72.
ARHIN, K. (1967) "The structure of Greater Ashanti (1700-1824)", *JAH*, 8, I, pp. 65-85.
______. (1979) *West African Traders in Ghana in the Nineteenth and Twentieth Centuries* (London: Longman).
ARHIN, K. e GOODY, J. (1965) *Ashanti and the Northwest* (Legon: Institute of African Studies, University of Ghana).
ARMO, A. G. (1968) *Anton Gulielmus Armo Afer of Axim in Ghana: Translation of his works* (Halle: Martin Luther University).
ASTLEY, T. (1745) *A New Collection of Voyages and Travels* (4 vols., London: Thomas Astley).
ATHERTON, J. H. (1972) "Excavations at Kamabai and Yagala rock shelters, Sierra Leone", *WAJA*, 2, pp. 39-74.
ATKINS, G. (ed.). (1972) *Manding: Focus on an African Civilization* (London: SOAS).

ATKINSON, R. R. (1976) "State formation and development in Western Acholi", in Onyango-ka--Odongo e J. B. Webster (eds.), 1976, pp. 262-90.
______. (?) "Bugware before 1900: a survey", in D. Denoon (ed.).
AUBIGNÉ, T. A. d'. (1616-20) *L'histoire universelle du sieur d'Aubigné.*., 3 vols.; seg. ed., 1626; 3 vols., outra edição publicada por B. A. de Ruble, 1886-1909, 10 vols., (Paris).
AUJAS, L. (1920) "Remarques sur quelques étymologies des noms de lieux géographiques à Mayotte", *Revue d'Ethnographie et des Traditions populaires*, I, pp. 51-9.
AUSTEN, R. A. (1968) *Northwest Tanzania under German and British rule, 1889-1939* (New Haven: YUP).
AUSTEN, R. A. (1979) "The trans-Saharan slave trade: a tentative census", in H. A. Gemery e J. S. Hogendorn (eds.), pp. 23-76.
AUSTEN, R. A. e JACOBS, K. (1974) "Dutch trading voyages to Cameroon, 1721-1759: European documents and African history", *Annales de la Faculté des lettres et sciences humaines* (University of Dakar), 6, pp. 1 -27.
AVARO, J. A. (1981) *Un peuple gabonais à l'aube de la colonisation: Le Bas Ogowe au XIXe siècle* (Paris: Karthala/CRA), 290 pp.
AVELOT, R. (1912) "Les grands mouvements de peuples en Afrique: Jaqa et Zimba", *BGHD*, pp. 76- 216.
AXELSON, E. (1940) *South-East Africa, 1488-1530* (London: Longman).
______. (1960) *The Portuguese in South-East Africa, 1600-1700* (Johannesburg: WUP), 226 pp.
______. (1973) *The Portuguese in South-East Africa, 1488-1600* (Johannesburg: WUP), 276 pp.
AZAÏS, PE., e CHAMBARD, R. (1931) *Cinq années de recherches archéologiques en Ethiopie, province du Harar et Ethiopie méridionale,* 2 vols., (Paris: Librairie Orientaliste Paul Geuthner).
AZEVEDO, L. J. de. (1947) *Épocas de Portugal Econômica* (seg. ed., Lisboa).
AZEVEDO, W. L. de. (1959) "The setting of Gola society and culture: some theoretical implications of variations in time and space", *KASP*, 21, pp. 43-125.
______. (1962) "Some historical problems in the delineation of a Central West Atlantic region", *Annals of the New York Academy of Sciences*, 96, pp. 512-38.
BABA, J. B. (1972) "Adiyo: the coming of the Kakwa and the development of their institutions", (Ensaio, University of Makerere).
BAER, G. (1967) "Slavery in nineteenth-century Egypt", *JAR*, 8, 3, pp. 417-441.
BAGODO, O. (1978) "Le royaume Borgou Wasangari de Nikki dans la première moitié du XIXe siècle" (Dissertação de Mestrado, Université Nationale, Cotonou).
BAHENDUZI, M. (1977) "Le munganuro et l'umwaka: deux fêtes rituelles du Burundi ancien" (Tese, ENS, Bujumbura).
BALOGUN, S. A. (1980) "History of Islam up to 1800", in O. Ikime (ed.), pp. 210-23.
______. (1983) "A Reconsideration of the Hausa Folklore: the Bayajida legend" (Sokoto, mimeografia).
BANNERMAN, J. H. (1981) "Hlengweni: the history of the Hlengweni of Lower Save and Lundi rivers from the late eighteenth to mid-twentieth century", *ZR*, 12, pp. 1-45.
BAPTISTA, R. 1892. *Africa Oriental, Caminho de ferro da Beira a Manica* (Lisboa: Empresa Nacional).
BARASSIN, FATHER J. (1953) *Bourbon des origines jusqu'en 1714.*
BARBER, W. J. (1964) *The Economy of British Central Africa: a Case Study of Economic Development in a Dualistic Society* (London: OUP).
BARBOT, J. (1732) *A Description of the Coasts of North and South Guinea* (London).
BARKINDO, B. M. (1979) "Islam in Mandara: its introduction and impact upon the state and people", *KS*, 1 e 4.
______. (1980) "Origins and history of the sultanate of Mandara" (Tese de doutoramento, Ahmadu Bello University, Zaria).
______. (ed.) (1983) *Studies in the History of Kano* (Ibadan: Heinemann Educational Books, Nigeria).
BARRETO, M. (1899) "Informação do Estado e conquista dos Rios de Cuama, dezembro de 1667" [Report upon the state and conquest of the rivers of Cuama], in G. M. Theal (ed.), trad. inglesa, 1898-1903, vol. 3, pp. 463-495.

BARROS, J. de. (1552-1613) *Da Asia: Dos Feitos que os Portuguezes fizeram na Conquista e Descubrimento das Terras e Mares do Oriente* (vol. 1: 1552; vol. 2: 1553; vol. 3: 1563; vol. 4: 1613; Lisboa).

BARRY, B. (1972) *Le royaume du Waalo: Le Sénégal avant la conquête* (Paris: Maspéro).

BARTH, H. (1857-8) *Reisen und Entdeckungen in Nord und Central Afrika in den Jahren 1849 bis 1855* (Gotha: J. Perthes), 5 vols., ed. inglesa como *Travels and Discoveries in North and Central Africa: Being a Journal of an Exploration undertaken under the Auspices of RBM's Government in the Years 1849-1855*, 1857 (London: Longman, Brown, Green, Longmans & Roberts), 5 vols.; reimpressão, 1965 (London: Ward, Lock, Centenary Ed.), 3 vols. ed. francesa como *Voyages et découvertes dans l'Afrique septentrionale et centrale pendant les années 1849 à 1855,* 1860-1 (Paris: A. Bohné), 4 vols.

BASSET, R. (1882) *Études sur l'histoire d'Ethiopie* (Paris).

______. (1897) *Histoire de la conquête de l' Abyssinie (XVIe siécle) par Chihab Eddin Ahmed ben Abd El Qader surnommé Arab-Faqih* (2 vols., Paris: Publications de l'Ecole supérieure de lettres d'Alger).

BASTIDE, R. (1971) *Les Amériques noires: les civilisations africaines dans le Nouveau Monde* (Paris: Payot), trad. como *African Civilizations in the New World* (London: Hurst).

BASU, K. K. (1932) *The Tarikh-i-Mubarak Shadi by Yahya bin Ahmad bin 'Abdullah as-Sihrindi* (Baroda: Gackwad's Oriental Series, N. 63).

BATALHA-REIS, J. (1889) "The Portuguese in Nyasaland", *SGM*, 5, 5, pp. 252-60.

BATHILY, A. (1975) "Imperialism and colonial expansion in Senegal in the nineteenth century with particular reference to the economic, social and political dcvelopments in the Kingdom of Gajaaga" (Tese de doutaramento, University of Birmingham).

BAUER, P. T. (1981) *Equality, the Third World and Economic Delusion* (London: George Weidenfeld and Nicolson Ltd.).

BEACH, D. N. (1976) "Second thoughts on the Shona economy: suggestions for further research", *RR*, 7, pp. 1-11.

______. (1977) "The Shona economy: branches of production", in R. Palmer e N. Parsons (eds.), pp. 37-65.

______. (1980a) *The Shona of Zimbabwe from 900 to 1850: an outline of Shona history* (Gweru: Mambo Press).

______. (1980b) "The Zimbabwean plateau and its peoples, 1400-1900" (Trabalho apresentado na Conference on the Social, Political and Economic History of Central Africa, University of Kent, Canterbury, 7-11 July).

______. (1984) *Zimbabwe before 1900* (Gweru: Mambo Press).

BECKER, C. e MARTIN, V. (1975) "Kajor et Bawol: royaumes sénégalais et traite des esclaves au XVIIIe siècle", *RFROM*, 226-7, pp. 286-99.

BECKINGHAM, C. F. e HUNTINGFORD, G. B. W. *ver* F. Alvares, 1961.

BEECHAM, J. (1841) *Ashantee and the Gold Coast: Being a Sketch of the History, Social State and Superstitions of the Inhabitants of those Countries...* (London: John Mason).

BEHRENS, C. (1974) *Les Kroumen de la côte occidentale d'Afrique* (Talence: CNRS, Centre d'études de géographie tropicale).

BELLO, M. (ed.) "Infaq al-Maysur fi ta'rikh bilad al-Tukrur"; trad. e ed. de E. J. Arnett como *Rise of the Sokoto Fulani*, 1932 (Kano: Emirate Printing Department), e de C. E. J. Whitting em 1951 (London: Luzac and Co.).

BELTRAN, G. A. (1958) *Cuijla: esbozo etnografico de un pueblo Negro* (Mexico).

BENISHEIKH, A. (1983) "The 19th-century Galadimas of Bornu", in Y. B. Usman e M. N. Alkali (eds.).

BENYOWSKY, M. A. de. (1790) *Memoirs and Travels* (2 vols., London: G. G. J. e R. Robinson).

BERG, F. J. (1968) "The Swahili community of Mombasa, 1500-1900", *JAR*, 9, I, pp. 35-56.

______. (1971) "Mombasa under the Busaidi sultanate: the city and its hinterland in the nineteenth century" (Tese de dotoramento, University of Wisconsin).

BERGER, I. (1967) "Migration of the Central Kenya Bantu: a reconsideration of the Shungwaya hypothesis" (Dissertação, University of Wisconsin).

BERGER, I. (1973) "The Kubandwa religious complex of interlacustrine East Africa: an historical study c.1500-1900" (Dissertação de Mestrado, University of Wisconsin).
BERNSTEIN, H. (ed.) (1973) *Underdevelopment and Development: The Third World Today* (New York: Penguin Books).
BERNUS, E. (1960) "Kong et sa région", *Etudes éburnéennes,* 8, pp. 239-324.
BERQUE, J. (1982) *Ulemas, fondateurs, insurgés du Maghreb* (Paris: La bibliothèque arabe, Sindbad).
BERTHIER, P. (1966) *Les anciennes sucreries du Maroc et leurs réseaux hydrauliques* (2 vols., Rabat: Imprimeries française et marocaine).
BERTRAND, Col. *Notes d'histoire mangbetu,* (manuscrito em posse de J. Vansina).
BERTUCHI, A. J. (1923) *The Island Rodriguez: A British Colony in the Mascarenhas Group* (London: John Murray).
BETBEDER, P. (1971) "The kingdom of Buzinza", *CRM*, 13, 4, pp. 736-62.
BETOTO, C. (1950a) "The social organization of Sakalava royalty" in C. Betoto (ed.) 1950(b).
______. (1905) *Histoire de la royauté sakalava* (Paris: Ecole nationale de La France d´Outre-mer, typescript) pp-1-32.
BEZOLD, C. (1905) *Kebra Nagast: Die Hérrlichkeit der Könge* (München: Verlag de K.B.).
BHILA, H. H. K. (1975) "Some aspects of pre-colonial African trade south of the Zarnbezi", *MJSS*, 4, pp. 101-16.
______. (1977) "The Kaphwiti-Lundu complex in the Lower Shire valley, Malawi, to 1800 AD: myth and reality" (paper presented to the International Conference on Southern African History, National University of Lesotho, Roma, 1-7 August).
BHILA, H. H. K. (1982) *Trade and Politics in a Shona Kingdom. The Manyika and their Portuguese and African Neighbours, 1575-1902* (London: Longman).
BIEBER, F. J. (1920-3) *Kaffa: ein altkuschilisches Volkstum in lnner Afrika,* vol. I (Münster: W. Aschendorffsche Verlagsbuchhandlung); vol. 2 (Wien).
BIKUNYA, P. (1927) *Ky´Abakama ba Bunyoro-Kitara* (London: Sheldon Press).
BINGER, L. G. (1892) *Du Niger au golfe de Guinée par le pays de Kong et le Mossi,* 1887-1889 (2 vols., Paris: Hachette).
BIOBAKU, S. O. (ed.) (1973) *Sources of Yoruba History* (Oxford: Clarendon Press).
BIRKELI, E. (1926) *Marques de boeufs et traditions de race: documents sur l'ethnographie de la côte occidentale de Madagascar* (Oslo, Bulletin N. 2 of the Oslo Ethnografiske Museum).
BIRMINGHAM, D. (1966) *Trade and Conflict in Angola: The Mbundu and their Neighbours under the Influence of the Portuguese, 1483-1790* (Oxford: Clarendon Press).
______. (1975) "Central Africa from Cameroun to Zambeze", in R. Gray (ed.) pp. 325-83.
______. (1981) *Central Africa to 1870: Zambezia, Zaire and the South Atlantic* (Cambridge: CUP).
BIRMINGHAM, D. e GRAY, R. (eds.) (1970) *Pre-colonial African trade: Essays on Trade in Central and Eastern Africa before 1900* (London: OUP), 308 pp.
BIRMINGHAM, D. e MARTIN, P. (eds.) (1983) *History of Central Africa,* vol. I, (London: Institute of Commonwealth Studies), 314 pp.
BISHIKWABO, C. (1982) "Histoire d'un état shi en Afrique des Grands Lacs (c. 1850-1940)" (Tese de Doutoramento, Louvain-la-Neuve).
BISHOP, W. W. e CLARK, J. D. (eds.) (1967) *Background to Evolution in Africa* (Chicago: University of Chicago Press).
BIVAR A. D. H. e SHINNIE, P. L. (1960) "A dated Kuran from Bornu", *Nigerian Magazine*, 65, (Lagos).
BLACKBURN, R. H. (1976) "Okiek history", in B. A. Ogot (ed.), 1976b, pp. 53-83.
______. (1982) *Kenya's Peoples: Okiek* (London: Evans).
BLAIR, H. A. e DUNCAN-JOHNSTONE, A. (1932) *Enquiry into the Constitution and Organization of the Dagbon Kingdom* (Accra: Government Printer).

BLAKE, J. W. (1937/1977) *West Africa, Quest for God and Gold, 1454-1578: A Survey of the First Century of White Enterprise in West Africa, with particular reference to the Achievement of the Portuguese and their Rivalries with other European Powers* (London: Curzon Press), seg. ed., 1937.
______. (1942) *Europeans in West Africa, 1450-1560* (trad. e ed. J. W. Blake, London: para a Hakluyt Society, seg. ed., 2 vols.).
BLAKELEY, A. (1976) "Gannibal, Abram Petrovich", in *Modern Encyclopaedia of Russian and Soviet History,* vol. 12, ed. de J. L. Wieczynski (Gulf Breeze: Academic International Press).
BOAHEN, A. A. (1964) *Britain, the Sahara and the Western Sudan,* 1788-1861 (Oxford: Clarendon Press, Oxford Studies in African Affairs), 268 pp.
______. (1965) "Asante and Fante, A. D. 1000-1800", in J. F. A. Ajayi e I. Espie (eds.), pp. 160-85.
______. (1966a) *Topics in West African History* (London: Longman).
______. (1966b) "Origins of the Akan", *GNQ*, 9, pp. 3-10.
______. (1971) "The coming of the Europeans", in A. M. Josephy, Jr. (ed.).
______. (1973) "Arcany or Accany or Arcania and the Accanists of the 16th and 17th centuries" European Records, *THSG*, XIV, 1, 6, pp. 105-12.
______. (1974) "Fante diplomacy in the eighteenth century", in K. Ingham (ed.), pp. 25-49.
______. (1977) "Ghana before the coming of the Europeans", *GSSJ*, 4, 2.
BOESCH, F. (1930) *Les Banyamioezi: peuple de l'Afrique orientale* (Münster: Anthropos Bibliothek).
BOESEKEN, A. J. (1969) "The settlement under the van der Stels", in C. F. J. Muller (ed.), pp. 26- 38.
BOIS, G. (1978) "Against the neo-Malthusian orthodoxy", *PP*, 79, pp. 60-9.
BONNEL de MÉZIÈRES, A. (1912) *Le Major A. Gordon Laing* (Paris: Larose) (seg. ed., 1927).
BONTINCK, F. (1980) "Un mausolée pour les Jaga", *CEA*, 79, pp. 387-9.
BONTINCK, F. e NDEMBE NSASI, D. (1978) *Le catéchisme kikongo de 1624*: *Réédition critique* (Brussels: ARSOM, Classe des Sciences morales et politiques, NS, XLIV-5).
BORAH, W. e COOK, S. F. (1967) "The Aboriginal population of Central Mexico on the eve of Spanish conquest", in L. Hanke (ed.), vol. I.
BOSMAN, W. (1967) *A New and Accurate Description of the Coast of Guinea* (London: Frank Cass, reimpressão de 1705, primeira ed., com introdução de J. R. Willis).
BOSTON, J. S. (1969) "Oral tradition and the history of the Igala", JAH, 10, I, pp. 29-43.
BOTELHO, J. J. T. (1936) *História militar e política dos Portugueses em Moçambique da Descoberta a 1833* (Lisboa: Governo Geral de Moçambique).
BOTO, J. (1923) "Tradition relative à l'origine des Betsimisaraka-Betanimena", *BODE*, 25, pp. 252-3.
BOUCHAUD, J. (1952) *La côte du Cameroun dans l'histoire et la cartographie, des origines à la conquête allemande* (Yaoundé: Mémoires de l'IFAN, Centre du Cameroun, N. 5), 217 pp.
BOUET, S. S. e BOUET, L. T. (1911) "Les Toma", *BCAF,* 8, pp. 185-246.
BOULÈGUE, J. (1968) "La Sénégambie du milieu du XVe siècle au début du XVIIe siêcle" (Tese de Doutoramento, Universidade de Paris).
______. (1972) "Aux confins du monde malinke: le royaume du Kasa (Casamance)" (trabalho apresentado na Conference on Manding Studies, London University).
BOUQUIAUX, L. e HYMAN, L. (eds.) (1980) *L'expansion bantoue* (3 vols., Paris: SELAF).
BOUTILLIER, J. L. (1971) "La cité marchande de Bouna dans l' ensemble économique ouest-africain précolonial", in C. Meillassoux (ed.), pp. 240-52.
______. (1975) "Les trois esclaves de Bouna", in C. Meillassoux (ed.), pp. 253-80.
BOVILL, E. W. (1958) *The Golden Trade of the Moors* (London: OUP), 281 pp; seg. ed. rev., 1968, (London: OUP) 293 pp.
BOXER, C. R. (1952) *Salvador de Sa and the struggle for Brazil and Angola, 1602-1686* (London: Athlone Press), 444 pp.
______. (1960a) "Uma relação inédita e contemporânea da batalha de Ambuila em 1665", *Museu de Angola*, 2, pp. 66-73.
______. (1960b) "The Portuguese on the Swahili coast, 1593-1729", in C. R. Boxer e C. de Azevedo (eds.), pp. 11-86.

BOXER, C. R. (1961) *Four Centuries of Portuguese Expansion, 1415-1825: A Succinct Survey* (johannesburg: WUP).
______. (1963) *Race Relations in the Portuguese Colonial Empire, 1415-1825* (Oxford: Clarendon Press), 136 pp.
______. (1969) *The Portuguese Seaborne Empire* (London: Hutchinson).
BOXER, C. R. e AZEVEDO, C. de (eds.) (1960) *Fort Jesus and the Portuguese in Mombasa, 1593--1729* (London: Hollis & Carter), 144 pp.
BOYER, G. (1953) *Un peuple de l'ouest soudanais, les Diawara: Contribution à l'histoire des Songhay par J. Rouch* (Dakar: Mémoires de l'IFAN, 29), 259 pp.
BRASIO, A. (ed.) (1952-71) *Monumenta Missionaria Africana – África Occidental* (2 vols., Lisboa: Agência Geral do Ultramar).
BRAUDEL, F. (1928) "Les Espagnols et l'Afrique du Nord de 1492 à 1577", *RA*, pp. 184 *et seq.* e pp. 315 *et seq.*
______. (1935) "Philippe II et la Goulette", *RA*, pp. 386-91.
______. (1946) "De l'or du Soudan à l'argent d'Amérique", *AESC*, I, pp. 9-22.
______. (1981) *The Structure of Everyday Life: the Limits of the Possible* (trad. e rev. S. Reynolds, London).
______. (1984) *Civilization and Capitalism* (3 vols., New York: Harper & Row).
BRAUKÄMPER, U. (1978) "The ethnogenesis of the Sidama", *Abbay,* 9, pp. 123-30.
______. (1980) *Geschichle der Hadiya Süd-Äthiopiens* (Wiesbaden).
BRENNER, R. (1976) "Agrarian class structural and economic development in pre-industrial Europe", *PP*, 70, pp. 31-75.
______. (1982) "The agrarian roots of European capitalism", *PP,* 97, pp. 16-113.
BRETSCHNEIDER, E. (1871) *On the Knowledge Possessed by the Ancient Chinese of the Arabs and Arabian Colonies* (London).
BRIEF DIWAN (1165) compilação A. H. (1751-2), reproduzida em *Kitab fi Sha'n Sultan Idris,* 1932 (Kano), com trad. de H. R. Palmer na introdução.
BROADHEAD, S. (1971) "Trade and politics on the Congo coast: 1770-1870" (Tese de Doutoramento, Boston University).
______. (1979) "Beyond decline: the kingdom of the Kongo in the eighteenth and nineteenth centuries", *IJAHS*, 12, 4, pp. 615-50.
______. (1983) "Slave wives, free sisters, Bakongo women and slavery c.1700-1850", in C. C. Robertson e M. Klein (eds.), *Women and Slavery in Africa,* pp. 160-81.
BROCK, B. (1968) "The Nyika", in A. D. Roberts (ed.), 1968a, pp. 59-81.
BROOKS, G. E. (1980) *Kola Trade and State-building in Upper Guinea Coast and Senegambia. 15th-17th centuries* (African Studies Centre Working Papers, N. 38, Boston University).
BROWNE, W. G. (1799) *Travels in Africa, Egypt and Syria, from the year 1792 to 1798* (London: Longman & Rees), 496 pp.; seg. ed., 1806 (London: Longman & Co), 632 pp.
BRUCE, J. (1805) *Travels to Discover the Source of the Nile in the Years 1768, 1769, 1770, 1771, 1772 and 1773*; seg. ed., 8 vols., (Edinburgh: A. Constable & Co., Manners and Miller); primeira ed., 5 vols., 1790 (Edinburgh: J. Ruthren).
BRUTSCH, J. R. (1950) "Les relations de parenté chez les Duala", *Etudes camerounaises,* 3, 31-32 (set-dez), pp. 211-30.
BRYAN, M. A. (1959) *The Bantu Languages of Africa* (London: OUP, Handbook of African languages, Part 4, published for the IAI), 170 pp.
BUCHANAN, C. (1974) "The Kitara complex: the historical tradition of Western Uganda to the 16th century" (Tese de Doutoramento, Indiana University, Bloomington), 273 pp.
BUCHTHAL, H. (1960) "An Ethiopian miniature of Christ being nailed to the Cross", in *Atti del Convegno Internazionnale di Studi Ethiopici* (Rome), pp. 331-4.
BURCKHARDT, J. L. (1819) *Travels in Nubia* (London: John Murray), 543 pp.
BURNHAM, P. (1975) "Regroupement and mobile societies: two Cameroon cases", *JAH*, 16, 4, pp. 577-94.
______. (1980) *Opportunity and Constraint in a Savanna Society* (London: Academie Press), 324 pp.

BURSSENS, H. (1958) *Les peuplades de l'entre-Congo-Ubangi* (London: IAI).
BURTON, R. F. (ed. e trad.) (1873) *The Lands of Kazembe: Lacerda's Journey to Kazembe in 1798* (London: John Murray).
BURTON, W. F. (1956) "L'organisation sociale des Balumba", *BJIDCC*, 4, pp. 150-3.
BYNON, T. (1977) *Historical Linguistics* (Cambridge: CUP), 301 pp.
CÀ da MOSTO, A. da (1937) *The Voyages of Cadamosto and Other Documents, on Western Africa in the Second Half of the Fifteenth Century,* (trad. e ed. de G. R. Crone, London: Hakluyt Society), 159 pp.
CADORNEGA, A. de OLIVEIRA de. (1940-2) *História geral das Guerras Angolanas...* (3 vols., ed. de J. M. Delgado e M. A. da Cunha, Lisboa: Imprensa Nacional).
CAETANO, X. (1954) "Relação do estado presente de Moçambique, Sena, Sofala, Inhambane e todo o Continente da África Oriental", in L. F. de Carvalho Dias (ed.), pp. 171-215.
CAILLIÉ, R. (1828) *Journal d'un voyage à Tombouctu et à Jenne* (Paris: Imprimerie royale).
CAIRNS, T. (1971) *Barbarians, Christians and Muslims* (Cambridge: CUP).
CALLAWAY, C. (1870) *The Religion Systems of the Amazulu* (London: Trübner & Co.).
CALLET, F. (1878-1902) *Tantaran'ny Andriana* (seg. ed., Antananarivo); terceira ed., 1908-09; trad. de G. S. Chapus e E. Ratsimba como *Histoire des rois,* 1953-8, Antananarivo; referida como *Tantara,* termo genérico para História.
CALONNE-BEAUFAICT, A. de. (1921) *Azande; introduction à une ethnographie générale des bassins de l'Ubangi-Uele et de l'Aruwimi* (Brussels: M. Lamertin).
CAPELLO, H. e IVENS, R. (1886) *De Angola a Contra-Costa: Descripção de Uma Viagem atravez do Continente Africano* (2 vols., Lisboa: Imprensa Nacional).
CAPRON, J. (1973) *Communautés villageoises bwa (Mali, Haute-Volta)* (Paris: Institut d'ethnologie, Mémoire N. 9), 379 pp.
CARREIRA, A. (1947) *Mandingas da Guiné Portuguesa* (Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa).
CARRETTE, E. (1844) *Recherches sur La géographie et le commerce de l'Algérie méridionale* (Paris: Sciences historiques et géographiques).
CARVALHO DIAS, H. A. de. (1890) *Expedição Muatiamvo: Ethnographia e historia tradicional dos povos da Lunda* (8 vols., Lisboa: Imprensa Nacional).
CARVALHO DIAS, L. F. de (ed.) (1954) "Fontes para a história, geografia e comércio de Moçambique, sec. XVIII", *Anais*, 9, I.
CASTRIES, H. de. (1905-36) *Les sources inédites de l'histoire du Maroe de 1530 à 1845* (18 vols., Paris: Paul Geuthner).
______. (1923) "La conquête du Soudan par el-Mansour", *Hespéris,* 3, 4, pp. 433-88.
CAUNEILLE, A. (1957) "Le nomadisme des Zentan (Tripolitaine er Fezzan)", *Trav. IRS,* 16, 2, pp. 73-99.
CAVAZZI, G. A. (1965) *Descripção histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola... 1687* (Tradução e anotações em português de G. M. de Leguzzano, 2 vols., Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar).
CENTRE DE CIVILISATION BURUNDAISE (ed.) (1981) *La civilitisation ancienne des peuples des Grands Lacs* (Paris: Karthala), 495 pp.
CENTRE FOR THE STUDY OF CUSTOMS (ed.) (nd) *Enquête sur... les Mahafaly* (University of Madagascar).
CERULLI, E. (1922) *The folk-literature of the Galla of Southern Abyssinia* (Harvard African Studies N. 3, Cambridge, Mass.).
______. (1931) "Documenti arabi per la storia dell'Ethiopia", *MRAL,* 4, Ser. 6, pp. 39-101.
______. (1936) *La lingua e la storia di Harar* (Rome).
______. (1941) "Il sultanato dello Scioa nel secolo XII secondo un nuovo documento storico", *RSE*, I, pp. 5-42.
______. (1942) "Gli emiri di Harar dai secolo XVI alle conquista egiziana (1875)", *RSE*, 2, pp. 3- 20.
______. (1943-7) *Etiopi in Palestina* (2 vols., Rome: Libreria dello Stato).

CERULLI, E. (1947) "Il 'Gesú percosso' nell'arte etiopica e le sue origini nell'Europa del XV secolo", *RSE*, 6, pp. 109-29.
______. (1957-64) *Somalia – Scritti vari editi ed inediti* (3 vols., Rome: Amministrezione Fiducitaria Italiana di Somalia).
______. (1968) *La letteratura etiopica* (Firenze/Milano: Sansoni/Accademia Sancasciano vul di Pesa, Stianti).
CÉSARD, E. (1927) "Comment les Bahaya interprètent leurs origines", *Anthropos,* 22, pp. 440-65
______. (1935, 1936, 1937) "Le Muhaya", *Anthropos*, 30, pp. 75-106 e pp. 451-62; 31, pp. 97-114, pp. 489-508 e pp. 821-49; 32, pp. 15-60.
CÉSARD, P. (1931) "Histoires des rois du Kyamtwara d'après l'ensemble des traditions des familles régnantes", *Anthropos*, 26, pp. 533-43.
CHAMBERLIN, C. (1977) "Competition and conflict: the development of the bulk export trade in Central Gabon during the nineteenth century" (Tese de Doutoramento, University of California).
______. (1978) "The migration of the Fang into Central Gabon during the nineteenth century: a new interpretation", *IJAHS*, II, pp. 429-56.
CHAUNU, H. e CHAUNU, P. (1955) *Séville et l'Atlantique, 1504-1650* (II vols., Paris: Ecole des Hautes Études).
CHAUVEAU, J. P. (1974) "Note sur les échanges dans le Baule précolonial", in *Bondouku Colloque*, pp. 262-305.
______. (1979) *Notes sur l' histoire économique et sociale de la région de Kokumbo,* (Paris: Office de la Recherche Scientitique et Technique d'Outre-Mer, Travaux et Documents, N. 104), 277 pp.
CHEFFAUD, M. (1936) "Note sur la chronologie des rois d'Imerina", *BAM*, 19 (NS), pp. 37-47.
CHÉRON, G. (1924) "Contribution à l'histoire du Mossi: Traditions relatives au cercle de Kaya", *BCEHSAOF*, 7, 4, pp. 635-91.
CHILVER, E. M. (1981) "Chronological synthesis: the western region", in C. Tardits (ed.), pp. 453-73.
CHITTICK, H. N. (1962) *A Guide to the Ruins of Kilwa, with Some Notes on Other Antiquities in the Region* (Dar es Salaam: National Culture and Antiquities Division, Ministry of Community Development and National Culture), 20 pp.
______. (1963) "Kilwa and the Arab settlement on the East African coast", *JAH*, 4, 2, pp. 179-90.
______. (1969) "A new look at the history of Pate", *JAH*, 10, 3, pp. 375-91.
______. (1971) "The coast before the arrival of the Portuguese", in B. A. Ogot e J. A. Kieran (eds.), reimpressão em 1974, pp. 100-18.
______. (1974) *Kilwa: An Islamic Trading City on the East African Coast* (2 vols., Nairobi: BIEA, Memoir).
______. (1975) "The peopling of the East African coast", in H. N. Chittick e R. I. Rotberg (eds.), pp. 16-43.
______. (1977) "The East coast, Madagascar and the Indian Ocean", in R. Oliver (ed.), pp. 183-231.
CHITTICK, H. N. e ROTBERG, R. I. (eds.) (1975) *East Africa and the Orient: Cultural Synthesis in the Pre-Colonial Times* (New York: Africana Publishing Company), 343 pp.
CHOJNACKI, S. (1969) "Däj Giyorgis", *JES*, 7, 2, pp. 43-52.
CHRÉTIEN, J. P. (1974) "Echanges et hiérarchies dans les royaumes des Grands Lacs de l'est africain", *AESC*, pp. 1327-37.
______. (1975) "Le Buha à la fin du XIXe siècle: un peuple, six royaumes", *EHA*, 7, pp. 9-38.
______. (1977) "Les deux visages de Cham: points de vue français du XIXe siècle sur les races africaines d'après l'exemple de l'Afrique orientale" in P. Guiral e E. Temime (eds.), *L'idée de race dans la pensée politique française contemporaine* (Paris: Editions du CNRS), pp. 171-99.
______. (1979) *Histoire rurale de l'Afrique des Grands Lacs* (Paris: Université de Paris).
______. (1981a) "Du Hirsute au Hamite: les variations du cycle de Ntare Ruhatsi, fondateur du royaume du Burundi", *HA*, 8, pp. 3-41.
______. (1981b) "Pouvoir d'Etat et autorité mystique: l'infrastructure religieuse des monachies des Grands Lacs", *RFHOM*, pp. 112-30.

CHRÉTIEN, J. P. (ed.) (1983) *Histoire rurale de l'Afrique des Grands Lacs* (Paris: AFERA-Karthala), 285 pp.
______. (1984) "Nouvelles hypothèses sur les origines du Burundi", in L. Ndoricimpa (ed.), pp. 11-52.
______. (1986) "Confronting the unequal exchange of the oral and the written", in B. Jewsiewicki e D. Newbury (eds.), pp. 75-90.
CHRISTELOW, A. (1948) "Great Britain and the trades from Cadiz and Lisbon to Spanish America and Brazil, 1759-1783", *HAHR*, 28, I, fev, Part II.
CIPOLLA, C. M. (1976) *Before the Industrial Reoolution: European Society and Economy, 1000-1700* (London: Methuen).
CISSOKO, S. M. (1968a) *Histoire de l'Afrique occidentale* (Paris: PA), 233 pp.
______. (1968b) "Famines et épidémies à Tombouctou et dans la Boucle du Niger du XVle au XVIIIe siècle", *BIFAN*, Ser. B, 30, 3, pp. 806-21.
CISSOKO, S. M. (1969) "La royauté (mansaya) chez les Mandingues occidentaux, d'apres leurs traditions orales", *BIFAN,* Ser. B, 31, pp. 325-38.
______. (1972) "Introduction à l'histoire des Mandingues de l'ouest: l'empire de Kabou (XVI e-XIXe siècle)"; (trabalho apresentado na Conference on Manding Studies, London).
CISSOKO, S. M. e SAMBOU KAOUSSA (1969) *Recueils des traditions orales des Mandingues de Gambie et de Casamance* (Niamey: UNESCO), 269 pp.
CLARK, J. D. (1965) "The Portuguese settlement at Feira", *NRJ*, 6, pp. 275-92.
CLÉRICI, M. A. (1962) *Histoire de la Côte d'Ivoire* (Abidjan: CEDA).
COHEN, D. W. (1968) "Review of L. de Heusch, *Le Rwanda et la civilisation interlacustre,* 1966", *JAH*, 9, 4, pp. 651-7.
______. (1968/73) "The River-Lake Nilotes from the fifteenth to the nineteenth century", in B. A. Ogot (ed.), pp. 142-57 na seg. ed.
______. (1970) "A survey of interlacustrine chronology", *JAH*, II, 2, pp. 177-201.
______. (1972) *The Historical Tradition of Busoga, Mukamo and Kintu* (Oxford: Clarendon Press), 218 pp.
______. (1989) "Peoples and states of the Great Lakes region", in J. F. A. Ajayi (ed.), pp. 270- 93.
______. (?) "Retracing the footsteps of Mukarna", in J. R Webster (ed.), *Uganda Before 1900*, (?).
______. (?) "Emergence and crisis: the states of Busoga", in D. Denoon (ed.), (?).
COHEN, R. (1965) "Some aspects of institutionalized exchange: a Kanuri example", *CEA*, 5.
______. (1970) "Incorporation in Bornu", in R. Cohen e J. Middleton (eds.), *From Tribe To Nation In Africa,* (Scranton: Chandler Int. Co.), pp. 150-74.
COLLE, R. (1913) *Les Baluba* (Brussels: Van Overbergh, Collection de monographies ethnographiques, vols. 10 e 11).
COLVIN, L. G. (1974) "Islam and the State of Kajoor: A case of suceessful resistance to Jihad", *JAH*, 15, 4, pp. 587-606.
COMMISSARIAT, M, S. (1957) *A History of Cujarat* (Calcutta).
CONTI ROSSINI, C. (1907) "Historia Regis Sarsa Dengel – Malak Sagad", *CSCO,* Scr. Aeth. Ser. alt., vol. 3.
______. (1942) "Sulla communità abissina di Cipro", *RSE*, I, pp. 98-99.
COOK, S. F. e BORAH, W. (1971-4) *Essays in population history, Mexico and the Caribbean* (2 vols., Berkeley: UCP).
COOPER, F, (1979) "The problem of slavery in African Studies", *JAH*, 20, I, pp. 103-25.
COOPER, J. P. (1978) "In search of agrarian capitalism", *PP*, 80 (August), pp. 20-65.
CORDELL, D. D, (1972) *History of the Awlad Sulayman* (Dissertação de Mestrado, University of Wisconsin).
CORNEVIN, R. (1964) *Note sur l'histoire de Sansanné Mango* (London, Survey on African Chronology).
CORY, H. e HARTNOLL, M. M. (1945/1971) *Customary Law of the Haya Tribe* (London: Frank Cass, Cass Library of African Studies, Library of African Law, N. 7).
COSSAC de CHAVREBIÈRE (1931) *Histoire du Maroc* (Paris: Payot).

DA COSTA, CAP. P. R. (1613/1970) "Diário", 1613, in H. Listão, *Os Dois Descobrimentos da Ilha de São Lourenço mandados fazer pelo vice-rei D. Jeronimo de Azevedo nos anos de 1613 a 1616* (Lisboa), pp. 47-192,

COUPEZ, A., EVRARD, E. e VANSINA, J. (1976) "Classification d'un échantillon de langues bantoues d'apres la lexicostatistique", *AL*, 6, 81, pp. 131-58.

COUPEZ, A. e KAMANZI, T. (1962) *Récits hisioriques du Rwanda* (Tervuren: MRAC), 327 pp.

COURSEY, D. G. (1966) "The cultivation and use of yams in West Africa", *GNQ* 9, pp. 45-54.

COURTOIS, C. (1955) *Les Vandales et l'Afrique* (Algiers: Arts et Métiers Graphiques), 441 pp.

CRAZZOLARA, J. P. (1950-4) *The Lwooo* (3 vols., Verona: Missioni Africana).

______. (1960) "Notes on the Lango Omiru and the Labwor and Nyakwai", *Anthropos*, 55, pp. 174-214.

CRINE-MAVAR, B. (1973) "Histoire traditionnelle du Shaba", *CZA,* I, pp, 5-103.

CROOKS, J. J. (1923) *Records Relating to the Gold Coast Settlements, 1750-1874* (Dublin: Browne and Nolan), 557 pp.

CROSBY, C. A. (1980) *Historical Dictionary of Malawi* (New York: Scareccrow Press), 169 pp.

CRUICKSHANK, B. (1853) *Eighteen Years on the Gold Coast of Africa* (2 vols., London: Hurst and Blackett).

CULLEN-YOUNG, T. (1970) *Notes on the History of the Tumbuka-Kamanga Peoples in the Northern Province of Nyasaland* (London: Frank Cass), 192 pp.

CUOQ, J. M. (1975) *Recueil des sources arabes concernant l'Afrique occidentale du VIIIe au XVIe siécle (Bilad al-Sudan)* (Paris: Editions du CNRS), 490 pp.

CURTIN, P. D. (ed.) (1967) *Africa Remembered: Narratives by West Africans From the Era of the Slave Trade* (Madison: UWP), 363 pp.

______. (1969) *The Atlantic Slave Trade: A Census* (Madison: UWP), 338 pp.

______. (1971) "Jihad in West Africa: early phases and interrelations in Mauritania and Senegal", *JAH*, 12, I, pp. 11-24.

______. (1973a) "The Atlantic slave trade 1600-1800", in J. F. A. Ajayi e M. Crowder (eds.), vol. I, pp. 240-68.

______. (1973b) "Review of B. Barry, *Le royaume du Waalo: Le Sénégal avant la conquête* (Paris: Maspéro), *IJAHS*, 6, 4, pp. 679-81.

______. (1975) *Economic Change in Pre-Colonial Africa, Vol. I: Senegambia in the Era of the Slave Trade; Vol. II: Supplemenlary Evidence* (Madison: UWP).

CURTIN, P. D., ANSTEY, R. e INIKORI, J. E. (1976) "Discussion: Measuring the Atlantic slave trade", *JAH*, 17, 4, pp. 595-627.

CURTIN, P. D., FEIERMAN, S., THOMPSON, L. e VANSINA, J. (1978) *African History* (Boston/Toronto: Little Brown Company), 612 pp.

CUVELIER, J. (1953) *Relations sur le Congo du père Laurent de Lucques, 1700-1717* (Brussels: Institut royal colonial belge, Section des sciences morales et politiques. Mémoires in 8° 32 (C)).

______. (1957) *Koningin Nzinga van Matamba* (Brugge).

CUVELIER, J. e JADIN, L. (1954) *L'ancien royaume du Congo d' après les archives romaines, 1518--1640* (Brussels: ARSOM).

CZEKANOWSKI, J. (1917) *Forschungen im Nil-Kongo Zwischengebiet. Ethnographie: Zwishenseengebiet* (Leipzig: Klinkhardt & Biermann), 412 pp.

DAAKU, K. Y. (1966) "Pre-Ashanti states", *GNQ*, 9, pp. 10-13.

______. (1968) "A note on the fall of Ahwene Koko and its significance in Asante history", *GNQ*, 10, pp, 40-4.

______. (1969) *Oral Traditions of Adansi* (Accra-Legon: Institute of African Studies).

______. (1970a) *Trade and Politics in the Gold Coast,* 1600-1720 (Oxford: Clarendon Press, Oxford Studies in African Affairs), 219 pp.

______. (1970b) *Oral Traditions of Denkyira* (University of Ghana).

______. (1971) "A history of Sehwi: a survey of oral evidence", *RR*, 7, 3.

______. (ed.) *Unknoum Aowin, Its People and Their Traditional History* (University of Ghana, não publicado).

DALRYMPLE, A. (1806) *Collection of Nautical Memoirs and Journals.*
DAMPIERRE, E. de. (1968) *Un ancien royaume Bandia du Haut-Oubangui* (Paris: Plon, Recherches on sciences humaines, 24), 601 pp.
DANKOUSSOU, I. (1970) *Traditions historiques des Katsinawa après le Jihad* (Niamey: CRDTO).
DANTZIG, A. van (1978) *The Dutch and the Guinea Coast, 1674-1742: A Collection of Documents from the General State Archives at The Hague* (Accra: GASS), 375 pp.
DAPPER, O. (1668) *Naukeurige Beschrijvinge der Afrikaensche gemestenvan Egypten, Barbaryen, Libyen. Biledulgerid...* (Amsterdam: Van Meurs); tradução e adaptação para o inglês de J. Ogilby, 1670, *Africa:Being an Accurate Description of the Regions of Aegypt, Barbary, Libya, etc.* (London); tradução alemã, 1670, *Beschreibung von Afrika...* (Amsterdam: Van Meurs); tradução francesa, 1686, *Description de l'Afrique* (Amsterdam: Wolfgang, Waesberge *et al.*).
______. (1676) *Umstaendliche und Eigentliche Beschreibung von Africa* (Amsterdam: Jacob von Meurs).
DAPPER, O. e RYDER, A. F. C. (1965) "Dutch trade on the Nigerian coast during the 17th century", *JHSN*, 3, 2, pp. 196-210.
D'ARIANOFF, A. (1952) *Histoire des Bagesera, souverains du Gisaka* (Brussels: Institut royal colonial belge), 138 pp.
DARLING, P. J. (1979) "Fieldwork surveys in the Benin and Ishan kingdoms", *Nyame Akuma*, 15, pp. 35-9.
______. (1983) *Iron Smelting in and around Hausaland, Northem Nigeria* (University of Jos).
DA SILVA CORREA, E. (1937) *História de Angola* (1782?), (2 vols., Lisboa: Editorial Atica, Coleção dos clássicos da expansão portuguesa no mundo).
DA SILVA COSTA LOBO, A. (1904) *História da Sociedade em Portugal no seculo XV* (Lisboa).
DA SILVA REGO, A. (1948) *A Dupla Restauração de Angola* (1641-1648) (Lisboa: Agencia Geral das Colonias).
DAUMAS-CHANCEL, A. (1848) *Le grand désert* (Paris).
DAVID, N. (1982) "Prehistory and historical linguistics in Central Africa: Points of contact", in C. Ehret e M. Posnansky (eds.), pp. 78-95.
DAVID, P. H. (1969) "Maradi precolonial", *BIFAN*, 31, 3, pp. 638-88.
DAVIDSON, B. (1965) *The Growth of African Civilisation: A History of West Africa, 1000-1800* (London: Longmans), 320 pp.
DAVIS, D. B. (1966/1975) *The Problem of Slavery in Western Culture* (2 vols., New York: OUP).
______. (1984) *Slauery and Human Progress* (New York: OUP), 374 pp.
DAVIS, R. (1967) *A Commercial Reuolution: English Overseas Trade in the Seventeenth and Eighteenth Centuries* (London: Historical Association).
______. (1969) "English foreign trade, 1660-1774", in W. E. Minchinton (ed.), pp. 78-120.
DEANE, P. e COLE, W. A. (1967) *British Economic Growth, 1688-1959* (seg. ed., Cambridge: CUP).
DEBOUROU, D. M. (1979) *Commerçants et chefs de l'ancien Borgou, des origines à 1936* (Paris: Université de Paris I, CRA).
DEBRUNNER, H. W. (1965) *The Church in Togo: A Church Beteween Colonial Powers* (London: Lutterworth), 368 pp.
______. (1967) *A History of Christianity in Ghana* (Accra: Waterville Publishing House), 375 pp.
DE CONSTANTIN (1725) *Recueil des Voyages... de la Compagnie des Indes Orientales.*
DEFOORT, E. (1913) "L'Androy", *BEM*, 13, 2, pp. 127-246.
DEGRANDPRÉ, L. (1801) *Voyage à la côte occidentale d'Afrique, fait dans les années 1786 et 1787* (2 vols., Paris: Dentu).
DELAFOSSE, M. (1912) *Le Hasa-Sénégal-Niger (Soudan français)* (3 vols., Paris: Larose).
______. (1913) "Traditions historiques et légendaires du Soudan occidental", *Publications du Comité de l'Afrique française.*
DELCOURT, A. (1952) *La France et les établissements français du Sénégal entre 1713 et 1763* (Dakar: Mémoires de l'IFAN N. 17), 432 pp.
DELGADO, R. (1948-55) *História de Angola* (4 vols., Benguela: Edição da Tip. do Jornal de Benguela).
DELOBSOM, A. D. (1929) *Les "Nionissés" de Goupana; Cahiers d' Outre-Mer*, I, 4, pp. 419-46.

DEMESSE, L. (1978) *Changements techno-économiques et sociaux chez les pygmées Babinga* (2 vols., Paris).

______. (1980) *Techniques et économies des pygmées Babinga* (Paris: Institut d'Ethnologie), 301 pp.

DENHAM, D. (1826) *Narratiues of Travels and Discoveries in Northern and Central Africa* (London: John Murray).

DENIS, P. (1961) *Histoire des Mangbetu et des Matshaga jusqu'à l' arrivée des Belges* (Tervuren: MRAC, archives d'ethnographie, N. 2), 167 pp.

DENNE, MRS. (?) (trad.) *Kiziba: Land and People (Kiziba: Land und Leute).*

DENOLF, P. (1954) *Aan den rand van der Dihese* (Brussels: ARSOM, Coll. in 8°, vol. 34, N. I).

DENOON, D. (ed.) (1972) *A History of Kigezi in South-West Uganda* (Kampala: The National Trust).

______. (1983) *Settler Capitalism: The Dynamics of Dependent Development in the Southern Hemisphere* (Oxford).

______. (ed.) (?) *Uganda Before 1900,* vol. 2.

DENOON, D. e SNOWDEN, C. (eds.) (1981) *A History of Agriculture in Papua Nem Guinea* (Port Moresby).

DESCHAMPS, H. (1936) *Les Antaisaka* (Antananarivo).

DESCHAMPS, H. (1949/1972) *Les pirates à Madagascar aux XVIIe et XVIIIe siècles* (2nd edn, 1972, Paris: Berger-Levrault), 1st edn, 244 pp.

______. (1961/1965) *Histoire de Madagascar* (seg. e ter. eds., Paris: Berger-Levrault, Monde d'Outre--mer, Série Histoire), 348 pp.

______. (1962) *Traditions orales et archives au Gabon: contribution à l'ethno-histoire* (Paris: Berger--Levrault), 172 pp.

DESCHAMPS, H. e VIANÈS, S. (1959) *Les Malgaches du sud-est* (Paris: PUF), 118 pp.

DEVISSE, T. (1982) "L'apport de l'archéologie à l'histoire de l'Afrique occidentale entre le Ve et le XIIe siècle", *Comptes rendus de l'Académie des inscriptions et belles lettres* (Paris, jan-mar), pp.156-77.

DIABATÉ, H. (1977) "Mlan Alua, Blahima du Sanwi", *BIFAN*, 39, 2, Ser. B, pp. 304-340.

______. (1984) "La formation du royaume Sanvi, 1700-1843" (Dissertação de Mestrado, Universidade de Paris I).

DIAGNE, P. (1967) *Pouvoir politique traditionnel en Afrique occidentale: essai sur les institutions politiques précoloniales* (Paris: PA), 249 pp.

______. (1976) *Formations sociales africaines* (Manuscript, UCLA).

DIAGNE, S. (1975) "Le Bundu des origines au protectorat français de 1858" (Dissertação de Mestrado, Dakar).

DIALLO, I. P. (1981) *Liptako Speaks – History From Oral Tradition In Africa* (Irwin Paul, PUP).

DIALLO, T. (1972) *Les institutions politiques du Fouta Djalon au XIXe siècle* (Dakar: IFAN, Initiations et études Africaines), 276 pp.

DICKSON, K. B. (1969) *A Historical Geography of Ghana* (Cambridgc: CUP), 379 pp.

DIKE, K. O. (1956) *Trade and Politics in the Niger Delta, 1830-1885: An Introduction to the Economic and Political History of Nigeria.* (Oxford: Clarendon Press, Oxford Studies in African Affairs), 250 pp.

DIOP, A. B. (1981) *La société wolof, tradition et changement: les systèmes d'inégalité et de domination* (Paris: Karthala), 355 pp.

DIOUF, M. (1980) "Le Kajoor au XIXe siècle et la conquête coloniale" (Tese de Doutoramento, Paris, Universidade de Paris I). *Documentos Sobre os Portuguezes em Moçambique e na África Central, 1497-1840 [Documents on the Portuguese in Mozambique and Central Africa, 1497-1840]* (Lisboa: National Archives of Rhodesia e Centro de Estudos Históricos Ultramarinos; (1962-1975...); 8 vols., no período de 1497-1588.

DOKAJI, A. A. (1978) *Kano Ta Dabo Cigari* (Zaria: NNPC).

D'ORJO de MARCHOVELETTE, E. (1950-1) "Notes sur les funérailles des chefs Ilunga Kabala et Kabongo Kumwimba. Historique de la chefferie Kongolo, *BJIDCC*, 18, pp. 350-68, e 19, pp. 1-12.

DRAMANI-ISSIFOU, Z. (1982) *L'Afrique noire dans les relations internationales au XVIe siècle: analyse de la crise entre le Maroc et le Songhai* (Paris: Karthala).

DRURY, R. (1729/1890) *Madagascar or Robert Drury's Journal During Fifteen Years of Captivity on That Island (ca. 1701-1717)* (London), 464 pp.
DUBINS, B. (1969a) "The Comoro Islands: A bibliographical essay", *African Studies Bulletin,* 12, 2, pp. 131-7.
______. (1969b) "Nineteenth-century travel literature on the Comoro Islands: A bibliographical essay", *African Studies Bulletin,* 12, 2, pp. 138-46.
DUBOIS, H. M. (1938) *Monographie des Betsileo (Madagascar)* (Paris: Institut ethnologique).
DU Bois, W. E. B. (1974) *Les voyages faits par le Sieur D.B. aux Iles Dauphine ou Madagascar, et Bourbon ou Mascarene, es années 1661-1672* (Paris).
DUFEIL, M. M. (1980-81) "Afrique, taxinomie, historie", *CCAH*, 5, pp. 7-30 e 6, pp. 7-37.
DUGAST, I., MCCULLOCH, M. e LITTLEWOOD, M. (1954) *Peoples of the Central Cameroons* (London: IAI, Ethnographie survey of Africa: Western Africa, Part 9), 174 pp.
DUISBURG, A. VON (1942) *In Lande des Chegbu von Bornu* (Berlin: D. Reimer), 162 pp.
DUMESTRE, G. (1974/1980) *La geste de Ségou* (Paris: A Colin) (seg. ed., 1980); primeira ed., 579 pp.
DUNBAR, A. R. (1965) *A History of Bunyoro-Kitara* (Nairobi: EALB), 265 pp.
DUNN, R. S. (1972) *Sugar and Slaves: The Rise of the Planter Class in the English West Indies, 1624--1713* (New York: Chapel Hill, UNCP).
DUPIRE, M. (1962) *Peuls nomades* (Paris: Institut d'ethnologie), 336 pp.
DUPON, J. F. (1969) *Recueil de documents pour servir à l'histoire de Rodrigues* (Port Louis, Mauritius: Mauritius Archives Publications N. 10).
DUPRÉ, G. (1982) *Un ordre et sa destruction* (Paris: ORSTOM), 446 pp.
DUPUIS, J. (1824/1966) *Journal of a residence in Ashantee* (London: Colburn); 2nd edn, 1966, London: Frank Cass, Part I: 264 pp., Part II: 135 pp.
DUPUIS-YACOUBA, A. (1921) *Industries et principales professions des habitants de la région de Tombouctou* (Paris: Publications du Comité d'études historiques et scientifiques), 193 pp.
DUVEYRIER, H. (1859) *Coup d'oeil sur le pays des Beni-Mzab* (Paris: Imprimerie L. Martinet).
DUYSTERS, L. (1958) "Histoire de Aluunda", *Problèmes de l'Afrique centrale,* 12, pp. 75-98.
EAST, R. M. (1979) *Labarun Hausawa Da Makwabtansu* (2 vols., Zaria: NNPC).
ECHARD, N. (1975) "L'expérience du passé – Histoire de la société paysanne hausa de l'Ader", *EN*, 36 (Niamey: CNRSS).
EFFAH-GYAMFI, C. K. (1978) "Bono-Manso: Archaeological investigation into an early Akan urbanism" (Tese de Doutoramento, University of Ghana: Accra).
EHRET, C. (1971) *Southern Nilotic History: Linguistic Approaches to the Study of the Past* (Evanston: NUP), 200 pp.
______. (1973) "Patterns of Bantu and Central Sudanic settlement in central and southern Africa (1000 BC-500 AD)", *TJH*, 3, I pp. 1-71.
______. (1974) "Some thoughts on the early history of the Nile-Congo watershed", *Ufahamu,* 5, 2, pp. 85-112.
______. (1982) "Population movement and culture content in the Southern Sudan, c. 3000 B.C. to A.D. 1000 – a preliminary linguistic overview", in J. Mack e P. Robertshaw (eds.), pp. 19-48.
EHRET, C. e POSNANSKY, M. (eds.) (1982) *The Archaeological and Linguistic Reconstruction of African History* (Berkcley: UCP), 299 pp.
EILU, A. B. (1976) "Migration and settlement of the Kumam", in Onyango-ka-Odongo e J. B. Webster (eds.), pp. 398-413.
EKADU, J. E. (1961) *Kumam Ikare One Asonya* (London: Longmans). (Versão em inglês de A. B. Eilu como "The Kumam during the Asonya", não publicado, History Department, Makerere University, 1971).
EL-HASNĀWI, H. W. (ed.) (1982) *A History of Trans-Saharan Trade Routes* (Tripoli).
ELLIS, W. (1838) *History of Madagascar* (2 vols, London: Fisher).
ELLISON, R. E. (1936) "Marriage and childbirth among the Kanuri", *Africa,* 9, 4, pp. 524-35.
ELPHICK, R. (1977) *Kraal and Castle: Khoikhoi and the Founding of White South Africa* (New Haven: YUP, Yale Historical Publications, Miscellany, 116), 266 pp.

ELPHICK, R. e GILIOMEE, H. (eds.) (1979) *The Shaping of South African Society, 1652-1820* (Cape Town/London: Longman), 415 pp.
ELPHICK, R. e SHELL, R. (1979) "Intergroup relations: Khoikhoi, settlers, slaves and free blacks, 1652-1795", in R. Elphick e H. Giliomee (eds.), pp. 116-69.
ELTIS, D. (1977) "The export of slaves from Africa, 1821-1843", *JEH*, 37, 2.
______. (1979) "The direction and fluctuation of the transatlantic slave trade, 1821-1843: a revision of the 1845 Parliamentary Paper", in H. A. Gemery e J. S. Hogendorn (eds.), pp 273-330.
______. (1981) "The direction and fluctuation of the Transatlantic trade, 1844-67" (paper presented at the African Studies Association annual meeting, Bloomington).
EMERIT, M. (1954) "Les liaisons terrestres entre le Soudan et l'Afrique du Nord au XVIIIe siècle et au début du XIXe siècle", *Trav. IRS,* II, pp. 29-47.
EMIN PASHA (1891) "Zur Ethnologie de Gebiete um dem Alberr-See", *Das Ausland,* 18, pp. 351-55.
EVANS-PRITCHARD, E. E. (1940) *The Nuer* (Oxford: OUP), 271 pp.
______. (1971) *The Azande: History and Political Institutions* (Oxford: Clarendon Press), 444 pp.
EWALD, J. (1983) "Kingdom of Taqali" (Tese de Doutoramento, University of Wisconsin).
EXELSON, E. (1969) *Portuguese in Southeast Africa, 1600-1700* (Johannesburg: WUP), 179 pp.
EYONGETAH, T. e BRAIN, R. (1974) *A History of the Cameroon* (London: Longman) 192 pp.
EYRE-SMITH, S. J. (1933) *A Brief Review of the History and Social Organization of the Peoples of the Northern Territories of the Gold Coast* (Accra), 45 pp.
FADIMAN, J. A. (1973) "Early history of the Meru of Mount Kenya", *JAH*, 14, I, pp. 9-27.
FAGE, J. D. (1969a) "Slavery and the slave trade in the context of West African history", *JAH*, 10, pp. 393-404.
______. (1969b) *A History of West Africa: An Introductory Survey* (quarta ed., Cambridge: CUP), 239 pp. (edição anterior publicada como *An Introduction to the History of West Africa*).
FAGE, J. D. e OLIVER, R. A. (eds.) (1970) *Papers in African Prehistory* (Cambridge: CUP), 331 pp.
______. (1977) *The Cambridge History of Africa,* vol. 3, (Cambridge: CUP), 803 pp.
FAGERING, E. (1971) *Une famille de dynasties malgaches: Zafindravola, Maroserana, Zafimbolamenu, Andrevola, Zafimanely* (Oslo: Universitets forlaget).
FAGNAN, E. (ed.) (1924) *Chronique anonyme saadienne* (Rabat: F. Moncho).
FAIRLEY, N. (1978) "Mianda ya Ben 'Ekie" (A History of the Ben 'Ekie) (Tese de Doutoramento, State University of New York).
FARB, P. (1969) *Man's Rise to Civilisation* (New York: Datton), 332 pp.
FAUBLÉE, J. (1958) "L'Islam chez les Antemuru", *REI*, I, pp. 65-72.
FAULKNER, H. U. (1924/60) *American Economic History* (New York: Harper and Row); primeira ed., 1924, 201 pp.; oitava ed., 1960, 202 pp.
FEIERMAN, S. (1968) "The Shambaa", in A. Roberts (ed.), 1968a, pp. 1-15.
______. (1974) *The Shambaa Kingdom: A History* (Madison: UWP), 235 pp.
FELNER, A. de A. (1933) *Angola: Apontamentos sobre a ocupação é inicio do estabelecimento dos Portugueses no Congo, Angola e Benguela* (Coimbra: Imprensa da Universidade).
FERGUSSON, J. (1876) *History of Indian and Eastem Architecture* (London: Murray), 756 pp.; ed. rev. por J. Burgess, 2 vols., 1910 (London: Murray); reimpressão em 1967, Delhi).
FERGUSSON, J. e HOPE, T. (1866) *Architecture at Ahmadabad* (London).
FERNANDES, V. (1951) Descripção de Cepta por sua costa de Mauritania e Ethiopia [Description de la côte occidentale d'Afrique] tradução francesa e edição de T. Monod, A. Teixeira da Moka e R. Mauny. Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, Publicações N. II.
FERRAND, G. (1891-1902) *Les musulmans à Madagascar et aux Iles Comores* (3 vols., Paris: Leroux).
______. (1902) "La légende de Raminia", *JA*, 19, 2, 9th series, pp. 185-230.
FIGUEROA, F. B. (1961) *Los insurrecciones de los esclavos negros en la sociedad colonial venezolara* (Caracas)
FILE, N. e POWER, C. (198 I) *Black Setllers in Britain, 1555-1958* (London: Heinemann Educational Books).

FILESI, T. e VILLAPADIERNA, E. de. (1978) *La "Missio Antiqua" dei Cappuccini nel Congo (1645--1835): Studio Preliminare et Guida delle Fonti* (Rome: Istituto Storico Cappuccini), 269 pp.
FIRINGA, SGT. (1901) "La dynastie des Maroserana", *RM*, 3, 9, pp. 658-72.
FISHER, A. G. B. e FISHER, H. G. (1970) *Slavery and Muslim Society in Africa* (London: C. Hurst), 182 pp.
FISHER, H. E. S. (1963) "Anglo-Portuguese trade, 1700-1770", *EHR*, 16, 2nd Series, reimpressão W. E. Minchinton (ed.), pp. 144-64.
AL-FISHTĀLĪ, 'ABD AL-AZIZ (1964) *Manahil al-Safa fi Akhbar al-Muluk al-Shurafa* (Rabat: Gunum Allan).
FLACOURT, E. de. (1658/1661/1913) *Histoire de la Grande Ile de Madagascar* (primeira ed., 1658; seg. ed., 1661, Paris: Clougier). (Também reimpressa em francês moderno in A. Grandidier *et al.* (eds.), vol. 8 (1913).
______. (1661) *Relation de ce qui s'est passé en Ile de Madagascar depuis l'anné 1642 jusqu'en 1660* (Também reimpressa em francês moderno in A. Grandidier *et al.* (eds.), vol. 9 (1920).
FLAD, J. M. A. (1869) *A Short Description of the Falashas and Kamants in Abyssinia* (London: MacIntosh).
FLINT, J. E. (ed.) (1976) *The Cambridge History of Africa, vol. 5* (Cambridge: CUP).
FONTAINE, P. M. (1970) "West Indian contribution to nationalism", in *The Black Prism* (New York).
FONTOYNONT, M. e RAOMANDAHY, E. (1937) *La Grande Comore* (Mémoires de l'Académie malgache, vol. 23).
FONTOYNONT, M. e RAOMANDAHY, E. (1939) "Les Antaifasy", *BAM*, n.s., 22, pp. 1-7.
FORDE, C. D. e JONES, G. I. (1950/1962) *The Ibo and lbibio-speaking Peoples of South-Eastern Nigeria* (London: IAI, Ethnographic Survey of Africa, Part III), 94 pp.
FORDE, C. D. e KABERRY, P.M. (eds.) (1967) *West African Kingdoms in the Nineteenth Century* (London: IAI/OUP), 289 pp.
FORDE, D. (1951) *The Yoruba-speaking Peoples of South-West Africa* (London: IAI, Ethnographic Survey of Africa, Part IV), 101 pp.
______. (ed.) (1956) *Efik Traders of Old Calabar* (London: OUP).
FORTES, M. (1940) "The political system of the Tallensi ofthe Northern Territories of the Gold Coast", in M. Fortes e E. E. Evans-Pritchard (eds.), *African Political Systems* (London: OUP), pp. 239-71.
______. (1945) *The Dynamics of Clanship among the Tallensi* (London: OUP), 270 pp.
FOSSE, E. de la. (1897) "Voyage à la côte occidentale d'Afrique en Portugal et en Espagne (1479--1480)", *Revue Hispanique* (Paris), 4, pp. 174-201.
FOUCHÉ, L. (1963) "Foundation of the Cape Colony 1652-1708", in E. A. Benians, J. Butler, P.N.S.
FRANKLIN, J. H. (1967) *From Slavery toFreedom: A History of American Negroes* (primeira ed. em 1956) (New York: Knopf), 686 pp.
FREEDMAN, J. (1979) "Three Muraris, three Gahayas and the four phases of Nyabingi", in J. B. Webster, (ed.), 1979a, pp. 175-88.
FREEMAN-GRENVILLE, G. S. P. (1960) "East African coin finds and their historical significance", *JAH*, I, pp. 31-43.
______. (1962a) *The Medieval History of the Tanganyika Coast* (Oxford: Clarendon Press), 238 pp. (seg. ed., 1966, 314 pp.).
______. (ed.) (1962b) *The East African Coast: Select Documents from the First to Earlier Nineteenth Century* (Oxford: Clarendon Press), 314 pp.
______. (1963) "The coast, 1498-1840", in R. Oliver e G. Mathew (eds.), pp. 129-68.
______. (1965) *The French at Kilwa Island: An Episode in Eighteenth-Century East African History* (Oxford, Clarendon Press), 243 pp.
______. (ed.) (1980) *The Mombasa Rising against the Portuguese, 1631, from Sworn Evidence* (London: OUP), 166 pp.

FREUND, W. M. (1979) "The Cape under the transitional governments, 1795-1814", in R. Elphick e H. Giliomee (eds.), pp. 211-40.
FROBENIUS, L. (1911-13) *Und Africa Sprach* (3 vols., Berlin, Charlottenburg: Vita, Deutsches Verlagshaus, S. D.).
______. (1924) *Dichten und Denken im Sudan,* vol. 5 (Jena: Atlantis).
FROBERVILLE, E. de. (1845) "Historique des invasions Madécasses aux Iles Comores et à la côte orientale d'Afrique", *AVG*, 2, pp. 194-208.
FYFE, C. (1964) *Sierra Leone Inheritance* (London: OUP).
______. (1965) "Peoples of the Windward Coast, A. D. 1000-1800", in J. F. A. Ajayi e I. Espie (eds.), pp. 149-65.
FYFE, C. e MCMASTER, O. (eds.) (1977 e 1981) *African Historical Demography,* vol. I, 1977, 473 pp; vol. 2, 1981 (Edinburgh: EUP).
FYNN, J. K. (1971) "Ghana-Asante (Ashanti)", in M. Crowder (ed.), *West African Resistance,* pp. 19-52.
______. (1975) *A Junior History of Ghana* (London: Longman).
GADO, B. (1972) *Gazetters of the Northern Province of Nigeria,* vol. I (London: Frank Cass)
______. (ed.) (1980), *"Le Zarmatarey": Contribution à l'histoire des populations d'entre Niger et Dallol Mawri"*, *EN*, vol. 45, (Niamey: IRSH), 356 pp.
GALLOWAY, W. F. (1974) "A History of Wuli from the thirteenth to the nineteenth century", (Tese de Doutoramento, Indiana University).
GAMITTO, A. C. P. (1960) *King Kazembe and the Maravi, Chewa, Bisa, Bemba, Lunda and Other Peoples of Southern Africa,* tradução de I. Cunnison (2 vols., Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, Centro de estudos políticos e sociais, Estudos de ciências políticas e sociais N. 43).
GANNUN, A. (ed.) (1964) *Al-Rasa'il al-Sa'diyya* (Tetuan/Rabat: 'Abd Allāli Gannun).
GARBETT, G. K. (1966) "Religious aspects of political succession among the valley Korekore", in E. Stokes e R. Brown (eds.), pp. 137-71.
GARLAKE, P. S. (1954) "Excavations at the seventeenth-century Portuguese site of Dambarare, Rhodesia", *PTRSA,* 54, I, pp. 23-61.
______. (1966) *The Early Islamic Architecture of the East African Coast* (Nairóbi, London: BIEA, Memoir N. I, published for the Institute of History and Archaeology in East Africa by OUP).
______. (1973) *Great Zimbabwe* (London: Thames and Hudson), 224 pp.
______. (1978) "Pastoralism and Great Zimbabwe", *JAH*, 19, 4, pp. 479-93.
______. (1982) *Life at Great Zimbabme* (Gweru: Mambo Press).
______. (1983) *Early Zimbabwe: From the Matopos to Inyanga* (Gweru: Mambo Press).
GARRARD, T. F. (1980) *Akan Weights and the Gold Trade* (London: Longman), 393 pp.
GARRY, A. M. (1976) "Pajule: the failure of Palwo centralization", in Onyango-ka-Odongo e J. B. Webster (eds.), pp. 320-34.
GAUDEBOUT, P. e VERNIER, E. (1941) "Notes sur une campagne de fouilles à Vohémar", *BAM*, new series, 24, pp. 91-114.
GAUTIER, E. F. e FROIDEVAUX, H. (1907) "Un manuscrit arabico-malgache sur les campagnes de La Case dans l'Imoro, 1656-1663", *Académie des Inscriptions et Belles Lettres, Notices et extraits* (Paris), 39, I, pp. 31-177.
GAUZE, A. L. TÉTY (1969) "Contribution à l'histoire du peuplement de la Côte d'Ivoire", *Annales de l' Université d'Abidjan,* Séries F.
______. (1982) "Histoire des Magwe", in *Godo-Godo* (University of Abidjan) Special Number, pp. 13- 43.
GAYIBOR, N. L. (1977) *Recueil des sources orales du pays Aja-Ewe* (Lomé).
GEMERY, H. A. e HOGENDORN, J. S. (eds.) (1979) *The Uncommon Market: Essays in the Economic History of the Atlantic Slave Trade* (New York: Academic Press), 442 pp.
GENOVESE, E. D. (1979) *From Rebellion to Revolution* (Baton Rouge: Louisiana State University Press), 173 pp.
GERAUD, F. (1972) "The settlement of the Bakiga", in D. Denoon (ed.), pp. 23-55.

GEVREY, A. (1870/1972) *Essai sur les Comores* (primeira ed., 1870; e 1972 ed., Antananarivo: Travaux et documents du musée d'art et d'archéologie de l'Université, N. 10).
GIBBON, E. (1956) *The Decline and Fall of the Roman Empire* (6 vols., London: J. M. Dent and Sons; New York: E. P. Dutron and Co.).
GILIOMEE, H. (1979a) "The Eastern Frontier, 1770-1812", in R. Elphick e H. Giliomee (eds.), pp. 291-337.
______. (1979b) "The burgher rebellions on the Eastern Frontier, 1795-1815", in R. Elphick e H. Giliomee (eds.), pp. 338-356.
GLASS, D. V. e EVERSLEY, D. E. C. (eds.) (1965) *Population in History: Essays in Historical Demography* (London: Edward Arnold), 692 pp.
GLEAVE, M. B. e WHITE, H. P. (1969) "The West African Middle belt: environmental fact or Geographers' fiction?", *Geographical Review,* 59, pp. 123-39.
GODARD L. (1859) *Le Maroc, notes d'un voyageur* (Algiers).
GODINHO de MAGALHÃES, V. (1962) *A economia dos descobrimentos henriquinos* (Lisbon: Sá da Costa).
______. (1969) *L'économie de l'empire portuguais aux XVe et XVIe siècles* (Paris: SEVPEN).
______. (1978) *Ensaios Sobre a História de Portugal* (2 vols., Lisboa: Sá da Costa).
GODLOUTON, W. A. (1945) "The journeys of Antonio Fernandes: the first known European to find the Monomatapa and to enter Southern Rhodesia", *PTRSA*, 2, pp. 71-103.
GOERTZEN, G. A. von. (1895) *Dutch Afrika von Ost nach West* (Berlin: D. Reimer), 417 pp.
GOLBERRY, A. (1802) *Fragments d'un voyage en Afrique* (Paris: Treuttel et Würtz), 522 pp.
GOMES, A. (1959) "Viagem que Fez o Padre Antonio Gomes, da Companhia de Jesus, ao Imperio de (sic) Manomotapa e Assistência que Fez nas Ditas Terras de Algunos Annos", com notas de E. Axelson, *Studia*, 3, pp. 155-242.
GONÇALVES, A. C. (1980) *La symbolisalion politique: le "prophétisme" Kongo au XVIIIe siècle* (Cologne: Neltforum Verlag).
GOODY, J. (1956) *Social Organization of the Lowili* (London: IAI/OUP), 119 pp.
______. (1964) "The Mande in the Akan hinterland", in R. Mauny, L. V. Thomas e J. Vansina (eds.), pp. 193-218.
______. (1967) "Thc over-kingdom of Gonja", in D. Forde e P. M. Kaberry (eds.), pp. 179-205.
GORJU, J. (1920) *Entre le Victoria, l'Albert et l'Edouard* (Marseilles: Procure des Pères Blancs), 372 pp.
______. (1938) *Face ou royaume hamite du Ruanda, le royaume frère de l'Urundi* (Brussels: Vromant), 8 pp.
GOSWAMY, B. N. e BALLAPECEOLA, A. L. (1978) "Paintings in Kutch: Preliminary notes on a group of miniatures", *Artibus Asiae,* 40, I, pp. 62-74.
GOULD, J. D. (1964) "The price revolution reconsidered", *EHR*, 17, 2nd series, December, pp. 249 66.
GOUROU, P. (1953) *La densité de la population du Ruanda-Urundi: Esquisse d'une étude géographique* (Brussels: Institut royal colonial belge), 239 pp.
GOVEIA, E. V. (1965) *Slave Society in the British Leeward Islands at the End of the Eighteenth Centuy* (New Haven: YUP), 370 pp.
GRANDCHAMP, P. (1937) "Une mission délicate en Barbarie au XVIIe siècle", *RT*, 31-32, 3rd-4th quarters, pp. 471-3.
GRANDIDIER, A. (1908-28) *Ethnographie de Madagascar* (Paris).
GRANDIDIER, G. (1942) *Histoire politique et coloniale (de Madagascar)*, vol. 5 (Paris).
GRANDIDIER, A., CHARLES-ROUX, J., DELHERBE, C. FROIDEVAUX, H. e GRANDIDIER, G. (eds.) (1903-20) *Collections des ouvrages anciens concernant Madagascar* (9 vols., Paris: Comité de Madagascar).
GRANDIDIER, G. e DECARY, R. (1958) *Histoire politique et coloniale (de Madagascar)* vol. 5, parte 3 (Antananarivo).
GRANT, C. (BARON) (1801) *The History of Mauritius or the Isle of France and the Neighbouring Islands* (London: W. Bulmer and Co.), 571 pp.
GRAY, J. M. (1948) "A journey by land from Tete to Kilwa in 1616", *TNR*, 25, pp. 37-45.

GRAY, J. M. (1958) *Early Portuguese Missionaries in East Africa* (London: MacMillan, in association with the EALB), 53 pp.
______. (1962) *History of Zanzibar from the Midlle Ages to 1856* (London: OUP), 314 pp.
GRAY, R. (1961) *A History of the Southem Sudan* (London: OUP), 219 pp.
GRAY, R. (ed.) (1975) *The Cambridge History of Africa,* vol. 4 (Cambridge: CUP), 738 pp.
GRAY, R. e BIRMINGHAM, D. (eds.) (1970) *Precolonial African Trade: Essays on Trade in Central and Eastern Africa Before 1900* (London: OUP), 308 pp.
GRAY, R. e EHRET C. (1975) "Eastern Africa", in R. Gray (ed.), pp. 469-536.
GRAY, R. e MARKS, S. (1975) "Southern Africa and Madagascar", in R. Gray (ed.), pp. 385-408.
GREENBERG, J. H. (1963) *The Languages of Africa* (The Hague: Mouton, for Indiana University), 177 pp.
______. (1980) "Classification of African Languages", *General History of Africa,* vol. I, ch. 12 (Paris: UNESCO; London: Heinemann; Berkeley: University of California Press), pp. 292-308.
GREY, E. (ed.) (1892) *The Travels of Pietro della Valle in India* (London).
GRIGG, D. B. (1980) *Population Growth and Agrarian Change: An Historical Perspective* (Cambridge: CUP).
GROTTANELLI, V. L. (1940) *I Mao* (Rome).
______. (1941) "Gli Scinascia dei Nilo Azurro", *RSE*, 1, 3, pp. 234-70.
______. (1953) "I Bantu dei Giuba nelle tradizioni dei Wazegua", *Geographia Helvetica, 8* (Bern: Geographische gesellschaft).
______. (1955) "A lost African metropolis", in *Afrikanistische Studien D. Westermann Zum 80. Geburt-stag gewidmet* (Berlin: Deutsche Akademie der Wissenschaften za Berlin), pp. 231-42.
______. (1975) "The peopling of the Horn of Africa", in H. N. Chittick e R. I. Rotberg (eds.), pp. 44-75.
GUELKE, L. (1979) "The white settlers, 1652-1789", in R. Elphick e H. Giliomee (eds.), pp. 41-74.
GUILLAIN, C. (1845) *Documents sur l'histoire, la géographie et le commerce de la partie occidentale de Madagascar* (Paris).
GUILLOT, B. (1973) *La terre Enkou* (Paris: Mouton), 126 pp.
GUILLOT, C. F. (1961) *Negros rebeldes y negros cimarrones: perfil afro-americano en la historia del Nuevo Mundo durante el siglo XVI* (Montevideo: Farina).
GUTHRIE, M. (1948) *The Classification of the Bantu Languages* (London: OUP, for the IAI), 91 pp.
GUTMAN, H. G. (1976) *The Black Family in Slave and Freedom* (New York: Pantheon Books), 664 pp.
GUY, J. (1979) *The Destruction of the Zulu Kingdom: The Civil War in Zululand, 1879-1884* (London: Longman), 273 pp.
GWYNNE, M. D. (1975) "The origin and spread of some domestic food plants of Eastern Africa", in H. N. Chittick e R. I. Rotberg (eds.), pp. 248-71.
HABERLAND, E. (1959) "Die Basketto", in Ad. E. Jensen (ed.), pp. 189-226.
______. (1963) *Galla Süd-Äthiopiens,* com a contribuição de K. Reinhardt (Stuttgart: W. Kohlhammer), 815 pp.
______. (1964a) "The influence of the Christian Ethiopian Empire on Southern Ethiopia", *JSS*, 9, pp. 235-8.
______. (1964b) *König und Paria in Afrika* (München: K. Renner).
______. (1965) *Untersuchungen zum äthiopischen Königtum* (Wiesbaden: Franz Steiner Verlag), 353 pp.
______. (1976) *Atles Christentum in Süd-Äthiopien: Eine vergessene Missiomepoche,* Frankfurter Historische Vorträge 2 (Wiesbaden: Steiner) 23 pp.
______. (?) *Caste and Hierarchy – The Case of the Dizi (Southern Ethiopia).*
HACQUARD, A. (1900) *Monographie de Tombouctou* (Paris: Société des éditions coloniales et maritimes), 119 pp.
HAFKIN, N. J. (1973) "Trade, society and politics in Northern Mozambique, *c.* 1753-1913" (Tese de Doutormento, Boston University).
HAGAN, G. P. (1971) "Ashanti bureaucracy", *THSG,* 12, pp. 43-62.

HAGENBUCHER SACRAPANTI, F. (1973) *Les fondements spirituels du pouvoir au royaume de Loango, R. P. du Congo* (Paris: ORSTOM), 214 pp.
HAIG, SIR W. (ed.) (1937) *The Cambridge History of India*, vol. 3 (London: CUP).
HAIR, P. E. H. (1965) "The enslavement of Koelle's informants", *JAH,* 6, 2, pp. 193-203.
______. (1967) "Ethnolinguistic continuity on the Guinea coast", *JAH,* 8, 2, pp. 247-68.
______. (1968) "An ethnolinguistic inventory of the Lower Guinea coast before 1700: Part 1", *ALR,* 7, pp. 47-73.
______. (1974) "From language to culture: some problems in the systematic analysis of the ethnohistorical records of the Sierra Leone region", in R. P. Moss e R. J. A. R. Rathlone, *The Population Factor in African Studies* (London: ULP), pp. 71-83.
______. (1976) "Some minor sources for Guinea, 1519-1559: Enciso and Alfonce Fonteneau", *HA,* 3, pp. 30-I.
AL-HAJJ, M. A. (1968) "A seventeenth-century chronicle on the origins and missionary activities of the Wangarawa", *KS,* 1,4, pp. 7-42.
AL-HAJJ, M. A. (1979) "The meaning of the Sokoto jihad", in Y. B. Usman (ed.), 1979b, pp. 3-19.
______. (1983) "Some diplomatic correspondence of the Sefuwa Mais of Borno with Egypt, Turkey and Morocco", in Y. B. Usman e M. N. Alkali (eds.).
HALL, G. M. (1976) "Dendroclimatology, rainfall and human adaptation in the Later Iron Age in Natal and Zululand", *Annals of the Natal Museum* (Durban), 22,3, pp. 693-703.
HALLET, R. (ed.) (1964) *Records of the African Association, 1788-1831* (London: Nelson, for the Royal Geographical Society), 318 pp.
HAMA, B. (1966) *Enquête sur les fondements et la genèse de l'unité africaine* (Paris: PA).
______. (1967a) *Histoire du Gobir de Sokoto* (Paris: PA), 167 pp.
______. (1967b) *Histoire traditionnelle d'un peuple: les Zarma-Songhay* (Paris: PA), 273 pp.
______. (1968) *Contribution à la connaissance de l'histoire des Peuls* (Paris: PA), 362 pp.
______. (1969) *Histoire traditionnelle des Peuls du Dallol Boboye* (Niamey: CRDTO), 160 pp.
HAMANI, D. M. (1975) *Contribution à l'étude de l' histoire des états Hausa: l'Adar précolonial* (*République du Niger)* (Niamey: IRSH), 277 pp.
HAMANI, D. M. (1989) *Au carrefour du Soudan et de la Berbérie: le sultanat touareg de l'Ayar* (2 vols., Paris: Université de Paris I Panthéon-Sorbonne), 521 pp.
HAMILTON, A. (1727) *A New Account of the East Indies, Being the Observations and Remarks of Capt. A. Hamilton who spent his time there from 1688 to 1723* (2 vols., Edinburgh).
HAMILTON, E. J. (1929) "American treasure and the rise of capitalism", *Economica,* 9 (nov), pp. 338-57.
______. (1934) *American Treasure and the Price Revolution in Spain, 1501-1650* (Cambridge, Mass.: Harvard Economic Studies, vol. 43), 428 pp.
HAMILTON, R. A. (1954) "The route of Gaspar Bocarro from Tete to Kilwa in 1616", *NJ,* 7, 2, pp. 7- 14.
______. (1957a) "Oral tradition: Central Africa", in R. A. Hamilton (ed.), pp. 19-23.
______. (ed.) (1957b) *History and Archaeology in Africa, Second Conference held in* 1957 *at SOAS.* (London: SOAS), 99 pp.
HAMMERSCHMIDT, E. (1977) "Illuminierte Handschriften der Staatsbibiothek Preubischer Kulturbesitz und Handschriften vom Tanasee", *CA,* I.
HANKE, L. (ed.) (1969) *History of Latin American Civilization: Sources and Interpretation* (2 Vols., London: Methuen).
HANSBERRY, W. L. (1965) "Ethiopian ambassadors to Latin courts and Latin emissaries to Prester John", *Ethiopia Observer* (Addis Ababa), 9, 2, pp. 90-9.
HARMS, R. (1981) *River of Wealth, River of Sorrow: The Central Zaire Basin in the Era of the Slave and Ivory Trade, 1500-1891* (New Haven and London: YUP), 277 pp.
HARRIS, J. E. (1971) *The African Presence in Asia: Consequences of the East African Slave Trade* (Evanston, III.: NUP), 156 pp.

HARRIS, J. E. (1977) "The Black peoples of Asia", in *World Encyclopaedia of Black Peoples* (St. Clair Shores, Michigan: Scholarly Press Inc.).
______. (1982) *Global Dimensions of the African Diaspora* (Washington DC: HUP).
HARRIS, M. (1964) *Patterns of Race in the Americas* (New York: Walker and Co.).
HARTWIG, G. W. (1972) "Les Bakerebe", *CHM*, 19, 3, pp. 353-76.
______. (1976) *The Art of Survival in East Africa: The Kerebe and Long-distance Trade, 1800-1895* (New York/London: Africana Publishing), 253 pp.
HASAN, Y. F. (1965) "The Umayyad genealogy of the Funj", *SNR,* 46, pp. 27-32.
______. (1967) *The Arabs and the Sudan* (Edinburgh: EUP), 298 pp.
______. (1971) "External Islamic influences and the progress of Islamization in the Eastern Sudan between the fifteenth and the nineteenth centuries", in Y. F. Hasan (ed.) *Sudan in Africa* (Khartoum), PP.73-86.
______. (1972) *Muqaddima fi Tarikh al-Mamalik al-Islamiyya fi al-Sudan al-Sharqi* (Khartoum: KUP).
______. (1975) *Dirasat fi Tarikh al-Sudan* (Khartoum: KUP).
______. (1977) "Some aspects of the Arab slave trade from the Sudan", *SNR,* 57, pp. 85-106.
______. (não publicado) *The Fur Sultanate and the Long-distance Trade, 1650-1850* (Khartoum: KUP).
HASSAN, A. e NAIBI, A. S. (1952) *A Chronicle of Abuja* (Ibadan: IUP), 92 pp.
HEINTZE, B. (1970) "Beitrage zur Geschichte und Kultur der Kisama, Angola", *Paideuma,* 16, pp. 159-86.
______. (1977) "Unbekanntes Angola: der Staat Ndongo im 16 Jahrhundert", *Anthropos*, 72, pp. 749-805.
HENIGE, D. (1974) "Reflections on early interlacustrine chronology: an essay in source criticism", JAH, 15, I, pp. 27-46.
HERRING, R. S. (1974) "A history of Labwor hills" (Tese de Doutormento, University of California, Santa Barbara).
______. (1976) "The Nyakwai: on the borders of the 'Lwo' world", in Onyango-ka-Odongo e J. B. Webster (eds.).
______. (1979) "The view from Mount Otuke: migrations of the Lango Omiro", in J. B. Webster (ed.), 1979a, pp. 283-316.
______. (não publicdo) "The Nyakwai: on the borders of two worlds; the political history of Labwor", in D. Denoon (ed.) (?).
HERSKOVITS, M. J. e HARWITZ, M. (eds.) (1964) *Economic Transactions in Africa* (London: Routledge and Kegan Paul), 444 pp.
D'HERTEFELT, M. (1971) *Les clans du Rwanda ancien: éléments d'ethnosociologie et d'ethnohistoire* (Tervuren: MRAC), 85 pp.
HEUSCH, L. de (1964) "Mythe et société féodale: le culte du Kubandwa dans le Rwanda traditionnel", *Archives de sociologie des religions,* juillet-décembre, pp. 133-46.
______. (1966) *Le Rwanda et la civilisation interlacustre* (Brussels: Université libre de Bruxelles), 417 pp. (Ver também revisão de D. W. Cohen, *in JAH,* 1968, 4, 9, pp. 651-57).
______. (1972) *Le roi ivre ou l'origine de l'Etat* (Paris: Gallimard), 331 pp.
HICHENS, W. (ed.) (1972) "Sayyid Abdallah bin Ali bin Nasir bin Sheikh Abubaker bin Salim", *Al-lukishafi* (The Soul's Awakening) (London: Sheldon Press); reprinted, Nairobi: OUP, 190 pp.
HILL, A. e KILSON, M. (eds.) (1969) *Apropos of Africa* (London: Frank Cass), 390 pp.
HILLELSON, S. (1933) "David Reubeni: an early visitor to Sennar", *SNR,* 16, pp. 55-66.
HILTON, A. (1985) *Family and Kingship* (Oxford: OUP).
HISKETT, M. (1962) "An Islamic tradition of reform in the Western Sudan from the sixteenth to the eighteenth century", *BSOAS,* 25, 3, pp. 577-96.
______. (1984) *The Development of Islam in West Africa* (London: Longman), 353 pp. *Historia de Portugal,* (1931), vol. III (Barcelona).
HOBEN, A. (1973) *Land Tenure among the Amhara of Ethiopia: The Dynamics of Cognatic Descent* (Chicago and London: University of Chicago Press).

HOBEN, A. (1975) "Family, land and class in Northwest Europe and Northern Highland Ethiopia", in H. G. Marcus (ed.), *Proceedings of the First United States Conference of Ethiopian Studies, 1973* (Michigan: African Studies Center, Michigan State Univcrsity).
HOBSBAWM, E. J. (1954) "The general crisis of the European economy in the seventeenth century, Part 1", *PP,* 5, pp. 33-53.
HODGKIN, T. H. (1975/1979) *Nigerian Perspectives: An Historical Anthology* (London: OUP). (1St edn 1975; 2nd edn 1979).
HOLSOE, S. E. (1967) "The cassava-leaf people: an ethno-historical study of the Vai people with particular emphasis on the Tewo chiefdom" (Tese, Boston University).
HOLSOE, S. E., D'AZEVEDO, W. L. e GAY. (1969) "Chiefdom and clan maps of Western Liberia", *LSJ,* 2, pp. 23-39.
______. (1974) "The first "Vai" migration", Paper presented ar the 6th Annual Liberian Studies Conference, University of Wisconsin, Madison).
HOLT, P. M. (1960) "A Sudanese historical legend: the Funj conquest of Suba", *BSOAS,* 23, pp. 1-12.
______. (1961/1963) *A Modern History of the Sudan, from the Funj Sultanate to the present day* (London: Weidenfeld and Nicolson), 241 pp. (2nd edn 1963, 248 pp.).
______. (1966) *Egypt and the Fertile Crescent, 1516-1922* (London: Longman), 337 pp.
______. (1967) "Sultan Selim I and the Sudan", *JAH,* 8, I, pp. 19-22.
______. (ed.) (1968) *Political and Social Change in Modern Egypt: Historical Studies from the Ottoman Conquest to the United Arab Republic* (London: OUP).
HOOVER, J. J. (1979) "The seduction of Ruwej" (Tese de Doutoramento, Yale University).
HOPKINS, A. G. (1966) "Underdevelopment in the empires of the Western Sudan: a contribution to a debate started by Malowist", *PP,* 33, pp. 149-56 (with a rejoinder by M. Malowist, pp. 157-62).
HOPKINS, A. G. (1973/1975/1983) *An Economic History of West Africa* (London: Longman). (primeira ed., 1973, 337 pp.).
HOPKINS, J. F. P. e LEVTZION, N. (1981) *Corpus of Early Arabic Sources for West African History* (Cambridge: CUP), 492 pp.
HOPKINS, N. S. (1971) "Mandinka social organisation", in C. T. Hodge (ed.), *Papers on the Manding* (Bloomington: Indiana University Press), pp. 99-128.
HORNEIL, J. (1934) "Indonesian influence on East African culture", *JRAI,* 64, pp. 305-33.
HOUDAS, O. (trad.) (1966) *Tadhkirat al-Nisyan* (anônimo), texto em árabe e trad. francesa (Paris: Maisonneuve).
HRBEK, I. (1977) "Egypt, Nubia and the Eastern deserts", in J. D. Fage e R. Oliver (eds.), pp. 10- 97.
HUET, G. (1901) "Histoire de l'occupation du territoire des Antaimorona par les Hova", *RM,* 3, 2, pp. 761-7.
HUFFMAN, T. N. (1972) "The rise and fall of Zimbabwc", *JAH,* 13, 3, pp. 353-66.
______. (1978) "The origins of Leopard's Kopje: an IIth-century Difaqane", *Arnoldia,* 7, 33, pp. 1-23.
HULSTAERT, G. (1972) "Une lecture critique de l'ethnie mogo de G. van der Kerken", *EHA,* 3, pp. 27- 60.
HUNTINGFORD, G. W. B. (trad. e ed.) (1965) *The Glorious Victories of Amda Seyon, King of Ethiopia* (Oxford: Clarendon Press, the Oxford Library of African Literature), 142 pp.
HUNWICK, J. O. (1962) "Note on the appointment of Askia al-Hajj Muhammad Ture as Khalifa of Western Sudan", *JHSN.*
______. (1964) "A new source for the biography of Ahmad Baba al-Timbukti", *BSOAS,* 27, 3, pp. 568-93.
______. (1971) "Songhay, Bornu and Hausaland in the 16th century", in J. F. A. Ajayi e M. Crowder (eds.), pp. 202-39.
HUTEREAU, A. (1922) *Histoire des peuplades de l' Uele et de l 'Ubangi* (Brussels: Goemaere, Bibliothèque Congo, N. 1), 334 pp.
IBN 'ABD AL-ZĀHIR, MUHYĪ AL-DĪN (1961) *Tashrif al-ayyam wa 'l-usur fi sirat al-Malik al-Mansur* (Cairo: M. Kamil).

IBN ABĪ DĪNĀR, AL-KAYRĀWĀN (1967) *Kitab al-Mu'nis fi akhbar Ifrikiya wa Tunis* (Tunis), 169 pp.
IBN DAYF ALLĀH MUHAMMAD 'ABD NUR (1973) *Kitab al-tabaqak fi Khusus al-awliya wa'l--Salahin fi al-Sudan,* seg. ed., Y. F. Hasan (ed.), (Khartoum).
IBN FURTŪWA, AHMAD (séc. 16) *Ta'rikh mai Idris wa ghazawatihi lil Imam Ahmad Burnuwi,* 1932, ed. H. R. Palmer (Kano: Amir's Press), traduçaõ inglesa de H. R. Palmer, 1926, *History of the first twelve years of the reign of mai Idris Alooma of Bornu (1571-83), by his Imam* ("together with the 'Diwān of the sultans of Bornu") (Lagos: Government Printer): ed. 1932 (Kano: Amir's Press), reimpressão em Londres, 1970.
IBN ISHĀKU, M. S. (1929) "An account of Birni Gazergamu" (escrito em árabe em c. 1658-9), traduzido e publicado em *BSOAS.*
IBN KHALDŪN WALĪ AL-DĪN 'ABD AL-RAHMĀN B. MUHAMMAD (séc. 14) *Kitab al-'Ibar wa-diwan al-mubtada wa 'l-Khabar* ("História Universal"), ed. 1967, vol. 2 (Beirut): Commission libanaise pour la traduction des chefs-d'oeuvre).
IDRISSOU, M. (1979) "Kalfu, or the Fulbe emirate of Bagirmi and the Toorobbe of Sokoto", in Y. B. Usman (ed.), 1979b, pp. 336-75.
IGNACE, E. (1970) "A revolta dos Males", *Afro-Asia*, 10-2, pp. 121-36.
IKIME, O. (1972) *The Isoko People* (Ibadan: IUP), 166 pp.
IKIME, O. (ed.) (1980) *Groundwork of Nigerian History* (Ibadan: Heinemann Educational Books).
ILIFFE, J. (1979) *A Modern History of Tanzania* (Cambridge: CUP), 616 pp.
IMAM, I. (1969) "Kanuri marriage", *Nigerian Magazine,* 102.
INGHAM, K. (ed.) (1974) *Foreign Relations of African States* (London: Butterworth, Colston Paper, No. 75), 344 pp.
INIKORI, J. E. (1976) "Measuring the Atlantic slave trade: an assessment of Curtin and Anstey", *JAH,* 17,2. pp. 197-223.
______. (1977) "The import of firearms into West Africa, 1750-1807: a quantitative analysis", *JAH,* 18, 3, pp. 339-68.
______. (1979) "The slave trade and the Atlantic economies, 1451-1870", in *The African Slave Trade from the 15th to the 19th Century: Reports and Papers of the Meeting of Experts Organised by UNESCO at Port-au-Prince, Haiti. 31 January-4 February 1978,* The General History of Africa-Studies and Documents, 2 (Paris: UNESCO), pp. 56-87.
______. (1981) "Market structure and the profits of the British African trade in the late eighteenth century", JEH, 41, 4 (dez), pp. 745-76.
______. (ed.) (1982) *Forced Migralion: The Impact of the Export Slave Trade on African Societies* (London: Hutchinson University Library for Africa; New York: Africana Publishing Company), 349 pp.
______. (1983) "West Africa's seaborne trade, 1750-1850: Volume, structure and implications" (Trabalho apresentado ao Symposium on the quantification and structure of the import and export trade of Africa in the nineteenth century, em St. Augustin, Germany, 3-6 de janeiro).
______. (1984) "Slave trade, slavery and the development of industrial capitalism in England in the eighteenth century: a reassessment" (Trabalho apresentado à Conference on capitalism and slavery in the British West Indies: the contribution of Erie Williams, Bellagio, Italy, 21-25 de maio).
ISAACMAN, A. F. (1969) "The prazos da Coroa, 1752-1832: A functional analysis of the Portuguese political system", *Studia,* 26, pp. 149-78.
______. (1972a) "The origin, formation and early history of the Chikunda of South-Central Africa", *JAH,* 13, 3, pp. 443-62.
______. (1972b) *Mozambique: the Africanization of a European Institution: the Zambeze; Prazos, 1750--1902* (Madison: WUP), 260 pp.
ISICHEI, E. A. (1973) *The Ibo People and the Europeans: the Genesis of a relalitionship to 1902* (London: Faber and Faber).
______. (1976) *A History of the Igbo People* (London: Macmillan), 303 pp.
ITANDALA, B. (1979) "Ilembo, Nkanda and the girls", in J. B. Webster (ed.) 1979a, pp. 145-73.

IZARD, M. (1970) "Introduction à l'histoire des royaumes mossi", *RV,* 12-13 (2 vols., Paris e Ouagadougou CNRS/CVRS).
______. (1971) "La formation de *Ouahigouya", JSA*, 41, 2, pp. 151-87.
______. (1975) "Les captifs royaux dans l'ancien Yatenga", in C. Meillassoux (ed.), pp, 281-96.
______. (1980) "Les archives orales d'un royaume africain: Recherches sur la formation du Yatenga", (Dissertação, Université de Paris V-Descartes).
______. (1981) *Histoire du Yatenga des origines à 1895* (Ouagadougou).
JACKSON,J. G. (1811) *An Account of the Empire of Morocco* (London), 328 pp.
JACKSON, K. (1976) "The dimensions of Kamba pre-colonial history", in B. A. Ogot (ed.), 1976b, pp. 174-261.
______. (1978) *The Works of the Past: A History of the precolonial Kamba* (Stanford).
JACKSON-HAIGHT, M. V. (1967) *European Powers and South-East Africa. 1796-1856* (London: Routledge and Kegan Paul).
JADIN, L. (1961) "Le Congo et la secte des Antoniens: restauration du royaume sous Pedro IV et la 'Sainte-Antoine' congolaise (1695-1718)", *BIHBR,* 33, pp, 411-615.
______. (1967) "Pero Tavares, missionaire jésuite, ses travaux apostoliques au Congo et en Angola, 1629-1635", *BIHBR,* 38, pp. 271-402.
______. (1975) "L'ancien Congo et l'Angola (1639-1655), d'après les archives romaines, portugaises, néerlandaises et espagnoles", *BIHBR,* 20-22 (3 vols).
JADIN, L. e DICORATO, M. (1974) *Correspondance de Dom Afonso, roi du Congo, 1506-1549* (Brussels: ARSOM 41-3), 245 pp.
JÄGER, O. A. *(1957) Aethiopische Miniaturen* (Berlin: Mann).
JAKOBSEN, D. (1902) "Note sur Andriamaro, idole célèbre chez les Mahafaly", *BAM,* I, I pp. 50-2.
JAMES, C. L. R. (1963) *The Black Jacobins: Toussaint L'Ouverture and the San Domingo Revolution* (New York: Vintage).
JANZEN, J. M. (1979) "Ideologies and institutions in the precolonial history of Equatorial African therapeutic systems", *SSM,* 13, 4, part B.
______. (1982) *Lemba, 1650-1930: The Regional History of an African Drum of Affliction* (Lawrence, Kansas).
JENSEN, Ad. E. (1936) *lm Landes des Gada* (Stuttgart: Frobenius Institute), 608 pp.
______. (1959) *Allvöker Süd-Äthiopiens,* com a contribuição de E. Haberland (Stuttgart: Kohlhammer).
JOBSON, R. (1623) *The Golden Trade or a Discovery of the River Cambia and the Golden Trade of the Aethopians* (Teignmouth, Devonshire), 218 pp.
JOHNSON, J. W. (1941) "Negro companions of the Spanish explorers", *Phylon* (Atlanta University, GA), 2 (Fourth Quarter).
______. (1954) *Traditional History, Costumary, Mores, Folkways and Legends of the Vai Tribe* (Monrovia. Department of the Interior, Republic of Liberia).
______. (1961) *Traditional History and Folklore of the Gola Tribe in Liberia* (Monrovia: Department of the Interior, Republic of Liberia).
JOHNSTON, H. H. (1902) *The Uganda Protectorate* (2 vols., London: Hutchinson).
JOHNSTON, M. (1966) "The ounce in 18 th-cenrury West African trade", *JAH,* 7, pp. 197-214.
JONES, A. (1981) "Who were the Vai?", *JAH,* 22, pp. 159-78.
JONES, A. H. M. e MONROE, E. (1978) *A History of Ethiopia* (Oxford: OUP), 196 pp
JONES, D. H. (1964) *The Borgu Dynasties* (London: SOAS).
______. (1967) "Jakpa and the foundation of Gonja", *THSG,* 6, pp. 1-29.
JONES, G. I. (1963) *The Trading States of the Oil Rivers* (London:. OUP), 262 pp.
JORDÃO (LEVY MARIA), VISCOUNT OF PAIVA MANSO. (1877) *História do Congo* (Lisbon: Academia das Scencias de Lisboa).
JOSEPHY, A. M., JR. (ed.) (1971) *The Horizon History of Africa* (New York: American Heritage Publications Co.), 528 pp.
JOUSSAUME, R. e JOUSSAUME, H. (1972) "Anciennes villes dans le Tchertcher (Harar)", *AE, 8,* pp. 21-30.

JULIEN, C. A. (1948) *Les voyages de découverte et les premiers établissements (XVe-XVIe siècles)* (Paris), 177 pp.
______. (1951-6) *Histoire de l'Afrique du Nord: Tunisie, Algérie, Maroc. De la conquête arabe à 1830,* seg. ed. (2 vols, Paris: Payot).
JULIEN, G. (1929) "Pages arabico-madécasses", *Annales de l'Académie des sciences coloniales* (Paris), pp. 1-123.
JULLY, A. (1898) "Origine des Andriana" *NRE,* 4, pp. 890-8.
JULY, R. W. (1974) *A History of the African People* (London: Faber), 650 pp.
KABONGO MUKENDI (1973) "Les migrations luba vers le Kasai et leurs conséquences" (dissertação, Northwestern University, Evanston, III).
KABUGA, C. E. S. (1963) *Eby'Obwakabaka bwa Buganda* (Kampala).
KAGAME, A. (1943-7) *Inganji Kalinga,* reprint Kabgayi, 1959.
______. (1954) *Les organisations socio-familiales de l'ancien Rwanda* (Brussels: Académie royale des sciences coloniales), 355 pp.
______. (1959) *La notion de génération appliquée à la généalogie dynastique et à l'histoire Du Rwanda du Xe-XIe siècle à nos jours* (Brussels: Aeadémie royale des sciences coloniales), 117 pp.
______. (1963) *Les milices du Rwanda précolonial* (Brussels: Académie royale des sciences coloniales), 196 pp.
______. (1972) *Un abrégé de l'ethno-histoire du Rwanda* (Butare: Editions universitaires du Rwanda), 286 pp.
______. (1981) "La documentation du Rwanda sur l'Afrique interlacustre des temps anciens", *CCB,* pp. 300-30.
KAGGWA, A. (1908/1949) *Mpisa Za Baganda* (Kampala), 1908; 2nd edn, *Ekitabu Kye Bika bya Baganda* (Kampala), 1949.
______. (1971) *Basekabaka be Buganda,* trad. e ed. M. S. M. Kiwanuka as *The Kings of Buganda* (Nairobi: EAPH, Historical texts of Eastern and Central Africa, N. 1), 256 pp.
KAIRA, O. Y. (1970-1) "A survey of the history of the Kaira Clan of Northern Malawi" (Trabalho de seminário, Chancellor College, University of Malawi).
KAKE, I. B. (1948) *Les Noirs de la Diaspora* (Libreville, Gabon), 190 pp.
KALANDA, M. (1959) *Baluba et Lulua, une ethnie à la recherche d'un nouvel équilibre* (Brussels: Editions de Remarques congolaises, Etudes congolaises, N. 2), 106 pp.
KALCK, P. (1980) *Historical Dictionary of the Central African Republic* (Metuchen, N. J. and London: The Scarecrow Press), 152 pp. (African Historical Dictionaries, No. 27).
KALINGA, O. J. M. (1974) "The Ngonde Kingdom of Northern Malawi c. I600-1895" (Tese de Doutoramento, University of London).
______. (1975) "The problem of chronology in the study of Ngonde history", *MJSS, 4,* pp. 26-35.
______. (1977) "The Ngonde and Lambya kingdoms: a comparison of relations between indigenous and dominant immigrant groups", (Trabalho apresentado à Conference on Southern African History, National University of Lesotho, Roma, 7-9 de agosto).
______. (1978) "The establishment and expansion of the Lambya Kingdom, 1600-1750", *ASR,* 21, 2, pp. 52-66.
______. (1979a) "Trade, the Kyungus and the expansion of the Ngonde Kingdom", *IJAHS,* 12, I, pp. 17-39.
______. (1979b) "The Balowoka traders and state builders", (Trabalho apresentado ao Goethe-Institut sponsored Conference on state-formation in Eastern Africa, Nakuru, Kenya, 12-14 de setembro).
______. (1985) *A History of the Ngonde Kingdom* (Berlin/New York: Mouton).
______. (?) "Ngonde and Lambya historical texts".
KAMUHANGIRE, E. R. (?) "State formation in the salt lakes region, 1500-1850", in D. Denoon (ed.).
KANE, O. (1970a) "Chronologie des Satigi du XVIIIe siècle", *BIFAN,* 33, Series B, No. 3, pp. 755- 65.
______. (1970b) "Samba Gelajo Jegi", *BIFAN,* 32, Series B, N. 4, pp. 911-26.

KANE, O. (1973) "Les unités territoriales du Futa Toro", *BIFAN,* 35, Series B, N. 3, pp. 614-31.
______. (1974) "Les Maures et le Futa Toro au XVIIIe siècle", *CEA,* 14, 2, pp. 237-52.
KANI, A. M. (?) "The rise and influence of scholars in Hausaland before 1804", in M. Adamu (ed.), (?).
KANIKI, M. H. Y. (ed.) (1979) *Tanzania Under Colonial Rule* (London: Longman), 391 pp.
KARIMOU, M. (1977) *Les Mawri Zarmaphones, EN,* 39 (Niamey: IRSH).
KARUBANGA, H. K. (1949) *Bukya Nibwira* (As the sun rises and sets) (Kampala: Eagle Press).
KARUGIRE, S. R. (1971) *A History of the Kingdom of Nkore in Western Uganda to 1896* (Oxford: Clarendon Press), 291 pp.
KATATE, A. G., NYANKORE, Y. e KAMAGUNGUNU, L. (1955/1967) *Abagabe b' Ankole* (History of the Kings of Ankole) (2 vols., Kampala: Eagle Press); 1967 ed., Nairobi: EALB.
KA'TI, MAHMŪD B. AL-HAJDJ AL-MUTAWAKKIL (1913-14) *Ta'rikh al-fattash fi Akhbar al-Buldan*; texto em árabe e tradução francesa de O. Houdas e M. Delafosse (Paris: Publications de l'Ecole des langues orientales vivantes, 5e série, N. 10), (revista em 1964); tradução e edição, 1981, UNESCO, reimpressa em 1913-14 (Paris: Maisonneuve).
KATOKE, I. K. (1971) "The kingdom of Ihangiro", *CHM,* pp. 700-13.
______. (1975) *The Karagwe Kingdom: A History of the Abanyambo of North Western Tanzania c.1400-1915* (Nairobi: EAPH), 182 pp.
KAWADA, J. (1979) *Genèse et évolution du systéme politique des Mosi méridionaux* (Tokyo: A study of languages and cultures of Asia and Africa, Monograph series, 12).
KEA, R. A. (1971) "Firearms and warfare on the Gold and Slave Coasts, from the 16th to the 19th centuries", *JAH,* 12,2, pp. 185-213.
KEEN, B. e WASSERMAN, M. (1980) *A Short History of Latin America* (Boston: Houghton Mifflin), 574 pp.
KEIM, C. (1979) "Precolonial Mangbetu rule: political and economic factors in nineteenth century Mangbetu history" (Dissertação de Mestrado, Indiana University, Bloomington).
KÉLÉDOR, BARON R. (1829) *Histoire africaine* (Paris).
KELLENBENZ, H. (1971) "Die Rückwirkungen der Kolonien auf die Muttedänder", *Saeculum Welltgeschichte,* 6, pp. 123-40.
KENT, R. K. (?) *Southern Madagascar and the French, 1642-74* (typescript).
______. (1965) "Palmares: an African State in Brazil", *JAH,* 6, 2, pp, 161-75.
______. (1968) "The Sakalava", JAH, 9, 4, pp. 517-46.
______. (1969) "Alfred Grandidier et le mythe des fondateurs d'états malgaches d'origine asiatique", *BM,* 277-8, pp. 603-20.
______. (1970) *Early Kingdoms in Madagascar, 1500-1700* (New York: Holt, Rinehart and Winston).
KESTELOOT, L. (1972) *Da Monzon de Ségou, épopée bambara* (4 vols, Paris: F. Nathan)
KESTELOOT, L. (1983) *Biton Koulibaly, fondateur de l'empire de Ségou* (Dakar: NEA), 96 pp.
KIETEGHA, J. B. (1983) *L'or de la Volta Noire* (Paris: Karthala, CREA), 247 pp.
KIMAMBO, I. N. (1968) "The Pare", in A. D. Roberts (ed.), 1968a, pp. 16-36.
______. (1969) *A Political History of the Pare of Tanzania* (Nairobi: EAPH), 253 pp.
KIMAMBO, I. N. e Temu, A. (eds.) (1969) *A History of Tanzania* (Nairobi: EAPH), 276 pp.
KIMBLE, D (1963) *A Political History of Ghana: The Rise of Gold Coast Nationalism, 1850-1928* (Oxford: Clarendon Press), 587 pp.
KIPKORIR, B. E. (1974) "The inheritors and successors", *KHR,* 2, 2, pp. 143-73.
KIPKORIR, B. E. e Welbourn, F. B. (1973) *The Marakwet of Kenya* (Nairobi: EALB), 97 pp.
KIRKMAN, J. S. (1954) *The Arab City of Gedi, Excavations at the Great Mosque, Architecture and Finds* (Oxford: OUP), 197 pp.
______. (1964) *Men and Monuments on the East African Coast* (London: Lutterworth Press), 224 pp.
KIRKMAN, J. S. (1970) *Fort Jesus, Mombasa* (Nairobi).
KIWANUKA, M. S. M. (1971a) *A History of Buganda* (London: Longman), 322 pp.
______. (1971b) *The Kings of Buganda* (Nairobi: EAPH, Historical Texts of Eastern and Central Africa, N. 1), 256 pp.
KI-ZERBO, J. (1978) *Histoire de L'Afrique noire* (Paris: Hatier), 702 pp.

KLEIN, H. S. (1967) *Slavery in the Americas: A Comparative Study of Virginia and Cuba* (Chicago: University of Chicago Press), 270 pp.

______. (1972) "The Portuguese slave trade from Angola in the eighteenth century", *JEH,* 32, 4, pp.894-918.

______. (1975) "The Cuban slave trade in the period of transition, 1790-1843", *RFHOM,* 62, 226 pp. 67-89.

______. (1978) "The English slave trade to Jamaica, 1782-1802", *EHR*, 31.

KLEIN, M. A. (1968) *Islam and Imperialism in Senegal Sine-Saloum, 1847-1914* (Edinburgh: EUP), 285 pp.

KODI MUZONG (1976) "A pre-colonial history of the Pende people (Republic of Zaire)" (Tese de Doutoramento, Northwestern University, Evanston, III.).

KOELLE, S. W. (1854) *African Native Literature or Proverbs, Tales, Fables, and Historical Fragments in the Kanuri or Bornu Language* (London: Church Missionary House), 434 pp. (reimpressão em 1968).

KOLUNGWE, M. W. (1974) "Les Bambuile du lac Moero" (Dissertação de Mestrado, Lubumbashi).

KOPYTOFF, B. K. (1978) "The early development of Jamaican Maroon societies", *WMQ,* 35, 2 de abril.

KOTTAK, C. P. (1972) "Ecological variables in the origin and evolution of African states: the Buganda example", in *Comparative Studies in Society and History*; pp. 351-80.

KOUANDA, A. (1984) "Les Yarse: fonction commerciale, religieuse et légitimité culturelle dans le pays moaga (Evolution historique)" (Tese de Doutoramento, Universidade de Paris I).

KOZLOV, B. (1970) "Kogda rodilsia praded pushkina Gannibal?" (When was Pushkin's great--grandfather born?), *Novoe Yusskoe Slovo,* II, (janeiro).

KRAPF, J. L. (1858) *Reisen in Ost-Africa ausgefuhrt in den Jahren* 1837-1855 (2 vols., Stuttgart: Kornthal); ed. inglesa: *Travels, Researches and Missionary Labors During An Eighteen Years' Residence in Eastern Africa* (Boston: Ticknor & Fields), 1860.

KRIEDTE, P. (1980/1983) *Peasants, Landlords and Merchant Capitalists: Europe and the World Economy, 1500-1800*, trad. Inglesa de S. Leamington, Berg Publishers Ltd., 1983; (ed. original, Gottingen: Vandenhoeck and Ruprecht, 1980).

KRUMP, T. (1710) *Hoher und Frucht-barer Palm Baum de Heiligen Evangelij,* Augsburg, partes relevantes traduzidas por J. L. Spaulding: *Sudanese Travels of Theodro Krump, 1710-1712* (New York: Hambata Publications, n. 39).

KUBBEL, L. E. (1974) *Songaiskaia derzhava* (Moscow: Hayka), 430 pp.

KULS, W. (1958) *Beitrage zur Kulturgeographie der südäthiopischen seen-Region* (Frankfurt-am-Main: Kramer).

KUMAH, J. K. (1966) "The rise and fall of the kingdom of Denkyira", *GNQ,* 9, pp. 33-5.

KUP, A. P. (1961a) *A History of Sierra Leone, 1400-1787* (London: CUP), 212 pp.

KUP, A. P. (1961b) "An account of the tribal distribution of Sierra Leone", *Man,* 60, pp. 116-19.

KWAULE, F. e CHAKWERA, E. J. (1978) "Successors to the Kolonga's state: Kanyenda and Dzoole" (trabalho de pesquisa, Chancellor College, University of Malawi).

LABARTHE, P. (1803) *Voyage à la Côte de Guinée* (Paris: Bossange, Masson & Besson), 310 pp.

LABOURDONNAIS, M. de. (1937) *Mémoire des Iles de France et de Bourbon,* ed. A. Lougnon e A. Toussaint (Paris: Ernest Leroux), 203 pp.

LABRECQUE, E. (1949-51) "Histoire des Mwata Kazembe, chefs Lunda du Luapala, 1700-1945", *Lovania,* 16, pp. 9-33; 17, pp. 21-48; 18, pp. 18-67.

LABURTHE-TOLRA, P. (1911/1977) "Minlaaba: histoire et société traditionnelle chez les Beti du Sud- Cameroun" (3 vols, 1977, Lille: Reproduction of theses, University of Lille III).

______. (1981) *Les seigneurs de la forêt* (Paris: Publications de la Sorbonne), 490 pp.

LACERDA e ALMEIDA, F. J. M. de (n.d.) *Travessia da África* (Lisbon: Agência Geral das Colônias), 171 pp.

______. (1944) *Diários de Viagem* (Rio de Janeiro: Biblioteca popular Brasileira, vol. 18).

LACGER, L. de (1939) *Ruanda* (Kabgayi); reimpressão em 1959 (Namur: Grands Lacs), 729 pp.

LAGAE, MGR. C. R. (1926) *Les Azande ou Miam-Miam: l'organisation zande: croyances religieuses et magiques: coutumes familiales* (Brussels: Vromant et Cie, Bibliothèque du Congo vol. 18), 224 pp.
LAMB, V. (1975) *West African Weaving* (London: Duckworth).
LAMPHEAR, J. E. (1970) "The Kamba and the Northern Mrima coast", in R. Gray e D. Birmingham (eds.), pp. 75-101.
______. (1976) *The Traditional History of the Jie of Uganda* (Oxford: Clarendon Press Oxford Studies in African Affairs), 281 pp.
LAMPHEAR, J. E. (1979) "When the Ngitome speared their oxen: problems in reconstructing the chronology of the Jie", in J. B. Webster (ed.), 1979a, pp. 263-282.
______. (?) "The origins and dispersal of the central Paranilotes", in J. B. Webster (ed.), (?).
LANDOREIN, I. (1910-11) "Du Tehad au Niger: notice historique", in *Documents scientifiques de la mission Tilho, 1906-1909,* vol. 2 (Paris).
LANE-POOLE, E. H. (1934) *The Native Tribes of the East Luangwa Province of Northern Rhodesia* (Lusaka: Government Printer).
LANGE, D. (1977) *Chronologie et histoire d'un royaume africain* (Wiesbaden: Franz Steiner).
LANGE, W. (?) *History and Sociopolitical Structure of the Gonga Peoples* (Wiesbaden: Franz Steiner).
LANGLANDS, B. W. (1966) "The banana in Uganda, 1860-1920", *UJ,* 30, pp. 39-62
LANGWORTHY, H. W. (1969a) "A history of Undi's kingdom to 1890: aspects of Chewa history in East-Central Africa" (Tese de doutoramento, Boston University).
______. (1969b) "Sources for Chewa history in East-Central Africa: a collection of interviews", (cópias não publicadas na University of Boston Library and University of Malawi Library).
______. (1969c) "Understanding Malawi's pre-colonial history", *SMJ,* 23, I, pp. 28-45.
______. (1971) "Conflicts among rulers in the history of Undi's Chewa kingdom", *TJH, I*, pp. 1-23.
______. (1972) "Chewa or Maravi political organization in the pre-colonial era", in B. Pachai (ed.), pp. 104-22.
LAPUKENI, K., RASHID, P., KUMWEMBE, N. e WEBSTER, J. B. (1978) "Amachinga Yao traditions", vol. I (History Department, University of Malawi).
LARA, O. D. (1979) "Negro resistance to slavery and the Atlantic slave trade from Africa to Black Americas", (trabalho apresentado a Meeting of Experts organized by UNESCO on *The African Slave Trade from the 15th to the 19th century;* Port-au-Prince, Haiti, 31 de janeiro a 4 de fevereiro de 1978, *The General History of Africa – Studies and Documents,* 2 (Paris: UNESCO) pp. 101-14.
LAROUI, A. (1970) *L'histoire du Maghreb: un essai de synthèse* (Paris: Maspéro), 390 pp.
LAST, M. (1983) "From sultanate to caliphate: Kano C.1450-1800", in B. M. Barkindo (ed.), pp. 67-91.
______. (?) "Historical metaphors in the intellectual history of Kano before 1800", in M. Adamu (ed.), (?).
LAVERS, J. E. (1971) "Islam in the Bornu caliphate: a survey", *Odu,* 5, pp. 27-53.
______. (1980) "Kanem and Borno to 1808", in O. Ikime (ed.), pp. 187-209.
LAVERS, J. E. (1982) "The trans-Saharan trade beforc 1800: towards quantification", in H. W. El-Hasnawi (ed.).
______. (1983) *Some Observations on the Remains of Hausa Iron Smelting* (Jos: Jos University Press).
______. (?) "Fezzan, a Sudanic or Saharan state?", in M. Adamu (ed.), *Central Sudan Before 1804* (Zaria: ABUP).
______. (?) "Fezzan, a Sudanic or Saharan state?", in M. Adamu (ed.), (?).
LAWRENCE, A. W. (1969) *Fortified Trade-Posts: The English in West Africa, 1645-1822* (London: Jonathan Cape), 237 pp.
LE BARBIER, C. (1916-17) "Notes sur le pays des Bara-Imamono, région d'Ankazoabo", *BAM,* new series, 2, pp. 63-162.
LEE, R. B. (1968) "What hunters do for a living or how to make out on scarce resources", in R. B. Lec e I. De Vore (cds), *Man the Hunter* (Chicago: Aldine), pp. 30-43.
LEE, R. B. e DE VORE, I. (eds.) (1976) *Kalahari Hunter-Gatherers: Studies of the Kung San and Their Neighbours* (Cambridge, Mass: HUP), 408 pp.

LEE, R. B. (1979) *The Kung San: Men, Women and Work in a Foraging Society* (Cambridge: CUP), 526 pp.
LEFÈBVRE, T. (1845-54) *Voyage en Abyssinie* (6 vols., Paris: A. Bertrand).
LEGASSICK, M. (1979) "The northern frontier to 1820: the emergence of the Griqua people", in R. Elphick e H. Giliomee (eds.).
LE GENTIL (1779-81) *Voyage dans les mers de l'Inde, 1760-1771* (2 vols., Paris).
LEGESSE, A. (1973) *Gada: Three Approaches to the Study of African Society* (New York/London: The Free Press), 340 pp.
LEGUÉVEL de LACORNBE, B. F. (1840) *Voyage à Madagascar et aux Iles Comores* (2 vols., Paris).
LEHMANN, W. P. (1962) *Historical Linguistics* (New York: Holt, Rinchart and Winston), 297 pp.
LEITÃO, H. (1970) *Os Dois Descobrimentos da Ilha de São Lourenço*, edição e anotações de H. Leitão (Lisboa).
LEITÃO, M. C. CORREIA (1938) "Relação breve sumário da viagem que com o sargento mor dos moradores do Dande fiz às remotas partes de Cassange e Olos... 15 Agosto de 17565" in G. Sousa Dias (ed.), "Uma viagem a Cassange nos meados do Século XVIII", *BSCL,* 56, pp. 19-25.
LEMAIRE, P. (1695) *Les voyages du Sieur Lemaire aux Iles Canaries, Cap Vert, Sénégal et Gambie* (Paris).
LE Moal, A. (1976) "Le peuplement du pays bobo; bilan d'une enquête", *Cahiers ORSTOM,* Sciences humaines, 13, 2, pp. 137-42.
LEMPRIÈRE, G. (1891) *Voyages dans l'Empire du Maroc* (Paris: Tavernier, Legras et Cordier).
LEO AFRICANUS [Jean Léon l'Africain] (1956) *Description de l'Afrique,* trad. A. Epaulard, com notas de E. Epaulard, T. Monod, H. Lhote e R. Mauny (2 vols., Paris: Maisonneuve).
LE Roy LADURIE, E. (1978) "A reply to Professor Brenner", *PP,* 79, pp. 55-9.
LEROY, J. (1967) *Ethiopian Paintings in the Middles Ages,* in G. Gerster (ed.), (London: Phaidon Press Ltd).
LEROY, J., WRIGHT, ST. e JÄGER, O. A. (1961) *Aethiopien-Budmalereien* (New York).
LESELLE, R. (1957) "Les noirs du Souf", *BLS,* suplemento ao vol. 8, pp. 1-76.
LESLAU, W. (1951) *Falasha Anthology: The Black Jews of Ethiopia,* trad. de fontes etíopes com introdução de W. Leslau (New York: Schocken Books), 222 pp.
______. (1963) *Etymological Dictionary of Harari* (Berkeley and Los Angeles: UCP Near Eastern Studies, vol. 1), 240 pp.
______. (1979) *Etymological Dictionary of Gurage (Ethiopic)* (3 vols., Wiesbaden: Harrasowitz, Otto-Verlag).
LETHEM., G. C. (1919) "Special Report on Nguru district, Bornu Emirate", *SNP,* 10, 258 pp.
LEVINE, D. N. (1977) *Family Formation in an Age of Nascent Capitalism* (New York: Academie Press).
LÉVI-PROVENÇAL, E. (1922) *Les historiens des Chorfa* (Paris: Larose).
LEVTZION, N. (1964a) *Chronology from Genealogical Evidence: The Volta Basin* (London: SOAS, Survey on African Chronology).
LEVTZION, N. (1964b) *Notes on the Expansion of Islam in Northern Ghana* (London: SOAS, Survey on African Chronology).
______. (1964c) "Outlines of the development of Islam in Mossi (Wagadugu)", (London: SOAS, Survey on African Chronology).
______. (1968) *Muslims and Chiefs in the West Africa: A Study of Islam in the Middle Volta Basin in the Precolonial Period* (Oxford: Clarendon Press, Oxford Studies in African Affairs), 228 pp.
______. (1971a) "Notes sur les origines de l'Islam militant au Fouta Djalon", *Notes africaines,* outubro, N. 132, pp. 94-6.
______. (1971b) "Notes sur les Etats dyula de Kong et de Bobo", *BLLE,* I, pp, 61-2.
______. (1975) "North-West Africa: from the Maghrib to the fringes of the forest", in R. Gray (ed.), pp. 192-272.
LEWIS, H. S. (1966) "The origins of the Galla and Somali", JAH, 7, I, pp. 27-47.
LEWIS. L M. (1955) *Peoples of the Horn of Africa: Somalia, Afar and Saho* (London: IAI, Ethnographic survey of Africa: North-Eastern Africa, Part I), 204 pp.

LEWIS, I. M. (1961) *A Pastoral Democracy: A Study of Pastoralism and Politics Among the Northern Somali of the Horn of Africa* (London/New York/Toronto: OUP, for the IAI), 320 pp.
______. (ed.) (1966) *Islam in Tropical Africa* (London: OUP, for the IAI), 470 pp.
______. (ed.) (1968) *History and Social Anthropology* (London: Tavistock Publications, A.S. Monographs, N. 7), 307 pp.
LEWIS, W. A. (1978) *The Evolution of the Intemational Economic Order* (Princeton: PUP).
LINDEN, I. (1979) "Chisumphi theology in the religion of Central Malawi", in M. J. Schoffeleers (ed.), 1979(a), pp. 189-207.
LINDGREN, N. E. e SCHOFFELEERS, M. J. (1978) *Rock Art and Nyau Symbolism* (Lilongwe: Department of Antiquities).
LITTLE, K. (1951) *The Mende of Sierra Leone* (London: Routledge & Kegan Paul), 307 pp.
LITTMANN, E. (1914) *Die altamharischen Kaiserlieder* (Strasburg).
LLOYD, P. C. (1963) "The Itsekiri in the nineteenth century: an outline social history", *JAH,* 4, 2, pp. 207-31.
LOBATO, A. (1954a) *A expansão Portuguesa em Moçambique de 1498 a 1530: Política da Capitania de Sofala e Moçambique de 1530* (Lisboa: Agência Geral do Ultramar).
______. (1954b) *Evolução administrativa e econômica de Moçambique* 1753-63. *Fundamentos da criação do Governo Geral em 1752*, vol. I (Lisboa: Agência Geral do Ultramar), 412 pp.
______. (1962) *Colonização Senhorial da Zambezia e Outros Estudos* (Lisboa: Junta de Investigaçoes do Ultramar), 228 pp.
LOBO, J. (1728/1928) *Voyage historique d'Abyssinie du R. P. Jérôme Lobo,* ed. e trad. de J. Le Grand, 1928 (Paris).
LOGAN, R. W. (1940) "Estevanico: Negro discoverer of the Southwest", *Phylon,* I, 4th quarter.
LOMBARD, J. (1965) *Structures de type "feudal" en Afrique noire: étude des dynamismes internes et des relations sociales chez les Bariba du Dahomey* (Paris/The Hague: Mouton), 544 pp.
LOPES, E., ver F. de Pigafetta.
LOPEZ, R. S. (1976) *The Commercial Revolution of the Middle Ages, 950-1350* (Cambridge: CUP).
LORO, M. (1971) "The pre-colonial history of the Kakwa" (Ensaio, University of Makerere).
LOUGNON, A. (1956) *L'Ile de Bourbon pendant la Régence.*
______. (1958) *Le mouvement maritime aux Iles de Bourbon et de France (1727-35).*
LOUGNON, A. e Toussaint, A. (eds.) (1937) *Mémoire des Iles de France et de Bourbon* (Paris: Libraire Ernest Leroux), *203* pp.
LOVEJOY, P. E. (1973a) "The Hausa kola trade: a commercial system in the continental exchange of West Africa" (Tese de doutoramento, University of Wisconsin).
______. (1973b) "The Kambari Beriberi: the formation of a specialized group of Hausa kola traders in the nineteenth century", *JAH,* 14, 4, pp. 633-51.
______. (1978) "The role of the Wangara in the economic transformation of the Central Sudan in the fifteenth and sixteenth centuries", *JAH,* 19, 2, pp. 173-93.
LOVEJOY, P. E. (ed.) (1981) *The Ideology of Slavery in Africa* (Beverly Hills, Ca: Sage).
______. (1982) "The volume of the Atlantic slave trade: a synthesis", *JAH,* 23, 3, pp. 473-501.
______. (1983) *Transformations in Slavery: A History of Slavery in Africa* (Cambridge: CUP), 349 pp.
______. (1985) *Salt of the Desert Sun: A History of Salt Production and Trade in Central Sudan* (Cambridge: CUP), 351 pp.
______. (?) "Salt industry of the Central Sudan", in M. Adamu (ed.), (?).
LUCAS, S. A. (1968) "Baluba et Aruund: étude comparative des structures socio-politiques" (Tese de Doutoramento, Ecole pratique des hautes études).
LUDOLF, H. (1681) *Histeria Aethiopica.* (Franco Furti-ad-Moenum).
LUNA, L. (1968) O *negro na luta contra a escravidão* (Rio de Janeiro: Leitura).
LUTTRALL, A. (1964) "Slavery and slaving in the Portuguese Atlantic", in *The Transatlantic Slave Trade from West Africa* (Edinburgh).
LWAMGIRA, F. X. (1949/1968) *Amakuru ga Kiziba Bukoba* (trad. de E. A. Kamuhangire como *A History of Kiziba,* History Department, Makerere, 1968).

LWAMGIRA, F. X. (?) *The History of Karagwe, Ihangiro and Kyamatwalo* (não publicado).
LWANGA-LUNYIIGO, S. (1972-3) "The foundation of the Babito kingdom of Khooki" (Makerere Seminar Paper, No. 6).
LY, A. (1958) *La compagnie du Sénégal de 1673 à 1686* (Paris: PA), 316 pp.
______. (1977) "L'épopée de Samba Guela Diegui" (Tese de Doutoramento, Dakar).
MACEDO, G. (1890) "Informação do Padre Frei Gaspar Macedo", in *Memória e Documentos Acerca dos Direitos de Portugal Aos Territórios de Machona e Nyassa 1890* (Lisboa: Imprensa Nacional), pp. 147-51.
MACGAFFEY, W. (1975) "Oral tradition in Central Africa", *IJAHS,* 7, 3, pp. 421-36.
MACK, J. e ROBERTSHAW, P. (eds.) (1982) *Culture History in the Southern Sudan*: *Archaeology, Linguistics and Ethnohistory* (Nairobi: BIEA, Memoir N. 8), 179 pp.
MCKAY, W. F. (1975) "A pre-colonial history of the Southern Kenya coast" (Tese de Doutoramento, Boston University), 303 pp.
MACKENZIE,). M. (1975) "Pre-colonial industry: the Nyanja and iron trade", *NADA,* 2, 2, pp. 200- 220.
MACMIEHAEL, H. A. (1922) *A History of the Arabs in the Sudan* (2 vols., Cambridge: CUP).
MADIEGA, G. Y. (1978) "Le Nord-Gulma précolonial (Haute-Volta): origine des dynasties, approche de la société" (Tese de Doutoramento, Universidade de Paris I).
______. (1982) *Contribution à l'histoire précoloniale du Curma (Haute-Volta)* (Wiesbaden: Franz Steiner).
MAGARSHACK, D. (1969) *Pushkin* (New York: Grove Press).
MAGE, E. (1868) *Voyage dans le Soudan occidental (1863-1866)* (Paris: Hachette). (Nova ed. Karthala, 1980, Frobenius Institute).
MAGNES, B. (1953) "Essai sur les institutions et la coutume des Taimihety", *BM,* 89, (outubro), pp. 1-95.
MAHADI, A. (?) "Some observations on the emergence and development of the sarauta (kinship) system in the Central Sudan before 1804", in M. Adamu (ed.), (?).
MAHONEY, F. e IDOWU, H. O. (1965) "The peoples of Senegambia", in J. F. A. Ajayi e I. Espie (eds.), pp. 131-43.
MAÏKASSOUA, I (1982) "Some considerations relating to the contribution of Gobir migrants to the transformation of neighbouring communities" (Department of History, Ahmadu Bello University, Zaria, mimeograph).
MAJURNDAR, R. C. (1951) *The History and Culture of the Indian People* (Bombay: Bhasatiya Vidya Bhavan).
AL-MAKRIZI, ABU 'L-'ABBAS AHMAD B.'ALI (before 1442) *Macrizi historia regum islamiticorum in Abyssinia una cum Abulfeda descriptione regionum nigritarum,* edição e tradução do latim de F. T. Rinck, 1790 (Leiden: Luchtmans).
MALANDRA, A. (1947/1971) *Tekwaro Acholi* (Nairobi: Longman), trad. de C. A. R. Oywa como *Acholi Traditions* 1971 (Makerere: Department of History).
MALEVANOV, N. (1974) "Praded Poets" (The Poet's Great-Grandfather), *Zuezda,* pp. 156-65.
MALEY, J. (1981) "Etudes palynologiques dans le bassin du Tchad et paléoclimatologie de l'Afrique nord-tropicale de 30 000 ans à l'époque actuelle", *TD,* vol. 129 (Paris: ORSTOM).
MALOTET, A. (1898) *Etienne de Flacourt ou les origines de la colonisation française à Madagascar, 1648-1661* (Paris).
MALOWIST, M. (1966) "The social and economic stability of the western Sudan in the Middle Ages", *PP,* 33, (April), pp. 3-15.
______. (1969) *Western Europe and West Africa at the Beginning of the Colonial Expansion* (Warsaw).
MALZAC, V. (1912/1930) *Histoire du royaume Hova depuis ses origines jusqu'à sa fin* (Antananarivo: Imprimerie catholique). (Reimpressão em 1930).
MAMATTAH, C. M. K. (1976) *The Ewes of West Africa; Oral Traditions,* vol. I (Accra: Volta Research Publications), 768 pp.
MAMELOMANA, E. (?) *Les Mahafaly*, (typescript, probably written in the 1940s, in the Bibliothèque Charles Poirier, University of Madagascar).

MANDALA, E. C. (1977) "The Kololo interlude in Southern Malawi, 1861-1895", (Dissertação de Mestrado, University of Malawi).
MANÉ, M. (1978) "Contribution à l'histoire du Kaabu, des origines au XIXe siècle", *BIFAN,* 40, I, pp.87-159.
MANNING, P. (1981) "The enslavement of Africans: a demographic model", *CJAS,* 15, 3, pp. 499-526.
MANNING, P., AUSTEN, R. A. e VAN DANTZIG, A. (1980) Reviews of *Der atlantische Sklavenhandel von Dahomey (1740-1797), AEH,* 9, pp. 131-9.
MANNING, P., CALDWELL, J. C. e INIKORI, J. E. (1982) "Discussion", *CJAS,* 16, I, pp. 127-39.
MANNIX, D. P. (1963) *Black Cargoes: A History of the Atlantic Slave Trade, 1518-1865* (London: Longman), 306 pp.
MAQUET, J. J. (1954) *Le système des relations sociales dans le Rwanda ancien* (Tervuren: MRAC), 221 pp.
MARCHAND (1901) "Les habitants de la province de Farafangana", *RM,* 3, pp. 481-91.
MAREES, P. de. (1602/1605/1905) *A Description and Historical Declaration of the Golden Kingdom of Guinea,* tradução inglesa resumida do original holandês de 1602, publicado em S. Purchas (1613/1905), vol. 6, pp. 247-396; trad. francesa, 1605, *Description et récit historique du riche royaume d'or de Guinée* (Amsterdam: Claessen).
MARET, P. de (1981) "L'évolution monétaire du Shaba central entre le VIIe et le XVIIIe siècle", *AEH,* 10, pp. 117-49.
MARET, P. de, VAN NOTEN, F. e CAHEN, D. (1977) "Radiocarbon dates from West Central Africa: a synthesis", *JAH,* 18, 4, pp. 481-505.
MARION M. A. (1971) "Notes sur l'art funéraire Mahafaly et Antandroy", *BM,* 21, pp. 463-76.
MARTIN, A. G. P. (1908) *A la frontière du Maroc: les oasis sahariennes (Gourada-Touat-Tidikelt);* (Algiers: Imprimerie algérienne), vol.I, *406* pp.
MARTIN, B. G. (1969) "Kanem, Bornu and the Fezzan: notes on the political history of a trade route", *JAH,* 10, I, pp. 15-27.
______. (1971) "Notes on some members of the learned classes of Zanzibar and East Africa in the nineteenth century", *AHS,* 4, 3, pp. 525-45.
______. (1972) "Mai Idris of Bornu and the Ottoman Turks, 1576-78", *IJMS,* 3, I, pp. 470-90.
MARTIN, E. B. (1973) *The History of Malindi: A Geographical Analysis of an East African Coastal Town from the Portuguese Period to the Present* (Nairobi: EALB), 301 pp.
MARTIN, G. (1948) *Histoire de l'esclavage dans les colonies françaises* (Paris: PUF), 318 pp.
MARTIN, P. (1970) "The trade of Loango in the seventeenth and eighteenth centuries", in R. Gray e D. Birmingham (eds.), pp. 139-61.
MARTIN, P. M. (1972) *The External Trade of the Loango Coast, 1576-1870: The Effects of Changing Commercial Relations on the Vili Kingdom of Loango* (Oxford: Clarendon Press, Oxford Studies in African Affairs), 193 pp.
MARTY, P. (1927) *Les Chroniques de Oualata et de Nema* (Paris: Geuthner).
______. (1920-1) *Etudes sur l'Islam et les tribus du Soudan* (4 vols., Paris: E. Leroux, Collection de la Revue du monde musulman, N. 4).
MARWICK, M. G. (1963) "History and tradition in East-Central Africa through the eyes of the Northern Rhodesian Cewa", *JAH,* 4, 3, pp. 375-90.
MATHEW, G. (1963) "The East African coast until the coming of the Portuguese", in R. Oliver e G. Mathew (eds.), pp. 94-128.
MATHEWS, T. I. (1981) "Portuguese, Chikunda and peoples of the Gwembe valley", *JAH,* 22, I, pp. 23-42.
MAUGHAM, R. C. F. (1910) *Zambezia: A General Description of the Zambeze River from its Delta tothe River Aruangwa, with its History, Agriculture, Flora, Fauna and Ethnography* (London: John Murray), 408 pp.
MAUNY, R. (1970) "Les navigations anciennes et les grandes découvertes", in H. Deschamps (ed.), *Histoire générale de l'Afrique noire* (Paris: PUF), vol. I, part II, pp. 203-18.
______. (1971) *Les siècles obscurs de l'Afrique noire* (Paris: Fayard), 314 pp.

MAUNY, R., THOMAS, L. V e VANSINA, J. (eds) (1974) *The Historian in Tropical Africa* (London: OUP, for the IAI), 428 pp.
MAURO, F. (1960) *Le Portugal et l'Atlantique au XVIIe siècle, 1570-1670* (Paris: SEVPEN).
MAXWELL, R. (1932) "The law relating to slavery among the Malays", *JMBRAS,* 10, I, pp. 247-97.
MAYEUR, N. (1912) "Voyage à la côte de l'ouest de Madagascar (pays des Sadaves), 1774", *BAM,* 10, pp. 49-91.
M'BOKOLO, E. (1983) "Histoire des maladies, histoire et maladie: l'Afrique", in M. Augé e S. Herzlich (Eds.), *Le sens du mal* (Paris: Editions des Archives contemporaines).
______. (1981) *Noirs et blancs en Afrique équatoriale: les sociétés côtières et la pénétration française* (Paris/The Hague: Mouton, Civilisations et Sociétés, N. 69), 302 pp.
MBWILIZA, J. F. (1981) "The hoe and the stick: a political economy of the Heru kingdom", *CCB,* pp. l00-16.
MCCULLOCH, M., LITTLEWOOD, M. e DUGAST, I. (1954) *Peoples of the Central Cameroons* (London: IAI, Ethnographic Survey of Africa, Western Africa, Part IX), 172 pp.
MCDOUGALL, E. A. (1980) "The Ijil salt industry: its roles in the pre-colonial economy of the Western Sudan" (Tese de Doutoramento, University of Birmingham).
MCINTOSH, B. G. (ed.) (1969) *Ngano: Studies in Traditional and Modern East African History* (Nairobi: EAPH), 181 pp.
MCINTOSH, R. J. e KEECH-MCLNTOSH, S. (1982) "The field season at Jenne-Jeno: preliminaryresults", *Nyame Akuma,* 20, pp. 28-32.
MCLACHLAN, J. O. (1940) *Trade and Peace with Old Spain, 1667-1750: A Study of the Influence of Commerce on Anglo-Spanish Diplomacy in the First Half of the Eighteenth Century* (Cambridge: CUP).
MCLEOD, M. D. (1981) *The Asante* (London: British Museum Publications).
MDOUMBE-MOULONGO, M. (1968) "Origines et migrations des Duala", *Abbia,* 20, (junho), pp. 79-150.
MEEK, R. L. (1976) *Social Science and the Ignoble Savage* (Cambridge: CUP, Cambridge Studies in the History and Theory of Politics), 249 pp.
MEILLASSOUX, C. (ed.) (1971) *The Development of Indigenous Trade and Markets in West Africa* (London: OUP, for the IAI), 444 pp.
MEILLASSOUX, C. (ed.) (1975) *L'esclavage en Afrique précoloniale* (Paris: F. Maspéro), 582 pp.
______. (1982) "The role of slavery in the economic and social history of Sahelo-Sudanic Africa", in J. E. Inikori (ed.), pp. 74-99.
MEILLET, A. (1925) *La méthode comparative en linguistique historique* (Oslo).
MELLAFE, R. (1964) *La esclavitud en Hispanoamerica* (Buenos Aires: Editorial Universitaria).
______. (1975) *Negro Slavery in Latin America* (Berkeley, CA: UCP), 172 pp.
MÉO, Dr (1919) "Etudes sur le Rio Nuñez", *BCAF,* pp. 282-381.
MERCER, P. (1971) "The Shilluk trade and politics from mid-seventeenth century to 1861", *JAH,* 12, 3, PP.407-26.
MERENSKY, A. (1883) "Ueber die Afrikanische Volkerwanderung des 16 Jahrhunderts", *Zeitschrift der Gesellschaft for Erdkunde zu Berlin,* pp. 67-75.
MERRICK, T. W. e GRAHAM, D. H. (1979) *Population and Economic Development in Brazil, 1800 to the present* (Baltimore: The Johns Hopkins University Press).
MESCHI, L. (1974) "Evolution des structures foncières au Rwanda: le cas d'un lignage hutu", *CEA, 53,* pp. 39-51.
METCALFE, G. E. (1964) *Great Britain and Ghana: Documents of Ghana History, 1807-1957* (London: Thomas Nelson and Sons), 779 pp.
METTAS, J. (1978) *Répertoire des expéditions négriéres françaises XVIIe siècle,* ed. by S. Daget (Nantes).
MEYER, H. (1916) *Die Barundi* (Leipzig: O. Spamer), 206 pp.
MÉZIÈRES, B. de (1912) *Le Major A. Gordon Laing, Tombouctou,* 1826 (Paris: Larose).
MGOMEZULU, G. Y. (1981) "Recent archaeological research and radio-carbon dates from Eastern Africa", *JAH,* 22, 4, pp. 435-56.

MICHEL, L. (1957) "Moeurs et coutumes des Bara", *MAM, 40.*
MIERS, S. e KOPYTOFF, I. (eds.) (1977) *Slavery in Africa: Historical and Anthropological Perspectives* (Madison: UWP), 474 pp.
MILES, S. B. (1919) *The Countries and Tribes of the Persian Gulf* (2 vols., London: Frank Cass).
MILLER, J. C. (1972a) "A note on Casanze and the Portuguese", *CJAS,* 6, pp. 45-56.
______. (1972b) "The Imbangala and the chronology of early central African history", *JAH,* 13, 4, pp. 549-74.
______. (1973) "Requiem for the Jaga", *CEA,* 49, pp. 121-49. (ver também *CEA,* 69 e 70).
______. (1975a) "Nzinga of Matamba in a New Perspcctivc", *JAH,* 13, pp. 201-16.
______. (1975b) "Legal Portuguese slaving from Angola: Some preliminary indications of volume and direction, 1760-1830", *RFHOM,* 62, pp. 135-76.
______. (1976) *Kings and Kinsmen: Early Mbundu States in Angola* (Oxford: Clarendon Press, Oxford Studies in African Affairs), 312 pp.
______. (1979) "Some aspects of the commercial organization of slaving at Luanda, Angola, 1760--1830", in H. A. Gemery e J. S. Hogendorn (eds.), pp. 77-106.
______. (ed.) (1980) *The African Past Speaks: Essays on Oral Tradition and History* (London: Hamden, Dawson & Archon), 284 pp.
______. (1982) "The significance of drought, disease and famine in the agriculturally marginal zones of West Central Africa", *JAH,* 23, pp. 17-61.
______. (1983) "The paradoxes of impoverishment in the Atlantic zone", in D. Birmingham e D. Martin (eds.), pp. 118-59.
______. (1984) "The accounts of Antonio Coelho Guerreiro (1684-1692)", *IJAHS,* 17, pp 1-56.
______. "Thanatopsis", *CEA,* pp. 229-31.
MINCHINTON, W. E. (ed.) (1969) *The Growth of English Overseas Trade in the 17th and 18th Centuries* (London: Methuen).
MISOMALI, R. B., MKONDIWA, G. e BHILA, H. K. (1978) "Yao traditions", vol. III, (History Department, University of Malawi).
MKANDAWIRE, F. R. (1978) "The corridor in Tumbuka and Chewa history: the migration and settlement of Kabunduli, 1650-1860", (student research paper, Chancellor College, University of Malawi).
MODZALEVSKII, B. (1907) *Rodoslaunia Gannibalov* (Genealogy of the Hannibals) (Moscow: Yakovlev Press).
MOELLER, A. (1936) *Les grandes lignes des migrations des Bantous de province orientale du Congo belge* (Brussels: Institut royal belge, Section des sciences morales et politiques, Mémoires, vol. 6), 578 pp.
MOKHTAR, G. (ed.) (1981) *General History of Africa. Vol. II: Ancient Civilizations of Africa* (Paris/London/BerkeIey: UNESCO/Heinemann/University of California Press).
MONDAIN, G. (1910) *L'histoire des tribus de l'Imoro au XVIIe siècle d'après un manuscrit arabico--malgache* (Paris: Ernest Leroux).
MONTEIL, C. (1903) *Monographie de Djenné* (Tulle: lmprimerie J. Mazeyrie).
______. (1915) *Les Khassonké* (Paris: Leroux), 528 pp. (reimpressão em 1974).
______. (1924) *Les Bambara de Ségou et du Kaarta* (Paris: Larose), 404 pp; seg. ed., 1977 (Paris: Maisonneuve), 441 pp.
MONTEIL, C. (1932) *Une cité soudanaise, Djenné, métropole du delta central du Niger* (Paris: Société d'études géographiques, maritimes et coloniales); seg. ed., 1971 (Paris: Anthropos).
MONTI DELLA CORTE (1945) *I Castelli di Gondar* (Rome).
MORGAN, W. T. W. (ed.) (1969) *East Africa: lts People and Resources* (Nairobi: OUP, in association with O. A. Hawkins), 312 pp.
MORRIS, A. (1981) *Latin America: Economic Development and Regional Differentiation* (London: Hutchinson), 256 pp.
MORS, O. (1957) *Geschichte der Bahaya* (Fribourg: Anthropos), 207 pp.
MORTIMORE, M. J. (ed.) (1970) *Zaria And lts Region* (Zaria: Ahmadu Bello University, Occasional Paper N. 4), 192 pp.

MORTON, R. F. (1972) "The Shungwaya myth of Miji Kenda origins: a problem of late nineteenth--century coastal history", *IJAHS,* 5, pp. 397-423.
MOURA, C. (1959) *Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas* (São Paulo: Editora Zombi), ed., 1972 (Rio de Janeiro: Conquista).
MPHANDE, C. Z. (1969) "Some aspects of the history of the Tonga to 1934" (student research paper, Chancellor College, University of Malawi).
MPOYI, L. M. (1966) *Histoire wa Baluba* (Mbuyi-Mayi).
MSISKA, H. K. (1978a) "Established on iron and undermined by ivory: the creation and fragmentation of the Mwaphoka kingdom, c.1380-c.1810" (student research paper, Chancellor College, University of Malawi).
______. (1978b) "Phoka historical texts" (Chancellor College, University of Malawi, não publicado).
MUDENGE, S. I. (1972) "The Rozvi empire and the feira of Zumbo" (Tese de Doutoramento, University of London).
______. (1974a) "An identification of the Rozvi and its implications for the history of the Karanga", *RH,* 5, pp. 19-31.
______. (1974b) "The role of foreign trade in the Rozvi empire: a reappraisal", *JAH,* 15, 3, pp. 373-91.
______. (1976) "The Dominicans at Zumbo: an aspect of missionary history in the Zambeze valley, *c.* 1726-1836", *Mohlomi,* I, pp. 32-63.
______. (1977) "Eighteenth-century Portuguese settlements on the Zambeze and the dating of the Rhodesian ruins: some reflections on the problems of reference dating", *IJAHS,* 10, 3, pp.1-13.
MURDOCK, J. P. (1959) *Africa: Its Peoples and their Culture History* (New York: McGraw-Hill), 456 pp.
MURIUKI, G. (1974) *A History of the Kikuyu, 1500-1900* (Nairobi: OUP), 190 pp.
MURRAY, S. S. (comp.) (1922) *A Handbook of Nyasaland* (London: published for the Government of Nyasaland by the Crown Agents for the Colonies).
MUSAMBACHIME, M. (1976) "Changing roles: the history and development disintegration of Nkuba's Shila State to 1740" (Dissertação de Mestrado, University of Wisconsin, Madison).
MUTETWA, R. G. (1976) "The political and economic history of the Duma people of south-eastern Rhodesia from the early eighteenth century to 1945" (Tese de Doutoramento, University of Rhodesia).
MUTUMBA, M. (1973) *Bulozi under the Luyana Kings. Political Evolution and State-Formation in Pre-Colonial Zambia* (London: Longman), 278 pp.
MWAIPAPE, R. J. (1982) "History and social customs of the Ngonde of northern Malawi" (manuscrito não publicado).
MWANZI, H. A. (1973) "Politics and religion among the Nandi in the nineteenth and early twentieth century" (Seminar paper, Department of History, Nairobi University).
______. (1977) *A History of the Kipsigis* (Nairobi: EALB), 171 pp. Mworoha, E. (1977) *Peuples et rois de l' Afrique des lacs* (Dakar: NEA), 352 pp.
MWOROHA, E. (1981) "Redevances et prestations dans les domaines royaux du Burundi précolonial", *Mélanges R. Mauny. Le sol, la parole et l'écrit: 2000 ans d'histoire africaine* (Paris: SFHOM), pp. 751-68.
NACANABO, D. (1982) "Le Royaume maagha de Yoko" (Tese de Doutoramento, Universidade de Paris I).
NACHTIGAL, G. (1874) "Zur Geschichte Bagirmis", *Zeitschrift der Gesellschaft für Erdkunde zu Berlin* (Berlin: D. Reimer).
______. (1876) *Le voyage de Nachtigal au Ouadai: Traduction de Van Vollenhoven* (Paris).
______. (1879/1881/1971-4) *Sahara und Sudan: Ergebnisse Sechsjähriger Reisen in Afrika,* vol. I (Berlin: Weidmann), 749 pp.; vol. 2 (Berlin: Weidmann), 790 pp.; vol. 3 (Leipzig: F. A. Brockhaus), 548 pp.; trad. francesa, *Sahara et Soudan,* de J. Gourdault, 1881 (Paris: Hachette); reimpressão completa, 1967 (Graz: Akademie Drüker); trad. inglesa, *Sahara and Sudan,* de A. G. B. Fisher e H. J. Fisher do vol. I, Fezzan e Tibesti, e vol. 3, Wadai e Darfur 1971, 1974 (London: C. Hurst).

NA-DAMA, G. (1977) "The rise and collapse of a Hausa state: a social and political history of Zamfara" (Tese de Doutoramento, Ahmadu Bello University, Zaria).
NAHIMANA, F. (1981) "Les principautés hutu du Rwanda septentrional", *CCB,* pp. 115-37.
NALDER, L. F. (ed.) (1937) *A Tribal Survey of Mongala Province* (London: OUP), 232 pp.
AL-NAQAR, U. (1972) *The Pilgrimage Tradition in West Africa* (Khartoum: KUP).
NĀSIR, A. (1977) *Al-Inkishafi:Catechism of a Soul,* tradução e anotações de J.. de Vere Allen (Nairobi: EALB).
AL-NĀSIRĪ, A. (1954-6) *Kitab al-Istiksa li-akhbar al-Maghrib al-Aksa* (9 vols., Casablanca); também (Cairo) 1894; ver também trad. francesa part I: "Les Saadiens", *Archives marocaines,* 34.
NDIKURIYO, A. (1975) "Contrats de bétail, contrats de clientèle et pouvoir politique dans le Bututsi du 19e siècle", *EHA,* 7, pp. 59-76.
NDORICIMPA, L. (ed.) (1984) *L'arbre mémoire. Traditions orales du Burundi* (Paris/Bujumbura: Editions Karthala/Centre de Civilisation Burundaise).
N'DUA, S. K. (1973) "Mwant Yaav Mushid (1856-1907)", *EHA,* 5, pp. 25-50
______. (1978) "Histoire ancienne des populations Luba et Lunda du Plateau du Haut Lubilashi" (Tese de Doutoramento, Lubumbashi Campus).
NEUMARK, S. D. (1957) *Economic influences on the South African Frontier, 1652- 1836* (Stanford: SUP), 96 pp.
NEWBURY, C. W. (1976) "The cohesion of oppression: a century of clientship in Kinyaga, Rwanda" (Tese de Doutoramento, University of Wisconsin, Madison).
______. (1978) "Bushi and the historians: historiographical themes in Eastern Kivu", *HA, 5,* pp. 131-51.
______. (1979) "Kings and clans: state formation in Ijwi island (Zaire), *c.*1780-1840" (Tese, University of Wisconsin, Madison).
______. (1980) "Lake Kivu regional trade in the XIXth century", *JA*, 50, 2, 2, pp. 6-30.
______. (1981) "The clans of Rwanda: a historical hypothesis", *CCB,* pp. 186-97.
NEWITT, M. D. D. (1973) *Portuguese Settlement on the Zambeze: Exploration, Land Tenure and Colonial Rule in East Africa* (London: Longman), 434 pp.
______. (1982) "The early history of the Maravi", *JAH,* 23, 2, pp. 145-62.
NGANWA, K. N. (1948) *Abakozire Eby' Okutangaaza Omuri Ankole* (Nairobi: EALB).
NGOA, H. (1969) "Situation historico-généalogique des Ewondo: étude critique", *Abbia,* 22, maio--agosto, pp. 65-88.
______. (1981) *Tentative de reconstitution de l'histoire récente des Ewondo.*
NGOIE NGALLA D. (1978) "Réflexions sur le peuplement de la vallée du Niari par les Kongo", *CCAH,* 2, pp. 13-25.
______. (1982) "Les rapports politiques du royaume de Loango et de la vallée du Niari, d'après les textes et la tradition orale (XVle-XIXe siècles)", *CCAH,* 7, pp. 25-32.
NIANE, D. T. (1975a) *Recherches sur l'empire du Mali au Moyen-Age* (Paris: PA).
______. (1975b) *Le Soudan occidental au temps des grands empires, XIe-XVIe siècles* (Paris: PA).
______. (ed.) (1984) *General History of Africa. Vol. IV: Africa from the Twelfth to the Sixteenth century* (Paris/London/Berkeley: UNESCO/Heinemann/University of California Press).
NIANE, D. T. e Wondji, C. (?) *Enquêtes orales faites en Côte d'Ivoire (1973-1980) et en Guinée (1966-1970).*
NICHOLSON, S. E. (1978) "Climatic variations in the Sahel and other African regions during the past five centuries", *JAH,* I.
NICHOLSON, S. E. (1979) "The methodology of historical climate reconstruction and its application to Africa", *JAH*, 20, 1, pp. 31-49.
NICOLAS, G. (1975) *Dynamique sociale et appréhension du monde au sein d'une société hausa* (Paris: Institut d'ethnologie, Travaux et mémoires de l'Institut d'ethnologie, N. 78), 661 pp.
NICOLAS, G. (?) "The question of Gobir", in M. Adamu (ed.), (?).
NKHOMA, J. B. C. (1978) "Immigrant politics and the Mankhambira paramountey, c.1720-1820" (student research paper, Chancellor College, University of Malawi).

NKURIKIYIMFURA, J. N. (1983) "Généalogies, chronologie et sources orales au Rwanda" (Tese de Doutoramento, Paris).
NORTH, D. C. (1961) *The Economic Growth of the United States, 1790-1860* (Englewood Cliffs, N. J.: Prentice Hall), 304 pp.
______. (1981) *Structure and Change in Economic History* (New York: Norton).
NORTH, D. C. e THOMAS, R. P. (1970) "An economic theory of the growth of the Western world", *EHR,* 2nd series, 22, 1, pp. 1-17.
______. (1973) *The Rise of the Western World: A New Economic History* (Cambridge: CUP).
NORTH-COOMBES, A. (1937) *The Evolution of Sugarcane Culture in Mauritius* (Port Louis, Mauritius: General Printing).
NORTHRUP, D. (1978) *Trade Without Rulers: Precolonial Economic Development in South-Eastern Nigeria* (Oxford: Clarendon Press), 269 pp.
NSANZE, A. (1980) *Un domaine royal au Burundi: Mbuye (env. 1850-1945)* (Paris: SFHOM), 93 pp.
NSIMBI, M. B. (1956) *Amannya Amaganda N'Emnono Zaago* (Kiganda names and their origins) (Nairobi: EALB).
NTHARA, S. J. (1968) *Mbiri ya Achewa* (Blantyre: Hetherwick Press); (edição anterior, 1948).
NUKUNYA, C. K. (1969) *Kinship and Marriage among the Ewe* (London: Athlone Press).
NURSE, G. T. (1977) "The people of Bororo: a lexicostatistical enquiry", in B. Pachai (ed.), pp. 123- 35.
NYAKATURA, J. W. (1947/1973) *Abakama ba Bunyoro-Kitara*; trad. T. Muganwa e ed. G. N. Uzoigwe como *Anatomy of an African Kingdom*, 1974 (New York: Nok Publishers Ltd.), 282 pp.
NYAKATURA, J. W. (1971) *Aspects of Bunyoro Customs and Traditions* (Nairobi: EALB), 117 pp.
NZIZIWE, I. (1972) *Studies in Ibo Political Systems: Chieftaincy and Politics in Four Niger States* (London: Frank Cass), 287 pp.
OBAYEMI, A. (1976) "The Yoruba and Ebo-speaking peoples and their neighbours before 1600", in J. F. A. Ajayi e M. Crowder (eds.), seg. ed., pp. 196-263.
OBENGA, T. (1969) "Le royaume de Kongo", *Africa,* 24, pp. 323-48.
______. (1970) "Le Kikongo, fondement de l'unité culturelle", *Africa,* 25, pp. 131-55.
______. (1976) *La cuvette congolaise: Les hommes et les structures* (Paris: PA).
______. (1979) "Habillement, cosmétique et parure au royaume de Kongo, (XVe-XVIIIe siècles)", *CCAH,* 4, pp. 21-38.
______. (1981) "Instruments de musique au royaume de Kongo, (XVIe-XVIIIe siècles)", *CCAH,* 6, pp. 39-56.
OCAMALI, T. J. (1970) "A pre-colonial history of the highland Alur" (ensaio, Makerere).
OCHIENG', W. R. (1970) "Walowa – The ironworkers of East Africa", *Target,* March.
______. (1974a) *A Pre-Colonial History of the Gusii of Western Kenya, 1500-1914* (Nairobi: EALB), 257 pp.
______. (1975b) *An Outline History of Nyanza up to 1914* (Nairobi: EALB), 104 pp.
______. (1975a) *The First Word* (Nairobi: EALB), 195 pp.
______. (1975b) *Eastern Kenya and its Invaders* (Nairobi: EALB), 104 pp.
______. (1975c) *A History of the Kadimo Chiefdom of Yimbo in Western Kenya* (Nairobi: EALB), 78 pp.
______. (1975d) "Undercivilization in Black Africa", in W. R. Ochieng' (ed.), 1975a, pp. 1- 20.
______. (1976) "The transformation of a Bantu settlement into a Luo Ruothdom", in B. A. Ogot (ed.), 1976a, pp. 44-64.
______. (1977) *The Second Word: More Essays on Kenya History* (Nairobi: KLB).
ODYOMO, P. (?) "Consensus and leadership in the Alido confederacy in nineteenth-century Lango", in D. Denoon (ed.).
O'FAHEY, R. S. (1970) "The growth and development of Keeraa Sultanate of Darfur" (Tese de Doutoramento, University of London).
______. (1970) *States and State Formation in the Eastern Sudan* (Khartoum: Sudan Research Unit, University of Khartoum, African Studies Seminar Paper, N. 9).
______. (1971) "Religion and trade in the Kayra Sultanate of Darfur", in Y. F. Hasan (ed.), *Sudan in Africa* (Khartoum: KUP), pp. 87-97.
______. (1980) *State and Society in Darfur* (London: Hurst).

O'FAHEY, R. S. e SPAULDING, J. L. (1974) *The Kingdoms of the Sudan* (London: Methuen), 235 pp.
OGOT, B. A. (1963) "British administration in the central Nyanza district of Kenya", *JAH,* 4, 2, pp. 249-73.
______. (1967) *A History of the Southern Luo, Vol. I: Migration and Settlement, 1500-1900* (Nairobi: EAPH), 250 pp.
______. (ed.) (1974) *Zamani* (Nairobi: EAPH and Longman), 407 pp.
______. (ed.) (1976a) *History and Social Change in East Africa* (Nairobi: EALB), 235 pp.
______. (ed.) (1976b) *Kenya Before 1900* (Nairobi: EAPH), 291 pp.
OGOT, B. A. e KIERAN, J. A. (1971) *Zamani: A Survey of East African History* (Nairobi: EAPH); nova ed. de B. A. Ogot, 1974, 407 pp.
OGWAL, R. (1969) *History of Lango Clans,* trad. J. A. Otima e W. Okot-Chono (Makerere: History Department).
OKALANY, D. H. (?) "The Iteso: migration and developing institutions", in J. B. Webster (ed.), *Uganda Before 1900,* vol. I.
OKECH, L. (1953) *Tekwaro ki ker Lobo Acholi* (Kampala: EALB); trad. J. Nyeko, *History and Chieftaincy Records of the Land of the Acholi People*, 1968 (Makerere: History Department).
OLIVER, R. (ed.) (1977a) *The Cambridge History of Africa, vol.* 3: *From c.1050 to c.1600* (Cambridge: CUP), 803 pp.
______. (1977b) "The East African interior", em R. Oliver (ed.), pp. 621-69.
______. (1982) "The Nilotic contribution to Bantu Africa", *JAH,* 23, pp. 433-42.
OLIVER, R. e FAGE, J. D. (1962) *A Short History of Africa,* seg. ed. 1970 (Harmondsworth: Penguin).
OLIVER, R. e MATHEW, G. (eds.) (1963) *A History of East Africa,* vol. I (Oxford: Clarendon Press), 500 pp.
OLOO, P. C. (1969) "History of settlement: the example of Luo clans of Alego: 1500-1918" (Dissertação, Nairobi University).
ONYANGO-KA-ODONGO e WEBSTER, J. B. (eds.) (1976) *The Central Luo during the Aconya* (Nairobi: EALB).
ORHANLU, C. (1969) "Osmani-Bornu Munasebetine al belger", *Tarikh Dergisi,* 23, trad. S. E. Brown como "Documents relating to Ottoman-Borno relations".
______. (1974) *Osmanli Imparatorlugu'num güney si yaseti Habes eyalati* (Istanbul: University of Istanbul).
ORTIZ, F. (1916) *Hampa afro-cubana: los negros esclavos* (Havana: Revista Bimestre Cubana).
OTIMA, J. A. (?) "The Atek of Oumolao in Aputi", in J. B. Webster (ed.), *Uganda Before 1900,* I.
OTT, T. O. (1973) *The Haitian Revolution* (Knoxville: UTP), 232 pp.
OZANNE, P. (1962) "Notes on the early historic archaeology of Accra", *THSG,* 6, pp. 51-70.
PACHAI, B. (ed.) (1972) *The Early History of Malawi* (London: Longman), 454 pp.
______. (1973) *Malawi: A History of the Nation* (London: Longman), 324 pp.
PACHECO PEREIRA, D. (1937) *Esmeraldo de Situ Orbis, 1506-1508,* trad. e ed. G. H. T. Kimble (London: Hakluyt Society, 2nd series, vol. 79), 193 pp.
PAGEARD, R. (1957) *Notes sur l'histoire des Bambara de Ségou* (Paris)
______. (1963) *Civilisation mossi et Egypte ancienne* (Geneva: Institut africain).
______. (1969) *Le Droit privé des Mossi – Traditions et révolution,* vols. 1 e 2 (Paris/Ouagadougou: CNRS/CVRS).
PAGÈS, A. (1933) *Au Rwanda, sur les bords du lac Kivu: Un royaume hamite au centre de l' Afrique* (Brussels: Institut royal colonial belge), 703 pp.
PAIS, P. (1945-6) *História da Etiópia* (Porto: Libraria Civilização), 3 vols.
PALMER, C. A. (1976) *Slaves of the White God: Blacks in Mexico, 1570-1650* (Cambridge, Mass: HUP), 234 pp.
PALMER, H. R. (1936) *The Bornu, Sahara and Sudan* (New York: Negro University Press), 296 pp.
______. (1967) *Sudanese Memoirs* (London: Frank Cass), 373 pp.
PALMER, R. e PARSONS, N. (eds.) (1977) *The Roots of Rural Poverty in Central and Southern Africa* (London: Heinemann).
PANIKKAR, K. M. (1945) *India and the lndian Ocean* (London: Allen & Unwin), 109 pp.

PAPSTEIN, R. J. (1978) "The Upper Zambeze: a history of the Luvale people, 1000-1900" (Tese de Doutoramento, University of California, Los Angeles).
PARIS, F. (ed.) (1984) "La région d'In Gall-Tegi-en-Tesemt (Niger) III: Les sépultures du néolithique final à l'Islam", *EN,* vol 50, 233 pp.
PARK, M. (1799) *Travels in the Interior Districts of Africa. … in the years 1795, 1796 e 1797* (London: G & W. Nicol).
PARRINDER, E. G. (1967) *The Story of Ketu* (Ibadan: IUP).
PATTERSON, K. D. (1975) *The Northern Gabon Coast to 1875* (Oxford: Clarendon Press), 167 pp.
PAULITSCHKE, P. V. (1888) *Harar* (Leipzig: Brockhaus).
PEIRES, J. B. (1981) *The House of Phalo: A History of the Xhosa People in the Days of their Independence* (Johannesburg: Raven Press).
PÉLISSIER, P. (1966) *Les paysans du Sénégal: les civilisations agraires du Cayor à la Casamance* (Saint-Yrieix, Haute-Vienne: Imprimerie Fabrègue), 941 pp.
PELLEGRINI, V. (1963/1972) *Acoli Macon* (Gulu); trad. C. Okeng como *A History of the Acholi* (History Department, Makerere University).
PERCHONOCK, N. (?) "The territorial principle and the evolution of social organization in Kasar Hausa before 1500", in M. Adamu (ed.) (?).
PERLMAN, M. L. (1970) "The traditional systems of stratification among the Ganda and the Nyoro of Uganda", in A. Tuden e Plotnicov (eds.), *Social Stratification in Africa* (London: Macmillan), pp. 125-62.
PERROT, C. H. (1970) "L'histoire dans les royaumes Agni de l'est de la Côte d'Ivoire", *AESC,* 25, 6, pp. 1659-77.
______. (1974) "Ano Asemã: mythe et histoire", *JAH,* 15, 2, pp. 199-222.
______. (1982) *Les Anyi-Ndenye et le pouvoir politique aux XVIIIe et XIXe siècles* (Abidjan/Paris: CEDA)
PERRUCHON, J. (1893) *Les Chroniques de Zar'a ya' eqob et Ba'eda Maryam, rois d'Ethiopie de 1434 à 1478* (Paris: Bouillon).
______. (1894) "Règne de Galâdêwos ou Asnaf Sagad", *RS,* 2, pp. 154-166 e 263-270.
______. (1896) "Règne de Minas ou Admas Sagad. Règne de Sarsa Dengel ou Malak Sagad. Règnes de Ya'qob et Za Dengel", *RS,* 4, pp. 87-90.
______. (1897) "Règne de Susenyos ou Selttan Sagad", *RS,* 5, pp. 173-89.
______. (1897-8) "Règne de Fasiladas ou Alam Sagad", *RS,* 5, pp. 360-72; e 6, pp. 84-92.
______. (1901) "Règne de Iyassu Ier", *RS,* 9, pp. 71-8, 161-7 e 258-62.
PERRY, A. (1923) "Abram Hannibal, the favourite of Peter the Great", *JNH,* 8, 4, pp. 359-66.
PERSON, Y. (1961) "Les Kissi et leurs statuettes de pierre", *BIFAN,* 23, series B, vol I, pp. 1-59.
______. (1964) "En quête d'une chronologie ivoirienne", in J. Vansina, R. Mauny e L. V. Thomas (eds.), *The Historian in Tropical Africa* (Oxford: OUP), pp. 322-38.
______. (1970) "Le Soudan nigérien et la Guinée occidentale", in H. Deschamps (ed.), *Histoire générale de l'Afrique noire,* vol I, (Paris: PUF), pp. 271-304.
______. (1971) "Ethnic movements and acculturation in Upper Guinea since the fifteenth century", *AHS*, 4, 3, pp. 669-89.
______. (1972) *The Dyula and the Manding World* (London: SOAS, Conference on Manding Studies, duplicated).
______. (1974a) "La Sénégambie dans l'histoire", em R. C. Bridges (ed.), *'Senegambia: Proceedings of a Colloquium at the University of Aberdeen, African Studies Group'*, pp. 1-32.
PERSON, Y. (1974b) "The Atlantic coast and the southern savannahs, 1800-1880", in J. F. A. Ajayi e M. Crowder (eds.), *The History of West Africa,* vol. 2, pp. 262-307.
______. (1981) "Nyaani Mansa Mamadu et la fin de l'empire du Mali", in *Mélanges en hommage à R. Mauny.*
PESCATELLO, A. M. (1972) "The African presence in Portuguese India", *JAH,* 2, 1, pp. 26-48. Petterson, J. C. (1920) *Special Report on Uje District, Bornu Province* (Kaduna, Nigeria: National Archives, SNP), 69 pp.

PEUKERT, W. (1978) *Der atlantische sklaventandel von Dahomey (1740-1797)* (Wiesbaden: Steiner), 412 pp.
PHILLIPSON, D. W. (1974) "Iron Age history and archaeology in Zambia", *JAH,* 15, 1, pp, 1-25.
______. (1977) *The Later Prehistory of Eastern and Southern Africa* (London: Heinemann), 323 pp.
PHIMISTER, I. R. (1974) "Ancient mining near Great Zimbabwe", *JIMM,* 74, pp. 233-7.
______. (1976) "Pre-colonial gold mining in Southern Zambezia: a reassessment", *ASR,* 21, junho, pp. 1-30.
PHIRI, K. M. (1975a) "Chewa history in Central Malawi and the use of oral tradition, 1600-1920" (Tese de Doutoramento, University of Wisconsin).
______. (1975b) "Chewa history fieldnotes" (não publicado; cópias na University of Wisconsin Library and National Archives of Malawi).
______. (1976) "Pre-colonial economic change in Central Malawi, 1750-1875", *MJSS,* 5, pp. 15-27.
______. (1977) "The Maravi state system and Chewa political development about 1850" (History Teachers' Conference, Chancellor College, August), p. 9.
______. (1980) "The pre-colonial history of Southern Malawi: an interpretative essay", *MJSS, 8,* pp. 28-46.
PHIRI, K. M., VAUGHAN, M. e MAKULUNI, D. (1978) "Yao and Nyanja historical texts", vol. II (History Department, University of Malawi).
PIAULT, M. H. (1970) *Histoire Mawri: introduction à l'étude des processus constitutifs de l'Etat* (Paris: Editions du CNRS), 206 pp.
PICQ, COL. A. DU. (1905) "Les Tanala dc L'Ikongo", *Le Tour du Monde* (Paris), 18-25 de novembro, pp. 541-64.
______. (1932) "L'influence islamique sur une population malayo-polynésienne de Madagascar: Tanala", extract from *RTC,* 26, pp. 191-208, 266-79 e 370-401.
PIGAFETTA, F. de. (1591/1881/1970) *Relatione del Reame di Congo et delle circonvicine contrade tratta dalli, scritti e ragionamenti di Odoardo Lopez Portoghese* (Rome: B. Grassi), 82 pp; trad. inglesa de M. Hutchinson, *A Report of the Kingdom of Congo and the Surrounding Countries*, 1881 (London: John Murray), 175 pp; reimpressão em 1970 (London: Frank Cass).
PIKE, J. G. (1965) "Pre-colonial history of Malawi", *SMJ,* 18, 1, pp. 22-54
______. (1968) *Malawi: A Political and Economic History* (New York: Praeger)
PITOT, A. (1899) *Ile de France: Esquisses Historiques (1715-1810)* (Port-Louis, Mauritius: E. Pezzani), 447 pp.
______. (1905) *T'Eylandt Mauritius: Esquisses Historiques (1598-1710).*
PLANCQUAERT, M. (1971) *Les Yaka: essai d'histoire* (Tervuren: MRAC, Annales sciences humaines, vol. 71).
POGGE, P. (1880) *Im Reich des Muata Jamwo* (Berlin: D. Reimer).
POIRIER, C. (1953) "Généalogie des rois Maroserana du sud de l'Onilahy", *BAM,* new series, 31, pp.29-35.
POLLOCK, N. C. e AGNEW, S. (1963) *A Historical Geography of South Africa* (London: Longman), 242 pp.
PONCET, J. P. (1967) "Le mythe de la 'catastrophe' hilalienne", *AESC,* 22, pp. 1099-1120.
PORTER, D. H. (1970) *The Abolition of the Slave Trade in England, 1784-1807* (New York: Archon).
PORTER, R. (1974) "European activity on the Gold Coast, 1620-1667" (Tese de Doutoramento, University of South Africa).
POSNANSKY, M. (1974) "Archaeological aspects of the Brong Ahafo region" (Legon: Brong Studies Seminar).
POSNANSKY, M. (1981) "The societies of Africa south of the Sahara in the early iron age", in G. Mokhtar (ed.), pp. 718-31.
POSTAN, M. M. e HATCHER, J. (1975 e 1978) "Population and class relations in feudal society", *PP,* 75, pp. 37-47 e 78, pp. 24-37.

POTTER, J. (1965) "The growth of population in America, 1700-1800", in D. V. Glass e D. E. C. Eversley (eds.), pp. 631-88.
PRAX (1849) *Commerce de l'Algérie avec La Mecque et le Soudan* (Paris: J. Rouvier), 32 pp.
PRICE, R. (ed.) (1973) *Maroon Societies* (Garden City: Anchor).
______. (1976) *The Guiana Maroons: A Historical and Bibliographical Introduction* (Baltimore: JHUP), 184 pp.
PRIESTLEY, M. A. (1961a) "English gifts to the King of Ashanti in the 18th century", *GNQ*, 2, pp. 4-7.
______. (1961b) "The Ashanti question and the British", *JAH*, 2, 1, pp. 35-59.
______. (1969) *West African Trade and Coast Society* (London: OUP), 207 pp.
PRING, M. (?) *Fanno Mary O Fannadill.*
PROYART, A. (1776) *Histoire de Loango, Kakongo et autres royaumes d'Afrique* (Paris); reimpressão em 1968, (Gregg International), 393 pp.
PRUITT, W. F. (1973) "An independent people: the history of the Sala Mpasu of Zaire and their neighbors" (Tese de Doutoramento, Northwestern University, Evanston, III).
PURCHAS, S. (1613/1905-7) *Purchas: His Pilgrims* (London: W. Stansby), 752 pp.; edições posteriors incluem as de Hakluyt Society em 1905-7 (20 vols., Glasgow: J. MacLehose and Sons).
QUARLES, B. (1961) *The Negro in the American Revolution* (Chapel Hill: UNCP), 231 pp.
QUIRING, H. (1949) *Trade Routes, Trade and Currency in East Africa* (Livingstone: Rhodes--Livingstone Museum Occasional Paper).
RAFFENEL, A. (1846) *Voyage dans l' Afrique occidentale (1843-1844)* (Paris: Bertrand), 512 pp.
RAFIK, A. K. (1963) *Misr wa-Bilad al-Sham* (Damascus).
RAHMĀN, A. R. A. e MIKI, W. (1977) *The Village in Ottoman Egypt and Tokuga Japan – A Comparative Study* (Tokyo, Studia Culturae Islamicae N. 7, published by the Institute for the Study of Languages and Cultures of Asia and Africa), 106 pp.
RANDLES, W. G. L. (1958) "South-East Africa and the Empire of Monomotapa as shown on selected and printed maps of the 16th century", *Studia*, 2, pp. 103-63.
______. (1968) *L'ancien royaume du Congo, des origines à la fin du XIXe siècle* (Paris/The Hague: Mouton), 275 pp.
______. (1979) *The Empire of Monomotapa: From the Fifteenth to the Nineteenth Century* trad. inglesa de R. S. Roberts (Gweru: Mambo Press), pp. 38-55.
RANGER, T. O. (ed.) (1968a) *Aspects of Central African History* (London/Nairobi: Heinemann/EAPH), 291 pp.
______. (ed.) (1968b) *Emerging Themes of African History* (Nairobi: EAPH), 230 pp.
______. (1973) "Territorial cults in the history of Central Africa", *JAH*, 14, 4, pp. 581-97.
______. (1979) *Revolt in Southern Rhodesia, 1896-1897: A Study in African Resistance,* (London: Heinemann), 403 pp.
RANGER, T. O. e KIMAMBO, I. N. (eds.) (1972) *The Historical Study of African Religion* (London: Heinemann), 307 pp.
RASAMIMANANA, J. e RAZAFINDRAZAKA, L. (1909) *Contribution à l'histoire des Malgaches Fanasoavana ny Tantaran'ny Malagasy* (Ambohimalaza and Antananarivo); 1957 reprint, a-b, i-iii, pp. 1-45.
RATELBAND, K. (1953) *Vijf Dagregisters van het Kasteel Sao Jorge Da Mina (Elmina) aan de Goudkust (1645-1647)* Uitgegeven door... – Linschoten Vereeniging, V. LV (The Hague).
RATZEL, F. (1885) *Völkerkunde* (Leipzig), pp. 451-78.
RAU, V. (1966) "Les marchands – banquiers étrangers au Portugal sous le règne de Joao III (1521-1557)", in *Les aspects inlernationaux de la découverte océanique aux XVe et XVIe siècles* (Paris).
RAZAFIMINO, G. (1924) *La signification religieuse du Fandroana ou de la fête du nouvel an en Imerina* (Antananarivo).
REA, W. F. (1976) *The Economics of the Zambeze Missions, 1580-1759* (Rome: Institutum Historicum).

REDMOND, P. M. (at press) "Notes on the trade in dried fish in the Central Sudan", in M. Adamu (ed.), (?).
REEFE, T. Q (1975) "A History of the Luba Empire to 1895" (Tese de Doutoramento, University of California, Berkeley).
______. (1977) "Traditions of genesis and the Luba Diaspora", *HAJM,* 4, pp. 183-206.
______. (1980) "The eastern savanna of Central Africa and Northern Zambezia to the 1890s" (Paper presented to the Conference on the Social, Political and Economic History of Central Africa, University of Kent, Canterbury, 7-11 July).
______. (1981) *The Rainbow and the Kings: A History of the Luba Empire to 1891* (Berkeley: UCP), 286 pp.
REHSE, H. (1910) *Kiziba: Land und Leute* (Stuttgart), trad. de Mrs. Denne como *Kiziba: land and people* (?), 394 pp.
REINDORF, C. C. (1898/1966) *The History of the Gold Coast and Asanti* (Basle: Kegan Paul, Trench, Trübner & Co); reimpressão em 1966 (Accra: GUP), 349 pp.
RENNIE, J. K. (1972) "The precolonial kingdom of Rwanda: a reinterpretation", *TJH,* 2, 2, pp. 11- 53.
REPIQUET, J. (1902) *Le Sultanat d'Anjouan, îles Comores* (Paris).
REY-HULMAN, D. (1975) "Les dépendants des maîtres tyokossi pendant la période pré-coloniale", in C. Meillassoux (ed.), pp. *297-320.*
RICCI, L. (1969-71) "La 'Vita' di 'enbāqom e di Yohannes abbati di Dabra Libānos di Scioa", *RSE,* 23, pp. 79-220 e 24, pp. 134-232.
RICHARD-MOLARD, J. (1949) *Afrique occidentale française* (seg. ed., Paris: Editions Berger-Levrault).
RICHTER, F. (1899) "Der Bezirk Bukoba", *Mitteilungen von Forschungsreisenden und Gelehrten aus den deutschen Schutzgebieten,* 12, pp. *67-105.*
RINCHON, R. F. D. (1929) *La traite et l'esclavage des Congolais par les Européens: Histoire de la déportation de 13 millions 250.000 Noirs en Amérique* (Brussels: Wetteren), 306 pp.
______. (1964) *Pierre Ignace Liévin van Alstein, capitaine négrier: Gand, 1733 – Nantes, 1793* (Dakar: IFAN, Mémoire N. 71), 452 pp.
RITA-FERREIRA, A. (1966) *Os Chevas da Macanga* (Lourenço Marques).
RITCHIE, C. I. A. (1968) "Deux textes sur le Sénégal, 1673-1677", *BIFAN,* 30, Séries B, N. 1, pp. 289-353.
ROBERTS, A. D. (ed.) (1968a) *Tanzania Before 1900* (Nairobi: EAPH), 162 pp.
______. (1968b) "The Nyamwezi", in A. D. Roberts (ed.), 1968(a), pp. 117-50.
______. (1970a) "Chronology of the *Bemba*", *JAH,* 2, 2, pp. 221-40.
______. (l970b) "Pre-colonial trade in Zambia", *ASR,* 10, pp. 715-37.
______. (1970c) "Nyamwezi trade", in R. Gray e O. Birmingham (eds.), pp. 39-74.
______. (1973) *A History of the Bemba: Political Growth and Change in North-Eastern Zambia Before 1900* (London: Longman), 420 pp.
______. (1976) *A History of Zambia* (London: Heinemann), 288 pp,
ROBINSON, D. (1975) "The Islamic revolution of Futa Toro", *IJAHS,* 8, 2, pp. 185-221.
ROBINSON, K. R. (1966) "A preliminary report on the recent archaeology of Ngonde, Northern Malawi", *JAH,* 7, 2, pp. 178-92.
______. (1972) "The Iron Age in Malawi: a brief account of recent work", in B. Pachai (ed.), pp. 54-72.
ROBINSON, K. R. e Sandelowsky, B. (1968) "The Iron Age of Northern Malawi: recent work", *Azania,* 3, pp. 107-46.
ROCHE, C. (1976) *Conquête et résistance en Casamance* (Dakar: NEA).
RODEGEM, F. M. (1964) *Onomastique rundi* (Bujumbura, mimeograph).
RODNEY, W. (1967a) *West Africa and the Atlantic Slave Trade* (Nairobi: EAPH, Paper No. 2), 28 pp.
______. (1967b) "A reconsideration of the Mane invasions of Sierra Leone", *JAH,* 8, 2, pp. 219- 46
______. (1968) "Jihad and social revolution in Futa Djalon in the eighteenth century", *JHSN,* 4, 2, pp. 269-84.

RODNEY, W. (1969a) "Gold and slaves on the Gold Coast", *THSC*, 10, pp. 13-28.
______. (1969b) "Upper Guinea and the significance of the origins of Africans enslaved in the New World", *JNH*, 54, 4, pp. 327-45.
______. (1970a) "The historical roots of economic underdevelopment" (trabalho apresentado em (dezembro) 1970 na Universities of East Africa Social Science Conference, Dar es Salaam).
______. (1970b) *A History of the Upper Guinea Coast, 1545-1800* (Oxford: Clarendon Press), 283 pp.
______. (1972) *How Europe Underdeveloped Africa* (Dar es Salaam/London: TPH and Bogle L'Ouverture), 316 pp.
______. (1975) "Africa in Europe and the Americas", in J. D. Fage e R. Oliver (eds.), *The Cambridge History of Africa,* vol. 4 (Cambridge: CUP), pp. 578-651.
ROHLFS, C. (1875) *Quer durch Afrika* (2 vols., Leipzig: Brockhaus).
ROPER, T. (1963) "The rise of Christian Europe", *The Listener,* 28 de novembro, p. 871.
ROSS, R. (1975) "The 'White' population of the Cape colony in the eighteenth century", *PS, 29.*
______. (1976) *Adam Kok's Griquas: A Study in the Development of Stratification in South Africa* (Cambridge: CUP, African Studies Series N. 21), 194 pp.
ROSS, R. (1978) "Patterns of relationships between agriculturalists and pastoralists in Southern Africa" (Paper presented at the Conference on the Iron-using Bantu-speaking Population of Southern Africa before 1800, Leiden, September).
ROSSI, E. (1936) "La Cronaca Araba Tripolitana di Ibn Galboun", *SSL, 3.*
______. (1968) *Storia di Tripoli e della Tripolitania* (Rome: Istituto per l'Oriente).
ROTBERG, R. e MAZRUI, A. (eds.) *Protest and Power in Black Africa* (New York: OUP), 1274 pp.
ROUT, L. B. Jr. (1976) *The African Experience in Spanish America, from 1502 to the Present Day* (Cambridge: CUP), 404 pp.
RUBIN, V. e TUDEN, A. (eds) (1977) *Comparative Perspectives on Slavery in New World Plantation Societies* (Annals of the New York Academy of Science, Vol. 292).
RUGOMANA, J. (1957) "Le roi du pays rundi et les hommes qui y sont venus les premiers", *Zaire,* 11, 6, pp. 625-36.
RWABUKUMBA, J. e MUDANDAGIZI, V. (1974) "Les formes historiques de la dependance personnelle dans l'état rwandais", *CEA,* 53, pp. 6-25.
RYAN, V. M. (1864) *Mauritius and Madagascar* (London: Seeley, Jackson and Halliday), 340 pp.
RYDER, A. F. C. (1964) "A note on Afro-Portuguese ivories", *JAH,* 5, pp. 363-5.
______. (1965a) *Materials for West African History in Portuguese Archives* (London: Athlone Press), 92 pp.
RYDER, A. F. C. (1965b) "Portuguese and Dutch in West Africa before 1800", in J. F. A. Ajayi e I. Espie (eds.), pp. 212-32.
______. (1969) *Benin and the Europeans, 1485-1897* (London: Longmans), 372 pp.
SA'AD, A. (1977) *Lamibe of Fombina* (Oxford: Asian Broadeasting Union).
AL-SA'DĪ, 'ABD AL-RAHMĀN B. 'ABD ALLĀH (1656) *Ta'rikh al-Sudan;* ed. O. Houdas e E. Benoist, 1898; trad. francesa de O. Houdas, 2 vols., 1900 (Paris: Leroux); trad. rev. em 1964 (Paris: Maisonneuve et Larose), 540 pp.
SAHLI, K. R. (1977) "Kathaiq'an al-Maghrab al-'Uthmani" (Documentos relativos a Ottoman's Maghrib), *RHM,* 7-8, January, Arab section, pp. 40-60.
SAHLINS, M. (1972) *Stone-Age Economics* (Chicago: Aldine-Atherton), 348 pp; seg. ed., 1974 (London: Tavistock).
SAIGNES, M. A. (1967) *Vida de los esclavos en Venezuela* (Caracas: Hesperides).
SAINT-GERRAIS de (1736) *Mémoires historiques qui concernent le gouvemement de l'ancien et du nouveau Royaume de Tunis, avec des réflexions sur la conduite d' un Consul, et un détail du commerce...* (Paris: Ganeau Fils).
SALEY, M. (1982) "Les états tsotsebaki des origines au XIXe siècle" (Dissertação de Mestrado, University of Niamey).
SALIFOU, A. (1971) *Le Damagaram ou Sultanat de Zinder au XIXe siècle.* (Niamey: IRSH, *EN*, vol. 27), 320pp.

SALIM, A. I. (1973) *The Swahili-speaking Peoples of Kenya' Coast, 1895-1965* (Nairobi: EAPH), 272 pp.
______. (1980) "Kenya, Muslims" in *Encyclopedia of Islam,* nova ed. (Leiden/Paris: Brill/Maisonneuve et Larose).
SALISBURY, R. F. (1962) *From Stone to Steel* (Melbourne: Melbourne University Press/CUP).
SANDERS, E. (1969) "The hamitic hypothesis: its origin and functions in time perspective", *JAH* 10, 4, pp. 521-32.
SANTANDREA, F. (1964) *A Tribal History of the Western Bahr el-Ghazal* (Bologna: Editrice Nigrizia), 345pp.
______. (1981) *Ethno-Geography of the Bahr el-Ghazal (Sudan): An Attempt at a Historical Reconstruction* (Bologna: Editrice Nigrizia).
SANTOS, J. dos (1609/1895) *Ethiopia Oriental,* 1895 edn (2 vols, Lisbon).
______. (1901) "Ethiopia Oriental", in G. M. Theal (ed.), 1898-1903, vol. 7, pp. 1-182 (em português); pp. 183-370 (trad. inglesa).
______. (1969) "The crisis of development theory and the problem of dependence in Latin America", in H. Bernstein (ed.), pp. 57-80.
SARGENT, R. A. (1979) "The generations of turmoil and stress: a proliferation of states in the northern interlacustrine region c. 1544-1625", in J. B. Webster (ed.), 1979 (a), pp. 231-61.
SARKAR, J. (1919) *History of Aurangzib* (Calcutta/London: Longmans, Green & Co.).
SAUTER, R. (1963) "Où en est notre connaissance des églises rupestres d'Ethiopie?", *AE,* 5, pp. 235- 92.
SAUTTER, G. (1966) *De l' Alantique au fleuve Congo, une géographie du sous-peuplement* (Paris: Imprimerie nationale), 1102 pp.
SAVARON, C. (1928 e 1931) "Contribution à l'histoire de l'Imerina", *BAM,* new series, II, pp. 61-81 e 14, pp. 57-73.
SAXON, D. E. (1982) "Linguistic evidence for the eastward spread of Ubanguian peoples", in C. Ehret e M. Posnansky (eds.), pp. 66-77.
SCELLE, G. (1906) *La traite nègrière aux Indes de Castille* (2 vols, Paris: L. Larose e L. Tenin).
SCHEBESTA, P. (1952) *Les pygmies du Congo belge* (Brussels: Verhandelingen), 432 pp.
SCHECHTER, R. E. (1976) *"History* and historiography on a frontier of Lunda expansion: the origins and early development of the Kanongesha" (Tese, University of Wisconsin, Madison).
______. (1980) "Apropos the drunken king: cosmology and history", in J. C. Miller (ed.), pp. 108-25.
SCHLEICHER, A. W. (1893) *Geschichte der Galla* (Berlin: T. Fröhlich).
SCHIMIDT, P. (1978) *Historical Archaeology: A Structural Approach to an African Culture* (Westport Connect.: Greenwood Press), 365 pp.
SCHOLFELEERS, M. J. (1968) "Symbolic and social aspects of spirit worship among the Mang'anja" (Tese de Doutoramento, Oxford University).
______. (1972a) "The meaning and use of the name 'Malawi' in oral traditions and pre-colonial documents", in B. Pachai (ed.), pp. 93-106.
______. (1972b) "The historical and political role of the M'bona cult among the Mang'anja", in T. O. Ranger e I. N. Kimambo (eds.), pp. 73-94.
______. (1973) "Towards the identification of a proto-Chewa culture: a preliminary contribution", *MJSS,* 2, pp. 47-60.
______. (1976) "The Nyau societies: our present understanding", *SMJ,* 29, I, pp. 59-68.
______. (ed.) (1979a) *Guardians of the Land; Essays on Central African Territorial Cults* (Gweru: Mambo Press).
______. (1979b) "The Chisumphe and M'bona cults in Malawi: a comparative history", in M. J. Schoffeleers (ed.), 1979 (a), pp. 147-86.
______. (1980) "Trade, warfare and social inequality: the case of the lower Shire Valley of Malawi, 1590-1622 A. D.", *SMJ,* 33,2, pp, 1-24.
SCHOVE, D. J. (1973) "African droughts and the spectrum of time", in D. Dalby e R. J. H. Church (eds.), *Droughts in Africa* (London: IAI), pp. 38-53; seg. ed., 1977.

SCHUMACHER, P. (1949) "Urundi", *Aequatoria,* 12, pp, 129-32.
SCHUMACHER, P. (1958) *Ruanda* (Fribourg: Anthropos), 1300 pp.
SCHUTTE, G. (1979) "Company and colonists at the Cape", in R. Elphick e H. Giliomee (eds.), pp. 173-210.
SCHWARTZ, S. B. (1970) "The 'Macambo': slave resistance in colonial Bahia", *JSH,* 3, 4.
______. (1977) "Resistance and accommodation in eighteenth-century Brazil: the slaves' view of slavery", *HAHR,* 57, February.
SCHWEINFURTH, G. (1873) *The Heart of Africa: Three Years' Travels and Adventures in the Unexplored Regions of Central Africa, 1886-71* (2 vols, London: Low, Marston, Low & Searle).
SÉKOU-BAMBA, M. (1978) "Bas-Bandama precolonial" (Tese de Doutoramento, Universidade de Paris).
SELIGMAN, C. G. (1957) *Races of Africa;* terceira ed. (London: Butrerworrh), 236 pp.
SÉRÉ de RIVIÈRES, E. (1965) *Histoire du Niger* (Paris: Berger-Levrault), 311 pp.
SERJEANT, R. B. (1963) *The Portuguese of the South Arabian Coast: Hadrami Chronicles with Yemeni and European accounts of Dutch Pirates of Mocha in the Seventeenth Century* (Oxford: Clarendon Press).
______. (1966) "South Arabia and Ethiopia – African elements in the south Arabian population", in *Proceedings of the Third International Conference of Ethiopian Studies* (Rome).
______. (1967) "Société et gouvernments en Arabie du Sud", *Arabia,* 14 October.
AL-SHĀRQAWĪ, M. (1957) *Misr fi 'l-qarn al-thamin 'ashar* (Egypt in the 18th century) (3 vols., Cairo).
SHAW, REV, G. A. (1893 e 1894) "The Arab element in South-East Madagascar", *AA,* 5, pp. 99-109 e 6, pp. 205-10.
SHAW, S. J. (1962a) *The Financial and Administratiue Organization and Development of Ottoman Egypt, 1517-1798* (Princeton: NJ: PUP, Princeton Oriental Studies N. 19), 451 pp.
______. (1962b) *Ottoman Egypt in the Eighteenth Century: The Nizamname i Misir of Cezzar Ahmed Pasha,* ed. e trad. S. J. Shaw (Cambridge, Mass.: HUP, Harvard Middle Eastern Monograph 7).
______. (1969) *The Budget of Ottoman Egypt, 1005-1006/1596-1597* (The Hague: Mouton), 210 pp.
SHAW, T. (1970) *Igbo-Ukwu: An Account of Archaeological Discoveries in Eastern Nigeria* (2 vols., London: Faber & Faber for the IAS, University of Ibadan).
______. (1977) "Questions in the holocene demography of West Africa", in *African Historical Demography I: Proceedings of a Seminar held in the Centre of African Studies. University of Edinburgh (29th and 30th April* (Edinburgh: EUP), pp. 105-21.
______. (1978) *Nigeria: Its Archaeology and Early History* (London: Thames & Hudson).
______. (1981) "Towards a pre-historic demography of Africa", *African Historical Demography* (Edinburgh), 2.
SHEA, P. J. (1983) "Approaching the study of production in rural Kano", in B. M. Barkindo (ed.), pp. 93-115.
SHEPHERD, J. F. (1969) "Estimates of 'invisible' earnings in the balance of payments of the British North American colonies, 1769-1772", *JEH,* 29, 2.
SHEPHERD, J. F. e WALTON, G. M. (1972) *Shipping, Maritime Trade, and the Economic Development of Colonial North America* (Cambridge: CUP).
SHERIDAN, R. (1970) *The Development of the Plantations to 1750: An Era of West Indian Prosperity, 1750-1775* (Bridgetown, Jamaica: CUP), 120 pp.
SHERIFF, A. M. H. (1971) "The rise of a commercial empire: an aspect of the economic history of Zanzibar, 1770-1873" (Tese de Doutoramento, University of London).
______. (1980) "Tanzanian societies at the time of partition", in M. H. Y. Kaniki (ed.), *Tanzania Under Colonial Rule* (London: Longman), pp. 11-50.
SHERWOOD, H. N. (1923) "Paul Cuffee", *JNH,* 8,2, pp. 153-229.
SHIROYA, O. J. E. (não publicado: "The Lugbara: at the nexus of thrce worlds", in J. B. Webster (ed.), *Uganda Before 1900,* vol I.
______. (não publicado: "Ethnic assimilation and political integration: the Lugbara, Alur and their neighbours", in D. Denoon (ed.), (?).

SIDIBÉ, B. K. (1972) "The story of Kaabu: its extent and people" (não publicado e apresentado em Conference on Manding Studies, London).
SIDIBÉ, B. K. (1974) "The Nyanchos of Kaabu" (não publicado, Indiana University African Studies Programme).
SILVEIRA, L. (1946) *Edição Nova do Tratado Breve dos Rios de Guiné pelo Capitão André Alvares D'Almada* (Lisboa).
SINCLAIR, P. (1977) "First steps towards the reconstruction of the rural economy of the Zimbabwe state" (Paper presented at the International Conference on Southern African History, National University of Lesotho, Roma).
SKINNER, E. P. (1964) *The Mossi of Upper Volta: The Political Development of a Sudanese People* (Stanford: SUP), 236 pp.
SMALDONE, J. P. (1977) *Warfare in the Soko Caliphate* (Cambridge: CUP), 228 pp.
SMITH, A. (1970) "Some notes on the history of Zazzau under the Hausa kings", in M. J. Mortimore (ed.), pp. 82-101.
______. (1976) "The early states of the Central Sudan", in J. F. A. Ajayi e M. Crowder (eds.), seg. ed., pp. 158-201.
SMITH, M. G. (1967) "A Hausa kingdom: Maradi under Dan Baskore, 1845-75", in C. D. Forde e P. M. Kaberry (eds), pp. 93-122.
______. (1983) "The Kano chronicle as history", in B. M. Barkindo (ed.) pp. 31-56.
SMITH, P. (1981) "Personnages de légende", *GCB,* pp. 244-53.
SMITH, R. (1979) "Carpaccio's African gondolier", *ISAR,* 34, pp. 47-52.
SOKA, L. D. (1953) *Mbiri ya Alomwe* (London: Macmillan).
SOUTHHALL, A. W. (1953) *Alur Society* (Nairobi: OUP), 397 pp.
______. (1954) "Alur tradition and its historical significance", *UJ,* 18, 2, pp. 137-65.
______. (1970) "Rank and stratification among the Alur and other Nilotic peoples", in A. Tuden e Plotnicov (eds.), *Social Stratification in Africa* (London: Macmillan), pp. 31-46.
SOW, A. I. (1971) *Le filon du bonheur éternel par Mouhammadou Samba Mambeya* (Paris: Colin).
SOWUNMI, M. A. (1978) *Palynological Studies in the Rivers State* (University of Port Harcourt, School of Humanities Seminars).
SPAULDING, J. L. (1971) "Kings of sun and shadow: a history of the Abdallab provinces of the Northern Sinnar Sultanate, 1500-1800 A. D." (Tese de doutoramento, Columbia University).
______. (1972) "The Funj: a reconsideration", *JAH,* 13, I, pp. 39-53.
SPEAR, T. T. (1974) "Tradition myths and historian's myths: variations on the Singwaya theme of Miji Kenda origins", *HA,* I, pp. 67-84.
______. (1976) "The Miji Kenda, 1550-1900", in B. A. Ogot (ed.), 1976 (b), pp. 262-85.
______. (1978) *The Kaya Complex: A History of the Miji Kenda Peoples of the Kenya Coast to 1900* (Nairobi: KLB & EALB).
______. (1981) *Kenya's Past* (Nairobi: Longman), 155 pp.
SPRATLIN, V. B. (1938) *Juan Latino: Slave and Humanist* (New York: Spinner Press Inc.).
STANLEY, S. e KARSTEN, D. (1968) "The Luwa system of the Garbicco", *Paideuma,* 14, pp. 93-102.
STEIN, R. (1978) "Measuring the French slave trade, 1723-1792", *JAH,* 19, 4, pp. 515-21.
STEINHART, E. I. (1981) "Herders and farmers", in C. C. Steward e D. Crummey (eds.), *Modes of Production in Africa* (London: Sage Publications), pp. 115-56.
STEWART, C. C. (1976) "Southern Saharan scholarship and the *Bilad al-Sudan*", *JAH,* 17, pp. 73-93.
STITZ, V. (1974) *Studien zur Kulturgeographie Zentraläthiopiens* (Bonn: Dümmler).
STOKES, E. e Brown, R. (eds) (1966) *The Zambezian Past: Studies in Central African History* (Manchester: MUP), 427 pp.
STRANDES, J. (1899/1961) *Die Portugiesenzeit von Deutsch – und Englisch-Ost Afrika* (Berlin: D. Reimer); trad. inglesa de J. F. Wallwork, *The Portuguese Period in East Africa* (Nairobi: EALB), 378 pp.
STRAUBE, H. (1957) "Das Dualasystem und die Halaka-Verfassung der Dorse", *Paideuma,* 6, pp. 342- 53.
______. (1963) *Westkuschitische Völker Süd-Äthiopiens,* com a contribuição de Schutz-Weider (Stuttgart: Kohlhammer), 411 pp.

STRUCK, B. (1911) "Bemerkungen uber die 'Mbandwa' des Zwischenseengebiets", *ZFE,* 43, 3/4, pp. 516-21.
STUHLMANN, F. (1894) *Mit Emin Pascha ins Herz von Afrika* (Berlin: D. Reimer), 902 pp.
SULZMANN, E. (1983) "Orale Tradition und Chronologie: Der Fall Baboma-Bolia", in Feik Nzuji *et al.* (eds.), *Mélanges de culture et linguistique africame publiés à la mémoire de Leo Stappers* (Berlin: Mainzer Afrika Studien Bd. 3), pp. 525-86.
SURET-CANALE, J. (1970) *La République de Guinée* (Paris: Editions sociales), 431 pp.
______. (1971) "The Western Atlantic coast, 1600-1800", in J. F. A. Ajayi e M. Crowder (eds.), pp. 387-440; ed., 1976, pp. 456-511.
SUTHERLAND-HARRIS, N. (1970) "Zambian trade with Zumbo in the 18th century", in R. Gray e D. Birmingham (eds.), pp. 231-42.
SUTTON, J. E. G. (1979) "Towards a less orthodox history of Hausaland", *JAH,* 20, 2, pp. 179-201.
______. (1983) "A New look at the Inyanga terraces", *ZH,* 19, pp. 12-19.
SUTTON, J. E. G. e ROBERTS A. (1968) "Uvinza and its salt industry", *Azania,* 3, pp. 45-86.
SWARTZ, A. (1971) *Tradition et changements dans la societé guéré* (Paris: ORSTOM, Mémoires N. 52), 259 pp.
SY, A. A. (1979) "La geste tiedo" (Tese de Doutoramento, Dakar).
TACCHI, A. (1892) "King Andrianampoinimerina and the early history of Antananarivo and Ambohimanga", *AA,* pp. 474-96.
TAMAKLOE, E. F. (1931) *A Brief History of the Dagbamba People* (Accra: Government Printer), 76 pp.
TAMRAT, T. (1970) "The Abbots of Däbrä Hayq, 1248-1535", *JES,* 7, pp. 87-117.
______. (1972) *Church and State in Ethiopia, 1270-1527* (Oxford: Clarendon Press), 327 pp.
______. (1977) "Ethiopia, the Red Sea and the Horn", *Cambridge History of Africa,* vol. 3 (Cambridge: CUP), pp. 98-182.
TARDITS, C. (1980) *Le royaume bamoum* (Paris: Armand Colin), 1078 pp.
______. (ed.) (1981) *Contribution de la recherche ethnologique à l'histoire des civilisations du Cameroun* (2 vols., Paris: Editions du CNRS), 597 pp.
TASSY, L. de (1757) *Histoire des états barbaresques qui exercent la piraterie* (Paris: Chaubert).
TAUXIER, L. (1912) *Le Noir du Soudan* (Paris: Larose).
______. (1917) *Le Noir du Yatenga* (Paris: Larose), 790 pp.
______. (1921) *Le Noir de Bondoukou* (Paris: Leroux).
______. (1924) *Nouvelles notes sur le Mossi et le Gourounsi* (Paris: Larose).
______. (1942) *Histoire des Bambara* (Paris: Librairie orientaliste P. Geuthner), 226 pp.
TAYLOR, J. G. (1979) *From Modernization to Modes of Production: A Critique of the Sociologies of Development and Underdevelopment* (London: Macmillan).
TEIXEIRA da MOTA, A. (1954) *Guiné Portuguesa* (2 vols., Lisboa: Agencia Geral do Ultramar).
______. (1969) "Un document nouveau pour l'histoire des Peul au Sénégal pendant les 15e et 16e siècles", *BCGP,* 96, pp. 781-860.
______. (1975) "Gli avori africani nella documentazione portoghese dei secoli XV-XVII", *Africa,* 30, 4, pp. 580-9.
TELLEZ, B. (1710) *Travels of the Jesuits in Ethiopia* (London).
TEMINI, A. (1978) "Al-Khalfiya al-diniya lis-sira al-isbani al-'uthmani" (The religious background to the duel between Spain and the Ottoman), *RHM,* 10-11, January, Arab section, pp. 5-44.
______. (1983) *Mujaz al-dafatir al-arabiya wa'l-turkiya bil-Jaza'ir* (Sommaire des registres turcs et arabes d'Alger) (Tunis: Publications de l'ISD), 169 pp. in Arabic + 26 pp. in French.
TERPESTRA, H. (1960) "Nederlands gouden tijd an de Goudkust", *Tijdschrit voor Geschiedenis,* 73, 3.
TERRASSE, H. (1949-50) *Histoire du Maroc* (2 vols., Casablanca: Atlantides).
THEAL, G. M. (ed.) (1898-1903) *Records of South-Eastern Africa* (9 vols, London/Cape Town: Government of Cape Town).
______. (1910) *Ethnography and Condition of South Africa before A.D. 1505* (London: George Allen & Unwin).

THOMAS, F. M. (1958) *Historical Notes on the Bisa Tribe of Northern Rhodesia* (Lusaka: Rhodes--Livingstone Institute), 52 pp.
THOMAS, J. M. C. (1979) "Emprunt ou parentés", in S. Bahuchet, *Pygmées de Centrafrique* (Paris), pp. 141-69.
THOMASSIN, L. (1900) "Notes sur le royaume de Mahabo", *NRE,* 6, pp. 395-413.
THOMPSON, R. F. e CORNET, J. (1982) *The Four Moments of the Sun: Kongo Art in Two Worlds* (Washington: National Art Gallery).
THORNTON, J. K. (1977a) "Demography and history in the kingdom of Kongo, 1550-1750", *JAH, 18,* 4, pp. 507-30.
______. (1977b) "Eighteenth-century baptismal register and the demographic history of Manguezo", in C. Fyfe e D. McMaster (eds.), pp. 405-15.
______. (1978) "A resurrection for the Jaga", *CEA,* 69-70, pp. 223-7.
______. (1980) "The slave trade in eighteenth-century Angola: Effects on demographic structures", *CJAS,* 14, 3, pp. 417-28.
______. (1981a) "The chronology and causes of the Lunda expansion to the west c.1700- 1852", *ZJH,* I, pp. 1-13.
______. (1981b) "The demographie effect of the slave trade on Western Africa, 1500-1800, in C. Fyfe e D. MeMaster (eds), VOI. 2, pp. 691-720.
______. (1983a) "Catholicism in Kongo, 1491-1750", *JAH,* 25, pp. 147-67.
______. (1983b) *The Kingdom of Kongo in the Era of the Civil Wars, 1641-1718* (Madison: UWP), 193 pp.
TIENDREBEOGO, Y. (1964) *Histoire et coutumes royales des Mossi de Ouagadougou,* new edn with annotations by R. Pageard (Ouagadougou: Naba).
TILHO, J. (1911) *Documents scientifiques,* vol 2 (Paris: Imprimerie du NLE).
TIMOWSKI, M. (1974) *Le développement et la régression chez les peuples de la Boucle du Niger à l'époque précoloniale* (Warsaw: Warsaw University).
TOPLIN, R. B. (1972) *The Abolition of Slavery in Brasil* (New York: Atheneum).
TORRES, D. de (1667) *Histoire des chérifs*... trad. Duc d'Angoulême (3 vols., Paris: T. Jolly).
TOSH, J. (1978) *Clan Leaders and Colonial Chiefs in Lango, the Potitical History of an East African Stateless Society, 1800-1939* (Oxford: Clarendon Press, Oxford Studies in African Affairs), 293 pp.
TOURE, M. (1974) *Mande lnfluences in the Gyaman Kingdom,* Colloquium, Bonduku, January.
TOUSSAINT, A. (1967) *La Route des Iles: Contribution à l'histoire maritime des Mascareignes.*
______. (1971) *Histoire de l'Ile Maurice* (Paris: PUF), 128 pp.
______. (1972) *Histoire des Iles Mascareignes* (Paris: Berger-Levrault), 351 pp.
TOVONKERY (1915) *Lovantsofina Mitaza ny Tantara Nihavian'ny Mpanjaka Sakalava Samy Hofa Eto Amin'ny Faritany Maromandia,* Document 620, Bibliothèque Poirier, University of Madagascar.
TRACEY, H. (1940) *António Fernandes, Descobridor do Monomotapa, 1514-1515* (Lisboa/Lourenço Marques Imprensa Nacional), 92 pp.
TRAORÉ, D. (1937) "Notes sur le royaume mandingue de Bobo", *L'éducation africaine,* 26, pp. 58-9.
TRIMINGHAM, J. S. (1949) *Islam in the Sudan* (Oxford: Clarendon Press), 280 pp.
______. (1964) *Islam in East Africa* (Oxford: Clarendon Press), 198 pp.
______. (1970) *A History of Islam in West Africa* (Oxford: OUP), 262 pp.
TUCKER, A. N. e BRYAN, M. A. (1966) *The Non-Bantu Languages of North-Eastern Africa* (London: OUP).
TUNDU, K. Y. (1981) "Le royaume de Bene Kalundwe: des origins à 1902" (Dissertação, Lubumbashi).
AL-TUNISI, Muhammad ibn 'Umar (1951) *Voyage au Oaday*, trad. de Perron (Paris).
______. (1965) *Tashid al-adhhan bi-sirat Bilad al-'Arab wa l' Sudan* (Cairo: Egyptian General Organization for Authorship, Information and Publishing).
TURNBULL, C. M. (1961) *The Forest People* (London: Chatto and Windus), 249 pp.
______. (1966) *Wayward Servants: The Two Worlds of the African Pygmies* (London: Eyre and Spottiswoode), 390 pp.
UNESCO (1963) *Nomades et nomadisme au Sahara* (Paris), 195 pp.
______. (1979) *The African Slave Trade from the Fifteenth to the Nineteenth Century,* General History of Africa, Studies and Documents N. 2 (Paris: UNESCO), 330 pp.

UNESCO (1980) *Historical Relations across the Indian Ocean,* General History of Africa, Studies and Documents N. 3 (Paris: UNESCO), 198 pp.
UNOMAH, A. C. e WEBSTER, J. B. (1976) "East Africa: the expansion of commerce", in J. E. Flint (ed.), pp. 270-318.
URIBE, J. J. (1963) "Esclavos y señores en la sociedad colombiana del siglo XVIII", *Annuario colombiano de historia social y de la cultura,* vol. I.
URING, N. (1928) *The Voyages and Travels of Captain Nathaniel Uring,* 1701, ed. A. Dewar (London: Cassel and Co.).
URVOY, Y. F. (1936) *Histoire des populations du Soudan central* (Paris: Larose), 350 pp.
______. (1949) *Histoire de l'empire du Bornu* (Paris: Larose, Mémoires de l'IFAN N. 7), 562 pp.
______. (1978) *Wakar Bagauda Ta Kano* (Zaria: NNPC).
USMAN, Y. B. (1978) "The dynastic chronologies of three polities of Katsina", *BIFAN* (B), 40, 2, pp. 396-414.
______. (1979a) "The transformation of political communities", in Y. B. Usman (ed.), 1979 (b), pp. 34-55.
______. (ed.) (1979b) *Studies in the History of the Sokoto Caliphate – The Sokoto Seminar Papers* (Lagos: Third Press International), 504 pp.
______. (1981) *The Transformation of Katsina (1400-1883) – The Overthrow of the Sarauta System and the Establishment of the Emirate* (Zaria: ABUP).
______. (1983) "A reconsideration of the history of relations between Borno and Hausaland before 1804 A. D.", in Y. B. Usman e N. Alkali (eds.), pp. 175-204.
USMAN, Y. B. e ALKALI, M. N. (eds.) (1983) *Studies in the History of Precolonial Borno* (Zaria: NNPC).
VAIL, H. L. (1971) "Tumbuka historical interviews: oral sources compiled in 1969-71." (não publicado; cópias no Department of History, Chancellor College, University of Malawi).
______. (1972a) "Religion, language and tribal myth: the Tumbuka and Chewa of Malawi", in M. J. Schoffeleers (ed.), 1979 (a), pp. 209-33.
______. (1972b) "Suggestions towards a reinterpreted Tumbuka history", in B. Pachai (ed.), pp. 148-67.
VAIL, H. L. (1974) "Trade and politics in pre-colonial northern Malawi: the strange relationship" (Department of History, University of Zambia, Seminar N. 7).
VALENSI, L. (1967) "Esclaves chrétiens et esclaves noirs à Tunis au XVIIIe siècle", *AESC,* 22, pp. 1267-88.
______. (1969) *Le Maghreb avant la prise d'Alger,* 1790-1830 (Paris: Flammarion), 141 pp.
______. (1977) *Fellahs tunisiens: l'économie rurale et la vie des campagnes aux 18e et 19e siècles* (Paris/The Hague: Mouton), 421 pp.
VALLIER (1898) "Etudes ethnologiques sur les Bezanozano", *NRE,* 3, pp. 65-84.
VAN AVERMAET, J. e MBUYA, B. (1954) *Dictionnaire kiluba-français* (Tervuren: MRAC, ser. in 8°, N. 12).
VAN DEN BYVANG, L. (1937) "Notice historique sur les Balunda", *Congo,* 1, 4, pp. 426-38; 1, 5, pp. 548-62; 2, 2, pp. 193-208.
VAN DER BURGT, J. M. (1903) *Dictionnaire français-kirundi* (Bois-le-Duc: Société de l'illustration catholique), 648 pp.
VAN DER KERKEN, G. (1944) *L'ethnie mongo* (Brussels: Institut royal colonial belge).
VAN GENNEP, A. (1904) *Tabou et totémisme à Madagascar* (Paris: E. Leroux, Mondes d'Outre-mer, série Histoire).
VAN NOTEN, F. (1972) *Les tombes du roi Cyirima Rujugira et de la reine Nyirayuhi Kanjogera: description archéologique* (Tervuren: MRAC), 82 pp.
VAN OVERBERGH, C. (1908) *Les Basonge* (Brussels: A. de Witt), 564 pp.
VANSINA, J. (1961) *De la tradition orale; essai de méthode historique* (Tervuren: MRAC, Mémoire N. 36).
______. (1962a) "A comparison of African kingdoms", *Africa,* 32, 4, pp. 218-39.
______. (1962b) *L'évolution du royaume Rwanda des origines 1900* (Brussels: ARSOM), 100 pp.
______. (1962C) "Long-distance trade routes in Central Africa", *JAH,* 3, 3, pp. 375-90.

VANSINA, J. (1963) "Note sur l'origine du royaume du Congo", *JAH,* 4, pp. 33-8.
______. (1965) *Les anciens royaumes de la savane* (Léopoldville: IRES), 250 pp.
______. (1966a) *Kingdoms of the Savanna: A History of Central African States until the European Occupation,* trad. de *Les anciens royaumes de la savanne* (Madison: UWP), 364 pp.
______. (1966b) *Introduction à l'ethnographie du Congo* (Kinshasa: Université Lovanium, Editions universitaires du Congo, N. 1), 227 pp.
______. (1967) "Note sur la chronologie du Burundi ancien", *BARSOM,* 3, pp. 429-44.
______. (1971) "Once upon a time: oral traditions as history in Africa", *Daedalus,* 100, 2, pp. 442- 68.
______. (1972) *La légende du passé: Traditions orales du Burundi* (Tervuren: MRAC), 257 pp.
______. (1973a) "L'influence du mode de compréhension historique d'une civilisation sur ses traditions d'origine", *BARSOM,* pp. 220-40.
______. (1973b) *The Tio Kingdom of the Middle Congo, 1880-1892* (London: OUP), 586 pp.
______. (1974) "Les langues bantoues et l'histoire", in Mélanges H. Deschamps (Paris), pp. 171-84.
______. (1978) *The Children of Woot: A History of the Kuba Peoples* (Madison: UWP), 394 pp.
______. (1978) "Finding food and the history of pre-colonial Equatorial Africa: a plea", *AEH, 7,* pp. 9-19.
______. (1981) "Tentative hypothesis: Long-term population history in the African rain forests", in C. Fyfe e D. McMaster (eds.), vol. 2, pp. 757-60.
______. (1983a) "Is elegance proof? Structuralism and African history", *HA,* 10, pp. 307-48.
______. (1983b) "The peoples of the forest", in D. Birmingham e P. Martin (eds.), pp. 75-117.
______. (1984a) "Equatorial Africa and Angola: migrations and the first states", in D. T. Niane (ed.), pp. 551-77.
______. (1984b) "Western Bantu expansion", *JAH,* pp. 131-49.
VAN THIEL, H. (1911) "Buzinza unter der Dynastie der Bahinda", *Anthropos,* pp. 497-520.
VAN VELSEN, J. (1959) "Notes on the history of the lakeside Tonga of Nyasaland", *AS,* 18, 3, pp. 105- 17.
VAN WING, J. e PENDERS, C. (1928) *Le plus ancien dictionnaire bantu* (Leuven: Bibl. CXXVII).
VELLUT, J. L. (1972) "Notes sur le Lunda et la frontière luso-africaine 1700-1900", *EHA,* 3, pp. 61-166.
VERHULPEN, E. (1936) "Baluba et Balubaises du Katanga" (Anvers: Les éditions de l'avenir belge).
VÉRIN, P. (1971) "Notes sur les collections de Vohémar", *Taloha,* 4, pp. 225-9.
______. (1975) *Les échelles anciennes du commerce sur les côtes nord de Madagascar* (2 vols., Lille: University of Lille).
VERLINDEN, C. (1957) "La colonie italienne de Lisbonne et le développement de l'économie métropolitaine et coloniale portugaise", in *Studi in Onore di A. Sapori,* vol. I (Milan).
______. (1971) "Die überseeischen Kolonialreiche", in *Saeculum Weltgeschichte,* 6, pp. 73-122.
VIAL, M. (1954) "La royauté Antankarana", *BAM,* 92, pp. 3-26.
VIDAL, C. (1967) "Anthropologie et histoire: le cas du Ruanda", *CIS,* pp. 143-57.
______. (ed.) (1974) "Le problème de la domination étatique au Rwanda: histoire et économie", *CEA,* 53, pp. 1-191.
VIENNE, E. (1900) *Notice sur Mayotte et les Comores* (Exposition universelle).
VILA VILAR, E. (1977a) "The large-scale introduction of Africans into Vera Cruz and Cartagena", in V. Rubin e A. Tuden (eds.), pp. 267-80.
______. (1977b) *Hispano-America y el comercio de esclavos: los asientos portugueses* (Seville: Escuela de Estudios hispanoamericanos).
VIX, A. (1911) "Beitrag zur Ethnologie des Zwischenseengebiets von Deutsch-Ostafrika", *ZFE,* 43, 3/4, pp. 502-15.
AL-WAFRANI, MUHAMMAD AL-SAGHIR (1888-9) *Muzhat al-Hadi,* trad. de O. Houdas (Paris: E. Leroux).
WAGNER, E. (1975) "Imamat und Sultanat in Harar", *Saeculum,* 26, pp. 283-92.
______. (1976) "Die Chronologien de frühen muslimischen Herrscher in Äthiopien nach den Harariner Emirislisten", in *Festschrift Eugen Ludwig Rapp* (Meisenheim-an-der-Glan), pp. 186-204.
______. (1979) "Neues Material zur 'Ausa-Chronik', in *Festschrift Hans Robert Roemer* (Beirut: Fritzsteiner-Austria), pp. 657-73.

WALKLEY, C. E. J. (1935) "The story of Khartoum", *SNR*, 18, Part 2, pp. 221-41.
WALLERSTEIN, I. (1974) *Capitalist Agriculture and Organ of the European World Economy in the Sixteenth Century* (London: Academic Press).
WALLERSTEIN, I. (1976) "The three stages of African involvement in the world economy", in P. C. W. Gutkind e I. Wallerstein (eds.), *The Political Economy of Contemporary Africa* (London: Sage Publications), pp, 30-57.
WALTER, B. J. (1970) "Territorial expansion of the Nandi of Kenya, 1500-1905" (Tese de Doutoramento, OHCIS).
WALVIN, J. (1972) *The Black Presente: A Documentary History of the Negro in England* (New York: Schocken Books).
______. (1973) *Black and White: the Negro and English Society,* 1555-1945 (London: Allen Lane and Penguin Press), 273 pp.
WALZ, T. (1975) "The trade between Egypt and *Bilad al-Sudan,* 1700-1820" (Tese de doutoramento, Boston University).
WARREN, R. (1980) *Imperialism: Pioneer of Capitalism* (London: NLB and Verso).
WEATHERBY, J. (1979) "The rain drums of the Sor", in J. B. Webster (ed.), pp. 313-31.
WEBSTER, J. B. (1976a) "Lira Palwo: an expanding Acholi state", in Onyango-ka-Odongo e J. B. Webster (eds.), pp. 291-319.
______. (1976b) "Noi! Noi! Famine as an aid to interlacustrine chronology", in Onyango-ka-Odongo e J. B. Webster (eds.), pp. 1-37.
______. (1977) "Ivory and slaves and the southwestern expansion of the Yao", (History research paper, Chancellor College, University of Malawi).
______. (ed.) (1979a) *Chronology, Migration and Drought in Interlacustrine Africa* (London: Longman and Dalhousie University Press), 345 pp.
______. (1980) "Drought, migration and chronology in the Lake Malawi littoral", *TJH,* 9, 1- 2, pp. 70-90.
______. (?) "Otuke and Mugoro: the age of Asonya", in J. B. Webster (ed.), *Uganda Before 1900,* vol. I.
______. (?) *The Palwo-Pakoyo Exodus, 1680-1760.*
______. (?) "The second Babito dynasty in Bunyoro-Kitara and the formation of the new states, *c.* 1650-1780", in D. Denoon (ed.), *Uganda Before 1900,* vol. 2.
______. (?) *Nyilak and Nyipir: Hero Ancestors of the Alur.*
______. *et al.* (1973) *The Iteso During the Asonya* (Nairobi: EAPH), 189 pp.
WEISKEL, T. C. (1980) *French Colonial Rule and the Baule Peoples, 1889-1911* (Oxford: Clarendon Press), 323 pp.
WERE, G. S. (1967) *A History of the Abaluyia of Western Kenya c.1500-1930* (Nairobi: EAPH), 206 pp.
WERE, G. S. e WILSON, D. A. (1968 e 1972) *East Africa through a Thousand Years* (Nairobi: Evans Bros.), 344 pp; seg. ed., 1972.
WHEELER, A. (?) "Mwenge and Kitagwenda", in D. Denoon (ed.) (?).
WHITE, C. M. N. (1962) "The ethno-history of the Upper Zambeze", *AS,* 21, pp. 10-27.
WILBUR, C. M. (1967) *Slavery in China during the Former Han Dynasty* (New York: Russell and Russell).
WILKS, I. G. (1957) "The rise of the Akwamu Empire, 1650-1710", *THSG,* 3, 2, pp. 99-136.
______. (1960) "The Ashanti kings in the eighteenth *century", JAH,* I, 1, pp. 83-96.
______. (1961) *The Northern Factor in Ashanti History* (Legon-Accra: IAS, University College of Ghana), 46 pp.
______. (1962a) *The Tradition of Islamic Learning in Ghana* (Legon).
______. (1962b) "A Medieval trade-route from the Niger to the Gulf of Guinea", *JAH,* 3, 2, pp. 337-41.
______. (1962c) "The Mande loan element in Twi", *GNQ*, 4, pp. 26-8.
______. (1965) "A note on the early spread of Islam in Dagomba", *THSG*, 8, pp. 87-98.
______. (1966a) "Aspects of bureaucratization in Ashanti in the 19th century", *JAH*, 7, pp. 215- 32.
______. (1966b) "The position of Muslims in Metropolitan Ashanti in the early nineteenth century", in I. M. Lewis (ed.), pp. 318-23.

WILKS, I. G. (1971a) "The Mossi and Akan states, 1500-1800", in J. F. A. Ajayi e M. Crowder (eds.), pp. 344-141.
______. (1971b) "Asante policy towards the Hausa trade in the 19th century", in C. Meillassoux (ed.), pp. 124-141.
______. (1975) *Asante in the Nineteenth Century: The Structure and Evolution of a Political Order* (Cambridge: CUP), 800 pp.
WILLAN, T. S. (1959) *Studies in Elizabethan Foreign Trade* (Manchester: MUP), 349 pp.
WILLIAM-MYERS, A. J. (1978a) "The Nsenga of Central Africa: political and economic aspects of clan history, 1700-1900" (Tese de doutoramento, UCLA, Los Angeles).
______. (1978b) "Nsenga historical texts: interviews from Petauke and Feira districts of Zambia" (não publicado; cópias na University of California, Los Angeles, e Department of History, University of Malawi).
WILLIAMS, E. (1970) *From Columbus to Castro: The History of the Caribbean, 1492-1969* (London: Andre Deutsch), 576 pp.
WILLIAMSON, K. (1971) "The Benue-Congo languages and Ijo", in J. Berry e J. H. Greenberg (eds.), *Linguistics in Sub-Saharan Africa* (Mouton), pp. 245-306.
WILLIS, J. R. (1971) "The Western Sudan from the Moroccan invasion to the death of al-Mukhtar al-Kunti" in J. F. A. Ajayi e M. Crowder (eds.), pp. 441-83.
WILLIS, J. R. (1981) *A State in the Making* (Bloomington, Ind.).
WILLIS, R. G. (1968) "The Fipa", in A. D. Roberts (ed.), 1968(a), pp. 82-95.
WILSON, A. (1972) "Long-distance trade and the Luba Lomani empire", *JAH*, 13, 4, pp. 575-89.
______. (1978) "The kingdom of Kongo to the mid-seventeenth century" (Tese de Doutoramento, London University).
______. (1979) "The kingdom of Kongo in the 16th and 17th centuries" (título aproximado) (dissertação, SOAS, London).
WILSON, J. F. M. (?) "Guineafowl and bushbuck in Toro", in J. B. Webster (ed.), *Uganda Before 1900,* vol. I.
______. (?) "The foundations of Toro kingdom, 1830-1860", in D. Denoon (ed.), (?).
WILSON, M. (1958) *Peoples of the Nyasa-Tanganyika Corridor* (Cape Town: AS), 75 pp.
______. (1969a) "The Sotho, Venda and Tsonga", in M. Wilson e L. Thompson (eds.), vol. 1, pp. 131-86.
______. (1969b) "The Nguni people", in M. Wilson e L. Thompson (eds.), vol. I.
WILSON, M. e Thompson, L. M. (eds) (1969, 1971) *The Oxford History of South Africa* (Oxford: Clarendon Press), 2 vols.
WOLFF, J. (1964) *Negersklaveri und Negerhandel in Hochperu 1545-1640 in Lateinamerika* (Köln: Böhlan-Verlag).
WOMERSLEY, H. (1984) "Legends and the history of the Luba", in T.Q Reefe (ed.), *Legends and History of the Luba* (Los Angeles: Cross Roads Press).
WONDJI, C. (1973-80) *Enquêtes orales en pays neyo, bété, godie et dida,* (não publicado).
WRIGHT, A. C. A. (1989) "Maize names as indicators of economic contacts", *UJ*, 13, pp. 6-81.
WRIGHT, J. (1971) *Bushman Raiders of the Drakensberg, 1840-1870* (Pietermaritzburg: University of Natal Press), 235 pp.
______. (1977) "San history and non-San historians", in *The Societies of Southern Africa in the 19th and 20th Centuries,* vol. 8 (London).
WRIGLEY, C. C. (1958) "Some thoughts on the Bachwezi", *UJ*, 22, 1, pp. 11-21.
______. (1981) "Population and history: some innumerate reflexions", in *African Historical Demography Vol. II: Proceedings of a seminar held in the Centre of African Studies, University of Edinburgh, 24th and 25th April* 1981 (Edinburgh: University of Edinburgh), pp. 17-31.
WRIGLEY, E. A. (1983) "The growth of population in eighteenth-century England: A conundrum resolved", *PP*, 98 (Fevereiro).

WUNDER, H. (1978) "Peasant organization and class conflict in East and West Germany", *PP, 78,* pp. 47-55.
YAHYA, D. (1981) *Marocco in the 16th century* (Ibadan: Humanities Press).
YODER, J. C. (1977) "A people on the edge of cmpires: a history of the Kanyok of Central Zaire (Tese de Doutoramento, Northwestern University).
YODER, J. C. (1980) "The historical study of a Kanyok genesis myth: the tale of Citend a Mfumu", in J. C. Miller (ed.), pp. 82-107.
YOUNG, T. C. (1932/1971) *Notes on the History of the Tumbuka-Kamanga Peoples in the Northern Province of Nyasaland* (London: The Religious Tract Society); ed., 1971 (London: Frank Cass).
ZAHAN, D. (1958) "La notion d'écliptique chez les Bambara et les Dogon du Soudan français", *NA*, 80, October, pp. 108-11.
______. (1960) *Sociétés d'initiation bambara: le N'domo; le Kore* (Paris/The Hague: Mouton), 438 pp.
______. (1967) "The Mossi kingdoms", in C. D. Forde e P. M. Kaberry (eds.), pp. 152-78.
ZARNCKE, F. (1876-9) *Der Priester Johannes* Abhdl.d.philhist.Cl.d.kgl. sachs.Ges.d.Wiss., vols. 7 e 8 (Leipzig: Hirzel S. Verlag).
ZELTNER, J. C. (1979) *Les Arabes dans la région du lac Tchad* (Sarh, Chad: Centre d'études linguistiques, Collège Charles Lwanga).
ZURARA, G. E. de. (1896, 1899) *Cronica dos feitos de Guiné (The Chronicle of the Discovery and Conquest of Guinea),* tradução do inglês e edição de C. R. Beazley e E. Prestage (2 vols., London: Hakluyt Society, ns. 95 e 100).
ZUURE, B. (1929) *Croyances et pratiques religieuses des Barundi* (Brussels: Essorial), 208 pp.
ZWANENBERG, van R. M. A. e KING, A. (1975) *An Economic History of Kenya and Uganda – 1800-1970* (Nairobi: Macmillan), 326 pp.
______. (?) "Retracing the footsteps of Mukama", in J. B. Webster (ed.), *Uganda Before 1900,* vol. I.
______. (?) "Emergence and crisis: the state of Busoga", in D. Denoon (ed.) (?).

África do século XIX à década de 1880

ABDALLAH, YOHANNA B. (1973) *The Yaos. Chiikala cha Wayao* (ed. and tr. by Meredith Sanderson, 2nd edn, London: Frank Cass).
ABD AL-MALIK, A. (1962) *Egypte. Société militaire* (Paris).
______. (1969) *Idéologie et renaissance nationale: L'Egypte moderne* (Paris: Anthropos).
ABIR, M. (1965) 'The emergence and consolidation of the monarchies of Enarea and Jimma in the first half of the nineteenth century', *FAH,* 6, 2, pp. 205-19.
______. (1968) *Ethiopia. The Era of the Princes. The Challenge of Islam and the Reunification of the Christian Empire 1769-1855* (London: Longman).
______. (1977) 'Modernisation, reaction and Muhammad Ali's "Empire"', *Middle Eastern Studies,* 13, 3, pp. 295-313.
ABITBOL, M. (1979) *Tombouctou et les Arma de Ia conquête marocaine du Soudan nigérien em 1591 à l'hégémonie de l'Empire du Maçina en 1833* (Paris: Maisonneuve & Larose).
ABRAHAM, D. P. (1966) 'The roles of Chaminuka and the Mhondoro cults in Shona political history', in E. Stokes and R. Brown (eds), pp. 28-42.
ABUBAKAR, S. (1970) *The Lamibe of Fombina: A Political History of Adamawa 1809-1901* (Zaria: Ahmadu Bello University Press).
ABUN-NASR, J. M. (1962) 'Some aspects of the Umari branch of the Tijanniyya', *JAH,* 3, 2, pp. 329- 31.
______. (1971) *A History of the Maghrib* (Cambridge: CUP).
______. (1975) *A History of the Maghrib* (2nd edn, Cambridge: CUP).
ACOCKS, J. P. H. (1953) *Veld Types of South Africa* (Pretoria: Department of Agriculture).
ADAMS, CHARLES C. (1933) *Islam and Modernism in Egypt, a Study of the Modern Reform Movement Inaugurated by Muhammad* 'Abduh (London: OUP).
ADAMU, M. (1978) *The Hausa Factor in West African History* (Zaria: Ahmadu Bello University Press).

ADAMU, M. (1979) 'The delivery of slaves from the central Sudan to the Bight of Benin in the eighteenth and nineteenth centuries', in H. A. Gemery and J. S. Hogendorn (eds), pp. 163-80.

ADDIS HIWET (1975) *Ethiopia: From Autocracy to Revolution* (London: Review of African Political Economy).

ADERIBIGBE, A. B. (1959) 'The expansion of the Lagos Protectorate 1861-1900', (PhD thesis: University of London).

AFAWARQ-GARBA YASUS (1901) *Daqmawi Menilek* (Rome).

AGAR-HAMILTON, J. A.I. (1928) *The Native Policy of the Voortrekkers: An Essay on the History of the Interior of South Africa, 1836-1858.* (Cape Town: Miller).

AGERON, C-R. (1964) *Histoire de l'Algérie contemporaire, 1830-1964* (Paris: PUF).

______. (1968) *Les Algériens musulmans et la France, 1871-1919,* (2 vols, Paris: Faculté des Lettres et Sciences Humaines, Sorbonne).

______. (1972) *Politiques coloniales au Maghreb* (Paris: PUF).

______. (1977) 'Abdel-Kader', in *Les Africains* (Paris: Jeune Afrique) I, pp. 19-49.

______. (1979) *De l'insurrection de 1871 au déclenchement de la guerre de libération (1954)· Histoire de l'Algérie contemporaine,* 2 (Paris: PUF).

AGUIRRE BELTRAN, G. (1972) *La población negra de México* (2nd edn, Mexico City: Fondo de Cultura Económica).

AHMED, J. M. (1966) *The lntellectual Origins of Egyptian Nationalism* (London: OUP).

AJAYI, J. F. A. (1969) *Christian Missions in Nigeria, 1841-1891. The Making of a New Elite* (Evanston: NUP).

______. (1974) 'The aftermath of the collapse of Old Oyo', in J. F. A. Ajayi and M. Crowder (eds), pp. 129-66.

AJAYI, J. F. A. and CROWDER, M. (eds) (1974) *History of West Africa,* Vol. 2 (London: Longman).

______. (1988) *History of West Africa,* Vol. 2 (2nd edn, London: Longman).

AJAYI, J. F. A. and OLORUNTIMEHIN, B. O. (1976) 'West Africa in the anti-slave trade era', in J. E. Flint (ed.), pp. 200-21.

AJAYI, J. F. A. and SMITH, R. S. (1964) *Yoruba Warfare in the Nineteenth Century* (Cambridge CUP).

AKINJOGBIN, I. A. (1965) 'The prelude to the Yoruba civil wars of the nineteenth century', *Odu, 2,* 2, pp.81-6.

______. (1967) *Dahomey and Its Neighbours, 1708-1818* (Cambridge: CUP).

AKINJOGBIN, I. A. and EKEMODE, G. O. (eds) (1976) *Proceedings of the Conference on Yoruba Civilization Held at the University of Ife, Nigeria, 26-31 July 1976.*

AKINTOYE, S. A. (1969) 'The north-eastern districts of the Yoruba country and the Benin kingdom', *JHSN,* 4, 4, pp. 539-53.

______. (1971) *Revolution and Power Politics in Yorubaland, 1840-1893* (London: Longman).

ALAGOA, E. J. (1964) *The Small Brave City State: A History of Nembe-Brass in the Niger Delta* (Madison: University of Wisconsin Press).

______. (1970) 'Long-distance trade and states in the Niger Delta', *JAH,* II, 3, pp. 319-29.

______. (1971a) 'The development of institutions in the states of the Eastern Niger Delta', *JAH,* 12, 2, pp. 269-78.

______. (1971b) 'Nineteenth-century revolutions in the states of the eastern Niger Delta and Calabar', *JHSN,* 5, pp. 565-73.

ALAGOA, E.J. and FOMBO, A. (1972) *A Chronicle of Grand Bonny* (Ibadan: IUP).

ALI, A. I. M. (1972) *The British, the Slave Trade and Slavery in the Sudan, 1820-1881* (Khartoum: KUP).

ALIEN, J. de VERE (ed.) (1977) *Al-Inkishafi. Catechism of a Soul* (Nairobi, Kampala and Dar es Salaam: EALB)

ALPERS, E. A. (1967) *The East African Slave Trade* (Historical Association of Tanzania, Paper no. 3, Nairobi: EAPH).

______. (1969) 'Trade, state and society among the Yao in the nineteenth century', *JAH, 10,* 3, pp. 405-20.

ALPERS, E. A. (1972) 'Towards a history of the expansion of Islam in East Africa: the matrilineal peoples of the southern interior', in T. O. Ranger and I. Kimambo (eds), pp. 172-96.
______. (1974) 'The nineteenth century: pre1ude to colonialism', in B. A. Ogot (ed.), pp. 229-48.
______. (1975) *Ivory and Slaves in East Central Africa* (London: Heinemann).
______. (1976) 'Gujarat and the trade of East Africa', c.1500-1800', *IJAHS,* 9, I, pp. 22-44.
AMULREE, LORD (1970) 'Prince Alamayou of Ethiopia', *Ethiopia Observer,* 13, pp. 8-15.
ANCELLE, J. (1887) *Les explorations au Sénégal et dans les contrées voisines* (Paris: Maisonneuve).
ANDREWS, G. R. (1980) *The Afro-Argentines of Buenos Aires 1800-1900* (Madison: UWP).
ANONYMOUS (nd) 'Histoire des Bahunde' (unpublished manuscript, Bukavu, Zaire, CELA-White Fathers' Language Institute).
ANSTEY, R. (1975) *The Atlantic Slave Trade and British Abolition, 1760-1810* (London:Macmillan).
ARCIN, A. (1911) *Histoire de la Guinée Française* (Paris: Chalamel).
ARDENER, E. (1956) *Coastal Bantu of the Cameroons* (London: IAI).
ARHIN, K. (1967) 'The structure of Greater Ashanti *(1700-1824)', JAH,* 8, I, pp.65-85.
______. (1970) 'Aspects of the Ashanti northern trade in the nineteenth century', *Africa,* 40, 4, pp. 363-73.
______. (1979) *West African Traders in Ghana in the Nineteenth and Twentieth Centuries* (London: Longman).
ARNOT, F. S. (1889) *Garenganze or Seven Years' Pioneer Mission Work in Central Africa* (London: Hawkins).
ASAD, T. (1966) 'A note on the history of the Kababish tribe', *SNR,* 47, pp. *79-87.*
ASIEGBU, J. U. J. (1969) *Slavery and the Politics of Liberation, 1787-1861*: *A Study of Liberated African Emigration and British Anti-Slavery Policy* (London: Longmans Green).
ASIWAJU, A.I. (1973) 'A note on the history of Sabe: an ancient Yoruba kingdom', *Lagos Notes and Records,* 4, pp. 17-29.
______. (1976) *Western Yorubaland Under European Rule, 1889-1945: A Comparative Analysis of French and British Colonialism* (London: Longman).
______. (1979) 'The Aja-speaking peoples of Nigeria: a note on their origins, settlement and cultural adaptation up to 1945', *Africa,* 49, I, pp. 15-28.
ATMORE, A. and MARKS, S. (1974) 'The imperial factor in South Africa in the nineteenth century: towards a reassessment', *JICH,* 3, I, pp. 105-39.
AUSTEN, R. A. (1970) 'The abolition of the overseas slave trade: a distorted theme in West African history', *JHSN,* 5, 2, pp, 257-74.
______. (1979) 'The trans-Saharan slave trade: a tentative census', in H. A. Gemery and J. S. Hogendorn (eds), pp. 23-76.
AWE, B. (1964) 'The rise of Ibadan as a Yoruba power, 1851-1893' (DPhil thesis, Oxford University).
______. (1973) 'Militarism and economic development in nineteenth century Yoruba country: the Ibadan example', *JAH,* 14, I, pp. 65-78.
AYACHE, G. (1958) 'Aspects de la crise financière au Maroc après I'expédition espagnole de 1860', *Revue historique,* 220, 2, pp. 271-310.
______. (1965) 'La crise des relations germano-marocaines, 1894-1897', *Hespéris-Tamuda, 6,* pp. 159-204.
AYACHE, G. (1979) *Etudes d'histoire marocaine* (Rabat: SMER).
AYACHE, S. (1963) *L'acession au trône (1828) de Ranavalona I: à travers Le témoignane de Raombana (1854)* (Tananarive: Imprimerie Nationale).
AYACHE, S. (1975) 'Esquisse pour Le portrait d'une reine: Ranavalona Ière, *Omaly sy Anio,* I-2, pp. 251-70.
______. (1977) 'Jean Laborde vu par les témoins malgaches', *Omaly sy Anio,* 5-6, pp. 191-222.
AYANDELE, E. A. (1966) *The missionaire Impact on Modern Nigeria 1842-1914: A political and Social Analyis* (London: Longmans Green).
AYLIFF, J. and WHITESIDE, J. (1962) *History of the Abambo, Generally known as Fingos,* (Ist edn, 1912, Cape Town).

D'AZEVEDO, W. L. (1969-71) 'A tribal reaction to nationalism', *Liberian Studies Journal,* 1, 2, pp. I-21; 2, I, pp. 43-63; 2, 2, pp. 99-115; 3, I, pp. 1-19.

BA, A. H. and DAGET, J. (1962) *L'Empire peul du Macina (1818-1853)* (Paris: Mouton).

BA, O. (1976) *La penetration française au Cayor, 1854-1861* (Dakar: Oumar Ba).

BAER, G. (1961) 'The village shaykh in modern Egypt', in U. Heyd (ed) *Studies in Islamic History and Civilization* (Jerusalem: Hebrew University).

______. (1962) *A History of Landwnership in Modern Egypt 1800-1950* (London: OUP).

BAETA, C. G. (ed.) (1968) *Chrislianity in Tropical Africa* (London: OÜP).

BAGODO, O. (1979) 'Le royaume Borgu Wassangari de Nikki dans la première moitié du XIXe siècle: essa d'histoire politique' (Mémoire de Maitrise d'Histoire, Université Nationale du Benin, Abomey-Calavi).

BAIER, S. (1977) 'Trans-Saharan trade and the Sahel: Damergu 1870-1930', *JAH,* 18, I, pp. 37-60.

______. (1980) *An Economic History of Central Niger* (Oxford: C1arendon Press).

BAIER, S. and LOVEJOY, P. E. (1977) 'The Tuareg of the Central Sudan: gradations of servility at the desert edge (Niger and Nigeria)', in S. Miers and I. Kopytoff (eds), pp. 391-411.

BAIN, A. G. (1949) *Journal of Andrew Gtddes Bain* (Cape Town: Van Riebeeck Society).

BAKER, S. W. (1879) *Ismailia* (2nd edn, London: Macmillan).

AL-BARAWI, R. and ELEISH, M. H. (1944) *AI-tatawwor al-iqtisadi fī Misr fīl-asr al-hadīth* (Cairo: Maktabat al-Nahdah al-Misriyyah).

BARBAR, A. (1980) 'The Tarabulus (Libyan) resistance to the Italian invasion: 1911-1920' (PhD thesis, University of Wisconsin, Madison).

BARGAOUI, S. (1982) 'Al milkiya wa alakāt el- 'amal fī nāh'iyati Tūnis fī awākhir al-karn al-tāsa' 'ashar wa bidāyat al-karn al 'ishrīn' (Thèse de doctorate de 3ème cycle, Université de Tunis).

______. (1983) 'Le phénomène de l'usure dans la Tunisie de 1881, in *Reáctions à l'ocupation française de la Tunisie en 1881* (Tunis: CNUDST).

BARKINDO, B. M. (ed.) (1978) *Sludies in The History of Kano* (lbadan: Heinemann).

BARNES, J. A. (1951) *Marriage in a Changing Society: A Study in Structural Change among the Fort Jameson Ngoni* (London: OUP).

BARRETT, D. B. (1968) *Schism and Renewal in Africa* (Nairobi: OUP).

BARRY, B. (1972) *Le royaume du Waalo. Le Sénégal avant conquête* (Paris: Maspero).

BARTELS, F. L. (196,) *The Roots of Ghana Methodism* (Cambridge: CUP).

BARTH, H. (1857) *Travels and Discoveries in North and Central Africa* (5 vols, London: Longman, Brown, Green, Longmans and Robens).

______. (1863) *Voyages et découvertes dans l'Afrique septentrionale et centrale pendant les annés 1849 à 1855* (4 vols, Paris: Bohné).

BASCOM, W. R. (1972) *Shango in The New World* (Austin: University of Texas Press).

BASTIN, JOHN (1965) *The British in West Sumatra, 1685-1825* (University of Malaya Press: Kuala Lumpur).

BASTIN, J. (1977). *A History of Modern Southeast Asia* (2nd edn, London: Prentice-Hall).

BATHURST, R. C. (1967) 'The Ya'rubi Dynasty of Oman', (DPhil. thesis, Oxford University).

BATRAN, A. A. (1972) 'Sidi al-Mukhtar al-Kunti and the recrudescense of Islam in the Western Sahara and the Middle Niger' (PhD thesis, University of Birmingham).

______. (1973) 'An introductory note on the impact of Sidi al-Mukhtar al-Kunti (1729-1811) on west African lslam in the 18th and 19th centuries', *JHSN,* 6, 4, pp. 347-52.

______. (1974) 'The Qadiriyya-Mukhtariyya Brotherhood in West Africa: the concept of Tasawwuf in the writings of Sidi al-Mukhtar al-Kunti', *TAJH*, 4, 1/2, pp. 41-70.

______. (1983) *Islam and Revolution in Africa: A Study in Arab-Islamic Affairs* (Brattleboro: Center for Arab and Islamic Studies).

BAYRAM, V. M. (1885) *Gafwat al-i'tibār* (Cairo).

BAZIN, J. and TERRAY, E. (1982) *Guerres de lignages et guerres d'États en Afrique* (Paris: Archives contemporaines).

BDIRA, M. (1978) *Relations internationales et sous-développement: La Tunisie, 1857-1864* (Uppsala: Acta Univers Upsal.).
BEACH, D. (1977) 'The Shona economy: branches of production', in R. Palmer and N. Parsons (eds), pp. 37-65.
______. (1980) *The Shona and Zimbabwe, 900-1850* (New York: Macmillan).
BEACHEY, R. W. (1967) 'The East African ivory trade in the nineteenth century,' *JAH,* 8, 2, pp. 269-90.
BEAN, R. (1975) *The British Trans-Atlantic Slave Trade, 1650-1775* (New York: Arne Press).
BEEMER, H. (1937) 'The development of the military organisation in Swaziland', *Africa,* 10, pp. 55- 74·
BEHRENS, C. (1974) *Les Kroumen de la côte occidentale d'Afrique* (Bordeaux CNRS, centre d'études de géographie Tropicale, Talence).
BEKE, C. T. (1867) *The British Captives in Abyssinia* (2nd edn, London: Longman, Green, Reader & Dyer).
BELLO, M. (1951) *Infaq al-Maisur* (ed. C. E.J. Whitting, London: Luzac).
______. (1964) *Infaq al-Maisur* (ed. 'Ali 'Abd al- 'Azim, Cairo).
BELROSE-HUYGHES, V. (1975) 'Un exemple de syncrétisme esthétique au XIXe siècle: le Rova de Tananarive d'Andrianjaka à Radama Ier', *Omaly sy Anio,* I-2, pp. 273-307.
______. (1977) 'Considération sur l'introduction de l'imprimerie à Madagascar', *Omaly sy Anio,* 5-6, pp. 89-105.
______. (1978a) 'Le contact missionnaire au féminin: Madagascar et la LMS, 1795- 1835', *Omaly sy Anio,* 7-8, pp. 83-131.
______. (1978b) 'Historique de la pénétration protestante à Madagascar jusqu' en 1829' (Thèse de 3ème cycle, Paris-Antananarivo).
BENACHENHOUR, A. (1966) *L'Etat algérien en 1830. Ses institutions sous l'émir Abd-el-Kader* (A1giers). Benedict, B. (1965) *Malritius: Problems of a Plural Society* (New York: Praeger).
BENNETT, N. R. (1968) 'The Arab impact', in B. A. Ogot and J. A. Kieran (eds), pp. 216-37.
______. (1974) 'The Arab impact', in B. A. Ogot (ed.), pp. 210-28.
______. (1978) *A History of the Arab State of Zanzibar* (London: Methuen).
______. (1981) *Mirambo of Tanganyika, 1840-1884* (New York: OUP).
BEN SALEM, L. (1982) 'Intérêt des analyses en termes de segmentarité pour l'étude des sociétés du Maghreb', *ROMM,* 33, pp. 113-35.
BERGER, I. (1981) *Religion and Resistance in East African Kingdoms in the Precolonial Period* (Tervuren: Musée Royale de l' Afrique Centrale).
BERLIN, I. and HOFFMAN, R. (eds) (1983) *Slavery and Freedom in the Age of the American Revolution* (Charlottesville: University Press of Virginia).
BERNARD, A. (1906) *La pénétration saharienne (Algiers: Imprimerie Algérienne).*
BERNARD, A. and LACROIX, N. (1906) *L'évolution du nomadisme en Algérie* (Paris: Challamel).
BERNTSEN, J. L. (1979) 'Pastoralism, raiding and prophets: Maasailand in the nineteenth century' (PhD thesis, University of Wisconsin, Madison).
BERQUE, J. (1978) *L'intérieur du Maghreb, XVe-XIXe siècle* (Paris: Gallimard).
BERTHO, J. (1949) 'La parenté des Yoruba aux peuplades du Dahomey et du Togo', *Africa,* 19, pp. 121-32.
BETHELL, L. (1970) *The Abolition of the Brazilian Slave Trade. Britain, Brazil and the Slave Trade Question, 1807-1869* (Cambridge: CUP).
BETTOLI, P. (1882) 'Tripoli commerciale', *L'Esploratore, 6.*
BHILA, H. H. K. (1972) 'Trade and the survival of an African polity: the external relations of Manyika from the sixteenth to the early nineteenth century', *Rhodesia History,* 3, pp. 11-28.
BIANCHI, G. (1886) *Alla terra dei Galla: narrazione della Spedizione Bianchi in Africa nel 1879-80* (Milan: Treves).
BIEBER, F. J. (1920-3) *Kaffa: ein altkuschilisches Volkstum in Inner Afrika* (Munster: W. Aschendorffsche Verlagsbuchhandlung).

BINGER, L.-G. (1892) *Du Niger au golfe de Guinée par le pays de Kong et le Mossi* (1887-1889) (2 vols, Paris: Hachette).
BIOBAKU, S. O. (1957) *The Egba and Their Neighbours* (Oxford: Clarendon Press). Bird, J. (ed.) (1888) *The Annals of Natal 1495-1845* (2 vols, Pietermaritzburg: Davis).
BIRKS, J. S. (1978) *Across the Savannahs to Mecca: The Overland Pilgrimage Route from West Africa* (London: Hurst).
BIRMINGHAM, D. (1976) 'The forest and the savanna of Central Africa', in J. E. Flint (ed.), pp. 222-69.
BIZZONI, A. (1897) *L'Eritrea nel passato e nel presente* (Milan: Sonzogno).
BLANC, H. (1868) *A Narrative of Captivity in Abyssinia* (London: Smith, Elder).
BOAHEN, A. A. (1964) *Britain, the Sahara, and the Western Sudan, 1788-1861* (Oxford: Clarendon Press). Boahen, A. A. (1966) *Topics in West African History* (London: Longman).
BOAHEN, A. A. (1974) 'Politics in Ghana, 1800-1874', in J. F. A. Ajayi and M. Crowder (eds), pp. 167-261.
______. (1975) *Ghana: Evolution and Change in the Nineteenth and Twentieth Centuries* (London: Longman).
BOGDANOVITCH, M. N. (1849) *Algirija v novejchee vrenja* (St Petersburg).
BONNER, P. (1983) *Kings, Commoners and Concessionaires: The Evolution and Dissolution of the Nineteenth-Century Swazi State* (Cambridge: CUP).
BONTÉ, P. (1976) 'Structures de classe et structures sociales chez les Kel Gress', *ROMM,* 21, pp. 141-62.Bontinck, F. (1974) 'La double traversée de l'Afrique par trois Arabes de Zanzibar (1845--1860)', *Etudes d' Histoire africaine,* 6, pp. 5-53.
BOSWORTH, C. E., VAN DONZEL, E., LEWIS, B., PELLAT, C. (eds) (1978) *The Encyclopedia of Islam,* new edn., Vol. 4 (Leiden/London: Brill/Luzac).
BOTTE, R. (1982) 'La guerre interne au Burundi', in J. Bazin and E. Terray (eds).pp 269-317. Boudou, A. (1940-2) *Les jésuites à Madagascar aux XIXe siècle.* (Paris: Beauchesne).
BOUDOU, A. (1943) 'Le complot de 1857', in *Collection de Documents conçernant Madagascar et les pays voisins* (Paris: Académie Malgache).
BOUËT-WILLAUMEZ, E. (1846) *Description nautique des côtes de l'Afrique occidentale comprises entre le Sénégal et l' Equateur* (Paris: Imprimerie Nationale).
BOUËT-WILLAUMEZ, E. (1848) *Commerce et traite des noirs aux côtes occidentales d'Afrique* (Paris: Imprimerie Nationale).
BOULARD, M. (1958) 'Aperçu sur le commerce caravanier Tripolitaine-Ghet-Niger vers la fin du XIVe siècle', *Bulletin de Liaison Saharienne,* 9, pp. 202-15.
BOURDIEU, P. (1970) *Sociologie de l'Algérie* (3rd edn, Paris: PUF).
BOWDICH, T.E. (1819) *A Mission from Cape Coast Castle to Ashantee* (London: John Murray). Bowring, J. (1840) *Report on Egypt and Candia* Cmd Paper, (London).
BOWSER, F. P. (1974) *The African Slave in Colonial Peru, 1524-1650* (Stanford: SUP).
BOYD, J. (1982) 'The contribution of Nana Asma'u Fodio to the jihadist movement of Shehu Dan Fodio from 1820 to 1865' (MPhil thesis, North London Polytechnic).
BOYER, P. (1970a) 'Des pachas triennaux à la révolution d'Ali Khodja Dey (1571-1817)', *Revue Historique,* 244, 495, pp. 99-124.
______. (1970b) 'Le problème kouloughli dans la Régence d'Alger', *ROMM,* numéro spécial, pp. 79-94.
______. (1971) 'L'Odyssée d'une tribu saharienne: les Djerama, 1881-1929', *ROMM,* 10, pp. 27-54. Brasseur, P. (1975a) 'A la recherche d'un absolu missionnaire Mgr Truffet, vicaire apostolique des Deux-Guinées (1812-1847)', *CEA,* 15,2, pp. 259-85.
BRASSEUR, P. (1975 b) 'Missions catholiques et administration française sur la côte d' Afrique', *RFH OM,* 62, 3, pp. 415-46.
BRÉHIER, L. (1901) *L'Egypte de* 1798 *à 1900* (Paris: Combet). Brelsford, W. V. (1956) *The Tribes of Northern Rhodesia* (Lusaka). Brenner, L. (1973) *The Shehus of Kukawa* (Oxford: Clarendon Press).
BRENNER, L. and COHEN, R. (1988) *Bonno in the 19th century* in J. F. A. Ajayi and M. Crowder (eds), *History of West Africa,* Vol. 2 (2nd edn, London, Longman) Bridge, H. (1845) *Journal of an*

African Cruiser (London: Wiley & Putnam). Brignon, J. et al. (1967) *Histoire du Maroc* (Paris: Hatier).

BROADBENT, S. (1865) *A Narrative of the First Introduction of Christianity amongst the Barolong Tribe of Bechuanas, South Africa* (London: Wesleyan Mission House).

BROOKES, E. H. (1974) *White Rule in Southern Africa 1830-1910* (Pietermaritzburg: University of Natal Press).

BROOKES, E. H. and WEBB, C. de B. (1965) *A History of Natal* (Pietermaritzburg: University of Natal Press).

BROOKS, G. E. (1972) *The Kru Mariner in the Nineteenth Century* (Newark, Delaware: University of Delaware).

______. (1975) 'Peanuts and colonialism: consequences of the commercialization of peanuts in West Africa, *1830-70'*, *JAH,* 16, I, pp. 29-54.

BROWN, K. (1976) *People of Salé: Tradition and Change in a Moroccan City, 1830-1930* (Cambridge, Mass.: HUP).

BROWN, L. C. (1974) *The Tunisia of Ahmad Bey,* 1837-1855 (Princeton: PUP). Brown, M. (1977) 'Ranavalona I and the missionaries 1828-40', *Omaly sy Anio,* 5-6, pp. 191-222. Brown, M. (1978) *Madagascar Rediscovered: A History from Early Times to Independence* (London: Damien Tunnacliffe).

BROWN, W. A. (1968) 'Towards a chronology of the caliphate of Hamdullahi (Māsina)', *CEA,* 7, 31, pp. 428-43.

______. (1969) 'The caliphate of Hamdullahi, c.1818-1864: A study in African history and traditions' (PhD thesis, University of Wisconsin, Madison).

BROWNLEE, C. (1896) *Reminiscences of Kaffir Life and History, and Other Papers* (Lovedale: Lovedale Mission Press),

BRUNSCHWIG, H. (1963) *L'Avènement de l'Afrique Noire* (Paris: Colin).

BRYANT, A. T. (1929) *Olden Times in Zululand and Natal* (London: Longmans, Green). Bryant, A. T. (1964) *A History of' the Zulu and Neighbouring Tribes* (Cape Town: C. Strvik). Bugner, L. (ed.) (1980) *The Image of the Black in Western Art* (New York: William Morrow). Bull, M. M. (1972) 'Lewanika's achievement', *JAH,* 13, 4, pp. 463-72.

BUNDY, C. (1979) *The Rise and Fall of the South African Peasantry* (Berkeley: UCP). Burckhardt, J. L. (1829) *Travels in Arabia* (London: H. Colburn).

BUREAU, R. (1962) 'Ethno-sociologie religieuse des Duala et apparentés', *Recherches et Etudes Camerounaises,* 7/8, pp, 1-372.

BURKE III, E. (1972) 'The image of the Moroccan state in French ethnological literature: a new look at the origins of Lyautey's Berber policy', in E. Gellner and C. Micaud (eds).

______. (1976) *Prelude to the Protectorate in Morocco: Precolonial Protest and Resistance 1860-* 1912 (Chicago: Chicago University Press).

BURMAN, S. (1981) *Chiefdom Politics and Alien Law: Basutuland under Cape Rule,* 1871-1884 (New York: Africana Publishing).

BURTON, R. F. (1860) *The Lake Regions of Central Africa* (2 vols, London: Longman, Green, Longman & Roberts).

______. (1872) *Zanzibar; City, Island and Coast* (2 vols, London: Tinsley Brothers). Burton, R. F. (1894) *First Footsteps in East Africa* (London: Tylston & Arnold).

______. (1964) *Pilgrimage to al-Madinah and Meccah* (2 vols, London: Dover).

BUSIA, K. A. (1951) *The Position of the Chief in the Modern Political System of Ashanti* (London: OUP). Butler, G. (1974) *The 1820 Settlers. An Illustrated Commentary* (Cape Town: Human & Rousseau).

CACHIA, A.J. (1975) *Libya Under the Second Ottoman Occupation, 1835-1911* (Tripoli).

CAILLÉ, J. (1951) *Charles Jagerschmidt, chargé d'affaires de France au Maroc (1820-1894)* (Paris: Larose).

CAILLÉ, R. (1830) *Journal d'un voyage à Tombuctou et à Jenné dans l'Afrique Centrale* (3 vols, Paris: Imprimerie Royale).

CAILLON-FILIET, O. (1978) 'Jean Laborde et l'Océan Indien' (thèse de 3e cycle, Université de Aix-en- Provence).

CAMERON, V. L. (1877) *Across Africa* (2 vols, 4th edn, London: Daldy, Isbister). Campbell, G. (1981) 'Madagascar and the slave trade, *1850-1895', JAH,* 22, 2, pp. 203-28. Caplan, G. L. (1970) *The Elites of Barotseland 1878-1969* (Berkeley: UCP).

CARREIRA, A. (1947) *Mandingas da Guiné Portuguesa* (Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa. Memórias n. 4).

CARRÈRE, F. and HOLLE, P. (1855) *De la Sénégambie française* (Paris: Librairie de Firmin Didot Frères, Fils & Cie).

CASALIS, E. (1861) *The Basutos* (London: Nisbet).

CASSANELLI, L. V. (1982) *The Shaping of Somali Society* (Philadelphia: UPP).

CAULK, R. A. (1966) 'The origins and development of the foreign policy of Menilek II,1865-96' (PhD thesis, University of London).

______. (1972) 'Firearms and princely power in Ethiopia in the nineteenth century', *JAH, 13,* 4, pp. 591-608.

CAUNEILLE, A. (1968) *Les Chaamba (leur nomadisme): évolution de la tribu durant l'administration française* (Paris: CNRS).

CECCHI, A. (1886-7) *Da Zeila alle frontiere del Caffa* (Rome: Loescher).

CERULLI, E. (1942) 'Gli Emiri di Harar dal secolo XVI, alia conquista egiziana', *Rassegna di Studi Etiopici,* 2.

______. (1943-47) *Etiopi in Palestina* (Rome: Libreria dello Stato).

______. (1957-64) *Somalia. Scritti vari editi ed inediti* (3 vols, Rome: Amministrazione Fiducitaria Italiana di Somalia).

CHAINE, M. (1913) 'Histoire du règne de Iohannès IV, roi d'Ethiopie (1868-1889)', *Revue Sémitique,* 21, pp. 178-91.

CHAMBERLIN, C. (1979) 'Bulk exports, trade tiers, regulation, and development: an economic approach to the study of West Africa's "Legitimate Trade" ', *Journal of Economic History ;* 39, 2, pp. 419-38.

CHATER, K. (1984) *Dépendance et mutations précoloniales. La Régence de Tunis de 1815 à 1857* (Tunis: Publications de l'Université de Tunis).

CHATTOPADHYAY, A. K. (1977) *Slavery in the Bengal Presidency; 1772-1843* (London).

CHAUDHURI, K. N. (1966) 'India's foreign trade and the cessation of the East India Company's trading activities, 1828-40', *Economic History Review,,* 2nd ser., 19, 2, pp. 345-63.

CHÉRIF, M. H. (1970) 'Expansion européenne et difficultés tunisiennes de 1815 à 1830', *Annales ESC,* 25,3, pp. 714-45.

______. (1977) 'Pays du Maghreb en voie de stabilisation', in A. Soboul et al. *Le siècle des Lumières. L'essor/1715-1750* (Paris: PUF), Vol. 2, pp. 907-21.

______. (1978) 'H'ammuda Pacha Bey et l'affermissement de l'antonomie tunisienne', in *Les Africains* (Paris: Jeune Afrique), Vol. 7, pp. 99-127.

______. (1979a) 'Pouvoir et société dans la Tunisie de H'usayn bin Ali, 1705-1740' (Thèse de doctorat d'Etat, Université de Paris, Sorbonne).

______. (1979b) 'Propriété des oliviers au Sahel dee débuts du XVIIe à ceux du XIXe siècle', in *Actes du Premier Congrès d' Histoire et de la Civilisalion du Maghreb* (Tunis: Centre d'Etudes et de Recherches Economiques et Sociales) Vol. 2, pp. 209-52.

______. (1980) 'Les mouvements paysans dans la Tunisie du XIXe siècle', *ROMM,* 30, pp. 21- 55.

______. (forthcoming) 'Al-lizma wal-lazzāma bi-Tūnis fī l-karn al-thāmin ashar', *Cahiers de Tunisie.*

CHÉRON, G. (1924) 'Contributions à l'histoire du Mossi: traditions relatives au cercle de Kaya', *BCEHSAOF,* 7, 4, pp. 634-91.

CHILDS, G. M. (1970) 'The chronology of the Ovimbundu Kingdom', *JAH,* II, 2, pp. 241-57.

CHILVER, E. M. (1961) 'Nineteenth century trade in the Bamenda Grassfields, Southern Cameroons', *Afrika und Übersee,* 14.

CHITTICK, H. N. and ROTBERG, R. I. (1975) *East Africa and the Orient: Cultural Synthesis in Pre-colonial Times.* (New York: Africana Publishing).

CHRÉTIEN, J. P. (1981) 'Le commerce du sel de l'Uvinza au XIXe siècle: de la cueillette au monopole capitaliste', in *Le sol, la parole et l'écrit. Mélanges en hommage à Raymond Mauny* (2 vols, Paris: SFHOM), Vol. 2, pp. 919-40.
CHRISTALLER, J. G. (1875) *A Grammar of the Asante and Fante Languages* (Basel: Basel Evangelical Missionary Society).
______. (1933) *Dictionary of the Asante and Fante Language* (2nd edn, first edn 1881, Basel: Basel Evangelical Missionary Society).
CLAPPERTON, H. (1829) *Journal of a Second Expedition into the Interior of Africa* (London: Murray).
CLARENCE-SMITH, W. G. (1979a) *Slaves, Peasants and Capitalists* in *Southern Angola, 1840-1926* (Cambridge: CUP).
______. (1979b) 'Slaves, commoners and landlords in Bulozi *c.1875* to 1906', *JAH,* 20, 2, pp 219-34.
CLARENCE-SMITH, W. G. and MOORSOM, R. (1975) 'Underdevelopment and class formation in Ovamboland, 1845-1915', *JAH,* 16,3, pp. 365-81.
COHEN, D. W. (1977) *Womunafu's Bunafu: A Study of Authority in a Nineteenth Century African Community* (Princeton: PUP).
______. (1983) 'Food production and food exchange in the pre-colonial lakes plateau region of East Africa', in R. I. Rotberg (ed.) *Imperialism, Colonialism, and Hunger: East and Central Africa* (Lexington, Mass.: Lexington).
COHEN, D. W. (?) *Busoga, 1700-1900.*
COHEN, D. W. and GREENE, J. P. (eds) (1972) *Neither Slave nor Free: The freedmen of African Descent in the Slave Societies of the New World* (Baltimore: JHUP).
COHEN, R. and BRENNER, L. (1974) 'Bornu in the nineteenth century', in J. F. A. Ajayi and M. Crowder (eds), pp. 93-128.
COHEN, W. B. (1980) *The French Encounter with Africans: While Responses to Blacks, 1530-1880* (Bloomington: Indiana University Press).
COLEMAN, J. S. (1958) *Nigeria: Background to Nationalism* (Berkcley & Los Angeles: UCP).
COLLINS, R. O. (1975) *The Southern Sudan in Historical Perspective* (Tel Aviv, University of Tel-Aviv Students Association).
COLLINS, R. O. and TIGNOR, R. L. (1967) *Egypt and the Sudan* (Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall).
COLOMB, P. H. (1873) *Slave-Catching in the Indian Ocean* (London: Longmans, Green).
COLVIN, L. G. (1974) 'Islam and the state of Kajoor: a case of successful resistance to jihad', JAH, 15, 4, pp. 587-606.
______. (1981) *Historical Dictionary of Senegal* (Metuchen, NJ: Scarecrow Press).
______. (1982) *Kajor and the French. A Study of Diplomacy from the Slave Trade through the Conquest* (New York: Nok).
COMBES, E. and TAMASIER, M. (1838) *Voyage en Abyssinie, dans le pays des Galla, de Choa et d'Ifat:* (4 vols, Paris: L. Dessessart).
CONRAD, R. (1972) *The Destruction of Brazilian Slavery, 1850-1888* (Berkcley: UCP). Conti Rossini, C. (1921) 'L'editto di ras Gugsa sui feudi', *Rassegna Coloniale,* I.
CONTI ROSSINI, C. (1947) 'Nuovi documenti per la storia d'Abissinia nel secolo XIX', *Atti del Accademia Nazionale dei Lincei,* 2.
COOPER, F. (1977) *Plantation Slavery on the East Coast of Africa* (New Haven and London: YUP). Coquery-Vidrovitch, C. (1971) 'De la traite des esclaves à l'exportation de l'huile de palme et des palmistes au Dahomey: XIXe siècle', in C. Meillassoux, (ed.), pp. 107-23.
COQUERY-VIDROVITCH, C. (1972) 'Research on an African mode of production', in M. A. Klein and G. W. Johnson (eds), pp. 33-52.
______. (1976) 'La mise en dépendance de l'Afrique noire: essai de périodisation historique', *CEA,* 16, 1-2, pp. 7-58.
COQUERY-VIDROVITCH, C. and Moniot, H. (1974) *L'Afrique noire de 1800 à nos jours* (Paris: PUF). Cordell, D. D. (1972) 'The Awlad as Sulayman' (MA dissertation, University of Wisconsin,

Madison). Cordell, D. D. (1977a) 'Eastern Libya, Wadai and the Sanūsīya: A tariqa and a trade route', *JAH,* 18, I, pp. 21-36.
CORDELL, D. D. (1977b) 'Dar al-Kuti: a history of the slave trade and state formation on the Islamic frontier in northern Equatorial Africa (Central African Republic and Chad) in the nineteenth and early twentieth centuries' (PhD thesis, University of Wisconsin).
CORNEVIN, R. (1962) *Histoire du Dahomey* (Paris: Berger-Levrault).
CORWIN, A.F. (1967) *Spain and the Abolition of Slavery in Cuba, 1817-1886* (Austin and London: University of Texas Press).
COUPLAND, R. (1933) *The British Anti-Slavery Movement* (Oxford: Clarendon Press). Coupland, R. (1938) *East Africa and its Invaders* (Oxford: Clarendon Prcss). Coupland, R. (1939) *The Exploitation of East Africa, 1856-1890* (London: Faber). Coursac, J. de (1926) *Une page de l'histoire d' Ethiopie. Le règne de Yohannès* (Romans).
COUSINS, W. E. (1895) *Madagascar of Today: A Sketch of the lsland* (London: Religious Tract Society).
CRABITÈS, P. (1933) *Gordon, the Sudan and Slavery* (London: Routledge).
CRAHAN, M. and KNIGHT, F. W. (eds) (1979) *Africa and the Caribbean, the Legacies of a Link* (Baltimore: JHUP).
CRATON, M. (1978) *Searching for the Invisible Man: Slaves and Plantation Life in Jamaica* (Cambridge, Mass: HUP).
CRATON, M. (ed.) (1979) *Roots and Branches: Current Directions in Slave Studies* (Oxford: Pergamon). Cronon, E. D. (1962) *Black Moses: The Study of Marcus Garvey* (Madison: UWP).
CROSBY Jr, A. W. (1972) *The Columbian Exchange: Biological and Cultural Consequences of 1492* (Westport, Conn.: Greenwood Press).
CROUCHLEY, A. E. (1937) 'The development of commerce in the reign of Mohammad Ali', *L'Egyptte contemporaine,* 28.
CROUCHLEY, A. E. (1938) *The Economic Development of Modern Egypt* (London: Longmans, Green). Crurnrney, D. (1969) 'Tēwodros as reformer and modernizer', *JAH,* 10, 3, pp. 457-69.
CRURNRNEY, D. (1971) "The violence of Téwodros', *Journal of Ethiopian Studies,* 9, 2, pp. 107-25. Crurnrney, D. (1972) *Priests and Politicians: Protestant and Catholic Missions in Orthodox Ethiopia, 1830-1868* (Oxford: Clarendon Press).
CURNRNINGS, R. (1975) 'Aspects of human porterage with special reference to the Akamba of Kenya' (PhD thesis, University of California at Los Angeles).
CUNNISON, IAN (1959) *The Luapula Peoples of Northern Rhodesia* (Manchester: MUP).
______. (1966) 'Kazembe and the Arabs to 1870', in E. Stokes and R. Brown (eds), pp. 226-37.
CURTIN, P. D. (ed.) (1967) *Africa Remembered* (Madison: UWP).
______. (1969) *The Atlantic Slave Trade: A Census* (Madison: UWP).
______. (1971) 'Jihad in West Africa: early phases and inter-relations in Mauritania and Senegal', *JAH,* 12, I, pp. 11-24.
______. (1975) *Economic Change in Pre-Colonial: Senegambia in the Era of the Slave Trade* (Madison: UWP).
______. (1976) 'Measuring the Atlantic slave trade once again: a comment', *JAH,* 17, 4, pp. 595- 605.
______. (1979) 'The African diaspora', in M. Craton (ed.), pp. 1-17.
______. (1981) 'The abolition of the slave trade from Senegambia', in D. Eltis and J. Walvin (eds), pp. 83-97.
CURTIN, P.D., FEIERMAN, S., THOMPSON, L. and VANSINA, J. (1978) *African History* (Boston: Little, Brown).
CUYPERS, J. B. (1970) *L'alimentation chez les Shi* (Tervuren: Musée royal de l' Afrique centrale).
DACHS, A. (1972) 'Politics of collaboration: imperialism in practice', in B. Pachai (ed.) *The Early History of Malawi* (London: Longman), pp. 283-92.
DAGET, S. (1973) 'Les mots esclave, nègre, Noir et les jugements de valeur sur la traite négrière dans la littérature abolitionniste française, de 1770 à 1845', *RFHOM,* 60, 4, pp. 511-48.
______. (1975) 'Long cours et négriers nantais du trafic illégal (1814-1833)', *RFHOM,* 62, 1-2, pp. 90-134.

DAGET, S. (1979) 'British repression of the illegal French slave trade: some considerations', in H. A. Gemery and J. S. Hogendorn (eds), pp. 419-42.

DAGET, S. (1980) 'Rôle ct contribution des états-côtiers dans l'évolution des rapports entre Africains et Européens du XVe au XIXe siècle', *Annales de* l' *Université d' Abidjan* sér. *D. (Lettres),* 13, pp. 311-36.

______. (1983) *Catalogue analytique des armements français soupçonnés de participation au trafic négrier illégal, 1814-1867* (Paris: SFHOM).

D'ALMEIDA, D. (1973) 'Le Dahomey et l'administration coloniale française' (Diplôme des Sciences Economiques et Sociales, Viè section, Université de Paris, Sorbonne).

DARKWAH, R. H. (1975) *Shewa, Menilek and the Ethiopian Empire, 1813-1889* (London: Heinemann). Davenport, T. R. H. (1969) 'The consolidation of a new society: the Cape Colony', in M. Wilson and L. Thompson, (eds), pp. 272-333.

DAVENPORT, T. R. H. (1978) *South Africa: A Modern History* (2nd edn, London: Macmillan). David, R. (1970) 'Negro contributions to the exploration of the globe', in J. S. Roucek and T. Kiernan (eds) *Thee Negro lmpact on Western Civilization* (New York: Philosophical Library).

DAVIS, D. B. (1966) *The Problem of Slavery in Western Culture* (Ithaca: Cornell University Press). Davis, D.B. (1975) *The Problem of Slavery in the Age of Revolution, 1770-1823* (lthaca: Cornell University Press).

DAVIS, R. (1973) *The Rise of the Atlantic Economies* (Ithaca: Cornell University Press).

DAVIS, R. W. (1976) *Ethnolinguistic Studies on the Kru Coast, Liberia* (Newark, Delaware: Liberian Studies Association).

DE COSSON, E. A. (1877) *The Cradle of the Blue Nile* (London).

DE KIEWIET, C. W. (1937) *The Imperial Factor in South Africa* (Cambridge: CUP).

______. (1968) *A History of South Africa, Social and Economic* (London: OUP). Dean, W. (1976) *Rio Claro: A Brazilian Plantation System, 1820-1920* (Stanford: SUP).

DEBBASCH, Y. (1961-2) 'Le marronage: essai sur la désertion de l'esclavage antillais', *L'Année Sociologique.*

DEBRUNNER, H. W. (1967) *A History of Christianity in Ghana* (Accra: Waterville).

DECARY, R. (ed.) (1939) *Les Voyages du lieutenant de vaisseau Frappaz dans les mers des Indes* (Tananarive: Académie malgache).

DECARY, R. (1960) *L'île Nosy Bé de Madagascar: histoire d'une colonisation* (Paris).

DEGLER, C. (1971) *Neither Black nor White: Slavery and Race Relations in Brazil and the United States* (New York: Macmillan).

DELAFOSSE, M. (1972) *Haut-Sénégal-Niger* (2 vols, Paris: Maisonneuve & Larose).

DELIUS, P. (1980) 'Migrant labour and the Pedi, 1840-80', in S. Marks and A. Atmore (eds), pp. 293-312.

DELIVRÉ, A. (1974) *L'Histoire des rois d'Imerina, Interprétation d'une tradition orale* (Paris: Klincksieck).

DELMOND, P. (1953) 'Dans la Boucle du Niger. Dori, ville peul', in *Mélanges ethnologiques* (Mémoires d'IFAN, 23, Dakar: IFAN), pp. 9-109.

DELVAL, R. (1964) *Radama II: Prince de Ia Renaissance Malgache, 1861-1863* (Paris: Editions de l'Ecole).

DENEVAN, W. M. (ed.) (1976) *The Native Population of the Americas in 1492* (Madison: UWP). Deng, F. M. (1978) *Africans of two Worlds* (New Haven & London: YUP).

DENIS, P. (1961) *Histoire des Mangbetu et des Matshaga jusqu'a l'arrivée des Belges* (Tervuren: Musée royal de l' Afrique eentrale).

DENOON, D. (1973) *Southern Africa since 1800* (New York: Praeger).

DERMAN, W. (1973) *Serfs, Peasants, and Socialists* (Berkeley & Los Angeles: UCP).

DERRICOURT, R. (1974) 'Settlements in the Transkei and Ciskei before the Mfecane', in C. Saunders and R. Derricourt (eds), pp. 39-82.

DESCHAMPS, H. (1951) *Madagascar, Comores, Terres australes* (Paris: Berger-Levrault). Deschamps, H. (1960) *Histoire de Madagascar* (Paris: Berger-Levrault).

______. (1965) *Quinze ans de Gabon: Les débuts de l'etablissement français 1839-1853* (Paris: SFHOM).

DEZ, J. (1967) 'Le Vakinankaratra, esquisse d'une histoire régionale', *Bulletin de Madagascar,* 256, pp.657-702.
DIALLO, D. S. (1977) 'Origines de la guerre civile au Kaarta sous le règne de Mamary Kandia (1842-1855*)', Notes Africaines,* 53, pp. 9-10.
DIALLO, H. (1979) *Le Jelgooji et le Liptako.*
DIALLO, T. (1972) *Les institutions politiques du Fouta Djalon au XIXe siècle (Fifi Laamu Alsilaamaaku Fuuta Jallo)* (Dakar: IFAN, Initiations ct Etudes Africaines, 28).
DIARAH, F. B. S. (1982) 'L'organisation politique du Maçina (Diina) 1818-1862' (Thèse de 3e eycle, Université de Paris I).
DIAS, J. R. (1981) 'Famine and disease in the history of Angola *c.*I830-1930', *JAH,* 22, 3, pp. 349- 79.
DICKSON, H. R. (1941) *The Arab of the Desert* (London: Allen & Unwin).
DIKE, K. O. (1956) *Trade and Politics in the Niger Delta, 1830-* 1885: *An Introduction to the Economic and Political History of Nigeria* (Oxford: Clarendon Press).
DJEGHLOUL, A. (1976) 'La formation sociale algérienne à la veille de la colonisation', *La Pensée, 185,* pp.61-81.
DJIRDJIS, F. (1958) *Dirāsāt fi tārīkh Misr al-siyāsī mundhou-'l 'asr al-Mamlūkī* (Cairo: Al-Dar al-Micriyyahli'-l-Kotob).
DODWELL, H. H. (ed.) (1920) *Records of Fort St. George: Calendar of Madras Despatches* (Madras: Government Press).
______. (1931) *The Founder of Modern Egypt; a Study of Muhammad 'Ali* (Cambridge: CUP). Doughty, C. (1926) *Travels in Arabia Deserta* (London: Cape).
DOUIN, G. (1933-41) *Histoire du règne de Khédive lsmal* (3 vols, Rome: Soeiété Royale de Géographie d'Egypte).
DRACHOUSSOFF, V. (1947) 'Essai sur l'agriculture indigène au Bas-Congo', *Bulletin agricole du Congo belge et du Ruanda-Urandi.*
DRAKE, B. K. (1976) 'Continuity and flexibility in Liverpool's trade with Africa and the Caribbean', *Business History,* 18, I, pp. 85-97.
DRESCHER, S. (1976) 'Le "déclin" du système esclavagiste britannique et l'abolition de la traite', *Annales ESC,* 31, 2, pp. 414-35.
______. (1977) *Econocide. British Slavery in the Era of Abolition* (Pittsburgh: Pittsburgh University Press).
DUBIEF, J. (1973) 'Les pluies, les crues et leurs effets au Sahara', in *Maghreb et Sahara: études geographiques offertes à Jean Despois* (Paris: Société de Géographie), pp. 125-30.
DUFTON, H. (1867) *Narrative of a Journey through Abyssinia in 1862-3* (London: Chapman & Hall). Dugmore, R. H. (1958) *The Reminiscences of an Albany Settler* (ed. by E. Van der Riet and L. A. Hewson, Cape Town: Grocott & Sherry).
DUMETT, R. E. (1971) 'The rubber trade of the Gold Coast and Asante in the nineteenth century: African innovation and market responsiveness',*JAH*, 12, I, pp. 79-101.
DUMINY, A. and BALLARD, C. (eds) (1981) *The Anglo-Zulu War: New Perspectives* (Pietermaritzburg: University of Natal Press).
DUMONT, F. (1974) *L'Anti-Sultan ou Al-J-Hajj Omar Tal du Fouta, Combattant de la foi* (Dakar and Abidjan: NEA).
DUNN, R. E. (1971) 'The trade of Tafilat: commercial change in south-east Morocco on the eve of the Protectorate', *AHS,* 4, 2, pp. 271-304.
______. (1972) 'Berber imperialism: the Ait Atta expansion in southeast Morocco', in E. Gellner and C. Micaud (eds), pp. 85- 107.
DUNN, R. E. (1977) *Resistance in the Desert: Moroccan Responses to French Imperialism,* 1881-1912 (London: Croom Helm).
DUNN, R. S. (1972) *Sugar and Slaves: The Rise of the Planter Class in the English West Indies, 1624-1713* (Chapel Hill: University of North Carolina Press).
DUPRE, G. and MASSALA, A. (1975) 'Marchés et pouvoir chez les Beembe', *Annales ESC,* 30, 6, pp. 1447,6.

DUPUIS, J. (1824) *Journal of a Residence in Ashantee* (London: Henry Colburn).
DURAND, P. (1930) 'Boujad, ville sainte', *Renseignements Coloniaux,* February 1980, pp. 65-77. Dye, W. McE. (1880) *Moslem Egypt: and Christian Abyssinia* (New York: Atkin & Prout).
ECHARD, N. (1975) 'L'expérience du passé: histoire de la société paysanne hausa de L'Ader', *Etudes nigériennes,* Niamey (IRSH). 36.
EHRENSAFT, P. (1972) 'The political economy of informal empire in pre-colonial Nigeria, 1807--1884', *CJAS,* 6,3, pp. 451-90.
EKECHI, F. K. (1972) *Missionary Enterprise and Rivalry* in *Igboland 1857-1914* (London: Frank Cass). Ekejiuba, F. I. (1972) 'The Aro systems of trade in the nineteenth century', *lkenga,* I, I, pp. II-26; I, 2, pp. 10-21.
EKMAN, E. (1975) 'Sweden, the slave trade and slavery', *RFHOM,* 62, 226-7, pp. 221-31.
ELANGO, L. Z. (1974) 'Bimbia and British in the nineteenth century, 1833-1879. A study in Anglo-Bimbian trade and diplomatic relations' (unpublished PhD, Boston University).
ELISSEEV, A. V. (1896) *Po belu svetu. Otcherki i Kartiny iz poutechestvii pe trjom tchastjam starogo sveta* (St Petersburg: Sejkin).
ELLENBERGSR, D. and MACGREGOR, J. (1912) *A History of the Basuto, Ancient and Modern* (London). Ellis, S. (1980) 'Resistance or collaboration: the Menalamba in the kingdom of Imerina, 1895-1899' (DPhil thesis, Oxford University).
ELLIS, W. (1838) *History of Madagascar* (2 vols, London: Fisher).
______. (1858) *Three Visits to Madagascar During the Years 1853-1854-1856* (London: Murray). Ellis, W. (1867) *Madagascar Revisited: Describing the Events of a New Reign and the Revolution which followed* (London: Murray).
______. (nd, preface 1869) *The Marty Church: A Narrative of the Introduction, Progress and Triumph of Christianity* in *Madagascar* (London: Snow).
ELTIS, D. (1977) 'The export of slaves from Africa, 1821-1843', *Journal of Economic History;* 37, 2, pp. 409-33.
ELTIS, D. (1979) 'The direction and f1uctuation of the transatlantic slave trade, 1821-1843: a revision of the 1845 Parliamentary Paper', in H. A. Gemery and J. S. Hogendorn (eds), pp. 273-302.
ELTIS, D. and WALVIN, J. (eds) (1981) *The Abolition of the Atlantic Slave Trade. Origins and Effects in Europe, Africa and the Americas* (Madison: UWP).
ENGERMAN, S. L. and GENOVESE, E. D. (eds) (1975) *Race and Slavery in the Western Hemisphere: Quantitative Studies* (Princeton: PUP).
ERCKMANN, J. (1885) *Le Maroc moderne* (Paris: Challamel).
ESOAVELOMANDROSO, M. (1978a) 'Notes sur l'enseignement sous Ranavalona Ière: I'instruction réservée à l'élite', *Ambario,* 2-3, pp. 283-90.
ESOAVELOMANDROSO, M. (1978b) 'Religion et politique: l'évangélisation du pays betsimisarka à la fin du XlXe siècle,' *Omaly sy Anio,* 7-8, pp. 7-42.
ESTERMANN, C. (1956-61) *Etnografia do sudoeste de Angola* (3 vols, Lisbon: Junta de Investigações do Ultramar).
ETHERINGTON, N. A. (1979) 'Labour supply and the genesis of South African confederation in the 1870S', *JAH,* 20,2, pp. 235-53.
______. (1981) 'Anglo-Zulu relations, 1856-78', in A. Duminy and C. Ballard (cds), pp. 13-52.
EVANS-PRITCHARD, E. E. (1949) *The Sanusi of Cyrenaica* (London: OUP).
FAGE, J. D. (1959) *An Introduction to the History of West Africa* (2nd edn, Cambridge: CUP).
______. (1975) 'The effect of the export slave trade on African population', in R. P. Moss and R. J. Rathbone (eds), *The Population Factor in African Studies* (London: University of London Press), pp. 15-23.
FAHMY, M. (1954) *La révolution de l'industrie en Egypte et ses conséquences sociales au XIXe siècle (1800--1850),* (Leiden: Brill).
FAIDHERBE, L. (1863) *L'Avenir du Sahara et du Soudan* (Paris: Librairie Challamel Aine).
FANTAHUN BIRHANE (1973) 'Gojjam 1800-1855' (fourth-year student essay, Haile Sellassie I University, Addis Ababa).

FARSY, A. S. (1942) *Seyyid Said bin Sultan* (Zanzibar: Mwongozi Printing Press). Fauroux, E. (1970) 'Le royaume d'Ambohidranandriana', *Taloka,* 3, pp. 55-83. Feierman, S. (1974) *The Shambaa Kingdom: A History* (Madison: UWP).

FEO CARDOSO, J. C. (1825) *Memorias contendo a biographia do vice almirante Luiz da Motta Feo e Torres* (Paris: Fantin).

FÉRAUD, L. C. (1927) *Annales tripolitaines* (Tunis /Paris: Tournier/ Vuibert).

FERRANDI, U. (1903) *Seconda spedizione Bòttego, Lugh, emporio commerciale sul Giuba* (Rome: Società geografica italiana).

FERRET, P. V. and GALINIER, J. G. (1847-8) *Voyage en Abyssinie* (Paris: Paulin).

FILLIOT, J. M. (1974) *La traite des esclaves vers les Mascareignes au XVIIIe siècle* (Paris: ORSTOM). Finley, M.I. (1976) 'A peculiar institution', *Times Literary Supplement,* 3877, pp. 819-21.

FISHER, H.J. and ROWLAND, V (1971) 'Firearms in the Central Sudan', *JAH,* 12, 3, pp. 215-39. Flint, E. (1970) 'Trade and politics in Barotseland during the Kololo period', *JAH,* 11, I, pp. 71-86. Flint, J. E. (1963) 'The wider background to partition and colonial occupation', in R. Oliver and G. Mathew (eds), pp, 352-90.

FLINT, J. E. (1974) 'Economic change in West Africa in the nineteenth century', in J. F. A. Ajayi and M. Crowder (eds), pp. 380-401.

______. (ed.) (1976) *The Cambridge History of Africa, Vol.* 5, *from c.1790 to c.1870* (Cambridge: CUP).

FLORENT, H. (1979) *Le gouvernement de Tamatave de 1864 à 1882. Développement economique* (Tananarive: TER, Département d'histoire).

FOGEL, R. W. and ENGERMAN, S. L. (1974) *Time on the Cross: The Economics of American Negro Slavery* (2 vols, Boston: Little, Brown).

FOLAYAN, K. (1967) 'The Egbado and Yoruba-Aja power politics, 1832-1894' (MA thesis, University of lbadan).

______.(1972) 'Tripoli and the war with the USA, 1801-5', *JAH,* 13, 2, pp, 261-70.

FONER, L. (19870) 'The free people of color in Louisiana and St Dominique: a comparative portrait of two three-caste slave societies', *Journal of Social History;* 3, 4, pp. 406-30.

FORDE, D. (1951) *The Yoruba-speaking Peoples of South-Western Nigeria* (London: IAI). Forde, D. (ed.) (1956) *Efik Traders of Old Calabar* (London: OUP).

______. (ed.) (1967) *West Africa. Kingdoms in the Nineteenth Century* (London: OUP).

FORDE, D. and JONES, G.I. (1950) *The Ibo and lbibio-speaking Peoples of South-Eastern Nigeria* (London: IAI).

FOSTER, P. (1965) *Education and Social Change in Ghana* (London: Routledge, Kegan Paul). Franklin, J. H. (1969) *From Slavery to Freedom: A History of Negro-Americans* (3rd edn, New York: Knopf).

FREEMAN, R. A. (1898) *Travels and Life in Ashanti and Jaman* (London: Constable).

FREEMAN, T. B. (1843) *Journal of Two Visits to the Kingdom of Ashantee in Western Africa* (London: Mason).

FREEMAN-GREENVILLE, G. S. P. (1962) *The East African Coast: Select Documents* (Oxford: Clarendon Press).

______.(1963) 'The coast, 1498-1840', in R. Oliver and G. Mathew (eds), pp. 129-68.

FREEMAN-GREENVILLE, G. S. P. (1965) *The French At Kilwa Island* (Oxford: Clarendon Press). Freund, W. M. (1974) 'Thoughts on the study of the history of the Cape eastern frontier zone', in C. Saunders and R. Derricourt (eds), pp. 83-99.

FROST, J. (1974) 'A history of the Shilluk of the southern Sudan' (PhD thesis, University of California, Santa Barbara).

FULTON, R. M. (1968) 'The Kpelle traditional political system', *Liberian Studies Journal,* I, I, pp. 1-19.

FYFE, C. (1962) *A History of Sierra Leone* (Oxford: Clarendon Press).

______.(1963) *Sierra Leone Inheritance* (London: OUP).

______.(1972) *Africanus Horton, 1835-1883* (New York: OUP).

______. (ed.) (1978) *African Studies since 1945: A Tribute to Basil Davidson* (London: Longman). Fyle, C. M. (1981) *The History of Sierra Leone: A Concise Introduction* (London: Evans).

FYNN, H. (1888) in J. Bird (ed.) *Annals of Natal 1495-1845* (2 vols, Pietermaritzburg: Davis).
FYNN, J. K. (1974) 'The structure of Greater Ashanti: another view', *THSG,* 15, I, pp. 1-22.
GABIRA MADIHIN KIDANA (1972) 'Yohannes IV: religious aspects of his internal policy' (fourth--year student essay Haile Sellassie I University, Addis Ababa).
GALBRAITH, J. S. (1970) 'Myth of the "Little England" era', in A. G. L. Shaw (ed.) *Great Britain and the Colonies, 1815-1865* (London: Methuen), pp, 27-45.
GALLAGHER, J. and ROBINSON, R. (1953) 'The imperialism of free trade', *Economic History Review,* 6, I.
GALLISOT, R. (1965) 'Abdelkader et la nationalité algérienne', *Revue Historique,* 89, 2, pp. 339-68. Gallisot, R. and Valensi, L. (1968) 'Le Maghreb précolonial: mode de production archaique ou mode de production féodal', *La Pensée,* 142, pp. 57-93.
GANIAGE, J. (1959) *Les origines du protectorat français en Tunisie (1861-1881)* (Paris: PUF).
GANN, L. (1972) 'The end of the slave trade in British Central Africa: 1889-1912', in M. Klein and G. W. Johnson (eds).
GANN, L. H. and DUIGNAN, P. (eds) (1969) *Colonialism in Africa, 1870-1960, Vol. I: The History and Politics of Colonialism 1870-1914* (Cambridge: CUP).
GANN, L. H. and DUIGNAN, P. (eds) (1970) *Colonialism in Africa, 1870-1960, Vol.2: The History and Politics of Colonialism 1914-1960* (Cambridge: CUP).
GARDEL, G. (1961) *Les Touareg Ajjer* (Algiers: Baconnier).
GBADAMOSI, T. G. (1979) *The Growth of Islam among the Yoruba* (London: Longman). Gellner, E. (1969) *Saints of the Atlas* (London: Weidenfeld & Nicolson).
GELLNER, E. (1972) 'Religious and political organisation of the Berbers of the central High Atlas', in E. Gellner and C. Micaud (eds), pp. 59-66.
______.(1978) 'Review of C. L. Brown, *The Tunisia of Ahmed Bey, 1837-1855', Middle Eastern Studies,* 14, I, pp. 127-30.
GELLNER, E. and MICAUD, C. (eds) (1972) *Arabs and Berbers. From Tribe to Nation in North Africa* (London: Duckworth).
GEMERY, H. A. and HOGENDORN, J. S. (eds) (1979) *The Uncommon Market. Essays in the Economic History of the Atlantic Slave Trade* (New York: Academic Press).
GENOVESE, E. D. (1968) *Economie politique de l'esclavage* (Paris: Maspero).
______. (1974) *Roll, Jordan, Roll: The World the Slaves Made* (New York: Pantheon). Gerresch, C. (1976) 'Une lettre d'Ahmed al-Bakkay de Tombouctou à Al-Hajj Umar', *BIFAN (B),* 28, pp. *890-903.*
GHURBAL, M. S. (1928) *The Beginnings of the Egyptian Question and the Rise of Mehemet Ali: A Study in the Diplomacy of the Napoleonic Era based on Researches in the British and French Archives* (London: Routledge, Kegan Paul).
GHURBĀL, M. S. (1944) *Mohammad- 'Ali al-Kabir* (Cairo: Dar Ihya al-Kotob al- 'Arabiyyah). Gibb, H. A. R. and Bowen, H. (1950) *Islamic Society and the West* (London: OUP). Gibson, C. (1967) *Spain in America* (New York: Harper).
GIRARD, S. (1873) *Souvenir d'un voyage en Abyssinie* (Paris).
GIRAULT, L. (1959) 'Essai sur les religions des Dagara', *BIFAN,* 21, pp. 329-56. Gluckman, M. (1963) 'The rise of a Zulu empire', *Scientific American,* 202.
GOBAT, S. (1834) *Journal of a Three Years' Residence in Abyssinia* (London: Hatchard and Son). Godelier, M. (1975) 'Modes of production, kinship and demographic structure', in M. Bloch (ed.), *Marxist Analysis and Social Anthropology* (London: Malaby), pp. 3-29.
GOERG, O. (1980) 'La destruction d'un réseau d'échange précolonial: l'exemple de la Guinée', *JAH,* 21,4, pp. 467-84.
GOOD, C. M. (1972) 'Salt, trade and disease: aspects of development in Africa's northern great lakes region', *IJAHS,* 5,4, pp. 543-86.
GOODFELLOW, C. F. (1966) *Great Britain and South African Confederation 1870-1881* (Cape Town: OUP).
GORDON, C. G. (1902) *Letters of General* C. C. *Gordon to his sister M. A. Gordon* London: Macmillan and Co; New York: The MacMillan Company

GOUROU, P. (1955) *La densité de la population rurale au Congo belge* (Brussels: ARSC).
______. (1971) 'Favourable or hostile physical environments', in *Leçons de géographie tropicale,* (The Hague-Paris: Mouton), pp. 89-90.
GOW, B. A. (1979) *Madagascar and the Protestant Impact: The Work of the British Missions, 18I8--95* (London: Longman).
GRAN, P. (1979) *Islamic Roots of Capitalism: Egypt 1760-1840* (Austin & London: University of Texas Press).
GRANDIDIER, A. and GRANDIDIER, G. (eds) (1942) *Histoire Physique, Naturelle et Politique de Madagascar* (36 vols, Paris: Imprimerie Nationale).
GRAY, J. M. (1947) 'Ahmed b. Ibrahim – the first Arab to reach Buganda', *UJ,* II, pp. *80-97·*
______. (1957) 'Trading expeditions from the coast to Lakes Tanganyika and Victoria before 1857', *TNR,* 2, pp. 226-47.
______. (1962) *History of Zanzibar from the Middle Ages to 1856* (London: OUP).
______. (1963) 'Zanzibar and the coastal belt, 1840-1884', in R. Oliver and G. Mathew (eds), pp. 212-51.
GRAY, R. (1965) 'Eclipse maps', *JAH,* 6, 3, pp. 251-62.
______. (1970) *A History of the Southern Sudan, 1839-1889* (Oxford: Clarendon Press).
GRAY, R. and BIRMINGHAM, D. (eds) (1970) *Pre-colonial African Trade: Essays on Trade in Central and Eastern Africa before 1900* (London: OUP).
GREAT BRITAIN, HOUSE OF COMMONS (1868) *Correspondence respecting Abyssinia 1846-1868* (London).
GREEN, A. H. (1978) *The Tunisian Ulama, 1873-1915* (Leyden: Brill).
GREEN, W. A. (1974) 'The West Indies and British West African policy in the nineteenth century: a corrective comment', *JAH,* 15,2, pp. 247-59.
GREEN-PEDERSEN, S. E. (1975) 'The history of the Danish slave trade, 1733-1807', *RFHOM,* 62, 226- 7, pp. 196-220.
GREENBERG, J. H. (1966) *Languages of Africa* (Bloomington: Indiana University Press). Greenfield, R. (1965) *Ethiopia: A New Political History* (London: Pall Mall).
GROVES, C. P. (1954) *The Planting of Christianity in Africa,* Vol. 2 (London: Lutterworth).
GUÈBRÈ SELLASSIÉ, G. (1930-2) *Chronique du règne de Ménélik Il, roi des rois d' Ethiopie* (Paris: Maisonneuve).
GUILHEM, H. and HEBERT, J. (1961) *Précis d'Histoire de Ia Haute-Volta* (Paris: Ligel).
GUILLAIN, C. (1845) *Documents sur l'histoire, Ia géographie et le commerce de la partie occidentale de Madagascar* (2 vols, Paris: Imprimerie Royale).
______. (1856) *Documents sur l'histoire, Ia géographie et le commerce de I'Afrique Occidentale* (2 vols, Paris: Bertrand).
GUILLAUME, H. (1976) 'Les liens de dépendance à l'époque précoloniale, chez les Touaregs de l'Imannen (Niger)', *ROMM,* 21, pp. 111-29.
GULLIVER, P. H. (1955) 'A history of the Songea Ngoni', *TNR,* 41, pp. 16-30.
______. (1963) *Social Control in an African Society: A Study of the Arusha Agricultural Maasai of Northern Tanganyika* (London: Routledge, Kegan Paul).
GUTMAN, H. G. (1975) *Slavery and the Numbers Came. A Critique of Time on the Cross* (Urbana: University of Illinois Press).
GUY, J. (1977) 'Ecological factors in the rise of Shaka and the Zulu kingdom', (paper read at the Conference on Southern African History, National University of Lesotho, 1-6 August 1977).
______. (1980) *The Destruction of the Zulu Kingdom. The Civil War in Zululand 1879-1884* (London: Longman).
______. (1981) 'The role of colonial officials in the destruction of the Zulu kingdom', in A. Duminy and C. Ballard (eds), pp. 148-69.
GWEI, S. N. (1966) *History of the British Baptist Mission in Cameroons with beginnings in Fernando Po 1841-1866* (unpublished mémoire de maitrise, Séminaire de théologie baptiste, Rushlikon-Zurich).

AL-HACHAICHI, M. (1912) *Voyage au pays senoussiya* (Paris: Challamel).
HAFKIN, N. (1973) 'Trade, society and politics in northern Mozambique' (PhD thesis, Boston University).
HAIR, P. (1963) 'Notes on the discovery ofthe Vai script', *Sierra Leone Language Review*, 2. al-Hajj, M. A. (1964) 'The Fulani concept of jihad', *Odu,* I, pp. 45-58.
AL-HAJJ, M. A. (1967) 'The 13th century in Muslim escatology: Mahdist expectations in the Sokoto caliphate', *Research Bulletin, Centre for Arabic Documentation* (Ibadan), 3, 2, pp. 100-15.
HALIBURTON, G. M. (1971) *The Prophet Harris* (London: Longman).
HALL, G. M. (1971) *Social Control in Slave Plantation Societies: A Comparison of St Domingue and Cuba* (Baltimore: JHUP).
HAMANI, D. (1975) *Contribution a l'étude de l'histoire des états Hausa: l'Adar précolonial* (Niamey: IRSH).
______. (1979) 'Adar, the Touareg and Sokoto', in Y. B. Usman (ed.) *Studies in the History of the Sokoto Caliphate* (Sokoto: State History Bureau), pp. 392-407.
HAMID, A. A. A. (1980) 'Abdullah b. Fudi as an exegetist' (PhD thesis, Ahmadu Bello University, Zaria). Hamilton Jr, R. G. (1970) 'The present state of African cults in Bahia', *Journal of Social History,* 3, 4, pp. 356-73.
HAMMOND, R.J. (1966) *Portugal and Africa, 1815-1910* (Stanford: SUP).
______. (1969) 'Uneconomic imperialism: Portugal in Africa before 1910', in L. H. Gann and P. Duignan (eds), pp. 352-82.
HANCOCK, W. K. (1942) *Survey of British Commonwealth Affairs, Vol.* 2: *Problems of Economic Policy, 1918-39* (London: OUP).
HANKE, L. (1970) *Aristotle and the American Indians: A Study in Race Prejudice in the Modern World* (Bloomington: Indiana University Press).
HARDYMAN, J. T. (1977) 'Malagasy refugees to Britain, 1838-41', *Omaly sy Anio,* 5-6, pp. 141-89. Harries, L. (1961) *Swahili Poetry* (Oxford: Clarendon Press).
HARRIES, P. (1981) 'Slavery, social incorporation and surplus extraction: the nature of free and unfree labour in south-east Africa', *JAH,* 22, 3, pp. 309-30.
HARRIS, M. (1964) *Patterns of Race in the Americas* (New York: Walker).
HARRIS, R. (1972) 'The history of trade at Ikom, Eastern Nigeria', *Africa,* 63, 2, pp. 122-39.
______. (1982) 'The horse in West African history', *África,* 52, I, pp. 81-5. Harris, W. c. (1844) *The Highlands of Ethiopia* (London: Longman).
HART, D. M. (1966) 'Segmentary system and the role of "five-fifths" in tribal Morocco', *ROMM, 3,* pp. 65-95.
______. (1970) 'Conflicting models of Berber tribal structure in the Moroccan Rif: the segmentary alliance systems of the Aith Waryachar', *ROMM,* 7, pp. 93-100.
HARTWIG, G. W. (1970) 'The Victoria Nyanza as a trade route in the nineteenth century', *JAH,* 11, 4, pp. 535-52.
______. (1976) *The Art of Survival in East Africa: The Kerebe and Long-Distance Trade, 1800-* 1895 (New York: Africana Publishing).
______. (1978) 'Social consequences of epidemic diseases: the nineteenth century in eastern Africa', in G. W. Hartwig and K. D. Patterson (eds), pp. 25-42.
HARTWIG, G. W. and PATTERSON, K. D. (eds) (1978) *Disease in African History* (Durham, N. C, Duke University Press).
HASAN, Y. F. (1967) *The Arabs and the Sudan* (Edinburgh: Edinburgh University Press).
HASSAN, A. and NAIBI, A. S. (1962) *A Chronicle of Abuja* (Lagos: African Universities Press).
HAY, J. D. (1896) *A Memoir* (London: Murray).
HAY, M. J. (1975) 'Economic change in late nineteenth century Kowe, western Kenya', *Hadith, 5,* pp. 90-107.
HEBERT, J. et al. (1976) *Esquisse monographique du pays dagara* (Diebougou: roneo).
HEDGES, D. (1978) 'Trade and politics in southern Mozambique and Zululand in the eighteenth and early nineteenth centuries' (PhD thesis, University of London).

HEROLD, J. C. (1962) *Bonaparte en Egypte* (Paris: Plon).
HERSKOVITS, M. J. (1938) *Dahomey, an Ancient West African Kingdom* (New York: J.J. Augustin). Hertslet, E. (1894) *The Map of Africa by Treaty* (2 vols, London: Harrison).
HICHENS, W. (ed.) (1939) *Al-Inkishafi: The Soul's Awakening* (London: Sheldon Press). Higrnan, B. W. (1976) *Slave Economy and Society in Jamaica 1807-1832* (New York: CUP). Hill, G. B. (1887) *Colonel Gordon in Central Africa* (London).
HILL, P. (1977) *Population, Prosperity and Poverty. Rural Kano 1900 and 1970* (Cambridge: CUP). Hill R. (1965) *Sudan Transport* (London: OUP).
HILL, R. (1966) *Egypt in the Sudan* (London: OUP).
HILL, R. A. (ed.) (1983) *The Marcus Garvey and Universal Negro Improvement Association Papers,* Vols I and 2 (Berkeley: UCP).
HISKETT, M. (1962) 'An Islamic tradition of reform in the Western Sudan from the sixteenth to the eighteenth century', *BSOAS,* 25, pp. 577-96.
______. (1973) *The Sword of Truth* (New York: OUP).
______. (1975) *A History of Hausa Islamic Verse* (London: SOAS).
______. (1976) 'The nineteenth-century jihads in West Africa', in J. E. Flint (ed.), pp. 125-69. Hitchcock, R. and Smith, M. R. (eds) (1982) *Settlement in Botswana* (London: Heinemann). Hobsbawm, E.J. (1977) *Industry and Empire* (new edn, Harmondsworth: Penguin).
HODGKIN, T. (1956) *Nationalism in Colonial Africa* (London: Muller).
HOETINK, H. (1973) *Slavery and Race Relations in the Americas: Comparative Notes on their Nature and Nexus* (New York: Harper & Row).
______. (1979) 'The cultural links', in M. Crahan and F. W. Knight (eds).
HOGENDORN, J. S. (1977) 'The economics of slave use on two "plantations" in the Zaria emirate of the Sokoto caliphate', *IJAHS,* 10, 3, pp. 369-83.
HOLLAND, T. J. and HOZIER, H. M. (1870) *Record of the Expedition to Abyssmia* (London: HMSO). Holsoe, S. E. (1967) 'The cassava-leaf people: an ethno-historical study of the Vai people with a particular emphasis on the Tewo chiefdom' (PhD thesis, Boston University).
HOLT, P. M. (1970) *The Mahdist State in the Sudan 1881-1898* (2nd edn, Oxford: Clarendon Press). Holt, P. M. (1973) *Studies in the History of the Near East* (London: OUP).
______. (1976) 'Egypt and the Nile Valley', in J. E. Flint (ed.), pp. 13-50.
HOPKINS, A. G. (1970) 'The creation of a colonial monetary system: the origins of the West African Currency Board', *African Historical Studies,* 3, I, pp. 101-32.
HOPKINS, A. G. (1973) *An Economic History of West Africa* (London: Longman). Hopkins, A. G. (1980) 'Africa's Age of Improvement', *HA,* 7, pp. 141-60.
HOPKINS, T. K. and WALLERSTEIN, I. (1982) 'Structural transformations of the world-economy', in T. K. Hopkins, I. Wallerstein, et al., *World-Systems Analysis: Theory and Methodology* (Beverly Hills: Sage), pp. 104-20.
HORTON, J. A. (1969) *West African Countries and Peoples* (ed. by G. Shepperson, Edinburgh: Edinburgh University Press).
HORTON, R. (1954) 'The ohu system of slavery in a northern Ibo village-group', *Africa,* 24, 4, pp. 311-6. Horton, R. (1969) 'From fishing village to city-state: a social history of New Calabar', in M. Douglas and P. Kaberry (eds) *Man in Africa* (London: Tavistock), pp. 37-58.
HOURANI, A. (1962) *Arabic Though: in the Liberal Age 1798-1939* (London: OUP).
HOWARD, A. M. (1976) 'The relevance of spatial analysis for African economic history: the Sierra Leone-Guinea system', *JAH,* 17,3, pp. 365-88.
HOZIER, H. M. (1869) *The British Expedition to Abyssinia* (London: Macmillan).
HRBEK, I. (1968) 'Towards a periodisation of African history', in T. O. Ranger (ed.), pp. 37-52. Hrbek, I. (1979) 'The early period of Mahmadu Lamin's activities', in J. R. Willis (ed.), pp. 211-32. Hughes, A.J. B. (1956) *Kin, Caste and Nation amongst the Rhodesian Ndebele* (Rhodes-Livingstone Papers, 25, Manchester: MUP).
HULSTAERT, G. (1976) *Proverbes Mongo,* no. 49, Relations commerciales de l'Equateur, *Enquêtes et documents d' histoire africaine* (Louvain: mimeograph).

HUMAYDA, B. K. (1973) 'Malamih nin Ta'rikh al-Sūdān fi 'ahd al-Kidiwi Ismā'īl, 1863-1879' (PhD thesis, University of Khartoum).
HUNT, D. R. (1937) 'An account of the Bapedi', *Bantu Studies,* 5.
HUNTINGFORD, G. W. B. (1955) *The Galla of Ethiopia: The Kingdoms of Kafa and Janjero* (London: IAI).
HURGRONJE, J. S. (1970) *Mekka m the Latter Part of the 19th Century: Daily Life, Customs and Learning of the Moslims of the East-Indian Archipelago* (Leiden: Brill).
IBN ABI-DHIYAF, A. (1963-4) *Ith'āf ahl al-zamān bi-akhbar muluk Tunis wa'ahb al-aman* (Tunis: SEACI).
IBN ZAÍDĀN (1929-33) *Ithar A'lām al-Nās bi-Jamāl Akhbār Hādirat Maknās* (5 vols, Rabat). Ibn Zaidān (1961-2) *Al-'Izz wa al-Samla fi Ma'ālim Nudhum al-Dawla* (2 vols, Rabat).
IBRĀHIM, H. A. (1973) *Muhammad 'Ali fi "al-Sudān: dirāsah li-ahdāf alfath al-Turki-al-Misrī* (Khartoum: KUP).
______. (1980a) *Muhammad Alī fiīal Sūdān* 1838-1839 (Khartoum). Ibrāhīm, H. A. (1980b) *Rihlat Muhammad 'Alī ila al-Sūdan* 1838-9 (Khartoum).
INIKORI, J. E. (1977) 'The import of firearms into West Africa, 1750-1807 a quantitative analysis', *JAH,* 18, 3, pp. 339--68.
______. (ed.) (1982a) *Forced Migration. The Impact of the Export Slave Trade on African* S*ocieties* (London: Hutchinson).
______. (1982b) 'Introduction', in J. E. Inikori: (ed.), pp. 13--60.
INSKEEP, R. R. (1969) 'The archaeological background', in M. Wilson and L. Thompson (eds) Vol. I, pp. 1-39.
ISAACMAN, A. (1972a) *The Africanization of a European Institution; the Zambezi Prazos, 1750-1902* (Madison: UWP).
______. (1972b) 'The origin, formation and early history of the Chikunda of South-Central, Africa', *JAH,* 13, 3, pp. 443--62.
______. (1973) 'Madzi-Manga, Mhondoro and the use of oral traditions - a chapter in Barue religious and political history', *JAH,* 14, 3, pp. 395-409.
______. (1976) *The Tradition of Resistance in Mozambique: Anti-Colonial Activity in the Zambesi Valley 1850-1921* (Berkeley: UCP).
ISAACMAN, A. and ISAACMAN, B. (1977) 'Resistance and collaboration in Southern and Central Africa, *c.* 1850-1920', *IJAHS,* 10, I, pp. 31-62.
ISENBERG, C. W. and KRAPF, J. L. (1843) *Journals... detailing their Proceedings in the Kingdom of Shoa* (London: Seeley, Burnside & Seeley).
ISICHEI, E. (1973) *The Ibo people and the Europeans: The Genesis of a Relationship to 1906* (London: Faber).
ISSAWI, C. P. (1963) *Egypt in Revolution, an Economic Analysis* (London: OUP).
______. (1966) *Economic History of the Middle East 1800-1914; a Book of Readings* (Chicago: University of Chicago Press).
ITALY, MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI (1906) *Trattati, convenzioni, accordi, protocolli ed altri documenti dll' Africa* (Rome).
IVANOV, N. A. (1976) 'Tunisia' and Libya', in V. G. Solodovnikov (ed.) *Istorija natsionalno-osvo--boditelnoi bordy narodou Afriki v Novoe uremja* (Moscow: Naouka).
IZARD, M. (1970) *lntroduction à l'histoire des royaumes Mossi* (2 vols, Recherches Voltaiques, 12, Paris/ Ouagadougou: CNRS/CVRS).
AL-JABRI, M. A. (nd) *Fi Sha'n Allah* (Cairo).
JACKSON, K. A. (1972) 'An ethnohistorical study of the oral traditions of the Akamba of Kenya' (PhD thesis, University of California, Los Angeles).
JACOB, G. (1977) 'Influences occidentales en Imerina et déséquilibres économiques avant la conquête française', *Omaly sy Anio,* 5-6, pp. 223-31.
JACOBS, A. H. (1965) 'The traditional political organization of the pastoral Massai' (DPhil thesis, Oxford University).

JAENEN, C. J. (1966) 'Theodore II and British intervention in Ethiopia', *Canadian Journal oJ History,* I, 2, pp. 26-56.

JAGO, T. S. (1902) 'Report on the trade and economy of the Vilayet of Tripoli in Northern Africa in the past forty years', in Great Britain, *House of Commons Sessional Papers,* Vol. 103.

JAH, O. (1973) 'Sufism and nineteenth century jihad movements: a case study of al-Hajj Umar al-Futi's philosophy of jihad and its sufi bases' (PhD thesis, McGill University).

JAKOBSSON, S. (1972) *Am 1 not a Man and a Brother? British Missions and the Abolition of the Slavery in West Africa and the West Indies, 1756-1838* (Uppsala: Gleerup).

JÉSMAN, C. (1958) *The Russians in Ethiopia. An Essay in Futility* (London: Chatto & Windus). Jésman, C. (1966) 'The tragedy of Magdala: a historical study', *Ethiopia Obseruer,* 10.

JOHNSON, M. (1970) 'The cowrie currencies of West Africa', *JAH*, II, I, pp. 17-49; 3, pp. 331-53. Johnson, M. (1976a) 'Calico caravans: the Tripoli-Kario trade after 1880', *JAH,* 17, I, pp. 95-1 17. Johnson, M. (I976b) 'The economic foundations of an Islamic theocracy - the case of Masina', *JAH,* 17, 4, pp. 481-95.

______. (nd) *Salaga Papers* (2 vols, Legon: Institute of African Studies). Johnson, S. (1921) *History of the Yorubas* (London: Routledge).

JOHNSTON, C. (1844) *Travels in Southern Abyssinia* (London: J. Madden and Co) Johnston, H. H. (1902) *The Uganda Protectorate* (London: Hutchinson and Co)Johnston, H. A. S. (1967) *The Fulani Empire of Sokoto* (London: OUP).

JONES, A. (1981) 'Who were the Vai?', *JAH*, 22, 2, pp. 159,78.

JONES, G. I. (1963) *The Trading States of the Oil Rivers: a Study of Political Development in Eastern Nigeria* (London: OUP).

JORDAN, W. (1968) *White over Black: American Attitudes Towards the Negro, 1550-1812* (Chapel Hill: University of North Carolina Press).

JOSEPH, R. A. (1974) 'Settlers, strikers and *Sans-Travail:* the Douala riots of September 1945', *JAH,* 15,4, pp. 669-87.

JULIEN, C. A. (1964) *Histoire de I' Algérie contemporaine,* Vol. I, *La conquête et les débuts de la colonisation* (Paris: Presses Universitaire de France).

______. (1967) *Les Africains* (Paris: Jeune Afrique).

JULY, R. (1967) *The Origins of Modern African Thought* (New York: Praeger). Juneidu, Alhaji (1957) *Tarihin Fulani* (Zaria).

KACHINSKY, V. (1935) *Les aspects historiques et sociaux de la question de I'or du Togo* (Paris). al-Kadir (1903) *Tuhfat as-airfī maathir al-amīr Abd-al-Kadir* (Alexandria).

KAGAME, A. (1961) *L'histoire des armées bovines dans I'ancien Rioanda* (Brussels: Académie Royale des Science d'Outre-Mer).

KAGAME, A. (1963) *Les Milices du Rwanda précolonial* (Brussels: Académie Royale des Science d'Outre-Mer).

KAMARA, M. (1975) *La vie d'El Hadji Umar* (trans. by Amar Samb, Dakar: Editions Hilal). Kamuhangire, E. M. (1972a) 'Migration, settlement and state formation in the south-western Uganda salt lakes region, 1500-1800' (seminar paper Makerere University).

KAMUHANGIRE, E. M. (1972b) 'Pre-colonial trade in south-western Uganda' (seminar paper Makerere University).

______. (1976) 'The precolonial economic and social history of East Africa, with special reference to the south-western Uganda salt lakes region', *Hadith,* 5, pp. 66-89.

KANYA-FORSTER, A. S. (1969) *The Conquest of the Western Sudan* (Cambridge: CUP).

KAPLOW, S. B. (1977) 'The mudfish and the crocodile: underdevelopment of a West African bourgeoisie', *Science and Society;* 41, pp. 313-33.

______. (1978) 'Primitive accumulation and traditional social relations on the nineteenth century Gold Coast', *CJAS,* 12, I, pp. 19-36.

AL-KARDŪDĪ, M. (nd) *Kash al-Ghumma bi-Bayān anna Harb al-Nidhām haqq 'alā al-Umma* (Fez). Kasirye, J. (1959) *Abateregga Ku Namulondo ya Buganda* (London).

KASOZI, A. B. (1974) 'The spread of Islam in Uganda, 1844-1945' (PhD thesis, University of California, Santa Cruz).
KATZEN, M. F. (1969) 'White settlers and the origin of a new society, 1652-1778', in M. Wilson and L. Thompson (eds), pp. 187-232.
KEENAN, J. (1972) 'Social change among the Tuareg', in E.Gellner and C. Micaud (eds), pp. 345-60. Keenan, J. (1977) *The Tuareg: People of Ahaggar* (London: Allen Lane).
KELLENBENZ, H. (1981) 'Zanzibar et Madagascar dans le commerce allemand, 1840-1880', *Colloque de Majunga sur l'histoire et la culture du nord-ouest.*
KELLY, J. B. (1968) *Britain and the Persian Gulf, 1795-1880.* (Oxford: Clarendon Press). Kenny, M. (1979) 'Pre-colonial trade in eastern Lake Victoria', *Azania,* 14, pp. 97-107.
KENT, R. K. (1962) *From Madagascar to the Malagasy Republic* (London: Thames and Hudson). Kevalevskii, M. M. (1879) *Obchinnoje zemlevladejije pritahiny, khod i posledstvija ege razlogenija* (Moscow).
KHALLAF, H. (1962) *Al-tagdid fi'l-iqticad al-Micri al-hadith* (Cairo: 'Issa al-Babi al-Hababi & Colo Khanki, G. (1948) 'Ibrāhīm bāshā', *AI-kitāb, 6.*
KIETEGHA, J. B. (1983) *L'or de la Volta Noire* (Paris: Karthala).
KIMAMBO, I. N. (1969) *A Political History of the Pare of Tanzania C. 1500-1900* (Nairobi: EAPH). Kimambo, I. N. (1970) 'The economic history of the Kamba 1850-1950', *Hadith,* 2, pp. 79-103. Kimambo, I. N. (1974) 'The Eastern Bantu peoples', in B. A. Ogot (ed.), pp. 195-209.Kimambo, I. N. and Temu, C. W. (eds) (1969) *A History of Tanzania* (Nairobi: EAPH). Kimble, O. (1963) *A Political History of the Gold Coast* (Oxford: Clarendon Press).
KISTNER, W. (1952) 'The anti-slavery agitation against the Transvaal Republic, 1852-1868', in *Archives Year Book for South African History* (Pretoria: Ministry of Education, Arts and Science), 2, pp. 193-225.
KITTLER, G. O. (1961) *The White Fathers* (New York: ImageBooks). Kiwanuka, M. S. N. (1967) *Mutesa of Uganda* (Nairobi: EAPH). Kiwanuka, S. N. (1972) *A History of Buganda* (London: Longman).
KI-ZERBO, J. (1953) 'La pénétration française dans les pays de la Haute-Volta' (pre-doctoral dissertation, Université de Paris).
KJEKSHUS, H. (1977) *Ecology Control and Economic Development in East African History* (London: Heinemann).
KLEIN, H. S. (1972) 'The Portuguese slave trade from Angola in the eighteenth century', *Journal of Economic History;* 32, 4, pp. 894-918.
KLEIN, H.S. (1976) 'The Cuban slave trade in a period of transition 1790-1843', *RFHOM,* 62, 226-7, pp. 67-89.
______. (ed.) (1978) *The Middle Passage. Comparative Studies in the Atlantic Slave Trade* (Princeton: PUP).
KLEIN, M. A. (1968) *lslam and Imperialism in Senegal Sine-Saloum, 1847-1914* (Stanford: SUP). Klein, M. A. (1972) 'Social and economic factors in the Muslim revolution in Senegambia', *JAH,* 13, 3, pp. 419-41.
KLEIN, M. A. (1975) 'The study of slavery in Africa', *JAH,* 19, 4, pp. 599-609.
KLEIN, M. A. and Johnson, G. W. (eds) (1972) *Perspectives on the African Past* (Boston: Boston University Press).
KNIGHT, F. W. (1970) *Slave Society in Cuba during the Nineteenth Century* (Madison: UWP).
______. (1974) *The African Dimension in Latin America and the Caribbean: An Historical Dictionary and Bibliography* (Metuchen, NJ: Scarecrow Press).
KOLMODIN, J. (1912-15) *Traditions de Tsazzega et Hazzega* (3 vols, Rome: C. de Luigi).
KONÉ, A. (1978) 'La prise de Segu et la fin d'el Hadj Ornar', *Notes Africaines,* 159, pp. 61-3. Kraiem, A. (1983) 'Ali ben Khalifa', in *Réactions à L'occupation française de la Tunisie en 1881* (Tunis: CNUDST), pp. 145-58.
KRAPF, J. L. (1860) *Travels, Researches and Missionary Labors during an Eighteen Years' Residence in Eastern Africa.* (Boston: Ticknor & Fields).
KRIECKEN, G. S. van (1976) *Khayr al-din et la Tunisie (1850-1881)* (Leiden: Brill).

KUPER, H. (1947) *An African Aristocracy: Rank among the Swazi of Bechuanaland* (London: OUP). Kuper, L. (1971) 'African nationalism in South Africa, 1910-1964', in M. Wilson and L. Thompson (eds), pp.424-76.

LACHERAF, M. (1978) *L'Algérie, nation et société* (2nd edn, AIgiers: SNED).

LAITIN, D.D. (1982) 'The international economy and state formation among the Yoruba in the nineteenth century', *International Organization,* 26, 4, pp. 657-714.

LANCASTER, C. S. (1974) 'Ethnic identity, history and "tribe" in the middle Zambesi valley', *American Ethnologist,* I, pp. 707-30.

LANDA, R. G. (1976) *Borba algirskogo naroda protiv europejskoi kolonisatsii, 1830-1918* (Moscow: Naouka).

LANDAU, J. M. (1953) *Parliaments and Parties m Egypt* (Tel Aviv: Israel Publishing House). Landau, J. M. (1958) *Studies in the Arab Theater and Cinema* (Philadelphia: University of Pennsylvania Press).

LANDER, R. (1830) *Records of Captain Clapperton's Last Expedition* (London: Colburn & Bentley). Landes, David S. (1958) *Bankers and Pashas: International Finance and Economic Imperialism in Egypt* (London: Heinemann).

LANGWORTHY, H. W. (1971) 'Conflict among rulers in the history of Undi's Chewa kingdom', *TAJH,* I, pp. 1-24.

______. (1972) *Zambia Before 1890* (London: Longman).

______. (nd) 'Swahili influence in the area between Lake Malawi and the Luangwa river' (unpublished manuscript).

LAROUI, A. (1970) *L'histoire du Maghreb. Un essai de synthèse* (Paris: Maspero). Laroui, A. (1975) *L'histoire du Maghreb,* Vol. 2 (Paris: Maspero).

______. (1977) *Les origines sociales et culturelles du nationalisme marocain (1830-1912)* (Paris: Maspero).

LAST, M. (1967a) *The Sokoto Caliphate* (London: Longman).

______. (1967b) 'A note on the attitudes to the supernatural in the Sokoto jihad', *JHSN,* 4, I, pp. 3- 13.

______. (1974) 'Reform in West Africa: the jihad movements of the nineteenth century', in J. F. A. Ajayi and M. Crowder (eds), pp. 1-29.

______. (1988) 'Reforrn in West Africa: the jihad movements of the nineteenth century' in J. F. A. Ajayi and M. Crowder (eds) *History of West Africa,* Vol. 2, (new edn, London: Longman).

LAST, M. and AL-HAJJ, M. A. (1965) 'Attempts at defining a Muslim in 19th century Hausaland and Bornu', *JHSN,* 3, 2, pp. 231-40.

LATHAM, A.J.H. (1972) 'Witchcraft accusations and economic tension in pre-colonial Old Calabar', *JAH,* 13, 2, pp. 249-60.

______. (1973) *Old Calabar, 1600-1891. The Impact of the International Economy upon a Traditional Society* (Oxford: Clarendon Press).

______. (1978) 'Price f1uctuations in the early palm oil trade', *JAH,* 19, 2, pp. 213-18.Laugel, A. (1959) 'Les Tadjakant, caravaniers du désert', *Bulletin de Liaison Saharienne,* 10, 6, pp. 301-10.Lavers, J. E. (1977) 'El-Kanemi (1775-1837)', in C. A. Julien (ed.) *Les Africains* (Paris: Editions Jeune Afrique), Vol. 7, pp. 45-71.

LAVERS, J. E. (1980) 'Kanern and Borno to 1808', in O. Ikime (ed.) *Groundwork of Nigeria History* (Ibadan: Heinemann), pp. 187-209.

LAW, R. (1977) *The Oyo Empire, c. 1600-c. 1836: A West African Imperialism in the Era of the Atlantic Slave Trade* (Oxford: Clarendon Press).

______. (1980) *The Horse in West African History* (London: IAI).

LEARY, F. A. (1969) 'Islam, politics, and colonialism. A political history of Islam in the Casamance region of Senegal (1850-1919)' (PhD thesis, Northwestern University).

LEBEL, P. (1974) 'Oral traditions and chronicles on Guragé immigration', *Journal of Ethiopian Studies,* 12, 2, pp. 95-106.

LEFÈBVRE, T. (1845-54) *Voyage en Abyssinie* (6 vols, Paris: A. Bertrand).

LIHĪTA, M. F. (1944) *Tarikh Mii'r al-iktisādī fi'l-'usūrr al-hadītha* (Cairo: Maktabat al-Nabdah al-Micriyyah).

LEJEAN, G. (1865) *Théodore II: Le nouvel empire d'Abyssinie* (Paris: Amyot). Lejean, G. (1872) *Voyage en Abyssinie* (Paris: Hachette).
LEONE, E. de (1882) *The Khedive's Egypt* (2nd edn, London).
______. (1965) *La colonizzazione del'Africa dei Nord (Algeria, Tunisia; Morocco, Libia)* (Padua: CEDAM).
LESSEPS, F. de (1869) *Egypte et Turquie* (Paris: Plon).
LEVEEN, P. E. (1971) 'British slave trade suppression policies, 1821-1865: impact and implications' (PhD thesis, University of Chicago).
LÉVI-PROVENÇAL, E. (1922) *Les historiens des Chorfa: essai sur la Iittérature historique et biographique au Maroc du XVIe au XIXe siècle* (Paris: Larose).
LEVINE, D. N. (1965) *Wax and Gold: Tradition and Innovation in Ethiopian Culture* (Chicago and London: University of Chicago Press).
______. (1974) *Greater Ethiopia. The Evolution of a Multiethnic Society* (Chicago and London: University of Chicago Press).
LEVINE, R. M. (1980) *Race and Ethnic Relations in Latin America and the Caribbean: An Historical Dictionary and Bibliography* (Metuchen, NJ: Scarecrow Press).
LEVINE, V. T. (1971) *The Cameroon Federal Republic* (lthaca: Cornell University Press). Levtzion, N. (1968) *Muslims and Chiefs in West Africa* (Oxford: Clarendon Press).
LEWIS, B. (1971) 'Hadjdj', in B. Lewis, V. L. Ménage, C. Pellat and J. Schacht (eds), pp. 37-8. Lewis, B., Ménage, V.L., Pellat, C. and Schaeht, J. (eds) (1971) *The Encyclopedia of Islam,* Vol. 3 (new edn, Leidenj London: Brill/Luzac).
LEWIS, B., PELLAT, C. and SCHACHT, J. (eds) (1965) *The Encyclopedia of Islam,* Vol. 2 (new edn, Leiden/London: Brill/Luzac).
LEWIS, H. S. (1965) *A Galla Monarchy: Jimma Abba Jifar, Ethiopia, 1830-1932* (Madison: UWP). Lewis, I. M. (1955) *Peoples of the Horn of Africa* (London: IAI).
LEWIS, I. M. (1965) *The Modern History of Somaliland* (London: OUP).
LIESEGANG, G. (1967) 'Beitrage zur Geschichte des Reiches der Gaza Nguni im sudlichen Mocambique' (PhD thesis, University of Cologne).
______. (nd) 'Famines and smallpox in southeastern Africa' (unpublished manuscript). Linant de Bellefonds, A. (1872-3) *Mémoires sur les principaux travaux d'utilité publiqwue exécutés en Egypte, depuis la plus haute Antiquité jusqu'à nos jours* (Paris).
LINDBLOM, G. (1920) *The Akamba in British East Africa* (2nd edn, Uppsala: Appelbergs). Little, K. (1951) *The Mende of Sierra Leone* (London: Routledge & Kegan Paul).
LITTLE, K. (1965-6) "The political function of the Poro', *Africa,* 35, 4, pp. 349-65; 36, I, pp. 62-72. Little, K. (1970) *The Mende of Sierra Leone* (London: Routledge & Kegan Paul).
LIVINGSTONE, D. (1857) *Missionary Travels and Researches in South Africa* (London: Murray). Lloyd, C. (1949) *The Navy and the Slave Trade. The Suppression of the African Slave Trade in the Nineteenth Century* (London: Longman).
LLOYD, P. C. (1963) 'The Itsekiri in the nineteenth century: an outline social history', *JAH,* 4, 2, pp. 207-31.
LOBATO, A. (1948) *Historia da Fundação de Lourenço Marques* (Lisbon: Edições da Revista "Lusitania"). Lockhart, J. (1968) *Spanish Peru, 1532-1560: A Colonial Society* (Madison: UWP).
LOEPFE, W. (1974) *Alfred Ilg und die äthiopische Eisenbahn* (Zurich: Atlantis).
LOMBARDI, D. (1971) 'Un 'expert' Saxon dans les mines d'or de Sumatra au XVII e siècle', *Archipel,* 2, pp. 225-42.
LONG, EDWARD (1774) *The History of Jamaica,* (3 vols, London: Lowndes). Loutskii, V. L. (1965) *Novaja istorija arabskih stran* (Moscow: Naouka).
LOVEJOY, P. E. (1974) 'Interregional monetary flows in the precolonial trade of Nigeria', *JAH,* 15, 4, pp. 563-85.
______. (1978) 'Plantations in the economy of the Sokoto caliphate', *JAH,* 19, 3, pp. 341-68. Lovejoy, P. E. (1982) 'The volume of the Atlantic slave trade: a synthesis', *JAH,* 23, 3, pp. 473-501. Lovejoy,

P. E. (1983) *Transformations in Slavery: A History of Slavery in Africa* (Cambridge: CUP). Lovejoy, P. E. and Baier, S. (1975) 'The desert-side cconomy of the Central Sudan', *IJAHS,* 8, 4, pp. 553-83.

LOW, D. A. (1963) 'The northern interior, *1840-84',* in R. Oliver and G. Mathew (eds), pp. 297-331. Lutsky, V. (1965) *Modern History of the Arab Countries* (Moscow: Progress Publishers).

LY, M. (1972) 'Quelques remarques sur le *Tarikh el Fettach'; BIFAN* (B), 34, 3, pp. 471-93.

LYE, W. F. (1967) 'The Difaqane: the Mfecane in the southern Sotho area, 1822-24', *JAH,* 8, I, pp. 107-31.

______. (1969) 'The distribution of the Sotho peoples after the Difaqane', in L. Thompson (ed.), pp. *190-206.*

______. (ed.) (1975) *Andrew Smith's Journal of his expedition into the interior of South Africa 1834-* 36 (Cape Town: Balkem).

LYNCH, H. (1967) *Edward Wilmot Blyden, Pan-Negro Patriot, 1832-1912* (London: DUP).

LYON, G. F. (1821) *A Narratiue of Travels in Northern Africa in the years 1818,1819 and 1820* (London: Murray).

MAGE, E. (1868) *Voyage au Soudan Occidental* (1863-1866) (Paris: Hachette).

MAGUBANE, B. M. (1979) *The Political Economy of Race and Class in South Africa* (New York: Monthly Review Press).

MAHJOUBI, A. (1977) *L'établissement du Protectorat français en Tunisie* (Tunis: Publications de l'Université).

MAINGA, M. (1973) *Bulozi Under the Luyana Kings: Political Evolution and State Formation in Pre-colonial Zambia* (London: Longman).

MAKOZI, A. O. and OJO, G. J. A. (eds) (1982) *The History of the Catholic Church in Nigeria* (London: Maemillan).

MALAISSE, F. et al (1972) 'The miombo ecosystem: a preliminary study', in P. Golley and F. Golley (eds), *Tropical Ecology* (Athens, Georgia: University of Georgia Press), pp. 363-405.

MALORTIE, BARON de (1882) Egypt: *Native Rulers and Foreign Interference* (Luondon: Ridgway). Malumfashi, U. F. (1973) 'The life and ideas of Shaikh Uthman dan Fodio, being an edition, translation and analysis of Rawd al-jinan and al-Kashf wa 'l-hayan' (MA thesis, Bayero University, Kano).

MANDALA, E. (1979) 'The Kololo interlude in Southern Africa, 1861-1891' (MA thesis, University of Malawi).

MANE, M. (1974-5) *Contribution à l'histoire du Kaabu, des origines au XIXe siècle* (Dakar, Mémoire de l'Université de Dakar).

MANGESTU LAMMA (1959) *Mashafa Tizita* (Addis Ababa).

MANNING, P. (1979) 'The slave trade in the Bight of Benin, 1640-1890', in H. A. Gemery and J. S. Hogendorn (eds), pp. 107-41.

MARCHAL, J. Y. (1967) 'Contribution à l'étude historique du Vakinankaratra, évolution du peuplement dans la Cuvette d' Ambohimanambola, sous-préfecture de Batafo', *Bulletin de Madagascar,* 250, pp. 241-80.

MARCUS, H. G. (1975) *The Life and Times of Menilek II, 1844-1913* (Oxford: Clarendon Press).

MARKHAM, C. R. (1869) *A History of the Abyssinian Expedition* (London: Prideaux).

MARKS, S. (1967a) 'The rise of the Zulu kingdom', in R. Oliver (ed.), pp. 85-91.

______. (1967b) 'The Nguni, the Natalians and their history', *JAH,* 8,3, pp. 529-40.

MARKS, S. and ATMORE, A. (eds) (1980) *Economy and Society in Pre-industrial South Africa* (London: Longman).

MARSHALL, J. P. (1968) *Problems of Empire: Briiain and India, 1757-1813* (London: Allen & Unwin).

MARTEL, A. (1965) *Les confins saharo-tripolitains de la Tunisie, 1818-1911* (Paris: PUF).

MARTIN, B. G. (1963) 'A mahdist document from Futa Jallon', *BIFAN* (B), 25, 1-2, pp. 47-57.Martin, B. G. (1972) 'A short history of the Khalwati order of dervishes', in N. Keddie (ed.) *Scholars, Suints and Sufis* (Berkeley: UCP), pp. 275-305.

______. (1976) *Muslim Brotherhoods in Nineteenth Century Africa* (Cambridge: CUP).

MARTIN, T. (1976) *Race First: The Ideological and Organizational Struggles of Marcus Carvey and lhe Universal Negro Improvement Association* (Westport, Conn.: Greenwood Press).
MARTY, P. (1920-1) *Etudes sur l'Islam et les Tribus du Soudan* (4 vols, Paris: Leroux).
MASON, J. P. (1971) 'The social history and anthropology of the Arabized Berbers of Augila oasis in the Libyan Sahara Desert' (PhD thesis, Boston University).
______. (1978) 'Desert strongmen in the East Libyan Sahara *(c.* 1820): a reconstruction of local power in the region of the Augila oasis', *Revue d' histoire maghrébine,* 6, pp. 180-8.
MASON, M. (1970) 'The Nupe Kingdom in the nineteenth century; a political history' (PhD thesis, University of Birmingham).
MASON, P. (1970) *Race Relations* (London: OUP).
MASON, R. J. (1973) 'The first Early Iron-Age in South Africa: Broederstroom 24/73', *South African Journal of Science,* 69.
AL Masri, F. H. (1963) 'The life of Shehu Usman dan Fodio before the jihad', *JHSN*, 2, 4, pp. 435-48.
______. (ed. and trans.) (1978) *Boōyan Wujūbal-Hijra 'ala' I-Ibed by* 'Uthman lbn Fūdī (Khartoum: KUP).
MASSAIA. (1921-30) *I miei trentacinque anni di missione nell' alta Etiopia* (Rome: Coop tipografrica Manuzio (12 vol.).
MATSEBULA, J. S. M. (1972) *A History of Swaziland* (Cape Town: Longman).
MATTHEWS, T. I. (1981) 'Portuguese, Chikunda and the people of the Gwembe valley: the impact of the "Lower Zambezi Complex" on Southern Zambia', *JAH,* 22, I, 23-42.
MAURA y GAMAZO, G. (191 I) *La question marocaine du point de vue espagnol* (Paris: Challamel). Maxwell, W. E. (1932) 'The law relating to slavery among the Malays', *Journal of the Malayan Branch of the Royal Asiatic Society,* 10, I.
M'BOKOLO, E. (1981) *Noirs et blancs en Afrique équatoriale: Les sociétés côtières et la pénétration française (vers 1820-1874)* (Paris: Mouton).
MCCALL, D. F. and BENNETT, N. R. (eds) (1971) *Aspects of West African Islam* (Boston: Boston University African Studies Center).
MCCARTHY, M. (1938) *Social Change and the Growth of British Potwer in the Gold Coast: the Fante states 1807-1874* (Lanham, Md: University Press of America).
MCCASKIE, T. C. (1980) 'Office, land and subjects in the history of the Manwere *fekuo* of Kumase: an essay in the political economy ofthe Asante state', *JAH,* 21, 2, pp. 189-208.
MCCOAN, J. C. (1887) *Egypt as it is* (London: Cassell).
MCGAFFEY, W. (1970) *Custom and Government in the Lower Congo* (Berkeley and Los Angeles: UCP). McKay, W. F. (1975) 'A precolonial history of the southern Kenya coast' (PhD thesis, Boston University).
MCPHERSON, J. M., HOLLAND, L. B., et al. (1971) *Blacks in America: Bibliographical Essays* (New York: Doubleday).
MCSHEFFREY, G. M. (1983) 'Slavery, indentured servitude, legitimate trade and the impact of abolition in the Gold Coast, 1874-1901', *JAH,* 24, 3, pp. 349-68.
MEARS, W. G. A. (1970) *Wesleyan Baralong Mission in Trans-Orangia, 1821-1884* (2nd edn, Cape Town: Struik).
MEDEIROS, F. de (1984) 'Peuples du golfe du Benin Aja-ewe', in *Colloque de Cotonou* (Paris: Karthala). Meek, C. K. (1925) *The Northern Tribes of Nigeria* (2 vols, London: OUP).
MÉHIER de MATHUISIEULX, H. (1904) 'Une mission en Tripolitanie', *Renseignements Coloniaux,* January 1904, pp. 20-34.
MEILLASSOUX, C. (1971a) 'Introduction', in C. Meillassoux (ed.), (London: OUP), pp. 3-86. Meillassoux, C. (ed.) (1971b) *The Development of Indigenous Trade and Markets* in *West Africa* (London: OUP).
MEILLASSOUX, C. (1974) 'From reproduction to production. A Marxist approach to economic anthropology', *Economy and Society,* 3, pp. 315-45.
MEILLASSOUX, C. (1975) *L'esclavage en Afrique précoloniale* (Paris: Maspero). Meillassoux, C. (1981) *Maidens, Meal and Money* (Cambridge: CUP).

MEMMI, A. (1963) *La poésie algérienne de 1830 à nos jours (Approches socio-historiques)* (Paris: Mouton). Mendes Moreira, J. (1948) *Fulas do Cabu* (Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa). Merad, A. (1978) 'Islāh', in C. E. Bosworth, E. Van Donzel, B. Lewis and C. Pellat (eds), pp. 141-63. Mercer, P. (1971) 'Shilluk trade and politics from the mid-seventeenth century to 1861', *JAH,* 12, 3, pp. 407-26.

MERCIER, P. (1950) 'Notice sur le peuplement Yoruba du Dahomey-Togo', *Etudes Dahoméennes,* 4, pp. 29-40.

METCALFE, G.E. (1962) *Maclean of the Gold Coast* (London: OUP).

______. (1964) *Great Britain and Ghana: Documents of Ghana History, 1807-1957* (London: Nelson).

METEGUE N'NAH, N. (1979) *Economies et sociétés au Gabon dans la première moitié du XIXe siècle* (Paris: L'Harmattan).

MEYER-HEISELBERG, R. (1967) *Notes from the Liberated African Department in the Archives at Fourah Bay College, Freetowm, Sierra Leone* (Uppsala: Scandinavian Institute of African Studies).

MICHAILIDIS, G. (1950) 'Le désert et la civilisation égyptienne', *Cahiers d'Histoire Egyptienne.* Michaux-Bellaire, E. (1921) 'Essai sur l'histoire des confréries religieuses, *Hespéris,* I, pp. 141-58. Middleton, J. and Campbell, J. (1965) *Zanzibar: Its Society and Its Politics* (London: OUP). Miège, J.L. (1961-3) *Le Maroc et l'Europe (1830-1894)* (4 vols, Paris: PUF).

MIÈGE, J. L. (1975) 'La Libye et le commerce transsaharien au XIXe siécle', *ROMM,* 19, pp. 135- 68.

MIERS, S. (1971) 'Notes on the arms trade and government policy in Southern Africa between 1870 and 1890', *JAH,* 12, 4, pp. 571-8.

______. (1975) *Britain and the Ending of the Slave Trade* (London: Longman).

MIERS, S. and KOPYTOFF, I. (eds) (1977) *Slavery in Africa: Historical and Anthropological Perspectiues* (Madison: UWP).

MILLER, J. C. (1973) 'Slaves, slavers and social change in nineteenth century Kasanje', in F. W. Heimer (ed.) *Social Change in Angola* (Munich: Weltforum Verlag), pp. 9-29.

MILLIOT, L. (19II) *L'Association agricole chez les Musulmans du Maghreb, (Maroc, Algérie, Tunisie)* (Paris: Rousseau).

MINNA, M. (1982) 'Sultan Muhammad Bello and his intellcctual contribution to the Sokoto Caliphate', (PhD thesis, London University).

MINTZ, S. W. (1971) 'Towards an Afro-American history', *UNESCO Journal of World History,* 13, 2, pp. 317-32.

MOFFAT, R. (1945) *The Matebele Journals* (ed. J. P. R. Wallis, 2 vols, London: Chatto & Windus). Moffat, R. and Moffat, M. (1951) *Apprenticeship ai Kuruman* (ed. I. Schapera, London: Chatto & Windus).

MONDON-VIDAILHET, F. M. C. (1905) *Chronique de Theodoros II* (Paris: Bibliotheque Nationale). Montagne, R. (1930) *Les Berbères et le Makhzen dans le sud du Maroc* (Paris).

MONTEIL, C. (1932) *Une cité soudanaise, Djenne, métropole du Delta central du Niger* (Paris: Soeiété d'Editions géographiques, maritimes et coloniales).

MONTEIL, P. L. (1894) *De Saint-Louis à Tripoli par le Tchad* (Paris: Alcan). Monteil, V. (1966) *Esquisses Sénégalaises* (Dakar: IFAN).

MONTEIL, V. (1977) *Les Bambara de Segou et de Kaarta* (1st edn, 1924, Paris: Maisonneuve). Moreno Fraginals, M. (ed.) (1977) *Africa en America Latina* (Mexico: UNESCO).

MORENO, M. (1942) 'La cronaca di re Teodoro attribuita al dabtarà "Zaneb" ', *Rassegna di Studi Etiopici,* 2, pp. 143-80.

MORGAN, M. (1969) 'Continuities and traditions in Ethiopian history. An investigation ofthe reign of Tewodros', *Ethiopia Observer,* 12.

MORTON-WILLIARNS, P. (1964) 'The Oyo Yoruba and the Atlantic trade, 1670 -1830', *JHSN,* 3, 1. Moulero, T. (1964) 'Histoire et légende de Chabi', *Etudes Dahoméennes,* 2, pp. 51-93.

MOURSY, M. K. (1914) *De l'étendue du droit de propriété, étude historique, juridique et comparée* (Paris: Recueil Sirey).

MOUSER, B. L. (1973) ‘Traders, coasters and conflict in the Rio Pongo from 1790-1808’, *JAH,* 14, I, pp. 45-64.

______. (1975) ‘Landlords – strangers: a process of accommodation and assimilarion’, *IJAHS,* 8, 3, pp. 425-40.

MOYER, R. A. (1974) ‘The Mfengu, self-defence and the Cape frontier wars’, in C. Saunders and R. Derricourt (eds), pp. 101-26.

MUDENGE, S. I. (1974) ‘The role of foreign trade in the Rozvi empire: a reappraisal’, *JAH,* 15, 3, pp. 373-91.

MULLER, C. F.J. (ed.) (1974) *Five Hundred Years: A History of South Africa* (2nd edn, Pretoria and Cape Town: University of South Africa).

MUNRO, J. F. (1976) *Africa and the International Economy* (London: Dent).

MUNTHE, L. (1969) *La Bible à Madagascar, les deux premières traductions du Nouveau Testament malgache* (Oslo: Egede Instututtet).

MUNTHE, L., RAVOAJANAHARY, C. and AYACHE, S. (1976) ‘Radama Ier et les Anglais: les négociations de 1817 d’après les sources malgaches’, *Omaly sy Anio,* 3-4, pp. 9-104.

MURRAY, D. R. (1971) ‘Statistics of the slave trade to Cuba, 1790-1867’, *Journal of Latin American Studies,* 3, 2, pp. 131-49.

MUSTAFA, A. A. (1965) *Micr wa’l-mas’alah al-Micriyyah* (Cairo: Dar al-Ma’aref).

MUTIBWA, P. M. (1972) ‘Trade and economic development in nineteenth-century Madagascar’, *TAJH,* 2, I, pp. 32-63.

______. (1974) *The Malagasy and the Europeans: Madagascar’s Foreign Relations, 1861-1895* (London: Longman).

MVENG, E. (1963) *Histoire du Cameroun* (Paris: Présence Africaine). Mworoha, E. (1977) *Peuples et rois de l’Afrique des lacs* (Dakar: NEA). Myatt, F. (1970) *The March to Magdala* (London: Leo Cooper).

MYRDAL, G. (1944) *An American Dilemma* (2 vols, New York: Harper and Row).

NACANABO, D. (1982) ‘Le royaume maagha de Yako’ (doctoral thesis, Université de Paris). Nachtigal, G. (1967) *Sahara und Sudan, Ergebnisse Sechsjahriger Reisen in Afrika* (Graz).

NAIR, K. K. (1972) *Politics and Society in South Eastern Nigeria 1841-1906: A Study of Power, Diplomacy and Commerce in Old Calabar* (London: Frank Cass).

AL-NAQAR, U. (1972) *The Pilgrimage Tradition in West Africa: An Historical Study with Special Reference to the Nineteenth Century* (Khartoum: KUP).

NARDIN, J. C. (1965) ‘Le Libéria et l’opinion publique en France, 1821-1847’, *CAE,* 6, I, pp. 96- 144.

AL-NASĪRĪ, A. (1954-56) Al-Istiqsā li-Akhbār Duwal al-Maghrib al-Aqsā, 9 vol. (Casablanca).

NAYENGA, F. P. B. (1976) ‘An economic history of the lacustrine states of Busoga, Uganda, 1750--1939’ (PhD thesis, University of Michigan).

NEEDHARN, D. E. (1974) *From Iron Age to Independence: History of Central Africa* (London: Longman). Neumark, S. D. (1954) *Foreign Trade and Economic Development in Africa: A Historical Perspective* (Stanford: Food Research Institute).

NEWBURY, C. W. (1961) *The Western Slave Coast and Its Rulers: European Trade and Administration Among the Yoruba and Adja-Speaking Peoples of South-Western Nigeria, Southern Dahomey and Togo* (Oxford: Clarendon Press).

______. (1966) *North African and Western Sudan trade in the nineteenth century: a reevaluation, JAH,* 7, 2, pp. 233-46.

______. (1968) ‘The protectionist revival in French colonial trade: the case of Senegal’, *Economic History Review,* 21, 2, pp. 337-48.

______. (1972) ‘Credit in early nineteenth century West African *trade’, JAH,* 13, I, pp. 81-95.

NEWBURY, D. S. (1975) ‘Rwabugiri and Ijwi’ *Etudes d’Histoire Africaine,* 7, pp. 155-73.

______. (1980) ‘Lake Kivu regional trade during the nineteenth century’, *Journal des Africanistes,* 50, 2, pp. 6-30.

NEWBURY, D. S. (nd) 'Lake Kivu regional trade during the nineteenth century' (unpublished paper). Newbury, M. C. (1975) 'The cohesion of oppression: a century of c1ientship in Kinyaga, Rwanda' (PhD thesis, University of Wisconsin).

NEWITT, M. D. D. (1973a) *Portuguese Settlement on the Zambesi, Exploration, Land Tenure and Colonial Rule in East Africa,* (London: Longman).

______. (1973b) 'Angoche, the slave trade and the Portuguese *c.* 1844-1910', *JAH,* 13, 4, pp.659-73.

NGCONGCO, L. (1982a) 'Irnpact of the Difaqane on Tswana states', in R. Hitchcock and M. R. Smith (eds), pp. 161-71.

______. (1982b) 'Precolonial migration in south-eastern Botswana' in R. Hitchcock and M. R. Smith (eds), pp. 23-9.

NICHOLLS, C. S. (1971) *The Swahili Coast: Politics, Diplomacy and Trade on the East African Littoral. 1798-1856* (London: Allen & Unwin).

NICHOLSON, S. E. (1976) 'A c1imatic chronology for Africa: synthesis of geological, historical and meteorological information and data' (PhD thesis, University of Wisconsin).

______. (forthcoming) 'Saharan c1imates in historic times', in H. Faure and M. E.J. Williams (eds) *The Sahara and the Nile.*

NICOL, F. (1940) 'Les traitants français de la côte est de Madagascar, de Ranavalona I à Radama II, *Mémoire de I'Académie Malgache,* 33.

NOLDEKE, T. (1892) *Sketches from Eastern History* (London & Edinburgh: A. & C. Black). Norris, H. T. (1968) *Shinqiti Folk Literature and Song* (Oxford: Clarendon Press). Norris, H. T. (1975) *The Tuaregs* (Warminster: Aris & Philips).

NORRHRUP, D (1976) 'The compatibility of the slave and palm oil trades in the Bight of Biafra', *JAH,* 17, 3, pp. 352-64.

NUÑES, B. (1980) *Dictionary of Afro-Latin American Civilization* (Westport, Conn.: Greenwood Press). Nwani, O. A. (1975) 'The quantity theory in the early monetary system of West Africa with particular emphasis on Nigeria, 1850-1895', *Journal of Political Economy,* 83, I, pp. 185-93.

OCHSENWALD, W. (1980) 'Muslim-European conflict in the Hijaz: the slave trade controversy, 1840-1895', *Middle Eastern Studies,* 16, I, pp. 115-26.

ODED, A. (1974) *Islam in Uganda* (New York: Halsted Press).

OGOT, B. A. (1967) *A History of the Southern Luo People, 1500-1900* (Nairobi: EAPH).

______. (1968) 'Kenya under the British, 1895 to 1963', in B. A. Ogot and J. A. Kieran (eds), pp. 255-89.

______. (ed.), (1974) *Zamani: A Survey of East African History* (2nd edn, Nairobi: EAPH). Ogot, B. A. (ed.) (1976) *Kenya Before 1900* (Nairobi: EAPH).

______. (1979) 'Population movements between East Africa, the Horn of Africa and the neigh-bouring countries', in *The African Slave Trade from the Fifteenth to the Nineteenth Century* (Unesco, General History of Africa, Studies and Documents, 2, Paris), pp. 175-82.

OGOT, B. A. and KIERAN, J. A. (eds) (1968) *Zamani: A Survey of East African History* (Nairobi: EAPH).

OLANIYAN, R. (1974) 'British desires for legitimate trade in West Africa, 1860-1874: I, the Imperial dilemma', *Odu,* 9, pp. 23-44.

OLIVEIRA MARTINS, F.A. (ed.) (1952) 'Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens, vol. II', in *Diarios da viagem de Angola a contra-costa* (Lisbon), pp. 366-83.

OLIVER, R. (1952) *The Missionary Factor in East Africa* (London: Longmans, Green). Oliver, R. (ed.) (1967) *The Middle Age of African History* (London: OUP).

______. (1965) *The Missionary Factor in East Africa* (2nd edn, London: Longman). Oliver, R. and Fage, J. D. (1962) *A Short History of Africa* (Harmondsworth: Penguin).

OLIVER, R. and MATHEW, G. (eds) (1963) *A History of East Africa, Vol. I* (Oxford: Clarendon Press). Oloruntirnehin, B. O. (1972a) *The Segu Tukulor Empire* (London: Longman).

OLORUNTIRNEHIN, B. O. (1972b) 'The impact of the abolition movement on the social and political development of West Africa in the nineteenth and twentieth centuries', *Ibadan,* 7, I, pp. 33-58.

ORNER-COOPER, J. D. (1966) *The Zulu Aftermath, A Nineteenth Century Revolution in Bantu Africa* (London: Longman).

ORNER-COOPER, J. D. (1969) 'Aspects of political change in the nineteenth century Mfecane', in L. Thompson (ed.), pp. 207-29.
______. (1976a) 'The Nguni outburst', in J. E. Flint (ed.), pp. 319-52.
______. (1976b) 'Colonial South Africa and its frontiers', in J. E. Flint (ed.), pp. 353-92. Onneken, A. (1956) *Die Konigskultur Kalfas und der verwandten Konigreiche* (Frankfurt).
OPPEL, A. (1887) 'Die religiosen Verhaltnisse von Afrika', *Zeitschrift der Gesselschaft fur Erdkunde zu Berlin,* 21.
ORHANLU, C. (1972) 'Turkish archival sources about Ethiopia', *IV Congresso Internazionale di Studi Etiopici* (Rome).
______. (1976-7) 'Turkish language publications and records about Africa' [in Turkish], *Tarih Institusu Dergisi,* 7-8, pp. 145-56.
OTTENBERG, S. (1958) 'Ibo oracles and intergroup relations', *Southmestern Journal of Anthropology; 14,* 3, pp. 295-317.
______. (1959) 'Ibo receptivity to change', in W.R. Bascom and M.J. Herskovits (eds), *Continuity and Change in African Culture* (Chicago: University of Chicago Press), pp. 130-43.
PACKARD, R. M. (1981) *Chiefship and Cosmology: An Historical Sludy of Political Competition* (Bloomington: Indiana University Press).
PAGE, M. E. (1974) 'The Manyena hordes of Tippu Tip: a case study in social stratification and the slave trade in East Africa', *IJAHS,* 7, I, pp. 69-84.
PALACIOS PRECIADOS, J. (1973) *La Trata de Negros por Cartagena de lndias, 1650-1750* (Tunja, Colombia: Universidad Pedagogica y Technologica).
PALLINDER-LAW, A. (1974) 'Aborted modernization in West Africa? The case of Abeokuta', *JAH,* 15, I, pp. 65-82.
PALMER, C. A. (1976) *Slaves of the White God: Blacks in Mexico, 1570-1650* (Cambridge, Mass: HUP). Palmer, C. A. (1981) *Human Cargoes: The British Slave Trade to Spanish America, 1700-1739* (Urbana: University of Illinois Press).
PALMER, H. R. (1928) *Sudanese Memoirs* (Lagos: Government Printer).
PALMER, R. and PARSONS, N. (eds) (1977a) *The Roots of Rural Poverty in Central and Southern Africa* (London: Heinemann).
______. (1977b) 'Introduction: historical background', in R. Palmer and N. Parsons (eds), pp. 1-32.
PANKHURST, R. K. P. (1961) *An Introduction to the Economic History of Ethiopia from early times to 1800* (London: Lalibela House).
______. (1964) 'Ethiopia and the Red Sea and Gulf of Aden ports in the nineteenth and twentieth centuries', *Ethiopia Observer,* 8.
______. (1966a) 'The Emperor Theodore and the question of foreign artisans in Ethiopia' in *Boston University Papers in African History,* Vol. 2 (Boston: African Studies Centre, Boston University).
______. (1966b) 'The Saint-Simonians and Ethiopia', *in Proceedings of the Third International Conference of Ethiopian Studies* (Addis Ababa: Haile Sellassie I university, Institute of Ethiopian Studies).
______. (1966c) *State and Land in Ethiopian History* (Addis Ababa: Haile Sellassie I University, Institute of Ethiopian Studies).
______. (1967) 'Menilek and the utilisation of foreign skills', *Journal of Ethiopian Studies,* 5, I, pp. 29-42.
______. (1968) *Economic History of Ethiopia 1800-1935* (Addis Ababa: Haile Sellassie I University, Institute of Ethiopian Studies).
______. (1972) 'Yohannes Kotzika, the Greeks and British intervention against Emperor Tewodros in 1867-8', *Abba Salama,* 3, pp. 87-117.
______. (1973a) 'Popular opposition in Britain to British intervention against Emperor Tewodros of Ethiopia (1867-1868)', *Ethiopia Observer,* 14, pp. 141-203.
______. (1973b) 'The library of Emperor Tewodros at Maqdala (Magdala)', *BSOAS,* 36, pp. 17-42.
______. (1974) 'Tewodros. The question of a Greco-Romanian or Russian hermit or adventure in ninetecnth century Ethiopia', *Abba Salama,* 5, pp. 136-59.
PANTUCEK, S. (1969) *Tounisskaja literatoura. Krathu etcherk* (Moscow: Nauka). Parkinson, C. N. (1937) *Trade in the Eastern Seas, 1793-1813* (Cambridge: CUP). Parkyns, M. (1854) *Life in Abyssinia* (New York: Appleton).

PARRINDER, E. G. (1947) 'The Yoruba-speaking peoples of Dahomey', *Africa,* 17, pp. 122-48. Parrinder, E. G. (1955) 'Some western Yoruba towns', *Odu,* 2, pp. 4-10.
______. (1967) *Story of Ketu* (Ibadan: IUP).
PATTERSON, O. (1982) *Slavery and Social Death: A Comparative Study* (Cambridge, Mass.: HUP).
PAULUS, J. (ed.) (1917-21) *Encyclopaedie van Nederlandsch-Indië* ('s-Gravenhage: Nijhoff/Leiden: Brill).
PELLAT, C. (1953) *Le milieu basrien et le formation de Gahit* (Paris).
PENNEC, P. (1964) *Les transformations des corps de métiers de Tunis* (Tunis: ISEA-AM).
PÈRE, M. (1982) *Les deux bouches. Les sociétés du rameau Lobi entre la tradition et le changement* (Paris: TI). Perini, R. (1905) *Di qua del Mareb* (Florencc).
PERSON, Y. (1968-75) *Samori, unu Révolution Dyula* (3 vols, Dakar: IFAN).
______. (1971) 'Ethnic movements and acculturation in Upper Guinea since the fifteenth century', *IJAHS,* 4, pp. 669-89.
______. (1972) 'Samori and resistance to the French', in R. Rotberg and A. Mazrui (eds), *Protest and Power in Black Africa* (New York: OUP), pp, 80-112.
______. (1974) 'The Atlantic Coast and the northern savannas, 1800-1880', in J. F. A. Ajayi and M. Crowder (eds), pp. 262-307.
______. (1979) 'Samori and Islam', in J. R. Willis (cd.), pp. 259-77. Person, Y. (1981) 'Communication: who were the Vai?', *JAH* 23, I, p. 133. Pesenti, G. (1912) *Di alcumni canti arabici e somalici.*
PESENTI, G. (1929) *Canti sacri e profani, danze e ritmi degli Arabi, dei Somali e dei Suahili* (Milan: L'Eroica).
PETERSON, J. (1969) *Province of Freedom. A History of Sierra Leone, 1787-1870* (London: Faber). Petherick, J. and Petherick, K. (1869) *Travels in Central Africa and Exploration of lhe Western Tributaries* (London).
PHILLIOT, D. C. and Azoo, R. F. (1906-7) 'Some Arab folk tales from the Hadramout', *Journal of lhe Royal Asiatic Society of Bengal,* pp. 399-439.
PHILLIPSON, D. W. (1969) 'Early iron-using peoples of Southern Africa', in L. Thompson (ed.), pp. 24-49·
PHIRI, K. M. (1975) 'Chewa history in Central Malawi and the use of oral traditions, 1600-1920' (PhD thesis, University of Wisconsin).
PIGEOT, A. (1956) 'Les français à Tindouf', *Bulletin de Liaison Saharienne* 7, 23, pp. 85-94. Pirone, M. (1961) *Appunli di Storia dell'Africa* (Rome: Edizioni Rioerche).
PLOWDEN, W. C. (1868) *Travels in Abyssinia and lhe Galla Country* (London: Longmans, Green). Porter, A. (1963) *Creoledom: A Study of the Development of Freetown Society* (London: OUP). Porter, D. H. (1970) *The Abolition of the Slave Trade in England, 1784-1807* (New York: Archon). Price, R. (1973) *Maroon Societies* (New York: Doubleday-Anchor).
PRIESTLEY, M. (1969) *West African Trade and Coast Society, A Family Study* (London: OUP).
PRINS, A. H. (1962) *The Swahili-Speaking Peoples of Zanzibar and lhe East African Coast* (London: IAI).
______. (1971) *Didemic Lamu: Social Stratification and Spatial Structure in a Muslim Maritime Town* (Groningen).
QUINN, C. A. (1972) *Mandingo Kingdoms of the Senegambia: Traditionalism, Islam and European Expansion* (London: OUP).
______. (1979) 'Maba Diakhou and the Gambian jihād, 1850-1890', in J. R. Willis (ed.), pp. 233- 58.
RABARY, LE PASTEUR (1957) *Ny Maritiora Malagasy* (Tananarive: Imprimerie Luthérienne). al-Rafe'i, A.-R. (1948a) *Al-thawrah al-'Arabiyyah* (Cairo).
AL-RAFE'I, A.-R. (1948b) *Asr Isma'il* (2nd edn, Cairo: Mataba at al-Nahdah al-Micriyyah). al-Rafe'i, A.-R. (1948c) *Micr wa'l-Soudan fi awa'el 'ahd al-ihtilal (tarikh Migr al-qawmi min sanat 1882 ila sanat* 1892) (2nd edn, Cairo: Maktabat al-Nahdah al-Micriyyah).
AL-RAFE'Ī A.-R. (1951) *'Asr Mohammad-Alī* (3rd edn, Cairo: Maktabat al-Nahdah al-Micriyyah). Raffenel, A. (1856) *Nouveau voyage dans le pays des nègres* (2 vols, Paris: N. Chaix). Rainihifina, J. (1975) *Lovantsaina, I, Tantara betsileo* (2nd edn, Fianarantsoa).

RAISON, F. (1970) 'Un tournant dans l'histoire religieuse merina du XIXe siècle: la fondation des temples protestants à Tananarive entre 1861 et 1869', *Annales de l' Université de Madagascar* (série Lettres et Sciences humaines), II, pp. 11-56.

RAISON, F. (1977) 'L'échange inégal de la langue, la pénétration des techniqucs linguistiques dans une civilisation de l'oral (Imerina au début du XIXe siècle)', *Annales ESC,* 32, 4, pp. 639-69.

______. (1979) 'Temps de l'astrologie, temps de l'histoire: le premier almanach de LMS en lmerina, 1864', *Omaly sy Anio,* 9, pp. 41-78.

RAKOTOMAHANDRY, S. (1981) *L'armée royale sous Ranavalona Ière, aspects sociaux et économiques. Essai de description statistique* (Tananarive: TER Département d'histoire).

RALIBERA, D. (1977) 'Recherches sur la conversion de Ranavalona II', *Omaly sy Anio,* 7-8, pp. 7-42. Ramanakasina, V. (nd) *Medicine and Doctors in the Anglo-Malagasy Civilisation* (Tananarive: TER, Département des Langues Vivantes).

RANGER, T. O. (1963) 'The last days of the empire of the Mwene Mutapa' (unpublished paper presented at the History of Central African Peoples Conference, Lusaka).

______. (ed.) (1968) *Emerging Themes of African History* (Nairobi: EAPH).

______. (1973) 'Territorial cults in the history of Central Africa', *JAH,* 14, 4, pp. 581-98. Ranger, T. O. (1975) *Dance and Society in Eastern Africa 1890-1970: The Beni Ngoma* (London: Heinemann).

RANGER, T. O. and KIMAMBO, I. (eds) (1972) *The Historical Study of African Religion* (Berkeley: UCP).

RANGLEY, W. H. J. (1959) 'The Makololo of Dr Livingstone', *Nyasaland Journal,* 12, pp. 59-98. Rantoandro, G. (1981) 'Une communauté mercantile du Nord-Ouest: les Antalaotra', *Colloque sur l'historie et la culture du nord-ouest, Majunga.*

RAOMBAHA (1980) *Histoires I* (edn and French trans. by S. Ayache, Fianarantosa).

RASAMUEL, D. (1980) *Traditions orales et archéologie de Ia basse Sahatorendrika: Etude de sources concernant le peuplement* (2 vols, TER, Département d'histoire).

RASMUSSEN, R. K. (1977) *Mzilikazi of the Ndebele* (London: Heinemann).

RASOAMIORARAMANANA, M. (1974) *Aspects économiques et sociaux de la vie à Majunga 1862--1881* (TER, Département d'histoire).

______. (1981a) 'Un grand port de l'Ouest: Majunga (1862-1881)', *Recherches, Pédagogie, Culture,* Jan 1981, pp. 78-9.

______. (1981b) 'Pouvoir merina et esclavage dans le Boina dans la deuxième moitié du XIXe siècle, 1862-1883', *Colloque sur l'histoire et la culture du nord-ouest, Majunga.*

RASSAM, H. (1869) *Narratiue of the British Mission to Theodore, King of Abyssinia* (London: Murray).

RAVISSE, P. (1896) (Ismail Pacha, Khedive d'Egypte (1830-1895), extract from the *Revue d'Egypte* (Cairo).

REDMAYNE, A. (1968a) 'Mkwawa and the Hehe wars', *JAH,* 9, 3, pp. 409 36. Redmayne, A. (1968b) 'The Hehe', in A. D. Roberts (ed.), pp. 37-58.

RENAULT, F. (1976) *Libération d' esclaves et nouvelle sertntude* (Abidjan-Dakar: NEA).

RENAULT, F. and DAGET, S. (1980) 'La traite des esclaves en Afrique', *Etudes Scientifiques* (Cairo). Rennie, J. K. (1966) 'The Ngoni states and European intrusion', in E. Stokes and R. Brown (eds), pp. 302-31.

REVOIL, G. (1885) 'Voyage chez les Benadirs, les Comalis et les Bayouns en 1882-1883', *Le Tour du Monde,* 49.

REY, A. (1978) 'Mohammed Bin 'Abdallah ou le combat du chérif de Ouergla', in *Les Africains,* Vol. 12 (Paris: Jeune Afrique).

REY-GOLDZEIGUER, A. (1977) *Le royaume arabe* (Paris).

REYNOLDS, B. (1968) *The Material Culture of the Peoples of the Gwembe Valley* (Manchester: MUP). Reynolds, E. (1974a) *Trade and Economic Change on the Gold Coast, 1807-1874* (London: Longman). Reynolds, E. (1974b) 'The rise and fall of an African merchant class on the Gold Coast, 1830-1974', *CEA,* 14, 2, pp. 253-64.

REYNOLDS, E. (1975) 'Economic imperialism: the case ofthe Gold Coast', *Journal of Economic History,* 35, I, pp. 94-116.

RICHARDS, A. R. (1977) 'Primitive accumulation in Egypt, 1798-1882', *Review,* 1, 2, pp. 3-49. Ritter, E. A. (1955) *Shaka Zulu* (London: Longman).
RIVIÈRE, P. L. (1924-5) *Traités, codes et lois du Maroc* (Paris: Recueil Sirey).
RIVLIN, H. A. B. (1961) *The Agricultural Policy of Muhammad 'Ali in Egypt* (Cambridge, Mass.: HUP). Roberts, A. D. (ed.) (1968) *Tanzania before 1900* (Nairobi: EAPH).
ROBERTS, A. D. (1969) 'Political change in the nineteenth century', in I. N. Kimambo and A.J. Temu (eds), pp. 57-84.
______. (1970a) 'Pre-colonial trade in Zambia', *African Social Research,* 10, pp. 715-46. Roberts, A. D. (1970b) 'Nyamwezi trade', in R. Gray and D. Birmingham (eds), pp. 39-74.
______. (1973) *A History of the Bemba* (Madison: UWP).
ROBERTS, R. (1978) 'The Maraka and the economy ofthe middle Niger valley, 1790-1908' (PhD thesis, University of Toronto).
______. (1980) 'Long distance trade and production: Sinsani in the nineteenth century', *JAH,* 21, 2, pp. 169-88.
ROBERTSON, A. F. (1978) *Community of Strangers: A Journal of Discovery in Uganda* (London: Scolar Press).
ROBINSON, C. H. (1895) *Hausaland* (London: Sampson Low Marston).
ROBINSON, R. (1985) 'The Berlin Conference of 1884-85 and the Scramble for Africa', in *Proceedings of the Conference on the Berlin West African Conference* (Berlin, February 1985, edited by the German Historical Institute, London).
ROBINSON, R. and GALLAGHER, J. (1961) *Africa and the Victorians: The Oificial Mind of Imperialism* (London: Macmillan).
ROCHE, C. (1976) *Conquête et résistance des peuples de la Casamance* (Dakar: NEA).
ROCHET D'HÉRICOURT, C. F. X. (1841) *Voyage sur la cóte orientale de la mer Rouge, dans le pays d'Adal et le royaume de Choa* (Paris: Bertrand).
ROCHET D'HÉRICOURT, C. F. X. (1846) *Second voyage sur les deux rives de la mer Rouge, dans le pays des Adels et le royaume de Choa* (paris: Bertrand).
RODNEY, W. (1970) *A History of the Upper Guinea Coast 1545-1800* (Oxford: Clarendon Press). Rodney, W. (1972) *How Europe Underdeueloped Africa* (London: Bogle l'Ouverture).
______. (1975) 'Africa in Europe and the Americas' in R. Gray (ed.) *The Cambridge History of Africa, Vol 4, From c. 1600 to c. 1790* (Cambridge: CUP), pp. 578-622.
ROHLFS, G. (1883) *Meine Mission nach Abessyinien auf Begfehl Sr. Maj. des deutschen Kaisers, im Winter 1880-81* (Leipzig).
RONCEK, J. S. and KIERNAN, T. (eds) (1970) *The Negro Impact on Western Civilization* (New York: Philosophical Library).
RONEN, D. (1971) 'On the African role in the trans-Atlantic slave trade in Dahomey', *CEA,* II, I, pp. 5-13.
ROSS, D. (1967) 'The rise of the autonomous kingdom of Dahomey, 1818-1894' (PhD thesis, U niversity of London).
ROSSI, E. (1968) *Storia di Tripoli e della Tripolitania* (Rome: Istituto per l'Oriente). Roux, E. (1964) *Time Longer than Rope* (2nd edn, Madison: UWP).
ROUT, L. B. (1976) *The African Experience in Spanish America, 1502 to the Present Day* (Cambridge: CUP).
ROWLEY, H. (1867) *The Story of the Universities' Mission to Central Africa* (London: Saunders, Otley). Rubenson, S. (1966) *King of Kings: Tetwodros of Ethiopia* (Nairobi: OUP).
RUDIN, H.R. (1938) *Germans in the Cameroons, 1884-1914* (New Haven: YUP).
RUEDY, J. (1967) *Land Policy in Colonial Algeria. The Origins of the Rural Public Domain* (Berkeley and Los Angeles: UCP).
RUSSEL, S. (1884) *Une mission en Abyssinie et dans la mer Rouge* (Paris: Plon, Nourrit).
RYDER, A. F. C. (1961) 'Missionary activities in the kingdom of Warri to the early nineteenth century', *JHSN,* 2, 2, pp. 251-7.

SABRY, M. (1930) *L' Empire égyptien sous Mohamed-Ali et la question d'Orient (1811-1849)* (Paris: Paul Geuthner).

______. (1933) *L'empire égyptien sous Ismail et l'ingérence anglo-française (1863-1879)* (Paris: Paul Geuthner).

SA'DALLAH, A. (1983) *Al h'araka al wat'aniya al-jazā'iriya* (3rd edn, Algiers: SNED).

SAGATZKY, J. (1940) 'Problèmes d'organisation de l'industrie aurifère dans l'ex-Haute Volta, II, domaine politique' (unpublished manuscript, Abidjan, 23 July 1940).

SAĪDOUNI, N. (nd) *Al-niz'ām al-māli li-l Jazā ir.*

SAINT-MARTIN, Y. (1967) *L'empire toucouleur et la France, un demi-siècle de relations diplomatiques (1846-1893)* (Dakar: Publications de la Faculté de lettres et sciences humaines).

SALIM, A.I. (1973) *The Swahili-Speaking Peoples of Kenya's Coast, 1895-1965* (Nairobi: EAPH). Salt, H. (1814) *A Voyage to Abyssinia* (London: Rivington).

SAMMARCO, A. (1935) *Précis de l'histoire d'Egypte par diuers historiens et archéologues, Vol.* 4: *Les règnes de 'Abbas, de Sa'id et d'Ismail (1848-1879)* (Rome: Istituto Poligrafico del Stato).

SANCHEZ-ALBORNOZ, N. (1974) *The Population of Latin America: A History* (Berkeley: UCP). Sanders, P. (1975) *Moshoeshoe: Chief of the Sotho* (London: Heinemann).

SANTI, P. and HILL, R. (eds) (1980) *The Europeans in the Sudan 1834-1878* (Oxford: Clarendon Press). Saran, P. and Burton-Page, J. (1965) 'Darībah' in B. Lewis, C. Pellat and J. Schacht (eds), pp. 142-58. Sarbah, J. M. (1906) *Fanti National Constitution* (London: Clowes).

SARI, D. (1970) *Les villes précoloniales de l'AIgérie occidentale* (Algiers: SNED).

SAUNDERS, A. C. de C. M. (1982) *A Social History of Black Slaves and Freedmen* in *Portugal, 1441--1555* (Cambridge: CUP).

SAUNDERS, C. and DERRICOURT, R. (eds) (1974) *Beyond the Cape Frontier, Studies in the History of the Transkei and Ciskei* (London: Longman).

SCHNAPPER, B. (1961) *La politique et le commerce français dans le golfe de Guinée de 1838 à 1871* (Paris and The Hague: Mouton).

______. (1959) 'La fin du régime de l'Exclusif: Le commerce étranger dans les possessions françaises d'Afrique tropicale (1817-1870)', *Annales Africaines,* pp. 149-99.

SCHNERB, R. (1957) *Le XIXe siècle. L'apogée de l'expansion européene (1815-1914)* (Paris: PUF). Schoffeleers, M. (1972a) 'The history and political role of the M'bona cult among the Mang'anja' in T. O. Ranger and I. Kimambo (eds), pp. 73-94.

SCHOFFELEERS, M. (1972b) 'The Gisumphi and M'bona cults in Malawi: a comparative history', (unpublished paper presented at the Conference on Religious History, Lusaka).

SCHRODER, G. and SIEBEL, D. (1974) *Ethnographic Survey of Southwestern Liberia: The Liberian Kran and the Sapo* (Newark: University of Delaware, Department of Anthropology).

SCHULER, M. (1970) 'Ethnic slave rebellions in the Caribbean and the Guianas', *Journal of Social History* 3, 4.

______. (1980) *Alas, Alas Kongo: A Social History of Indentured African Immigration into Jamaica,* 1841--1865 (Baltimore: JHUP).

SCHWAB, G. and HARLEY, G. W. (1947) *Tribes of the Liberian Hinterland* (Cambridge, Mass.: HUP). Schwartz, A. (1973) *Mise en place des populations Guere et Wobe* (Abidjan: duplicated). Schweinfurth, G. (1873) *The Heart of Africa* (London: Low, Marston, Low & Searle).

SCOTT, E. P. (1978) 'Subsistence, markets and rural development in Hausaland', *Journal of Developing Areas,* 12, 4, pp. 449-70.

SEDDON, D. (1978) 'Economic anthropology or political economy? (I): Approaches to the analysis of pre-capitalist formation in the Maghreb', in J. Clammer (ed.), *The New Economic Anthropology* (London: Macmillan), pp. 61-109.

SELOUS, F. (1893) *Travels and Adventures in South-East Africa* (London: Ward).

SERJEANT, R. B. (1966) 'South Arabia and Ethiopia - African elements in the South Arabian population', *Proceedings of the 3rd International Conference of Ethiopian Studies* Vol. I, pp. 25-33.

SHACK, W. A. (1966) *The Gurage* (London: OUP). Shapiro, H. L. (1953) *Race Mixture* (Paris: UNESCO).

AL-SHARQĀWĪ, M. (1958) *Misr ji'l-qarn al-ithamen 'ashar* (3 vols, Cairo).
SHEA, P. J. (1974) 'Economies of scale and the dyeing industry of precolonial Kano', *Kano Studies,* ns, 1, 2, pp. 55-61.
______. (1978) 'Approaching the study of production in rural Kano', in B.M. Barkindo (ed.). Shea, P.J. (?) *Black Cloth.*
SHEPHERD, A. F. (1868) *The Campaign in Abyssinia* (Bombay 'Times of India' Office).
SHEPPERSON, G. (1968) 'Ethiopianism: past and present', in C. G. Baeta (ed.), pp. 249-68. Shepperson, G. and Price, T. (1958) *Independent African: John Chilembwe and the Origins, Setting and Signijicance of the Nyasaland Native Uprising of 1915* (Edinburgh: Edinburgh University Press).
SHEPSTONE, T. (1888) 'The early history of the Zulu-Kafir race of south-eastern Africa', in J. Bird (ed.), *The Annals of Natal, 1495-1845* (2 vols, Pietermaritzburg: Davis), pp. xxx-xxx.
SHERIDAN, R. (1974) *Sugar and Slavery: An Economia History of the British West Indies, 1623-1775* (Baltimore: John Hopkins University Press).
SHERIFF, A. M. H. (1971) 'The rise of a commercial empire: an aspect of the economic history of Zanzibar, 1780-1873' (PhD thesis, University of London).
______. (1980) 'Tanzanian societies at the time of partition', in M. H. Y. Kaniki (ed.) *Tanzania Under Colonial Rule* (London: Longman), pp. 11-50.
SHIBAYKA, M. (1957) *Al-Sudan fi Qarn* (Cairo). Shorter, A. (1969) *Nyungu-ya-Mawe* (Nairobi: EAPH).
SHORTER, A. (1972) *Chiefship in Western Tanzania: A Polítical History of the Kimbu* (Oxford: Clarendon Press).
SHUQAYR, N. (1967) *Jughrà fiyat-wa-Tārikh ai Sūdan* (Beirut).
SHUKRI, M. F. (1937) *Khedive Ismail and Slavery in the Sudan,* 1863-1879 (Cairo). Shukri, M. F. (1946) *Misr wal Sayada ala al-Sudan* (Cairo).
______. (1948) *Al-Hukm al-Misrī fil Sūdān 1820-1885* (Cairo).
______. (1958) *Misr wal Sudan, Ta rikh Wahdat, Waoil Nil al-Siyasis il Qarn. al-Tesi-a Ashar* (Cairo).
SILLERY, A. (1952) *The Bechuanaland Protectorate* (Cape Town: OUP). Sillery, A. (1954) *Sechele* (Cape Town: OUP).
SIMPSON, G. E. (1978) *Black Religions in the New World* (New York: Columbia University Press). Skene, R. (HjI7) 'Arab-Swahili dances and ceremonies', *JRAI*, 47, pp. 413-34.
SKINNER, E. P. (1964) *The Mossi of Upper Volta: The Political Development of a Sudanese People* (Stanford: SUP).
SLAMA, B. (1967) *L'insurrection de 1864 en Tunisie* (Tunis: Maison tunisienne de l'édition).
SLOUSCH, N. (1908) 'La Tripolitaine sous la domination des Karamanli', *Revue du Monde Musulman,* 6, pp. 58-84, 211-32, 433-53.
SMALDONE, J. P. (19971) 'The firearms trade in the Central Sudan in the nineteenth century', in D. F. McCall and N. R. Bennett (eds).
______. (1972) 'Firearms in the Central Sudan: a revaluation', *JAH,* 13,4, pp. 591-608.Smaldone, J. P. (1977) *Warfare in the Sokoto Caliphate* (Cambridge: CUP).
SMITH, A. (1963) 'The southern section of the interior, 1840-84', in R. Oliver and G. Mathew (eds), pp. 253-96.
SMITH, A. K. (1969) 'The trade of Delagoa Bay as a factor in Nguni politics 1750-1835', in L. Thompson (ed.), pp. 171-89.
______. (1973) 'The peoples of Southern Mozambique: an historical survey', *JAH,* 14,4, pp. 565-80.
SMITH, E. W. (1956) 'Sebetwane and the Makalolo', *African Studies,* 15,2, pp. 49-74.
SMITH, H. F. C. (1961) 'A neglected theme of West African history; the Islamic revolutions of the 19th century', *JHSN,* 2, 2, pp. 169-85.
SMITH, I. R. (1972) *The Emin Pasha Relief Expedition 1886-90* (Oxford: Clarendon Press). Smith, M. G. (1960) *Government in Zazzau* (London: OUP).
SMITH, M. G. (1978) *The Affairs of Daura* (Berkeley: UCP).
SOLEILLET, P. (1887) *Voyage à Segou,* 1878-1879 (Paris: Challamel).

SOUMONI, E. (1983) 'Trade and politics in Dahomey 1841-1892, with particular reference to the House of Regis' (PhD thesis, University of Ife).

SOURIAN-HOEBRECHTS, C. (1969) *La presse maghrebine Libye, Tunisie, Algérie; èvolution historique, situation en* 1965, *organisation et problèmes actvels* (Paris: Editions du Ccntre National de la Recherche Scientifique).

SOUSBERGHE, L. de (1961) *Deux palabres d'esclvaves chez les Pende* (Brussels: ARSC). Sow, A. I. (1966) *La femme, la vache et la foi* (Paris: Julliard).

SOW, A. I. (1968) *Chroniques et récits du Fuuta Jallon* (Paris: Klincksieck).

SPEAR, T. (1972) 'Zwangendaba's Ngoni 1821-1890: a political and social history of a migration' (Occasional Paper No. 4 of the African Studies Program, University of Wisconsin, Madison).

______. (1974) 'The Kaya complex: a history ofthe Mijikenda peoples ofthe Kenya coast to 1900'. (PhD thesis, University of Wisconsin).

______. (1981) *Kenya's Past: An Introduction to Historical Method in Africa* (London: Longman). Spitzer, L. (1974) *The Creoles of Sierra Leone* (Madison: UWP).

STAMM, A. (1972) 'La société créole à Saint-Paul de Loanda dans les années 1838-1848', *RFHOM,* 217, pp. 578-610.

STANLEY, H. M. (1872) *How I Found Livingstone* (London: Sampson, Low, Marston, Low & Searle). Stanley, H. M. (1874) *Coomassie and Magdala* (London: Sarnpsen, Low, Marston, Low & Searle). Stanley, H. M. (1878) *Through the Dark Continent* (2 vols, London: Low, Marston, Searle & Rivington). Staudenraus, P.J. (1961) *The African Colonization Movement, 1816-1863* (New York: Columbia University Press).

STAUDINGER, P. (1889) *Im Herzen der Haussa Länder* (Berlin: Landsbcrgcr).

STEFANISZYN, B. and de SANTANA, H. (1960) 'The rise ofthe Chikunda condottieri', *Northern Rhodesian Journal,* 4, pp. 361-8.

STENGERS, J. (1962) 'L'impérialisme colonial de la fin du XIXe siècle; mythe ou réalité', *JAH,* 3, 3, pp. 469-91.

STEVENSON-HAMILTON, J. (1929) *The Low-Veld. Its Wild Life and its People* (London: Cassell). Stewart, C. C. (1976a) 'Southern Saharan scholarship and the *Bilād al-Sūdān', JAH,* 17, I, pp. 73- 93·

STEWART, C. C. (1976b) 'Frontier disputes and problems of legitimation: Sokoto-Masina relations, 1817-1837', *JAH,* 17,4, pp. 495-514.

STEWART, C. C. and STEWART, E. K. (1973) *Islam and the Social Order in Mauritania: A Case Study from the Nineteenth Century* (Oxford: Clarendon Press).

STEWART, M. (forthcoming) 'The Borgu people of Nigeria and Benin: the disruptive effect of partition on tradition and political and economic relations', *JHSN.*

STITZ, V. (1974) *Studien zur Kulturgeographie Zentraläthiopiens* (Bonn: Dümmlers).

STOKES, E. and BROWN, R. (eds) (1966) *The Zambezian Past: Studies* in *Central African History* (Manchester: MUP).

SUNDKLER, B. G. (1961) *Bantu Prophets in South Africa* (2nd edn, London: OUP).

SWAI, B. (1984) 'Precolonial states and European merchant capital in Eastern Africa', in A. Salim (ed.), *State Formation in Eastern Africa* (London: Heinemann), pp. 15-35.

SYMES, M. (1800) *An Account of an Embassy to the Kingdom of Ava* (London: Bulmer).

SZYMANSKI, E. (1965) 'La guerre hispano-marocaine 1859-1860', *Rocznik orientalistyczny,* 2, pp. 54-64.

TAGHER, J. (1949) 'Bibliographie analytique et critique des publications françaises et anglaises relatives à l'histoire du règne de Mohammad Ali', *Cahiers d'histoire égyptienne,* 2, pp. 128-235. al-Tahtaw, R. R. (1869) *Manāhedj al-albāb al-Misriyya fi mabāhedj al-ādāb al-* 'asriyya.

TAKLA YASUS (nd) *Tarika Nagast Za Ityopiya* ms in the Institute of Ethiopian Studies Library, Addis Ababa).

TAL, AL-HAJJ 'UUMAR (nd[a]) *Les Rimah* (trans. Maurice Puech, Dakar, Diplômes d'Etudes Supérieures).

______. (nd[b]) *Safinat al-saada* (trans. M. Gueye).

______. (1983) *Bayān Mawaha* (trans. S. M. Mahibou and J. L. Triaud, (Paris: Editions du CNRS).

TAMBO, D. C. (1976) 'The Sokoto caliphate slave trade in the nineteenth century', *IJAHS,* 9, 2, pp. 187-217.
TANNENBAUM, F. (1946) *Slave and Citizen* (New York: Vintage). Tasūlī, A. (nd) *Jawāb 'alā su'al al-Amīr 'Abd al-Qādir* (Fez).
TEDESCHI, S. (1874) L'emirato di Harar Secondo un documento inedito', *Accademia Nazionale dei Lincei, Atti dei IV Congresso Internazionale di Studi Etiopici* (Rome).
TÉGNIER, Y. (1939) *Les petit-fils de Touameur. Les Chaamba sous le régime français, leur transformation* (Paris: Editions Domat-Montchrestien).
TEIXEIRA Da MOTA, A. (1954) *Guiné Portuguesa* (2 vols, Lisbon: Agência Geral do Ultramar). Temini, A. (1978) *Le beylik de Constantine et Hadj Ahmed Bey (1830-1837)* (Tunis: Publications de la RHM).
TEMPERLEY, H. (1972) *British Anti-Slavery, 1823-1870* (London: Longman).
TERRAY, E. (1969) *L'organisation sociale des Dida de Côte d'Ivoire (Dijon, Imprimerie Darantiére).* Terray, E. (1972) *Marxism and 'Primitive' Societies* (New York: Monthly Review Press). Theal, G. M. (1891) *History of South África, 1795-1834* (London: Swan, Sonnenschein).
THEAL, G. M. (1900) *History of South Africa: The Republics and Native Territories from* 1854 *to 1872* (London: Swan, Sonnenschein).
THEBAULT, E. (1960) *Code des 305 articles* (Etudes malgaches, Tananarive: Centre de Droit Privé). Thiers, H. (1867) *L'Egypte ancienne et moderne à I'Exposition Universelle* (Paris: Drarnard-Baudry). Thomas, R. and Bean, R. (1974) 'The fishers of men: the profits of the slave trade', *Journal of Economic History;* 34, 4, pp. 885-914.
THOMPSON, L. (1969a) 'Co-operation and conflict: the Zulu kingdom and Natal', in M. Wilson and L. Thompson (eds), pp. 334-90.
______. (1969b) 'Co-operation and conflict: the High Veld', in M. Wilson and L. Thompson (eds), pp. 391-446.
______. (ed.) (1969C) *African Societies in Southern Africa* (London: Heinemann). Thompson, L. (1971a) 'The subjection ofthe African chiefdoms, 1870--1898', in M. Wilson and L. Thompson (eds), pp. 245-86.
______. (1971b) 'The compromise of Union', in M. Wilson and L. Thompson (eds), pp. 325-64.
______. (1975) *Survival in Two Worlds: Moshoeshoe of Lesotho 1786-1870* (Oxford: Clarendon Press).
THOMPSON, V. and ADLOFF, R. (1965) *The Malagasy Republic: Madagasear Today* (Stanford: SUP). Thomson, J. (1885) *Through Masai Land* (London: Low, Marston, Searle & Rivington). Thornton, J. (1977) 'Demography and history in the kingdom of Kongo, 1550-1750', *JAH,* 18, 4, pp. 507-30.
TIENDREBEOGO, Y. (1964) *Histoire et coutumes royales des Mossi de Ouagadougou* (Ouagadougou: Naba). Toledano, E. (1982) *The Ottoman Slave Trade and Its Suppression, 1840-1890* (Princeton: PUP). Tonnoir, R. (1970) *Giribuma. Contribution à l'histoire et à la petite histoire du Congo équatorial* (Tervuren: Musée royal de l'Afrique centrale).
TOPLIN, R. B. (ed.) (1974) *Slavery and Race Relations in Latin Ameriea* (Westport, Conn.: Greenwood Press).
______. (ed.) (1981) *Freedom and Prejudice: The Legacy of Slavery in lhe United States and Brazil* (Westport, Conn.: Greenwood Press).
TOSH, J. (1970) 'The northern interlacustrine region', in R. Gray and D. Birmingham (eds), pp. 103-18.
______. (1978) 'Lango agriculture during the early colonial period: land and labour in a cash-crop economy', *JAH*, 19,3, pp. 415-39.
______. (1980) 'The cash-crop revolution in tropical Africa: an agricultural reappraisal', *African Affairs,* 79, 314, pp. 79-94.
TOWNSEND, W.J. (1892) *Madagascar: Its Missionaries and Martyrs* (London: Partridge and Co). Trapiols, S. (1964) 'The origins ofthe Cape franchise qualifications of 1853',*JAH,* 5, I, pp. 37-54. Trimingham, J. S. (1952) *Islam in Ethiopia* (London: OUP).

TRIMINGHAM, J. S. (1962) *A History of Islam in West Africa* (London: OUP).
______. (1969) 'The expansion of Islam', in J. Kritzeck and Lewis (eds), *Islam in Africa* (New York: Van Nostrand-Reinhold Co), pp. 13-28.
TRIMINGHAM, J. S. and FYFE, C. (1960) 'The early expansion of Islam in Sierra Leone', *Sierra Leone Bulletin of Religions,* 2.
TUKUR, M. M. (1977) 'Values and public affairs: the relevance of the Sokoto Caliphal experience to the transformation of the Nigerian polity' (PhD thesis, Ahmadu Bello University).
TURC, N. (1950) *Chronique d'Egypte, 1798-1804* (Cairo: G. Wiet).
TURYAHIKAYO-RUGYEME, B. (1976) 'Markets in pre-colonial East Africa: the case of the Bakiga', *Current Anthropology*, 7, 2, pp. 286-90.
TWADDLE, M. (1966) 'The founding of Mbale', *UJ,* 30, I, pp. 25-38.
TYAM, M.A. (1935) *La vie d'El Hadj amar, qacida en poular* (trans. H. Gaden, Paris: Institut d'Ethnologie).
______. (1961) *La Vie d'El-Hadj Omar (Qacida en Poular)* (trans. H. Gaden, Paris). Tylden, G. (1950) *Rise of the Basuto* (Cape Town: Juta and Co).
TZADUA, P. (1968) *The Petha Nagast, The Law of Kings* (Addis Ababa).
ULLENDORFF, E. (1960) *The Ethiopians* (London: OUP).
UNOMAH, A. C. (1972) 'Economic expansion and political change in Unyanyembe (c. 1840-1900)' (PhD thesis, University of Ibadan).
UNOMAH, A. C. and WEBSTER, J. B. (1976) 'East Africa: the expansion of commerce', in J. E. Flint (ed.), pp. 270-318.
UZOIGWE, G. N. (1973) 'The slave trade and African society', *THSG,* 14, 2, pp. 187-212.
VAIL, H. L. (1972) 'Suggestions towards a reinterpreted Tumbuka history', in B. Pachai (ed.), *The Early History of Malawi* (Evanston: NUP).
______. (1977) 'Ecology and history: the example of Eastern Zambia', *JSAS,* 2, p. 129-55. Valensi, L. (1969a) *Le Maghreb avant la prise d'Alger 1790-1830* (Paris: Flammarion).
VALENSI, L. (1969b) 'Islam et capitalisme: production et commerce des chéchias en Tunisie et en France aux 18e et 19e siècles', *Revue d'histoire moderne et contemporame;* 17, pp. 376-400.
______. (1977) *Fellahs tunisiens. L'économie rurale et la vie des campagnes aux 18e et 19e siècles* (Paris & The Hague: Mouton).
______. (1978) 'Pays avancés et pays domines', in L. Bergeron (ed.), *Inerties et révolutions 1730- 1840* (Paris).
VALENTIA, G. (1809) *Voyages and Travels to India, Ceylon, the Red Sea, Abyssinia and Egypt* (London: W. Miller).
VALETTE, J. (1960) *Les Relations extérieures de Madagascar au XlXème siècle* (Tananarive: Imprimerie officielle).
______. (1962) *Etude sur le règne de Radama I* (Tananarive: Imprimerie nationale).
______. (1971) 'Madagascar', in H. Deschamps (ed.), *Histoire de l'Afrique Noire,* Vol. 2 (Paris). Van Jaarsveld, F. A. (1961) *The Awakening of Afrikaner Nationalism* 1868-1881 (Cape Town: Human & Rousseau).
VAN JAARSVELD, F. A. (1975) *From Van Riebeeck to Vorster* 1652-1947: *An Introduction to the History of the Republic of South Africa* (Johannesburg: Perskor).
VAN WARMELO, J. J. (1935) *A Preliminary Survey of lhe Bantu Tribes of South Africa* (Pretoria: Government Printer).
VANSINA, J. (1966) *Kingdoms of the Savanna* (Madison: University of Wisconsin Press). Vansina, J. (1973) *The Tio Kingdom of the Middle Congo, 1880-1892* (London: OUP).
______. (1978) 'Finding food and the history of pre-colonial Equatorial Africa', *African Economic History,* 7, pp. 9-19.
VATIN, J. C. (1974) *L'Algérie politique. Histoire et société* (Paris: A. Colin).
VELLEZ CAROÇO, J. (1948) *Monjur, o Gabú e a sua história* (Bissau: Centro de Estudos de Guiné Portuguesa).
VELLUT, J.-L. (1972) 'Notes sur le Lunda et la frontiere luso-africaine (1700-1900)', *Etudes d'Histoire Africaine,* 3, pp. 61-166.

VELLUT, J.-L. (1975) 'Le royaume de Cassange et les réseaux luso-africains *(ca.* 1750-1810)', *CAE,* 15, I, pp.117-36.

VERBEKEN, A. (1956) *Msiri, roi de Garenganze l'homme rouge du Katanga* (Brussels). Verger, P. (1955) 'Yoruba influences in Brazil', *Odu,* 1,3.

VERGER, P. (1968) *Flux et reflux de la traite des nègres entre le golfe de Bénin et Bahia de Todos los Santos, du XVl1e au XIXe siècle* (Paris: Mouton).

______. (1976) *Trade Relations between the Bight of Benin and Bahia* (lbadan: Ibadan University Press).

VILA VILAR, E (1973) 'Los asientos portuguesos y el contrabando de negros', *Anuario de Estudios Americanos,* 30, pp. 557-9.

VILA VILAR, E. (1977) 'The large-scale introduction of Africans into Vera Cruz and Cartagena', in V. Rubin and A. Tuden (eds), *Comparatiue Perspectives on Slavery in Neto World Plantauon Societies* (New York: New York Academy of Sciences), pp. 267-80.

VILLARI, L. (1938) 'I "gulti" della regions di Axum', *Rassegna Economica dell' Africa Italiana,* 26. Villiers, P. (1982) *Traite des noirs et navires négriers au XVl1e siècle* (Paris: Seigneurs).

VIS, H. L., YOURASSOWSKY, C. AND VAN DER BORGHT, H. (1975) *A Nutritional Survey in the Republic of Rwanda* (Tervuren: Musée royal de l' Afrique centrale).

VOLL, J. O. (1969) 'A history of the Khatmiyyah tariqa', (PhD thesis, Harvard University).

WAGNER, R. (1980) 'Zoutpansberg: the dynamics of a hunting frontier, 1848-67', in S. Marks and A. Atmore (eds), pp. 313-49.

WAHIDAH, A. F. S. (1950) *Fi usul as-mas'alah al-Misriyyah* (Cairo: Matba' at Misr). Wagalo, N. (1977) Le Maçina de 1853 à 1896 (dissertation, Bamako).

WALDMEIER, T. (1886) *The Autobiography of Theophilus Waldmeier* (London: Partridge). Walker, E. A. (1957) *A History of Southern Africa* (3rd edn, London: Longmans, Green). Wallace, D. M. (1883) *Egypt and lhe Egyptian Question* (London: Macmillan).

WALLERSTEIN, I. (1970) 'The colonial era in Africa: changes in the social structure', in L. H. Gann and P. Duignan (eds), pp. 399-421.

______. (1973) 'Africa in a capitalist world', *Issues,* 3, 3, pp. I –II.

______. (1974) *The Modern World-System: Vol. I, Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century* (New York: Academic Press).

______. (1976) 'The three stages of African involvement in the world-economy', in P. C. W. Gutkind and I. Wallerstein (eds), *The Political Economy of Contemporary Africa* (Beverly Hills: Sage), pp. 30-57.

______. (1980) *The Modern World-System: Vol.* 2, *Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600-1750* (New York: Academic Press).

WASTELL, R. E. P. (1944) 'British imperial policy in relation to Madagascar, 1810-1896' (PhD thesis, University of London).

WEBB, C. de B. (1981) 'The origins of the war: problems of interpretation', in A. Duminy and C. Ballard (eds), pp. 1-12.

WELD, H. B. (1922) *The Royal Chronicle of Abyssinia* (Cambridge: CUP).

WERE, G. S. (1967) *A History of the Abaluyia of Western Kenya c. 1500-1930* (Nairobi: EAPH). Were, G. S. (1968) 'The Western Bantu peoples from AD 1300 to 1800', in B. A. Ogot and J. A. Kieran (eds), pp. 177-97.

WHEELER, O. L. (1964) 'A note on smallpox in Angola, 1670-1875', *Studia,* 13-14, pp. 351-62. Wheeler, O. L. (1968) 'Gungunhana', in N. R. Bennett (ed.) *Leadership in Eastern Africa* (Boston: Boston University Press).

______. (1972) 'The first Portuguese colonial movement, 1835-1875', *Iberian Studies,* I, I, pp. 25-7.

WHEELER, O.L. and PÉLISSIER, R. (1971) *Angola* (New York: Praeger). Wilburn, W. (1813) *Oriental Commerce* (London).

WILKINS, K. St. C. (1870) *Reconnoitrmg in Abyssinia* (London).

WILKS, I. (1975) *Asante in the Nineteenth Century: The Structure and Evolution of a Political Order* (Cambridge: CUP).

WILLIAMS, E. (1944) *Capitalism and Slavery* (London: Deutsch).

WILLIS, J. R. (1967) 'Jihād fī sabīl Allāh – its doctrinal basis in Islarn and some aspects of its evolution in nineteenth-century West Africa', *JAH,* 8, 3, pp. 395-415.

______. (1970) 'Al-Hājj 'Uma r Sa'id al-Fūtī al-Tūrī *(c.* 1794-1864) and the doctrinal basis ofhis Islamic reformist movement in the Western Sudan' (PhD thesis, University of London).

______. (1978) 'The Torodbe clerisy: a social view', *JAH,* 19, 2, pp. 195-212.

______. (ed.) (1979a) *Studies in West African Islamic History: The Cultivators of Islam* (London: Cass).

______. (1979b) 'Introduction: reflections on the diffusion of Islam in West Africa', in J. R. Willis (ed.) (1979a), pp. 1-39.

______. (1979c) 'The writings of al-l;Hājj 'Umar al-Fūtī and Shaykh Mukhtār b. Wadī' at Allāh: literary themes, sources and influences', in J. R. Willis (ed.) (1979a), pp. 177-210.

______. (?) *The Umarian Jama'a.*

WILLS, A.J. (1964) *An Introduction to the History of Central Africa* (London: OUP).

WILLS, A.J. (1967) *An Introduction to the History of Central Africa* (2nd edn, London: OUP). Wilson, A. (1972) 'Long-distance trade and the Luba Lomani empire', *JAH,* 13,4, pp. 575-89. Wilson, M. (1958) 'The early history ofthe Transkei and Ciskei', *African Studies,* 18, 4.

WILSON, M. (1969a) 'The Sotho, Venda, and Tsonga', in M. Wilson and L. Thompson (eds), pp. 131-82.

______. (1969b) 'Co-operation and conflict: the Eastern Cape Frontier', in M. Wilson and L. Thompson (eds), pp. 233-71.

______. (1971) 'The growth of peasant communities', in M. Wilson and L. Thompson (eds), pp. 49-103.

WILSON, M. and THOMPSON, L. (eds) (1969) *The Oxford History of Soum Africa. Vol. I: South Africa to 1870* (Oxford: Clarendon Press).

______. (eds) (1971) *The Oxford History of South Africa. Vol.* 2: *South Africa 1870-1966.* (Oxford: Clarendon Press).

WINSTEDT, R. (1958) *The Malays, a Cultural History* (5th edn, London: Routledge and Kegan Paul). Withers-Gill, J. (1924) *The Moshi Tribe* (Accra: Government Printer).

WOLF, E. (1959) *Sons of the Shaking Earth* (Chicago: University of Chicago Press). Wylde, A. B. (1901) *Modern Abyssinia* (London: Methuen).

WYLIE, K. C. (1970-1) 'Notes on Kailundu's campaign into Liberia in 1889', *Liberian Studies Journal,* 3, 2, pp. 167-72.

______. (1977) *The Political Kingdom of the Temne. Temne Coternment in Sierra Leone, 1825-1910,* (New York: Africana Publishing).

YLVISAKER, M. (1975) 'The political and economic relationship of the Lamu archipelago to the adjacent Kenya coast in the nineteenth century' (PhD thesis, Boston University).

______. (1983) *Lamu in the Nineteenth Century: Land, Trade and Politics* (Boston: Boston University Press).

YODER, J. C. (1974) 'Fly and elephant parties: political polarization in Dahomey, 1840-1870', *JAH,* 15, 3, pp. 417-32.

YULE, H. and BURNELL, A. C. (1886) *Hobson-Jobson: being a glossary of Anglo-Indian colloquial words and phrases* (London: John Murray).

ZEBADIA, A. (1974) 'The career and correspondence of Ahmed al-Bakkāy of Tombuctu: an historical study of his political and religious role from 1847 to 1866' (PhD thesis, University of London). el-Zein, A. (1974) *Sacred Meadows: Structural Analysis of Religious Symbolism in an East African Town* (Evanston: NUP).

ZEWDE GABRE-SELLASSIE (1975) *Yohannes IV of Ethiopia* (Oxford: Clarendon Press). Ziadeh, N. (1958) *Sanūsīyah: A Study of a Revivalist Movement in lslam* (Leidcn: Brill).

África sob dominação colonial, 1880-1935

ABBĀS, F. 1931. *Le jeune Algérien.* Paris, Éditions de la Jeune Parque.

______. 1962. *Le nuit coloniale.* Paris, Julliard.

ABD AL-HALIM, M. O. 1975. "Islam in Somalia, 1800-1920". Dissertação de mestrado. University of Khartum.

ABD AL-RAHĪM, M. 1969. *Imperialism and Nationalism in the Sudan: a Study in Constitutional and Political Development* 1899-1956. Oxford, Clarendon Press.
ABDIN, H. 1970. “The growth of nationalist movements in the Sudan”. Tese de doutorado. University of Wisconsin.
ABERNETHY, D. B. 1969. *The Political Dilemma of Popular Education: an African Case.* Stanford, Stanford University Press.
ABRAHAM, W. E. 1964. “The life and times of Anton Wilhelm Amo”. *THSG,* VII: 60-81.
ABUBAKAR, S. 1980. “The northern provinces under colonial rule”. In: O. IKIME, org. *Groundwork of Nigerian History.* p. 447-81.
ABŪ SALĪM, M. I. 1969. *Manshurat al-Mahdiyya.* Khartum.
______. 1970. *Al-Haraka al-fikrīyyafil Mahdiyya.* Khartum.
ADDO-FENING, R. 1975. “The Asamankese dispute, 1919-1934”. *MBAB,* XII: 61-89.
______. 1980. “Akyem Abuakwa, c.1874-1943: a study of the impact of missionary activities and colonial rule on a traditional state”. Tese de doutorado. University of Ghana.
ADELEYE, R. A. 1971. *Power and Diplomacy in Northern Nigeria, 1804-1906: the Sokoto Caliphate and its Enemies.* Londres, Longman.
ADEWOYE, O. 1977. *The Judicial System in Southern Nigeria,* 1854-1954: *Law and Justice in a Dependency.* Londres, Longman.
ADIMOLA, A. B. 1954. “The Lamogi rebellion 1911-12”. *UJ,* XVIII, p. 166-77.
AFIGBO, A. E. 1972. *The Warrant Chiefs: Indirect Rule in Southeastern Nigeria, 1891-1929.* Londres, Longman.
______. 1973. “Patterns of Igbo resistance to British conquest”. *Tarikh,* IV, n. 3, p.14-23.
______. 1974. “The establishment of colonial rule, 1900-1918”. In: J. F. A. AJAYI e M. CROWDER, orgs. *History of West Africa.* v. II, p. 424-83.
AGERON, C.-R. 1966. “Enquête sur les origines de nationalisme algérien. L’Emir Khaled, petit-fils d’Abd El-Kader, fut-il le premier nationaliste algérien”. *ROMM,* vol II, p. 9-49.
______. 1978-a. *France coloniale ou parti coloniale?* Paris, PUF.
______. 1978-b. *Politiques coloniales au Maghreb.* Paris, PUF.
______. 1979. *Histoire de l’Algérie contemporaine, 1830-1973.* Paris, PUF.
AHMED, J. M. 1960. *The Intellectual Origins of Egyptian Nationalism.* Londres, OUP.
AJAYI, J. F. A. s.d. “The impact of colonialism on Afro-Arab cultural relations in West Africa”.
______. 1965. *Christian Missions in Nigeria, 1841-1891: The Making of a New Elite.* Londres, Longman.
______. 1968. “The continuity of African institutions under colonialism”. In: T. O. RANGER, org. *Emerging Themes of African History.* p. 189-200.
______. 1969. “Colonialism: an episode in African history”. In: L. H. GANN e P. DUIGNAN, orgs. *Colonialism in Africa.* v. I: *The History and Politics of Colonialism, 1870-1914.* p. 497-509.
AJAYI, J. F. A. e CROWDER, M., orgs. 1974. *History of West Africa.* Londres, Longman. v. II.
AKPAN, M. B. 1973-a. “Liberia and the Universal Negro Improvement Association: the background to the abortion of Garvey’s scheme for African colonization”. *JAH,* XIV, I: 105-27.
______. 1973-b. “Black imperialism: Americo-Liberian rule over the African peoples of Liberia, 1841-1964”. *CJAS,* VII, n. 2, p. 217-36.
______. 1975. “The Liberian economy in the nineteenthcentury: government finances”. *LSJ,* VI, 2: 129-61.
______. 1976. “Liberia and the origins of the Scramble for West Africa”. *CHJ,* I, 2:61-75.
______. (?) “Native administration and Gola-Bandi resistance in north-western Liberia, 1905-19”. *THSG.*
AL-ASHHĀB, M. T. 1947. *Barqa al-‘Arabiyya.* Cairo, Matba’t al Hawwari.
AL-BARĀWĪ, R. 1973. *Al-Sūmāl al-Jadīd.* Cairo.
AL-HADDĀD, T. 1927. *Al-Ummal ‘al Tunisiyin.*
AL-HASAN, M. A. 1964. *Ta‘rīkh Dārfūr al-Siyāsī.* Khartum.
AL-KADDĀL, M. S. 1973. *Al-Mahdiyya wal Habasha.* Khartum.
AL-MADANĪ, T. 1963. *Kitāb al-Jasā’ir.* Blida.
AL-MASADA, M. G. AL-DĪN. 1974. *Danshuwāi.* Cairo.

AL-MISURĀTĪ, A. 1964. *Sa'dūn al Batal.* Beirute.
AL-MURSHIDĪ, M. 1958. *Al-Thawra Al-'Urābīyya.* Cairo.
AL-NĀSIRĪ. 1907. *Kitābal-Istiqqā.* Trad. E. Fumey, *AM,* X: 227.
AL-RAF'Ī, A. 1966. *Al-Thawra al-' Urabīyya wal Ihtilāl al-Ingilīzi,* Cairo.
______. 1969. *Fi Aqab Al-Thawra Al-Misriyya.* 3. ed. Cairo. V I.
AL-SAYYID, A. L. 1968. *Egypt and Cromer: a Study in Anglo-Egyptian Relations.* Londres, John Murray.
AL-SŪSĪ, M. 1961. *Al Ma'sul.* Casablanca. V. XX.
AL-TILLISI, K. 1973. *Mujam Ma'arik Al-j-Jihad Filibiya.* 2 ed. Beirute, Dar al Thaqafa.
AL-ZAWI, AL-T. A. 1973. *Jihad al-Abtal.* 3 ed. Beirute, Dar al-Fath.
ALBION, R. G. 1959. *Seaports South of the Sahara: the Achievement of an American Steamship Service.* Nova York, Appleton-Century-Crofts.
ALEGRE, C. da C. 1916. *Versos Lisbon Livraria.* Ferin.
ALLAN, J. A.; MCLACHLAND, K. S.; PENROSE, E. T., orgs. 1973. *Libya, Agriculture and Economic Development.* Londres, Frank Cass.
ALLAN, W. 1965. *The African Husbandman.* Londres, Oliver & Boyd.
ALLAN, W. N. e SMITH, R. J. 1948. "Irrigation in the Sudan". In: J. D. TOTHILL, org. *Agriculture in the Sudan,* p. 593-632.
ALLDRIDGE, T. J. 1910. *A Transformed Colony, Sierra Leone, as it was, and as it is, its Progress, Peoples, Native Customs and Undeveloped Wealth.* Londres, Seeley.
ALOISI, P. 1957. *Journal, 25 juillet 1932 - 14 juin 1936*. Paris, Plon.
ALVES, H. L. 1976. *Bibliografia afro-brasileira: estudos sobre o negro.* São Paulo, Edições H.
AMIN, S. 1970. *The Maghreb in the Modern World: Algeria, Tunisia, Morocco.* Harmondsworth, Penguin.
______. 1972. "Underdevelopment and dependence in Black Africa: origins and contemporary forms". *JMAS,* X, 4:503-24.
______. 1974. *Accumulation on a World Scale: a Critique of the Theory of Underdevelopment.* Nova York, Monthly Review Press.
ANANABA, W. 1969. *The Trade Union Movement in Nigeria.* Londres, C. Hurst.
ANDERSON, R. E. 1952. *Liberia: America's African Friend.* Chapel Hill, University of North Carolina Press.
ANDRADE, M. 1959. *Antologia da Poesia Negra de Expressão Portuguesa.* Paris, Pierre Jean Oswald.
ANENE, J. C. 1970. *The lnternational Boundaries of Nigeria, 1885-1960: the Framework of an Emergent African Nation.* Londres, Longman.
ANI-OKOKON, A. E. 1927. "A West African in the US: some reflections and observations". *Missionary Seer,* XXVIII, 6.
ANON. 1910-a. "Health and sanitation in Sierra Leone". *The Lancet,* 1 out. 1910. V. 11, p. 1053.
______. 1910-b. "The Egyptian Public Health Department". *The Lancet,* 29 out. 1910. V. 11, p. 1298.
______. 1911. "The Transvaal Mining Commission". *The Lancet,* 2 mar. 1911. V. I, p. 688.
______. 1913. "Notes from South Africa". *The Lancet,* 14 jun. 1913. V. I, p. 1702.
______. 1959. "The policy of our culture". *PA,* XXIV-XXV, p. 3-5 [Editorial].
ANOUMA, R. P. 1973. "L'impôt de capitation, le système des prestations et des corvées en Côte d'Ivoire de 1901-1930". Tese de doutorado. University of Aix-en-Provence.
ANTONETTI, G. G. 1926-1927. Artigos no *Journal Officiel de l'AEF,* 1 jun. 1926, 1 dez. 1927.
ANYANE, S. L. 1963. *Ghana Agriculture: its Economic Development from Early Times to the Middle of the Twentieth Century.* Londres, OUP.
ARAEDON, D. 1976. "Architecture". In: S. O. BIOBAKU, org. *The Living Culture of Nigeria.* p. 38-44.
ARAP MAGUT, P. K. 1969. "The rise and fall of the Nandi Orkoiyot". In: B. G. McINTOSH, org. *Ngano: Studies in Traditional and Modern East African History.* p. 95-108.
ARAP NG'ENY, S. K. 1970. "Nandi resistance to the establishment of British administration, 1893-1906". *Hadith,* 11:104-26.
ARMAH, A. K. 1973. *Two Thousand Seasons.* Nairóbi, EAPH. Londres, Heinemann, 1979.
ARRIGHI, G. 1967. *The Political Economy of Rhodesia.* Haia, Mouton.
______. 1970. "Labour supplies in historical perspective: a study of the proletarianization of the African peasantry in Rhodesia". *JDS,* VI, 3: 197-234.

ASANTE, S. K. B. 1977. *Pan-African Protest: West Africa and the ltalo-Ethiopian Crisis, 1939-1941*. Londres, Longman.
ASHE, R. P. 1894. *Chronicles of Uganda.* Londres, Hodder & Stoughton.
ASHUR, F. B. 1956. *Al-H'arakāt al-adahīya w'al-firkiya fī.* Túnis.
ASIWAJU, A. I. 1976-a. *Western Yorubaland under European Rule, 1889-1945*: *a Comparative Analysis of French and British Colonialism.* Londres, Longman.
______. 1976-b. "Migrations as revolt: the example of the Ivory Coast and the Upper Volta before 1945". *JAH,* XVII, 4:577-94.
______. 1979. "Control through coercion: a study of the indigénat regime in French West African administration, 1887-1946". *BIFAN,* (B) XLI, 1:35-7l.
ASSIS, A. de, JR. 1917. *Relatório dos Acontecimentos da Dala Tando a Lucala.* Luanda.
ATANDA, J. A. 1969. "The Iseyin-Okeiho rising of 1916: an example of socio-political conflict in colonial Nigeria". *JHSN,* IV, 4:487-514.
ATIENO-ODHIAMBO, E. S. 1973. "Review of J. Iliffe, org. *Modern Tanzanians", TJH,* III, 1 e 2: 153-4.
______. 1974. " 'Seek ye first the economic kingdom': the early history of the Luo Thrift and Trading Corporation, LUTATCO, 1945-1956". In: B. A. OGOT, org. *Hadith,* V, *Economic and Social History of East Africa.* p. 218-56.
AYACHE, A. 1956. *Le Maroc: bilan d'une colonisation.* Paris, Éditions Sociales.
AYACHE, S. e RICHARD, C. 1978. "Une dissidence protestante malgache: l'église Tranozozoro". *Omaly sy Anio,* VI-VIII: 133-82.
AYANDELE, E. A. 1966. *The Missionary Impact on Modern Nigeria, 1842-1914*: *a Political and Social Analysis.* Londres, Longman.
AZIKIWE, B. N. 1934. *Liberia in World Politics.* Londres, A. H. Stockwell.
______. 1961. *Zik: a Selection from the Speeches of Nnamdi Azikiwe.* Cambridge, CUP.
BADEN-POWELL, R. S. S. 1897. *The Matabele Campaign, 1896*: *being a Narrative of the Campaign in Suppressing the Native Rising in Matabeleland and Mashonaland.* Londres, Methuen.
BADOGLIO, P. 1937. *The War in Abyssinia.* Londres, Methuen.
BAER, G. 1962. *A History of Land Ownership in Modern Egypt, 1800-1950.* Londres, OUP.
BAER, G. W. 1967. *The Coming of the Italo-Ethiopian War.* Cambridge, Mass., HUP.
BAETA, C. G. 1962. *Prophetism in Ghana: a Study of Some "Spiritual" Churches.* Londres, SCM Press.
______, org. 1968. *Christianity in Tropical Africa.* Londres, OUP.
BALANDIER, G. 1965. "Messianism and nationalism in Black Africa". In: P. VAN DEN BERGHE, org. *Africa: Social Problems of Change and Conflict.*
BALANDIER, G. e DADIÉ, B., orgs. s.d. *Le travail en Afrique noire.* Paris, Présence Africaine.
BALANS, J. L.; COULON, C.; RICARD, A.,orgs. 1972. *Problèmes et perspectives de l'éducation dans un état du tiers-monde: le cas du Sénégal.* Bordeaux, Centre d'Étude d'Afrique Noire.
BALDWIN, R. E. 1966. *Economic Development and Export Growth: a Study of Northern Rhodesia, 1920-1960.* Berkeley, University of California Press.
BALEK, R. 1922. *La Tunisie après la Guerre* (1919-21): *problèmes politiques.* Paris, Comité de l'Afrique Française.
BALLARD, J. A. 1965. "The Porto Novo incidents of 1923: politics in the colonial era". *Odu,* II, I:52-75.
BANDINI, F. 1971. *Gli ltaliani in Africa: Storia delle guerre coloniali, 1882-1943.* Milão, Longanesi.
BANKS, A. 1975. *A Military Atlas of the First World War.* Londres, Heinemann.
BANNERMANN, R. C. 1920. "Report on Conditions in Liberia", 2 out. 1920. Nova York.
BANTON, M. 1966. "Adaptation and integration in the social system of Temne immigrants in Freetown". In: I. WALLERSTEIN, org. *Social Change: The Colonial Situation.* p. 402-19.
BAPTISTA, J. R. 1892. *Caminho de Terra da Beira a Manica.*
BARBAR, A. M. 1980. "The Tarabulus (Libyan) resistance to the Italian invasions, 1911-1920". Tese de doutorado. University of Wisconsin.
BARBOUR, K. M. e PROTHERO, R. M., orgs. 1961. *Essays on African Population.* Londres, Routledge & Kegan Paul.

BARBOUR, N., org. 1959. *A Survey of North West Africa (The Maghreb).* Londres, OUP
BARCLAY, E. J. 1931. *Annual Message,* 22 dez. Monróvia.
______. 1932. *Annual Message,* 24 out. Monróvia.
______. 1934. *Annual Report of the Department of the State to the Fourth Session of the Thirty-Seventh Legislature.* Monróvia.
______.1935-a. *Special Message delivered before the Extraordinary Session of the Liberian Legislature,* 29 maio. Monróvia.
______. 1935-b. *Annual Message,* 19 dez. Monróvia.
______. 1937. *Annual Message,* 29 out. Monróvia.
BARKER, A. J. 1968. *The Civilization Mission: a History of the Italo-Ethiopian War of* 1935-1936. Londres, OUP.
BARRETT, D. B., org. 1971. *African Initiatives in Religion.* Nairóbi, EAPH.
BASCOM, W. 1959. "Urbanism as a traditional African pattern". *SR,* VII:29-53.
BASSO, L. 1972. "An analysis of classical theories of imperialism". In: N. CHOMSKY *et al. Spheres of Influence in the Age of Imperialism.* p. 111-44.
BASTIDE, R. 1967. *Les Ameriques noires: les civilisations africaines dans le Nouveau Monde.* Paris, Payot.
BATES, M. L. 1965. "Tanganyika: changes in African life, 1918-1945". In: V. HARLOW e E. M. CHILVER, orgs. *History of East Africa.* V. II, p. 625-38.
BATES, R. H. 1971. *Unions, Parties and Political Development: a Study of Mineworkers in Zambia.* New Haven, YUP.
BAUER, P. T. 1954. *West African Trade: a Study of Competition, Oligopoly and Monopoly in a Changing Society.* Cambridge, CUP.
BAUER, R. A. e BAUER, A. H. 1942. "Day to day resistance to slavery". *JNH,* XXVII, 4:388-419.
BAUM, J. E. 1928. *Savage Abyssinia.* Londres, Cassell.
BEACH, D. 1971. "Resistance and collaboration in the Shona country". Londres, SOAS. Comunicação não publicada.
______. 1979. " 'Chimurenga': the Shona rising of 1896-97". *JAH,* XX, 3:395-420.
BEER, G. L. 1923. *African Questions at the Paris Peace Conference.* Nova York, Macmillan.
BEINART, W. e BUNDY, C. 1980. "State intervention and rural resistance: the Transkei, 1900-1965". In: M. KLEIN, org. *Peasants in Africa.* p. 271-315.
BENDER, G. J. 1978. *Angola under the Portuguese: the Myth and the Reality.* Londres, Heinemann.
BENIANS, E. A.; BUTLER, J.; CARRINGTON, C. E., orgs. 1959. *The Cambridge History of the British Empire.* V. III, *The Empire-Commonwealth 1870-1919.* Cambridge, CUP.
BENNETT, G., org. 1953. *The Concept of Empire: Burke to Attlee, 1774-1947.* Londres, Adam & Charles Black.
______. 1963. *Kenya, a Polítical History: the Colonial Period.* Londres, OUP.
BENSON, M. 1966. *South Africa: the Struggle for a Birthright.* Harmondsworth, Penguin.
BENZ, E., org. 1965. *Messianische Kirchen, Sekten und Bewengungen in heutigen Afrika.* Leiden, Brill.
BERG, E. J. 1965. "The development of a labour force in sub-Saharan Africa". *EDCC,* XIII:394-412.
BERKELEY, G. F. 1902. *The Campaign of Adowa and the Rise of Menelik.* Londres, Constable.
BERLINER, P. 1978. *The Soul of Mbira.* Berkeley, University of California Press.
BERNARD, A. e LACROIX, L. N. E. 1921. *La pénétration saharienne, 1830-1906.* Argel.
BERQUE, A. 1936. "Un mystique moderniste: le Cheikh Benalioua". *RA,* LXXIX:691-776.
______. 1947. "Les intellectuels algériens". *RA,* XCI:123-51, 261-76.
______. 1951. "Les capteurs du divan: marabouts et ulemas". *R. Med.,* X, 43:286-302; XI, 44:417-29.
BERQUE, J. 1970. *Les Maghreb entre deux guerres.* 2. ed. Paris, Éditions du Seuil.
BERVIN, A. 1969. *Benito Sylvain, apôtre du relèvement social des noirs.* Port-au-Prince, La Phalange.
BETI, M. 1971. *The Poor Christ of Bomba.* Londres, Heinemann.
BETTS, R. F., org. 1972. *The Scramble for Africa: Causes and Dimensions of Empire.* 2. ed. Londres, D. C. Heath.
BIDWELL, R. 1973. *Morocco under Colonial Rule: French Administration of Tribal Areas,* 1912-1956. Londres, Frank Cass.

BIOBAKU, S. O., org. 1976. *The Living Culture of Nigeria.* Londres, Thomas Nelson.
BIRMINGHAM, W.; NEUSTADT, I.; OMABOE E. N., orgs. 1967. *A Study of Contemporary Ghana.* Londres, Allen & Unwin. v. 11.
BITTREMIEUX, L. 1936. “Brief van Musiri (Geschiedenis van een Negerkonig uit Katanga) door Zijn zoon en apvolger Mukanda-bantu (Met het relaas der groote daden van den Schrijver) Uit het Kisanga Vertaald”. *Kongo-Oversee,* III:69-83, 252.91.
BLAIR, D. S. 1976. *African Literature in French.* Cambridge, CUP.
BLAUG, M. 1961. “Economic imperialism revisited”. *Yale Review,* L:335-49.
BLEY, H. 1968. *Kolonialherrschaft und Sozialstruktur in Deutsch-Südwestafrika 1894-1914.* Hamburgo, Leibnez- Verlag.
______. 1971. *South West Africa under German Rule,* 1894-1914. Londres, Heinemann.
BLYDEN, E. W. 1864. “The call of Providence to the descendants of Africa”. *The African Repository,* XL:358.
______. 1887. *Christianity, Islam and the Negro Race.* Londres, W. B. Whittingham.
BOAHEN, A. A. 1966. *Topics in West African History.* Londres, Longman.
______. 1974. “Politics in Ghana, 1800-1874”. In: J. F. A. AJAYI eM. CROWDER, orgs. *History of West Africa.* v. 2, p. 167-261.
______. 1977. “Prempeh in Exile”. *Research Review,* VIII, 3:3-20.
BOAVIDA, A. A. 1967. *Angola: cinco séculos de exploração portuguesa.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
BOHANNAN, P. e CURTIN, P. 1971. *Africa and Africans.* Nova York, Natural History Press, ed. rev.
BOHM, E. 1938. *La mise en valuer des colonies portugaises.* Paris.
BOILAT, ABBÉ 1853. *Esquisses Sénégalaises.* Paris, P. Bertrand.
BOITEAU, P. 1958. *Contribution à l’histoire de la nation malgache.* Paris, Éd. Sociales.
BOND, H. M. “Forming African youth: a philosophy of education”. In: J. A. DAVIS, org. *Africa Seen by American Negroes.* p. 247-61.
BONNER, P. L. 1978. “The decline and fall of the ICU: a case of self-destruction?”. In: E. WEBSTER, org. *Essays in Southern African Labour History.* p. 114-20.
______. 1979. “The 1920 Black mineworkers’ strike: a preliminary account”. In: B. BOZZOLI, org. *Labour, Townships and Protest: Studies in the Social History of the Witwatersrand.*
BONY, J. 1980. “La Côte d’Ivoire sous la colonisation française et le prélude à l’émancipation, 1920-47 - Genèse d’une nation”. Tese de doutorado. Université de Paris I.
BOOTH, N. S. 1977. “Islam in Africa”. In: N. S. BOOTH, org. *African Religions: a Symposium.* Nova York, Nok Publishers.
______, org. 1977. *African Religions: a Symposium.* Nova York, Nok Publishers.
BOSERUP, E. 1965. *The Conditions of Agricultural Growth.* Chicago, Aldine.
BOTELHO, J. J. T. 1934. *História Militar e Política dos Portugueses em Moçambique.* Lisboa, 2 v.
BOUIS, L. 1946. “Algérie et Sahara: le regime douanier”. In: *Encyclopédie de l’Empire Française.* Paris.
BOULÈGUE, M. 1965. “La presse au Sénégal avant 1939: bibliographie”. *BIFAN* (B) XXVII:715-54.
BOURGUIBA, A. 1954. *La Tunisie et la France: vingt-cinq ans de lutte pour une coopération libre.* Paris, Julliard.
BOWEN, J. W. E. 1896. *Africa and the American Negro: Addresses and Proceedings of the Congress on Africa.* Miami, Mnemosyne Publishers, ed. 1969.
BOWER, P. 1948. “The mining industry”. In: M. PERHAM, org. *Mining, Commerce and Finance in Nigeria,* p. 1-42.
BOYES, J. s.d. *My Abyssinian Journey.* Nairóbi, W. Boyd.
BOZZOLI, B., org. 1979. *Labour, Townships and Protest: Studies in the Social History of the Witwatersrand.* Johannesburgo.
BRANDEL, R. 1961. *The Music of Central Africa.* Haia, Martinus Nijhoff.
BRANQUINHO, J. A. G. de M. 1966. *Prospecção das Forças Tradicionais.* Nampula.
BRASS, W. *et al.* 1968. *The Demography of Tropical Africa.* Princeton, PUP.
BRASS, W. e COALE, A. J. 1968. “Methods of analysis and estimation”. In: W. BRASS *et al.,* 1968, p. 88-139.

BRETT, E. A. 1973. *Colonialism and Underdevelopment in East Africa.* Nova York, Nok Publishers.
BROTZ, H. 1970. *The Black Jews of Harlem: Negro Nationalism and the Dilemmas of Negro Leadership.* Nova York, Schocken.
BROWN, M. 1978. *Madagascar Rediscovered: a History from Early Times to Independence.* Londres, Damien Tunnacliffe.
BRUNSCHWIG, H. 1966. *French Colonialism, 1871-1914: Myths and Realities.* Nova York, Praeger.
______. 1974. "De la résistance Africaine à l'impérialisme Européen". *JAH,* XV, 1:47-64.
BUELL, R. L. 1928. *The Native Problem in Africa.* Nova York, Macmillan. 2 v.
______. 1947. *Liberia: a Century of Survival, 1847-1947.* Filadélfia, University of Pennsylvania Press.
BUNDY, C. 1979. *The Rise and Fall of the South African Pesantry.* Berkeley, University of California Press, Londres, Heinemann.
BURNS, A. C. 1957. *In Defence of Colonies: British Colonial Territories in International Affairs.* Londres, Allen & Unwin.
BUSTIN, E. 1975. *Lunda under Belgian Rule.* Cambridge Mass, HUP.
CACHIA, A. J. 1975. *Libya under the Second Ottoman Occupation (1835-1911).* Trípoli, Dar al Farjeni.
CALDWELL, J. C. 1967. "Population change". In: W. BIRMINGHAM, I. NEUSTADT e E. OMABOE, orgs. *A Study of Contemporary Ghana.* v. 11, p. 78-110.
______, org. 1975. *Population Growth and Socio-Economic Change in West Africa.* Nova York, Columbia UP.
______. (?). *The African Drought and its Demographic Implications.*
CALDWELL, J. C. e OKONJO, J., orgs. 1968. *The Population of Tropical Africa.* Londres, Longman.
CANTRELLE, P. "Mortality: levels, patterns and trends". In: J. C. CALDWELL, org. 1975. *Population Growth and Socio-Economic Change in West Africa.* p. 98-118.
CAPELA, J. s.d. *O Movimento Operário em Lourenço Marques, 1910-1927.*
CARDOSO, F. H. 1962. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional.* São Paulo, Difusão Europeia do Livro.
CARDOZO, J. 1931. *Finances et crédit par José Cardoso...,* Lourenço Marques.
CARR-SAUNDERS, A. M. 1936. *World Population: Past Growth and Present Trends.* Oxford, Clarendon Press.
CARTWRIGHT, F. e BIDDISS, M. D. 1972. *Disease and History.* Londres, Rupert HartDavies.
CASSERLEY, G. 1923. *Algeria Today.* Londres, T. Werner Laurie.
CECIL, G. 1932. *Life of Robert Marquis of Salisbury.* Londres, Hodder & Stoughton. v. IV.
CENTRO DE ESTUDOS DOS AFRICANOS. 1977. *The Mozambique Miners.* Maputo.
CHAINE, M. 1913. "Histoire du régne de Iohannes IV, roi d'Éthiopie *(1868-1889)*". *RSEHA,* XXI: 178-91.
CHALMERS, J. A. 1877. *Tiyo Soga: a Page of South African Mission Work.* Londres, Hodder & Stoughton.
CHALK, F. 1967. "Du Bois and Garvey confront Liberia". *CJAS,* I, 2:135-42.
CHANAIWA, D. 1974. "The Shona and the British South Africa Company in Southern Rhodesia, 1890-1896". *AQ,* XIV, 3 e 4.
______. 1980. "African humanism in South Africa". In: A. MUGOMBA e M. NYAGGAH, orgs. *Independence Without Freedom. The Political Economy of Colonial Education in Southern Africa.* p. 9-39.
CHAPUS, G. S. 1961. *Manuel de l'histoire de Madagascar.* Paris, Larose.
CHARLE, E. G. 1964. "An appraisal of British imperial policy with respect to the extraction of mineral resources in Nigeria". *NJESS,* VI, 1:37-42.
CHESTER, E. W. 1974. *Clash of Titans.* Nova York, Orbis.
CHEVALIER, L. 1947. *Le problème démographique nord-africaine.* Paris, PUF.
CHILCOTE, R., org. 1972. *Protest and Resistance in Angola and Brazil.* Berkeley, University of California Press.
CHILEMBWE, J. 1905. "Letter", *Mission Herald,* IX, 9 abril 1905.
CHINWElZU. 1975. *The West and the Rest of Us: White Predators, Black Slavers and the African Elite.* Nova York, Vintage Books.

CHOMSKY, N. *et al.* 1972. *Spheres of Influence in the Age of Imperialism.* Nottingham, Spokesman Books.
CHRÉTIEN, J. P. 1970. "Une revolte au Burundi en 1934". *AESC,* XV, 6:1678-1717.
CHURCHILL, W. S. 1948. *The Gathering Storm.* Londres, Cassell.
CIMMARUTA, R. 1936. *Ual, Ual.* Milão, Mondadori.
CLAPHAM, C. 1977. "Ethiopia". In: R. LEMARCHAND, org. *African Kingships in Perspective: Political Change and Modernization in Monarchical Settings.* p. 35-63.
CLARENCE-SMITH, W. G. 1979. *Slaves, Peasants and Capitalists in Southern Angola, 1840-1926.* Cambridge, CUP.
CLARENCE-SMITH, W. G. e MOORSOM, R. 1975. "Underdevelopment and class formation in Ovamboland, 1845-1915", *JAH,* XVI, 3:365-81.
CLARKE, J. H. 1964. *Harlem USA.* Berlim, Seven Seas Publishers.
CLENDENEN, C.; COLLINS, R.; DUIGNAN, P. 1966. *Americans in Africa, 1865-1900.* Stanford, Hoover Institution Press.
CLOWER, R. W.; DALTON, G.; HARWITZ, M.; WALTERS, A. A. 1966. *Growth Without Development. An Economic Survey of Liberia.* Evanston, NUP.
COALE, A. J. e DEMENY, P. 1966. *Regional Model Life Tables and Stable Populations.* Princeton, PUP.
______. 1967. *Population Studies.* Nova York, UN.
COALE, A. J. e LORIMER, F. 1968. "Summary of estimates of fertility and mortality". In: W. BRASS *et al. The Demography of Tropical Africa.* p. 151-67.
COALE, A. J. e VAN DE WALLE, E. 1968. "Appendix: notes on areas for which estimates were made but not subject to a detailed study". In: W. BRASS *et al. The Demography of Tropical Africa.* p. 168-82.
COBBING, J. 1974. "Ndebele religion in the nineteenth century". Não publicado.
______. 1977. "The absent priesthood: another look at the Rhodesian risings of 1896-1897", *JAH,* XVIII, 1:61-84.
COELHO, R. 1964. *Os Karibes Negros de Honduras.* São Paulo. Separata da Revista do Museu Paulista, s.d. 15.
COELHO, T., org. 1898. *Dezoito annos em Africa.* Lisboa.
COLE, M. M. 1961. *South Africa.* Londres, Methuen.
COLEMAN, J. S. 1958. *Nigeria: Background to Nationalism.* Berkeley eLos Angeles, University of California Press.
______. 1965. "Nationalism in tropical Africa". In: P. J. M. MCEWAN e R. B. SUTCLIFFE, orgs. *The Study of Africa.* p. 156-83.
COLEMAN, J. S. e BELMONT, B., JR. 1962. "The role of the military in sub-Saharan Africa". In: J. J. JOHNSON, org. *The Role of the Military in Under-developed Countries.* p. 359-405.
COLEMAN, J. S. e ROSBERG, C. G., orgs. 1970. *Political Parties and National Integration in Tropical Africa.* Berkeley e Los Angeles, University of California Press.
COLLINS, R. O. 1967. "The Aliab Dinka uprising and its suppression". *SNR,* XLVIII. p. 77-89.
CONFER, C. V. 1966. *France and Algeria: the Problem of Civil and Political Reform, 1870-1920.* Nova York, Syracuse UP.
COON, C. 1936. *Measuring Ethiopia and Flight into Arabia.* Londres, Jonathan Cape.
COQUERY-VIDROVITCH, C. 1972. *Le Congo français au temps des grandes compagnies concessionnaires, 1898-1930.* Paris e Haia, Mouton.
______. 1975. "L'impact des intérêts coloniaux: SCOA et CFAO dans l'ouest africain, *1910-1965". JAH,* XVI, 4:595-621.
______. org. 1976. "L'Afrique et la crise de 1930 (1924-1938)", *RFHOM* (número especial), LXIII, 232-3:375-776.
______. 1977. "Mutations de l'impérialisme colonial français dans les anées 30". *AEH,* IV: 103-52.
______. (?). "French Black Africa". In: A. D. ROBERTS, org. *Cambridge History of Africa.* v. VII.
COQUERY-VIDROVITCH, C. e MONIOT, H. 1974. *L'Afrique noire de 1800 à nos jours.* Paris, PUF.
CORNEVIN, R. 1962. *Histoire du Togo.* Paris, Berger-Levrault.

CORO, F. 1971. *Settantasei Anni di Dominazione Turca in Libia, 1835-1911.* Trípoli, Stabilimento Poligrafico Editorial, Plinio Maggi.
COSNIER, H. C. 1921. *L'ouest africain français, ses ressources agricoles, son organisation économique.* Paris, Larose.
______. 1922. *L'Afrique du nord: son avenir agricole et économique.* Paris, Larose.
COUCEIRO, S. M. 1974. *Bibliografia sobre o negro brasileiro.* São Paulo, Centro de Estudos Africanos/ Universidade de São Paulo.
COUPLAND, R. 1928. *Kirk on the Zambezi.* Oxford, Clarendon Press.
COUTINHO, J. A. 1904. *A Campanha do Barue em 1902.* Lisboa.
CRONON, E. D. 1962. *Black Moses: The Story of Marcus Garvey and the Universal Negro Improvement Association.* Madison, University of Wisconsin Press.
CROWDER, M. 1962. *Senegal: a Study in French Assimilation Policy.* Londres, OUP.
______. 1964. "Indirect rule: French and British style". *Africa,* XXXIV, 3:197-205
______. 1968. *West Africa under Colonial Rule.* Londres, Hutchinson
______. org. 1971. *West African Resistance.* Londres, Hutchinson.
______. 1973. *Revolt in Bussa: a Study of British "Native Administration" in Nigerian Borgu: 1902-35.* Londres, Faber.
______. 1974. "The 1914-1918 European War and West Africa". In: J. F. A. AJAYI e M. CROWDER, orgs. *History of West Africa.* v. II, p. 484-513.
______. 1977-a. *Colonial West Africa.* Londres, Frank Cass.
______. 1977-b. "Introduction" [to "Protest against colonial rule in West Africa"], *Tarikh,* V, 3:1-5.
______. 1977-c. "The Borgu revolts of 1915-17". *Tarikh,* V, 3:18-30.
______. 1977-d. "Blaise Diagne and the recruitment of African troops for the 1914-18 War". In: M. CROWDER, *Colonial West Africa.* p. 104-21.
CROWDER, M. e AJAYI, J. F. A. 1974. "West Africa 1919-1939: the colonial situation". In: J. F. A. AJAYI e M. CROWDER, orgs. *History of West Africa.* V. II, p. 514-41.
CROWDER, M. e IKIME, O., orgs. 1970. *West African Chiefs: Their Changing Status under Colonial Rule and Independence.* Nova York, Africana Publishing Corp.
CROWE, S. E. 1942. *The Berlin West African Conference,* 1884-1885. Londres, Longman Green.
CRUMMEY, D. 1969. "Tewodros as reformer and modernizer". *JAH,* X, 3:457-69.
CUDSI, A. S. 1969. "Sudanese resistance to British rule, 1900-1920". Dissertação de mestrado. University of Khartum.
CUNHA, J. M. da S. 1949. O *trabalho indígena: estudo do direito colonial.* Lisboa.
CUNHA, M. C. 1976. "Brasileiros Nagós em Lagos no século XIX". *Cultura,* outubro-dezembro, 1976. Brasília, Ministério da Educação e Cultura.
CURTIN, P. D. 1969. *The African Slave Trade: a Census.* Madison, University of Wisconsin Press.
CURTIN, P. D.; FEIERMAN, S.; THOMPSON, L.; VANSINA, J. 1978. *African History.* Londres, Longman.
DABBUR, M. A. 1971. *Nahd'at ai Jaza'ir al-Haditha Fithawrati-Hax'l-Mubaraka.* Argel.
DACHS, A. J. 1972. "Politics of collaboration: imperialism in practice". In: B. PACHAI, org. *The Early History of Malawi.* p. 283-92.
DALY, M. D. 1977. "The Governor-Generalship of Sir Lee Stack, 1917-24". Tese de doutorado. University of London.
DARWIN, C. 1859. *On the Origin of Species by Means of Natural Selection, or the Preservation of Favoured Races in the Struggle for Life.* Londres, John Murray.
DAVIDSON, A. B. 1968. "African resistance and rebellion against the imposition of colonial rule". In: T. O. RANGER, org. *Emerging Themes of African History.* p. 177-88.
______. 1972. *South Africa, the Birth of a Protest.* Moscou, African Institute.
DAVIDSON, B. 1964-a. *The African Past.* Londres, Longman.
______. 1964-b. *Which Way Africa?* Harmondsworth, Penguin.
______. 1978-a. *Discovering Africa's Past.* Londres, Longman.
______. 1978-b. *Africa in Modern History.* Londres, Allen Lane.

DAVIES, I. 1966. *African Trade Unions.* Harmondsworth, Penguin.
DAVIES, J. N. P. 1956. "The history of syphilis in Buganda". *BWHO,* XV:1041-55.
DAVIS, J. A., org. 1958. *Africa Seen by American Negroes* (título da capa) *[Africa From the Point of View of American Negro Scholars* - título do frontispício]. Paris, Présence Africaine.
DAVIS, L. 1974. "Black images of Liberia, 1877-1914" (trabalho preparado para a Sixth Annual Liberian Studies Conference, Madison, Wisconsin, 26-27 abril 1974).
DE BONO, E. 1937. *Anno XIII: The Conquest of an Empire.* Londres.
DE CASTRO, L. 1915. *Nella terra dei Negus, pagine raccolte in Abissinia.* Milão, Fratelli Treves.
DE DEKKER, P. 1974. "Mutations sociales, politiques et économiques au Rwanda entre les deux guerres". Dissertação de mestrado. Universidade de Paris VII.
DE GRAFT, J. C. 1976. "Roots in African drama and theatre". *African Literature Today,* VIII: 1-25.
DE KIEWIET, C. W. 1965. *The Imperial Factor in South Africa. A Study in Politics and Economics.* Londres, Frank Cass.
DE MONTMORENCY, W. G. B. [Visconde de Mountmorres]. 1906. *The Congo Independent State: a Report on a Voyage of Enquiry.* Londres, Williams & Norgate.
DEBRUNNER, H. 1967. *A History of Christianity in Ghana.* Acra, Waterville Publishing.
DEJACO, A. 1972. *Di mal d'Africa si muore.* Roma.
DEL BOCA, A. 1969. *The Ethiopian War,* 1935-1941. Chicago, Chicago UP.
DE LA PRADELLE, A. 1936. *Le conflit Italo-Ethiopien.* Paris.
DELAVIGNETTE, R. 1946. *Service Africaine.* 8. ed. Paris, Gallimard.
DENOON, D. 1972. *Southern Africa since 1800.* Londres, Longman.
DESANTI, M. 1940. "La propriété en Afrique noire". Escrito apresentado à Conferences à l'École Coloniale.
DESCHAMPS, H. 1960. *Histoire de Madagascar.* Paris, Berger-Levrault.
______. 1962. *Madagascar, Comores, Terres Australes.* Paris, Berger-Levrault.
______. 1963. "Et maintenant, Lord Lugard?", *Africa,* XXXII, 4:293-306.
DESPOIS, J. 1961. *La Tunisie.* Paris, A. Colin.
DEUTSCHLAND, H. 1970. *Trailbtazers, Struggles and Organizations of African Workers before 1945*. Berlim, Tribune.
DIGERNES, O. 1978. "Appearance and reality in the Southern Sudan. A study in British administration of the Nuer, 1900-1930". Dissertação de mestrado. University of Bergen.
DIKE, K. O. 1956. *Trade and Politics in the Niger Delta, 1830-1885.* Oxford, Clarendon Press.
DOWNES, W. D. 1919. *With the Nigerians in German East Africa.* Londres, Methuen.
DRESCH, J. 1952. "Les investissements en Afrique noire". *PA,* XIII:232-41.
DRESCHLER, H. 1966. *Südwestafrika unter deutscher Kolonialherrschaft.* Berlim.
DU BOIS, W. E. B. 1968. *Dusk of Dawn. An Essay Towards an Autobiography of a Race Concept.* Nova York, Schocken Books.
DUBLIN, L. I.; LOTKA, A. J.; SPIEGELMAN, M. 1936. *Length of Life: a Study of the Life Table.* Nova York, Roland Press.
DUFFY, J. 1959. *Portuguese Africa.* Londres, OUP.
______. 1962. *Portugal in Africa.* Harmondsworth, Penguin.
______. 1967. *A Question of Slavery,* Oxford, Clarendon Press.
DUGGAN, A. J. 1962. "A survey of sleeping sickness in Northern Nigeria from the earliest times to the present day". *TRSTMH,* LVI, 1962:439-80.
DUMONT, R. 1966. *False Start in Africa.* Londres, André Deutsch.
DUNBAR, A. R. 1965. *A History of Bunyoro-Kitara.* Londres, OUP.
DUNCAN, W. G. 1973. *The Nature and Content of Fertility Surveys Conducted throughout the World since 1960.* Haia.
DUPERRAY, A. 1978. "Les Gourounsi de Haute-Volta: conquête et colonisation, 1896-1933". Dissertação de graduação. Universidade de Paris.
DURAND, J. D. 1967. "The modern expansion of world population". *PAPS,* CXI, 3:136-59.
DWANE, J. M. 1897. Artigo em *Voice of Missions,* julho 1897.

EASTON, S. C. 1964. *The Rise and Fall of Western Colonialism.* Londres, Pall Mall.
ECHENBERG, M. J. 1975. "Paying the blood tax: military conscription in French West Africa, 1914-1929". *CJAS,* IX, 2:171-92.
EDGAR, R. s.d. "Enoch Mgijima, the Israelites and the background to the Bulhoek massacre". *IJAHS.*
EDMUND, W. D. 1951. "The newspaper press in British West Africa, 1918-1939". Dissertação de mestrado. University of Bristol.
EGGELING, W. J. 1948. "Another Photograph of Mumia". *UJ,* XII, 2:197-9.
______. 1950. "Death of Mumia". *UJ,* XIV, 1:105.
EHRLICH, C. 1957. "Cotton and the Uganda economy, 1903-1909". *UJ,* XXI, 2:162-75.
______. 1973. "Building and caretaking: economic policy in British tropical Africa, 1890-*1960". EHR,* XXIV, 4:649-67.
EL-ALAMI. 1972. *Allal el Fasi, patriarche du nationalisme marocain.* Rabat.
EL-ANNABI, H. 1975. "La crise de 1929 et ses conséquences en Tunisie". Dissertação para o Certificat d' Aptitude à la Recherche. Túnis.
EL-HAREIR, I. 1981. "Mawaqif Khalida li umar al-Mukhtar". In: *Umar At-Mukhtar.* Trípoli, Libyan Study Centre.
EL-KAMMASH, M. M. 1968. *Economic Development and Planning in Egypt.* Nova York, Praeger.
ELGOOD, P. G. 1928. *The Transit of Egypt.* Londres, Arnold.
ELIAS, T. O. 1971. *Nigerian Land Law.* Londres, Sweet & Maxwell.
ELIOT, C. 1905. *The East African Protectorate.* Londres, Arnold.
ELLIS, S. 1980-a. "The political elite of Imerina and the revolt of the Menalamba. The creation of a colonial myth in Madagascar, 1895-1898". *JAH,* XXI, 2:219-34.
______. 1980-b. "Resistance or collaboration: the Menalamba in the Kingdom of Imerina, 1895-1899". Tese de doutorado em filosofia. University of Oxford.
EMMANUEL, A. 1972. *Unequal Exchange: a Study of the Imperialism of Trade.* Nova York, Monthly Review Press.
ENCYCLOPÉDIE DE L'EMPIRE FRANÇAISE. 1946. Paris. 2 v.
ESOAVELOMANDROSO, F. 1977-a. "Politique des races et enseignement colonial jusqu'en 1940". *Omaly sy Anio,* V-VI:245-56.
______. 1977-b. *L'altitude malgache face au traité de 1885 (d'aprés le Journal de Rainilaia-rivony)* Antananarivo, Collection Études Historiques.
______. 1979. "Rainilaiarivony and the defense of Malagasy independence at the end of the nineteenth century". In: R. K. KENT, org. *Madagascar in History, Essays from the 1970s.* p. 228-5l.
______. 1980. "Une étude récente sur les Menalamba: compte rendu de la thèse de Stephen Ellis (Les Menalamba dans le royaume d'Imerina: résistance ou collaboration)". *Omaly sy Anio,* XI.
______. 1981. "Différentes lectures de l'histoire. Quelques réflexions sur la VVS". *RPC,* L:100-11.
ESOAVELOMANDROSO, M. 1975. "Le mythe d'Andriba". *Omaly sy Anio,* I-II:43-73.
______. 1979. *La province maritime orientale du Royaume de Madagascar à la fin du XIXe siècle (1882-1895).* Antananarivo, F. T.
______. 1981. "L'opposition de l'Ambongo à la pénétration française en 1899". Escrito apresentado ao Colloque International d'Histoire Malgache at Majunga. 13-18 abril 1981.
EVANS-PRITCHARD, E. E. 1949. *The Sanusi of Cyrenaica.* Oxford, Clarendon Press.
FADIPE, M. A. 1970. *The Sociology of the Yoruba.* Ibadan, IUP.
FAGE, J. D. 1967. "British and German colonial rule: a synthesis and summary". In: GIFFORD e W. R. LOUIS, orgs. *Britain and Germany in Africa: Imperial Rivalry and Colonial Rule.* p. 691-706.
______. 1978. *An Atlas of African History.* 2. ed. Londres, Arnold.
FANON, F. 1967. *The Wretched of the Earth.* Harmondsworth, Penguin.
FARAGO, L. 1935. *Abyssinia on the Eve.* Londres, Putnam.
FARRANT, L. 1975 *Tippu Tip and the East African Slave Trade.* Londres, Hamilton.
FASHOLE-LUKE, E.; GRAY, R.; HASTINGS, A.; TASIE, G. orgs. 1978. *Christianity in Independent Africa.* Londres, Rex Collings.

FAULKINGHAM, R. H.; BALDING, J. H.; FAULKINGHAM, L. J.; e THORBAHN, P. F. 1974. "The demographic effects of drought in the West African Sahel". Escrito apresentado ao Annual Meeting of the Population Association of America.
FAULKNER, T. J. R. 1926. *Programme of the People's Party.* Monróvia.
______. 1927. *An Appeal to Reason: to the Public.* Monróvia.
FENDALL, C. P. 1921. *The East African Force, 1915-1919.* Londres, H. F. Witherby.
FERGUSON, D. E. 1980. "The political economy of health and medicine in colonial Tanganyika". In: M. H. Y. KANIKI, org. *Tanzania under Colonial Rule.* p. 307-43.
FERNANDES JÚNIOR, J. 1955. "Narração do Distrito de Tete". Makanga.
FETTER, B. 1974. "African associations in Elisabethville, 1910-1935: their origins and development". *EHA,* VI: p. 205-23.
______. 1976. *The Creation of Elisabethville, 1910-1940.* Stanford, Hoover Institution Press.
FIDEL, C. 1926. *Les colonies allemandes: études historiques et renseignements statistiques.* Tonnerre, C. Puyfagès.
FIELDHOUSE, D. K. 1961. "Imperialism: an historical revision". *EHR,* XIV, 2:187-209.
______. 1981. *Colonialism 1870-1945: an Introduction.* Londres, Weidenfeld & Nicolson.
FIKA, A. M. 1978. *The Kano Civil War and British Over-rule, 1882-1940.* Ibadan, OUP.
FINER, S. F. 1962. *The Man on Horseback.* Londres, Pall Mall.
FINKLE, J. L. e GABLE, R. W., orgs. 1971. *Political Development and Social Change.* 2. ed. Nova York, John Wiley.
FIRST, R. 1963. *South West Africa.* Harmondsworth, Penguin.
FISCHER, F. 1967. *Germany's Aims in the First World War.* Nova York, W. W. Norton.
FLAMENT, F. *et al.* 1952. "La force publique de sa naissance à 1914. Participation des militaires à l'histoire des premières années du Congo". *IRCBM,* XXVII: 1-585.
FORD, J. 1971. *The Role of Trypanosomiases in African Ecology: a Study of the Tsetse Fly Problem.* Oxford, Clarendon Press.
FOLAYAN, K. 1973. "The resistance movement in Libya". *Tarikh,* IV, 3:46-56.
______. 1974. "Italian colonial rule in Libya". *Tarikh,* IV, 4:1-10.
FRANKEL, S. H. 1938. *Capital Investiment in Africa.* Londres, OUP.
FRAZIER, E. F. 1949. *The Negro in the United States.* Nova York, Macmillan.
FREITAS, H. I. F. 1956-7. *Seitas Religiosas Gentilicas.* Lourenço Marques. 3 V.
FREMIGACCI, J. 1980. "Madagascar de 1905 a 1940".
FRIEDLAND, E. A. 1979. "Mozambican nationaliste resistance, 1920-1940". *TJH,* VIII: 117-28.
FUGELSTAD, F. 1974. "La grande famine de 1931 dans l'ouest nigérien". *RFHOM,* LXI, 222: 18-33.
FURNIVALL, J. S. 1948. *Colonial Policy and Practice.* Cambridge, CUP.
FYNN, J. K. 1971. "Ghana-Asante (Ashanti)". In: M. CROWDER, org. *West African Resistance.* p. 19-52.
GABEL, C. e BENNETT, N. R., orgs. 1967. *Reconstructing African Culture History.* Boston, BUP.
GAFFAREL, P. 1905. *Histoire de l'expansion coloniale de la France depuis 1870 jusqu'en 1905.* Marselha, Balatier.
GAITSKELL, A. 1959. *Gezira: a Story of Development in the Sudan.* Londres, Faber.
GALBRAITH, J. S. 1961. "Myths of the 'Little England' era". *AHR.* LXVII, 1:34-48.
GALLAGHER, J. e ROBINSON, R. 1953. "The imperialism of free trade". *EHR,* VI, 1 :1-15.
GANIER, G. 1965. "Lat Dyor et le chemin de fer de l'arachide, 1876-1886". *BIFAN* (B), XXVII, 1 e 2:223-8l.
GANN, L. H. 1964. *A History of Northern Rhodesia: Early Days to 1953.* Londres, Chatto & Windus.
GANN, L. H. e DUIGNAN, P. 1967. *Burden of Empire.* Londres, Pall Mall.
______. orgs. 1969. *Colonialism in Africa, 1870-1960.* V. I: *The History and Politics of Colonialism 1870-1914.* Cambridge, CUP.
______. 1970. *Colonialism in Africa 1870-1960.* V. II: *The History and Politics of Colonialism 1914-1960.* Cambridge, CUP.
GARDINER, A. L. 1933. "The law of slavery in Abyssinia". *IL,* XV.

GARVEY, A. J.; org. 1923-5. *Philosophy and Opinions of Marcus Garvey.* Londres, Frank Cass. Edição de 1967.
______. 1963. *Garvey and Garveyism.* Kingston, United Printers.
GAUDIO, A. 1972. *Abd el-Fasi, or the History of the lstiqlal.*
GAUTIER, E. F. 1910. *La conquête du Sahara.* Paris, A. Colin.
GEISS, I. 1974. *The Pan-African Movement.* Londres, Methuen.
GERHART, G. M. 1978. *Black Power in South Africa.* Berkeley, University of California Press.
GIBSON, G. W. e RUSSELL, A. F. 1883. *Memorandum and Protest of the Government of Liberia against the Action of the British Authorities in the North Western Territories of the Republic.* Monróvia.
GIDE, A. 1930. *Travels in the Congo.* Nova York e Londres, Knopf.
GIFFORD, P. e LOUIS, W. R., orgs. 1967. *Britain and Germany in Africa: Imperial Rivalry and Colonial Rule.* New Haven e Londres, YUP.
______. 1971. *France and Britain in Africa.* New Haven e Londres, YUP.
GIGLIO, C. 1968. *L'articolo XVII de Trattato di Ucciali.* Como, Cairoli.
GILKES, P. 1975. *The Dying Lion: Feudalism and Modemization in Ethiopia.* Londres, Julian Friedmann.
GLEICHEN, E. 1898. *With the Mission to Menelik, 1897.* Londres, Arnold.
GLUCKMAN, M. 1963. *Order and Rebellion in Tropical Africa.* Londres, Cohen & West.
GOODFELLOW, C. F. 1966. *Great Britain and South African Confederation, 1870-1881.* Cidade do Cabo, OUP.
GOODY, J., org. 1968. *Literacy in Traditional Societies.* Cambridge, CUP.
GRANDIDIER, G. 1934. *Atlas des colonies françaises.* Paris, Soc. d'éditions géographiques, maritimes et coloniales.
GRAY, J. M. 1948. "Early treaties in Uganda". *UJ,* XII, 1:25-42.
GRAZIANI, R. 1938. *Il Fronte Sud.* Milão, Montadori.
______. 1976. *Verso al-Fezzan.* Cairo, Maktabat Saigh.
______. 1980. *Cyrenaica Pacificata.* Bengazi, al-Andalus.
GREENFIELD, R. 1965. *Ethiopia: a New Political History.* Nova York, Praeger.
GROVES, C. P. 1969. "Missionary and humanitarian aspects of imperialism from 1870 to 1914". In: L. H. GANN e P. DUIGNAN, orgs. *Colonialism in Africa 1870-1960.* V. I, p. 462-96.
GUILLAUME, A. 1946. *Les Berbères marocains et la pacification de l'Atlas central (1912-1933).* Paris, Julliard.
GUSFIELD, J. R. 1971. "Tradition and modernity: misplaced polarities in the study of social change". In: J. L. FINKLE e R. W. GABLE, orgs. *Political Development and Social Change.*
GUTTERIDGE, W. 1975. *Military Regimes in Africa.* Londres, Methuen.
GWASSA, G. C. K. 1972. "African methods of warfare during the Maji Maji war". In: B. A. OGOT, org. *War and Society in Africa.* p. 123-48.
______. 1972. "Kinjitile and the ideology of Maji Maji". In: T. O. RANGER e I. N. KIMAMBO, orgs. *The Historical Study of African Religion.* p. 202-17.
GWASSA, G. C. K. e ILIFFE, J., orgs. 1968. *Records of The Maji Maji Rising.* Dar-es-Salaam, Historical Association of Tanzania, jornal 4.
HAFKIN, N. J. 1971. "Sheikhs, slaves and sovereignty". Escrito apresentado à Conference of the African Studies Association of the USA, novembro 1971.
______. 1973. "Trade, society and politics in northern Mozambique". Tese de doutorado. University of Boston.
HAGAN, K. O. 1968. "The development of adult literacy and adult education and their influence in social change in Ghana, 1901-57". Dissertação de bacharelado em Literatura. University of Oxford.
HAILÉ SELLASSIÉ. 1936. "La vérité sur la guerre Italo-Ethiopienne". *VU.* Paris, julho 1936.
HAILEY, Lord. 1938; ed. rev. 1957. *An African Survey.* Londres, OUP.
HAJIVAYANIS, G. G.; MTOWA, A. C.; ILIFFE, J. 1973. "The politicians: Ali Mponda and Hassan Suleiman". In: J. ILIFFE, org. *Modern Tanzanians.*
HALEY, A. 1976. *Roots.* Nova York, Doubleday.
HALIBURTON, G. M. 1971. *The Prophet Harris.* Londres, Longman.

HALL, R. 1965. *Zambia.* Londres, Pall Mall.
HALLETT, R. 1970. *Africa to 1875: a Modern History.* Ann Arbor, MUP.
HAMILTON, A. 1911. *Somaliland.* Westport, Negro Universities Press. Edição de 1970.
HAMILTON, R. 1975. *Voices from an Empire: a History of Afro-Portuguese Literature.* Mineápolis, University of Minnesota Press.
HAMMOND, R. J. 1969. "Uneconomic imperialism: Portugal in Africa before 1910". In: L. H. GANN e P. DUIGNAN, orgs. *Colonialism in Africa 1870-1960.* V. I, p. 352-82.
HAMZA, M. M. 1972. *Hisar wa Soqut ai Khrtum,* Khartum.
HANCOCK, W. K. 1962. *Smuts: the Sanguine Years, 1870-1919.* Cambridge, CUP.
HARDIE, F. 1974. *The Abyssinian Crisis.* Londres, Batsford.
HARDY, G. 1930. *Vue générale de l'histoire d'Afrique.* 2. ed. Paris, A. Colin.
HARGREAVES, J. D. 1963. *Prelude to the Partition of West Africa.* Londres, Macmillan.
______. 1969. "West African states and the European conquest". In: L. H. GANN e P. DUIGNAN, orgs. *Colonialism in Africa 1870-1960.* V. I, p. 199-219.
HARLOW, V. e CHILVER, E. M. 1965. *History of East Africa.* Oxford, Clarendon Press. V. 11.
HARMAND, J. 1910. *Domination et colonisation.* Paris, Flammarion.
HARMS, R. 1975. "The end of red rubber: a reassessment". *JAH,* XVI, 1:73-88.
HATCH, J. 1971. *Nigeria: a History.* Londres, Secker & Warburg.
HATTON, P. H. S. 1966. "The Gambia, the Colonial Office, and the opening months of the First World War". *JAH,* 1:123-31.
HAUSER, P. M. 1957. "World and Asian urbanization in relation to economic development and social change". In: P. M. HAUSER, org. *Urbanization in Asia and the Far East.* p. 53-95.
______. org. 1957. *Urbanization in Asia and the Far East.* Calcutá, UNESCO.
HAYES, C. J. H. 1941. *A Generation of Materialism, 1871-1900.* Nova York, Harper & Row.
HAYFORD, J. E. C. 1911. *Ethiopia Unbound: Studies in Race Emancipation.* Londres, C. E. M. Phillips.
HAYKAL, M. H. s.d. *Tarajim Misrtyya wa Gharbiyya.* Cairo.
HAYWARD, V. E. W., org. 1963. *African Independent Church Movements.* Londres, Edinburgh House Press.
HEALD, S., org. 1937. *Documents on International Affairs, 1935.* Londres, RIIA. v. 11.
HEIMER, F. W., org. 1973. *Social Change in Angola.* Munique, Weltforum Verlag.
HENRIES, A. D. B. 1965. *Presidents of the First African Republic.* Londres, Macmillan.
HERMASI, A. B. 1966. "Mouvement ouvrier et société coloniale". Não publicado.
HERSKOVITS, M. 1941. *The Myth of the Negro Past.* Nova York, Harper.
HERSKOVITS, M. J. 1948. *Man and His Works: the Science of Cultural Anthropology.* Nova York, Knopf.
______. 1962. *The Human Factor in Changing Africa.* Nova York, Knopf.
______. 1966-a. *The New World Negro. Selected Papers in Afroamerican Studies.* Bloomington, Indiana UP.
______. 1966-b. "Problem, method and theory in Afroamerican studies". In: M. J. HERSKOVITS, *The New World Negro.* p. 43-61.
______. 1966-c. "Some psychological implications of Afroamerican studies". In: M. J. HERSKOVITS, *The New World Negro.* p. 145-55.
HERTSLET, E. 1896 e 1909. *The Map of Africa by Treaty.* Londres, *HMSO*, 2. e 3. ed. 3v.
HESELTINE, N. 1971. *Madagascar.* Londres, Pall Mall.
HESS, R. L. 1963. "Italy and Africa: colonial ambitions in the First World War". *JAH*, IV,1:105-26.
______. 1966. *Italian Colonialism in Somalia.* Chicago, Chicago UP.
HESS, R. L. e LOEWENBERG, G. 1968. "The Ethiopian no-party state". In: P. J. M. McEwAN, org. *Twentieth Century Africa.* p. 198-205.
HIGGINSON, J. (?). "Labourers into His harvest, lambs among wolves: African Watchtower and the spectre of colonial revolt in Katanga, 1923-1941".
HILL, A. C. e KILSON, M., orgs. 1971. *Apropos of Africa: Sentiments of Negro American Leaders on Africa from the 1800s to the 1950s.* Nova York, Anchor.

HILL, M. F. 1956. *Planters' Progress: the Story of Coffee in Kenya.* Nairóbi, Coffee Board of Kenya.
HILL, P. 1963. *The Migrant Cocoa-Farmers of Southern Ghana.* Cambridge, CUP.
HIMMELFARB, G. 1960. "John Buchan: an untimely appreciation", *Encounter.* LXXXIV:46-53.
HINSLEY, F. H. 1959-a. "International rivalry in the colonial sphere, 1869-1885". In: E. A. BENIANS, J. BUTLER e C. E. CARRINGTON, orgs. *The Cambridge History of the British Empire.* V. III, p. 95-126.
______. 1959-b. "International rivalry, 1885-1895". In: E. A. BENIANS, J. BUTLER e C. E. CARRINGTON, orgs. *The Cambridge History of the British Empire.* v. III, p. 255-92.
______, org. 1962. *The New Cambridge Modern History.* V. XI: *Material Progress and Worldwide Problems, 1870-98.* Cambridge, CUP.
HOBSBAWM, E. J. 1964. *The Age of Revolution.* Londres, Weidenfeld & Nicolson.
______. 1969. *Bandits.* Londres, Weidenfeld & Nicolson.
HOBSON, J. A. 1902. *lmperialism: a Study.* Ann Arbor, MUP. Edição de 1965.
HODGKIN, T. 1954. "Background to AOF (3): African reactions to French rule". *West Africa,* n. 1925, 16 janeiro, 1954, p. 31-2.
______. 1956. *Nationalism in Colonial Africa.* Londres, F. Muller.
HOFFHERR, R. 1932. *L'économie marocaine.* Paris, Recueil Sirey.
HOLT, P. M., org. 1968. *Political and Social Change in Modern Egypt.* Londres, OUP.
______. 1970. *The Mahdist State in the Sudan,* 1881-1898, 2. ed. Oxford, Clarendon Press.
HOPKINS, A. G. 1966-a. "The Lagos strike of 1897". *PP,* XXXV, 1966:133-55.
______. 1966-b. "Economic aspects of political movements in Nigeria and in the Gold Coast, 1918-1939". *JAH,* VII, 1:133-52.
______. 1968. "Economic imperialism in West Africa: Lagos 1880-1892". *EHR,* p. 580-606.
______. 1973. *An Economic History of West Africa.* Londres, Longman.
HOPKINS, E. 1970. "The Nyabingi cult of southwestern Uganda". In: R. I.
ROTBERG e A. A. MAZRUI, orgs. *Protest and Power in Black Africa.* p. 258-336.
HORDERN, R. C. 1941. *Official History of the War. Military Operations: East Africa.* Londres, HMSO.
HOUGHTON, D. H. 1971. "Economic development, 1865-1965". In: M. WILSON e L. THOMPSON, orgs. *The Oxford History of South Africa.* V. II, p. 1-48.
HOURANI, A. 1962. *Arabic Thought in the Liberal Age, 1789-1939.* Oxford, Clarendon Press.
HOWARD, D. E. [presidente da Libéria). 1916. *Annual Message, 19 September 1919.* Monróvia, República da Libéria.
HOWITT, W. 1969. *Colonization and Christianity.* Nova York, Negro Universities Press.
HUBERICH, C. H. 1947. *The Political and Legislative History of Liberia.* Nova York, Central Book Co. 2v.
HULL, R. W. 1980. *Modern Africa: Change and Continuity.* Englewood Cliffs, Prentice Hall.
HUNTINGFORD, G. W. B. 1969. *The Galla of Ethiopia: the Kingdom of Kafa and Janhero.* Londres, IAI.
HUOT, MARZIN, RICAU, GROSFILLEZ, DAVID, Drs. 1921. "L'épidémie d'influenza de 1918-19 dans les colonies françaises". *Annuaire Médical et Pharmaceutique Colonial,* XIX.
HUXLEY, E. J. 1935. *White Man's Country: Lord Delamere and the Making of Kenya.* Londres. Macmillan. 2v
HYAM, R. 1972. *The Failure of South African Expansion, 1908-1948.* Londres, Longman.
HYDEN, G. 1969. *Political Developmenl in Rural Tanzania.* Nairóbi, EAPH.
HYMER, S. 1971. "The political economy of the Gold Coast and Ghana". In: G. RANIS, org. *Government and Economic Development.* p. 129-80.
IANNI, O. 1962. *As Metamorfoses do Escravo.* São Paulo, Difusão Europeia do Livro.
IBRAHIM, H. A. 1974. "The policy of the Condominium government towards the Mahdist political prisoners, 1898-1932". *SNR,* LV:33-45.
______. 1976. *The 1936 Anglo-Egyptian Treaty,* Khartum, Khartoum UP.
______. 1977. "The development of economic and political neo-Mahdism". *SNR,* LVIII.

IBRAHIM, H. A. 1979. "Mahdist risings against the Condominium government in the Sudan 1900-1927". *IJAHS,* XII, 3:440-71.
IBRAHIM, M. A. 1969. "Hamlat al-Amir Mahmud Wad Ahmad ila al-Shamal 1315/1897-98". Dissertação de mestrado. University of Khartoum.
IKIME, O. 1971. "Nigeria-Ebrohimi". In: M. CROWDER, org. *West African Resistance.* p. 205-32.
______.1973. "Colonial conquest and African resistance in the Niger delta states". *Tarikh,* IV, 3: 1-13.
______. org. 1980. *Groundwork of Nigerian History.* Ibadan, Heinemann.
ILIFFE, J. 1967. "The organization of the Maji Maji rebellion". *JAH,* VIII, 4:495-512.
______. 1968. "The Herero and Nama risings". In: G. KIBODYA, org. *Aspects of South African History.* Dar-es-Salaam, EAPH.
______. 1969. *Tanganyika under German Rule, 1905-1912.* Cambridge, CUP.
______. org. 1973. *Modern Tanzanians.* Nairóbi, EAPH.
______. 1979. *A Modern History of Tanganyika.* Cambridge, CUP.
INGHAM, K. 1958. *The Making of Modern Uganda.* Londres, Allen & Unwin.
IRELE, A. 1964. "A defence of negritude. A propos of Black Orpheus by Jean-Paul Sartre", *Transition,* III, 13:9-11.
ISA, G. O. 1965. *Ta'rikh al-Sumal,* Cairo.
ISAACMAN, A. 1972. *Mozambique: the Africanization of an European lnstitution: the Zambesi Prazos, 1750-1902.* Madison, University of Wisconsin Press.
______. 1973. "Madzi-Manga, Mhondoro and the use of oral traditions: a chapter in Barue religious and political history". *JAH,* XIV, 3:395-409.
______. 1976. *Anti-Colonial Activity in the Zambesi Valley, 1850-1921.* Berkeley, University of California Press.
______. 1977. "Social banditry in Zimbabwe (Rhodesia) and Mozambique, 1894-1907: an expression of early peasant protest". *JSAS,* IV, I: 1-30.
ISAACMAN, A. e ISAACMAN, B. 1976. *The Tradition of Resistance in Mozambique: The Zambesi Valley, 1850-1921.* Londres, Heinemann.
______. 1977. "Resistance and collaboration in Southern and Central Africa, c. 1850-1920" *IJAHS,* X, 1:31-62.
ISAACMAN, A.; STEPHEN, M.; ADAM, Y.; HOMEM, M. J.; MACAMO, E.; PILILÃO, A. 1980. " 'Cotton is the mother of poverty': Peasant resistance to forced cotton production in Mozambique, 1938-1961". *IJAHS,* XIII, 4:581-615.
ISICHEI, E. 1977. *History of West Africa since 1800.* Londres, Macmillan.
ISSAWI, C. P. 1954. *Egypt at Mid-Century.* Londres, OUP.
______. 1963. *Egypt in Revolution: an Economic Analysis.* Londres, OUP.
JABAVU, D. D. T. 1920. *The Black Problem.* Cidade do Cabo, Lovedale Press.
JACKSON, G. S. 1970. *Music in Durban, 1860-1900.* Johannesburgo, WUP.
JACKSON, R. D. 1970. "Resistance to the German invasion of the Tanganyikan coast, 1885-1891". In: R. I. ROTBERG e A. A. MAZRUI, orgs. *Protest and Power in Black Africa.* p. 37-79.
JACOB, G. 1966. "Des 'Temps Malgaches' à la colonisation française: 1883-1896". Excerto do cap. XIX da *Histoire de Madagascar.* Tananarive.
______. 1977. "Influences occidentales en Imerina et déséquilibres économiques avant la conquête française", *Omaly sy Anio,* V-VI:223-31.
______. 1979. "Sur les origines de l'insurrection du sud-est de novembre-décembre 1904". Original datilografado. Actes du Colloque lnternational d'Histoire Malgache.
JAMES, C. L. R. 1963. *Black Jacobins: Toussaint L'Ouverture and the San Domingo*
Revolution. Nova York, Vintage Books; reeditado em Londres, por Allison & Busby, 1982.
JANMOHAMED, K. K. 1974. "Review of J. Iliffe (org.) *Modern Tanzanians". KHR,* II, 2:335-7.
JARDINE, D. 1923. *The Mad Mullah of Somaliland.* Londres, H. Jenkins.
JENKINS, P., org. 1975. *Akyem Abuakwa and the Politics of the lnter-War Period in Ghana. MBAB,* XII.

JEWSIEWICKI, B. 1980. “African peasants in the totalitarian system of the Belgian Congo”. In: M. KLEIN, org. *Peasants in Africa.* p. 45-75.
______. (?). “Belgian Congo and Ruanda-Urundi, 1908-1940”. In: A. D. ROBERTS, org. *Cambridge History of Africa.* v. VII.
JOHNS, S. W. 1970. “Trade unionism, political pressure group or mass movement? The Industrial and Commercial Workers’ Union of South Africa”. In: R. L ROTBERG e A. A. MAZRUI, orgs. *Protest and Power in Black Africa.* p. 695-754.
JOHNSON, G. W. 1966. “The ascendancy of Blaise Diagne and the beginning of African politics in Senegal”, *Africa,* XXXVI, 3:235-53.
______.1974. “African political activity in French West Africa, 1900-1940”. In: J. F. A. AJAYI e M. CROWDER, orgs. *History of West Africa.* v. II, p. 542-67.
JOHNSON, J. J., org. 1962. *The Role of the Military in Underdeveloped Countries.* Princeton, PUP.
JOHNSTON, B. F. 1958. *Staple Food Economies of Western Tropical Africa.* Stanford, SUP.
JOHNSTON, H. H. 1899 e 1913. *A History of the Colonization of Africa by Alien Races.* Cambridge, CUP.
JONES, A. G. s.d. “The Republic of Liberia, 1915-1935”. Manuscrito preparado para a *História Geral da África* da UNESCO.
JONES, H. A. 1962. “The struggle for political and cultural unification in Liberia, 1847-1930”. Tese de doutorado. Northwestern University.
JONES, W. O. 1959. *Manioc in Africa.* Stanford, SUP.
JONES-QUARTEY, K. A. B. 1965. *A Life of Azikiwe.* Harmondsworth, Penguin.
JULIEN, C. A. 1972. *L’Afrique du nord en marche.* 3. ed. Paris, Julliard.
JULY, R. W. 1968. *The Origins of Modern African Thought.* Londres, Faber.
JUSTINARD, L. V. 1951. *Un grand chef berbère: le caid Goundaf.* Casablanca, Ed. Atlantides.
KABWEGYERE, T. B. 1974. *The Politics of State Formation.* Nairóbi, EAPH.
KADALIE, C. 1970. *My Life and the ICU: the Autobiography of a Black Trade Unionist in South Africa.* Londres, Frank Cass.
KADDACHE, M. 1970. *La vie politique à Alger de 1919 à 1939.* Argel, SNED.
KANE, C. H. 1972. *Ambiguous Adventure.* Londres, Heinemann.
KANIKI, M. H. Y. 1972. “The economic and social history of Sierra Leone, 1929-1939”. Tese de doutorado. University of Birmingham.
______. org. 1980. *Tanzania under Colonial Rule.* Londres, Longman.
______. 1980-a. “Introduction”. In: M. H. Y. KANIKI, org. *Tanzania under Colonial Rule.* p. 3-10.
KANYA-FORSTNER, A. S. 1971. “Mali-Tukulor”. In: M. CROWDER, org. *West African Resistance.* p. 53-79.
KARANI, A. M. 1974. “The history of Maseno School, 1906-1962, its alumni and the local society”. Dissertação de mestrado. University of Nairóbi.
KAREFA-SMART, J. e KAREFA-SMART, A. 1959. *The Halting Kingdom: Christianity and the African Revolution.* Nova York, Friendship Press.
KAROUI, J. 1973. “La régence de Tunis à la veille du protectorat français: débats pour une nouvelle organisation, *1857-1877*”. Não publicado.
KASSAB, A. 1976. *Histoire de la Tunisie: l’époque contemporaine.* Túnis, STD.
______. 1979. *L’evolution de la vie rurale dans les régions de la moyenne Medjerda et de Beja-Mateur.* Túnis, publ. da Universidade de Túnis.
KAY, G. 1970. *Rhodesia: a Human Geography.* Londres, University of London Press.
KAY, G. B., org. 1972. *The Political Economy of Colonialism in Ghana: Documents 1900-1960.* Cambridge, CUP.
KEDDIE, N. R. 1968. *An Islamic Response to Imperialism: Political and Religious Writings of Sayyid Jamal ad-Din ‘Al-Afghani’,* Berkeley, University of California Press.
KEDOURIE, E., org. 1970. *Nationalism in Asia and Africa.* Londres, Weidenfeld & Nicolson.
KELTIE, J. S. 1893. *The Partition of Africa.* Londres, E. Stanford.
KENT, R. K., org. 1979. *Madagascar in History, Essays from the 1970s.* Berkeley, Foundation for Malagasy Studies.

KERR, W. M. 1886. *The Far Interior.* Londres, Sampson Low. 2v.
KESSOUS, A. 1935. *La vérité sur le malaise algérien.* Bône.
KESTELOOT, L. 1974. *Black Writers in French. A Literary History of Negritude.* Filadélfia, Temple UP.
KEYFITZ, N. e FLIEGER, W. 1959. *World Population: an Analysis of Vital Data.* Chicago, Chicago UP.
KIBODYA, G. org. 1968. *Aspects of South African History.* Dar-es-Salaam, EAPH.
KILLINGRAY, D. 1978. "Repercussions of World War I in the Gold Coast". *JAH,* XIX, 1 :39-59.
KILSON, M. 1958. "Nationalism and social classes in British West Africa". *JP,* XX:368-87.
______. 1970. "Emergent elites of Black Africa, 1900-1960". In: L. H. GANN e P. DUIGNAN, orgs. *Colonialism in Africa 1870-1960.* v. II, p. 351-98.
KIMAMBO, I. N. 1970. "The economic history of the Kamba", *Hadith,* II:79-103.
KIMAMBO, I. N. e TEMU, A. J., orgs. 1969. *A History of Tanzania.* Nairóbi, EAPH.
KIMBA, I. 1979. "Guerres et sociétés: les populations du Niger occidental au 19éme siécle et leurs réactions face à la colonisation, 1896-1906". Tese de doutorado. Universidade de Paris.
KIMBLE, D. 1963. *A Political History of Ghana. The Rise of Gold Coast Nationalism 1850-1928.* Oxford, Clarendon Press.
KING, C. D. B. [Presidente da Libéria). 1922. *Annual Message.* Monróvia, Governo da Libéria.
______. 1923. *Annual Message.* Monróvia, Governo da Libéria.
______. 1924. *Inaugural Address.* Monróvia, Governo da Libéria.
______. 1927. *Annual Message.* Monróvia, Governo da Libéria.
______. 1928. *Annual Message.* Monróvia, Governo da Libéria.
KING, K. J. 1971-a. "The Kenya Maasai and the protest phenomenon, 1900-1960". *JAH,* XII, I, 1:117-37.
______. 1971-b. "The nationalísm of Harry Thuku". *TJH,* I, 1:39-59.
______. 1972. "Some notes on Arnold J. Ford and New World Black attitudes to Ethiopia". *JES,* X, 1:81-7.
KING, K. J. e SALIM, A., orgs. 1971. *Kenya Historical Biographies,* Nairóbi, EAPH.
KINGSLEY, M. H. 1897. *Travels in West Africa: Congofrançais, Corisco and Cameroons.* Londres, Macmillan.
KIPKORIR, B. E. 1969. "The Alliance High School and the origins of the Kenyan African elite, 1926-1962". Tese de doutorado. University of Cambridge.
KISER, C. V. 1944. "The demographic position of Egypt". *MMFQ,* XXII, 4.
KLEIN, M. A., org. 1968. *Islam and Imperialism in Senegal: Sine-Saloum, 1847-1914.* Stanford, SUP.
______. 1980. *Peasants in Africa.* Beverly Hills, Sage.
KOERNER, F. 1968. "Les débuts du nationalism malgache 1913-40" (contribuição para o *Manuel d'Histoire de Madagascar*).
KOFFI, S. 1976. "Les Agni-Diabé, histoire et société". Tese de doutorado. Universidade de Paris I.
KOPYTOFF, J. H. 1965. *A Preface to Modern Nigeria: the "Sierra-Leoneans" in Yoruba 1830-1890.* Madison, University of Wisconsin Press.
KRISHNAMURTY, B. S. 1972. "Economic policy: land and labour in Nyasaland, 1890-1914". In: B. PACHAI, org. *The Early History of Malawi.* p. 384-404.
KUCZYNSKI, R. R. 1936. *Population Movements.* Oxford, Clarendon Press.
______. 1939. *The Cameroons and Togoland: a Demographic Study.* Londres, OUP.
______. 1948-53. *Demographic Survey of the British Colonial Empire.* Londres, OUP. 3v.
KUDSI-ZADEH, A. A. 1980. "The emergence of political journalism in Egypt", *The Muslim World,* LXX, 1:47-55.
KUPER, H., org. 1965. *Urbanization and Migration in West Africa.* Berkeley, University of California Press.
KUPER, L. 1971. "African nationalism in South Africa, 1910-1964". In: M. WILSON e L. THOMPSON, orgs. *The Oxford History of South Africa.* V. II, p. 424-76.
KURAN, E. 1970. *La politique ottomane face à l'occupation d'Alger par les Français.* Túnis.
KYEYUNE, J. B. 1970. "The Mubende Banyoro Committee and the struggle to reunite Bunyoro, 1916-1965". Dissertação de bacharelado em História. Makerere University.

LACHERAF, M. 1965. *L'Algerie: nation et société.* Paris, Maspero.
LANGER, W. L. 1935. *The Diplomacy of Imperialism 1890-1902.* Nova York, Knopf. V. II.
LANGLEY, J. A. s.d. "The last stand in West Africa: resistance to British rule in West Africa, 1879-1939". Não publicado.
______. 1973. *Pan-Africanism and Nationalism in West Africa 1900-1945. A Study in Ideology and Social Classes.* Oxford, Clarendon Press.
LANTERNARI, V. 1974. "Nativistic and socio-religious movements: a reconsideration". *CSSH,* XVI, 4:483-503.
LAST, M. 1967. *The Sokoto Caliphate.* Londres, Longman.
______. 1974. "Reform in West Africa: the jihād movements of the nineteenth century". In: J. F. A. AJAYI e M. CROWDER, orgs. *History of West Africa.* V. II, p. 1-29.
LEAGUE OF NATIONS, 1930. *Report of the International Commission of Inquiry into the Existence of Slavery and Forced Labour in Liberia.* Monróvia.
LEITH-ROSS, S. 1939. *African Women: a study of the Ibo of Nigeria.* Londres, Routledge & Kegan Paul.
LEJEUNE-CHOQUET, A. 1906. *Histoire militaire du Congo.* Bruxelas, Castaigne.
LEMARCHAND, R., org. 1977. *African Kingships in Perspective: Political Change and Modernization in Monarchical Settings.* Londres, Frank Cass.
LEMUMO, A. 1971. *Fifty Fighting Years: the Communist Party of South Africa.* Londres.
LENIN, V. I. 1916. *Imperialism: the Highest Stage of Capitalism.* Pequim, Foreign Language Press. Edição de 1975.
LEONARD, H. 1934. *Le contrat de travail au Congo Belge et au Ruanda-Urundi (entre indigènes et maîtres civilisés).* Bruxelas, Larcier.
LEUBUSCHER, C. 1963. *The West African Shipping Trade, 1909-1959.* Leyden, Sythoff.
LEVINE, D. N. 1974. *Greater Ethiopia: the Evolution of a Multi-ethnic Society.* Chicago, Chicago UP.
LEWIS, I. M. 1961. *A Pastoral Democracy.* Londres, OUP.
______. 1973. "Pan-Africanism and pan-Somalism". *JMAS,* I, 2:147-61.
______. 1965. *The Modern History of Somaliland: from nation to state.* Londres, Longman.
LEWIS, W. A. 1965. *Politics in West Africa.* Londres, Allen & Unwin.
LEYS, C. 1975. *Underdevelopment in Kenya. The Political Economy of Neo-colonialism,* 1964-1971. Londres, Heinemann.
LIEBENOW, J. G. 1969. *Liberia: the Evolution of Privilege.* Ithaca, Cornell UP.
LINDBERG, J. 1952. *A General Economic Appraisal of Libya.* Nova York, UN.
LINDEN, I. 1972. "The Maseko Ngoni at Domwe, 1870-1900". In: B. PACHAI, org. *The Early History of Malawi.* p. 237-51.
LINDLEY, M. F. 1926. *The Acquisition and Government of Backward Territory in International Law.* Londres, Longmans Green.
LING, D. L. 1967. *Tunisia: from protectorate to republic.* Bloomington, Indiana UP.
LITTLE, T. 1958. *Egypt.* Londres, Ernest Benn.
LLOYD, P. C., org. 1966. *The New Elites of Tropical Africa.* Londres, OUP.
______. 1972. *Africa in Social Change.* Harmondsworth, Penguin, ed. rev.
LOCHNER, N. 1958. "Anton Wilhelm Amo: a Ghana scholar in eighteenth century Germany". *THSG,* III, 3:169-79.
LONSDALE, J. M. 1968-a. "Some origins of nationalism in East Africa". *JAH,* IX, 1: 119-46.
______. 1968-b. "Emergence of African nations: a historiographical analysis". *AA,* LXVII, 226: 11-28.
______. 1977. "The politics of conquest: the British in western Kenya, 1894-1908". *HJ,* XX, 4:841-70.
LOUIS, W. R. 1963-a. "The United States and the African peace settlement of 1919: the pilgrimage of George Louis Beer". *JAH,* IV, 3:413-33.
______. 1963-b. *Ruanda-Urundi, 1884-1919*. Oxford, Clarendon Press.
______. org. 1976. *Imperialism: the Robinson and Gallagher Controversy.* Nova York, Franklin Watts.
LOW, D. A. 1965. "Uganda: the establishment of the Protectorate, 1894-1919". In: V. HARLOW e E. M. CHILVER, orgs. *History of East Africa.* v. II, p. 57-120.
______. 1971. *The Mind of Buganda.* Londres, Heinemann.

LOW, D. A. e LONSDALE, J. M. 1976. "Introduction: towards the new order 1945-63". In: D. A. LOW e A. SMITH, orgs. *History of East Africa.* Oxford, Clarendon Press, V. III, p. 1-63.
LOW, D. A. e SMITH, A., orgs. 1976. *History of East Africa.* Oxford, Clarendon Press. V. 3.
LUCK, A. 1963. *African Saint: the Story of Apolo Kivebulayo.* Londres, SCM Press.
LUCKHARDT, K. e WALL, B. 1980. *Organise or Starve! The History of the South African Congress of Trade Unions.* Londres, Lawrence & Wishart.
LUGARD, F. D. 1893. *The Rise of Our East African Empire.* Londres, Blackwood.
______. 1919. *Political Memoranda.* Londres, Frank Cass. Edição de 1970.
______. 1929. *The Dual Mandate in British Tropical Africa.* Londres, Frank Cass. Edição de 1965.
LYNCH, H. R. 1967. *Edward Wilmot Blyden: Pan-Negro Patriot.* Londres, OUP.
MABONA, M. A. 1974. "The interpretation and development of different religions in the eastern Cape". Londres, SOAS.
MABRO, R. e RADWAN, S. 1976. *The Industrialization of Egypt 1939-1973*: *Policy and Performance.* Oxford, Clarendon Press.
MACKENZIE, J. 1887. *Austral Africa.* Londres, Low, Marston, Searle & Rivington.
MACMILLAN, W. M. 1938. *Africa Emergent.* Londres, Faber.
______. 1963. *Bantu, Boer and Briton.* Oxford, Clarendon Press.
MAFEJE, A. 1972. "The fallacy of dual economies". *EAJ,* IX, 2.
MAIR, L. 1971. "New elites in East and West Africa". In: V. TURNER, org. *Colonialism in Africa, 1870-1960.* V. III, p. 167-92.
MAKONNEN, R. 1973. *Pan-Africanism from Within.* Nairóbi, OUP.
MALGERI, F. 1970. *La Guerra Libica.* Roma, Edizione de Storia e Litteratura.
MALTESE, P. 1968. *La Terra Promessa.* Milão, Sugareditore.
MAMET, P. 1964. "Les expériences syndicales en Tunisie, 1881-1956". Não publicado.
MANGAT, J. S. 1969. *History of the Asians in East Africa.* Londres, OUP.
MARAIS, J. S. 1957. *The Cape Coloured People,* 1852-1932. Johannesburgo, WUP.
MARCUM, J. 1969. *The Angolan Revolution.* Cambridge, Mass., MIT Press.
MARCUS, H. G. 1969. "Imperialism and expansionism in Ethiopia from 1865 to 1900". In: L. H. GANN e P. DUIGNAN, orgs. *Colonialism in Africa, 1870-1960.* V. I, p. 420-61.
______. 1975. *The Life and Times of Menelik II: Ethiopia 1844-1913*. Oxford, Clarendon Press.
MARGARIDO, A. 1972. "The Tokoist church and Portuguese colonialism in Angola". In: R. CHILCOTE, org. *Protest and Resistance in Angola and Brazil.* p. 29-52.
MARKS, S. 1970. *Reluctant Rebellion: the 1906-1908 Disturbances in Natal.* Oxford, Clarendon Press.
______. 1972. "Khoisan resistance to the Dutch in the seventeeth and eighteenth centuries". *JAH,* XIII, 1:55-80.
MARLOWE, J. 1965. *Anglo-Egyptian Relations.* 2. ed. Londres, Cresset Press.
MARSOT, A. L. A. 1977. *Egypt's Liberal Experiment, 1922-1936*. Berkeley e Los Angeles, University of California Press.
MARTIN, C. J. 1961. "Population census estimates and methods in British East Africa". In: K. M. BARBOUR e R. M. PROTHERO, orgs. *Essays on African Population.* p. 49-62.
MARTlN, R. E. R. 1897. *Report on the Native Administration of the British South African Company.* Londres, HMSO.
MASHINGAIDZE, E. 1974. "Christianity and the Mhondero cult". Trabalho apresentado à Conference on the Historical Study of Eastern African Religions, Limuru, junho 1974.
MASON, P. 1958. *The Birth of a Dilemma.* Londres, OUP.
MATSEBULA, J. S. M. 1972. *A History of Swaziland.* Cidade do Cabo, Longman.
MATSON, A. T. 1970. "Nandi traditions on raiding". *Hadith* II:61-78.
MATT, J. R., org. 1914. *Muslim Word Today.* Londres.
MAUGHAM, R. F. R. 1961. *The Slaves of Timbuctu.* Londres, Longman.
MAUNIER, R. 1949. *The Sociology of Colonies.* Londres, Routledge & Kegan Paul. 2v.
MAWUT, L. L. 1978. "The Dinka resistance to Condominium rule, 1902-1932". Dissertação de mestrado. University of Khartoum.

MAZRUI, A. A. 1980. *The African Condition.* Londres, Heinemann.
MBITI, J. S. 1969. *African Religions and Philosophy.* Londres, Heinemann.
MCCALL, D. F. 1964. *Africa in Time Perspective.* Londres, OUP.
MCCRACKEN, J. 1972. "Religion and politics in northern Ngoniland, 1881-1904". In: B. PACHAI, org. *The Early History of Malawi.* p. 215-36.
MCEWAN, P. J. M., org. 1968. *Twentieth Century Africa.* Londres, OUP.
MCEWAN, P. J. M. e SUTCLIFFE, R. B., orgs. 1965. *The Study of Africa.* Londres, Methuen.
MCGREGOR, G. P. 1967. *King's College Budo: the First Sixty Years.* Nairóbi, OUP.
MCINTOSH, B. G., org. 1969. *Ngano: Studies in Traditional and Modern East African History.* Nairóbi, EAPH.
MCPHEE, A. 1926. *The Economic Revolution in British West Africa.* Londres, Frank Cass.. Edição de 1971.
MEAD, D. C. 1967. *Growth and Structural Change in the Egyptian Economy.* Homewood, Richard D. Irwin Inc.
MEEBELO, H. S. 1971. *Reaction to Colonialism: a Prelude to the Politics of Independence in Northern Zambia, 1893-1939.* Manchester, Manchester UP.
MEEK, C. K. 1925. *The Northern Tribes of Nigeria.* Londres, OUP. 2v.
MEILLASSOUX, C. 1972. "From reproduction to production. A Marxist approach to economic anthropology". *ES,* I, 1:93-105.
MENAUT, J. 1935. "Les raisons d'un décret". *Afrique Française,* agosto, 1935.
MÉRAB, E. 1921-9. *Impressions d'Ethiopie, l'Abyssinie sous Ménélik II, par le docteur Mérab.* Paris, Libert & Leroux. 3v.
MERAD, A. 1967. *Le reformisme musulman en Algérie de 1925 à 1940. Essai d'histoire religieuse et sociale.* Paris, Mouton.
MERLIER, M. 1962. *Le Congo de la colonisation belge à l'indépendance.* Paris, Maspero.
MICHEL, M. 1982. "L'Appel à l' Afrique-Contribution et réaction à l'effort de guerre en AOF, 1914-1919". Tese de doutorado. Universidade de Paris.
MIDDLETON, E. 1936. *The Rape of Africa.* Londres, Robert Hale.
MILNER, LORDE. 1921. *Report of the Special Mission to Egypt.* Londres, HMSO.
MINTER, W. 1972. *Portuguese Africa and the West.* Harmondsworth, Penguin.
MIRACLE, M. P. 1966. *Maize in Tropical Africa.* Madison, University of Wisconsin Press.
______. 1967. "Murdock's classification of African food economies". In: C. GABEL e N. R. BENNETT, orgs. *Reconstructing African Culture History,* p. 201-25.
MITCHELL, J. C. 1961. "Wage labour and African population movements in Central Africa". In: K. M. BARBOUR e R. M. PROTHERO, orgs. *Essays on African Population.* p. 193-248.
MITCHELL, P. 1954. *African Afterthought.* Londres, Hutchinson.
MOBERLY, F. J., org. 1931. *History of the Great War. Military operations: Togoland, Kamerun, 1914-1916.* Londres, HMSO.
MOELLER, A. 1938. *Les finances publiques du Congo belge et du Ruanda-Urundi.* Bruxelas, Larcier.
MOFFAT, R. U. 1969. *John Moffat, G. M. G., Missionary.* Nova York, Negro Universities Press.
MOLEMA, S. M. 1920. *The Bantu Past and Present.* Edinburgh, W. Green & Sons.
MOLITOR, G. 1937. "L'introduction et le développement de la culture du caféier arabica chez les indigenes du Ruanda-Urundi". *Le Matériel Colonial,* março, p. 156-75.
MONDLANE, E. 1969. *The Struggle for Mozambique.* Harmondsworth, Penguin.
MOORE, C. D. e DUNBAR, A. 1969. *Africa Yesterday and Today.* Nova York, Praeger.
MOREIRA, E. 1936. *Portuguese East Africa: a Study of its Religious Needs.* Londres, World Dominion Press.
MOREL, E. D. 1906. *Red Rubber.* Londres, T. Fisher Unwin.
______. 1920. *The Blackman's Burden.* Manchester, National Labour Press.
MORONEY, S. 1978. "Mine worker protest on the Witwatersrand, 1901-1912". In: E. WEBSTER, org. *Essays in Southern African Labour History.* p. 32-46.

MORRELL, J. R. 1854. *Algeria: the Topography and History, Political, Social and Natural of French Africa.* Londres, Nathaniel Cook.
MOSLEY, L. 1963. *Duel for Kilimanjaro. An Account of the East African Campaign, 1914-1918.* Londres, Weidenfeld & Nicolson.
______. 1964. *Haile Selassie: the Conquering Lion.* Londres, Weidenfeld & Nicolson.
MOULAERT, G. 1945. *Souvenirs d'Afrique: 1902-1919.* Bruxelas, Dessart.
MOURÃO, F. A. A. 1977. *La présence de la culture Africaine et la dynamique du processus social brésilien.* Lagos, Collaquium.
MUFFETT, D. J. M. 1971. "Nigeria—Sokoto Caliphate". In: M. CROWDER, org. *West African Resistance.* p. 269-99.
MUGOMBA, A. e NYAGGAH, M., orgs. 1980. *Independence Without Freedom. The Political Economy of Colonial Education in Southern Africa.* Santa Barbara e Oxford, ABC-Clio Press.
MUNGEAM, G. H. 1970. "Masai and Kikuyu responses to the establishment of British administration in East Africa Protectorate". *JAH,* XI, I: 127-43.
MUNONGO, A. 1948. "Lettere de Mwenda II Mukundabantu". *Bulletin des juridictions indigènes et du droit coutumier congolais,* XVI:199-229, 231-44.
MUNRO, J. F. 1975. *Colonial Rule and the Kamba.* Oxford, Clarendon Press.
______. 1976. *Africa and the International Economy, 1800-1960.* Londres, Dent.
MURDOCK, G. P. 1960. "Staple subsistence crops of Africa". *GR,* I, 4:523-40.
MURIUKI, G. 1972. "Background to politics and nationalism in central Kenya". In: B. A. OGOT, org. *Politics and Nationalism in Colonial Kenya,* p. 1-17.
______. 1974. *A History of the Kikuyu, 1500-1900.* Nairóbi, OUP.
MURTĀD, A. AL-M. 1971. *Mahdat al-adab al-arabi al-mu'asir fi'l-Jaza-ir.*
MUSHAM, H. V. 1951. "Fertility and reproduction of the Beduin". *PS,* IV, 4:354-63.
MUTIBWA, P. M. 1974. *The Malagasy and the Europeans: Madagascar's Foreign Relations* 1861-1895. Londres, Longman.
MWANZI, H. A. 1977. *A History of the Kipsigis.*
MYINT, H. 1968. *The Economics of the Developing Countries.* 3. ed. Londres, Hutchinson.
NEVINSON, H. W. 1906. *A Modern Slavery.* Londres e Nova York, Harper.
NEWBURY, C. W. 1961. *The Western Slave Coast and its Rulers. European Trade and Administration among the Yoruba and Adja-speaking Peoples of South-western Nigeria, Southern Dahomey and Togo.* Oxford, Clarendon Press.
NEWBURY, C. W. e KANYA-FORSTNER, A. S. 1969. "French policy and the origins of the Scramble for West Africa". *JAH,* X, 2:253-76.
NEWITT, M. D. D. 1972-a. "The early history of the Sultanate of Angoche". *JAH,* XIII, 3:397-406.
______. 1972-b. "Angoche, the slave trade and the Portuguese, c. 1844-1910". *JAH,* XIII, 4:659-72.
______. 1973. *Portuguese Settlement on the Zambezi.* Londres, Longman.
______. 1981. *Portugal in Africa. The Last Hundred Years.* Londres, C. Hurst.
NEWTON, A. P. 1923. "Africa and historical research". *JAf.S,* XXII, 88:266-77.
NIÈGE, J. L. 1968. *L'imperialisme colonial italien de 1870 à nos jours.* Paris.
NKETIA, J. H. K. 1975. *The Music of Africa.* Londres, Gollancz.
NKRUMAH, K. 1957. *Ghana: the Autobiography of Kwame Nkrumah.* Londres, Nelson.
NOUSCHI, A. 1962. *La naissance du nationalisme algérien (1914-1954).* Paris, Éd. de Minuit.
______. 1970. "La crise de 1930 en Tunisie et les débuts du Néo-Destour", *ROMM.* VIII:113-23.
NUNES, J. 1928. "Apontamentos para o estudo da Questão da Mão d'Obra no Districto de Inhambane". *BSGL,* XLVIII.
NZULA, A. T.; POTEKHIN, I. L; ZUSMANOVICH, A. Z. 1979. *Forced Labour in Colonial Africa.* Londres, Zed Press.
OBICHERE, B. L 1971. *West African States and European Expansion: the Dahomey-Niger Hinterland,* 1885-1898. New Haven, YUP.
______. 1972. "L'education coloniale au Sénégal: analyse structurale". In: J. L. BALANS, C. COULON e A. RICARD, orgs. *Problèmes et perspectives de l'education dans un état du tiers-monde: la cas du Sénégal.* p. 7-18.

OBIECHINA, E. 1978. *Culture, Tradition and Society in the West African Novel.* Cambridge, CUP.
O'BRIEN, P. 1968. "The long-term growth of agricultural production in Egypt: 1821-1962". In: P. M. HOLT, org. *Political and Social Change in Modern Egypt.* p. 162-95.
OCHIENG, W. R. 1972. "Colonial chiefs". In: B. A. OGOT, org. *Politics and Nationalism in Colonial Kenya.* p. 46-70.
______. 1977. *The Second Word: More Essays on Kenya History.* Nairóbi, EALB.
ODINGA, O. 1967. *Not Yet Uhuru.* Nairóbi, Heinemann; Londres, Heinemann, 1968.
OGOT, B. A. 1963. "British administration in the central Nyanza district of Kenya, *1900-1960". JAH,* IV, 2:249-73.
______. 1971. "Reverend Alfayo Odongo Mango, 1870-1934". In: K. J. KING e A. SALIM, orgs. *Kenya Historical Biographies.* p. 90-112.
______. org. 1972-a. *War and Society in Africa.* Londres, Frank Cass.
______. org. 1972-b. *Politics and Nationalism in Colonial Kenya.* Nairóbi, EAPH.
______. 1974-a. "A community of their own". Escrito apresentado à Conference on the Historical Study of Eastern African Religions, Limuru, junho 1974.
______. 1974-b. "Kenya under the British, 1895 to 1963". In: B. A. OGOT, org. 1974. *Zamani: a Survey of East African History.* p. 249-94.
______, org. 1974. *Zamani: a Survey of East African History.* 2. ed. Nairóbi, EAPH.
______, org. 1975. *Hadith, V (Economic and Social History of East Africa),* Nairóbi, EALB.
OGOT, B. A. e OCHIENG, W. R. 1972. "Mumboism: an anti-colonial movement". In: B. A. OGOT, org. *War and Society in Africa,* p. 149-77.
OGUNBA, O. e IRELE, A., orgs. 1978. *Drama of Africa.* Ibadan, Ibadan UP.
OHADIKE, P. O. 1968. "Patterns and variations in fertility and family formation, a study of urban Africans in Lagos, Nigeria". Tese de doutorado. Australian National University.
OKARO-KOJWANG, M. 1969. "Origins and establishment of the Kavirondo Taxpayers' Welfare Association". In: B. G. McINTOSH, org. *Ngano: Studies in Traditional and Modern East African History.* p. 111-28.
OLIVER, R. 1951. "Some factors in the British occupation of East Africa, 1884-1894", *UJ,* XV, 1:49-64.
______. 1965. *The Missionary Factor in East Africa,* Londres, Longman.
OLIVER, R. e ATMORE, A. 1972. *Africa since 1800.* 2. ed. Cambridge, CUP.
OLIVER, R. e FAGE, J. D. 1962 e 1970. *A Short History of Africa.* 1. e 2. ed. Harmondsworth, Penguin.
OLIVER, R. e MATHEW, G., orgs. 1971. *History of East Africa: A Century of Change, 1870-1970.* Londres, Allen & Unwin. V.I.
OLORUNTIMEHIN, B. O. 1971. "Constitutional developments and the achievement of independence in French West Africa, 1914-1960". *Tarikh,* III, 4.
______. 1972-a. *The Segu Tukolor Empire.* Londres, Longman.
______. 1972-b. "Theories and realities in the administration of colonial French West Africa from 1890 to the First World War". *JHSN,* VI, 3:289-312.
______. 1973-a. "French colonisation and African resistance in West Africa up to the First World War". *Genève-Afrique,* XII, 1:17 *et seq.*
______. 1973-b. "French colonisation and African resistance in West Africa up to the First World War". *Tarikh,* IV, 3:24-34.
______. 1974. "The culture content of alien domination and its impact on contemporary Francophone West Africa". *Symposium Leo Frobenius.* Relatório Final do simpósio internacional organizado pelas comissões da Alemanha e de Camarões para a UNESCO, 3-7 dezembro 1973, Yaundé. Colônia, Deutsche - UNESCO - Kommission; *Pullach*/Munique, Verlag Dokumentation.
OLUSANYA, G. O. 1980. "The nationalist movements in Nigeria". In: O. IKIME, org. *Groundwork of Nigerian History,* p. 545-69.
OMINDE, S. H. e EJIOGU, C. N., orgs. 1972. *Population Growth and Economic Development in Africa.* Londres, Heinemann.

OMU, F. I. A. 1968. “The Nigerian press and the Great War”. *Nigeria Magazine,* XCVI:44-9.
______. 1978. *Press and Politics in Nigeria, 1880-1957.* Londres, Longman.
OPOKU, K. A. 1978-a. *West African Traditional Religion.* Singapura, FEP.
______. 1978-b. “Changes within Christianity: the case of the Musama Disco Christo Church”. In: E. FASHOLE LUKE, R. GRAY, A. HASTINGS e G. TASIE, orgs. *Christianity in Independent Africa.* p. 111-21.
d’ORLEANS, H. P. M. 1898. *Une visite à l’empereur Ménélick: Notes et Impressions de Route.* Paris, Librairie Dentu.
ORTIZ, F. 1950. *La Africanía de la Música Folklórica de Cuba.* Havana.
ORUBULOYE, I. O. s.d. “Differentials in the provision of health services and the effects of mortality levels in western Nigeria: a study of Ido and Isinbode communities in Eati Division”. Dissertação de mestrado. University of Ibadan.
OSUNTOKUN, J. 1975. “Nigeria’s colonial government and the Islamic insurgency in French West Africa, 1914-1918”, *CEA,* XV, 1:85-93.
______. 1977. “West African armed revolts during the First World War”. *Tarikh,* V, 3:6-17.
______. 1978. *Nigeria in the First World War.* Londres, Longman.
OUSMANE, S. 1970. *God’s Bits of Wood.* Londres, Heinemann.
OUZEGANE, A. 1962. *Le meilleur combato* Paris, Julliard.
OWEN, R. e SUTCLIFFE, B., orgs. 1972. *Studies in the Theory of Imperialism.* Londres, Longman.
PACHAI, B., org. 1972. *The Early History of Malawi.* Londres, Longman.
PADMORE, G. 1956. *Pan-Africanism or Communism?* Londres, Dobson.
PAGE, H. J. 1975. “Fertility patterns: levels and trends”. In: J. C. CALDWELL, org. *Population Growth and Socio-Economic Change in West Africa.* p. 29-57.
PAGE, H. J. e COALE, A. J. 1972. “Fertility and child mortality south of the Sahara”. In: S. H. OMINDE e C. N. EJIOGU, orgs. *population Growth and Economic Development in Africa,* p. 51-66.
PAISH, G. 1909. “Great Britain’s capital investments in other lands”. *RSSJ,* LXXI:465-80.
______. 1910-11. “Great Britain’s capital investments in individual colonial and foreign countries”. *RSSJ,* LXXIV:167-87.
PALLEY, C. 1966. *The Constitutional History and Law of Southern Rhodesia, 1888-1965.* Oxford, Clarendon Press.
PANKHURST, R. 1962-a. “The foundation and early growth of Addis Abeba to 1935”. *EO,* VI, I.
______. 1962-b. “The foundations of education, printing, newspapers, book production, libraries and literacy in Ethiopia”. *EO,* VI, 3:266-79.
______. 1964. “Italian settlement policy in Eritrea and its repercussions 1880-1896”. *BUPAH,* I: 119-56.
______. 1966. “The great Ethiopian famine of 1888-1892: a new assessment”. *JHMAS,* XXI,2:271-94.
______. 1967. “Emperor Theodore of Ethiopia: a nineteenth century visionary”. *Tarikh, I,* 4:15-25.
______. 1968. *Economic History of Ethiopia, 1800-1935.* Adis Abeba, Haile Sellassie I, UP.
______. 1970. “The Ethiopian patriots: the lone struggle”. *EO,* XIII, 1:40-56.
______. 1972. “W. H. Ellis-Guillaume Enrique Ellesio: the first black American Ethiopicist?”. *EO,* XV, 2:89-121.
______. 1976. “Ethiopia: 1914-35”. Manuscrito preparado para a *História Geral da África - UNESCO.*
PASSELECQ, F. 1932. *L’essor économique belge. Expansion coloniale, étude documentaire sur l’armature économique de la colonisation belge au Congo.* Bruxelas, Desmet-Verteneuil.
PATTERSON, S. 1957. *The Last Trek: a Study of the Boer People and Their Afrikaner Nation.* Londres, Routledge & Kegan Paul.
PEARSE, S. 1971. “Metropolis and peasant: the expansion of the urban-industrial complex and the changing rural structure”. In: T. SHANIN, org. *Peasants and Peasant Societies.* p. 69-80.
PEEL, J. D. Y. 1968. *Aladura: a Religious Movement Among the Yoruba.* Londres, OUP.
PEEMANS, J. -P. 1968. *Diffusion du progres économique et convergence des prix.* Lovaine, Éd. Nauwelaerts.
PÉLISSIER, R. 1969. “Campagnes militaires au sud-Angola, 1885-1915”. *CEA,* IX:54-123.
______. 1977. *Les guerres grises: résistance et révoltes en Angola* (1845-1941). Orgeval, Éd. Pélissier.

PÉLISSIER, R. 1978. *La colonie du minotaure: nationalismes et révoltes en Angola (1926-1961).* Orgeval, Éd. Pélissier.
PENN, I. G. e BOWEN, J. W. E., orgs. 1902. *The United Negro: his Problems and his Progress.* Atlanta, D. F. Luther Publishing.
PENVENNE, J. s.d. "Preliminary chronology of labour resistance in Lourenço Marques". Não publicado.
______. 1978. "The impact of forced labour on the development of an African working class: Lourenço Marques, 1870-1902". Trabalho apresentado à Conference of the African Studies Association of the United States.
______.1979. "Attitudes toward race and work in Mozambique: Lourenço Marques, 1900-1974". African Studies Center, Boston University, Working Paper n. 6.
______. (?). "Labour struggles at the port of Lourenço Marques, Mozambique, 1900-1943".
PERHAM, M. 1934. "A restatement of indirect rule". *Africa,* VII, 3:321-34.
______. org. 1948. *Mining, Commerce and Finance in Nigeria.* Londres, Faber.
______. 1960-a. "Psychology of African nationalism". *Optima,* X, 1:27-36.
______. 1960-b. *Lugard: the Years of Authority,* 1898-1945. Londres, Collins.
______. 1961. *The Colonial Reckoning.* Londres, Collins.
PERHAM, M., e BULL, M. orgs. 1963. *The Diaries of Lord Lugard.* Evanston, NUP. V. 1.
PERRINGS, C. 1977. "Consciousness, conflict and proletarianization: an assessment of the 1935 mineworkers' strike on the Northern Rhodesian Copperbelt". *JSAS,* IV, 1:31-51.
______. 1979. *Black Mineworkers in Central Africa. Industrial Strategies and the Evolution of an African Proletariat in the Copperbelt, 1911-1941*. Londres, Heinemann.
PERSON, Y. 1960. "Soixante ans d'évolution en pays Kissi". *CEA,* 1:86-112.
______. 1968-75. *Samori: une révolution Dyula.* Paris, Mém. de l'IFAN. 3 V.
______. 1971. "Guinea-Samori". In: M. CROWDER, org. *West African Resistance.* p. 111-43.
PETERS, C. [K.] 1902. *The Eldorado of the Ancients.* Londres, Arthur Pearson.
PETRIDES, S. P. 1964. *Le livre d'or de la dynastie salomonienne d'Ethiopie.* Paris, Plon.
PHILLIP, J. 1828. *Researches in South Africa.* Londres, Duncan.
PHILLIPSON, D. W. 1977. *The Later Prehistory of Eastern and Southern Africa.* Londres, Heinemann.
PHIMISTER, I. R. e VAN ONSELEN, C. 1978. *Studies in the History of African Mine Labour in Colonial Zimbabwe.* Gwelo, Mambo Press.
PLAATJE, S. T. 1916. *Native Life in South Africa.* 2. ed. Londres, King and Sons. Reed. em Johannesburgo, Ravan Press, 1982.
PLANCQUAERT, M. 1932. "Les Jaga et les Bayaka du Kwango. Contribution historico-ethnique". *IRCBM,* III, 1:1-184.
PONCET, J. 1952. *La colonisation et l'agriculture européene en Tunisie depuis 1881*. Londres, Mouton.
PONTON, M. M. 1917. *Life and Times of Henry M. Turner.* Atlanta, A. B. Caldwell.
PORTAL, G. L. 1892. *My Mission to Abyssinia.* Londres, Arnold.
PORTER, D. B. 1978. *Afro-Braziliana.* Boston, G. K. Hall.
POTOCKI, J. 1900. *Sport in Somaliland: being an Account of a Hunting Trip in that Region.* Londres, R. Ward.
PRICE, R. S. 1973. *Maroon Societies: Rebel Slave Communities in the Americas.* Nova York.
PROTHERO, R. M. 1965. *Migrants and Malaria.* Londres, Longman.
______. 1968. "Migration in tropical Africa". In: J. C. CALDWELL e J. OKONJO, orgs. *The Population of Tropical Africa.* p. 250-73.
RABEARIMANANA, L. 1980. *La presse d'opinion à Madagascar de 1947 à 1956.* Antananarivo, Librairie Mixte.
RALSTON, R. D. s.d. *African Nationalism in Embryo: Influence of American Study Sojourns in Metamorphosis of African Colonial Leadership.*
RAMADAN, A. M. 1968. *Tatawura al-Haraka al-Wataniyya fi Misr 1919-1936*. Cairo.
RANGER, T. O. s.d. *The African Churches of Tanzania.* Nairóbi, EAPH.
______. 1965. "The 'Ethiopia' episode in Barotseland, 1900-1905". *RLJ,* XXXVII:26-41.

RANGER, T. O. 1967. *Revolt in Southern Rhodesia,* 1896-1897. Londres, Heinemann
______. 1968-a. “Connexions between ‘primary resistance’ movements and modern mass nationalism in East and Central Africa”. *JAH,* IX, 3:437-53; IX, 4:631-41.
______. org. 1968-b. *Aspects of Central African History.* Londres, Heinemann.
______, org. 1968-c. *Emerging Themes of African History.* Nairóbi, EAPH.
______. 1969. “African reactions to the imposition of colonial rule in East and Central Africa”. In: L. H. GANN e P. DUIGNAN, orgs. *Colonialism in Africa, 1870-1960.* v. I, p. 293-324.
______. 1970. *The African Voice in Southern Rhodesia.* Londres, Heinemann.
______. 1971. “Christian independency in Tanzania”. In: D. B. BARRETT, org. *African Initiatives in Religion.* p. 122-45.
______. 1972. “Missionary adaptation of African religious institutions: the Masasi case”. In: T. O. RANGER e I. N. KIMAMBO, orgs. *The Historical Study of African Religion.* p. 221-52.
______. 1975. *Dance and Society in Eastern Africa.* Londres, Heinemann.
RANGER, T. O. e KIMAMBO, I. N., orgs. 1972. *The Historical Study of African Religion.* Londres, Heinemann.
RANIS, G., org. 1971. *Government and Economic Development.* New Haven, YUP.
RATHBONE, R. 1978. “World War I and Africa: introduction”. *JAH,* XIX, 1: 1-9.
RAUM, O. P. 1965. “From tribal prophets to sect leaders”. In: E. BENZ, org. *Messianische Kirchen, Sekten und Bewegungen im hautigen Afrika.*
RAY, B. C. 1976. *African Religions: Symbol, Ritual and Continuity.* Englewood-Cliffs, Prentice Hall.
READ, M. 1971. “The Ngoni and Western education”. In: V. TURNER, org. *Colonialism in Africa, 1870-1960.* v. III, p. 346-92.
REPÚBLICA DA LIBÉRIA. 1920. *Report of the Secretary of the Treasury for the Fiscal Year ended October 1, 1919 to September 1920.* Monróvia, Departamento do Tesouro.
REPÚBLICA DA LIBÉRIA. 1930. *Report of the Department of State, 30 November 1930.* Monróvia, Departamento de Estado.
REPÚBLICA DA LIBÉRIA. 1931-a. *Annual Report of the Department of State, December 1931*. Monróvia, Departamento de Estado.
REPÚBLICA DA LIBÉRIA. 1931-b. *Administrative Regulations Governing the Interior.* Monróvia, Departamento do Interior.
REPÚBLICA DA LIBÉRIA. 1934. *Annual Report of the Department of State to the Fourth Session of the Thirty-seventh Legislature.* Monróvia, Departamento de Estado.
REPÚBLICA DA LIBÉRIA. 1940. *Bureau of Statistics: Annual Report 1939*. Monróvia, Divisão de Estatística.
REPÚBLICA DA LIBÉRIA. 1941. *Import, Export and Shipping Statistics, 1940.* Monróvia, Divisão de Rendas.
REY, C. F. 1927. *In the Country of the Blue Nile.* Londres, Duckworth.
REZETTE, T. 1955. *Les partis politiques marocains.* Paris, A. Colin.
RHODIE, S. 1968. “The Gold Coast cocoa hold-up of 1930-31”. *THSG,* IX:105-18.
RICCIOLI, F. 1661, 1672. *Geographiae et Hydrographiae Reformatae.* Bolonha e Veneza.
RIGBY, P. 1974. “Prophets, diviners and prophetism: the recent history of Kiganda religion”. Trabalho apresentado à Conference on the Historical Study of Eastern African Religions, Limuru, junho 1974.
ROBERTS, A. D. 1974. *A History of the Bemba: political growth and change in north-eastern Zambia before 1900.* Madison, Wisconsin UP.
______. org. (?). *Cambridge History of Africa.* Cambridge, CUP. v. VII.
ROBERTS, G. W. 1954. “Immigration of Africans into the British Caribbean”. *PS,* VII, 3:235-62.
ROBERTS, S. H. 1929. *The History of French Colonial Policy, 1870-1925.* Londres, Frank Cass. Edição de 1963. 2v.
ROBERTS, Z. B. H. 1934. “Supplement” de *Liberian Crisis,* julho-agosto 1934. Monróvia.
ROBERTSON, E. M. 1977. *Mussolini as Empire-builder: Europe and Africa, 1932-6*. Londres, Macmillan.

ROBINSON, R. 1972. “Non-European foundations of European imperialism: sketch for a theory of collaboration”. In: R. OWEN e B. SUTCLIFFE, orgs. *Studies in the Theory of Imperialism.* p. 117-42.
ROBINSON, R. e GALLAGHER, J. 1961. *African and the Victorians: the official mind of imperialism.* Londres, Macmillan.
ROBINSON, R. E. e GALLAGHER, J. 1962. “The partition of Africa”. In: F. H. HINSLEY, org. *The New Cambridge Modern History.* v. XI, p. 593-640.
ROCHET, G. 1971. *Militari e Politici nelle Preparazione delle Campagna d’Ethiopia.* Milão.
RODD, J. R. 1923. *Diplomatic Memories: 1894-1901, Egypt and Abyssinia.* Londres, Arnold.
RODNEY, W. s.d. “Political economy of colonial Tanzania, 1890-1934”. Seminário. Department of History, University of Dar-es-Sallaam.
______. 1971-a. “The year 1895 in southern Mozambique: African resistance to the imposition of European colonial rule”. *JHSN,* V, 4:509-36.
______. 1971-b. “Resistance and accommodation in Ovimbundu/Portuguese relations”. Seminário. Department of History, University of Dar-es-Salaam.
______. 1972. *How Europe Underdeveloped Africa.* Dar-es-Salaam, Tanzania Publishing House.
RODRIGUES, J. H. 1964. *Brasil e África: outro Horizonte.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
RODRIGUES, N. 1976. *Os africanos no Brasil.* São Paulo, Ed. Nacional.
ROGERS, S. G. 1972. “A history of Chagga politics, 1916-1952”. Tese de doutorado. University of Dar-es-Salaam.
______. 1974. “The Kilimanjaro Native Planters Association: administrative responses to Chagga initiatives in the 1920s”. *TJH,* IV, 1 e 2:94-114.
ROLLINS, C. H. 1970. *Black Troubadour: Langston Hughes.* Nova York, Rand McNally.
ROSBERG, C. G. e NOTTINGHAM, J. 1966. *The Myth of Mau Mau: Nationalism in Kenya,* Nairóbi, EAPH.
ROSE, J. H. 1905. *The Development of European Nations, 1870-1900.* Londres, Constable.
ROSEN, F. 1907. *Eine deutsche Gesandschaft in Abessinien.* Leipzig, Von Veit.
ROSS, D. 1971. “Dahomey”. In: M. CROWDER, org. *West African Resistance.* p. 144-69.
ROSS, D. H. 1974. “Ghanaian forowa”. *African Arts,* 1974, VIII, 1:40-9.
ROSS, E. A. 1925. *Report on Employment of Native Labor in Portuguese Africa.* Nova York, Abbott Press.
ROSS, R. 1972. “Black Americans and Italo-Ethiopian Relief 1935-1936”. *EO,* XV, 2: 122-31.
ROSSETTI, C. 1910. *Storia Diplomatic dell’Ethiopia.* Turim.
ROSSINI, C. C. 1935. *Italia ed Ethiopia dal Tractato d’Uccialli alla Battaglia di Adua.* Roma.
ROTBERG, R. I. 1965. *Christian Missionaries and the Creation of Northern Rhodesia, 1880-1924.* Princeton, PUP.
______. 1966. *The Rise of Nationalism in Central Africa: the Making of Malawi and Zambia, 1873-1964.* Cambridge, Mass., HUP.
ROTBERG, R. I. e MAZRUI, A. A., orgs. 1970. *Protest and Power in Black Africa.* Nova York,OUP.
ROUT, L. B. 1976. *The African Experience in Spanish America, 1502-Present Day,* Cambridge, CUP.
ROUX, E. 1944. *S. P. Bunting: a Political Biography.* Cidade do Cabo, edição particular.
______. 1964. *Time Longer than Rope.* 2. ed. Madison, Wisconsin UP.
RUBENSON, S. 1964. *Wichale XVII: the Attempt to Establish a Protectorate over Ethiopia.* Adis Abeba, Université Hailé Sellassié I.
RWEYEMANU, J. 1974. *Underdevelopment and Industrialization in Tanzania: a Study in Perverse Capitalist Industrial Development.* Londres e Nairóbi, OUP.
RYDINGS, J. 1932. *Report of Mission to the Kru Coast.* Monróvia, abril.
SABRĪ, A. AL-M. 1969. *Muhammad Farid.* Cairo.
SA’DALLAH, A. K. 1969. *At-H’araka At Wat’aniya Al-Jazai’riya 1900-1930.* Beirute.
SAFRAN, N. 1961. *Egypt in Search of Political Community: an Analysis of the Intellectual and Political Evolution of Egypt, 1804-1952.* Cambridge, Mass., Harvard University Center for Middle Eastern Studies.

SAINT-MARTIN, Y. 1972. *L'empire toucouleur et la France, un demi-siècle de relations diplomatiques (1846-1893).* Dacar.
SALIFOU, A. 1973. *Kaoussan ou la révolte Sénoussiste.* Niamey, Centre Nigérien de Recherches en Sciences Humaines.
SAMKANGE, S. 1967. *On Trial for My Country.* Londres, Heinemann.
SAMPSON, A. 1960. *Commonsense about Africa.* Londres, Gollancz.
SANDERSON, G. N. 1980. "Aspects of resistance to British rule in the Southern Sudan, 1900-1928".
SANDFORD, C. 1946. *Ethiopia under Haile Selassie.* Londres, Dent.
SAN MARCO. 1940. "Le problème des cultures obligatoires dans la production des produits d'exportation". Escrito apresentado às Conférences à l'École Coloniale.
SARRAUT, A. 1923. *La mise en valeur des colonies françaises.* Paris, Payot.
SAUER, C. O. 1952. *Agricultural Origins and Dispersals.* Nova York, American Geographical Society.
SAUTTER, G. 1966. *De l'Atlantique au fleuve Congo, une géographie du souspeuplement: République Gabonaise, République du Congo.* Paris e Haia, Mouton. 2v.
______. 1967. "Notes sur la construction du chemin de fer Congo-Océan (1921-1934)". *CEA,* VII, 26:219-99.
SCHLEMMER, B. 1980. "Conquête et colonisation du Menabe: une analyse de la politique Gallieni". In: *Changements sociaux dans l'ouest malgache.* Paris, Mem. de ORSTOM, n. 90. p. 109-31.
SCHNEE, H. 1919. *Deutsch-Ostafrika in Weltkriege.* Leipzig, Quelle & Meyer.
______. 1926. *German Colonization Past and Future.* Londres, Allen & Unwin.
SCHOFFELEERS, M., org. (?). *Guardians of the Land.*
______. (?). "An organizational model of the Mwari shrines". In: M. SCHOFFELEERS, org. *Guardians of the Land.*
SCHRAM, R. 1971. *A History of the Nigerian Health Service.* Ibadan, Ibadan UP.
SCHUMPETER, J. 1955. *Imperialism and Social Classes.* Cleveland e Nova York, World Publishing.
SCHWARZ, F. A. O. 1965. *Nigeria: the Tribes, the Nation, or the Race, the Politics of Independence.* Cambridge, Mass., MIT Press.
SCOTT, W. R. 1966. "The American Negro and the Italo-Ethiopian crisis, 1934-1936". Dissertação de mestrado. Harvard University.
______. 1971. "A study of Afro-American and Ethiopian relations, 1896-1941". Tese de doutorado. Princeton University.
______.1972. "Malaku E. Bayen: Ethiopian emissary to Black America, 1936-1941", *EO.* XV, 2: 132-8.
SEGAL, R. e FIRST, R. 1967. *South West Africa: Travesty of Trust.* Londres, André Deutsch.
SEKYI, W. E. G. 1915. *The Blinkards.* Londres, Heinemann. Edição de 1974.
SELLASSIÉ, G. 1930-1932. *Chronique du régne de Ménélik II, roi des rois d'Ethiopie.* Paris, Maisonneuve.
SELOUS, F. C. 1896. *Sunshine and Storm in Rhodesia.* Londres, Rowland Ward.
SEMI-BI, Z. 1973. "La politique coloniale des travaux publics en Côte d'Ivoire, 1900-1940". Tese de doutorado. Universidade de Paris VII.
SHACK, W. A. 1969. *The Gurage: a People of the Ensete Culture.* Londres, OUP.
SHANIN, T., org. 1971. *Peasants and Peasant Societies.* Harmondsworth, Penguin.
SHAREVSKAYA, B. I. 1968. "Natzionalno osvoboditelnoe dvizeheniye religia v tropitchescoi Afrike" [Movimentos de libertação nacional e religião na África tropical], *Voprosi nauchnogo atiesma,* n. 5. Moscou.
SHARKASI, M. M. 1976. *Lamahaton An Al-Awda' a Al Iqtisadia fi Libya Athna'a Al-Ahd Al-Italy.* Tunísia, Addar al-Arabia Lil Kitab.
SHARPE, A. 1920. "The hinterland of Liberia". *GJ,* LV, 4:289-304.
SHEIKH-ABDI, A. 1978. "Sayyid Mohamed Abdille Hasan and the current conflict in the Horn". *HA,* I, 2.
SHEPPERSON, G. 1968. "Ethiopianism: past and present". In: C. G. BAETA, org. *Christianity in Tropical Africa.* p. 249-68.

SHEPPERSON, G. e PRICE, T. 1958. *Independent African: John Chilembwe and the Origins, Setting and Significance of the Nyasaland Native Uprising of 1915*. Edinburgh, Edinburgh UP.
SHERIFF, A. M. H. 1980. "Tanzanian societies at the time of the partition". In: M. H. Y. KANIKI, org. 1980 *Tanzania under Colonial Rule.* p. 11-50.
SHERRILL, M. 1973. *Unilever et l'Afrique.* Bruxelas, Cahiers du CEDAF, n. 4.
SHIBAYKA, M. 1965. *Ta'rikh Shu'aub Wadi Al-Nil.* Beirute.
______. 1978. *Al-Sudan wal Thawra al-Mahdiyya,* Khartum. v. I.
SHIBEIKA, M. 1952. *British Policy in the Sudan, 1882-1902.* Londres, OUP.
SHOUQUAIR, N. 1967. *Gurafiat wa Ta'rikh al-Sudan.* Beirute.
SHUFELDT, R. W. *World Cruise: Liberia and the Liberian Boundary Dispute.* Washington DC; Naval Historical Foundation Collection, MS Division.
SIK, E. 1964. *The History of Black Africa.* Budapeste, Akadémiai Kiadó. v. II.
SILBERMAN, L. s.d. *The Mad Mullah: Hero of Somali Nationalism.* Londres.
SIMENSEN, J. 1974. "Rural mass action in the context of anti-colonial protest: the Asafo movement of Akim Abuakwa, Ghana". *CJAS,* VIII, 1:25-41.
______. 1975-a. "Nationalism from below: the Akyem Abuakwa example". *MBAB,* XII:31-57.
______. 1975-b. "The Asafo of Kwahu, Ghana: a mass movement for local reform under colonial rule". *IJAHS,* VIII, 3:383-406.
SIMONS, H. J. e SIMONS, R. E. 1969. *Class and Colour in South Africa, 1850-1950.* Harmondsworth, Penguin.
SIMPSON, C. L. 1961. *The Memoirs of C. L. Simpson.* Londres, Diplomatic Press.
SINGH, M. 1969. *History of Kenya's Trade Union Movement to 1952*. Nairóbi, EAPH.
SKINNER, E. P. 1964. *The Mossi of the Upper Volta. The Political Development of a Sudanese People.* Stanford, SUP.
______. 1965. "Labour migration among the Mossi of the Upper Volta". In: H. KUPER, org. *Urbanization and Migration in West Africa.* p. 60-84.
SKINNER, R. P. 1906. *Abyssinia of to-day: an Account of the First Mission sent by the American Government to the Court of the King of Kings (1903-4).* Londres, Arnold.
SLADE, R. 1962. *King Leopold's Congo. Aspects of the Development of Race Relations in the Congo Independent State.* Londres, OUP.
SMITH, C. B. 1973. "The Giriama rising, 1914; focus for political development in the Kenyan hinterland, 1850-1963". Tese de doutorado. University of California, Los Angeles.
SMITH, E. 1929. *Aggrey of Africa: a Study in Black and White.* Londres, SCM Press.
SMITH, H. M. 1926. *Frank, Bishop of Zanzibar: Life of Frank Weston, D.D. 1871-1924.* Londres, SPCK.
SMITH, R. 1971. "Yoruba-Ibeju". In: M. CROWDER, org. *West African Resistance.* p. 170-204.
SORRENSON, M. P. K. 1968. *The Origins of European Settlement in Kenya.* Nairóbi, OUP.
SPACENSKY, A. 1970. *Madagascar, cinquante ans de vie politique: de Ralaimongo à Tsiranana.* Paris, Nouvelles Éditions Latines.
SPENCER, J. 1971. "James Beauttah: Kenya patriot". Seminário. Department of History, University of Nairobi.
SPILLMAN, G. 1968. *Souvenirs d'un colonialiste.* Paris, Presse de la Cité.
STARR, F. 1925. "Liberia after the World War," *JNH,* X, 2: 113-30.
STATEN, M. 1925. *Annual Report of the Liberian Frontier Force for Fiscal Year 1924-1925.* Monróvia, República da Libéria.
STEER, G. L. 1936. *Caesar in Abyssinia.* Londres, Hodder & Stoughton.
STEINHART, E. s.d. "Anti-colonial resistance and nationalism, the Nyangire rebellion".
STENGERS, J. 1957. *Combien le Congo a-t-il coûté à la Belgique?* Bruxelas, ARSC.
______. 1962. "L'imperialisme colonial de la fin du XIXe siècle: mythe ou réalité". *JAH,* 2:469-91.
______. 1969. "The Congo Free State and the Belgian Congo before 1914". In: L. H. GANN e P. DUIGNAN, orgs. *Colonialism in Africa 1870-1960.* v. I, p. 261-92.

STENGERS, J. 1974. "La Belgique et le Congo, politique coloniale et decolonisation". In: *Histoire de la Belgique Contemporaine, 1914-1970.* Bruxelas.

STEVENS, R. P. 1967. *Lesotho, Botswana. and Swaziland.* Nova York, Praeger.

STOKES, E. 1966-a. "Barotseland: the survival of an African state". In: E. STOKES e R. BROWN, orgs. *The Zambezian Past: Studies in Central African history,* p. 261-301.

______. 1966-b. "Malawi: political systems and the introduction of colonial rule, 1891-1896". In: E. STOKES e R. BROWN, orgs. *The Zambezian Past: Studies in Central African history.* p. 352-75.

STOKES, E. e BROWN, R., orgs. 1966. *The Zambezian Past: Studies in Central African history,* Manchester, Manchester UP.

STONE, R. L. 1975. "Rural politics in Ghana in the inter-war period: some comparisons between Akyemn-Abuakwa and the states of the Central Province". *MBAB,* XII: 117-41.

STORME, M. 1961. "Het ontstaan van de Kasai missie". *MARSOM,* XXIV, 3.

SUMMERS, A. e JOHNSON, R. W. 1978. "World War I conscription and social change in Guinea". *JAH,* XIX, 1:25-38.

SUNDKLER, B. G. M. 1961. *Bantu Prophets in South Africa.* 2. ed. Londres, OUP.

SURET-CANALE, J. 1964. *L'Afrique noire, l'ère coloniale, 1900-1945.* Paris, Éd. Sociales.

______. 1971. *French Colonialism in Tropical Africa, 1900-1945.* Londres, C. Hurst.

______. 1977. "Strike movements as part of the anticolonial struggle in French West Africa". *Tarikh,* V, 3:44-61.

SUTCLIFFE, B. 1972. "Imperialism and industrialization in the Third World". In: R. OWEN e B. SUTCLIFFE, orgs. *Studies in the Theory of Imperialism.* p. 171-92.

SUTHERLAND, E. 1970. *The Original Bob: the Story of Bob Johnson, Ghana's Ace Comedian.* Acra, Anowuo Educational Publications.

SZERESZEWSKI, R. 1965. *Structural Change in the Economy of Ghana, 1891-1911.* Londres, Weidenfeld & Nicolson.

TANDIA, A. K. 1973. "Bakel et la pénétration française au Soudan". Dissertação de graduação. Faculdade de Letras, University of Dakar.

TANGRI, R. 1967. "Early Asian protest in East African Protectorate". *African Quartely,* LXXII.

______. 1968. "African reaction and resistance to the early colonial situation in Malawi". *JCAHA,* XXV.

TARDITS, C. 1958. *Porto-Novo.* Paris e Haia, Mouton.

TEMU, A. J. 1980. "Tanzanian societies and colonial invasion, 1875-1907". In: M. H. Y. KANIKI, org. *Tanzania under Colonial Rule.* p. 86-127.

THOMAS, H. B. e SCOTT, R. 1935. *Uganda.* Londres, OUP.

THOMAS, R. G. 1975. "Military recruitment in the Gold Coast during the First World War". *CEA,* XI, 57:57-83.

THOMPSON, V. e ADLOFF, R. 1960. *The Emerging States of Equatorial Africa,* Stanford, SUP.

______. 1968. *Djibouti and the Horn of Africa,* Stanford, SUP.

THORNTON, J. 1973. "The state in African historiography: a reassessment". *Ufahamu,* IV, 2:113-26.

TIGNOR, R. 1971. "Colonial chiefs in chiefless societies". *JMAS,* IX, 3:339-59.

TOSH, J. 1973. "Colonial chiefs in a stateless society: a case-study from northern Uganda". *JAH,* XIV, 4:473-90.

______. 1978. *Clan Leaders and Colonial Chiefs in Lango: the Political History of an East African Stateless Society,* c. *1800-1939.* Oxford, Clarendon Press.

TOTHILL, J. D., org. 1948. *Agriculture in the Sudan.* Londres, OUP.

TOURNEAU, R. Le. 1962. *Evolution politique de l'Afrique du nord musulmane (1920-1961).* Paris, A. Colin.

TOUVAL, S. 1963. *Somali Nationalism.* Cambridge, Mass., HUP.

______. 1966. "Treaties, borders and the partition of Africa". *JAH,* VII, 2:279-92.

TOWNSEND, E. R., org. 1959. *President Tubman of Liberia Speaks.* Londres, Consolidated Co. Ltd.

TRAORÉ, B. 1972. *The Black African Theatre and its Social Functions.* Ibadan, UP.

TRENTADUE, M. 1976. "La société guinéene dans la crise de 1930: fiscalité et pouvoir d'achat". *RFHOM,* LXIII, 232-3:628-39.

TRIMINGHAM, J. S. 1962. *History of Islam in West Africa,* Londres, OUP.
TUNLEY, H. A. 1948. "Revenue from land and crops". In: J. D. TOTHILL, org. *Agriculture in the Sudan.* p. 198-209.
TUPINIER, M. 1940. "L'influence du commerce sur la mise en valeur de l'AOF". Escrito apresentado às Conférences à L'École Coloniale.
TURNER, H. W. 1965. "Pagan features in West African independent churches". *Practical Anthropology,* julho-agosto 1965, pp. 145-51.
______. 1967. *History of an African Independent Church.* Oxford, Clarendon Press.
TURNER, J. M. 1975. "Les Brésiliens". Tese de doutorado. Boston University.
TURNER, L. D. 1942. "Some contacts of Brazilian ex-slaves with Nigeria, West Africa". *JNH,* XXVII, 1:55-67.
TURNER, V., org. 1971. *Colonialism in Africa 1870-1960.* v. III: *Profiles of Change: African Society and Colonial Rule.* Cambridge, CUP.
TURTON, E. R. 1972. "Somali resistance to colonial rule and the development of Somali political activity in Kenya, 1893-1960". *JAH,* XIII, 1:119-43.
TWEEDY, O. 1931. *Cairo to Persia and Back.* Londres, Jarrolds.
ULLENDORFF, E. 1960. *The Ethiopians.* Londres, OUP.
UNION OF SOUTH AFRICA. 1922. *Report on the Martial Law Enquiry.* Pretória, Comissão Judicial.
UNION OF SOUTH AFRICA. 1924. *Union of South Africa and the Great War.* Pretória.
UNITED NATIONS (Department of Economic and Social Affairs). 1973. *The Determination and Consequences of Population Trends: News Summary of Findings on Interaction of Demographic, Economic and Social Factors.* Nova York.
URVOY, M. 1940. "Le rôle économique du Commandant de cercle". Escrito apresentado às Conférences à l'École Coloniale (fotocópia).
UZOIGWE, G. N. 1973. "The slave trade and African societies". *THSG,* XIV, 2:187-212.
______. 1974. *Britain and the Conquest of Africa: the Age of Salisbury,* Ann Arbor, MUP.
______. 1976-a. "Spheres of influence and the doctrine of the hinterland in the partition of Africa". *JAS,* m, 2: 183-203.
______. 1976-b. "The Mombasa-Victoria railway, 1890-1902". *KHR,* IV, I.
______. 1977. "The Victorians and East Africa, 1882-1900". *TJH,* v. 2: 32-65.
VAIL, L. 1976. "Mozambique's chartered companies: the rule of the feeble". *JAH,* XVII, 3:389-46.
VAIL, L. e WHITE, L. 1980. *Capitalism and Colonialism in Mozambique: a Study of Quelimane District.* Londres, Heinemann.
VALDANT, P. 1946. Artigo em *Marchés Coloniaux,* 19:269.
VAN DE KAA, D. J. 1971. "The demography of Papua and New Guinea's indigenous population". Tese de doutorado. Australian National Universitv.
VAN DE WALLE, E. 1968. "Fertility in Nigeria". In: W. BRASS *et al., The Demography of Tropical Africa.* p. 515-27.
VAN DEN BERGHE, P., org. 1965. *Africa: Social Problems of Change and Conflict.* São Francisco, Chandler.
VAN DER LANN, H. L. 1965. *The Sierra Leone Diamonds,* 1952-1961. Londres, OUP.
VAN ONSELEN, C. 1973. "Worker consciousness in black miners: Southern Rhodesia, 1900-1920". *JAH,* XIV, 2:237-55.
VAN VELSEN, J. 1966. "Some early pressure groups in Malawi". In: E. STOKES e R. BROWN, orgs. *The Zambezian Past: Studies in Central African history.* p. 376-412.
VAN VOLLENHOVEN, J. V. 1920. "Circulaire au sujet des chefs indigènes". In: *Une âme de chef,* Paris, Dieval.
VANSINA, J. 1966. *Kingdoms of the Savanna.* Madison, University of Wisconsin Press.
______. 1969. "Du royaume Kuba au territoire des Bakuba". *EC,* XII, 2:3-54.
VATCHER, W. H. 1965. *White Lager: the Rise of Afrikaner Nationalism.* Londres, Pall Mall.
VATIKIOTIS, P. J. 1969. *The Modern History of Egypt.* Londres, Weidenfeld & Nicolson.

VERGER, P. 1968. *Flux et reflux de la traite des nègres entre le Golfe du Bénin et Bahia de Todos os Santos du 17e au 19e siècle.* Paris, Mouton.
VIDAL, H. 1970. *La séparation des églises et de l'état à Madagascar (1861-1968).* Paris, ICDJ.
VILLARI, L. 1943. *Storia diplomatica del conflito Italo-ethiopico.* Bolonha, Zanichelli.
VIOLETTE, M. 1931. *L'Algérie, vivra-t-elle?* Paris.
VIRGIN, E. 1936. *The Abyssinia I Knew.* Londres, Macmillan.
VIVO, R. V. 1978. *Ethiopia: The Unknown Revolution.* Cuba, Social Science Publishers.
VON LETTOW-VORBECK, P. E. s.d. *My Reminiscences of East Africa.* Londres, Hurst & Blackett.
WALLERSTEIN, I. 1970-a. "Voluntary associations". In: J. S. COLEMAN e C. G. ROSBERG, orgs. *Political Parties and National Integration in Tropical Africa.* p. 318-39.
______. 1970-b. "The colonial era in Africa: changes in the social structure". In: L. H. GANN e P. DUIGNAN, orgs. *Colonialism in Africa 1870-1960.* v. II, p. 399-421.
WARHURST, P. 1962. *Anglo-Portuguese Relations in South-Central Africa, 1890-1900.* Londres, Longman.
WARWICK, P. 1978. "Black industrial protest on the Witwatersrand, 1901-1902". In: E. WEBSTER, org. *Essays in Southern African Labour History.* p. 20-31.
WAUGH, E. 1931. *Remote People.* Londres, Duckworth.
WEBSTER, E., org. 1978. *Essays in Southern African Labour History.* Johannesburgo, Ravan Press.
WEBSTER, J. B. 1964. *The African Churches among the Yoruba,* 1888-1922. Oxford, Clarendon Press.
WEBSTER, J. B. e BOAHEN, A. A. 1967. *The Revolutionary Years: West Africa since 1800.* Londres, Longman.
WEISKEL, T. C. 1980. *French Colonial Rule and the Baule Peoples, 1889-1911*. Oxford, Clarendon Press.
WEISS, H. 1967. *Political Protest in the Congo.* Princeton, PUP.
WELBOURN, F. B. 1961. *East African Rebels.* Londres, SCM Press.
WELBOURN, F. B. e OGOT, B. A. 1966. *A Place to Feel at Home: a Study of Two Independent Churches in Kenya.* Londres, OUP.
WELCH, C. E. 1966. *Dream of Unity: Pan-Africanism and Political Unification in West Africa.* Ithaca, Cornell UP.
WELSH, D. 1971. "The growth of towns". In: M. WILSON e L. THOMPSON, orgs. *The Oxford History of South Africa.* v. II, p. 172-243.
WHEELER, D. L. 1963. "The Portuguese in Angola, 1863-1891". Tese de doutorado. Boston University.
______. 1968. "Gungunyane the negotiator: a study in African diplomacy". *JAH,* IX, 4:585-602.
______. 1972. "Origins of African nationalism in Angola: assimilado protest writings, 1859-1929". In: R. CHILCOTE, org. *Protest and Resistance in Angola and Brazil.* p. 67-87.
WHEELER, D. L. e CHRISTENSEN, C. D. 1972. "To rise with one mind: the Bailundu war of 1902". In: F.-W. HEIMER, org. *Social Change in Angola.* p. 53-92.
WHEELER, D. L. e PÉLISSIER, R. 1971. *Angola.* Nova York, Praeger.
WIEDNER, D. L. 1964. *A History of Africa South of the Sahara.* Nova York, Vintage Books.
WIESE, C. 1891. "A Labour Question em Nossa Casa". *BSGL,* X:241.
WILKS, I. 1968. "The transmission of Islamic learning in the Western Sudan". In: J. GOODY, org. *Literacy in Traditional Societies.* p. 161-97.
______. 1975. *Asante in the Nineteenth Century.* Cambridge, CUP.
WILLCOX, W. F. 1931. "Increase in the population of the earth and of the continents since 1650". *International Migrations.* v. II: *Interpretations.* Nova York, National Bureau of Economic Research.
WILSON, C. M. 1971. *Liberia: Black Africa in Microcosm.* Nova York, Harper & Row.
WILSON, F. 1971. "Farming, 1866-1966". In: M. WILSON e L. THOMPSON, orgs. *The Oxford History of South Africa.* v. II, p. 104-71.
WILSON, M. e THOMPSON, L., orgs. 1971. *The Oxford History of South Africa.* Oxford, Clarendon Press. v. II.
WISHLADE, R. L. 1965. *Sectarianism in Southern Nyasaland.* Londres, OUP.
WOLFF, R. D. 1974. *The Economics of Colonialism: Britain and Kenya, 1870-1930.* New Haven e Londres, YUP.

WORK, E. 1936. *Ethiopia: a pawn in European diplomacy.* Nova York.
WRIGHT, J. 1969. *Libya.* Nova York, 1969.
WYLDE, A. B. 1901. *Modern Abyssinia.* Londres, Methuen.
XAVIER, A. A. C. 1889. *Estudos Coloniales.* Nova Goa.
YANCY, E. J. 1934. *Historical Lights of Liberia's Yesterday and Today.* Nova York, Doubleday Doran.
YAPÉ, F. 1977. "Histoire du Bas-Sassandra de 1893-1920". Tese de doutorado. Universidade de Paris.
YESUFU, T. M. 1962. *An Introduction to Industrial Relations in Nigeria.* Oxford, OUP
YOUNG, C. 1965. *Politics in the Congo: Decolonization and Independence.* Princeton, PUP.
YOUSSOUFI, A. s.d. "La résistance marocaine à la prévarication étrangère".
ZAYID, M. Y. 1965. *Egypt's Struggle for Independence.* Beirute, Khayats.
______. 1968. "The origins of the Liberia Constitutionalist Party in Egypt". In: P. M. HOLT, org. *Political and Social Change in Modern Egypt.* p. 334-46.
ZERVOS, A. 1936. *L'empire d'Éthiopie.* Alexandria.
ZIADEH, N. A. 1962. *Origins of Nationalism in Tunisia.* Beirute, American University of Beirut, Faculty of Arts Publications, Oriental Services.
ZULFU, I. H. 1976. *Shikan Ta'rikh Askari Lihamlat Al-Ganaral Hicks.* Abu Dhabi.
ZWEMER, M. 1914. "Present-day journalism in the world of Islam". In: J. R. MATT, org. *Muslim World Today.* Londres.

África desde 1935

'ABBĀS, F. 1962. *La nuit coloniale*, Paris, Julliard.
'ABD AL-RAHMĀN, M. 1969. *Imperialism and nationalism in the Sudan : a study in constitutional and political development, 1899-1956*, Oxford, Clarendon Press.
ABALOGU, U. N., ASIWAJU, G. e AMADI-TSHIWALA, R. (org.). 1981. *Oral poetry in Nigeria*, Lagos, Nigeria Magazine.
ABBA, I. A. 1985. "Changing patterns of local authority and the evolution of the District Head system in Gombe Emirate, *c.* 1830-1960", tese de doutorado, Universidade de Bayero, Kano.
ABDEL-MALEK, A. 1962. *Égypte, société militaire*, Paris, Éditions du Seuil.
______. 1966. "Problématique du socialisme dans le monde arabe», *L'Homme et la Société*, 2, pp. 125-148.
ABDEL-MALEK, A. 1969. *Idéologie et renaissance nationale : l'Égypte moderne,* Paris, Éditions du Seuil.
______. (org.). 1980. *La pensée politique arabe contemporaine,* 1ª ed. 1970, 3ª ed., Paris, Éditions du Seuil.
ABDI, S. Y. 1978. "Cuba's role in Africa : revolutionary or reactionary ?", *Horn of Africa* (Summit), 1,4, pp. 17-24.
ABDULGANI, R. 1981. *The Bandung connection : the Asia-Africa Conference in Bandung in 1955*, Cingapura, Gunung Agung.
ABDUL-HAI, M. 1976. *Conflict and identity : the cultural poetics of contemporary Sudanese poetry*, Cartum, Instituto de Estudos Africanos e Asiáticos, Universidade de Cartum, African Seminar Series, nº 26.
ABDURRAHAM, M. e CANHAM, P. 1978. *The ink of the scholar : the islamic tradition of education in Nigeria*, Londres, Macmillan.
ABERCROMBIE, K. C. 1961. "The transition from subsistence to market agriculture in Africa south of the Sahara", *Monthly Bulletin of Agricultural Economics and Statistics*, 10, 2, pp. 1-52.
ABRAHAM, W. E. 1962. *The mind of Africa*, Chicago, UCP.
ABUN-NASR, J. M. 1979. "Islam et socialisme en Afrique", em: *La contribution du christianisme et de l'islam à la formation d'États indépendants en Afrique au sud du Sahara*, textos e documentos do Symposium sur l'Afrique, Bonn-Bad Godesberg, 2-4 de maio de 1979, Tübingen, pp. 120-130.
ACADEMIA REAL DE CIÊNCIAS DO ALÉM-MAR. 1983. *Le Congo belge durant la seconde guerre mondiale : recueil d'études,* introdução de J. Stengers, Bruxelas, ARSOM.
ACHEBE, C. 1966. "The black writer's burden", *Third Quarterly* (ed. inglesa), 31, 39.
ACQUAYE, S. 1971. "Modern folk opera in Ghana", *African Arts,* 4, 2, pp. 60-66.

ADDO, N. O. 1974. "Attitudes and opinions of cocoa farmers to matters related to work and employment", *Ghana Joumal of Sociology,* 7, 2, janeiro, pp. 37-58.
ADEDEJI, A. 1976*a Africa, the Third World and the search for a new economic order,* Turkeyen Third World Lectures, Universidade de Georgetown, Washington.
______. 1976*b. ECA, revised framework of principles for the implementation of the new international order in Africa, 25 June,* Addis-Abeba, CEA.
______. 1977. "The need for concrete action", em: African Association for Public Administration and Management (org.), *Regional cooperation in Africa : problems and prospects,* Addis-Abeba.
______. 1978. "Africa's development crisis", em: R. Synge (org.), pp. 24-28.
______. (org.). 1981. *The indigenization of African economies,* Londres, Hutchinson.
______. 1983. "*The evolution of the Monrovia Strategy and the Lagos Plan of action: a regional approach to economic decolonization*", conferência proferida no Instituto Nigeriano de Pesquisa Econômica e Social (NISER), Distinguished Lecture Series at Trenchard Hall, Universidade de Ibadan, 24 de março de 1983.
______. 1984. *Statement at the formal opening of the 7th meeting of the Conference of African ministers of industry,* 26-28 de março de 1984, Addis-Abeba, CEA (documento reprográfico).
______. 1989*a. Towards a dynamic African economy,* Londres, Frank Cass.
______. 1989*b. ECA, African alternative framework to structural adjustment programmes for socio-economic recovery and transformation,* AAFF-SAP, Addis-Abeba, CEA.
______. 1989*c. Beyond Recovery - ECA's revised perspectives of Africa's development from 1990-2008,* Addis-Abeba, CEA.
______. 1990. *African chapter for popular participation in development,* Addis-Abeba, CEA.
ADY, P.H. 1965. *Oxford regional economic atlas : Africa,* Oxford, Clarendon Press.
______. 1983. "Africa : a statistical profile", *Africa Report,* 28, 5, setembro-outubro, pp. 58-61.
AFRICA. 1984. "The train with the good news", 149, janeiro, pp. 18-19.
AFRICAN COMMUNIST. 1965. "Nigeria after the elections", nº 21, abril-junho.
AFRICA NOW. 1983. "Obstacles in the freedom railway : Tanzania-Zambia Railway", 31 de novembro.
AFRICAN CURRENTS. 1978-1979. Outono-inverno, Londres, pp. 8-23.
AFRICAN DIASPORA STUDIES NEWSLETTER. 1948. 1, 1, outono-inverno, outubro.
AGÊNCIA NOVA CHINA. 1967. "Tempestuous storm over African continent", 27 de dezembro.
______. 1977. "Soviet claims, stretching to African continent", 3 de julho.
AGERON, C.-R. 1979. *Histoire de l'Algérie contemporaine ;* vol. I : *1830-1973;* vol. II : 1871-1954, Paris, PUF.
AGWANI, M. S. 1969. *Communism in the Arab East,* Londres/Nova Iorque, Asia Publishing-House.
AJAYI, J. F. A. 1968. "The continuity of African institutions under colonialism", em: T. O. Ranger (org.), pp. 189-201.
______. 1982. "Expectations of independence", *Daedalus,* 3, 2, primavera.
______. 1985. "L'éducation dans l'Afrique contemporaine : historique et perspectives", em: *Le processus d'éducation et l'historiographie en Afrique,* História Geral da África, Estudos e documentos, nº 9, Paris, UNESCO, pp. 11-21.
______. 1987. "The American factor in the development of higher education in Africa", James Coleman Memorial Lecture, UCLA, Los Angeles.
AJAYI, J. F. A. e TAMUNO, T. N. 1973. *The University of Ibadan* 1948-1973 : *a history of the first twenty-five years,* Ibadan, IUP.
AKIN, E. 1965. "Preface to a study of Nigerian music", *Ibadan Journal,* 21, pp. 53-62.
______. 1970. "Traditional elements as the basis of new African art music", *African Urban Notes,* 5, 4, pp. 52-56.
ALARINJO, M. A. 1981. "The travelling Yoruba theatre", em: Y. Ogurbiyi (org.), *Drama and theatre in Nigeria : a critical source book,* Londres.
ALEXANDRE, P. 1967. *Langues et langage en Afrique noire,* Paris, Payot.

ALI, T. e O'BRIEN, J. 1984. "Labour, community and protest in Sudanese agriculture", em: J. Barker (org.), pp. 205-238.

ALLAN, W. 1965. *The African husbandsman,* Edimburgo, Oliver and Boyd.

ALMEIDA, A. D'. 1983. *La problématique du développement en Afrique à travers le "rapport Berg" et le Plan d'action de Lagos,* Lomé, ENA.

ALMEIDA, P. R. de. 1979. *História de colonialismo português em África: cronologia,* Lisboa, Editorial Estampa.

ALMOND, G. e POWELL, B. 1966. *Comparative politics : a developmental approach,* Boston, Little, Brown.

ALTO Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. 1982-1983. Report on the HCR's relief activities in 1982-1983, doc. AlAC, 96/620, Genebra, ONU.

ALUKO, S. A. 1975. "Rural economic development", em: M. Owusu (org.), *Colonialism and change,* La Haye, Mouton, pp. 231-254.

AMADOU, A. 1971. *Réflexion sur le rôle et les fonctions de la CEA,* publicação não oficial da CEA, ONU.

AMIJI, H. M. 1984. "La religion dans les relations afro-arabes", em: *Les relations historiques et socio-culturelles entre l'Afrique et le monde arabe de 1935 à nos jours,* História Geral da África. Estudos e documentos, nº 7, Paris, UNESCO, pp. 101-129.

AMIN, S. 1965. *L'économie du Maghreb,* Paris, Éditions de Minuit.

______. 1970*a. Le Maghreb moderne,* Paris, Éditions de Minuit.

______. 1970*b. The Maghreb in the modern world,* Hardmondsworth, Penguin Books.

______. 1973. *Le développement inégal : essai sur les formations sociales du capitalisme périphérique,* Paris, Éditions de Minuit.

______. 1974. *Neo-colonialism in West Africa,* Nova Iorque, Monthly Review Press.

______. 1977. *Imperialism and unequal development,* Nova Iorque, Monthly Review Press.

______. 1982. *Dynamics of global crisis,* Nova Iorque, Monthly Review Press.

______. 1988. *L'accumulation à l'échelle mondiale,* Paris, Anthropos.

AMODA M. 1978. *Reflections on the FESTAC Colloquium,* Lagos, Nigeria Magazine.

AMSELLE, E. M. 1985. *La découverte.*

ANDERSON, D. e THROUP, D. 1985. "Africans and agricultural production in colonial Kenya : the myth of the war as a watershed", *JAH,* 26, 4, pp. 327-345.

ANDERSSON, M. 1981. *Music in the mix : The story of South African popular music,* Joanesburgo.

ANDRADE, M. de, e OLLIVIER, M. 1971. *La guerre en Angola : étude socio-économique,* Paris, Maspero.

ANING, B. A. 1967. *An annotated bibliography of music and dance : in English-speaking Africa,* Legon.

ANNUAIRE POLITIQUE DE L'AEF (diferentes datas). Brazzaville, Imprensa do Governo.

ANÔNIMO. 1960. *Congo 1960,* Bruxelas, Centro de Pesquisa e Informação sociopolíticas.

______. 1962. *Congo 1959* : *documents belges et africains,* Bruxelas, Centro de Pesquisa e Informação Sociopolíticas.

______. 1964. "National fashions of Africa", *Ebony,* 1, 6, pp. 32-138.

______. 1968. "Felix Idubor : a sculptor from Benin", *African Arts* (Los Angeles), 2, 1, pp. 30-32.

______. 1971. *Le théâtre négro-africain : Actes du colloque d'Abidjan 1970,* Paris, Présence africaine.

______. 1982. *Art religieux africain,* Kinshasa, Centro de Estudos das Religiões Africanas.

______. 1984. "Akendengué in town", *West Africa,* 3487, 16 de junho, pp. 1264-1266.

______. 1985. "The new Cairo opera house", *Prism,* 11, pp. 2-3.

______. 1987. "Sankara on African cinema", *West Africa,* 3630, 6 de abril, p. 687.

ANSPRENGER, F. 1961. *Politik im Schwarzafrika,* Colônia e Opladen, Westdeutscher Verlag.

ANSTEY, R. 1977. *King Leopold's legacy,* Londres, OUP.

ANTHONIO, Q. B. O. 1973. "Problems of marketing agricultural produce with special reference to foodstuffs in Nigeria", em: I. M. Ofori (org.), pp. 251-262.

ANYA, A. O. 1986. *Scientific research and public policy,* Lagos, Instituto Nigeriano de Assuntos Internacionais, Lecture Series nº 38.

ANYA, A. O. 1987. "Traditions, the pursuit of the intellectual life and Nigeria's future", *Nsukka Journal of the Humanities,* 1, junho, pp. 141-160.
APKEVON, K. 1983. *L'Afrique face au Plan d'action de Lagos et au rapport de la Banque mondiale,* Lomé, ESCACJUB.
APPADORAI, A. 1956. *The Bandung Conference,* Nova Déli, Indian Council of World Affairs.
APPLEBAUM, R. 1970. *Theories of social change,* Chicago, Markham Publishing Co.
APTHORPE, R. 1972. *Rural cooperatives and planned change in Africa : an analytical overview; rural institutions and planned change,* vol. V, Genebra, Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social.
ARAR, A. 1980. "The role of rainfed agriculture in the Near East region : summary of present situation, potential and constraints", em: *Rainfed agriculture in the Near East and North Africa,* Roma, FAO.
ARCHER, R., s.d. "The revolt of 1947-8 in Madagascar", dissertação, Universidade de Londres.
ARQUIVOS de KOUROUSSA (Guiné). 1942. *Rapport politique du 25 août 1942.*
ARQUIVOS da REPÚBLICA DO SENEGAL. 1922. "Une race qui se réveille", artigo assinado Stiekloff publicado no *Izvestia,* 259, 16 de novembro, Série 21G 126 (108).
______. 1923*a.* Circular do Ministro das colônias ao governador geral da África-Ocidental francesa, nº 30, 13 de janeiro, Série 21G 132 (108).
______. 1923*b. Pesquisa do Comitê de Estudos Coloniais,* Série 21G 132 (108).
ARQUIVOS DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, Diplomatic Branch, 884.142/19, foto/artigo.
______. 1944. "Employment of American citizens by the Ethiopian Government", 13 de março, 884. 01A/72.
ARQUIVOS SONOROS DA LITERATURA NEGRA. s.d. *Paul Hazoumé, Paul Lomani-Tshibamba : les précurseurs,* Paris, Radio France lnternationale/CLEF.
ARMSTRONG, R. G. 1964. *The study of West African languages,* lbadan, IUP.
ARNOLD, G. 1979. *Aid in Africa,* Londres, Kegan Paul.
ARRIGHI, G. 1970. "The political economy of Rhodesia", em: I. L. Markovitz (org.), pp. 393-426.
ARRIGHI, G. e SAUL, J. S. 1973. *Essays on the political economy of Africa,* Nova Iorque/Londres, Monthly Review Press.
ARSCHOT, COMTE D'. 1951. "Commencements de la peinture", *Les arts plastiques : l'art au Congo belge,* Bruxelas, Éditions des Arts Plastiques, 5ª série, nº 1, junho-julho, pp. 37-46.
ARZUMANYAN, A. A. 1958. "Statement : report on promotion of economic cooperation", em: *Afro--Asian Peoples' Solidarity Conference, Cairo,* 26 *December 1957 - 1 January 1958*, Moscou, Moscow Foreign Language Publishing House.
ASANTE, S. K. B. 1977. *Pan-African protest and the Italo-Ethiopian crisis* 1934-1941, Londres, Longman.
______. 1984. "ECOWAS, the EEC and the Lomé Convention", em: D. Mazzeo (org.), *African regional organizations,* Cambridge, CUP, pp. 171-195.
______. 1985. *The political economy of regionalism in Africa : a decade of the Economic Community of West African States (ECOWAS),* Nova Iorque, Praeger.
______. 1986. *Pan-African protest : West Africa and the Italo-Ethiopian crisis 1934-1941*, Harlow, Longman.
ASHBY, sir E. e ANDERSON, M. 1966. *Universities : British, Indian, African - a study in the ecology of higher education,* Cambridge, Mass., HUP.
ASHFORD, D. E. 1961. *Political change in Morocco,* Princeton, PUP.
ASTAFYEV, G. V. e DUBINSKY, A. M. (org.). 1974. *From anti-imperialism to anti-socialism : The evolution of Peking's foreign policy,* Moscou, Progress Publishers.
ASTROW, A. 1983. *Zimbabwe : a revolution that lost its way ?,* Londres, Zed Press.
AUJOULAT, P. 1958. *Aujourd'hui l'Afrique,* Paris/Tournai, Cantermain.
AUSTIN, D. 1964. *Politics in Ghana 1946-1960,* Oxford, OUP.

AUSTIN, D. 1980. "The transfer of power : how and why", em: W. H. M. Jones e G. Fischer (org.), *Decolonization and after : the British and French experience,* Londres, Frank Cass, pp. 3-35.
AUSTIN, G. 1987. "The emergence of capitalist relations in South Asante cocoa-farming, *c.* 1916-1933", *JAH,* 28, 2, pp. 259-279.
AWOLOWO, O. 1960. *Awo : the autobiography of chief obafemi Awolowo,* Cambridge, CUP.
AYACHE, A. 1956. *Le Maroc : bilan d'une colonisation,* Paris, Éditions sociales.
AYARI, C. 1983. "African economies : what strategy for Africa's development", *Africa Report,* 28, 3, setembro-outubro, pp. 8-11.
EL-AYOUTY, Y. 1971. *The United Nations and decolonization : the role of Afro-Asia,* La Haye, Martinus Nijhoff.
______. 1975*a.* "The OAU and the Arab-Israeli conflict : a case of mediation that failed", em: Y. El--Ayouty (org.), pp. 189-212.
______. (org.). 1975*b. The Organization of African Unity after ten years : comparative perspectives,* Nova Iorque, Praeger.
AYRES, R. L. 1983. *The World Bank and world poverty : banking on the poor,* Cambridge, MIT Press.
AZIKIWE, N. 1961. *Zik : a selection from the speeches of Nuamdi Azikiwe,* Cambridge, CUP.
AZONGA, T. M. 1986. "TV steals the show", *West Africa,* 11 de agosto, pp. 1674-1675.
BACHY, V. 1983. "Panoramique sur les cinémas sud-sahariens", em: J. Binet, F. Boughedir e V. Bachy (org.), *Cinémas noirs d'Afrique* (Paris), pp. 23-43.
BAERA, C. G. 1962. *Prophetism in Ghana,* Londres, SCM Press.
BADI BANGA NE-MWINE. 1977. *Contribution à l'étude historique de l'art plastique zaïrois moderne,* Kinshasa.
BAIROCH, P. 1977. *The economic development of the Third World since 1900,* Berkeley/Los Angeles, UCP.
BAKHTRI, N. 1980. "Introduction of medic/wheat rotation in the North African and Near East countries", em: *Rainfed agriculture in the Near Fast and North Africa,* Rome, FAO.
BALANDIER, G. 1963. *Sociologie actuelle de l'Afrique noire : dynamique sociale en Afrique Centrale,* 2ª ed., Paris, PUF.
BALANS, J.-L., COULON, C. e RICARD, A. (org.). 1972. *Problèmes et perspectives de l'éducation dans un État du tiers monde : le cas du Sénégal,* Instituto de Estudes Políticos de Bordéus.
BAMGBOSE, A. 1976. *Mother tongue education : the African experience,* Londres/Paris, Hodder and Stoughton/Imprensa da UNESCO.
BANCO MUNDIAL. 1981. *Accelerated development in Sub-Saharan Africa : an agenda for action,* Washington.
______. 1981-1985. *Relatório sobre o desenvolvimento no mundo,* Washington.
______. 1981-1986. *Financing adjustment with growth in Sub-Saharan Africa, 1986-1990,* Washington.
______. 1981-1988. *Education in Sub-Saharan Africa : policies for adjustment, revitalization and expansion,* 2 vol., texto principal e anexo estatístico, Washington.
______. 1989*a. Successful development in Africa : case studies of projects, programs and policies,* Estudo analítico de caso nº 1, Instituto para o Desenvolvimento Econômico, Washington.
______. 1989*b. Sub-Saharan Africa : from crisis to sustainable growth. A long-term perspective study,* Washington.
______. 1990. *World development report : world poverty,* Washington.
BARAN, P.A. 1968. *The political economy of growth,* Nova Iorque, Modern Reader Paperbacks.
BARKER, J. (org.). 1984. *The politics of agriculture in tropical Africa,* Beverly Hills/Londres, Sage.
BARNEET, D. e HARVEY, R. 1972. *The revolution in Angola : MPLA, life, histories and documents,* Nova Iorque, Bobbs-Merrill.
BARNES, J. A. 1952. "History in a changing society", em: *Human problems in British Central Africa,* vol. XI, Londres, OUP, pp. 1-9.
BARONGO, Y. R. (org.). 1983. *Political science in Africa,* Londres, Zed Press.
BARRETT, D. B. 1982. *World christian encyclopedia,* Londres, OUP.
BARRETT, L. 1977. *The Rastafarians,* Londres, Heinemann.

BARRON, S. 1983. *German expressionist sculpture,* Los Angeles.
BARTHOLOMEW, J. 1935. *The citizen's atlas of the world,* Bartholomew and Son Ltd, Edimburgo.
BASSETT, C. 1987. *Canadian International Developent Agency (CIDA),* discurso às associações de estudos afro-canadenses, Universidade de Alberta, Edmonton, 7-10 de maio.
BATES, R. H. 1981. *Markets and states in tropical Africa : the political basis of agricultural policies,* Berkeley/Los Angeles/Londres, UCP.
BATES, R. S. e LOFCHIE, M. F (org.). 1980. *Agricultural development in Africa : issues of public policy,* Nova Iorque, Praeger.
BAUER, P. T. 1981. *Equality, the Third World and economic delusion,* Cambridge, Mass., HUP.
BAYART, J.-F. 1979. *L'État au Cameroun,* Paris, Imprensa da Fundação Nacional de Ciência Política.
BAYEN, M. 1939. "The march of blackmen", Nova Iorque.
BECKFORD, G. L. 1972. *Persistent poverty : under-development in plantation economies of the Third World,* Nova Iorque, CUP.
BEIER, U. 1960. *Art in Nigeria,* Cambridge, CUP.
______. 1968. *Contemporary art in Africa,* Londres, Pall Mall Press.
______. 1970. "Yoruba opera : the magic spell of Duro Lapido", *Gangan,* 3, pp. 14-23.
______. 1971. "Signwriters art in Nigeria", *African Arts,* 4, 3, pp. 22-27.
______. 1973. *Yoruba theatre,* Londres.
______. 1976. "Middle art : the paintings of war", *African Arts*, 9, 2, pp. 20-23.
BEINART, J. 1968. "Wall painting : popular art in two African communities", *African Arts*, 2, 3, pp. 26-29.
BELAL, A. 1972. *Renaissance du monde arabe,* Paris, Duculot.
BELAOUANE GHERARI, R. 1984. "L'Afrique dans les relations Sud/Sud", *Le mois en Afrique* (Paris), 225-226, outubro-novembro, pp. 104-119.
BELLONCLE, G. 1978. "A la recherche de nouvelles formules éducatives pour le tiersmonde : l'éducateur de base au Mali", 44, pp. 77-96.
BELTRAN Y ROPZIDE, R. 1902. *La Guinea española,* Barcelona.
BELYANEV, I. 1962. *Peuples d'Asie et d'Afrique.*
BEMBA, S. 1984. "Cinquante ans de musique du Congo-Zaïre, 1920-1970 : de Paul Kamba à Tabu--Ley", *Présence africaine.*
BEN AMOS, P. 1977. "Pidgin language and tourist art", *Anthropology of Visual Communication*, 4, 2, pp. 128-139.
BEN BELLA, A. 1965. Tribuna livre publicada no *Le Monde,* 23 de janeiro.
BENACHENOU, A. 1978. *Formation du sous-développement en Algérie : essai sur les limites du développement du capitalisme en Algérie, 1830-1962,* Argel.
BENDER, G. J. 1978. *Angola under the Portuguese : the myth and the reality,* Londres, Heinemann.
BENNETT, G. e ROSBERG, C. 1961. *The Kenyatta election 1960-1961,* Oxford, OUP.
BENOIST, J. de. 1980. *La balkanisation de l'Afrique-Occidentale française,* Dakar, NEA.
BENOMAR, J. 1988. "The monarchy, the islamist movement and religious discourse in Morocco", *Third World Quarterly*, 10, 2, abril.
BENOT, Y. 1969. *Idéologies des indépendances africaines*, Paris, Maspero.
BENSON, P. 1986. *Black Orpheus : transition and modern cultural awakening in Africa*, Berkeley/Los Angeles, UCP.
BERG, E. 1980. *Non-alignement et nouvel ordre mondial*, Paris, PUF.
BERGER, M. 1962. *The Arab world today,* Nova Iorque, Doubleday.
BERGER, R. 1967. "African and European dance", *Nigerian Magazine*, 92, pp. 87-92.
BERMAN, E. 1983. *Art and artists of South Africa,* 1ª ed. 1974, Cidade do Cabo, Balkema.
BERNAL, M. 1987. *Black Athena : the Afro-Asiatic roots of classical civilization*, vol. I, New Brunswick, Rutgers University Press.
BERNARD-DUQUENET, N. *1976a.* "Le Front populaire au Sénégal", tese de doutorado, Universidade Paris VII.

BERNARD-DUQUENET, N. *1976b.* “Le Front populaire et le problème des prestations en AOF”, CEA, 16, 61-62, pp. 159-172.
BERNIS, G.-D. de. 1975. “L’Algérie à la recherche de son indépendance : nationalisation et industrialisation”, em: J.-D. Esseks (org.), pp. 19-62.
BERNSTEIN, S. 1978. “Problems of African agriculture : food and export crop production in the seventies”, em: R. Synge (org.), *Africa guide*, Chicago, Rand McNally and Co., pp. 57-63.
______. 1981. “Concepts for the analysis of contemporary peasantries”, em: R. E. Galli (org.).
BERQUE, J. 1960. *Les Arabes d’hier à demain*, Paris, Éditions du Seuil.
______. 1964. *The Arabs : their history and future*, Londres, Faber and Faber.
______. 1968. *L’Égypte : impérialisme et révolution*, Paris, Gallimard.
BERRAH, M. *et al.* 1981. *Cinémas du Maghreb*, Paris, Cinéma Action 14.
BESHIR, M. O. 1968. *The southern Sudan : background to conflict*, Londres, Hurst.
BESSIS, J. 1981. *La Méditerranée fasciste : l’Italie mussolinienne et la Tunisie*, Paris, Karthala.
______. *La Méditerranée fasciste*, Paris, Publicações da Sorbonne.
BETI. M. 1972. *Main basse sur le Cameroun : autopsie d’une décolonisation*, Paris, Maspero.
BETTELHEIM, J. 1985. “The Lantern Festival in Senegambia”, *African Arts,* 18, 2, pp. 50-53.
BETTS, R. F. 1987. “La domination européenne : méthodes et institutions”, em: A. A. Boahen (org.), pp. 339-359.
BEZY, F. PEEMANS, J.-P e WAUTELET, J.-M. 1981. *Accumulation et sous développement au Zaire 1960-/980,* Louvain-la-Neuve, Presses universitaires de Louvain.
BIAME, K. N. 1968. “Comic play in Ghana”, *African Alts,* 1,4, pp. 30-34.
BIARNES, P 1980. *L’Afrique aux Africains,* Paris, Armand Colin.
BIAYA, T. K. 1984. “De l’aube des temps jusqu’aujourd’hui : l’histoire contemporaine des Luluwa par Nyunyi wa Luimba”, em: B. Jewsiewicki (org.), pp. 23-34.
BIENEN, H. 1974. *Kenya : the politics of participation and control,* Princeton, PUP.
BIKO, B. S. (org.). 1972. *Black viewpoint,* Durban, Black Community Programmes.
BINDER, L., COLEMAN, J. S., LAPALOMBARA, J., PYE, L. W., VERBA, S. e WEINER, M.1971. *Crises and sequences in political development,* Princeton, PUP.
BINET, J., BOUGHEDIR, F. e BACHY, V. (org.). 1983. *Cinémas noirs d’Afrique,* Paris, Action 26.
BIRNIE, H. e ANSRE, G. 1969. *The study of Ghanaian languages,* Accra/Legon, Institut d’études africaines/Universidade de Gana.
BLAIR, T. L. 1970. *The land to those who work it : Algeria’s experiment in workers’ management,* Garden City, Doubleday and Co.
BLOCH-LAINE, F. e BOUVIER, J. 1986. *La France restaurée,* 1944-1954, Paris, Fayard.
BLOCH-LEMOINE, M. 1978. “Développement et transformation de l’éducation en Côte d’Ivoire”, *Revue française d’études politiques africaines,* 150, 1, pp. 79-94.
BLUNDELL, SIR, M. 1964. *So rough a wind,* Londres, Weidenfeld and Nicolson.
BOAHEN, A. A. (org.). 1987. *L’Afrique sous domination coloniale, 1880-1935, História Geral da África,* vol.VII, Paris/Dakar, UNESCO/NEA.
BOAHEN, A. A. 1986. *Topics in West African history,* 2ª ed., Harlowt, Longman.
BOCHKARGOV, Y. 1966. “The outlook in Africa”, *New Times* (Moscou), 22 de janeiro.
BOCTOR, G. 1969. “La peinture en Egypte moderne”, *African Arts,* 3,1, pp. 28-33 e 86-87.
BOEKE, J. H. 1953. *Economies and economic policy as exemplified by Indonesia,* Nova Iorque, Instituto das relações pacíficas.
BOGANDA, B. *Écrits et discours,* 3 vol., Bangui, J. D. Penel.
BOGATYREV, P. 1971. *The functions of folk costume in Moravian Slovakia,* La Haye, original : *Matica Slovenska, 1937.*
BOHANNAN, P. e DALTON, G. 1965. *Markets in Africa : eight subsistence economies in transition,* Garden City, Doubleday and Co.
BOITEAU, P. 1982. *Contribution à l’histoire de la nation malgache,* Antananarivo, Edições sociais e MCAR.

BOLETÍN INFORMATIVO. Lima, Instituto de pesquisas afro-peruanas.
BOMOLE, N. 1970. "Le Congo et l'enseignement programmé", *Cahiers Congolais,* 2, junho-julho, pp. 72-88.
BONNEAU, R. (org.). 1972. "Les prétendants rivaux", *Afrique littéraire et artistique,* 26, pp. 83-88.
BONNER, P. L. (org.). 1974. *Working papers in southern African studies,* Londres, Frank Cass.
BOSERUP, E. 1985. "Economy and development interrelationships in sub-Saharan Africa", *Population and Developmmt Review,* 11,3, setembro, pp. 383-399.
BOUBOU HAMA. 1981. "Place de l'histoire dans la societé africaine", em: J. Ki-Zerbo (org.), pp. 62-72.
BOUDHIBA, A. 1975. *La sexualité en Islam,* Paris, PUF.
BOUGHEDIR, F. 1983. "Les grandes tendances du cinéma en Afrique noire", *Cinémas noirs d'Afrique* (Paris), 26, pp. 48-57.
BOULBY, M. 1988. "The islamic challenge : Tunisia since independence", *Third World Quarterly,* 10, 2, abril, pp. 590-614.
BOURGUIBA, H. 1954. *La Tunisie et la France : vingt-cinq ans de lutte pour une coopération libre,* Paris, Julliard.
BOURROS-GHALI, B. 1969. "L'OUA et la coopération économique", *Revue egyptienne de droit international,* 25, abril, pp. 171-185.
______. 1975. "The League of Arab States and the Organization of African Unity", em: Y. El-Ayouty (org.), pp. 47-61.
BOWMAN, L. 1973. *Politics in Rhodesia,* Cambridge, Mass., HUP.
BOWN, L. e CROWDER, M. 1964. *The proceedings of the First International Congress of Africanists,* Londres, Longmans, Greens e Congresso Internacional dos Africanistas.
BOZZOLI, B. (org.). 1979. *Labour, townships and protest,* Joanesburgo, Raven Press.
BRANDT, H. 1956. *Nomades du soleil,* Lausanne, La Guilde du livre.
BRANDT, W. 1980. *North-South : a program for survival; the report of the independent commission on international development issues under the chairmanship of Willy Brandt,* Cambridge, Mass., MIT Press.
BRAY, M., CLARKE, P. B. e STEPHENS, O. 1986. *Education and society in Africa,* Londres, Edward Arnold.
BREIDENBACH, P. S. e ROSS, D. H. 1978. "The holy place : twelve apostles Healing gardens", *African Arts,* II, 4, pp. 28-35, 95.
BRENNER, L. 1984. *West African sufi,* Londres, Hurst.
BRETT, E. A. 1973. *Colonialism and underdevelopment in East Africa : the politics of economic change* 1919-1939, Nova Iorque, Nok Publishers.
BRETT, E. A. e BELSHAW, D. G. R. (org.). 1973. *Politics and agriculture,* Londres, Frank Cass.
BREVIE, J. 1930. *Discurso de abertura no Conselho de Governo da AOF.*
BROKENSHA, D. 1966. *Social change in Larteh,* Londres, OUP.
BROKENSHA, D. e HODGE, P. 1969. *Community development : an interpretation,* San Francisco, Chandler Publishing Co.
BROOKES, E. H. 1968. *Apartheid : a documentary study of modern South Africa,* Londres, Routledge and Kegan Paul.
BROWN, A. C. 1988. *A history of scientific endeavour in South Africa : a collection of essays published on the occasion of the centenary of the Royal Society of South Africa,* Cidade do Cabo, RSSA.
BROWN, B. 1983. "The impact of male labour migration on women in Botswana", *African Affairs,* 82, 328, julho, pp. 367-388.
BROWN, G. N. e HISKETT, G. (org.). 1975. *Conflict and harmony in education in tropical Africa,* Londres, George Allen and Unwin.
BROWN, J. M. 1972. *Kenyatta,* Londres, George Allen and Unwin.
BROWN, P. 1970. "Patterns of authority in West Africa", em: I. L. Markovitz (org.).
BRUTENRS, K. 1967. "Africa's revolution, gains and problems", *International Affairs* (Moscou), janeiro.
BUDE, U. (org.). 1980. *Education for Kagisano in Botswana,* Bonn, DAAD.

BUIJTENHUIJS, R. 1982. *Contributions to Mau Mau historiography,* Leyde, Centro de Estudos Africanos.
BURAIMOH, J. 1971. "Painting with beads", *African Arts,* 5,1, pp. 16-19.
ESCRITÓRIO INTERNACIONAL DO TRABALHO. 1931. *Rapport sur la Conférence internationale de 1930,* Genebra, BIT.
BURT, E. C. 1984. "Mural painting in western Kenya", *African Arts,* 16,3, pp. 60-63 e 80.
BUSIA, K. A. 1969. "Social attitudes to agriculture", em: C. Legum e J. Drysdale (org.), *Africa contemporary record : annual survey and documents 1968-1969,* Londres, Africa Research.
BUSTIN, E. 1975. *Lunda under colonial rule : the politics of ethnicity,* Cambridge, Mass., HUP.
BYAKOV *et al.* (org.). 1981. *The priorities of Soviet foreign policy today,* Moscou, Progress Publishers.
CABRAL, A. 1975. *Unité et lutte : œuvres d'Amilcar Cabral,* Paris, Maspero.
CADOUX, C. 1969. *La République malgache,* Paris, Berger-Levrault.
CAETANO, M. 1954. *Os nativos na economia africana,* Coimbra.
CAHEN, M. 1983, 1984. "Corporatisme et colonialisme : approche du cas mozambicain, 1933-1979", *CEA,* 92, XXIII-4, pp. 383-417, e 93, XXIV-1, pp. 5-24.
CALLAWAY, H. 1975. "Indigenous education in Yoruba society", em: G. N. Brown e G. Hiskett (org.), pp. 26-39.
CAMARA, C. 1973. "Une ville précoloniale au Nigéria : Ondo", *CEA,* 13, 51.
CAMERON, D. 1934. *The principles of native administration and their application,* Lagos, Imprensa nacional.
CAMEROON, J. 1970. *The development of education in East Africa,* Nova Iorque, Teachers College Press.
CAMPION-VINCENT, V. 1970. "Système d'enseignement et mobilité sociale au Sénégal", *Revue française de sociologie,* II, abril-junho.
CAPET, M. 1958. *Traité d'économie tropicale,* Paris, Pichon e Durand-Auzias.
CARDOSO, P.M. 1984. *Folclore caboverdeano,* 2ª ed., Lisboa, Porto.
CAREY, M. 1970. *Myths and legends of Africa,* Melbourne/Londres, Sun Books/Hamlyn Publishing Group.
CARLSSON, J. (org.) 1982. *South-South relations in a changing world order,* Uppsala, Instituto Escandinavo de Estudos Africanos.
CARNOY, M. 1974. *Education as cultural imperialism,* Nova Iorque, McKay.
CARSOW, M. 1935. *Quelques aspects du commerce impérial de la France,* Paris, Geuthner.
CARTER, G. (org.). 1966. *National unity and regionalism in eight African states,* Ithaca, Cornell University Press.
CARTER, G. 1959. *The politics of inequality,* Nova Iorque, Praeger.
CARY, J. 1944. *The case for African freedom,* Londres, Seeker e Warburg.
CASTAFRICA (Conferência dos ministros de ciência e tecnologia da África). *1987. Programa especial de ajuda à África nas áreas da pesquisa científica e da pesquisa e desenvolvimento,* Paris, UNESCO.
CASTAGNO, A. A. 1966. "Somali Republic", em: J. Coleman e C. G. Rosberg (org.), pp. 512-560.
CASTRO, F. 1983. *La crise économique et sociale du monde, ses retombées dans les pays sous-développés, ses sombres perspectives et la nécessitté de lutter si nous voulons survivre,* relatório na VIIª Cúpula dos países não alinhados, Paris, Nouvelle Societé des Éditions Encre.
CASTRO, A. de 1978. *O sistema colonial português em África,* Lisboa, Editorial Caminho.
CENTRO CULTURAL AFRO-ECUATORIANO, *Palenque* (Quito).
CENTRO DE ESTUDIOS Y INVESTIGACIONES. 1977. *Los dioses como los vemos,* Caracas.
CENTRO PARA LA INVESTIGACIÓN DE LA CULTURA NEGRA, *Presencia Negra,* Bogotá.
CERVENKA, Z. 1977. *The unfinished quest for unity : Africa and the OAU,* Nova Iorque, Africana Publishing Co.
CÉSAIRE, A. 1971. *Cahier d'un retour au pays natal,* Paris, Présence africaine.
CHAGNOUX, H. e Haribu, A. 1980. *Les Comores,* Paris, PUF.
CHAM, M. B. 1982. "Film production in West Africa, 1979-1981", *Présence africaine, 124,* 4, pp. 168-189.

CHAM, M. B. 1984. "Art and ideology in the work of Sembene Ousmane and Haile Gerima", *Présence africaine,* 129, 1, pp. 79-91.
CHAMBERS, R. 1969. *Settlement schemes in tropical Africa,* Londres, Routledge and Kegan Paul.
CHANAIWA, D. 1976*a*. *Profiles of self-determination : African responses to European colonialism in southern Africa, 1952-Present,* Northridge, California State University Foundation.
______. 1976*b*. "The premiership of Garfield Todd : racial partnership versus colonial interests", *Journal of Southern African Affairs,* 1, 1, dezembro, pp. 83-94.
______. 1980. "African humanism in southern Africa : the utopian, traditionalist, and colonialist worlds of mission-educated elites", em: A. G. Mugomba e M. Nyaggah (org.), pp. 9-40.
CHANDOS, LORD. 1964. *The memoirs of lord Challdos,* Londres, Bodley Head.
CHARNAY, J.-P. 1966. "Courants reformistes de la pensée musulmane contemporaine", em: J. A. Adonis e Y.Osman (org.), *Normes et valeurs dans l'Islam contemporain,* Paris, Payot, pp. 225-246.
CHEEKS, J. 1936. "Wings over Ethiopia", *New Masses,* 7 de julho.
CHEEKS, J. s. d. Manuscrito referente às suas experiências com Robinson na Etiópia, não publicado.
CHENNTOUF, T. 1969. *L'Assemblée algérienne* 1947-1956, Paris, Faculdade de Letras e Ciências Humanas de Paris.
CHESNEAUX, J. 1964. "Qu'est-ce que la démocratie nationale ?", *La Pensée*, 118, décembre, pp. 3-19.
CHIBWE, E. C. 1976. *Arab dollars for Africa,* Londres, Croom Helm.
______. 1977. *Afro-Arab relations in the new world order,* Londres, Julian Friedmann.
CHIKWENDU, E. 1983. "The African peasantry : neglected by African political science", em: Y. R. Barongo (org.) pp. 37-48.
CHINWEIZU. 1975. *The West and the rest of us,* Nova Iorque, Vintage Books.
CHINYERE, O. 1980. "Parallelism versus influence in African literature : the case of Efua Sutherland's Edufa", *Kiabara,* 3, 1, outono, pp. 113-131.
CHRETIEN, J.-P. 1972. "L'enseignement au Burundi", *Revue française d'études politiques africaines,* 76, abril, pp. 61-80.
CIAF. 1972. *Segunda Conferência Internacional dos Africanistas,* Paris, Présence africaine.
CIAO. 1945. *Primeira Conferência Internacional dos Africanistas do Oeste, Dakar;* vol. I, Paris, Adrien--Maisonneuve, 1950; vol. II, Paris, Adrien-Maisonneuve, 1951.
CIDA. 1984. *ClDA's year in review* 1982-1983 : *Canadians in the Third World,* Ottawa, Agência canadense de cooperação para o desenvolvimento internacional.
CLARK, E. e OGUNDE, H. 1979. *The making of Nigerian theatre,* Oxford, OUP.
CLAYTON, A. 1976. *Counter-insurgency in Kenya, 1952-1960,* Nairóbi, Trans-Africa Publishers.
______. 1981. *The Zanzibar revolution and its aftermath,* Londres, C. Hurst.
CLAYTON, E. S. 1964. *Agrarian development in peasant economies : some lessons from Kenya,* Oxford, Pergamon.
CLIFFE, L. 1976. "Rural political economy of Africa", em: P. C. W. Gutkind e I. Wallerstein (org.), pp. 112-131.
CLIFFE, L. e CUNNINGHAM, G. 1973. "Ideology, organization and settlement experience in Tanzania", em: E. A. Brett e D. G. R. Belshaw (org.).
CLUTE, R. E. 1982. "The role of agriculture in African development", *African Studies Review,* 25, 4, dezembro, pp. 1-21.
CNUCED. 1976. "Preservation of the purchasing power of developing countries' exports", Item 8-Supporting Paper, CNUCED TD/184/Supp., 2 de maio, Genebra e Nairóbi, CNUCED.
______. 1980. *Handbook of intemational trade and development statistics,* suplemento, Genebra, CNUCED.
COHEN, R. 1979. "Albert Nzula", em: B. Bozzoli (org.), pp. 325-340.
COLE, H. 1975. "Art festival in Ghana", *African Arts*, 8, 3, edição especial, pp. 12-24.
______. 1982. *Mbari : art and life among the Owen-i Igbo,* Bloomington, Indiana University Press.
COLEMAN, J. S. 1963. *Nigeria : background to nationalism,* Berkeley/Los Angeles, UCP.
COLEMAN, J. S. e ROSBERG, C. G. 1970. *Political parties and national integration in tropical Africa,* Berkeley/Los Angeles, UCP.

COLLECTIF. 1966. *L'Afrique au XX[ème] siècle (1900-1965),* Paris, Sirey.
COLLINS, J. 1985. *Comic opera in Ghana,* Londres.
COLLINS, P. 1983. "The state and industrial capitalism in West Africa", *De-velopment and Change,* 14, 3, julho, pp. 403-429.
COLÓQUIO Internacional de Dakar sobre o desenvolvimento industrial africano. 1972. Dakar, NEA.
COLÓQUIO SOVIETO-CONGOLÊS. 1988. "Théorie et pratique de la période de transition dans les pays liberés", materiais do VI *Colóquio* sovieto-congolês, 30 de janeiro - 3 de fevereiro 1987, Moscou.
COLOMBE, M. 1951. *L'évolution de Égypte, 1924-1950,* Paris, Maisonneuve.
COMITÊ DOS ESTADOS-UNIDOS DA AMÉRICA PARA OS REFUGIADOS. 1981. *World refugee survey,* Nova Iorque, Hudson Press.
COMMISSARIAT GÉNÉRAL AU PLAN. 1954 e 1955. *Rapport annuel sur l'exécution du plan de modernisation et d'équipement de l'Union française (métropole et outre-mer),* 2 vol., Paris, a Documentação Francesa.
COMISSÃO ECONÔMICA PARA A ÁFRICA (ONU). 1976. *Revised framework of principles for the implementation of the new international economic order in Africa 1976-1981-1985,* 25 de junho, doc. E/CN.14/ECO/90/Rev. 3, Nova Iorque, ONU.
______. 1979. *Development strategy for Africa for the Third United Nations Development Decade,* Resolution 332 (XIV) adotada em julho pelos chefes de Estado e de governo da OUA, doc. E/CN.14/INF/109/Rev. 1, Nova Iorque, ONU.
CEA (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A ÁFRICA). 1981. *Lagos Plan of action for the economic development of Africa 1980-2000,* Genebra/Addis-Abeba, International Institute for Labour Studies.
COMISSÃO ECONÔMICA PARA A ÁFRICA (ONU). 1983. *ECA and Africa's development 1983-2008 : preliminary perspective study,* Addis-Abeba, CEA.
______. 1989*a*. *African alternative framework to structural adjustment programmes for socio-economic recovery and transformation,* Addis-Abeba/Nova Iorque, CEA.
______. 1989*b*. *Beyond recovery - ECA's revised perspectives of Africa's development from 1990-2008,* Addis-Abeba, CEA.
______. 1990. *African chapter for popular participation in development,* Addis-Abeba, CEA.
COMMONWEALTH ECONOMIC COMMITTEE. 1961. *Annual Report - Industrial Fibres,* Londres, CEG.
CONFEMEN. 1986. *Promotion et intégration des langues nationales dans les systèmes éducatifs - Bilan et inventaire*, Paris, Champion.
CONFERENCE ON AFRICAN EDUCATION. 1953. *African education : a study of educational policy and practice in British tropical Africa*, Oxford, Charles Batey.
CONSTABLE, D. 1974. "Bilingualism in the United Republic of Cameroon : proficiency and distribution", *Comparative Education,* 10, 3, outubro, pp. 233-346.
CONSTANTINE, S. 1984. *The making of British colonial development policy 1914-1940,* Londres, Frank Cass.
______. 1985. "The making of an imperial slum : Nyasaland and its railways, *1895-1935", JAH, 16.*
COOK, D. (org.) 1965. *Origin East Africa : a Makerere anthology,* Londres/Ibadan, Heinemann.
COOKE, P. e DOORNBOS, M. 1982. "Rwenzururu protest songs", *Africa,* 52, 1, pp. 50-51.
COOPER, F. 1980. *From slaves to squatters,* New Haven, YUP.
______. 1981. "Africa and the world economy", *African Studies Review,* 17, 2/3, junho/setembro, pp. 1-86.
COQUERY-VIDROVITCH, C. 1975. "L'impact des intérêts coloniaux : SCOA et CFAO dans l'Ouest africain, 1910-1965", *JAH,* 16, 4, pp. 595-621.
______. 1976*a*. "L'impérialisme français en Afrique noire : idéologie impériale et politique d'équipement, 1924-1975", *Relations internationales,* 7, pp. 261-282.

COQUERY- VIDROVITCH, C. 1976*b*. "L'Afrique et la crise de 1930 (1924-1938)", *Revue française d'histoire d'outre-mer,* edição especial 63, 232-233, pp. 386-424.

______. 1978. "Industrie et dépendance : les retards de l'industrialisation dans l'Empire français dans la premiere moitié du XXème siècle", não publicado, Universidade Paris VII.

______. 1979. "Vichy et l'industrialisation aux colonies", *Revue d'histoire de la Deuxième Guerre mondiale,* 114, pp. 69-94.

______. 1982. "Le financement de la mise en valeur coloniale : méthode et premiers résultats", em: *Études d'histoire africaine ; hommage à Henri Brunschwig,* Paris, Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, pp. 237-252.

______. 1984. *Entreprises et entrepreneurs en Afrique - XIXème et XXème siècles,* 2 vol., Paris, Karthala.

______. 1985. *Processus d'urbanisation en Afrique XIXème-XXème siècles,* atas do Simpósio Internacional realizado na Universidade Paris VII, 2 vol., Paris, L'Harmattan.

______. 1986. "Les problèmes mondiaux vus d'Afrique noire ou les relations Sud-Nord", *Estudios de Economia*, V, 3, pp. 347-367.

______. 1988*a*. *Afrique noire : permanences et ruptures*, Paris, Payot.

______. 1988*b*. "The transfer of economic power in French-speaking Africa: from 'colonial exclusivity' to North-South relations", em: P. Gifford e W. R. Louis (org.), pp. 105-134.

______. 1988c. *Africa : endurance and change south of the Sahara*, Berkeley/ Los Angeles, UCP.

CORBETT, E. M. 1972. *The French presence in Black Africa*, Washington, Orpheus Press.

CORNELL UNIVERSITY. 1990. *Du centenaire de la découverte du Nouveau Monde par Bakari II en* 1312 *et Christophe Colomb en* 1492 *(An Outline of a Project).*

CORNET, J. 1974. "Cultures au Zaïre et en Afrique", *African Arts,* 4, pp. 125-136.

______. 1975. "Critique d'authenticité et art nègre", *African Arts*, 9, 1, p. 53.

______. 1982. *Art royal kuba,* Milan, Sipiel.

COSER, L. 1956. *The Functions of social conflict,* Nova Iorque, The Free Press.

COSGROVE-TWITCHETT, C. 1978. *Europe and Africa : from association to partnership,* Farnborough, Saxon House.

COULET-WESTERN, D. 1975. *A bibliography of the arts of Africa,* Waltham, Mass.

COURRIÈRE, Y. 1968-1972. *La guerre d'Algérie,* Paris, Fayard.

COURT, F. e M'WANGI, M. 1976. "Maridadi fabrics", *African Arts,* 10, 1, pp. 38-41 e 99.

COWAN, L. G., O'CONNELL, J. e SCANLON, D. (org.). 1965. *Education and nation building,* Nova Iorque, Frederick Praeger.

COWEN, M. 1981. "Commodity production in Kenya's central province", em: J. Heyer *et al.* (org.), pp. 121-143.

______. 1984. "Early years of the Colonial Development Corporation : British state enterprise overseas during late colonialism", *African Affairs,* 83, 330, pp. 63-77.

CRAVEIRINHA, J. 1964. *Chifugo,* Lisboa, Casa dos Estudantes do Império.

CREUZ, S. 1951. "Le drame de l'éducation esthétique", *Les arts plastiques : l'art au Congo belge,* Bruxelas, Éditions des Arts Plastiques, 5ª série, nº 1, junho-julho, pp. 46-53.

CROCKER, C. 1976. "The African dimension of the Indian Ocean policy», *Orbis,* 20, 3, outono, pp. 637-669.

CROWDER, M. 1970. "The white chiefs of tropical Africa", em: L. H. Gann e P. Duignan (org.), *Colonialism in Africa,* II : *The history and politics of colonialism 1914-1960,* Cambridge, CUP, pp. 320-350.

______. 1978. "The contemporary Nigerian artist : his patrons, his audience, his critics", *Présence africaine,* 105-106, 1-2, pp. 130-145.

______. 1980. *West Africa under Colonial Rule,* 1ª ed. 1968, Londres, Hutchinson.

______. (org.). 1984. *The Cambridge history of Africa.* Vol. VIII : *From c. 1940 to c.* 1975, Cambridge, CUP.

______. 1985*a*. "Professor Macmillan goes on safari : the British government observer team and the crisis over the Seretse Khama marriage", em: S. Marks e H. Macmillan (org.), *Africa and Empire : W M. Macmillan historian and social critic,* Londres, ICS, pp. 254-278.

______. 1985*b*. "World War II and Africa", *JAH,* 26,4, pp. 287-289.

CROWDER, M. e OSUNTOKUN, J. 1986. “The First World War and West Africa”, em: J. F. A. Ajayi e M. Crowder (org.), *History of West Africa,* vol. II, Harlow, Longman, pp. 546-578.
CUBA IN AFRICA. 1978. Edição especial dupla da *Cuba Review* (Nova Iorque), 8, 3-4, pp. 1-50.
CUNHA DA SILVA, J. M. 1955. *O trabalho indígena,* Lisboa, Agência Geral do Ultramar, Divisão de Publicações e Biblioteca.
CUNHA, A.-G. e DONNELLY, J. 1983. “Defusing Africa’s debt”, *Africa Report*, 28, 5, setembro--outubro, pp. 17-22.
CUPER, K. 1958. “Kwela : how it all began”, *Melody Maker*, 33, 7 de junho, p. 1283.
CURRENT SOVIET POLICIES III : the record of the extraordinary 21st Communist Party Congress. 1960. Nova Iorque, Columbia University Press, nº 7.
CURRY, R. L. 1971. “Agricultural land development in Liberia”, *The Journal of International Law and Economics*, 6, 1, junho, pp. 125-137.
CURTIN, E, FEIERMAN, S., THOMPSON, L. e VANSINA, J. (org.). 1978. *African history*, Boston/Londres, Little and Brown/Longman.
CUTRUFELLI, M. R. 1983. *Women of Africa : roots of oppression*, Londres, Zed Press.
CUTTER, C. H. 1968. “The politics of music in Mali”, *African Arts*, 1,3, pp. 38-9 e 74-77.
DAKIN, J., TIFFEN, B. e WIDDOWSON, H. G. 1968. *Language in education*, Londres, OUP.
DALBY, D. 1970. *Language and history in Africa*, Londres, Frank Casso
DAOUD, Z. 1981. “Agrarian capitalism and the Moroccan crisis”, *Merip Reports*, 99, setembro, pp. 27-33.
DAPO, O. 1973. “Aina Onabolu”, *Nigeria Magazine*, 79, dezembro, pp. 295-298.
DAUBER, R. e CAIN, M. L. (org.). 1980. *Women and technological change in developing countries* : AAAS *Selected Symposium 53*, Boulder, Westview Press.
DAVIDSON, B. 1969. *The Africans : an entry to cultural history*, Londres/Harlow, Longman.
______. 1972. *L’Angola au cœur des tempêtes*, Paris, Maspero.
______. 1978. *Africa in modern history*, Guildford, Allen Lane.
______. 1980. “The movement of national liberation”, *Tarikh*, 6, 4.
DAVIDSON, B., SLOVO, J. e WILKINSON, A. R. 1976. *Southern Africa : the new politics of revolution*, Harmondsworth, Pelican.
DAVIS, E. 1987. “Religion against the state : a political economy of religious radicalism in Egypt and Israel”, em: R. T. Antoun e M. F. Hegland (org.), *Religions resurgence : contemporary cases in islam, christianity and judaism*, Syracuse, Syracuse University Press, pp. 145-168.
DAVIS, J., CAMPBELL, T. M. e WRONG, M. 1946. *Africa advancing : a study of rural education and agriculture in West Africa and the Belgian Congo*, Nova Iorque, Foreign Missions Conference of North America.
DAVISON, P. 1984. “Lobedu material culture : a comparative study of the 1930s and the 1970s”, *Annals of the South African Museum*, 94, 3, pp. 41-201.
DE GENNARO, B. M. 1981. “Ujamaa : the aggrandizement of the state”, em: R. E. Galli (org.), pp. 111-155.
DE HAES, R. 1982. *Les sectes : une interpellation*, Kinshasa.
DE JAGER, E. J. 1973. *Contemporary African art in South Africa*, Cidade do Cabo, C. Struik.
DE NEGRI, E. 1968. “Itsekiri costume”, *Nigeria Magazine*, 97, pp. 101-110.
DE ROP, A. 1959. *Théâtre nkundo*, Léopoldville, Éditions de l’Université.
DE SAINT JORRE, J. 1972. *The Nigerian Civil War*, Londres, Hodder and Stoughton.
DE VORE, R. M. (org.). 1977. *The Arab-Israeli historical conflict : an historical political, social and military bibliography*, Oxford, OUP.
DE WILDE, J. C. 1967. *Experiences with agricultural development in tropical Africa*, 2 vol., Baltimore, The Johns Hopkins Press.
DEAN Jr, P. D. e VASQUEZ, J. A. 1976. “From politics to issue politics : bipolarity and multipolarity in the light of the new paradigm”, *Western Political Quarterly*, 29, 1, março, pp. 7-28.
DEBHONVAPI, O. 1984. “La société zaïroise dans le miroir de la chanson populaire”, em: B. Jewsiewicki (org.).
DECRAENE, P. 1982. *Vieille Afrique, jeunes nations*, Paris, PUF.

DEGRAFT-JOHNSON, J. C. 1958. *African experiment : cooperative agriculture and banking in British West Africa*, Londres, Watts.
DELAVIGNETTE, R. 1947. *Les vrais chefs de l'empire*, Paris, Gallimard.
DEMUNTER, P. 1975. *Masses rurales et luttes politiques au Zaïre : le processus de politisation des masses rurales au Bas-Zaïre*, Paris, Anthropos.
DERMAN, W. 1984. "USAID in Sahel : development and poverty", em: J. Barker (org.), pp. 77-99.
DESANTI, D. e DECOCK, J. 1969. "Farid Belkahia : artiste et animateur", *African Arts*, 2, 3, pp. 26-29.
DESCHAMPS, H. 1971. *História Geral da África*, vol. II, Paris, PUE
DESPOIS, J. 1935. *La colonisation italienne en Libye : problèmes et méthodes*, Paris, Larose.
DEVEZE, M. 1948. *La France d'outre-mer*, Paris, Hachette.
DHARAM, G. e RADWAN, S. 1983. *Agrarian policies and rural poverty in Africa*, Washington, International Labor Office.
DIA, M. 1975. *Islam, sociétes africaines et culture industrielle*, Dakar, NEA.
DIALLO, C. A. 1972. "Contribution a une étude de l'enseignement privé coranique au Sénégal", *Revue française d'études politiques africaines*, 76, abril, pp. 34-48.
DIAWARA, M. 1986. "Who is in control?", *West Africa*, 17 de fevereiro, pp. 348-349.
______. 1987. "Images of children", *West Africa*, 23 de março, pp. 558-559.
DIOP, A. 1958. "Our Amsac brothers", em: *Africa seen by American Negro scholars*, Dijon/Nova Iorque, Présence africaine, 1963.
______. 1957. "Le continent noir, son histoire et sa culture", *Défense de la paix*, julho-agosto, p. 58.
______. 1967. *Antériorité des civilisations nègres : mythe ou vérité historique*, Paris, Présence africaine.
______. 1981. *Civilisation ou barbarie : anthropologie sans complaisance*, Paris, Présence africaine.
DIOP, M. 1975. "Étude sur le salariat (Haut-Sénégal, Niger, Soudan, Mali, 1884-1969)", *Études maliennes* (Bamako), 14, junho.
DJAZIRI, H. 1968. "La situation du théâtre en Tunisie", *African Arts*, 1, 3, pp. 40-41 e 92-93.
DOCUMENTAÇÃO francesa. 1947. *Notes documentaires et études*, nº 558, fevereiro, Paris, Serviços franceses de informação.
DODGE, B. 1965. "The significance of religion in Arab nationalism", em: J. H. Proctor (org.), pp. 94-120.
DONALSON, H. e Nogee, L. 1981. *Soviet foreign policy since World War II*, Nova Iorque, Pergamon.
DORESSE, J. 1970. *Histoire de l'Éthiopie*, Paris, PUF.
DORNOWITZ, S. e Mandirola, R. 1984. "Grave monuments in the Ivory Coast", *African Arts*, 17, 4, pp. 46-52.
DORWARD, D. 1986. "British West Africa and Liberia", em: *The Cambridge history of Africa*, vol. III, Cambridge, CUP.
DOZY, R. P. 1969. *Dictionnaire detaillé des noms de vêtements chez les Arabes*, 2ª ed., Beyrouth, 1ª ed. 1845.
DRACHLER, J. (org.). 1969. *African heritage : an anthology of Black African personality and culture*, Londres, Collier-Macmillan.
DRAKE, St C. 1982. "Diaspora studies and pan-africanism", em: J. E. Harris (org.), pp. 341-402.
DRESCH, J. 1946. "Les trusts en Afrique noire", *Servir la France*.
DROOGERS, A. 1980. *The dangerous journey : symbolic aspects of boys' initiation among the Wagenia of Kisangani, Zaire*, La Haye, Mouton.
DRYSDALE, J. 1964. *The Somali dispute*, Nova Iorque, Praeger.
DU VIVIER DE STREEL. 1933. *L'AEF et la crise*, Bruxelas.
DUBRESSON, A. 1979. *L'espace Dakar-Rufisque*, Paris, ORSTOM.
DUDLEY, E. 1986. "Mali's rug makers", *West Africa*, 3579, 7 de abril, pp. 728-729.
DUFFY, J. 1962. *Portugal's African territories : present realities*, Nova Iorque, Carnegie Endowment for International Peace.
DUGGAN, W. R. 1973. *A socio-economic profile of South Africa*, Nova Iorque, Praeger.
DUIGNAN, P. e GANN, L. H. (org.) 1973 e 1975. *Colonialism in Africa : 1870-1960*, vol. III e IV, Cambridge, CUP.
DUMMETT, R. 1985. "Africa's strategy minerals during the Second World War", *JAH*, 26.

DUMONT, F. 1975. *La pensée religieuse d'Amadou Bamba, fondateur du mouridisme sénégalais*, Dakar/ Abidjan, NEA.
DUMONT, R. 1962. *L'afrique noire est mal partie*, Paris, Éditions du Seuil.
DUNCAN, J. S. R. 1957. *The Sudan's path to independence*, Edimburgo/Londres, W. Blackwood.
DUNTON, C. 1984. "Review of Femi Osofisian's *Morountodun and other plays*", *West Africa*, 3484, 28 de maio, pp. 1122-1124.
DURAND, H. 1957. *Essai sur la conjoncture de l'Afrique noire*, Paris, Dalloz.
DURAND, J.-D. 1967. "World population estimates, 1750-2000", em: *Proceedings of the World Population Conference*, Nações Unidas.
DURIEUX, A. 1955. *Essai sur le statut des indigènes portugais de la Guinée, de l'Angola et du Mozambique*, Bruxelas, Academia Real de Ciências Coloniais.
DUTOIT, D. 1981. *Capital and labour in South Africa : class struggle in the 1970s*, Londres, Kegan Paul.
DZIDZIENYO, A. e TURNER, J. M. 1981. "African-Brazilian relations : a reconsideration", em: W. A. Selcher (org.), pp. 201-218.
DZOBO, N. K. 1975. "Values in indigenous education", em: G. N. Brown e G. Hiskett (org.), pp. 76-91.
ECHENBERG, M. 1978. "Tragedy at Thiaroye : the Senegalese soldiers' uprising of 1944", em: *African labour history*, Beverly Hills, Sage, pp. 109-128.
ECKARDT, U. e SIEVERNICH, G. (org.). 1979. *Moderne Kunst aus Afrika*, Berlin, Catalogue Festspiele.
ECONOMIC DEVELOPMENT INSTITUTE. 1989. *Successful development in Africa : case studies of projects, programs and politics*, estudo de caso analítico nº 1, Washington, Banco Mundial.
EDMONDSON, L. 1974. "Caribbean nation-building and the internationalization of race", em: W. Bell e W. E. Freeman (org.), *Ethnicity and nation building : comparative, international and historical perspectives*, Beverly Hills, Sage, pp. 73-86.
EDMONDSON, L. e PHILLIPS, P. 1979. "The Commonwealth Caribbean and Africa : aspects of Third World racial interactions, linkages and challenges", em: B. Ince (org.), *Contemporary international relations of the Caribbean*, Saint-Augustin, Trinidad e Tobago, Institute of International Relations, pp. 33-55.
EICHER, J. 1970 e 1985. *African dress : a select and annotated bibliography of sub-Saharan countries*, 2 vol., vol. I, 1970; vol. II, 1985, East Lansing, Michigan state University.
EINSTEIN, C. 1915.v*Negerplastik*, Munique, Kurt Wolff Verlag.
EISENSTADT, S. N. e ROKKAN, S. (org.) 1973. *Building states and nations*, 2 vol., Beverly Hills, Sage.
ELAIGWU, J. I. 1979. "The military and state-building : federal-state relations in Nigeria's 'military--federalism' ", em: A. B. Akinyemi, P. Cole e W. Ofonagoro (org.), *Readings in federalism*, Lagos, Instituto Nigeriano de Assuntos Internacionais, pp. 155-182.
______. 1981. "Military intervention in politics : an African perspective", *Genève-Afrique : Journal of Swiss Society of African Society*, 19, 1, pp. 17-38.
ELKAN, W. 1958. "The East African trade in woodcarving", *Africa*, 28, 4, pp. 314-323.
ELNACCASH, A. 1968. "Egyptian cinema : a historical outline", *African Arts*, 2, 1, pp. 52-55 e 70-71.
ELUNGU, E. P. 1984. *Éveil philosophique africain*, Paris, L'Harmartan.
EMERSON, R. 1962. *From empire to nation : the rise to self-assertion of Asian and African peoples*, Cambridge, Mass., HUP.
ENAHORO, P. 1983. "Interview with J. Nyerere", *Africa Now*, 32, dezembro, pp. 98-122.
ENCYCLOPAEDIA Britannica, *Macropedia*, vol. IX, pp. 981.
ENGELS, F. 1849. Dans *The Northem Star* (jornal do movimento cartista anglais), XI, 22 de janeiro.
EPHSON, B. 1984. "Kukurantumi : road to Accra ", *West Africa*, 3488, 24 de junho, pp. 1303-1304.
ESEDEBE, P. O. 1971. "The independence movement in Sierra Leone", *Tarikh*, 4, 1.
______. 1980. "The growth of the pan-African movement", *Tarikh*, 6, 3.
ESPRIT. 1985. "Français-Immigrés", junho, Paris.
ESSEKS, J.-D. (org.). 1975. *L'Afrique de l'indépendance politique à l'indépendauce économique*, Paris, Maspero.
ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS (Centro de Estudos Afro-asiáticos).

ETHERTON, M. 1982. *The development of African drama*, Londres, Hutchinson.
ETHIOPIAN HERALD (Addis-Abeba), abril de 1977.
ETHIOPIAN RESEARCH COUNCIL. 1935. *Memorandum*, 27 de abril, Washington, ERC (documento reprográfico).
ETTINGER, S. s. d. "South Africa's weight restrictions on cattle exports from Bechuanaland, 1924-41", *Botswana Notes and Records*.
EVANS-PRITCHARD, E. E. 1949. *The sanusi of Cyrenaica*, Oxford, Clarendon Press.
EWENS, G. 1987. "The Zaiko cult", *West Africa*, 3621, 2 de fevereiro, pp. 202-204.
EYBERS, G. W. 1918. *Select constitutional documents illustrating South African history*, 1795-1910, Londres, Routledge.
EYONGETAH, T. e Brain, R. 1974. *A history of the Cameroon*, Londres, Longman.
FABIAN, J. 1978. "Popular culture in Africa : findings and conjectures", *Africa*, 48, 4, pp. 315-334.
FABUBMI, L. A. 1960. *The Sudan in the Anglo-Egyptian relations*, Londres, Longman.
FANON, F. 1961. *Les damnés de la terre*, reed. 1987, Paris, La Découverte.
______. 1967*a*. *Toward the African revolution : political essays.*
______. 1967*b*. *Peau noire, masques blancs*, reed. 1995, Paris, Éditions du Seuil.
______. 1968. *Sociologie de la révolution*, Paris, Maspero.
FAO. 1955-1958. *Production yearbook*, Rome, FAO.
______. 1961*a*. *Production yearbook*, Rome, FAO.
______. 1961*b*. *State of food and agriculture*, Rome, FAO.
______. 1977. *State of natural resources aud the human environment for food and agriculture*, Rome, FAO.
______. 1982*a*. *World development report*, Rome, FAO.
______. 1982*b*. *Productiou Yearbook*, Rome, FAO.
______. 1983. *Public expenditure on agriculture*, impressão informatizada, 13 de dezembro, Rome, FAO.
FARRIS, J. C. 1982. *Nuba personal art*, Toronto, 1ª ed. Londres, Duckworth, 1972.
FASHOLE-LUKE, E., Gray, R., Hastings, A. e Tasie, G. (org.). 1978. *Christianity in independent Africa*, Londres, Rex Collings.
AL-FASJ, A. 1954. *The independence movement in Arab North Africa*, Washington, American Council of Learned Societies.
EL Fasi, M. 1967. *Chants anciens des femmes de Fès*, Paris, Seghers.
FASSASSI, M. A. 1978. *L'architecture en Afrique noire*, Paris, Maspero.
FAVOUREU, L. 1970. *L'île Maurice*, Paris, Berger-Levrault.
FAYE, C. F 1973. "L'opinion publique dakaroise, 1940-1944", dissertação, Faculdade de Letras e Ciências Humanas, Universidade de Dakar.
FEIT, E. 1967. *African opposition in South Africa : the failure of passive resistance*, Stanford, Hoover Institution Press.
FERNANDEZ, J. 1982. *Bwiti : an ethnography of the religious imagination in Africa*, Princeton, PUP.
FERNEA, R. A. (org.). 1973. *Nubians in Egypt : a peaceful people*, Austin, University of Texas Press.
FERREIRA, E. S. 1974. *Portuguese colonialism in Africa : the end of an era*, Paris.
FERREIRA, M. 1986. "Portuguese Africa : the new militancy», em: A. S. Gérard (org.), vol. I.
FETTER, B. 1973. "L'Union minière du Haut-Katanga, 1920-1940 : la naissance d'une sous-culture totalitaire", Les Cahiers du CEDAF (Bruxelas), 6, pp. 1-40.
______. 1976. *The creation of Elisabethville 1910-1940*, Stanford, Hoover Colonial Studies.
FIELDHOUSE, D. K. 1986. *Black Africa 1945-1980 : economic decolonization and arrested development*, Londres/Boston, George Allen and Unwin.
FIG, D. 1984. "South African interests in Latin America", em: South Africa Research Service (org.), *South Africa review II*, Joanesburgo, Raven Press, pp. 239-255.
FIOFORI, T. 1986*a*. "History through art", *West Africa*, 7 de julho, p. 1426.
______. 1986*b*. "Hope for better nights", *West Africa*, 17 de novembro, pp. 2404-2405.
FISHER, A. 1984. *Africa adorned*, Londres, Collins.
FISSEHA, G. e Raunig, W. 1985. *Mensch und Geschichte in Aethiopiens Volksmalerei*, Innsbruck.

FLINT, J. 1983. “The failure of planned decolonization in British Africa”, African Affairs, 82, 328, julho, pp. 389-411.
FLOBERT, T. 1976. “Histoire et actualité du mouvement mahorais”, *Revue française d'études politiques africaines*, 121, janeiro, pp. 70-90.
FOLTZ, W. J. 1973. “Political boundaries and political competition in tropical Africa”, em: S. N. Eisenstadt e S. Rokkan (org.).
FONDATION Louis-de-Brouckerie/Institut Emile-Vandervelde. s.d. “Le programme colonial en 1937”, em: *Congo, Positions socialistes,* 1885-1960, Bruxelas.
FORDE, D. (org.). 1954. *African worlds : studies in the cosmological ideas and social values of African peoples*, reimp. 1960, Londres, OUP/IAI.
FORREST, T. 1982. “Brazil and Africa : geopolitics, trade and technology in the South Atlantic”, *African Affairs* (Londres), 81, janeiro, pp. 3-20.
FORTES, M. e Evans-Pritchard, E. E. (org.). 1940. *African political systems*, Londres, OUP.
FOSTER, M. 1961. *Masters of political thought,* vol. I, Londres, George G. Harrap.
FOSTER, P. 1965. *Education and social change in Ghana*, Londres, Routledge and Kegan Paul.
FOSU, K. 1986 *Twentieth-century art of Africa*, Zaria.
FOUQUET,J. 1958. “La traite des arachides dans le pays de Kaolack et ses conséquences économiques, sociales et juridiques”, Estudos Senegaleses (Dakar e Saint-Louis du Senegal, IFAN), 8, pp. 9-163.
FOURNEAU, J. e Kravetz L. 1954. “Le pagne sur la cote de Guinée et au Congo du XVème siecle à nos jours”, Boletim do Instituto de Estudos Centro-africanos, 7-8, pp. 5-22.
FOUTCHANTSE, V. 1967. “Promouvoir une littérature africaine”, *Présence africaine*, 67, 3, pp. 124-156.
FOX, L. K. (org.). 1967. *East African childhood*, Londres, OUP.
FRAGINALS, M. M. 1984. *L'Afrique en Amérique latine*, Paris, UNESCO.
FRANK, A. G. 1980. *Crisis in the world economy*, Nova Iorke/Londres, Holmes and Meier Publishers.
FRANKEL, S. H. 1938. *Capital investment in Africa : its causes and effects*, Londres, OUP.
FREDERICK, A., duque de Mecklembourg. 1910. *In the heart of Africa*, Londres.
FREEMAN, L., 1984. “ClDA and agriculture in East and Central Africa”, em: J. Barker (org.).
FREEMAN-GRENVILLE, G. S. P. 1973. *Chronology of African history*, Londres, OUP.
FREUND, B. 1981. *Capital and labour in the Nigerian tin mines*, Harlow, Longman.
FROBENIUS, L. 1933. *Histoire de la civilisation africaine*, trad. H. Back e D. Ermont, Paris, Gallimard.
FROJE, J. W. 1989. *Science and technology in Africa*, Londres, Longman.
FROST, R. 1978. *Race against time : human relations and politics in Kenya before independence*, Nairóbi, Transafrica.
FUCHS, A. 1985. “Le théâtre en situation”, em: *Littératures d'Afrique australe, l'apartheid, L'Afrique littéraire e artistique*, 75, pp. 93-115.
FUNDO Monetário Internacional. 1982. *Directory of trade statistics*, Washington, FMI.
FUREDI, F. 1974. “The social composition of the Mau-Mau movement in the White Highlands”, *Journal of Peasant Studies*, 1,4, pp. 486-505.
FURLEY, O. W. e Watson, T. 1978. *A history of education in East Africa*, Nova Iorque, NOK Publishers.
FYLE, C. M. 1981. *The history of Sierra Leone*, Londres, Evans Brothers.
GABRIEL, C. 1978. *Angola : Le tournant africain ?*, Paris, La Brèche.
GAHAMA, J. 1983. *Le Burundi sous administration belge*, Paris, Karthala-CRA.
GALAL, S. 1977. *Pertes de sol dans la vallée du Nil in Uniterra*, Nairóbi.
GALBRAITH, J. K. 1979. *Nature of mass poverty*, Cambridge, Mass., HUP.
GALISSOT, R. 1964. *Le patronat européen au Maroc*, 1931-1942, Rabat, Éditions techniques nord-africaines.
GALLI, R. E. (org.). 1981. *The political economy of rural development : peasants, international capital and the state*, Albany, State University of Nova Iorque Press.
GALTUNG, J. 1976. “The Lome Convention and neo-capitalism”, *The African Review*, 6, 1, pp. 33-43.

GALVÃO, H. e SALVAGEM, C. 1950-1953. *O império colonial português*, 4 vol., Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade.
GANN, L. H. 1968. *Burden of empire : an appraisal of western colonialism in Africa south of the Sahara*, Londres, Pall Mall Press.
GARCIA, L. 1971. "L'organisation de l'instruction publique au Dahomey, 1894-1920", *CEA*, 11, pp. 59-100.
GARDET, L. 1977. "La cité musulmane", *Encyclopaedia Universalis*, vol. x, Paris.
GARRETT, R. M. 1984. Education and development, Nova Iorque, St Martin's Press.
GASKIN, L. J. P. 1965*a*. *A bibliography of African art*, Londres, IAI.
______. 1965*b*. *A select bibliography of music in Africa*, Londres, IAI.
GATTA GALI NGOTHE. 1985. *Tchad, guerre civile et désagregation de l'État*, Paris, Présence africaine.
GAULLE, C. de. 1968. *Africa Research Bulletin* (Londres), 9, 5, p. 1186.
GAUZE, R. 1973. *The politics of Congo-Brazzaville*, Stanford, Hoover Institution Press.
GAVIN, R. J. e OYEMAKINDE, W. 1980. "Economic development in Nigeria since 1800", em: O. Ikime (org.).
GEARY, C. 1983 *Les choses du palais*, Wiesbaden, Franz Steiner, Studien zur Kulturkunde, nº 60.
GEERTZ, C. 1963. *Old societies and new states*, Glencoe, The Free Press.
GEISS, I. 1974. *The pan-african movement*, Londres, Methuen.
GELLAR, S. 1972. *State-building and nation-building in West Africa*, Bloomington, International Development Centre, Indiana University.
GERARD, A. S. (org.). 1986. *European language-writing in sub-Saharan Africa*, vol. I e II, Budapeste, Akadémiai Kiadó.
GERARD-LIBOIS, J. 1964. *Sécession au Katanga*, Bruxelas, CRISP
GERHART, G. M. 1979. *Black power in South Africa : the evolution of an ideology*, Berkeley/Los Angeles, UCP
GERTZEL, C. 1976. "Kingdom, districts and the unitary state : Uganda 1945-1962", em: D. A. Low e A. Smith (org.), pp. 65-106.
GERTZEL, C., GOLDSCHMIDT, M. e ROTHCHILD, D. (org.). 1972. *Government and politics in Kenya*, Nairóbi, EAPH.
GHANA TODAY. 1964. Vol. VIII, 21, 16 de dezembro.
GHARBI, S. 1981. "OUA/CEA : deux demi-sœurs rivales", *Jeune Afrique*, 1072, 22 de julho, pp. 28-30.
GIBSON, R. 1972. *African liberation movements : comtemporary struggles against white minority rule*, Londres, OUP
GIFFORD, P. 1982. "Misconceived dominion : the creation and disintegration of federation in British Central Africa", em: P. Gifford e W. R. Louis (org.).
GIFFORD P. e LOUIS, W. R. (org.). 1982. *The transfer of power in Africa : decolonization, 1940-1960*, New Haven, YUP.
GIFFORD P. et LOUIS, W. R. (org.). 1988. *The transfer of power in Africa, 1956-1980*, New Haven, YUP.
GILBERT, M. 1981. "Ewe funerary sculpture", *African Arts*, 14,4, pp. 44-47 e 88.
GILBERT, O. P. 1947. *L'empire du silence : Congo 1946*, Bruxelas, La Renaissance du Livre.
GILKES, P. 1975. *The dying lion : feudalism and modernization in Ethiopia*, Londres, Julian Friedman.
GILLON, W. 1984. *A short history of African art*, Harmondsworth, Viking.
GLAZE, A. 1972. "Senufo graphic arts", *Bashiru*, 4, pp. 37-46.
GLELE, M. 1981. *Religion, culture et politique en Afrique noire*, Paris, Economica.
GOLDSWORTHY, D. 1971. *Colonial issues in British politics*, 1945-1961, Oxford, Clarendon Press.
GONIDEC, P.-F. 1983. "Esquisse d'une typologie des régimes politiques africains", em: *Les pouvoirs africains*, *Pouvoirs*, 25, pp. 63-79.
GOODRICH, L. M. 1970. "Foreword", em: D. A. Kay, *The new nations in the United Nations, 1960-1967*, Nova Iorque/Londres, Columbia University Press, Columbia University Studies and International Organization Series, nº 8, p. vii.

GOODY, J. 1973. "Uniqueness in the cultural conditions for political development in Black Africa", em: S. N. Eisenstadt e S. Rokkan (org.), vol. II.
GORDON, G. C. 1966. *The passing of French Algeria*, Oxford, OUP.
GORER, G. 1945. *Africa dances*, 2ª ed., Londres, Lehmann.
GOVERNO da Costa do Marfim. 1967. *Perspectives décennales de développement économique, social et culturel*, 1960-1970, Abidjan, Ministério do planejamento.
GOVERNO da Costa do Marfim. 1976. *La Côte d'Ivoire en chiffres*, Dakar, Société africaine d'édition.
GOVERNO de Gana. 1964. *Ghana seven-year Development Plan*, 1963/64-1969/70, Accra.
GOVERNO de Madagascar. 1964. *Plan quinquennal 1964-1968*, Antananarivo.
GOVERNO do Mali. s. d. *Rapport sur le plan quinquennal de développement économique et social de la République du Mali 1961-1965*, Bamako.
GOVERNO da Tunísia. 1962. Perspectives *décennales de développement 1962-71*, Túnis.
GRAN, G. 1983. "From the official future to a participatory future : re-thinking development policy and practice in rural Zambia", *Africa today*, 30, 4, pp. 5-22.
GRANGE, D. 1974. "Structure et techniques d'une propagande : les émissions de Radio-Bari", *Relations internationales*, 2, novembro, pp. 165-185.
______. 1976. "La propagande de Radio-Bari, 1937-1939", *Relations internationales*, 5, primavera, pp. 65-103.
GREEN, R. H. 1977. *Toward socialism and self-reliance : Tanzania striving for sustained transition projected*, Uppsala, Instituto Escandinavo de Estudos Africanos.
GREEN, R. H., KILJUNEN, M. e KILJUNEN, K. (org.). 1981. *Namibia : the last colony*, Londres, Longman.
GREEN, R. J. e SEIDMAN, A. 1968. *Unity of poverty : the economics of pan-africanism*, Baltimore, Penguin Books.
GREENBERG, J. H. 1966. *The languages of Africa*, Bloomington, lndiania University Research Center in Anthropology, Folklore and Linguistics, publicação nº 25.
GREENFIELD, R. 1965. *Ethiopia : a new political history*, Londres, Weidenfeld and Nicolson.
GRIAULE, M. e DIETERLEN, G. 1954. "The Dogon of the French Sudan", em: D. Forde (org.), pp. 83-110.
GRIFFIN, K. 1974. *The political economy of agrarian change : an essay on the green revolution*, Londres, Macmillan.
GRIFFIN, K. 1979. "Underdevelopment in theory", em: C. K. Wilber (org.), pp. 23-33.
GRIFFITHS, I. L. L. 1989. *An atlas of African affairs*, Nova Iorque/Londres, Chapman and Hall/ Routledge; 1ª ed., 1984, Methuen & Co ; ed. rev., 1985, Methuen & Co em associação com Methuen Inc.
GRIGG, D. 1970. *The harsh Land : a study in agricultural development*, Londres/Nova Iorque, Macmillan/St Martin's Press.
GRILLO, Y.A. e HIGHET, J. 1968. "Appreciations of ldubor", *African Arts*, 2, 1, pp. 33-35.
GROMYKO, A. A. 1967. "Soviet foreign policy in Africa", *International Affairs*, setembro.
GROMYKO, A. A. (org.). 1984. *The October Revolution and Africa*, Moscou, Progress Publishers.
GROVE, A. T. 1974. "Desertification in the African environment", *African Affairs*, 73, 291, abril, pp. 137-152.
GUEDEZ, J. M. R. 1985. Bibliografia Afrovenezolana, Caracas, Venezuela.
GUÉGAN, D. 1983. *Enseignement et mathématiques en langues africaines*, Paris, ACCT.
GUÉRIN du MARTERAY, C. 1977. "Une colonie pendant la guerre ou les origines d'une révolte : Madagascar, 1939-1947", tese não publicada, Nice.
GUGLER, J. e FLANAGAN, W. G. 1978. *Urbanization and social change in West Africa*, Londres, CUP.
GURALNIK, D. B. (org.). 1970. *Websters new world dictionary*, vol. II, Nova Iorque, The World Publishing Company.
GUTHRIE, M. 1948. The classification of Bantu languages, Londres, OUP.
GUTKIND, P. C. W. e WALLERSTEIN, I. (org.). 1976. *The political economy of contemporary Africa*, vol. I, Beverly Hills/Londres, Sage.

P. C. W. GURKIND e P. WATERMAN (org.). 1977. *African social studies : a radical reader*, Nova Iorque/Londres, Monthly Review Press
GWANGA, J. e MILLER, E. J. 1971. *The world of African song : Miriam Makeba*, Chicago.
HABTE, A. 1969. *A look forward : a special report from the president*, Addis-Abeba, Hailé Sélassié I University Press.
EL HADJDJ BADARA, D. 1979. "Le Centre Bopp à Dakar, Sénégal : modèle d'une collaboration chrétienne-islamique", em: *La contribution du christianisme et de l'islam et la formation d'États indépendants en Afrique au sud du Sahara*, textos e documentos do Simpósio sobre a África, Bonn--Bad Godesberg, 2-4 de maio de 1979, Tübingen.
HADJOR, K. 1987. *On the brink : nuclear proliferation and the Third World*, Londres, Third World Communications.
HAEZEN, G. 1960. "De troubadours van koning Boudewijn", *Band*, 19, 2-3, pp. 61-65.
HAFFNER, P. 1978. *Essai sur le fondement du cinéma africain*, Abidjan/Dakar, NEA.
HAFKIN, N.J. e BAY, E. G. (org.). 1976. Women in Africa : studies in social and economic change, Stanford, Stanford University Press.
HAILEY, LORD MALCOM. 1936. "Nationalism in Africa", *Journal of the Royal African Society*, XXVI, 143, abril, pp. 134-149.
______. 1938. *An African survey : a study in problems arising in Africa south of the Sahara*, Londres, OUP.
______. 1951. *Native administration in the British African territories*, Londres, HMSO.
______. 1957. *An African survey : a study in problems arising in Africa south of the Sahara*, Londres, OUP.
HAIM, S. G. 1962. *Arab nationalism : an anthology*, Berkeley/Los Angeles, UCP.
HALFANI, M. S. e BARKER, J. 1984. "Agribusiness and agrarian change", em: J. Barker (org.), pp. 35-65.
HALL, K. e BLAKE, B. W. 1979. *"The emergence of the African, Caribbean and Pacific group of states : an aspect of African and Caribbean cooperation"*, African Studies Review (Los Angeles), 22, 2, setembro, pp. 11-123.
HAMILTON, V. 1988. *In the beginning*, Nova Iorque/Londres, Harcourt Brace Jovanovich.
HAMPATÉ Bâ, A. 1972. "Les religions traditionnelles comme source de valeurs de civilisation", *Présence africaine*.
HANDLER, B. 1970. "South Africa Atlantic Pact rumored", *Washington Post*, 17 de fevereiro.
HANNA, S. A. e GARDNER, G. H. 1969. *Arab socialism : a documentary survey*, Leyde, Brill.
HANSON, J. W. 1973. *Imagination and hallucination in African education*, East Lansing, Michigan State University.
HAQ, K. (org.). 1980. *Dialogue for a new order*, Nova Iorque, Pergamon Press.
EL-HAREIR, I. S. 1985. *"L'Afrique du Nord et la seconde guerre mondiale "*, em: UNESCO, 1985*b*, pp. 29-39.
HARGREAVES, J. P. 1979. *The end of colonial rule in West Africa : essays in contemporary Africa*, Londres, Macmillan.
______. 1985. "Review of *The Cambridge history of Africa*, vol. VIII", *JAH*, 26.
HARPER, P. 1969. "Dance in Nigeria", *Présence africaine*, 70, 2, pp. 163-171.
HARRIS, J. E. 1971. *The African presence in Asia : consequences of the East African slave trade*, Evanston, Northwestern University Press.
______. 1974. *Pillars in Ethiopian history : William Leo Hansberry African history notebook*, Washington, Howard University Press.
______. 1982*a*. Artigo no *The East African Standard* (Nairóbi), 14 de julho.
______. (org.) 1982*b*. *Global dimensions of the African diaspora*, Washington, Howard University Press.
HARRISON-CHURCH, R. S., Clarke, J. I.,Clarke, P. J. H. e Henderson, H. J. R. 1971. *Africa and its islands*, 3ª ed., Londres, Longman.
HARTLAND-ROWE, M. 1985. "The textile prints of the Phutadikobo Museum", *African Arts*, 18, 3, pp. 84-86.
HASTINGS, A. 1979. *A history of African christianity*, Cambridge, CUP.

HAY, M. J. 1976. "Luo women and economic change during the colonial period", em: N. J. Hafkin e E. G. Bay (org.), pp. 87-111.
HECHT, D. 1979. "Malerei in Aethiopien", em: U. Eckardt e G. Sievernich (org.).
HELLEINER, G. K. 1966. *Peasant agriculture, govemment, and economic growth in Nigeria*, Homewood, Richard D. Irwin.
HELLEINER, G. K. 1972. "Beyond growth rates and plan volumes - planning for Africa in the 1970s", *Journal of Modern African Studies*, 10, 3 pp. 33-55
HENNEBELLE, G. 1972. Les cinémas africains, Paris, Société africaine d'édition.
HENNEBELLE, G. e Ruelle, C. 1978. *Dictionnaire des cinéastes d'Afrique noire*, Paris.
HEROLD, E. 1983. "On some problems of the modern art of the Makonde people", *Annals of the Napstrek Museum* (Praga), pp. 91-109.
HERSKOVITS, M. J. 1963. *The human factor in changing Africa*, Londres, Routledge and Kegan Paul.
HERZOG, J. 1979. "La politique extérieure des dirigeants somalis", *Revue française d'histoire politique africaine*, 165-166.
HESELTINE, N. 1971. *Madagascar*, Londres, Pall Mall Press.
HEYER, J., MAITHA, J. K. e SENGA, W. M. (org.). 1976. *Agricultural development in Kenya : an economic assessment*, Nairóbi, OUP.
HEYER, J., ROBERTS, P. e WILLIAMS, G. (org.). 1981. *Rural development in tropical Africa*, Nova Iorque/Londres, St Martin's Press/Macmillan.
HEYSE, T. 1950. *Bibliographie du Congo belge et du Ruanda-Urundi (1939-49) : beaux arts, urbanisme, arts indigènes, cinéma*, Bruxelas, Cahiers belges et congolais, 11.
HILL, C. R. 1964. *Bantustans : the fragmentation of South Africa*, Londres, OUP.
HILL, P. 1970. *Studies in rural capitalism in West Africa*, Cambridge, CUP.
HINDERINK, J. e STERKENBURG, J.J. 1983. "Agricultural policy and production in Africa : the aims, the methods, and the means", *The Joumal of Modern African Studies*, 21, 1, março, pp. 1-23
HISKETT, M. 1974. "Traditional islamic and modern western education in tropical Africa : the problems of integration", *World Development*, 2, pp. 41-43.
HODGKIN, T e SCHACHTER, R. 1960. "French-speaking West Africa in transition", *International Conciliation*, 528.
HODGKINS, T. 1961. *African Political : an introductory guide*, Harmondsworth, Penguin Books.
HOFFHER, K. 1939. *La politique commerciale de la France*, Paris.
HOFFMAN, H. 1982. "Towards Africa ? Brazil and the South-South trade", em: J. Carlsson (org.), pp. 55-77.
HOGENDORN, J. S. e SCOTT, K. M. 1981. "The East African Groundnut Scheme : lessons of a large-scale agricultural failure", *African Economic History*, 10, pp. 81-115.
HOLBROOK, W. P. 1985. "British propaganda and the mobilisation of the Gold Coast war effort, 1930 1945", *JAH*, 26, 4, pp. 347-361.
HOLT, P. M. 1961. *A modern history of the Sudan*, 2ª ed. 1967, Londres, Weidenfeld and Nicolson.
HOMBURGER, L. 1941. *Les langues africaines et les peuples qui les parlent*, Paris, Payor.
HOMMEL, M. 1962. "South African theatre", *The New African*, 1, 11, pp. 13-14.
HOOKER, N. W. 1970. "Popular musicians in Freetown", *African Urban Notes*, 5, 4, pp. 11-17.
HOPKINS, A. G. 1973. *An economic history of West Africa*, Londres, Longman.
HOPKINS, S. 1971. "Persuasion and satire in the Malian theatre", *Africa*, 42, 3, pp. 217-228.
HOUBERT, J. 1980. "Reunion : Part I, French decolonization in the Mascareignes and Reunion" ; "Part II, The politics of departmentalization", *Journal of Commonwealth and Comparative Politics*, 18, 2, pp. 145-172, e 18, 3, pp. 325-348.
HOUGHTON, D. H. 1971. "Economic development, 1865-1965", em: M. Wilson e I. Thompson (org.), vol. II.
HOUIS, M. 1971. *Anthropologie linguistique de l'Afrique noire*, Paris, PUF.
HOUIS, M. e BOLE-RICHARD, R. 1977. *Intégration des langues africaines dans une politique d'enseignement*, Paris, UNESCO/ACCT

HOUIS, M., RODEGEM, F., DIEU, M. e POLAK, L. 1980. *Éléments de recherche sur les langues africaines*, Paris, ACCT
HOWE, J. 1986. "Fela rampant", *West Africa*, 3593, 14 de julho, p. 1475.
HUGGINS, W. N. e JACKSON, J. G. 1935. *The Afro-American* (Baltimore), 27 de julho.
______. 1937. *An introduction to African civilization*, Nova Iorque, Negro Universities Press.
HUGGINS, W. N. e JACKSON, J. G. s. d. *The Friends of Ethiopia*, Nova Iorque.
HULSTAERT, G. 1953. "Theatre Nkundo", *Aequatoria*, 16, 4, pp. 142-146.
HUNTER, G. 1964. *The new societies of tropical Africa : a seledive study*, Nova Iorque, Praeger.
HUNTINGTON, S. 1968. *Political order in changing societies*, New Haven, YUP.
HUAYNĪ, I. M. 1952. *Al-Ikhwan al-Muslimin*, Beyrouth, Dar al-Beirut.
HYDE, G. D. M. 1978. *Education in modern Egypt : ideals and realities*, Londres, Routledge and Kegan Paul.
HYDEN, G. 1983. *No short cuts to progress*, Berkeley/Los Angeles, UCP.
IBRAHIM, S. E. 1988. "Egypt's islamic activism in the 1980s", *Third World Quarterly*, 10, 2, abril.
IGNATIEV, O. 1975. *Amilcar Cabral, filho de África*, Lisboa, Seara Nova.
IKE, V. C. 1976. *University development in Africa : the Nigerian experience*, Ibadan, OUP.
IKIME, O. (org.) 1979. *Twentieth anniversary history of W.N.T.V.*, Ibadan, Heinemann.
______. 1980. *Groundwork of Nigerian history*, Ibadan, Heinemann.
IKOKU, S. 1971. *Le Ghana de Nkrumah*, Paris, Maspero.
ILIFFE, J. 1979. *A modern history of Tanganyika*, Cambridge, CUP.
IMBAKOM QALE-WOLD. 1970. *Traditional Ethiopian church education*, Nova Iorque, Columbia University Teachers College Press.
IMPERATO, P. J. 1971. "Contemporary adapted dances of the Dogon", *African Arts*, 5, 1, pp. 28-33 e 68.
INDIAN COUNCIL FOR AFRICA. 1967. *India and Africa : perspectives of cooperation*, Nova Déli, Indian Council of Africa.
INDIAN NATIONAL CONGRESS. 1976. *India and the African liberation struggle*, Nova Déli, Indian National Congress.
INKELES, A. e HOLSINGER D. H. 1974. *Education and individual modernity in developing countries*, Leyde, Brill.
INTERNATIONAL AFFAIRS (Moscou). 1963. "The choice before Nigeria".
INTERNATIONAL INSTITUTE FOR LABOUR STUDIES FOR OAU 1981. *Lagos Plan of action for the economic development of Africa 1980-2000*, Genebra, IILS.
ISMAEL, T. Y. 1971. *The UAR in Africa : Egypt's policy under Nasser*, Evanston, Northwestern University Press.
ISSAWI, C. 1963. *Egypt in Revolution : An economic analysis*, Londres/Nova Iorque, OUP.
______. 1982. *An economic history of the Middle East and North Africa*, Londres, CUP.
ITALIAANDER, R. 1937. *Neue Kunst in Afrika*, Mannheim, Bibliographisches Institut AG.
IYANDZA-LOPOLOKO. 1961. *Bobongo : danse renommée des Ekonda*, Tervuren, Museu Real da África Central, Arquivos de etnografia, nº 4.
JABAVU, D. D. T. 1920. *The black problem : papers and addresses on various native problems*, Lovedale, Lovedale Press.
JACKSON, J. G. 1970. *Introduction to African civilizations*, Secaucus, The Citadel Press.
JAIPAL, R. 1983. *Non-Alignment : Origins, growth and potential for world peace*, Nova Déli, Allied Publishers.
JALLOH, A. 1976. "Regional integration in Africa : lessons from the past and prospects for the future ", *Africa Development*, 2, 2, pp. 44-58.
JANKOWITSCH, O. e Sauvant, K. 1980. "The initiating role of the non-alignment countries", em: K. Sauvant (org.), *Changing priorities on the international agenda : the new international economic order*, Oxford, Pergamon Press, pp. 41-78.
JANS, P. 1960. "Godsdienstige muzick voor inlanders in the apostolisch vicariaat ban Coquilhatstad", *Band*, 19, 2-3, pp. 66-82.

JANSEN, G. H. 1966. *Non-Alignment and the Afro-Asian states*, Nova Iorque, Praeger.
JAPHET, K. e Japhet, S. 1967. *The Meru land case*, Nairóbi, EAPH.
JARITZ, H. 1973. "Notes on Nubian architecture and architectural drawings", em: R. A. Fernea (org.), pp. 49-60.
JEWSIEWICKI, B. 1976. "La contestation sociale et la naissance du prolétariat au Zaïre au cours de la première moitié du XX[ème] siècle", *Revue canadienne des études africaines* (Montreal), 10, 1, pp. 47-71.
______. 1977. "Unequal development : capitalism and the Katanga economy, 1914-40", em: R. Palmer e N. Parsons (org.), pp. 317-345.
______. (org.). 1984. *États indépendants du Congo, Congo belge, République démocratique du Congo, République du Zaïre*, Québec.
______. 1986. "Collective memory and the stakes of power : a reading of popular Zairian historical discourses ", *History in Africa*, 13, pp. 195-223.
JOHNSON, W. R. 1983. "The role of the Arab Bank for Economic Development in Africa", *Journal of Modern African Studies*, 21, 4, dezembro, pp. 625-644.
JORGENSEN, J. J. 1981. *Uganda : A modern history*, Londres, Croom Helm.
JOSEPH, R. A. 1974. "Settlers, strikers and 'sans-travail' : the Douala riots of 1945", *JAH*, 15, 4, pp. 669-687.
______. 1977. *Radical nationalism in Cameroon : social origins of the UPC rebellion*, Oxford, Clarendon Press.
JOURNAL OF AFRICAN HISTORY. 1985. "World War II and Africa", 26, 4.
JULES-ROSETTE, B. 1984. *The messages of tourist arts : an African semiotic system in comparative perspective*, Nova Iorque/Londres, Plenum Press.
JULIEN, C.A. (org.). 1977. *Les Africains*, Paris, Jeune Afrique.
______. 1978. *Le Maroc face aux impérialismes 1415-1956*, Paris, Jeune Afrique.
KABA, L. 1974. *The Wahabiyya : islamic reform and politics in French West Africa*, Evanston, Northwestern University Press.
KADALIE, C. 1971. *My life and the ICU*, Londres, Frank Casso
KADDACHE, M. s. d. *Histoire du nationalisme algérien*, 2 vol., Argel, SNED.
______. 1970. *La vie politique en Algérie de 1919 à 1939*, Argel, SNED.
EL-KADHAFI, M. 1977-1980. *Le Livre vert*, trad. francesa, 3 vol., Paris, Cujas, original 1976-1979.
KADIMA-NZUJI. 1981. "La littérature au Zaïre : C. Le théâtre", *Zaïre-Afrique*, 153, pp. 161-169.
KAGAME, A. 1956. *La philosophie bantou-rwandaise de l'être*, Bruxelas, Academia Real de Ciências Coloniais.
KAHIN, G. M. 1956. *The Asian-African Conference, Bandung, Indonesia*, *April 1955*, Ithaca, Cornell University Press.
KAKÉ, I. B. e M'Bokolo, E. 1979. *Résistance et messianismes : l'Afrique centrale au XIX[ème] et au XX[ème] siècle*, Paris, Afrique Biblio Club.
KALA-LOBE, H. 1982. "*Music in Cameroun*", West Africa, 3405, 8 de novembro, pp. 2881-2882.
KALCK, P. 1959. *Réalités oubanguiennes*, Paris, Berger-Levrault.
______. 1973. *Histoire centrafricaine des origines à nos jours*, Lille, Service de reproductions, Universidade de Lille.
______. 1974. *Histoire de la République centrafricaine*, Paris, Berger-Levrault.
______. 1977. "Boganda, tribun et visionnaire de l'Afrique centrale", em: C. A. Julien (org.), vol. III, pp. 105-137.
KAMARCK, A. M. 1972. *The economics of African development*, ed. rev., Nova Iorque, Praeger.
KANDT, R. 1905. *Caput Nili*, Berlin.
KANE, C. A. 1962. *L'aventure ambiguë*; Paris, Julliard.
KANNYO, E. 1982. "The Latin balancing act", *Africa Report*, 27, 4, julho-agosto, pp. 52-59.
______. 1984. "The Banjul Charter on human and peoples' rights : genesis and political background ", em: C. E. Welch Jr. e R. I. Meltzer (org.), pp. 128-176.
KANOGO, T. 1987. *Squatters and the roots of Mau Mau*, Londres, James Currey.

KANZA MATONGO. 1972. *Musique zaïroise moderne (situation actuelle et perspective d'avenir)*, Kinshasa.
KAPCIA, A. M. 1979. "Cuba's African involvement : a new perspective", *Survey* (Londres), 24, 2, primavera, pp. 142-159.
KARABEL, J. e HALSEY, A. H. 1972. *Power and ideology in education*, Nova Iorque, OUP.
KARIARA, J. 1965. "The Dream of Africa", em: D. Cook (org.).
KARIS, T. e Carter, G. M. 1977. *From protest to challenge : a documentary history of African politics in South Africa 1882-1964*, vol.I-IV, Stanford, Hoover Institution Press.
KARUGIRE, S. 1980. *A political history of Uganda*, Nairóbi, Heinemann.
KASSAB, A. 1976. *Histoire de la Tunisie : l'époque contemporaine*, Túnis, STD.
KAUNDA, K. e MORRIS, C. 1960. *Black government : a discussion between Colin Morris and Kenneth Kaunda*, Lusaka, United Society for Christian Literature.
KAY, D. 1970. *The new nations in the United Nations, 1960-1967*, Nova Iorque, Columbia University Press.
KAY, G. 1965. *Changing patterns of settlement and land use in eastern province of Northern Rhodesia*, Hull, Universidade de Hull, Occasional Papers in Geography, nº 2.
KAY, S. 1978. "Peter Nzuki : calabash carver of Kenya", *African Arts*, 12, 1, pp. 40-41 e 108.
KAZADI WA MUKUNA. 1980. *Readings in African urban music*, East Lansing, Michigan State University, African Urban Studies, nº 6.
KAZADI, F. S. B. 1978. "Mobutu, MPR and the politics of survival", *Africa Report*, 23, 1, janeiro, pp. 11-16.
KEATLEY, P. 1963. *The politics of partnership*, Londres, Penguin Books.
KEESING'S Contemporary Archives : Record of World Evmts (Bristol). 1986.32, 11, novembro.
KEITA, F. 1957. "La danse africaine et la scène", *Présence africaine*, 14-15, pp. 202-209.
KENNEDY, J. 1985. *New forms in a landscape : African artists in a generation of change*, Washington.
KENYA Historical Review. 1977. 5, 2, edição especial sobre os Mau Mau.
KENYATTA, J. 1973. *Au pied du mont Kenya*, trad. P. Balta e G. Marcou, Paris, Maspero, original : *Facing mount Kenya*, 1938.
KEYA, T. 1981. *The South African film industry*, 2ª ed., Joanesburgo.
KGAREBE, A. 1981. *SADCC 2-Maputo : the proceedings of the Second Southern African Development Coordination Conference held in Maputo, People's Republic of Mozambique on 17/18 November 1980*, SADCC Liaison Committee.
KHADDURI, M. 1963. *Modern Libya : a study in political development*, Baltimore, Johns Hopkins University Press.
______. 1970. Political trends in the Arab world : the role of ideas and ideals in politics, Baltimore, Johns Hopkins University Press.
KHALIDI, I. R. 1956. Constitutional development in Libya, Beyrouth, Khayat.
EL-KHAWAS, M. 1971. "The Third World stance on apartheid : the UN record", *Journal of Modern African Studies*, 9, 3, outubro, pp. 443-452.
KIGGUNDU, I. 1984. *A planned approach to a common market in developing countries*, Nairóbi, Coign Publications.
KILBY, P. 1969. *Industrialization in an open economy : Nigeria 1945-1966*, Cambridge, CUP.
______. 1975. "Manufacturing in colonial Africa", em: P. Duignan e L. H. Gann (org.), vol. IV.
KILLINGRAY, D. e Rathbone, R. (org.). 1986. *Africa and the Second World War*, Londres, Macmillan Press.
KIMBLE, G. H. T. 1960. *Tropical Africa; vol. I, Land and livelihood*, Nova Iorque, The Twentieth Century Fund.
KIMCHE, D. 1968. "Black Africa and the Afro-Asian peoples solidarity movement", *Asian and African Studies* (Jerusalém), 4, pp. 107-136.
______. 1973. *The Afro-Asian movement : ideology and foreign policy in the Third World*, Jerusalém, Israel University Press.

KING, K. (org.). 1971. *Pan-Africanism and education*, Londres, OUP.
______. (org.). 1976. *Education and the community in Africa*, Edimburgo, Universidade de Edimburgo, Centro de Estudos Africanos.
______. 1984. *Education, science and technology research in eastern Africa : a discussion*, Edimbourg, Universidade de Edimburgo, Centro de Estudos Africanos, Occasional Paper, nº 3.
KINNEY, E. S. 1970. "*Urban West African music and dance*", African Urban Notes, 5, 4, pp. 3-10.
KINYONGO, J. 1974. "Philosophie en Afrique : une existence", *African Philosophical Journal*, 3-4, pp. 205-211.
KIPLING, R. 1903. *If.* Trad. em A. Maurois, *Les silences du colonel Gramble*, Paris, Grasset, 1950.
KIPRÉ, P. 1985. *Villes de Côte d'Ivoire*, 1893-1940, 2 vol., Dakar, NEA.
KIRBY, P. R. 1964. "The changing faces of African music south of the equator", em: *Essays on music and history in Africa and Asia*, parte II, Africa, Londres.
KITCHING, G. 1980. *Class and economic change in Kenya : the making of an African petite bourgeoisie*, 1905-1970, New Haven, YUP.
KIYAGA-MULINDWA, D. 1984. "The Bechuanaland Protectorate and the Second World War", *Journal of Imperial and Commonwealth History*, 12, 3, pp. 33-53.
KI-ZERBO, J. 1972. *Histoire de l'Afrique noire*, Paris, Hatier.
______. (org.). 1980. *Méthodologie et préhistoire africaine, História Geral da África*, vol. I, Paris, Jeune Afrique/Stock/UNESCO.
KLEIN, M. 1968. Islam and imperialism in Senegal, Stanford/Edimburgo.
KLEIN, M. A. 1980. *Peasants in Africa : historical and contemporary perspectives*, Beveriy Hills/Londres, Sage.
KOKOLE, O. H. 1981. "Stabex anatomised", *Third World Quarterly*, 3, 3, julho, pp. 441-460.
______. 1984. "The islamic factor in African-Arab relations", *Third World Quarterly*, 6, 3, julho, pp. 687-702.
KOM, D. 1971. *Le Cameroun : essai d'analyse économique et politique*, Paris, Éditions sociales.
KORIEY, N. L. 1986. "A pan-African orchestra", *West Africa*, 3574, 3 de março; pp. 465-467.
KOTHARI, R. 1973. "The confrontation of theories with national realities : report on an international conference", em: S. N. Eisenstadt e S. Rokkan (org.).
KOUASSI, E. K. 1983. "Le rôle de l'Afrique dans le développement du droit international en Afrique", em: UNESCO, 1983.
______. 1987. *Le rôle de l'Afrique dans le développement du droit international en Afrique*, Paris, Berger-Levrault.
KUBIK, G. 1966. "La situation de la musique et des arts appliqués en Afrique", *Afrika*, 7, 2, pp. 11-13.
______. 1981. "Neo-traditional popular music in East Africa since 1945", em: I. R. Middleton e D. Horn (org.), vol. I.
KUM'A N'Dumbe III, A. 1980. Hitler voulait l'Afrique, Paris, L'Harmattan.
KUPER, H. 1978. *Sobhuza II, ngwenyama and king of Swaziland*, Londres, Duckworth.
KUPER, L. e Smith, M. G. (org.).1971. *Pluralism in Africa*, Berkeley/Los Angeles, UCP.
KWABENA Nketia, J. H. 1957. "Modern trends in Ghana music", *African Music*, 1,4, pp. 13-17.
______. 1965. *Ghana : music, dance and drama*, Accra.
______. 1967. "The language problem and the African personality", Présence africaine, 67, 3, pp. 157-172.
______. 1975. *The Music of Africa*, Londres, Gollancz.
______. 1978. "Tradition and innovation in African music", *Jamaica Journal*, 11, 3, pp. 3-9.
KYLE, K. 19640. "Gideon's Voice", *The Spectator* (Londres), 7 de fevereiro.
______. 1964b. "How it happened", *The Spectator* (Londres), 14 de fevereiro.
LA Conférence africaine française. 1944, Brazzaville, Éditions du Baobab.
LA nouvelle génération de l'immigration maghrebine, essai d'analyse sociologique. 1982, Paris.
LA-ANYANE, S. 1970 e 1971. "Some barriers to rural and agricultural progress in West Africa", *Ghana Journal of Sociology*, 6, 2, e 7, 1, pp. 3-13.

LABINJOH, J. 1982. "Fela Anikulapo-Kuti : protest music and social processes in Nigeria", *Journal of Black Studies*, 13, 1, pp. 119-135.
LABOURET, H. 1937. *Le Cameroun*, Paris, Hartmann.
______. 1941. *Paysans d'Afrique occidentale*, Paris, Gallimard.
LACHERAF, M. 1963. *L'Algérie, nation et société*, Paris, Maspero.
LACOUTURE, I. e Lacouture, S. 1962. *L'Égypte en mouvement*, Paris, Éditions du Seuil.
LACROIX, J.-L. 1966. *Industrialisation au Congo : la transformation des structures économiques*, Paris/La Haye, Mouton.
LAMB, D. s. d. "Russia in Somalia : they helped to develop", *Los Angeles Times*.
LANGDON, S. 1986. "Industrial dependence and export manufacturing in Kenya", em: J. Ravenhill (org.), pp. 181-213.
LANGDON, S. e Mytelka, L. K. 1979. "Africa in the changing world economy", em: C. Legum, L. Mytelka, I. W. Zartman e S. Langdon (org.), *Africa in the 1980s : a continent in crisis*, Nova Iorque, McGraw-Hili, pp. 128-213.
LANGE, O. 1985. *Ifa and computer science*, discurso inaugural, Universidade de Ibadan.
LANGLEY, A. 1973. *Pan-Africanism and nationalism in West Africa 1900-1945*, Oxford, Clarendon Press.
LANGLEY, J. A. 1975. Pan-*Africanism and nationalism in West Africa 1900-1945 : a study in ideology and social classes*, Londres, OUP
LAPORTE, R. B. 1982. "A lesser-known chapter of the African *diaspora* : West Indians in Costa Rica, Central America", em: J. E. Harris (org.), 1982*b*, pp. 219-239.
LARKIN, B. 1971. *China and Africa, 1949-1970*, Berkeley/Los Angeles, UCP.
LAROUI, A. 1967. *L'idéologie arabe contemporaine*, Paris, Maspero.
LAST, M. e Chavunduka, G. L. 1986. *The professionalization of traditional medicine*, Manchester, Manchester University Press, IAI International Seminar.
LAWRENCE, A. 1965. *Chinese foreign relations since 1949*, Londres/Boswn, Routledge and Kegan Paul.
LAWRENCE, H. G. 1962. "African explorers of the New World", *The Crisis* (orgão da NAACP, Estados-Unidos da América), junho-julho, pp. 2-4.
LAYA, D. (org.). 1972. *La tradition orale : méthodologie et sources de l'histoire africaine*, Niamey, CRDTO.
LE CACHEUX, P. s. d. "Les prospectives de l'avenir industriel des colonies", Arquivos Nacionais da França, Seção *outre-mer*, assuntos econômicos.
LE Plan d'action de Lagos pour le développement économique de l'Afrique (1985) : contribution africaine au nouvel ordre économique international, em: *Mélanges Gonidec*, Paris, LGDI.
LE TOURNEAU, R. 1962. *Évolution politique de l'Afrique du Nord musulmane 1920-1961*, Paris, Armand Colin.
LE VINE, V. 1975. *Political corruption : the Ghana case*, Stanford, Hoover Institution Press.
LE VINE, V. T. e LUKE, T. W. 1979. *The Arab-African connection : political and economic realities*, Boulder, Westview Press.
LEBEUF, J.-P. 1956. "L'école des peintres de Poto-Poto", *Africa*, 26,1, pp. 277-280.
LEDERER, A. 1983. "Les transports au Congo pendant la seconde guerre mondiale", em: Academia Real de Ciências do Além-mar, 1983, pp. 131-213.
LEFERINK, J. R. 1985. "Les églises indépendantes du Ghana", *Pro Mundi Vita* (Bruxelas), 32, 1.
LEFORT, R. 1981. *Éthiopie, la révolution hérétique*, Paris, Maspero.
LEGUM, C. 1963. "Somali liberation songs", *The Journal of Modern African Studies*, 1, 4, dezembro, pp. 503-519.
LEGUM, C. 1977. "The Afro-Arab Summit 1977", em: C. Legum (org.), *Africa contemporary record : annual survey and documents, 1976-1977*, vol. VI, Londres, Rex Collings, 1ª ed. 1974, A96-A107.
LEGVOLD, R. 1970. *Soviet policy towards West Africa*, Harvard, HUP.
LEIRIS, M. e DELANGE, J. 1967. *Afrique noire : la création plastique*, Paris, Gallimard.
LELONG, M. H. 1946. *Mes frères au Congo*, Argel.

LELOUP, J. 1983. "La naissance du théâtre en Afrique : théâtre traditionnel ou pré-théâtre ?", *Recherche, pédagogie et culture*, 61, pp. 89-100.
LEMARCHAND, R. 1970. Rwanda and Burundi, Londres, Pall Mall Press.
______. (org.). 1981. American policy in southern Africa, Washington, University of America Press.
LEMPERT, L. O. 1968. *A history of Africa, 1918-1967*, Academia Soviética de Ciências, Instituto da África, Moscou, Nauka.
LENGYEL, E. 1957. *Egypt's role in world affairs*, Washington, Public Affairs Press.
LENINE, V. I. 1917. L'impérialisme, stade supreme du capitalisme, em: *Obras Completas*, trad. francesa, Paris/Moscou, Éditions sociales/Edições do Progresso, 1976, vol. XXII, pp. 201-327.
______. 1920. "Première ébauche des thèses sur les questions nationales et coloniales pour le IIème Congrès de l'Internationale communiste", em: *Obras Completas*, trad. francesa, Paris/Moscou, Éditions sociales/Edições do Progresso, 1976, vol. XXXI, pp. 145-152.
______. 1958-1973. *Obras Completas*, trad. francesa, Paris/Moscou, Éditions sociales/Edições do Progresso, 47 vol.
LEO, C. 1981. "Who benefited from the million-acre scheme ? Toward a class analysis of Kenya's transition to independence", *Canadian Journal of African Studies*, 15, 2, pp. 201-223.
LEOGRANDE, W. M. 1980. *Cuba's policy in Africa, 1959-1980*, Berkeley, Instituto de Estudos Internacionais, Universidade da Califórnia.
LÉON, P. 1978. *Histoire économique et sociale du monde* ; vol. V, *Guerres et crises 1914-1947* ; vol. VI, *Le second XXème siècle : 1947 à nos jours*, Paris, Armand Colin.
OS PAÍSES DO CAEM E A ÁFRICA: comércio e cooperação (em árabe). 1980. Moscou, Edições o Progresso
OS PAÍSES DO MERCADO COMUM ÁRABE E A ÁFRICA: comércio e cooperação (em árabe). 1980. Moscou, Edições do Progresso
LESLAU, C. e Leslau, W. (org.). 1962. *African proverbs*, Nova Iorque, Peter Pauper Press.
LES Temps modernes. 1985. *L'immigration maghrebine*, Paris, Denoël.
LEVINE, B. (org.). 1983. *The new Cuban presence in the Caribbean*, Boulder, Westview Press.
LEWIS, A. 1953. *Industrialization in the Gold Coast*, Accra, Imprensa Nacional.
LEWIS, I. M. 1965. *The modern history of Somaliland : from nation to state*, 2ª ed. 1980, Londres, Longman.
LEWIS, L. J. 1954. *Educational policy and practice in British tropical Africa*, Londres, Thomas Nelson and Son.
LEWIS, W. A. 1969. *Some aspects of economic development : The Aggrey-Fraser-Guggisberg Memorial Lectures 1968*, Accra/Tema, The Ghana Publishing Corporation.
LEYS, C. 1975. *Underdevelopment in Kenya : the political economy of neo-colonialism 1964-1971*, Berkeley/Los Angeles, UCP.
LIAUZU, C. 1978. *Salariat et mouvement ouvrier en Tunisie : crises et mutations de 1931 à 1939*, Paris, CNRS.
LIBÉRONS l'Afrique. 1958. Manifeste du MLN.
LIBYAN Oil. 1972. *Libyan Oil 1954-1971*, Trípoli, Ministério do Petróleo.
LIEBENOW, J. G. 1969. *Liberia, the evolution of privelege*, Ithaca/Londres, Cornell University Press.
LIJEMBE, J. A. 1967. "The valley between", em: L. K. Fox (org.), *East African childhood*, Londres, OUP, pp. 1-45.
LINDFORS, B. 1980. "Nigerian high school plays : 1950-1972", *Kiabara*, 3, 1, outono, pp. 47-88.
LING, D. L. 1967. *Tunisia : from protectorate to republic*, Bloomington, Indiana University Press.
LINIGER-GOUMAZ, M. 1979*a*. *Historical dictionary of Equatorial Guinea*, Londres, Methuen
______. 1979*b*. *La Guinée équatoriale : un pays méconnu*, Paris, L'Harmattan.
LITALIEN, R. 1975. *Madagascar* 1956-1960, Paris.
LITTLE, P. D. 1983. "The livestock grain connection in northern Kenya : an analysis of pastoral economics and semi-arid land development", *Rural Africana*, 15/16, inverno-primavera, pp. 91-109.

LITTLEFIELD Kasfir, S. 1980. "Patronage and Makonde carvers", *African Arts*, 13, 3, pp. 67-90 e 91-92.
LLOYD, P. C. 1967. *Africa in social change : changing traditional societies in the modern world*, Harmondsworth, Penguin Books.
______. 1971. *Classes, crises and coups : themes in the sociology of developing countries*, Londres, Paladin.
______. 1972. *Africa in social change : changing traditional societies in the modern world*, Nova Iorque, Penguin Books.
______. 1974. *Power and independence : urban Africans' perception of social inequality*, Londres, Routledge and Kegan Paul.
LOFCHIE, M. F. 1965. *Zanzibar : background to revolution*, Princeton, PUP.
______. 1967. "Was Okello's revolution a conspiracy ?", *Transition* (Kampala), 33, 7 (ii), pp. 36-45.
LOFCHIE, M. F. e Commins, S. K. 1982. "Food deficits and agricultural policies in tropical Africa", *The Journal of Modern African Studies*, 20, 1, março, pp. 1-25.
LOMANI-TSHIBAMBA, P. 1948. Ngando, Léopoldville, Ethiopian Books.
LONDON, J. B. (org.). 1976. *Social anthropology and medicine*, Londres/Nova Iorque,Academic Press.
LONDRES, A. 1929. *Terre d'ébène*, Paris, Albin Michel.
LONG, C. H. 1985. "Religious doctrines and dogmas, Creation", em: *Encyclopaedia Britannica*, vol. XVII, pp. 369-370.
LONG, F. (org.). 1980. *The political economy of EEC relations with African, Caribbean and Pacific states : contribution to the understanding of the Lome Convention on North-South relations*, Oxford, Pergamon Press.
LONOH, M. s. d. *Essai de commentaire de la musique congolaise moderne*, Bolonha.
LONSDALE, J. 1982. "A state of agrarian unrest : colonial Kenya", comunicação apresentada na Past and Present Society Conference on Agrarian Unrest in British and French Africa, British India and French Indo-China (julho).
LOPATOV, V. 1987. *The Soviet Union and Africa*, Moscou, Progress Publishers.
LOPES, H. e Tri, H. C. 1981. "Le piège de la pauvreté : la situation des pays les moins avancés", *Le Courrier de l'UNESCO* (Paris), 34, 9, outubro, pp. 5-9.
LOVE, K. 1969. *Suez : the twice-fought war; a history*, Nova Iorque, McGraw-Hill.
LOW, D. A. 1971. *Buganda in modern history*, Londres, Weidenfeld and Nicolson.
______. 1982. "The Asian mirror to tropical Africa's independence", em: P. Gifford e W. R. Louis (org.), pp. 1-29.
LOW, D. A. e Lonsdale, J. M. 1976. "Towards the new order 1945-1963", em: D. A. Low e A. Smith (org.).
LOW, D. A. e Smith, A. (org.). 1976. *History of East Africa*, vol. III, Oxford, Clarendon Press.
LOW, J. s. d. "A history of Kenya guitar music, 1945-1980", *African Music*, 6, 2, pp. 17-36.
LOXLEY, J. 1984. "The World Bank and the model of accumulation", em: J. Barker (org.), pp. 65-76.
LUGARD, lord. 1922. *The dual mandate in tropical Africa*, Londres, Blackwood and Sons.
LUTHULI, A. 1962. *Let my people go : an autobiography*, Londres, Collins; reed. 1987, Londres, Fount Paperbacks.
LY, A. 1957. *Mercenaires noirs*, Paris, Présence africaine.
LYNCH, H. 1978. *Black American radicals and the liberation of Africa*, Nova Iorque, Cornell University, Africana Studies and Research Center.
MABIKA, K. 1959. *Baluba et Lulua : une ethnie à la recherche d'un nouvel équilibre*, Bruxelas, Éditions de Remarques congolaises.
______. 1965. *La remise en question : base de la décolonisation mentale*, Kinshasa.
MABOGOANE, M. 1983. Artigo no *The Star*, 24 de junho, p. 24.
MABOGUNJE, A. L. 1972. *Regional mobility and resource development in West Africa*, Montreal/Londres, McGill/Queen's University Press.
______. 1973. "Manufacturing and the geography of development in tropical Africa", *Economic Geography*, 49, 1, pp. 1-21.

MCCARTHY, J. 1977. *Guinea-Bissau and Cape Verde Islands : a comprehensive bibliography*, Nova Iorque/Londres, Garland Publishing.
MACDONALD, R. J. 1975. *From Nyasaland to Malawi*, Nairóbi, EAPH.
MCEWEN, F. 1972. "Shona art today", *African Arts*, 5, 4, pp. 8-11.
MACGAFFEY, J. 1975. "Two Kongo potters", *African Arts*, II, I, pp. 29-31 e 92.
MACLEOD, I. 1964. "Blundell's Kenya", *The Spectator* (Londres), 20 de março, p. 366.
MACMILLAN, W. M. 1938. *Africa emergent*, Londres, Faber and Faber.
______. 1941. *Democratise the Empire*, Londres, Kegan Paul and Co.
______. 1963. *Bantu, Boer and Briton : the making of the South African native problem*, Oxford, Clarendon Press.
______. 1970. *The African voice in Southern Rhodesia 1898-1930*, Londres, Heinemann.
MADELEY, J. 1982. *Diego Garcia : a contrast to the Falklands*, Londres, Minority Rights Group.
MADHI, M. 1990. "Orientalism and the study of African philosophy", *Journal of Islamic Studies*, I, I, pp. 73-98.
MAGEE, J. 1970. "ECA and the paradox of African unity", *International Conciliation* (Nova Iorque), novembro.
MAGUIRE, A. 1970. "The emergence of the Tanganyika African National Union in the Lake Province", em: R. I. Rotberg e A. A. Mazrui (org.), *Protest and Power in Black Africa*, Nova Iorque, OUP, pp. 639-671.
MAHMOUD, H. 1970. *La Lutte des classes en Égypte de 1945 à 1968*, Paris, Maspero.
______. 1973. *Class conflict in Egypt*, 1945-1971, Nova Iorque, Monthly Review Press.
______. 1966. "Le théâtre dans les jeunes États africains", *Présence africaine*, 60, 4, pp. 16-33.
MAKOMBO, M. 1977. "Le Congo belge : 1940-1960 : de l'émergence des 'évolués' a l'indépendance", tese de doutorado, Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, Paris.
MAMADOU, A. 1971. *Réflexion sur le rôle et les fonctions de la CEA*, publicação não oficial da CEA, Nações Unidas.
MAMDANI, M. 1976. *Politics and dass formation in Uganda*, Nairóbi, Heinemann.
MANDELA, N. 1965. *No easy walk to freedom : articles, speeches and trial addresses of Nelson Mandela*, Londres, Heinemann.
MANGHEZI, A. 1976. *Class, elite and community in African development*, Uppsala, Instituto Escandinavo de Estudos Africanos.
"MANIFESTE des Bahutu : note sur l'aspect social du problème racial indigène au Ruanda". 1960. Em: *Ruanda Politique, 1958-1960*, Bruxelas, CRISP.
MA-NGO, M. du. 1980. "L'action théâtrale au Zaïre hier et aujourd'hui", *Éthiopiques*, 24, 1, pp. 49-56.
MANSFIELD, P. 1965. *Nasser's Egypt*, Harmondsworth, Penguin Books.
MANSILLA, H. C. F 1984. "Latin America within the Third World : the search for a new identity, the acceptance of old contents", *The Korean Journal of International Studies* (Seul), 15, 4, outono, pp. 341-359.
EL MANSURY, S. 1984. "Modern trends in Egyptian arts", *Prism*, 6, pp. 83-87.
MANTHIA, D. 1986*a*. "Who is in control ?", *West Africa*, 3572, 17 de fevereiro, pp. 348-349.
______. 1986*b*. "Images of children", *West Africa*, 3599, 25 de agosto, pp. 1780-1781.
MARCUM, J. 1969. *The Angolan revolution*; vol. I, *The anatomy of an explosion (1950-1962)*, Cambridge, Mass., MIT Press.
______. 1978. *The Angolan revolution*; vol. II, *Exile politics and guerrilla warfare (1962-1976)*, Cambridge, Mass., MIT Press.
MARCUS, H. G. 1972. *The modern history of Ethiopia*, Stanford, Stanford University Press.
MARKOVITZ, I. L. (org.). 1970. *African politics and society*, Nova Iorque, The Free Press.
______. 1977. *Power and class in Africa*, Englewood Cliffs, Prentice Hall.
MARLOWE, J. 1954. *Anglo-Egyptian relations, 1800-1953*, Londres, Cresset Presse.
MARSEILLE, J. 1984. *Empire colonial et capitalisme français : histoire d'un divorce*, Paris, Albin Michel.
MARTIN, D. e Johnson, P. (org.). 1981. *The struggle for Zimbabwe*, Londres/Boston, Faber and Faber.

MARTIN, S. H. 1982. "Music in urban East Africa : five genres in Dar es Salaam", *Journal of African Studies*, 9, 3, pp. 155-163
MARTYSHIN, O. V. 1978. "The ideology of contemporary African nationalism", em: *Theories of non-marxist socialism in African and Arab countries*, Praga, Oriental Institute.
MARVELL, A. 1981. "To his coy mistress", *Miscellaneous poems of Andrew Marvell, Esq.*, Londres, Robert Boelter.
MARX, K. 1859. *Critique de l'économie politique*, trad. M. Rubel e L. Evrard, Paris, Gallimard, 1963.
MARX, K. e Engels, F. 1955. *Obras Escolhidas*, trad. francesa, vol. I, Moscou, Edições do Progresso
MASON, S. F. 1962. *A history of the sciences*, Nova Iorque, Collier Books.
MASS, J. 1970. "Educational change in precolonial societies : the cases of Buganda and Ashanti", *Comparative Education Review*, 14 de junho, pp. 174-185.
MASSIGNON, L. 1962. *Parole donnée*, Paris, Julliard.
MATTHEWS, T. 1979. "A Xhosa mural", *African Arts*, 12, 3, pp. 48-51.
MATTHEWS, Z. K. 1961. *African awakening and the universities*, Cidade do Cabo, Universidade do Cabo.
MAZRUI, A. A. 1967. *Towards a pax africana*, Chicago/Londres, Chicago University Press/Weidenfeld and Nicolson.
______. 1969*a*. "Violent contiguity and the politics of retribalization in Africa", *International Affairs*, 23, 1.
______. 1969*b*. *Violence and thought: essays on social tensions in Africa*, Londres/Harlow, Longman.
______. 1970. "The robes of rebellion", *Encounter*, 34, 2, pp. 19-30.
______. 1972. *Africa's international relations*, Londres, Heinemann.
______. 1975*a*. *The political sociology of the english language*, La Haye, Mouton.
______. 1975*b*. "The resurrection of the warrior tradition in African political culture", *Journal of Modern African Studies*, 13, 3, pp. 67-84.
______. 1975*c*. "Black Africa and the Arabs", *Foreign Affairs*, 53, 4, julho, pp. 725-742.
______. 1975*d*. "The African university as a multinational corporation: problems of penetration and dependency», *Harvard Education Review*, 45, 2, pp. 191-210.
______. 1977. *Africa's international relations : the diplomacy of dependency and change*, Boulder, Westview Press.
______. 1978. *Political values and the educated class in Africa*, Berkeley/Los Angeles, UCP.
______. 1980a. *The African condition: The Reith Lectures*, Londres, Heinemann.
______. 1980b. "Marxist theories, socialist policies and African realities", *Problems of Communism*, 29, setembro-outubro, pp. 44-46.
______. 1981. "Microdependency : the Cuban factor in southern Africa", *India Quarterly* (Nova Déli), 37, 3 de julho-setembro, pp. 329-345.
______. 1986. *The Africans: A triple heritage*, Nova Iorque/Londres, Little Brown/BBC Publications.
______. 1990. *Cultural forces in world politics*, Londres, James Currey Publishers.
MAZRUI, A. A. e Bakari, M. 1986*a*. "English Eastern Africa (the early phase)", em: A. S. Gerard (org.), vol. II, pp. 803-886.
______. 1986*b*. "The triple heritage in East African literature", em: A. S. Gerard (org.), vol. II, pp. 1045-1060.
MAZRUI, A. A. e Tidy, M. 1984. *Nationalism and new states in Africa*, Londres, Heinemann.
MAZRUI, A. A. e Wagaw, TG. 1986. "Vers une décolonisation de la modernité : éducation et conflits culturels en Afrique de l'Est", em: *Le processus d'éducation et l'historiographie en Afrique*, História Geral da África, Estudos e documentos, nº 9, Paris, UNESCO.
MAZRUI, M. 1972. "Aspects of the relationship between the individual and society in some African fiction, with special reference to the works of Achebe and Ngugi", dissertação, Universidade de Makerere, Kampala.
MBITI, J. 1962. "La contribution protestante a l'expression culturelle de la personnalité africaine", em: *Colloque sur les religions*, Paris, UNESCO, SAC.

MBITI, J. 1969. *African religions and philosophy*, Londres/Nairóbi, Heinemann.
M'BOKOLO, E. 1978. "Ethnicité, régionalisme et nationalisme au Shaba", *Le Monde diplomatique*, julho.
______. 1980. *Le continent convoité : l'Afrique au XXème siècle*, Montreal, Éditions Études vivantes ; reed. 1985, Paris, Éditions du Seuil.
______. 1981*a*. *La formation de la bourgeoisie zaïroise (1945-1980) : éléments pour une recherche*, Paris, Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, Centro de Estudos Africanos.
______. 1981*b*. "Forces sociales et ideologies dans la décolonisation de l'AEF", *JAH*, 22, pp. 393-407.
______. 1982. "French colonial policy in Equatorial Africa in the 1940s and 1950s", em: P. Gifford e W. R. Louis (org.), pp. 173-211.
MBOYA, T. 1963*a*. Lettre de réponse sur le socialisme africain, *Transition*, 3, 11, p. 6.
______. 1963*b*. *Freedom and after*, Londres, André Deutsch.
MBUGHUNI, L. A. 1976. "Old and new drama from East Africa", *African Literature Today*, 8, pp. 85-98.
MELENDEZ, C. e Duncan, Q. 1981. *El Negro en Costa Rica*, San José.
MELI, F. s. I. n.d. "Le Komintern et l'Afrique", dissertação.
MERAT, L. 1936. "Note sur l'économie aux colonies", Arquivos Nacionais da França, Seção *outre-mer*, assuntos econômicos 2529.
MERLIER, M. 1962. *Le Congo, de la colonisation belge a l'indépendance*, Paris, Maspero.
MERRIAM, A. 1970. *African music on LP : an annotated discography*, Evanston, Northwestern University Press.
______. 1981. *African music in perspective*, Nova Iorque, Garland.
MESA-LAGO, C. e Belkin, J. S. (org.). 1982. *Cuba in Africa*, Pittsburgh, Centro de Estudos Latino--americanos, Universidade de Pittsburgh.
MESSENGER, J. C. 1962. "Anang art, drama and social control", *African Studies Bulletin*, 5, 2, pp. 29-35.
______. 1971. "Ibibio drama", *Africa*, 41, 3, pp. 208-222.
MESTRE, D. 1981. "Viteix : Tonalidades diurnas de mémorias nocturnas", *Lavra e officina* (Luanda), 3-5, pp. 28-30.
MESTRI, E. 1980. *Les Cubains et l'Afrique*, Paris, Karthala.
MEYER, J. W. e Hannan, T. 1979. *National development and the world system : educational, economic and political change, 1950-1970*, Chicago, Chicago University Press.
MHINA, G. A. 1971. "The place of kiswahili in the field of translation", *Présence africaine,* 78, 2º trim., pp. 200-212.
MICAUD, E. 1968. "Three decades of Tunisian art", *African Art*, 1,3, pp. 46-55 e 78-84.
MICHAUD, P. 1986. "Dynamic television", *West Africa*, 3590, 23 de junho, pp. 1308-1310.
MIDDLETON, I. R. e Horn, D. (org.). 1981. *Popular music*, Cambridge, CUP.
MIÈGE, J.-L. 1966. Le Maroc, 1ª Ed. 1950, 7ª Ed. 1986, Paris, PUF.
______. 1968. *L'impérialisme colonial italien de 1870 à nos jours*, Paris, SEDES.
MIGRANT Labour in Africa south of the Sahara. 1961. Sexta Conferência Interafricana sobre o Trabalho.
MILLER, J. 1985. "Rocking all the way to jail", *Newsweek*, 15 de julho, p. 67.
MILON, R. 1962. *Marxisme, communisme et socialisme africains*, Paris.
MINISTÉRIO do Além-mar. 1954. *Deuxième plan de modernisation et d'équipement : rapport général*, abril, Paris (documento reprográfico).
MINISTÉRIO da Cooperação. s. d. *Synthèse de la situation économique de l'ex-AOF durant la période 1948-1958*, 7 vol., Paris (documento reprográfico).
MINISTÉRIO das Colônias. s. d. Marius Moutet, nota, Arquivos Nacionais da França, Seção *outre--mer*, assuntos políticos. PA 28/1.
MINTER, W. 1972. *Portuguese Africa and the West*, Nova Iorque, Monthly Review Press.
MITCHELL, J. 1956. *The Kalela dance,* Manchester, Manchester University Press, Rhodes Livingstone Institute Papers, n° 27.

MITCHELL, R. P. 1969. *The society of Muslim Brothers*, Londres, OUP.
MITCHELL, sir P. 1939. *Native administration*, Entebbe, Imprensa Nacional.
MLAMBO, E. 1972. *Rhodesia : the struggle for a birthright*, Londres, C. Hurst and Co.
MONGA, C. 1983. "La parole est au Cameroun", *Jeune Afrique*, 1186, 25 de maio, p. 202.
MONROE, E. 1963. *Britain's moment in the Middle East*, 1914-1956, Baltimore, Johns Hopkins Press.
MONTAGU, A. 1974. *Culture and human development*, Englewood Cliffs, Prentice Hall.
MONTEIL, V. 1964. *L'islam noir, une religion à la conquête de l'Afrique*, capítulo 6 : "La marche des femmes", pp. 149-182, reimp. 1980; Paris, Éditions du Seuil.
MOODIE, T. D. 1975. *The rise of Afrikanerdom, power, apartheid and the Afrikaner civil religion*, Berkeley/Los Angeles, UCP.
MOORE, C. 1982. *Fela : this bitch of a life*, Londres, Allison and Busby.
MOORE, C. H. 1965. *Tunisia since independence*, Berkeley/Los Angeles, UCP.
MORGAN, D. J. 1980. *The official history of colonial development (1924-1970)*, 4 vol., Londres, Macmillan.
MORGENTHAU, H. J. 1973. *Politics among nations : the struggle for Power and peace*, 5ª ed. Nova Iorque, A. A. Knopf.
MORRELL, M. 1971. *Reaction and counter-action : a brief review of non-white political movements in South Africa*, Londres/Joanesburgo, Frank Cass/South African Institute of Race Relations.
MORRIS, M. 1976. "The development of capitalism in South African agriculture", *Economy and Society*, 5, 3, pp. 292-344.
MORRISON, D. G., Mitchell, R. C. e Paden, J. N. 1989. *Understanding Black Africa: data analysis of social change and nation building*, Nova Iorque, Paragon House Irvington Publishers.
MORTIMER, R. A. 1980. *The Third World coalition in international politics*, Nova Iorque, Praeger.
MOSLEY, L. 1964. *Hailé Sélassié : The Conquering Lion*, Londres, Weidenfeld and Nicolson.
MOUMOUNI, A. 1964. *L'education en Afrique*, Paris, Maspero.
MOUNT, M. W. 1973. *African art : the years since 1920*, Bloomington, Indiana University Press.
MOUNE, M. (org.). 1978. "Boumédienne", em *Dictionnaire encyclopédique d'histoire*, vol. I, Paris, Bordas.
MRIMA, B. F. e Mattoke, W. 1980. *Mapambano ya Ukombozi Zanzibar*, Dar es-Salaam, Tanzania Publishing House.
MSHENGU-KAVANAGH, R. 1979. "After Soweto : people's theatre and the political struggle in South Africa", *Theatre Quarterly*, 9, 33, pp. 31-39.
MSHENGU-KAVANAGH, R. 1981. *South African people's plays*, Londres, Heinemann.
MUDIMBE, V.Y. 1985. "African gnosis", *African Studies Review*, 2-3, pp. 149-233.
______. 1988. *The invention of Africa: gnosis, philosophy and the order of knowledge*, Bloomington, Indiana University Press.
MUGOMBA, A. G. e Nyaggah, M. (org.). 1980. *Independence without freedom : the political economy of colonial education in southern Africa*, Santa Barbara, ABC-Clio Press.
MUHINDI, K. 1985. "L'apport de Efua Theodora Sutherland à la dramaturgie contemporaine", *Présence africaine*, 133/134, 1/2, pp. 75-85.
MULAGO, V. 1980. *La religion traditionnelle des Bantu et leur vision du monde*, Kinshasa, Faculdade de Teologia Católica.
MULIRA, J. 1974. "The role of Soviet bloc countries in the political, economic and social development of Uganda, 1945-1970", tese de doutorado, Universidade de Princeton.
______. 1981. "Soviet bloc: trade, economic, technical and military involvement in independent Africa: the case of Uganda, 1962-1979", *Genève-Afrique*, UR 19, 1, pp. 39-80.
______. 1983. "Soviet policy in Africa: from Lenin to Andropov - an Afrocentric interpretation", *Genève-Afrique*, UR 21, 2, pp. 69-87.
MUNDARA, Y. L. 1972. "Les problèmes du théâtre au Zaïre", *Dambi, revue zaïroise des lettres et des arts*, 3, 5, pp. 3-5.
MUNDARA, Y. L. e Badi-Banga ne-Mwine. 1982. *Sura Dji, visages et racines du Zaïre*, Paris.

MURDOCK, G. P. 1959. *Africa, its peoples and their culture history*, Nova Iorque, McGraw-Hill Book Company.
MUTIGA, J. 1965. "To the ceremonial Muguma (fig tree)", em: D. Cook (org.).
MUTIISO, G. C. e Rohio, S. W. (org.). 1975. *Readings in African political thought*, Londres, Heinemann.
NABUDERE, D. W. 1977. *Imperialism and revolution in Uganda*, Dar es-Salaam, Tanzanian Publishing House; Londres, Onyx Press, 1980.
NAGUIB, M. 1955. *Egypt's destiny: an autobiographical account of the Egyptian revolution*, Londres, Gollancz.
NAIPAUL, V. S. 1974. "Un nouveau roi pour le Congo: Mobutu et le nihilisme de l'Afrique", em: *Le retour d'Eva Perón*, trad. I. di Natale, Paris, Christian Bourgois, 1989.
AL-NASSER, G. 'Abd. 1954. *La philosophie de la révolution*, Cairo, Ministério Nacional da Orientação, ed. inglesa 1959, Buffalo, Smith, Keynes and Marshall.
______. 'Abd. 1966. *On Non-alignment*, Cairo, Ministério Nacional da informação.
NATIONAL Museum of African Art Library Acquisition Lists.
NDIAYE I. 1984. "Art et société", manuscrito não publicado.
NDIOKWERE, N. I. 1981. *Prophecy and revolution*, Londres.
NDOGO Bidyogo, D. 1977. *Historia y tragedia de Guinea Ecuatorial*, Madrid.
NDUKA, O. 1964. *Western education and the Nigerian cultural background*, Ibadan, OUP.
NEHRU, J. 1964. *Nehru and Africa: extracts from Jawaharlal Nehru's speeches on Africa, 1946-1963*, Nova Déli, Indian Council for Africa.
NELSON, H. D. 1978. *Morocco: a country study*, Washington, US Government Printing Office.
NEW Times (Novoye Vremya). 1976. "The peoples of Angola are not alone", 1º de fevereiro, nº 2, Moscou.
NGINDU Mushete, A. 1978. "Authenticity and christianity in Zaire", em: E. Fashole-Luke *et al.* (org.), pp. 228-242.
NICKLIN, K. e Salmons, J. 1977. "S. J. Akpan of Nigeria", *African Arts*, 11, 1, pp. 30-34.
NICOL, D. A. 1969. "The meaning of Africa", em: J. Drachler (org.), p. 119-122.
NICOL, D. A. e Mazrui, A. A. 1986. "Programme 8: a clash of cultures", em: A. A. Mazrui (org.).
NICOLAS, G. 1978. "L'expansion de l'influence arabe en Afrique subsaharienne", *L'Afrique et l'Asie modernes* (Paris), 117, pp. 23-46.
NIGERIAN Institute of International Affairs.*c*. 1981-1984. *Nigerian-Brazilian dialogue on foreign policy: a report of a Nigerian-Brazilian dialogue, July 29-August 1, 1980, São Paulo, Brazil*, Lagos, Nigerian Institute of International Affairs.
NISBET, R. A. 1969. *Social change and history: aspects of the western theory of development*, Nova Iorque, OUP.
NIVEN, D. 1985. "Africa and the arts", *African Affairs*, 84, 335, pp. 183-193.
NKASHAMA, N. 1979. "Ivresse et vertige : les nouvelles danses des jeunes au Zaïre", *Afrique littéraire et artistique*, 51, pp. 94-103.
KENDA-MPASI, P. 1971. "Reflexions sur la problématique de la langue d'enseignement au Congo", *Revue congolaise des sciences humaines*, 2, janeiro, pp. 35-58.
NKRUMAH, K. 1958a. "All African Peoples Congress", Accra.
______. 1958b. "African prospects", *Foreign Affairs*, 37, 1, outubro, pp. 45-53.
______. 1960. *Autobiografia de Kwame Nkrumah*, trad. C. L. Patterson, Paris, Présence africaine, ed. original 1957.
______. 1961. *I speak of freedom: a statement of African ideology*, Londres/Nova Iorque, Heinemann/Praeger.
______. 1962. *Towards colonial freedom*, Londres, Heinemann; 1ª ed. 1945.
______. 1963. *Africa must unite*, Nova Iorque/Londres, Praeger/Heinemann.
______. 1969. "African socialism revisited", em: Y.Benot (org.).
______. 1970. *Class struggle in Africa*, Nova Iorque, International Publishers.

NKRUMAH, K. 1973. *Le néocolonialisme: dernier stade de l'impérialisme*, Paris, Présence africaine, ed. original 1966.
______. 1976. *Le consciencisme*, Trad. S. e M. Howlett a partir da edição inglesa de 1969, Paris, Présence africaine, ed. original 1964.
NLOLO, N. 1983. "Influence du jazz dans la musique zaïroise moderne", em: UNESCO, *Cultures africaines*, documentos da reunião de especialistas sobre as contribuições culturais dos Negros da diáspora para a África, Cotonou, pp. 250-259.
NORMAN, J. 1963*a*. *Edward Gibbon Wakefield : a political reappraisal*, Fairfield, New Frontiers/Fairfield University.
______. 1963*b*. *Labour and politics in Libya and Arab Africa*, Nova Iorque, Bookman.
NORTH American Congress on Latin America. 1982. "Transatlantic ties (between Latin America and South Africa)", *NACLA Report on the Americas*, 16, 3, maio-junho, pp. 16-25 e 41-42.
NOUAILLE-DEGORCE, B. 1982. *La politique française de coopération avec les États africains et malgaches au sud du Sahara*, 1958-1978, Bordéus, CEAN.
NOUSCHI, A. 1962. *La naissance du nationalisme algérien 1919-1954*, Paris, Éditions de Minuit.
NOVEMBER, A. 1965. *L'évolution du mouvement syndical en Afrique occidentale*, Paris, Mouton.
NTIRO, S. J. 1982. *Modern creative Makonde sculpture*, Dar es-Salaam (documento reprográfico).
NUNLEY, J. W. 1985. "The Lantern Festival in Sierra Leone", *African Arts*, 18,2, pp. 45-49.
NUSEIBEH, H. Z. 1956. *The ideas of Arab nationalism*, Ithaca, Cornell University Press.
NUTTING, A. 1967. *No end to a lesson: the story of Suez*, Londres, Gollanez.
NWEKE, G. A. 1980. *The harmonization of African foreign policies, 1955-1975 : the political economy of African diplomacy*, Boston, Centro de Estudos Africanos, Universidade de Boston.
NWOGA D. 1965. "Onitsha market literature", *Transition*, 4, 19, pp. 26-34.
NYE, J. S., Jr. 1966. *Pan-Africanism and East African integration*, Cambridge, Mass., HUP.
NYERERE, J. K. 1960. "Africa's place in the world", em *Symposium on Africa*, Wellesley College.
______. 1962. *Democracy and the party system*, Dar es-Salaam, Tanganyika Standard.
______. 1963*a*. *Julius Caesar*, Nairóbi/Londres, OUP.
______. 1963*b*. "Les fondements du socialisme africain", *Présence africaine*, 47, 19, pp. 8-19.
______. 1967*a*. *Uhuru na Umoja*, Londres, OUP.
______. 1967*b*. *Socialism and rural development*, Dar es-Salaam, Imprensa Nacional.
______. 1967*c*. *Education for self-reliance*, Dar es-Salaam, Ministério da Informação e do Turismo.
______. 1967*d*. "Tanzanian policy on foreign affairs", endereçado ao Congresso Nacional da TANU, 16 de outubro 1967, Dar es-Salaam.
______. 1968*a*. *Essays on socialism*, Dar es-Salaam, OUP.
______. 1968*b*. *Ujamaa : essays on socialism*, Londres, OUP.
______. 1968*c*. *Freedom and socialism*, Londres, OUP.
______. 1969. *Mabepari wa Vanisi*, Dar es-Salaam, OUP.
______. 1970*a*. *Socialisme, démocratie et unité africaine*, Paris, Présence africaine.
______. 1970*b*. *Non-Alignment in the 1970s*, Dar es-Salaam.
______. 1970*c*. "Developing tasks of non-alignment", em: J. K. Nyerere, *Freedom and development : a selection from writings and speeches, 1968-1973*, Londres, OUP, pp. 159-171.
______. 1972. *Decentralization*, Dar es-Salaam.
______. 1977. "The Arusha Declaration, ten years", *Daily News* (Tanzânia), *International Herald, Africa Diary*, 11-17 de junho, p. 8525.
______. 1979*a*. "South-South dialogue: a brief report", *Third World Quarterly*, 1, 2, abril, pp. 117-122.
______. 1979*b*. Address by his Excellency Mwalimu Julius K. Nyerere, president of the United Republic of Tanzania, to the Fourth Ministerial Meeting of the Group of 77, Arusha, 12-16 February 1979, texto reimpresso em: K. P. Sauvant, *The Group of 77*, Nova Iorque, Oceana, 1981.
NZEWUNWA, N. 1982. *The masquerade in Nigerian history and culture*, Port Harcourt, University of Port Harcourt Press.
O'BRIEN Winter, C. 1977. *Namibia*, Grand Rapids.

O'BRIEN, D. C. 1971. *The Mourides of Senegal*, Oxford, Clarendon Press.
O'BRIEN, J. 1981. "Sudan: an Arab breadbasket", *Merip Reports*, 99, setembro.
O'MEARA, D. 1974. "The 1946 African mineworkers' strike in the political economy of South Africa", em: P. L. Bonner (org.), pp. 179-235.
OBERLÉ, P. 1971. *Afars et Somalis: les dossiers de Djibouti*, Paris, Présence africaine.
OCDE. 1981. "La nutrition et l'agriculture, résultats intermédiaires du projet de recherche", INTER FUTURS, OCDE, março de 1978, em: UNEP, *Environment and development in Africa*, vol. II, Oxford, Pergamon Press.
OCITTI, J. P. 1973. *African indigenous education as practised by the Acholi of Uganda*, Nairóbi, Kenya Literature Bureau.
ODED, A. 1986. "The islamic factor in Afro-Arab relations", *Middle East Review* (Nova Iorque), 18, 3, primavera, pp. 15-23.
ODINGA, O. 1969. "Defence of socialism", relatório oficial, *Kenya Legislative Council 76*, 54ª sessão, 9 de dezembro, col. 881-882.
ODUHO, J. e Deng, W. 1963. *The problem of the southern Sudan*, Londres, OUP.
OFORI, I.M. (org.) 1973. *Factors of agricultural growth in West Africa*, Legon, Institute of Statistical, Social and Economic Research.
OGOT, B. A. 1977. "Politics, culture and music in colonial Kenya: a study of Mau-Mau hymns 1951-1956", *Kenya Historical Review*, 5, 2, pp. 275-286.
OGUNBA, O. 1966. "Le théâtre au Nigeria", *Présence africaine*, 58, 2, pp. 67-90.
OGUNBA, O. e Irele, A. 1978. *Theatre in Africa*, Ibadan, IUP.
OGUNBIYI, y. 1981. *Drama and theatre in Nigeria: a critical source book*, Lagos, Nigeria Magazine.
OGUNWALE, T. 1971. "Lamidi Fakeye : Nigerian traditional sculptor ", *African Arts*, 4, 3, pp. 66-67.
OGWU, U. J. 1982. "Nigeria and Brazil: a model for the emerging South-South relations ?", em: J. Carlsson (org.), pp. 102-127.
OIT. 1962. *Report of the commission concerning the observance by the Government of Portugal of the abolition of Forced Labour Convention 1957 (n∞ 105)*, Genebra, OIT.
______. 1985. *Technology and rural women: conceptual and empirical issues*, Londres, George Allen and Unwin.
OKEKE, U. E. 1985. "Independence and the economy", *African Technical Review* (atualmente *African Review of Business and Technology*), setembro.
OKELLO, J. 1967. *Revolution in Zanzibar*, Nairóbi, EAPH.
OKOLO, A. 1983. "Dependency in Africa: stages of African political economy", *Alternatives: Journal of World Policy*, 9, 2, junho, pp. 252-254.
OKONJO, C. 1971. "Africa: a decade of independence (an economic assessment)", em: *Présence africaine*, edição especial, pp. 119-136.
OKORE, O. 1984. "The film world of Ousmane Sembene", tese de doutorado, Universidade de Colombie.
OKORO, G. 1. P. 1984. "African contemporary art in Nigeria", tese de doutorado, School of Education, Columbia University, Nova Iorque.
OKUMU, T. M. 1962. *Angola in ferment: the background and prospects of Angolan nationalism*, Boston, Beacon Press.
OLA, D. 1980. "De-Africanization and Europeanization: the non-acknowledgement of African influence on modern art", *Kiabara*, 3, 1, outono, pp. 93-112.
OLATUNBOSUN, D. 1967. *Nigerian farm settlements and sdool leavers' farms*, East Lansing/ Ibadan, CSNRD, nº 9.
OLIVER, R. et Crowder, M. (org.). 1981. *The Cambridge encyclopaedia of Africa*, Cambridge/Nova Iorque, CUP.
OLLAWA, P. E. 1983. "Focus on the political economy of development: a theoretical reconsideration of some unresolved issues", *African Studies Review*, 26, 1, março, pp. 125-155.
OLUSOLA, S. 1979. *Somes notes on 20 years of television in Nigeria*, Yaba, Ariya Productions.

OMO-FADAKA, J. 1978. “Drought and famine”, em: R. Synge (org.).
OMS. 1976. *World health statistics report - Rapport de statistiques sanitaires mondiales*, OMS, 29, 10, Genebra.
ONOH, J. K. 1982. *Money and banking in Africa*, Londres, Longman.
OPUBOR, A. e Nwuneli, O. 1979. *The development and growth of the film industry in Nigeria*, Lagos.
ONU. 1959. *Economic survey of Africa since 1950*, Nova Iorque, ONU.
______. 1970. *Annuaire statistique*, Nova Iorque, ONU.
______. 1981. *“Patterns of urban and rural population growth”, Population Studies*, 68, Nova Iorque, ONU.
______. 1990. *Africa’s commodity problems: towards a solution*, rapport Fraser, Nova Iorque, ONU.
ONU, Secretário-Geral 1974. *Permanent sovereignty over natural ressources,* doc. A/9716, suplemento ao doc. E/5425, 20 de setembro.
OSIA, K. 1983. *Israel, South Africa and Black Africa: a study of the primacy of politics of expediency*, Nova Iorque, University Press of America.
OTITE, O. 1978. *Themes in African social and political thought*, Enugu, Nigeria, Fourth Dimension.
OUA. 1981. *Lagos Plan of action for the economic development of Africa 1980-2000*, Genebra/Addis--Abeba, International Institute for Labour Studies.
OUA. *Memorandum on the responsibilities and role of the OAU in the economic and social field*, Cm/Res 219 (XIV) e Anexo I, Addis-Abeba, OUA.
OWUSU, M. 1972. “The search for solvency ; background to the fall of Ghana’s Second Republic, 1969-1972”, *Africa Today*, 19, 1, pp. 52-61.
______. 1975. “Economic nationalism, pan-africanism and the military : the National Redemption Council of Ghana”, *Africa Today*, 22, 1, janeiro-março, pp. 31-53.
OYUGI, W. O. e Gilonga, A. (org.). 1987. *Democratic theory and practice in Africa*, Londres, Heinemann.
PADMORE, G. 1935. “An open letter to Earl Browder”, The CPUUSA *Crisis*, 32, outubro, p. 3020.
______. 1956. *Pan-Africanism or communism ? The coming struggle for Africa*, Londres, Dennis Dobson.
______. 1963. *History of the Pan-African Congress*, 2ª ed. Londres, Hammersmith Bookshop; 1ª ed. 1947.
______. *La vie et les luttes des travailleurs nègres*, Paris, Pequena Biblioteca da Internacional Sindical Vermelha.
PALMER, R. 1977. *Land and racial discrimination in Rhodesia*, Londres, Heinemann.
______. 1986. “Working conditions and workers responses on Nyasaland tea estates, 1930-1935”, *JAH*, 27, 1, pp. 105-126.
PALMER, R. e Parsons, N. (org.). 1977. *The roots of rural poverty in central and southern Africa*, Londres, Heinemann.
PANKHURST, L. E. S. e Pankhurst, R. K. 1953. *Ethiopia and Eritrea: the last phase of the reunion struggle*, Woodword, Green.
PANKHURST, R. K. 1955. *Ethiopia: a cultural history*, Londres.
______. 1981. “La décolonisation de l’Ethiopie”, em: UNESCO 1981*b*, pp. 135-150.
PARÍCSY, P. 1971. “Histoire du théâtre en Afrique occidentale”, em: P. Parícsy (org.), *Études sur la littérature africaine contemporaine*, Budapeste, Centro para a Pesquisa sobre a Afro-Ásia da Academia de Ciências da Hungria, pp. 51-71.
PARK, R. L. 1965. “Indian-African relations”, *Asian Suruey* (Berkeley), 5, 7, julho, pp. 350-358.
PARSONS, N. 1985. “Seretse Khama and the Bangwato succession crisis, 1948-1953”, estudo apresentado no 28º Encontro das Associações de Estudos Africanos, New Orleans, 23-26 de novembro de 1985.
PANKE, W. 1975. *Chinese economic aid*, Londres, C. Hurst and Co.
PAYER, C. 1982. *The World Bank : a critical analysis*, Nova Iorque/Londres, Monthly Review Press.
P’BITEK, O. 1971. *African religions in western scholarship*, Nairóbi, EALB.
PEACE, A. 1979. “Industrial protest in igeria”, em: R. Cohen *et al.* (org.), *Peasants and proletariat*, Nova Iorque, Monthly Review Press.
PEARCE, R. D. 1982. *The turning point in Africa: British colonial policy 1938-48*, Londres, Frank Casso

PEARCE, R. D. 1984. “The Colonial Office and planned decolonization in Africa”, *Africa Affairs*, 83, 330, pp. 77-93.
PEEL, J. D. Y. 1983. *ljeshas and Nigerians: the incorporation of a Yoruba kingdom, 1890s-1970s*, Cambridge, CUP.
PEIL, M. 1977. *Consensus and conflict in African societies*, Londres, Longman.
PEIL, M. e Sada, P. O. *African urban society*, Chichester, John Wiley and Sons.
PEIXOTO, A. C. 1983. “Le Brésil et l’Afrique : solidarités culturelles et stratégies commerciales”, *Politique africaine* (Paris), 10, 10 de junho, pp. 25-38.
PELISSIER, R. 1978. *La Colonie du Minotaure : nationalismes et revoltes en Angola (1926-1961)*, Montamets-Orgeval, Éditions Pelissier.
______. 1979. *Le naufrage des caravelles : études sur la fin de l’Empire portugais (1961-1975)*, Montamets--Orgeval, Éditions Pelissier.
______. 1982. “Aspects de l’africanisme brésilien”, *Le Mois en Afrique* (Paris), 200, pp. 56-76.
PERANI, J. 1979. “Nupe costume crafts”, *African Arts*, 12, 3, pp. 53-57.
PERHAM, M. 1967, 1970. *Colonial sequence*, 2 vol., Londres, Methuen.
PERIER, G. D. 1930. *Négreries et curiosités congolaises*, Bruxelas, L’Églantine.
______. 1950-1952. “Artisanat et arts populaires”, em *Encyclopédie du Congo belge*, vol. III, Bruxelas, Éditions Bieleveld, pp. 799-814.
PERRY, A. 1984. “The art of hand weaving”, *West Africa*, 3496, 20 de agosto, pp. 1682-1683.
PERSON, y. 1979. “Le Front populaire au Sénégal (maio 1936-outubro 1938)”, *Le Mouvement social* (Paris), 107, pp. 77-101.
PFAFF, F. 1984. *The cinema of Ousmane Sembene : a pioneer of African film*, Westport, Greenwood Press.
PFEIFER, K. 1981. “Algeria’s agrarian transformation”, *Merip Reports*, 99, setembro, pp. 7-14.
PHETO, M. 1981. “Black film makers”, *Index on Censorship*, 10, 4.
PICHON, P. 1945. *La question de la Libye dans le règlement de la paix*, Paris, Peyronne.
PICTON, J. e Mack, J. 1979. *African textiles: looms, weaving and design*, Londres, British Museum Publications.
PLATEAU Students’ Association. 1974. “Our stand for a Plateau State”, carta à sua Excelência o General Yakubu Gowon, HFMG, datada de 13 de junho de 1974 (carta reprogravada não publicada).
PNUE. 1981. *Environment and development in Africa*, vol. II, Oxford, Pergamon Press.
POKORNOWSKI, M. *et al.* 1985. *Africa in dress II : a select and annotated bibliography*, East Lansing, Michigan State University.
POLITIKA Frantsii v. Azii i v Afrike. 1965, Moscou, Nauka.
PONSIONEN, J. A. 1971. *Education and political values*, Nairóbi, EAPH.
POPOV, V. 1. *et al.* 1975. *Studies of Soviet foreign policy*, Moscou, Progress Publishers.
PORTIMER, R. A. 1972. “Ousmane Sembene and the cinema of decolonization”, *Africa Arts*, 5, 3, pp. 26-31 e 62.
POST, K. 1964. *The new states of West Africa*, Harmondsworth, Penguin Books.
______. 1977. “Peasantization in West Africa”, em: P. C. W. Gutkind e P. Waterman (org.), pp. 241-251.
POTEKHIN, 1. V. 1963. “Reply to my opponents on African socialim”, *International Affairs* (Moscou), janeiro, pp. 71-75.
PRATT, R. C. 1976. *The critical phase in Tanganyika 1945-1968 : Nyerere and the emergence of a socialist strategy*, Cambridge, CUP.
PRÉSENCE africaine. 1961. *Colloque sur les religions, Abidjan, 5-12 avril*, Paris, Présence africaine.
______. 1972. *African religions as a source of civilization values, Cotonou Symposium, 16-22 August 1970*, Paris, Présence africaine.
PRESTON, G. N. 1975. “Perseus and Medusa in Africa: military art in Fanteland (1834-1972)”, *African Arts*, 8, 3, pp. 36-41 e 68-71.
PRIEBATSCH, S. e Knight, N. 1979. “Ndebele figurative art”, *African Arts*, 12, 2, p. 32.
PRITCHETT, O. 1979. “Nigerian truck art”, African Arts, 12, 2, pp. 27-31.

PROCTOR, J. H. (org.). 1965. *Islam and international relations*, Nova Iorque, Praeger.
PROSHIN, N. I. 1975. *Istoriya Livii* [História da Líbia], Moscou, Nauka.
PUGH, P. e Ajayi, J. F. A. 1990. *Cementing a partnership : the story of WAPCO (West Africa Portland Cement Company) 1960-90*, Cambridge, Cambridge Business Publishing.
PYE, L. 1962. *Aspects of political development*, Boston, Little, Brown.
QUBAIN, F. 1960. *Inside the Arab mind: a bibliographical survey of literature in arabic on Arab nationalism and unity ; with an annotated list of English language books and articles*, Arlington, Middle East Research Associates.
QUEUILLE, P. 1965. *Histoire de l'afro-asiatisme jusqu'à Bandoung*, Paris, Payor.
QUIMBY, I. M. G. e Swank, S. T. 1980. *Perspective on America folk art*, Nova Iorque, Norton.
RABEARIMANANA, L. 1980*a*. *La presse d'opinion à Madagascar de 1947 à 1956*, Antananarivo, Librairie mixte.
______. 1980*b*. "Presse d'opinion et luttes politiques à Madagascar de 1946 à 1956", *Revue française d'histoire d'outre-mer*, 67, 246-247, pp. 99-122.
RABEMANANJARA, R. W. 1952. *Histoire de la nation malgache*, Paris, Lachaud.
RADWAN, S. 1981. *Capital formation in Egyptian industry and agriculture 1882-1967*, Londres, Ithaca Press; 1ª ed. 1974.
RAMCHANDANI, R. R. (org.). 1980. *India and Africa*, Nova Déli, Radiant Publishers.
RAMIREZ, E e Rolot, C. 1985. *Histoire du cinéma colonial au Zaïre, au Rwanda et au Burundi*, Tervuren, Museu Real da África Central.
RANCIRO, R. 1982. "La colonisation démographique en Libye : un essai d'analyse", *Mondes et culture*, 42, 3, pp. 485-499.
RANGER, T O. 1968*a*. "Connexions of 'primary resistance' movements and modern mass nationalism in East and Central Africa", 1ª parte: *JAH*, 9, 3, pp. 437-453 ; 2ª parte: *JAH*, 9, 4, pp. 631-641.
______. 1968*b*. *Emerging themes of African history*, Nairóbi, EAPH.
______. 1975. *Dance and society in eastern Africa*, Londres, Heinemann.
______. 1983. *Peasant consciousness and guerrilla war in Zimbabwe,* Londres, James Currey.
______. 1986. "Religious movements and politics in Africa", *African Studies Review*, 29, 2, pp. 1-70.
RANGER, T. O. e Weller, J. (org.). 1975. *Themes in the christian history of Central Africa*, Berkeley/Los Angeles, UCP.
RAUNIG, W. 1985. *Catalogue of exhibition on Ethiopian art*, Munique, Museu de Munique.
RAVENHILL, J. (org.). 1986. *Africa in economic crisis*, Basingstoke/Nova Iorque, Macmillan/Columbia University Press.
______. 1985. *Collective clientelism : the Lomé Conventions and North-South relations*, Nova Iorque, Columbia University Press.
RAYMOND, A. 1955. *La Tunisie*, Paris, PUE
READ, M. 1936. "Tradition and prestige among the Ngoni", *Africa*, 9, 4, pp. 453-484.
______. 1955. *Education and social change in tropical areas*, Londres, Thomas Nelson and Sons.
READER, D. H. 1964. "A survey of categories of economic activities among the peoples of Africa", *Africa*, 34, 1, janeiro, pp. 28-45.
RECHERCHE, pédagogie et culture. 1983. 61, pp. 101-105.
REID, 1. S. 1976. "Black Americans and Africa", em: M. M. Smythe (org.), *The Black American reference book*, Nova Iorque, Prentice Hall, pp. 648-684.
REJAI, M. e Enloe, C. 1969. "Nation-states and state-nations", *International Studies Quarterly*, 13, 2, junho.
RENNINGER, J. P. 1982. "The future of economic cooperation schemes in Africa, with special reference to ECOWAS", em: T. M. Shaw (org.), *Alternative futures for Africa*, Boulder, Westview Press, pp. 153-179.
REPORT of the Advisory Commission. 1960. Cmd 1148, Londres, HMSO.
REPORT of the Nyasaland Commission of Inquiry. 1959. Cmd 814, Londres, HMSO.

REPÚBLICA do Quênia. 1972. "Official report, House of Representatives, First Parliament, second session, vol. II, part 11, 14 de agosto de 1964, cols. 1707-10", em: C. Gertzel et al. (org.).
______. 1979-1983. *Planning for progress: our fourth Development Plan : a short version of the Development Plan, 1979-1983*, Nairóbi, Imprensa Nacional.
REPÚBLICA Federal da Nigéria. 1972. "Nigerian enterprises promotion decree nº 4", Lagos.
REPÚBLICA Federal da Nigéria, Ministério da Educação. 1981. *National policy on education*, Lagos.
REPÚBLICA-UNIDA da Tanzânia. s. d. *Julius Nyerere, socialism and rural development*, Dar es-Salaam, Government Printer.
REPÚBLICA-UNIDA da Tanzânia. 1967*a*. *Arusha Declaration: answers and questions*, Dar es-Salaam, Government Printer.
______. 1967*b*. *The President explains the Arusha Declaration*, Dar es-Salaam, Serviço de Informação.
______. 1977. *United Republic of Tanzania : the economic survey and annual plan 1970-1977*, Dar es--Salaam, Imprensa do Governo.
REVUE française d'histoire d'outre-mer. 1977. Edição especial dirigida por C. Coquery-Vidrovitch, "L'Afrique et la crise de 1930 (1924-1938)", 63, 232-233.
RICARD, A. 1975. "Le théâtre populaire de l'Afrique de l'Ouest", *Revue d'histoire du théâtre*, 1, pp. 1-104.
______. 1982. "Le cinéma populaire nigérian", *Recherche, pédagogie et culture*, 58, 4, pp. 65-69.
RICHARDS, A. 1982. *Egypt's agricultural development 1800-1980 : technical and social change*, Boulder, Westview Press.
______. 1983. "Ecological change and the politics of African land use", *African Studies Review*, 26, 2, junho, pp. 1-72.
______. 1985. *Indigenous agricultural revolution: ecology and food production in West Africa*, Londres, Hutchinson.
ROBERT, M. 1976. *La Réunion: combats pour l'autonomie*, Paris, L'Harmattan.
ROBERTS, R. 1974. *French development assistance: a study in policy and administration*, Londres, Sage.
ROBINSON, R. 1980. "Sir Andrew Cohen and the transfer of power in tropical Africa, 1940-1957", em: W. H. M. Jones e G. Fischer (org.), pp. 50-72.
ROBSON, P. 1983. *Integration, development and equity: economic integration in West Africa*, Londres, George Allen and Unwin.
RODINSON, M. 1968*a*. *Israel et le refus arabe. Soixante-quinze ans d'histoire*, Paris, Éditions du Seuil.
______. 1968*b*. *Israel and the Arabs*, Harmondsworth, Penguin Books.
RODNEY, W. 1972, 1981. *How Europe underdeveloped Africa*, Dar es-Salaam/Washington, Tanzania Publishing House/Howard University Press.
RODRIGUES, J. H. 1982. *Brasil e África: Outro Horizonte*, 3ª ed. aumentada, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira.
ROESCH, O. 1984. "Peasants and collective agriculture in Mozambique", em: J. Barker (org.), pp. 291-317.
ROGERS, J. A. 1972. *World's greatest men of colour*, vol. I e II, Nova Iorque, Collier Books.
ROHRBACH, J. 1940. *Das neue deutsche Kolonialreich in Africa*, DWI, A. 26/44, 29 de agosto de 1940, Berlin.
ROIRE, C. 1967. "Le Congo et l'ONU", *Revue française de politique africaine*, 21.
ROKKAN, S. 1973. "*Centre-formation, nation-building and cultural diversity: report on a UNESCO programme*", em: S. N. Eisenstadt e S. Rokkan (org.), vol. I, pp. 13-38.
ROMANOVA, V. e Tsriklis, I. 1978. "Ekonomitcheske Syvazi SSR razvivayouchtochimcia Stranami", *Ekonomitcheskie Naouki*, 3.
ROMERO, R. H. 1986. "Enjeux sahariens dans les plans de guerre de l'Axe durant la deuxième guerre mondiale", em: *Actes du colloque euro-africain sur l'histoire du Sahara et des relations sahariennes entre le Maghreb et l'Ouest africain du Moyen Âge à la fin de l'époque coloniale*, Bergamo, pp. 213-218.
RONDOT, P. 1958. *L'islam et les musulmans d'aujourd'hui*, 2 vol., Paris, Éditions de l'Orante.

ROOD, L. L. 1976. "Nationalization and indigenization of Africa", *Journal of Modern African Studies*, 14, 3, pp. 427-447.
ROSBERG, C. G. e Nottingham, J. 1966. *The myth of "Mau Mau" : nationalism in Kenya*, Nairóbi, EAPH.
ROSEYEAR, D. R. 1984. "Cross River tombstones", *African Arts*, 18, 1, pp. 44-47 e 94.
ROSNY, E. de. 1983. "Les Églises indépendames africaines : fonction sociale et originalité culturelle", *Études*, 1º de janeiro, pp. 93-107.
ROSS, A. 1977. "The Capricorn Africa Society and European reactions to African nationalism in Tanganyika, 1949-60", *African Affairs*, 76, pp. 519-535.
ROSS, A. 1981. "Multiracialism and European politics in Tanganyika, 1945-61", tese de doutorado, Universidade de Londres.
ROSS, D. H. 1984. "The Art of Osei Bonsu", *African Arts*, 17, 2, pp. 28-40 e 90.
ROTBERG R. 1. 1966. *The rise of nationalism in Central Africa: the making of Malawi and Zambia 1873-1964*, Cambridge, Mass., HUP.
ROTH, A. 1961. *Le théâtre algérien de langue dialectale*, 1926-1954, Paris, Maspero.
ROTHCHILD, D. e Rogin, M. 1966. "Uganda", em: G. Carter (org.), pp. 337-440.
ROUISSI, M. 1977. *Population et societé au Maghreb*, Túnis, Ceres-Production.
ROUT, L. 1976. *The African experience in Spanish America*, Cambridge, CUP.
ROYAL Institute of International Affairs. 1937. *The colonial problem: a report by a study group of members of the Royal Institute of International Affairs*, Londres, OUP.
RUANDA Politique, 1958-1960. 1960. Bruxelas, CRISP.
RUBIN, L. e Weinstein, B. 1974. *Introduction to African politics: a continental approach*, Nova Iorque, Praeger.
RWEYEMANU, A. M. e Hyden, G. (org.). 1975. *A decade of public administration in Africa*, Nairóbi, EALB.
RWEYEMANU, J. F. 1973. *Underdevelopment and industrialization in Tanzania*, Nairóbi, OUP.
______. 1978. "Africa and the new international economic order", em: R. Synge (org.), pp. 36-43.
RYCROFT, D. 1959. "African music in Johannesburg: African and non-African features", *International Folk Music Council*, 11, pp. 25-30.
RYMALOV, V. 1959*a*. em: *Temps nouveaux*.
______. 1959*b*. "Soviet assistance to the underdeveloped countries", *International Affairs*, 9, setembro.
SAADALLAH, A. K. 1981. La montée du nationalisme en Algérie, Argel, ENAL.
SABRI-ABDALLA, I. 1980. "Heterogeneity and differentiation : the end for the Third World", em: K. Haq (org.).
SAC. 1967. "Table-ronde sur les langues africaines", *Présence africaine*, 67, 3º trimestre, pp. 53-123.
______. 1971. "Table-ronde sur le swahili comme langue de culture, d'enseignemem et grand vehiculaire interafricain", *Présence africaine*, 78, 2º trimestre, pp. 49-117.
AL-SĀDĀT, A. 1957. *Revolt on the Nile*, Londres, Wingate.
SADIC, J. 1960. "The social anthropology of economic underdevelopment", *Economic Journal*, 70, 278, pp. 294-303.
SAENZ, P. 1969. "A Latin American African partnership", *Journal of Inter-American Studies*, Coral Gables, 11, 2, abril, pp. 317-327.
SAINT-VERAN, R. 1977*a*. *A Djibouti avec les Afars et les Issas*, Paris.
SAINT- Veran, R. 1977*b*. *Djibouti, pawn of the Horn of Africa*, trad. resumida de V.Thompson e R. Adloff, Metuchen, Scarecrow Press.
SALMONS, J. 1977. "Mammy Wata", *African Arts*, 10, 3, pp. 8-15 e 87-88.
SARNOFF, J. 1981. "Crises and socialism in Tanzânia", *The Journal of Modern African Studies*, 19, 3, pp. 279-306.
SANDRART, G. 1953. *Ruanda-Urundi*, Bruxelas, Dessart.
SANNEH, L. 1986. *Islam, christianity and social change in Africa: the evolution of research between 1960 and 1985*, não publicado.

SANTERRE, R. 1977. "Aspects conflictuels de deux systèmes d'enseignement au Nord-Cameroun", *Canadian Journal of African Studies*, 5, primavera, pp. 157-169.
SARRAUT, A. 1931. *Grandeur et servitude coloniales*, Paris, Éditions du Sagittaire.
SARTRE, J.-P. 1963. "Orphée noir", em: L. S. Senghor, *Anthologie de la nouvelle poésie nègre et malgache*, reed. Paris, PUF, 1992.
SASTRE, R. 1962. "Contribution de l'Église catholique à l'expression culturelle de la personnalité africaine", em: *Colloque sur les religions*, UNESCO e SAC, Paris.
SAUVANT, K. P. 1980. "The origins of the NIEO discussions", em: K. Sauvant (org.), *Changing priorities on the international agenda: the new international economic order*, Nova Iorque, Pergamon Press, pp. 7-40.
______. 1981. *The Group of 77 : evolution, structure, organization*, Nova Iorque, Oceana Publications.
SAWANT, A. B. 1981. *Egypt's Africa policy*, Nova Déli, National Publishing House.
SAYEGH, F. A. (org.). 1964. *The dynamics of neutralism in the Arab world: a symposium*, San Francisco, Chandler.
SCANLON, D. G. 1964. *Traditions of African education*, Nova Iorque, Columbia University Teachers College Press.
SCHIPPER, M. 1982. *Theatre and society in Africa*, Joanesburgo, Raven Press.
SCHISSEL, H. 1985 "Through a glass colourfully", *WestAfrica*, 3547, 19 de agosto, pp. 1698-1699.
SCHMITT, M. 1942. "Leistung und Potential der afrikanischen Wirtschaft", *DKD*, 9110, pp. 91-98.
SCHMITTER, P. C. 1972. *Autonomy or dependence as regional integration outcomes: Central America*, Berkeley, Institute of International Studies, University of California, Research Series, nº 17.
SCHNEIDER, B. 1972. "Malangatana of Mozambique", *African Arts*, 5, 2, pp. 40-45.
SCHNEIDER, E. A. 1985. "Ndebele mural art", *African Arts*, 18,3, pp. 60-67.
SCHOEPF, B. G. 1984 "Man and biosphere in Zaire", em: J. Barker (org.), pp. 269-291.
SCHRAM, R. 1981. "Traditional medicine and modern medicine", em: R. Oliver e M. Crowder (org.), pp. 391-396.
SCOHY, A. 1955. *L'Uele secret*, Bruxelas, Office international de la librairie.
SEBAG, P. 1951. *La Tunisie : essai de monographie*, Paris, Éditions sociales.
SEGAL, A. 1966. "Giant strangers: Africa and Latin America", *Africa Report* (Washington), 11, 4, pp. 48-53.
______. 1983*a*. "Latin America's year in Africa", em: C. Legum (org.), *Africa contemporary record: annual survey and documents, 1973-1974*, vol. VI, Londres, Rex Collings, 1ª ed. 1974, A107-A11.
______. 1983*b*. "Cuba and Africa: military and technical assistance", em: B. Levine (org.), pp. 123-147.
SEIDMAN, A. 1972. *An economics textbook for Africa*, Londres, Methuen.
SEKOU Touré, A. 1963. *Guinean revolution and social progress*.
SELCHER, W.A. (org.). 1981. *Brazil in the international system: the rise of a middle power*, Boulder, Westview Press.
______. 1974. *The Afro-Asian dimensions of Brazilian foreign policy, 1956-1972*, Gainesville, University Press of Florida.
SENGHOR, L. S. 1964. *Négritude et humanisme*, Paris, Éditions du Seuil.
______. 1965. "Prayer for peace", em: J. Reed e C. Wake (org. e trad.), *Senghor: prose and poetry*, Londres, OUP.
SENGHOR, L. S. 1971. *Liberté II : nation et voie africaine du socialisme*, Paris, Éditions du Seuil.
SERAPIAO, L. B. e El-Khawas, M. A. 1979. *Mozambique in the twentieth century : from colonialism to independence*, Washington, University Press of America.
SERFONTEIN, J. H. P. 1979. *Brotherhood of Power : an expose of the secret Afrikaner Broederbond*, Londres, Rex Collings.
SERUMAGA, R. e Johnson, J. 1970. "Uganda's experimental theatre", *African Arts*, 3, 3, pp. 52-55.
SHAATH, N. A. 1975. "African manpower needs and the role of technical assistance", em: A. M. Rweyemanu e G. Hyden (org.), pp. 97-109.

SHAMRAI, I. V. 1968. “The problems of realizing economic co-operation between socialist and developing countries”, *Narodvi Azii i Afriki*, 4, pp. 3-15.
SHAMUYARIRA, N. M. 1965. *Crisis in Rhodesia*, Londres, Deutsch.
SHARIFF, I. N. 1988. *Tungo Zetu*, Trenton, The Red Sea Press.
SHARMA, D. N. 1969. *Afro-Asian Group in the United Nations*, Allāhābād, Chaitanya Publishing House.
SHAW, T. M. 1975*a*. “Regional co-operation and conflict in Africa”, *International Journal*, 30, 4, outono, pp. 667-668.
______. 1975*b*. “The political economy of African international relations”, *Issue*, 5, 4, inverno, pp. 29-38.
SHENTON, R. 1986. *The development of capitalism in northern Nigeria*, Londres, James Currey.
SHERIFF, A. e Ferguson, E. (org.). 1991. *Zanzibar under colonial rule*, Londres, James Currey.
SHIRAZI, M. 1987. “Film festival host”, *West Africa*, 3628, 23 de março, pp. 558-559.
SHIVJI, I. G. 1976. *Class struggles in Tanzania*, Nova Iorque/Londres, Monthly Review Press.
AS-SIBACI, M. s.d. *lstiakiyat al-Islam* [O socialismo islâmico], Cairo.
SIEBER, R. 1972. *African textiles and decorative arts*, Nova Iorque, Museu de Arte Moderna.
SIK, E. 1966. *Histoire de l'Afrique noire*, vol. II, Budapeste, Akadémiai Kiadó.
SILVA, L. A. 1982. “L'immigration cap-verdienne”, dissertação de DEA, Centro de Pesquisas Africanas, Universidade Paris I.
SINGER, C. 1959. *A short history of scientific ideas*, Oxford, Clarendon Press.
SITHOLE, N. 1959. *African nationalism*, Londres, OUP.
SKVIRSKY, D. 1967. *Milestones of soviet foreign policy*, 1917-1967, Moscou, Progress Publishers.
SMELSER, N. J. 1968. *Essays in sociological explanation*, Englewood Cliffs, Prentice Hall.
SMITH, A. 1976. “The end of the Arab Sultanate: Zanzibar 1945-1964”, em: D. A. Low e A. Smith (org.).
SMITH, E. W. 1962. “Popular music in West Africa”, *African Music*, 3, 1, pp. 11-17.
SMITH, F. e Eicher, J. (org.). 1982. *African Art*, 15, 3.
SMITH, M. G. 1971. “Institutional and political conditions of pluralism”, em: L. Kuper e M. G. Smith (org.), pp. 27-67.
SMITH, P. G. 1970. *Theories of value and problems of education*, Urbana, University of Illinois Press.
SMOLLAN, R. 1987. *Black advancement in the South African economy*, Londres Macmillan.
SMYTH, R. 1984. “War propaganda during the Second World War in Northern Rhodesia”, *African Affairs*, 83, julho, pp. 345-358.
______. 1985. “Britain's African colonies and British propaganda during the Second World War”, J*ournal of Imperial and Commonwealth History*, 14, 1, pp. 65-83.
SOLODNIKOV, V. 1976. “Elimination of colonial system: an expression of the general crisis of capitalism”, *International Affairs*, agosto.
SOUBBOTINE, V. 1973. “L'Afrique occidentale et équatoriale sous la domination française”, em: *L'Afrique dans les études soviétiques*, Moscou, Nauka, pp. 128-151.
SOUTH Africa Research Service (org.). 1984. *South Africa review II*, Joanesburgo, Raven Press.
SOUTHALL, A. 1979. *Small urban centers in rural development in Africa*, Madison, African Studies Program, Universidade de Wisconsin.
SOVIET Ethnography. 1950. 1.
SOW, A. I. (org.). 1966. *La femme, la vache, la foi : écrivains et poètes du Fouta-Djalon*, Paris, Julliard.
______. 1977. *Langues et politiques de langues en Afrique noire: l'expérience de l'Unesco*, Paris, Nubia.
SOYINKA, W. 1973. *Le lion et la perle*, trad. J. Chuto e P. Laburthe-Tolra, Yaoundé, Clé, ed. original 1963.
______. 1987. “Les arts en Afrique a l'époque de la domination coloniale”, em: A. A. Boahen (org.), pp. 581-607.
SPACENSKY, A. 1970. *Madagascar. Cinquante ans de vie politique*, Paris, Nouvelles Éditions latines.
SPENCE, C. F. 1951. *The Portuguese colony of Mozambique: an economic survey*, Cidade do Cabo, Balkema.

SPENCE, J. E. 1964. "British policy towards the High Commission Territories", *Journal of Modern African Studies*, 2, 2, pp. 221-246.
SPENCER, J. 1985. *The Kenya African Union*, Londres, KPI.
STAMP, D. L. 1960. *Our developing world*, Londres, Faber and Faber.
STAVENHAGEN, R. 1975. *Social classes in agrarian societies*, Garden City, Anchor Press/Doubleday.
STEINER, C. B. 1985. "Another image of Africa: toward an ethnohistory of European cloth marketed in West Africa, 1873-1960", *Ethnohistory*, 32, 2, pp. 91-110.
STENGERS, J. 1983. "Introduction", em: Academia Real de Ciências do Além-mar, 1983.
STEVENS, C. 1976. *The Soviet Union and Black Africa*, Londres, Macmillan.
STEVENS, R. P. 1967. *Lesotho, Botswana and Swaziland: the former High Commission Territories in southem Africa*, Londres, Pall Mall Press.
STICHTER, S. 1982. *Migrant labour in Kenya: capitalism and African response 1895-1975*, Harlow, Longman.
STILL, M. H. Lelong. 1946. *Mes frères du Congo*, Argel, Éditions Bacconier.
STOUT, A. J. 1966. *Modern Makonde sculpture*, Nairóbi, Kibo Art Gallery Publications.
STREETEN, P. 1972. *Aid to Africa: a policy outline for the 70s*, Nova Iorque, Praeger.
SULEIMAN, M. W. 1989. "Morocco in the Arab and Muslim world: attitudes of Moroccan youth", *The Maghreb Review*, 14, 1-2, pp. 16-27.
SUNDKLER, B. 1961. *Bantu prophets in South Africa*, Londres, OUP.
SURET-CANALE, J. 1961. *Afrique noire, occidentale et centrale*; vol. I, *Géographie, civilisations, histoire*, Paris, Éditions sociales, 3ª ed. rev., 1968.
______. 1964. *Afrique noire, occidentale et centrale*; vol. II, *L'ere coloniale, 1900-1945*, Paris, Éditions sociales.
______. 1972. *Afrique noire, occidentale et centrale*; vol. III, *De la colonisation aux indépendances*, 1945-1960, Paris, Éditions sociales.
______. 1987. *Afrique et capitaux*, vol.II, Paris, À l'arbre verdoyant.
SYKES, J. 1971. *Portugal and Africa: the people and the war*, Londres, Hutchinson.
SYLLA, L. (org.). 1977. *Tribalisme et parti unique en Afrique noire*, Paris, Fondation nationale des sciences politiques.
SYLVESTER, A. 1981. *Arabs and Africans: co-operation for development*, Londres, Bodley Head.
SYNGE, R. (org.). 1978. *Africa guide*, Chicago, Rand McNally.
SZOMBATI-FABIAN, J. e Fabian, J. 1976. "Art, history and sociery", *Studies in the Anthropology of Visual Communication*, 3, 1, pp. 1-21.
TAHA, M. M. 1987. *The second message of islam*, Evanston, Northwestern University Press.
TANGRI, R. 1975. "From the politics of union to mass nationalism: the Nyasaland African Congress 1944-59", em: R. J. Macdonald (org.), pp. 254-281.
TEISEN, M. 1968. *Tingatinga*, Copenhague.
TEMPELS, P. 1949. *La philosophie bantoue*, Paris, Présence africaine.
TENREIRO, F. 1961. *A ilha de São Tomé*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa.
TESSLER, M. A., O'Barr, W.M. e Spain, D. H. 1973. *Tradition and identity in changing Africa*, Nova Iorque, Harper and Row.
THE Listener (Londres). 1963. Apresentação por Hugh Trevor-Roper da série televisiva da BBC *The Rise of Christian Europe*, 28 de novembro, p. 871.
THEATRE Quarterly 1977-1978. "The theatre in South Africa", edição especial, 7, 28.
THIEL, J. F. e Helf, H. 1984. *Christliche Kunst in Africa*, Berlin, D. Riemer.
THIRD World Quarterly. 1979. "South-South dialogue: a brief report", 1, 2, abril, pp. 117-122.
THOAHLANE, T. (org.). 1975. Black renaissance: papers from the Black Renaissance Convention, Joanesburgo, Raven Press.
THOMAS, L. V. 1958-1959. *Les Diola : essai d'analyse fonctionnelle sur une population de Basse-Casamance*; vol. I, 1958; vol II, 1959; Dakar, IFAN.

THOMPSON, K. W. e Fogel, B. R. 1976-1977. *Higher education and social change*, 2 vol., Nova Iorque, Praeger.
THOMPSON, R. F. 1983. *Flash of the spirit*, Nova Iorque.
THOMPSON, R. F. e Cornet, J. 1981. *The four moments of the sun*, Washington, National Gallery of Art.
THOMPSON, V. M. e Adloff, R. 1960. *The emerging states of French Equatorial Africa*, Stanford, Stanford University Press.
______. 1965. *The Malagasy Republic*, Stanford, Stanford University Press.
______. 1968. *Djibouti and the Horn of Africa*, Stanford, Stanford University Press.
THOMPSON, V. P. 1969. *Africa and unity: The evolution of pan-africanism*, Londres, Longman.
THOMPSON, W. S. 1969. *Ghana's foreign policy*, 1957-1966: *diplomacy, ideology and the new state*, Princeton, PUP.
THROUP, O. 1985. "The origins of Mau Mau", *African Affairs*, 84, 336, pp. 399-435.
______. 1987. *Economic and social origins of Mau Mau*, Londres, James Currey.
TOMICHE, F-J. 1974. *Syndicalisme en RAU (Egypte) 1900-1967*, Paris, Maisonneuve et Larose.
TOMICHE, N. 1966. *L'Egypte moderne...*, Paris, PUF
TOUVAL, S. 1963. *Somali nationalism*, Cambridge, Mass., HUP.
TRACEY, H. 1952. *African dance of the Witwatersrand*, Joanesburgo, Gold Mines.
______. 1961. *The evolution of African music and its function in the present day*, Joanesburgo, Institute for the Study of Man in Africa.
______. 1973. *Catalogue : the sound of Africa series*, Roodeport, International Library of African Music.
TRANSAFRICA, *TransAfrica Forum*.
TRANSITION (Kampala). 1963,3, 11, novembro.
TRAORÉ, A. 1983. *Cheikh Hamahoullah : homme de foi et résistant*, Paris, Maisonneuve et Larose.
TRAORÉ, B. 1958. *Le théâtre négro-africain et ses fonctions sociales*, Paris.
______. 1969. "Le théâtre africain au Festival culturel pan africain d'Alger", *Présence africaine*, 72, 4, pp. 179-189.
TRAPIDO, S. 1970. "Political institutions and Afrikaner social structures in the Republic of South Africa", em: I. L. Markovitz (org.), pp. 368-393.
TREVASKIS, G. K. N. 1960. *Eritrea: a colony in transition, 1941-1952*, Londres, OUP.
TRIMINGHAM, S. J. 1952. *Islam in Ethiopia*, Londres, OUP.
TRINCAZ, P.-X. 1984. *Colonisation et régionalisme: Ziguinchor en Casamance*, Paris, ORSTOM.
TRONCHON, J. 1983. L'insurrection malgache de 1947, Antananarivo, Maspero/MCAR; 1ª ed. 1974, Paris, Maspero.
TSHIBANGU, T. 1960. "Comment assumer dans l'Église le chant et l'art chorégraphique africains ?", *Band*, 19,2-3, pp. 66-82 e 94-105.
TUNJI, V. 1976. "Lagos state music and dance", *African Arts*, 9, 2, pp. 35-39.
TURNER, S. 1977. "The naval balance is not a number game", *Foreign Affairs*, 55, 2, janeiro, pp. 339-355.
TURNER, H. W. 1968. Bibliography of modern African religious movements, suplemento 1, *Journal of Religions in Africa* (Leyde), 1, pp. 173-211.
TWADDLE, M. 1978. "Was the Democratic Party of Uganda a purely confessional party?", em: E. Fashole-Luke *et al.* (org.), pp. 255-266.
TWITCHETT, C. C. 1979. *Europe and Africa: from association to partnership*, Farnborough, Saxon House.
TWOSE, N. 1984. "No pastures new», *West Africa*, 3484, 28 de maio, pp. 1115-1116.
UCHENDU, V.C. 1967. "Some principles of haggling in peasant markets", *Economic Development and Cultural Change*, 16, 1, outubro, pp. 37-51.
UCHENDU, V. C. e Anthony, K. R. M. 1975. *Agricultural change in Teso District, Uganda*, Nairóbi/Kampala/Dar es-Salaam, University of East Africa.
UGANDA Argus. 1964. 4 de abril.

UNESCO. 1961*a*. *Conference of African states on the development of education in Africa (Addis Ababa), outline of a plan for African educational development*, UNESCO E0/181, Paris, UNESCO.
______. 1961*b*. *Conference of African states on the development of education in Africa (Addis Ababa),* Relatório final, UNESCO/EO/181, Paris, UNESCO.
______. 1963. *Conference on the development of higher education in Africa, Tananarive*, Paris, UNESCO.
______. 1974. *Young people and African cultural values*, Abomey, 1974, doc. SHC/75/WS/9, Paris, UNESCO.
______. 1975. *Intergovermnental Conference of cultural policies in Africa (Accra, 1975)*, Relatório final, Paris, UNESCO.
______. 1976. *Conference on education in Africa in the light of the Lagos Conference*, Paris, UNESCO.
UNESCO. 1980. *La présence négro-africaine dans les Caraïbes et les Amériques*, doc. CC-79/CONF.601, Paris, UNESCO.
______. 1981*a*. *African languages* (Harmonization of African languages and African reference alphabet, Niamey, 1978), doc. CC.80/WS/60, Paris, UNESCO.
______. 1981*b*. *La décolonisation de l'Afrique : Afrique australe et corne de l'Afrique*, História Geral da África, Estudos e Documentos, nº 5, Paris, UNESCO.
______. 1981*c*. *Langues africaines* (Línguas africanas regionais e subregionais, Bamako, 1979), doc. CC.80/WS/59, Paris, UNESCO.
______. 1982. *World Conference of cultural policies, 26 July-6 August, Mexico City, Final Report*, CLT/MD/1, Paris, UNESCO.
______. 1983. *L'Afrique et le nouvel ordre économique international. Conférence sur l'enseignement du droit international en Afrique, Yaoundé*, 28 de novembro - 2 de dezembro, Paris, UNESCO.
______. 1984. *Les relations historiques et socioculturelles entre l'Afrique et le monde árabe de 1935 à nos jours,* História Geral da África, Estudos e Documentos, nº 7, Paris, UNESCO.
______. 1985*a*. *La définition d'une stratégie relative à la promotion des langues africaines, Conakry, 1981*, doc. CLT/85/WS/72, Paris, UNESCO.
______. 1985*b*. L'Afrique et la seconde guerre mondiale, História Geral da África, Estudos e Documentos, nº 10, Paris, UNESCO.
______. 1985-1986. "Les survivances des traditions religieuses africaines dans la Caraïbe et en Amerique latine", em: *African cultures*, doc. CC-86/WS/24, Paris, UNESCO.
______. 1993. *Le rôle des mouvements d'étudiants africains dans l'évolution politique et sociale de l'Afrique de 1900 à 1975*, História Geral da África, Estudos e Documentos, nº 12, Paris, UNESCO.
UNESCO, CEA e OUA. 1982. *Conference on specific aspects of educational development in Africa, Harare*; 1. "African development strategies and their implications for education"; 2. "Development of education in Africa: a statistical review"; 3. "Education and endogenous development in Africa: trends, problems and prospects"; 4. "Final Draft Report"; 5. "Specific aspects of educational development in Africa"; doc. ED/82/MINEDAF, Paris, UNESCO.
VACONO, S. 1974. *Les étapes de la décolonisation française*, Paris, PUF.
VAIL, L. 1975. "The making of an imperial slum: Nyasaland and its railways, 1895-1935", *JAH*, 16, 1, pp. 89-112.
______. 1977. "Railway development and colonial underdevelopment: the Nyasaland case", em: R. Palmer e N. Parsons (org.), pp. 365-395.
______. 1983. "The state and the creation of colonial Malawi's agricultural (1983) economy", em: R. Rotberg (org.), *Imperialism, colonialism and hunger: East and Central Africa*, Lexington, Mass., MIT, pp. 39-87.
VALDES, N. P. 1980. "Cuba's involvement in the Horn of Africa", *Cuban Studies* (Pittsburgh), 10, 1, janeiro, pp. 46-79.
VAN Bilsen, A. A. J. 1977. *Vers l'indépendance du Congo et du Ruanda- Urundi : réflexions sur les devoirs et l'avenir de la Belgique en Afrique centrale*, Kinshasa, Presses universitaires du Zaïre.
VAN den Berghe, P. 1968. "Les langues européennes et les mandarins noirs", trad. K. Mateene, *Présence africaine*, 68, 4º trimestre.

VAN den Bossche, J. 1955. *Madya, graveur de calebasses*, Bruxelas, ARSOM.
VAN Donge, J. K. 1985. "An episode from the independence struggle in Zambia: a case study from Mwase Lundazi", *African Affairs*, 84, 335, pp. 265-278.
VAN Sertima, I. 1977. *They came before Columbus: the African presence in ancient America*, Nova Iorque, Random House.
______. (org.). 1984*a*. *Nile valley civilizations*, Proceedings of the Nile Valley Conference, Atlanta, 26-30 de setembro, *Journal of African Civilizations*, edição especial, 6, 2, novembro.
______. 1984*b*. "Nile valley presence in America B.C.", em: I. Van Sertima (org.).
______. (org.). 1986. *Blacks in science: ancient and modern,* New Brunswick/Londres, Transaction Books.
______. 1989. *Great African thinkers*; vol. I, *Cheikh Anta Diop*, New Brunswick, Transaction Books.
VANDERLINDEN, J. s. d. *Du Congo au Zaire, 1960-1980. Essai de bilan,* Bruxelas, CRISP.
VANSINA, J. 1961. *The oral tradition: a study in historical methodology*, Chicago, Aldine Publishing Co.
VATIKIOTIS, P. J. 1961. *The Egyptian army in politics*, Bloomington, Indiana University Press.
______. 1969. *The modern history of Egypt*, Londres, Weidenfeld and Nicolson.
______. 1980. *Egypt from Muhammad Ali to Sadat*, Baltimore.
VATIN, J. C. L. 1974. *L'Algérie politique : histoire et société*, Paris, Fondation nationale des sciences politiques/Armand Colin.
VEBLEN, T. 1970. *Théorie de la classe de loisir*, trad. R. Aron, Paris, Gallimard, ed. original 1899.
VELLUT, J.-L. 1983. "Le Katanga industriel en 1944 : malaises et anxiétés dans la société coloniale", em: Academia Real de Ciências do Além-mar, 1983, pp. 495-525.
VENGROFF, R. 1982. "Food and dependency: P. L. 480 aid to Black Africa", *Journal of Modern African Studies*, 20, 1, março, pp. 24-43.
VERHAEGEN, B. e Bethune, E. de 1965. "Consultations électorales et élections au Congo, 1957-1959", *Cahiers économiques et sociaux*, 3, 3, pp. 247-291.
VERMEER, D. E. 1983. "Food sufficiency and farming in the future of West Africa: resurgence of traditional agriculture ?", *Journal of African Studies*, 10, 3, outono, pp. 74-84.
VIEYRA, P. S. 1968. "Le film africain d'expression française", *African Arts*, 1, 3, pp. 60-69.
______. 1975. *Les cinémas africains des origines à 1973*, Paris, Présence africaine.
______. 1983. *Le cinéma au Sénégal*, Paris, L'Harmattan.
VIGNES, J. 1976-1977. "Revenus du pétrole arabe et aide à l'Afrique", *Jeune Afrique*, suplemento anual, pp. 181-187.
VOGEL, C. A. M. 1985. "Pedi mural art", *African Arts*, 18, 3, pp. 78-83.
VOICE of Ethiopia. 1938. 19 de março.
______. 1939. 29 de abril, 6 de maio, 24 de junho, 8 de julho, 15 de julho, 29 de julho, 19 de agosto, 5 de novembro, 11 de novembro, 9 de dezembro.
______. 1940. 3 de fevereiro, 24 de maio.
VOLAVKA, Z. 1977. "Voania Muba: contribution to the history of central African pottery", *African Arts*, 10, 2, pp. 59-66 e 92.
VORE, R. M. de. 1976. *The Arab-Israeli historical conflict : a historical, political, social and military bibliography*, Oxford/Santa Barbara, Clio Books.
WADAJO, J. 1959. "Post-war reform in Ethiopian education", Comparative Education Review, 2, fevereiro, pp. 24-28.
WAGAW, T G. 1979. *Education in Ethiopia : prospect and retrospect*, Ann Arbor, University of Michigan Press.
______. *Development of higher education and social transformation : an African case*.
WA-GITHUMO. 1983. "The quagmire of the urban poor in Nairobi", *Journal of East African Research and Development*, 13, pp. 126-148.
WAGRET, J. M. 1963. *Histoire et sociologie politique de la République du Congo*, Paris, LGDJ.
WAIGURU, J. 1965. "The round mud hut", em: D. Cook (org.), pp. 4-10.
WALLERSTEIN, I. 1976*a*. "The three stages of African involvement in the world economy", em: P C. W. Gutkind e I. Wallerstein (org.), pp. 35-64.

WALLERSTEIN, I. 1976*b*. *The modern world system*, Nova Iorque, Modern Reader.

______. 1977. "Class and status in contemporary Africa", em: P. C. W. Gutkind e P.Waterman (org.), pp. 277-284.

______. 1983. *Historical capitalism*, Londres, Verso.

WALLS, A. F. 1978. "Religion and the press in the enclave in the Nigerian Civil War", em: G. R. Fashole-Luke *et al.* (org.), pp. 207-215.

WALSHE, P. 1971. *The rise of African nationalism in South Africa: the African National Congress, 1912-1952*, Berkeley/Los Angeles, UCP.

WALTERS, R. W. 1987. *South Africa and the bomb : responsibility and deterrence*, Lexington, D. C. Heath Lexington Books.

WANDIRA, A. 1977. *The African university in development*, Joanesburgo, Zenitt Printers.

WANGWE, S. M. e Skarstein, R. 1986. *Industrial development in Tanzania : some Critical issues*, Uppsala/Dar es-Salaam, Scandinavian Institute of African Studies/Tanzania Publishing House.

WANYANDE, P. 1987. "Democracy and the one-parry state: the African experience", em: W. O. Oyugi e A. Gilonga (org.).

WANYOIKE, E. N. 1974. *An African pastor: the life and work of the rev. Wanyoike Kamawe, 1888-1970*, Nairóbi, EAPH.

WASS, B. 1979. "The Kabah sloth", *African Arts*, 12, 3, pp. 62-65 e 96.

WATERBURY, J. 1970. *The commander of the faithful : the Moroccan political elite*, Nova Iorque, Columbia University Press.

______. 1975. *Le commandeur des croyants*, Paris, PUF.

WATERMAN, P. 1983. "The concept of the 'semi-proletarianized peasantry' : an empirical and theoretical note", em: B. Magubane e Nzongola-Ntalaja, *Proletarianization and class struggle in Africa*, San Francisco, Synthex Press, pp. 172-183.

WATERSTON, A. 1974. "A viable model for rural development", *Finance and Development*, 11, 4, dezembro, pp. 22-25.

WATT, I. 1969. *The Rise of the novel*, Harmondsworth, Penguin Books.

WATTS, M. e Shenton, R. 1984. "State and agrarian transformation in Nigeria", em: J. Barker (org.), pp. 173-205.

WAUTHIER, C. 1964. *The Literature and Thought of Modern Africa: A Survey*, Londres, Pall Mall Press.

WEBER, M. 1949. *The theory of social and economic organization*, Nova Iorque, Grove Press.

WEBSTER, J. B. e Boahen, A. A. 1980. *The revolutionary years: West Africa since 1800*, nova edição, Londres, Longman.

WEEKLY Review (Nairóbi). 1990. 9 de fevereiro.

WEEKS, S. 1967. *Divergence in educational development: the cases of Kenya and Uganda*, Nova Iorque, Columbia University Teachers College Press.

WEINSTEIN, B. 1966. *Gabon: nation-building on the Ogooue*, Cambridge, Mass., MIT Press.

______. 1967. "Leon Mba : the ideology of dependence ", *Genève-Afrique*, 6, 1, pp. 49-63.

______. 1983. *The civic tongue: political consequences of language choices*, Nova Iorque/Londres, Longman.

______. 1965. "The Second Asian-African Conference: preliminary bouts", *Asian Survey* (Berkeley), 5, 7, julho, pp. 359-373.

WELCH, C. E., Jr e Meltzer, R. I. (org.). 1984. *Human rights and development in Africa*, Albany, State University of Nova Iorque Press.

WELCH, C. E., Jr e Smith, A. K. 1974. *Military role and rule*, Massachusetts, Duxbury Press.

WEMAN, H. 1960. *African music and the Church in Africa*, Uppsala, Svenska Institutet för Missionforskning.

WEMBAH-RASHID, J. A. R. 1972. "Tingatinga of Tanzânia", *African Arts*, 5, 4, pp. 20-21.

WENZEL, M. 1972. *House decoration in Africa*, Londres, Duckworth.

WHITE, J. 1981. *Central administration in Nigeria 1914-1948*, Londres/Dublin, Irish Academic Press/Frank Casso.

WHITELEY, W. 1974. *Swahili : the rise of a national language*, Londres, Methuen.
WICKER, E. R. 1958. "Colonial development and welfare, 1929-1957 : the evolution of a policy", *Social and Economic Studies*, 7, 4, pp. 170-192.
WILBER, C. K. 1979. *The political economy of development and underdevelopment*, 2ª ed., Nova Iorque, Random House.
WILCOCKS, C. 1962. *Aspects of medical investigation in Africa*, Londres/Nova Iorque, OUP.
WILCOX, W. F. 1931. "Increase in the population of the earth and of the continents since 1650", em: *International Migrations*, Nova Iorque, National Bureau of Economic Research.
WILLETT, F. 1971. *African art*, Londres, Thames and Hudson.
WILLETTS, P. 1978. *The non-aligned movement : the origins of a Third World alliance*, Londres, Frances Pinter.
WILLIAME, J.-C. 1983. "Le Congo dans la guerre : la coopération économique belgo-alliés de 1940 à 1944", em: Academia Real de Ciências do Além-mar, 1983, pp. 213-253.
WILLIAMS, G. 1981. *Third World political organizations*, Londres, Macmillan.
WILLIAMS, J. A. 1979. "A return to the veil in Egypt", *Middle East Review*, 11, 3, pp. 49-54.
WILLIAMS, M. J. 1976. "The aid programs of the OPEC countries", *Foreign Affairs*, 54, 2, janeiro, pp. 308-324.
WILLIAMS, M. J. 1983. "Toward a food strategy for Africa", *Africa Report*, 28, 5, pp. 22-27.
WILSON, J. 1963. *Education and changing West African culture*, Nova Iorque, Columbia University Teachers College Press.
WILSON, M. e Thompson, L. (org.). 1985. *The Oxford history of South Africa*; vol. I, Londres, OUP; vol. II, Oxford, Clarendon Press, 1971.
WILSON, T. 1974. *Russia and Black Africa before World War II*, Holmes and Meir.
WINDSTRAND, C. e Amin, S. 1975. *Multinational firms in Africa*, Nova Iorque, Africana Publishing Company.
WODDIS, J. 1962. *Africa : The roots of revolt*, Nova Iorque, The Citadel Press.
______. 1967. *An introduction to neocolonialism*, Nova Iorque, International Publishers.
XINHUA News Bulletin (Dar es-Salaam). 1968. "The United Republic of Tanzania moves forward", 552, 20 de junho.
YAKEMTCHOUK, R. 1977. *La Convention de Lomé : nouvelles formes de la coopération entre la CEE et les États d'Afrique, des Caraïbes et du Pacifique*, Bruxelas, ARSOM.
YAMALOV, V. L. 1959. "Soviet assistance to the underdeveloped countries", *International Affairs*, 9, setembro.
YESUFU, T. M. 1973. *Creating the African university*, Ibadan, OOP.
YGLESIAS de la Riva, A. 1947. *Politica indigena en Guinea*, Madrid, Instituto de Estudos Africanos.
YOUNG, C. 1965. *Politics in the Congo: decolonization and independence*, Princeton, POP.
YU, G. T. 1975. *China's African policy : a study of Tanzania*, Nova Iorque, Praeger.
ZARTMAN, W. 1976. "Europe and Africa: decolonization or dependency ?", *Foreign Affairs*, 54, 1, pp. 325-344.
ZEDONG, M. 1967. *Quatre essais philosophiques*, Pekin, Éditions en langues étrangères.
ZHUKOV, E. M. 1947. "Bourgeois nationalism is the nationalism of black intellectuals trained in the school of colonialism", *New Times (Novoye Vremya)*, Moscou.
ZIMMER, W. 1985. *Répertoire du théâtre camerounais*, Paris, L'Harmattan.
ZINS, M. J. 1983. "L'Inde et l'Afrique: le non-alignement au service des intérêts nationaux", *Politique africaine* (Paris), 10, 10 de junho, pp. 39-54.
ZOCTIZOUM, Y. 1983. *Histoire de la Centrafrique*; vol. 1, 1879-1959, Paris, L'Harmattan.
ZULU, J. B. e Nsouli, S. M. 1984. "Adjustment programs in Africa", *Finance and Development*, 21, 1, março, pp. 5-10.

Ao disponibilizar a Síntese da *Coleção História Geral da África*, a Representação da UNESCO no Brasil, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) possibilitam ao leitor uma ampla visão sobre os assuntos contidos na íntegra da Coleção. A Síntese, em seus dois volumes, apresenta eixos e fundamentos que proporcionam o conhecimento sobre a riqueza das contribuições dos povos africanos para a humanidade, bem como sua influência na formação social, política e econômica do Brasil. A diversidade dos seus conteúdos contribui para que leitores de distintas áreas de conhecimento e de diferentes perfis possam se beneficiar. Propicia, ainda, a institucionalização das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, que regulamentam a Lei nº 10.639/2003.

A publicação da edição em português da *Coleção História Geral da África* e de sua Síntese confere visibilidade à verdadeira História da África que, durante muito tempo, em função de mitos e preconceitos de toda espécie, foi ocultada para o mundo. As sociedades africanas eram vistas como sociedades que não podiam ter história. Apesar dos importantes trabalhos realizados desde as primeiras décadas do século XX, por pioneiros como Leo Frobenius, Maurice Delafosse e Arturo Labriola, um grande número de estudiosos não africanos, presos a certos postulados, afirmava que essas sociedades não podiam ser objeto de estudos científicos, devido, sobretudo, à ausência de fontes e de documentos escritos.

De fato, havia uma recusa a se considerar o povo africano como criador de culturas originais, que floresceram e se perpetuaram pelos séculos por caminhos próprios, as quais os historiadores, a menos que abandonem certos preconceitos e renovem seus métodos de abordagem, não poderão apreender.

A situação evoluiu muito a partir do fim da Segunda Guerra Mundial e, em particular, desde que os países africanos, tendo conquistado sua independência, começaram a participar ativamente da vida da comunidade internacional e dos intercâmbios que ela implica. Um número crescente de historiadores tem se empenhado em abordar o estudo da África com maior rigor, objetividade e imparcialidade, utilizando, com as devidas precauções, fontes africanas originais. No exercício do seu direito à iniciativa histórica, os próprios africanos sentiram profundamente a necessidade de restabelecer, em bases sólidas, a historicidade das suas sociedades.

Os especialistas de vários países que trabalharam na elaboração da *Coleção História Geral da África* tiveram o cuidado de questionar as excessivas simplificações provenientes de uma concepção linear e restritiva da história universal e de restabelecer a verdade dos fatos, sempre que necessário e possível. Esforçaram-se por resgatar os dados históricos que permitissem um melhor acompanhamento da evolução dos diferentes povos africanos, em seus contextos socioculturais específicos.

Nesse sentido, a *História Geral* traz à luz tanto a unidade histórica da África quanto suas relações com os outros continentes, sobretudo as Américas e o Caribe. Durante muito tempo, as manifestações criativas dos descendentes de africanos nas Américas foram isoladas por certos historiadores em um agregado heterogêneo de *africanismos*. Desnecessário dizer que tal não é a atitude dos autores desta obra. Nela, a resistência dos escravos deportados para as Américas, a "clandestinidade" política e cultural dos descendentes de africanos, sua participação constante e maciça nas primeiras lutas pela independência, bem como nos movimentos de libertação nacional, são entendidas em sua real significação: foram vigorosas afirmações de identidade, que contribuíram para forjar o conceito universal de *humanidade*.

Outro aspecto ressaltado na obra são as relações da África com o sul da Ásia, pelo Oceano Índico, assim como as contribuições africanas a outras civilizações, por um processo de trocas e influências mútuas.

Avaliando o atual estágio dos conhecimentos sobre a África, propondo diferentes pontos de vista sobre as culturas africanas e oferecendo uma nova leitura da história, a *História Geral da África* tem a indiscutível vantagem de revelar tanto a luz quanto a sombra, sem dissimular as divergências de opinião que existem entre os estudiosos.